ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

VOLUME 12
NÚMERO 28
(JAN./ABR.2025)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

28

Proposta Editorial

ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste é um periódico científico lotado no Departamento de Antropologia e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso, que tem como propósito se constituir em um espaço permanente para o debate, a construção do conhecimento e a interlocução entre antropólogos e pesquisadores de áreas afins, do país e do exterior. Apesar de **ACENO** fazer referência ao Centro-Oeste, em seu título, ela não tem como único objetivo dar visibilidade a resultados de pesquisas científicas relativas às populações desta região, mas sim, se tornar um fórum que traduza a pluralidade de perspectivas teóricas e temáticas que caracterizam a antropologia na contemporaneidade. Igualmente, incentiva-se a publicação de artigos de cunho transdisciplinar, resultados de pesquisas que envolvam equipes interdisciplinares que estudam a diversidade da experiência humana.

Catalogação na Fonte. Elaborada por Igor Yure Ramos Matos. Bibliotecário CRB1-2819.

ACENO: Revista de Antropologia do Centro Oeste / Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. V. 12, n. 28, jan./abr. 2025 – Cuiabá: ICHS/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2025.

Quadrimestral.
Início: jan./jul. 2014.
Editores: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva
Prof. Dr. Moisés Alessandro de Souza Lopes

ISSN: 2358-5587.

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Antropologia Social – Periódico. 3. Teoria Antropológica – Periódico. I. Universidade Federal de Mato Grosso. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. IV. Título.

CDU: 39(05)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Reitora: Marluce Souza Silva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Diretor: Rodrigo Marcos de Jesus

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Coordenador: Moisés Alessandro de Souza Lopes
Vice-Coordenador: Heloísa Afonso Ariano

EDITORIA EXECUTIVA
Marcos Aurélio da Silva
Moisés Alessandro de Souza Lopes
André Filipe Justino de Morais

COMITÊ EDITORIAL
Marcos Aurélio da Silva
Moisés Alessandro de Souza Lopes
Sonia Regina Lourenço
Patricia da Silva Osorio
André Filipe Justino de Morais

EDITORIA DE RESENHAS
Ozaias da Silva Rodrigues

EDITORIA GRÁFICA
Marcos Aurélio da Silva
Octávio Augusto Ferraz da Gama

COMUNICAÇÃO
Moisés Alessandro de Souza Lopes

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

CONSELHO CIENTÍFICO
Aloir Pacini – UFMT
Andréa de Souza Lobo – UnB
Carla Costa Teixeira – UnB
Carlos Emanuel Sautchuk – UnB
Carmen Lucia Silva – UFMT
Clark Mangabeira Macedo – UFMT
Deise Lucy Montardo – UFAM
Edir Pina de Barros
Eliane O'Dwyer – UFF
Érica Renata de Souza – UFMG
Esther Jean Langdon – UFSC
Fabiano Gontijo – UFPA
Flávio Luiz Tarnovski – UFMT
Heloísa Afonso Ariano – UFMT
Izabela Tamaso – UFG
Juliana Braz Dias – UnB
Luciane Ouriques Ferreira – FIOCRUZ/ENSP
Luís Roberto Cardoso de Oliveira – UnB
Márcia Rosato – UFPR
Márcio Goldman – MN/UFRJ
Marcos Aurélio da Silva – UFMT
Maria Luiza Heilborn – IMS/UERJ
Miriam Pillar Grossi – UFSC
Moisés Alessandro de Souza Lopes – UFMT
Patrice Schuch - UFRGS
Patrícia Silva Osório – UFMT
Paulo Rogers Ferreira – UFBA
Paulo Sérgio Delgado – UFMT
Rafael José de Menezes Bastos – UFSC
Sérgio Carrara – IMS/UERJ
Sonia Regina Lourenço – UFMT
Sueli Pereira Castro – UFMT

PROJETO GRÁFICO
Marcos Aurélio da Silva – UFMT
José Sarmento – UCDB
Moisés Alessandro de Souza Lopes – UFMT
Sonia Regina Lourenço – UFMT

CAPA
José Sarmento – UCDB
Marcos Aurélio da Silva – UFMT

Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 12 (28), janeiro a abril de 2025.
ISSN: 2358-5587.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

Sumário

Table of Contents
Tabla de Contenido

Editorial 9

Dossiê Temático

Antropologias dos desertos: ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação
Thematic Dossier
Anthropologies of deserts: ecologies, peoples, and cosmologies between the voids and abundances of a changing world
Dossier Temático
Antropologías de los desiertos: ecologías, pueblos y cosmologías entre los vacíos y las abundancias de un mundo cambiante

Apresentação ao dossiê
Presentacion to the dossier
Presentación al dossier
Antonela Dos Santos, Gabriel Rodrigues Lopes, Pedro Emilio Robledo (orgs.) **11**

O Nilo argentino: imaginários de deserto, água e mitologias
Cecilia Argañaraz **23**

Ensaio sobre os 'vazios': refletindo o nordeste indígena a partir da história do povo Kiriri
Maria Carolina Arruda Branco **45**

Um violento deserto verde: reflexões acerca de como a tecnificação agrícola promovida pela silvicultura expulsa e invisibiliza a população rural do Extremo Sul da Bahia
Alexandre Bonfim Silva, Gabriel Menezes Gonçalves, Gustavo Brito Loyola dos Santos **61**

Exploração e desenvolvimento territorial em Mato Grosso: um deserto vestido de abundância
Kesley Gabriel Bezerra Coutinho, Marcos Aurélio da Silva **77**

Vidas e vozes no "deserto":processos colaborativos na construção de um dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro
Denis Flores **105**

A extração de lítio no deserto do sul da Califórnia e as disputas da nomeação
Viviane Kraieski de Assunção **121**

Entre os vazios do cerrado e a abundância da memória: a história de resistência de Dona Laurentina, matriarca do Quilombo de Mumbuca
Alice Agnes Spíndola Mota Pinho **139**

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

Indicadores extra-humanos de saúde ambiental: cosmopolítica e os impactos do agronegócio a partir dos Yawalapiti (Aruak) do Alto Xingu

Diego Moreira, João Carlos A. S. de Almeida ***157***

Visiones del desierto en perspectiva de los pastores de los valles Calchaquíes: un ensayo de Etnografía Visual sobre la abundancia en los escenarios para la vida del Noroeste Argentino

Thiago Pereira Rabelo ***173***

Dossiê Especial

Saúde Mental, Educação e Neoliberalismo
Special Dossier
Mental Health, Education and Neoliberalism
Dossier Especial
Salud Mental, Educación y Neoliberalismo

Apresentação ao dossiê
Presentacion to the dossier
Presentación al dossier

Esmael Alves de Oliveira, Anaxsuell F. da Silva (orgs.) ***211***

Trabalho docente em cena: práticas (im)postas no novo ensino médio

Alicia Alves, Allan Henrique Gomes ***219***

Rompendo hábitos e disciplinas: saúde mental e educação – perspectivas para uma Educação Física emancipatória e crítica

Tainá Arouck Damasceno Maia Farrielo, Carla Cristina Garcia ***233***

O mal-estar docente: as dificuldades do ser professor

Carlos Augusto Lima Ferreira, Erick Wesley Morais dos Santos ***253***

O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio

Emanuele Vitória de Oliveira Leite, Francisco Vieira da Silva ***271***

Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário (MS)

Daniella Moreira Lima, Vanessa Catherina Neumann Figueiredo ***289***

A universidade como "máquina de moer gente": pistas para compreender o mal-estar e promover saúde no ensino superior

Amanda de Mello Martins et al. ***305***

Neoliberalismo e saúde mental: um estudo com jovens universitários do Oeste do Paraná

Fabrício Duim Rufato, Geovane dos Santos da Rocha, Nandra Martins Soares, Elisabeth Rossetto ***321***

Transtornos mentais e mudanças globais: neoliberalismo e sofrimento na vida acadêmica entre estudantes de pós-graduação

Igor Vaz ***335***

Medicalização infantil e neoliberalismo: qual o papel do Estado?

Kettlyn Carla de Souza, Neusa Maria Soares Zukoski, José Luis Derisso ***351***

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

Artigos Livres

Free Articles
Artículos Libres

As PICs e as dinâmicas de poder na saúde
Fernanda Heloísa de Mello, Marcos Aurélio da Silva **367**

"Quem ri por último?": reflexões acerca das (inter)relações entre humor e homofobia
Ronaldo Adriano Alves dos Santos **377**

Normatividade e economia libidinal: a moral sexual do sujeito no neoliberalismo
Josiane Cristina Bocchi, Sergio Isler Junior **391**

Raça, gênero, renda e percepção da vizinhança de adultos mais velhos brasileiros: uma matriz de processos críticos
Pablo Cardozo Roccon et al. **407**

Mulheres da Pequena África: direito à cidade e à moradia a partir da experiência do projeto ATHIS "Moradia comum"
Geisa Bordenave **425**

O dano social provocado pelo discurso anticientífico estatal-corporativo e a representação midiática sobre o uso do "kit-covid"
Karine Agatha França, Felipe da Veiga Dias, Lucas da Silva Santos **441**

Trabalho, dádiva e solidariedade: reflexões sobre as ações realizadas com coletivos de trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte
Paloma Coelho, Juliana Gonzaga Jayme, Marcelo Braga, Zelia Profeta **457**

O remo uruguaio em Tóquio: fios de emoções
Leonardo Pacheco **475**

Sobre violências e resistências nas experiências escolares: narrativas de um estudante jovem, gay, negro, de classe social baixa
Rita de Cassia Santos Cortes, Marcos Lopes de Souza **489**

Entre babados, fofocas e closes: notas antropológicas sobre experiências homoafetivas em um terreiro de umbanda
Victor Lean Rosário **505**

A música como possibilidade afetiva diante dos terrores e traumas da pandemia
Weliton Cristian Santos da Silva, Sonia Regina Vargas Mansano **521**

Entre raízes e relações: notas sobre saúde ecossistêmica como resistência no Quilombo Mesquita
Francisco Octávio Bittencourt de Sousa **537**

"Os olhos que passavam os dias a me vigiar": apontamentos sobre a invisibilidade da violência sexual nas universidades brasileiras
Edilson Márcio Almeida Silva **551**

Os Kadiwéu e suas antropólogas: um ensaio sobre arte e produção oleira na literatura produzida por mulheres pós anos 2000
Flávia Freire Dalmaso, Antônio Hilário Aguilera Urquiza **567**

Fundação Cultural Palmares e a comunidade quilombola Rio Preto (TO): entre a negligência e a resistência

Aceno – *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28), janeiro a abril de 2025.
ISSN: 2358-5587.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

Matheus Sousa Mendes, Antônio Carlos dos Santos **583**

Do um e do múltiplo: diálogo entre as teorias de Simmel e Clastres sobre a natureza da liberdade individual nas sociedades burguesas e indígenas

Tédney Moreira da Silva, Roberta Amanajás Monteiro **599**

Tradução
Translation
Traducción

Para que Abiayala viva, as Américas devem morrer: rumo a uma indigeneidade trans-hemisférica

Emil' Keme, Marcos José de Aquino Pereira, Vanessa da Silva Sagica **619**

Ensaios Fotográficos
Photography Essays
Ensayos Fotográficos

Ludicidade e infância quilombola: caminhos pela extensão universitária

Nádile Juliane Costa de Castro, Adaide de Sousa Gomes, Raissa Moura de Almeida **641**

Ensaios
Essays
Ensayos

Contexto, pasado y presente de la actividad cinegética: una aproximación visual y valoración de la caza en un grupo de cazadores recolectores amazónico

Gabriel Cabrera **651**

Prêmio Mário de Andrade
Essays
Ensayos

Chamas, cinzas e luta: uma etnografia do desastre patrimonial de um Museu Nacional

Mariane Vieira **677**

"Os Karajás: Plumária e Etnografia": seguindo uma exposição "antiga"do Museu Nacional (RJ)

Marilia Caetano Rodrigues Morais **695**

"Mercado Sul é patrimônio cultural": a saga pelo reconhecimento de identidades e práticas periféricas em Taguatinga, Distrito Federal

Ana Luiza Noronha, Sara Santos Morais **715**

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

ACENO

Editorial

Aceno, 12 (28), jan./abr. 2025

Enfim publicamos primeira edição de 2025 da *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*. E com muita dificuldades! Todo o trabalho realizado por nós é praticamente de forma voluntária, sem a contabilização em nossas horas de trabalho docente. Tampouco nossos alunos recebem algum tipo de auxílio financeiro. Ainda assim, conseguimos entregar nessa edição mais um recorde em número de artigos e páginas: são 42 trabalhos em 734 páginas, superando os 40 artigos e 628 páginas da edição publicada no último quadrimestre de 2023.

O tamanho se explica por vários motivos. Entre eles estão os trabalhos remanescentes do dossiê temático *Neliberalismo e Sofrimento Psíquico*, publicado em nossa última edição. Nove artigos submetidos àquele dossiê foram reaproveitados e compõem aqui o dossiê especial *Neoliberalismo, Educação e Saúde Mental*, organizado pelos professores Esmael Alves de Oliveira (UFGD) e Anaxsuell Fernando da Silva (Unila). Nas palavras dos organizadores:

> a dinâmica organizacional da educação brasileira, no que diz respeito ao controle dos processos de trabalho, incorporou decisivamente o modelo de gestão da vida e do sofrimento próprio da vida neoliberal. Essa forma de organização e de gestão do trabalho está presente não apenas nos espaços privados, mas também nas instituições públicas de ensino, com quadros reduzidos de servidores e adoção de um modelo de governança gerencialista, com o estabelecimento de metas, sobrecarga e intensificação do trabalho, adoção de mecanismos de avaliação de desempenho individual, plataformização da educação, redução de orçamento e flexibilização de direitos.

Nesse sentido, esta edição traz dois dossiês, um fato inédito para nós, uma vez que o dossiê especial, que regularmente publicamos, não ficou de fora. Com o título *Antropologias dos desertos: ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação*, organizado pelos professores Antonela Dos Santos (Universidad de Buenos

Aceno – *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28), janeiro a abril de 2025.
ISSN: 2358-5587

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

Aires), Gabriel Rodrigues Lopes (Universidade Federal de Sergipe) e Pedro Emilio Robledo (Universidad Nacional de Córdoba), o dossiê traz nove artigos que versam sobre diferentes desertos e concepções de deserto, que parecem convergir para a exploração e desumanidade:

> Foi a partir do envolvimento com esses outros horizontes cosmopolíticos que decidimos revisitar, por um lado, as narrativas de progresso e civilização que ganharam grande ênfase na América Latina durante o século XIX, avançando sobre todos aqueles territórios e populações que desafiavam de alguma forma esse programa político e o seu desejo de ordem e desenvolvimento. Por outro lado, percebemos também que esses lugares designados como desertos são hoje marcados pela violência, subordinação, desalojos e exploração do trabalho das populações locais, bem como pela implantação de projetos extrativistas massivos, pelo avanço da fronteira agropecuária e da monocultura, e pela instalação de hidrelétricas que, de certa forma, dão continuidade ao projeto de desertificação colonial.

A Aceno agradece profundamente aos organizadores dos dois dossiês que voluntariamente colaboraram com a produção desta edição, sem medir esforços em nome da divulgação do conhecimento antropológico em temas tão delicados para o contemporâneo.

Também temos uma seção, especialmente criada para esta edição, para a publicação dos artigos premiados pela Associação Brasileira de Antropologia, no Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus, na categoria *Artigo Derivado de Dissertação de Mestrado* (2024). Agradecemos aos coordenadores do prêmio e às autoras por terem confiado a publicação à Aceno.

Além disso, nossas outras seções já clássicas voltam com força total. Como a seção *Artigos Livres*, a maior de nossa história, com nada menos que 16 artigos, o que demonstra a confiança de pesquisadores brasileiros da antropologia e das ciências humanas em nosso trabalho, apesar da precariedade pela qual passam as condições que dispomos para a publicação da Aceno, a exemplo da maioria das revistas científicas brasileiras.

Temos ainda o prazer de trazer a tradução do importante trabalho *Para que Abiayala viva, as Américas devem morrer: rumo a uma indigeneidade trans-hemisférica*, de Emil' Keme (Emory University), professor e pesquisador indígena do povo K'iche' Maia da Guatemala, com tradução dos professores Marcos José de Aquino Pereira (UFSCar) e Vanessa da Silva Sagica (UFSC), aos quais agradecemos a valiosa parceria.

Por fim, as seções *Ensaios* e *Ensaios Fotográficos* trazem dois lindíssimos trabalhos que tratam de duas realidades bastante distintas: a infância quilombola na Amazônia paraense e a vida de povos coletores-caçadores da Amazônia colombiana, num festival de lindas imagens.

A Aceno se sente honrada por contribuir no fortalecimento das ciências humanas no Brasil e agradece a todos os colaboradores que fazem parte deste número, assim como a todos nossos leitores, autores e pareceristas.

Boa leitura!

Os Editores

DOI: 10.48074/aceno.v12i28

ACENO

Dossiê Temático

Antropologias dos desertos

***Antonela dos Santos* (org.)**[1]
Universidad de Buenos Aires

***Gabriel Rodrigues Lopes* (org.)**[2]
Universidade Federal de Sergipe

***Pedro Emilio Robledo* (org.)**[3]
Universidad Nacional de Córdoba
Universidade de Brasília

DOS SANTOS, Antonela; LOPES, Gabriel Rodrigues; ROBLEDO, Pedro Emilio. **Antropologias dos desertos: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 11-22, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

[1] Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Buenos Aires. Membro do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Nuetam/FFyL/UBA).
[2] Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Buenos Aires. Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFS/CAPES). Membro do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Nuetam, FFyL, UBA).
[3] Doutor em Antropologia Social pela Universidade Nacional de Córdoba. Bolsista de pós-doutorado do CONICET. Pesquisador de pós-doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (DAN/UnB). Membro do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Nuetam/FFyL/UBA).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ

Antropologias dos desertos:
ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação

A nossa preocupação com os desertos surgiu há alguns anos, a partir de um diálogo que empreendemos em relação a uma série de intuições etnográficas que partilhamos no âmbito do Núcleo de Etnografia Ameríndia (Universidade de Buenos Aires, Argentina). Sabíamos que a região pampeana e o Chaco semiárido na Argentina, bem como o sertão brasileiro, onde cada um de nós realiza trabalho de campo, diferem muito em termos de bioma, pluviosidade, cobertura vegetal e tipo de solo, bem como em aspectos históricos ligados aos processos de conquista e colonização. No entanto, também sabíamos que, apesar disso, essas áreas têm em comum o fato de terem sido caracterizadas, desde o período colonial e ao longo do processo de formação e consolidação do Estado, como territórios desérticos.

Embora as nossas investigações individuais não se centrassem no deserto, acabámos por ser conduzidos (e deixámo-nos conduzir) às teias político-ideológicas que transformaram estas regiões em desertos, partilhando experiências e diálogos com, respectivamente, Ranqueles, Caatingueiros e Qom. Através das suas perspectivas, conseguimos ter acesso ao outro lado da trama. Conhecemos algumas práticas e saberes que desafiam os pressupostos sobre a não-vida e ao vazio associados aos desertos e percebemos que não só é possível encontrar ali vida e abundância, como também, embora a falta de vida pareça ter tomado a primazia de forma irremediável, que existem estratégias nativas para evocar a abundância. Ou, dito de outra forma, como afirma o curador Capuxo, natural da caatinga, produzimos desertos com os olhos que temos (LOPES, 2021) e por isso somos incapazes de ver a multiplicidade da vida no mundo. Porém, também se pode dizer que o que parece seco ou desprovido de vida pode, nas palavras do líder ranquel Nazareno Serraino, habitante do pampa argentino, "estar guardado como a seiva no inverno", ou seja, adormecido, à espera de tempos melhores ou de ciclos de esverdeamento (DOS SANTOS, 2022). E que, apesar dos modos estatais de colonização, é possível implantar formas de ocupação do território baseadas na proteção mútua, seguindo noções qom de parentesco humano e não-humano (ROBLEDO, 2020).

Foi a partir do envolvimento com esses outros horizontes cosmopolíticos que decidimos revisitar, por um lado, as narrativas de progresso e civilização que ganharam grande ênfase na América Latina durante o século XIX, avançando sobre todos aqueles territórios e populações que desafiavam de alguma forma esse pro-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

grama político e o seu desejo de ordem e desenvolvimento. Por outro lado, percebemos também que esses lugares designados como desertos são hoje marcados pela violência, subordinação, desalojos e exploração do trabalho das populações locais, bem como pela implantação de projetos extrativistas massivos, pelo avanço da fronteira agropecuária e da monocultura, e pela instalação de hidrelétricas que, de certa forma, dão continuidade ao projeto de desertificação colonial.

Este dossiê, concebido como continuação de um Grupo de Trabalho que coordenamos no VII Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia (Rosario, Argentina, março de 2024), procura colocar à prova a produtividade das ideias sobre desertos e desertificações para refletir sobre as múltiplas situações que ocorrem em diferentes territórios latino-americanos e, igualmente, para além de nosso continente.

Desertus. O deserto como resultado

Mais do que descrever em detalhes os nove artigos que compõem este dossiê, gostaríamos, nesta introdução, de esboçar alguns dos fios teóricos e argumentativos que aparecem em todos eles, com diferentes graus de profundidade. Para começar, parece-nos importante destacar que, à exceção do texto de Viviane Kraieski de Assunção — que nos situa no deserto em torno do Lago Salton, no sul da Califórnia (Estados Unidos) —, nenhum dos outros artigos trata de desertos no sentido geográfico mais clássico. Além disso, em alguns casos, estamos diante de territórios que, à primeira vista, parecem ser o oposto do que habitualmente o sentido comum associa a um deserto: a região em torno do Rio Negro, no sul da Argentina, e os vales Calchaquíes, no noroeste, bem como, no Brasil, um município (Dianópolis) e um povoado (Mumbuca) no cerrado do Tocantins, o extremo sul da Bahia, o estado do Mato Grosso, no centro-oeste do país, o Alto Xingu e Minas Gerais, no sudeste. Embora sejam profundamente diferentes entre si, estes espaços dificilmente podem ser descritos com base nas características normalmente associadas ao deserto: a escassez de chuvas, a seca, a aridez do solo, a ausência de flora e fauna, a propensão à erosão, etc. No entanto, a perspectiva teórica do deserto e da desertificação pode ser apropriada para pensar cada um deles, não tanto para definir se constituem ou não desertos, mas antes para perguntar como e por que razão estes territórios foram ou são concebidos como desertos, e quem os pensou e descreveu como tal.

A etimologia da palavra "deserto" pode ser esclarecedora a esse respeito. Como nos lembra Javier Uriarte em *The Desertmakers* (2019: 1), ao recuarmos ao particípio latino *desertus*, derivado do verbo *deserere* ("abandonar", "desertar"), verificamos que significa "abandonado", "solitário", "vazio". Há uma certa conotação de resultado ou conclusão implícita nesse particípio, que nos leva a pensar que o deserto, por sua própria etimologia, não existiu desde sempre –uma característica que se perde ou se oculta na forma substantiva "deserto", tanto no latim *solitudo* quanto no espanhol e no português. A ideia de que o deserto ou os desertos são lugares que *se tornaram* desertos (ou seja, foram abandonados, esvaziados, deixados sozinhos) e que não nasceram necessariamente como tal, nem são da ordem do dado ou do natural, é claramente ilustrada e problematizada no texto de Cecilia Argañaraz. Em "O Nilo Argentino: Imaginários de Deserto, Água e Mitologias", um exercício de antropologia histórica, Argañaraz nos apresenta uma série de documentos técnico-científicos produzidos na primeira metade do século XX que partilham, entre outras coisas, a postulação e/ou discussão da

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

comparação entre o Rio Negro (no sul da Argentina) e o Rio Nilo, "berço da civilização". A descrição pormenorizada da forma como engenheiros e outras figuras ligadas ao mundo da hidráulica pensaram e caracterizaram, comparativamente, o rio Negro e a sua bacia permite à autora argumentar, em chave latouriana, que aqui o "deserto" aparece como o produto de uma montagem ou associação de diversas narrativas, medidas e conhecimentos técnicos muito influenciados por um imaginário orientalista. Ao relacionar a prática profissional destes engenheiros com o projeto científico de exploração e inventário que caracterizou os naturalistas que acompanharam e justificaram o avanço militar e a anexação dos territórios além-fronteiras (conhecidos na Argentina como "a Conquista do Deserto") no final do século XIX, Argañaraz aborda os "efeitos morais" das tarefas técnico-científicas. Ou seja, lembra-nos que os seus instrumentos e métodos *fizeram* (ou *procuraram fazer*), na região em torno do Rio Negro, um novo território —já não desértico, mas produtivo e moderno— e uma nova sociedade —já não atrasada e bárbara, mas uma sociedade de "pioneiros, camponeses e comerciantes".

No caso da Argentina, mas na realidade de grande parte da América Latina, sabemos que os territórios se "tornaram" desertos a partir do período colonial, mas sobretudo a partir do século XIX, sob a ideia de que se tratavam de países em formação e de um continente que, em sua grande maioria, era uma espécie de *tabula rasa* em que a história estava prestes a começar e tinha de ser construída sob determinados parâmetros e ideais (LOIS, 1999; BARABAS, 2000; NAVARRO FLORIA, 2002; RAMOS, 2008; MEDEIROS, 2019). Assim, projetou-se povoar a multiplicidade de espaços "virgens" ("abandonados", "solitários", "vazios") com pessoas e projetos que iriam trazer progresso, ignorando, nesse momento, todas as populações humanas e não humanas que já habitavam esses territórios.

No ensaio "Ensaio sobre os 'vazios': refletindo o nordeste indígena a partir da história do povo Kiriri", Maria Carolina Arruda Branco lembra-nos que estas lógicas de esvaziamento e desertificação também estiveram presentes na construção e caracterização do Nordeste brasileiro, ignorando o papel dos encantados, da jurema e dos diversos povos indígenas. Segundo a autora, há uma continuidade entre, por um lado, os discursos coloniais e a formação do Estado-nação brasileiro que caracterizaram o interior do Nordeste como "vazio" e, por outro, o imaginário em torno dos Kiriri como "caboclos" ou "remanescentes", ou seja, como povos vazios de (ou com falta de) pertencimento indígena. A partir de uma etnografia que acompanha a migração do povo Ibiramã Kiriri da Bahia para Minas Gerais, Branco descreve como as migrações envolvem a "composição de um novo ambiente em terras verdes". Ou, para continuar com a chave que temos usado, a *feitura* de um território que recupera a força, a resiliência e a abundância do Nordeste, levando-o a outras terras.

Isto leva-nos a um segundo ponto a destacar nesta introdução. Se os desertos não são necessariamente ou sempre naturais, mas pertencem à ordem do construído ou são o resultado de várias práticas e instrumentos, então coloca-se a pergunta sobre como é que eles são feitos. As histórias latino-americanas nos mostram que os territórios designados por "desertos" são, em geral, o resultado ou o produto de campanhas de aniquilação que incluem todos os tipos de exploração antropogênica: ocupação civil e/ou militar, desapropriação, diversos extrativismos, entre outros.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

O deserto como desejo

Em *Against the regime of 'emptiness'*, Samia Henni (2022: 11) descreve o deserto como um "locus complexo de imagens, imaginários, climas, paisagens, espaços e histórias" que dificilmente corresponde às narrativas de vazio que justificam a sua transformação. Neste sentido, podemos argumentar que *preencher* esse vazio pressupõe, antes de mais, tê-lo criado. De fato, como Gastón Gordillo (2014) já descreveu para o Chaco argentino (o "deserto verde"), estes territórios são criados a partir de uma dialética entre destruição e produção ou, como o próprio autor argumenta, através de práticas de "produção destrutiva" levadas a cabo em nome da civilização, da modernidade ou do Estado-nação. Estas aniquilações, as guerras de anexação territorial, o extermínio de populações humanas e não humanas, a ruptura dos regimes de relação com o território que foram e são produzidos em nome do progresso significam avançar violentamente sobre territórios considerados "vazios", produzindo *novos* vazios que não constituem uma ameaça, mas são úteis para certos planos de desenvolvimento.

Vários investigadores têm explorado a ideia do deserto como "desejo" ou "afeto" (TOMÉ, 2013; POVINELLI, 2016) ou, em termos deleuzianos, como uma vontade ou uma fábrica. No caso latino-americano, esse desejo era (e continua a ser) o de homogeneização, a criação de uma espécie de "deserto universal" em que as diferenças ecossistêmicas e sociais desaparecem em busca da instauração de sujeitos (brancos ou embranquecidos), espaços (vazios e abertos, apropriáveis e exploráveis) e tempos (produtivos, modernos, de progresso) homogêneos e desejáveis. A contrapartida desse desejo é, evidentemente, a destruição e/ou negação de tudo o que é diferente. Alguns dos artigos deste dossiê abordam, a partir da descrição de casos concretos, algumas destas dimensões, sustentando a ideia de que, de fato, "os componentes que caracterizaram esta invenção [a invenção dos desertos] estão a ser transferidas analogicamente para os discursos dominantes sobre os problemas ambientais contemporâneos, como a desertificação" (TOMÉ, 2013: 1).

Em "Um violento deserto verde: Reflexões acerca de como a tecnificação agrícola promovida pela silvicultura expulsa e invisibiliza a população rural do Extremo Sul da Bahia", Alexandre Bonfim Silva, Gabriel Menezes Gonçalves e Gustavo Brito Loyola dos Santos descrevem, com base em uma revisão bibliográfica e em fontes públicas, o avanço das plantações de eucalipto no sul da Bahia, salientando que o desenvolvimento da indústria madeireira na região nos últimos anos tem provocado um vazio populacional significativo. Segundo eles, a exploração do eucalipto, altamente tecnificada e mediada pela máquina, afasta os habitantes rurais que não encontram trabalho e acabam por migrar, *esvaziando* esses territórios de pessoas e de conhecimentos nativos. Por sua vez, o estudo "Produzindo desertos: a exploração e o desenvolvimento territorial em Mato Grosso, da produção à predação", de Kesley Gabriel Bezerra Coutinho e Marcos Aurélio da Silva, leva-nos ao estado de Mato Grosso, onde as lógicas de exploração, ocupação e apropriação territorial ao longo do processo de colonização se traduziram e continuam a traduzir-se em práticas de depredação sistemática dos recursos num território outrora considerado desabitado ou, como afirma Rob Nixon (2011: 165), habitado com o tipo errado de presença. Os autores descrevem detalhadamente a história do estabelecimento e fortalecimento do agronegócio na região, através do avanço da fronteira agrícola e da monocultura, e sugerem que tais projetos realizados em nome do desenvolvimento têm efeitos nocivos tanto para a

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

saúde humana como para o meio ambiente, e produzem a desertificação desses territórios.

É interessante pensar nos dois artigos em diálogo, mais uma vez, com a proposta de Gordillo, acima referida, que nos diz que a produção destrutiva deixa "detritos", rastros dessa destruição que, simultaneamente, remetem para a feitura de uma certa territorialidade, ou seja, para o tratamento dos espaços, e têm também implicações em termos temporais. A reflexão sobre o tempo em relação aos desertos leva-nos, em primeiro lugar, a reafirmar o que já foi dito: que são espaços descritos como "atrasados", pertencentes ao passado, ou com modos de relação arcaicos. Porém, de certa forma, são também promessas de futuro, na medida em que, como Elizabeth Povinelli (2016) alerta, os desertos constituem, no liberalismo tardio, "estados inertes" (a não-vida) que aguardam administrações e arranjos tecnológicos adequados que os tragam de volta à vida. Em suma, nomear um território como "deserto" não é uma ação menor. Longe de ser um "conceito ingênuo", é uma forma de "espalhar a modernidade no espaço" (MORAES, 2003: 6). Seria válido perguntar aqui de quais futuros e de quais passados estamos falando e, certamente, de qual presente. Quais são os vestígios e, simultaneamente, aquilo que ultrapassa os avanços desertificadores sobre esses territórios? Quais traços dessas coisas, pessoas, relações etc., que se buscaram destruir em prol da produção, ainda persistem e permanecem como lembrança dessas práticas e discursos de desertificação? Quais processos, sujeitos e dinâmicas desafiam a homogeneidade que, em ambos os casos, se buscou produzir através da negação do diferente —como os artigos explicitam? Através da ação de que agências e por que meios se introduzem (se é que se introduzem) vestígios de heterogeneidade ou traços que nos lembrem —como escombros— que essa heterogeneidade existiu um dia?

A iniciativa de construir um dicionário que está na base do artigo de Denis Flores intitulado "Vazios e abundâncias no léxico dos desertos: perspectivas etnográficas sobre a linguagem e a territorialidade" aborda, ainda que de forma incipiente e implícita, algumas dessas questões. A meio caminho entre a antropologia e a linguística, Flores mostra as influências teóricas e metodológicas de um projeto colaborativo de criação de um dicionário ilustrado trilíngue Tocantinense/Português/Inglês. A sua contribuição permite-nos compreender que, apesar dos mecanismos de invisibilização ativados na construção do Cerrado como um espaço vazio e improdutivo, os termos locais reunidos no dicionário revelam uma grande riqueza cultural e cosmológica, bem como um vasto conhecimento ecológico, uma vitalidade de interações que subsistem e opõem resistência aos desejos desertificadores.

Por fim, o texto de Viviane Kraieski de Assunção, intitulado "A extração de lítio no deserto do sul da Califórnia e as disputas da nomeação", apresenta etnograficamente as diversas e contrastantes definições de lítio que atravessam os projetos de extração de lítio na região desértica de *Imperial Valley* e *Mar Salton*, no sul da Califórnia (Estados Unidos). A autora argumenta que os políticos, os cientistas e as populações locais, indígenas e não indígenas, relacionam-se com o lítio de formas contrastantes, definindo o seu âmbito e particularidades de várias maneiras. Tais ideias sobre o lítio resultam também em caracterizações divergentes do que é, do que foi e do que pode ser a área onde se pretende extrair o mineral: um deserto assolado por restrições e precariedades que só pode ser melhorado através da exploração económica do lítio, ou um território ancestral de produção de vida que deve ser preservado face ao avanço extrativista.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

No jogo entre carência e abundância que esses textos revelam, delineia-se o terceiro ponto sobre o qual gostaríamos de fazer algumas conexões finais. Referimo-nos ao contraste entre territórios concebidos monoliticamente e de uma vez por todas como meros reservatórios de recursos a explorar adequadamente em benefício de certos seres humanos, e territórios que, numa perspectiva cosmopolítica, estão superpovoados, são múltiplos e têm capacidade de ação política.

Cosmopolítica da deserção

No final de um discurso proferido em 2016 como denúncia da violência histórica exercida sobre os povos indígenas no Brasil, Eduardo Viveiros de Castro apela aos "involuntários da Pátria" (aqueles que "viram cair sobre as suas cabeças uma 'Pátria' que não pediram, e que só lhes trouxe a morte, a doença, a escravatura e a despossessão") para que desertem. "Desertar", do latim *desertāre*, introduz-nos novamente na ideia de 'abandonar' ou 'deixar sozinho'. Neste caso, o apelo de Viveiros de Castro é para abandonar um modo de ação baseado na ideia de um Estado-nação e seus cidadãos, adotando uma postura de pensamento e ação que escape aos limites impostos por este. Partindo da sua proposta e avançando mais além, no sentido do tema que nos ocupa, poderíamos pensar que as teorias dos nossos interlocutores ranqueles, caatingueiros e qom, mencionadas no início desta introdução, são exemplos das múltiplas e variadas tentativas que diversos coletivos fazem para "desertar" das imagens do deserto formuladas pelas economias políticas dos diferentes Estados-nação. Repovoar os seus territórios com outras práticas cosmopolíticas é "desertar" da homogeneidade e contraefetuar o destino inexorável a que as lógicas da desertificação parecem ter condenado estes povos e os espaços que habitam. Ao deserto como categoria estática e monolítica, as práticas e os saberes locais contrapõem a potência dos fluxos, das intermitências, da gestão cuidada das relações, das tecnologias e das festividades.

Em "Entre os Vazios do Cerrado e a Abundância da Memória: A História de Resistência de Dona Laurentina, Matriarca do Quilombo de Mumbuca", Alice Agnes Spínola Mota partilha as memórias de Dona Laurentina, ensinando-nos que viver aquilombado é uma forma de resistência às lógicas coloniais que descrevem o Cerrado como inacessível, hostil ou atrasado. Através da análise etnográfica das suas memórias pessoais e grupais, bem como das diversas lutas territoriais empreendidas na Mumbuca, a autora consegue descrever como o território não é apenas um espaço físico, mas, sobretudo, um ser vivo que foi "amansado" para servir de descanso, refúgio e origem do grupo, constituindo uma rede de lugares e pessoas interligados que compõem a história e a cultura desse povo.

Por sua vez, Diego Moreira e João Carlos A. S. S. de Almeida também nos permitem refletir sobre formas de relação com os territórios que transcendem e desafiam profundamente os pressupostos naturalistas de certas concepções territoriais. No estudo "Indicadores extra-humanos de saúde ambiental: cosmopolítica e os impactos do agronegócio a partir dos Yawalapiti (Aruak) do Alto Xingu", os autores questionam os efeitos do extrativismo e do desmatamento sobre a população extra-humana, bem como descrevem as dificuldades geradas quando territórios indígenas densamente povoados são cercados ou encurralados por áreas de monocultura. A atenção à cosmopolítica Yawalapiti permite-lhes delinear e descrever o alcance de uma teoria ambiental nativa. Segundo esta teoria, os efeitos das práticas antrópicas negligentes sobre o meio ambiente transcendem a esfera de competência humana e afetam, igualmente e de modo direto, os donos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

não-humanos dos diversos ambientes que, diante das agressões, morrem ou reagem fugindo e exilando-se, aprofundando a degradação ambiental.

Encerra este dossiê — e com ele, o percurso desta introdução — o ensaio de etnografia visual "Visiones del Desierto en perspectiva de los pastores de los valles Calchaquíes", de Andrés Jäkel. A partir de uma série de imagens e textos que retratam a experiência etnográfica do autor em várias comunidades de pastores do noroeste argentino, temos acesso a diversas perspectivas sobre os montes e os campos que contribuem para a construção dos *Valles Calchaquíes*, na província de Salta. Enquanto a escassez e o vazio são elementos preponderantes na caracterização estatal destes espaços (e justificação suficiente para que a indústria extrativa avance com força numa suposta tentativa de reverter estas características), os habitantes locais, no seu modo de vida, compõem um mundo de grande complexidade que inclui múltiplos seres, atividades, relações e espaços de grande intensidade. Mais do que isso, como Jäkel aponta, o deserto nem mesmo figura como uma questão que os preocupe. Eles não se relacionam nem refletem sobre o seu ambiente nestes termos, mas as suas práticas cosmopolíticas são orientadas pela distinção entre espaços de maior ou menor potência, com maior ou menor presença de entidades não-humanas, ou que apresentam maiores ou menores possibilidades de relação.

Estas práticas permitem-nos "atravessar o deserto" (KRENAK, 2020) e ultrapassar a dicotomia entre escassez e abundância, inerente ao nosso imaginário geográfico, para delinear outras geografias e territorialidades.

Histórias de amor para escapar à violência

> *Antonio José Bolívar Proaño se quitó la dentadura postiza, la guardó envuelta en el pañuelo y, sin dejar de maldecir al gringo inaugurador de la tragedia, al alcalde, a los buscadores de oro, a todos los que emputecían la virginidad de su Amazonía, cortó de un machetazo una gruesa rama, y apoyado en ella se echó a andar en pos de El Idilio, de su choza, y de sus novelas que hablaban del amor con palabras tan hermosas que a veces le hacían olvidar la barbarie humana.*
> (Sepúlveda, Un viejo que leía novelas de amor, 1989)

Antonio José Bolívar Proaño, o protagonista do romance do escritor chileno Luis Sepúlveda, estabeleceu-se com sua esposa às margens do rio Nagaritza, na selva equatoriana, em sua juventude. Embora de origem serrana, Proaño se adapta rapidamente —mas não sem contratempos— ao novo lugar, constrói sua casa, aprofunda suas relações com os vizinhos indígenas e, por meio deles, torna-se um grande conhecedor da selva, de seus habitantes e de sua dinâmica, além de ser testemunha direta das mudanças que começam a ocorrer ali com a chegada dos "gringos", aqueles personagens buscadores de riqueza que "destruíram a selva construindo a obra-prima do homem civilizado: o deserto" (1989: 60).

Assim como Proaño, que caçava uma temível gato-do-mato ["*tigrillo*"] já ferido pelos brancos para lhe dar a morte que merecia e, por um momento, interromper a série interminável de ataques violentos à região, as reflexões que deram origem a este dossiê também se propõem a interromper a série interminável de ataques violentos a vários territórios americanos para descrevê-los e analisá-los. Entendemos que os textos reunidos, ao mesmo tempo que evidenciam a relevância e atualidade desses debates em nossa disciplina, também demonstram que as explorações sobre o tema ainda são relativamente incipientes, restando um exercício de maior aprofundamento teórico e etnográfico para conferir verdadeiro sentido a uma possível "Antropologia dos desertos". Na mesma perspectiva, as

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

linhas de conexão entre os textos –que nós, enquanto organizadores, delineamos nesta introdução– não apenas revelam algumas das preocupações que perpassam os diversos artigos, mas também sinalizam que tais diálogos e conversações entre os textos permanecem implícitos, aguardando uma abordagem mais aprofundada.

Diante da devastação e da violência que se instalam na selva que o acolhe e o cerca, Antonio José Bolívar Proaño, como mostra a epígrafe no início desta seção, refugia-se na leitura de romances de amor que lhe permitem, de alguma forma, imaginar outros personagens, situações e paisagens. Que os textos aqui reunidos também sejam um refúgio e um convite para um movimento cosmopolítico semelhante.

Epílogo

Ao refletirmos sobre o tema daquele Grupo de Trabalho no Congresso da ALA e, posteriormente, ao elaborarmos a chamada para este dossiê, o objetivo era "mapear" quais ideias e conceitos se vinculam imediatamente ao termo 'deserto'. Os participantes que apresentaram comunicações na ocasião, assim como os autores que submeteram artigos para esta coletânea, somaram-se a esse esforço fundamental para compreender como se articula e opera a maquinaria desenvolvimentista — que precisa romper a relação imanente entre humanos e território, desatá-los desse vínculo para fazê-los desejar o que não desejavam quando ainda não sabiam que viviam em (e eram) um "deserto" para outros.

Depois, num movimento de torção cognitiva — uma espécie de contrafeitiço — decorrente tanto de nossas discussões e reflexões quanto do diálogo comparativo com a obra de diversos autores, tornou-se teórica e metodologicamente necessário ignorar ou colocar entre parênteses tais imagens, a fim de abrir o campo semântico e sermos capazes de "ver" ilhas existenciais onde o oceano desertificador costuma ocultá-las, transformando-as em meras superfícies dignas, agora sim, de serem administradas. Daí emergem as diversas práticas sociais que vinculamos à abundância, à criatividade, à atenção às agências extra-humanas e às experiências de contraefetuação de um destino pré-configurado, entre outras.

A essas incipientes "Antropologias dos Desertos" – às quais este dossiê espera contribuir – ainda resta um longo caminho a percorrer. Falta, por exemplo, observar em que medida nossa própria prática antropológica é desertificadora, operando como uma lente fotográfica que, ao ajustar manualmente o foco, capta apenas vazios ou abundâncias, espoliações ou adaptações socioculturais ao ambiente e ao clima, assédios ou sobrevivências estratégicas, mitologias ou rituais condicionados à escassez. Essa prática de pesquisa e operação epistemológica é fundamental, pois a realidade assim o exige. No entanto, o real também convida a outros movimentos. Não pretendemos ignorar a existência física, geográfica, climática ou bioquímica dos desertos ao redor do mundo, tampouco esperamos que o ato de apontar práticas que desertificam territórios e modos de existência faça com que elas magicamente deixem de existir. Nosso desejo é salientar que a descrição dessas situações permite, de certo modo, controlar o equívoco etnográfico e incita a intensificar a diferença para alcançar uma tradução parcial – preservando a indiscernibilidade inerente a toda relação de alteridade. O que aconteceria se atravessássemos o deserto para aprender a dialogar com os nativos e soubéssemos inserir seus termos e poder imaginativo no debate? Que imagens inimagináveis conseguiríamos enxergar com essas novas lentes? Que teoria etnográfica da imaginação conceitual poderia ser elaborada *diante* dessas pessoas?

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

Como argumenta Renzo Taddei (2025: 21), há coisas que sabemos que não sabemos e que constituem nossos "desconhecidos conhecidos". Desse modo, diferentes abordagens na antropologia podem analisar como questões centrais para a sociedade urbana ou moderna operam em outros territórios existenciais, de forma que nossas pesquisas contribuam para estabelecer uma relação alternativa mais sustentável ao atual modo antropocêntrico. Mas há mais — e aqui reside a potência do chamado a "desertar" mencionado anteriormente — pois existem muitas coisas que não sabemos que não sabemos (ou, como diz Taddei, há muitos "desconhecidos desconhecidos"). Seja porque são incognoscíveis, tal como ver a olho nu o mundo quântico, seja porque o modo como definimos o que é o mundo e quem são os agentes que atuam nele nos impede de ver e explorar zonas da realidade invisíveis (e invisibilizadas) para a ciência, mas acessíveis sob outros modos de definir o mundo e suas entidades.

Tudo isso deveria interessar profundamente à antropologia, na medida em que uma de suas tarefas –ou melhor, sua tarefa mais distintiva, como propõe Oscar Calavia Sáez (2011)– é descobrir novos objetos capazes de gerar reflexões e funcionar como contrapontos alternativos às certezas produzidas como dadas e irredutíveis. Como sabiamente destaca o autor, pode ser que as teorias dos grandes antropólogos já não despertem tanto entusiasmo como outrora, mas o *kula*, o *potlatch*, a aldeia circular bororo –e nós acrescentaríamos: o dualismo em perpétuo desequilíbrio, o perspectivismo ameríndio, as variações sazonais da estrutura social, a sociedade-contra-o-Estado etc.– continuam sendo objetos extraordinários, capazes de penetrar e alterar o pensamento ocidental ou, como pensava David Graeber (2019), de responder a questões de relevância filosófica universal. O que há, então, ainda hoje e neste exato momento, de inimaginável na caatinga da Bahia, no Chaco e na Pampa argentina, mas também nos arredores do rio Negro no sul da Argentina e nos vales Calchaquíes, no município de Dianópolis e no povoado de Mumbuca do cerrado tocantinense, no extremo sul da Bahia, no estado do Mato Grosso, no Alto Xingu ou em Minas Gerais? O que é aquilo que, por não figurar sequer em nosso solo pré-conceitual, permanece ainda impossível de ser desertificado?

Referências

BARABAS, Alicia. La construcción del indio como bárbaro: de la etnografía al indigenismo. *Alteridades*, 10 (19): 9-20, 2000.

dos SANTOS, Antonela. Un río robado y vínculos secos en la pampa argentina. *Revista Chilena de Antropología*, 46: 164-184, 2022.

GORDILLO, Gastón. *Rubble. The afterlife of destruction*. Durkham: Duke University Press, 2014.

GRAEBER, David. Alteridade radical é só outra forma de dizer "realidade": resposta a Viveiros de Castro. *PráxisComunal* 2 (1): 277-323, 2019.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

HENNI, Samia. “Against the regime of ‘emptiness’”. In: HENNI, S. (comp.) *Deserts are not empty*. Columbia: Columbia University Press, 2022. pp. 9-22.

KRENAK, Ailton. *La vida no es útil*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2020.

LOIS, Carla. La invención del desierto chaqueño. Una aproximación a la apropiación simbólica de los territorios del Chaco en los tiempos de formación y consolidación del Estado Nación Argentino. *Scripta Nova,* 38, 1999.

LOPES, Gabriel. *Virar-otro. Notas para una teoría de la alteridad. Una etnografía de los rastejadores en la caatinga de Bahia (Brasil)*. Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2021.

MEDEIROS, Rondinelly Gomes. Mundo quase árido. *Ilha Revista de Antropologia*, 21 (1): 21–37, 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. *Terra Brasilis,* 4 (5): 1-7, 2003.

NAVARRO FLORIA, Pedro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera sur. *Revista Complutense de Historia de América*, 28: 139-168, 2002.

NIXON, Rob. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

POVINELLI, Elizabeth. *Geontologies. A Requiem for Late Liberalism*. Durham: Duke University Press, 2016.

RAMOS, Alcida. O indigenismo na montagem da nação. Contrastes e convergências entre Brasil e Argentina. *Anuário Antropológico*, 33(1): 27–59, 2008.

ROBLEDO, Emilio. La equivocación de un territorio en conflicto: experiencias y narrativas *qom* en el sur del Gran Chaco. *Etnográfica*, 24(2): 503-525, 2020.

SÁEZ, Óscar Calavia. O Lugar e o tempo do objeto etnográfico. *Etnográfica*, 15 (3): 589-502, 2011.

SEPÚLVEDA, Luis. *Un viejo que leía novelas de amor*. Barcelona: Tusquets, 1989.

TADDEI, Renzo. ¿Hay espacio para el conocimiento indígena en los esfuerzos globales de información sobre ciencia climática? *Runa,* 46 (1): 19-25, 2025.

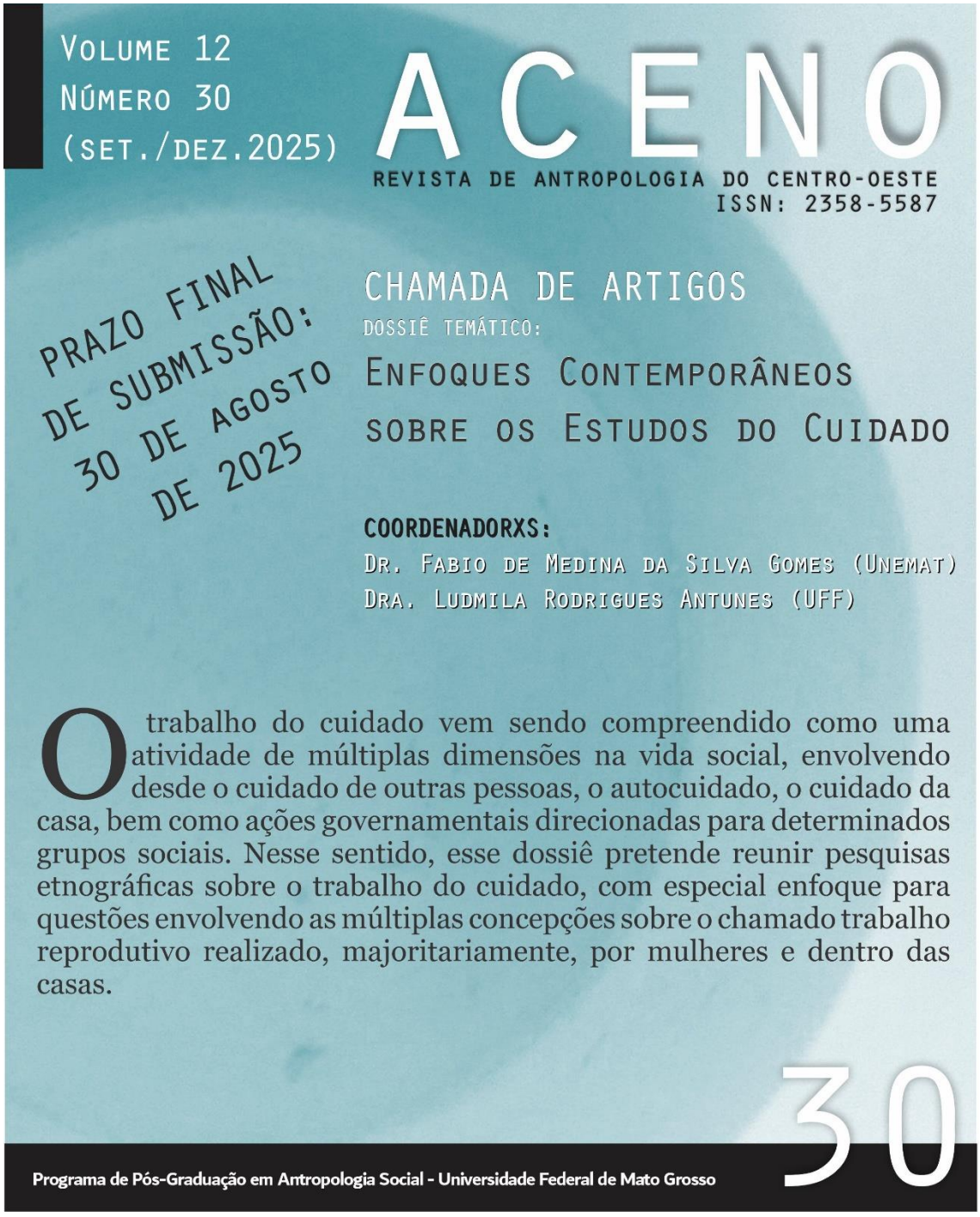
TOMÉ, Pedro. La construcción política de la desertificación: el desierto que repta. *Revista de Antropología Social*, 22: 233-261, 2013.

URIARTE, Javier. *The Desertmakers. Travel, War, and the State in Latin America*. Nueva York: Routledge, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, 8 (1): 113-148, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da Pátria. Aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro, 20/04/2016.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19871

ACENO

O Nilo argentino:
imaginários de deserto, água e mitologias

Cecilia M. Argañaraz[1]
Instituto de Antropología de Córdoba

Resumo: Este trabalho explorará uma comparação entre o Rio Negro (Argentina) e o rio Nilo (Egito) que se repete ao longo da primeira metade do século XX entre diversos atores ligados ao mundo da hidráulica. A partir de uma antropologia histórica dos "desertos", rastreamos essa comparação e pretendemos descrever densamente o entrelaçamento de práticas e narrativas no qual essa comparação "faz" sentido. Um entrelaçamento no qual um rio remete ao outro, uma colonização a outra e um "deserto" a outro. Os modos de fazer e pensar a civilização desafiam, assim, as lógicas escalares, a ideia do "situado" e do universal.

Palavras-chave: desertos; antropologia histórica; Nilo; Rio Negro; Argentina.

[1] PhD/Doctora en Estudios Urbano-Regionales (Bauhaus Universität Weimar/Universidad Nacional de Córdoba). Licenciada en Antropología y Profesora en Historia (Universidad Nacional de Córdoba). Becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina). Becaria Postdoctoral por la Fundación Humboldt (Bonn, Alemania). Su trabajo se centra en pensar las relaciones con el agua y la aridez en perspectiva antropológica e histórica, trabajando con controversias vinculadas al uso del agua, las relaciones con los ríos en regiones áridas y el concepto de "desierto". Se interesa particularmente por los actores institucionales, científicos y técnicos implicados en esas relaciones.

ARGAÑARAZ, Cecilia M. **O Nilo argentino: imaginários de deserto, água e mitologias.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 23-44, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

El Nilo argentino:
imaginarios de desierto, agua y mitologias

Resumen: Este trabajo explorará una comparación entre el Río Negro (Argentina) y el río Nilo (Egipto) que se repite a lo largo de la primera mitad del siglo XX entre diversos actores vinculados al mundo de la hidráulica. Desde una antropología histórica de los "desiertos" hemos rastreado esa comparación y pretendemos describir densamente el entramado de prácticas y narrativas en el cual esa comparación "hace" sentido. Un entramado en el cual un río remite a otro, una colonización a otra y un "desierto" a otro. Los modos de hacer y pensar la civilización desafían, así, las lógicas escalares, la idea de lo "situado" y lo universal.

Palabras clave: desiertos; antropología histórica; Nilo; Río Negro; Argentina.

The Argentine Nile:
imaginaries of desert, water and mythologies

Abstract: This work will explore a comparison between the Río Negro (Argentina) and the Nile River (Egypt) that recurs throughout the first half of the 20th century among various actors connected to the field of hydraulics. From a historical anthropology of the "deserts," we have traced this comparison and aim to tightly describe the web of practices and narratives in which this comparison "makes" sense. A net in which one river refers to another, one colonization to another, and one "desert" to another. The ways of making and thinking civilization thus challenge scalar logics, and the notions of "situated" and "universal".

Keywords: deserts; historical anthropology; Nile; Río Negro; Argentina.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Este trabajo surge a partir de una pregunta por los desiertos. Abordaremos estos espacios no como realidades físicas o unidades ecológicas claramente diferenciables, sino como construcciones. No tanto construcciones "sociales", aunque lo son, sino montajes, asociaciones entre elementos de índole diversa, algunos más tangibles que otros: cemento, narraciones, genocidios, pluviómetros (LATOUR, 2005). Los desiertos han sido un otro conflictivo y necesario para las narrativas identitarias de occidente (SAID, 2007). Oriente es ese territorio árido, poblado de bárbaros y bereberes, de arena y también de imperios construidos alrededor del manejo del agua y los "oasis"[2]. Es la tierra de los mitos de origen fundamentales del mundo moderno: el cristiano, por una parte, y el de la "Civilización"[3], por otra. Ese "desierto" está hecho tanto de realidades tangibles como de relatos; es un montaje que lo convierte, más que en una condición de Oriente, en una creación de Occidente. La categoría de "desierto" así entendida forma parte de un imaginario, en el sentido de un conjunto de narrativas y prácticas que permiten habitar el espacio y el tiempo (MASSEY, 1999).

Dentro del variado conjunto que constituyen los imaginarios del desierto, un elemento es particularmente relevante para nuestra versión local de la modernidad: la "Conquista del Desierto". Esta frase y el conjunto de prácticas que conlleva nos remiten a un momento muy específico de la historia argentina: la ocupación de la Patagonia mediante una operación militar, política, científico-epistémica, narrativa y, también, hidráulica.

La Conquista del Desierto tuvo lugar entre 1878 y 1885, con una campaña militar principal en 1879. Se realizó bajo el auspicio del primero ministro de Guerra y luego presidente de la Nación, Julio Argentino Roca. Los pueblos indígenas de las actuales provincias de La Pampa, Neuquén, Mendoza, Río Negro y Chubut fueron despojados de sus tierras, y o bien perecieron en batalla, o bien fueron obligados a vivir en condiciones tales que obligan a considerar este proceso como un genocidio: los "salvajes" o "bárbaros" indígenas fueron llevados a vivir a museos, para ser expuestos y trabajar como personal de limpieza; los niños fueron ofrecidos a familias bonaerenses como personal de servicio; un gran número murió en prisión, y aquellas comunidades que lograron sostenerse como tales fueron obligadas a vivir en reservas.

Pero la Conquista del Desierto dependió no sólo del despliegue de dispositivos militares, sino también epistémicos. Es ampliamente conocido el rol jugado por la llamada "generación del '37" en la creación de una literatura que crea la oposición Civilización-Barbarie, cuyo máximo exponente es quizás el *Facundo*, del luego presidente Domingo Faustino Sarmiento (1845). A ellos sucede (en gran medida bajo el auspicio de este último) una generación de científicos dedicados a sistematizar, muestrear, domesticar y convertir en "conocimiento científico" las

[2] El término "oasis" está entramado en la misma red que el de "desiertos", tema que sería motivo de otro artículo. El oasis opera como un "bastión de la civilización" desde el cual es posible combatir al desierto. Una versión particularmente potente de la narrativa civilizatoria asociada a los oasis, con vigencia hasta el presente, puede hallarse en el caso de la ciudad de Mendoza, Argentina. Ver Escolar y Saldi (2017).

[3] El uso de comillas en este trabajo presenta una ambigüedad que no hemos podido evitar: por un lado, señala las categorías que se quiere poner en cuestión (a veces nativas, a veces propias de los investigadores o de nuestro mundo); por otro, indica las frases textuales y categorías nativas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

llamadas “riquezas de la nación”: un inventario de seres naturales destinado tanto a los naturalistas como a potenciales inversionistas, locales o extranjeros.

En la misma línea, cabe destacar que antes, durante y luego de la Conquista del Desierto se sucedieron una serie de expediciones científicas en gran medida destinadas a sistematizar “las riquezas del país”: el mundo natural era catalogado y muestreado, mientras el cultural se hacía desaparecer para producir un “desierto” factible de ser ocupado por la Civilización. Una segunda etapa de este proceso la constituye la hidráulica: apenas concluido el avance militar, comienza un proceso de colonización agrícola, especialmente centrado en el valle del Río Negro, considerado como el más “viable” de los territorios incorporados. En coincidencia con un proceso de escala nacional, el Estado emprende la “doma de los ríos” argentinos en las primeras décadas del siglo XX. Entre ellos, el Río Negro.

Los desiertos pueden ser estudiados de manera muy efectiva si nos ocupamos del agua, de los discursos acerca de su escasez, de las prácticas asociadas a su gestión y distribución, de sus mitologías y sus lógicas (GEERTZ, 1972). Queremos proponer aquí que, además de estos factores, es posible estudiar los imaginarios que rodean al desierto a partir de las prácticas de un grupo social muy específico que se ocupa del agua: los ingenieros hidráulicos.

Estos sujetos constituyen el centro de una investigación más amplia, planteada como una antropología histórica de los imaginarios sobre el desierto en Argentina, y centrada particularmente en actores “técnicos”: ingenieros y científicos, a principios del siglo XX. En la exploración documental emprendida, apareció una pista (*sensu* GINZBURG, 2010) cuyo rastreo se presenta aquí: una comparación “nativa” entre el Río Negro y el Nilo, que da nombre a este trabajo.

Esta comparación nos ofrece una puerta de entrada para desplegar los sentidos que, para los ingenieros de las primeras décadas del siglo XX, revistió su propia práctica. Sentidos que, intentaré demostrar, se han permeado hasta nuestros días porque forman parte de un imaginario geográfico, de un conjunto de narrativas, prácticas y lógicas de relación con los espacios y con el tiempo, que siguen en gran medida vigentes.

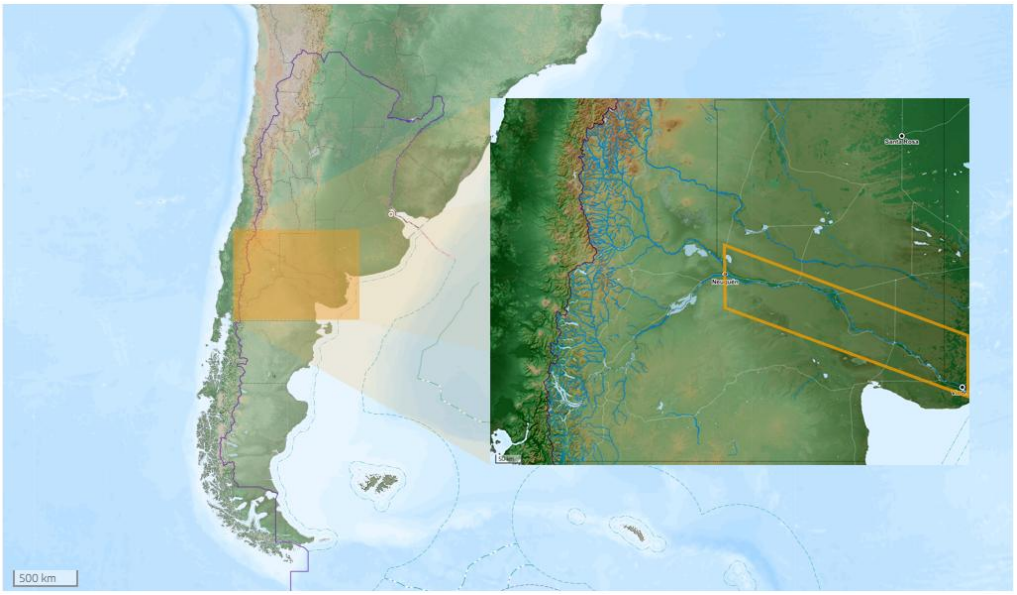


Figura 1 – Mapa ilustrando la ubicación del Río Negro. En la ampliación se aprecian también sus afluentes, el Neuquén y el Limay (a la izquierda) y el Río Colorado (arriba), así como la riqueza hídrica de la región cordillerana. Fuente: elaboración propia en base a mapas del IGN (Instituto Geográfico Nacional).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Los rastros

Este trabajo está compuesto por una serie de evidencias que buscaremos entramar y dotar de sentido a partir del análisis. Las evidencias son menciones al término "Nilo Argentino" recogidas en diversas obras que van refiriéndose la una a la otra entre los años 1879 y 1940. A ellas se suma una nueva aparición del término en un contexto contemporáneo (año 2021), que sugiere la posibilidad de proyectar al menos parte de la trama de sentidos que intentaré describir hasta nuestros días.

En estas páginas exploraremos un episodio particular de la historia científico-técnica nacional: en 1899, al redactar su exhaustivo informe sobre la cuenca del Río Negro, el ingeniero César Cipolletti[4] comparó a este río con el Nilo. El objetivo del informe era proponer un plan de obras hidráulicas para contener las inundaciones, regular los cambios de curso del río y facilitar la agricultura. El momento, las postrimerías de la "conquista del desierto", por lo cual el informe recoge observaciones sociológicas bastante interesantes acerca de qué obras hidráulicas serán útiles para qué sujetos, más o menos deseables para el proyecto civilizatorio. En este contexto, la comparación de Cipolletti entre el Río Negro y el Nilo no pasó desapercibida. Fue retomada, por el contrario, en los discursos del ministro de obras públicas, Emilio Civit; luego, por otro ingeniero, Soldano (1910), y finalmente por Doléris (1912), prestigioso médico francés que hizo de la idea el título de un libro. Treinta años después, Oscar Murúa (1942) retomaría la analogía para desecharla primero y luego construir sobre ella una nueva comparación, más favorable aún para el Río Negro como exponente de la Civilización.

Estas cuestiones podrían resultar anecdóticas, sin embargo, proponemos pensarlas como síntomas (GINZBURG, 1995), como emergentes de un imaginario ampliamente extendido, que informa prácticas y organiza narrativas en torno a la noción de "desierto". Un desierto que aquí aparece no sólo como *desertus* abandonado de los favores de la naturaleza o de la sociedad civilizada, sino teñido de un fuerte imaginario orientalista (SAID, 2007 [1975]), que puede rastrearse en Sarmiento (2005 [1845], por ejemplo), el cual en este contexto se vincula con una mitología de los orígenes de la civilización articulada en torno al Nilo (CHILDE, 1954; WITTFOGEL, 1957).

Haremos aquí una primera exploración de esas obras, de cómo aparecen el Nilo y el Río Negro en ellas, de qué discursos habilita esa comparación y de cómo podrían trazarse desde ellos las líneas de un mito más amplio. La antropología histórica puede ser una herramienta potente para acercarnos a la noción de desierto con nuevas preguntas, orientadas a comprender cómo se recrean las mitologías de la civilización, quiénes participan de los encadenamientos que las habilitan y qué distancias, heterodoxias o intersecciones proponen.

Es importante aclarar que la comparación entre los dos ríos reviste el carácter de práctica nativa. El abordaje de la investigación no es comparativo en el sentido metodológico del término, sino estrictamente un ejercicio de antropología histórica. El objetivo es comprender cómo sujetos específicos, los ingenieros que idearon algunos de los grandes proyectos hidráulicos nacionales entre fines del siglo

[4] César Cipolletti (1843-1908) fue un ingeniero hidráulico italiano, tempranamente reconocido por su trabajo en ese país. En 1888 fue contratado por el gobernador mendocino, Tiburcio Benegas, para realizar obras de riego en el río Mendoza. Sus observaciones y diseños dieron origen a obras que siguen operando hasta el presente. Trabajó en varias provincias argentinas antes de que, en 1898, bajo presidencia de J.A. Roca, le fuera encomendada la tarea de describir, diagnosticar y diseñar obras de riego para los ríos Neuquén, Limay, Negro y Colorado. Aunque su tarea es completada al año siguiente en el documento que aquí citamos, los conflictos limítrofes con Chile demoran el inicio de las obras. Cipolletti viaja a Italia y no será convocado de vuelta hasta 1908, falleciendo en el barco que lo traía al país.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

XIX y principios del XX, se relacionaron con el entorno que planeaban modificar. Esta relación está compuesta de operaciones concretas, como pueden ser el explorar y el medir, pero también atravesada por modos de imaginar los territorios. Una imaginación influenciada por categorías y lógicas que hemos dado en llamar "modernas", "coloniales", "capitalistas", entre otros, y que en este caso nos interesa más describir que adjetivar.

En los próximos apartados exploraremos una serie de documentos que son también momentos de esta apropiación sureña del Nilo. El primer documento son las *Memorias* del propio Cipolletti, un documento de 400 páginas a modo de informe, presentado al ministro de obras públicas Emilio Civit. El documento se concibe al mismo tiempo como un informe técnico de las características de la cuenca, un proyecto hidráulico y un "inventario de las riquezas de la Nación", expresión que, sostenemos, coloca la labor de los ingenieros en una línea de continuidad con el proyecto epistémico, material y político de los naturalistas de fines del siglo XIX y la inscribe, por consiguiente, dentro del complejo conjunto que constituyen las operaciones de "conquista" del "desierto".

Luego de explorar estas continuidades, avanzaremos sobre el destino de la comparación entre los ríos Negro y Nilo en la ingeniería nacional. La idea es retomada en el discurso de inauguración de las obras del Río Negro, por el entonces ministro de Obras Públicas E. Ramos Mejía. Aparece también en los trabajos de F. Soldano[5] (1910, 1921), autor de diversas publicaciones vinculadas a la hidráulica nacional. *El Nilo Argentino s*e convierte luego en el título de un libro escrito por el médico Jacques-Amédée Doléris, comisionado por la Cámara de Agricultura de Francia para estudiar la posibilidad inversiones agrícolas del gobierno francés en el Río Negro. Varias décadas más tarde la comparación es retomada y "tomada en serio" por el geógrafo americanista Pedro O. Murúa en la década de 1940, en el marco de un nuevo auge de las narrativas y los proyectos hidráulicos para civilizar/desarrollar los desiertos argentinos articulada, en este caso, con el debate sobre la identidad americana y su aporte al gran relato de la civilización.

Presentaremos por último algunas líneas para ponderar el peso y los sentidos de esta comparación entre ríos. En otras palabras, la pregunta que recorre este trabajo es ¿qué *hace* el Nilo en el extremo sur de Sudamérica? Si lo pensamos como actante (LATOUR, 2005): ¿qué acciones moviliza, qué prácticas y sentidos? ¿cómo interactúa con los sujetos y qué les *hace hacer*?

La inundación y las memorias

Para iniciar este ejercicio descriptivo nos aproximamos a un caso concreto, el de la cuenca del Río Negro (Río Negro, Patagonia Argentina), y a una obra que por su volumen y características permite recorrer de manera bastante completa los distintos aspectos que involucró la práctica técnica y narrativa de la ingeniería en las postrimerías de la Conquista del Desierto. Se trata de los *Estudios de Irrigación: Ríos Negro y Colorado*. *Informe del Ingeniero César Cipolletti,* normalmente conocido como *Informe Cipolletti*. Este documento es producido a partir de la expedición realizada por Cipolletti y un pequeño equipo de asistentes, durante el año 1899, y publicada tres meses después de su finalización. La velocidad del trabajo y lo completo de la memoria han convertido a este informe en una

[5] Decano de la Facultad de Ingeniería de la Universidad Nacional de La Plata y del Laboratorio de Hidráulica Experimental; miembro del Centro Nacional de Ingenieros y de la Sociedad Científica Argentina.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

pieza rodeada de cierta mística en la historia de la ingeniería nacional (GANDOLFO, 1980; PETZ, 1999). Lo interesante de este trabajo es que, al igual que otras producciones de la época, combina consideraciones de un orden que podríamos denominar estrictamente técnico con otras, que abarcan el relato de viajes, la descripción paisajística, la observación o especulación científica, y las consideraciones que otro ingeniero, Carlos Volpi (1921), resumió como "de atingencia del sociólogo". En efecto, los proyectos hidráulicos están atravesados por una fuerte dimensión que combina el diagnóstico socioterritorial con la puesta en juego de futuros y pasados imaginados para la humanidad. En este caso, queremos explorar como esa tarea de imaginar el tiempo trae a territorios patagónicos al que es, quizás, el más simbólico de los ríos: el Nilo.

Para contextualizar esta frase y a los sujetos cuya imaginación y prácticas nos interesan, es necesario aclarar que a fines de la década de 1890 el Nilo probablemente haya estado muy presente en las mentes de todo ingeniero con alguna trayectoria, como era el caso de Cipolletti. El año anterior, 1898, los ingleses habían dado comienzo al titánico trabajo de "domar" el antiguo régimen de inundaciones que hiciera de Egipto el granero del mundo antiguo y un mito para el mundo moderno[6]. La antigua presa de Asuán, levantada en la primera catarata, estaba llamada a terminar con la autonomía del río y a traerlo, junto con su gente, bajo la égida de la civilización (y el colonialismo).

Antes de proseguir, cabe aclarar que los intentos de "doma" del Nilo por parte del Imperio Británico arrojaron un resultado bastante pobre: el río derrotó una y otra vez a estas primeras presas y sólo pudo ser detenido sesenta años más tarde, cuando se concretó la presa alta de Asuán bajo gobierno de Nasser y con apoyo de la Unión Soviética. Sin embargo, a fines de este trabajo pondremos entre paréntesis la efectividad de las obras y también la capacidad del Nilo de rebelarse contra sus captores, porque lo que más nos interesa son los relatos, las narrativas y las ontologías de lo posible que se articulan en torno a la empresa.

El Nilo y su gente son, en estos relatos, al mismo tiempo un gran "otro" de la Civilización y su cuna. Es también una sinécdoque de Egipto mismo, indivisible de él: granero del mundo antiguo, tierra de faraones y obras colosales, y también "desierto" a ser conquistado y recuperado para la civilización luego de su ocupación otomana y su conversión al islam, conversión que incluye al Nilo mismo[7] (MARCONETTO, 2023).

Quizás sea esa fama multifacética del río egipcio la que inspira a Cipolletti a traerlo a colación desde las frases iniciales de su Informe sobre el Río Negro:

> En cuanto al agua, la hay suficiente para regar más de un millón de hectáreas, es decir, más de la mitad de todo el Egipto y por lo general en condiciones de feracidad no inferiores a ese privilegiado país; y como en éste situadas, en su mayor parte, a ambas márgenes de un río caudaloso que un día no lejano tendrá libre acceso desde el Atlántico. (CIPOLLETTI, 1899: VII)

La comparación se retoma en algunos puntos de la *Memoria*. Si bien el Nilo

[6] Las discusiones acerca de qué hacer con el Nilo ocuparon un lugar prominente en la hidráulica decimonónica europea, especialmente británica y francesa (WHITTINGTON y GUARISO, 1983; GOBY, 1959).

[7] El historiador Al-Maqrizi relata que en el año de la conquista árabe de Egipto (639 AD) el general a cargo reporta que los egipcios, cuando empezaba a crecer el Nilo, engalanaban una virgen y la lanzaban al río a fin de propiciar la crecida. El general Amr ibn Al ´as abolió la "bárbara costumbre" y el Nilo no creció en los siguientes meses. Preocupado por la hambruna escribió al Califa, quien a su vez escribió una carta al río: "Yo siervo de Dios, Umar, comandante de los creyentes, al Nilo del pueblo de Egipto: Si eliges fluir o no por tu propia voluntad, entonces no fluyas; pero si es Alá, el Único, el Todopoderoso, quien te impulsa a fluir, entonces le pedimos a Alá, el Único, el Todopoderoso, que lo haga". (LANE, 1993 [1835]: 476-477). Dicen los musulmanes, que luego de la carta el Nilo creció y se convirtió al islam (MARCONETTO, 2023: 55).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

no es el único río que Cipoletti toma como referencia, es quizás el más mencionado y sin duda uno de los principales. Sin embargo, lo que la hace interesante es el hecho de que fue recogida por otros. Comparar al Río Negro con el Nilo tenía sentido, o mejor quizás, hacía sentido, para quienes emprendieron efectivamente las obras de irrigación luego de que Cipolletti falleciera en 1908, en el viaje de regreso a Argentina que emprendiera para iniciar ese trabajo.

> Fue un día magnífico. Frente a las bruñidas aguas del río Negro, el ministro de Obras Públicas, doctor Ezequiel Ramos Mejía en su discurso comparó la obra con la realizada por los faraones egipcios en el lago Moeris. "El problema del Nilo —dijo el ministro— era exactamente el problema del río Negro que hoy tratamos de resolver. Aquí, como allá, tenemos un coloso a dominar para que no sean devastados los fértiles valles que recorre entre cerradas curvas, cubriéndolos con su caudal de 9.000 m.c./s. unas veces y para que no haga en otras perecer de sed a los valiosos cultivos de sus orillas con disminución que llega a la ínfima cifra de 250m.c./s. Aquí, como allá, habrán de cambiarse, por la acción del hombre, áridos arenales en vergeles paradisíacos, como hoy mismo podréis verificarlo." (LARÍA, 1959: 40).

Obsérvese la doble cita del párrafo anterior. Ramos Mejía retoma la comparación con el Nilo y la refuerza en su discurso de inauguración de las obras, y en 1959, Laría vuelve a resaltar la magnificencia del momento, vuelve a poner en primer plano el carácter faraónico de lo que está ocurriendo en la cuenca del Río Negro. Esto coincide con el auge de un proceso nacional e internacional de glorificación discursiva de los proyectos hidráulicos, que convierte a los diques en "monumentos de la civilización", primero, y del desarrollo, más tarde (RADOVICH, 2011).

Las obras del lago Moeris a las que se refiere la cita constituyen un exponente icónico de la hidráulica antigua. Datan del siglo XIX aC. Herodoto, en el V aC, las describe como una de las maravillas de un mundo ya para él antiguo. Sus comentarios son retomados por otros autores clásicos, como Estrabón, Diodoro Siculus o Plinio. El lago, al igual que el Nilo y sus faraones, son ya en tiempos grecorromanos parte de una narrativa de pasado donde las obras hidráulicas constituyen mirabilia (sensu LE GOFF, 1985) y, al mismo tiempo, marcan los horizontes de la grandeza humana. En el siglo XIX, tales relatos son retomados y sistematizados no por clasicistas, sino justamente por ingenieros e intelectuales vinculados a las discusiones sobre la hidráulica: las historias, ideas y descripciones de los antiguos son parte de un amplio arsenal simbólico desplegado por ingleses y franceses, especialmente, para discutir y "domar" al Nilo (WHITTINGTON y GUARISO, 1983).

En 1912, cuatro años después del discurso de Ramos Mejía, un médico francés recorrió la Patagonia en calidad de "comentador de mérito agrícola" y escribió como resultado de su labor un libro titulado El Nilo Argentino. Estudio económico sobre las regiones del sur argentino (DOLÉRIS, 1912). El libro está mayormente dedicado a señalar las virtudes de la vitivinicultura en la cuenca del Río Negro. Para iniciar su exposición, Doléris (id: 3) toma esta cita a modo de epígrafe:

> El valle del río negro contiene tierras de una extrema fertilidad que pueden compararse a las del famoso valle del Nilo. (Mariano Jurado)

Mariano Jurado fue un ingeniero agrónomo cuya labor hemos sido capaces de rastrear vía su correspondencia con Florentino Ameghino. Formaba parte de la red de "recolectores" de Ameghino, facilitándole muestras y observaciones de terreno a partir de su propia práctica profesional. Estas redes entre práctica in-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

genieril y científica son potentes, multifacéticas, y parte relevante de la conformación de ambos campos (PODGORNY y LÓPES, 2014). A fines de este planteo, será relevante destacar la vinculación constante, vía correspondencia, afinidades personales e intelectuales, entre estos dos grupos. Charles S. Smith, por otra parte,

Volviendo al Nilo y su pariente sudamericano, el libro de Doléris realiza una operación que es común a todos los textos que he analizado. Una serie de párrafos de carácter repetitivo, estereotipado casi, traicionan las excusas del autor de presentar un libro "demasiado técnico" para sumergirse en una nueva versión de la narrativa del progreso:

> Esta obra (...) está consagrada al estudio económico de un país nuevo que se abre a la colonización, sobre el cual se vuelcan muchas personas y capitales, y que ha hecho germinar grandes esperanzas: el valle del Río Negro. Es una **tierra plena de promesas** para la agricultura, a condición de que esta sea **paciente** y **juiciosamente** conducida, con un personal a cargo escogido, una buena mano de obra y **capitales** suficientes. (...).
> Luego de la cría de ganado, que ha alcanzado un gran grado de perfección, la agricultura propiamente dicha, inteligentemente comprendida y racionalmente aplicada, está en tren de tomar su amplio y legítimo lugar en las preocupaciones de los hombres previsores y avisados que presiden los destinos del país.
> Esta es, además, **la marcha lógica y tradicional del progreso.** El hombre fue al inicio pastor antes de devenir agricultor. La agricultura misma fue extensiva antes de devenir intensiva. (DOLÉRIS, 1912: 8-9, traducción propia, negritas propias)

A estos párrafos sigue una larga reflexión sobre el rol preponderante de los inmigrantes para colonizar las nuevas tierras. Esto, a su vez, desemboca en una crítica de las prácticas locales tradicionales en las cuales el valor de la tierra radica en la posesión y la especulación con su venta y no en el "trabajo". Esta sucesión, que inicia con reflexiones generales acerca de la naturaleza del progreso para concluir con una ponderación de los sujetos socialmente "deseables" o "indeseables" para alcanzarlo, es casi omnipresente en las obras publicadas de la época.

Lo que llama la atención, en ese sentido, no es la existencia de un código, una narrativa o una lógica del mundo compartidas, sino la necesidad de volver sobre ellas, de volver a decir. Esta recurrencia de los relatos del progreso en cada obra permite hipotetizar la necesidad de los sujetos de inscribir su práctica cotidiana en una narrativa mayor: el gran relato del progreso y la civilización.

Esta hipótesis nace básicamente de la exposición sistemática a los escritos de los sujetos con los que trabajo. El carácter de "fórmula", de conjunto de "frases hechas", que presentan estas narrativas ha llegado a producirme fastidio, en mi calidad de etnógrafa documental. Exactamente por ese motivo creo que vale la pena prestarles atención, porque entiendo nos dicen algo relevante acerca del mundo en el que esos sujetos viven, sus apuestas y las formas en que conciben su práctica. Más adelante trabajaremos la idea de "santos sin aureola", movilizada por algunos naturalistas para describir su práctica científica. Este parentesco con la labor religiosa resuena también en las formas repetitivas que toma el relato del progreso: una narración del génesis que parece replicar (en el doble sentido de la palabra) la estructura escatológica de las obras medievales (VERGARA CIORDIA, 2000).

Remarcamos este punto porque es el inicio de una línea argumental. Nuestro propósito es comprender la presencia continuada del Nilo como río de referencia, punto de comparación para imaginar la colonización del Río Negro. La fuerza narrativa del Nilo reside, justamente, en su articulación con un "gran relato" acerca de la civilización y su relación con los ríos, los oasis y los desiertos; acerca del

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Estado y los imperios, el gobierno, la construcción de "grandes obras". Es, en ese sentido, un "río universal", término sobre el que volveremos.

El "inventario de riquezas" como práctica del mundo

Al iniciar su informe, Cipolletti indica que comprende su propia labor en los siguientes términos:

> Por lo que respecta al mérito de la memoria misma, espero que ella responderá, siquiera, al principal objeto que tuvo en vista V.E. al confiarme la honrosa misión; y que conceptúo debe concretarse a la confección de una especie de **inventario de todas las riquezas naturales**, aplicables a la agricultura e industrias afines, que se encuentran en los territorios objeto de los estudios practicados por esta Comisión. (CIPOLLETTI, 1899: VII, el subrayado es nuestro)

Al concebir su actividad como un inventario de riquezas, Cipolletti se aleja de la planificación de obras hidráulicas tal como podría ser concebida hoy o, quizás, como era planteada en aquellos días en otros sitios. El inventariado de riquezas naturales implica plantear una relación específica con el territorio, que se inscribe en un conjunto de prácticas ya desarrolladas y vigentes para los "desiertos" de Argentina, particularmente para la Patagonia. Diez años antes de que Cipolletti produjera su informe, la expedición científica que acompañó a Roca en la Conquista del Desierto iniciaba este proceso de inventariado, o más bien, continuaba la obra de exploradores, naturalistas y conquistadores "de avanzada", tales como Francisco "el Perito" Moreno. El proceso de inventariado de riquezas es un acto de conquista epistémica, así como la "doma" de ríos calificados de "colosos" y de "rebeldes" continúa sobre una naturaleza humanizada la guerra antes emprendida sobre el "otro" cultural naturalizado (RODRÍGUEZ, 2018).

El proceso de inventariado no fue, sin embargo, un dispositivo específico de la conquista del desierto patagónico, aunque presente aquí algunas particularidades. Por el contrario, fue una de las herramientas por excelencia de la fundación de un saber-poder estatal, moderno, que propuso modos específicos de concebir el espacio, el tiempo y las materialidades. La expresión *El desierto en una vitrina*, con la cual Podgorny y Lópes (2014) titulan su volumen al respecto, condensa estos modos de apropiación y reconstrucción del espacio. Las tareas concretas que se despliegan en torno a los elementos "naturales" nos permiten rastrear, concretamente, el "cómo" de los procesos de transformación del mundo no-humano en objeto, naturaleza y, finalmente, recurso. En ese sentido, la expresión "riquezas" y la propuesta del inventario puede considerarse un prolegómeno de ese último término.

Para reforzar las conexiones entre operaciones de conquista y colonización epistémica, cabe destacar que muchos científicos (no sólo aquellos que participaron directamente de las expediciones) dedican sus obras a los presidentes o ministros en ejercicio al momento de la conquista del desierto. Jorge Hieronymus (1874), por caso, dedica su tratado sobre *Lilaea subulata* al presidente Roca en su calidad de protector de las ciencias. Doléris, uniéndose a la costumbre nacional, dedica *El Nilo Argentino* al presidente Roque Sáenz Peña.

Las expediciones científicas como parte de los dispositivos de conquista de la Modernidad vuelven a reponer el parentesco entre la Patagonia y Egipto. La idea de una comisión científica acompañando a un ejército conquistador del Desierto es inaugurada por Napoleón Bonaparte en su avanzada sobre Egipto. Allí, por vez primera, la ciencia europea marcha a la par de sus armas. La expedición, al igual que su heredera local, se escuda en un diagnóstico de barbarie y decadencia de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

los pueblos a ser conquistados para justificar su avance, promete devolverlos a la civilización y, al mismo tiempo recuperar para la ciencia aquellas tierras y patrimonios que deban ser inventariados, recogidos, catalogados y distribuidos en museos o colecciones.

En ambos casos, la hidráulica puede entenderse como un segundo paso, un segundo movimiento luego de la actividad de inventariar riquezas y avanzar por las armas. A la conquista sucede la colonización, la "mística" de la prosperidad agrícola y de renovación social.

La tarea de inventariar, clasificar y ordenar las "riquezas naturales" condensa múltiples aristas del proyecto civilizatorio. Posiciona a las cosas (naturales) en un tipo particular de relación con el Estado, la Ciencia y otras cosas (las obras humanas). Las inscribe en el proyecto civilizatorio y, al mismo tiempo, inscribe a los sujetos protagonistas del inventariado en una narrativa altamente mítica: el científico se concibe a sí mismo como un *santo sin aureola de la humanidad*, agente del Progreso por venir.

Al respecto, el naturalista E. Holmberg[8] realiza larga reflexión sobre el rol de la Historia Natural (la ciencia del inventariado por excelencia) en la prosperidad de las naciones:

> Comienza a alborear en la República Argentina la era científica. Estimables naturalistas extranjeros, algunos de ellos eminentes, han estudiado y estudian una parte de sus ricas comarcas. Millares de especies halladas en ellas figuran en los distintos repertorios y millares de otras esperan figurar. Pero hay un nuevo elemento que entra en acción y entra con confianza, *porque tiene conciencia de las responsabilidades que envuelve la tarea científica*: es el elemento nacional, el elemento joven, que viene a **luchar con el cerebro en la misma tierra en que sus padres lucharon con la espada** o con la pluma flamígera para consolidar independencia, libertad y autonomía de nación y de pueblo.
>
> Inútil tarea sería, para un mal intencionado, buscar pretensiones en esos trabajos que comienzan a definirse, porque lo único que revelan es un **deseo vehementísimo de ver catalogadas las riquezas del país**, para poderse lanzar, aquellos que los emprenden, en investigaciones superiores
>
> (...) El grado de civilización de un país no se mide tanto por la cantidad de ácido sulfúrico que consume, cuanto por la producción de obras que traten de Ciencias Naturales. Cien mil toneladas de ácido sulfúrico consumido no producirán el **efecto moral** de una *Description physique de la République Argentine*. (HOLMBERG, 1884. Las cursivas son originales, las negritas son mías)

Esta última cuestión, la del "efecto moral" de las tareas científicas, supone otra línea de continuidad con el modo en que los ingenieros hidráulicos concibieron su labor. Esta consideración opera en varios niveles: por una parte, las actividades de medir requieren de colaboradores. Cipolletti, por ejemplo, se queja de la dificultad que supone para él encontrar sujetos "moralmente aptos" para encomendarles la importante tarea de llevar registro periódico de los medidores de caudal instalados sobre el Limay. Su voz se une a la de otros ingenieros que protestan por la escasa disposición a la meticulosidad de los regantes que constituyen, en su propia narrativa, el promisorio futuro de la nación.

[8] Eduardo Ladislao Holmberg (1852-1937) fue un eminente naturalista, médico y escritor de ascendencia austríaca. Autor de numerosas contribuciones a los campos de la entomología y la descripción física de la argentina. Director del Jardín Zoológico de Buenos Aires, cuyas obras de construcción diseñó y supervisó. Ocupó diversas posiciones en la Facultad de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de la Universidad de Buenos Aires. En paralelo, también fue el primer autor argentino de ciencia ficción.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

La moral de las cosas

En ese sentido, el segundo aspecto "moral" de las obras hidráulicas es su potencial como formadoras de ciudadanía. Sus creadores son altamente conscientes de que estas materialidades condensan, contienen y enactúan una propuesta social: acequias, canales y diques *hacen* a la nueva sociedad que conquistará el desierto e incluso, con una adecuada mezcla de pericia y optimismo, tienen el poder de "reformar" aquellas personas y naturalezas considerados "inviables, decadentes, atrasados".

> Considerando el desarrollo del problema en nuestro país, podría hacerse una distinción, la que corresponde a una cierta parte de la zona andina, con sistematizaciones de riegos preexistentes, aptitudes cívicas, sociales y económicas inveteradas, y la acción desarrollada en zonas nuevas, como **algunos territorios del Sud, donde las poblaciones se crean, el organismo se modela y construye directamente**.
> A esta división corresponden dos conceptos distintos del problema de irrigación: el primero es sólo factible por parte del Estado, obedeciendo a una política hidráulica educadora, civilizadora, en que se considera a la zona de riego como un laboratorio social, en el que se trata de mejorar los elementos étnicos que en ella existen; el segundo concepto del problema de riego, ya más adelantado, se desarrolla en **zonas nuevas, científicamente elegidas, donde los valores étnicos se seleccionan**; y puede ser aplicado por el Estado como también por empresas particulares. (VOLPI 1921: 417-418)

La cuenca del Río Negro es el "segundo caso" ideal de Volpi, donde la "selección étnica" ha sido realizada y las promesas del progreso permiten imaginar un futuro "científicamente elegido". Indagar en las características de este futuro implicaría otro trabajo, pero no creemos casual que el Nilo emerja como una referencia fuerte en torno a un río y una región cuyo futuro está siendo imaginado y su pasado cultural, borrado sistemáticamente.

En ese sentido, queremos señalar aquí un aspecto de los procesos de invisibilización y de la construcción de una argentina "blanqueada" (BRIONES y DELRIO, 2007; RAMOS, 2005): ante el borramiento de personas, culturas y pasados reales de un territorio, no sólo se introduce un discurso de naturaleza prístina, sobre la cual todo es posible, sino que además esa naturaleza es codificada al interior de otras grandes narrativas, las de la "cultura universal". El Río Negro, despojado de vínculos sociales con las personas que lo habitaban, deviene "pariente" de otros ríos y desiertos. Ríos "otros" que deben ser domados, rescatados y civilizados, al igual que sus habitantes. Ríos con valles que se inundan o amenazan llenarse de médanos, que deben ser encauzados y detenidos para fundar una nueva sociedad "étnicamente seleccionada", una naturaleza "inventariada" y un futuro "científicamente" planificado. Prácticas, entonces, que a la vez que domestican espacios y gentes, recrean una lógica del tiempo como línea evolutiva y de la civilización como "carrera" donde lo "atrasado" deviene pasado-presente.

El primer hilo

Antes de proseguir, quiero traicionar por un momento la linealidad cronológica y presentar una pieza de evidencia que llegó "atrasada" a este ejercicio de rastreo. Se trata de una comparación entre el valle del Río Negro y el del Nilo realizada por Domingo Faustino Sarmiento, veinte años antes de que Cipolletti redactara su informe. Pese a su precedencia cronológica, por respeto a mi "campo", entendiendo que tal cosa existe en la antropología documental (RODRÍGUEZ, 2020) y por conveniencia argumentativa he decidido presentarla aquí.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Esta decisión está motivada principalmente porque, tal como suele suceder con las primeras insinuaciones de un fenómeno, no presenta todas las características que adopta luego. Sin embargo, como también suele ocurrir (GINZBURG, 2010), el contexto de su emergencia es interesante.

El primer registro que he hallado hasta el momento de la comparación entre el río Nilo y el río Negro es tan sugerente como elusivo. En 1879 Domingo Faustino Sarmiento ocupó por 40 días la posición de ministro del Interior, antes de que sus desacuerdos con la facción roquista lo impulsaran a dejar el puesto. En este período se discutió el proyecto de ley de reparto de tierras a los soldados que estaban participando de las campañas militares conocidas como "Conquista del Desierto". Puntualmente, el 28 de agosto de ese año se tratan las modalidades de distribución de tierras correspondientes a la cuenca del Río Negro y sus inmediaciones.

En ese contexto, Sarmiento acusa a sus rivales en el debate no solo de adolecer, como él mismo, de desconocimiento del lugar sino de además no haberse informado en debida medida de sus características. Para sostener sus argumentos, afirma, él ha recurrido a dos fuentes: la entrevista a coroneles del ejército que han estado allí recientemente y "la descripción de Lorentz" del Río Negro. Seguidamente, señala la importancia de medir adecuadamente las tierras y evaluar su capacidad productiva antes de dar ningún paso legislativo. Para ello, invoca la labor de "los ingenieros", protagonistas fundamentales de esta tarea. Sin embargo, se permite dudar de las posibilidades del proyecto civilizatorio en tierras desérticas:

> Por las observaciones de Fitzroy, de Darwin, de los militares que han estudiado allí, estas tierras no son cultivables (...) Uno que ha hecho estudios de esos terrenos, dice: la civilización terminará en el río Negro, porque esas praderas infinitas, que se extienden del otro lado, no se han de poblar. (SARMIENTO, 1914 [1879]: 339)

El tema pasa a comisión y, un mes después, Sarmiento vuelve a dirigirse a los legisladores[9]. Esta vez, sin embargo, no lo hará para dudar de las posibilidades de civilizar la cuenca del Río Negro sino para abogar por un modo específico de emprender la tarea: las obras de irrigación.

> Los ingenieros y prácticos llevarán por encargo examinar el declive de la mesopotamia que forman el Colorado y el río Negro desde el Neuquén, a fin de designar los puntos en que el agua se hallaría al nivel de la superficie para establecer canales de irrigación. Si esto se obtiene con facilidad tendríamos un país de irrigación como el valle del Nilo, con dos Nilos en lugar de uno. (SARMIENTO en DANIELI, 2006)

En esta primera versión del juego de espejos entre ambos ríos no aparece de manera literal la expresión "Nilo Argentino". La frase no es tampoco, hablando con propiedad, un tropo, sino una comparación. Quizás una del mismo orden que aquella realizada pocas páginas antes (SARMIENTO, 1914: 324) entre la Conquista del Desierto y la colonización inglesa de otros rincones de África. Sin embargo, esta primera aparición es sugerente, puesto que contiene o insinúa muchos de los elementos que hemos desarrollado hasta aquí: la descripción científica y las prácticas del medir, las inspiraciones en el modelo colonial inglés, la hidráulica como marca de la civilización y el Nilo como referente, conocido por todos, de esa forma de imaginar el espacio y el tiempo.

[9] "En estas circunstancias Sarmiento ocupó la cartera del interior, propuso al Congreso mandar una comisión de ingenieros a examinar ambas márgenes del Río Negro y designar la extensión de tierras utilizables. Preocupaban á Sarmiento las inundaciones frecuentes de aquella mesopotamia que forman el Colorado y el Río Negro para formar una región como el valle del Nilo que por medio de canales de irrigación llegaría a ser excepcionalmente feraz, con dos Nilo en lugar de uno" (BELIN SARMIENTO en SARMIENTO, 1914).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

El devenir de una metáfora: el "Nilo Argentino" a mediados del siglo XX

El siguiente documento que hemos podido rastrear nos lleva a 1942. En este caso, la pregunta *¿Nilo argentino?* es retomada, nuevamente como título, por el geógrafo Pedro Oscar Murúa, en el contexto de las discusiones sobre la construcción de una identidad americana y el aporte del americanismo a la historia de la civilización.

Comienza primero por compartir con el lector una sorpresa con la cual empatizamos, al descubrir la existencia del libro de Doléris y su enigmático título. Se pregunta a continuación, al igual que hizo quien escribe, por la pertinencia de dicha comparación y por sus sentidos. Para responder a su propia curiosidad, Murúa procederá como geógrafo, describiendo minuciosamente las características físicas de ambos valles, el del Nilo y el del Río Negro:

> No conocemos el Nilo, pero a través de mil lecturas podemos forjarnos su clara representación. Están lozanas, en cambio, algunas impresiones que hemos recogido a la vera del cauce patagónico, verdadero tubo de abundancias por el cual se comunican los Andes y el Atlántico en un diálogo cada vez más febril y más actual. (MURÚA, 1942: 101-102)

A despecho de los paralelismos trazados por Cipolletti, Murúa descarta la posibilidad de comparar físicamente ambos valles: "no hay analogías satisfactorias ni en el régimen hidrológico, ni en la propiedad fertilizante de las aguas, ni en la calidad de la tierra, ni en las condiciones climáticas, afirma, dado que aquel [Egipto] es el desierto absoluto, éste es el subdesierto, es decir, la estepa" (*idem*).

Pese a esto, Murúa recupera una cita de Doléris que constituirá su punto de partida: la comparación, si es posible, "es totalmente ventajosa para el joven valle americano" (DOLÉRIS en MURÚA, 1942: 102). La juventud y las ventajas del río, el valle y su gente serán el eje argumentativo de una nueva narrativa sobre el "Nilo argentino". Esta vez, el objetivo no será demostrar el carácter "promisorio" del río americano, sino su superioridad.

La detallada descripción de Murúa combina sus propias observaciones sobre la cuenca del Río Negro (resultado de viajes de estudio realizados con sus estudiantes del Instituto Técnico Superior de Santa Fe) con las "mil lecturas" que le permiten recorrer al detalle el curso del Nilo y sus afluentes. En lo que se refiere a este último río, la descripción concluye con un diagnóstico de agotamiento:

> El valle del Nilo constituye una excepción, un auténtico y milagroso oasis entre 10.000.000 de kilómetros cuadrados de desierto. Su piso es sedimentario, ciertamente, pero la profundidad de sus estratos vegetales no guarda relación con el largo trabajo aluvional realizado por el Nilo. Los vientos que encrespan de olas aquellos inmensos mares de arena que lo encuadran, lo desposeen, sin descanso, de sus tierras humíferas. De otra parte, la formidable y milenaria cultivación a que están sometidas ha terminado por reducir a tal extremo su valor edafológico, que su productividad no queda librada a la copiosa fertilización natural, como en los tiempos del simple cultivo por inmersión, sino que es cada vez más necesario apelar al abono y a la racionalización de las tareas correspondientes. (MURÚA 1942: 106)

En cambio,

> Las tierras del valle del Negro no serían forzosamente estériles si por cualquier motivo disminuyera o les faltara durante todo un año el caudal de su río irrigador (...) Son en sí mismas, como lo expresa Doléris, tierras de una asombrosa fertilidad. (...) No hay en este valle rionegrense período de desolación. Se goza en él de un clima maravilloso. (*idem*: 109-110)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Estas páginas cotejan las observaciones propias del autor con la obra de Doléris, a la que otorga mucho crédito en lo que refiere a la "agudeza de sus observaciones". Hay en Murúa un diagnóstico que hace eco de nuestra propia pregunta, pues luego de haber emprendido el recorrido descriptivo, luego de comparar sus propias observaciones con las de su predecesor, no encuentra todavía respuesta a su pregunta original:

> ¿En qué se funda pues, la comparación, que Doléris encuentra procedente y abonada por juicios anteriores al suyo de "hombres de la más alta competencia, de conocidos ingenieros ingleses e italianos que han trabajado largo tiempo en las obras de irrigación emplazadas entre los ribazos del antiguo río egipcio", a tal extremo que resuelve intitular su trabajo con la propia subdenominación comparativa "Le *Nil Argentin"?* ¡Pero si todo el libro de Doléris, interesante, denso, metódico, no es sino una prueba opuesta a la existencia de un *Nilo Argentino!* **No existe tal *Nilo Argentino*. No existe en el sentido del paisaje ni en el sentido de la presencia humana**. Doléris ha sido una pupila alerta en todo, menos en este punto de la denominación comparativa. Es sensible, porque **este libro en su género descriptivo, no ha sido superado y espera una inteligente traducción,** con acotaciones actualizadas. (MURÚA, 1942: 111, las negritas son mías)

En este punto nuestro geógrafo deviene antropólogo, o al menos, hace un diagnóstico sugerentemente antropológico: hay "algo" agudo en el título de Doléris, algo relevante en su descripción y en su "error" comparativo. Algo que requiere de un ejercicio de traducción.

Murúa ensayará este ejercicio hablando un idioma que ya nos resulta familiar: el de las promesas del progreso.

> El valle del Río Negro, en efecto, más que un esbozo de esperanza, es, lo refirmamos, una realidad promisoria. No caeremos en la vulgaridad de exagerar sus méritos. El exceso de alabanza en las perspectivas materiales con que suele aludirse a las llamadas nuevas tierras ha constituido el comienzo del drama de muchas vidas. (*idem*)

En este contraste funda su diagnóstico. Las siguientes páginas describen el avance de la agricultura en los pueblos de la cuenca del Río Negro, llegando hasta Viedma y el mar. Realiza luego un diagnóstico de excepcionalidad, basado en identificar la particular interacción entre actividad productiva, clima e irrigación; pero también en distinguir tres "tipos humanos" que considera característicos: el "pionero", el "cultivador intrascendente", el "comerciante" y el "artesano". De los cuales, "el cultivador intrascendente representa (...) las dos terceras partes". En el Río Negro, "el campesino mantiene aquella supremacía numérica que era tan auspiciosa para nuestro país y que tan desgraciadamente ha obliterado".

Nuevamente, la descripción del Nilo Argentino y su carácter de excepcionalidad van acompañados de una sociología que corteja los relatos utópicos: una sociedad de pioneros, campesinos y comerciantes, posible gracias a la irrigación: "Vida plácida en tierras promisorias" (*idem*: 118). Los obstáculos diagnosticados por el autor son fácilmente solucionables por un Estado presente y razonable. El artículo termina de la siguiente manera:

> Salvados los riesgos que derivan de la deficiencia de los transportes y de la irregular comercialización de sus productos, este valle acreditará en cincuenta años sus excepcionales condiciones. El *kansim* y los *etesios* seguirán soplando en el valle egipcio sobre formas milenarias; sobre las pretéritas rutas faraónicas el Nilo continuará brindando su don sacramental. Aquí en cambio, ciudades modernas, empinadas sobre el filo amurallado de las bardas, escrutarán en la grandiosa perspectiva patagónica la victoria de las tierras malditas transformadas por el esfuerzo de generaciones visionarias, en tierras de bienestar. (*idem*: 120)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Murúa, miembro fundador del comité antifascista santafesino, publica ese título en como artículo en la flamante revista *Universidad*, de la Universidad Nacional del Litoral. El número está dedicado a discutir el americanismo, en otras palabras, a ponderar el rol que América, los pueblos y países americanos, están llamados a ocupar en la historia de la civilización.

Es relevante que la comparación entre el Nilo y el Río Negro vuelva a aparecer específicamente en este contexto. Murúa y sus contemporáneos están proponiendo, ensayando y discutiendo los lineamientos de una nueva "gran narrativa", en la cual a la Europa dividida, bélica y en decadencia de esa década se opone una América pujante y pacifista, salvaguarda del humanismo y los valores occidentales. En ese contexto, el texto de Murúa plantea una excepción en cuanto a su modo de tratar esta gran narrativa. Lejos de las discusiones jurídicas o de diagnóstico político que ocupan la mayor cantidad de artículos de la revista (incluidos aquellos escritos por médicos o matemáticos), el geógrafo retoma la especificidad de su oficio y trabaja mediante descripciones. Construye desde allí una forma de narrar la historia desde la descripción de los espacios, enlazando la geografía física de los ríos con su retrato "mitológico". Así, por ejemplo, los vientos de Egipto, "el *kansim* y los *etesios"* toman al mismo tiempo el lugar de fenómenos meteorológicos y de metáforas del desgaste, el agotamiento de una cuna de la civilización cuyo destino natural es ceder paso a nuevos vientos y nuevos ríos, los americanos.

El punto final de este rastreo de argumentos radica, justamente, en discutir el carácter simultáneo de la naturaleza descriptiva y metafórica de estas producciones. Trabajamos con ingenieros, geógrafos, botánicos, "hombres de ciencia". Sus prácticas y disciplinas mentales/discursivas son innegablemente "científicas", especialmente si las comprendemos en el contexto de lo que era considerado científico en el momento en que producían. Son miembros respetados de las comunidades intelectuales a las que pertenecen. Nada de eso quita el hecho de que sus relatos, descripciones y teorizaciones acerca del tiempo, los ríos y la historia de la humanidad revistan, también, el carácter de mitos. Son narrativas cargadas de metáforas, metonimias y símbolos que hacen inteligible el pasado y el presente, que se hacen eco unas a otras y cuya reproducción es parte del proceso de auto-inscripción de estos sujetos en un mundo que da sentido a sus prácticas.

Ecos del desierto

En una publicación reciente, los arqueólogos sudamericanos Marconetto, Pellini y Gheco (2023) se preguntan por las formas en que el pasado egipcio es construido mediante prácticas y elecciones específicas realizadas por una amplia serie de actores: restauradores y conservadores, arqueólogos, autoridades, y otros. Las paredes de una tumba son intervenidas para quitar de ellas las capas "nuevas" (romanas, cristianas, otomanas, islámicas, actuales o subactuales), buscando el "original" faraónico. Como médicos limpiando una herida, los restauradores purifican "el" pasado de las máculas que otros pasados han producido.

Los autores recurren al concepto de "truco" para pensar en aquellas operaciones de exhibición y montaje de un cierto pasado, a costa de muchos otros posibles de ser vistos. Quizás la parte más relevante de esta operación no tiene que ver con lo que se muestra, sino con la delicada y sistemática invisibilización de todo lo demás. "Incluso la huella de Occidente", afirman, ha de ser borrada para que la ilusión de un encuentro con el Egipto faraónico en pleno siglo XXI pueda tener lugar, para que los rastros de humo y vida de cientos de generaciones des-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

aparezcan de las paredes y de la narración. El "original" así creado es un cuidadoso entramado de intervenciones materiales y opciones narrativas, de velos y artificios. Al pensar los sitios arqueológicos presentes en estos términos, la primera consecuencia a la que nos enfrentamos es la de una tautología curiosa: "restaurar" un original implica hacerlo "'retornar' a un estado que coincida con alguna de las ideas preconcebidas que tenemos acerca de cómo debería ser" (PELLINI, MARCONETTO y GHECO, 2023: 420).

Un fenómeno emparentado con ese efecto de "truco" fue identificado por Mitchell (1988), quien sistematizó las experiencias de algunos turistas-intelectuales-orientalistas del siglo XIX. Egipto era, para ellos, un sitio conocido de antemano: *"the visitor to Egypt 'has long inhabited in his dreams' a certain town, he will carry in his head 'an imaginary map, difficult indeed to erase even when he finds himself facing the reality'"* (GAUTIER en MITCHELL, 1988: 30). Este mismo visitante, definido por Mitchell como uno de los "campeones" del arte orientalista, terminó inspirando sus trabajos en la Exposición de París sobre Egipto (1867) en lugar de en su viaje. El caso quizás más extremo lo constituye Gérard de Nerval:

> Gérard de Nerval, collecting the material in Egypt he later published as Voyage en Orient, his life's major prose work, saw more of the library than of the rest of the country. After two months in Cairo, more than halfway through his stay, he wrote to his father that he had not even visited the pyramids. 'Moreover, I have no desire to see any place until after I have adequately informed myself from the books and memoires'. (MITCHELL, 1988: 31)

Para estos sujetos (varones, europeos, blancos) Egipto había devenido hasta tal punto un conjunto de tropos literarios que el encuentro con la realidad del Cairo contemporáneo les resultaba decepcionante, inútil o ambas cosas. Las descripciones producidas por estos autores comienzan a ser ecos una de la otra, repeticiones *ad infinitum* de un relato bien establecido y sobre el cual prácticamente no se innova. Es justamente este efecto de intertextualidad, de narraciones que refieren a sí mismas, lo que construye ese espacio imaginado. Un efecto que ya hemos mencionado como parte de las prácticas de los científicos e ingenieros argentinos al iniciar sus obras con referencias al Progreso y la Civilización.

Sabemos que este tipo de prácticas están relacionadas con una estructura escatológica de larga tradición en Occidente. La necesidad de volver al origen, de que el nuevo texto constituya una reproducción de patrones ya conocidos que refuerzan una forma de imaginar el tiempo y el mundo, permite pensar en Egipto o la Civilización como piezas de una estructura mitológica. Como tales, siguiendo tanto a Mitchell como a Lévi-Strauss (1987) estas narraciones-fórmula constituyen esquemas de la práctica, formas de dar sentido al mundo y ordenarlo.

Otra pieza clave en estos "montajes" modernos la constituye la exposición. La generación de un espacio más o menos físico (pues valen tanto los museos como los libros) donde el otro pueda ser narrado sin narrarse, ser visto sin poder objetar las lentes, los recortes y los "trucos" involucrados en la exposición. Haber (2016) habla en términos muy similares a los utilizados por Mitchell, pero no para referirse a los intelectuales decimonónicos sino a las prácticas arqueológicas contemporáneas, de este lado del Atlántico, y se pregunta por las condiciones de posibilidad de romper con algunos de estos "trucos". La tarea, afirma, no es sencilla, pues forman parte de un conjunto de lógicas fundantes de un modo de ver el mundo que es, también, garante de la condición de verdad de nuestra práctica científica.

En ese aspecto, nuevamente, los ecos sur-sur son significativos. Mitchell remarca que el orden colonial sobre Egipto debía volverlo "legible, como un libro"

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

y "susceptible de cálculo" (1988: 33). En ambos casos, esa operación depende de prácticas de objetivación, tales como la medición, la realización de obras hidráulicas y las aspiraciones de optimización productiva agrícola. Sin embargo, en el caso de nuestro "Nilo Argentino" la "legibilidad" del territorio se construye a partir de su "restauración", para utilizar la expresión de Pellini, Marconetto y Gheco (2023), a un estado de naturaleza. Su legibilidad, por lo tanto, dependerá de la posibilidad de construir al mismo tiempo una historia natural, un borramiento social y una promesa de civilización futura para ese espacio. El Río Negro se convertirá en la pieza fundamental de articulación de estos tres elementos.

El "río universal"

Como otros participantes de este dossier, presenté los primeros esbozos de este trabajo en el simposio "Antropologías de los desiertos, entre vacíos y abundancias". Al hablar del Nilo, uno de los coordinadores del evento se refirió a él como un "río universal". La expresión me resultó sugerente. Reflexionando *a posteriori*, creo que una de sus virtudes es que entra en diálogo explícito con la "trampa" a la que invita la narrativa moderna sobre ese río y, por extensión, sobre todos los demás "ríos del desierto".

Hayden White (2002, 2010) ha dicho que las formas de la historia son narradas. Que, mientras siga contando el pasado, la historia no puede escapar a la narración y que, por extensión, está constreñida por las características (¿universales?) de ese arte: los tropos literarios. En ese sentido, el Nilo puede ser entendido como una entidad metafórica y metonímica. En su "doma" se juega la doma de la naturaleza, del agua y del desierto a la vez. En su caso particular, también, la doma de un dios antiguo.

Por otra parte, este río es una expresión de todos los otros ríos. Uno que organiza el mito de la civilización: "el desierto transformado en 'tierra fecunda'"[10], habitada por gentes "deseables", capaces de conducir a la humanidad hacia el progreso técnico. Un río entramado con "Los orígenes de la civilización", las "revoluciones" agrícola y urbana de la humanidad y la linealidad progresiva del tiempo que las acompaña (CHILDE, 1954).

Este relato, como indican las citas anteriores, no es un mito exótico, sino uno académico. Lo cual no le quita su carácter mitológico, en el sentido de un relato que ofrece guiones y lógicas para la práctica, que organiza la forma de entender el tiempo y de intervenir sobre el espacio. Un mito moderno.

En otras palabras, al igual que ocurre con la práctica de "inventariar" y sus protagonistas científicos, estamos hablando de un modo de narrar que es al mismo tiempo "nativo" y parte de discursos científicos y académicos todavía ampliamente aceptados. El evolucionismo cultural puede haber sido puesto en cuestión, pero tanto en los ámbitos profesionales como en la agenda de discusión pública sigue resultando difícil cuestionar el carácter obvio, "natural", de los relatos de evolucionismo tecnológico.

A modo de ejemplo y también de fundamentación de la actualidad de esta reflexión, cabe destacar que la expresión "Nilo argentino" hizo una aparición muy reciente. En el año 2021, una nota de la Cámara de Comercio Argentino-holandesa reseña una entrevista brindada por su expresidente, Marnix van Iterson, al diario Clarín. Tanto la reseña como la entrevista original recuperan una vez más al Río Negro como "Nilo argentino":

[10] Argañaraz (2022) referencia a la placa fundacional de la colonia agrícola de Nueva Coneta, Catamarca, Argentina.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

> [van Iterson] Convenció a un selecto grupo de inversores holandeses cuyo nombre es Samanea, en honor al árbol tropical de abundante sombra, para una millonaria inversión en lo que Van Iterson llama el "Nilo argentino". Esto es el Río Negro, donde arrancaron con la producción orgánica y sustentable en unas 800 hectáreas de nogales[11].

Antes de concluir, considero importante pensar en el rol de las ciencias sociales ante estas narrativas. Los científicos sociales nos hemos apartado de ellas para construir otros tipos de conocimiento, pero la arena de los mitos es una arena pública, potente y arraigada. Reponer los mecanismos por los cuales estas visiones de mundo se construyen y reproducen, se disputan y transforman, puede ser una vía para que recuperen su carácter de "historia" y, con él, sus posibilidades de mutar, ser reapropiadas o contestadas. Quizás de ese modo sea posible cuestionar la naturaleza universal y dada de los relatos lineales que estos mismos sujetos contribuyeron a arraigar.

Agradecimientos

A los organizadores y participantes del Simposio "Antropologías de los desiertos, entre vacíos y abundancias", cuya propuesta inicial y posterior compromiso (académico y humano) con nuestros trabajos permitió la existencia de este dossier.

A la Dra. Bernarda Marconetto, por su atenta y aguda lectura de la primera versión de este artículo.

La investigación marco de la que se desprende este trabajo fue posible gracias a una beca del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Las etapas finales de elaboración de este manuscrito se realizaron bajo el auspicio de una beca postdoctoral otorgada por la Fundación Alexander von Humboldt.

Recebido em 19 de outubro de 2024.
Aprovado em 29 de março de 2025.

[11] https://ccah.org.ar/marnix-van-iterson-expresidente-de-la-ccah-dio-una-nota-a-clarin-sobre-sus-nuevos-proyectos-de-inversion-agricola/ e https://www.clarin.com/economia/nueva-apuesta-banquero-agroindustria_0_q9EaUcf-I.html Enlaces consultados por última vez el 24-06-2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

Referências

ARGAÑARAZ, C. *Tiempos imaginados y espacios áridos. Controversias en torno al agua en el Valle de Catamarca (siglos XIX-XX)*. Tesis doctoral, Bauhaus Universität Weimar-Universidad Nacional de Córdoba, 2022.

BRIONES, C. y DELRIO, W. La "Conquista del Desierto" desde perspectivas hegemónicas y subalternas. *RUNA. Archivo para las ciencias del hombre* (FFyL, UBA), XXVII: 23-48, 2007

CHILDE, G. *Los orígenes de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

Cipolletti, C. *Estudios de irrigación. Ríos Negro y Colorado*. Buenos Aires: Estudios Tipográficos de la Revista "Técnica", 1899.

DANIELI, M.C. Los orígenes ideológicos del sistema de regadío del Alto Valle del Río Negro y Neuquén, Patagonia, Argentina. *Scripta Nova,* X: 218 (06), 2006.

DOLÉRIS, J-A. *Le Nil Argentin*. Paris: P. Roger et C, 1912.

GANDOLFO, J. S. "Evocación del Ing. César Cipolletti". En: *Evocaciones de los precursores de la ingeniería*. Centro Argentino de Ingenieros, Buenos Aires, 1980.

ESCOLAR, D.; SALDI, L. Making the Indigenous Desert from the European Oasis: The Ethnopolitics of Water in Mendoza, Argentina. *Journal of Latin American Studies,* 49 (2): 269-297, 2017.

GEERTZ, C. The wet and the dry: traditional irrigation in Bali and Morocco. *Human Ecology,* 1 (1): 34-39, 1972.

GINZBURG, C. *El Hilo y las Huellas: lo verdadero, lo falso, lo ficticio*. Buenos Aires: FCE, 2010.

GINZBURG, C. "Señales. Raíces de un paradigma indiciario". En Gilly, A. et al. *Discusión sobre la historia*. México: Taurus, 1995 [1982].

GOBY, J.-É. Ingénieurs et techniciens français en Égypte, au XIX^{E} siècle. *Revue Des Deux Mondes (1829-1971)*, 12: 691–705, 1959.

HABER, A. *Al otro lado del vestigio: Políticas del conocimiento y arqueología indisciplinada*. Popayán: Universidad del Cauca/Sello Editorial, 2016.

HIERONYMUS, J. Monografía de Lilaea Subulata. *Actas de la Academia Nacional de Ciencias de Córdoba*. Tomo V, 1874.

LARÍA, S. Panorama general de las obras de irrigación en el Valle del Río Negro. *Boletín de Estudios Geográficos* (UNCuyo)*,* 22: 35-45, 1959.

LE GOFF, J. *Lo maravilloso y lo cotidiano en el occidente medieval*. Barcelona: Gedisa, 1985.

LÉVI STRAUSS, C. *Antropología estructural*. Buenos Aires: Paidós, 1987 [1958].

MARCONETTO, M.B. Crónica de una adopción: maíz en la Necrópolis de Tebas (República Árabe de Egipto). *Revista Etnobiología*, 21 (1): 48-58, 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

MITCHELL, T. *Colonising Egypt*. California: University of California Press, 1988.

MURÚA, P. O. ¿Nilo Argentino? *Revista Universidad*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 1942.

OLIVERA M. A. Dos Modelos de Colonización: Colonización en el Valle Central de Catamarca y Proyecto Río Dulce de Santiago del Estero. *XIV Jornadas Interescuelas de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

PELLINI, J. MARCONETTO, M. B. y GHECO, L. How to Avoid the Trick? Heritage Discussions from Theban Tomb TT123, Luxor (Egypt). *Current Anthropology,* 64 (4): 410 - 431, 2023.

PETZ, F. *Agua divino tesoro. Reflexiones sobre el pensamiento del Ingeniero César Cipolletti*. La Pampa: AIC-L&M, 1999.

PODGORNY, I.; LÓPES, M. *El desierto en una vitrina. Museos e historia natural en la Argentina*. Rosario: Prohistoria, 2014.

RADOVICH, J. C. "Impacto social de las grandes represas hidroeléctricas: un análisis desde la antropología social". En: CAPALDO, G. (ed.) *Gobernanza y manejo sustentable del agua*. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011.

RAMOS, A. *Trayectorias de Aboriginalidad en las comunidades mapuche del Noroeste de Chubut (1990-2003)*. Tesis Doctoral en Ciencias Antropológicas, Universidad de Buenos Aires, 2005.

RODRÍGUEZ, L. "Trabajo de archivo, trabajo de campo etnográfico: cruces y tensiones a partir de una experiencia de investigación". Em: OJEDA DÁVILA, L.; RODRÍGUEZ, L.; TZUTZUQUI HEREDIA (comps.), *Pueblos indígenas, memorias y archivos. Itinerarios de investigación antropológicos e históricos desde México y Argentina*. Morelia, Universidad Michoacana San Nicolás de Hidalgo y Universidad Nacional de Quilmes, 2020. pp. 115-144.

SAID, E. *Orientalismo*. Barcelona: De Bolsillo, 2007.

SARMIENTO, D. F. *Facundo, o Civilización y Barbarie en las pampas argentinas*. Buenos Aires: Cátedra, 2005 [1845].

SARMIENTO, D. F. *Obras de D. F. Sarmiento. Tomo XX: Discursos parlamentarios (Vol. III)*. Editor: A. Belin Sarmiento, 1914.

SOLDANO, F. El Dique del Neuquén. *La Ingeniería*. Año XXV – I. 10-19. Buenos Aires: Centro Nacional de Ingenieros, 1921.

SOLDANO, F. *La irrigación en la Argentina*. Buenos Aires: G. Kraft, 1910.

VAN DER SPECK, K. *The Modern neighbors of Tutankhamun*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2012.

VERGARA CIORDIA, J. El sentido del saber en la Escolástica medieval. *Espacio, tiempo y forma*. Serie III, 13: 421-434, 2000.

VOLPI, C. "Explotación de obras de irrigación". *La Ingeniería,* XXV (1): 417-420. Buenos Aires: CNI, 1921.

WHITE, H. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

WHITE, H. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: FCE, 1992.

WITTFOGEL, K. *Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power*. Yale: Yale University Press, 1957.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18588

ACENO

Ensaio sobre o não-vazio:
encantados, Jurema e o Nordeste indígena em movimento[1]

Maria Carolina Arruda Branco[2]
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Este artigo discute a construção do imaginário social brasileiro que definiu o interior do Nordeste e Leste do país como um "vazio demográfico", apagando a presença histórica e contemporânea dos povos indígenas que habitam essas regiões. A partir de uma abordagem etnográfica desenvolvida junto ao povo Ibiramã Kiriri do Acré — coletivo indígena originário do oeste da Bahia e atualmente residente na zona rural do município de Caldas, em Minas Gerais —, propõe-se uma leitura crítica que evidencia a continuidade das territorialidades indígenas, mesmo diante de deslocamentos, apagamentos e processos de desterritorialização. O texto articula dados históricos, cosmologias indígenas e experiências de campo, com ênfase nas relações estabelecidas entre os Kiriri, os Encantados e a Jurema. A migração dos Kiriri, guiada pelos Encantados, é compreendida como um processo de reterritorialização que não rompe com o território de origem, mas o atualiza e o reinscreve em novas paisagens. Assim, o artigo argumenta contra a ideia de "vazio" e defende a existência de uma rede de presenças — humanas e outras-que-humanas — que configuram o Nordeste e o Leste como um espaço historicamente habitado, vivo e resistente.

Palavras-chave: nordeste/leste indígena; Kiriri do Acré; Jurema; encantados; territórios.

[1] Este trabalho é o primeiro esboço de uma reflexão vinculada à pesquisa de doutoramento em andamento. Agradeço ao meu orientador, Felipe Vander Velden, pela leitura atenta do texto, pelas sempre generosas sugestões e por refletir junto comigo. Agradeço também aos avaliadores pelas contribuições ao texto, assim como a Luiz Gonçalves, Juana Pietro e Pedro Bossada pelas leituras e sugestões. Assumo total responsabilidade pelo conteúdo deste trabalho.

[2] Doutoranda em Antropologia Social pela UFSCar, Mestre em Antropologia pela UFGD. Bolsista CAPES. Pesquisadora vinculada ao Humanimalia/UFSCar. Realiza pesquisa com o povo Kiriri do Acré no Sul de Minas Gerais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

ARRUDA BRANCO, Maria Carolina. **Ensaio sobre o não-vazio: encantados, Jurema e Nordeste indígena em movimento.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 45-60, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Essay on the non-void:
encantados, Jurema and the Indigenous Northeast on the move

Abstract: This article discusses the construction of the Brazilian social imaginary that has defined the interior of the Northeast and East of the country as a "demographic void", erasing the historical and contemporary presence of the indigenous peoples who inhabit these regions. Based on an ethnographic approach developed with the Ibiramã Kiriri do Acré people - an indigenous collective originally from the west of Bahia and currently living in the rural area of the municipality of Caldas, in Minas Gerais - a critical reading is proposed that highlights the continuity of indigenous territorialities, even in the face of displacements, erasures and processes of deterritorialization. The text combines historical data, indigenous cosmologies and field experiences, with an emphasis on the relationships established between the Kiriri, the Encantados and the Jurema. The migration of the Kiriri, guided by the Encantados, is understood as a process of reterritorialization that does not break with the territory of origin, but updates it and reinscribes it in new landscapes. Thus, the article argues against the idea of "emptiness" and defends the existence of a network of presences - human and other-than-human - that configure the Northeast and East as a historically inhabited, living and resistant space.

Keywords: Northeast/East Indigenous; Kiriri do Acré; Jurema; encantados; territories.

Ensayo sobre el no vacío:
Encantados, Jurema y el noreste indígena en movimiento

Resumem: Este artículo discute la construcción del imaginario social brasileño que ha definido el interior del Nordeste y Este del país como un «vacío demográfico», borrando la presencia histórica y contemporánea de los pueblos indígenas que habitan estas regiones. A partir de un abordaje etnográfico desarrollado con el pueblo Ibiramã Kiriri do Acré -colectivo indígena originario del oeste de Bahía y que actualmente vive en el área rural del municipio de Caldas, en Minas Gerais- se propone una lectura crítica que destaca la continuidad de las territorialidades indígenas, incluso frente a los desplazamientos, borramientos y procesos de desterritorialización. El texto articula datos históricos, cosmologías indígenas y experiencias de campo, con énfasis en las relaciones establecidas entre los Kiriri, los Encantados y los Jurema. La migración de los Kiriri, guiada por los Encantados, se entiende como un proceso de reterritorialización que no rompe con el territorio de origen, sino que lo actualiza y lo reinscribe en nuevos paisajes. Así, el artículo argumenta contra la idea de «vacío» y defiende la existencia de una red de presencias -humanas y no-humanas- que configuran el Nordeste y el Este como un espacio históricamente habitado, vivo y resistente.

Palabras clave: indígenas del nordeste/este; Kiriri do Acré; Jurema; encantados; territorios.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

O presente ensaio, busca pincelar algumas ideias acerca da construção do campo etnográfico da autora. A partir da proposta deste dossiê em trabalhar antropologia dos desertos, este artigo tem como característica central a discussão do imaginário social brasileiro acerca do "vazio" ou "deserto" que seria a região do nordeste e leste brasileiro. Junto desta característica, busca-se apresentar esta região como local habitado por uma miríade de coletivos humanos, plantas e outros seres outros-que-humanos, que compõem a paisagem da região nordeste e leste do Brasil.

De antemão, destaco que este artigo se apoia no fundo etnográfico do povo Ibiramã Kiriri do Acré, residentes na zona rural do município de Caldas, no sul de Minas Gerais. Trata-se de um grupo que migrou do oeste baiano, especificamente do município de Muquém do São Francisco, para Minas em 2017, e que desde então vem tecendo uma ampla rede de relações com a população caldense, com os Encantados, com as plantas, e também com os parentes que permaneceram na Bahia. Essas relações constituem e fortalecem os Kiriri em sua coletividade.

A partir dos deslocamentos vividos por meus interlocutores e das formas como estabelecem trajetórias que conectam o Nordeste e o Leste indígena, proponho aqui uma reflexão sobre essas regiões etnográficas, argumentando contra a noção de vazio. Defendo, assim, a ideia de um não-vazio — territórios historicamente marcados por presenças indígenas, por cosmologias, diversidades e resistências, ainda que frequentemente apagadas pelas narrativas oficiais que os construíram como terras desabitadas, cenário dos primeiros encontros coloniais.

Sendo o início de uma reflexão, o presente artigo busca dialogar com a ideia de "vazio" no nordeste e leste a partir da história de resistência do povo Kiriri. Estando o texto subdividido em, primeiro, uma contextualização do nordeste e leste brasileiro e a chegada de povos vindos de outros continentes à costa do que hoje compreende-se como território brasileiro. Segue-se uma reflexão acerca dos povos indígenas que habitavam e habitam a região nordeste, bem como a história do povo Kiriri, tratada neste texto não de forma isolada, mas de maneira a evidenciar os atravessamentos da colonização, e também os processos históricos de luta dos povos indígenas pela defesa de suas vidas, bem como de seu território. O terceiro tópico traz ao texto o campo etnográfico da autora, junto com a reflexão sobre as habitabilidades de um território e um povo em seus deslocamentos, de forma a enfatizar a discussão dos tópicos anteriores, mas enraizando a discussão em uma situação que acontece no presente e as formas como o povo Ibiramã Kiriri do Acré têm se organizado a partir de diversos atravessamentos, tendo como parceiros, plantas e seres outros-que-humanos. Por fim, há uma reflexão organizando as ideias discutidas ao longo deste texto de forma a concluir esta peça.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

Nordeste e leste indígena

A região Nordeste e Leste do Brasil compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se da área de primeiro contato da colonização portuguesa, marcada inicialmente pela exploração da *comodities* açucareira, seguida pela expansão da pecuária na Caatinga e, mais adiante, pela atividade mineradora no estado de Minas Gerais. A invasão territorial estrangeira nas terras que hoje conhecemos como Brasil é datada do século XVI. Conta-se que a chegada e a penetração de povos vindos de outros continentes, como no caso de portugueses, espanhóis, holandeses, entre outros, de início no litoral do nordeste do atual Brasil, deu-se a partir de inúmeros conflitos, mas também de alianças com os indígenas. Os povos desta terra sempre lutaram para proteger sua existência e a da terra que ocupavam. A história que conhecemos hoje é marcada sobretudo pela "perda", de vidas, de comunidades indígenas inteiras, de etnias, de línguas. De fato, o massacre foi grande e as perdas inúmeras. No entanto, é importante ressaltar que esta história é marcada também por muita resistência.

Desde tempos coloniais os povos indígenas revoltaram-se em resposta às invasões de suas terras, como no caso em que o donatário português Vasco Fernandes, que invadiu o território Tupinikim no Espírito Santo, escravizou este povo que, após certo período, se revoltou e, em resposta à violência que sofreram, assassinaram muitos de seus algozes (PREZIA, 2017: 35). Ou ainda, a rebelião em 1712 liderada por Mandu Ladino, indígena de etnia que não se sabe ao certo qual era, liderança que organizou uma rebelião junto ao povo Kariri. A rebelião se espalhou pelos interiores do Nordeste, no que hoje conhecemos como os estados do Piauí, Maranhão e Ceará (PREZIA, 2017: 77). Muitas outras histórias de resistência e luta dos povos indígenas no nordeste brasileiro poderiam ser contadas. Ainda hoje, século XXI, a história dos povos indígenas no Brasil é marcada pela resistência e luta pela vida e pelas terras que ocupam.

A região nordeste deste país é composta por quatro biomas: a Mata Atlântica, que vai desde o litoral da Paraíba até o litoral baiano; a Caatinga que ocupa a maior parte do território geográfico nordestino, passando pela Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí; o Cerrado, que ocupa parte do oeste baiano, Piauí e Maranhão; e a Amazônia que está presente em parte do Maranhão. Quanto ao estado de Minas Gerais, há a presença de dois biomas, Mata Atlântica e Cerrado, enquanto no Espírito Santo, há predominância da Mata Atlântica, sendo o território todo ocupado por este bioma.

O imaginário social brasileiro, sobretudo em outras regiões do Brasil, pensa a região nordeste como um vazio de pessoas, seres, biodiversidade e animais, onde a seca predomina, e parte disso se dá, pois, a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, que ocupa grande parte do território interiorano do nordeste, tem como característica o clima semiárido, altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e longos períodos de estiagem, isto é, uma região com pouca precipitação [recorde que a média pluviométrica do semiárido brasileiro chega a 800mm, ou seja, é o semiárido mais chuvoso do mundo; recorde também que ela 'pode ser muito seca', mas não é necessariamente "muito seca", pois há zonas, como a Chapada Diamantina, com presença de mata atlântica e índice pluviométrico superior a 1400mm e temperaturas que chegam a 7ºC. Sugiro agregar uma nota de rodapé, para evitar a reinvenção de outro "vazio": a seca constante por falta de chuva constante] e, portanto, muito seca. A região conta com uma variedade em sua flora, como a aroeira, o buriti, a carnaúba, o juazeiro, o mandacaru,

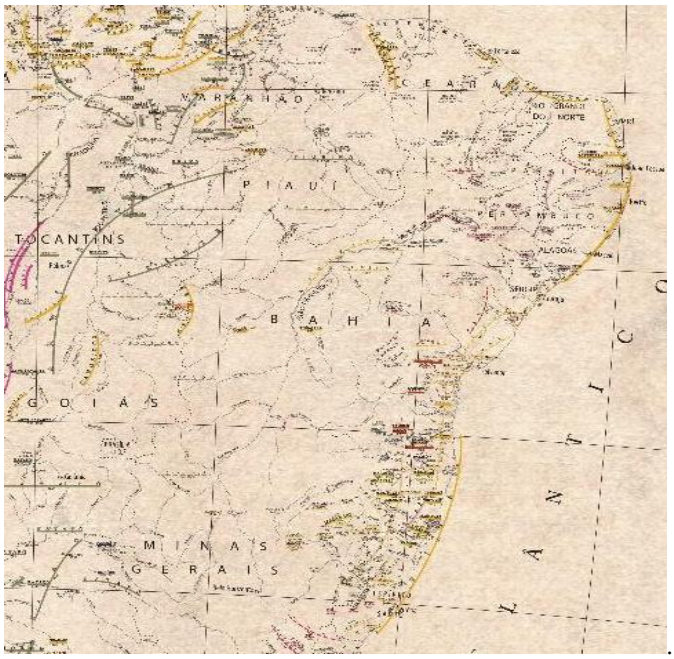
DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

o xique-xique, entre muitos outros, e uma fauna também rica, composta por arara-azul, gato-do-mato, mocó, preá, veado-catingueiro, entre muitos outros animais. Sendo assim, trata-se de uma região com variedade de presenças distintas e ocupações diversas.

Através de materiais da época colonial é possível visualizar os povos indígenas no nordeste em diversos contextos e épocas, como as Cartas de Felipe Camarão, durante a insurreição Pernambucana (1645-1654)[3], os Mapa das Aldeias Indígenas da Província da Bahia (1700-1861)[4], bem como os muitos relatos sobre os povos indígenas no sertão entre os anos de 1650-1720 (PUNTONI, 2002), entre muitos outros. A partir desses contextos é possível compreender que a esta região do país é berço de diversos povos indígenas, muitos que, pelos horrores da colonização, foram massacrados, e tantos outros que ainda hoje seguem resistindo nesta região.

O *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* produzido pelo Alemão Curt Nimuendajú, de 1944, apresenta o extenso trabalho deste exímio etnólogo em documentar as presenças dos povos indígenas no Brasil e regiões adjacentes durante a primeira metade do século XX. Ao atentar-nos para a região nordeste e leste é possível notar que há registros de alguns povos ao longo de toda a costa litorânea, desde o Espírito Santo[5] até o Ceará. Nota-se também a informação de que muitos destes povos estão classificados como "tribos extintas", marcado no mapa pelo pontilhamento abaixo do nome, como é possível observar no *Mapa*. Adiante está o *Mapa,* primeiro recortados apenas nordeste e leste do Brasil, a fim de ampliar o trecho, possibilitando à pessoa leitura a visualização do "vazio" de povos e, em seguida, o *Mapa* está na íntegra, com as legendas.

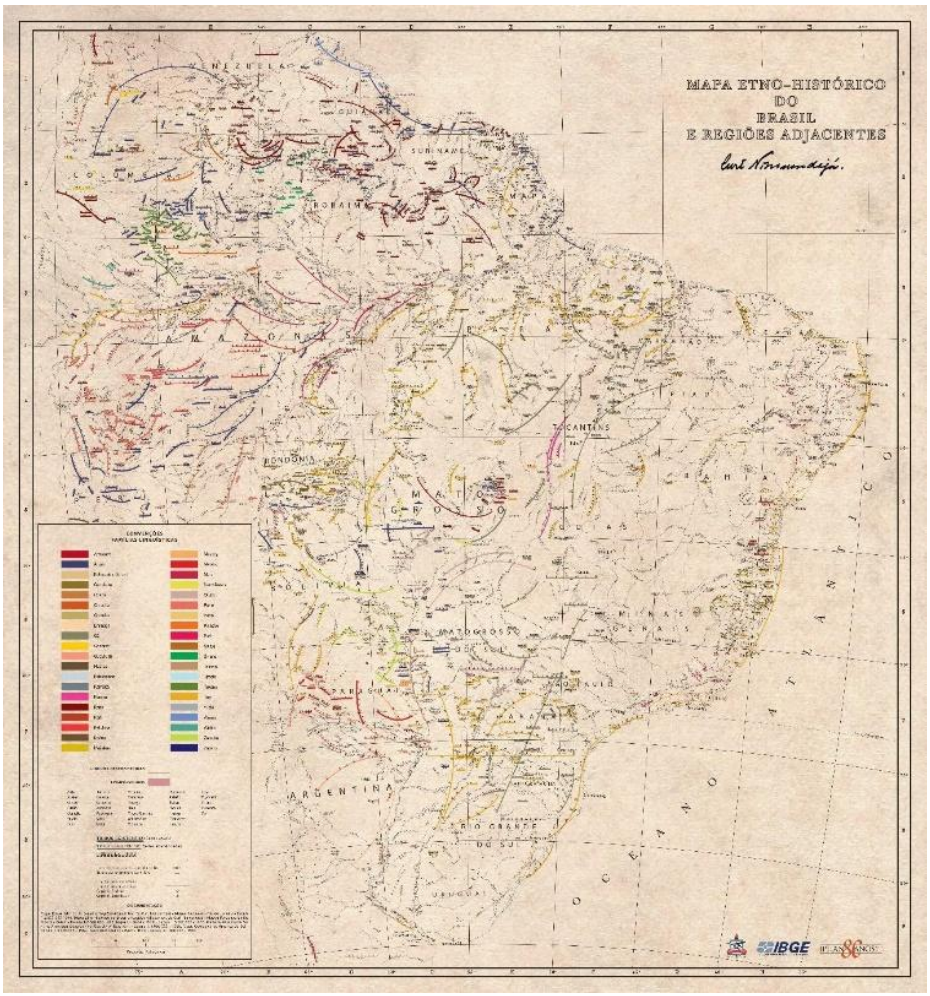
Imagem 1 – Recorte da região específica de Nordeste e Leste Indígena feita pelo autor. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.



[3] Disponível em: https://www.gov.br/museugoeldi acesso em 13/04/2025.
[4] Disponível em: http://www.atom.fpc.ba.gov.br acesso em 13/04/2025.
[5] Incluído na análise, bem como o estado de Minas Gerais, que são tratados dentro de alguns referenciais antropológicos como estados que compõem o cenário dos estudos sobre povos indígenas no Nordeste. Isto porque as experiências dos povos nestes dois estados se aproximam à realidade daqueles no Nordeste brasileiro (CARVALHO; REESINK, 2018). Ressalta-se que esta ideia de unidade não se propõe encapsular a região e sobrepor dados. ES e MG, em certos casos, formam a área etnográfica do Leste – que é às vezes tratada com o Nordeste.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

Imagem 2 – Mapa étnico histórico. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[6], 2017



Se estendermos o olhar para o interior dos estados que compõem o nordeste, bem como Minas Gerais, vemos uma longa faixa de ausências, resultado das informações constantes da documentação compilada por Nimuendajú. Um interior inabitado, um deserto de povos indígenas. Se levarmos em consideração que esta região que se estende sem a incidência de povos é também, em grande parte, domínio do semiárido, poderia ser que fizesse sentido pensar neste vazio. No entanto, este não é nem de longe o caso. Esta paisagem que ocupa um imaginário de vazio demográfico e até mesmo de certo "deserto", local onde não há nada, tido como inóspito devido às condições ambientais, na verdade é um local habitado por uma vegetação nativa muito potente, além de um rico conjunto de sujeitos humanos e outros-que-humanos. Além de que esta imagem do interior do Nordeste, como um "vazio", encontra forte oposição nos documentos dos séculos XVI e XVII que evidenciam abundantemente as ocupações indígenas.

Para pensar o que ocorreu com os povos no Nordeste e Leste brasileiro, apoiamo-nos na história do povo Kiriri, que é um caso entre muitos, mas que ilustra certas complexidades vivenciadas pelos povos indígenas nas regiões em tela. Têm-se registrado que a ocupação territorial Kiriri era extensa pelo interior

[6] Disponível no link: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20versão%20Jorge%2004092017.pdf último acesso em: 14 de janeiro de 2025. Recomenda-se abrir o link e visualizar o mapa com maior qualidade e detalhamento.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

(BANDEIRA, 1972). Ao longo da história de contato e colonização os Kiriri sofreram assédio por diferentes grupos, sobretudo por parte da igreja católica, que teve como grande impacto a catequização em seus territórios. Com o passar dos anos e dos inúmeros conflitos entre os Kiriri e outros povos, o assédio por parte de fazendeiros e posseiros da região, confinados e em uma situação complexa de abandono e miséria, supõe-se que os próprios indígenas tenham negociado algumas partes de suas terras, constrangidos pela situação em que se encontravam (BRASILEIRO (2004 [1999]).

Em decorrência deste cenário, em fins do século XIX parte dos Kiriri migraram para o Arraial de Canudos, juntando-se à luta de Antônio Conselheiro, líder do movimento popular conhecido como Guerra de Canudos (BANDEIRA, 1972). A participação dos Kiriri neste movimento foi marcada, sobretudo, pela perda de importantes lideranças e anciãos. Acredita-se que a participação neste conflito findou a vida dos últimos falantes do idioma nativo, bem como dos especialistas rituais (BRASILEIRO, 1996). Com o fim de Canudos, os Kiriri que sobreviveram retornaram ao seu território em Mirandela, no norte da Bahia; no entanto, o cenário que encontraram foi de certa desterritorialização, pois suas terras estavam parcialmente tomadas por criadores de gado (MACEDO, 2009: 34)[7]. Parte do desfecho deste período foi que os Kiriri passaram então a ser compreendidos como um povo que fora dizimado; discurso que ganhou muita força, sobretudo a partir dos esforços do estado brasileiro em assimilar a diferença. No entanto, quando os Kiriri tornaram a se organizar, em meados de 1941, e iniciaram os pedidos pelo reconhecimento de sua indianidade, as reivindicações tornaram-se mais frutíferas quando padre Galvão começou a caminhar e se mobilizar intercedendo pelos Kiriri junto ao então Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O resultado desta mobilização foi a instalação, em 1949, de um posto do SPI em Mirandela/BA, momento que concedeu aos Kiriri "a condição de indígena" (BRASILEIRO, 2012).

Durante longo período, os Kiriri e outros povos indígenas nos interiores do nordeste foram vistos como caboclos, povos que já não possuíam a identidade indígena e que, portanto, eram apenas "remanescentes". A consolidação do Brasil como Estado-nação se deu diante de cenários como este protagonizado pelos Kiriri, mas que não é exclusivo deles e se apresenta como realidade transversal que atingiu muitos povos no Nordeste e Leste brasileiro e em outras regiões do país[8]. Aos povos nativos dessas regiões, primeiro foi roubado a terra, depois foi negado o pertencimento étnico e então, como fruto destas ações, criou-se o imaginário de inabitabilidade, do deserto, do vazio demográfico, de uma terra sem habitantes e, portanto, sem donos. Imaginário que paira e que se perpetua a partir de histórias oficiais colonizadoras e até mesmo das teses de aculturação (RIBEIRO, [1970]1996) desenvolvidas ao longo do século XX, em que se pressupunha que, a partir do contato de povos indígenas com a sociedade nacional, haveria uma absorção das primeiras pela última, sendo o desaparecimento dos povos indígenas um "fato".

Indígenas no nordeste e leste brasileiro

Ao longo da história brasileira, marcada pela violência e constrangimento de muitos povos indígenas devido às suas diversidades e modos de ser, alguns povos

[7] Todo o desenrolar da trajetória Kiriri desde o episódio de Canudos foi longo, no entanto, não aprofundarei nele aqui, e para maior detalhamento ver Bandeira (1972), Brasileiro (1996) e Macedo (2009).
[8] Para outras histórias, ver Prezia (2017).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

deixaram sua autodeclaração identitária, para fora de seu coletivo, de lado. Os movimentos de "resgate" que são vistos no Nordeste brasileiro ainda hoje ocorrem, sobretudo, porque este foi o lugar primeiro em que esses povos foram assediados e coagidos, foi o local onde primeiro se precisou lidar com os conflitos e as violências proporcionadas por estrangeiros que chegavam ao "novo mundo", mas também foi o lugar onde primeiro se iniciaram as resistências, as lutas: as reorganizações socioculturais e as estratégias de sobrevivência organizadas e protagonizadas por povos indígenas no Nordeste, que são sempre sofisticadas e muito bem pensadas.

Há de se ter em mente que as dinâmicas de integração nacionais após o período de colonização tiveram papel determinante nas ações de apagamento de antigos aldeamentos, processo caracterizado pela violência e pelo confinamento de pessoas indígenas a reservas cada vez menores no intuito de abrir espaço para a colonização agropastoril, fortemente observado também no Centro-oeste brasileiro (CAVALCANTE, 2014; PEREIRA, 2007). Iniciativas que voltam a tomar força quando encontram terrenos propícios a estes ideais, como vimos ao longo do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, em que deliberadamente o intuito era o de "passar a boiada". Boiada está que no Nordeste já passa há séculos.

Diante desse cenário de apagamentos sistemáticos, confinamentos e invasões territoriais, além de tentativas de assimilação forçada, é que as práticas cosmológicas e ritualísticas dos povos indígenas do Nordeste emergem como formas potentes de resistência e reorganização social. São nesses rituais e saberes que se mantêm vivas as memórias, as identidades e as relações com os seres outros-que-humanos que sustentam as cosmologias indígenas. Entre essas práticas, o Toré ocupa um lugar central, não apenas como expressão cultural, mas como tecnologia de afirmação territorial, política e espiritual.

Tratando dos povos indígenas no Nordeste, o ritual do Toré, praticado por grande parte das etnias ali presentes, não pode ser visto como simples "sinal diacrítico" de uma performance para "branco ver". O rito teve, e ainda tem, um papel fundamental nos processos de retomada territorial e de autodeclaração da identidade étnica destes sujeitos, processo este que não teria vazão e possibilidade de ser se não fossem os Encantados[9], seres outros-que-humanos que coabitam o universo cosmológico de vários povos no Nordeste (REESINK, 2000). Poder-se-ia dizer ainda que:

> Entre a alegoria do "índio autêntico" e o "ritual sociocosmológico totalizador", o toré parece ser a cultura diacrítica compartilhada no Nordeste, invariante em sua denominação, porém variante em sua expressão sociocultural cognoafetiva: o toré tem sido como que um fluxo transcultural em toda a região, que se atualiza em uma variante local com tendência forte a se transformar em variante etnocultural específica sem perder seu caráter reconhecidamente transcultural. (CARVALHO e REESINK, 2018: 95)

Se é imprescindível falar do Toré no contexto do nordeste brasileiro, o mesmo se aplica à Jurema, pois ela é proeminente no sertão nordestino. Botanicamente, a Jurema é uma árvore classificada como "*Mimosa tenuiflora* (Wild.) Poiret - antes classificada como *Mimosa nigra* e depois como *Mimosa hostilis* (Benth.)" (GRÜNEWALD, 2020: 36), mas podemos defini-la também como "uma leguminosa arbustiva silvestre, pioneira e rústica, típica do semiárido e que pode atingir de 2,5 a 7 metros de altura, com acúleos espessos e esparsos" (GRÜNEWALD,

[9] De forma resumida, os encantados são seres em uma posição intercambiável, compreendidas como outros-que-humanos pelo caráter diferencial que possuem com os seres humanos. Para aprofundar no tema, ver DURAZZO; SEGATA (2020), ALARCON (2013), HENRIQUE (2019) e BRANCO (2023; 2024).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

2020: 39). A Jurema, por ser uma árvore típica da região semiárida, compõe ativamente a paisagem no interior nordestino.

As espécies de plantas que suportam os longos períodos de estiagem no sertão nordestino são, em sua maioria, plantas que possuem mecanismos de retenção de água, o que permite a passagem por estes períodos sem que morram. No caso da Jurema, conforme estudado por Santana, et al. (2019), em ambientes como a caatinga e serapilheiras, isto é, camadas de matéria orgânica sobre o solo, são importantes. Nos locais onde há serrapilheira acumulada de *Mimosa tenuiflora* foi encontrada elevada capacidade de retenção hídrica, evidenciando, segundo as conclusões do estudo, que esta espécie pode ser utilizada de forma a potencializar áreas degradadas. No entanto, o que parece ser ainda mais interessante para a presente reflexão é pensar na ocupação desta espécie, que é popularmente conhecida como Jurema, como uma fonte potencial de reserva de água que compõe o cenário e a paisagem no nordeste. Esta característica nos leva a outras formas de ver a Jurema, além desta composição bioquímica da espécie, e vale a pena apresentá-la como um sujeito outro-que-humano.

Se compreendida como uma árvore, diferentes espécies podem carregar seu nome; dela é possível fazer o vinho da Jurema, amplamente difundido entre muitos povos indígenas no Nordeste e elemento importante para a realização do ritual do Toré. Assim, como cada povo em questão tem seu modo de fazer, várias são as bebidas possíveis a partir da Jurema (GRÜNEWALD, 2020, 2018, 2008; 2005; BAIRRÃO, 2003; MOTA, 2005, 1996; MOTTA, 2005; L'ODÒ, 2017; NASCIMENTO, 2013).

A polissemia do termo Jurema permite-nos olhá-la a partir de diferentes perspectivas, com diferentes intencionalidades e potencialidades. Cada modulação da Jurema permite a chegada em um lugar distinto. Mota (2005), por exemplo, postula a existência de três Juremas: 1) "a Jurema nordestina-indígena-rural"; 2) "a Jurema afro-urbana"; e 3) "a Jurema europeia-ocidental-urbana". A primeira é a que de fato nos interessa no presente trabalho, caracterizada pela autora como:

> A Jurema nordestina-indígena-rural: Nesta reside primordialmente a percepção mágico-religiosa da realidade social, sendo ela a verdadeira "Jurema das Matas": símbolo da etnia forjada durante o processo de colonização europeia. É aí que se desenvolve o sentido de ser nativo, por exemplo, entre os Fulni-ô, Pankararu, Kiriri, Kariri-Xocó e Xocó. Também aqui se incluía a Jurema dos Catimbós do Nordeste, ritual celebrado nos vilarejos, onde a religiosidade rural portuguesa definitivamente mostra suas marcas em conjunto com os ritos nativos, desde o Rio Grande do Norte até a Bahia. (MOTA, 2005: 223)

A percepção deste aspecto "mágico-religioso" pode nos aproximar dos sujeitos outros-que humanos. A Jurema atua agenciando pessoas[10] através de sua bebida. No caso do contexto Kiriri do Acré, a partir da interação entre os sujeitos humanos e o vinho da Jurema, é que se acessa os Encantados, sujeitos outros-que-humanos que se relacionam com o povo Kiriri e com outros povos indígenas no nordeste, auxiliando nas tomadas de decisões, apoiando ações e direcionando as pessoas[11]. Os Encantados são agentes de suma importância nos contextos indígenas, exemplo disso são suas fundamentais ações nas retomadas das línguas "esquecidas" no Nordeste, o processo de reavivamento das línguas que vem sendo

[10] Sobretudo as mulheres, para mais informações no caso Kiriri, ver Branco (2024, 2023).

[11] No Nordeste indígena, o uso da Jurema não é prerrogativa necessária de acesso aos Encantados, uma vez que vários povos da bacia do São Francisco, notoriamente filiados à tradição do Praiá pankararu (Katokkin, Kalancó, Kazuazu, Geripanko), não usam a jurema ou não a utilizam sempre, usando a garapa como dádiva aos Encantados. (N. do E.)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

empreendido em colaboração dos Encantados e dos sujeitos indígenas. Compreende-se que as línguas não foram perdidas, elas encontram-se em estágio de guarda junto dos Encantados que sistematicamente vêm repassando as línguas por eles guardadas aos povos. Esse processo ocorre através do ritual do toré, mas também a partir do relacionamento com a Jurema através dos sonhos e pelas bocas das crianças (DURAZZO, 2022; DURAZZO; COSTA, 2022; BONFIM; DURAZZO; AGUIAR, 2021; HENRIQUE; RAMOS, 2021; BRANCO, 2023). A questão das línguas indígenas no Nordeste leva-nos a um outro suposto "vazio", o da diversidade linguística nesta região, endossado pelo argumento de que no Nordeste, com exceção dos Fulni-ô, não há nenhuma língua indígena, ponto que chama atenção à ignorância acerca das línguas indígenas e resulta em "um vácuo nos estudos sobre a língua nesta região" (BONFIM, 2014:14).[12]

Assim, como se observa a partir das experiências indígenas na região Nordeste, a presença de sua vegetação nativa e a ocupação de sujeitos humanos (os povos indígenas) e outros-que-humanos faz desta região uma realidade que tensiona os discursos de "vazios" a seu respeito. A ocupação humana, vegetal, animal e outra-que-humana nesta região nos auxilia na reflexão conjunta das experiências interrelacionadas destes agentes, que habitam esse lugar, que compartilham histórias, experiências e movimentos de resistência e estratégias pela vida. O relacionamento entre esses agentes – indígenas, vegetações, animais, seres outros-que-humanos – possibilita-nos olhar para o interior do nordeste como um local indígena, cheio de ciência e encantaria, de vegetação forte que vive, transita, se reorganiza e se modifica sem abandonar suas raízes.

O caso do povo Ibiramã Kiriri do Acré

Os Kiriri que hoje vivem em Caldas (MG) são parte de um grupo que há muito tempo encontra-se em deslocamento, sendo parentes dos Kiriri de Mirandela (BA), que estão no que é considerado território histórico deste povo[13]. A história acima evidenciada sobre os Kiriri na Bahia também compõe a sua história. A chegada dos Kiriri[14] em Caldas, no sul do estado de Minas Gerais, ocorreu em 13 de março de 2017, na ocasião eram cerca de 16 famílias vindas de Muquém do São Francisco (BA). Atualmente a comunidade tem como liderança o casal Carliusa e Adenilson, respectivamente vice-cacica e cacique. Além deles, deve-se mencionar Agenilton, o pajé, D. Alzira, a anciã, e Roseni, a conselheira. A comunidade cresceu e ao longo dos últimos oito anos, e são inúmeras as vitórias alcançadas por este povo junto de seus *Encantados*[15] e dos *amigos* que construíram ao longo de sua caminhada em terras sul mineiras[16].

Os Kiriri foram em busca da *terra verde*, local que os *Encantados* lhe mostraram e onde sabiam que, neste novo território, eles teriam um lugar para *viver*

[12] Este contexto de vácuo nos estudos sobre a língua no nordeste vem sendo mobilizado por alguns antropólogos (DURAZZO, 2022, 2019; BOMFIM, DURAZZO, 2023; FRANCHETTO, 2014; HENRIQUE, RAMOS, 2021; MORAES, 2021)

[13] As pessoas do povo Kiriri que atualmente vive em Caldas (MG) são descendentes dos Kiriri que residem em Mirandela (BA); parte dos Kiriri que estavam em Mirandela (BA), após desentendimentos migraram para Serra do Ramalho (BA). De lá receberam o convite dos então amigos Xukuru-Kariri e migraram para Muquém do São Francisco (BA) e, mais tarde, em 2017, transferiram-se para Caldas (BRANCO, 2024, 2023; HENRIQUE, 2019).

[14] Os Kiriri em Caldas se reconhecem como povo Ibiramã Kiriri do Acré, mas também são conhecido como Povo Kiriri do Rio Verde. Atendendo às duas denominações, ambas são utilizadas neste texto.

[15] A utilização do recurso itálico é feita de modo a enfatizar falas dos Kiriri.

[16] Para visualização dos "Marcos na História do Povo Kiriri do Rio Verde", desde sua chegada em Minas Gerais, até meados de 2023, ver BRANCO (2023: 32).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

bem. Em discurso proferido em abril de 2024 em meio às celebrações da comunidade acerca do dia dos povos indígenas, durante o mês de abril, a vice-cacica, enfatizou em sua fala:

> *Primeiramente eu venho aqui agradecer ao nosso pai Tupã que é nosso Deus, que sempre a gente se apega a ele. Em todo canto que a gente vai, a gente se apega a ele, nosso pai Tupã.* ***Agradecer a nossos mestres Encantados, porque desde a primeira vez que nós entramos nesse território, antes de nós entrarmos nesse território a gente já sabia desse território. Nós já tínhamos tido a visão, nós já tínhamos vindo, o pessoal já tinha conversado com a gente e já tinha indicado esse território pra nós. Pessoal esse que era daqui. Pessoal esse que era os Encantados daqui. Pessoal que deu esse território pra nós****... O pessoal que morava aqui. Às vezes a gente fala: ah, mas vocês conversam com quem já morreu? Sim, a gente conversa com quem já morreu. Os Encantados desse território que vieram e deram pra nós. Sem nós nunca termos vindo aqui nele*. (Transcrição de Fernanda Borges Henrique e Maria Carolina Arruda Branco. Arquivo pessoal, abril, 2024, grifo meu)

Os Encantados, portanto, direcionaram os Kiriri para esta *terra verde*, onde seria sua nova morada. Lugar de novas possibilidades, mas isso não quer dizer que a *terra verde* opõe a terra no nordeste como uma terra pobre, as dificuldades no nordeste, e que acabou levando parte do grupo Kiriri para o sul de Minas Gerais, também dialogam com contextos econômicos de falta de emprego e de conflitos familiares[17]. Ao saírem de Muquém do São Francisco (BA), os Kiriri foram motivados pela *visão*, mas também pela confiança nos *Mestres Encantados*. Sabendo que este local que lhes havia sido apresentado havia sido dado a eles pelos *Encantados desse território* [do Rio Verde], [eles que] *vieram e deram pra nós*. A ida das famílias Kiriri para o município de Caldas, em Minas Gerais, vem acompanhada de retornos sistemáticos, diálogos permanentes e trocas profundas com o território de onde saíram. O circuito de troca entre os territórios em Muquém do São Francisco, localizado no oeste baiano, em região limítrofe entre a Caatinga e o Cerrado, e o território em Caldas são permanentes, e os fluxos de idas e vindas de pessoas, plantas, barro, fibra de croá, Jurema, parecem ser indispensáveis às práticas da vida ritual e da vida vivida no dia a dia. Realizo este caminho para trazer à pessoa leitora a reflexão sobre a composição de um ambiente que é feito por pessoas como os Kiriri, plantas, como a Jurema, e seres outros-que-humanos, como no caso dos *Encantados*, do qual a Jurema também é parte fundamental pois o acesso aos *Encantados*, no contexto do povo Kiriri do Acré se dá, sobretudo, por seu intermédio (BRANCO, 2024, 2023). Aquele "vazio" de que se falava ser o interior nordestino é, na realidade, berço de povos, plantas, seres outros-que-humanos, composição de elementos que configuram a cosmologia e a realidade de uma região que é sobretudo potente, e que circulam ativamente, configurando redes de relações multiespecíficas que cruzam e conectam toda a região dos sertões desde o Nordeste até o sul de Minas Gerais.

O nordeste, portanto, segue presente na feitura de um *lugar para viver bem* por parte dos Kiriri do Acré. O território de onde se vem é parte importante da composição do território onde se está. Além dos elementos já sinalizados, a incorporação do Nordeste em outra paisagem, em uma *terra verde*, que é muito diferente daquela de onde vieram os Kiriri, é um esforço consciente do povo Ibiramã Kiriri do Acré em "kiririzar", por assim dizer, este novo espaço. A composição do espaço físico, biológico, outro-que-humano e humano na aldeia em Caldas, é feita de maneira a enraizar, no novo território, a dinâmica do ser Kiriri, aquilo

[17] Para aprofundamento nesta questão quanto ao caso do povo Kiriri do Acré (HENRIQUE, 2019)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

que compõe seu dia a dia, sua cosmovisão e os seres que compõem sua cosmologia.

Desta forma, o que fica evidente é o acionamento daquele território que ficou no Nordeste, que aponta para as ações de estabelecer relações e incorporar em um novo território aquilo que é indispensável às práticas Kiriri agora no sul do estado de Minas Gerais. Esse deslocamento do nordeste e de volta ao nordeste mobiliza as retomadas, os vínculos permanentes com o território lá, com as histórias e os parentes que ainda residem na Bahia, com o barro daquela terra, com as plantas, com a Jurema, com os Encantados e tantas outras nuances daquele território que é presente, que compõe o que se foi, mas também o que é e o que está por vir. O bordado apresentado a seguir faz parte desta reflexão em que apresento o contorno dos estados da Bahia e Minas Gerais, em que, no estado da Bahia, o município de Muquém do São Francisco está preenchido na cor marrom simbolizando aquela terra e, no estado de Minas Gerais, o município de Caldas está preenchido na cor verde simbolizando também a terra. Os dois fios condutores entre os municípios buscam refletir o caminho de idas e vindas, entrelaçados, conectando territórios, pessoas, seres outros-que-humanos, vegetações, climas e pertencimentos. O que parece um "vazio", em verdade, é preenchido por múltiplos deslocamentos, mais do que um "vazio" preenchido por coisas, é um "vazio" preenchido por movimentos.

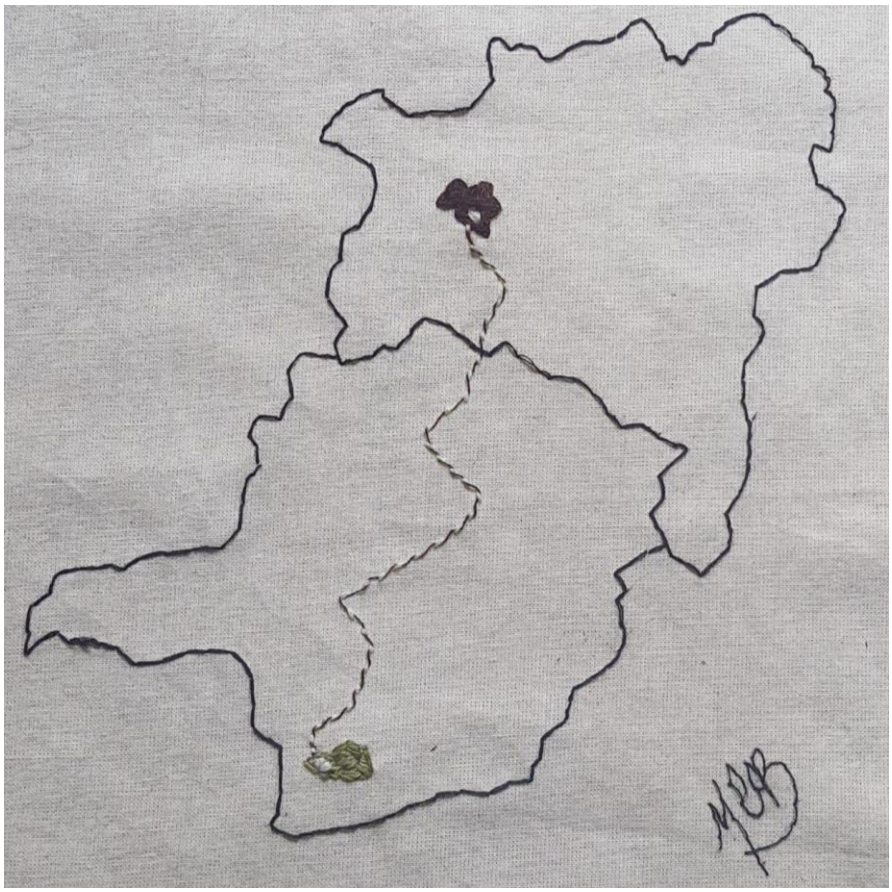


Imagem 3 – Bordado produzido pela autora, setembro, 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

Considerações finais

As reflexões propostas ao longo deste texto buscaram organizar, na forma de um ensaio, as percepções sobre a história do Nordeste indígena, a partir da história de luta e resistência do povo Kiriri na Bahia e, sobretudo, de seus parentes que migraram para Minas Gerais. O esforço deste texto foi especialmente o de salientar o entrelace de pessoas, territórios, plantas e sujeitos outros-que-humanos, conectando regiões geográficas e climáticas diferentes, mas que possuem um elo com o povo Kiriri. Aspectos que espero ter conseguido acionar visualmente a partir da experiência lúdica do bordado, linhas se cruzando, se conectando e compondo simultaneamente uma à outra, formando um todo que contradiz a noção de que o interior do Nordeste do Brasil era e é um vazio de povos indígenas e de seres humanos e outros-que-humanos.

Partir da noção de "vazio", permiti-nos problematizar os discursos de certo imaginário social que nega a presença indígena no Nordeste, contribuindo para o apagamento de memórias, identidades e existências. Logo, não se trata e nunca se tratou, de um vazio, mas de uma região densamente habitada por saberes, práticas, espiritualidades e histórias de resistência. O caso do povo Ibiramã Kiriri do Acré evidencia como esses fluxos não apenas continuam a existir, mas são atualizados por meio de deslocamentos, alianças, sonhos, plantas e rituais.

A migração do povo Kiriri para o sul de Minas Gerais, guiada pelos Mestres Encantados e sustentada pela relação com a Jurema, mostra que a territorialidade indígena não é fixa nem inerte — ela é feita de movimento, de memória e de resistência. A presença do Nordeste nos modos de vida que os Kiriri atualizam em Caldas é uma forma de afirmar que os territórios indígenas seguem sendo tecidos por caminhos, afetos, corpos, plantas e encantados. O "vazio" nunca existiu, os povos indígenas seguem conectando territórios, seres, biomas, vegetações, pessoas e futuros possíveis.

Recebido em 31 de janeiro de 2025.
Aprovado em 2 de abril de 2025.

Referências

ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Antropologia, Universidade de Brasília, 2013.

BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Raízes da Jurema. *Psicologia* (USP), 14 (1): 157-184, 2003.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado. *Estudos Baianos*, 6, 1972.

BOMFIM, Anari Braz. "Revitalização de língua indígena no sul da Bahia". In: BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da (orgs.). *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014.

BONFIM, Evandro de Sousa; DURAZZO, Leandro. Retomadas linguísticas indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo: um mapeamento. *SciELO Preprints*: [sem volume ou número]: [sem paginação informada], 2023.

BONFIM, Evandro de Sousa; DURAZZO, Leandro; AGUIAR, Mariana Sales. O "levante linguístico indígena" no Nordeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6 (2): 398-420, 2021.

BRANCO, Maria Carolina Arruda. *Mediação e negociação entre mundos: uma etnografia do prestígio e da liderança de uma mulher Kiriri em Caldas (MG)*. Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

BRANCO, Maria Carolina Arruda. Notas sobre o ritual da Jurema: pessoas-relação e encantados entre o povo Ibiramã Kiriri do Acré. *Cadernos de Campo*, 24 (esp. 1): e024009, 2024.

BRASILEIRO, Sheila. "Povo indígena Kiriri: emergência étnica, conquista territorial e faccionalismo". In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004 [1999].

BRASILEIRO, Sheila. *A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri*. Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 1996.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, J.A.L. "Estratégias de negociação e recomposição territorial Kiriri". In: CARVALHO, M.R.; CARVALHO, A.M. (orgs.) *Índios e caboclos: a história recontada*. Salvador: EDUFBA, 2012. pp. 147-166.

CARVALHO, Maria do Rosário de; REESINK, Edwin B. Uma etnologia no Nordeste brasileiro: balanço parcial sobre territorialidades e identificações. *BIB*, 87: 71-104, 2018.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Demarcação de terras indígenas Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas. *Fronteiras: Revista de História*, 16 (26): 48-69, 2014.

DURAZZO, Leandro. "O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística". In: SEVERO, Cristiane Gorski (org.). *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas*. Campinas: Pontes Editores, 2022.

DURAZZO, Leandro. *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimento, ritual e educação a partir da autodemarcação de dzorobabé*. Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

DURAZZO, Leandro; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. *Revista del CESLA*, 30: 97-118, 2022.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

DURAZZO, Leandro; SEGATA, Jean. Intercosmologias: humanos e outros mais que humanos no nordeste indígena. *Espaço Ameríndio*, 14 (2): 185-198, 2020.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para a revitalização. *Museu Nacional*, [sem volume ou número]: [sem página informada], 2014.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Jurema*. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Nas trilhas da jurema. *Religião e Sociedade*, 38 (1): 110-135, 2018.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Toré e Jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. *Ciência e Cultura*, 60 (4), 2008.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. "Sujeitos da Jurema e o resgate da 'ciência do índio'". In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

HENRIQUE, Fernanda Borges. *Por um lugar de vida: os Kiriri do Rio Verde, Caldas (MG)*. Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

HENRIQUE, Fernanda Borges; RAMOS, Roseni. Os Kiriri do Acré e o resgate da língua indígena. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6 (2): 514-544, 2021.

L'ODÒ, Alexandre L'omi. *Juremologia: uma busca etnográfica para sistematização de princípios da cosmovisão da Jurema Sagrada*. Antropologia, Universidade Católica de Pernambuco, 2017.

MACEDO, Silvia Michele. *Educação por outros olhares: aprendizagem e experiência cultural entre índios Kiriri do sertão baiano*. Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

MORAES, V. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e língua morta a partir do contexto kiriri. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 6 (2): 485-513, 2021.

MOTA, Clarice Novaes da. "Jurema e identidades: um ensaio sobre a diáspora de uma planta". In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MOTA, Clarice Novaes. "Sob as ordens da Jurema: o xamã Kariri-Shokó". In: LANGDON, Esther J. (org.). *Xamanismo no Brasil: Novas Perspectivas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. pp. 267-295.

MOTTA, Roberto. "A Jurema do Recife: Religião indo-afro-brasileira". In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra (orgs.). *O uso ritual das plantas de poder*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

NASCIMENTO, Marco Tromboni. *As ramas e o vinho da jurema: metáforas rituais entre os índios do sertão nordestino ou uma teoria unificada do ritual e da linguagem*. Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 2013.

PEREIRA, Levi Marques. Modalidades e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. *Suplemento Antropológico (Asunción)*, 42 (1), 2007.

PREZIA, Benedito. *História da resistência indígena: 500 anos de luta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2002.

REESINK, Edwin B. "O segredo do sagrado: o Toré entre os índios do Nordeste". In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, M.; ELIAS, J. L. *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, [1970] 1996.

SANTANA, José Augusto da Silva; CANTO, Juliana Lorensi; MEDEIROS, Matheus Maia; MACEDO, Thatiane Alves de; MONTEIRO, Iziane Miranda. "Capacidade de retenção hídrica da serapilheira de Mimosa tenuiflora (Willd.) Poiret (Jurema Preta) em diferentes espaçamentos". In: SANTANA, José Augusto da Silva. *Anais do I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade e III Congresso Internacional da Diversidade do Seminário*. [S.l.]: [s.n.], nov. 2019.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19118

Um violento deserto verde:
reflexões acerca de como a tecnificação agrícola promovida pela silvicultura expulsa e invisibiliza a população rural do Extremo Sul da Bahia

Alexandre Bonfim Silva[1]
Gabriel Menezes Gonçalves[2]
Gustavo Brito Loyola dos Santos[3]
Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo: A presente pesquisa de caráter exploratório, objetiva promover debates e reflexões acerca do processo de desvalorização da população rural da região Extremo Sul do estado da Bahia, em decorrência do plantio de eucalipto que moderniza e mecaniza o campo, diminuindo a oferta de emprego para quem nele vive, desconsiderando vivências e suas potencialidades, bem como diminuindo a biodiversidade local. Assim, a análise de tal fenômeno foi desenvolvida por meio de uma metodologia alicerçada no aprofundamento teórico da literatura concernente ao objeto de estudo para compreensão da realidade local e concernente à antropologia para compreensão das características sociais que tornam as florestas de eucaliptos grandes "desertos". Foram também consultados, planos estaduais, pesquisas e dados censitários para fomento da pesquisa. Por meio dessa abordagem é concluído que a silvicultura, apesar de promover o desenvolvimento econômico da região também opera expulsando e invisibilizando sua população rural.

Palavras-chave: silvicultura; êxodo rural; mecanização agrícola; Extremo Sul da Bahia.

[1] Graduado em Geografia (Licenciatura) - Universidade Estadual de Santa Cruz.
[2] Graduado em Geografia (Licenciatura) - Universidade Estadual de Santa Cruz.
[3] Graduado em Geografia (Licenciatura) - Universidade Estadual de Santa Cruz.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

ACENO

BONFIM SILVA, Alexandre; GONÇALVES, Gabriel Menezes; LOYOLA DOS SANTOS, Gustavo Brito. **Um violento deserto verde: reflexões acerca de como a tecnificação agrícola promovida pela silvicultura expulsa e invisibiliza a população rural do Extremo Sul da Bahia.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 61-76, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

A violent green desert:
reflections on how agricultural technification promoted by forestry expels and makes invisible the rural population of the extreme south of Bahia

Abstract: This exploratory research aims to foster debate and reflection on the process of marginalization experienced by the rural population in the Extreme South region of Bahia, driven by eucalyptus plantations that modernize and mechanize the countryside. This shift reduces employment opportunities for local residents, disregards their lived experiences and potential, and diminishes local biodiversity. The analysis of this phenomenon was carried out through a methodology grounded in a thorough theoretical review of the literature related to the subject matter, in order to understand the local reality, as well as anthropological literature to grasp the social dynamics that turn eucalyptus forests into vast "green deserts." The research also drew on state plans, studies, and census data to support its findings. This approach leads to the conclusion that, while forestry promotes economic development in the region, it simultaneously displaces and renders its rural population invisible.

Keywords: forestry; rural exodus; agricultural mechanization; Extreme South of Bahia.

Un desierto verde violento:
reflexiones sobre cómo la tecnificación agrícola impulsada por la forestación expulsa e invisibiliza a la población rural del extremo sur de Bahia

Resumen: La presente investigación de carácter exploratorio tiene como objetivo promover debates y reflexiones sobre el proceso de desvalorización de la población rural de la región del Extremo Sur del estado de Bahía, como consecuencia de las plantaciones de eucalipto que modernizan y mecanizan el campo, reduciendo las oportunidades de empleo para quienes viven en él, desconsiderando sus experiencias y potencialidades, y disminuyendo la biodiversidad local. El análisis de este fenómeno se desarrolló mediante una metodología basada en el análisis teórico profundo de la literatura relacionada con el objeto de estudio, para comprender la realidad local, así como en la antropología, para entender las características sociales que convierten los bosques de eucalipto en grandes "desiertos verdes". También se consultaron planes estatales, investigaciones y datos censales para apoyar el estudio. A través de este enfoque, se concluye que la silvicultura, aunque promueve el desarrollo económico de la región, también expulsa e invisibiliza a su población rural.

Palabras clave: silvicultura; éxodo rural; mecanización agrícola; Extremo Sur de Bahia.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

Entre o final do século XIX e final do século XX, o estado da Bahia, mais especificamente a região Sul, vivenciou uma experiência de amplo desenvolvimento econômico alicerçado no cultivo e exportação de *theobroma cacao*, fruto conhecido popularmente como cacau.

Apesar de seu caráter capitalista acumulativo, a cacauicultura foi responsável pela construção de, segundo Goulart *et al.* (2014) uma identidade regional e cultural. A cacauicultura dependia fortemente da mão de obra dos trabalhadores rurais, dada a falta de características tecnicistas e especializadas. O cacau se tornou "sinônimo" de Sul da Bahia, que passou a ser uma região conhecida como "Zona do Cacau".

Entretanto, durante o processo de ampliação da cacauicultura por toda a extensão da região, essa era de desenvolvimento foi consideravelmente afetada com a chegada da *moniliophthora perniciosa*, patógeno conhecido como "vassoura de bruxa", que ataca e adoece as plantações de cacau. Assim, conforme apontado por Oliveira (2016) à medida que a infestação avançava, a produção da cultura cacaueira se deteriorava, culminando na perda de lavouras e fechamento de empresas de exportação.

Consequentemente, a porção mais ao Sul da região que já reputava a produção madeireira um meio de desenvolvimento, agora sem contar com o avanço da cacauicultura, optou por apostar todas as fichas no setor. Isso foi determinante para que o Sul da Bahia se fragmentasse nas regiões Litoral Sul e Extremo Sul. Uma divisão pautada em tendências produtivas.

A monocultura que assumiu o papel de protagonista dessa propensão do Extremo Sul, foi a silvicultura, que consiste no plantio em larga escala de *eucalyptus globulus Labill*, árvore popularmente conhecida como eucalipto, utilizada como matéria prima de produtos de limpeza, cosméticos, mas principalmente de papel e celulose. Assim, conforme Almeida *et al.* (2008), a silvicultura foi um dos fatores responsáveis pela reorganização socioeconômica da região. Entretanto, estabeleceram-se algumas problemáticas.

A silvicultura, diferente da cacauicultura, concerne a uma produção extremamente tecnicista e mecanizada que desvaloriza a mão de obra rural e/ou não especializada. Silva e Ximenes (2024), discutem sobre o lado perverso da modernização no campo e como a população rural pode ser afetada durante essa transformação. Isso posto, em detrimento dessa nova forma de desenvolvimento, passa a ocorrer uma diminuição da oferta de trabalho sem precedentes para a população do campo. Silva (2023) amplia o debate e aponta que a tecnificação que circunda a silvicultura promove não apenas a diminuição de oferta de trabalho supracitada, como também o êxodo rural involuntário, posto que sem oferta de emprego, a população se vê obrigada a abandonar o campo.

Esse processo culmina no desenvolvimento de grandes "desertos verdes", justamente no Sul da Bahia, uma região com grande biodiversidade, tornando ilógico o atrelamento da mesma à palavra "deserto". Entretanto não se trata de desertos no sentido físico-geográfico de regiões estéreis, mas sim em um sentido

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

antropológico, indo de encontro com a discussão trazida por Povinelli (2016), sobre como as práticas extrativistas podem impactar negativamente a relação de um povo com a terra. No caso da silvicultura, a população do campo passa a ser vítima de uma dolorosa expulsão e invisibilização que deslegitima todo um histórico de construção identitária, deixando assim, esses espaços, apesar de verdes, desérticos, vazios de relações humanas. Lima *et al*. (2020) utilizam o termo "deserto verde" em relação à silvicultura justamente para discutir esse processo de esvaziamento populacional.

O presente trabalho, portanto, objetiva discorrer sobre como a silvicultura vem afetando negativamente a vida de trabalhadores do campo e suas famílias, atentando contra a dignidade e o sentido de pertencimento de um povo que vem perdendo para o capitalismo predatório do eucalipto, espaço em lugares onde construíram suas vidas.

Para tanto, é utilizada a literatura disponível, dos últimos três anos, devendo se considerar o ano vigente do presente trabalho (2025), para o entendimento atual da problemática, bem como das últimas três décadas, para compreender como essa questão vem sendo trabalhada por especialistas ao longo do tempo. Assim, são priorizados temas como o processo histórico de implementação da silvicultura na região, como o tecnicismo adentrou em sua zona rural e como essa nova realidade opera fomentando o êxodo rural e criando desertos verdes em meio a tentativas de resistência da população local.

Outrossim, em consonância a esses trabalhos, são utilizados dados de uso do solo presentes nos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA's) da região, desenvolvidos pelo Governo do Estado da Bahia e em alguns casos por prefeituras municipais para se mensurar a área de plantio do eucalipto e obter um prognóstico dessa monocultura nos municípios.

São também utilizados, dados populacionais dos censos demográficos de 1991, 2010 e 2022, a cargo de estabelecer um entendimento acerca da dinâmica populacional rural e geral da região. Atrelado a isso, foram desenvolvidos, a partir do software QGis na versão 3.34.11, mapas de localização para representação gráfica do Extremo Sul e entorno.

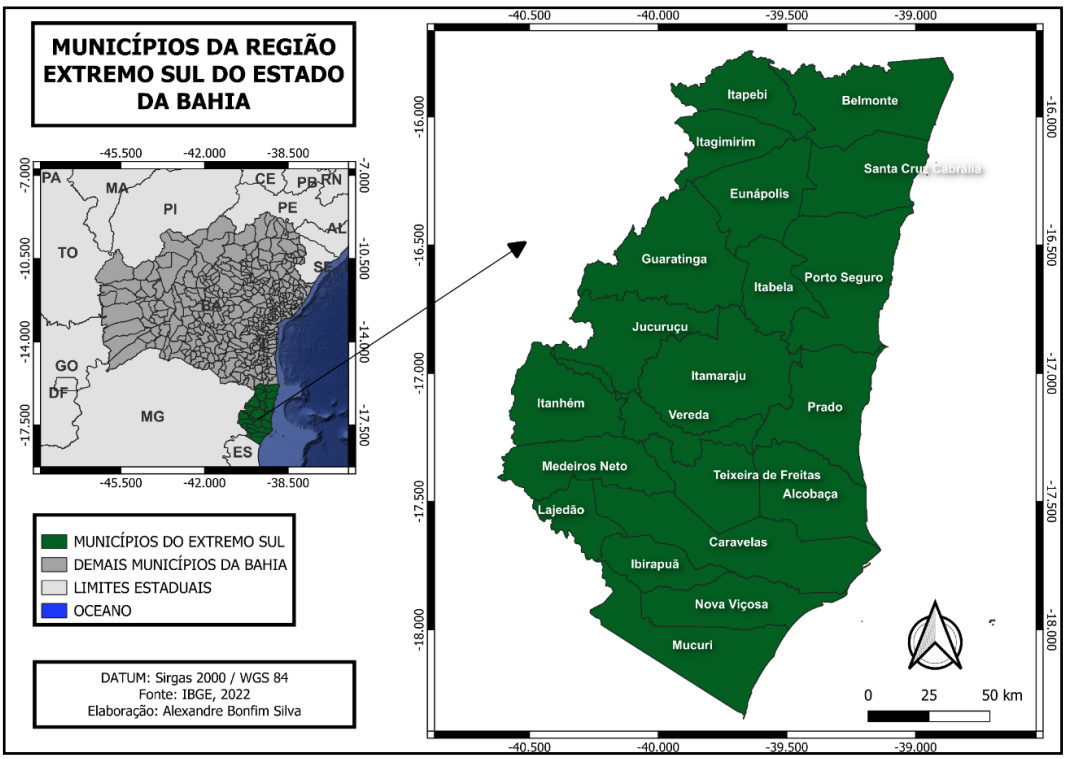
Assim, pensando por um viés da Antropologia Cultural, onde de segundo Goméz (2021), os costumes e um povo estão atrelados a cultura, torna-se possível traçar reflexões acerca de como essa realidade é dolorosa, violenta e invisibiliza a importância de uma população que ajudou a construir o campo e que agora é repelida por ele de maneira excludente, desconsiderando completamente todo a ação de construção de vivência, cotidiano, identificação e pertencimento.

Área de estudo

Cortado pelas bacias hidrográficas do Rio Jequitinhonha, apresentado um clima de úmido a subúmido e integrado em uma área de 30.647,25 km², maior que o estado de Sergipe (21.925,424 km²) o Extremo Sul do estado da Bahia (figura 1), conta com 21 municípios, e 824.905 habitantes segundo o censo demográfico de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

Figura 1 - Área de estudo. Elaborado Alexandre Bonfim, 2024.



Conforme apontado por Neto (2009), durante a era de grande crescimento da produção cacaueira na Bahia, as lavouras de cacau dividiam o território do sul do estado com a pecuária. Entretanto, em decorrência da crise do cacau, fomentada pela chegada da *moniliophthora perniciosa*, patógeno conhecida como praga da "vassoura de bruxa", que adoece as lavouras de cacau, estagnou-se o plano de disseminação da cultura cacaueira por toda a região, ficando concentrada apenas no eixo Ilhéus-Itabuna, atualmente conhecida como Região Cacaueira da Bahia. Desse modo, a agricultura ligada à produção de madeira que já estava presente ao Sul desse eixo, passou por um processo de fortalecimento, fomentando a fragmentação do Sul da Bahia e dando origem ao Extremo Sul.

Por sua vez, a urbanização, bem como consolidação regional, dessa "nova" área, foram influenciadas e fomentadas economicamente pelo Sudeste do Brasil, em um processo onde

> a região foi ocupada sob impulso de capitais provenientes principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo – capital madeireiro, os empreendimentos de café e mamão e o capital industrial (início da implantação de maciços florestais de eucalipto pela Companhia Vale do Rio Doce). (CERQUEIRA NETO, 2013: 256)

Entre os estados citados, Minas Gerais teve uma vantagem territorial para exercer sua influência na região, uma vez que dos 21 municípios da área de estudo, 8 fazem fronteira com o referido estado, Essa realidade territorial configura-se como uma ampla área de fronteira, rica de possibilidades, uma vez que opera estreitando relações interestaduais, afinal, de acordo com Moreira (2018) as fronteiras têm um considerável poder de promover influência de uma área sobre a outra e transformá-la socialmente.

Como será debatido a seguir, a silvicultura foi implementada a poucas décadas na região, considerando o ano vigente de desenvolvimento do presente trabalho (2025), entretanto, conseguiu rapidamente assumir um papel fundamental

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

em meio a dinâmica regional, não apenas como ferramenta transformadora do espaço, mas também construtora do que se conhece atualmente como a economia do Extremo Sul Baiano. Uma economia fortemente fomentada no processo de plantio de eucalipto, extração de celulose e fabricação de papel.

Histórico da silvicultura no Extremo Sul da Bahia

A chegada do eucalipto (figura 2) ao Brasil está datada desde o fim do século XIX. Nativa da Austrália, essa espécie arbórea atende variadas finalidades que vão desde a produção de lenha e produtos de limpeza, até papel e celulose, seus principais derivados. No ano de 2019, segundo Rodrigues, et. al (2021) o plantio de eucalipto no Brasil já ocupava impressionantes 7 milhões de hectares plantados.

Figura 2 – Plantação de eucalipto. Fonte: Veracel, 2022

Conforme supracitado, o papel e a celulose são os principais manufaturados do eucalipto, sendo importante acentuar que a celulose é matéria prima de embalagens, tecidos, fraldas e do próprio papel. Desse modo, considerando uma realidade embasada no capitalismo acumulativo sem o aporte de uma identidade cultural e valorização da mão de obra local, salienta-se que no Extremo Sul da Bahia

> As empresas do setor de papel e celulose, com a necessidade de assegurar o abastecimento de matéria prima (eucalipto), e usando as políticas públicas dos anos 70 e 80 até os anos 90, se tornaram grandes proprietárias de terras para o plantio do eucalipto, com participação relativamente pequena dos produtores rurais no plantio de florestas comerciais. (SANT'ANNA E LEONEL, 2005: 14)

Diferentemente de outros estados que cultivam o eucalipto desde o fim do século XIX, Neto (2012) aponta que a silvicultura chegou à Bahia, mais especificamente pelo Extremo Sul, apenas na década de 1980. Entretanto, apesar dessa implementação "recente", a cultura evoluiu rapidamente na região.

Conforme dados de Medeiros, Moreau e Moreau (2021), produzidos a partir de imagens do satélite Landsat 8, no ano de 1986, o Extremo Sul da Bahia tinha

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

77.932,09 hectares de eucalipto plantados. 10 anos depois, em 1996, essa área mais que dobrou para 187.275,73. Em 2007 foi registrado um novo salto para 365.186,43 hectares, chegando em 2021 com 435.555,47 hectares plantados, representando 13,7% do território. Tais números demonstram a rápida adesão do Extremo Sul da Bahia em relação à silvicultura. Como consequência

> A implantação dos complexos industriais de celulose e papel "obrigou" a região a se adequar a um novo cenário no qual se tornaria um dos maiores centros produtores de eucalipto do país, o que implicava melhoria, expansão e introdução de novas redes que permitissem uma maior agilidade e instantaneidade em seus sistemas de comunicação e maior eficiência em sua logística. (CERQUEIRA NETO, 2012: 63)

A Veracel Celulose e a Fibria-Suzano, que, como salienta Paim et al (2021), são as grandes empresas do ramo na região e segundo os autores, "compraram terras dos pecuaristas da região e são elas que influenciarão, ao longo do tempo, o destino das terras com os agricultores, movimentos sociais e representantes de diversas comunidades para arrendamento e expansão contínua de seus negócios" (PAIM et al. 2021: 97).

Os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA's) desenvolvidos, pela Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria de governos estaduais e municipais, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas para recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica, vem sendo realizadas em municípios da Bahia e dedicam uma atenção especial para esse avanço a indústria ligada à silvicultura na região. Entre os municípios da área que mais se destacam em meio a esses avanços, encontra-se, Eunápolis (BA), que segundo destaca Bahia (2016) no PMMA do município, se consolidou como um complexo agroindustrial e polo da silvicultura e produção de celulose no Extremo Sul baiano. O município, conforme levantamento realizado por Ribeiro et. al (2015), contabilizou naquele ano o total de 18,15% de seu território, ocupado pela silvicultura.

No município de Itagimirim (BA), outro local de destaque, Bahia (2016) identificou que a cultura do eucalipto juntamente com a agropecuária, é responsável por sustentar a dinâmica socioeconômica do município e se expande de forma acelerada no sul do território e as margens da BR-101, dada a facilidade logística no momento de transporte do eucalipto, uma vez que a rodovia corta o país de norte a sul. Em relação à área total do território de Itagimirim (BA) ocupada pela silvicultura, Ribeiro et. al (2015) contabilizou 15,3%, sendo a segunda atividade que mais ocupa o solo do município, perdendo apenas para a área de pastagem que ocupa 68%.

Esse protagonismo da silvicultura no município de Itagimirim (BA), não trata-se de uma idiossincrasia, uma vez que se comporta como uma tendência crescente em todo o Brasil. Carvalho, Soares e Valverde (2005) destacam que a produção de papel e celulose naquele ano, já contribui consideravelmente para o desenvolvimento econômico brasileiro. Salientam ainda que o plantio de eucalipto no brasil atingiu no mesmo período, a maior taxa de crescimento de plantios florestais no mundo.

Indubitavelmente, estamos tratando aqui de uma indústria altamente bem sucedida e de rápido crescimento. Entretanto, justamente por configurar-se como um sistema capitalista, é necessário salientar que

> A busca da acumulação e reprodução do capitalismo induz a sociedade a perda da sua sensibilidade como ser humano, construindo assim relações coisificadas em que o humano é diminuído a uma etapa do processo de reprodução ampliada do capital,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

> que muitas vezes recebe o apoio do poder público, perpetuando ainda mais o poder do capital. (ALVES E NÓBREGA, 2024: 104)

Desse modo, a próxima seção detalha a difícil realidade alicerçada no capitalismo predatório e experienciada pela população rural do Extremo Sul da Bahia que vem sendo expulsa e invisibilizada, à medida que a silvicultura e a indústria do papel e celulose se expande na região.

Silvicultura: processos de desvalorização da população rural

Indiscutivelmente, a silvicultura contribuiu e contribui substancialmente para o desenvolvimento econômico do Extremo Sul da Bahia. Entretanto, considerando um prisma que vai além de um pensamento capitalista, esse desenvolvimento alicerçado na referente cultura, deixa sequelas na camada rural da população, afinal a silvicultura utiliza o campo mas não valoriza quem nele reside.

Skewes e Guerra (2015) abordam essa construção cultural e identitária que uma espécie arbórea pode desencadear, relatando a importância do carvalho-roble para o povo Mapuche no sul do Chile. As árvores dessa espécie assumem protagonismo até mesmo nos funerais do povo Mapuche. Em contrapartida, Maciel (2021), aborda o arbusto denominado "zarza", que provoca no povo Mapuche o sentimento contrário ao carvalho-roble. Segundo o autor, os habitantes daquela região consideram o zarza uma praga agrícola que prejudica outros cultivos.

No Sul da Bahia, a cacauicultura influenciou a cultura a ponto de render histórias consagradas que conquistaram o país, popularizando os famosos coroneis do cacau, figuras quase folclóricas que invadiram a literatura e a teledramaturgia. Durante o período de crescimento das lavouras de cacau, a região foi moldada identitariamente. A partir dos estudos de Santos (1957), é possível observar um envolvimento dos trabalhadores das lavouras com a produção, um desejo de prosperar financeiramente trabalhando com cacau, um certo orgulho de fazer parte daquele crescimento

No caso da silvicultura, Bahia (2016) destaca que a mecanização e exigência de mão de obra qualificada para manejo dos maquinários necessários nos processos de plantio, manutenção e colheita desvalorizam a mão de obra do campo e a agricultura familiar. Com um discurso de desenvolvimento econômico, os defensores da silvicultura ocultam

> o fato do monocultivo do eucalipto estar imerso, tal como o da cana de açúcar, no modus operandi do agronegócio, que preserva a grande propriedade, restringe a produção de alimentos em nome da produção de commodities, atrofia a oferta de empregos e destrói, constantemente, a natureza com o generalizado uso de agrotóxicos e fertilizantes derivados do petróleo (LIMA et al, 2020: 1211).

Embora a cacauicultura também tenha um cunho capitalista acumulativo que visa sobretudo o lucro, ela se aproxima do trabalhador do campo e dele depende. Muitas famílias de trabalhadores, durante a era de crescimento, viviam nas fazendas de cacau ou em seus arredores, existindo um sentimento de pertencimento. Por outro lado, a silvicultura repele e expulsa esses trabalhadores não necessitando dos mesmos. Essa é a principal diferença entre as culturas de cacau e eucalipto quanto se trata de suas relações com a população do local em que são implementadas. Quando trata-se do eucalipto,

> a monocultura pode representar um desincentivo à agricultura familiar e a de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

> produção de alimentos, visto que o arrendamento das terras, prática habitual na região, é mais rentável do que o plantio e comercialização de frutas e verduras. (RABBANI, RABBANI e NAZERI, 2024: 23)

Nessa perspectiva, Piccoli (2016), discute a partir de entrevistas com representantes de movimentos sociais com posicionamentos anti silvicultura que essa monocultura é diretamente responsável pelo êxodo rural da região, pois as indústrias se expandem pelo território comprando fazendas que antes geravam emprego local, mas que agora servem apenas ao eucalipto, empregando poucas pessoas com mão de obra extremamente qualificada. A partir dessas entrevistas é possível analisar como essas pessoas se sentem acuadas ao ver o eucalipto invadir seu local de vivência, seus vizinhos se mudarem, animais fugirem em busca de grama e as ofertas de emprego diminuirem.

Os moradores da região têm cada vez mais pressa em fazer com que todos escutem seus clamores em meio a expansão da silvicultura, por tanto

> Os movimentos e as entidades se comprometeram com ações mais imediatas, de curto prazo, como: criar bancos de semente; criar viveiros de mudas de plantas nativas da região; discutir nos assentamentos e nos grupos, com os agricultores, os efeitos do eucalipto. (PICCOLI, 2016: 72)

Equitativamente, Perpétua e Thomaz Junior (2016), destacam o desinteresse de empresas do ramo da celulose da região, para com as comunidades locais, onde as únicas intervenções são no intuito de mitigar ações dessas comunidades contra a silvicultura. Essa relação enfraquece ainda mais qualquer possibilidade de identificação da população com a cultura do eucalipto.

Essa resistência da população do campo em relação à silvicultura já é registrada também em outras regiões do país e do mundo. Lelis e Avelino Junior (2016) destacam, por exemplo, os conflitos vividos no Mato Grosso do Sul, onde os camponeses resistem a territorialização do eucalipto e lutam para continuar produzindo mesmo com a pressão exercida pela referida monocultura. Na Tailândia, desencadearam-se protestos contra a silvicultura, onde, segundo Doughty (1996), os manifestantes alegaram que suas florestas nativas estavam desaparecendo em prol dos plantios de eucalipto. O autor ainda destaca que a monocultura poderia privar os moradores de suas plantações de ervas e direto de pastagem, por exemplo.

Concernente a concentração de terra e produção por partes das grandes empresas de celulose, Lima et al. (2016) apontam que esse processo resulta em um crescente número de famílias expropriadas de suas terras em um movimento onde até mesmo a produção alimentícia perder espaço para a silvicultura.

Ao decorrer do desenvolvimento do presente trabalho, foram identificadas também outras problemáticas que requerem uma discussão. No âmbito da biodiversidade, tomando novamente como exemplo novamente a cacauicultura, as lavouras utilizaram como um dos métodos de plantio, o sistema cabruca, que conforme apontado por Lobão (2007) consiste em um método que não apenas conserva o homem no campo, mas também preserva recursos hídricos e a diversidade arbórea, uma vez que aposta no plantio de cacau em meio a florestas nativas, bem como no plantio de novas árvores em volta das lavouras. Já a silvicultura, segundo Viegas (2023) cerceia a diversidade, pois não dá espaço para um cultivo de outras espécies.

As problemáticas que circundam as produções de eucalipto perpassam os âmbitos sociais e ambientais. Na região da Chapada das Veredas, localizada no

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

estado de Minas gerais por exemplo, a chegada de uma empresa ligada a silvicultura provocou um verdadeiro desastre, onde

> a vegetação nativa foi derrubada até o interior das veredas, foi feito todo um preparo do solo para o plantio de eucalipto nessas áreas, e com o passar dos anos as veredas foram frequentemente desmatadas, receberam muitas enxurradas dos carreadores, por isso foram assoreando e deixando de ter vitalidade. Além disso, de acordo com os depoimentos, a empresa construiu aterros sobre as veredas para viabilizar a passagem de caminhões e máquinas. Essa prática, represou a e água, dando origem às muitas barragens encontradas nesta chapada. Essa água acumulada é utilizada prioritariamente pela a empresa em seus processos produtivos. (SILVA, 2019: 58).

De volta às discussões sobre o êxodo rural, Muller e Martine (1997) já discutiram ainda no período inicial de implementação da silvicultura no Extremo Sul da Bahia, como a modernização agrícola é capaz de fortalecer esse processo. Com o apoio de dados quantitativos, os autores demonstram que desde a década de 1980, a população rural passou a sofrer um declínio, à medida em que o campo se modernizava e se mecanizava, trazendo vantagens às grandes agroindústrias enquanto seguia desvalorizando e inviabilizando o povo do campo levando-os a deixar seu lugares de vivência e identificação. As florestas de eucalipto atuam dessa forma, minando as relações homem-natureza. Justamente por essa contradição, Lima et al. (2020) nomeiam o cultivo de eucalipto como "deserto verde", pois apesar de parecer uma floresta viva, ele repele os trabalhadores do campo e suas famílias, deixando um vazio nesses espaços.

A partir dos dados dos censos demográficos do Sul da Bahia realizados pelo IBGE, em 1991 (uma década após a chegada do eucalipto da região e durante o processo de adaptação da cultura) e 2010 (20 anos depois) presentes na tabela 1, é possível observar a drástica perda de população rural na região.

Tabela 1 – População total e habitantes da zona rural nos municípios do Extremo Sul da Bahia conforme os censos demográficos de 1991 e 2010 do IBGE.

Município	População total (1991)	População rural (1991)	População total (2010)	População rural (2010)
Alcobaça	15.410	9.946	21.271	10.186
Belmonte	22.070	11.210	21.798	10.369
Caravelas	19.763	10.831	21.414	10.105
Eunápolis	70.545	7.005	100.196	6.783
Guaratinga	25.441	16.282	22.165	11.074
Ibirapuã	8.290	4.877	7.956	3.424
Itabela	20.848	7.271	28.390	7.006
Itagimirim	7.879	2.809	7.110	1.461
Itamaraju	64.308	19.859	63.069	13.284
Itanhém	23.225	10.165	20.216	6.001
Itapebi	11.078	4.682	10.495	2.227
Jucuruçu	16.012	14.713	10.290	7.998
Lajedão	3.818	2.155	3.733	1.657
Medeiros Neto	23.059	7.355	21.560	4.496
Mucuri	17.606	12.796	36.026	8.534
Nova Viçosa	25.570	16.196	38.556	5.003
Porto Seguro	33.661	11.346	126.929	22.851
Prado	22.632	12.977	27.627	12.153
Santa Cruz Cabrália	6.535	3.338	26.264	7.262
Teixeira de Freitas	85.547	11.326	138.341	10.997
Vereda	8.914	7.953	6.800	5.421

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

Realizando uma análise dos dados, constata-se que enquanto o número total populacional do Extremo Sul baiano teve um aumento de 42,81% no período de 1991 a 2010, a mesma tendência de crescimento não se concretizou em meio a população rural que registrou uma queda de 27,76%. Entre as maiores perdas populacionais da zona rural, destacamos os municípios de Medeiros Neto com uma diminuição de 38,84% de sua população rural, Itanhém com perda de 41,03%, Itagimirim com perda de 48,01% e Nova Viçosa com uma queda de 69,06%.

Em relação a Nova Viçosa que apresenta a maior queda populacional rural entre os municípios da região, quase 70%, é importante destacar que o Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Nova Viçosa, aponta que a economia do município está alicerçada nos grandes plantios de eucalipto e que a silvicultura já ocupa 50% do território municipal.

As empresas de silvicultura incentivam fortemente a plantação de eucalipto nas áreas rurais, oferecendo vantagens e facilidades aos proprietários de terra. A Veracel Celulose, a cargo de exemplo, "financia o plantio, fornece assistência técnica e insumo, se compromete em adquirir a produção sob a condição de que o fomentado cumpra a legislação ambiental" (RABBANI, RABBANI e NAZERI, 2024: 21).

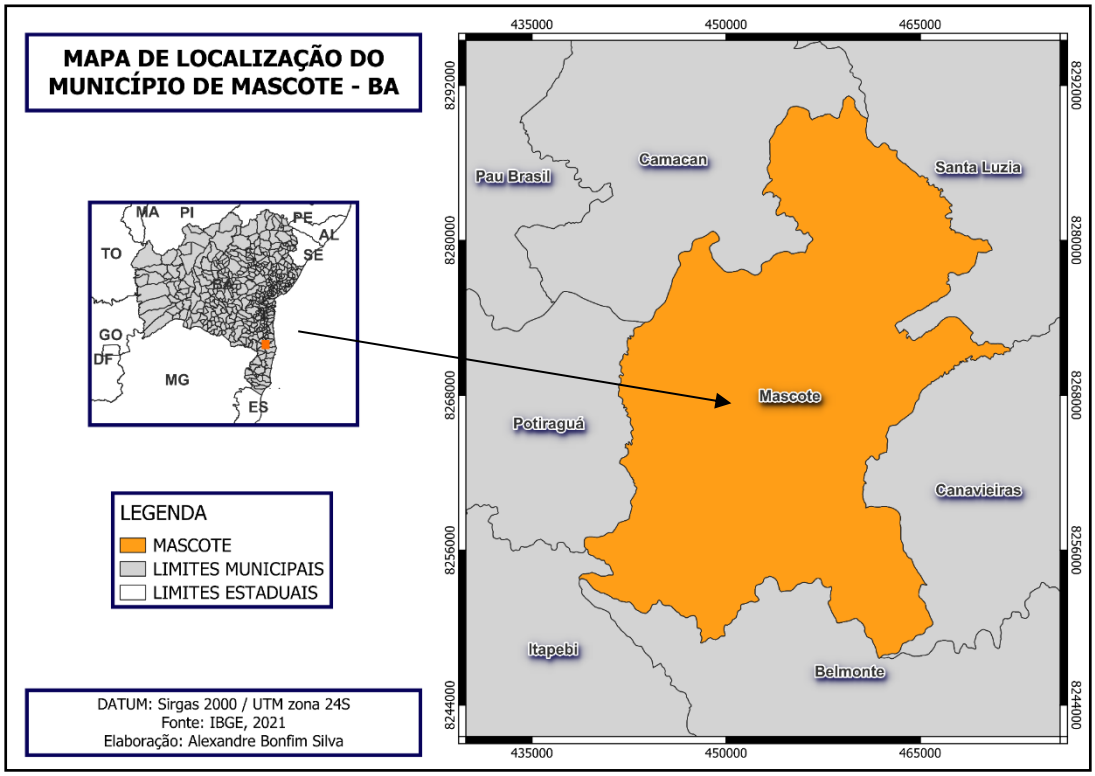
A silvicultura que foi iniciada no Extremo Sul da Bahia como uma ferramenta utilizada em prol do desenvolvimento econômico regional, assumiu características predatórias, estabelecendo uma realidade onde

> modificou profundamente a sua estrutura espacial ao longo do tempo, por meio de práticas espaciais como a seletividade e a reprodução espacial. Entre os anos 1990 e 2018, houve um incremento de mais de 300% de terras destinadas à eucaliptocultura. Esta iniciou pelo Território do Descobrimento, mas encontrou no Território do Extremo Sul as condições ideais para se tornar o palco principal dessas transformações espaciais, impulsionadas também pelas novidades do mercado nacional e internacional madeireiro. (PAIM et al. 2021: 109)

A tendência registrada no Extremo Sul, de perder população rural em decorrência da silvicultura, já começa a afetar também outras regiões da Bahia, como por exemplo o município de Mascote (figura 3), localizada na região Litoral Sul do estado, fazendo fronteira com os municípios de Itapebi e Belmonte, integrantes do Extremo Sul.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

Figura 3 - Localização do município de Mascote – BA. Elaborado por Alexandre Bonfim, 2024



Silva (2023) conclui, após a realização de pesquisas e entrevistas, que a população rural de Mascote (BA), vem diminuindo em decorrência do plantio de eucalipto no município. Desse modo, o autor aponta que a tecnificação agrícola promovida pela silvicultura e o arrendamento de fazendas para agroindústrias madeireiras dessa cultura, culmina na perda de emprego da população do campo e por consequência no êxodo rural. Isso demonstra que a problemática discutida pelo presente trabalho, já se alastra, transbordando os limites do Extremo Sul e põe no horizonte um futuro consideravelmente preocupante para essas áreas e para o próprio Extremo Sul, onde o campo cada vez mais perde espaço para um plantio florestal que serve ao capitalismo predatório e desertifica as zonas rurais da região, expulsando sua população.

Considerações finais

A partir das discussões estabelecidas pela presente pesquisa exploratória, é possível realizar importantes reflexões acerca do drama vivenciado pela população rural do Extremo Sul da Bahia. A exploração da natureza, para servir ao capitalismo sem considerar a existência de um povo, é cruel e vai contra o direito à subsistência.

Os dados populacionais da região demonstraram uma queda drástica no número de habitantes da zona rural. Assim, analisados em consonância com a literatura relacionada, foi possível compreender que o plantio de eucalipto atua estabelecendo uma monocultura forçada, bem como modernizando e mecanizando o trabalho nas áreas rurais onde é realizado. O verde do eucalipto avança sobre o campo, levando com ele uma sombra de desemprego, perda de terra, despertencimento e incerteza para a população que nele reside e dele depende, atingindo

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

ainda a biodiversidade local, não dando espaço para o cultivo de outras espécies nas áreas de sua implementação.

A silvicultura na região cumpriu com o objetivo de influenciar a regionalização e vem cumprindo com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico. O avanço das florestas de eucalipto nos municípios integrantes do Extremo sul baiano impressiona e enriquece os grandes produtores e empresas do ramo. Entretanto, ao mesmo passo do desenvolvimento, ocorre a desvalorização dos habitantes do campo, que em tentativas de resistência se unem contra a diminuição da oferta de emprego e o crescimento de uma monocultura , em seu lugar de identidade, que não busca sua força de trabalho ou seu conhecimento, inviabilizando sua história e sua vivência.

Os vazios cada vez maiores, deixados pelos habitantes da zona rural do Extremo Sul da Bahia, vêm sendo preenchidos por eucalipto. Em troca do desenvolvimento econômico (de alguns), essa população é expulsa e invisibilizada. A área verde, porém, carente de relações humanas, formada na região já se espalha para além dela, deixando uma questão: Até onde a silvicultura vai?

Recebido em 30 de janeiro de 2025.
Aprovado em 29 de março de 2025.

Referências

ALMEIDA, T. M. de; MOREAU, A. M. S. S; MOREAU, M. S; et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. *Sociedade & Natureza,* 20 (2): 5-18, 2008.

ALVES, E. S. M.; NÓBREGA; P. R. C. Revisão teórica preliminar sobre a relação sociedade natureza à luz do capitalismo. *Revista de Geografia,* 14 (1): 102-131, 2024.

BAHIA. *Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Eunápolis*. Eunápolis, 2016.

BAHIA. *Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Itagimirim*. Itagimirim, 2016.

CARVALHO, R. M. M. A; SOARES,T. S; VALVERDE, S. R. Caracterização do setor florestal: uma abordagem comparativa com outros setores da economia. *Ciência Florestal,* Santa Maria, 15 (1): 105-118, 2005.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

Doughty, R. Not a Koala in Sight: Promotion and Spread of Eucalyptus. *Ecumene*, 3 (2): 200-214, 1996.

GOMÉZ, W. O. A. Concepto de cultura en antropología: el cambio cultural y social. *Revista internacional de filosofía teórica y práctica*, 1 (2): 143-155, 2021.

LIMA, A. R.; et al. Impactos da monocultura do eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo. *Revista Nera*, 19, (34):12-36, 2016.

LIMA, G. L. O deserto verde cresce em Alagoas: uma análise crítica da expansão do eucalipto no estado. *Caderno de Geografia,* 30 (66): 1210-1229, 2020.

LELIS, L. R. M; AVELINO JUNIOR, F. J. Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel e resistência camponesa em Três Lagoas – MS. *Caminhos de Geografia,* 17 (58): 81-102, 2016.

LOBÃO, Dan Érico Vieira Petit. *Agroecossistema cacaueiro da Bahia: cacau-cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas*. Tese de doutorado. Agronomia, UNESP, 2007.

MACIEL, L. C. Ensaio Sobre a zarza: monocultura e colonialidade vistas do wajmapu (território mapuche). *Ñanduty*, 9 (13): 45-63, 2021

MEDEIROS, J. L. V; MOREAU, A. M. S. S; MOREAU, M. S. A cultura do eucalipto na região do extremo sul do estado da Bahia: análises do uso da terra e socioeconômica. *Boletim Campineiro de Geografia*, 11 (1): 117-136, 2021.

MOREIRA, P. G. Trajetórias conceituais e novas formas de interação nas fronteiras brasileiras. In: *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública,* Rio de Janeiro : Ipea, MI, 21-42, 2018.

MULLER, C. C; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. *Revista de Economia Política,* 17 (3): 407-427, 1997

NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. Tese (Doutorado em Geografia), UFS, 2006.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia. *GEOUSP - Espaço e Tempo,* 16 (2): 55-68, 2012.

NOVA VIÇOSA, Prefeitura Municipal. *Plano municipal de recuperação e conservação da Mata Atlântica*. Nova Viçosa, 2023.

OLIVEIRA,Vandete Almeida Silva. *O enigma da vassoura-de-bruxa: análise de um choque exógeno na economia de Ilhéus/BA*. Dissertação (Mestrado em Economia), UFBA, 2016.

PAIM, G. F; et al. Eucaliptocultura sob o prisma da justiça espacial – uma análise sobre as paisagens do Sul da Bahia. *Revista Pensar Geografia,* 05 (02): 96-112, 2021.

PERPETUA, G. M; THOMAZ JUNIOR, A. Revisitando o conceito de acumulação do capital: a pilhagem territorial promovida pela Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. *Campo-Território,* 11 (20): 225-256, 2016.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

PICCOLI, D. EUCALIPTO, O (deserto) verde maldito: atos de uma disputa... com muitos perdedores!. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, 222: 70–80, 2016.

POVINELLI, E. A. *Geontologias - Um réquiem para o liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

RABBANI, R. M. R; RABBANI, A. R. C; NAZERI, Gabriela. Justiça socioambiental e tributação extrafiscal sobre monoculturas: uma proposta a partir do eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Campos Neutrais: *Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*. Rio Grande, 6 (2): 11-33, 2024.

RIBEIRO, M.C; et al. *Monitoramento independente da cobertura vegetal dos municípios da área de influência da Veracel no Extremo Sul da Bahia para o no 2013*. Relatório técnico IBIO/ECONAMFI/LEEC/ECONECTA, 2015.

RODRIGUES, G. S. S. C; ROSS, J. L. S; TEIXEIRA,G; et al. *Eucalipto no Brasil: expansão geográfica e impactos ambientais*. Uberlândia: Composer, 2021.

SANT'ANNA, A. G.; LEONEL, M. S. Desenvolvimento regional: a opção pelo eucalipto no Extremo Sul da Bahia. *Revista Mosaicum,* 2 (1): 09-23, 2005.

SANTOS, Milton. *Zona do Cacau*. 2. ed. São Paulo: Editora S/A, 1957.

SILVA, Alexandre Bonfim. *A evasão escolar dos estudantes da área rural da Escola Municipal Xisto Barreto, município de Mascote – BA*. Monografia de graduação, Licenciatura em Geografia, UESC, 2023.

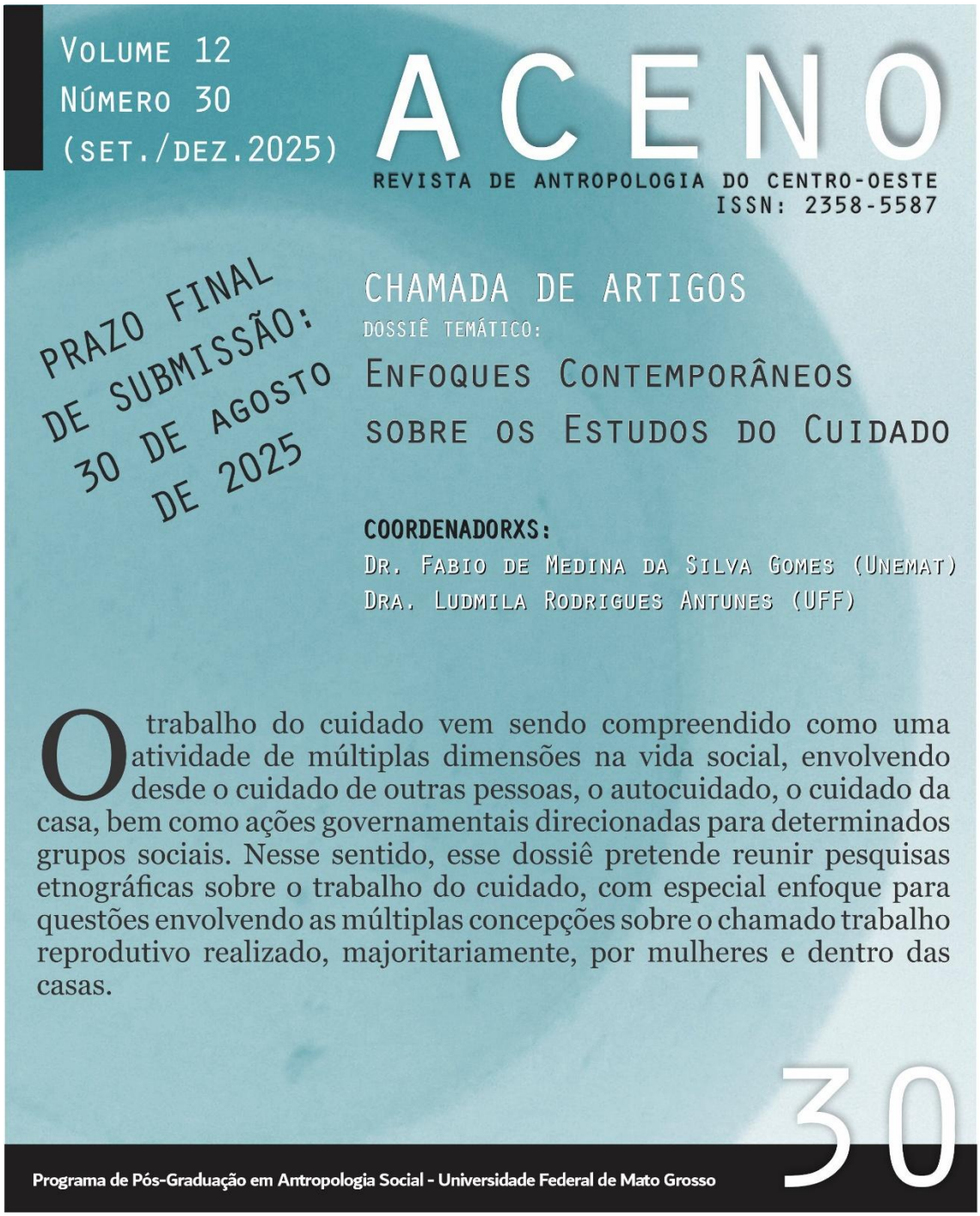
SILVA, Emília Pereira Fernandes da. *Metamorfose da chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.* Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Agrárias, UFMG, 2019.

SILVA, A. F; XIMENES, A. V. S. F. M. A modernização do campo e os reflexos no assentamento caprisa localizado nos municípios de assunção do Piauí e são miguel do tapuio no estado do Piauí. *Revista da Casa da Geografia de Sobral,* Sobral, 26 (3): 133-150, 2024.

SKEWES, J. C; GUERRA, D. E. On trees and people: The presence of the oak (Nothofagus obliqua) in the Andes mountain life of the Mapuche People in the Valdivia river basin. *Atenea* 512: 189-210, 2015.

VIEGAS, Susana Matos. Florestas biodiversas em perspetiva antropológica: ressurgências das paisagens em ruína pela monocultura do eucalipto. *Etnográfica,* 27 (3): 851-872, 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19084

Exploração e desenvolvimento territorial em Mato Grosso:
um deserto vestido de abundância

Kesley Gabriel Bezerra Coutinho[1]
Marcos Aurélio da Silva[2]
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Compreende-se que o estado de Mato Grosso foi construído a partir de um arquétipo de exploração civilizatória, baseado em uma predação sistemática dos recursos minerais, vegetais e animais, com baixíssima adesão às pautas ecológicas e ambientais. Formado a partir de um regime político autoritário (ditatorial), criaram-se as devidas condições para expansão e perpetuação do capital em terras mato-grossenses. A implementação das bases econômicas da cadeia produtiva agro-florestal-industrial (agronegócio) emergem a partir de uma série de transgressões contra os povos originários de Mato Grosso. Sob o paradigma da integração e da segurança nacional, o estado mato-grossense foi pensado e produzido a partir das políticas de ocupação e apropriação de uma territorialidade supostamente vazia e desabitada, uma terra de "ninguém". Atuando a partir de políticas propositivas de morte e extermínio o discurso hegemônico tem dizimado a décadas seus respectivos "inimigos", eliminando subsequentemente alternativas possíveis de existência. Entretanto, os povos a serem dizimados demonstram-se resilientes e em meio a destruição oferecem-nos novas possibilidades, uma escolha pela reintegração entre a humanidade e a natureza, pela suficiência em oposição ao acúmulo, reaproximando as noções de corpo e território, saúde e ambiente.

Palavras-chave: Mato Grosso; agronegócio; corpo e território; bem-viver.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Antropologia (UFMT).
[2] Mestre (2003) e Doutor (2012) em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva da UFMT. Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Saúde Coletiva.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

BEZERRA COUTINHO, Kesley Gabriel; SILVA, Marcos Aurélio da. **Exploração e desenvolvimento territorial em Mato Grosso: um deserto vestido de abundância.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 77-104, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Exploration and territorial development in Mato Grosso:
a desert dressed in abundance

Abstract: It is understood that the state of Mato Grosso was built from an archetype of civilizing exploitation, based on a systematic predation of mineral, plant and animal resources, with very low adherence to ecological and environmental agendas. Formed from an authoritarian (dictatorial) political regime, the necessary conditions were achieved for the expansion and perpetuation of capital in Mato Grosso lands. The implementation of the economic bases of the agroforestry-industrial production chain (agribusiness) emerges from a series of transgressions against the native peoples of Mato Grosso. Under the paradigm of integration and national security, the state of Mato Grosso was designed and produced from the policies of occupation and appropriation of a filled, empty and uninhabited territoriality, a "no man's land". Acting from propositive policies of death and extermination of the hegemonic discourse, it has decimated its respective "enemies" for decades, subsequently eliminating possible alternatives for existence. However, the peoples who are being decimated are proving to be resilient and, in the midst of destruction, offer us new possibilities, a choice for the reintegration of humanity and nature, for sufficiency as opposed to accumulation, bringing together the notions of body and territory, health and environment.

Keywords: Mato Grosso; agribusiness; body and territory; well-being.

Exploración y desarrollo territorial en Mato Grosso:
un desierto vestido de abundancia

Resumen: Se entiende que el estado de Mato Grosso fue construido a partir de un arquetipo de exploración civilizatoria, basado en una depredación sistemática de recursos minerales, vegetales y animales, con muy baja adherencia a directrices ecológicas y ambientales. Formado a partir de un régimen político autoritario (dictatorial), se lograron las condiciones necesarias para la expansión y perpetuación del capital en tierras de Mato Grosso. La implementación de las bases económicas de la cadena productiva agroforestal-industrial (agrobusiness) surge de una serie de transgresiones contra el pueblo originario de Mato Grosso. Bajo el paradigma de la integración y la seguridad nacional, el Estado de Mato Grosso fue diseñado y producido a partir de políticas de ocupación y apropiación de una territorialidad llena, vacía y deshabitada, una tierra de "nadie". Actuando sobre la base de políticas decididas de muerte y exterminio, el discurso hegemónico ha diezmado a sus respectivos "enemigos" durante décadas, eliminando posteriormente posibles alternativas de existencia. Sin embargo, los pueblos que serán diezmados se muestran resilientes y, en medio de la destrucción, nos ofrecen nuevas posibilidades, una opción de reintegración entre la humanidad y la naturaleza, de suficiencia frente a acumulación, uniendo las nociones de cuerpo y territorio, salud y medio ambiente.

Palabras clave: Mato Grosso; agronegocios; cuerpo y territorio; bien vivir.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

O estado mato-grossense é ostensivamente reconhecido pelo seu modelo produtivo agrícola, consolidado a partir de um paradigma desenvolvimentista. Mato Grosso tem como referência uma lógica de monocultura químico-dependente e agroexportadora, que opera a partir da distribuição desigual das terras produtivas e de um modelo intensivo do uso do território, formando verdadeiras oligarquias (MORENO, 2007). A formação do território mato-grossense se deu, ao longo dos séculos, por meio de distintos ciclos de ocupação e exploração, todos marcados por políticas estatais e empresariais voltadas à maximização da produtividade e à integração ao mercado nacional e internacional.

Desde as incursões bandeirantes no século XVIII até os grandes projetos de colonização promovidos pelo regime militar no século XX, o discurso da terra vazia - ou do "vazio demográfico" - foi reiteradamente mobilizado como instrumento ideológico para justificar a expropriação de terras indígenas, ribeirinhas e camponesas, bem como para legitimar a imposição de um modelo de uso e controle do território que favorece o grande empreendimento agro-industrial-florestal (PASQUIS, 2019).

Este movimento, em nome da ordem e do progresso, tem autorizado a exploração, poluição e destruição das matrizes ambientais. Os projetos de desenvolvimento têm interpretado a natureza enquanto fonte de recursos inesgotáveis e Mato Grosso, enquanto influente expoente deste modelo hegemônico, tem participado intensamente desta exploração civilizatória. Este paradigma tem induzido diferentes regiões e biomas do estado a uma condição calamitosa, oferecendo uma série de riscos à saúde das populações e tornando o ambiente fisiologicamente intolerável a presença humana.

Neste artigo, objetivamos historicizar esse processo, evidenciando as transformações político-territoriais que conformaram o estado de Mato Grosso como um dos principais expoentes do agronegócio brasileiro. A partir de uma abordagem interdisciplinar, analisamos como esse modelo de desenvolvimento tem gerado formas sistemáticas de expropriação, contaminação e adoecimento - não apenas dos corpos humanos, mas também dos territórios, das águas, dos solos e das paisagens socioculturais. Propõe-se, assim, uma leitura que articule as dimensões histórica, ambiental, sanitária e simbólica do processo de produção do espaço em Mato Grosso, denunciando suas contradições e implicações.

Ao longo das últimas cinco décadas, o agronegócio em Mato Grosso passou por uma verdadeira revolução sociotécnica, que redesenhou seu perfil produtivo, deixando de se orientar por um modelo de produção de base local/regional e tornando-se subordinado dos céleres ritmos dos circuitos internacionais de comercialização (FREDERICO, 2013; CASTILHO, 2016). Nesse processo, a adoção massiva de insumos químicos e de maquinário pesado, aliada a políticas de "desenvolvimento hegemônico", enfraqueceram a fiscalização ambiental e as garantias trabalhistas, elevando de forma expressiva a eficiência e o rendimento de produção. Ao mesmo tempo, entretanto, essa mesma modernização desencadeou impactos severos sobre a saúde de populações humanas e não humanas do estado, comprometendo a segurança e soberania dos povos de Mato Grosso (BREILH, 2007).

Pensar no agronegócio mato-grossense, portanto, exige um olhar apurado

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

que evidencie as consequências deste modelo produtivo hegemônico, demonstrando como este paradigma institui sobre os corpos uma série de pressões, contaminações e imposições (LIMA *et al*., 2015). Especialmente no que concerne ao agrotóxico, é preciso evidenciar seu caráter tóxico e adoecedor, causador de uma série de iniquidades que impedem a produção de vidas adequadamente dignas.

Por fim, ao reconhecer a resiliência dos povos que resistem à lógica do capital – aqueles que sobreviveram ao seu próprio "fim do mundo" (VIVEIROS DE CASTRO, 2019) - afirmamos que, mesmo diante de um cenário de destruição, ainda emergem possibilidades de reconexão entre corpo e território, humanidade e natureza, saberes que apontam para saídas sustentáveis e emancipatórias de vida e sociabilidade. Este texto, então, é também um convite à reflexão sobre quais futuros estamos construindo e com quem estamos construindo.

Este artigo estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica crítica, fundamentada em fontes históricas, etnográficas e científicas, articulando contribuições da geografia, da saúde coletiva, e da antropologia. A metodologia adotada combina análise documental com uma leitura crítica das narrativas oficiais de desenvolvimento, buscando desvelar os dispositivos que sustentam o paradigma de ocupação e exploração vigente no estado de Mato Grosso. O objetivo é mapear as políticas de territorialização e suas consequências socioambientais e sanitárias, bem como evidenciar as cosmologias e práticas indígenas e camponesas que resistem à lógica do deserto produtivo imposto pelo capital.

A organização do texto reflete esse percurso investigativo, dividido em quatro seções principais: (1) Das políticas de ocupação às lógicas do "deserto" – em que discutimos os mecanismos ideológicos e institucionais que sustentaram o mito do "vazio demográfico"; (2) Mato Grosso: quando o deserto se disfarça de abundância – onde analisamos os impactos do agronegócio na produção de territórios precarizados e adoecedores; (3) Determinação social da saúde e corpo-território – que articula as dimensões ambientais e epidemiológicas do adoecimento em contextos de monocultura e agrotóxicos; (4) Cosmologias insurgentes e modos outros de vida – dedicada às resistências e às alternativas de sociabilidades protagonizadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Cada seção avança da crítica estrutural às formas de ocupação e produção hegemônicas para o reconhecimento de experiências alternativas e insurgentes de existência, apontando para a possibilidade de outros futuros possíveis e sustentáveis.

Uma nova perspectiva para a ocupação territorial: o Estado Novo e a Marcha para o Oeste

Durante a década de 1930, diante das transformações políticas, econômicas e sociais implementadas a partir do governo ditatorial de Getúlio Vargas (período conhecido como Estado Novo ou Terceira República Brasileira), Mato Grosso passou a ser integrado definitivamente nos planos econômicos do Estado, enquanto região de fundamental importância para o desenvolvimento e expansão das indústrias nacionais. Nesta época, o Brasil estava se transformando, abandonando a habitual economia, vinculada principalmente à exportação de bens primários, para se consolidar enquanto um país com indústrias particulares (BARROZO, 2008).

A cadeia de indústrias, desenvolvidas durante administração de Getúlio Vargas, estavam concentradas nas regiões Sudeste do país, fazendo com que a participação de Mato Grosso estivesse vinculada à manutenção e suporte deste novo empreendimento do Estado, consolidando-se enquanto periferia da indústria

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

emergente. Assim: "Por um lado, era necessário garantir o abastecimento de alimentos para a população e de matérias-primas para as fábricas do Sudeste. Por outro lado, era necessário construir um mercado consumidor de produtos industrializados" (PIAIA, 2003: 27). Segundo o governo da época, o território de Mato Grosso possuía um grande "espaço vazio"[3] ou "vazio demográfico" que deveria ser ocupado e integrado a nova economia, tornando-se uma região de importância decisiva para a expansão industrial no Brasil - era preciso expandir a *fronteira agrícola*.

Desta maneira, a ideia de *fronteira* está fortemente associada ao processo de ocupação e integração nacional, resultado da laboriosa modernização do campo e da transformação de suas bases produtivas. Tratou-se do gradativo avanço da agroindústria e dos fluxos migratórios para novas áreas e porções territoriais, ampliando a zona de ação do capital e favorecendo a exploração da terra a partir da ação sistemática do Estado. Como Salienta Castro *et al.* (1993: 47), poderíamos caracterizar as regiões de fronteira enquanto:

> um elemento complexo e dinâmico que alimenta o processo de acumulação e que constrói não só ideologicamente e simbolicamente a possibilidade de reprodução camponesa, como permite novos processos de diferenciação social [...] a fronteira representa e materializa um conjunto de fenômenos concretos e diferenciados, onde o Estado se faz presente, direta ou indiretamente e em todos os níveis.

A partir de uma política que visava a integração nacional, o Governo Federal desenvolveu e implementou as bases do programa conhecido como *Marcha para o Oeste*, que buscava conquistar o interior do país (principalmente as regiões Centro-Oeste e Norte), integrando-o ao desenvolvimento do capital nacional e internacional (MORENO, 1999). Este programa influenciou decisivamente o adensamento populacional do estado de Mato Grosso, favorecendo a ocupação dos supostos "vazios demográficos" a partir de uma série de dispositivos políticos, jurídicos e administrativos, principalmente vinculados ao desenvolvimento de colônias agrícolas e industriais[4] - além disso, buscavam desenvolver novos projetos viários e energéticos na região.

Compreende-se que o desenvolvimento da infraestrutura foi fundamental para o enobrecimento do estado de Mato Grosso enquanto centro de interesse econômico e capital durante a primeira metade do século XX (SÁ, 2011; COY *et al.*, 2020). Diferentemente dos primeiros séculos de ocupação de Mato Grosso, onde a produção econômica não estava comprometida com o desenvolvimento tecnológico ou industrial local, nesta nova etapa econômica do país a promoção da infraestrutura foi um ato fundamental e indispensável para as cadeias produtivas emergentes.

A ocupação do território de Mato Grosso, a partir da *Marcha para o Oeste*, durante a primeira metade do século XX, foi possibilitada a partir do desenvolvimento de novas leis, diretrizes, superintendências[5], planos e departamentos[6] destinados a discutir e fomentar a fixação de conjuntos populacionais nas terras do

[3] Falava-se em vazio demográfico nesta porção do Brasil Central, mas ignorava-se o fato de que a região era amplamente habitada pelos povos indígenas e também por pequenos posseiros da região.

[4] Muitos dos núcleos habitacionais ou colônias agrícolas desenvolvidas nesta época tornaram-se em sedes de municípios a partir da década de 1970 e 1980.

[5] Um bom exemplo envolve a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Criada a partir da Lei nº 1.806 e destinada à elaboração de planos de controle, execução e coordenação nacional dos órgãos atuantes na Amazônia. Cabia a esta Superintendência distribuir as verbas entre os diferentes órgãos e fomentar o interesse dos investidores nacionais e internacionais pelas terras amazônicas, principalmente relacionado à predação dos recursos minerais e vegetais (CARDOSO e MÜLLER, 2008).

[6] Um bom exemplo envolve o Departamento de Terras e Colonização (DTC). Tratava-se de um órgão do Estado destinado à venda e distribuição das terras devolutas. Envolvia um trabalho sistemático de colonização que considerava a criação de núcleos de habitação coletivos, distribuindo terras para os trabalhadores rurais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

estado, ampliando a *fronteira agrícola* e desenvolvendo a cadeia de produção agro-industrial-florestal. Uma das principais leis desenvolvidas nesta época foi a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, que:

> Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. [...] constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País. (BRASIL, 1953, s/p)

Objetivando disseminar o "progresso" e ocupar os supostos "vazios demográficos", entre as décadas de 1940 e 1950 o Estado intensificou o plano de Integração Nacional, o que implicou no planejamento e desenvolvimento das Colônias Agrícolas Nacionais, a partir das políticas de colonização oficial e particulares. Entretanto, como destaca Barrozo (2017), tanto as Colônias agrícolas desta época quanto a própria *Marcha para o Oeste* não foram devidamente materializadas, permanecendo mais ligadas ao plano do discurso.

Como revela Piaia (2003), ainda que tenham atraído um grande contingente migrante para o estado de Mato Grosso, a maioria dos projetos executados entre as décadas de 1950 e 1960 foram pouco positivos para manutenção do conjunto populacional da região, pois baseavam-se em um planejamento ineficiente e precário, incapaz de fornecer assistência a educação, saúde e transporte para o grupo em via de colonização.

Todas estas transformações observadas entre a década de 1930 e 1960 foram fundamentais para favorecer a expansão do capitalismo em território mato-grossense, baseado em um modelo econômico concentrador das riquezas e depredador da natureza. Atuando em benefício do interesse privado, redistribuindo a terra para as classes privilegiadas, a próxima etapa da ocupação territorial em Mato Grosso seria conduzida a partir das políticas ditatoriais do *governo civil militar* em 1964.

Colonização de mato grosso a partir de 1960: ditadura civil militar e Política de Integração Nacional

A política de colonização de Mato Grosso foi restituída a partir do regime ditatorial implementado em 1964. A ocupação do território estava integrada ao plano nacional do regime militar, conhecido como *Operação Amazônia* (1966), que possuía como principal objetivo ocupar os supostos "vazios demográficos"[7], integrando-os às demais regiões brasileiras e assegurando a unidade nacional[8] (MORENO, 1999). Este plano possuía como principal recurso ideológico o *slogan* que versava sobre a segurança e o desenvolvimento nacional, para este regime ditatorial era preciso "integrar para não entregar" as regiões. Segundo Beatriz e Neto (2002: 52):

> Essa direção político-ideológica traçou a linha do discurso voltado para ordenar e disciplinar o processo de ocupação da Amazônia, culminando com a ideia mais acabada de INTEGRAÇÃO NACIONAL, fundamentada na concepção militar de SEGURANÇA NACIONAL. a ideia de Integração assenta-se nesta mística da ocupação da Amazônia, relevando a missão de incorporar terras, defender fronteiras e preservar riquezas.

[7] Não se considerou nesta época, entretanto, que a região já era tradicionalmente ocupada por povos indígenas e outras coletividades, principalmente formadas pelas antigas frentes de expansão econômica extrativista, que deram origem aos posseiros da região (MORENO, 1999; ROSA, 2018).

[8] Segundo Carvalho (2000), a concepção de unidade nacional envolvia principalmente fortalecer a ação pública em benefício da indústria privada.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

Esta estratégia buscava estabelecer a exploração sistemática dos recursos minerais, vegetais e animais do interior do país, a partir do desenvolvimento de empreendimentos agropecuários, agroindustriais e mineradores, favorecendo a expansão das empresas privadas (fossem elas nacionais ou internacionais) e do capitalismo em território mato-grossense. Até o início da década de 1970, o estado de Mato Grosso continuava vinculado a um modelo econômico majoritariamente extrativista e, segundo a lógica do regime militar, precisava ser convertido aos interesses hegemônicos da época (BARROZO, 2008).

Como revela Oliveira (1993), os interesses hegemônicos estavam vinculados à internacionalização dos recursos da Amazônia, estabelecido a partir da classe burguesa brasileira que, sob a guarda pretoriana dos governantes militares, aliaram-se ao capitalismo monopolista mundial. O projeto de desenvolvimento econômico militar vinculava-se a um discurso "patriótico" de segurança e soberania nacional, entretanto submetia com grande entusiasmo o território à exploração das indústrias internacionais.

O Governo Federal baseou-se em uma série de estratégias e de instrumentos para efetivar e sustentar a ocupação do território mato-grossense, utilizando-se de medidas políticas, jurídicas e econômicas que promoveram profundas transformações nas formas de ocupação, trabalho e habitação da região. Segundo Carvalho (2000), estas medidas e instrumentos foram articulados de modo interdependente e harmônico:

> a) medidas políticas representadas pela chamada "Operação Amazônia" (1967), que sintetiza um conjunto de ações de planejamento econômico através das quais se definem as intenções dessa ocupação; b) medidas jurídicas materializadas nos dispositivos de um vasto aparato legal destinado a regular a ação efetiva dessa ocupação de acordo com aqueles parâmetros políticos que a haviam condicionado (Estatuto da Terra, Código de Mineração, etc.); c) medidas econômicas representadas pela legislação referente à política de incentivos fiscais e de crédito que, ao lado da disponibilidade de terras abundantes e baratas, vão se tomar as principais forças de atração do capital aplicado em grandes projetos agropecuários e industriais na região (2000: 30).

Desta maneira, o Estado buscou fornecer garantias para a reprodução do capital em solo mato-grossense, promovendo a ocupação, e a incorporação da "Amazônia ao seu raio de ação" (OLIVEIRA, 1993). O Governo Federal atuou de forma sistemática atraindo novos investidores para a região de Mato Grosso, fornecendo muitos incentivos fiscais e créditos facilitados a eles, concedendo apoio financeiros a partir de programas como: Plano Nacional de Integração[9] (PIN), Programa de Redistribuição da Terra e Estímulo à Agroindústria no Norte (PROTERRA), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e o Polo do Cerrado (POLOCENTRO).

Durante esta época, o Estado criou e aperfeiçoou inúmeros órgãos públicos e institucionais, responsáveis por subsidiar as atividades econômicas emergentes ligadas à indústria agro-industrial-florestal na região, como: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia[10] (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o Banco da Amazônia S/A (BASA). Neste

[9] O PIN foi criado no ano de 1970 e tinha como intuito financiar projetos de infraestrutura na região da SUDENE E SUDECO. Beneficiou diretamente a colonização privada na região a partir de incentivos fiscais e financeiros. Ainda realizou rodovias federais na Amazônia como a Transamazônica, Cuiabá-Porto-Velho e Cuiabá-Santarém.

[10] Tinha como objetivo coordenar as ações do Estado na Amazônia, utilizando do banco da Amazônia como recurso financeiro destinado ao desenvolvimento de convênios públicos e privados. Fornecia incentivos fiscais e isenção de impostos para os projetos que estivessem vinculados a proposta de ocupação, predação de matérias-primas e desenvolvimento de empregos na região.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

período, criou ainda o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária[11] (INCRA), responsável pela ocupação das terras devolutas e criação dos projetos de colonização.

A princípio, o *Projeto de Integração Nacional* e a política de colonização possuía dois interesses análogos: simultaneamente, procurava fornecer soluções que amenizassem os conflitos relacionados à distribuição fundiária[12] do Sul[13] e Nordeste[14], minimizando as tensões que envolviam desigualdades de acesso e uso do território (BARROZO, 2008; MORENO, 1997); ao mesmo tempo em que, procurava favorecer a emergência de uma mão-de-obra reserva para as indústrias e projetos empresariais em ascensão, a partir do estabelecimento de grupos populacionais estáveis e da fixação de populações regionais no Centro-Oeste brasileiro (OLIVEIRA, 1993; SÁ, 2011).

Durante o fim da década de 1960 e início da década de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[15] foi instituído pelo Governo Militar, possuindo como responsabilidade a tarefa de promover e executar projetos dedicados ao assentamento de futuros colonos agricultores. Tratava-se, naquele momento, de uma política de colonização oficial, dirigida e planejada pelo Estado (BARROZO, 2017).

Com o início da década de 1970, entretanto, também se tornaram frequentes os projetos de colonização particulares/privados, que foram predominantes em Mato Grosso quando comparados aos programas oficiais (MORENO, 1997). A maioria dos empreendimentos de colonização privada tinham como intuito desenvolver regiões dedicadas à produção agro-industrial-florestal. As cooperativas privadas compravam as terras devolutas/públicas do Estado a preços irrisórios e, a partir de então, ficavam responsáveis pelo planejamento da infraestrutura local que assentaria os futuros colonos. Em troca, as cooperativas recebiam a concessão da venda da terra, transformando-a em pequenos lotes que, na maioria dos casos, eram revendidos por valores muito elevados (MORENO, 1999; HEINST, 2008; MENDES, 2012).

Devido à grande disponibilidade e facilidade[16] envolvida na aquisição das terras devolutas/públicas em Mato Grosso, os grandes grupos econômicos e o próprio Estado fizeram de sua venda um negócio extremamente rentável (HEINST, 2008). A principal fonte de arrecadação econômica do Estado, neste período, estava ligada à venda de grandes porções territoriais na região Centro-Oeste e Norte do Brasil (MORENO, 1999).

[11] O INCRA surge com o objetivo de realizar a reforma agrária no país. Buscou durante esta época fomentar projetos de colonização privadas e oficiais, influenciando o contingente de migração na região. Buscou instalar projetos de colonização principalmente ao longo das rodovias federais (BARROZO, 2008).

[12] O slogan da época era "Uma terra sem homens para homens sem-terra". Muitos dos colonos viam esta aquisição enquanto uma oportunidade para o desenvolvimento financeiro e melhoraria das condições vida. Sem acesso ao direito de uso da terra, estes trabalhadores buscavam novas áreas onde poderiam trabalhar na labuta da roça.

[13] o Sul a partir de minifúndios – fracionamento e redução da terra a pequenas porções/lotes – o que impossibilitava o desenvolvimento da modernização agrícola pretendida pelos governos militares (BARROZO, 2017).

[14] E o Nordeste, onde a vida dos trabalhadores rurais era muito precária, cerceada por condições de extrema pobreza, estiagens históricas e violência – destacando-se principalmente os conflitos e repressões estabelecidas contra as Ligas Camponesas na década de 1960 (BARROZO, 2017).

[15] Além do INCRA, representante oficial do Governo Federal, em Mato Grosso operavam ainda outras instituições e órgãos administrativos com funções análogas, sendo eles: o Departamento de Terras e Colonização (DTC), a Comissão de Planejamento de Produção (CPP), a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). Todos estes órgãos compartilharam, em diferentes épocas, de funções e atividades em comum, dedicadas à arrecadação de terras devolutas, alienação de terras públicas, regularização da situação fundiária e promoção da colonização estadual (oficial e particular).

16 Silva (2008), revela que havia um grande número de propagandas nos jornais comercializados dentro e fora do estado que se referiam a Mato Grosso enquanto uma terra de fértil à espera de braços fortes, tratava-se, aparentemente, de um novo El Dorado, um lugar quase paradisíaco. Guimarães Neto (2002) disserta sobre o mito da fertilidade da terra, da terra nova, do ouro verde (café), um mito da terra farta e abundante, livre das geadas do Sul. Tratar-se-ia de uma terra prometida para aqueles trabalhadores que abriram a fronteira agrícola no Sul do país, mas continuaram sem o acesso à terra. Toda essa mítica, segundo a autora, tornou-se uma potente estratégia de controle das classes empobrecidas do Sul.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

A compra e venda de terras em Mato Grosso gerou grandes adversidades e conflitos, principalmente pela prática da grilagem que procurava dissuadir os pequenos posseiros da região, conquistando e concentrando o território a partir de práticas violentas e hostis. Oliveira (1993) alerta-nos para os conflitos da época, evidenciando a indústria da grilagem que, com apoio dos militares, apropriaram-se de territórios ilícitos onde haviam antigos posseiros e povos indígenas. A atividade de grilagem atuava, sobretudo, a partir de uma prática violenta, a partir de jagunços e/ou pistoleiros que pressionavam os habitantes a se retirarem dos locais e venderem suas terras a preços irrisórios.

Em outras situações, o acesso à terra estava condicionado à corrupção e aos favores políticos/eleitorais locais, onde as concessões da terra eram estabelecidas de forma indiscriminada, arbitrária e especulativa. Baseadas em uma série de mecanismos de burla[17] à legislação favorecia o monopólio privado e a concentração desproporcional, formando e legitimando grandes latifúndios (MORENO, 1999; SILVA, 2008). Desta maneira, a política de distribuição das terras (ou política fundiária) em Mato Grosso parece, de muitas maneiras, ter sido direcionada a partir da concentração fundiária. A partir de uma série de transgressões, previstas pela lei, o Estado transformou as terras devolutas e públicas em domínio privado (MORENO, 1999).

Entre as décadas de 1960 e 1970, houveram distintos fluxos migratórios em direção às áreas de colonização agrícola do estado de Mato Grosso, responsáveis pelo adensamento demográfico da região. Como salienta Barrozo (2008; 2017; 2018), os dois principais movimentos migratórios da época estavam relacionados: primeiro, a população originária do semiárido nordestino, que naquela época sofria com uma estiagem severa. Para o Estado, a solução encontrada foi a construção da BR-230 (Transamazônica), onde novos complexos de colonização deveriam ser construídos e destinados à ocupação dos agricultores empobrecidos do Nordeste; e segundo, a partir da migração estabelecida pela população originária do Sul do país, que foram majoritariamente privilegiados pelas políticas de colonização da época, pois já possuíam certa vocação para as atividades ligadas à produção agrícola e haviam recentemente participado do processo de abertura da fronteira agrícola no Paraná. Como descreve Beatriz e Neto (2002: 107):

> O colonizador foi buscar não só o agricultor de tradição, aquele que detinha um saber acumulado sobre como lidar com a lavoura, mas especialmente, o agricultor que também possuía uma outra capacidade – a de ter participado da abertura da fronteira agrícola do paraná [...] um agricultor que passou pela "escola do Paraná", dono de um saber sobre a experiência viva de uma fronteira agrícola; e, ainda um agricultor empobrecido, mas pequeno proprietário, o qual podia vender sua terra e investir nos lotes que a colonizadora colocava à venda.

Como sugere Girardi (2015), as políticas de colonização utilizaram-se de forma astuta a mão de obra campesina migrante, que abriram as clareiras, derrubaram as matas e lidaram com a terra, domesticando e "disciplinando" o campo. Entretanto, estas mesmas políticas não forneceram as condições mínimas para manutenção e perpetuação da vida e da subsistência desta coletividade. Assim sendo:

> Parte desta população voltou para seus lugares de origem, no Sul, Sudeste e Nordeste; outra parte avançou ao norte do estado e do país, adentrando a fronteira agropecuária e, provavelmente, repetindo a história; alguns passaram a fazer parte de movimentos

[17] Envolviam desde a emissões de títulos falsos, duplicados, compra de terras ilícitas, demarcações fraudulentas, falsos levantamentos de divisas (agrimensores a serviço dos grandes produtores) e mesmo a partir de atividades ligadas a omissão de dados sobre a presença de posseiros e indígenas na região (MORENO, 1999).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

> camponeses em busca de terras; e ainda outro contingente contribuiu para engrossar as periferias da capital Cuiabá e de cidades médias do interior do estado. (GIRARDI, 2015, s/p)

As atividades de regularização fundiária e desenvolvimento de projetos oficiais e particulares de colonização influenciaram profundamente o adensamento populacional entre as décadas de 1960 e 1980 no estado de Mato Grosso, propiciando o surgimento de novas dinâmicas entre o campo e as cidades. A grande maioria[18] da população migrante daquela época, entretanto, foi fixada em projetos de colonização de cooperativas e instituições privadas.

Muitos destes projetos de colonização foram estabelecidos, intencionalmente, ao lado das grandes rodovias construídas entre as décadas de 1960 e 1970, que passaram a funcionar enquanto grandes eixos de expansão da produção agro-industrial-florestal (HEINST, 2008; MARGARIT, 2013). Como resultado deste processo de expansão da *fronteira agrícola* na região, 61 municípios foram criados em Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1980, sendo que o estado já contava com 126 municípios até o ano de 1997 (MORENO, 1997). Muitos dos municípios criados nesta época, tornaram-se grandes polos do empreendimento do agronegócio brasileiro, como é o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, todos situados às margens da BR-163.

Como destacam Beatriz e Neto (2002: 144), os centros urbanos do estado de Mato Grosso receberam uma série de estímulos para que se configurassem, hoje, enquanto matrizes de apoio para o desenvolvimento econômico da agroindústria:

> Em poucos anos essas cidades passaram de cinco para dez, vinte, trinta, quarenta mil habitantes, com um crescimento populacional sempre em ascensão e contando com equipamentos urbanos muito modernos. A colonização na década de 1970 teve um peso determinante para essas regiões. Expressando a realidade da "nova ocupação", Rondônia e Mato Grosso viram nascer cidades e municípios, cuja expansão e organização foram fundamentais à conformação de um espaço social, em que os investimentos capitalistas, a constituição de um mercado de mão-de-obra e a extensão de um poder político tiveram lugar privilegiado.

Estas cidades, portanto, foram criadas a partir de um planejamento sistemático, com intuito de organizar e favorecer a produção agro-industrial-florestal, elas "nascem e crescem como polos planificados para servirem aos grandes capitais" (SOUZA, 2020: 73). A localização destas cidades e municípios é estratégica, às margens das grandes rodovias[19] que atravessam o estado, dando acesso às regiões Norte e Sul do país, permitindo uma via de escoamento (corredor de exportação) para os produtos desenvolvidos pela agroindústria.

Como evidencia Elias (2016), a produção agrícola foi fundamental para que o movimento de urbanização deixasse de ser predominante entre as áreas litorâneas do Brasil e fosse direcionada as novas fronteiras do interior, uma vez que este mesmo negócio demanda de uma série de produtos e serviços especializados para satisfazê-lo:

> Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e de porte médio,

[18] Segundo Moreno (1999), entre 1980 e 1992, o Incra implantou em Mato Grosso cerca de 59 projetos de colonização e de assentamento em áreas de tensão social. Ainda segundo a autora, entre as décadas de 1970 e 1980, foram implantados em Mato Grosso 88 projetos de colonização privados/particulares, abrangendo cerca de 3,25 milhões de hectares de terras, reunindo vinte mil famílias, constituída majoritariamente por migrantes do Sul.

[19] Dentre as principais estradas construídas durante a década de 1960 e 1970 estão as rodovias que, não coincidentemente, fornecem acesso à região Sul do Brasil, cumprindo com o *projeto de integração nacional* e, subsequentemente, transformando a região Centro-Oeste em uma extensão da área de colonização do Sul (HEINST, 2008; COY *et al*., 2020).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

> fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós, pontos ou manchas das redes agroindustriais, a partir das quais fornecem parte da mão de obra (especializada braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando a economia e a reorganização urbano-regional. (ELIAS, 2016: 68)

A agroindústria teve vigor para desenvolver e especializar o território, produzindo zonas adaptadas ao seu benefício, conhecidas como regiões produtivas do agronegócio (RPAs) (ELIAS, 2016). Estas zonas produtivas seriam, para Elias (2016), circuitos espaciais de produção e cooperação implicados no desenvolvimento de *commodities* e outros produtos agropecuários a partir da coordenação e gerência de grandes empreendimentos nacionais e/ou internacionais (*tradings*).

Em síntese, implica considerar que o desenvolvimento da grande maioria dos municípios do estado de Mato Grosso está condicionado a uma forma específica de colonização e surgimento, especialmente vinculada ao desenvolvimento da produção agro-industrial-florestal. As *cidades do agronegócio* tornam-se componentes vitais para a agroindústria, uma vez que materializam as devidas condições para a manutenção e perpetuação do capital internacional na região - gerindo, gestando e fornecendo subsídios para as cadeias de produção do agronegócio (ELIAS, 2016).

Formado a partir de um regime político autoritário (ditatorial), criaram-se as devidas condições para expansão e perpetuação do capital em terras mato-grossenses. Como salientam Beatriz e Guimarães Neto (2002: 95), o objetivo sempre foi, de fato:

> assegurar a dominação das terras pelo capital privado, como já foi assinalado, e desta forma impedir a livre ocupação das "novas terras" pela maioria das pessoas que se deslocavam. A "nova ocupação" deveria se realizar, sobretudo, contando com a força de trabalho dos agricultores empobrecidos de outras regiões, mas, desde que se pudesse garantir o controle da distribuição das terras.

A grande maioria das cidades do estado nasceram a partir destes projetos de colonização, planejadas enquanto matrizes da exploração e do desenvolvimento do capital e carregam, ainda hoje, a bandeira do "progresso" econômico e da Integração Nacional. A expansão do capitalismo em território mato-grossense caracterizou-se, ainda se caracteriza, a partir de um modelo econômico concentrador das riquezas e depredador do ecossistema, atuando em benefício do interesse privado. Indo contra qualquer projeto ou perspectiva de reforma agrária, o Estado tem concentrado e assegurado a dominação da terra pelo capital privado durante as últimas décadas.

Além disso, a implementação das bases econômicas da cadeia produtiva agroflorestal-industrial emergem a partir de uma série de transgressões contra os povos originários de Mato Grosso. Desde a expulsão de suas áreas originárias, até seu expresso extermínio, os povos indígenas foram cerceados e obrigados a conviverem em áreas diminutas e diferentes daquelas que estavam habituados. Historicamente, o Brasil é um território indígena[20], o que implica considerar que, antes da chegada dos europeus em 22 de abril de 1500, aproximadamente 5 milhões de pessoas indígenas habitam a extensão territorial brasileira (DELGADO e JESUS, 2018). Os itinerários dos povos indígenas não estavam limitados por

[20] "O Brasil é Terra Indígena" foi a frase utilizada em agosto de 2021 pelos povos indígenas na praça dos três poderes em Brasília. Na ocasião, os grupos buscavam combater a proposta do Marco Temporal.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

perímetros ou fronteiras administrativas, mas envolviam um amplo e vasto percurso de caminhada, habitação e pertencimento. As regiões que hoje fazem parte das cidades do agronegócio eram, portanto, espaços de produção e reprodução da vida indígena.

Das políticas de ocupação às lógicas do "deserto": liberalismo de ocupação e o "vazio territorial"

Poderíamos considerar que a ocupação do estado de Mato Grosso como "território vazio" ou "vazio demográfico" repousa sobre um dispositivo epistemológico e político muito eficiente, que Elizabeth A. Povinelli nomeia de "Geontopoder[21]". Em *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*, Povinelli demonstra que, no horizonte do liberalismo tardio, assim como seu modo de operação, todas as coisas são interpretadas a partir de um potencial/virtual gerador de lucros, onde tudo é potencialmente vital a sua lógica de extração de valor, classificando os seres existentes conforme a capacidade de extração que deles se deseja. Tudo está potencialmente Vivo e/ou Não vivo, a depender das estratégias de lucro pretendidas. Como sugere a autora, tratamos aqui do *Geontopoder*, este regime de poder que regula e manipula as fronteiras entre as entidades consideradas Vivas e Não Vivas, gerindo/aperfeiçoando e preservando determinados modelos produtivos e Estados neoliberalistas.

Indo além em nossa leitura, poderíamos afirmar que esse "vazio demográfico" ou "deserto inaugural" que observamos em Mato Grosso, portanto, não é um dado natural, mas o efeito de práticas estatais e empresariais que buscaram apagar progressivamente e intencionalmente aqueles repertórios humanos que não estavam condicionadas por uma lógica e intencionalidade capitalista de produção de "*commodities*" – dentre eles povos indígenas, agroextrativistas, ribeirinhos, saberes tradicionais de manejo do Cerrado e da floresta. Como sugere Povinelli (2023: 147) ao dissertar sobre o liberalismo tardio de ocupação na Austrália:

> Indústrias de mineração podem reivindicar uma nova capacidade mágica para reconhecer a vitalidade infinita de todas as substâncias – mesmo os rejeitos, quando vistos da perspectiva do desejo, podem transformar-se em valor – e de alcançar as capacidades técnicas para liberar esse valor no mercado. Mas o capital, e a indústria da mineração exemplifica isso, também depende de sequestrar certas formas de existentes para o reino do objeto puro. O capital é, como notei no primeiro capítulo, o Deserto vestido de Animista.

Um Deserto vestido de Animista, o que isto quer dizer? Isto significa em muitos os casos que aquilo que pode ser quantificado em valor de mercado é reconhecido como possuidor de uma suposta "vitalidade", enquanto todo o resto acaba sendo esvaziado de agencia e de intencionalidade, tornando-se em alguns casos em um objeto passível da ação e da finalidade humana. Assim sendo, "um deserto pode ser um campo fértil de oportunidades" (RUGGIERI, 2023: 7). Eu diria que a recíproca também é verdadeira, onde uma terra vívida e fértil pode vir a ser encarada enquanto um espaço "vazio" ou se preferir um deserto.

Desde o Estado Novo de Vargas, com a Marcha para o Oeste e o Plano de Valorização da Amazônia (Lei 1.806/1953), até os incentivos fiscais do regime

[21] "E, assim como o liberalismo tardio em geral, o geontopoder liberal tardio é um projeto social cujo propósito é a manutenção de um arranjo de acumulação por meio da governança específica da diferença e dos mercados que alcança formas humanas e não humanas de existência. O geontopoder liberal tardio é uma atividade que conserta e cossubstancia fenômenos, agregando e agenciando elementos díspares em uma forma e um propósito comuns. É um conjunto de padrões dominantes, constantemente manipulados e revisados de acordo com as condições materiais e locais com as quais a Vida é fabricada e a Não Vida é utilizada" (POVINELLI, 2023: 217).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

militar (Operação Amazônia, PIN, PROTERRA, POLAMAZÔNIA), a ideologia dominante pintou o interior mato-grossense como "terra de ninguém" – vasto espaço para ser "domesticado" pelo capital. A noção de vazio serviu de justificativa para expropriar terras devolutas, realocar populações tradicionais e abrir caminho para as grandes corporações agroindustriais. Assim, a "invisibilidade" dos modos de vida indígenas e camponeses tornou-se condição de possibilidade para a expansão da monocultura agro-industrial-florestal.

Essa lógica liberal e "animista" pressupõe que aquilo que rende lucro é dotado de existência econômica digna de reconhecimento e de vitalidade virtual. Entretanto, qualquer população que subsista por meio de trocas não mercantis, rituais de reciprocidade e manejo comunitário fica fora da contabilidade liberal, transformando-se em um "vazio demográfico" - como se sua presença não importasse a paisagem econômica e, portanto, pudesse ser ignorada, tratada como um mero entrave à conquista territorial. Como sugere Silva (2023: 375), é como se no território: "A presença do indígena, antes de despertar a ideia de se tratar de um território já habitado, impulsiona o "desbravador" à certeza de se tratar de um "vazio" a ser explorado, ou uma "terra de ninguém". Como sugere o autor, tratamos de um *ethos* colonizador ou de uma atitude colonial de conquista e de guerra permanente, que tem como consequência um deserto epistemológico, onde saberes ecológicos milenares são descartados, de uma ontologia que silencia vozes dissidentes em nome de uma suposta "integração e segurança nacional".

Como nos esclarece Davi Kopenawa em suas reflexões: "Esses forasteiros possuem dentro deles outras palavras, palavras sobre *Teosi* e as mercadorias. Por isso ignoram nossas falas e inventam tantas mentiras a nosso respeito". (2019: 509). A exploração capital encontrou técnicas e ferramentas de administração de sua autoridade, controle propriamente violento, legitimado enquanto prática justa sob os moldes e regimes discursivos da época.

Integrado à criação de uma realidade fantasiosa, especialmente colonial, criando os limites entre o bem o mal, o normal e o patológico, entre o Vivo e o Não Vivo e principalmente entre nós e eles, ou seja, os "civilizados" e os "selvagens", que inúmeras práticas de brutalidade, crueldade e expropriação puderam ser legitimadas e concretizadas dentro deste Estado neoliberal de ocupação.

Mato Grosso: quando o deserto se disfarça de abundância

Contudo, dentro deste sistema desigual de produção e reprodução do capital, o deserto não é mera ausência, mas torna-se também um produto ativo de políticas públicas e de interesses da indústria privada, materializada na exploração e na destruição da própria natureza. A conversão de aproximadamente 42 milhões de hectares de vegetação nativa[22] em áreas agrícolas e de pastagens entre 1985 e 2023 não se deu por acaso no território brasileiro, mas é resultante de um regime de incentivos fiscais e políticos que premiou a destruição e penalizou a manutenção de regiões ecológicas e sustentáveis. A construção desses verdadeiros "desertos verdejantes"[23] de soja, milho, algodão implica em um processo contínuo de

[22] MapBiomas (2024). Dados disponíveis em: https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/06/pastagem-soja-e-cana-ocupam-77-da-area-de-agropecuaria-no-brasil/

[23] Para quem viaja pela imensidão das estradas do estado de Mato Grosso torna-se familiar a seguinte descrição: Pelas estradas de Mato Grosso, a terra parece ter perdido a memória. O horizonte se dobra sobre si mesmo, num circuito interminável de soja, milho e algodão. Cada passo, cada curva, cada respiração repete a mesma cena exausta. Maquinários desfilam como exércitos de ferro, alheios ao lamento silencioso da terra. Vemos o mundo se repetir até que a vista cansa,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

expropriação das matrizes ambientais, transformadas em capital extrativista.

Atualmente, o estado de Mato Grosso se consolida enquanto o maior produtor agrícola dentre as 27 Unidades Federativas do Brasil, movimentando um valor de 153,5 bilhões de reais entre culturas agrícolas temporárias e permanentes durante o ano de 2023, o que equivale a 18,84% dos lucros obtidos pelo Brasil durante o mesmo período (IBGE-PAM). O mesmo é válido quando consideramos a produção bovina estadual, a maior dentre as 27 unidades federativas, contando com aproximadamente 33,99 milhões de animais[24] durante o ano de 2023 – o equivalente a nove vezes o atual número de habitantes do estado (IBGE-PPM, 2023).

A ampliação das áreas de agricultura e pastagem, aliada à expansão dos centros urbanos e ao crescimento da industrialização, tem causado a deterioração dos recursos naturais, principalmente do solo e da água em Mato Grosso (CAMPOS *et al.*, 2004; SILVA *et al.*, 2009).

O avanço da cadeia agro-industrial-florestal no Cerrado, ao longo de poucas décadas de modernização, gerou transformações profundas nos padrões de uso na cobertura territorial, tal como documentado pelo mapeamento do ProBio (SANO et al., 2010; Brasil, 1999). Tratamos de uma territorialidade cooptada pelas forças econômicas e capitais, que em nome do desenvolvimento tem produzido uma vasta via de contaminação, desertificação e mortificação do solo, das águas e do ar. Esta condição torna-se mais inteligível a partir do momento em que consideramos a análise dos dados geográficos de desmatamento, queimada e perca de recursos hídricos no estado. Durante as últimas três décadas (1990-2019), o estado de Mato Grosso, além de ter se consolidado enquanto o maior produtor agrícola e agropecuário do Brasil, também demonstrou ser um "líder" quando o assunto envolve a predação e destruição de recursos e matrizes ambientais.

Entre o início do ano de 1990 e o final do ano de 2019, o estado de Mato Grosso foi a unidade Federativa que mais desmatou no Brasil, predando aproximadamente 23.652.980 hectares, o que representou cerca de 18,65% de toda a área desmatada no país durante o mesmo período (MAPBIOMAS, 2025). Quando consideramos os índices relativos à área queimada do território brasileiro, Mato Grosso mais uma vez se destaca e lidera as 27 Unidades Federativas, uma vez que produziu a destruição de mais 120.818.114 hectares entre os anos de 1990 e 2019, o que correspondeu a 22,12% de toda a área queimada no Brasil durante o mesmo período (MAPBIOMAS, 2025). Por último, nota-se que o estado mato-grossense também foi a segunda maior região no Brasil quando consideramos a redução da superfície hídrica, apresentando uma perda expressiva de 480.334 mil hectares, o que correspondeu a subtração de 39,94% de sua cobertura (MAPBIOMAS, 2025).

Este fenômeno de "verdejantes desertos" revela como o capital transforma cada pedaço de terra em fonte de lucro. De um lado, temos plantações de soja, milho e algodão que, a partir do uso intensivo de irrigação, consagram-se como o setor que mais utiliza recursos hídricos no Brasil (ANA, 2021); do outro, vastas áreas de pastagens progressivamente estão substituindo as florestas tropicais, tornando o Cerrado em grandes chapadões áridos (KLINK & MOREIRA, 2002; BUSTAMANTE *et al.*, 2012; FAO, 2016). A mecanização intensa, aliada ao uso

até que a alma se embota. A monocultura não apenas cultiva grãos, cultiva também a monotonia, a alienação, a vertigem. Aqui a abundância se veste de deserto.

[24] https://www.indea.mt.gov.br/-/com-novo-recorde-mt-se-mant%C3%A9m-na-lideran%C3%A7a-com-o-maior-rebanho-bovino-do-pa%C3%ADs

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

constante de fertilizantes e agrotóxicos, acaba esterilizando quimicamente o solo, diminuindo a quantidade de matéria orgânica e a capacidade de retenção de água. (ALTIERI, 1995; LAL, 2004; SIX *et al.,* 2002; FAO, 2015; NAVAL *et al.,* 2025). Em muitos municípios, a produtividade inicial dos grãos esconde a erosão acelerada e a perda da resiliência dos ecossistemas locais.

Vemos, portanto, que este conjunto de atividades que hoje conhecemos enquanto agronegócio (*agrobusiness* - agroexportador) tem implicado em um aparente enriquecimento econômico, gerando robustos PIBs, entretanto, está condição não tem significado melhores condições de vida para as populações regionais, que continuam empobrecidas e que agora também se encontram condicionadas a uma série de imposições, degradações e exposições assimétricas dos riscos socioambientais. Tudo isto nos faz considerar que o agronegócio, enquanto conjunto de atividades produtivas capitalistas, tem acumulado as riquezas e que para isto distribuído e submetido os diferentes estratos populacionais a condições de adoecimento também desiguais.

Neste deserto disfarçado de abundancia, os ganhos econômicos concentram-se nos circuitos globais de exportação, enquanto os prejuízos se dispersam entre comunidades rurais e indígenas, que arcam com intoxicações por agrotóxicos (sejam agudas e/ou crônicas), na manifestação de cânceres e no colapso da segurança alimentar (PIGNATI, 2018; CORRÊA, 2019; SOARES, 2020). A desertificação não é panorama passivo, mas produção ativa de um modelo de desenvolvimento que extrai valor de todas as dimensões do território - ecológica, social e cultural - para alimentar circuitos de acumulação global.

Determinação social da saúde: distribuição assimétrica das riquezas e dos riscos socioambientais

O projeto modernista foi responsável por fabricar narrativas dualistas e dicotômicas que fragmentaram a realidade e estabeleceram distinções profundas entre os humanos e os não-humanos, entre a política e conhecimento, entre nós e os "outros". Este projeto de modernidade atua em um sistema de purificações e distinções entre os "grandes divisores", onde natureza e sociedade deveriam permanecer irreconciliáveis (LATOUR, 2005).

O modelo desenvolvimentista de produção e acumulação baseia-se em uma compreensão antropocêntrica/capitalocêntrica que opera a partir da dicotomia entre ser humano e natureza, um relacionamento baseado na posse do primeiro em relação ao segundo. A proposta hegemônica de desenvolvimento versa a partir de uma lógica de acumulação e consumo desigual, onde tudo, terminantemente, acaba sendo reduzido à condição de mercadoria. Observamos a capitalização das relações, dos corpos, do trabalho, dos alimentos e do ecossistema.

O discurso antropocêntrico pressupõe a existência de uma natureza que, necessariamente, precisa ser socializada, domesticada e controlada em direção à civilização. Dentro deste paradigma hegemônico, o ser humano ocupa o lócus de soberano, sujeito da razão cartesiana, que a partir de sua racionalidade tudo tem explorado e aniquilado. Colocando-se à distância da natureza, o humano passou a considerar o ecossistema enquanto uma entidade que deve ser docilizada e mercantilizada (ACOSTA, 2019).

O que este sujeito cartesiano não percebe, entretanto, é que a destruição da natureza envolve nossa própria dizimação enquanto espécie. Longe de operarmos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

pela purificação entre humano e natureza, é preciso discutir um corpo devolvido à processualidade da vida e certamente reconectado ao ecossistema.

A vida não pode ser capturada por um invólucro perimetral - esta suposta pele fechada em si mesma - mas desenvolve-se abertamente por uma vasta malha de conexões possíveis. Somos seres no mundo, humano-no-mundo como dissertaria Tim Ingold (2011) e dificilmente poderíamos ser pensados fora dele. Ao destruir a natureza, destrói-se a si mesmo, ao poluir as fontes hídricas e contaminar os solos, produz-se a morte[25] dos corpos que dela subsistem. Humanos e não humanos tornam-se vítimas do mesmo processo de produção hegemônico, de um mesmo tipo de sociabilidade orientado a acumulação. Simultaneamente, produz-se a morte da floresta, do campo e da cidade, traçando uma via de desertificação extensa que rompe com os limites políticos-administrativos locais.

Neste seguimento, quando dissertamos sobre as cidades mato-grossenses é impreterível considerar os efeitos patogênicos ligados às cadeias produtivas do agronegócio, uma vez que seu perfil de territorialização e economia baseiam-se em um modelo produtivo que tem distribuído assimetricamente os riscos ambientais e ocupacionais (ACSELRAD, 2002). Baseado em um padrão de monocultivo agrícola, vinculado a um amplo conjunto de dispositivos tecnológicos e de insumos químicos, o solo do estado de Mato Grosso tem sido condicionado a técnicas intensivas e ininterruptas de manejo e produção, originando um perfil agroindustrial hegemônico e adoecedor (PIGNATI, 2007). A determinação do perfil epidemiológico dos municípios do estado está intimamente vinculada à contaminação e destruição das matrizes ambientais.

Desse modo, o próprio conceito de saúde neste trabalho não se esgota em uma proposição/modelo biomédico, mas tenciona compreender dinamicamente as condições que reverberam e incidem sobre qualidade de vida individual e coletiva, pensando o organismo analogamente ao território, a economia e as políticas locais. Discutimos a partir de uma relação de imanência entre corpo e território, versamos sobre um corpo que não existe em separação dos meios naturais e um território habitado e vinculado à experiência humana e social.

Seguindo este mote, fundamentamo-nos a partir da epidemiologia crítica de Jaime Breilh (2006), discutindo as determinações sociais do processo de saúde-adoecimento, reconhecendo o caráter dialético e multidimensional da saúde, resgatando sua dimensão temporal e histórica. Assume-se a historicidade das relações entre sociedade e ambiente, bem como suas repercussões em termos de configuração de modos de vida saudáveis e/ou adoecedores, a depender das configurações sócio-históricas, ambientais, econômicas e culturais vinculadas à saúde e ao adoecimento dos grupos humanos que vivem em determinado território.

A transformação de Mato Grosso em epicentro do agronegócio brasileiro não se limitou a converter vegetação nativa em monocultura, ela produziu paisagens e corpos marcados pela precariedade dos ritmos produtivos nesta extensa cadeia agro-industrial-florestal (BARSAGLINI, FREITAS & GUGELMIN, 2023; ROCCON, 2023). Esses extensos e abundantes "desertos verdejantes" são simultaneamente geográficos e políticos (necro-bio-geo), espaços onde a extração contínua de valor coexiste com a expropriação dos direitos à saúde, à água potável e à segurança alimentar.

O modelo do agronegócio, fortemente baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, tem sido apontado como um dos principais vetores de

[25] Ou como sugere Povinelli, antes de pensarmos em morte propriamente dita, poderíamos dizer a terra enquanto entidade em relação, possuidora de agência e intencionalidade, estaria virando suas costas para certos tipos de vivência e de sociabilidades.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

adoecimento em territórios rurais e periféricos no Brasil. Atualmente, o Brasil se consolida enquanto o maior consumidor de agrotóxicos no mundo (BOMBARDI, 2012; 2016; PIGNATI, 2014), sendo o estado de Mato Grosso o maior expoente e consumidor dentre todas as unidades federativas do país.

Como demonstram os pares acadêmicos, o uso intensivo de agrotóxicos está intimamente relacionado ao aumento de casos de câncer, suicídios e anomalias congênitas, sobretudo em regiões de produção agrícola intensiva como o estado de Mato Grosso (HESS *et al*., 2023). Além disto, estudos revelam que aqueles municípios vinculados a um maior PIB agropecuário, maior consumo de agrotóxicos e melhores indicadores de desenvolvimento também costumam ser aqueles que apresentam os maiores índices de câncer (SOARES *et al.,* 2023). Esta situação indica uma conexão direta entre a expansão do agronegócio e o agravamento das condições de saúde, especialmente nos municípios do médio-norte mato-grossense - área de maior concentração da produção agrícola (ALVES *et al.,* 2023; SOARES *et al*., 2020).

A exposição prolongada a essas substâncias também tem sido apontada como fator de risco para o desenvolvimento de doenças renais crônicas. Mato Grosso, atualmente, está entre os estados com maiores taxas de pacientes em tratamento dialítico no Brasil. Estudos demonstram que a situação tende a ser ainda mais grave entre as regiões onde predominam atividades agrícolas intensivas, reforçando a necessidade de medidas de prevenção, monitoramento e controle da exposição aos agrotóxicos (COSTA *et al*., 2023).

O sofrimento psicológico e os transtornos mentais são muito comuns e extremamente prevalentes entre os grupos de trabalhadores rurais do estado de Mato grosso, afetando de modo mais intenso mulheres e trabalhadores temporários, com índices de suicídio significativamente mais altos em contextos rurais do que em áreas urbanas (NEVES, *et al*., 2020; COSTA, 2021). Pesquisas identificaram que a exposição a agrotóxicos está associada ao surgimento e à intensificação desses agravos mentais, sendo esse efeito potencializado pela precariedade das condições de vida e de trabalho, pela ausência de políticas públicas de assistência e pela violência no campo, especialmente contra as mulheres. Eles concluem que esses fatores estruturais — exploração no processo de trabalho, falta de autonomia, iniquidades de gênero e raça, conflitos fundiários e imposição de tecnologias agrícolas químicas — atuam de forma sinérgica para lógica produtiva (NEVES, *et al*., 2020; PISTÓRIO, 2021).

Além dos impactos diretos à saúde, observa-se que o modelo agroexportador vigente, associado à concentração fundiária e à negligência dos circuitos locais de produção, compromete seriamente a segurança alimentar na região. Mesmo com um dos maiores PIBs agrícolas do país, muitos municípios mato-grossenses enfrentam dificuldades estruturais como a ausência de políticas de incentivo à agricultura familiar. Nessas condições, a soberania alimentar é fragilizada e a produção de alimentos básicos se torna secundária frente às exigências do mercado internacional (CORRÊA, 2019; 2020).

Indo além dos limites do corpo e de seus aspectos de saúde, cabe destacar que os impactos do agronegócio integram uma complexa teia de injustiças ambientais e sociais. Em Mato Grosso, territórios indígenas e outras comunidades tradicionais (campesinos e quilombolas) estão entre os mais afetados pela expansão do agronegócio, sofrendo com a contaminação de rios, a pulverização sobre aldeias e a perda da soberania alimentar. Essas populações denunciam não apenas o envenenamento de seus corpos, mas também a destruição de seus modos de vida, saberes e vínculos com a terra. A luta por saúde, nesse contexto, torna-se também

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

uma luta por território, justiça ambiental e soberania (BREILH 2016; 2024).

Por último, gostaria de lembrar que esta sessão não pretendeu esgotar as múltiplas dimensões dos impactos do agronegócio sobre a saúde humana e ambiental. Discutir, com a devida profundidade, todos os efeitos possíveis, prováveis e confirmáveis demandaria um fôlego que ultrapassa os limites destas páginas e deste trabalho - exigiria um compêndio volumoso, quase um livro ou enciclopédia dedicada a desnudar as feridas abertas no corpo da terra e dos que nela vivem. O que se buscou aqui foi lançar luz sobre algumas (vejo que pouquíssimas[26]) das evidências já reveladas, traçar nexos entre as monoculturas que prosperam e os corpos que adoecem, entre a abundância aparente e a escassez real. Pois sob o manto verde do progresso, o que se vê não é a plenitude da vida, mas a multiplicação de desertos — desertos de saúde, de alimento, de soberania, de dignidade e de subjetividade.

Habitar o antropoceno: reconectando corpo e território

Habitamos um mundo que foi saturado pelas coisas humanas, onde o ditame desenvolvimentista foi capaz de instituir uma infinidade de degradações aos demais seres habitantes do planeta (TSING, 2019). Aqui o agenciamento da humanidade se opôs/impôs a todos os outros. Presenciamos uma utopia/política desenvolvimentista que opera enquanto potente mandado ideológico, onde o interesse está baseado na concentração e expansão do capital financeiro, adequando-o com a exploração do ecossistema. Padecemos em um período periclitante de intensas e nocivas práticas vis de esgotamento da vida, fundamentadas em um paradigma desenvolvimentista e hegemônico. Como afirma Viveiros de Castro (2019: 302):

> Essas enormes manchas de habitabilidade estão agora ameaçadas pela ultrassimplificação feroz imposta à região pela expansão predatória de um modelo de desenvolvimento econômico baseado em assassinato político, etnocídio "não intencional", exploração madeireira legal e ilegal, pecuária extensiva, mineração em larga escala e represamento de rios, agronegócio monocultural altamente subsidiado, dependente de produtos químicos venenosos, e urbanização forçada — ou melhor, favelização — de povos da floresta (pescadores, camponeses, Primeiros Povos) (*tradução nossa*).

Discutir a intrusão de Gaia (STENGERS, 2015) – uma miríade de acontecimentos e de mudanças climáticas, ambientais e geológicas – tornou-se imperativo, invocando a necessidade de se pensar em novos de modos de alimentação, produção, distribuição e consumo, assim, renovando e ressignificando a experiência humana a partir de relações mais horizontalizadas e saudáveis com os demais habitantes do mundo, em um vínculo certamente mais cosmopolita e menos antropocêntrico. A partir das ruínas e dos fragmentos de um progresso jamais alcançado, é preciso (re)pensar em novos meios de lidar com este desequilíbrio instaurado pelas políticas expansionistas e colonizadoras.

Talvez ainda reste, entre as ruínas, uma fresta. Viveiros de Castro (2019) propõe que, diante do colapso do mundo como o conhecemos – esse mundo saturado de humanismos modernos e marcado por uma racionalidade instrumental devastadora, é urgente que nos abramos a formas radicais de pensamento. Formas que

[26] Ficaram de fora desta descrição aspectos ainda ligados a contaminação química do leite materno nas cidades do agronegócio; da contaminação das águas superficiais e subterrâneas; da intencional subnotificação dos casos de intoxicação; da exposição ocupacional; do trabalho escravo contemporâneo; da emissão de material particulado, originado a partir queima da biomassa florestal; dentre outros inúmeros temas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

desestabilizem os pilares de uma ontologia única, moderna e colonizadora. Ele denomina essa postura de pluralismo ontológico, ou ainda, anarquismo ontológico, um chamado para levar a "absolutamente a sério" os mundos e saberes outros, os "povos da floresta", os "extramodernos", que ainda insistem em viver – e resistir – com base em formas outras de relacionalidade com a Terra.

Segundo o autor, esses povos não oferecem modelos a serem copiados, mas exemplos. Aqui entra o conceito de *bricoleur*, emprestado de Lévi-Strauss: aquele que cria a partir do que há disponível, daquilo que resta. O bricoleur se recusa a seguir projetos lineares e totalizantes, ele improvisa, reinventa, e, ao fazê-lo, produz algo profundamente situado, enraizado na experiência e nos materiais heterogêneos da vida. Viveiros de Castro sugere que, no Antropoceno, é nesse bricoleur que precisamos nos inspirar para enfrentar a instabilidade global, o bricoleur não destrói o mundo que habita, mas vive dele, remendando-o continuamente.

O antropoceno, enquanto nome e diagnóstico de um colapso, requer, portanto, um deslocamento. Não se trata apenas de reconhecer os danos, mas de habitar as ruínas do mundo com outro tipo de atenção e compromisso. Viveiros de Castro aponta seria nos interstícios deste mundo danificado, na exterioridade que o próprio capitalismo precisa produzir para seguir existindo, em sua contraparte, que mais provavelmente encontraríamos oportunidades de imaginar um outro futuro - menos nocivo. Esse contato e reaproximação com os interstícios – com os povos tradicionais – não é um resquício ou uma volta ao passado, mas possivelmente o lugar onde se gestam futuros possíveis. Como explica o autor (2019: 304):

> o que essas pessoas que chamo de extramodernas têm a ver com tudo isso? De certa forma, eles não têm nada a ver com isso: não foi culpa deles. Eles pertencem àquela vasta parcela da humanidade e de outros habitantes da Terra cuja forma de vida foi criminalmente desfigurada pela invasão técnica, econômica, política e espiritual europeia que começou há cerca de 5 ou 6 séculos. Em outro sentido, eles têm tudo a ver com isso, pois representam um mundo que está desaparecendo, e muitos deles estão desaparecendo com ele. Mas muitas dessas pessoas extramodernas conseguiram sobreviver em um mundo tragicamete transformado por um povo estrangeiro incompreensível (no começo). Como argumentamos em outro lugar, os povos ameríndios, por exemplo (mas também os africanos, os oceânicos, os siberianos), tiveram – estão a ter – a experiência de continuar a viver após o fim do seu mundo. Eles são um exemplo da capacidade da espécie de viver em tempos difíceis. Suas experiências podem ser úteis para nós em um futuro não tão distante. O presente dos povos extramodernos pode ser uma prefiguração do futuro de todos.

A "arte de viver em um planeta danificado" (TSING, 2019) não virá da ciência moderna sozinha, tampouco das tecnociências desenvolvimentistas, mas talvez da escuta e da convivência com esses mundos outros. Modos de vida que, apesar de perseguidos, seguem resistindo e ensinando - por meio de suas práticas corporais, seus modos de habitar o território, suas cosmopolíticas, caminhos menos suicidas de existência coletiva. Trata-se de olhar atentamente às alternativas que já existem, aos mundos que ainda vivem entre os escombros do progresso.

Deste modo, pensar a partir das práticas dos povos indígenas, especialmente no contexto mato-grossense, implica mergulhar em ontologias que não dissociam corpo, território e cosmologia. Modos de vida que nos convocam a reimaginar as possibilidades de coexistência com a Terra não como um recurso, mas como uma entidade viva e relacional. Reconhecer o conhecimento tradicional como "exemplo" significa deslocar o ponto de vista hegemônico: ver no Cerrado não um palco vazio para a monocultura, mas um ator coletivo com história, agência e capacidade de se regenerar.

Se é nas frestas e nas bordas que se desenham caminhos de sobrevivência em

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

um planeta danificado, é também ali que emergem outros mundos possíveis - mundos que persistem, apesar de séculos de violência, expropriação e tentativas sistemáticas de apagamento. Entre os territórios do Mato Grosso, povos indígenas seguem cultivando formas de vida que desafiam a lógica antropocêntrica, reafirmando a íntima relação entre humanos e não humanos. Torna-se necessário deslocar o olhar: compreender que o território, para esses povos, não se limita a um espaço geográfico, mas se manifesta como corpo vivo, tecido de relações entre humanos e mais-que-humanos, ancestralidade e futuro.

Nesta perspectiva, abordar os modos de vida indígena em Mato Grosso é também um exercício de escuta e de aprendizado com outras formas de ser e de habitar o mundo. É reconhecer que, nas margens do "progresso", florescem experiências que nos convocam a repensar nossas próprias relações com a terra, com os outros e conosco mesmos. São esses exemplos, e não modelos, que podem apontar para alternativas menos suicidas de coexistência, reafirmando a urgência de construir mundos onde a vida, em toda sua diversidade, possa continuar a acontecer.

Entre os Apiaká do rio Teles Pires e seus afluentes, o território é mais do que espaço físico, é um organismo vivo que sustenta a memória, organiza a vida social e abriga seres visíveis e invisíveis com os quais se estabelece uma convivência cotidiana. Aldeias "boas de viver" devem estar situadas em áreas de solo fértil, próximas a rios vívidos, mata abundante e caminhos de coleta, onde caçadas e rituais reafirmam a agência da natureza e a centralidade das relações entre humanos e não humanos. Esse espaço não é neutro: é construído socialmente pelas práticas de cuidado, pelas roças familiares, pelas trilhas abertas e pelos encontros com os "parentes isolados", guardiões de uma forma de vida que se deseja preservar (TEMPESTA, 2009).

A saúde, na cosmologia Apiaká, não é concebida como simples bem-estar físico, mas como estado de equilíbrio social e espiritual, ameaçado por desarmonias nas relações humanas e não humanas. As doenças e mortes inesperadas são muitas vezes atribuídas ao *karuára*, termo que designa tanto o feitiço quanto forças invisíveis associadas a sentimentos e intenções negativas. Palavras malditas, recusas, invejas ou rompimentos de normas de convivência podem provocar enfermidades, mesmo sem contato direto - o que revela a profundidade da ética do cuidado na vida comunitária. Os xamãs, e por vezes os pajés de outras etnias aliadas, são convocados para restaurar a harmonia por meio de rezas, defumações, banhos e rituais — práticas que não apenas visam o indivíduo, mas restauram a saúde da coletividade e do território onde os seres humanos, os espíritos e os animais coexistem em tensão constante (TEMPESTA, 2009).

O território (o cerrado, os rios e lagos) é percebido como uma "casa ampliada" dos corpos-mentes Xavante, onde solo, vegetação e fauna compõem uma ecologia simbiótica. As experiências corporais de caça, coleta e cultivo não separam "corpo" de "ambiente": a integridade do cerrado é condição de saúde e identidade. Quando a Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaçou dinamitar leitos do Rio das Mortes, os Xavante reagiram com uma "Declaração de Cachoeira", reivindicando o uso tradicional dos recursos hídricos e denunciando o risco de grande prejuízo ao ambiente. Nessa concepção, defender o território é cuidar do corpo coletivo e da saúde futura da comunidade. Como sugere Carrara (2010: 65):

> Sem dúvida alguma, percebe-se a extensão total e complexa do corpo Xavante em suas raízes profundas com a natureza biológica do cerrado. Uma natureza percebida culturalmente e, ao mesmo tempo, também pelos sentidos ou terminações nervosas da pele e de outros órgãos do corpo e pelo substrato biológico do sistema nervoso formado

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

> também pelo cérebro e pela mente. Para os Xavante o cerrado e uma casa maior e estendida de seus próprios corpos, não só em termos físicos, mas entronizado em suas mentes por meio de representações simbólicas.

Além disso, para os Xavante, o corpo não é visto como uma simples estrutura biológica, mas como a própria "pessoa" em toda a sua extensão, indissociável de seu duplo espiritual (*dahöiba uptabi*). Nesse sentido, alma e corpo compartilham uma continuidade virtual: "o que acontece com o corpo também acontece com o espírito" e a alma "vem da alimentação", reforçando a ideia de que cada ser humano é uma totalidade em constante transformação a partir de relações sociais, cosmológicas e corporais (FALLEIROS, 2019).

Para os Guarani-Kaiowá, o corpo não é um mero organismo biológico, mas a própria "pessoa" em diálogo constante com o território (tekoha) onde habitam - a mata, as águas, as plantas medicinais, os animais e os ancestrais que dali emergem. Essa relação se expressa na transmissão oral de saberes que só se realiza "no território de caça, no território de pesca, no território de banho, no território onde as mulheres catam os remédios" (PESSOA, 2016: 69). Não por acaso, para Valdelice Veron[27] (2011), liderança Guarani-Kaiowá, explica que "sem terra não haverá vida e sem vida não haverá língua" - uma relação de imanência sintetizada na tríade "teko-vida", "tekoha-território" e "nhe'e-língua".

Deste modo, quando o território é expropriado ou fragmentado, interrompe-se esse fluxo vital de aprendizagens e o corpo coletivo adoece, perde-se o local de aprendizagem e comunhão. Essa "desterritorialização" não é só perda de terra, mas da própria dimensão corporal, coletiva e cosmológica, minando a "saúde" em sentido amplo. "A doença de uma pessoa é entendida como desequilíbrio que aparece no corpo humano, mas sem se restringir a ele" (CHAMORRO, 1999: 16).

É nesse cenário de ruptura que o suicídio emerge como expressão extrema desse sofrimento compartilhado entre esta população. Na hipótese do "recuo impossível", avançada por Morgado (1991), a impossibilidade de recuar ao ambiente tradicional e a captura no espaço urbano reduzem drasticamente as opções de subsistência e de afirmação de vida, levando a um estado de extrema auto-desvalorização. Sob essas circunstâncias, o suicídio emerge como último recurso ritual de "sobrevivência" cultural, evidenciando que restaurar o corpo coletivo - isto é, recompor o tekoha - é condição essencial para recuperar a saúde integral dos Guarani-Kaiowá (MORGADO, 1991).

Diante da devastação instaurada por um projeto civilizatório que, ao avançar, fabrica desertos físicos, espirituais e relacionais, torna-se urgente escutar as formas de vida que ainda pulsam nas bordas desse mundo esgotado. Como vimos, as cosmologias indígenas, como as dos Xavante, Apiaká e Guarani-Kaiowá, não apenas denunciam os efeitos do Antropoceno, mas também oferecem oportunidades de reaproximação com a Terra, reorientando nossa própria ontologia. Essas cosmologias não separam o humano da natureza, mas evidenciam o entrelaçamento profundo entre corpo, território e cosmos, desafiando a lógica extrativista e dualista que sustenta o colapso em curso. Em um tempo de ruínas e esgotamento, é nesse chamado - para reencantar o mundo a partir de outras ontologias - que podemos encontrar pistas para modos de vida menos destrutivos e mais comprometidos com a continuidade da vida ou como gostaríamos de dizer, de pensar em formas de Bem-viver.

[27] Vídeo disponibilizado pelo Conselho Regional de Psicologia no Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas e o Tribunal Popular da Terra (TPT) apresentado durante o evento "Entre aldeia e a cidade: Estado, Território e Identidade na visão dos Povos Indígenas" (2011). Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/webtv_2011_07_29_1/webtv_2011_07_29_1.html.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

Conclusão e caminhos possíveis

Ao longo deste artigo, o conceito de "deserto" se revelou menos como fenômeno natural e mais como dispositivo político de apagamento de formas de vida, daquelas vidas que não estão orientadas ou articuladas a uma lógica mercantil de produção e distribuição. Frente a essa produção de vazios - de solos, de águas, e também de saberes – os exemplos dos povos das florestas, estes extramodernos como nos diz Viveiros de Castro (2019), emergem como pontos de sutura, reconectando humanos e não humanos, a partir de uma lógica orientada não pela acumulação, mas pela comunhão e imanência, onde corpo, território e saúde reúnem-se em um único e mesmo movimento de vida.

Em vez de esperanças abstratas de lucro, riqueza e abundancia, vemos práticas concretas de cuidado entre humanos e não humanos. Essas resistências são os verdadeiros laboratórios daquilo que conceituamos como Bem Viver (ACOSTA, 2019), pois personificam a aposta na suficiência coletiva e na reciprocidade, em uma verdadeira oportunidade de imaginar e de materializar mundos outros que não estejam condicionados a uma lógica expropriatória e exploratória da vida e dos povos. A partir destes meandros e interstícios investigados, percebemos que o deserto só existe onde se destrói a arte de viver em conjunto.

O Bem Viver, assim, deixa de ser metáfora para tornar-se programa político: é a arte de cultivar o possível em terras exauridas, de reinventar o social e o ambiental a partir das bordas, onde o bricoleur indígena reencontra o engenheiro civilizatório e lhe apresenta a sabedoria do concreto como norte para a reconstrução de mundos vivíveis. Esses mundos outros não estão em utopias distantes - brotam hoje, nas roças, nos rios e nas assembleias de Mato Grosso, desafiando o deserto e abrindo trilhas de coexistência para além da lógica do vazio antes pressuposta

Agradecimentos

Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa realizado entre pesquisadoras e pesquisadores associados ao Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador: Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso, em parceria com Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso (MPT). A todos envolvidos no processo de coleta e análise dos dados, nosso muito obrigado.

Recebido em 30 de janeiro de 2025.
Aprovado em 29 de março de 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

Referências

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Editora Elefante, 2019.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 5, 2002.

ALVES, Mario Ribeiro; SILVA, Gustavo Monteiro da; SOUZA, Paulo; SOUZA, Bárbara Nalin; NEVES, Marco Bertúlio; GALVÃO, Noemi Dreyer. "Distribuição espacial da taxa de incidência por câncer em Mato Grosso". In: ROCON, Pablo; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane; PIGNATI, Wanderlei. (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 133-148.

ALTIERI, M. A. *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1995.

ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil*. 2021.

BARROZO, João, Carlos. "Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste". In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BARROZO, João, Carlos. *Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida*. Cuiabá: EdUFMT, 2017.

BARROZO, João, Carlos. A questão agrária em Mato Grosso. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni. Orgs. Nova História do Mato Grosso Contemporâneo. Cuiabá: EdUFMT, 2018. pp. 197-228.

BARSAGLINI, Reni; FREITAS, Thyago; GUGELMIN, Silvia. "Cadeia produtiva do algodão e corpo-território: olhar reticular pela perspectiva do bem viver". In: ROCON, Pablo; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane; PIGNATI, Wanderlei.*Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a).* São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 327-365.

BEATRIZ, Regina; NETO, Guimarães. *A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

BOMBARDI, L.M. *Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos humanos no Brasil 2012*: *relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BRASIL. Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. 1953.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*. Brasília, 1999.

BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

BREILH, Jaime. Nuevo modelo de acumulación y agroindustria: las implicaciones ecológicas y epidemiológicas de la floricultura en Ecuador. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12: 91-104, 2007.

BREILH, Jaime. *Epidemiologia crítica e a saúde dos povos: Ciência ética e corajosa em uma civilização doentia*. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.

BUSTAMANTE, M. M. C.; NARDOTO, G. B.; PEREIRA FILHO, A. J. *et al*. Potential impacts of climate change on biogeochemical functioning of Cerrado ecosystems. *Brazilian Journal of Biology*, 72: 655–671, 2012.

CAMPOS, S.; ARAÚJO JÚNIOR, A. A.; Barros, Z. X.; CARDOSO, L.; PIROLI, E. L. Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao uso da terra em microbacias hidrográficas, Botucatu – SP. *Engenharia Agrícola*, 24: 431-435, 2004

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CARVALHO, Lucas Araújo. *Colonização e Meio Ambiente: estudos de duas experiências de assentamentos na amazônia ocidental*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.

CARRARA, Eduardo. *Metamorfose A'uwe (Xavante): o álcool e o devir do sentimento coletivo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

CASTILHO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege),* 12 (18): 265-288, 2016.

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete. *A colonização oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

CHAMORRO, Graciela. Os Guarani: sua trajetória e eu modo de ser. *Cadernos do COMIN*, 8, 1999.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; PIGNATI, Wanderlei Antônio; PIGNATTI, Marta Gislene. Segurança Alimentar, produção de alimentos e saúde: um olhar para os territórios agrícolas de Mato Grosso. *Aceno, Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 6 (11): 129-146, 2019.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari *et al*. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. *Saúde em Debate*, 43: 1070-83, 2020.

COSTA, Virgínia *et al*. Aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais dos suicídios de trabalhadores (as) no agronegócio na Bacia do Rio Juruena, Mato Grosso. In: PIGNATI, Wanderlei Antônio *et al*. (orgs.). *Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil*. São Paulo: Outras expressões, 2021.

COSTA, Virgínia; PIGNATI, Wanderlei; NEVES, Maelison. "Doenças renais crônicas associadas à exposição aos agrotóxicos". In: ROCON, Pablo Cardozo; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane Andréa Souza; PIGNATI, Wanderlei (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 195-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

208.

COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio. *Estratégias de Expansão do Agronegócio em Mato Grosso. Os Eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora IABS, 2020.

DELGADO, Paulo Sérgio; JESUS, Naine Terena. *Povos Indígenas no Brasil: perspectivas no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual*. Curitiba: Brazil Publishing, 2018.

ELIAS, Denise. "Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil". In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio (orgs.). Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

ELIAS, Denise. "Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil". In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.

FALLEIROS, Guilherme. Digerindo a rede: sobre a cadeia alimentar e a rede sociocósmica a'uwẽ-xavante. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 11 (2): 326-55, 2019.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *State of the World's Forests*. Rome: FAO, 2016.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *Status of the World's Soil Resources*. Rome: FAO, 2015.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins*, 17, 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. *Confins*, 25. 2015.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. *Confins*, 27. 2016.

HEINST, Andréia de Cássia. "Mato Grosso e a comercialização de seus "Espaços Vazios" durante as décadas de 1960 e 1950". In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008. pp.77-96.

HESS, Sonia; NODARI, Rubens; SOARES, Mariana; LIMA, Francco; PIGNATI, Wanderlei. **"**Cenário agrícola brasileiro: monoculturas e silvicultura, agrotóxicos e incidência de câncer, suicídio e anomalias congênitas". In: ROCON, Pablo Cardozo *et al.* (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática. Produção Agrícola Municipal*. [online]. Brasília, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pesquisa da Pecuária Municipal*. [online].

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

Brasília, 2015.

KLINK, Carlos A.; MOREIRA, Adriana G. “Past and current human occupation, and land use”. In: *The cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna*. Columbia University Press, 2002. pp. 69-88.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAL, Rattan. Soil carbon sequestration to mitigate climate change. *Geoderma*, 123 (1-2): 1-22, 2004.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

LIMA, Francco. *Saúde, ambiente e contaminação hídrica por agrotóxicos na Terra Indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

MARGARIT, Eduardo. Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: tramas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia. *Revista mato-grossense de Geografia*, 16 (1), 2013.

MARIANA RUGGIERI. “Apresentação”. In: *Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu Editora, 2023. pp. 5-10.

MENDES, M. A. *História e geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso: Políticas e Mecanismos de Burla, 1892-1992*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MORENO, Gislaene. O Processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. *Geosul*, 14 (27), 1999.

MORENO, Gislaene. Terra Poder e Corrupção: A política Fundiária em Mato Grosso – 1970/1990. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, 1 (1), 1997.

MORGADO, Anastácio F. Epidemia de suicídio entre os Guarani-Kaiowá: indagando suas causas e avançando a hipótese do recuo impossível. *Cadernos de Saúde Pública*, 7: 585-598, 1991.

NAVAL, Mario Lucas Medeiros *et al*. Impacts of repeated forest fires and agriculture on soil organic matter and health in southern Amazonia. *Catena*, 254: 108924, 2025.

NEVES, Maelison Silva *et al*. Determinação social do processo saúde-adoecimento mental de trabalhadores rurais no Brasil. Aceno, *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (14): 231-248, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1993.

PASQUIS, Andres. “Povos e Biomas de Mato Grosso Sob Ameaças Constantes”. In: WERNER, Inácio; SATO, Michele; SANTOS, Deborah Moreira. *Fórum de Direitos Humanos e da Terra - Relatório Estadual N. 5 - Mato Grosso: 2019*. Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2019.

PESSOA, Giuliana Mattiazzo. *Suicídios Guarani Kaiowá e a identidade étnica Tekoha*. Trabalho de Conclusão (Curso de Psicologia), Faculdade de Ciência Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

2016.

PIAIA, Ivane Inez Piaia. *Geografia de Mato Grosso*. 3ª ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PIGNATI, Wanderlei Antonio. *Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

PIGNATI, Wanderlei Antonio; CALHEIROS, Débora Fernandes; LIMA, Francco. O modelo de (des) envolvimento agrícola em Mato Grosso e os impactos dos agrotóxicos na saúde ambiental e humana. *Ensaios sobre poluição e doenças no Brasil*. São Paulo: Outras expressões, 2018. pp. 165-188.

PIGNATI, Wanderlei Antônio; OLIVEIRA, Noemi Pereira; SILVA, Ageo Mario Cândido da. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. *Ciência & Saúde coletiva*, 19 (12): 4669-78, 2014.

PISTÓRIO, Bianca Vasquez; LEÃO, Luís Henrique da Costa; PIGNATTI, Marta Gislene. Sofrimento Social de Trabalhadores Rurais Assentados na Contracorrente do Agronegócio, na Bacia do Juruena-MT. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 2021.

POVINELLI, Elizabeth. *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*. Ubu Editora, 2023.

ROCON, Pablo Cardoso. "Saúde como Bem Viver: resistindo com a vida frente a destruição ambiental em nome do desenvolvimento". In: ROCON, Pablo Cardoso; DEL BEL, Haya; COSTA, Alane; PIGNATI, Wanderlei. *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 349-365.

ROSA, Juliana Cristina. "Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços". In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (orgs.). *Nova História do Mato Grosso Contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2018. pp. 228-258.

SÁ, Rogério de Oliveira. *Dinâmica da Acumulação do Capital No Norte de Mato Grosso. Estudo relativo à indústria da Madeira e da Carne (1970-2007)*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANO, Edson Eyji *et al*. Land cover mapping of the tropical savanna region in Brazil. *Environmental Monitoring and Assessment*, 166: 113-124, 2010.

SILVA, Aldina Fernandes. "O fetiche das terras: dos sonhos e desejos à nova vida". In: BARROZO, João Carlos (org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SILVA, L. L.; COSTA, R. F.; CAMPOS, J. H. B. C.; DANTAS, R. T. Influência das precipitações na produtividade agrícola no Estado da Paraíba. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, 13: 454-61, 2009.

SILVA, Marcos, Aurélio. "Vale do Juruena: colonização, modos de vida e produção de saúde em um ambiente delicado". In: ROCON, Pablo *et al*. (orgs.). *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

367-385.

SIX, Johan et al. Stabilization mechanisms of soil organic matter: implications for C-saturation of soils. *Plant and soil*, 241: 155-176, 2002.

SOARES, Mariana; CORRÊA, Marcia Montanari; PIGNATI, Wanderlei. Distribuição espacial da mortalidade por câncer infanto-juvenil e do uso de agrotóxicos no Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, 15 (2), 2020.

SOARES, Mariana; CORREA, Márcia Montanari; CASTELO, Lucas; MODESTO, Viviane; EVANGELISTA, Flávio; ANDRADE, Amanda Souza; GALVÃO, Noemi Dreyer; PIGNATI, Wanderlei. "Fatores socioeconômicos e ambientais relacionados a incidência por câncer no estado de Mato Grosso". In: ROCON, Pablo *et al*. *Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do (a) trabalhador (a)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 177-194.

SOUZA, Edison Antônio. "SINOP/MT – a cidade como negócio: uma reflexão necessária". In: COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio. *Estratégias de Expansão do Agronegócio em Mato Grosso. Os Eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora IABS, 2020.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes. Resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac 7 Naify, 2015.

TEMPESTA, Giovana Acacia. *Travessia de Banzeiros. Historicidade e organização política apiaká*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasilia, 2009.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. On models and examples: engineers and bricoleurs in the Anthropocene. *Current Anthropology*, 60 (S20): S296-S308, 2019.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19406

ACENO

Vidas e vozes no “deserto”:
processos colaborativos na construção de um dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro

Denis Ramón Fúnes Flores[1]
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica e colaborativa centrada na construção de um dicionário ilustrado bilíngue (Dialeto Tocantinense do português brasileiro/Inglês), concebido como instrumento de escuta, documentação e valorização das vozes comunitárias do sudeste do Tocantins. Desenvolvido em Dianópolis (TO), o projeto envolveu oficinas lexicográficas, entrevistas, observação participante e ações pedagógicas com estudantes, professores e famílias. O dicionário reflete um repertório lexical enraizado em práticas religiosas, agroextrativistas e modos de vida tradicionais. Sua tradução respeita as cosmologias locais, afirmando o dialeto como patrimônio linguístico e político em contextos de resistência.

Palavras-chave: dialeto tocantinense; lexicografia colaborativa; linguística aplicada crítica; patrimônio linguístico; territórios de resistência.

[1] Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), professor de Língua Inglesa e Espanhola na rede pública de ensino. Atualmente é doutorando em Linguística pela UFT, com pesquisas voltadas à variação dialetal, lexicografia e diversidade linguística no Cerrado brasileiro.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

FLORES, Denis. **Vidas e vozes no “ deserto” :processos colaborativos na construção de um dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 105-120, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Lives and voices in the “desert”:
collaborative processes in the construction of an inllustrated dictionary of the Tocantins dialect of Brazilian Portuguese

Abstract: This article presents the results of an ethnographic and collaborative research project focused on the creation of a bilingual illustrated dictionary (Tocantinense Dialect of Brazilian Portuguese/English), conceived as a tool for listening to, documenting, and valuing the community voices of southeastern Tocantins. Developed in the municipality of Dianópolis (TO), the project involved lexicographic workshops, interviews, participant observation, and pedagogical activities with students, teachers, and families. The resulting dictionary reflects a lexical repertoire rooted in religious practices, agro-extractive knowledge, and traditional ways of life. Its translation was guided by semantic and symbolic equivalence, respecting local cosmologies and affirming the dialect as a linguistic and political heritage in contexts of resistance.

Keywords: tocantinense dialect; collaborative lexicography; critical applied linguistics; linguistic heritage; territories of resistance.

Vidas y voces en el “desierto”:
procesos colaborativos en la construcción de un diccionario ilustrado del dialecto tocantinense del portugués brasileño

Resumen: Este artículo presenta los resultados de una investigación etnográfica y colaborativa centrada en la construcción de un diccionario ilustrado bilingüe (Dialecto Tocantinense del portugués brasileño/inglés), concebido como instrumento de escucha, documentación y valorización de las voces comunitarias del sureste de Tocantins. Desarrollado en el municipio de Dianópolis (TO), el proyecto involucró talleres lexicográficos, entrevistas, observación participante y acciones pedagógicas con estudiantes, docentes y familias. El diccionario refleja un repertorio léxico enraizado en prácticas religiosas, conocimientos agroextractivistas y modos de vida tradicionales. Su traducción fue guiada por criterios de equivalencia semántica y simbólica, respetando las cosmologías locales y afirmando el dialecto como patrimonio lingüístico y político en contextos de resistencia.

Palabras clave: dialecto tocantinense; lexicografía colaborativa; lingüística aplicada crítica; patrimonio lingüístico; territorios de resistencia.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

A linguagem, mais do que um simples mecanismo de comunicação, constitui um modo de habitar o mundo, um espaço de inscrição de memórias coletivas, um campo de produção de sentidos e um vetor de resistência simbólica. No contexto sociolinguístico brasileiro, marcado por processos históricos de colonização, escravidão e migrações internas, emergem inúmeras variedades regionais do português, cujas formas de existência linguística foram historicamente invisibilizadas pelas políticas de padronização e pelas ideologias de normatividade linguística (MOITA LOPES, 2006: 35; NORTON e TOOHEY, 2004: 5). Dentre essas manifestações, o dialeto tocantinense do português brasileiro, falado no sudeste do estado do Tocantins, configura-se como um repertório linguístico dotado de densidade histórica, ecológica e cultural, ainda que frequentemente relegado à condição de "fala menor" nos discursos educacionais, midiáticos e institucionais (LABOV, 1966: 45; BORTONI-RICARDO, 2004: 79).

Partindo do reconhecimento do dialeto tocantinense como um patrimônio linguístico e cultural em disputa, este artigo propõe uma reflexão crítica e decolonial sobre os processos de construção colaborativa de um dicionário ilustrado bilíngue (Dialeto Tocantinense do português brasileiro/Inglês), realizado por meio de uma pesquisa etnográfica no município de Dianópolis, Tocantins. O projeto, desenvolvido com a participação ativa de estudantes da rede pública, professores, famílias e lideranças comunitárias, teve como objetivo central a escuta, documentação e valorização das vozes locais, historicamente silenciadas pelos discursos hegemônicos sobre os chamados "desertos culturais" (MARTINS, 2015: 97). Inspirado em práticas de pesquisa participativa e lexicografia colaborativa, o dicionário não apenas sistematiza um conjunto de unidades lexicais, mas também se constitui como artefato pedagógico e político, voltado à valorização simbólica das linguagens comunitárias e à produção de uma memória linguística afetiva, territorializada e resistente (HARTMANN e JAMES, 1998: 24; BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 78).

A elaboração do dicionário inscreve-se em um arcabouço teórico interdisciplinar que articula a Linguística Aplicada Crítica (MOITA LOPES, 2006: 25; NORTON e TOOHEY, 2004: 12), a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1966: 22; LABOV, 1994: 101; BORTONI-RICARDO, 2004: 31), a Antropologia da Linguagem (HYMES, 1974: 56; DURANTI, 1997: 102; BASSO, 1996: 68) e a Lexicografia Colaborativa (HARTMANN e JAMES, 1998: 45; BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 78). Com base nesse referencial, compreende-se que o dicionário é também um dispositivo de construção epistemológica, no qual o léxico se enraíza nas práticas sociais, nos saberes tradicionais e nas cosmologias locais. O léxico documentado reflete não apenas nomeações de objetos ou fenômenos, mas formas de viver e significar o mundo, enredadas em experiências religiosas, saberes agroextrativistas, práticas devocionais, narrativas orais e modos coletivos de organização simbólica (BASSO, 1996: 74; DURANTI, 1997: 99).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

A presente investigação está estruturada em cinco seções. A primeira introduz os objetivos e fundamentos do estudo. A segunda apresenta o referencial teórico que embasa a análise, destacando os debates sobre variação linguística, práticas lexicográficas e epistemologias decoloniais. A terceira seção detalha a metodologia adotada, com ênfase nos procedimentos de pesquisa etnográfica, participativa e colaborativa. A quarta seção traz a análise e discussão dos resultados, organizados em torno de eixos temáticos que emergiram do corpus lexical coletado. Finalmente, a quinta seção apresenta as considerações finais, nas quais são discutidas as implicações pedagógicas, políticas e epistemológicas da pesquisa, com destaque para sua contribuição à valorização das línguas comunitárias, ao fortalecimento das políticas linguísticas inclusivas e à promoção de uma pedagogia da escuta, crítica e territorializada (FREIRE, 1996: 78).

Ao assumir que não há deserto onde há linguagem, memória e vida, este artigo afirma a centralidade das vozes comunitárias na produção de conhecimento e reivindica o Cerrado — tantas vezes reduzido a um vazio simbólico — como território vivo de práticas linguísticas plurais, de resistência cultural e de produção de sentidos que precisam ser reconhecidos, documentados e celebrados (MARTINS, 2015: 102).

Referencial teórico

A elaboração do dicionário ilustrado bilíngue (Dialeto Tocantinense do português brasileiro/Inglês), objeto central da presente pesquisa, estrutura-se sobre uma base teórica interdisciplinar que articula diferentes campos do saber: a Linguística Aplicada crítica, a Sociolinguística variacionista, a Antropologia da linguagem, a Lexicografia colaborativa e os Estudos Territoriais de base decolonial. Essa articulação tem por objetivo compreender a linguagem não apenas como sistema formal, mas como prática social, política e simbólica situada em territórios historicamente marginalizados e epistemologicamente silenciados.

Linguagem como prática social e epistemologia crítica

A Linguística Aplicada crítica, tal como formulada por Moita Lopes (2006: 25), constitui um ponto de partida fundamental para este trabalho, ao propor o rompimento com visões normativas, homogêneas e abstratas da linguagem. A partir dessa perspectiva, o uso linguístico é compreendido como um fenômeno enredado em relações de poder, ideologias e práticas de resistência, e, portanto, indissociável das condições históricas e sociais em que se realiza. Norton e Toohey (2004: 12), ao abordarem a relação entre linguagem, identidade e agência, reforçam a compreensão de que as práticas discursivas são atravessadas por disputas simbólicas, sendo algumas formas de falar legitimadas e outras, silenciadas.

Nesse horizonte crítico, o dicionário construído não se apresenta como um repositório neutro de vocábulos, mas como um dispositivo de escuta e valorização de vozes comunitárias, historicamente deslegitimadas nos processos formais de produção do saber. Ele se inscreve como prática contra-hegemônica, ao reconhecer o valor epistemológico de variedades linguísticas frequentemente excluídas dos espaços escolares e acadêmicos, promovendo, assim, uma pedagogia da escuta e da equidade linguística.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

Variação linguística, história e identidade regional

A partir dos aportes da Sociolinguística Variacionista, especialmente os estudos inaugurais de Labov (1966: 11; 1994: 87), o dialeto tocantinense é compreendido como uma variedade legítima do português brasileiro, cujas especificidades fonológicas, lexicais e sintáticas são moldadas por processos históricos de contato, deslocamento e mobilidade sociocultural. As mudanças internas da língua, segundo o autor, não ocorrem ao acaso, mas respondem a fatores estruturais condicionados por variáveis sociais, regionais e históricas que organizam o uso linguístico em contextos distintos.

Nesse sentido, o dialeto tocantinense pode ser interpretado como resultado vivo desses condicionantes, revelando marcas de sua trajetória histórica nas formas linguísticas atualizadas pelos falantes em situações cotidianas. Bortoni-Ricardo (2004: 43), ao investigar os falares populares rurais em regiões de transição linguística, destaca que comunidades situadas em zonas de fronteira — como muitas do sudeste do Tocantins — produzem identidades linguísticas híbridas, criativas e resistentes. Essas identidades são atravessadas por múltiplas matrizes, como as heranças indígena, africana, portuguesa e nordestina, que se entrelaçam em um léxico marcado pela ancestralidade, pela oralidade e pela territorialidade. O dialeto tocantinense, portanto, não apenas expressa formas de falar, mas constitui um campo de significação enraizado na história social e afetiva dos sujeitos que o praticam.

Antropologia da Linguagem e cosmologias locais

A partir da perspectiva da Antropologia da Linguagem, esta pesquisa parte do entendimento de que a linguagem não constitui um simples reflexo da realidade, mas um meio ativo de construção do mundo social e simbólico. Nesse sentido, os sujeitos não apenas nomeiam objetos e ações, mas também organizam e atribuem sentido à experiência por meio dos usos linguísticos que compartilham. Como argumenta Hymes (1974: 45), ao propor a etnografia da comunicação, as práticas linguísticas estão profundamente enraizadas nos sistemas culturais que as sustentam, sendo necessárias para compreender as formas pelas quais os grupos humanos vivem e se relacionam.

Essa concepção é ampliada por Duranti (1997: 86), que enfatiza o papel da linguagem na organização da experiência social, apontando que os significados das palavras não existem isoladamente, mas emergem dos contextos de uso, das práticas discursivas e dos regimes simbólicos de cada comunidade. Complementarmente, Basso (1996: 107), em sua análise das comunidades apaches ocidentais, demonstra que as palavras funcionam como "lugares", isto é, pontos de ancoragem afetiva e territorial, carregados de memórias, histórias e pertencimento.

Com base nesses referenciais, os termos registrados junto à comunidade de Dianópolis (TO) revelam não apenas um repertório lexical, mas uma linguagem territorializada, que integra espiritualidade, natureza, memória coletiva e modos de vida. Cada vocábulo documentado neste dicionário ilustra uma forma específica de ver, sentir e habitar o mundo, reafirmando a linguagem como um espaço simbólico de resistência, ancestralidade e organização comunitária.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

Lexicografia colaborativa e construção participativa do saber

A elaboração do dicionário ilustrado fundamentou-se nos princípios da lexicografia colaborativa, conforme defendem Hartmann e James (1998: 24), ao proporem uma ruptura com os modelos normativos e excludentes da produção lexicográfica tradicional. Em vez de tratar os falantes como meros informantes, essa abordagem propõe seu engajamento ativo na definição e validação dos verbetes, reconhecendo seus saberes como legítimos e fundamentais na constituição do conhecimento linguístico. Nessa mesma direção, Bergenholtz e Tarp (2003: 78) argumentam que o dicionário não deve ser um instrumento autoritário de correção, mas um espaço de representação cultural, voltado à mediação semântica e simbólica entre diferentes comunidades de fala.

A construção do dicionário, portanto, constituiu-se como um processo coletivo de coautoria, envolvendo estudantes da rede pública, professores, famílias e lideranças comunitárias de Dianópolis (TO). Os participantes não apenas forneceram dados lexicais, mas atuaram como intérpretes e curadores dos sentidos, discutindo contextos de uso, nuances culturais e formas de representação visual dos vocábulos selecionados. Esse envolvimento direto garantiu que o produto final fosse enraizado nas vivências locais e nos significados atribuídos pelas próprias comunidades aos termos registrados.

A decisão de estruturar o dicionário em formato bilíngue (Dialeto Tocantinense/Inglês) teve como objetivo ampliar sua acessibilidade e circulação em contextos educacionais diversos, sem, contudo, submeter o léxico local a lógicas de subordinação linguística. O inglês foi adotado como instrumento de mediação intercultural e não como língua hegemônica, em conformidade com a orientação de que as traduções devem preservar os sentidos simbólicos e identitários das formas linguísticas originais (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 82). Assim, o projeto reafirma a lexicografia como prática pedagógica, política e epistêmica, comprometida com a escuta das vozes locais e com a valorização das línguas comunitárias.

Território, linguagem e produção de sentidos

Ao abordar a relação entre linguagem e território, esta pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Haesbaert (2007: 48), segundo as quais o território não deve ser compreendido apenas como uma delimitação física, mas como uma construção simbólica, socialmente produzida e atravessada por práticas discursivas que atribuem sentido aos espaços vividos. Nessa perspectiva, a linguagem assume papel central como marcador de pertencimento e expressão dos modos de vida de comunidades que frequentemente são marginalizadas pelas narrativas hegemônicas e pelas cartografias oficiais do Estado.

A valorização do dialeto tocantinense, nesse sentido, não se restringe à documentação de uma variedade linguística, mas representa o reconhecimento de um território epistêmico legítimo, constituído por vozes, memórias e experiências enraizadas no Cerrado. Esse território discursivo se configura como espaço de resistência simbólica diante dos discursos que associam o interior do Brasil à ideia de ausência ou atraso.

Em consonância com as críticas formuladas por Martins (2015: 97), a noção de "deserto cultural" revela-se como construção ideológica que serve à legitimação de políticas de exploração e de apagamento das culturas locais. O autor des-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

taca que essas classificações desqualificam territórios inteiros como vazios simbólicos, quando na verdade são lugares densos de história, linguagem e produção de sentido. Assim, ao documentar o léxico tocantinense e promover sua circulação, o presente projeto reafirma a centralidade das linguagens comunitárias na construção de territórios vivos e plurais, que resistem às lógicas homogeneizantes e extrativistas do saber dominante.

A Linguística em perspectiva decolonial

A fundamentação teórica desta pesquisa encontra respaldo nas epistemologias decoloniais, particularmente na proposta de uma "ecologia de saberes" formulada por Santos (2007: 58), que propõe o reconhecimento da legitimidade de diferentes formas de conhecimento, especialmente aquelas oriundas de tradições populares, periféricas e subalternizadas. Nesse horizonte, a construção do dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro ultrapassa a dimensão técnica de sistematização lexical e se inscreve como um gesto político de resistência ao epistemicídio linguístico e cultural que historicamente afetou os territórios do Cerrado.

A proposta se articula a uma linguística comprometida com a justiça social, a escuta ativa e a reparação histórica, conforme propõe a Linguística Aplicada Crítica. Ao vincular linguagem e território, teoria e prática, ciência e vida cotidiana, o projeto assume uma postura ética e decolonial frente às assimetrias que regulam a produção do conhecimento no Brasil. A valorização do dialeto tocantinense, nesse sentido, não é apenas um exercício acadêmico ou documental: é, sobretudo, uma afirmação epistêmica e afetiva do direito à existência, à nomeação e à permanência das vozes comunitárias que resistem aos processos de apagamento simbólico.

Dessa forma, a linguística aqui praticada se alinha a um paradigma insurgente, que recusa as hierarquizações entre línguas e saberes e reivindica, no lugar dos silenciamentos impostos pelos discursos hegemônicos, a celebração da diversidade linguística como um valor político, cultural e educativo. Ao reconhecer os chamados "desertos" como territórios vivos de linguagem, memória e resistência, este trabalho reafirma a centralidade das vozes locais na construção de um Brasil linguística e epistemologicamente plural.

Metodologia

A construção do dicionário ilustrado do dialeto tocantinense do português brasileiro foi orientada por uma metodologia de base etnográfica, sociolinguística e colaborativa, ancorada em pressupostos críticos e decoloniais. A proposta visou documentar e valorizar uma variedade linguística historicamente marginalizada, compreendendo o dialeto tocantinense como expressão viva de resistências culturais e de territórios simbólicos invisibilizados.

Abordagem epistemológica e territorial

A investigação foi realizada no município de Dianópolis, situado na região sudeste do estado do Tocantins, reconhecido por sua expressiva relevância sociolinguística e por constituir um espaço de intensa circulação de saberes tradicio-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

nais. A escolha dessa localidade se fundamentou na densidade cultural do território, evidenciada em práticas linguísticas profundamente enraizadas na oralidade, na espiritualidade popular e na relação cotidiana com o ambiente natural.

A proposta metodológica adotada neste estudo apoiou-se na concepção da linguagem como prática social situada, conforme discutido por Moita Lopes (2006: 44), que enfatiza a inseparabilidade entre linguagem, identidades sociais e relações de poder. Simultaneamente, a noção de território foi compreendida a partir da perspectiva simbólica e afetiva delineada por Haesbaert (2007: 45), para quem o território não é apenas uma delimitação geográfica, mas uma construção social, marcada por vivências, memórias e apropriações coletivas. Assim, a articulação entre linguagem e território foi central para a formulação epistemológica desta pesquisa, possibilitando o reconhecimento do dialeto tocantinense como expressão legítima de um saber localizado e resistente.

Fundamentos teóricos

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na articulação de diferentes campos teóricos que dialogam entre si em torno da linguagem como prática social, histórica e política. A Linguística Aplicada Crítica, conforme propõe Moita Lopes (2006: 64), possibilita compreender o uso da linguagem como fenômeno atravessado por relações de poder, identidades e processos de exclusão e legitimação, rejeitando visões normativas e descontextualizadas do dizer.

Em diálogo com essa perspectiva, a Sociolinguística variacionista, a partir dos estudos fundacionais de Labov (1966: 12), contribui para o reconhecimento do dialeto tocantinense como uma variedade legítima do português brasileiro, cujas marcas linguísticas são condicionadas por fatores sociais e históricos.

A Antropologia da Linguagem, por sua vez, oferece uma leitura da linguagem como forma de organização simbólica da experiência. Hymes (1974: 9) propõe uma etnografia da comunicação que situe os usos linguísticos em seus contextos socioculturais; Duranti (1997: 25) enfatiza o papel da linguagem na constituição das relações sociais; e Basso (1996: 107), ao tratar dos apaches ocidentais, revela como os vocábulos são indissociáveis dos territórios afetivos e das memórias coletivas.

Já a Lexicografia Colaborativa, conforme defendem Hartmann e James (1998: 43) e Bergenholtz e Tarp (2003: 78), oferece os fundamentos metodológicos e éticos para a construção de um dicionário que não se pretende neutro ou normativo, mas participativo e representativo das vozes dos falantes. Esses referenciais permitiram conceber o dicionário não apenas como instrumento de registro lexical, mas como artefato cultural e político, enraizado nas cosmologias locais, nas formas de vida comunitária e nas resistências à homogeneização linguística.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa se fundamentaram em uma abordagem qualitativa, de base etnográfica, voltada à escuta situada das práticas linguísticas em contextos cotidianos. O trabalho de campo envolveu atividades de observação participante realizadas em ambientes escolares, religiosos e comunitários, conforme orienta SPRADLEY (1980: 78), permitindo aos pesquisadores uma imersão nas dinâmicas sociais locais e nas formas de uso do dialeto tocantinense em sua materialidade vivida.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

Foram também conduzidas entrevistas semiestruturadas com falantes de diferentes faixas etárias, com o objetivo de registrar as variações intergeracionais e os contextos de uso dos vocábulos coletados, de acordo com a flexibilidade e profundidade analítica propostas por Tracy (2013: 132). As oficinas lexicográficas colaborativas constituíram espaços centrais para a construção coletiva do dicionário, permitindo que estudantes, professores, líderes comunitários e familiares atuassem como cocriadores dos sentidos atribuídos às palavras.

Além disso, a produção de registros audiovisuais e textuais — incluindo fotografias, vídeos e descrições escritas — foi conduzida pelos próprios alunos, que passaram a exercer o papel de pesquisadores culturais, reforçando os princípios da pedagogia crítica e participativa (FREIRE, 1996: 54). Os diários de campo elaborados por esses estudantes funcionaram como dispositivos de reflexão metalinguística, nos quais registraram suas percepções sobre o processo de pesquisa, as palavras selecionadas e os aprendizados envolvidos. Esses materiais ampliaram a dimensão formativa da investigação, conferindo-lhe caráter dialógico e emancipador.

Construção do dicionário

A construção do dicionário seguiu os princípios da lexicografia colaborativa, conforme delineado por Hartmann e James (1998: 24) e por Bergenholtz e Tarp (2003: 78), que defendem uma abordagem participativa e culturalmente situada na elaboração de obras lexicográficas. O dicionário resultante desta pesquisa foi organizado em três partes principais: a primeira reúne as entradas alfabéticas em dialeto tocantinense, acompanhadas por suas respectivas equivalências em português brasileiro padrão e em inglês; a segunda consiste em um apêndice histórico-linguístico com informações sobre a origem, evolução e características estruturais da variedade; e a terceira corresponde a um glossário temático, que agrupa os termos por campos semânticos como natureza, religiosidade, culinária e cotidiano, permitindo uma visualização mais contextualizada dos domínios culturais do léxico.

Cada verbete foi concebido como uma unidade discursiva multifacetada, contendo a forma lexical em dialeto tocantinense, sua definição em português, a tradução em inglês — elaborada segundo critérios de equivalência semântica e simbólica (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 80) —, além de um exemplo de contexto de uso, uma nota cultural explicativa e uma ilustração (fotografia ou desenho). Essa estrutura buscou não apenas registrar o vocabulário local, mas também evidenciar os vínculos entre linguagem, território e práticas socioculturais. O dicionário, assim, ultrapassa a função descritiva e assume-se como artefato pedagógico, epistemológico e político, comprometido com a valorização das vozes comunitárias e com a resistência simbólica frente aos processos de homogeneização linguística.

Tradução intercultural e validação

A tradução dos vocábulos para o inglês foi realizada com base nos princípios de equivalência semântica e simbólica, conforme propõem Bergenholtz e Tarp (2003: 80), priorizando a preservação dos sentidos culturais e a fidelidade às práticas comunicativas dos falantes. Longe de assumir o inglês como padrão norma-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

tivo ou idioma dominante, o projeto adotou essa língua como instrumento de mediação intercultural, capaz de ampliar o alcance do material sem comprometer sua ancoragem territorial e simbólica.

Nesse processo, buscou-se evitar apagamentos culturais, respeitando as especificidades contextuais e a polissemia dos termos em suas dimensões afetivas, religiosas e comunitárias. Para garantir a legitimidade do material produzido, foram realizadas oficinas de validação com a participação ativa de estudantes, professores, familiares e líderes comunitários, nas quais se discutiram coletivamente as escolhas lexicais, as representações visuais e as notas explicativas. Essas etapas permitiram que o dicionário fosse construído como um artefato coletivo, representativo das vozes e visões de mundo da comunidade de Dianópolis (TO), reafirmando o compromisso ético e político com a justiça epistêmica e com a valorização dos saberes locais (FREIRE, 1996: 54).

Compromisso ético e epistêmico

Este estudo seguiu os princípios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o consentimento informado de todos os participantes e promovendo uma escuta ética, respeitosa e dialógica. O processo metodológico foi guiado por um compromisso com a justiça epistêmica, reconhecendo os sujeitos da pesquisa como detentores legítimos de saberes linguísticos e culturais.

A construção do dicionário foi orientada pela ética do reconhecimento, conforme os pressupostos de Freire (1996: 54), que defende uma prática educativa e científica fundamentada no respeito, no diálogo e na valorização da experiência dos sujeitos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a participação ativa de estudantes, professores, familiares e lideranças comunitárias configurou-se não apenas como colaboração, mas como exercício de coautoria e agência.

Ao afirmar o valor das vozes comunitárias na produção do conhecimento, a pesquisa contribui para a consolidação de uma ciência socialmente comprometida, inclusiva e sensível à pluralidade cultural e linguística do Brasil, reconhecendo o território como espaço simbólico e político onde se constroem memórias, identidades e formas de resistência.

Resultados e Discussão

O léxico tocantinense como patrimônio linguístico

Os resultados desta pesquisa revelam um léxico profundamente vinculado aos modos de vida, práticas simbólicas e sistemas de conhecimento das comunidades do sudeste do Tocantins. O dialeto tocantinense, enquanto variedade do português brasileiro, expressa muito mais do que designações objetivas: ele configura uma rede de sentidos, afetos e valores sociais que sustentam experiências coletivas de pertencimento. A partir de uma metodologia etnográfica e participativa, foi possível acessar um repertório linguístico conectado ao território, às tradições culturais e à espiritualidade popular, assumindo a linguagem como prática social situada (MOITA LOPES, 2006: 41).

Esse léxico se destaca pela recorrência de termos associados à ecologia do Cerrado, à religiosidade popular e à organização comunitária. Palavras como “capim dourado”, “babaçu”, “apanhar mangaba” e “arrebenta-cabelo” remetem a recursos naturais manejados de forma sustentável, cujos usos são transmitidos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

oralmente entre gerações, em práticas que articulam saberes tradicionais e identidade local. Outras expressões como "folia", "pouso", "beirada", "anjinhos" e "bater palma pra santa" indicam a centralidade das celebrações religiosas na manutenção dos vínculos sociais e na produção simbólica do território (BASSO, 1996: 67).

A coleta do vocabulário, realizada por meio de oficinas, entrevistas, registros audiovisuais e observações participantes, possibilitou captar os contextos reais de uso das palavras, conferindo ao dicionário uma dimensão pragmática e vivencial. Como mostram os registros, o léxico tocantinense mapeia formas de resistência, afetividade e saberes cotidianos que articulam linguagem e território (DURANTI, 1997: 25; HYMES, 1974: 11).

Reconhecer o dialeto tocantinense como patrimônio linguístico significa valorizar sua diversidade lexical e sua função na preservação da memória coletiva, das identidades locais e das estratégias de enfrentamento ao apagamento cultural. Mesmo frequentemente marginalizada em discursos midiáticos e educacionais, essa variedade testemunha a vitalidade linguística do Cerrado e afirma o potencial epistemológico das línguas comunitárias (SANTOS, 2007: 32). Assim, a documentação desse léxico contribui para a construção de uma linguística mais inclusiva, sensível à pluralidade de formas de nomear e de viver o mundo.

Resistência simbólica e valorização cultural

A organização do léxico tocantinense em um dicionário ilustrado bilíngue constitui um gesto de resistência simbólica diante dos processos históricos de silenciamento que marginalizaram variedades linguísticas periféricas no Brasil. Inserido nos princípios da lexicografia colaborativa e da etnografia crítica, o projeto parte da compreensão de que o registro lexical não é neutro, mas uma intervenção ativa nos regimes de visibilidade que definem quais vozes são legitimadas nos espaços de produção de saber (MOITA LOPES, 2006: 43). Ao dar corpo e contexto às palavras do dialeto tocantinense, o dicionário rompe com a lógica prescritiva da norma-padrão e promove a inclusão dos saberes comunitários na esfera científica e educacional.

Essa perspectiva permitiu a construção de um repertório lexical que expressa a experiência concreta de sujeitos tocantinenses, especialmente lavradores, quilombolas, extrativistas e educadores da rede pública. As palavras documentadas não apenas nomeiam o cotidiano, mas operam como marcas de resistência simbólica frente aos projetos de homogeneização cultural. Trata-se de um léxico oriundo da oralidade, da prática social e da interação comunitária, o que reforça seu valor epistêmico e sua relevância sociolinguística (BORTONI-RICARDO, 2004: 28).

A relevância dessa valorização se amplia diante dos discursos que rotulam certas regiões como "desertos culturais". Segundo Martins (2015: 37), tal nomenclatura opera como dispositivo ideológico que desqualifica territórios e facilita sua exploração. Ao registrar os modos de nomear de comunidades historicamente invisibilizadas, o dicionário se constitui como contra-narrativa: ele demonstra que esses "desertos" são, na verdade, territórios densos de história, memória e linguagem.

Além do seu impacto simbólico, o dicionário exerce importante função pedagógica, servindo como recurso didático para o ensino de línguas, de história local e de educação patrimonial. O formato bilíngue (Dialeto Tocantinense/Inglês) amplia o alcance do material, mas sem impor hierarquias linguísticas. A tradução,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

guiada por critérios de equivalência simbólica e cultural (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 56), garante que os sentidos locais sejam preservados, permitindo a mediação intercultural sem subordinação epistemológica.

Portanto, a produção deste dicionário vai além da sistematização lexical: ela representa a reafirmação de um território linguístico e cultural que resiste à invisibilidade. A linguagem, nesse contexto, torna-se ferramenta de reterritorialização do saber, contribuindo para a justiça epistêmica e para o reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a paisagem linguística do Cerrado.

Tradução intercultural e desafios de equivalência

A adoção do formato bilíngue — Dialeto Tocantinense/Inglês — não foi apenas uma escolha técnica, mas uma decisão metodológica com implicações epistemológicas. Ao ampliar o acesso ao material, essa proposta possibilitou seu uso em contextos escolares, acadêmicos e multilíngues. No entanto, traduzi-lo revelou desafios, especialmente quanto à transposição de termos enraizados em práticas socioculturais e espirituais específicas, cujos sentidos escapam à equivalência direta.

Termos como “pouso”, “folia”, “lavar o santo” e “bater palma pra santa” carregam significados complexos que envolvem fé, devoção popular, hospitalidade ritual e memória coletiva. Embora traduções funcionais sejam possíveis, elas frequentemente não dão conta da densidade simbólica desses vocábulos. Diante disso, as oficinas lexicográficas com professores, estudantes e membros da comunidade foram fundamentais para refletir coletivamente sobre os limites da tradução e a necessidade de preservar os sentidos locais.

Inspiradas nos princípios da tradução etnográfica (HYMES, 1974: 112; BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 49), as soluções adotadas priorizaram a função comunicativa e cultural dos termos, recorrendo a paráfrases, notas explicativas e construções metafóricas quando necessário. A tradução foi compreendida como prática interpretativa, e não como substituição mecânica, sendo guiada por uma ética de cuidado e reconhecimento dos saberes locais.

Essa abordagem permitiu que o inglês funcionasse como ponte intercultural, sem ocupar o centro discursivo do dicionário, que permanece ancorado no dialeto tocantinense. Muitas entradas são acompanhadas de comentários culturais que situam os termos em seus contextos de uso, evitando a simplificação ou apagamento de seus sentidos. Com isso, o processo tradutório tornou-se também um espaço formativo.

A participação dos estudantes na tradução suscitou reflexões sobre hierarquias linguísticas, lugares de fala e práticas de resistência, mostrando que traduzir é, também, educar para a alteridade e valorizar vozes subalternizadas. Assim, os desafios de equivalência não foram obstáculos, mas oportunidades de aprofundamento crítico, reafirmando o compromisso do projeto com a justiça linguística e a mediação intercultural. Ao acolher a complexidade semântica do dialeto tocantinense, o dicionário oferece mais do que traduções: propõe caminhos sensíveis de escuta e reconhecimento entre culturas.

Processos formativos e aprendizagens comunitárias

A construção do dicionário ilustrado tocantinense configurou-se como uma experiência formativa que ultrapassou os limites da descrição linguística, instau-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

rando um espaço pedagógico pautado pelo diálogo, pela escuta ativa e pelo reconhecimento dos saberes comunitários. Desde o início do projeto, os estudantes da rede pública foram inseridos como sujeitos ativos da pesquisa, participando da coleta de dados, definição de verbetes, ilustrações e tradução. Esse protagonismo favoreceu o fortalecimento da identidade linguística dos alunos, historicamente marginalizada nos discursos escolares.

As oficinas temáticas articularam conteúdos curriculares com práticas etnográficas e lexicográficas, estimulando reflexões sobre território, memória e linguagem. Inspiradas na pedagogia freireana, essas ações promoveram uma leitura crítica da realidade, evidenciando que o conhecimento local possui valor epistemológico e educativo (FREIRE, 1996: 88). Os estudantes foram incentivados a escutar os mais velhos, registrar narrativas orais e interpretar os significados das palavras em seus contextos, reforçando os vínculos entre escola e comunidade.

Nos diários de campo, os jovens relataram o orgulho de reconhecer nas palavras cotidianas de seus avós e vizinhos um saber legítimo, validado no campo científico. Essa mudança de percepção impactou diretamente sua autoestima e ampliou a compreensão do seu papel como produtores de conhecimento. O uso de tecnologias digitais, inicialmente visto com resistência, passou a ser integrado criticamente como ferramenta de registro e valorização cultural, promovendo letramento digital e autonomia investigativa.

No plano comunitário, o projeto ativou espaços de cooperação intergeracional, reunindo famílias, professores, moradores e lideranças religiosas em torno do dicionário. Ao legitimar a memória oral como fonte de saber, reforçou-se a transmissão intergeracional de conhecimentos e a valorização das redes de solidariedade locais. As oficinas tornaram-se momentos de partilha entre gerações, em que os mais velhos transmitiram saberes aos mais jovens, fortalecendo os laços afetivos e culturais.

Cosmologias locais e sentidos de pertencimento

O léxico tocantinense documentado neste dicionário não se limita à nomeação de elementos do cotidiano, mas expressa uma cosmologia enraizada nos modos de vida comunitários, articulando espiritualidade, memória e territorialidade. Cada palavra funciona como um marcador simbólico, capaz de mapear afetos, experiências coletivas e vínculos com o território. A pesquisa revelou que o vocabulário local reflete uma visão de mundo em que natureza, sagrado e vida social estão profundamente interligados.

Expressões como “mastro do Divino”, “lavar o santo”, “bater palma pra santa” e “folia” são testemunhos de práticas devocionais que estruturam o tempo comunitário, marcando festas, ciclos agrícolas e relações de reciprocidade. Já termos como “viração” e “vento bravo” revelam uma sensibilidade climática associada a estados emocionais e a presságios, demonstrando que o tempo atmosférico é interpretado a partir da experiência coletiva e não apenas da meteorologia.

Essas palavras, como sugere Basso (1996: 75), funcionam como verdadeiros “lugares” de memória e pertencimento, carregando narrativas e afetos que situam os sujeitos em seu mundo. No contexto do sudeste tocantinense, essa função é potencializada pela centralidade da oralidade na transmissão intergeracional de saberes, o que torna a linguagem um eixo de resistência frente aos processos de homogeneização cultural.

O dicionário evidencia que o pertencimento não se dá apenas por delimitação territorial, mas sobretudo pela apropriação simbólica das paisagens e dos rituais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

Nomear o Cerrado é também habitá-lo, inscrevendo-se em uma ecologia simbólica na qual flora, fauna, festas e práticas coletivas constroem um campo de significação profundamente espiritual e cultural. Assim, a palavra opera como ferramenta de orientação existencial e mediação da relação com o mundo.

Ao registrar esse vocabulário, o projeto revela as tramas simbólicas que sustentam os modos de vida tocantinenses e contribui para a valorização de uma linguística comprometida com a escuta e com o reconhecimento da diversidade. O léxico não é apenas uma coleção de termos, mas testemunho vivo de uma forma de existir que resiste ao apagamento e reconfigura o Cerrado como território de saber, linguagem e pertença.

Considerações interpretativas

Os resultados desta pesquisa reafirmam que o dialeto tocantinense não deve ser entendido como resquício folclórico ou variante inferior da língua portuguesa, mas como sistema linguístico legítimo, dinâmico e funcional, enraizado em contextos sociais específicos. Essa variedade regional do português brasileiro expressa modos de vida, formas de organização comunitária e visões de mundo historicamente marginalizadas pelos discursos normativos e pelas instituições de ensino (MOITA LOPES, 2006: 35; LABOV, 1966: 12).

O léxico documentado revela uma ecologia de saberes em que práticas ancestrais, conhecimentos tradicionais e vivências contemporâneas se entrelaçam, confirmando que a linguagem não apenas representa a realidade, mas a constitui e a transforma (HYMES, 1974: 87; DURANTI, 1997: 42). As expressões mapeadas, muitas delas ligadas à espiritualidade, à oralidade e ao território, revelam a centralidade da linguagem na construção de identidades coletivas, resistências simbólicas e pertencimentos afetivos (BASSO, 1996: 75).

O dicionário resultante transcende a função descritiva e assume-se como artefato epistemológico e pedagógico, funcionando como cartografia cultural do Cerrado. Organizado com base em metodologias participativas e colaborativas, reafirma o papel das comunidades locais como produtoras de conhecimento e guardiãs de um patrimônio imaterial invisibilizado pelas políticas linguísticas hegemônicas (BERGENHOLTZ; TARP, 2003: 56; HARTMANN; JAMES, 1998: 23).

A proposta também se inscreve numa pedagogia da escuta, centrada no reconhecimento das vozes historicamente silenciadas. Ao incorporar experiências, memórias e práticas linguísticas locais ao campo educacional, o dicionário contribui para uma educação crítica, territorializada e socialmente comprometida (FREIRE, 1996: 91). Desafia-se, assim, a lógica excludente que opõe norma culta a variantes populares, propondo um modelo inclusivo e decolonial de formação linguística (SANTOS, 2007: 15).

Por fim, o dicionário atua como testemunho da vitalidade linguística do Cerrado, propondo uma virada epistemológica que reposiciona as línguas periféricas no centro das discussões acadêmicas. Ao reconhecer o valor simbólico e político do dialeto tocantinense, o trabalho reafirma que os chamados "desertos" culturais são, na verdade, territórios férteis de linguagem, memória e resistência (MARTINS, 2015: 43).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

Considerações finais

Os achados desta pesquisa confirmam que o dialeto tocantinense constitui não apenas um repertório lexical regional, mas um patrimônio linguístico e cultural profundamente vinculado à história, às práticas sociais e às cosmologias das comunidades do Cerrado (MARTINS, 2015: 43). A construção do dicionário ilustrado bilíngue — Dialeto Tocantinense do português/Inglês — desenvolvida de forma colaborativa em Dianópolis (TO), evidenciou que documentar a linguagem é também afirmar identidades, fortalecer vínculos territoriais e valorizar saberes historicamente silenciados (MOITA LOPES, 2006: 35; FREIRE, 1996: 91).

Ancorado em pressupostos da Linguística Aplicada Crítica, da Sociolinguística Variacionista e da Antropologia da Linguagem (LABOV, 1966: 12; HYMES, 1974: 87; DURANTI, 1997: 42), o projeto tratou o léxico como forma de resistência e de produção de sentido. O dicionário elaborado ultrapassa os limites da descrição lexical, configurando-se como artefato pedagógico, político e afetivo. Ao tornar visíveis expressões locais enraizadas em práticas religiosas, agroextrativistas e comunitárias, reafirma o valor das línguas não hegemônicas como formas legítimas de conhecer, narrar e habitar o mundo (BASSO, 1996: 75; SANTOS, 2007: 15).

Cada termo documentado carrega não apenas uma definição, mas uma história de pertencimento e de relação simbólica com o território. Essa "cartografia linguística" do Cerrado contribui para a construção de uma pedagogia da escuta e da memória, articulando escola, comunidade e pesquisa de forma transformadora. As oficinas lexicográficas e os registros reflexivos mostraram que é possível produzir ciência em diálogo com a experiência e com a oralidade, promovendo cidadania linguística e valorização das vozes locais (BERGENHOLTZ e TARP, 2003: 56).

Como perspectiva futura, destaca-se a importância de expandir o dicionário para outras comunidades do estado, bem como sua digitalização, com inserção de recursos audiovisuais, a fim de ampliar seu alcance educacional e interdisciplinar. A metodologia aqui desenvolvida pode ser adaptada a outros contextos regionais, sobretudo onde dialetos e línguas comunitárias enfrentam risco de apagamento simbólico.

Finalmente, este trabalho reafirma que os chamados "desertos culturais" são territórios vivos de linguagem, memória e resistência. O dicionário ilustrado do dialeto tocantinense é mais do que um inventário lexical — é um ato de escuta ativa, de justiça epistêmica e de reconhecimento dos sujeitos que fazem da palavra um lugar de existência.

Recebido em 10 de janeiro de 2025.
Aprovado em 29 de março de 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

Referências

BASSO, Keith H. *Wisdom sits in places: Landscape and language among the Western Apache*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996.

BERGENHOLTZ, Henning; TARP, Sven. *Manual of specialised lexicography: The preparation of specialised dictionaries*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O falar goiano: notas sobre uma variedade popular rural*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB: princípios teóricos e metodológicos*. Salvador: EDUFBA, 2010.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HARTMANN, R. R. K.; JAMES, Gregory. *Dictionary of Lexicography*. London: Routledge, 1998.

HAESBAERT, Rogério. "Território e multiterritorialidade: fundamentos teórico-metodológicos". In: CASTRO, Iara; GOMES, Paulo C. C. *Geografia e epistemologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 91-123.

HYMES, Dell H. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *História do português brasileiro: uma contribuição para sua periodização*. São Paulo: Contexto, 2004.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NORTON, Bonny; TOOHEY, Kelleen. *Critical pedagogies and language learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SPRADLEY, James P. *Participant observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2007.

TRACY, Sarah J. *Qualitative research methods: Collecting evidence, crafting analysis, communicating impact*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18941

A extração de lítio no deserto do sul da Califórnia e as disputas da nomeação

Viviane Kraieski de Assunção[1]
Universidade do Extremo Sul Catarinense
San Diego State University

Resumo: Um plano econômico anunciado pelo governo dos Estados Unidos em 2021 para aumentar a produção de veículos elétricos deu início a incentivos para a extração de lítio no país, mineral utilizado na fabricação de baterias. Após o anúncio, a região desértica do condado do Imperial Valley e do Salton Sea, no sul da Califórnia, rica em depósitos de lítio, tornou-se o centro de um projeto de desenvolvimento sustentável voltado para a extração do mineral. Neste artigo, são exploradas, por meio de uma pesquisa etnográfica, as definições do lítio e da região que são acionadas nas disputas entre os diferentes agentes envolvidos no projeto. Ao mobilizarem nomeações do mineral, os sujeitos também lutam por diferentes definições do deserto: como um espaço de restrições e precariedade, que pode superar essa condição com a exploração do lítio, ou como território ancestral de produção da vida, que deve ser preservado.

Palavras-chave: veículos elétricos; extração de lítio; extrativismo verde; mineral crítico; nomeação

[1] Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e de cursos de graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Atualmente, é professora visitante na San Diego State University (SDSU), San Diego, Califórnia, EUA. É Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) e realizou estágio-sanduíche no Institute of Latin American Studies da Columbia University, Nova York, EUA. Realizou pós-doutorado em Antropologia na Vrije Universiteit Amsterdam (2012-2013).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

KRAIESKI DE ASSUNÇÃO, Viviane. **A extração de lítio no deserto do sul da Califórnia e as disputas da nomeação.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 121-138, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Lithium extraction in the Southern California desert and the disputes over naming

Abstract: An economic plan announced by the United States government in 2021 to increase the production of electric vehicles initiated incentives for lithium extraction in the country, a mineral used in battery manufacturing. Following the announcement, the desert region of Imperial Valley County and the Salton Sea in Southern California, rich in lithium deposits, became the center of a sustainable development project focused on extracting the mineral. This article explores, through ethnographic research, the definitions of lithium and the region that are triggered in the disputes among the different agents involved in the project. By mobilizing names of the mineral, the subjects also engage in a struggle over competing definitions of the desert: as a space of restrictions and precariousness, which can be overcome through lithium exploitation, or as an ancestral territory of life production, which must be preserved.

Keywords: electric vehicles; lithium extraction; green extraction; critical mineral; naming.

La extracción de litio en el desierto del sur de California y las disputas de su denominación

Resumen:Un plan económico anunciado por el gobierno de Estados Unidos en 2021 para aumentar la producción de vehículos eléctricos comenzó a incentivar la extracción de litio en el país, mineral utilizado en la fabricación de baterías. Tras el anuncio, la región desértica del condado de Imperial Valley y el Mar de Salton en el sur de California, rica en depósitos de litio, se convirtió en el centro de un proyecto de desarrollo sostenible destinado a extraer el mineral. En este artículo, a través de una investigación etnográfica, se exploran las definiciones de litio y de región que se disparan en disputas entre los diferentes agentes involucrados en el proyecto. Al movilizar nominaciones del mineral, los sujetos también luchan por diferentes definiciones del desierto: como un espacio de restricciones y precariedad, que puede superar esta condición con la exploración del litio, o como un territorio ancestral de producción de vida, que debe ser conservado.

Palabras clave: vehículos eléctricos; extracción de litio; extractivismo verde; mineral crítico; denominación

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

Joe Biden, então-Presidente dos Estados Unidos, anunciou em 2021 um plano econômico para aumentar a produção de veículos elétricos (VE) nos EUA, estabelecendo a meta de que os VE representem 50% de todos os veículos vendidos no país até 2030. Segundo a Casa Branca, "o futuro dos transportes é elétrico", e o plano econômico visa "criar emprego, ganhar mais na América e combater as alterações climáticas, ao mesmo tempo que promove a justiça ambiental". O plano inclui, entre outras ações, milhões de dólares de investimentos para garantir que os fabricantes tenham minerais e outros materiais disponíveis para fabricar as baterias.[2] Um dos mais importantes é o lítio. Além disso, o governador da Califórnia, Gavin Newsom, anunciou também algumas medidas para incentivar as vendas de veículos elétricos e a extração de lítio. A meta é que 100% das vendas de veículos de passageiros e caminhões novos seja de zero-emissão de carbono até 2035[3].

Após o anúncio, a região que compreende o condado do Imperial Valley e o Salton Sea, maior lago da Califórnia, localizados próximos à fronteira com o México, tornou-se o centro das atenções de investidores, políticos, pesquisadores e comunidades locais. Acredita-se que a área - uma região desértica - é rica em lítio e que seria capaz de suprir a procura dos EUA pelo mineral. Geólogos estimam que a área denominada Salton Sea Known Geothermal Resource Area (KGRA) possa conter até 18 milhões de metros cúbicos de lítio, que seriam suficientes para produzir 375 milhões de baterias para veículos elétricos (DOBSON et al., 2023).

Em contraste, a área é descrita como habitada por residentes que enfrentam historicamente vulnerabilidades sociais e econômicas. 85% da população local é mexicano-americana. Em julho de 2022, a taxa de desemprego no condado era de 14,4%, a mais elevada de qualquer condado na Califórnia e mais de três vezes superior à média estadual. 18,1% da população do Condado Imperial vive na pobreza. O condado tem uma elevada percentagem de adultos sem o ensino secundário (BLUE RIBBON..., 2022). Além disso, alguns moradores sofrem de problemas de saúde causados pela poeira proveniente do Salton Sea, contaminada por pesticidas e fertilizantes agrícolas (ABMAN, EDWARDS e HERNANDEZ-CORTES, 2024).

O lítio será extraído da salmoura em usinas geotérmicas localizadas na KGRA através de um método descrito como “inovador”.[4] De acordo com as empresas e cientistas envolvidos, a extração direta de lítio (DLE, na sigla em inglês) da salmoura geotérmica é a “abordagem mais sustentável e ambientalmente benéfica para a recuperação de lítio em termos de fatores como o uso do solo, o uso da

[2] https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/12/13/fact-sheet-the-biden-harris-electric-vehicle-charging-action-plan/

[3] https://ww2.arb.ca.gov/going-zero#:~:text=Zero%20Emission%20Vehicle%20Executive%20Order,road%20vehicles%20and%20equipment%20operations.

[4] O DLE é um processo extrativo no qual a salmoura, em altas temperaturas, proveniente do subsolo é levada para a superfície, e o lítio e outros minerais minerais presentes são extraídos - por adsorção, troca iônica, membranas e outros processos eletroquímicos. Após esta extração, a salmoura é reinjetada no subsolo. Por essa razão, essa forma de extração tem sido considerada renovável por se tratar de um processo de circuito fechado. Até o momento, o DLE não foi utilizado em escala industrial. Além do Sul da Califórnia, o método está em desenvolvimento na Alemanha e na Inglaterra (BRITTON et al., 2024).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

água, o tempo de colocação no mercado e intensidade carbônica" (BLUE RIBBON..., 2022: 6; tradução minha).

Desde fevereiro de 2023, tenho realizado uma pesquisa etnográfica sobre os efeitos sociais da extração de lítio na região do Imperial Valley e Salton Sea. Tenho acompanhado a produção de notícias, relatórios e outros documentos sobre o assunto, participado de eventos no Imperial Valley, como audiências públicas e reuniões com organizações locais, e também conversado com os moradores. Para mim, é claro que falar de extração de lítio é falar de desenvolvimento sustentável.

Alinho-me a autores como Kothari *et al.* (2019), que consideram o desenvolvimento como uma concepção ocidental, originada de uma ontologia eurocêntrica de caráter universalista, baseado em uma perspectiva linear e unidirecional das sociedades e países em busca de um progresso técnico e econômico. A concepção de desenvolvimento sustentável seria uma "solução reformista" para os problemas sociais e ambientais atuais, que busca a manutenção do sistema capitalista, conciliando-o com as preocupações ecológicas.

É importante dizer que esta corrida ao lítio e outros minerais não é exclusiva dos Estados Unidos. Notícias recentes mostram que a União Europeia, por exemplo, pretende explorar a mineração em territórios ultramarinos em busca de matérias-primas para a "transição verde", como a Groenlândia, ilhas das Caraíbas e outros locais do mundo — repetindo a dinâmica colonial. Já a Alemanha está discutindo a reabertura de suas minas em busca de autossuficiência mineral. O projeto é diminuir a sua dependência da China para expandir a indústria verde e atingir as metas de emissões[5]. O mercado de carbono e as tensões geopolíticas estão fomentando uma nova era de extrativismo.

Concordo com Voskoboynik e Andreucci (2021) que estamos vivenciando a era do "extrativismo verde", em que a exploração intensiva dos recursos é enquadrada não só como compatível com as mudanças climáticas, como também necessária para a sua mitigação. Isto demonstra o caráter contraditório das estratégias de mitigação que dependem do desenvolvimento intensivo em minerais (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2021).

De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), usinas solares fotovoltaicas (PV), parques eólicos e veículos elétricos (VEs) geralmente requerem mais minerais para serem construídos do que seus equivalentes baseados em combustíveis fósseis. Um carro elétrico típico requer seis vezes mais insumos minerais do que um carro convencional, e uma usina eólica terrestre requer nove vezes mais recursos minerais do que uma usina a gás. Desde 2010, a quantidade média de minerais necessária para uma nova unidade de capacidade de geração de energia aumentou em 50%, à medida que a participação de novos investimentos em fontes renováveis cresceu (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2022). Portanto, a transição para a energia renovável depende dos minerais, que não são renováveis.

Aqui explorarei algumas definições de lítio que encontrei durante esta investigação. Concentro-me no processo de nomeação - tanto do mineral quanto da região que está sendo definida como Vale do Lítio. Aqui a minha proposta não é buscar a definição correta ou mais precisa para o lítio, mas sim explorá-la. Entendo que nomear é um ato político, que envolve a apropriação de algo. Dialogo com a política de nomeação, tal como discutida por Catherine Walsh (2018: 22). Ela cita o intelectual Kichwa Armando Muyolema (2001: 328), que afirma: "no-

[5] Uma compilação das notícias referentes à exploração de lítio em vários países do mundo pode ser encontrada em: https://republicofmining.com/category/lithium/

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

mear é lutar". Muyolema propõe pensar a nomeação a partir de duas perspectivas: como posicionamento político e como lugar de enunciação.[6] Em referência à nomenclatura imperial europeia, Walsh cita ainda o trabalho de Iris Zavalla, que defende que a nomenclatura é uma forma de cartografia política ou mapeamento que fixa a imagem cultural e pode também produzir e subalternizar diferenças e destruir identidades.

Como observa Fornillo (2014), os recursos naturais ou matérias-primas foram definidos de diferentes formas pelos países centrais e por organismos internacionais: renováveis ou não renováveis, capital natural, recurso estratégico, bens comuns, commodities etc., de acordo com o contexto geopolítico e as tensões envolvidas nestas disputas. Argumento que estas diferentes definições importam porque inscrevem os minerais e a própria região em projetos políticos e econômicos - no caso do Imperial Valley, em um projeto de desenvolvimento sustentável.

Antes de discutir as definições sobre o lítio e o Imperial Valley, apresentarei brevemente a história da região e discutirei alguns significados atribuídos ao deserto, compreendendo que estes sentidos contribuem para a construção de um imaginário sobre o local que é acionado para identificar o ambiente e seus habitantes e justificar a realização de projetos de desenvolvimento. Assim, ao disputarem o que o lítio é e o que ele pode ser, os sujeitos mobilizam também definições sobre o deserto, que podem reforçar concepções dominantes ou ressignificá-las.

O deserto entre a expropriação e a manutenção da vida

Em uma busca rápida em dicionário *online*, encontramos a palavra deserto associada à aridez, escassez e condições extremas, caracterizando um bioma com "limitada diversidade de flora e fauna e baixo índice pluviométrico, calor excessivo, salinidade e fluidez do solo de areia, frio noturno etc." Essas condições ecológicas se conectam a outros sentidos, como "qualidade, propriedade ou condição de lugar que é despovoado ou desabitado", "carência absoluta de algo; aridez, solidão".[7]

Esses sentidos do deserto como um espaço marcado pela ausência ou limitação de vida é parte do senso comum e também está presente nas obras de alguns autores, que o acionam como figura de linguagem para pensar a vida humana. Hannah Arendt (2017) utiliza a imagem do deserto para discutir a condição humana em momentos de crise, entrelaçando a aridez a sentimentos de dor e desespero. A filósofa contraria a afirmação de Kant de que o deserto habita em nós e que conscientemente habitamos o deserto. Para ela, nós habitamos o deserto, mas ele não está nós - portanto, é um lugar do qual podemos sair. O perigo seria nos sentirmos à vontade nele, o que implicaria uma naturalização da brutalidade, que impediria uma ação política.

Ao acionar a figura do deserto, a filósofa reflete sobre a experiência humana em um mundo agonal, no qual o sujeito é atomizado e se torna parte de uma sociedade de massas. Nesta condição, o ser humano não consegue atribuir sentido às suas ações, o que pode levá-lo a se submeter a condições diversas. Esse momento pode ser modificado pelos oásis, que representam os espaços de resistência que possibilitam a travessia, e restabelecem a reflexão e a possibilidade de

[6] Aqui, para pensar o processo de nomeação, tomo de empréstimo a análise desenvolvida por Muyulema (2001) sobre o nome Abya Yala, criado pelos cunas no Panamá para se referir ao território e aos povos indígenas da América. Neste sentido, contrapõe-se à herança colonial presente no nome "América Latina", entendido como um projeto colonial de ocidentalização.

[7] https://michaelis.uol.com.br/palavra/knEQ/deserto/

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

restituir significados às ações e de construir um mundo comum.

Já Deleuze e Guattari (2002) utilizam a metáfora do deserto para tratar de um território nômade, que se difere do território sedentário. Enquanto o primeiro é aberto e não codificado, marcado por um espaço liso, o segundo seria estriado, caracterizado por uma forma linear e definida e influenciado pelos parâmetros científicos e estatais. O deserto, para estes autores, representa um modo de ser e estar no mundo que não se desenvolve em um espaço mensurável, pois as relações que o constituem são pautadas por afetos.

Apesar de caracterizar um bioma com características próprias, a palavra deserto tem sido utilizada para adjetivar espaços bastante diversos em processos de dominação colonial. Isso pode ser percebido em duas regiões distintas do Brasil: o sul nos séculos XVIII e XIX (BRANDALISE, 2022) e o estado do Acre, no norte do país, ao longo do século XX, visto como lugar vazio, distante, desorganizado, a ser conquistado (SILVA, 2020). Em todas elas, destaca-se seu sentido negativo. Rajchenberg e Héau-Lambert (2022) analisam que, desde tempos coloniais, o norte do México tem sido caracterizado como um espaço de difícil colonização. Tanto o espaço físico como seus habitantes são relacionados à concepção de "um deserto perigoso e ameaçador", seja pelo modo como o centro do país denominava o norte, seja por americanos que desejavam anexar aquela região aos Estados Unidos no início do século XIX. Também dialogando com os processos de dominação, Uriarte (2020), ao analisar o Cone Sul na segunda metade do século XIX, propõe pensar os desertos não como uma ocorrência natural, mas como uma produção derivada da expansão da modernidade e do capitalismo. Assim, a transformação do deserto em um lugar despovoado e vazio seria o resultado de lógicas estatais violentas.

O deserto é também utilizado por Povinelli (2016) como uma das figuras do geontopoder. Segundo ela, o biopoder - a governança sobre a vida e a morte, tal como conceituado por Foucault - têm dependido de um poder subjacente - o geontopoder, definido como "um conjunto de discursos, afetos e táticas usados no liberalismo tardio para manter ou configurar a relação da distinção entre a vida e a não-vida" (POVINELLI, 2016: 4; tradução minha). É essa separação entre a existência geológica e biológica que possibilita a economia extrativista do liberalismo tardio, estabelecendo o que deve ou não ser mantido ou preservado, e o que pode ser extraído.

O deserto, nesta perspectiva, é o espaço que representa o esgotamento do processo extrativista, onde havia vida e agora não se tem mais. Como ilustram Johnson et al (2019), é o ponto final da mudança climática e do apocalipse nuclear, como nos escritos de Naomi Klein e Elizabeth Kolbert. O animista, ao contrário, é a figura que considera não-vida em vida. Já o vírus rompe com essa distinção, borrando as fronteiras que estabelecem a separação entre o que têm vida e o que é inerte.

Essas diferentes definições e perspectivas sobre o deserto são úteis para pensar sobre o Imperial Valley e o Salton Sea como um espaço em disputa entre diferentes agentes. Enquanto as concepções que apontam para um espaço de limitações e restrições contribuem para justificar a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, como o Vale do Lítio, há resistências e insurgências (WALSH, 2013). Estas procuram ressignificar o deserto enquanto um território de vida, principalmente dos povos nativos, e buscam tornar possíveis outras maneiras "de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com" (WALSH, 2013: 19).

A região é historicamente uma área formada por territórios indígenas, que

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

foram ocupadas e expropriadas durante o processo de colonização (ANDRÉS, 2015). O Salton Sea é, nas palavras de Voyles (2021), um paradoxo: resultado de processos da natureza e da ação humana, é um ecossistema rico e uma catástrofe ambiental, originada de um processo violento de colonialismo e suas intrínsecas relações com o racismo. Atualmente, a comunidade indígena mais próxima é a Reserva Indígena Cahuilla do Deserto Torres Martinez, mas também a Nação Indígena Quechan, a Tribo Indígena Cocopah e a Nação Kumeyaay mantém uma história de ligação ancestral com a região.

Na literatura e nos documentos que narram a história da região, é comum encontrar que a formação "moderna" se inicia em 1901, com a construção dos primeiros canais que trazem as águas do Rio Colorado para o Vale Imperial (ANDRÉS, 2015). Neste início do século XX, surgem as primeiras cidades, como Niland, Calipatria e Brawley, para dar suporte à crescente produção e distribuição da produção agrícola. Já o Salton Sea, de acordo com essa narrativa histórica, é formado em 1905, quando chuvas torrenciais causaram o rompimento de um canal do Rio Colorado, levando à inundação da bacia de Cahuilla.

Para exemplificar esta narrativa histórica, trago um trecho da definição do Imperial Valley presente na Enciclopédia Britannica, que invisibiliza a presença histórica de povos nativos e oferece a perspectiva da história da colonização da região:

> Seu clima desértico quente é caracterizado por extremos de temperatura diários. Já foi parte do Golfo da Califórnia, do qual foi cortado pelos depósitos semelhantes a represas do Delta Fan do Rio Colorado. Cercado por dunas de areia e montanhas áridas, *era um deserto desabitado até 1901*, quando o Canal Imperial foi aberto e desviou a água do Rio Colorado para o vale através do México. As enchentes em 1905–07 destruíram os canais de irrigação e criaram o Salton Sea (agora mantido pelo escoamento de irrigação).[8] (grifos meus)

Voyles (2021) reivindica outra cronologia da região, mais especificamente da formação do Salton Sea, ao incluir a presença de povos nativos, principalmente os Cahuilla, que por meio de seus conhecimentos e modo de vida, construíram perspectivas relacionais com o ambiente que permitiram sua vida na região. Assim, os povos nativos conviviam com o antigo Lago Cahuilla, cuja existência era afetada pelas condições climáticas - chuvas, inundação e extensos períodos de seca.

Na sua história recente, segundo Voyles (2021), a existência do Salton Sea apresenta o entrelaçamento da degradação, despossessão, vida, beleza e abundância. Na década de 1950, a salinidade do Salton Sea atingiu níveis semelhantes aos dos oceanos, e o então Departamento de Pesca e Caça do estado introduziu espécies de peixe do Golfo da Califórnia. Com a oferta de alimentos, a região se tornou parte da rota migratória de aves do Pacífico. A região tornou-se ainda destino turístico e de lazer a partir deste período, e surgiram as cidades de Bombay Beach, North Shore e Salton City.

Durante décadas, o nível da água do Salton Sea foi mantido pelo escoamento das águas da agricultura, o que contribuiu para a contaminação do corpo hídrico por agrotóxicos. O lago vem secando mais rapidamente desde 2018, quando a agência local responsável pelo abastecimento de água, o Imperial Irrigation District (IID), interrompeu a transferência de água para o lago após 15 anos. A diminuição do nível da água vem expondo os sedimentos depositados no lago. Levada

[8] https://www.britannica.com/place/Imperial-Valley

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

pelos ventos, a poeira tóxica vem causando sérios problemas de saúde na população, contribuindo para os altos índices de problemas respiratórios (ABMAN, EDWARDS e HERNANDEZ-CORTES, 2024).

Schaber (2021: 30) observa que os planos de recuperação do Salton Sea incluem a extração de lítio na região, perpetuando uma era de projetos extrativistas e de invisibilização, "sobre a qual repousa uma era de recolonização consumista, e potencialmente sucedida por uma terceira era de extração renovada apoiando fantasias globalistas de sustentabilidade tecno-capitalista" (tradução minha). A autora argumenta que tanto o aspecto sublime do ambiente quanto o extrativismo exigem o esvaziamento da paisagem e a invisibilidade de seus habitantes, tanto física quanto simbolicamente. Assim, os sentidos atribuídos ao deserto discutidos anteriormente se aliam à continuidade de um processo extrativista.

Schaber dialoga com Nixon (2011), que compreende o vazio como uma invenção de "um tipo errado de presença": "pessoas 'subdesenvolvidas' em terras 'subdesenvolvidas'" podem ser caracterizadas como "desabitantes espectrais cujo território pode ser limpo para encenar o teatro nacional de megabarragens e explosões nucleares, aqueles atos certificáveis que marcam a ascensão da nação 'em desenvolvimento' ao panteão da modernidade". É por meio da dinâmica entre invisibilidade e hipervisibilidade que "os mitos do vazio geram comunidades inimagináveis — ou, no mínimo, subimaginadas" (NIXON, 2011: 165; tradução minha).

Ciência, sustentabilidade e imaginários de prosperidade

Ao explorar o processo de nomeação, percebe-se que há vários sujeitos envolvidos: agentes do estado, jornalistas, engenheiros, técnicos, líderes comunitários, entre outros. Neste contexto, um dos agentes mais presentes são os cientistas. Em um cenário no qual instituições universitárias e de pesquisa têm sido transformadas por meio da comensurabilidade das métricas de desempenho (STRATHERN, 2000), o conhecimento científico tem realizado um papel fundamental ao produzir evidências, que têm sido empregadas como "uma ferramenta a serviço da confirmação, proteção ou destruição de distintos modos de vida" (WEINBERG, GONZÁLEZ GÁLVEZ e BONELLI, 2020: 8; tradução minha). Um dos possíveis impactos deste processo é o avanço dos interesses privados sobre territórios ancestrais, "a fim de objetivá-los e reconhecê-los diretamente como mercadoria" (WEINBERG, GONZÁLEZ GÁLVEZ e BONELLI, 2020: 8; tradução minha). No caso dos projetos de extração do lítio do Imperial Valley, cientistas têm desempenhado papéis em direções distintas. Ainda que essa atuação esteja mais concentrada na produção de pesquisas que contribuem com o avanço dos projetos de extração mineral na região, há também o trabalho de acadêmicos que lutam ao lado de organizações locais pela visibilização dos possíveis impactos ambientais destas iniciativas, como exporei mais adiante.

Os cientistas podem definir o lítio de diferentes perspectivas. O *site* do Centro de Investigação e Inovação de Recursos de Lítio (LiRRIC)[9] apresenta algumas ideias breves sobre o que o lítio significa em diferentes campos científicos. Seguem alguns exemplos:

- Para um físico, o lítio é constituído por três prótons e três elétrons e é produzido em estrelas, como o nosso Sol, pela fusão de hidrogênio e hélio,

[9] https://lirric.lbl.gov/

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

os únicos elementos mais leves que o lítio. O seu tamanho pequeno significa que pode armazenar muita energia num espaço pequeno.

- Para um químico, o lítio é o terceiro elemento da tabela periódica. Gosta de doar um dos seus elétrons a elementos como o oxigênio para formar ligações químicas e não se encontra na forma pura na natureza. Deve estar sempre separado dos outros elementos.

- Para um geólogo... 'Lithos' é grego para 'pedra preciosa'. O lítio é o 19º elemento mais abundante na crosta terrestre. O Li[It] encontra-se nas rochas vulcânicas e concentrado nos sedimentos que se formam quando estas rochas sofrem erosão, o que também cria uma salmoura rica em lítio.

- Para um economista... o Li é uma das commodities minerais de crescimento mais rápido no mercado. A procura de lítio deverá duplicar a cada três anos até ao final da década.

A página questiona ainda o leitor sobre outros possíveis significados que o lítio pode ter. Saliento que os discursos científicos foram também cruciais para inserir o lítio na narrativa do desenvolvimento sustentável. Como analisa Barandiarán (2018), "a ciência e a tecnologia têm sido historicamente ferramentas valiosas para os poderosos, que as têm utilizado para promover projetos de desenvolvimento e modernidade liderados pelo Estado". Uma forma de relacionar o lítio com a sustentabilidade é comparar os métodos de extração. É comum encontrar nos meios de comunicação textos que comparam o método que será utilizado na Califórnia à mineração em rocha e às lagoas de evaporação[10]. A DLE - Extração Direta de Lítio - apresenta-se como a forma de extração de lítio com menor impacto ambiental.

No entanto, quando examinamos a literatura, aprendemos que as companhias que utilizam os outros métodos de extração de lítio — a mineração em rocha e as lagoas de evaporação — também vem se apropriando do discurso de sustentabilidade para apresentar seus procedimentos e práticas como ambientalmente corretos e de baixo impacto (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2022).

Voskoboynik e Andreucci (2022), num trabalho sobre o Triângulo do Lítio,[11] defendem que o lítio apresenta algumas características específicas que contribuem para estas estratégias discursivas do "extrativismo verde". "Em primeiro lugar, a materialidade única do lítio e o modo de extração tornam-no passível de ser enquadrado discursivamente como 'ecologicamente correto'". Assim, as propriedades do mineral são acionadas nos discursos que sustentam os sistemas (KUCHLER e BRIDGE, 2018). Nos discursos analisados, "o lítio é frequentemente enquadrado como um recurso ambientalmente benigno, diferindo significativamente dos recursos extrativos de maior impacto, como os minérios ou os combustíveis fósseis" (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2022). Os autores complementam:

[10] Exemplos dessa comparação podem ser encontrados nos sites de empresas que oferecem a tecnologia DLE, como a CleanTech Lithium (https://ctlithium.com/lithium/dle-vs-hardrock-vs-evaporation/#:~:text=The%20traditional%20process%20of%20extracting,and%20right%20weather%20conditions%20exist.) e a Lithium Harvest (https://lithiumharvest.com/knowledge/produced-water-treatment/environmental-impact-of-lithium-extraction-from-produced-water/#:~:text=Traditional%20lithium%20extraction%20methods%2C%20such,water%20resources%20and%20affecting%20wildlife). Discursos semelhantes são reproduzidos em reportagens sobre a extração de lítio no Imperial Valley.

[11] O Triângulo do Lítio é uma região andina da América do Sul, rica em reservas de lítio, que abrange as fronteiras da Argentina, Bolívia e Chile. O lítio está presente em salinas ao longo do deserto do Atacama e nas áreas áridas vizinhas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

> A associação implícita do lítio às tecnologias 'limpas' torna-o altamente maleável a imaginários associados à benignidade e prosperidade socioambientais. As supostas qualidades ecológicas da utilização do lítio são estendidas ao seu processo de extração. Os encargos socioambientais da mineração de lítio são invisibilizados através de uma associação a imaginários de sociedades mais limpas e modernizadas (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2022; tradução minha).

Neste sentido, a extração de lítio "reproduz imaginários de prosperidade e modernização há muito associados ao petróleo e à riqueza mineral". Ao mesmo tempo, incorpora uma associação da mineração com indústrias de alta tecnologia, "empregos verdes" e extração "ecologicamente correta", que procuram ocultar os custos sociais e ecológicos da produção de lítio (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2022).

Estas ligações entre o lítio e a prosperidade ligada ao petróleo e à riqueza mineral tornam-se claras quando analisamos a forma como a Califórnia e a extração de lítio vem sendo nomeadas. A Califórnia foi chamada de "Arábia Saudita do Lítio" pelo governador Gavin Newson, a mesma denominação dada a outras regiões, como as da Argentina e da Bolívia, há alguns anos. Esta denominação e outra - petróleo do século XXI - circulam globalmente, disseminando significados. Outras expressões são também usuais para se referir ao lítio e à extração de lítio, como "ouro branco" e "corrida ao ouro branco", são apresentados na imprensa, mas também em trabalhos acadêmicos (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2022).

A associação entre lítio, prosperidade e modernização é evidente no uso da expressão "Vale do Lítio". De acordo com o relatório da Blue Ribbon Commission on Lithium Extraction na Califórnia,

> o termo "Vale do Lítio" pretende fazer uma comparação com o termo "Vale do Silício", que é reconhecido como "uma região no norte da Califórnia que serve como um centro global de alta tecnologia e inovação", cuja economia tem sido centrada em torno do material silício. O Vale do Silício é visto globalmente como um padrão de sucesso para inovação tecnológica e centros de tecnologia econômica prósperos. O estado vê potencial para o "Lithium Valley" ser um centro econômico (ecossistema econômico) centrado em energia geotérmica e lítio recuperado de salmoura geotérmica e uma cadeia de suprimentos de bateria de lítio. (BLUE RIBBON..., 2022: 13; tradução minha)

Esse processo converge com a análise de Jerez (2017) sobre a utilização de neologismos como "Triângulo do Lítio", que impõe uma visão economicista sobre o território, que passa a ser definido por seu potencial extrativista.

Lítio e a segurança nacional

Outra definição que trago à tona é mineral crítico, a maneira como os EUA e outros países classificam o lítio. De acordo com a Casa Branca,

> minerais críticos fornecem a matéria-prima da construção para muitas tecnologias modernas e são essenciais para nossa segurança nacional e prosperidade econômica. (...). À medida que o mundo faz a transição para uma economia de energia limpa, a demanda global por esses minerais críticos deve disparar em 400-600 por cento nas próximas décadas e, para minerais como lítio e grafite usados em baterias de veículos elétricos (VE), a demanda aumentará ainda mais — até 4.000 por cento. (THE WHITE HOUSE, 2022; tradução minha)

No entanto, ainda de acordo com a Casa Branca, "os EUA estão cada vez mais dependentes de fontes estrangeiras para muitas das versões processadas desses minerais. Globalmente, a China controla a maior parte do mercado de processamento e refino de cobalto, lítio, terras raras e outros minerais críticos" (THE WHITE HOUSE, 2022; tradução minha).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

O *Energy Act* de 2020, uma lei que visava modernizar as políticas energéticas dos Estados Unidos, define um "mineral crítico" como um mineral não combustível ou material mineral essencial para a segurança econômica ou nacional dos EUA e que tem uma cadeia de suprimentos vulnerável a interrupções. Minerais críticos também são caracterizados como tendo uma função essencial na fabricação de um produto, cuja ausência teria consequências significativas para a economia ou segurança nacional. O presidente Biden invocou o *Defense Production Act* (DPA) para impulsionar o desenvolvimento mineral por meio de investimentos em minas novas e já existentes. O *Inflation Reduction Act* (IRA) do presidente Biden incluiu um novo crédito tributário de produção de manufatura avançada para empresas que produzem minerais críticos nos Estados Unidos.

Como vimos, além de produto econômico, o lítio tornou-se uma questão de segurança nacional, o que implica sua inserção em um processo de securitização. Fornillo (2014) lembra, ao considerar a relação dos Estados Unidos com a América Latina, que o conceito de "segurança nacional" fez parte de políticas agressivas voltadas a garantir os recursos que considera indispensáveis, valendo-se, inclusive, de seu poder militar. O autor cita que a Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos de 2010 afirmava: "Nossas Forças Armadas devem manter sua superioridade convencional [e] preservar o acesso aos bens comuns" (FORNILLO, 2014: 104; tradução minha).

Silva (2022) analisa que há um processo de "climatização"[12] das políticas públicas, incluindo as voltadas para a segurança e defesa nacionais, devido ao "caráter multifacetado do problema da desestabilização climática no planeta". O autor cita Mobjörk (2016), que explica que as políticas públicas atualmente incluem uma dimensão de segurança ao considerar como as mudanças climáticas afetam as políticas existentes e como elas podem levar a situações de insegurança. O autor analisa que há uma tendência das políticas públicas voltadas à segurança e defesa nacionais de incorporarem elementos climáticos em seus conteúdos, incluindo algumas diretrizes de segurança e defesa nacionais especificamente relacionadas a questões ambientais e associadas à mudança do clima. Os Estados Unidos, assim como o Reino Unido, possuem orientações específicas neste sentido.

Principalmente na última década, observa Silva (2022), tem havido uma proliferação de documentos conhecidos, de forma geral, como estratégias de segurança nacional. Houve, de acordo com o autor, após a Guerra Fria, um aumento crescente no entendimento de que "a defesa nacional, ou seja, os esforços nacionais dedicados ao preparo e ao emprego de capacidades militares, é uma parte do quadro mais abrangente de segurança e de seus problemas". Assim, os documentos elaborados passam a ter um caráter multiministerial e/ou multidepartamental no nível mais alto dos governos.

Segundo Silva (2022), considerar determinados temas como securitizados impacta o processo político, pois

> implica limitar de alguma forma o debate e seu rito político habitual, tratando tais questões em ritmo acelerado e de maneira que pode violar as regras legais e sociais percebidas como normais. Portanto, de acordo com a teoria de securitização, sinteticamente, segurança é o movimento que busca apresentar uma determinada questão

[12] Silva define climatização a partir de Müller e Kruse (2020: 548), como "um processo simbólico de problematização de uma questão de política pública que não está ligada apenas às causas profundas do aquecimento global, mas também à ação política reagindo aos efeitos da mudança climática e outras questões relacionadas". O autor também acrescenta a definição de Aykut e Maertens (2021: 502) de "climatização" como "o processo através do qual uma questão, ator ou instituição é enquadrada como relacionada à mudança climática antropogênica e como relevante para o debate político climático".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

> como uma ameaça existencial, algo a ser discutido além das regras do jogo, exigindo medidas emergenciais, inserindo-a no âmbito de um tipo especial de processo político (politics) ou mesmo acima da política, uma versão extrema da politização.

É importante dizer que ser um mineral crítico não é uma designação permanente. Há uma lista dinâmica atualizada periodicamente para representar dados atuais sobre oferta, demanda, concentração da produção e prioridades políticas atuais.

Contradiscursos: patrimônio público e território de vida

Governos, empresas, jornalistas e cientistas não são os únicos agentes disputando as definições do lítio e da região do Imperial Valley e do Salton Sea. Levar em conta apenas o nível nacional ou internacional é silenciar as comunidades que lidam com as consequências diretas da extração. Nesse sentido, é importante considerar o papel desempenhado pelas organizações locais e grupos indígenas. Alguns deles estiveram presentes nas discussões sobre a definição do Vale do Lítio e foram representados na Comissão do Vale do Lítio[13], encarregada de revisar, investigar e analisar questões relacionadas à extração e uso de lítio na Califórnia, e colaborar com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e o Departamento de Energia dos Estados Unidos na execução dessas tarefas[14].

Lideranças indígenas e de organizações locais compareceram a eventos, como os organizados pelo Conselho de Supervisores do Condado de Imperial Valley[15] para discutir o destino da receita tributária derivada da extração do lítio. Esta é resultado do Projeto de Lei Estadual 125, que estabeleceu um imposto sobre a extração de lítio baseado em volume produzido. A medida entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, e prevê que 80% da receita tributária seja distribuída aos condados onde ocorre a extração e os outros 20% para a restauração do Salton Sea.[16]

Durante esses eventos, as lideranças de organizações voltadas à equidade e justiça ambiental disputavam com representações de organizações empresariais a utilização dos recursos e outras medidas relacionadas com a aprovação e implementação do projeto de exploração do lítio. Em um desses eventos, ouvi um líder comunitário dizer uma frase também repetida por outros em diferentes momentos: "vamos decidir se o lítio é uma esperança ou um infortúnio". Durante essas reuniões, este e outros líderes comunitários apresentaram diversas demandas: criação de empregos para as comunidades locais, oportunidades de educação, criação de um sistema hospitalar, maior e melhor oferta de transporte público, moradia acessível, iniciativas para idosos, entre outras.

Além disso, algumas das lideranças comunitárias também expressaram sua frustração com um projeto anterior de desenvolvimento sustentável na região - as usinas solares, que tiveram início em 2010, com medidas que permitiram sua instalação em terras públicas do estado da Califórnia[17]. Segundo eles, as promes-

[13] A Blue-Ribbon Commission on Lithium Extraction in California (ou Lithium Valley Commission) foi composta por 14 membros nomeados por uma combinação da Comissão de Energia da Califórnia (CEC), outras agências estaduais, Presidente da Assembleia e Comitê de Regras do Senado.

[14] A Comissão do Vale do Lítio divulgou suas descobertas e recomendações em um relatório em 1º de dezembro de 2022. Foram feitas 15 recomendações, que incluem investimentos financeiros, desenvolvimento de infraestrutura, estudos ambientais, iniciativas comunitárias e colaboração (BLUE RIBBON, 2022).

[15] O Conselho de Supervisores é uma instância governamental que supervisiona a administração do condado, sendo responsável por funções como a aprovação de orçamento, realização de programas voltados para as necessidades locais, fiscalização do trabalho de servidores públicos, entre outros. No Imperial Valley, o conselho é formado por cinco membros eleitos pela população, cada um representando um dos distritos do condado.

[16] https://www.cdtfa.ca.gov/taxes-and-fees/LithiumTaxStudy.pdf

[17] https://www.doi.gov/news/pressreleases/Salazar-Green-Lights-First-Ever-Solar-Energy-Projects-on-Public-Lands

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

sas não foram cumpridas, pois não houve criação de empregos esperada, os trabalhadores rurais não foram ouvidos e passaram a ter menos oportunidades de trabalho devido à redução de terras agrícolas, convertidas em fazendas solares. Uma moradora local me disse que "a energia [produzida pelos painéis solares] não fica aqui", também expressando seu desapontamento com a falta de benefícios gerados para a própria comunidade.

Sobre essa frustração, um líder comunitário afirmou para mim: "Sabemos o que é perder, e aprendemos com isso". Nesta conversa, ele trouxe uma concepção de lítio que potencialmente tensiona as definições anteriores. Ele defende que o lítio deve ser reconhecido como patrimônio público. Segundo ele, essa noção implica repartição de lucros, o que difere do pagamento de impostos, pois, em suas palavras, "toda atividade econômica é tributada". Para ele, o lucro deve ser repartido com a comunidade porque os minerais são públicos, então pertencem a todos, e não podem ser entendidos como propriedade privada.

Ainda que ele não tenha explicado com maior profundidade esta definição, é possível depreender alguns pontos, como o reconhecimento do mineral como algo público e não privado, ainda que possa ser explorado por empresas privadas. Também fica evidenciado em suas falas e na de outros líderes comunitários uma estratégia: nenhum deles se opõe à extração de lítio. Recorrentemente, iniciam suas falas afirmando ser a favor da exploração mineral e de outras atividades econômicas. No entanto, ponderam que estas devem trazer benefícios econômicos para a população local, como a geração de empregos e renda para a melhoria das condições de vida, e comprometer-se com medidas de prevenção ou mitigação dos impactos ambientais.

O projeto de construção de usinas geotérmicas para geração de energia e extração de lítio foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Supervisores do Condado Imperial em uma reunião em 23 de janeiro de 2024. Anteriormente, em uma reunião da Comissão de Planejamento do condado, em 13 de dezembro de 2023, foram analisados o Relatório de Impacto Ambiental, a avaliação do suprimento de água, o programa de monitoramento e mitigação dos impactos e outros documentos relativos às permissões de uso da área, todos fornecidos pela Hell's Kitchen PowerCo 1, LLC. Participaram destas duas reuniões, além de representantes das empresas responsáveis pela extração de lítio, representantes de associações, comerciantes e empresários locais, que se manifestaram em apoio à aprovação do relatório de impacto ambiental, e lideranças de organizações locais e de povos nativos, que se opuseram à aprovação.

Estes dois últimos expressaram suas preocupações com os possíveis impactos ambientais advindos da extração de lítio: o aumento do uso de água do Rio Colorado, cujo abastecimento de água vem sendo reduzido nos últimos anos, o aumento da poluição causada pela construção de equipamentos e tráfego de caminhões a diesel, os negligenciados riscos de terremotos, a falta de monitoramento a longo prazo de resíduos e outros fatores potencialmente perigosos derivados de uma nova tecnologia, ainda não testada em escala industrial, além da falta de previsão de medidas de mitigação. Para eles, o *California Environmental Quality Act*[18] e as leis de zoneamento locais não foram propriamente cumpridas na formulação do projeto.

Diante da aprovação do projeto, duas organizações locais voltadas para a justiça ambiental entraram com uma ação judicial para suspendê-la. Com a ação, o

[18] California Environmental Quality Act (CEQA) é uma lei do estado da Califórnia que exige que agências públicas e governos locais avaliem e divulguem os impactos ambientais de projetos de desenvolvimento ou outras iniciativas que impliquem o uso de recursos naturais, além de atuarem para limitar ou prevenir esses impactos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

início do projeto foi adiado, e só foi retomado quando a ação judicial foi rejeitada por um juiz do condado em janeiro de 2025. Durante as reuniões de discussão do projeto e na elaboração da ação, as organizações contaram com professores universitários e pesquisadores, que contribuíram na construção de argumentos para evidenciar as falhas do Relatório de Impacto Ambiental em reconhecer possíveis impactos diretos e indiretos da extração, principalmente na qualidade do ar e no suprimento de água. Neste sentido, a presença destes sujeitos contribuem para a construção de um discurso que seja compatível com a racionalidade de instituições, como a administração do condado e o sistema judiciário, que operam, por vezes, com a instrumentalização do conhecimento acadêmico em favor da legitimação de projetos de desenvolvimento (WEINBERG, GONZÁLEZ GÁLVEZ e BONELLI, 2020).

Durante uma das audiências, houve a participação de um professor de Antropologia e Geografia. Após iniciar sua fala ressaltando que não se opunha ao projeto, destacou as lacunas do relatório, e ainda reforçou a necessidade de consulta aos povos indígenas, prevista em lei. Nas palavras dele, a consulta "não é algo que deva ser considerado completo, como um exercício de *checklist*, porque isso [o projeto de extração de lítio] realmente traz o risco de apagamento de locais sagrados e da paisagem cultural da região".

A partir desta participação, destaco dois pontos que contribuem para compreender melhor as relações e estratégias desenvolvidas nas disputas locais. Primeiro, é a reiteração constante de ser favorável (ou não ser contrário) à exploração do lítio, recorrente nas falas de todos os sujeitos que apresentaram objeções à aprovação do relatório. Com a ação judicial, ficaram ainda mais frequentes as acusações às organizações locais de serem contrárias ao desenvolvimento e crescimento econômico da região, feitas em discursos públicos de empresários e políticos. O segundo é a aliança das organizações com povos nativos que se opõem à aprovação, por meio do alinhamento de reivindicações comuns, ainda que sua atuação nos espaços de discussão apresente, por vezes, posicionamentos diferenciados.

Neste sentido, são importantes aqui as falas de Carmen Lucas, membro do grupo indígena Kwaaymii das Montanhas Laguna, na reunião de dezembro. Seu posicionamento - diferentemente das organizações comunitárias locais - é contrário à extração de lítio, e implica a definição da região como território ancestral dos povos nativos. Ela citou um relatório anual do chefe dos engenheiros de 1876 no qual ele dizia:

> indígenas vivendo na vizinhança e os velhos colonos brancos dizem que à noite uma chama é vista sendo emitida dos vulcões e algumas vezes colunas de vapor branco. Nosso ancestrais, nossas pessoas da medicina nos contaram desde o início dos tempos que a terra é vida, de fato é. Quando eu saí e conversei com o pessoal da Hell's Kitchen, nós visitamos os *mud pots* [poços de lama] e eu comentei que eles tinham medicina única para os indígenas americanos. Sabe-se que o antigo lado Cahuilla encheu e secou, encheu e secou.

No trecho acima, Carmen lembrou o conhecimento de ancestrais sobre a dinâmica hídrica na região que compreende atualmente o Salton Sea, que permitiu a existência dos povos nativos no deserto ao longo do tempo. Ela defende que qualquer proposta de desenvolvimento local deve considerar o que ela chama de Distrito Cultural Vulcânico Ativo do Lago Cahuilla do Sudeste, abrangendo uma espécie de enorme piscina subterrânea de salmoura aquecida pelo magma do núcleo da Terra. Na reunião de dezembro de 2024, ela e membros de outros três

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

povos indígenas da área afirmaram que o projeto está em e perto de terras sagradas para povos nativos. Carmen - que caracterizo como a figura do animista definido por Povinelli (2021), que atribui vida a todos os entes - afirmou que os "poços de lama", onde o vapor quente vindo do subsolo borbulha, é "a pulsação da Mãe Terra". Assim, o que é para os demais agentes presentes na disputa uma salmoura rica em lítio e outros minerais - um ente inanimado com potencial econômico - na visão de Carmen, possui vida e evidencia a vida da Terra.

Além de reforçar a concepção de território indígena, Carmen Lucas ainda contrapôs-se às expectativas de ganhos econômicos com a extração de lítio, lembrando o desenvolvimento de Ocotillo Wells, uma comunidade não incorporada (que não é governada por administração de um condado ou município) a 4,8 km do Condado Imperial, onde foi desenvolvido o Ocotillo Wells State Vehicular Recreation Area, administrado pelo Departamento de Parques e Recreação da Califórnia. Trata-se de uma área voltada para a recreação e turismo, com estradas para veículos *off-road*, trilhas e acampamentos, cujo projeto prometia benefícios para a população local, como a criação de empregos. Disse ela aos presentes na reunião: "Por favor, não convença seu povo pobre de que eles vão ficar ricos com isso, porque isso não vai acontecer."

Carmen e os outros afirmaram que o requerente não havia conduzido consulta de forma adequada, como é exigido pelo governo federal. Ao se defender dessas acusações, o Diretor Executivo da CTR (Controlled Thermal Resources) Rod Colwell disse, em 25 de janeiro de 2024, quando se iniciaram as construções, que eles consultaram e continuam a consultar um conselho de assuntos tribais da área e estão comprometidos em fornecer benefícios ao grupo indígena Torres Martinez Desert Cahuilla, cujo território compreende as terras mais próximas do local de instalação das usinas geotérmicas.

Aqui são interessantes as conclusões de Frederiksen e Himley (2019) de que a indústria não utiliza apenas a coerção e a dominação para manter suas atividades extrativistas com potenciais impactos sociais e ambientais. Também fazem parte de suas estratégias a participação, consulta, divisão de benefícios, entre outros. Neste caso, o processo participativo anunciado pela empresa incluiu apenas um povo nativo, e a participação dos demais nas reuniões foi registrada nas minutas, porém não alterou o voto da comissão. Assim, a escuta apresenta-se como um procedimento dos rituais de transparência e *accountability* que dominam a cultura e moldam as instituições contemporâneas (STRATHERN, 2000) e contribui para legitimar o processo.

Considerações finais

O lítio é um emblema da modernização ecológica conciliado com novos imaginários de desenvolvimento. Após anos de questionamentos públicos sobre os impactos nocivos do extrativismo, o lítio oferece "um projeto discursivo revitalizado", que reposiciona a mineração como "limpa, inócua, voltada para o futuro e moderna". Assim, os antigos discursos de riqueza extrativa e exploração racional são "renovados por um apelo de tecnologias limpas e urgência da mudança climática" (VOSKOBOYNIK e ANDREUCCI, 2022).

Na região do condado do Imperial Valley e do Salton Sea, essas concepções atreladas ao lítio também se refletem nos modos de conceber o território e projetar seu futuro. Assim, as diversas definições do mineral são acionadas em disputas por agentes que o inserem em um projeto "modernizador", considerado capaz de combater os problemas sociais e ambientais enfrentados por sua população,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

como também mobiliza os povos indígenas que reafirmam a ancestralidade de seu território e atribuem vida à terra. Assim, as disputas que envolvem o lítio implicam disputas sobre o que é o deserto - espaço de restrições, carências e limitações, ou um espaço fecundo de produção da vida.

No momento em que termino a escrita deste artigo, a continuidade do projeto de extração de lítio no sul da Califórnia é incerta devido às medidas do atual presidente dos Estados Unidos Donald Trump, que ordenou uma pausa na liberação de fundos de programas que incentivam a produção de veículos elétricos. A continuidade da pesquisa poderá mostrar os impactos dessas medidas no Imperial Valley, que, diferentemente dos demais condados da Califórnia, votou majoritariamente em Trump.

Refletindo sobre essa instabilidade, para concluir, gostaria de acrescentar alguns apontamentos de Díaz, Kubrak e Verzier (2021). No livro, os autores relacionam o lítio ao esgotamento, lembrando seu uso como medicamento para o tratamento do transtorno bipolar e seu uso atual em baterias recarregáveis. Ele traça uma analogia entre o corpo humano e a Terra, ambos exaustos. Em um dos ensaios que compõem a obra, Francisco Díaz explora a condição da bipolaridade e sua conexão íntima com a economia contemporânea. As polaridades – ciclos alternados de mania e depressão, riqueza e pobreza, dominância e sujeição – geraram um diferencial de poder que alimenta o ciclo infinito do capitalismo. Quando esse ciclo pode ser interrompido devido à exaustão de um dos pólos, argumenta Díaz, o lítio vem para lubrificar o sistema novamente. O lítio reenergiza os mercados com a promessa de um sistema capitalista compatível com as preocupações ecológicas, o que está implícito na concepção de desenvolvimento sustentável.

Recebido em 31 de janeiro de 2025.
Aprovado em 29 de março de 2025.

Referências

ABMAN, R., EDWARDS, E.C., HERNANDEZ-CORTES, D. Water, dust, and environmental justice: the case of agricultural water diversions. *American Journal of Agricultural Economics,* 1–18, 2024.

ANDRÉS, B. J. *Power and Control in the Imperial Valley: Nature, Agribusiness, and Workers on the California Borderland, 1900-1940*. Texas: Texas A&M University Press, 2015.

ARENDT, H. *A Promessa da Política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

AYKUT, S. C.; MAERTENS, L. The climatization of global politics: introduction to the special issue. *International Politics*, 58: 501–518, 2021.

BARANDIARÁN, J. *Science and Environment in Chile*: *The Politics of Expert Advice in a Neoliberal Democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2018.

BLUE RIBBON COMMISSION ON LITHIUM EXTRACTION IN CALIFORNIA.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

Report of the Blue Ribbon Commission on Lithium Extraction in California. Pursuant to Assembly Bill 1657 (E. Garcia, Chapter 271, Statutes of 2020). Dezembro, 2022.

BRANDALISE, G. M. "...depressa ficará esse imenso deserto conhecido, praticável e povoado": Povos indígenas, terra e desenvolvimento no sul do Brasil nos séculos XVIII e XIX. *Revista Wamon*, 7 (1): 57-85, 2022.

BRITTON, A.; OLMEDO, L.; TORRES, C.; BLAIR, J. Hydrosocial imaginaries of green extractivism: Water-energy transitions and geothermal lithium development at the Salton Sea in Imperial Valley, California. *The Extractive Industries and Society*, 20: 1-15, 2024.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 2002.

DÍAZ, F.; KUBRAK, A.; VERZIER, M. O. (eds.). *Lithium: States of Exhaustion*. Rotterdam, Santiago: Het Nieuwe Instituut, Ediciones ARQ, 2021.

DOBSON, P. *et al*. *Characterizing the geothermal lithium resource at the Salton Sea*. Lawrence Berkeley National Laboratory, 2023.

FORNILLO, B. M. ¿Commodities, bienes comunes o recursos estratégicos?: La importancia de un nombre. *Nueva Sociedad*, 252, 2014.

FREDERIKSEN, T.; HIMLEY, M. Tactics of dispossession: Access, power, and subjectivity at the extractive frontier. *Transactions of the Institute of British Geographers,* 45 (1): 50-64, 2019.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *The Role of Critical World Energy. Outlook Special Report Minerals in Clean Energy Transitions*. 2022.

JEREZ, B. El avance de una territorialidad transfronteriza del litio en la Puna argentino-chilena. *OCMAL*, 25 Ago. 2017.

JOHNSON, E. R.; KINDERVATER, G.; TODD, Z.; YUSOFF, K.; WOODWARD, K.; POVINELLI, E. A. Geontographies: On Elizabeth Povinelli's Geontologies: A Requiem for Late Liberalism. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 37 (8): 1319-1342, 2019.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. Nova Delhi: Tulika Books, 2019.

KUCHLER, M.; BRIDGE, G. Down the black hole: Sustaining national socio-technical imaginaries of coal in Poland. *Energy Research & Social Science*, 41: 136-147, 2018.

MOBJÖRK, M. Integrated policy responses for addressing climate related security risks. *SIPRI Policy Brief*, October 2016.

MÜLLER, W.; KRUSE, S. Modes of drought climatization: A frame analysis of drought problematization in Germany across policy fields. *Environmental Policy and Governance*, 31 (5): 546-559, 2021.

MUYOLEMA, A. "De la cuestión Indigena a lo indigena como cuestionamiento". In: RODRIGUEZ, I. (org.). *Convergencia de tiempos*: *Estudios Subalternos/Contextos Latinoamericanos Estado, Cultura, Subalternidad*. Amsterdam: Rodopi, 2001. pp. 327-63

NIXON, R. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

POVINELLI, E. *Geontologies: A Requiem to Late Liberalism*. Durham, NC: Duke University Press, 2016.

RAJCHENBERG, E.; HÉAU-LAMBERT, C. O deserto como representação do território norte do México. *Antíteses*, 5 (9): 351-69, 2012.

SCHABER, L. The Sublime and The Sewer. *Latin American Literary Review*, 48 (96): 29-34, 2021.

SILVA, F. *Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências*. Rio Branco: Nepan, 2020.

SILVA, P. F. Mudança climática e a 'climatização' do debate internacional sobre segurança e defesa. *Diálogos Soberania e Clima*, 1 (2), 2022.

STRATHERN, M. "Introduction: new accountabilities. Anthropological studies in audit, ethics and the academy". In: STRATHERN, M. (ed.). *Audit Cultures*: *Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London: Routledge, 2000. pp. 1-18

THE WHITE HOUSE. *Fact Sheet: Securing a Made in America Supply Chain for Critical Minerals*. February 22, 2022. Statements and Releases.

URIARTE, J. *The desertmakers: travel, war, and the state in Latin America*. Abingdon: Routledge, 2020.

VOSKOBOYNIK, D. M.; ANDREUCCI, D. Greening extractivism: Environmental discourses and resource governance in the 'Lithium Triangle'. *Environment and Planning E: Nature and Space*, 5 (2): 787-809, 2022.

VOYLES, T. B. *The Settler Sea: California's Salton Sea and the Consequences of Colonialism*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2021.

WALSH, C. "The Decolonial For: Resurgences, Shifts, and Movements". In: MIGNOLO, W.; WALSH, C. *On Decoloniality*: *Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke University Press Books, 2018. pp. 15-32

WALSH, C. (org.). *Pedagogías decoloniales*: *prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir*. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WEINBERG, M., GONZÁLEZ GÁLVEZ, M.; BONELLI, C. 2020. Políticas de la evidencia: entre posverdad, objetividad y etnografía". *Antípoda, Revista de Antropología y Arqueología*, 41: 3-27, 2020.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19113

ACENO

Entre os vazios do cerrado e a abundância da memória:
a história de resistência de Dona Laurentina, matriarca do Quilombo de Mumbuca

Alice Agnes Spíndola Mota Pinho[1]
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo analisa a história de resistência e as transformações vivenciadas na comunidade quilombola de Mumbuca, no Tocantins, a partir das narrativas de Dona Laurentina, matriarca centenária. Através de uma abordagem etnográfica com ênfase nas memórias de uma anciã, o trabalho analisa como a história e a cosmologia quilombola ressignificam o território, desafiando noções de "vazio" e "abundância" no cerrado do Jalapão. A narrativa de Dona Laurentina revela a centralidade das mulheres na preservação cultural e na luta pela terra, destacando o artesanato de capim dourado como eixo de transformação socioeconômica e de gênero. O estudo contribui para os debates sobre resistência, memória, cosmologia e identidade em comunidades tradicionais.

Palavras-chave: gênero; resistência; memória coletiva; cosmologia quilombola; Mumbuca.

[1] Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins. Doutora em antropologia (ISCTE, 2016), com Pós-Doutorado em Comunicação e Arte (UA, 2023).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

MOTA PINHO, Alice Agnes Spíndola. **Entre os vazios do cerrado e a abundância da memória: a história de resistência de Dona Laurentina, matriarca do Quilombo de Mumbuca.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 139-156, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Between the emptiness of the cerrado and the abundance of memory:
Dona Laurentina's story of resistance, matriarch of the Quilombo of Mumbuca

Abstract: This article analyzes the history of resistance and the transformations experienced in the quilombola community of Mumbuca, in Tocantins, through the narratives of Dona Laurentina, a centenarian matriarch. Using an ethnographic approach with an emphasis on the memories of an elder, the article examines how quilombola history and cosmology reframe the territory, challenging notions of "emptiness" and "abundance" in the Jalapão cerrado. Dona Laurentina's narrative reveals the central role of women in cultural preservation and the struggle for land, highlighting golden grass craftsmanship as a key axis of socioeconomic and gender transformation. The study contributes to debates on resistance, memory, cosmology, and identity in traditional communities.

Keywords: gender; resistance; collective memory; quilombola cosmology; Mumbuca.

Entre los vacíos del cerrado y la abundancia de la memoria:
la historia de resistencia de Doña Laurentina, matriarca del Quilombo de Mumbuca

Resumen: Este artículo analiza la historia de resistencia y las transformaciones vividas en la comunidad quilombola de Mumbuca, en Tocantins, a partir de las narrativas de Doña Laurentina, una matriarca centenaria. A través de un enfoque etnográfico con énfasis en las memorias de una anciana, el artículo examina cómo la historia y la cosmología quilombola resignifican el territorio, desafiando las nociones de "vacío" y "abundancia" en el cerrado de Jalapão. La narrativa de Doña Laurentina revela el papel central de las mujeres en la preservación cultural y en la lucha por la tierra, destacando la artesanía de capim dorado como eje de transformación socioeconómica y de género. El estudio contribuye a los debates sobre resistencia, memoria, cosmología e identidad en comunidades tradicionales.

Palabras clave: género; resistencia; memoria colectiva; cosmología quilombola; Mumbuca.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

A história dos quilombos brasileiros está arraigada à construção discursiva de territórios considerados vazios ou inóspitos comuns nas narrativas coloniais e desenvolvimentistas. Estes espaços considerados desérticos não correspondem necessariamente a uma ausência de vida, mas sim assim descritos por sua resistência aos modos de produção, vivência e dominação impostos. Embora sejam frequentemente vistos como inacessíveis ou hostis, tais lugares abrigam dinâmicas que desafiam às concepções convencionadas de produtividade e progresso. O quilombo de Mumbuca, localizado no Jalapão, Tocantins, exemplifica tais tensões entre o vazio discursivo e a abundância simbólica.

Dona Laurentina, anciã e matriarca de Mumbuca, carrega em suas memórias as marcas de um passado de resistência e transformação. Por meio de suas narrativas, é possível mapear as formas pelas quais a comunidade consolidou um modelo de vida que subverte os estigmas de atraso e improdutividade muitas vezes atribuídos ao território do cerrado tocantinense. Suas narrativas revelam um passado marcado por lutas territoriais e adversidades, mas também destacam as formas como sua comunidade transformou um espaço estigmatizado como um vazio em um lugar de abundância e significado.

O conceito de resistência é suscetível a múltiplas interpretações, contudo, nesta análise, será utilizada a definição proposta por Morin (2012) que compreende a capacidade de preservar a continuidade das formas de vida de um povo frente às opressões e às dinâmicas impostas pelo mundo moderno. Este artigo discute a relação entre memórias, território e resistência no contexto da cosmologia quilombola e seus vínculos com a ecologia local. Através de uma perspectiva etnográfica, são discutidas as ideias de resistência e a ressignificação dos conceitos de vazio e abundância na região do Jalapão. Para uma compreensão mais abrangente da cosmologia em defesa existencial do quilombo, utilizou-se o conceito discutido pelos autores quilombolas Antônio Bispo do Santos (2015) e Ana Cláudia Matos Silvas (2019), sendo esta última quilombola de Mumbuca e neta de Dona Laurentina.

Ao focar no depoimento de uma matriarca, que vivenciou diferentes épocas no território, busca-se proporcionar novas compreensões sobre o quilombo a partir das memórias de uma mulher que se posiciona como narradora da própria vida e figura respeitada em sua comunidade. A reconstrução de trechos do passado a partir de situações do presente acrescenta novas perspectivas à etnografia dos mumbucas do Tocantins, permitindo compreender o viver aquilombado como uma forma de resistência às lógicas de poder colonial (SILVA, 2019).

A análise realizada fundamenta-se em uma abordagem etnográfica, utilizando a história oral e a observação participante (BECKER, 1969) como ferramentas metodológicas. A pesquisa baseou-se em sete visitas realizadas à comunidade de Mumbuca entre os anos de 2011 e 2018, durante as quais foram con-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

duzidas entrevistas semiestruturadas. Dona Laurentina foi a principal interlocutora, oferecendo narrativas detalhadas sobre a história sobre a comunidade, suas práticas culturais e os desafios enfrentados ao longo de décadas.

A partir da oralidade de Dona Laurentina, esta pesquisa analisa a importância da cosmologia quilombola na ressignificação dos conceitos de vazio e abundância, desafiando as lógicas que tradicionalmente associam o cerrado a um espaço desértico e inóspito. O estudo também investiga as transformações nas relações de gênero e o protagonismo das mulheres na economia local, processo este associado a aspectos ecológicos a partir do desenvolvimento do artesanato de capim dourado em Mumbuca. A narrativa de Dona Laurentina, enquanto memória individual e simbólica, constitui-se como uma ferramenta analítica central para a compreensão do território, da cosmologia e da identidade quilombola em Mumbuca.

Cosmologia quilombola: resistência e memória

Os quilombos brasileiros vivenciaram um século de invisibilidade desde a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 à promulgação da Carta Magna de 1988. Neste período a expressão "quilombola" desapareceu do vocabulário popular, sendo retomada e ressignificada a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que reconheceu aos remanescentes destes grupos o direito legítimo ao território habitado.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a pluralidade cultural existente no Brasil e conferiu a indígenas e quilombolas, dentre outros, o direito à regularização do território. É nesse contexto que se situam as lutas da comunidade quilombola de Mumbuca, no Tocantins, cujo território centenário tornou-se cenário de disputas de poderes. Na década de 1930 o impasse se deu contra fazendeiros locais, posteriormente em 2021 o embate pelo território se deu contra o Instituto Natureza do Tocantins, devido à criação do Parque Estadual do Jalapão[2] em sobreposição às terras quilombolas no ano de 2021.

No dia 17 de janeiro de 2006 os mumbucas receberam o certificado permanente de "remanescente quilombola" através da Portaria nº 02 da Fundação Palmares, uma vez reconhecidos oficialmente pelo Estado brasileiro como descendentes de quilombolas os mumbucas tornaram-se legítimos proprietários do território habitado, "devendo o estado emitir-lhes títulos respectivos" (art.68/ ADCT/CF1988).

A comunidade quilombola de Mumbuca está localizada no município de Mateiros (georreferenciação 100 34' 42" Sul, 460 25' 26" Oeste), nas imediações do Jalapão[3], próximo às divisas com os estados da Bahia, Maranhão e Piauí, e possui um total de aproximadamente 169 habitantes (SEPLAN, 2003: 133), em sua maioria pertencentes à uma linhagem de pessoas escravizadas que migraram em fuga da Bahia em meados do século XIX e XX segundo relatos da tradição oral local.

O vínculo entre quilombolas e o território vai além da simples ocupação material do espaço, ele está profundamente enraizado na representação simbólica da terra, que se configura como um elemento de acolhimento, sobrevivência e resistência. Esse elo é parte de uma cosmologia em defesa existencial (SILVA,

[2] O Parque Estadual do Jalapão é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral que coincide com outras UCs: a Área de Proteção Ambiental Estadual do Jalapão, a Área de Proteção Ambiental Federal da Serra da Tabatinga e a Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins. (SANTOS e MARON, 2009: 4348). Sua georreferenciação: 100 08'52" e 100 37'01" de latitude sul e 46024'04" e 46056'10" de longitude oeste.

[3] Área formada por cinco unidades de conservação ambiental.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

2019), onde o território deixa de ser um mero espaço físico e torna-se vivo, interligado com as histórias de seus habitantes. Nos discursos e nas memórias dos quilombolas, a terra se apresenta como o alicerce da identidade cultural coletiva, reafirmando as noções de pertencimento e continuidade.

A cosmologia quilombola (CASCUDO, 2009; MELO e BARROS, 2016; FARIAS *et al.*, 2020), pode ser compreendida como um sistema de conhecimentos, tradições e práticas que integram o humano ao ambiente, atribuindo significados sagrados ao território e suas vivências. Para os quilombolas de Mumbuca a terra é o espaço de troca e reciprocidade, onde elementos naturais - como o capim dourado, o buriti e toda a ecologia do cerrado - são participantes da vida coletiva. Essa perspectiva cosmológica desafia as noções coloniais de "vazio" e "abundância", pois ressignifica o território e seus sentidos. A terra, enquanto elemento de resistência, passa a ser o símbolo visível da história de um povo.

O território é o local de pertença das memórias, tanto as individuais, quanto as coletivas (MOMBELLI, 2009; HALBWACHS, 1990; POLLACK, 1989). A memória, como elemento constituinte da história oral de Mumbuca, estabelece o elo entre passado e atualidade, por isso, para contextualizar as situações de resistência e luta pelo território vivenciadas nas últimas décadas na comunidade quilombola, recorro às narrativas da anciã de Mumbuca, Dona Laurentina, que nasceu e passou toda a vida no quilombo, sendo a pessoa mais idosa entre os mumbucas. A escolha é justificada pela centralidade que Dona Laurentina ocupa na comunidade como guardiã das mais antigas memórias do quilombo.

A importância das mulheres na tradição oral é destacada por Philippe Joutard (2000), que enfatiza a função subversiva da história oral ao oferecer uma plataforma para vozes historicamente marginalizadas. Nesse processo, as mulheres não são apenas transmissoras de saberes, mas também se constituem como agentes fundamentais na formação e preservação da memória coletiva. Ao estabelecer a história oral como um meio de subverter as narrativas dominantes, Joutard sugere que, por meio dela, cada indivíduo, especialmente as mulheres, adquire protagonismo, afirmando seu papel central na construção do legado cultural.

A cosmologia quilombola está profundamente ligada aos processos de resistência e à preservação da memória através da tradição oral, constituindo um sistema complexo de significados atrelados ao território. Ao preservar e transmitir essas memórias, Dona Laurentina mantém vivos os saberes ancestrais e se posiciona como importante símbolo vivo da resistência ao apagamento cultural imposto pelas dinâmicas coloniais e desenvolvimentistas do mundo exterior ao quilombo.

Ecologia, gênero e autonomia no Quilombo de Mumbuca

Dona Laurentina Matos era a mais antiga moradora de Mumbuca no momento em que concedeu a entrevista que norteia este trabalho[4]. Conhecida por todos como Vó Laurentina, de acordo com seu documento de registro de nascimento ela teria 109 anos de idade quando conversamos pela primeira vez, mas ao ser interrogada sobre este assunto foi enfática em declarar que na verdade possuía apenas 98 anos e que sua certidão de nascimento fora registrada equivoca-

[4] Cálculo para o ano de 2014 quando foi entrevistada pela última vez. Dona Laurentina faleceu no dia 10 de julho de 2022, aos 107 anos de idade, porém de acordo com seus registros de nascimento, foi a óbito aos 116 anos de idade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

damente. Considerada uma matriarca em Mumbuca, ela nasceu e cresceu no quilombo. Viúva desde os quarenta anos de idade, ela gosta de falar sobre o passado com visitantes e pesquisadores que a visitam. Em suas narrativas ela prefere falar sobre episódios históricos que evidenciam a própria resistência e as condições adversas que ela e seus ancestrais enfrentaram ao longo da vida no território habitado.

Segundo Ribeiro (1995: 130), a utilização das histórias de vida como método de coleta de dados em entrevistas implica reconhecer ao narrador um papel que vai além do simples informante. Ao contrário, essa abordagem confere ao narrador uma grande responsabilidade e autonomia, destacando sua importância no processo de produção do conhecimento.

Para a melhor compreensão do papel desempenhado por Dona Laurentina como parte essencial da memória coletiva da comunidade é importante destacar que ela está conectada, por meio de vínculos de parentesco, a todas as famílias da comunidade quilombola. Sua história se entrelaça à de todos numa vivência compartilhada de uma árvore genealógica comum.

Figura 1 – Dona Laurentina, a matriarca de Mumbuca. Foto: Autora, 2014

Ao descrever a família Mumbuca, a socióloga Ana Lúcia Pereira destaca a importância das relações de parentesco na vida social da comunidade.

> A Comunidade Mumbuca é a grande família que habita o Povoado ou o tem como referência. São pessoas que conhecem o território e os segredos que a ele pertence. As famílias mumbuquenses estabelecem relações de produção comunitária, professam a fé em uma mesma religião e definem quem faz e quem não faz parte do grupo. As relações de parentesco são estabelecidas através do casamento prioritariamente no interior

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

> do próprio grupo familiar ou religioso. São famílias que constituem um quilombo porque possuem formas e processos de organização social e política próprias dos grupos étnicos. (PEREIRA, 2012: 268)

A centralidade de Dona Laurentina na unidade familiar coletiva dos mumbucas, é reforçada pelo fato de ser ela a única pessoa viva da quarta geração da comunidade, e também a principal referência e testemunha do passado comum. Na cosmologia do quilombo, os anciãos são parte fundamental do processo de percepção e compreensão da história. A psicóloga Ecléa Bosi (1994: 63) ao falar da importância do idoso e de seus depoimentos explica que "tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças" e por isso tornam-se depositários de um tesouro coletivo, o passado.

Dona Laurentina é neta de um dos fundadores da comunidade quilombola e de Jacinta, uma indígena 'capturada no mato'[5]. Ela também é irmã de Dona Miúda, uma das primeiras artesãs do capim dourado[6], figura de notória importância para a população de Mumbuca e falecida em novembro de 2010. Essas conexões genealógicas e culturais não são apenas demarcações na linha do tempo, mas uma teia de interações ecológicas e cosmológicas que vinculam os indivíduos ao território e ao saber que permeia as gerações, fortalecendo a resistência e a continuidade das tradições no contexto do quilombo.

No dia 15 de outubro de 2011 fui convidada por Dona Laurentina pela primeira vez para fazer uma visita a sua residência, até então havíamos trocado poucas palavras. O convite surgiu após contarem a Dona Laurentina que eu era jornalista e estava ali fazendo uma pesquisa sobre Mumbuca. Em relação ao processo de coleta de informações e entrevistas é importante ressaltar que meu gênero e raça influenciaram no processo de obtenção dos depoimentos, pois o fato de ser mulher e negra facilitou o meu contato e identificação com outras mulheres em Mumbuca. Esse cenário de convergência entre meus elementos biográficos e a pesquisa em andamento corresponde ao que Ruth Behar (1996: 14) descreve como "a exposição do pesquisador, que também se torna espectador", o que permite ao investigador alcançar lugares nos quais jamais poderia chegar.

Assim que cheguei à casa da anciã ela começou a contar como era a vida na comunidade em sua juventude e narrou com entusiasmo as experiências que considerava mais marcantes em sua história. A conversa foi gravada a pedido da matriarca, que me solicitou também que contasse sua história por onde quer que eu fosse.

A primeira história narrada por Dona Laurentina, no dia em que me convidou à sua casa, foi um relato sobre as origens do povoado, chamando a atenção para a questão feminina ao relatar a captura violenta de mulheres indígenas nativas da região pelos primeiros habitantes de Mumbuca.

> *A velha Jacinta minha avó foi pegada[7] no mato, pra amansar, a vó do meu marido também foi pegada no mato pra amansar, o povo do mato mesmo. E o povo veio fugido porque o avô do meu marido era negro e ele que pegou a Jacinta.* (Laurentina, entrevista concedida à autora em 15 de outubro de 2011)

[5] Expressão usada por Dona Laurentina ao falar sobre sua avó.

[6] A autoria da técnica de artesanato do capim dourado é atribuída à comunidade quilombola de Mumbuca pela Fundação Cultural do Estado do Tocantins e popularmente reconhecida. Existem debates na região e em algumas comunidades quilombolas vizinhas quanto ao mérito da criação do artesanato, sendo o trançado típico também reivindicado por povos indígenas da região.

[7] Todas as palavras das entrevistas foram transcritas foram transcritas com total fidelidade à pronúncia e sintaxe da interlocutora com o objetivo a preservação da idoneidade da pesquisa, através da transcrição literal do discurso

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

Ao contar a história da sua vida, Dona Laurentina opta por começar com uma narrativa sobre suas ancestrais, descrevendo uma atitude masculina de subjugação da mulher. Ao declarar que sua a avó foi "pegada no mato" ela relata um contexto de dominação e submissão das habitantes da região que eram capturadas pelos fugitivos da escravidão. A opção pelo verbo "amansar" denota a resistência e luta das mulheres indígenas nesse processo violento descrito de maneira análoga à domesticação. Por motivos que escapam aos objetivos do presente trabalho, não será aprofundada a discussão e análise do comportamento dos homens fundadores de Mumbuca neste estudo. No entanto, é imprescindível destacar o aspecto violento mencionado no relato de Dona Laurentina, refletindo sobre ele a partir de uma perspectiva crítica, especialmente à luz do histórico de dominação escravista que originou o quilombo.

Uma vez integradas à comunidade quilombola, as indígenas tornavam-se parte dela na mesma proporção que as outras mulheres do grupo. Observa-se nas feições de muitos moradores de Mumbuca, incluindo Dona Laurentina, as complexas interações entre os quilombolas e os povos indígenas da região. Essa relação não se resume a uma mera interracialidade, mas denota uma conexão cosmológica ora tensa e violenta, ora pacífica e voluntária. A interação profunda entre estes povos de diferentes culturas em um território compartilhado resultou no entrelaçamento de vivências e tradições, estabelecendo componentes fundamentais da resistência, da negociação e da continuidade do quilombo.

Após falar das origens do quilombo, Dona Laurentina prossegue com a narrativa, reconstituindo um grande embate pelo território no tempo da sua juventude. A narrativa evidencia a importância da terra na cosmologia quilombola, nela Dona Laurentina descreve eventos ocorridos na década de 1930, numa disputa contra "um rico fazendeiro chamado Temosílio".

O território quilombola é uma extensão vital das práticas culturais e espirituais da comunidade, simbolizando uma cosmologia própria em que a terra é a guardiã da memória e das tradições coletivas. A disputa territorial entre os mumbucas e o fazendeiro Temosílio, embora localizada no cerrado remoto, conecta-se a outros cenários de resistência que marcaram o Brasil durante uma época em que práticas de opressão e conflitos por terra eram comuns.

> *Depois que amansou (o lugar), o povo quis tomar, um homem muito rico chamado Temosílio quis tomar... Foi o empregado dele e botou fogo bem aqui perto de onde a gente mora, botou a gente com raiva, botou nós dentro de casa, tudo! O meu marido... caminhou pra serra, pra casa do seu Sebastião, e ele acobertou, o Sebastião. Ele ia para a serra e eu ficava sozinha nesse matão com as crianças desse tamaninho ó (indica com as mãos cerca de 80 cm de altura), ele ia e vinha, quando chegava a meia-noite eu escutava bater. Era quatro dias, cinco dias pra ele me ver. (...) Nós lutamos por esse lugar. Lutamos! Temosílio queria tomar de nós, mas Deus abençoou que não tomou não. (...) Nós ganhou a questão... Acabou com ele. Mas também nós não peguemos nem um fiapo dos trem dele, deixou tudo longe lá. Ele teve que ir embora e deixou tudo aí... a madeira do carro, ficou tudo praí, que ele era rico. Num foi caçoada não, nós sofreu demais!* (Laurentina, entrevista concedida em 15 de outubro de 2011)

A narrativa da anciã destaca como os quilombolas enfrentaram as pressões externas sem perder a conexão com as dinâmicas ecológicas do território. O cerrado e região do Jalapão, muitas vezes percebidos como vazios ou inóspitos, foram para os mumbucas um espaço de abundância simbólica e material, e eles lutaram pela preservação de sua ecologia contra as investidas de exploração. O enfrentamento contra Temosílio descreve a luta por sobrevivência e reafirma o vínculo cosmológico entre a comunidade e a terra na defesa existencial.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

A resistência coletiva descrita por Dona Laurentina, na qual se inclui ativamente, apresenta elementos de tonalidade mítica, como o sofrimento, a batalha, o heroísmo, a conquista e um desfecho com a fuga do adversário. Nota-se também ao longo da narrativa o destaque feito à própria resistência, o que expressa a relevante significância vista por Dona Laurentina em seu papel de cuidar dos filhos e suportar as adversidades sozinha enquanto o marido viajava para prover o alimento e lutar pela terra. A matriarca não aparenta quaisquer ressentimentos ou sentimentos de subalternidade em sua narrativa, e não obstante à divisão de trabalhos com base nas questões de gênero ela narra com orgulho o sofrimento vivenciado durante as disputas territoriais, não se eximindo dos créditos ao usar a primeira pessoa do plural em sua afirmação "nós lutamos por esse lugar".

Uma vez resolvido o embate contra o fazendeiro Temosílio, os moradores de Mumbuca enfrentaram períodos de seca e privação, ao ponto de, por diversas vezes considerarem a possibilidade de abandonar o local em busca de novas terras. Apenas em meados da década de 1980 a comunidade começou a vivenciar mudanças sociais e econômicas significativas, impulsionadas pela troca de peças artesanais de capim dourado por alimentos em povoados vizinhos. Essa prática emergiu como uma solução para muitos dos problemas básicos enfrentados por Mumbuca, marcando o início de um processo de transformação econômica e das relações de gênero.

Dona Laurentina descreve o período de envolvimento feminino nas atividades comerciais, destacando a dura realidade das viagens para o escambo, nas quais se trocava o capim dourado por sal e outros produtos. A partir de então torna-se perceptível a mudança nas relações entre gêneros, pois as mulheres já não ficam na comunidade esperando que os homens retornem depois de um longo período de ausência. Elas participam ativamente da economia e do comércio.

> *Sofri demais. Ia buscar o sal, punha o sal na cabeça, e o sal quando era meio-dia derretia, e caía nos olhos, o choro saía junto com o sal, de dor nos olhos. O casco da minha cabeça ficou pelado por causa do sal. Só pra sair daqui e ir lá. Foi sofrimento! Num foi brincadeira não! A cabeça pelada. Muito sofrimento pra não sair.* (Laurentina, entrevista concedida 15 de outubro de 2011)

A transformação nas dinâmicas comunitárias também se desdobrou em uma reconfiguração das relações ecológicas entre os mumbucas e o cerrado jalapoeiro. Ao utilizar o artesanato de capim dourado, um recurso natural e abundante, como moeda de troca a comunidade aprofunda o seu vínculo com a terra. O espaço habitado, apesar de árido e desafiador, oferece abundância material e simbólica para aqueles que sabem como cuidar dele. Essa prática de troca e respeito é, portanto, uma manifestação concreta da cosmologia quilombola de Mumbuca (SILVA, 2019), que enxerga no cerrado não apenas o terreno desértico, mas um espaço de reciprocidade e continuidade, onde as relações de gênero, de trabalho e de ecologia se entrelaçam para garantir a sobrevivência e a prosperidade da comunidade.

À semelhança de outras sociedades, em Mumbuca as conquistas femininas de direitos de igualdade no trabalho resultaram também em acúmulo de funções. Dona Laurentina passou a participar de viagens comerciais, mas permaneceu durante cerca de quatro décadas exercendo papéis tradicionalmente femininos na comunidade, como o de parteira e de sabedora do uso e aplicação de plantas medicinais.

Dona Laurentina não se dedicou ao artesanato do capim dourado como sua irmã Dona Miúda, mas tornou-se autoridade nos conhecimentos relativos à saúde

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

na comunidade, a importância disto em suas memórias é atestado pela forma como une tais informações em um discurso contínuo, ressaltando a própria bravura nas vivências externas e internas da vida quilombola.

> *Eu fui parteira, 34 anos parteira, nunca morreu uma mulher em minha mão, nem uma criança. Nem uma mulher nem uma criança, nunca também ganhei nem uma luva, só de Deus. (...) Num tinha remédio, num tinha doutor, num tinha nada*. (Laurentina, entrevista concedida 15 de outubro de 2011)

Na tradicionalidade da medicina natural, que permeia as práticas de cura e cuidado na cosmologia de Mumbuca, Dona Laurentina destaca a importância dos conhecimentos transmitidos por suas ancestrais e pelo conhecimento do território. Ela enfatiza os méritos dos saberes naturais enraizados na relação com o cerrado, como uma forma de resistência em contraponto aos produtos da realidade externa, que não se faziam presentes ou sequer possíveis na sua realidade.

Segundo Halbwachs (1990: 51), "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva" e este ponto de vista pode se alterar mediante outras variáveis. Ao conviver com os mumbucas percebi que a maioria dos depoimentos sobre a comunidade fazia menção aos moradores mais velhos, sendo estes muitas vezes citados como testemunhas da veracidade dos fatos narrados. Os anciãos são na comunidade quilombola os portadores e construtores da história e por este motivo, Dona Laurentina como a moradora mais velha da comunidade é a depositária de um "tesouro comum"[8] prestigiado por todos.

As falas da matriarca de Mumbuca indicam que o vazio associado ao Jalapão não corresponde a uma ausência de recursos naturais, pelo contrário, é fruto de narrativas externas que não reconhecem a ecologia e os saberes locais. A percepção de Dona Laurentina sobre a terra é cosmológica, um elo com as gerações passadas e futuras. Suas narrativas apresentam uma desconstrução crítica das categorias "vazio" e "abundância", que historicamente definiram a percepção sobre o cerrado e, mais especificamente, a região do Jalapão. Frequentemente descrito pelas lógicas coloniais e desenvolvimentistas como um espaço inóspito e desértico, o cerrado é ressignificado nas histórias de Dona Laurentina como um território desafiador, porém repleto de vida, cultura e potencialidades para aqueles que se mostram dignos dele.

A abundância da tradição

Ao falar da realidade do tempo presente Dona Laurentina demonstra que a resistência ainda existe e manifesta-se nas mais variadas perspectivas, em diversas esferas da vida cotidiana. Embora grande parte de seu discurso se concentre no passado, ela se posiciona com firmeza contra algumas mudanças e influências externas que têm impactado a comunidade quilombola. Sua visão sobre o futuro de Mumbuca está profundamente conectada ao respeito pela tradição e pela continuidade de formas de vida que ela considera essenciais para a identidade do povoado.

> *Não é para fazer casa de tijolo aqui na Mumbuca. Eu quero é casa de palha, é casa de adobe, isso, se fizer assim tá fazendo a coisa que eu to pedindo.(...) Meus avós, meus pais, meus irmãos, meus filhos, já usava essa terra desde o Rio Novo (...) Essa terra eu quero ficar com ela, por causa dos filhos, dos netos*. (Laurentina, entrevista concedida em 25 de outubro de 2011)

[8] Expressão utilizada por Halbwachs ao falar da importância da memória dos idosos nas sociedades. (HALBWACHS, 1990: 142)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

Com a autoridade de uma liderança, Dona Laurentina reivindica que a tradição se mantenha na arquitetura do povoado e que ela possa permanecer na terra que pertenceu aos seus avós e assim deixá-la para seus descendentes. Ao exigir a preservação das construções de palha e adobe, Dona Laurentina pede que a arquitetura de Mumbuca se mantenha e também propõe uma continuidade ecológica e cosmológica. As casas de palha e adobe - materiais locais, naturais e sustentáveis - refletem uma íntima relação com o ambiente e a ecologia do cerrado, por meio do uso dos recursos abundantes sem sobrecarregar a terra. A escolha desses materiais locais está imbuída de uma compreensão cosmológica dos ciclos de fartuar e escassez que definem o cerrado e o Jalapão.

Assim que sinalizo o encerramento da entrevista, Dona Laurentina me convida para conhecer sua casa. Mostra cada cômodo e pede que eu faça algumas fotografias dela. Dona Laurentina dirige todo o processo dos registros, ela decide o cenário, a composição e o que deve ser fotografado. Depois de aprovar o resultado das primeiras imagens ela me conduz até a frente do terreno de sua residência e aponta para um conjunto de folhas de palmeira de piaçava com as quais as casas são cobertas. Ela faz questão de ser fotografada com uma folha de palmeira de buriti enquanto conta que na juventude carregava aquelas longas e pesadas palmas para fazer fogo e proteger a família da chuva e do sol. É nítido em sua narrativa o orgulho que ela tem da própria história, do passado e de sua influência na vida da comunidade.

Figura 2 – A folha de buriti da Dona Laurentina. Foto: Autora, 2011

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

O buriti é fundamental na história de Mumbuca por ser também a árvore sinalizadora das fontes de água, é por meio dele que os quilombolas se orientam nas colheitas ou em grandes jornadas na busca por rios e brejos ao sentirem sede, pois a planta só cresce em lugares encharcados e sua altura - que pode chegar a 30 metros - o torna bastante visível em meio à vegetação baixa e esparsa do cerrado.

O engenheiro florestal Maurício Sampaio (2010) desenvolveu uma pesquisa sobre o buriti na comunidade de Mumbuca e regiões próximas. De acordo com seus estudos, o amplo aproveitamento da palmeira e de seus frutos ricos em vitaminas podem ser apontados como elementos que colaboraram com a sobrevivência e continuidade das populações locais do Jalapão. O buriti é símbolo da abundância ecológica em Mumbuca, no quilombo a planta não se restringe ao utilitarismo de seus usos para alimentação, construção e orientação espacial, mas se mostra de grande importância e valor para aqueles que aprenderam a ler os seus sinais.

Em Mumbuca as maiorias das casas são construídas com adobe e a população mais velha, à semelhança de Dona Laurentina, prefere esta técnica construtiva ao uso da alvenaria industrializada. Trata-se da perpetuação de uma importante tradição quilombola e faz parte do patrimônio do remanescente.

> As casas são todas de adobe com exceção dos dois prédios da escola, o antigo, ao lado do telefone e a nova escola construída pelo Governo Estadual em 2007. São casas antigas e novas que perpetuam o saber tradicional de construção da comunidade, que faz parte do seu patrimônio intangível. [...] O adobe é quando a terra crua é usada como material construtivo. Ela pode ser escavada, empilhada, modelada, prensada, apiloada, recortada, extrudida, pode servir de enchimento, de cobertura, de recobrimento, entre outros. Geralmente são feitos tijolos de adobe que servem de base para construção. (FREDRYCH, 2009: 67)

As técnicas de construção em Mumbuca exemplificam a continuidade de tradições e modos de vivências ecológicas dos ancestrais dos quilombolas, algumas delas trazidas do continente africano e transmitidas oralmente. De acordo com a arquiteta Juliana Prestes Ribeiro Faria (2011: 143), o "adobe é uma técnica construtiva amplamente utilizada na África Ocidental desde tempos imemoriais".

A confecção do adobe está condicionado às características do espaço habitado e da matéria prima produzida. A escolha da terra que dará origem ao adobe envolve conhecimento sobre a textura e coloração do material, aparentemente semelhante a diversas outras misturas de terra e água. A terra do adobe é selecionada com minúcia e critérios que fazem parte dos conhecimentos empíricos dos quilombolas, a cor dos tijolos produzidos pode variar de tonalidade de acordo com a matéria prima utilizada. Após a escolha do material, este deve ser amassado e misturado com água por cerca de uma hora, depois aplicado e moldado conforme as demandas, após um período que pode variar de um a três dias, os tijolos secam ao ar, sem uso de fogo.

A construção tradicional é apresentada por Dona Laurentina como uma das razões para sua longevidade, segundo ela é por isso que não devem ser construídas casas de alvenaria e cerâmica na comunidade. Na residência da anciã o adobe também é símbolo de resistência, não há alvenaria, tijolos ou cerâmicas em toda a construção e ela relembra isto constantemente em seus discursos, orgulhosa e convicta dos benefícios da tradição centenária.

Após a fotografia, Dona Laurentina guarda a folha da palmeira de buriti e retorna ao local da nossa entrevista decidida a falar sobre as condições adversas

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

enfrentadas por ela e seus ancestrais em Mumbuca. Nesta parte de sua narrativa ela destaca a resistência dos quilombolas diante dos desafios naturais das terras do Jalapão. Esse relato não se limita a uma simples descrição das dificuldades, mas revela a vivência do território como um espaço de constante tensão entre vazios e abundâncias.

> *A primeira coisa que eu quero falar, é que aqui é brabo! Quem amansou foi o bisavô do meu marido, foi quem amansou este lugar. Aqui não tinha nada, era brabo, brabo, brabo. Num tinha parede assim, nada. A gente comia com colher de buriti (palmeira típica da região) e panela de barro, prato de barro, tudo de barro. Tudo! E a roça, o que nós vestia era o algodão. Os homens plantavam e tratavam e as mulheres fiavam. A mamãe era costuradeira. A mamãe já era nova já (nesse tempo). É muito antigo aqui.* (Laurentina, entrevista concedida em 15 de outubro de 2011)

O uso repetitivo do verbo "amansar" nas falas de Dona Laurentina, indica a percepção da dualidade "dominação *versus* resistência". Apesar das adversidades naturais, nota-se o desenvolvimento de uma forte relação entre a terra e os mumbucas, sendo o território o lugar que, após grande esforço dos quilombolas, torna-se um espaço de descanso, refúgio e origem de todas as formas de subsistência. Na terra de Mumbuca enraizaram-se as heranças culturais e dinâmicas cotidianas que hoje integram a identidade coletiva e a cosmologia quilombola.

O cerrado jalapoeiro pode ser visto como espaço improdutivo e desértico na lógica desenvolvimentista que privilegia sistemas agrícolas intensivos e monoculturas exploratórias, porém é necessário pontuar que tais percepções desconsideram os modos de vida tradicionais que coexistem em harmonia com os ciclos naturais da região.

No Tocantins, onde o agronegócio exerce forte influência econômica, a monocultura da soja se destaca como principal atividade produtiva, associada a práticas extrativistas voltadas para exportação (PEREIRA DE SOUZA e SCOLESO, 2024). Esse cenário torna ainda mais evidente a cosmologia de resistência dos Mumbucas, que resistem a essa lógica produtivista regional estabelecendo uma relação simbiótica com o território.

Resistência, negociação e transformação

Através da história oral tem-se por vezes a única forma de acesso a determinadas informações do passado. Isso pode ser observado na comunidade Mumbuca, cuja história documentada pela escrita inexistiu até meados da década de 1990. A oralidade é parte da cosmologia quilombola e permite a existência de versões alternativas, questionamentos e novas interpretações históricas sobre os fatos, uma vez que se constrói a partir das múltiplas memórias individuais e coletivas.

A memória e a história dos remanescentes quilombolas estão enraizadas no conceito de resistência. A palavra quilombo, de origem bantu, remete à ideia de acampamento guerreiro na floresta (FREITAS, 2011), uma noção que carrega consigo não apenas o conceito de resistência, mas também de uma relação profunda e simbiótica com o território. Historicamente, durante o período colonial, os quilombos representaram espaços de refúgio e resistência contra a opressão, mas também foram lugares de recriação de cosmovisões próprias, em que se reconfigurava o mundo de acordo com as práticas ancestrais, adaptadas à realidade imposta pela escravidão.

A compreensão da resistência quilombola, quando observada no contexto contemporâneo, muitas vezes se cruza com a ideia de negociação (SCOTT, 2002)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

e transformação. No entanto, ao abordar as relações de resistência, é possível observar que o conceito se estende além de um campo puramente político ou social, tocando profundamente a cosmologia e a ecologia dessas comunidades. O quilombo, enquanto um espaço de resistência, é também um espaço de pertencimento, de vínculos entre o humano e o natural, onde as práticas culturais e as relações com o ambiente são fundamentais para a constituição da identidade coletiva.

No campo das análises antropológicas, as ações de resistir e negociar mostram-se complexas quando observadas à luz da realidade de comunidades quilombolas brasileiras, pois embora denotem ideias distintas em suas essências, desde as origens dos povos quilombolas existem relatos de episódios de negociação entre quilombolas e pessoas de fora da comunidade.

> Embora em lugares protegidos, os quilombolas na sua maioria viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos; com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros. A ideia muito comum, de que os quilombos formavam comunidades isoladas e autossuficientes não é confirmada pela pesquisa. (REIS, 1996: 21)

A dialética entre resistência e negociação é notável a partir das narrativas de Dona Laurentina. Percebe-se a aproximação entre as noções de resistência e negociação, além do desdobramento ocasional destas em discursos de reivindicações e exigências.

As transformações em Mumbuca no campo das relações de gênero também denotam dinâmicas de resistência e negociação. As memórias de Dona Laurentina falam sobre a resistência feminina do passado e do presente, do vínculo com o território e da conquista da liberdade. Suas narrativas revelam as dinâmicas de adaptação e negociação desenvolvidas pelas mulheres de Mumbuca, evidenciando que, simbolicamente, cada uma delas incorpora a essência do quilombo e de sua cosmologia.

A subordinação feminina nas sociedades, especialmente nas quilombolas, é um tema central nas pesquisas sociais.

> gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social [...] tendemos repetidamente a contrastar e insistir em diferenças presumivelmente dadas entre homens e mulheres ao invés de perguntar como essas diferenças são elas mesmas criadas por relações de gênero. (ROSALDO, 1995: 22-23)

Os relatos de Dona Laurentina sobre os papéis por ela desempenhados ao longo da vida, permitem a reflexão sobre as barreiras culturais construídas ao redor do gênero, e demonstram que esta desigualdade influencia no grau e extensão da participação dos indivíduos na organização da coletividade em que vivem.

As mulheres que antes foram capturadas, subjugadas e silenciadas pelas estruturas de dominação deram lugar a uma nova geração capaz de sustentar suas famílias e preservar suas tradições. Em Mumbuca, elas conquistaram e ampliaram seu protagonismo por meio do comércio de um produto sustentável, criando novas formas de poder e autonomia dentro da comunidade.

O artesanato de capim dourado uniu tradição e ecologia tornando-se a principal mola propulsora das transformações econômicas e sociais em Mumbuca. A

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

inserção das mulheres nas atividades comerciais ocorreu no contexto da percepção da rentabilidade do artesanato em proporções muito maiores que a da agricultura de subsistência. A mudança no eixo de geração de renda conferiu às mulheres o papel de principais provedoras do grupo, além de detentoras - por tradição - do saber que possibilitou sustento alternativo à comunidade quilombola.

Figura 3 – Loja em Mumbuca com artesanato da comunidade. Foto: Autora, 2012

Uma transformação socioeconômica não pode ser explicada meramente através de fatos ou contextos isolados. Ao analisar as mudanças nas relações de poder entre gêneros em Mumbuca e as narrativas de Dona Laurentina observa-se que a crescente centralização política e econômica na figura feminina da comunidade quilombola também transformou a autopercepção das mulheres.

Para Rita Segato (2001), a reflexão sobre as condições femininas em uma sociedade não deve ter por foco a questão da igualdade entre os gêneros, mas a análise dos múltiplos fatores que circunscrevem a vida das mulheres.

> Não será o registro etnográfico dos papéis sociais por estes desempenhados nem a distribuição de direitos e deveres entre eles o que poderá provar ou rejeitar o caráter igualitário dos gêneros numa determinada sociedade. O que pode ser observado é o maior ou menor grau de opressão da mulher, o menor ou maior grau de sofrimento, o maior ou menor grau de autodeterminação, o maior ou menor grau de oportunidades, de liberdade, etc. (SEGATO, 2001: 3)

Em Mumbuca as relações entre gêneros trilharam um complexo processo desde a subjugação feminina enfrentada pelas indígenas no início da comunidade ao equilíbrio das potencialidades entre homens e mulheres na atualidade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

A subversão sempre esteve no cerne das origens quilombolas, entrelaçando-se com suas cosmologias e ecologias. Na cosmologia de Mumbuca o território árido do Jalapão transcende as representações de deserto inóspito e é ressignificado como um espaço de abundância, desafios, resistência e contínua transformação. As narrativas de Dona Laurentina apresentam complexas percepções do cerrado como um espaço de possibilidades, onde o vazio não é ausência, mas abertura para a criação, adaptação, negociação e resistência.

A história da matriarca de Mumbuca oferece uma perspectiva única sobre a resistência, as transformações de gênero e a cosmologia quilombola em defesa existencial. As mãos e saberes dos quilombolas de Mumbuca transformaram a escassez em oportunidade, promovendo equilíbrio diante da desigualdade em um território marcado por desafios. O artesanato feminino do capim dourado é uma expressão dessa relação íntima entre quilombolas e a ecologia do território.

Nas memórias de Dona Laurentina, o quilombo de Mumbuca resiste, transforma-se e perpetua-se. O cerrado do Jalapão, frequentemente visto como hostil, é símbolo de riqueza sob os cuidados de um povo quilombola que na paisagem árida descobriu uma terra que brotava ouro.

Recebido em 3 de fevereiro de 2025.
Aprovado em 4 de abril de 2025.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CASCUDO, Luís Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2009.

FARIAS, Juliana. Cardoso; VIEIRA, Irlaine Rodrigues; FIGUEIREDO, Luciano Silva; MAYO, Joseph Simon; ANDRADE, Ivanilza Moreira. Cosmovisión en el contexto del extractivismo de cajuí (anacardium occidentale L.) en el área de protección ambiental del Delta del Parnaíba, Piauí, Brasil. *Etnobiología*, 18 (3): 3-19, 2020.

FREDRYCH, Thelma Valentina de Oliveira. *Comunidade Mumbuca: vivendo os entraves e desafios por ter seu território incorporado ao Parque Estadual do Jalapão – TO*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), UFT, 2009.

FREITAS, Daniel Antunes *et al*. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Revista CEFAC*, 13 (5): 937-943, 2011.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JOUTARD, Philippe. "Desafios à história oral do século XXI". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. pp. 31-47.

MELO, Maíra Fernanda Tavares; BARROS, Flávio Bezerra. O mundo segundo os quilombolas do bairro Alto (Ilha de Marajó): cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. *Aceno – Revista de Antropologia*, 3 (6): 120-136, 2016.

MORIN, Edgar. *Para onde vai o mundo*? Petrópolis: Vozes, 2012.

MOMBELLI, Raquel. *Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFSC, 2009.

PEREIRA, Ana Lúcia. *Famílias quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins*. Tese (Doutorado em Sociologia), FCLAR, 2012.

PEREIRA DE SOUSA, Karollyne; SCOLESO, Fabiana. Complexo da soja e agricultura mundializada no estado do Tocantins: configurações e impactos (2011–2021). *Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 11 (3): 1-16, 2024.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3): 3-15, 1989.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, 2 (28): 14-39, 1996.

RIBEIRO, Manuela. As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 44 (1): 125-141, 1995.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, 1 (1): 11-36, 1995.

SAMPAIO, Maurício Bonesso. *Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do capim dourado e buriti*. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos, modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

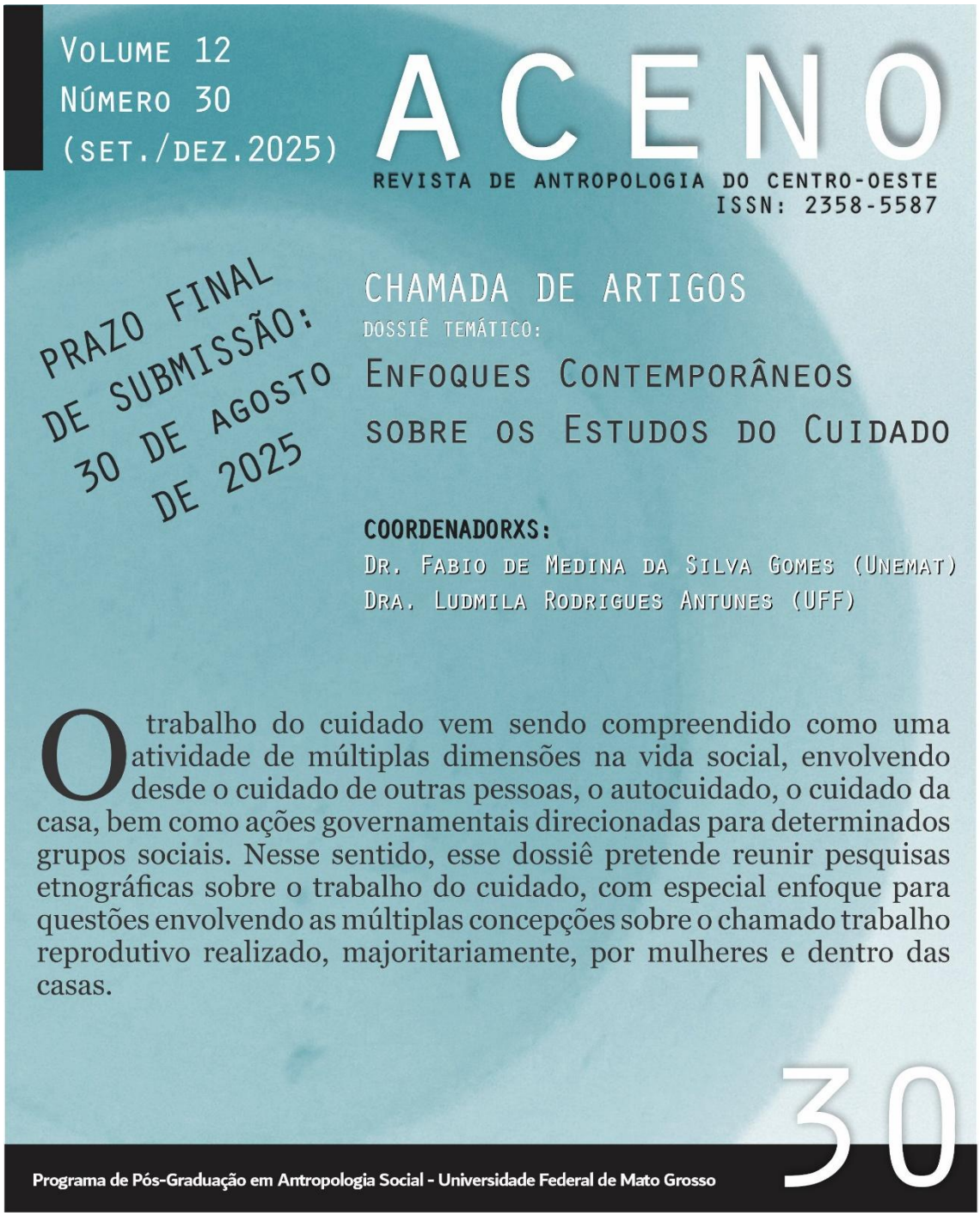
SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, 21 (1): 10-31, 2002.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, 12 (2): 235-262, 1997.

SEPLAN – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. *Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão*, 2003.

SILVA, Ana Claudia Matos da. *Uma escrita contra-colonialista do quilombo Mumbuca Jalapão – TO*. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais), UnB, 2019.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19116

ACENO

Indicadores extra-humanos de saúde ambiental:
cosmopolítica e os impactos do agronegócio a partir dos Yawalapiti (Aruak) do Alto Xingu

Diego Gabriel Leandro Moreira[1]
João Carlos Albuquerque Souza de Almeida[2]
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo busca contextualizar a colonização e a ocupação agrária da região do Território Indígena do Xingu e refletir sobre este processo através da perspectiva yawalapiti, especialmente a partir da agência dos espíritos *apapalutapanau* perante a destruição de seus habitats. Partimos de um resumo da ocupação não-indígena na região e de uma análise da política entre indígenas e não indígenas para chegar a uma cosmopolítica, em que a agência dos espíritos implica diretamente os humanos, sejam eles indígenas ou não. Por fim, expomos uma teoria nativa que articula ambas as abordagens descritas.

Palavras-Chave: Yawalapiti; Alto Xingu; agronegócio, cosmopolítica.

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB); membro do Laboratório e Grupos de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI/UnB).
[2] Pós-doutorando no Instituto de Letras da Universidade de Brasília; pesquisador do Laboratório de Línguas e Literatura Indígenas (LALI/UnB).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

MOREIRA, Diego G. L.; ALMEIDA, João Carlos A. S. **Indicadores extra-humanos de saúde ambiental: cosmopolítica e os impactos do agronegócio a partir dos Yawalapiti (Aruak) do Alto Xingu**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 157-172, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Extra-human indicators of environmental health:
cosmopolitics and the impacts of the agro-bussines from the Yawalapiti (Arawak) of Alto Xingu

Abstract: This article seeks to contextualize the colonization and the agrarian occupation of the Xingu Indigenous Land region and reflect on this process through the yawalapiti perspective, especially from the agency of *apapalutapanau* spirits in front of the destruction of their habitats. We started from a summary of the non-indigenous occupation in the region and an analysis of the politics between indigenous and non-indigenous to arrive at a cosmopolitics, in which the agency of the spirits directly involves humans, whether they are indigenous or not. Finally, we expose a native theory that articulates both approaches described.

Keywords: Yawalapiti; Upper Xingu; agri-business; cosmopolitics.

Indicadores extrahumanos de salud ambiental:
cosmopolítica y los impactos del agronegocio desde los Yawalapiti (Aruak) del Alto Xingu

Resumen: Este artículo busca contextualizar la colonización y la ocupación agraria de la región de lo Territorio Indígena del Xingu y reflexionar sobre este proceso a través de la perspectiva yawalapiti, especialmente desde la agencia de los espíritus *apapalutapanau* ante la destrucción de sus hábitats. Partimos de un resumen de la ocupación no indígena en la región y de un análisis de la política entre indígenas y no indígenas para llegar a una cosmopolítica, en que la agencia de los espíritus implica directamente a los humanos, sean indígenas o no. Finalmente, exponemos una teoría nativa que articula ambos enfoques descritos.

Palabras clave: Yawalapiti; Alto Xingu; agroindustria; cosmopolítica.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

A nossa cultura, a nossa tradição, a nossa vida é a nossa terra. Sem nossa terra e sem nossos rios não vai existir nada do que ela [ministra] está vendo aqui, não vai existir cultura nem vai existir índio.
(Watatakalu Yawalapiti)

A região do Brasil Central foi considerada uma das últimas "fronteiras civilizatórias" em que o contato forçado com o "selvagem", em sua dupla acepção do termo – tanto o habitat como seus habitantes –, era necessário para sua "pacificação", o que ficou a cargo da Marcha Para o Oeste e sua Expedição Roncador-Xingu, na década de 1940. Antes da presença estatal com a Expedição e o Serviço de Proteção ao Índio, alguns exploradores já haviam adentrado a região. Tratava-se de um "vazio" que era sabidamente ocupado e diverso. Considerada, por muitos, como uma área de refúgio para os seus moradores, de conflitos indígenas e de incursões dos colonizadores, a bacia dos formadores do rio Xingu se encontra no centro desta região vista como incógnita.

A corrida para que uma grande área fosse demarcada e preservada ocorreu concomitantemente com uma articulação do governo estadual para a venda de glebas de terra sobrepostas. Este embate determinou a ocupação atual da região, resultando em um cenário previsto ainda no Anteprojeto do Parque Nacional do Xingu, de 1952: "fracionar a região (...) isolados por faixas que seriam ocupadas mais tardes por estranhos, seria destruir uma das bases do sistema adaptativo daqueles índios" (BRASIL, 1953). Apesar deste pessimismo, a ocupação ocorreu, mas não sem uma luta por porções não incluídas (IRELAND, 1990) e uma expansão da ocupação e vigilância de suas fronteiras.

Essa disputa por terras originalmente ocupadas por indígenas é uma questão atual no Brasil, mas as suas bases remontam há várias décadas. Especialmente no caso do Mato Grosso, o processo histórico de exploração e ocupação dos territórios indígenas contribuiu para o atual cenário fundiário que encontramos hoje, com ilhas de preservação sobrepostas às áreas indígenas, que acabam por preservar algum equilíbrio climático (CARNEIRO DA CUNHA, MAGALHÃES e ADAMS, 2021).

No caso da região do Alto Xingu, que abarca o complexo hídrico dos formadores deste rio, onde moram os Yawalapiti, todas as paisagens naturais e seus recursos são mediadas por seres cosmológicos que atuam enquanto *wüküti*, "dono", e que estão diretamente ligados à preservação destes espaços. Os "donos" dos ambientes e da sua fauna configuram uma categoria de seres que não só media a relação dos humanos com os recursos naturais, mas também fundamentam a realização dos rituais da região, tanto os locais quanto os intercomunitários. Em última análise, o desmatamento, os grandes empreendimentos e as ações de extração ilegais afetam humanos e extra-humanos com os primeiros sofrendo os impactos de forma direta e indireta.

Este texto busca contextualizar a ocupação agrária da região do Território Indígena do Xingu (TIX) e refletir, através da perspectiva yawalapiti, acerca deste

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

processo, especialmente sobre a agência dos "espíritos" *apapalutapanau*[3] perante a destruição de seus habitats. Partimos de uma análise da política entre indígenas e não indígenas para chegar a uma cosmopolítica, em que a agência cosmológica implica diretamente os humanos, sejam eles indígenas ou não. De certa forma, o que escrevemos está tangenciado pela dinâmica da categorização yawalapiti dos seres, em que não indígenas podem ser inimigos, aliados ou, ainda, extra-humanos. A depender do contexto, os caciques podem agir em uma "diplomacia cósmica", mediando "pontos de vista ontologicamente heterogêneos" (VIVEIROS DE CASTRO, 2006: 320).

Até certo ponto, iremos nos aproximar de uma "descrição crítica" (TSING, 2019: 120), percebendo o entrelaçamento das relações dos humanos yawalapiti e alto-xinguanos com estes seres mais que humanos. Trataremos das relações com seus "donos" e, principalmente, de como o estabelecimento de empreendimentos na região têm afetado diretamente tais relações. Se, de acordo com Tsing (2019), a sustentabilidade se baseia em uma cooperação entre humanos e não humanos, permitindo os modos de vida das espécies, no caso em tela, os *apapalutapanau* ocupam um lugar que extrapola a humanidade e abarca as espécies. Assim, são as relações com esses seres que permitem um equilíbrio ecológico o que, como veremos, está cada vez mais ameaçado.

A premissa de que há "muita terra para pouco índio", mantra reverberado pelos defensores da expansão agrícola sobre Terras Indígenas, encontra-se invertida. O que temos, especialmente no caso yawalapiti e alto-xinguano, são territórios indígenas densamente povoados por humanos e outros seres, que fazem fronteiras com campos abertos, em que só se vê monocultura. Na terra degradada, a diversidade encontra-se encerrada e, com isso, também a agência dos *apapalutapanau*. Os não indígenas, em sua essência, se situam no lado da alteridade, sendo que o modo basilar da relação com esses vai, preferencialmente, da guerra para a festa (PERRONE-MOISÉS, 2015), ou da predação para a produção (ALMEIDA, 2012), podendo ficar a meio caminho. Do "Outro", não indígenas e extra-humanos, pretende-se que se obtenha aliança, caracterizando a cosmopolítica local. A guerra, que se atualiza em festa, também se manifesta na luta política, em que humanos e extra-humanos estão diretamente envolvidos.

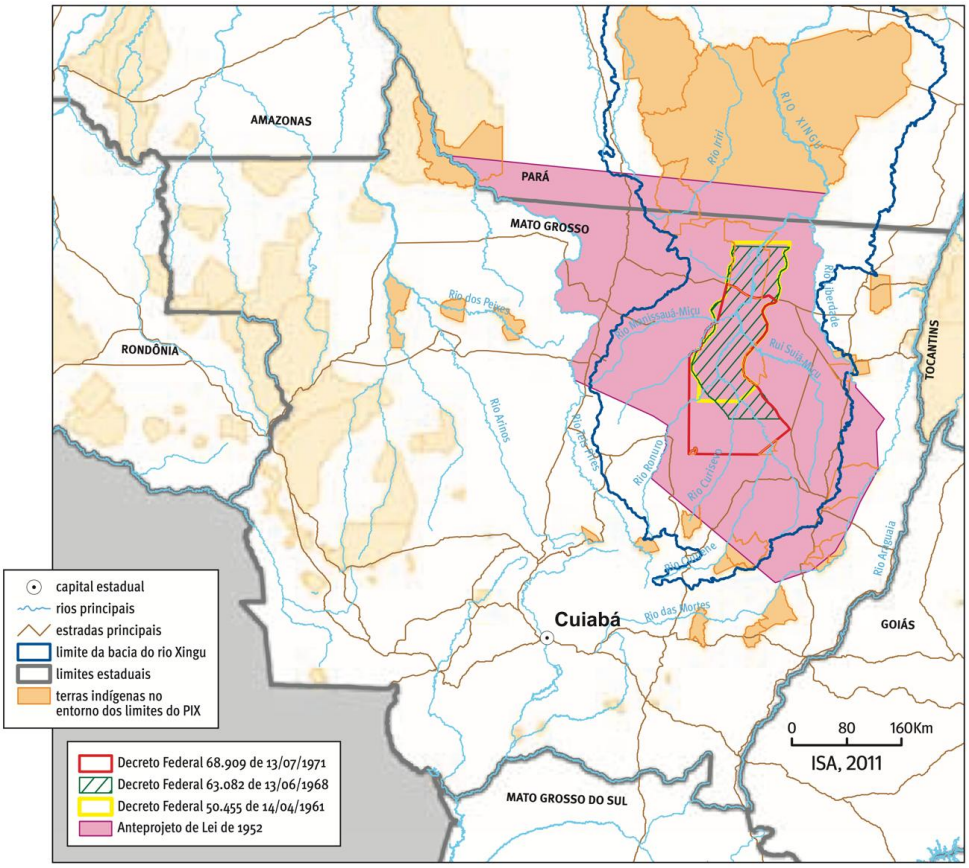
Política fundiária em Mato Grosso: presença indígena, colonização e agronegócio

O primeiro pesquisador que adentrou a região foi Karl von den Steinen (1940 [1889], 1942 [1886]) que contactou diferentes povos. Depois deste, outros expedicionários também adentraram as cabeceiras do Rio Xingu, como, por exemplo, Schmidt (1942), entre 1900 e 1901, Vasconcelos (1945), em 1925, e Petrulo (1932), em 1931. Em 1943, a presença estatal chegou na região para nunca mais sair, com a Fundação Brasil Central e a sua Expedição Roncador-Xingu. Estes trabalhos acadêmicos e relatório de viagem, aliada aos produtos das pesquisas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção ao Índio e do Museu Nacional (CARVALHO, LIMA e GALVÃO, 1949), deram o subsídio científico para o Anteprojeto de Lei de 1952 (BRASIL, 1953), que propunha a criação do Parque Indígena do Xingu com uma área cerca de dez vezes maior a que foi demarcada em 1961 e estabeleceria um corredor etnográfico no nordeste do Mato Grosso (ver figura 1, abaixo).

[3] O sufixo *-nau* indica plural.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

Figura 1 – Evolução dos limites do TIX. Fonte: Instituto Socioambiental (2011: 46)



O projeto argumenta que a demarcação preservaria a bacia do rio Xingu, valorizaria o intercâmbio cultural e econômico, assim como extinguiria as guerras e rivalidades entre os indígenas fixados nestas terras. Porém, durante a mobilização para a proposta do projeto e sua tramitação, fomentou-se, por parte do governo estadual, a venda de lotes a particulares, colaborando para o estabelecimento de latifúndios na região, ação assegurada pelo Código de Terras Estadual – Lei 336, de 6/12/1949 (MATO GROSSO, 1949). Dessa forma, o governo estadual "assinou inúmeros contratos de colonização juntamente com concessões de terras dentro e na circunvizinhança do perímetro previsto para o Parque Indígena do Xingu" (MENEZES, 2000: 120).

A Presidência da República só publicou o Decreto Federal 50.455 (BRASIL, 1961) que criava o que se chamava, à época, de Parque Nacional do Xingu, em 14 de abril de 1961. Durante a tramitação do processo, cerca de três quartos das terras indicadas pelo Anteprojeto de 1952 já estavam ocupadas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1955: 170). Esta ocupação envolveu processos de transformação destas em terras devolutas, seguida por alienação, vendas e, por fim, a sua inserção no mercado (MENEZES, 2000). Tal momento foi marcado pela formação de alianças e apoios políticos, uma vez que "os partidos políticos locais agiram sempre no sentido de viabilizar mecanismos de aceleração das transações efetuadas no mercado de terras" (MENEZES, 2000: 140).

O embate no âmbito público foi muito polarizado, uma vez que ambos os projetos se chocavam intrinsecamente e que a Expedição Roncador-Xingu teve grande exposição nos meios de comunicação da época (VILLAS-BÔAS e VILLAS-BÔAS, 1994). Um dos lados defendia a preservação da biodiversidade da área,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

assim como a vida e cultura dos povos xinguanos. O outro, projeto do estado e do mercado de terras, defendia a liberação da área para processos de povoamento, de uso dos recursos naturais e, principalmente, de estabelecimento dos primeiros empreendimentos da área. A bancada legislativa do estado de Mato Grosso atacou duramente a Fundação Brasil Central, os irmãos Villas-Bôas e o projeto demarcatório a favor dos indígenas, principalmente ao considerar que não existia um projeto de demarcação de área indígena de tamanha proporção no Brasil (MENEZES, 2000: 144).

Considerando este embate político, existem denúncias que apontam que os processos do Edital de Medição de Terras – passo necessário para a alienação de terras devolutas – ocorriam de forma fraudulenta, com omissão dos agrimensores (MENEZES, 2000). Essa negligência sobre o aviso prévio da presença de grupos indígenas gerou muitos conflitos na região. Orlando Villas-Bôas (Diário do Congresso Nacional, 1979: 1087 *apud* MENEZES, 2000: 164) argumentou que "então é preferível para o agrimensor ficar quieto, medir a terra, mesmo com o índio dentro e deixar a briga para os outros, porque ele é uma pessoa em trânsito. Feita a medição ele desaparece e vai para outra área".

Neste contexto tenso, se estabeleceram as fronteiras agropecuárias da região que, até os dias atuais, pressionam o TIX. A diminuição drástica dos limites do Anteprojeto até a demarcação final é imensa; na primeira proposta o limite sul seria próximo a Barra do Garças, esta que está aproximadamente a 500 km de distância da fronteira atual do TIX (MOREIRA, 2023). A proposta dos irmãos Villas-Bôas com esta vasta área seria estabelecer uma zona marginal de amortecimento, tanto para o contato com o não indígena quanto para os impactos de suas atividades. Como veremos a seguir, os Yawalapiti ainda desejam criar áreas de amortecimento e de recuperação nos limites de seu território, mas sem a mesma amplitude e com outras motivações.

As fronteiras e as pressões

A região do Alto Xingu é a porção montante do rio Xingu, composta por um conjunto de microbacias com rios, lagoas, córregos e nascentes. Todo o fluxo hídrico converge para o Morená[4], onde se inicia o rio Xingu propriamente dito. Essa região tem uma formação hídrica sinuosa, favorável para o estabelecimento de lagoas em cujas margens, vivem a maior parte dos povos da região. Cada um destes rios formadores recebe diversos afluentes, como o rio Toatoari – Tipatipa em Yawalapiti –, que desemboca no Kuluene e é o território tradicional do povo Yawalapiti. Dada a grande relevância hídrica da região, é de extrema importância a fiscalização das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das Reservas Legais (RLs).

As APPs são caracterizadas como áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. As RLs são caracterizadas como áreas localizadas no interior de propriedades rurais com a função de assegurar a sustentabilidade do uso econômico dos recursos naturais, auxiliando a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promovendo a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa. A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (BRASIL,

[4] Local de grande importância para a cosmologia alto-xinguana.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

2012), que envolve ambos os regimentos, ainda prevê a preservação de trechos estabelecidos às margens dos rios ou de qualquer curso d'água, em faixa marginal e com uma distância mínima de vegetação nativa, em que quanto maior a largura do fluxo hídrico, maior será a faixa marginal destinada para preservação de mata ciliar.

Segundo Gomes (2022), o projeto de ocupação agropecuária segue um passo a passo: derrubada da floresta para alimentar serralherias, criação de gado sobre a área desmatada e posterior estabelecimento de monoculturas. O gado atua como uma forma de empurrar os limites da ocupação, abrindo espaço principalmente para largas produções de soja, arroz, milho e algodão no caso do Mato Grosso. No Alto Xingu não é diferente. O Território Indígena se apresenta como uma "ilha verde" rodeada por monoculturas principalmente destinadas à exportação. Nesse contexto, as lideranças alto-xinguanas começaram a contactar os fazendeiros vizinhos em uma diplomacia mediada. Desses, um cacique em especial é muito lembrado, como narra Guerra Yawalapiti: "Meu tio Aritana teve contato com os fazendeiros. Alguns fazendeiros, não muito. Ele pedia para eles cuidarem da divisa do território".

Se antes, no caminho para a cidade, só havia floresta, sendo comum o avistamento de animais de diversas espécies do Cerrado e da Amazônia, hoje, o que se vê são campos abertos. Trata-se de um verdadeiro deserto de biodiversidade que faz fronteira com trechos de preservação. Assim, a disputa política que ocorreu em meados do século passado hoje se manifesta como dois modos de relação com a terra que gera consequências diametralmente opostas.

Ao viajar pela região, nota-se que boa parte das fazendas vizinhas e situadas no caminho para a Terra Indígena mantêm suas RLs nas proximidades da fronteira. Guerra Yawalapiti afirma que esta foi uma reivindicação de Aritana para manter as fronteiras do agronegócio o mais longe possível do TIX, e para que se assegurasse a função de abrigo e proteção da biodiversidade local. Entretanto, em algumas outras fazendas, pode-se notar que as APP não resguardam as nascentes e os fluxos hídricos em geral como deveriam. Uma consequência desta negligência é a contaminação desses fluxos com os rejeitos das atividades econômicas (SMITH, 2022). Há também casos em que as RLs não estão em continuidade com o TIX, sendo deslocadas para locais mais distantes da fronteira, criando ilhotas de "preservação" botânicas cercadas por monoculturas.

O distanciamento das RLs e a desregularização das APPs podem afetar diretamente as populações nativas da região. Nesse contexto, existem relatos de problemas de saúde que são tidos como proveniente da ingestão de peixe e animais que percorrem trechos dentro e fora dos limites do TIX e acabam por consumir grãos contaminados por agrotóxicos em geral. Walamatiu Yawalapiti afirma que, nas aldeias próximas dos limites, são recorrentes as reclamações de sintomas como náuseas, tonturas, vômitos, desorientação e dificuldade respiratória, creditados à contaminação de algum tipo de químico usado nas lavouras vizinhas.

As atividades do agronegócio desenvolvidas nos entornos do TIX seguem a descrição do passo a passo mencionado acima. Próximo às cidades de Canarana e Gaúcha do Norte há grandes complexos agroindustriais e uma presença quase que universal de monoculturas (Figura 2). Próximo ao TIX, nota-se a maior frequência de fazendas destinadas à criação de gado. Pouco nos disseram os Yawalapiti sobre a noção deles sobre a presença destes gados tão próximos. Como vimos com Gomes (2022), trata-se de uma característica da ocupação na região em que se utiliza da pecuária para "empurrar" o gado centro-oeste adentro, neste caso, em direção ao TIX.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

Figura 2 – Complexo agroindustrial em Canarana/MT[5]. Foto de Diego Moreira em 2022

A fiscalização das APPs e RLs é uma forma de preservar a biodiversidade e os direitos indígenas, considerando que a cultura do povo Yawalapiti depende do acesso à fauna e flora para a execução de seus rituais, a preservação da vida e para a continuidade de sua cultura material e imaterial (LEÃO, 2012). A partir do estudo da ocorrência de resíduos de agrotóxicos em sedimentos em pontos na região do Alto e Leste Xingu, "nota-se nascentes e margens dos afluentes do rio Xingu desprovidas de matas ciliares, enquanto a preservação da vegetação é mantida e protegida dentro dos limites das TIs" (SMITH, 2022: 33-4). O Estado Brasileiro e os órgãos envolvidos deveriam garantir que o Código Florestal seja de fato cumprido à risca, assim como o Cadastro Ambiental Rural, e caso não seja, que as medidas cabíveis sejam tomadas.

Apapalutapanau e os impactos extra-humanos na biodiversidade

É consenso entre os pesquisadores que ações antrópicas causam impactos ambientais. Nesse contexto, os Yawalapiti e os agentes indigenistas demonstram preocupação comum com a contaminação dos rios com agrotóxicos, a pesca esportiva, a invasão ou a degradação dos limites do território, a retirada ilegal de madeira e com o garimpo. De outro lado, a cosmologia deste povo atenta para um grau de impacto altamente relevante que envolve os seres extra-humanos, ou os *apapalutapanau*, como os yawalapiti os chamam, podendo afetar diretamente a existência da biodiversidade da região. As pautas chamadas "ambientais" são tratadas, pelos Yawalapiti, como cosmológicas, sendo que as relações de degradação

[5] Complexo da COFCO Internacional (China National Cereals Oils and Foodstuffs Corporation). Um dos principais grupos de agronegócio da Ásia com investimentos expressivos em boa parte do planeta. A filial registrada na figura está localizada nas coordenadas geográficas -13.543653, -52.333206.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

da terra também são ameaças à integridade ecológica de todo o ambiente, mantida pelos *apapalutapanau*. Em suma, o que conhecemos como meio-ambiente é algo intrínseco da sociedade deste povo; trata-se de um universo repleto de seres que atuam diretamente na cultura alto-xinguana e na manutenção dos ambientes que ocupam e preservam.

Desse modo, a agência dos *apapalutapanau* problematiza diretamente o estabelecimento simbólico e material destas vastas ocupações de monocultura. A existência destes seres depende diretamente de áreas preservadas, onde podem se refugiar e atuar enquanto "donos" de espécies e ambientes naturais. Quando a diversidade multiespécie da floresta é eliminada para a produção de uma única espécie na terra explorada economicamente, estes seres tendem a reagir, gerando degradação ambiental e, possivelmente, uma catástrofe de grandes proporções. Podemos afirmar que os projetos de ocupação desta região afetam os alto-xinguanos de maneira direta, com os impactos ambientais decorrente dos grandes empreendimentos, mas também de maneira indireta, através destes agentes cosmológicos.

Os *apapalutapanau* são seres que estão ligados a um tempo anterior à origem dos seres humanos. Esta categoria abarca "uma gama de seres que habitam as paisagens da região. Quando traduzido para o português, suas formas mais comuns são 'bicho' e 'espírito', podendo ainda, em determinados contextos, ser 'dono' e até 'gente'" (ALMEIDA, 2023a: 87). Sua conceitualização está além dos limites deste trabalho, mas, para o contexto aqui apresentado, eles se manifestam enquanto seres antropomorfos ou "animais-espíritos" de grandeza superior. Sua condição natural é a da invisibilidade, seja pela sua localização em áreas de pouco trânsito, seja pela sua intangibilidade corporal em situações ordinárias. Ver um *apapalutapa* é sinal de que se está doente, ou ainda de um mau agouro para quem o viu ou para sua família próxima. Os pajés, os rituais comunitários e a reclusão doméstica são as pessoas e os processos que visam domesticá-los ou acalmá-los; os meios seguros de se interagir produtivamente com os *apapalutapanau*. Dessa forma, o contato estimulado com eles deve ser evitado e, quando necessário, mediado por especialistas.

Aritana foi um grande cacique do povo Yawalapiti que, como vimos, realizava encontros diplomáticos com os vizinhos da Terra Indígena pedindo que os seus limites fossem respeitados e preservados. Esta era uma preocupação ambiental amparada legalmente nos aparatos das APPs e RLs, mas também diretamente relacionada aos seres extra-humanos, uma vez que, segundo Aritana, "nós devemos proteger os lugares dos espíritos poderosos, pois assim que os antigos falavam das relações ecológicas que sustentam nossos rios e os estoques de peixe" (*appud* GOW, 2014: 305). Se "espíritos" estão diretamente relacionados com as relações ecológicas, é porque estas últimas são realizações diretas dos primeiros. Em suma, os "espíritos" são os "donos" dos ambientes, da fauna e da flora, da hidrografia e da geografia. São seres que fazem a mediação, sempre perigosa, dos humanos com esses "recursos ambientais" que, em última instância, são sua "posse", que podem ser "cedidos" através de uma etiqueta interespecífica.

Ser "dono", ou *wüküti*, como chamam os Yawalapiti, de algo ou alguém é uma relação assimétrica que implica controle, proteção, cuidado e manutenção (FAUSTO, 2008: 331). Assim, cada paisagem tem um *apapalutapa* na posição de "dono", que controla aquele ambiente ou conjunto de seres de maneira proporcional ao cacique que controla a aldeia. O hiper jacaré, *yaka-kumã*, por exemplo, é o "dono" da foz do rio Toatoari, quando ele se encontra com o rio Kuluene. Assim como entre o povo Kalapalo, "é sempre uma relação a três que assume a forma de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

uma mediação. Os donos só 'aparecem' quando alguém tenta ocupar seu espaço, se apropriar de seus objetos ou se envolver com os moradores de sua aldeia" (GUERREIRO, 2016: 37). Nesse contexto, há protocolos para evitar a aparição desses, de modo que os recursos ou lugares controlados possam ser desfrutados sem desagradar seus "donos", que são protetores e, para cumprir essa função, podem revelar sua face predatória.

São "donos" humanos que interagem com "donos" extra-humanos, ambos tidos como responsáveis por uma festa ou por um coletivo de peixes, em que os primeiros seduzem os segundos de uma maneira "calculada e controlada" (ALMEIDA, 2023a: 118). Se tudo no Alto Xingu tem um "dono", os extra-humanos também são ativados em uma série de relações na formação da pessoa, especialmente durante a reclusão pubertária para a formação do lutador (COSTA, 2013), e em casos de doença e cura que, por sua vez, desembocam em rituais comunitários (BARCELOS NETO, 2008). Em suma, os *apapalutapanau* são essenciais para a cultura Yawalapiti e, em última análise, para toda a forma de vida. Assim, esses "lugares de espíritos poderosos" precisam ser preservados para manter seus "donos" calmos, visto que a sua perturbação sem a necessária mediação, pode ser catastrófica.

As relações com estes seres estão presentes em diferentes ocasiões da vida cotidiana e coletiva. Para citar um exemplo, em agosto de 2022, durante a preparação dos Yawalapiti para o *Itsatchi* — ritual mortuário conhecido popularmente por *Kwaryp*, seu termo em Kamaiurá —, um pajé wauja foi solicitado para realizar a mediação com o *apapalutapa* "dono" dos peixes, *yaka-kumã* ('hiper-jacaré'). No rio Toatoari, foram ofertados mingau de pequi, beiju e pimenta em um esforço do pajé com a finalidade de agradar o "dono" dos peixes o suficiente para que ele liberasse os peixes para serem pescados. Durante a noite, a pedido do "dono" do *Itsatchi*, o pajé entrou em transe induzido por tabaco no centro da aldeia. O transe tem um caráter premonitório, com o intuito de descobrir se a pescaria terá sucesso como resposta da negociação feita no rio. Após recobrir a consciência, o pajé informou a todos que a pesca não seria bem-sucedida, em decorrência da quebra de algumas "regras" rituais, o que acabou ocorrendo. A etiqueta não foi seguida à risca e o fracasso se sucedeu, uma vez que, quando o "dono" da festa não segue as "regras", o "dono" dos peixes pode se zangar e os levar embora.

As "regras", *iwiriutishana* em Yawalapiti, são uma série de práticas individuais e coletivas que devem ser realizadas para um bom funcionamento do ritual. Elas estão diretamente relacionadas com os *apapalutapanau*, pois, em sua maioria, são realizadas para agradá-lo. Trata-se de uma diplomacia cósmica em que as práticas são vigiadas por estes seres. Dessa forma, não cumprir uma regra básica, como, por exemplo, se abster de certos alimentos ou práticas, pode afrontar o *apapalutapa*, como ocorreu no caso acima.

Para o espírito, descumprir a "regra" e desmatar um trecho são formas de os afetar diretamente, guardadas as devidas proporções. Em um outro caso, segundo Walaku Yawalapiti, certa vez, o *apapalutapa* "dono" de um riacho que se manifestava enquanto uma grande Sucuri (*Eunectes*) foi atropelada no caminho para os Wauja. Como a cobra-espírito era quem cuidava daquele ambiente multiespécie, sua morte fez com que o equilíbrio cosmológico ficasse insustentável, gerando uma consequência ambiental. Após pouco tempo, o riacho secou e hoje só se vê o leito seco quando se passa na estrada.

Podemos afirmar que a saúde e a manutenção dos ambientes estão diretamente relacionadas à presença de algum *apapalutapa*. Dito de outra forma, todos os lugares "naturais" possuem um "dono". Assim como matar o "dono" também

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

faz morrer o ambiente, degradar um ambiente também pode levar à morte ou exílio de determinado *apapalutapa*. A presença destes seres pode ser vista, neste contexto, como um indicador ecológico, em que sua existência é diretamente dependente da saúde ambiental. Ou seja, preservar um ambiente ou um recurso natural, impactando o mínimo possível para manter o equilíbrio ecológico, é uma relação interpessoal entre humanos e extra-humanos para os Yawalapiti.

A preservação ambiental pode ser lida, nesse contexto, como um "direito extra-humano" que, assim como a primeira, é essencial para a saúde, para o bem-estar e para a cultura yawalapiti. A ocupação destes espaços para fins comerciais traz a economia como modo de relação, onde se opera a lógica cosmológica. Se de um lado há poder econômico, há também um poder cosmológico que é capaz de impactar diretamente a existência humana na região, como nos lembra Aritana. Esta relação também é evidente entre os Kĩsêdjê do Leste Xingu:

> Os brancos estão provocando os espíritos da natureza, estão destruindo todas as florestas. E os espíritos não estão gostando disso, e já começaram a se vingar. Nós indígenas sabemos disso há muito tempo, só agora os cientistas de vocês estão descobrindo essa verdade, chamando de mudança climática. (COELHO DE SOUZA et al., 2017: 21)

Morte ou fuga do *apapalutapa*: mudança climática e catástrofe cosmológica

As consequências de morte ou migração dos *apapalutapanau* em massa ainda não é concreta. Os nossos dados informam apenas exemplos singulares de mortes ou migrações, mas apontam que o aumento desses casos poderiam gerar uma catástrofe de proporções ainda desconhecidas. Os Yawalapiti contam que as paisagens xinguanas sofreriam sérias consequências. No âmbito terrestre, a morte ou fuga de um *apapalutapa* acarreta em uma perda das características de floresta e no estabelecimento de capoeiras e "campos". Já no âmbito aquático, podem decorrer assoreamentos e secas descomunais dos rios. Para os alto-xinguanos, o processo de seca causada pela morte de um *apapalutapa* pode ser extremamente rápido, como exemplo, afirma Raul Yawalapiti sobre um caso que ocorreu nas proximidades da Pequena Central Hidrelétrica Paranatinga II: "lá na barragem, disseram que mataram piranha grande, bem grande. Mataram e lá, onde morou essa piranha grande, secou, não tem mais dono. Por isso que aqui já tá secando esse riozinho aqui, o Kuluene. Eles [*apapalutapanau*] vão embora!"

As consequências terrestres e aquáticas são catalisadoras de mudanças climáticas que, para a perspectiva yawalapiti, são o resultado de um conflito com os *apapalutapanau*. Temos, de um lado, um modo tradicional de relação produtiva com esta gama de seres extra-humanos que gera a preservação da biodiversidade, o acesso aos recursos naturais e, principalmente, a continuidade da vida ritual cosmológica. Do outro lado, temos ações agropecuárias que pressionam o TIX e geram um desequilíbrio nas relações com os *apapalutapanau*, o que acaba por acentuar um processo de desertificação. As secas, as queimadas, o desmatamento e o assoreamento dos rios são um exemplo deste processo, que vêm aumentando de intensidade com o passar dos anos. Estas consequências seriam a catástrofe que os *apapalutapanau* podem gerar? O que os nossos interlocutores afirmam é que, além das áreas vizinhas desmatadas para monoculturas, lidas como "desertos" pela falta de biodiversidade, pode-se estabelecer "desertos" dentro da Terra Indígena, como uma consequência do avanço do agronegócio na região.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

A continuidade dos rituais alto-xinguanos é uma forma de manter sua cosmologia através de uma relação entre as comunidades indígenas, a fauna e a flora, além de uma gama de seres que são "donos" destes recursos. As relações com os "espíritos" não são estabelecidas somente através da preservação da biodiversidade. Elas são fundamentais em ações terapêuticas e rituais estabelecidos entre os indígenas e os *apapalutapanau*. Esta relação é marcada pelo trabalho de pajés e pela formação do chefe, em viagens oníricas e em casos de doença e cura, e se expressa em pagamentos tributários, em promoção de festas e nas suas "regras". Desses ciclos, os rituais são essenciais para manter uma relação mais produtiva com determinados *apapalutapanau*.

Portanto há um aspecto político da ação ritual dos chefes yawalapiti. As relações nas festas se baseiam em um plano guerra/festa. Como a relação basilar de um *apapalutapa* com um humano é a predação, o ritual é o modo de que a produção de festas e comida o faça ser familiarizado. Esta passagem para um outro modo não exclui a relação anterior, e uma série de "regras" são praticadas para o sucesso do ritual. Desse modo, a socialidade humana com os seres extra-humanas pode ser lida com a proposição teórica do desempenho dual de chefes e pajés: anfitrião-convidado, festeiro-guerreiro, aliado-inimigo (PERRONE-MOISÉS, 2015). O esforço cosmopolítico dos chefes com os rituais é de obviar a predação dos *apapalutapanau*.

Se rituais, juntamente com os processos de reclusão pubertária e de iniciação xamânica, são os modos de estabelecer relações produtivas com seres extra-humanos, o desmatamento e os impactos ambientais causados pelos grandes empreendimentos podem revelar uma face catastrófica dos *apapalutapanau*. Assim, além dos impactos diretos destes empreendimentos, os Yawalapiti também sofrem impactos cosmológicos indiretos causados através destes seres, o que pode, como consequência, catalisar ainda mais a degradação ambiental. Os chefes, por sua vez, têm plena consciência deste processo e o utilizam para teorizar os modos não-indígenas de produção e preservação.

Confluência de saberes

Aritana era conhecido por conseguir percorrer os dois mundos e, de alguma forma, produzir discursos convincentes que se apropriam dos modos de pensar da alteridade não indígena[6]. Como vimos na seção anterior, no caso da pescaria, ter-se-iam duas formas de explicação para a falta do peixe: a perspectiva específica do povo (quebra das "regras") e a externa, dos não indígenas (impacto ambiental). Aritana e outras lideranças que vieram depois conseguiam e conseguem dominar ambas as formas lógicas, direcionando seu discurso de acordo com seu ouvinte. Ao dialogar com alto-xinguanos, o discurso sobre os *apapalutapanau* e as questões cosmológicas são pautadas e, com agentes das esferas estatais e com os fazendeiros vizinhos, a questão da preservação da terra indígena e do seu entorno, assim como as leis e os aparatos legais são assunto.

Os povos indígenas do TIX conseguem se organizar internamente para que se mantenham as relações cosmológicas, assim mantendo os rituais e o acesso ao que chamamos de recursos naturais. O foco dos caciques é o de conter os avanços das fronteiras do agronegócio, considerando que a aproximação das grandes fazendas até os limites do Território Indígena é um evento histórico recente das últimas décadas. Aritana afirmava que, antigamente, do local do município de

[6] Para um esboço biográfico de Aritana, ver Almeida (2023b).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

Canarana até o TIX, não existia "branco", formando uma zona de amortecimento. Sobre o avanço, Aritana comenta: "*foi rápido isso aí, hoje como é que tá? Só tem campo [trecho desmatado] ali, até chegar no limite. Como vai ser o futuro do jovem agora?"* (Entrevista com Aritana Yawalapíti, 2020).

Guerra Yawalapiti observa que, em torno de 2010, ocorreu uma expansão de aldeias para áreas próximas às divisas do TIX. Estas foram movidas também pelo interesse de participar na fiscalização dos limites. Este aspecto foi evidenciado durante um curso de capacitação e vigilância do Território Indígena, realizado em 2022, onde os alunos destacaram a necessidade de ocupação nos locais de ocorrências ilegais: a retirada de madeiras na região oeste e a presença massiva de pescadores esportivos nos limites sul e leste. Ao acompanhar as discussões neste espaço, que era guiado por 4 professores não indígenas[7], notamos que questões de cosmologia local não foram citadas, mas sim aspectos como o acesso ao peixe, a manutenção das roças, a preservação dos leitos dos rios etc.

Há, portanto, uma espécie de confluência de saberes, uma teoria ambientalista que considera e fornece espaço para as perspectivas e cosmologias alto-xinguanas, tendo a figura de Aritana como um dos principais porta-vozes. Apresentar esta teoria e dialogar a partir dela é um projeto que será desenvolvido em pesquisas futuras, mas é possível percebê-la nas falas dos mais jovens. Guerra Yawalapiti considera que a degradação dos rios e da cobertura vegetal têm participação ativa do agronegócio, porém o principal perigo é a migração ou morte do *apapalutapa* que é "dono" daquela paisagem: "matando aquela sucuri [*apapalutapa*], o rio pode secar também. (...) Não pode desmatar a floresta, às vezes o 'espírito' muda também, vem pra cá [TIX]". Guerra Yawalapiti ainda complementa que a confluência entre o ambientalismo dos "brancos" e a cosmologia de seu povo, representada por Aritana, às vezes pode confundir a cabeça, e que, para os mais velhos, seria mais difícil articulá-los como o cacique fez: com uma teoria que conseguisse, em algum nível, amparar ambos os contextos.

Esta teoria, ainda que não tenha sido sistematizada, é amplamente utilizada e reivindicada ainda hoje. Os filhos e sobrinhos do finado cacique são personagens ativos na preservação do meio ambiente, com iniciativas de fortalecimento cultural e vigilância das fronteiras através de associações e institutos locais. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas até o centro da aldeia, *wükuka* em Yawalapiti, a preservação da natureza e a relação mediada com os *apapalutapanau* são pautas que andam alinhadas.

Considerações finais

Buscamos evidenciar que as ações movidas por atividades agropecuárias no entorno do Território Indígena do Xingu podem influenciar negativamente as relações entre humanos e extra-humanos. Apesar dos esforços para preservar os locais onde vivem os *apapalutapanau*, a degradação na região da bacia dos rios formadores do rio Xingu tem os deixado zangados. O cerne da questão é buscar evidenciar a influência negativa das atividades de agronegócio sobre o TIX. Influência esta que intensifica e propicia a predação dos "espíritos" sobre os indígenas. Com o avanço das fronteiras agropecuárias, cada vez mais próximas, pode-se levar a uma ruptura cosmológica catastrófica.

[7] João Carlos de Almeida (antropólogo); Rosalvo Duarte Rosa (biólogo); Jesulino da Rocha Filho (engenheiro ambiental); Sebastião Martins (Servidor da FUNAI).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

Descrevemos brevemente a existência de um projeto de colonização e ocupação das terras fomentado pelo estado do Mato Grosso, inserido em um contexto nacional. No Brasil, o grande foco nas "*plantations*" de cana de açúcar serviu como modelo de escalabilidade, através do experimento colonial português. Atualmente, se observa o mesmo modelo no agronegócio, que prioriza a otimização de espécies solitárias - no caso de Mato Grosso, principalmente milho, soja, sorgo, algodão e bovinos - para que cresçam sem uma cooperação multiespécie (TSING, 2019).

A figura de Aritana Yawalapiti exprime a capacidade dos povos do TIX de compreender, articular e teorizar as relações cosmopolíticas e os impactos dos processos de colonização e do estabelecimento de empreendimentos agropecuários. Tapi Yawalapiti lembra das palavras de seu pai, quando dizia para não aceitar projetos governamentais que possam destruir o Xingu: "não abra mão! Olhe para o futuro dos seus filhos, amanhã você vai ter neto! Esses meninos vão precisar da Terra, da floresta, do rio, do peixe." Seu discurso evidencia que tanto os seres *apapalutapanau* quanto os indígenas precisam do Território Indígena do Xingu preservado para a manutenção de um frágil equilíbrio cosmológico, da cultura e da sua transmissão intergeracional.

Os dados atuais ainda não são suficientes para estimar as consequências da fúria dos *apapalutapanau* e um possível desequilíbrio cosmológico. Os Yawalapiti apontam para desastres "naturais", como a baixa dos rios formadores do rio Xingu, para a mudança de coloração da água e para a disponibilidade de peixes, que vem diminuindo. As conclusões apontam que a degradação ambiental para fins econômicos assume o papel de agente em um potencial desastre cosmológico que, caso se perpetue, na análise dos Yawalapiti, pode trazer o seu fim. Nesse contexto, os argumentos dos chefes reforçam a necessidade de preservação, como afirma Walaku Yawalapiti: "a nossa luta (...) com o meu irmão Tapi, é manter o Xingu em pé. Enquanto a gente estiver vivo ainda, vamos tentar manter o Xingu em pé".

Assim, a partir da cosmologia deste povo, é possível supor consequências catastróficas da não preservação da biodiversidade. Nesse contexto, não há contradição entre o debate sobre as relações com os *apapalutapanau* e um discurso de preservação ambiental. O que temos é uma mutualidade que implica a alteridade não indígena na elaboração de seus próprios conceitos. Dessa forma, é possível trazer a cosmologia para as discussões sobre os impactos no Território Indígena do Xingu, assegurando "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" (BRASIL, 1988).

Recebido em 7 de fevereiro de 2025.
Aprovado em 29 de março de 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

Referências

ALMEIDA, J. C. A. S. de. *Tapanawanã: música e sociabilidade entre os Yawalapíti do Alto Xingu*. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UFSC, 2012.

ALMEIDA, J. C. A. S. de. *Mistura musical alto-xinguana: o ritual mortuário e sua alegria a partir dos Yawalapíti*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, UFSC, 2023a.

ALMEIDA, J. C. A. S. de. Esboço biográfico de Aritana Yawalapíti: a formação de um chefe prototípico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 18 (1): 1-26, 2023b.

BARCELOS NETO, A. *Apapaatai: rituais de máscaras no Alto Xingu*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL. *Anteprojeto de Lei*. Parque Indígena do Xingu, 1953.

BRASIL. *Decreto Nº 50.455*. Cria o Parque Nacional de Xingu, 14 abril 1961.

BRASIL. *Constituição Federal*. 1988.

BRASIL. *Lei 12.651*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 25 maio 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Relatório sobre uma investigação de terras em Mato Grosso*. Manuscrito, 1955.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (EDS.). *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças: Os territórios indígenas e tradicionais protegem a biodiversidade?* São Paulo: Sbpc, 2021.

CARVALHO, J. C. M.; LIMA, P. E. DE; GALVÃO, E. (EDS.). *Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

COELHO DE SOUZA, M. S. *et al*. T/terras indígenas e territórios conceituais: incursões etnográficas e controvérsias públicas. *Entreterras*, 1 (1): 5-60, 2017.

COSTA, C. E. *Ikindene hekugu: uma etnografia da luta e dos lutadores no Alto Xingu*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, UFSCar, 2013.

Entrevista com Aritana Yawalapíti. 11 ago. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/eli.laliberte/videos/10160079829003957>

FAUSTO, C. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, 14 (2): 329-366, 2008.

GOMES, M. E. O agro é top? Uma radiografia de tudo que o agronegócio não quer que você saiba. *Revista Piauí*, 192, 2022.

GOW, P. "Listen to me, listen to me, listen to me, listen to me . . .": A brief commentary on The falling sky by Davi Kopenawa and Bruce Albert. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4 (2): 301-309, 2014.

GUERREIRO, A. De que é feita uma Sociedade Regional? Lugares, Donos e Nomes no Alto Xingu. *Ilha – Revista de Antropologia*, 18 (2): 23-55, 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ED.). *Almanaque Socioambiental: Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo: ISA, 2011.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

IRELAND, E. Neither warriors nor victims, the Wauja peacefully organize to defend their land. *The Latin American Anthropology Review*, 2 (1): 3-12, 1990.

LEÃO, L. No Xingu, homenagem a Darcy Ribeiro e protesto antidevastação. *O Globo*, 25 agosto 2012.

MATO GROSSO, E. *Lei 336. Código de Terras do Estado de Mato Grosso*. 6 dezembro 1949.

MENEZES, M. L. P. *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MOREIRA, Diego Gabriel Leandro. *Produção ou predação: o aparato do agronegócio mato-grossense e suas consequências pela perspectiva yawalapíti*. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Antropologia, UnB, 2023.

PERRONE-MOISÉS, B. *Festa e Guerra*. Tese apresentada ao concurso de títulos e provas visando a obtenção do Título de Livre-Docente, USP, 2015.

PETRULLO, V. M. Primitive peoples of Matto Grosso Brazil. *The Museum Journal*, 23 (2): 84-186, 1932.

SCHMIDT, M. *Estudos de etnologia brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SMITH, A. K. de G. *Estudo da ocorrência de resíduos de agrotóxicos em sedimentos na região do Parque Indígena do Xingu*. Dissertação (Mestrado em Química), UNIFESP, 2022.

STEINEN, K. V. den. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

STEINEN, K. V. den. *O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VASCONCELOS, V. de P. *Expedição ao Rio Ronuro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VILLAS-BÔAS, O.; VILLAS-BÔAS, C. *A Marcha Para O Oeste*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A floresta de cristal: Notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. *Cadernos de Campo*, 15 (14-15): 319-338, 2006.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19114

Visiones del Desierto en perspectiva de los pastores de los valles Calchaquíes:
un ensayo de Etnografía Visual sobre la abundancia en los escenarios para la vida del Noroeste Argentino

Andrés A. Jäkel[1]
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

Resumen: La idea del "desierto" en estrecho vínculo con los ambientes áridos que caracterizan buena parte del área andina en el Noroeste argentino, se encuentra profundamente arraigada a tradiciones de pensamiento que, desde los orígenes del Estado Nacional, aparecen como rasgo colonizador en los discursos justificadores acerca de la incorporación de territorios para fines productivos. Las ideas de escasez y vacío como elementos constitutivos de estos discursos resultan muy efectivas a la hora de invisibilizar a las comunidades indígenas, que en muchos casos habitan estos lugares, y desconocer, su modo de vida y su composición de mundo. Con la etnografía visual como método, este ensayo busca mostrar el marco de abundancia en que se compone y desenvuelve la vida en estos lugares, haciendo pie en un ejemplo etnográfico concreto: el de los pastores de los valles Calchaquíes (Salta, Argentina), que habitan un mundo complejo repleto de seres y de situaciones de gran intensidad.

Palabras clave: desiertos, etnografía visual; Valles Calchaquíes; Noroeste Argentino

[1] Instituto de Antropología de Córdoba (CONICET), Museo de Antropologías (Universidad Nacional de Córdoba). Doctor en Ciencias Naturales, especialista en comunicación digital audiovisual, licenciado en Antropología.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

JÄKEL, Andrés A. **Visiones del Desierto en perspectiva de los pastores de los valles Calchaquíes: un ensayo de Etnografía Visual sobre la abundancia en los escenarios para la vida del Noroeste Argentino.** *Aceno – Revista de Antropología do Centro-Oeste*, 12 (28): 173-210, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Visões do Deserto na perspectiva dos pastores dos Vales Calchaquís:
um ensaio de Etnografia Visual sobre a abundância de cenários de vida no Noroeste Argentino

Resumo: A ideia de "deserto", intimamente ligada aos ambientes áridos que caracterizam grande parte da zona andina do noroeste argentino, está profundamente enraizada em tradições de pensamento que, desde as origens do Estado nacional, aparecem como um traço colonizador nos discursos que justificam a incorporação de territórios para fins produtivos. A ideia de escassez e de vazio como elementos constitutivos destes discursos são muito eficazes para tornar invisíveis as comunidades indígenas que em muitos casos habitam estes lugares, e desconhecer o seu modo de vida e a sua composição do mundo. Utilizando a etnografia visual como método, este ensaio procura mostrar o quadro de abundância em que se compõe e se desenvolve a vida nestes lugares, utilizando um exemplo etnográfico específico: o dos pastores dos vales Calchaquís (Salta, Argentina), que habitam um mundo complexo cheio de seres e situações de grande intensidade.

Palavras-chave: Desertos; Etnografia visual; Vales Calchaquís; Noroeste da Argentina.

Visions of the Desert in the perspective of the shepherds of the Calchaquí Valleys:
a Visual Ethnography essay on the abundance of life stages in Northwest Argentina

Abstract: The idea of the 'desert', which is closely linked to the arid environments that characterize a large part of the Andean area in North-western Argentina, is deeply rooted in traditions of thought which, since the origins of the Argentinian State, have appeared as a colonizing feature in the discourses justifying the incorporation of territories for productive purposes. The idea of scarcity and emptiness as constitutive elements of these discourses are very effective in rendering invisible the indigenous communities that, in many cases, inhabit these places ignoring, as well, their way of life and the composition of their world. Using visual ethnography as a method, this essay seeks to show the framework of abundance in which life in these places is composed and develops, on the bases of an ethnographic example: the shepherds of the Calchaquí valleys (Salta, Argentina), who inhabit a complex world full of beings and situations of great intensity.

Keywords: Deserts; Visual ethnography; Calchaquí Valleys; North-western Argentina.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Dos desiertos

Aún hoy, después de siglos largos de proceso colonial, la disputa por el territorio aparece como el problema más relevante para las comunidades indígenas organizadas del Noroeste argentino. La necesidad de volver a elaborar una y otra vez los argumentos y blandir las razones del derecho histórico sobre sus tierras, se hace agotadora frente al avance de empresarios (mayormente de la industria vitivinícola), muchas veces de origen extranjero, que llegan a instalar sus emprendimientos en los intersticios del "desierto". El Estado ofrece las condiciones para estas apropiaciones, no acude para ello a recursos novedosos, sino que emprende estrategias como la simple aparición de títulos de propiedad, sesiones de tierras que se han agenciado a sangre y fuego, sobre la idea siempre justificadora de conquistar desierto para la Nación, rescatándolo de la barbarie para incorporarlo definitivamente al proyecto civilizatorio (*sensu* SARMIENTO, 1845).

Si bien la historia ha revisado (al menos en parte) la gloria de nuestros proceres de la masacre, el concepto de desierto sigue intacto cuando se trata de entregar tierras a un extranjero para que establezca su finca de vinos de altura para exportación. La existencia de comunidades indígenas se resuelve con policía, como procediendo a podar los brotes de este "espacio natural", la presencia desértica del indígena se manifiesta ante la mirada moderna casi como una emanación local de este paisaje virgen que espera a ser apropiado. El discurso del desierto (POVINELLI, 2024), de profunda raigambre en los procesos coloniales, es el justificador por excelencia del avance moderno sobre los territorios. Su incorporación como espacios productivos se construye en torno a la idea de escasez (como concepto antagónico de la abundancia). Sus imágenes vinculadas al vacío se acoplan muy bien a los ambientes áridos, y son muy eficientes a la hora de invisibilizar las comunidades indígenas que en muchos casos habitan esos territorios.

Por su parte, la mirada de estas comunidades es bien diferente: los entornos habitados distan mucho de esta imagen desértica, se trata más bien de lugares vastos, poblados de seres que, desde sus formas diferentes de existencia, se entraman en los enredos de una socialidad ampliada. Los abuelos, los animales, los cerros y otras formas diversas de persona desenvuelven su intencionalidad hacia un mundo despierto. La enorme complejidad de los espacios en los cuales la vida se encamina no es la de un mosaico de objetos solapados, intrincados en una fractalidad que se nos presenta inabordable, sino más bien la complejidad de un entorno abierto y vivo en su constante fluctuación, a veces accidental y contingente, generalmente lleno de sentido, al cual es necesario atender y conocer para poner en marcha el paso siguiente. Cada gesto hacia el mundo tiene una intención, y los seres de este mundo siempre responden. Es entre estos destellos de la abundancia que la vida se despliega en los Andes. En el Valle Calchaquí Norte (en adelante VCN), estos mundos abundantes se están haciendo más pequeños y pobres conforme avanza la modernización. Desde esta perspectiva, el desierto es aquel que avanza detrás de los alambrados, donde los seres son forzados dentro de la piel

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

amordazada de los objetos, y acaban por congelarse dentro del cuerpo definitivo de las cosas inertes. Los ojos indígenas que miran ese paisaje se apagan de espacio vacío, escasez en el lugar de la abundancia, el desierto gana terreno y se avecina el fin del mundo (TSING, 2015).

Transformación de los Escenarios para la vida cotidiana

Con respecto a este último uso del término "desierto", vale aclarar que no proviene de una conceptualización local. Responde más bien a un uso epistemológico para la definición antropológica de lo que podría llamarse un "paisaje de escasez". En este sentido, no se alude a una escasez en términos de recursos (que podría ajustarse más al término moderno), sino a una pobreza ontológica, escasa de seres y de los complejos entramados en los que se debaten, escasa de sentidos en aquellos lugares en los cuales la vida cotidiana ya no puede encaminarse. Tal perspectiva se inserta en este ensayo dentro de lo que podríamos llamar "realismo pragmático" (FEYERABEND, 1995). Su incorporación en el marco de un armado epistemológico para la antropología (etnografía y arqueología), viene siendo fundamentada en trabajos previos (JÄKEL, 2023) y que será brevemente mencionada en el siguiente párrafo. Desde este recurso es que me atrevo a hablar de escenarios abundantes para referirme a los lugares donde se desenvuelve la vida Andina, con cierta confianza en estar ofreciendo un concepto riguroso a este ejercicio ensayístico.

La abundancia es uno de los conceptos clave en el pensamiento de Feyerabend, así como la inconmensurabilidad. Dos ideas que la antropología de hoy ha adoptado como profundamente útiles para aventurarse en otras composiciones de mundo, y en otras formas de pensamiento y acción hacia esos mundos. Para Feyerabend todas las teorías acerca del mundo son igualmente válidas, y ser capaz de desenvolverse habilidosamente entre ellas, aun a través de los límites de su mutua inconmensurabilidad, es la verdadera destreza del epistemólogo libre, capaz de encontrar sentidos en contextos de abundancia más allá de la demarcación paradigmática. Para este autor, la realidad es un ser: todo aquello que hace sentido para alguien. La abundancia de fenómenos y percepciones es siempre mayor que lo que podemos conocer. Ante aquella condición de abordabilidad del mundo circundante, uno solo conoce lo que puede abordar, así es como la realidad se cierne como un ser lleno de sentido que baila entre el mundo y la persona, resolviendo situaciones para la vida. Un escenario es, en estos términos, un armado provisorio de realidad que ofrece sentido para hacer abordable una situación para la vida, no en términos simbólicos o discursivos, sino ontológicos y metafísicos: esta realidad es, para Feyerabend, la única realidad posible, y no es una prerrogativa del lenguaje. Aun así, cabe mencionar que la conceptualización (*sensu* VIVEIROS DE CASTRO, 2004) acerca de los escenarios constituye una de sus dimensiones fundamentales, ya que permite abordar su composición ontológica de forma anclada en la terminología local. El ejemplo más claro en las páginas subsiguientes es la demarcación entre "campo" y "cerro", previamente referida en la tradición de estudios sobre pastoralismo andino (RABEY, 1989; TOMASI, 2013). Estos escenarios y sus distinciones han sido identificados a partir del trabajo de campo y aparecen en este artículo, estructurando descripciones acerca del entorno local. Este trabajo se propone el desarrollo de un ensayo etnográfico visual para describir los escenarios de la vida cotidiana en distintas localidades del Valle Calchaquí Norte (Salta, Argentina), aprovechando la comple-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

mentariedad entre el texto y la imagen, para componer un ejercicio descriptivo/creativo (*sensu* HOLBRAAD, 2014), donde el desierto queda puesto en perspectiva, ante la intensa abundancia de los entornos habitados. El agua, y los vaivenes entre su abundancia y la escasez como aspecto definitorio de la aridez del ambiente, será el principal elemento ordenador del desarrollo de este ensayo, junto con sus variaciones en términos de los escenarios del "cerro" y el "campo" como elemento conceptual local y abordable desde una estrategia basada en un principio de complementariedad, como será desarrollado más abajo.

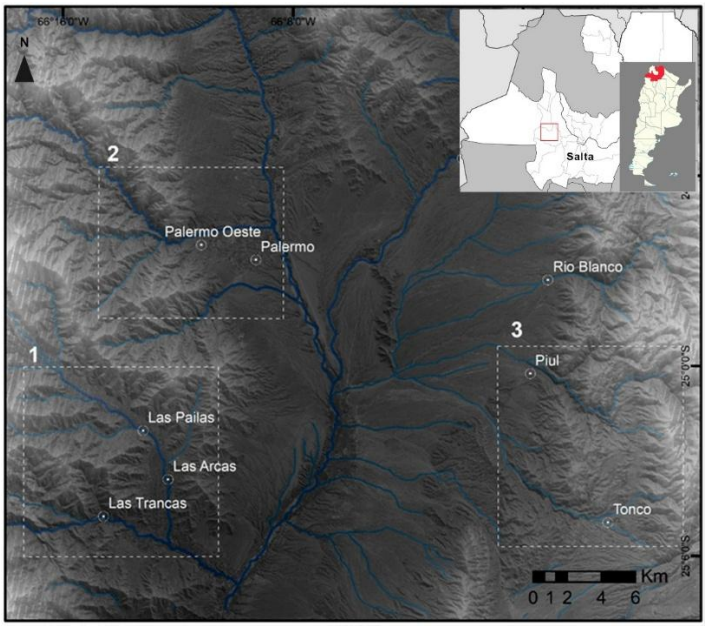
Vale aclarar que, al acudir terminología acuñada por diversos autores, que irán apareciendo en las páginas subsiguientes, no se pretende retomar la línea argumental elaborada por ellos más que en lo que supone el armado de ideas implicado en el sentido del término aquí referido con un espíritu instrumental. Dicho de otro modo, al hacer referencia, por ejemplo, a POVINELLI (2024) como soporte del término "discurso del desierto", no pretendo situarme en la propuesta teórica de la autora, ni mucho menos referir al marco del pragmatismo americano del que parte. En cambio, busco aprovechar la precisión invertida en la compleja definición que elabora la autora al describir los devenires de estos discursos y sus imágenes en las mentalidades contemporáneas. Lo mismo se aplica a Anna TSING (2015) y el término "fin del mundo" y damas categorías analíticas utilizadas, dejando el tal vez fructífero ejercicio de la discusión para futuras instancias, salvo por algunos breves comentarios en el final del texto.

Área de estudio y metodología

La región andina del valle Calchaquí norte

El área de estudio se encuentra circunscripta al Departamento de Cachi segmento Norte de los Valles Calchaquíes en la Provincia de Salta, en la región andina del Noroeste Argentino (figura 1). Estos valles siguen una franja a lo largo del río Calchaquí, con orientación Norte-Sur, al este de las Sierras Subandinas.

Figura 1 – Área de estudio: Valle Calchaquí Norte, Salta, Argentina y Sectores en los cuales se llevó a cabo el registro de imágenes



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

En la provincia de Salta abarcan unos 200 km (ZELARAYÁN y FERNÁNDEZ, 2015) atravesando los Departamentos de La Poma, Cachi, Molinos, San Carlos y Cafayate, cuya población mayoritariamente rural se dedica a la agricultura y ganadería. El valle es más estrecho en el norte, donde nace el río Calchaquí a más de 5.000 m.s.n.m., y se ensancha hacia el sur, en Cafayate. La topografía montañosa y las depresiones intermontanas permiten un uso agrícola muy acotado (SALUSSO, 2005) El clima, propio de los valles de altura de los Andes, es semiárido y templado, y con una marcada estacionalidad. Las lluvias alcanzan unos 140 mm anuales y se concentran en los meses de verano (PAOLI et al., 2002). Los suelos de textura arenosa a limosa, con buen drenaje, presentan abundantes gravas, guijarros, y sales en algunas áreas con bajo contenido de materia orgánica. Son muy susceptibles a la erosión eólica, lo que reduce su productividad (ZELARAYÁN y FERNÁNDEZ, 2015). La cobertura del suelo se caracteriza mayormente por la presencia de vegetación xerófila, y grandes extensiones de suelo desnudo. La aridez es mayor hacia el Norte conforme aumenta la altitud constituyendo el segmento Norte del Valle Calchaquí, un espacio de transición ambiental hacia la Puna. Desde las últimas décadas, el cambio climático ha ido acentuado drásticamente la aridez en esta región.

La ocupación prehispánica del área comienza en períodos tempranos, con milenios de desarrollo productivo y social, culminando con la presencia Inca (TARRAGÓ, 2003). A la llegada de los españoles, los Valles Calchaquíes eran una región multiétnica con agricultura irrigada y pastoreo de camélidos (MATA DE LÓPEZ, 2005; RODRÍGUEZ, 2008). Tras más de cien años de resistencia indígena, hacia fines del siglo XVII se establecieron las Mercedes de tierras y la Encomienda de indígenas para explotar la mano de obra local, proceso determinante en el origen de las haciendas como unidades productivas y organizativas dedicadas a la producción agrícola y ganadera, especialmente vid, trigo y ganado (PAIS, 2011). Con la organización del Estado, esta configuración territorial se consolidó en las zonas de fondo de valle como área de invernada de mulas, para el comercio surandino y otras actividades mercantiles (MARINANGELI Y PÁEZ, 2019). Actualmente existen comunidades indígenas Diaguita-Calchaquí que cuentan con reconocimiento estatal y propiedad comunitaria de sus tierras, las cuales se encuentran en diferentes localidades del Departamento de Cachi, hacia las laderas que circundan el valle — donde fue realizado este trabajo según la sectorización detallada en la figura 1 (JÄKEL 2018; JÄKEL y MARINANGELI, 2022; JÄKEL y PÁEZ, 2023) —. Sus rastrojos mayormente orientados para el consumo por parte de las familias tienen fuertes vínculos con las actividades de cría y pastoreo de ganado menor (JÄKEL, 2018; MARINANGELI, 2022). En contraste, las zonas de fondo de valle donde se encuentran los centros administrativos de Cachi (cabecera del Departamento homónimo) y Payogasta, se desarrolla la agricultura a mayor escala, con preponderancia del pimiento para pimentón y para el mercado regional (JÄKEL y PÁEZ, 2023). Otra actividad de gran relevancia es la producción de vid para vinos de altura destinados a mercados internacionales (MARINANGELI y PÁEZ, 2019). Estas fincas, generalmente vinculadas a capitales extranjeros, tienden a ubicarse en áreas muy próximas al territorio indígena y los constantes intentos por extender su superficie ocasionan, desde hace décadas, conflictos con las comunidades locales (JÄKEL y MARINANGELI, 2022), que han llegado a fuertes represiones por parte de la administración provincial, en algunos casos con notoria trascendencia mediática (e.g. BRIZUELA, 2020)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Etnografía visual como método analítico descriptivo y observacional

Los diversos modos de hacer antropología con imágenes poseen ya una larga trayectoria a partir de distintas tradiciones teórico-metodológicas y fundamentos epistemológicos (BANKS y RUBY, 2011; MACDOUGALL, 2006; PINK, 2006; 2023; PROSSER, 2005; WORTH, 2016; entre otros). Entre ellos, la etnografía visual, inicialmente planteada por Gregory Bateson y Margaret Mead en "*Balinese character. A photographic analysis*" (1962), es aquí recuperada como método analítico-descriptivo y creativo. La misma propone aprovechar la complementariedad de un registro verbal (texto) y otro visual (imagen), donde cada una aporta una parte que la otra no puede, completando de forma mutua su sentido (ALVES, 2004; BATESON y MEAD, 1962; ESPIRO y JÄKEL, 2016; JÄKEL, 2017; 2019; JÄKEL y TEVES, 2015; SAMAIN, 2004). En este ensayo me he propuesto poner en marcha este recurso contemplando las actuales controversias en torno a la "descripción etnográfica", acordando con la perspectiva de Ingold acerca de la observación participante (2014). Un aspecto para destacar de esta propuesta es la organización de las imágenes fotográficas en planchas según una estructura secuencial, que se condice con el texto organizado en tablas que remiten a la posición relativa de cada imagen dentro de la plancha fotográfica. Tal disposición conlleva implicaciones en múltiples dimensiones metodológicas y epistemológicas, una de ellas la posibilidad de construir narrativas visuales con un anclaje textual (SAMAIN, 2004) permitiendo un análisis del registro en su conjunto y no de forma aislada o individual.

El objeto de esta estrategia de trabajo, tal y como fue planteado por Bateson y Mead, era describir analíticamente las contradicciones entre el leguaje verbal y corporal en las relaciones de crianza en la isla de Bali, como ejemplo de la teoría del doble vínculo enmarcada en el paradigma cognitivo (BATESON y MEAD, 1962; SAMAIN, 2004). Si bien esta propuesta fundacional poco tiene que ver con la perspectiva de este artículo, deja claro que las potencialidades de esta técnica descansan en la posibilidad de abordar dimensiones complementarias (*sensu* BOHR, 1950; BARAD, 2007) es decir, aunque tales dimensiones de análisis sean mutuamente inconmensurables, cada una completa el sentido de la otra cuando son puestas en tensión mediante su correspondencia (JÄKEL, 2015, 2019). De acuerdo con la perspectiva de Sarah PINK (2016) la aplicación y problematización de este método en los contextos de investigación contemporáneos se muestra compatible con otras estrategias, como la etnografía en movimiento (INGOLD y VERGUNST, 2008), muy útil a la hora de estudiar aspectos relacionados a la percepción del entorno y el movimiento (PINK, 2016). Complementariedad y correspondencia son entonces las dos claves metodológicas que definen el interés depositado en esta técnica para abordar etnográficamente el entorno habitado (*sensu* INGOLD, 1993, 2017), considerando sus particularidades en el plano ontológico en el ámbito Andino (PAZZARELLI y LEMA, 2018), y sus especificidades en el espacio Calchaquí (JÄKEL, 2021). Dicho esto, cabe especificar cuáles son las dimensiones complementarias de las cuales pretendo mostrar sus correspondencias, y cómo el trabajo de campo etnográfico fue fundamental para tal ejercicio. Asumiendo este trabajo como un ejercicio creativo (HOLBRAAD, 2014; TOLA, 2019), la creación de imágenes y texto para referirme a los escenarios en los cuales se desenvuelve la vida cotidiana en el Valle Calchaquí Norte está orientada a la percepción del entorno, no en términos sensoriales y cognitivos (como bien podría haber propuesto Bateson), sino ontológicos y experienciales (en sentido

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

fenomenológico), como dimensiones complementarias (PEDERSEN, 2020) que se encuentran en la composición de los escenarios para la vida cotidiana, tales y como fueron planteados en el apartado anterior.

Entre los contrastes que parecen aportar elementos ordenadores del territorio desde la perspectiva local (*emic*), se destaca la regulación del agua un elemento tan escaso como indispensable: mientras en el "Cerro" el agua es gobernada por la acción no humana, en el "Campo", el fluir del agua es influida por la acción humana a través de acequias, cercos y compuertas. Estos contrastes podrían incluso rastrearse hacia el pasado arqueológico a través de la compleja tecnología de riego que forma parte de la infraestructura agrícola minuciosamente diseñada en importantes sitios como Las Pailas (PÁEZ y LÓPEZ, 2019). En contraste con los arroyos y otros cursos "naturales" de los cerros, cuyo fluir y abundancia aparecen como prerrogativas no-humanas, acaso afectadas por el delicado balance de los vínculos de los humanos con la tierra (JÄKEL y MARINANGELI, 2022). Estas demarcaciones constituyen interesantes orientadores para elaborar descripciones afectadas por la perspectiva local, sin embargo, como se ha dicho, el presente ensayo ofrece un ejercicio creativo en el cual la perspectiva *etic*, posee cierto protagonismo, de forma tal que la sorpresa y el extrañamiento, junto con cierta admiración, son difíciles de ocultar en la creación de imágenes acerca de la abundancia de este mundo, los elementos textuales (en muchos casos recuperados de entrevistas) proponen un anclaje local que aporta un descanso a esta sorpresa poniendo de manifiesto los referentes desde los cuales la imagen hace sentido. La complementariedad descripta pone entonces en juego otra seria de tensiones, aquellas que se dan entre las categorías analíticas del investigador (por ejemplo "vida cotidiana") y algunas demarcaciones, como las mencionadas previamente, como elementos ordenadores del mundo Calchaquí que orientan el ejercicio de composición creativa de este ensayo etnográfico.

La unidad de análisis se encuentra circunscripta a cada plancha de 6 a 10 imágenes y su texto correlativo, quedando orientado el análisis descriptivo a 3 niveles: a) cada imagen individual b) su complemento en el anclaje textual, y c) las relaciones de cada par imagen/texto en contexto de cada plancha. Sobre un corpus de 6.204 fotografías tomadas durante el trabajo de campo, se realizó una selección de 84 imágenes componiendo 12 planchas, de acuerdo con un criterio basado en la descripción creativa de algunas tareas cotidianas, y la complejidad y abundancia de los escenarios en los que ellas tienen lugar. El texto breve que corresponde a cada imagen es producto de observaciones, y en muchos casos contiene elementos conceptuales recuperados de entrevistas. La edición de las imágenes fue realizada mediante los softwares del paquete fotográfico de Adobe. El material se presenta en blanco y negro, aprovechando el recurso del contraste y la composición de la imagen para destacar elementos relevantes.

Los escenarios para la vida en el VCN: un ensayo de etnografía visual

Las instancias de trabajo de campo se llevaron a cabo en diversas localidades tendientes a las laderas de las serranías que rodean el valle hacia el Este y el Oeste, donde pueden encontrarse los territorios vinculados a las comunidades indígenas locales, como fue descripto en el apartado anterior. Los tres sectores referidos en la figura 1, fueron escogidos con un criterio de representatividad dado que abarcan una amplia distribución geográfica y variedad ambiental, a saber: Sector 1, zonas elevadas al Sudoeste del área de estudio, incluyendo las comunidades que

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

se ubican en los valles de Las Pailas, Las Arcas y Las Trancas; Sector 2 al Noroeste, Palermo y Palermo Oeste, con una amplia zona agro-pastoril próxima al pie de monte y la transición al "cerro", y un Sector 3, zona Centro-este del área de estudio, donde las localidades de Piul y Tonco representan la distribución desde el piedemonte hacia espacios más elevados en las laderas orientales del valle.

Plancha 1
Las Arcas

Este lugar es un hermoso valle de altura circundado de cerros donde los espacios de pastoreo y los rastrojos quedan muy próximos, es la vía de ascenso que se desarrolla en sentido Sur-Norte hacia Las Pailas y el Nevado de Cachi. el encuentro del campo con el cerro es muy intenso y notorio en este lugar, y en él los pircados antiguos se mezclan con estructuras de adobe actuales articulando un escenario donde las vidas de animales plantas y humanos se entrelazan.

Foto 1: Unidad domestica al pie del cerro, la imagen deja ver la imponencia de la montaña frente al llano (campo). A la vista, la verticalidad del cerro se manifiesta de manera muy clara con relación al campo, permitiendo definir un límite bastante preciso, que tiene un correlato en la conceptualización local.

Foto 2: Quema de pastos en el restrojo, al pie del cerro, esta es una práctica común vinculada a la recuperación del suelo para los rastrojos en momentos específicos de ciclo agrícola. En la parte inferior de la imagen se aprecia la presencia de pircados arqueológicos.

Foto 3: El fondo del valle del rio Las Arcas, muestra los cultivos actuales intercalados con pircados antiguos. A través de su materialidad, el pasado se encuentra presente en la vida cotidiana. Los pircados arqueológicos son reutilizados para las actividades agropastoriles, estando siempre latente que esas pircas fueron hechas por los *abuelos*.

Foto 4: Corral asociado a un árbol en zona de pasturas muy cercano a los rastrojos. Se puede apreciar la disposición radial del corral alrededor del árbol que queda ubicado en posición central, aportando resguardo a los animales. Se trata de una disposición común en la zona, que constituye un ensamble entre los materiales (pircas), animales y plantas contrarrestando la exposición al sol en la aridez general del entorno.

Foto 5: Casa de adobe ubicada junto al campo en barbecho (*alfalfa*), un perro vigila los alrededores. Dado que no existen límites visibles que separen el área correspondiente a la casa, los límites del espacio domestico correspondiente a un grupo familiar suelen quedar delimitados según el rango que el perro establece como aceptable para acercarse.

Foto 6: Tranquera instalada en un intento de apropiación ilegitima de las zonas elevadas de Las Pailas, por parte de capitales privados con intereses locales. El intento de desplazar a la comunidad fracasó por la resistencia y organización de sus miembros. La tranquera, que permanece siempre abierta, constituye, por su historia, una poderosa referencia en el paisaje, marcando un lugar de ingreso hacia el cerro, el "sitio sagrado" y los rastrojos más elevados.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 1 – Las Arcas

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 2
Las Pailas: tarea vinculada al pastoreo

Esto ocurre durante la mañana, los animales suelen pastar en zonas cercanas hasta la tarde. Si bien hay algunos pircados y alambres que impiden el acceso de los animales al rastrojo, ellos conocen el camino habitual y no hay necesidad de conducirlos, salvo alguna excepción. Más bien se los acompaña. Se trata de un espacio elevado de gran complejidad, donde los corrales y rastrojos se encuentran intercalados, hacia el Oeste se yergue el espacio del cerro donde se encuentra una de las rutas de acceso al Nevado de Cachi, pico más alto de la zona y lugar sagrado; hacia el Este, coincidiendo con la trayectoria del sol de la mañana, está el sitio arqueológico de Las Pailas (lugar de los abuelos).

Foto 1: Animales en un corral hecho por la reutilización de los restos de la casa de adobe. La misma fue destruida con una topadora, durante un evento de ingreso violento de la policía. Por miedo a repetir la experiencia, la casa no fue reconstruida.

Foto 2: El participante abre la puerta del corral, al hacerlo los animales inmediatamente salen del mismo sin necesidad de conducirlos hacia afuera.

Foto 3: Tras abrir la puerta el pastor se coloca a un lado dejando salir a los animales que tienden a moverse juntos encaminándose hacia el Sur en la trayectoria que siguen usualmente. El pastor vigila que ningún animal quede en el corral.

Foto 4: Una vez que todos han salido en medio de una estruendosa polvareda, el pastor acompaña la marcha procurando que los animales permanezcan juntos y se dirijan al lugar deseado.

Foto 5: Los animales se desvían hacia la ladera del cerro adyacente, y toman la dirección opuesta para dirigirse al Norte por el escarpado terreno. En este momento el pastor deja de acompañarlos y regresa por el mismo camino.

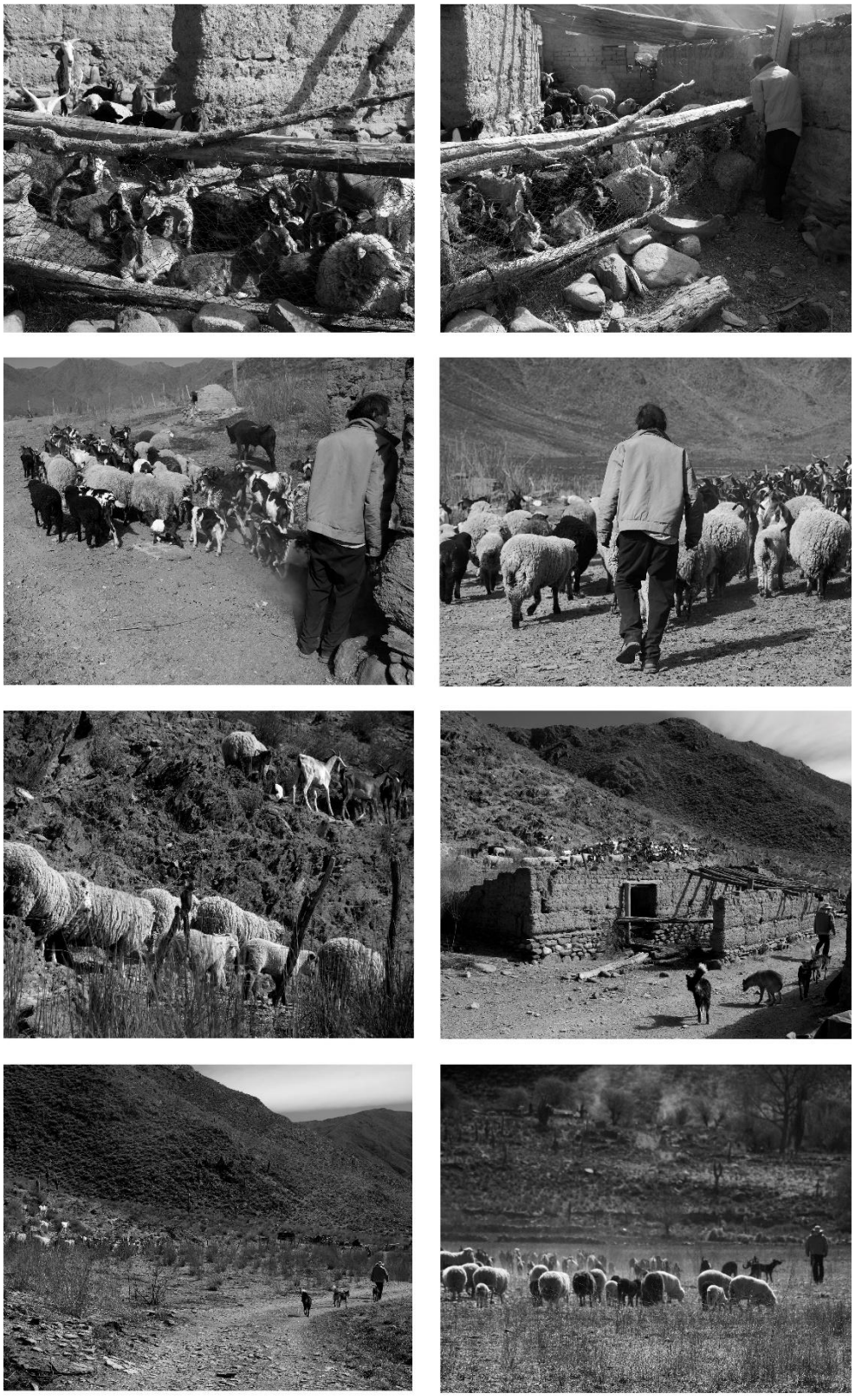
Foto 6: En paralelo, los animales por el pie de la ladera y el pastor por el camino se dirigen al norte, volviendo a pasar por la estructura que sirve de corral. El sol de la mañana queda ahora al frente de los animales. Cuatro perros acompañan al pastor, y lo asisten en las diversas instancias.

Foto 7: Sus trayectorias siguen rumbos paralelos para unirse un poco más adelante y acceder juntos al campo. La sincronía de la marcha hace que lleguen al mismo tiempo.

Foto 8: Al reunirse nuevamente, el pastor se coloca al frente del rebaño y conduce a los animales hasta el sector deseado para el forrajeo en el restrojo. En este momento es de gran importancia cuidar que los animales coman los pastos adecuados (según la variedad y la etapa de crecimiento de los mismos).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 2 – Las Pailas: tarea vinculada al pastoreo



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 3
Las Pailas, ribera sur

Adentrándose en las laderas de los cerros puede verse que el terreno se encuentra intensamente marcado por el paso frecuente de los animales que dejan sus huellas, repitiendo diariamente los circuitos. El sitio arqueológico es un espacio sagrado que parece señalar hacia la cumbre del Nevado. Los relatos del pastor implican permanente referencia al entorno: él señala donde se producen los encuentros más potentes con la Pachamama, el lugar donde habita su mujer fallecida recientemente, los lugares a los cuales se acompaña de los animales y el gran protagonismo del sol como entidad curadora en la esforzada vida cotidiana. Entrar en el sitio sagrado (sitio Arqueológico de Las Pailas) implica un inmediato encuentro con los abuelos, el tiempo funciona de otra manera en estos escenarios, precipitándose al presente con cada evocación.

Foto 1: Niños sentados compartiendo el espacio con los animales durante el forrajeo. Humanos y animales muy frecuentemente comparten los espacios, y es común ver niños jugando entre los animales mientras los cuidan.

Foto 2: Animales pastando en el cerro. Alternativamente, y variando durante el año, los animales pueden ser conducidos a campos en barbecho o bien a los pastos y vegetación arbustiva presente en las laderas de los cerros que se encuentran muy próximos en este paraje

Foto 3: El paso cotidiano de los animales por los mismos sectores en las laderas, va dejando huellas muy visibles en el terreno. Tales huellas son muy comunes de observar en diversas zonas siempre asociadas a las áreas de tránsito o pastoreo.

Foto 4: Animales pastando en el cerro, se puede observar su proximidad a la huella, la tendencia del rebaño a permanecer agrupado.

Foto 5: Pasto describe el escenario al tiempo que explica el desarrollo de la actividad. El sol es intenso aun por la mañana, y contrasta con el aire seco y fresco de la altura.

Foto 6: Resulta inevitable hacer referencia continuamente al entorno para describir las diversas tareas, con lo cual el participante señala gestualmente los diversos lugares. De fondo se observa el nevado de Cachi.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 3 – Las Pailas ribera sur

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 4
Las Pailas, ribera norte

Al otro lado del río Las Pailas, accediendo por un camino diferente que parte de una bifurcación incluso previa al valle de Las Arcas se puede llegar al sector Norte del sitio Las Pailas. Muy próximo al lugar referido como ribera sur, este escenario es distinto del anterior: se trata de un lugar más bien solitario, donde las rutas al Nevado no son accesibles, y el ingreso al sitio arqueológico es más complicado, sin embargo, la vista panorámica del mismo deja apreciar su relación con el nevado que se yergue a la cabecera de los pircados que alcanzan los límites de la vista.

Foto 1: Animales pastando en la zona de cambio de pendientes. En este paraje, los pastos y la vegetación arbustiva crecen muy cerca de la estancia y el rastrojo.

Foto 2: Animales regresando de la zona alta del cerro al atardecer. Suelen repetir una trayectoria que rodea el cerro adyacente a la estancia. Muchas veces el rebaño no es acompañado por un pastor. Antes de la puesta del sol comienzan a bajar del cerro.

Foto 3: Corral de gran porte y altos muros de pirca, ocluido por una puerta de madera de cardón que apunta hacia el cerro (norte).

Foto 4: Las crías, aun en período de lactancia, son atadas por las patas para evitar que dejen el corral durante los primeros meses.

Foto 5: Pequeño corral hecho de madera y alambre, muy próximo a la casa y destinado a tareas específicas, como la esquila, que son facilitadas por el menor tamaño y forma circular.

Foto 6: Montículo de guano extraído del suelo del corral, el cual es utilizado como fertilizante en el propio rastrojo o bien intercambiado a los vecinos por otros productos.

Foto 7: Este paraje constituye un escenario muy particular dada la presencia de pasturas naturales de gran calidad en las sueves pendientes que rodean a la estancia, en un espacio liminar entre el cerro y el rastrojo.

Foto 8: Tocado hecho con flores y un maxilar, como adorno exterior. Es común ver arreglos pendientes de los muros de las casas en sus inmediaciones.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 4 – Las Pailas, ribera norte

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 5
Las Trancas y El Algarrobal

Estos parajes se encuentran entre los cerros a una altura intermedia entre Cachi y Las Pailas. Si bien las condiciones no son propicias para el rastrojo, existen unas pocas familias que desarrollan actividades pastoriles, combinando alimentación a corral con aprovechamiento de la vegetación natural. En particular, El Algarrobal constituye un paraje de gran belleza, y acceso relativamente difícil, por donde corre el arroyo homónimo.

Foto 1: la vegetación xerófila característica convive con especies arbustivas que son alimento de cabras y ovejas. A primera vista, en el contraste con el sustrato parcialmente desnudo del cerro, las ramas secas no parecen ofrecer ningún recurso alimenticio, que los animales, sin embargo, se arreglan para encontrar.

Foto 2: La abundante disponibilidad de agua en este paraje sorprende, aun en la temporada seca (invierno), ya que no parece condecirse con la aridez del paisaje. Sin embargo, estos cursos de agua permanente se encuentran afectados por el alto drenaje del terreno, que no logra absorber suficiente humedad. El aprovechamiento del agua requiere de acequias y de una gran destreza para construirlas y utilizarlas.

Foto 3: Los rebaños se encuentran conformados por ovejas y cabras, con una predominancia de las primeras. En los corrales se las puede ver junto a sus crías, siendo el espacio que habitan durante largas horas.

Foto 4: La disponibilidad de piedra en el lugar permite la construcción de grandes corrales emplazados al pie del cerro para acceder fácilmente a las pasturas que se encuentran más arriba, y presentando además buenas condiciones para el largo periodo invernal en que los animales permanecen en el corral.

Foto 5: Existen sin embargo corrales circulares de menor tamaño, hechos de madera y asociados a tareas específicas, particularmente la esquila de las ovejas, constituyendo uno de los recursos fundamentales en este sector.

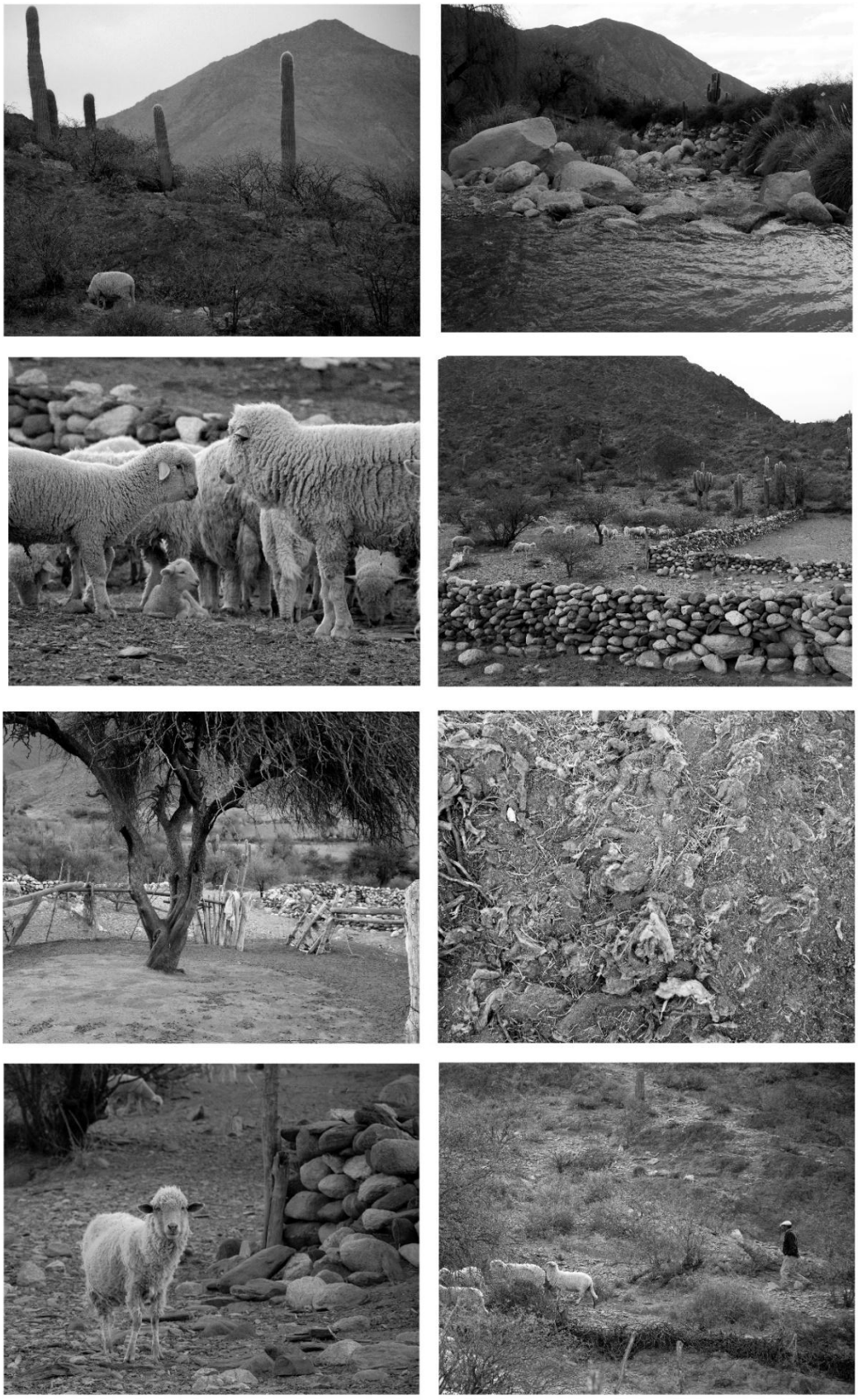
Foto 6: El suelo del corral muestra restos de lana de las esquilas, generando un sustrato compacto por el pisoteo y mezclado con el guano propio de los corrales.

Foto 7: En las inmediaciones de los corrales y el puesto, los animales pueden pasar parte de la jornada, ya sea por el forrajeo de arbustos inmediatamente próximos al corral, para beber agua, etc. El pastor puede tomarse un momento para estar con los animales y dejarlos circular, no siendo una actividad basada en pautas estrictas.

Foto 8: Un pastor acompaña a su rebaño hacia la vegetación disponible en cerro. Durante la mayor parte del año la alimentación se complementa con alfalfa dentro del corral, siendo muy acotados los periodos en que una estrategia u otra son exclusivas. Los fardos de alfalfa son generalmente comprados y provienen del fondo del Valle.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 5 – Las Trancas y El Algarrobal



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 6
Palermo Oeste

Este paraje tiene como particularidad que el forrajeo de animales en el rastrojo se ordena de forma colectiva. Lo mismo ocurre con los circuitos pastoriles estivales que se llevan a cabo en el cerro. La organización colectiva de las tareas tiene un correlato en la propiedad colectiva de la tierra, la cual correspondía a una finca (unidad productiva) que fue cedida a la comunidad.

Foto 1: El alambrado de los campos colabora a que lo animales se mantengan en el espacio correspondiente de acuerdo con la rotación de los cultivos.

Foto 2: Joven pastora conduce nuevamente los animales al corral por la tarde. Es común que estos movimientos se realicen aprovechando los caminos que rodean y conectan los distintos campos, dependiendo cuál de ellos sea utilizado para forrajeo en ese momento especifico.

Foto 3: Animales encerrados en un corral hecho con madera y alambre, y asociado a un árbol que aporta resguardo. Este corral en particular se encuentra inmediatamente adyacente a un campo en barbecho (foto siguiente), y asimismo al camino que conecta periféricamente otras parcelas.

Foto 4: Ingreso al campo sembrado de alfalfa, directamente enfrentado a la puerta del corral de la foto anterior. Basta abrir esta entrada y la puerta del corral, para que los animales se desplacen hacia el campo.

Foto 5: Una pastora con su perro acompaña al rebaño en el rastrojo. La presencia de un pastor es siempre preferible para tener mayor control sobre las zonas del campo a las que acuden los animales, evitando por ejemplo que se dirijan al sector arado que se observa en la imagen.

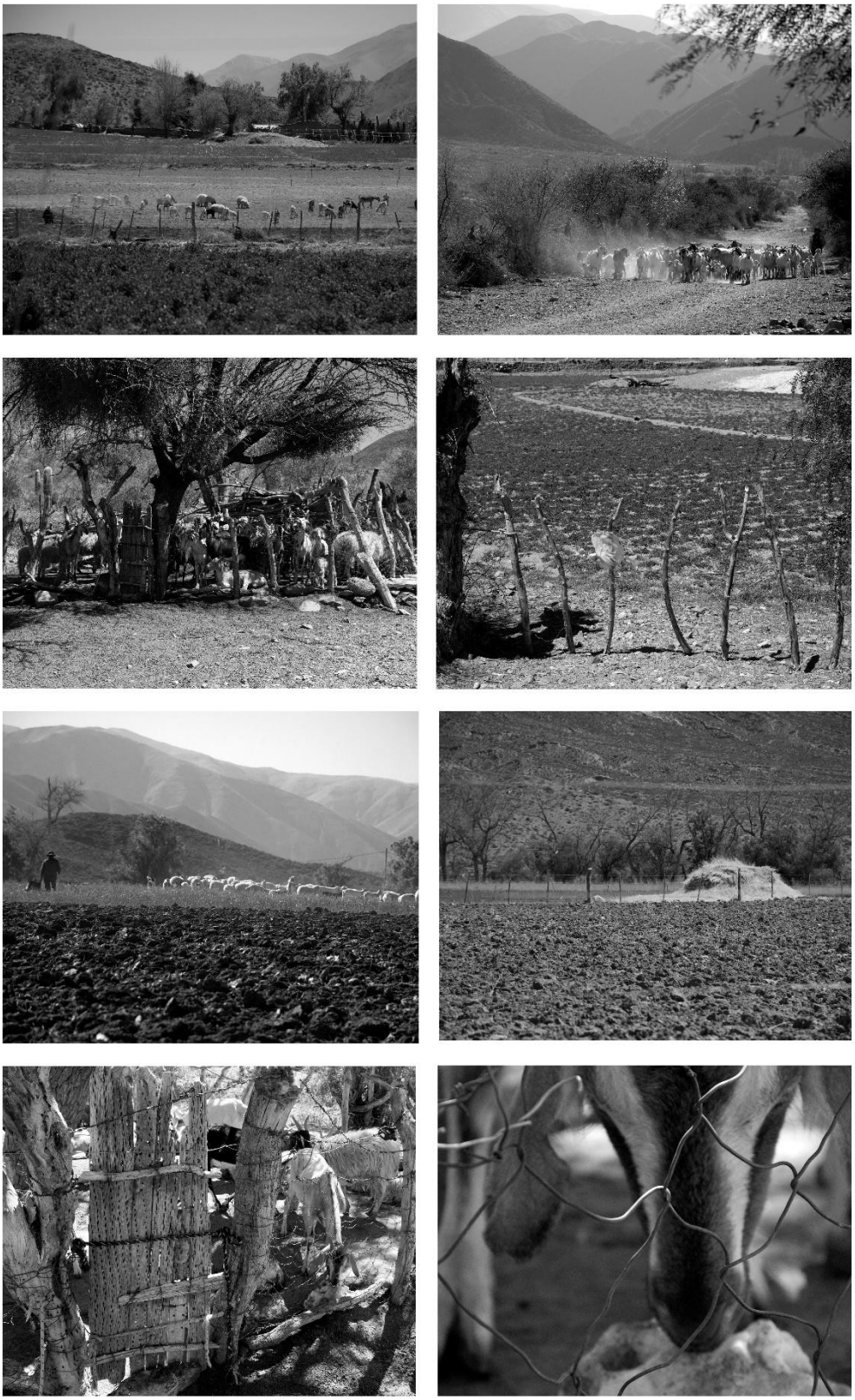
Foto 6: Parva de alfalfa de uno de los cortes anuales. Será utilizada más tarde para alimentar a los animales en los corrales ante la escasez, o bien para venta o intercambio. Muchas veces la parva permanece resguardada mediante un alambrado u otro tipo de cerco.

Foto 7: Detalle de la puerta del corral hecha con madera de cardón, y cuerda de lana para mantenerla cerrada.

Foto 8: La sal, siendo un producto puneño, es común en la mayoría los corrales con el fin de combatir parásitos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 6 – Palermo Oeste



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 7
Palermo y Pucara, escenas del cerro

La delimitación entre el campo y el terreno escarpado del cerro es bastante clara, implicando incluso suelos con diferentes texturas. El contraste entre los escenarios del campo y el cerro son muy acusados, en especial en este paraje, ya que el área de campo se desarrolla en una planicie prolijamente segmentada y ordenada que poco se parece a los entornos escarpados del cerro, donde existen otras fuerzas actuando sobre el devenir de animales y pastores.

Foto 1: En los espacios intersticiales del cerro, afloran las pasturas naturales en verano. Identificar los lugares donde se encuentran las mejores pasturas y acudir a ellas cuando están en su fase apropiada de crecimiento y en cantidad suficiente requiere un gran conocimiento.

Foto 2: curso del río Pucara que desciende desde el Nevado e irriga los parajes de Palermo y Palermo Oeste. Aguas arriba, el valle de este río reverdece durante la época de lluvias.

Foto 3: Paisaje accidentado y pendientes de las laderas occidentales, muy próximas a Palermo y la zona de piedemonte.

Foto 4: La vegetación arbustiva cobre gran parte de este sector, de forma alternada con pasturas en la temporada estival. En fuerte contraste con las zonas más altas estériles y pedregosas, este escenario proporciona condiciones para la actividad pastoril.

Foto 5: Vista panorámica de Palermo Oeste desde el cerro, y en dirección al este. Se observa un corral cuadrangular de pirca asociado al campo, y una zona influida por el tránsito de animales alrededor de un árbol. De fondo: Palermo, Los Cerrillos, las laderas orientales y Río Blanco.

Foto 6: Vista hacia el nevado desde Palermo Oeste, estos cerros habitados por un gran número de puestos y corrales son el escenario del pastoreo de verano, para las familias de este paraje.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 7 – Palermo y pucara, escenas del cerro

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 8:
Palermo: secuencia de actividad forrajera

Esta secuencia muestra un gesto dentro del desarrollo de las tareas forrajeras de un rebaño en una parcela de tamaño moderado de alfalfa. El pastor supervisa y se encamina para orientar a los animales a otro sector. Debe cuidar que los animales no coman la alfalfa que se encuentra en etapas particulares de crecimiento, ya que esto les causa enfermedad. Se dice que se "empastan" y se llenan de viento llegando generalmente a morir. Los animales necesitan del pastor para elegir correctamente lo que deben comer. Él dedica gran atención a esta tarea y cuida, además, que la alfalfa no se agote.

Foto 1: Al observar el acceso de los animales a un sector inapropiado, el pastor inicia la maniobra gestual que orienta a los mismos hacia la zona correcta del rastrojo.

Foto 2: Particularmente, dos cabritos han sobrepasado el sector deseado. El pastor se dirige a interceptarlos blandiendo una delgada varilla.

Foto 3: Al llegar a su encuentro, cierra el paso haciendo un ademan con la varilla, (no amenazante sino simplemente a modo de barrera)

Foto 4: De este modo, los animales —tanto los dos cabritos como el resto del rebaño— inmediatamente reaccionan cambiando de rumbo. La previsión de los movimientos de los animales parece ser fundamental para esta clase de interacciones.

Foto 5: El pastor camina tras los animales dirigiéndose ahora a la izquierda para trasladarlos hacia el otro extremo del barbecho, donde el largo es adecuado, para evitar que se agote el recurso.

Foto 6: Los animales afectados por el movimiento del pastor se dirigen en grupo hacia el lugar deseado, muy próximo a la casa.

Foto 7: Una vez encaminados, y antes de que se reubiquen, el pastor se dirige nuevamente al punto inicial.

Foto 8: Este sitio resulta estratégico para observar dando espacio a los animales, y prever sus movimientos, o su posible dispersión, constituyendo esta una de las tareas fundamentales de la actividad.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 8 – Palermo, secuencia de pastoreo

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 9
El camino a Piul

El camino hacia Piul desde Payogasta constituye una línea recta que atraviesa una planicie inclinada de unos 12 km hasta el pie de las laderas orientales del Valle. Esta ruta revela progresivamente un entorno imponente, pudiendo acceder visualmente a casi todos los sectores del área. Las personas incorporan este entorno y resulta habitual participar de cerros distantes como si fueran interlocutores, ya que nada hay entre ellos y nosotros.

Foto 1: En Payogasta la topografía obtura la visión del Nevado de Cachi, aportando solo una vista panorámica hacia el este. El movimiento en esta dirección implica el descubrimiento del Nevado en toda su inmensidad quedando a espaldas de quien anda este camino.

Foto 2: Se trata de un ambiente relativamente llano con una vegetación arbustiva característica, atravesada de algunos cursos de agua estacionales. Desde este espacio abierto, árido y silencioso, que recibe los vientos desde diferentes direcciones, todos los lugares del Valle parecen cercanos, como si se pudiera llegar caminando en cuestión de minutos.

Foto 3: A medida que se recorre la suave pendiente ganando altura progresivamente, se va modificando notoriamente el régimen visual. Particularmente comienzan a apreciarse las laderas que rodean el valle desde el Oeste, y cómo el valle se estrecha hacia el norte.

Foto 4: Los cerrillos se encuentran relativamente cercanos a esta ruta, en el trayecto se los pasa por su extremo Sur, implicando una fuerte referencia del paisaje, en términos de posición y de distancias. Dada la uniformidad de este entorno, tales referencias lejanas son las únicas pautas apreciables para orientarse.

Foto 5: Al llegar al pie de las laderas orientales, donde se encuentra el paraje de Piul, puede observarse la vegetación baja característica. Esta zona reverdece en verano por influencia de las lluvias y los cursos estacionales. Según los participantes, en esas laderas hay un gran número de puestos, actualmente en desuso, muchos de ellos arqueológicos.

Foto 6: Tal vez el aspecto más relevante de este lugar (laderas orientales del valle) es la vista despejada e imponente del nevado de Cachi. En el fondo de valle y las laderas occidentales no puede apreciarse de igual forma, debido a la proximidad a los cerros de menor altitud que obturan la visión.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 9 – El camino a Piul

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 10
Piul

En la zona de pie de monte en este paraje se encuentran una serie de estancias diseminadas. El piedemonte oriental es marcadamente árido con relación a los valles altos occidentales, ya que los cursos de agua en esta parte son estacionales. La extrema aridez no impide el desarrollo de tareas pastoriles que en momentos específicos se desarrollan hacia las planicies pedregosas de los conos de deyección y los suelos influidos por el rio Calchaquí.

Foto 1: La arquitectura de las unidades habitacionales suele estar basada en materiales como adobe y paja, la cual es típica de la zona, en especial por la escaza disponibilidad de otras materias primas.

Foto 2: Los corrales aguardan vacíos mientras los rebaños pastan libres en el terreno circundante, muchas veces sin supervisión. Los materiales utilizados son variables, muchas veces son objetos reciclados.

Foto 3: Las estancias se suelen tener uno o más corrales, una huerta y demás espacios para el desarrollo de diversas actividades.

Foto 4: La posición de los corrales respecto a la casa es próxima, aunque suficientemente alejada para evitar ruidos y olores.

Foto 5: El suelo de las inmediaciones de la estancia, de un sedimento fino y suelto, se encuentra surcado de huellas de los rebaños. Los animales circulan ahí con total soltura.

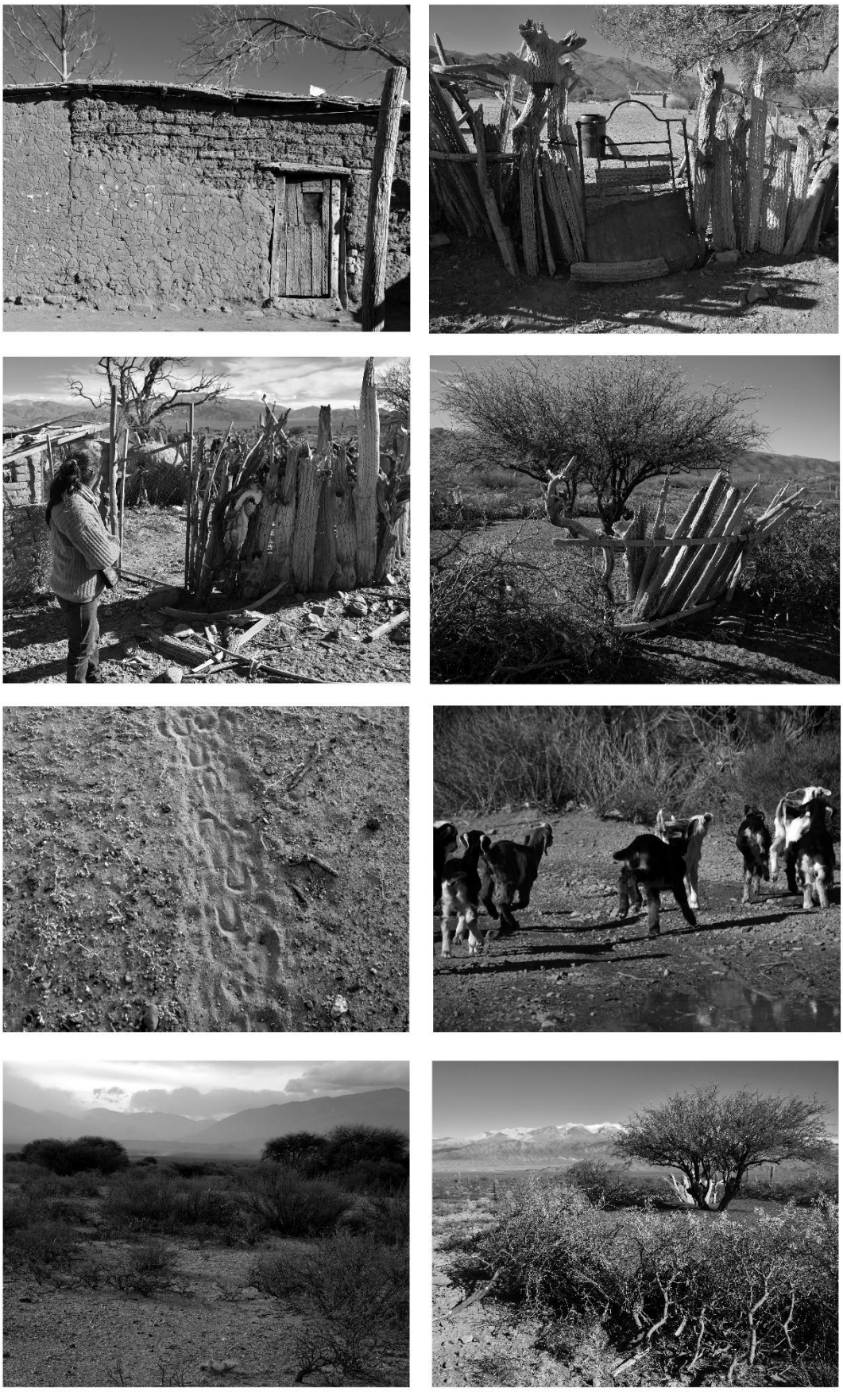
Foto 6: A diferencia de otros sectores, es común ver aquí a los animales, incluso las crías, desplazarse solos, buscando alimento y agua, muchas veces en las acequias vinculadas al rastrojo.

Foto 7: La escasa irrigación da un entorno muy árido, con vegetación arbustiva y xerófila. Se destaca la extensión del terreno llano al pie del cerro donde se realiza el forrajeo de los animales.

Foto 8: En este paraje es común ver corrales fabricados con ramas, en reemplazo de las piedras u otros materiales muy escasos en este lugar.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 10 – Piul



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 11
Tonco 1

Tonco constituye, al igual que Piul, un paraje extremadamente árido, sin embargo, se encuentra inmerso en el ámbito de los cerros, con una visibilidad más restringida al entorno próximo, y multiplicidad de escenarios de altura incluyendo vegas de gran relevancia para las tareas pastoriles.

Foto 1: Al tratarse de un lugar más alto, la disponibilidad de piedras y su utilización para construir corrales es más frecuente.

Foto 2: Los corrales se destacan en el paisaje, como elementos sobresalientes de un entorno desértico. Su ubicación es estratégica con respecto al acceso a las pasturas.

Foto 3: Hacia los espacios más elevados de este paraje, donde son conducidos los animales para el pastaje, se encuentra una pequeña laguna que aporta humedad al sector.

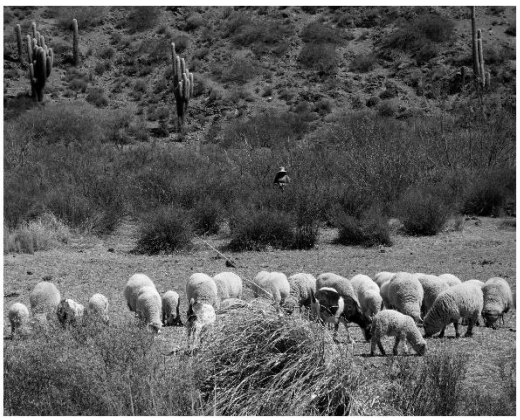
Foto 4: En sus inmediaciones brotan prolíficas pasturas aptas para el pastoreo de animales, lo cual contrasta fuertemente con las escasas condiciones de este paraje para la actividad agrícola, que aquí es muy limitada.

Foto 5: Los pastores acompañan a sus rebaños durante la jornada. En esta zona, más elevada que el cercano paraje de Piul, suele haber pumas que asechan a los animales.

Foto 6: Se ponen en práctica estrategias de riego para enriquecer la proliferación de estas pasturas, aun fuera de la temporada estival mientras haya disponibilidad de agua.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 11 – Tonco 1



ACENO, 12 (28): 173-210, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587
Dossiê Temático: Antropologias dos desertos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 12
Tonco 2

La aridez es uno de los aspectos más relevantes de este paraje, el suelo pedregoso y estéril, interrumpido ocasionalmente por algún árbol, una estructura arquitectónica o un pequeño rastrojo irrigado. Sin embargo, ante esta situación, una gran cantidad de estrategias son puestas en marcha, las cuales implican, mayormente, una intensa movilidad. La coordinación de tareas en espacios desagregados amplía el escenario para la vida de estas personas, permitiendo definir un entorno complejo que se ensambla en los flujos de la vida cotidiana.

Foto 1: Corral de pirca en el cerro próximo al paraje de Tonco, el mismo se encuentra en un espacio relativamente llano entre las laderas. Su forma circular y dimensiones (aproximadamente 10 metros de diámetro) fue observada en escenarios similares. El radio de desplazamiento alcanzado por los animales desde el corral durante una jornada alcanza para cubrir un amplio rango de las laderas.

Foto 2: Los animales aprovechan los entornos amplios y secos. Los sonidos, los olores, el viento, la temperatura, el cielo profundo, todo adquiere otra dimensión ante la apertura del espacio que promueve la aridez del ambiente.

Foto 3: La imagen muestra un corral emplazado en la proximidad de los rastrojos (muy diferente al ejemplo del cerro) y muy cerca una parva de alfalfa reservada para la alimentación de los animales en el corral durante la temporada seca.

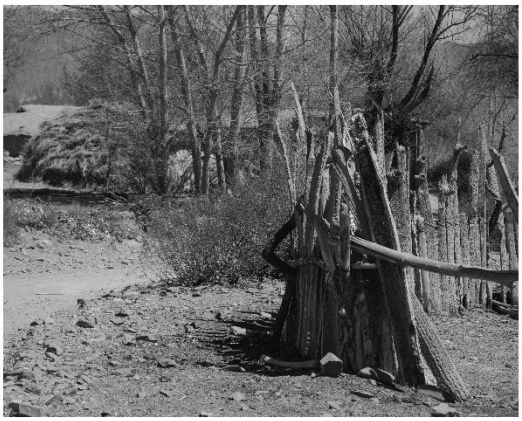
Foto 4: Los fardos de alfalfa en la proximidad de las casas son muy comunes en estos parajes. Los mismos constituyen una reserva para la alimentación a corral, en este caso, no son excedentes de los rastrojos locales, sino fardos comprados provenientes del fondo del Valle.

Foto 5: Restos de animales forman parte de un paisaje característicamente árido, si bien las estrategias en torno a la cría y pastoreo de animales son generalmente efectivas, existen años especialmente secos, en que la sequía deja su huella.

Foto 6: El paso del agua de las acequias, como recurso escaso, irriga el suelo propiciando el crecimiento de pasturas en las inmediaciones de los rastrojos, Constituyendo un aporte al aprovechamiento exhaustivo del agua.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Plancha 12 - Tonco 2



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Palabras finales

Como se dijo inicialmente, el presente trabajo tiene un carácter de ensayo, y no busca arribar a grandes conclusiones, en tal sentido será suficiente esbozar un breve comentario final, a modo de reflexión, que sintetice la intención de desalentar con etnografía las imágenes del desierto que nublan la mirada sobre el mundo al cual acudimos.

Retomando las ideas que quedaron expresadas en las primeras páginas, se ha mencionado que las diversas complejidades que circundan a los discursos del desierto, tanto en lo que respecta a su forma de ser, como a su forma de operar socialmente, se apoyan en la idea de escasez (o falta de abundancia) en todos los sentidos del término (POVINELLI, 2024). Estos discursos toman fuerza ante la experiencia perceptiva de un ambiente árido, que parece confirmar dicha pobreza, que no es solo material, sino una pobreza general de los fenómenos, un aletargamiento del tiempo y un espacio casi sin contenido. Esta perspectiva alimenta de forma muy efectiva la idea de que los grupos humanos que habitan estos lugares tienen también vidas desérticas, llanas, vacías, aletargadas y carentes de sentido. El trabajo etnográfico (tal vez en alguna de sus acepciones más tradicionales) tiene la prerrogativa de conocer la otra perspectiva: aquella que se realiza en la experiencia misma de la vida cotidiana, y que, inmersa en una composición de mundo en la cual diversos seres desenvuelven los sentidos, se encuentra en el plano de lo real. Las páginas anteriores mostraron algunas de las complejas dimensiones de esto *real*, en las que se desenvuelve la vida haciendo sentido. La idea de *escenario*, traída de FEYERABEND (1995), permitió construir fragmentos discernibles, inteligibles y entonces describibles y abordables desde el punto de vista analítico/creativo, de los cuales solo un pequeño asomo fue bastante para adivinar la intensa abundancia que detentan. Abundancia de sentidos y abundancia de fenómenos entre los cuales discurre la vida en esta parte del Valle.

Si el desierto se encuentra donde la escasez, cabe preguntarse entonces cuál es el desierto en la perspectiva de las comunidades indígenas del VCN. Llegada esta instancia vale aclarar (como al principio), que no he realizado una exploración etnográfica sobre este concepto, y el mismo ni siquiera surgió durante el trabajo de campo. Sin embargo, resulta válido el ejercicio intelectual de esta pregunta, que no busca definir en positivo, sino experimentar con la inversión en un intento de revertir virtualmente las ideas referidas.

Un elemento que sí aparece mencionado incesantemente, que parece de gran relevancia en el armado de los escenarios descriptos, es el agua. La escasez de agua es un tema recurrente en el trabajo de campo, especialmente al hablar sobre las actividades pastoriles. Respecto de este problema hay dos asuntos que llaman la atención. El primero es la dimensión temporal de su advenimiento: los relatos acerca del pasado y la forma en que vivían los abuelos aluden a menudo a una mayor disponibilidad de agua en los cursos naturales, hoy secos y empobrecidos, lo cual permitía en otros tiempos desenvolver de forma activa y con gran abundancia las tareas pastoriles, que dependen de las pasturas que vienen con la humedad y de las fuentes próximas de agua. El segundo es especial, y aquí sí se pone en juego un elemento relacionado con la conceptualización local, que es la distinción entre el *campo* y el *cerro* (RABEY, 1989; TOMASI, 2013; JÄKEL, 2023; JÄKEL y GOBBO, 2025). Esto último se debe a que la disponibilidad de agua aparece referida en asociación al ámbito del cerro, un espacio donde diversos seres no-humanos, asociados en mayor o menor medida a la Pachamama, actúan de forma potente, en oposición a los espacios del fondo de valle donde el agua es más

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

escasa. La escasez de agua en escenarios del fondo de valle está relacionada a las acequias que desvían los limitados cursos hacia las fincas cuyo perímetro se encuentra alambrado, impidiendo además el acceso.

El advenimiento de la escasez de agua aparece intensamente vinculado al avance de las lógicas modernas sobre el territorio del Valle, lo cual es cierto tanto en el tiempo como en el espacio. Por otra parte, puede adivinarse una correspondencia entre abundancia y el cerro, siendo el escenario que habitaban frecuentemente los abuelos, el lugar donde hay agua y hacia donde está orientado el deseo de acudir como un requisito para vivir con plenitud, desarrollando las tareas cotidianas que configuran el modo de vida local. Diversos problemas obstaculizan el acceso al cerro, cuando no es una barrera física como un alambrado que dictamina el inicio de la propiedad privada, es la imposibilidad de coordinar el tiempo que esto requiere con la escolaridad y el trabajo formal (cada vez más necesario) en los centros administrativos próximos (Cachi o Payogasta). Todos estos fenómenos, estrechamente ligados a las lógicas que el liberalismo tardío (en palabras de POVINELLI, 2024) despliega más bien en los escenarios del "campo", buscando alcanzar nuevos territorios, impone restricciones para la vida en el cerro. La compleja imagen discursiva del desierto que esta autora propone despliega implicaciones diferentes en su versión invertida, la abundancia de "recursos" es inconmensurable con la "abundancia de seres", pero, aun así, y de alguna forma, parecen oponerse: mientras que en el proyecto de mundo moderno la abundancia de recursos parece necesitar de la disolución histórica de los seres para reafirmar sus imágenes discursivas, el proyecto de mundo calchaquí pierde abundancia en esa disolución.

Como puede confirmarse en este caso de estudio, la disputa territorial en el VCN supone más que una cuestión de tierras, es una disputa por el mundo en el cual la modernización es el movimiento hacia el fin. Este contexto de conflictos abre posibilidades para la vida en escenarios de precariedad, como señala TSING (2015), lo cual parece ya constitutivo de la identidad indígena después de varios siglos de colonialismo. Dicho de otro modo, el "fin del mundo" no es una novedad para las comunidades de los Valles Calchaquíes, como no lo es para otros pueblos indígenas de América. Pero cada nueva generación revive esta experiencia, debiendo atravesar nuevas instancias del avance hacia la perdida de los elementos constitutivos de su mundo, al punto de que ciertos proyectos de componer mundo se tornan inviables con el avance de la precariedad. Como producto de este ejercicio de inversión discursiva que me propuse emprender, aparece la idea de que este aparente movimiento hacia el fin en este tiempo del mundo indígena y en esta región de los Andes, viene de la mano con la perdida de la abundancia: es el otro desierto que avanza detrás de los alambrados.

Recebido em 31 de janeiro de 2025.
Aprovado em 28 de março de 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

Referencias

ALVES, André. *Os argonautas do mangue*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BANKS, Marcus; RUBY, Jay. (eds.). *Made to be seen. Perspectives on the history of visual anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

BARAD, Karen. *Meeting the universe halfway: Quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Carolina del Norte: Duke University Press, 2007.

BOHR, Niels. On the notions of causality and complementarity. *Science*, 111 (2873): 51-54, 1950.

BRIZUELA, Analía. El caso Las Pailas y la concentración de tierras en Cachi. *Diario Página/12,* 2020.

ESPIRO, María Luz; JÄKEL, Andrés. En busca de las claves para hacer antropología con imágenes. Una exploración desde experiencias etnográficas. *Maguaré*, 30(1): 17-43, 2016.

FEYERABEND, Paul. *Conquest of abundance: A tale of abstraction versus the richness of being*. Chicago: University of Chicago Press, 1995/2001.

HOLBRAAD, Martin. Tres provocaciones ontológicas. *Ankulegi: Gizarte Antropologia Aldizkaria - Revista de Antropología Social*, 18: 127-139, 2014.

INGOLD, Tim. "Taking taskscape to task". En: RAJALA, U.; MILLS, P. (eds.), *Forms of Dwelling: 20 Years of Taskscapes in Archaeology*. Oxford: Oxbow Books, 2017, pp. 16-27.

INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee (eds.). *Ways of walking: Ethnography and practice on foot*. Farnham: Ashgate Publishing Ltd, 2008.

JÄKEL, Andrés. La etnografía visual y la construcción compartida del conocimiento acerca del ambiente. Análisis de un caso de aplicación en los valles Calchaquíes. *Kula*, 15-16: 54-69, 2017.

JÄKEL, Andrés. Primera aproximación etnográfica a las prácticas de cría de animales en el departamento de Cachi, Salta, Argentina. *Estudios Antropología Historia,* 5: 7-25, 2018.

JÄKEL, Andrés. Percepciones del espacio doméstico en Molinos un ejemplo de etnografía visual sobre la vida cotidiana en los Valles Calchaquíes salteños, Argentina. *Arqueoweb,* 19 (1): 13-32, 2019.

JÄKEL, Andrés. El paisaje tras la interpretación. Agropastoralismo y taskscapes en el Valle Calchaquí Norte (Dto. de Cachi, Salta Argentina). *Revista del Museo de Antropología,* 14 (2): 09-24, 2021.

JÄKEL, Andrés. *La movilidad asociada al pastoreo en el Valle Calchaquí Norte (Salta, Argentina)*. Tesis doctoral. Universidad Nacional de La Plata, 2023.

JÄKEL, Andrés; GOBBO, Diego. Time Geography and GIS in the Analysis of Pre-Hispanic Agropastoral Circulation in the Northern Calchaquí Valley (Northwest Argentina, South-Central Andes). *Archaeological Prospection*. En prensa. 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

JÄKEL, Andrés; MARINANGELI, Gimena Alé. Agricultura y Actividades Pastoriles en el Valle Calchaquí Norte (Salta, Argentina). Exploraciones en Torno a la Etnografía y la Materialidad. *Arqueología*, 28 (3): 10304, 2022.

JÄKEL, Andrés; PÁEZ, María Cecilia. Agricultura y pastoreo en el valle Calchaquí Norte (Salta, Argentina). Hacia una visión integrada de las prácticas productivas del presente y del pasado. *Andes*, 34 (2): 190-220, 2023.

JÄKEL, Andrés; TEVES, Laura. Las corridas de ganado en molinos: una propuesta de etnografía visual sobre la trashumancia de ganado en los Valles Calchaquíes septentrionales, Salta, Argentina. *Iluminuras*, 16 (40): 85-132, 2015.

MACDOUGALL, David. *The corporeal image: Film, ethnography, and the senses*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

MARINANGELI, Gimena Alé. *Cambios, continuidades y resignificaciones en las prácticas agrícolas del sector norte del valle Calchaquí (Cachi, Salta)*. Tesis doctoral. Universidad Nacional de La Plata, 2022.

MARINANGELI, Gimena Alé; PÁEZ, María Cecilia. Transformaciones en la organización agrícola de pequeños productores del valle calchaquí norte (departamento de Cachi, Salta). *Diálogo Andino,* 58: 101-113, 2019.

MATA DE LÓPEZ, Sara. *Tierra y poder en Salta. El noroeste argentino en vísperas de la independencia*. Salta: CEPIHA, 2005.

PAZZARELLI, Francisco; LEMA, Verónica. Paisajes, vidas y equivocaciones en los andes meridionales (Jujuy, Argentina). *Chungará*, 50(2): 307-318, 2018.

PÁEZ, María Cecilia; LÓPEZ, Luciano. Irrigation canals from the Calchaqui valley (province of Salta, Argentina). *Journal of Archaeological Science: Reports*, 27: 101989. 2019.

PAIS, Alfredo. *Las Transformaciones en las Estrategias de Reproducción Campesinas en Tiempos de Globalización. El caso de Cachi en los Valles Calchaquíes*. Antropología: Tesis Doctoral, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2011.

PAOLI, Hector; BIANCHI, A. R.; YÁÑEZ, C. E.; VOLANTE, J. N.; FERNÁNDEZ, D. R.; MATTALÍA, M. C.; y NOÉ, Y. E. *Recursos Hídricos de la Puna, Valles y Bolsones Áridos del Noroeste Argentino*. Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), Estación Experimental Agropecuaria (EEA) Salta: Centro de Investigación, Educación y Desarrollo (CIED). Agualtiplano, 2002.

PEDERSEN, Morten Axel. Anthropological Epochés: Phenomenology and the Ontological Turn. *Philosophy of the Social Sciences*, 50 (6): 610-646, 2020.

PINK, Sarah. *The future of visual anthropology*: *Engaging the senses*. London: Routledge, 2006.

PINK, Sarah. Sensory futures ethnography: Sensing at the edge of the future. En: PINK, S. *The Routledge International Handbook of Sensory Ethnography*. London: Routledge, 2023. pp. 82-94.

POVINELLI, Elizabeth. *Catástrofe ancestral: e existências no liberalismo tardio*. Buenos Aires: Ubu Editora, 2024.

RABEY, Mario. Are llama herders in the South-Central Andes true pastoralists? En J. CLUTTON-BROCK (Ed.), *The Walking Larder: Patterns of Domestication, Pastoralism, and Predation*. London: Routledge, 1989/2016, pp. 269-276.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

RODRÍGUEZ, Lorena. *Después de las desnaturalizaciones: Transformaciones socio-económicas y étnicas al sur del valle Calchaquí, Santa María, fines del siglo XVII - fines del XVIII*. Buenos Aires: Antropofagia, 2008.

SALUSSO, María Monica. *Evaluación de la calidad de los recursos hídricos superficiales en la Alta Cuenca del Juramento (Salta)*. Geología: Tesis doctoral inédita, Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Universidad de Buenos Aires, Argentina, 2005.

SAMAIN, Etienne. *Balinese character (re)visitado: uma introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margaret Mead*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo. O civilización y barbarie* (1845), Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977.

TARRAGÓ, Myriam La arqueología de los valles calchaquíes en perspectiva histórica. *Anales del Museo de Gotemburgo,* 1*:* 13-42, 2003.

TOMASI, Jorge. Espacialidades pastoriles en las tierras altoandinas: Asentamientos y movilidades en Susques, puna de Atacama (Jujuy, Argentina). *Revista de Geografía Norte Grande*, 55: 67-87, 2013.

TOLA, Florencia. Una antropología entre la conceptualización y la equivocación. En M. EPELE y R. GUBER (Eds.), *Malestar en la etnografía. Malestar en la antropología*. Buenos Aires: Libros del IDES, 2019, pp. 9-24.

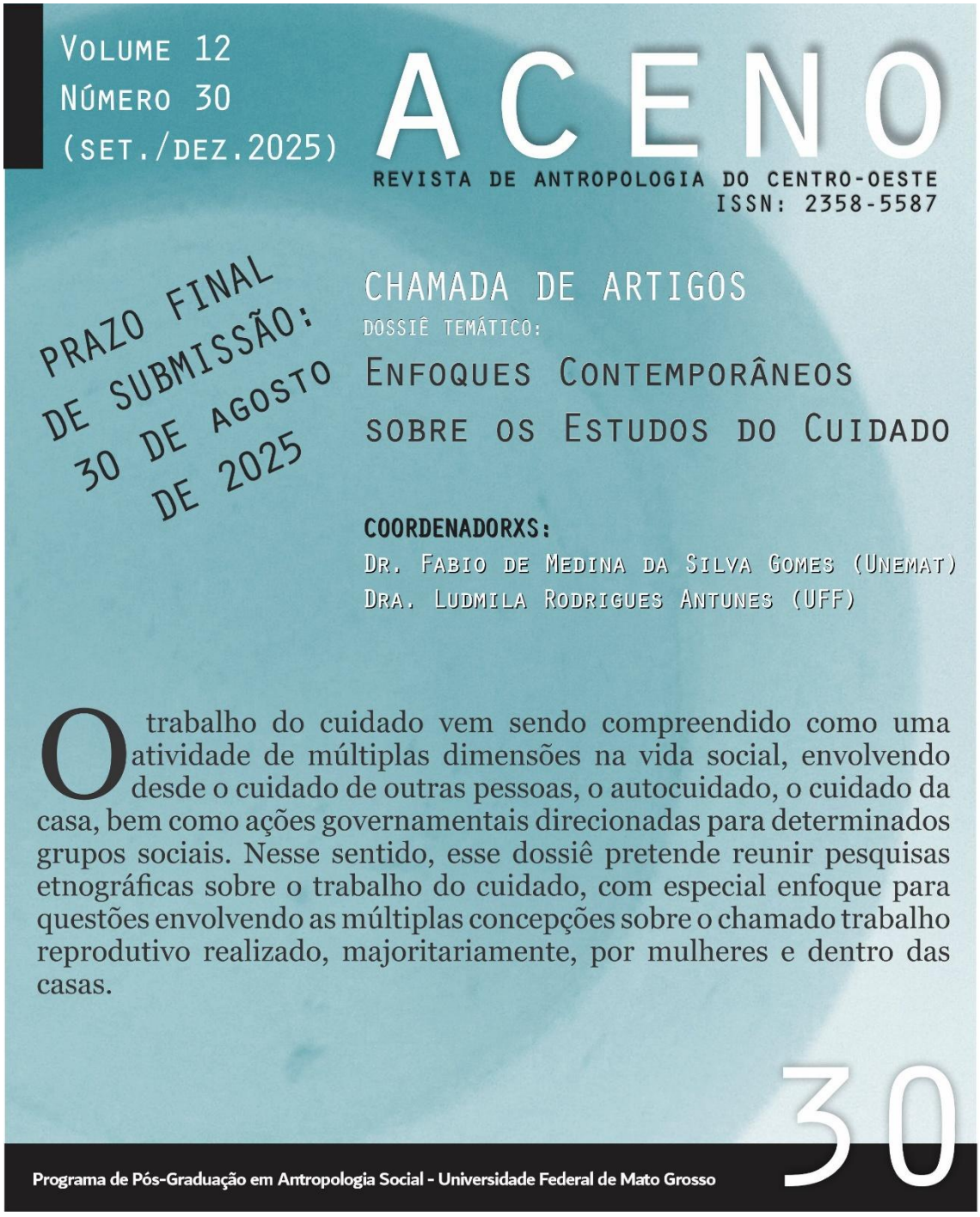
TSING, Anna L. *The mushroom at the end of the world: On the possibility of life in capitalist ruins*. New Jersey: Princeton University Press. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. Tipití: *Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 2(1): 3-22, 2004.

WORTH, Sol. *Studying visual communication*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 2016.

ZELARAYÁN, Ana; FERNÁNDEZ, Daniel. *Línea de base ambiental. Diagnóstico territorial para el Ordenamiento del territorio. Alta cuenca del río Calchaquí*. Publicación del INTA, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19325

ACENO

Dossiê Especial

Neoliberalismo, educação e saúde mental

***Anaxsuell Fernando da Silva* (org.)**[1]
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Esmael Alves de Oliveira[2]
Universidade Federal da Grande Dourados

[1] Antropólogo e Psicólogo. Doutor em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).
[2] Antropólogo e Psicólogo. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-doutorando em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), com bolsa de pesquisa financiada pelo CNPq.

SILVA, Anaxsuell Fernando da; OLIVEIRA, Esmael Alves de. **Neoliberalismo, educação e saúde mental: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 211-218, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ

Neoliberalismo, Educação e Saúde Mental:
entre a responsabilização individual e as causas econômicas do sofrimento

A articulação entre neoliberalismo, educação e saúde mental revela-se um campo urgente de reflexão no mundo contemporâneo, sobretudo diante da crescente medicalização da vida e da proliferação de diagnósticos psiquiátricos em contextos escolares e laborais. O aumento expressivo de casos de sofrimento psíquico não pode ser compreendido de forma isolada ou meramente individual, mas precisa ser situado nas transformações econômicas, sociais e políticas que moldam subjetividades e produzem formas específicas de adoecimento (OLIVEIRA, DA SILVA, OLIVEIRA, 2024). Em um cenário marcado pela lógica da performance, da competitividade e da responsabilização individual, torna-se fundamental problematizar os discursos que naturalizam o sofrimento como fracasso pessoal, apagando as condições estruturais que o engendram. Pensar essas relações é também abrir espaço para outras possibilidades de cuidado, resistência e reinvenção de modos de viver.

Levantamento recente do Ministério da Saúde (MS), publicizado por diferentes agências de notícias[3], aponta que nos dez últimos anos (2014-2024) os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) em casos de ansiedade entre crianças aumentaram 15 vezes e entre adolescentes, 44 vezes. Este indicativo, por si, não é suficiente para delinear o colapso histórico iminente, uma vez que aqui devemos considerar também o ímpeto hiperdiagnóstico – produtor destes dados – como epifenômeno da "queda do céu" e que caracteriza o contemporâneo.

A efetivação de uma política de saúde mental para pessoas em idade escolar no Brasil é um fenômeno recente. Factualmente, as ações de cuidado em saúde destinadas a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico eram fundamentadas em um modelo de assistência institucionalizante, segmentada e usualmente de caráter filantrópico (TAÑO e MATSUKURA, 2015; LEITÃO *et al.*, 2025; PATTO, 1997).

A construção do discurso político hegemônico a respeito da importância da criança na organização e manutenção da sociedade republicana, iconizada pela fala de Pelé no seu milésimo gol[4], não se desdobrara em responsabilização do Estado. Este, noutra direção, legitimava o paradigma de cuidado e assistência em

[3] Disponíveis em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/30/ansiedade-de-2014-a-2024-atendimento-a-criancas-de-10-a-14-anos-subiu-quase-2500percent-no-sus.ghtml> e também em <https://outraspalavras.net/outrasaude/escola-e-sus-diante-da-epidemia-de-transtornos-mentais/>.

[4] Após marcar seu milésimo gol em um jogo contra o Vasco no Maracanã, Pelé fez um apelo icônico: "Pelo amor de Deus, o povo brasileiro não pode esquecer das criancinhas, das casas de caridade. Ajudem os desamparados, os pobres." (Folha de São Paulo, 2010). Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/743409-pele-explica-o-discurso-sobre-as-criancas-no-milesimo-gol-leia-trecho-de-autobiografia.shtml

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

curso o qual se sustentava em uma concepção da criança a ser assistida por ser: deficiente social (pobre), deficiente mental (retardo mental) e deficiente moral (delinquente). Entre a institucionalização do cuidado e a criminalização da infância pobre; nossa sociedade construiu uma cena de desassistência, abandono e exclusão (PATTO, 1997).

Ainda que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 1990, aponte para a necessidade de marco legal que viabilizasse a garantia de direitos, é importante mencionar que a promulgação de um dispositivo legal não teria a capacidade de operar por si só as mudanças necessárias (QUINHONES e OLIVEIRA, 2023). Assim, desde então, o estabelecimento de um novo modelo de assistência – de base comunitária e não mais institucionalizante –, capaz de promover reconhecimento da saúde mental infantojuvenil no âmbito das políticas de cuidado deve ser atravessado pelos debates provenientes do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, a fim de que as diretrizes de assistência e cuidado em saúde possam ser redesenhadas e promovam a efetiva mudança do antigo modelo asilar por uma rede de cuidados de base territorial e comunitária.

A despeito deste debate, nos dias de hoje, a perspectiva hegemônica nas instituições educacionais, que encontram em seu cotidiano crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, têm se afastado de uma percepção destes como sujeitos de direitos e, fomentados pelo modelo neoliberal, movimentam-se em direção de um cruel retorno às práticas do paradigma da saúde orientado pela tutela, segregação e, sobretudo, por uma abordagem domesticadora e medicalizante do sofrimento psíquico (MARZAL e CAPONI, 2025).

Nesse contexto, como apontam Javier Marzal e Sandra Caponi (2025), assiste-se à consolidação de um cenário no qual o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes é rapidamente traduzido em diagnósticos clínicos e rótulos psiquiátricos, muitas vezes estimulados e validados pelas redes sociais. Essa dinâmica, intensificada no período da pandemia, promoveu uma aceleração dos autodiagnósticos e da identificação com neuroidentidades como "sou TDAH", "sou autista" ou "tenho depressão", que, embora possam representar formas legítimas de reconhecimento e pertencimento, acabam sendo absorvidas pelas instituições educacionais como marcadores fixos, medicalizáveis e gerenciáveis. Ao invés de reconhecer a complexidade das experiências subjetivas, tal como critica o pesquisador e a pesquisadora, essas instituições reforçam práticas domesticadoras que alinham-se à lógica neoliberal de responsabilização individual e de gestão técnica do sofrimento, afastando-se de abordagens que considerem os sujeitos em sua integralidade e historicidade.

Se olharmos para o outro lado da sala de aula, os dados divulgados pelo Ministério da Previdência Social, e publicizados por agência de notícias[5], podem lançar luz à esta questão nas escolas. Eles apontam para um crescimento alarmante nos afastamentos de professores e professoras em decorrência de questões de saúde mental no ano de 2024, consolidando um recorde na última década. Foram registrados aproximadamente 472 mil afastamentos relacionados à saúde mental, o que representa um crescimento de 68% em relação a 2023, quando foram contabilizados cerca de 283 mil casos. Esse aumento expressivo reflete um agravamento significativo na saúde mental dos profissionais da educação no período recente. Dados que corroboram com pesquisas realizadas sobre a problemática em anos anteriores (BARROS *et al*., 2019).

[5] Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/05/112-professores-sao-afastados-por-dia-em-sp-por-problemas-de-saude-mental-aumento-de-15percent-em-2023.ghtml>

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

No ano passado, 2024, o sofrimento psíquico decorrente do trabalho docente alcançou proporções alarmantes, destacando-se entre os principais motivos de afastamento no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Do total de 3,5 milhões de licenças médicas concedidas no país, os casos associados a diagnósticos de transtornos na saúde mental representaram uma parcela substancial, evidenciando o impacto desse fenômeno na força de trabalho docente. Esses dados – ainda incompletos, por invisibilizarem demais trabalhadores e trabalhadoras das escolas, como merendeiras, vigilantes e responsáveis pela limpeza – reforçam a necessidade urgente de ocupar-nos da compreensão da saúde mental no ambiente de trabalho, sobretudo no setor educacional, um dos mais afetados.

Ao apresentar estes números não queremos sugerir que vivenciamos uma crise de saúde mental. Noutra direção o argumento que atravessa nossa reflexão é de estamos experienciando uma crise inerente ao modo de vida engendrada no capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, DA SILVA e OLIVEIRA, 2024). Em um momento histórico em que o mal-estar psicoemocional virou regra, o sofrimento vivenciado pela comunidade escolar desvela uma catástrofe dos nossos tempos, é, portanto, uma denúncia. Nosso entendimento rechaça o argumento simplista e trivial de que seriam estas pressupostas psicopatologias que incapacitariam os/as trabalhadores/as em educação, e sim, que o sofrimento psíquico é consequência direta das reconfigurações no modo de vida no contexto do neoliberalismo o qual tem tornado o trabalho no ambiente escolar alienado e degradante.

No contexto atual, o trabalho docente desempenha um papel essencial como referencial de construção identitária, se constituindo não apenas como elemento de organização social, mas também como fonte de reconhecimento e realização pessoal (DEJOURS, 1992.). A despeito destes significados e sentidos, o universo laboral tem experimentado profundas transformações, as quais impõem desafios e demandam respostas. No Brasil, a classe trabalhadora enfrenta processos de precarização e retrocessos em direitos assegurados constitucionalmente, resultado de políticas de orientação ultraliberal. A reestruturação produtiva do capital e a flexibilização das leis trabalhistas – sobretudo com a presença massiva de trabalhadores temporários na composição dos quadros das escolas [e universidades] – têm impactado diretamente as condições de vida trabalho e saúde dos trabalhadores em educação.

Neste sentido, a dinâmica organizacional da educação brasileira, no que diz respeito ao controle dos processos de trabalho, incorporou decisivamente o modelo de gestão da vida e do sofrimento próprio da vida neoliberal (CABANAS e ILLOUZ, 2022). Essa forma de organização e de gestão do trabalho está presente não apenas nos espaços privados, mas também nas instituições públicas de ensino, com quadros reduzidos de servidores e adoção de um modelo de governança gerencialista, com o estabelecimento de metas, sobrecarga e intensificação do trabalho, adoção de mecanismos de avaliação de desempenho individual, plataformização da educação, redução de orçamento e flexibilização de direitos (BARBOSA, ALVES, 2023; FREITAS, 2023; CAMPOS, VÉRAS e ARAÚJO, 2020; LUZ, 2019; SILVA e ALCANTARA, 2018; SOUZA *et al.*, 2017; ANTUNES, 2020, 2018; ANTUNES e BRAGA, 2009).

Como já apontamos em outro momento[6], nossa compreensão é de que o neoliberalismo opera como uma tecnologia de poder a qual se infiltra nos modos de

[6] Esta ideia está desenvolvida com maior vagar na apresentação do **Dossiê Temático: Neoliberalismo e sofrimento psíquico**, publicado na *Aceno*, 11 (27), 2024, disponível em: https://doi.org/10.48074/aceno.v11i27

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

subjetivação, constituindo sujeitos que interiorizam lógicas de mercado, autodesempenho e autogestão. Neste sentido, de acordo com este regime de inteligibilidade construído dentro desta racionalidade, o sujeito tanto passa a ser responsável por seu adoecimento, quanto continuamente é estimulado ao máximo autoaprimoramento.

Mais uma vez recuperarmos as reflexões de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para quem esta reconfiguração das relações sociais e de trabalho incide diretamente sobre o modo como nos constituímos enquanto sujeitos. Dentro desse panorama, o sujeito neoliberal é modelado como um "empreendedor de si", ou seja, um indivíduo constantemente incentivado a gerir sua própria vida como uma empresa. Essa exigência de autoaperfeiçoamento contínuo gera novas formas de vulnerabilidade e sofrimento psíquico, levando o indivíduo se submeter voluntariamente às exigências de produtividade incessante, resultando em exaustão, Burnout e outras formas de adoecimento mental, sofrimento psíquico ou sofrimento social.

Em artigo publicado no Journal of Philosophy of Education, a filósofa Michelle Maiese discute como as políticas neoliberais influenciam a educação em saúde mental e como essas políticas podem contribuir para o aumento da ansiedade e depressão entre os jovens. De maneira específica, ela examina como a agenda nacional de saúde mental do Reino Unido, iniciada em 2017, reflete influências econômicas e políticas mais profundas. Embora o objetivo declarado seja apoiar crianças e jovens com dificuldades de saúde mental, Maiese argumenta que a iniciativa contribui para a responsabilização dos indivíduos e suas famílias, negligenciando as causas econômicas subjacentes do sofrimento mental. Além disso, ela destaca como o neoliberalismo molda mentalidades e orientações sociais que intensificam a ansiedade e a depressão. Por fim, a conclusão de Maiese parece relevante para o nosso contexto. Para ela é crucial entender essas políticas dentro do contexto do neoliberalismo para desenvolver intervenções mais eficazes e justas na educação em saúde mental.

Nessa direção, isto é, na tentativa de compreender as dinâmicas do neoliberalismo e seus impactos na esfera da educação, organizamos nesta edição da revista um espaço de encontro reflexivo em torno da relação entre Educação e Saúde Mental que tenciona a lógica hegemônica biomédica e psicopatologizante. Nossa base epistêmica é a compreensão de que a saúde mental é um campo pluridisciplinar e de caráter psicossocial e, portanto, não está circunscrita apenas aos campos *psis* (psicologia, psiquiatria e/ou psicanálise) e/ou biomédico, mas é espaço privilegiado para análise das Ciências Sociais da Saúde, em particular da Antropologia.

Nesse sentido, os artigos que compõem este número, aqui apresentados, contribuem para refletir sobre a relação entre neoliberalismo, educação e saúde mental, a partir de diferentes perspectivas. Estão – todos eles – comprometidos com uma concepção de saúde mental e sofrimento psíquico como um fenômeno complexo, multifatorial, histórico e culturalmente situado.

O primeiro artigo, intitulado *Trabalho docente em cena: práticas (im)postas no novo ensino médio*, retorna ao ano de 2022 quando o ensino médio brasileiro sofreu alterações através da implementação da Lei 13.415/17. Estas mudanças resultaram na ampliação de 1.400 horas de aula. Alicia Alves e Allan Henrique Gomes, autores do artigo, discutem como estas alterações intensificaram a precarização e descaracterização do trabalho docente, produzindo um cenário de sofrimento e adoecimento psíquico.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

Em seguida, Tainá Arouck Damasceno Maia Farrielo e Carla Cristina Garcia, no artigo *Rompendo Hábitos e Disciplinas: Saúde Mental e Educação - Perspectivas para uma Educação Física*, analisam a relação entre corpo, Educação Física e cultura em um contexto neoliberal. A partir das Epistemologias Feministas elas refletem sobre a influência social dos espaços da Educação Física na cultura, sociedade e política, e como o neoliberalismo se apropria desses espaços. A proposta apresentada é de uma Educação Física crítica, que ressignifique o corpo como sujeito político e cultural, promovendo a inclusão e resistência às pressões neoliberais.

No texto seguinte, intitulado *O mal-estar docente: as dificuldades do ser professor*, se aborda as relações entre a precarização do trabalho docente e o adoecimento dos trabalhadores da educação. Para dar materialidade à análise, Carlos Augusto Lima Ferreira e Erick Wesley Morais dos Santos apresentam dados de uma pesquisa de campo empreendida em um Colégio Modelo em Feira de Santana-Bahia.

O quarto texto deste dossiê é resultante de uma pesquisa descritiva-interpretativa e documental. *O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio* foi escrito por Emanuele Vitória de Oliveira Leite e Francisco Vieira da Silva e, como o título sugere, investiga a presença do neoliberalismo em discursos sobre saúde mental no livro didático do Novo Ensino Médio de Língua Inglesa.

Logo depois, temos a oportunidade de conhecer a pesquisa de Daniella Moreira Lima e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, *Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário (MS)***.** Fundamentadas nas contribuições teóricas da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), elas se dedicam compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas dos dois municípios.

O sexto artigo *A Universidade como "máquina de moer gente": pistas para compreender o mal-estar e promover saúde no Ensino Superior*, de Amanda de Mello Martins *et al*., se coloca como um ensaio descritivo reflexivo, a partir de pesquisa documental. Ele analisa como a racionalidade neoliberal adentra as universidades, reduzindo o valor do ensino superior, enfraquecendo laços de cooperação e produzindo sofrimento. O texto apresenta também estratégias e práticas coletivas que visam construir um ambiente acadêmico mais saudável e acolhedor.

O artigo *Neoliberalismo e Saúde Mental: um estudo com jovens universitários do oeste do Paraná*, de Fabrício Duim Rufato *et al*., investiga a saúde mental de acadêmicos com idades entre 18 e 29 anos. Trata-se de uma da pesquisa com 829 estudantes dos cinco campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, os quais revelaram elevados índices de depressão, ansiedade e estresse, associados à competitividade, ao individualismo e a pressões características do contexto neoliberal. O trabalho argumenta em torno da importância de considerar os determinantes socioeconômicos na saúde mental e adota uma abordagem questionadora das estruturas sociais que perpetuam o adoecimento.

Na mesma direção, mas agora com enfoque na pós-graduação, o artigo *Transtornos mentais e mudanças globais: neoliberalismo e sofrimento na vida acadêmica entre estudantes de pós-graduação*, de Igor Vaz, apresenta um caso etnográfico de uma estudante para analisar como o uso de psicofármacos, as práticas de autocuidado, as relações familiares e a própria universidade compõem

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

um processo de saúde-doença e permitem apresentar o neoliberalismo e o sofrimento como categorias contemporâneas indissociáveis, decorrentes dos modelos de produtividade, competitividade e meritocracia presentes nas universidades.

Por fim, o artigo *Medicação Infantil e neoliberalismo: qual o papel do Estado?*, de Kettlyn Carla de Souza, Neusa Maria Soares Zukoski e José Luis Derisso, que coloca a tarefa de compreender a relação entre neoliberalismo, medicalização da educação e o papel do Estado. Para as autoras, a inexistência de políticas públicas por parte de órgãos competentes do governo associados aos avanços do neoliberalismo são fatores que incidem diretamente na medicalização da infância resposta às queixas escolares.

Nosso desejo é que este conjunto de artigos, organizados no formato de dossiê, permita novas reflexões aos nossos leitores e leitoras. Sobretudo no que tange às transformações epistêmicas das Ciências Sociais e suas implicações nas formas de compreensão das dinâmicas sociopolíticas em torno do Neoliberalismo e sofrimento psíquico no contexto da educação. Acima de tudo, nossa expectativa é que o conteúdo aqui disponibilizado não apenas colabore para a desresponsabilização dos indivíduos e suas famílias, mas também permita colocar no centro do debate as causas econômicas subjacentes ao sofrimento psicossocial e coopere para a construção de abordagens pluridisciplinares da saúde mental. Desejamos uma ótima leitura!

Referências

ALCANTARA, Ariana Celis. *Trabalho, adoecimento e saúde mental na Universidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Formação Interdisciplinar em Saúde, USP, 2018.

ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e industria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. Aprender a empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. *Currículo sem Fronteiras*, 23: e1140, 2023.

BARROS, Amanda Oliveira. Et al. Afastamento do trabalho por depressão em docentes da rede pública. *Debates em Psiquiatria*, 9 (1):6-17, 2019.

CABANAS, E.; ILLOUZ, E. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CAMPOS, Taís; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria de. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Docência do Ensino Superior*, 10: 1–19, 2020.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

FREITAS, Lêda Gonçalves de (org.). *Trabalho, sofrimento e ação*. Curitiba: CRV, 2023.

LEITÃO, Iagor Brum. et al. Saúde mental infantojuvenil: análise de itinerários terapêuticos em município de interior e sem Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis. *Cad. Saúde Pública*, 41 (1): e00115824, 2025.

LUZ, Glaucimar Honorio. *Fatores Psicossociais no ambiente do trabalho dos servidores do InstitutoFederal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFC*. Dissertação de Mestrado, Educação Profissional e Tecnológica, IFCE, 2019.

MAIESE, Michelle. Neoliberalism and mental health education. *Journal of Philosophy of Education*, 56 (1):67-77, 2022.

MARZAL, Javier; CAPONI, Sandra. A psiquiatrização da vida cotidiana e a construção de neuroidentidades virtuais. *TOMO (UFS)*, 44: e21851, 2025.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; DA SILVA, Anaxsuell Fernando; OLIVEIRA, Jainara Gomes de. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: entre a despolitização e a naturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos. *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11: 11-18, 2024.

PATTO. Maria Helena Souza. Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8 (1): 47-62, 1997.

QUINHONES, Paola de Vargas; OLIVEIRA, Esmael Alves de. "Percorrendo as tramas das "vulnerabilidades": uma etnografia de uma instituição de acolhimento de crianças no estado de Mato Grosso do Sul". In: OLIVEIRA, Esmael Alves de; LUTTI, Aline Castilho Crespe; REIS, Claudio; MENEGAT, Alzira Salete (org.). *Temas emergentes em Antropologia, Ciência Política e Sociologia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pp. 99-126.

SILVA, Joelma Ramos Serejo; ALCÂNTARA, Ramon Luís de Santana. Subjetividade docente diante da precarização do trabalho. Revista AMAzônica, 21(1): 72-88, 2018.

SOUZA, Katia Reis. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(11):3667-3676, 2017.

TAÑO, Bruna Lidia; MATSUKURA, Thelma Simões. Saúde mental infantojuvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 23 (2), 439–447, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19945

,

Trabalho docente em cena:
práticas (im)postas no novo ensino médio

Alicia Alves[1]
Allan Henrique Gomes[2]
Universidade da Região de Joinville

Resumo: No ano de 2022, o ensino médio brasileiro sofreu alterações através da implementação da Lei 13.415/17. As mudanças resultaram na ampliação progressiva de 1.400 horas aula, no estabelecimento de itinerários formativos e na redução da carga horária das ciências sociais e humanas. As alterações intensificaram a precarização e descaracterização do trabalho docente, limitando as possibilidades de um ensino transformativo e gerando um cenário de intenso sofrimento psíquico. Este artigo tem como objetivo investigar a repercussão do Novo Ensino Médio no trabalho docente. A pesquisa foi realizada através de um Percurso de Formação Continuada para Professores, que ocorreu na região de Joinville (SC).

Palavras-chave: novo ensino médio; trabalho docente; política educacional.

[1] Psicóloga e mestranda em Educação pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).
[2] Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor adjunto na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) na graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

ALVES, Alicia; GOMES, Allan Henrique. **Trabalho docente em cena: práticas (im)postas no novo ensino médio.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 219-232, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Teaching work in scene:
(im)posed practices on the new high school

Abstract: In the year of 2022, the Brazilian high school suffered alterations with the implementation of Law 13415/2017. The changes resulted in the progressive increase of 1400 class hours, in the establishment of educational itineraries, and in the reduction of human and social sciences class hours. The changes intensified the precariousness and mischaracterization of teaching work, curtailing the possibility of transformative teaching, generating an imminent scenario of psychological suffering. This article aims to investigate the impact of the New High School on teaching work. The research was conducted through a Continuing Education Route for Teachers, which occurred in the city of Joinville (SC).

Keywords: new high school; teaching work; education policy.

El trabajo docente en escena:
prácticas (im)pluestas en la nueva escuela secundaria

Resumen: En 2022, la educación secundaria brasileña sufrió cambios a través de la implementación de la Ley 13.415/17. Los cambios se tradujeron en el aumento progresivo de 1.400 horas lectivas, el establecimiento de itinerarios formativos y la reducción de la carga horaria de ciencias sociales y humanidades. Los cambios intensificaron la precariedad y descalificación del trabajo docente, cercenando la posibilidad de una enseñanza transformadora, generando un escenario inminente de sufrimiento psicológico. Este artículo tiene como objetivo investigar el impacto de la Nueva Escuela Secundaria en el trabajo docente. La investigación se realizó a través de un Curso de Formación Continua para Profesores, que tuvo lugar en la región de Joinville (SC).

Palabras clave: nueva escuela secundaria; trabajo docente; política educativa.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

O trabalho docente apreende um fazer de aguda responsabilidade que demanda uma prática dialógica frente ao real, buscando promover condições de verdadeira participação — aprende-se democracia pela própria existência desta (FREIRE, 2019). Essa concepção requer docências com acurado rigor aos processos de ensino-aprendizado que podem ir além da repetição e memorização dos conteúdos. É preciso reinventar, tensionar e potencializar junto com os/as estudantes conhecimentos que propiciem críticas-reflexivas sobre o que acontece ao seu redor, isto é, no seu país, no seu Estado, na sua cidade, no seu bairro e na sua casa (FREIRE, 2019).

Cada vez mais processos de ensino-aprendizagem, atentos às possibilidades de um aprendizado crítico, sofrem impactos constantes acerca da possibilidade de concretização na prática. No ano de 2016 o grupo responsável pelo Ministério da Educação, no mandato do ex-presidente Michel Temer (2016-2019), alegou que o ensino médio estava em crise, sendo necessária sua reformulação com a justificativa de alavancar o crescimento econômico (FRIGOTTO e RAMOS, 2023). Esse argumento passou a resumir todos os problemas do ensino sendo (im)posto como solução a Medida Provisória (MP) 746, aprovada no curso de cinco meses e transformada na Lei 13.415/17, dando início ao chamado Novo Ensino Médio (NEM). As mudanças assinalam novas (des)configurações no currículo, na formação e no trabalho docente, refletindo rigorosamente na experiência de aprendizagem de estudantes de todo o país.

Entre as principais alterações é estabelecida a ampliação progressiva de 1.400 horas de carga horária mínima anual correspondente a oito horas de sala de aula, "devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária" (BRASIL, 2017). A proposta é que progressivamente todas as escolas de ensino médio passem a ter ensino integral, dessa forma surgem novas modalidades de ensino que buscam implementar um currículo "diversificado" e "flexível", composto por itinerários formativos orientados para cinco áreas específicas de conhecimento. A organização de cada itinerário formativo é delegada à escola que os distribui a partir dos seus próprios critérios e possibilidades, incluindo, por exemplo, espaços adequados para laboratórios de ensino, salas de estudo ou na disponibilidade e contratação de professores/as para a demanda dos itinerários. Consequentemente algumas escolas podem ofertar dois itinerários enquanto outras apresentam cinco, oito ou dez modalidades. Dessa forma, nem todas as áreas de conhecimento estão disponíveis, revelando que o/a estudante pode ter sua escolha reduzida dentro de um currículo dado como diversificado.

Os itinerários foram citados anteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases na Educação, pela Lei 11.714/08, como integração ao ensino geral, sem prejuízo deste. Entretanto, a Portaria 1.145/2016, no art. 7º inciso IV, amplia a carga horária semanal para 37,5 horas, em que cinco horas são destinadas a Língua Portuguesa, cinco horas destinadas a Matemática e oito horas voltadas para os itinerários formativos. Essa configuração resulta em apenas 19,5 horas para os demais

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

ensinos tornando-os negligenciáveis, uma vez que são distribuídos no restante da carga horária sem nenhum parâmetro de tempo específico.

Em 2022, no mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), ocorreu a implementação do NEM. Desde então, professores/as, gestores/as e estudantes encontram-se no transcurso de mudanças relativas à legislação vigente. Atendo-se à prática docente o aumento da carga horária e desvalorização das ciências sociais e humanas intensificaram a precarização e descaracterização do seu trabalho, além de limitar as possibilidades de construção de um ensino transformativo.

É pensando na experiência docente a partir da nova legislação que surge a proposição deste trabalho. Com efeito, qual é a repercussão do Novo Ensino Médio no trabalho docente? Na busca de compreender tal implicação, "torna-se importante lançar um olhar sobre as experiências pelas quais os professores passam, com o intuito de conhecer sua história de vida pessoal e profissional" (COSTA e GONÇALVES, 2013: 125). Nesse sentido, torna-se imprescindível lançar o olhar e escutar quem vive cotidianamente a experiência de lecionar no Novo Ensino Médio.

Buscando alcançar tal objetivo a pesquisa foi realizada, no ano de 2023, através de um Percurso de Formação Continuada para Professores. Ao total foram realizados oito encontros *online* com uma professora que leciona no Novo Ensino Médio. Esses encontros foram gravados e transcritos, tornando-se documentos que foram analisados a partir do método da Pesquisa-Exposição (SALVATORI, 2023; SALVATORI, GOMES e CORDEIRO, 2023).

Procedimentos Metodológicos

Inicialmente o percurso foi divulgado nas redes sociais e também comunicado em uma escola de Ensino Médio. Após a divulgação, houve a inscrição de duas professoras através de formulário *online*, ambas foram selecionadas. Torna-se importante mencionar que as duas professoras lecionam no NEM, entretanto, uma das inscritas trabalha com enfoque vinculado à educação especial, tendo em vista o critério de discussão deste artigo, sua experiência não foi analisada. Por esse motivo será abordado apenas a experiência de uma professora, mesmo que ambas tenham realizado o percurso formativo. As duas inscritas consentiram participar voluntariamente, mediante a autorização via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, em consonância com Comitê de Ética na Pesquisa, com aprovação do projeto sob o parecer 6.440.023. Ao total foram realizados oito encontros através de cinco eixos temáticos: Biográfico, Trabalho, Conceito, Estético e Coletivo. Todo o percurso ocorreu de forma *online* via plataforma *Microsoft Teams*, com duração de uma hora à uma hora e meia. Destacamos que a mediação dos encontros ocorreu em parceria com outra pesquisadora.

O percurso formativo é fundamentado a partir das metodologias participativas (GAJARDO, 1986; BRANDÃO, 1984; ADAMS e STRECK, 2020) que buscam em suas ações uma relação dialógica que valoriza os saberes dos/as participantes. Dessa forma os encontros do percurso são fundamentados mediante aporte teórico e metodológico, mas isso não encerra a possibilidade de participação dos/as professores/as em que juntos construímos sensivelmente a trajetória do percurso. São encontros delineados que consideram seus saberes, o contexto de atuação, sua experiência no território da comunidade escolar e do seu próprio contexto de vida.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

Os encontros realizados foram gravados e posteriormente transcritos, tornando-se documentos que compreendem o vínculo e afeto que criamos. Para além de ser uma produção sensível, expressam a realidade complexa da experiência docente, resultado em uma obra que condensa as diversas narrativas do que é ser professora/a no Novo Ensino Médio. Apreendendo a complexidade que envolve a documentação, escolhemos utilizar como método de análise a Pesquisa-Exposição (SALVATORI, 2023; SALVATORI, GOMES e CORDEIRO, 2023).

Esse método é resultado de uma investigação em um acervo documental de pesquisa que trabalhou com documentos resultantes de uma formação continuada de professores/as que ocorreu através de metodologias participativas. Sua proposição procura compreender os documentos para além de conteúdos a serem analisados, essa afirmação toma forma através da forte interlocução que a pesquisa-exposição tem com o conceito de cena proposto pelo filósofo franco-argelino Jacques Rancière (2021). A cena "supõe um trabalho de reconstrução da paisagem do pensável" (RANCIÈRE e JDAY, 2021: 27), neste caso trata-se da exposição de uma trama de experiências que proporcionam olhar para os registros documentais por outros ângulos, deslocando noções pré-concebidas evidenciando singularidades que ainda não foram computadas.

A montagem da cena a partir dos registros documentais recorre ao trabalho do "pesquisador-curador que encontra no documento aquilo que o afeta, de modo a trazê-lo à exposição" (SALVATORI, 2023: 33). É um encontro fundamentado "por uma lente teórico-conceitual e também afetiva, de sentidos e significados, que constituem as escolhas dos elementos" (SALVATORI, 2023: 42). O pesquisador-curador flagra aquilo que o afeta e traz a exposição para que "os visitantes-leitores também construam compreensões a partir de seus próprios enlaces com aquilo exposto" (SALVATORI, 2023: 33).

Discussão preliminar: um percurso com ênfase na experiência docente

A respeito da participante, Conceição (nome fictício) é natural de São Paulo - SP, atualmente reside em Araquari (SC). É professora de Língua Portuguesa há 22 anos e leciona no ensino médio há três anos.

Nos encontros do eixo biográfico nossa pergunta mobilizadora foi "Como você se tornou professora?". A intencionalidade foi compreender como Conceição tornou-se professora, desde sua formação inicial até suas referências pessoais para a escolha da docência. Esse processo de revisitar as próprias vivências oportunizou o estreitamento de vínculo e interlocução entre nós, na medida em que fomos permitidas a conhecê-la.

Nos encontros do eixo trabalho visamos conhecer as condições de trabalho no Novo Ensino Médio. Propusemos que a professora produzisse fotografias que expusessem o lado invisibilizado da sua atividade laboral, a partir disso discutimos as situações vivenciadas. Torna-se relevante pontuar que a fotografia neste cenário tem relação com o que Paulo Freire nomeou de Palavras Geradoras. Segundo o autor, "a palavra jamais pode ser vista como um dado [...] é sempre, e essencialmente, um tema de debate" (FREIRE, 2019: 10). Com efeito, a fotografia tornou-se tema de debate, promovendo narrativas do cotidiano e gerando autor-reflexão e reflexão "sobre seu tempo e seu espaço" (FREIRE, 2019: 52). A partir dos encontros do eixo Trabalho nos aproximamos cada vez mais da experiência profissional de Conceição, assim propusemos a leitura de cinco capítulos do livro Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 2009) para o próximo eixo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

No eixo Conceito a professora foi convidada a realizar a leitura proposta, assim como trazer se preferir leituras articuladas com os diálogos anteriores. Na discussão conceitual realizamos a interlocução entre a teoria e a prática, gerando reflexões sobre os saberes do trabalho docente no Novo Ensino Médio, sempre valorizando Conceição como intelectual transformadora (GIROUX, 1968).

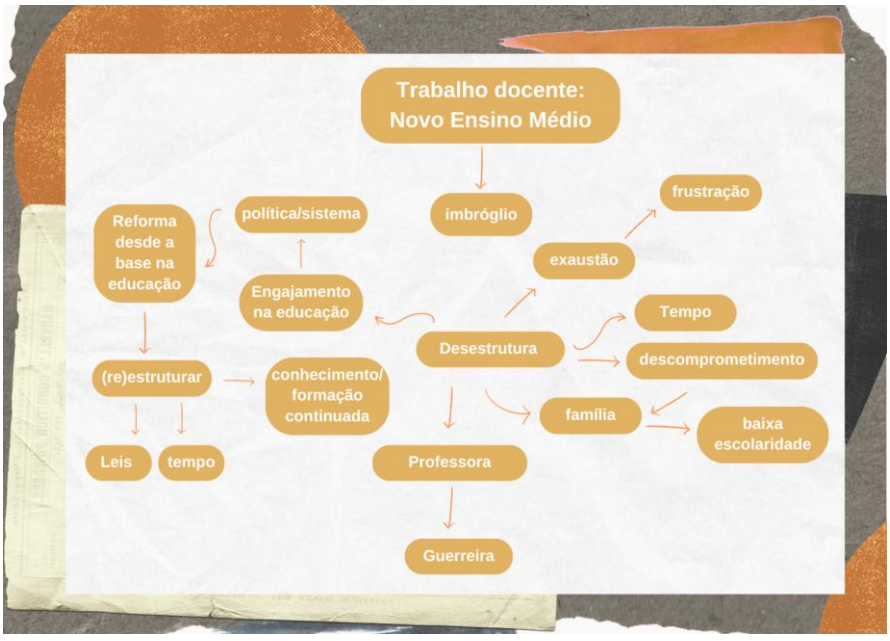
O quarto eixo nomeado como estético tem o delineamento similar ao eixo anterior, porém ao invés de mediar o encontro via leitura utilizamos audiovisuais para nossas discussões. Recorrer ao audiovisual na formação continuada é uma "alternativa para a ativação de dinâmicas de formação outras, uma vez que, a partir dessas experiências, sentidos são ampliados e outros sentidos são construídos" (PEREIRA e ZANELLA, 2021: 418). Posterior às discussões propomos a elaboração de um mapa conceitual com ênfase na experiência docente no Novo Ensino Médio, essa iniciativa fomentou questionamentos e possibilitou o surgimento de saberes fundantes do trabalho docente.

O encontro do eixo Coletivo, último momento do percurso, foi voltado para que a professora trouxesse suas percepções acerca dos encontros. Expôs como foi sua experiência com o percurso e trouxe reflexões a partir dos diálogos promovidos pelas mediações realizadas e pela relação que criamos. Ao final, Conceição se emocionou argumentando o quanto este percurso foi valioso neste momento de sua vida e nós pesquisadoras também nos emocionamos vislumbrando a relação genuína e sensível que construímos.

Exposição: O trabalho docente no Novo Ensino Médio

Nessa seção ocorre a exposição da cena desta pesquisa, a figura em seguida refere-se ao mapa conceitual construído pela professora no eixo estético, sobre suas principais vivências no Novo Ensino Médio. Essa construção foi realizada com forte sensibilidade, em que todos os termos são carregados de significações que impactam com aspereza o trabalho de Conceição.

Figura 1 – Desestrutura. Fonte: Produção de Pesquisa (2023)



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

Quando pensamos no trabalho docente refletimos que sua ação não gera um produto, como em comparação ao trabalho industrial que constrói um objeto. Sua substância é mediada de maneira relacional e se apresenta como uma experiência de vida em processo, reconhecendo afetações e ações compartilhadas (BARROS, BRITO e CLEMENTE, 2018). Nesse sentido, o processo de ensino deve prezar a construção de relações, contrariando a esfera dos contatos em que ocorre a transposição de saberes de quem sabe para quem não sabe. Para Paulo Freire a palavra relação "tem conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade" (FREIRE, 2019: 55) é estar aberto à realidade reconhecendo os estudantes "não mais como espectadores, mas como figurantes e atores" (FREIRE, 2019: 52).

Este processo propicia a criação de vínculos afetivos entre professor/a e estudante, tendo como efeito o fomento de aprendizados significativos em que o diálogo é ato de criação, não de dominação (FREIRE, 2013). Nos atentemos à potência de quem sabe como é a experiência de relações e não de contatos no processo de ensino-aprendizado, Conceição nos diz:

> *Quando a gente consegue criar um laço, um vínculo de respeito, não só respeito, mas quando eles confiam na gente, o aprendizado flui. (...) Quando meus alunos querem falar eu abro, é assim que a gente constrói relações (...) Porque aprender, ter um olhar diferente não é aquela coisa técnica, matéria e pronto, não é assim, os alunos não são uma tábua rasa, eles têm bagagem de vida e às vezes muito mais pesada do que a nossa.*

Todavia para criação de vínculo e relações significativas exige-se tempo, um tempo minucioso em que professores/as e estudantes possam doar-se genuinamente ao processo de ensino-aprendizado proporcionando a construção mútua de saberes. Ao tempo no Novo Ensino Médio, a professora reflete

> *Antes nós tínhamos três aulas com ensino médio normal, agora, por exemplo, o pessoal da manhã tem duas aulas e o pessoal do noturno tem uma aula só (...) ficava pensando, meu deus, como é que eu vou conseguir passar todo o conteúdo no quadro, explicar, dar exercício, com uma única aula por semana? Não tem como.*

Relembrando que Conceição é professora de Língua Portuguesa, a narrativa expõe o mundo real em que o Novo Ensino Médio materializa seu objetivo, onde uma única aula de Língua Portuguesa é oferecida aos estudantes do ensino médio no período noturno. Vale salientar que neste caso o NEM vai contra sua própria regulamentação em que impõe a obrigatoriedade de cinco horas semanais de aulas direcionadas a Língua Portuguesa. Neste tempo de contatos "*o professor é um passador de conhecimento*", desaponta-se a professora.

A narrativa nos permite compreender as impossibilidades que o tempo no Novo Ensino Médio cria, atendendo a lógica do capital com o propósito de acomodar os estudantes em normas prescritivas, tornando-os meros espectadores e reprodutores desta. Para alcançar seu objetivo é preciso limitar o trabalho docente, acelerando o tempo de suas práticas e retirando a possibilidade de discussões e tensionamentos, dificultando o processo de ensino-aprendizado. Segundo nossa interlocutora:

> *Ano passado não respirava, respirava caderno, dormia caderno, acordava caderno, sonhava caderno, era assim em 2022 (...) Eu sei quais as habilidades e competências que eu preciso atingir com os meus alunos e, dessa forma, mesmo eu tentando fazer o melhor, eu não estou atingindo as habilidades e competências necessárias.*

O trabalho docente passa a ser direcionado impositivamente ao que Giroux (1968) nomeou como "pedagogia do gerenciamento", em que as práticas do/a

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

professor/a resumem-se a execução de procedimentos, "o conhecimento é subdividido em partes diferentes, padronizado para serem mais facilmente gerenciados e consumidos" (GIROUX, 1968: 4). No caso do NEM além da padronização e instrumentalização (im)posta, são práticas elaboradas para o tempo que é oferecido "*O horário de aula no noturno é de 40 minutos*", relata Conceição.

Essa redução da carga horária das ciências sociais e humanas encaminha o ensino para uma educação cada vez mais tecnicista e mercantilizada que rouba a qualidade formativa científica e ético-política, revogando a possibilidade de um ensino-aprendizado transformativo. Com isso, os/as estudantes são reduzidos à lógica econômica capitalista, tornando a sala de aula um local de repetição e circularidade, contendo e regulando a prática pedagógica em modulações normativas (AQUINO e RIBEIRO, 2009) ditadas para um currículo diversificado (BRASIL, 2017).

Neste cenário a participação do/a estudante é anulada, sendo excluídos/as das decisões do seu próprio processo de aprendizado, "quanto mais procede deste modo [excluído], tanto mais se sente forçado a conformar sua conduta à expectativa alheia [do mercado]" (FREIRE, 2019: 61). É uma educação que atende às vontades do capital, negando uma formação voltada para a cidadania. A professora reflete "*querem fazer dos nossos alunos bonecos de marionete, eu não concordo com isso, você tem que ensinar o aluno a pensar*".

Torna-se importante refletir a forma como o NEM foi comercializado pelos meios de comunicação. Segundo Pierre Bourdieu (1997) em seu ensaio Sobre a Televisão, os meios de comunicação sejam quais forem exercem grande influência na população em que "intelectuais que não são plenamente reconhecidos no seu campo utilizam os espaços da televisão para obterem o reconhecimento da população abordando questões complexas de forma simplória e em linguagem coloquial" (FRIGOTTO e RAMOS, 2023: 222). Foi por meio de propagandas televisivas e hipermídias que o governo federal disseminou a proposta de uma "formação profissional e tecnológica", "inovadora" e "eficiente", proporcionando ao estudante "escrever sua história" e para complementar a garantia de que a "qualidade da educação vai dar um salto" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

A mobilização televisiva e das hipermídias promoveram um falso retrato de que o/a estudante teria autonomia através da escolha dos itinerários, rumo a uma educação inovadora. Essa ideia de autonomia comercializada é manipulatória uma vez que o NEM captura as possibilidades de uma formação "para entender e atuar nas relações sociais" (FRIGOTTO e OLIVEIRA, 2023: 373). Podemos emprestar, com cuidado para não descaracterizar, a concepção de Inclusão Perversa (SAWAIA, 2014) em que a autora salienta a dialética entre incluir para excluir mantendo "os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência" (BERTINI, 2014: 61). Trazendo essa concepção para nossa discussão, os/as estudantes são "incluídos" no processo de ensino e podem "escolher" o que querem aprender por meio dos itinerários formativos, rumo a uma educação "inovadora". Entretanto, essa inovação se resume à compartimentalização de conhecimentos ocos, executados de forma instrumentalizada. É uma inovação que nega a participação dos/as estudantes, não é democrática uma vez que democracia implica em participação e sem participação ninguém está incluso, "as pessoas ficam privadas de seu direito à melhor educação e, na sequência, participam menos das decisões que definem suas próprias vidas" (VASCONCELOS, 2020: 2).

O Novo Ensino Médio anuncia a inclusão para posteriormente excluir. Segundo Bertini "a maneira de o sistema capitalista incluir faz parte dos mesmos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

mecanismos de reproduzir e sustentar a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente, a alienação do trabalhador" (BERTINI, 2014: 61). Nossa interlocutora reflete sobre essa densa trama:

> *A impressão que a gente tem é que o sistema quer que os nossos alunos fiquem mais burros, menos pensantes, para que as coisas funcionem para eles (...) Deixar os cidadãos não pensantes, não operantes (...) eles não sabem pensar sozinhos, esse é o nosso ensino médio (...) Qual é a perspectiva que esses nossos alunos têm hoje? nenhuma.*

A experiência de vivenciar esse cenário repercute significativamente no trabalho docente gerando intensa frustração. Conceição nos diz:

> *O meu desespero como professora é não saber como é que eles vão sair, se eles não têm preparo (...) ano passado entrei em crise por causa disso, saber que não ia dar conta fez com que eu entrasse em choque.*

O/a professor/a é imputado a realizar uma prática tecnicista em que sua autonomia é reduzida tanto através do tempo quanto pela ordem conteudal, criando uma atmosfera que ameaça a esperança (FREIRE, 2022) por uma educação melhor:

> *Quando a gente trabalha mesmo sabendo que tem vários problemas, mas você sabe ainda que você consegue ministrar o teu tempo, você consegue. É cansativo, é exaustivo, mas você sabe que você vai colher o fruto, você vai pra frente, você consegue fazer. Mas quando você sabe que a exaustão existe, que a frustração está junta e que você não tem retorno, que você não vai colher fruto, isso te deixa muito mal.*

O relato expõe a insatisfação e exaustão que atravessa o trabalho docente no NEM em que a prática do/a professor/a descaracterizada, inferindo e (im)pondo um contexto de trabalho sem tempo, sem apoio, sem perspectiva, proletarizando, enfraquecendo e precarizando as condições dos/as professores/as. Além da exaustão, ser privada das possibilidades do seu trabalho tem desencadeado um agudo sofrimento psíquico, *"ano passado cheguei a ficar doente (...) eu não dei conta, fiquei desesperada, falhei meu deus do céu, eu me senti incompetente*", lamenta a professora.

Esse efeito colateral do que seria uma educação *inovadora* é consequência do projeto do NEM que sabota a possibilidade do/a professor/a realizar seu trabalho, *roubando sua matéria prima: Ensinar*. Nesse contexto, a docência "passa a ser reduzida à produção de conteúdos e à tutoria, funções acionadas quando necessário" (KUENZER, 2021: 246). São práticas que tendem à automaticidade sustentadas por ações prescritivas e pendulares que resultam em um "movimento binário, repetitivo e sem progressão" (GONÇALVES, 1998: 10). Ao invés de existir discussões e tensionamentos persiste a memorização e fixação da palavra, mediante o ônus de apostilas estabelecidas por cronogramas que respeitam uma única lógica: o tempo do capital, esterilizado, que padroniza ações cotidianas e afasta o sujeito de potências afetivas autoras de experiências transformadoras.

Apesar da precarização e descrédito e/ou culpabilização, como Conceição nos traz, "*Se o aluno não aprende, a culpa é de quem? do professor, independente do tempo, do que o mundo esteja passando, a culpa é sempre do professor*", ela anuncia:

> *Não gostaria de trabalhar em outra coisa, não consigo me ver fora da escola (...) Me viro no mil com as aulas, eu não vou desistir da educação (...) Sobre expectativas para o futuro, difícil né? Talvez fazer um curso de biblioteconomia quando não conseguir mais dar aula, para não sair de dentro da escola, fico na biblioteca, na escola.*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

O enunciado pode ser compreendido como manifestação da paixão e/ou amor pela docência, entendida pela via da afetividade. Segundo Sawaia (2014), a afetividade não deve ser vista como obscurecedora, causadora de desordem ou empecilho para a aprendizagem, ao contrário, a afetividade é fundamento uma vez que nega a neutralidade e mantém viva a esperança que é verbo, geradora da ação (FREIRE, 2022).

Nesse sentido, reconhecer a afetividade na suas escolhas e ações pode ser considerado como ato de resistência contra as adversidades no trabalho docente com potencial para materializar criativamente práticas outras que geram brechas nas tramas da dominação, "eu tenho ideias, mas essas ideias não vão estar de acordo com o sistema porque eu vou burlar o sistema deles, eu vou ir contra os pensamentos deles", nos relata a professora, evidenciando seu compromisso com a educação. A isso Sawaia (1995) chama de "tempo de viver"

> "Tempo de viver" é o tempo de agir com mais coragem e audácia, é tempo em que se despertam as emoções, quer sejam elas positivas ou negativas. O "tempo de viver" não se confunde com o viver bem, ele é um tempo de convite à vida, mesmo sendo uma vida sofrida. E o momento da transformação das relações objetivas que aprisionam as emoções, a aprendizagem, a humanidade e a sensação de impotência se transforma em energia e força para lutar. Tempo de viver não é o tempo do desaparecimento da angústia, aliás nunca se chega a isto. Trata-se de tornar possível a luta contra ela, para resolvê-la, e ir em direção a outra angústia. (SAWAIA, 1995: 159)

Ao tempo de viver nos conta a professora "*eu tento de verdade porque eu não concordo com esse sistema, a gente tem tanta coisa bonita pra se viver, pra se fazer*", as tentativas que Conceição se refere tensiona as adversidades que o Novo Ensino Médio produz e permite novas (re)configurações. A intenção com essa discussão não é responsabilizar os/as professores/as pela subversão do NEM, mas colocar em cena que mesmo com todos os obstáculos a docência é também um campo de realizações, como relata a professora "quem coloca o pé na educação, não quer mais sair".

Considerações finais

Decorre três anos desde a implementação do Novo Ensino Médio. Esse tempo de funcionamento já foi suficiente para repercutir de maneira violenta no trabalho docente, roubando sua matéria prima: o ensino. Esse tem sido o resultado de ações orquestradas contra uma educação básica voltada para a cidadania, atingindo estudantes e professores/as, gerando intenso sofrimento psíquico. Essa realidade exposta surge através da montagem da cena desta pesquisa em que a narrativa docente é a voz que comunica genuinamente a experiência de ser professor/a no Novo Ensino Médio.

Sendo a pesquisa um processo de criação e não de verificação (ZANELLA, 2013), a montagem desta cena transfigurou o que se propaga sobre o novo sistema de ensino oportunizando olhar para além da opinião pública, propagandas e até mesmo a própria regulamentação, problematizando reflexivamente as condições de trabalho dos/as professores/as que lecionam no Novo Ensino Médio. Dessa forma, é importante destacar o método de análise atravessador de tais perspectivas, a pesquisa-exposição tem a potência de romper com a lógica de tratar como um mero dado de análise os registros documentais, envolvendo o leitor-espectador em uma trama que oportuniza vislumbrar aspectos além dos esperados e/ou que tencionam certezas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

Ter realizado a pesquisa através de um Percurso de Formação Continuada para Professores/as que reconhece a experiência docente como fundante no delineamento de um percurso formativo, oportunizou que a professora dialogicamente compartilhasse sua experiência no Novo Ensino Médio. Com efeito, apostar nas metodologias participativas na formação continuada de professores/as pode ser via para pesquisas relacionadas ao trabalho docente, em que podemos nos aproximar da realidade para além das aparências e superficialidades que se apresentam nos discursos ordinários, ofuscando e silenciando a voz precisamente de quem vive a docência: os/as professores/as.

Recebido em 30 de maio de 2024.
Aprovado em 30 de novembro de 2024.

Referências

AQUINO, Julio Groppa; RIBEIRO, Cintya Regina. Processos de governamentalização e a atualidade educacional: a liberdade como eixo problematizador. *Educação e realidade*, 34 (2), 2009.

ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonidade*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; BRITO, Janaina Madeira; CLEMENTE, Ozilene Pereira. Narrativas da docência: dimensão sensível do trabalho de professores e pesquisadores. *Revista de Psicologia*, 30 (1), 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Lei 11.741, de junho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral. Brasília: 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Medida provisória 746, de 22 de setembro de 2016a. *Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*, altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Portal da Legislação, Brasília, 22 set. 2016a.

BERTINI, Fatima Maria Araujo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 26 (spe2), 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

COSTA, Roseli Araújo Barros; GONÇALVES, Tadeu Oliver. Histórias de vidas: a vez e a voz dos professores. *Revista Margens Interdisciplinar*, 7 (8): 2013.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Editora Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio; OLIVEIRA, Tiago Fávero de. "As bases da educação profissional e tecnológica em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa". In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *O novo ensino médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica*. São Paulo: UERJ/LPP, 2023. pp. 373-404.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise Nogueira. "A contrarreforma do ensino médio: dupla traição aos jovens da escola pública". In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *O novo ensino médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica.* São Paulo: UREJ/LPP, 2023. pp. 209-251.

GAJARDO, Marcela. *A pesquisa participante na América Latina*. Editora Brasiliense, 1986.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social-um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9 (2): 1998.

KUENZER, Acacia Zaneida. "A Precarização do trabalho docente: o ajuste normativo encerrando o ciclo". In: AFONSO, Cláudia *et al.* (org.). *Trabalho docente sob fogo cruzado*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. pp. 235 - 250.

LEI 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, 2017a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Novo Ensino Médio*. Youtube, 14 de julho de 2021.

PEREIRA, Ana Paula; ZANELLA, Andrea Vieira. "Abrir Janelas na Escrita": oficina estética como estratégia para a formação sensível de docentes. *Debates em Educação*, 13 (32): 2021.

RANCIÈRE, Jacques; JDEY, Adnen. O método da cena. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

SALVATORI, Ana Paula**.** *Docência em Cena: Pesquisa-Exposição de um Percurso Formativo*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade da Região de Joinville, 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

SALVATORI, Ana Paula; GOMES, Allan Henrique; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. The Research-Exhibition Method: Collection, Curatorship and Setting Up of Scenes. *Paidéia*, 33 (1): 2023.

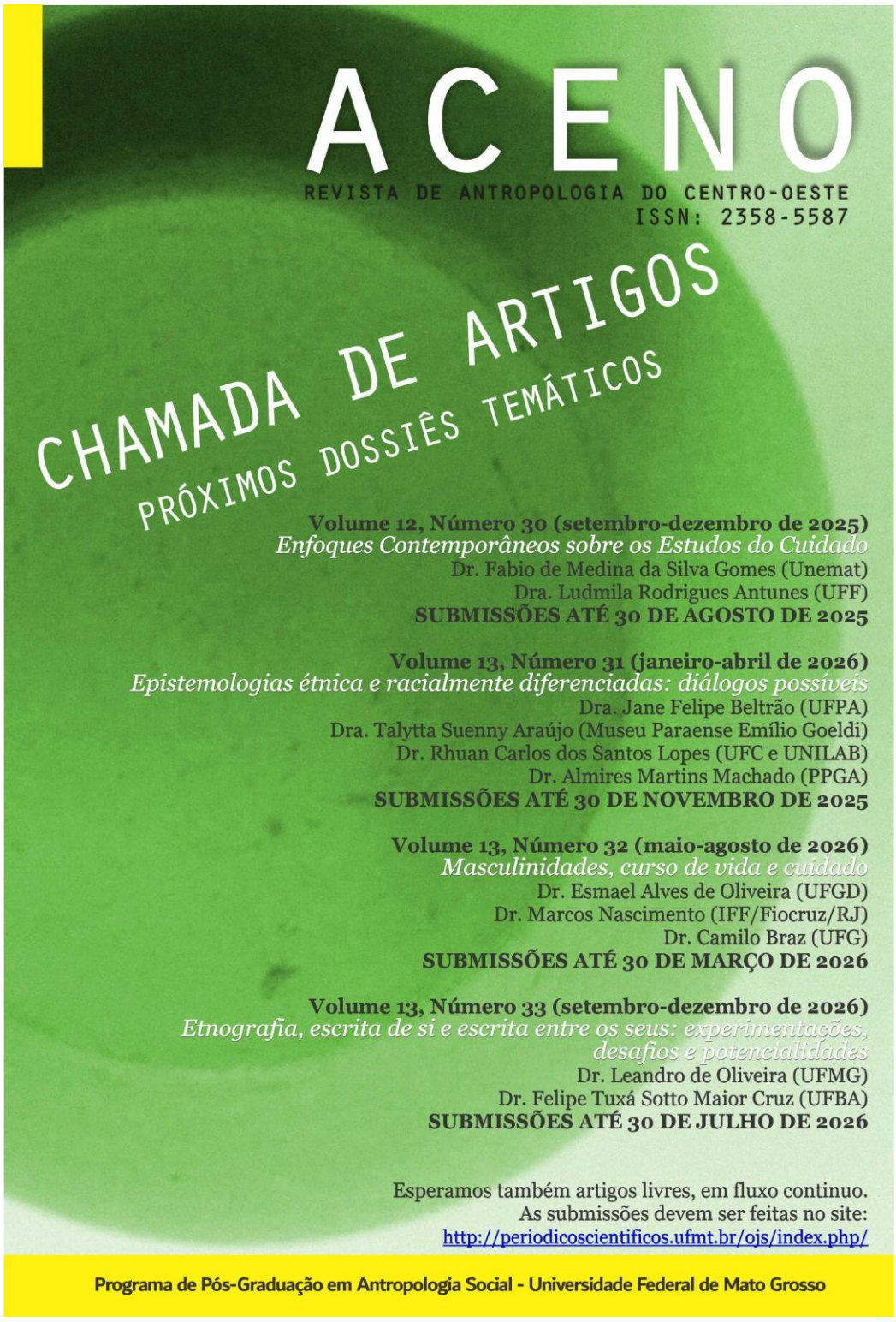
SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SAWAIA, Bader Burihan. "Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora". In: LANE, Silvia T. M.; SAWAIA, Bader B. (org.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 157-168.

VASCONCELOS, I. Democracia, educação e escola: pela inclusão educacional. *Educação*, 45 (1): 2020.

ZANELLA, Andréa Vieira. *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17776

ACENO

Rompendo hábitos e disciplinas:
saúde mental e educação – perspectivas para uma Educação Física emancipatória e crítica

Tainá Arouck Damasceno Maia Farrielo[1]
Carla Cristina Garcia[2]
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: Este artigo, fundamentado nas Epistemologias Feministas, analisa a relação entre corpo, Educação Física e cultura em um contexto neoliberal. O objetivo é refletir sobre a influência social dos espaços da Educação Física na cultura, sociedade e política, e como o neoliberalismo se apropria desses espaços. Ao abordar a saúde mental e a marginalização de grupos, o texto propõe uma Educação Física crítica, que ressignifique o corpo como sujeito político e cultural, promovendo a inclusão e resistência às pressões neoliberais.

Palavras-chave: Educação Física; saúde mental; neoliberalismo; epistemologias feministas; inclusão.

[1] Doutoranda e Mestra (2023) em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada em Ciências Sociais (2019) pela PUC-SP. Pesquisadora do Inanna - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Sexualidades, Feminismos, Gênero e Diferenças (NIP/PUC/SP). Educadora Social formada pelo SENAC SP e agente cultural formada pelo programa Jovem Monitor Cultural da Prefeitura de São Paulo. Pesquisa a ressignificação do corpo das mulheres a partir das artes marciais. Também estuda acerca da cultura física pela perspectiva das mulheres. Tem experiência na área de Sociologia de Gênero, Estudos Feministas e Psicologia do Esporte.

[2] Doutorado em Ciências Sociais (2000) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada Ciências Sociais (1988) e Mestra em Ciências Sociais pela PUC-SP (1991). Fez Pós-doutorado junto ao Instituto Jose Maria Mora-Mexico-DF (2004) como bolsista da FAPESP. Atualmente é professor assistente doutor da PUC/SP e professora titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Tem experiência na área de Sociologia de Gênero, Estudos Feministas e Lazer Urbano., atua principalmente nos seguintes temas: gênero, mulheres, condição social, relações sociais e políticas sociais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

FARRIELO, Tainá Arouck D. M.; GARCIA, Carla Cristina. **Rompendo hábitos e disciplinas: saúde mental e educação – perspectivas para uma Educação Física emancipatória e crítica**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 233-252, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Breaking habits and disciplines:
mental health and education – perspectives for an emancipatory and critical Physical Education

Abstract: This article, based on Feminist Epistemologies, analyzes the relationship between the body, Physical Education, and culture in a neoliberal context. The aim is to reflect on the social influence of Physical Education spaces on culture, society, and politics, and how neoliberalism appropriates these spaces. By addressing mental health and the marginalization of groups, the text proposes a critical Physical Education that redefines the body as a political and cultural subject, promoting inclusion and resistance to neoliberal pressures.

Keywords: Physical Education; mental health; neoliberalism; feminist epistemologies; inclusion.

Rompiendo hábitos y disciplinas:
salud mental y educación - perspectivas para una Educación Física emancipadora y crítica

Resumen: Este artículo, basado en las Epistemologías Feministas, analiza la relación entre el cuerpo, la Educación Física y la cultura en un contexto neoliberal. El objetivo es reflexionar sobre la influencia social de los espacios de la Educación Física en la cultura, la sociedad y la política, y cómo el neoliberalismo se apropia de estos espacios. Al abordar la salud mental y la marginación de grupos, el texto propone una Educación Física crítica que redefine el cuerpo como un sujeto político y cultural, promoviendo la inclusión y la resistencia a las presiones neoliberales.

Palabras clave: Educación Física; salud mental; neoliberalismo; epistemologías feministas; inclusión.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

A interação entre saúde mental e Educação Física (EF) revela as influências complexas do modelo neoliberal no ambiente educacional e no bem-estar psicológico de estudantes e educadores/as. O neoliberalismo, com seu foco em desempenho e produtividade, impacta profundamente o ensino, moldando processos de aprendizado e a maneira como a saúde mental e os corpos são compreendidos e tratados. Epistemologias feministas questionam tais padrões que pressionam os indivíduos a se conformarem com ideais de sucesso e eficiência, frequentemente negligenciando o bem-estar e a inclusão.

No contexto da EF, Lino Castellani Filho (2001) observa que esta, tal como construída no Ocidente, muitas vezes adota uma abordagem tecnicista e acrítica, reforçando uma herança militar de disciplina e controle. Para este autor: "A Educação Física foi, historicamente, um campo instrumentalizado para atender aos interesses do Estado, não à emancipação dos sujeitos" (CASTELLANI FILHO, 2001: 57). Esse legado militar é atualizado pelo neoliberalismo, que vê o corpo como um mecanismo de produção, focado na eficiência e na produtividade. Tal abordagem reduz o corpo a um "instrumento técnico, desapropriado de suas subjetividades e de suas potências críticas e sociais" (CASTELLANI FILHO, 2001: 61), um desdobramento que limita o potencial da EF como um espaço de desenvolvimento integral do ser humano. Complementando tal perspectiva, Raquel Stela de Sá Siebert (2008), discute como as relações econômicas e as estruturas de poder influenciam a percepção e o controle do corpo. Segundo Siebert, "o corpo é configurado e regulamentado conforme as demandas da economia e do poder social, tornando-se um território disciplinado e hierarquizado" (SIEBERT, 2008: 34). Essa visão ajuda a entender como o neoliberalismo se manifesta nas práticas corporais, promovendo uma normatização que controla os corpos e exclui aqueles que não se conformam aos padrões hegemônicos. Siebert explica que "o corpo não é apenas um objeto biológico, mas uma construção social sujeita às imposições e ao controle ideológico" (SIEBERT, 2008: 38), o que reforça a necessidade de uma EF que vá além da simples reprodução de normas físicas e culturais.

A aplicação dos princípios neoliberais no ambiente educacional gera uma cultura de metas rígidas e avaliação constante. Harvey (2005) argumenta que o neoliberalismo molda instituições sociais conforme princípios de mercado, ressaltando a responsabilidade individual e ignorando fatores estruturais que afetam a vida dos sujeitos. Esse modelo transfere para o indivíduo a obrigação de atender a exigências de desempenho, resultando em cansaço e ansiedade (HAN, 2017). Na EF, isso se traduz em uma ênfase exagerada na eficiência e na competitividade, o que, segundo Dardot e Laval (2016), impõe padrões de capital corporal que inclusive afetam de modo particular as mulheres que enfrentam pressões relacionadas à conformidade com padrões de beleza. Bauman (2001) aprofunda essa perspectiva ao destacar que o neoliberalismo reformula o conceito de capital humano, transformando o corpo em um recurso a ser constantemente otimizado e comercializado. Essa abordagem contribui para a criação de padrões inatingí-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

veis de desempenho e aparência, que distorcem a autoestima e a percepção corporal dos indivíduos. Tal lógica mercantilista, portanto, reduz o corpo a um produto, desconsiderando sua dimensão subjetiva e relacional. Essa dinâmica promove uma mercantilização da corporeidade, marginalizando corpos que não se adequam aos padrões normativos e agravando processos de estigmatização e exclusão. Além disso, a ausência de uma perspectiva crítica na Educação Física evidencia-se em discursos que aparentam neutralidade, mas frequentemente ocultam posturas conservadoras. Essa "neutralidade" dissimulada serve como um mecanismo para naturalizar práticas e valores políticos e sociais, muitas vezes excludentes. Durante as eleições de 2022 no Brasil, por exemplo, tatames de jiujitsu brasileiro foram utilizados como palcos para manifestações políticas explícitas, como slogans que afirmavam: "Quem luta de verdade, vota 22, vota Bolsonaro". Esse episódio ilustra a instrumentalização do esporte para reforçar narrativas conservadoras, alinhando-o a discursos que perpetuam desigualdades e exclusões no ambiente esportivo e na sociedade (FERNANDES, 2023). Tal dinâmica revela como práticas esportivas podem ser politicamente carregadas, mesmo quando apresentadas como apartidárias ou neutras. A ausência de um olhar crítico sobre essas manifestações permite que o esporte seja apropriado como ferramenta de reprodução de ideologias que muitas vezes entram em conflito com princípios de igualdade e inclusão. Portanto, a EF precisa de uma abordagem que reconheça tais tensões e que promova um espaço educacional capaz de contestar os discursos hegemônicos, em vez de legitimá-los.

Educadores/as, especialmente professores/as de Educação Física, também são afetados por essa lógica neoliberal, por meio da perda de autonomia pedagógica. Ball (2016) observa que a governança pela performatividade exige conformidade com métricas de produtividade que afastam os/as educadores/as de práticas pedagógicas centradas no desenvolvimento humano. Esse modelo transforma a educação em um processo de acumulação de capital humano, comprometendo a saúde mental e física de professores/as e alunos/as.

A aplicação da epistemologia feminista à EF representa uma estratégia robusta para resistir às pressões do neoliberalismo. Como observa bell hooks[3] (1994), o feminismo valoriza as experiências individuais e coletivas, possibilitando a construção de narrativas que desafiam as estruturas patriarcais e hierárquicas predominantes na educação. Tal perspectiva permite compreender os corpos em suas singularidades e na relação direta com a saúde mental, enfatizando práticas pedagógicas voltadas para a diversidade e o bem-estar integral, em contraste com o modelo neoliberal, que privilegia a produtividade em detrimento da subjetividade e da saúde psíquica. Essa abordagem feminista desafia a instrumentalização do corpo como mero objeto de performance e eficiência, resgatando-o como um agente cultural e político. Para hooks (1994), politizar o corpo é reconhecê-lo como produtor de cultura, e não apenas como algo a ser moldado por lógicas externas de controle. Esse entendimento enriquece a Educação Física ao incorporar memórias, experiências e subjetividades, promovendo uma visão ampliada que resiste à exclusão e à padronização impostas pela lógica neoliberal.

Ao adotar as teorias feministas, torna-se possível questionar o papel da EF como reprodutora de desigualdades e com isso, refletir visando o desenvolvimento de práticas transformadoras nestes espaços. Tais práticas podem, por sua vez, reconfigurar os locais esportivos e educacionais, tornando-os acolhedores

[3] Preservamos o desejo da autora de utilizar seu nome em letras minúsculas. Tal decisão de bell hooks, em conjunto com a utilização de um pseudônimo (este nome é em homenagem a sua avó, seu nome verdadeiro é Gloria Jean Watkins) visa uma recusa do egocentrismo intelectual e busca dar foco às suas obras.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

para a diversidade corporal e comprometidos com a promoção de saúde mental e autonomia. Assim, a epistemologia feminista não apenas critica as limitações do neoliberalismo, mas também apresenta caminhos para a construção de uma EF mais equitativa e emancipadora.

Para que a EF valorize a diversidade corporal e a saúde mental, é imprescindível superar as normas neoliberais que objetificam e hierarquizam o corpo. Como enfatiza Castellani Filho (2001), uma EF crítica deve reconhecer o corpo não apenas como expressão da cultura, mas também como uma forma de resistência ativa às normas hegemônicas e às violências estruturais. Tal abordagem promove um ambiente educacional comprometido com o bem-estar integral e a pluralidade das experiências corporais.

A partir do exposto, este artigo propõe uma análise crítica da EF no contexto neoliberal, enfatizando como ela reflete diretamente as lógicas econômicas e sociais dominantes. Essas influências são especialmente evidentes nas práticas esportivas, que frequentemente legitimam discursos biologizantes. Tais discursos não apenas promovem a alienação, mas também sustentam a perpetuação de violências estruturais contra corpos dissidentes. Isso inclui corpos racializados, de classes marginalizadas, e aqueles que possuem orientações sexuais ou culturas não hegemônicas, reforçando padrões excludentes e hierarquias opressoras (SILVA, 2016). Esses discursos acabam também por fomentar malefícios profundos em termos de saúde mental para tais grupos.

Este estudo busca desvelar os mecanismos pelos quais a EF pode reforçar ou contestar as normas hegemônicas, propondo a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade corporal e desafiem as desigualdades estruturais. Nesse sentido, a reflexão crítica sobre o papel da EF no contexto neoliberal oferece uma possibilidade que foque nas consequências sociais e mentais da área e a potencialidade que a EF revela, sendo um importante espaço de disputa epistêmica.

O nosso relacionamento com o corpo patenteia nosso *"ser-no-mundo"*[4]

O que motiva um corpo? Por qual razão este se move? Poucas vezes houve um aprofundamento destas reflexões tal como fez Marcel Mauss (1872-1950) ao perceber que as técnicas corporais tinham direta relação com as práticas culturais das sociedades. Ele compreendia as técnicas do corpo a partir do tempo histórico, entendendo-as enquanto parte do social e da cultura. A partir do que Mauss discute, do corpo enquanto um campo revelador de uma cultura/sociedade, pensar sobre os corpos abre margem sobre o que eles nos informam, tornando impossível negar que são agentes da cultura, desde o jeito de andar, até o de nadar ou dançar.

Levantar-se, agir mecanicamente ao longo do dia são coisas que fazemos roboticamente, já *habituados*[5] aos mesmos movimentos repetitivos. Por muitas vezes, o corpo apenas *habitua-se*. E este *habituar-se*, é esvaziar a memória de um corpo. O condicionamento ao *hábito*[6] no qual o Ocidente está mergulhado, é algo

[4] Pegamos de empréstimo a reflexão feita por Maritza Maffei da Silva (1995), que "Nosso relacionamento com o nosso corpo é o ponto focal, nuclear, que patenteia nosso "ser-no-mundo" (SILVA, 1995: 114)

[5] Tal reflexão sobre o hábito foi feita por Raquel Siebert em 1995. É um impulso para se pensar acerca de todas as questões que abarcam o nosso corpo. A autora será citada mais a frente neste artigo.

[6] Há também a noção de habitus elaborada por Mauss para esse sentido do hábito desprovido de memória. As repetições de técnicas e imitações variam de acordo com as sociedades e revela o caráter social existente. Ver: MAUSS, Marcel. 1. Noção de técnica do corpo. Sociologia e Antropologia. trad. Paulo Neves São Paulo. Cosac Naify, 2003.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

que reflete a lógica neoliberal da produtividade. A partir da repetição sem reflexão, otimiza-se o tempo, pois assim não haverá necessidade de pensar no que se deve fazer. Neste contexto, reverte-se a possibilidade de criticidade das escolhas de um corpo cansado e exausto, somatizando-se a uma saúde mental negligenciada pela lógica do capital limitando-o ao *hábito*, sem entender toda a exaustão ou desejos que neste corpo se manifesta de variadas formas. O que se percebe é que,

> As teorias que sempre dissocia mente e corpo fizeram um esplêndido trabalho, mascararam as contradições e as crias que apartam a oligarquia e os trabalhadores (aí incluídas as mulheres), mascarando as desigualdades do sistema. É a repressão do sistema que é propagada pela escola, pelo ordenamento jurídico, pela Igreja, pela ciência, fazendo do colonialismo cultural o móvel principal a induzir a manutenção do status quo. (Maritza Maffei da SILVA, 1995: 115)[7]

Os exercícios físicos fazem parte desta dinâmica e refletem muito a produtividade exaustiva acerca do corpo-máquina levado ao limite, sem reflexão, logo acrítica, acerca dos movimentos que são feitos diante do contexto no qual estamos imersos, da ideologia neoliberal. A partir dos métodos das práticas físicas temos muitos exemplos de como a lógica da produtividade é impressa nos corpos: se não há familiaridade com os movimentos, independente de qual atividade física você escolha, o que se propõe é a repetição vazia de significado. Repetir incansavelmente até "automatizar" seu corpo para a execução das atividades, até tornar-se hábito. Desconecta-se, como típico de uma EF tecnicista, a mente deste processo, pois o que vale é apenas a produtividade do corpo levado ao seu máximo. Elementos que, pensando na EF brasileira, se revelam também devido à sua herança militar, disciplinatória, muito bem reforçada pelos valores impressos de Rui Barbosa (1849-1923) ao projeto da EF como parte do ensino (1882), se tornando um reduto histórico de vozes de comando e posturas militares (Fúlvia ROSEMBERG, 1995) que ainda se inflam em diversas práticas esportivas atuais[8]. Quanto mais você repetir e se induzir ao hábito, melhor a sua produtividade. Diante dessa lógica da produção desenfreada e veloz, esvazia-se o significado do movimento. Nos vemos reféns da lógica neoliberal por todos os lugares e é justamente no corpo que se imprimem marcas deste tempo histórico, ou melhor dizendo, deste Frankenstein do neoliberalismo, como diz a professora de ciência política Wendy Brown ao dar título ao seu artigo acerca das problemáticas enfrentadas no século XXI com relação a este monstro devastador do bem-estar social que prioriza apenas a produtividade e propriedade, pois,

> a racionalidade neoliberal é produtiva, formadora do mundo: ela economiza todas as esferas e os esforços humanos, e substitui um modelo de sociedade baseada em um contrato social produtor de justiça por uma sociedade concebida e organizada como mercados, e com estados orientados pelas necessidades do mercado. À medida que a racionalidade neoliberal se torna nosso senso comum generalizado, seus princípios não governam apenas por meio do Estado, mas também se espalham pelos locais de trabalho, pelas escolas, pelos hospitais, pelas academias, pelas viagens aéreas, pelo policiamento e por todas as formas do desejo e das decisões humanas. (Wendy BROWN, 2021: 96-7)

Ao compreender o corpo enquanto máquina de produção, este fica algemado

[7] Nós, do Núcleo de Pesquisa Innana – Núcleo Interdisciplinar de Gênero, Sexualidades e Diferenças da PUC-SP, sempre nos referimos às mulheres utilizando seu nome e sobrenome, descumprindo a regra da ABNT propositalmente. Este posicionamento tem como objetivo dar visibilidade às mulheres nas produções acadêmicas.

[8] "(Jair Bolsonaro) ostenta uma ala de apoiadores não apenas no futebol. Jogadores das seleções masculinas de vôlei e basquete e atletas de outras modalidades já levantaram bandeira pró-Bolsonaro". In: *O circuito do esporte que abraça Bolsonaro: de Lucas Moura a Emerson Fittipaldi, personalidades esportivas declaram apoio ao candidato do PSL. Manifestações políticas ainda são raras entre atletas em atividade*. EL PAÍS. 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

às dinâmicas que o alienam de si e o adoecem. É no corpo que tais atravessamentos se dão da forma mais intensa. Numa cultura ocidental na qual por origem filósofos como Platão e Descartes consideravam o corpo inferior ao compará-lo com o espírito, carrega-se a herança desta reflexão, que ao ser atualizada, colabora com a robotização do corpo e para além disso, permanece hierarquizando como saber superior e mandante o da mente, no qual consequentemente descaracteriza toda a possibilidade de produção de conhecimento que os corpos também podem revelar. Conhecimento este, tão bem observado pelo sociólogo Richard Sennett, são fundantes, pois *"todas as habilidades, até mesmo as mais abstratas, têm início como práticas corporais"* (SENNETT, 2013: 20).

O que seria, portanto, este corpo? Na introdução do livro *Gênero, corpo e conhecimento* (1987) organizado por Alison M. Jaggar e Susan R. Bordo, as organizadoras respondem: o corpo é agente da cultura (Susan BORDO, 1997). Além de ser este agente tão potente em que a cultura se inscreve e se transforma, também pode ser uma ferramenta poderosa de controle social, como bem observado por Bordo e por autores como Foucault. Este corpo, portanto, não é determinado por seu aspecto biológico, mas tem um papel ativo, de agente da cultura. Ao refletir sobre isso na EF, denota-se que *"a partir das construções que, em cada época, a sociedade faz sobre homens e mulheres, a prática esportiva modifica-se."* (Carla Cristina GARCIA, 2018: 501).

O disciplinamento e a normatização do corpo - principalmente daqueles dissidentes, como é o caso do feminino - são estratégias eficientes de controle social (Susan BORDO, 1997). No caso das mulheres e as atividades físicas,

> (...) o esporte está intimamente ligado aos estereótipos do que uma mulher ou um homem podem realizar ou não com seu corpo, além de estipularem para ambos os lugares determinados na sociedade." (Carla Cristina GARCIA, 2018: 501).

Como diz Raquel Siebert (1995: 30), *"dessa forma, os indivíduos são fabricados por esse sistema para responder aos imperativos do modo de produção"* e pelas estruturas de poder. Deste modo o corpo se torna um dos principais meios potenciais de domesticação, de controle e de automatização ao hábito, que renegam a possibilidade de observá-lo através de sua inteligibilidade e memória. Escapar o corpo destes mecanismos de controle é descobrir um universo de possibilidades múltiplas, transgressoras e transformadoras. Ousar entender o corpo enquanto algo múltiplo e plural que não é separado da mente, é compreender o corpo não enquanto máquina, mas sim como fonte de sabedoria, como uma importante ferramenta de experiência que nos faz lidar com todas as questões sociais as quais nos atravessam e que impede a possibilidade de negligenciá-lo ao *hábito*. Ao entender, através da EF, o corpo não enquanto propriedade privada, mas enquanto conjunto do *eu*, enquanto característica formadora da subjetividade, fundamental para construção do entendimento do mundo, transgride-se a disciplina militar e neoliberal de racionalidade impressa na corporeidade e fortalece-se o corpo enquanto agente político e de cultura que pode ser uma das poderosas ferramentas de transformação social, principalmente ao deslocarmos a questão individual do corpo e pensá-lo a partir de seu impacto social. Na perspectiva das teorias feministas, essa necessidade de domínio, controle e disciplina, é uma lógica que em sua raiz é masculina, algo que reflete e está impregnado na própria

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

EF desde o século XIX[9], portanto, o desafio de romper com esta dinâmica de raízes profunda é um longo trabalho que envolve disputas epistemológicas na produção do saber nestes espaços.

Entender por que nos movemos (ou não nos movemos) - eis a potencialidade dada por trás desse questionamento: ao optar por ter consciência do porquê *me movo* surge a possibilidade de um olhar atento às experiências que esta corporeidade impulsiona, dando atenção a cada detalhe de movimentos deste corpo, escutando-o e consequentemente descortinando um caminho cheio de possibilidades, de descobertas que desnaturalizam o corpo e retiram-no do *hábito*. Quando se nega toda a sabedoria que o corpo pode oferecer, quando o limitamos ao poder do *hábito*, apaga-se sua história, fomenta-se o declínio de sua saúde mental. Ao reprimir o corpo, eu afirmo a inexistência da sua inteligibilidade.

> a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, consequentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (FOUCAULT, 2022: 8)

Negligenciar o corpo, consequentemente, é adoecê-lo e desqualificá-lo enquanto inteligente, repleto de memória, de marcas, que vão transformando-o e nos fazendo entender muito de nós antes mesmo que pudéssemos traduzir as experiências em palavras.

E os corpos de mulheres? Possibilidades potentes a partir da atividade física

Relacionando aos corpos de mulheres, qual o papel da atividade física neste sentido? Ou ainda, quais os múltiplos papéis? Se ao mesmo tempo, como no caso das artes marciais, pode-se descobrir as mais variadas possibilidades de um corpo feminino ágil, forte e capaz, que se torna uma ferramenta de transgressão à uma lógica da cultura Ocidental visou docilizar tais corpos (Tainá FARRIELO, 2022), há, no entanto, outras problemáticas envolvidas e enraizadas que atravessam a atividade física de modo geral[10]. Como coloca Susan Bordo (1997: 20), estes corpos são alvos suscetíveis ao alto risco de sujeição,

> os corpos femininos tornam-se o que Foucault chama de "corpos dóceis": aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao "aperfeiçoamento". Por meio de disciplinas rigorosas e reguladoras sobre a dieta, a maquiagem, e o vestuário - princípios organizadores centrais do tempo e do espaço nos dias de muitas mulheres - somos convertidas em pessoas menos orientadas para o social e mais centradas na automodificação. Induzidas por essas disciplinas, continuamos a memorizar em nossos corpos o sentimento e a convicção de carência e insuficiência, a achar que nunca somos suficientemente boas. Nos casos extremos, as práticas da feminilidade podem nos levar à absoluta desmoralização, à debilitação e à morte.

Dito isto, a EF cumpria um papel de controle e disciplina nos corpos das mulheres, que fazia jus a toda uma estrutura social na qual o papel da mulher era o da maternidade e cuidadora do lar, cerceadas de expandir a possibilidade de seus corpos.

[9] O masculino foi relacionado a força, a agressividade (...). Essas ideias simplificadas da realidade (...) têm repercussões sobre como nos vemos a nós mesmos e aos demais. No século XIX, as práticas esportivas estavam impregnadas de uma concepção de masculinidade que celebrava a competitividade e a dominação física (Carla Cristina GARCIA, 2018: 501).

[10] Como disse a jornalista Neusa Maria Pereira, há muito o que se fazer para tornar estes espaços mais viáveis para todas as pessoas. Ter esta visão crítica nos possibilita transformar estes espaços para que sejam compostos da mesma forma por grupos dissidentes, como mulheres, população LGBTQIAPN+ etc.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

> A rejeição em relação à incorporação das mulheres nas práticas esportivas era acompanhada de um discurso que ditava o que podiam e o que não podiam fazer nesse âmbito. Como em tantas outras esferas da vida, o médico, o padre e, com frequência, a mãe atuando como reprodutora dos valores dominantes eram os encarregados de transmitir essa norma que obrigava as mulheres a se manterem frágeis e elegantes e afastadas da possibilidade de desenvolverem capacidades consideradas próprias a uma esportista: força, resistência e independência (Díez García, 2006). Desse modo, o conceito de natureza feminina como inerentemente débil e doentia integrou-se às atitudes e comportamentos, até se converter em uma realidade material, parte da vida cotidiana. A aceitação/incorporação, pelas próprias mulheres, da ideia de que eram incapazes fisicamente deu um peso humano e moral aos dados científicos. No final do século XIX, essas novas formas de controle social encontravam-se firmemente arraigadas e internalizadas pelas mulheres, especialmente as da classe média e da elite, que se dedicavam aos afazeres domésticos quase em tempo integral. Os médicos e os professores juntavam-se à imprensa no esforço de educar as mulheres como guardiãs do lar. (Carla Cristina GARCIA, 2018: 502-3)

Não por acaso Lino Castellani Filho (2007) intitulou o seu livro *Educação Física no Brasil:* com o subtítulo *"a história que não se conta"*. Nesta obra, o professor da Unicamp revela muito da trajetória sombria da EF no Brasil, desde sua conexão com os militares e o eugenismo até o reforço da lógica biologizante de atribuir às mulheres papeis de passividade nos quais visavam cercear as possibilidades de seus corpos para diversas práticas esportivas. Esse argumento acerca das mulheres escancarou a ideia dominante na qual haveria uma suposta superioridade do sexo masculino sobre o feminino, tendo em vista que os homens são livres para qualquer prática corporal que desejam praticar. Esta *"naturalização do fato social"* (CASTELLANI FILHO, 2007: 59) reforça o que Nicole Claude-Mathieu enfatiza em *A anatomia política* de que *"o caráter 'trivial e fetichizado' do sexo repousa sua "evidência biológica"* (Nicole CLAUDE-MATHIEU, 2022: 77).

Ao pensarmos em práticas que foram situadas enquanto masculinas - como no caso das artes marciais - e vê-las sob a perspectiva feminina, descobre-se que estas são atividades físicas que transcendem a noção pura e simples do *hábito* para as mulheres. A luta é uma maneira de agir. É parte do processo de rompimento com a lógica da fragilidade. É redescobrir o que esse corpo pode, sua potencialidade. A autodefesa, que está inclusa no espectro das artes marciais,

> se torna uma maneira de pensar, pois "o corpo empresta sua voz e dá peso aos pensamentos, sejam eles leves ou ponderados" (Chantal JAQUET, 2010: 83). Este universo de possibilidades do corpo revoluciona nosso modo de observar e agir no mundo, visto que o que está calcado no corpo é a força da existência. "Ninguém, é verdade, conseguiu até hoje determinar o que pode o corpo" - nos diz Espinosa" (Chantal JAQUET, 2010: 10). Acrescento que ninguém deve determinar o que pode um corpo feminino. Falar sobre liberdade é abraçar as possibilidades de poder ser o que se quer ser, se reconhecer longe de posições de passividade, de docilidade, de submissão. É afirmar a complexidade e a multiplicidade do que pode um corpo. (Tainá FARRIELO, 2022: 78)

As práticas de lutas, são uma ferramenta que revoluciona os corpos femininos que as praticam, sendo possibilidade engajadora e doadora de poder. É uma forma de transgressão e de redescobertas de si na perspectiva feminina, e, quando se resgata a memória das mulheres envolvidas com as artes marciais, percebe-se que há uma história e uma memória impossível de ser negada, mas que foi apagada ao longo do tempo. As artes marciais foram se ressignificando de acordo com o tempo e se um dia pode significar apenas uma demonstração de destreza, como foi para as mulheres gladiadoras antes mesmo que o mito da fragilidade pudesse existir, depois do século XIX tornou-se uma ferramenta política de ressignificação do corpo com as *jiujitsufragistas* inglesas (Tainá FARRIELO, 2023). Há uma gama enorme de histórias que necessitam ser resgatadas, de mulheres

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

combativas como gladiadoras, espartanas e icamiabas brasileiras. Ao falar sobre memória e ao fazer uma trajetória histórica sexualmente localizada (María-Milagros RIVERA GARRETAS, 2005), rompe-se com a dimensão pura do *hábito*, tendo em vista que é pela memória (consequentemente, história) que *eu sei o que estou fazendo e o porquê estou fazendo*. Como nos mostra Raquel Siebert (1995), o *hábito* falsifica a memória, pois apaga a origem e se limita somente à repetição sem explicação. Portanto, um corpo feito somente de *hábitos* é um corpo desprovido de sua história, e passa a naturalizar ações que são em realidade, de cunho social. Pela perspectiva feminina, a lógica do século XIX de controle social tentou imputar nos corpos uma nova ordem insistindo na incompatibilidade das mulheres com as esportividades que pudessem ameaçar as normas sociais estruturadas. Tal lógica, que vale enfatizar, é incompatível com mulheres de classe trabalhadora, ou mulheres não brancas que foram escravizadas na história do Ocidente (Angela DAVIS, 2016). Ainda que tal fundamento não seja compatível com a realidade, de modos distintos o mito da passividade e da fragilidade atravessou estes corpos. Resgatar as memórias das mulheres que foram combativas ao longo dos tempos históricos se torna, portanto, uma das possibilidades de modificação desse *hábito* culturalmente construído e que causa complexas consequências para as mulheres ocidentais. A jornada está impressa no corpo, na postura corporal, nas ações a partir desse corpo que também é casa. Cada movimento que se escolhe fazer é um passo para sedimentar novas histórias no próprio corpo e que do micro para o macro, possibilita questionar e transgredir lógicas que tentam imprimir padrões e normas que enjaulam ao invés de libertar as possibilidades da corporalidade.

Resgatar a memória do corpo é transgredir às normas disciplinadoras

É preciso observar o corpo enquanto memória, enquanto possibilidade de ser uma epistemologia, um caminho no qual a experiência é valorizada. Limitar estes corpos é ceder a mecanismos históricos de controle, que se movem a partir de lógicas institucionalizadas, nas quais possuem história e trajetória específicas e costumam universalizar saberes como se fossem iguais para todas as pessoas. Não é difícil notar que a EF de maneira geral é pensada pelo viés masculino e que inclusive transformou em lei suas proibições de diversas modalidades esportivas para mulheres ao longo do tempo[11]. Um exemplo que muito revela tal lógica da EF no país pode ser visto em um artigo dos anos de 1970[12], do professor Carlos Catalano Calleja no qual defendia que as mulheres não deviam participar de competições de judô, principalmente as competições mistas, tendo em vista que as meninas venciam dos meninos e isso poderia "ocasionar uma problemática que iria afetar a personalidade em formação do menino" (Fúlvia ROSEMBERG, 1995: 277). Este é um dos exemplos sobre a não neutralidade das práticas e sobre a produção do status quo a partir do corpo.

[11] As judocas brasileiras terão papel fundamental em mudar essas deliberações do Conselho Nacional dos Desportos (CND) em 1979 (CASTELLANI FILHO, 1988), ao vencerem um campeonato para garantir a conquista de um direito. Em um contexto em que o mito da fragilidade se fazia presente, as judocas fugiam dos estereótipos de performatividade de gênero, determinados pela sociedade brasileira da época.

[12] Trecho destacado no artigo "A educação física, o esporte e as mulheres: balanço da bibliografia brasileira". In: *Corpo, Mulher e Sociedade*, de Fúlvia Rosemberg (1995).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

A disciplina do corpo a favor do neoliberalismo

A cientista política Wendy Brown revelou qual é o impacto da lógica neoliberal na realidade: se os princípios da privatização e da desregulamentação são sobrepostos numa sociedade, o resultado de uma liberdade irrestrita, sem nenhuma intervenção é o impedimento da promoção da justiça social, da inclusão e da igualdade (Wendy BROWN, 2021). Unindo tal questão à reflexão acerca do corpo e da acriticidade de práticas nas quais é preciso movimentá-lo, muito se percebe sobre as nefastas consequências que o ideal neoliberal acarreta na corporeidade: diante da disciplina do corpo robotizado e mecânico refém da racionalidade mercadológica, este, para além de possíveis adoecimentos devido à exaustão, pode se tornar uma potente ferramenta para, no limite, virar protagonista dos fascismos e totalitarismos. Quando neoliberais defendem que só há liberdade pela perspectiva individualista e negam o bem-estar social, quando afirmam convictamente que a única forma de mediar a liberdade é o mercado, a armadilha está posta e impressa também nos corpos, acarretando consequências principalmente para aqueles grupos dissidentes que são assassinados, violentados e desumanizados. No extremo, a disciplina do corpo sem reflexão somada à racionalidade neoliberal propicia mais ataques e opressões, tendo em vista uma estrutura que só releva a proteção da propriedade privada. A disciplina militar, a disciplina dos muros, a disciplina masculina em se proteger em nome da segurança contra um inimigo imaginário vira o argumento falacioso em nome de uma liberdade que atravessa, subjuga e elimina corpos, principalmente se estes forem negros, femininos, pobres e transgêneros.

Escolher resgatar o sentido inteligível da corporeidade, e, principalmente, dos corpos dissidentes que possuem suas memórias ainda mais intensamente negadas, negligenciadas e fadadas a uma construção de narrativas biologizantes que hierarquizam e colocam tais corpos, - como por exemplo, o da mulher – em posições desiguais, é optar por ser indisciplinada/o, enfrentando a lógica cerceadora construída ao longo do tempo e que ainda está carregada dessa herança determinista nas perspectivas de muitas esferas da EF. Portanto, construir uma nova memória, a partir de um resgate histórico crítico, é ampliar possibilidades para inverter a dinâmica de controle disciplinar da repetição vazia de significado, criando oportunidades novas e plurais as quais nos fazem refletir sobre o porquê decidimos nos movimentar. Além disso, propicia num importante resgate da autoestima, tornando-se uma grande aliada no quesito da saúde mental. Este corpo, agente da cultura, quanto se reconhece crítico e mutável deixa de ser robotizado e passa a quebrar as regras tecnicistas através do resgate da memória de si e de suas potencialidades.

> Em todas as formas de cultura, inclusive na corporal, a tecnologia proporciona igualmente a grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade técnica de ser autônomo, de determinar pessoalmente a sua vida. Essa falta de liberdade não surge de forma irracional nem como política, mas antes como sujeição ao aparelho técnico, intensificando a produtividade do trabalho. (Raquel SIEBERT, 1995: 31)[13]

É inegável que através do modo de se pensar a EF muito da sociedade é revelado. Desde a dimensão de um corpo movido à disciplina e ao controle de ordens até uma dimensão da noção de competição por um viés neoliberal, que coloca este

[13] Nesse trecho, vê-se a expressão "falta de liberdade do *homem*" ao invés de algum outro termo que pudesse ser mais inclusivo, como *seres humanos* ou *pessoas*. Contudo, mantenho a fidelidade da escrita da autora, compreendendo que a linguagem também revela um tempo histórico.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

termo enquanto instintivo e "natural" (Raquel SIEBERT, 1995). É contundente construir esta ideologia da competição que fomenta a perspectiva neoliberal atual. Ao imprimir a dimensão da competição e não da cooperação como algo "natural", torna-se inescapável pensar em outras possibilidades de relação com o mundo. Dito isto, a EF se torna uma importante aliada para reforçar este tipo de ideal. Tanto a competição quanto a cooperação são de cunho social e pensar nas competições esportivas de um modo tão predatório e destrutivo reverbera em consequências complexas e intensas para atletas, as quais valeriam um estudo aprofundado.

Há diversos exemplos de atletas que adoecem devido à intensidade na qual se leva as competições, como foi o caso do atleta de natação Michael Phelps que admitiu ter sofrido de aguda depressão após cada uma das Olímpiadas em que participava, ou então a ginasta Simone Biles que com muita coragem desistiu da final de ginástica artística na Olímpiada de Tóquio (2021) escapando da noção de que desistir não pode ser uma opção. Estas pessoas são só algumas das atletas de alto nível que demonstram o impacto das competições construídas socialmente de uma forma predatória, que promovem a dificuldade para lidar com desistências e que podem prejudicar a saúde mental das/os profissionais. Ressignificar a noção de competição parte de repensar a própria lógica neoliberal predatória que incute esta forma da competitividade para entender o mundo e que se reflete profundamente ao situá-la no âmbito esportivo. Desobedecer a lógica instrumentalizadora para se pensar o corpo, é, portanto, transgredir uma noção destrutiva, que não permite desistências, onde por muitas vezes ainda é presa a estereótipos e que adoece: a da disciplina tecnicista da EF.

Essa EF acrítica e tecnicista sem reflexão somada à disciplina de acordo com a lógica neoliberal, reverbera em espaços produtores de células protofascistas, como muito foi visto nos setores do esporte durante o período das eleições do Brasil em 2018 e depois em 2022. Um exemplo explícito foram as campanhas massivas de lutadores/as de jiu-jitsu brasileiro nas redes sociais ao alavancar o nome de Bolsonaro sob o discurso de *"Brasil acima de tudo, Deus acima de todos"*, muitos deles com grande engajamento por serem atletas de alto nível da modalidade.[14] Além disso, uma das mais conhecidas referências do jiu jitsu brasileiro, o faixa coral Fábio Gurgel, levou para os tatames de sua equipe Alliance o até então candidato a governador de São Paulo Tarcísio de Freitas e o candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro para discutir sobre política num local que até então sempre foi promovido enquanto "neutro" e sem viés político, ainda que o espaço das artes marciais seja o reduto do conservadorismo e da extrema direita há bastante tempo.

[14] *"O mundo da luta com Bolsonaro!"* disse o faixa coral de jiu jitsu brasileiro Fábio Gurgel em seu Twitter na época, compartilhando um vídeo de campanha em que vários/as lutadores/as aparecem. Disponível em: https://x.com/fabiogurgel/status/1582791294463930368

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

Figura 1: Jair Bolsonaro visita tatame da equipe Alliance de jiu-jitsu brasileiro. Fonte: Correio Braziliense, 2022.

Gurgel foi só mais um dos tantos professores/as da modalidade que fizeram ávidas campanhas para Jair Bolsonaro, revelando a memória institucional da EF no país: uma prática que só foi socialmente aceita – ainda que de primeiro momento fosse repudiada pela elite devido à valorização apenas do trabalho intelectual – em razão às suas origens militares. Além disso, é importante deixar à vista que quando a prática desportiva institucionalizada chega ao Brasil, ela aparece sob um viés eugênico, numa justificativa de possibilitar o aprimoramento da raça (CASTELLANI FILHO, 1988). O reflexo que tais comportamentos carregam provém da herança deste histórico de uma EF que pauta o corpo enquanto limitado ao viés tecnicista acrescido à racionalidade de corpos que reproduzem a lógica militar e que na atualidade se anexa à do mercado, tornando-se esse *"Frankenstein"* que a professora Wendy Brown tão bem observou. Os gestos são transformados em mercadoria, onde o corpo passa a ser produto consumível[15], uma *corpolatria* baseada na sociedade de consumo (Raquel SIEBERT, 1995); agregada à tal percepção, discursos como o de tantos/as atletas conservadores se retroalimentam, seja no jiu-jitsu brasileiro como em outras modalidades. Espaços dominados por tais narrativas só atrasam uma configuração múltipla e plural do esporte que seja para todas e todos e fomenta uma forma tóxica de vivenciar os esportes. No fundo desta suposta neutralidade da EF brasileira, desvela-se uma narrativa autoritária, disciplinadora, com viés viril que traz como verdade predominante o poder do viriarcado[16] de espólio branco hierarquizante, no intuito de controlar e dominar corpos, territórios, espaços e comportamentos. No limite, um corpo que perde sua inteligibilidade resulta em corpos que marcham disciplinadamente e levantam suas mãos gritando *Deus, pátria e família*! e outros hinos conservadores de um pensamento movido ao ódio[17]. A disciplina é uma característica que arranca a inteligibilidade dos corpos e ao mesmo tempo propicia o prazer de dominá-lo e controlá-lo. Um filme que retrata a disciplinaridade levada

[15] "produto de cisão do homem consigo mesmo, produzido pelo capital. (...) Essa característica de instrumentalização corporal, como é conhecida pelos esportes de rendimento, tem influenciado cada vez mais os praticantes do chamado esporte de tempo livre". (RAQUEL SIEBERT, 1995, p. 32)

[16] Tal termo cunhado pela antropóloga francófona Nicole Claude-Mathieu (2021) diz respeito ao poder dos homens sobre as mulheres. Nós do Núcleo de Pesquisa Inanna – PUC-SP tomamos de empréstimo este conceito, por concordarmos com a autora acerca da insuficiência do termo *patriarcado*, uma vez que as relações de poder dos homens sobre as mulheres ocorrem primariamente em virtude da diferença sexual, e não necessariamente por serem patriarcas.

17 Vale relembrar: "O candidato à reeleição para a Presidência da República, Jair Bolsonaro (PL), voltou a usar o slogan "Deus, Pátria, Família", criado pelo fascismo, em suas considerações finais no primeiro debate entre presidenciáveis promovido por UOL, Band, Folha de S. Paulo e TV Cultura na noite deste domingo (28). A frase é uma versão ampliada do slogan do movimento fascista Ação Integralista Brasileira (AIB), criado na década de 1930." in Deus, Pátria e Família: lema de Bolsonaro tem origem fascista. 29 de Agosto de 2022. UOL.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

ao limite é a refilmagem alemã de 2008, *Die Welle (A onda)* do diretor Dennis Gasel. Um professor de uma escola do ginásio decide fazer um experimento social com seus alunos/as para mostrar como seria possível controlar massas através de um regime ditatorial. Há muito do corpo neste processo, tendo em vista uma das cenas na qual o professor estimula uma marcha rítmica sincronizada no movimento e no bater dos pés, para que através dessa sincronia de corpos disciplinados a classe perceba a unidade do grupo autoritário. O corpo revela os perigos ao se alienar de si em função da disciplina robotizada e autoritária. Os perigos são múltiplos: desde corpos suscetíveis a violências até corpos executores da lógica do ódio.

O desafio está aqui: promover uma Educação Física crítica

Uma EF crítica representa a possibilidade de transformação que minimize as desigualdades e veja este espaço como um local em disputa que não permita os discursos conservadores de se tornarem uníssonos. Essa monossemia conservadora de discurso coíbe uma outra construção e noção acerca da corporeidade e, além disso, repele corpos que não estejam adequados aos padrões dominantes desta estrutura. Além disso, essa lógica adoece muitos atletas, como vimos em relação a Michael Phelps e Simone Biles. Romper com a neutralidade é um desafio a ser enfrentado, para que *todas* as pessoas possam descobrir as potencialidades de seus corpos sob uma perspectiva crítica e transformadora. Para isso, há necessidade de discutir, questionar, observar e resgatar as raízes de como a EF se construiu no Brasil, ampliando as possibilidades de produzir novos caminhos visando sua transformação. É preciso destacar o peso das significações históricas, sociais e culturais das práticas esportivas, como fez Lino Castellani Filho e outras/os como Inezil Penna Marinho e Fúlvia Rosemberg. Além disso, um ponto importante neste processo é o de reconhecer as disputas epistemológicas que abarcam as produções de conhecimento na qual a EF também não escapa. No caso da EF brasileira foram construídas narrativas ao longo da história pautadas numa base social, cultural e política que estavam reféns de discursos biologizantes e hierarquizantes. Esta esfera do conhecimento humano foi desenvolvida fundamentando-se numa ciência supostamente neutra, mas que ao longo da história do Ocidente se moldou à interesses políticos e sociais de sua época. No caso das mulheres, como já enfatizado, muitas foram proibidas de praticar esportes considerados *"masculinos"*, com base numa narrativa científica na qual a mulher tinha uma função social passiva e que, portanto, só poderia fazer atividades físicas para obter uma maternidade saudável, sem correr o risco de alguma *"masculinização"*.

Negar toda a construção científica, social e cultural no espectro da EF, portanto, é negligenciar as marcas violentas que ainda impactam as modalidades esportivas e as possibilidades de acesso a elas, a depender de qual classe, raça, orientação sexual ou identidade de gênero um corpo possui. As variadas teorias feministas observam toda a gravidade desta estrutura Ocidental do viriarcado na qual se constrói a cultura. As lentes feministas criam metodologias enérgicas para analisar estes processos históricos, seja através da interseccionalidade do feminismo negro, ou então, pelo reconhecimento de que a base da construção de diversos saberes foi enfatizando o homem enquanto sociológico e a mulher enquanto biológica - como revelou o estudo da feminista francófona Nicole Claude-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

Mathieu[18] -, ou ainda, pela produção de saberes que questionem este positivismo científico e reflitam acerca de uma produção acadêmica e científica cuidadosa e sem generalizações descuidadas, como ensinou a feminista indiana Chandra Mohanty, entre muitas outras ferramentas das teorias feministas, como ao promover o resgate de histórias sexualmente situadas tal qual enfatiza a historiadora feminista María-Milagros Rivera Garretas[19].

O contexto das metanarrativas universalizantes não se limita somente a apagar a experiência feminina, mas sim de todos os grupos dissidentes. Ao construir histórias pautadas neste viés, outros saberes são apagados no processo, como de populações de outras realidades que não as brancas e masculinas. Há diferentes modos de se contar uma mesma história. Portanto, há um vasto caminho a ser trilhado que demanda criatividade e um olhar crítico que serve para construções de metodologias do movimento, do corpo e do esporte que não se limitem ao puro hábito, mas que recorram à importância da memória e da historicidade. Promover uma EF crítica não é uma tarefa simples, mas é essencial para criar um ambiente educacional mais inclusivo e justo. Ao adotar essas estratégias, é possível desafiar as normas tradicionais e capacitar as/os alunas/os da área a se tornarem pensadoras/es críticas/os que questionam as estruturas de poder e contribuam para uma transformação de impacto e de reconhecimento do corpo enquanto inteligível e agente da cultura.

Considerações finais

A EF deve ser repensada para que se contraponha ao discurso e à ideologia neoliberal masculina, que se oculta sob a falsa neutralidade. A visão tecnicista que permeia a disciplina, ao ser construída dentro dessa dinâmica, revela-se altamente prejudicial, inclusive para a saúde mental, uma vez que impõe normas, limita as possibilidades de um olhar crítico e transformador sobre o corpo e os espaços esportivos, além de uma produtividade que leva o corpo ao limite da exaustão, sem viés crítico. Ao adotar as Epistemologias Feministas, é possível desvelar as camadas que envolvem o discurso da neutralidade, questionando sua verdadeira intenção e, consequentemente, abre-se caminho para práticas mais inclusivas e emancipadoras.

As teorias feministas têm papel crucial nesse processo, pois oferecem uma ferramenta poderosa para a desconstrução das normas sociais que se impõem no contexto da EF. A disputa epistêmica, ao ser reconhecida como uma estratégia legítima, permite a criação de novas possibilidades para a compreensão do corpo, fugindo das normas rígidas e mecanicistas que buscam, frequentemente, homogeneizar e desumanizar os indivíduos. Sem essa disputa, o modelo neoliberal, com sua lógica de controle e padronização, prevalece, tornando os espaços esportivos locais de dominação e conformidade.

A citação de Maritza Maffei Silva (1995) sobre o consumo, a dominação e a reificação evidencia como a lógica neoliberal regula não apenas o corpo, mas também as relações interpessoais e a própria experiência existencial. Esse processo resulta em uma exaustão física e mental, que torna impossível a reflexão crítica sobre as estruturas que moldam a sociedade. O tempo histórico em que vivemos

[18] "A visão feminina do mundo dentro do biológico e a masculina dentro do sociológico, ou seja, (...) dois sistemas de explicação para os dois termos de um mesmo fenômeno. (...) as mulheres são, enquanto categoria, excluídas da ordem do político". (Nicole CLAUDE-MATHIEU, 2022: 85)

[19] A pesquisadora María-Milagros Rivera Garretas compreende que corpos distintos geram histórias distintas. Ela aponta que a diferença sexual não é um dado fixo (biológico), mas, sim, interpretável.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

produz consequências diretas sobre os corpos, que são cultural, social e politicamente constituídos. Nesse contexto, como enfatiza Eliane Pardo Chagas (1995), é necessário pensar em formas plurais de intervenção, para que as relações de poder e as práticas excludentes possam ser desafiadas.

Ao considerar a relevância das Epistemologias Feministas na EF, é importante ressaltar como essas teorias contribuem para a ampliação do entendimento crítico sobre a realidade social. A multiplicidade de perspectivas oferecida por essas epistemologias permite um questionamento profundo das estruturas que sustentam o sistema educacional, especialmente no campo esportivo. A EF, enquanto espaço de formação, saúde e socialização, tem o potencial de ser um campo de resistência, caso suas práticas sejam repensadas à luz de uma abordagem mais inclusiva e plural. A EF no Brasil desempenha um papel social significativo, muitas vezes sendo a única ferramenta de acesso à cidadania e dignidade para muitos indivíduos, especialmente em contextos de desigualdade social. Movimentar o corpo, como ressaltado por Lino Castellani Filho (1989), é uma forma de exercitar os direitos e deveres de um/a sujeito/a, de modo que a EF deveria ser um espaço de liberdade e expressão, não de padronização e exclusão. No entanto, a visão tecnicista e supostamente neutra que domina essa área impede a criação de um ambiente educativo capaz de acolher as diversas formas de se pensar e viver o corpo.

A ruptura com a visão tecnicista se dá ao reconhecer que o corpo é, antes de tudo, uma experiência existencial. A experiência material do corpo, ao ser vivenciada de forma singular, revela a inteligibilidade que a lógica neoliberal tenta negar. As Epistemologias Feministas oferecem uma nova perspectiva sobre o corpo, resgatando sua subjetividade e potência transformadora, ao contrário do que preveem as normas disciplinadoras. Como Eliane Pardo Chagas (1995) sugere, o corpo é um espaço de significados, e é através dele que podemos acessar formas de existir que transcendem as normas impostas.

A resistência à normatização e a valorização do corpo como sujeito político e cultural são essenciais para a construção de práticas esportivas e educativas mais humanas. Mulheres como Maria Lenk, Melânia Luz e Rafaella Silva exemplificam essa transgressão, pois suas trajetórias nos ensinam que o corpo pode se mover para além das normas e estereótipos, desafiando a lógica biologicista que sempre buscou submeter o corpo feminino. Elas são exemplos vivos de como a EF pode ser uma ferramenta de resistência, quando liberta de suas amarras tecnicistas.

Ao refletir sobre a relação entre EF, saúde mental e neoliberalismo, torna-se evidente que o modelo atual, baseado na eficiência e na competitividade, traz consequências diretas sobre a saúde mental dos indivíduos. Como Han (2017) aponta, a sociedade do cansaço resulta em uma alienação profunda, na qual a saúde mental é sacrificada em nome da produtividade. Esse cenário afeta todas as pessoas da área da EF, gerando uma pressão constante que compromete o bem-estar e a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas.

O neoliberalismo, ao impor seus padrões de desempenho físico e estético, perpetua um ciclo de exclusão e discriminação, especialmente para as mulheres. Essa conformidade imposta gera distorções na autoimagem e exacerbam questões psicológicas, como ansiedade e baixa autoestima. A revisão das práticas pedagógicas da EF, portanto, deve ser uma prioridade, para que se promova a saúde mental e a autonomia dos indivíduos.

Por fim, é essencial que a EF seja ressignificada como um campo de práticas críticas e humanizadoras. A incorporação das Epistemologias Feministas e de uma visão interseccional permitirá que o corpo seja entendido não apenas como

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

um objeto de desempenho, mas como um sujeito cultural e político. A partir dessa visão ampliada, a EF poderá ser um espaço de resistência ao modelo neoliberal, promovendo a inclusão, o bem-estar e a valorização das diversidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Recebido em 2 de maio de 2024.
Aprovado em 30 de novembro de 2024.

Referências

AFP. *Grandes estrelas do esporte que sofreram de depressão*. Gazeta Esportiva. São Paulo, 27 de de Julho de 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BBC News. *Simone Biles: por que desistir às vezes pode fazer bem à saúde, segundo especialistas*. 27 de Julho de 2021. BBC News Brasil.

BORDO, Susan R. "O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault". In: JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. (orgs). *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Record: Rosa dos Tempos, 1997. pp. 19-41.

BROWN, Wendy. "O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas democracias do século XXI". In: ALBINO, Chiara. OLIVEIRA, Janira. MELO, Mariana. (orgs). *Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios*. 1a edição. Recife: Seriguela, 2021. pp. 91-150.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 13a edição. Campinas: Papirus, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. Esporte e Mulher. *Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, 1 (2): 87-92, junho. 1989.

CHAGAS, Eliane Pardo. "Corpo feminino do detalhe... uma possibilidade de construção de novos territórios para a subjetividade feminina". In: ROMERO, Elaine (org.). *Corpo, mulher e sociedade*. (Coleção corpo e motricidade). Campinas: Papirus, 1995. pp. 125-134.

CORREIO BRAZILIENSE; PEDRA, Luana. *Bolsonaro se reúne com lutadores de jiu-jitsu em São Paulo: Entre os presentes estavam Wanderlei Silva, José Aldo, Fabrício Werdum e Maurício Shogun. Todos declararam apoio ao atual presidente*. Minas Gerais, 21 de Outubro de 2022.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Gabriel. *Deus, pátria e família: lema de Bolsonaro tem origem fascista*. Eleições UOL. 29 de Agosto de 2022.

DONNA, Wilshire. "Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento". In: JAGGAR, Alison M., BORDO, Susan R. (orgs). *Gênero, corpo, conhecimento*; (Coleção Gênero). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. pp. 101-125.

FARRIELO, Tainá Arouck Damasceno Maia. *A autodefesa como método de ação feminista*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

GARCIA, Carla Cristina. O gênero e as práticas esportivas das mulheres. Alguns pontos de discussão em psicologia social e do esporte. *Psicologia – Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (PUC),* 27: (esp.): 497-517, 2018.

GARRETAS, María-Milagros Rivera. *La Diferencia Sexual en la Historia*. Valencia, España: Universitat de Valencia, 2005.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Vozes, 2017.

HARVEY, David. *A breve história do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MATHIEU, Nicole-Claude. *A Anatomia Política*. (Bahianas - Traduções feministas, 1). Salvador: EdUFBA: Neim, 2021.

MAUSS, Marcel. "Noção de técnica do corpo". In: *Sociologia e antropologia*. Cosac Naify, 2003. pp. 401-408.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial". In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (eds.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008. pp. 112-163.

MOHANTY, Chandra Talpade. "De vuelta a "Bajo los ojos de Occidente" la solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas". In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (eds.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008. p. 404-467.

PEREIRA, Neusa Maria Rodrigues. *As mulheres negras no esporte brasileiro*. GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra. 27 de Julho de 2014.

PIRES, Breiller. *O circuito do esporte que abraça Bolsonaro: de Lucas Moura a Emerson Fittipaldi, personalidades esportivas declaram apoio ao candidato do PSL. Manifestações políticas ainda são raras entre atletas em atividade.*

REDAÇÃO do GE. *Simone Biles cita saúde mental após desistência: "Há vida além da ginástica": Estrela americana desistiu de competir nas finais por equipe após errar um salto*. 27 de Julho de 2021. Globo Esporte.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

ROSEMBERG, Fúlvia. *"A educação física, os esportes e as mulheres: balanço da bibliografia brasileira"*. In: ROMERO, Elaine (org.). *Corpo, mulher e sociedade*. (Coleção corpo e motricidade). Campinas: Papirus, 1995. pp. 271- 308.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou da Educação*. 3a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2022.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIEBERT, Raquel Stela de Sá. "As relações de saber-poder sobre o corpo". In: ROMERO, Elaine (org.). *Corpo, mulher e sociedade*. (Coleção corpo e motricidade). Campinas: Papirus, 1995. pp. 15-42.

SILVA, Maritza Maffei. "Mulher, identidade fragmentada". In: ROMERO, Elaine (org.). *Corpo, mulher e sociedade* (Coleção corpo e motricidade). Campinas: Papirus, 1995. pp. 109-123.

TARRUELLA, Patricia. GOAL. *Exclusivo: conheça Mara Gómez, a primeira jogadora trans do futebol*. 06 de Julho de 2022.

UOL. *Neymar declara apoio em Bolsonaro e faz dancinha a favor do candidato*. 29 de Setembro de 2022.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17551

O mal-estar docente:
as dificuldades do ser professor

Carlos Augusto Lima Ferreira[1]
Erick Wesley Morais dos Santos[2]
Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo: O artigo aborda as relações firmadas entre a precarização do trabalho docente, reestruturado no Brasil a partir da década de 1990 com a implementação da perspectiva neoliberal no campo educacional, e o adoecimento dos professores, o que vem sendo caracterizado como mal-estar docente, afetando de sobremaneira a saúde psíquica dos trabalhadores da educação e a relação com seu labor. Como sustentáculo do trabalho tem-se uma pesquisa de campo realizada no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana-Bahia (CMLEM), na qual buscou-se observar na prática como tal fenômeno se apresenta.

Palavras-chave: neoliberalismo; mal-estar docente; precarização; alienação; adoecimento.

[1] Doutor em Educação pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História (GEPENH).
[2] Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor da Educação Básica da Rede Estadual da Bahia. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História(GEPENH).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

FERREIRA, Carlos Augusto Lima; SANTOS, Erick Wesley Morais dos. **O mal-estar docente: as dificuldades do ser professor.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 253-270, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Teacher malaise:
the difficulties of being a teacher

Abstract: The article addresses the connections established between the precarization of teaching work, restructured in Brazil from the 1990s with the implementation of the neoliberal perspective in the educational field, and the illness of teachers, which has been characterized as teacher malaise. This situation significantly affects the mental health of education workers and their relationship with their labor. The support for this work is field research conducted at Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães in Feira de Santana-Bahia (CMLEM), aiming to observe in practice how this phenomenon presents itself.

Keywords: neoliberalism; teacher malaise; precarization; alienation; illness.

Malestar docente:
las dificultades de ser professor

Resumen: El artículo aborda las relaciones establecidas entre la precarización del trabajo docente, reestructurado en Brasil a partir de la década de 1990 con la implementación de la perspectiva neoliberal en el campo educativo, y la Enfermedad de los profesores, lo que ha sido caracterizado como malestar docente, afectando enormemente la salud psíquica de los trabajadores de la educación y la relación con su labor. Como apoyo del trabajo se tiene una investigación de campo realizada en el Colegio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana-Bahia (CMLEM), en la cual se buscó observar en la práctica cómo se presenta tal fenómeno.

Palabras clave: neoliberalismo; malestar docente; precarización; alienación; enfermedad.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

“Só entende o que é ser professor quem é professor”, exclama uma das professoras entrevistadas do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), de Feira de Santana-Bahia. Certamente é bastante difícil compreender as intricadas relações que perpassam a atividade docente sem se ter conhecimento da realidade escolar. As dificuldades históricas enfrentadas pelos professores na realização do seu trabalho, entretanto, intensificaram-se com a ascensão do neoliberalismo como racionalidade hegemônica que guia a organização social. Como espécie de síntese das contradições do sistema, o professor representa, de um lado, o arauto da nova ordem por meio da formação das novas gerações, e, por outro, a peça sob a qual se abatem as formas mais sofisticadas de expropriação do trabalho e manutenção do status quo. Elemento importante na instauração do consenso, mas que precisa ser controlado, o trabalho docente é colocado em um labirinto, em que necessita o tempo inteiro se movimentar, mas não deve encontrar uma saída.

Sob a égide da vulgata neoliberal, as dinâmicas entre capital e trabalho se modificaram, transformando o exercício laboral em uma atividade marcada, em geral, pela fragmentação, intermitência e despersonalização, em que, cada vez mais distante do objeto do seu trabalho, o trabalhador sente-se estranhado do que faz, das relações que constrói e, não raras vezes, tem dificuldade de identificar-se. Essa lógica ocupa todos os espaços da vida e tem se instaurado, de diferentes maneiras, também no setor público, atingindo a escola e os seus trabalhadores.

A educação ocupa não só lugar difusor da ideologia e construtor do consenso, como também é submetida a vetores de privatização, imprimindo a gestão empresarial no espaço escolar, com a lógica do lucro e da concorrência, e criando um mercado educacional sob o qual o capital pode depositar seus tentáculos. Ao processo de mercadorização da educação, para Dardot e Laval (2016: 202), é importante frisar que “Não se trata apenas de transformar algo em mercadoria, mas de inscrever a lógica concorrencial do mercado nos comportamentos ou nas relações e nos processos que não foram e não necessariamente serão transformados em mercadoria”. Isso significa que formas de privatização ocupam a escola, tornando-a mecanismo ideológico e de lucro para as classes hegemônicas, e espaço de alienação e expropriação da classe trabalhadora, mesmo que seu controle não seja exercido diretamente pela iniciativa privada.

O Estado, nesse contexto, deixa de ser o guardião da educação, inserindo-a como um produto instaurado nas relações firmadas dentro do mercado. “A educação, vista como um ‘serviço’ que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização” (FREITAS, 2019: 29). A mercantilização do setor educacional também possui papel fundamental na sua transformação enquanto espaço de estabelecimento do consenso e da hegemonia, já que “O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina” (DARDOT e LAVAL, 2016: 151). Permeado por transformações de tantas ordens, o trabalho docente é extremamente afetado e progressivamente menos observado e compreendido.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

A incursão no CMLEM de Feira de Santana busca compreender os sujeitos que fazem a docência e como seus saberes e práticas têm sido afetados pela nova razão do mundo. No contexto de mudanças instadas com o neoliberalismo, não só a escola teve que ser adequada, como também e, principalmente, os professores. O alvorecer do capital conclamou a gestação de "novos" professores: mais capacitados, antenados, performáticos, proativos, adaptáveis, flexíveis, polivalentes, capazes de responder sempre, de modo satisfatório e eficiente, às demandas que o mundo contemporâneo, em constantes transformações, exige dos sujeitos.

Ao acúmulo de atividades e demandas, no entanto, não somam-se melhorias nas condições de trabalho. Quer-se professores capacitados, mas não lhe propiciam condições de capacitar-se. Quer-se aulas "diferentes" e "modernas", mas não oferecem estruturas em que estas possam acontecer. Quer-se qualificação, eficiência e profissionalismo, mas privam o professor da sua intelectualidade ao submeter-lhe a condições de trabalho precarizadas, nas quais, "precisa matar um leão por dia", como um docente menciona em dado momento da pesquisa.

O resultado trágico na vida laboral docente que as contradições que o ideário neoliberal promove tem sentido ideológico, haja vista que "medidas que isolam os professores, individualizam suas ações e vinculam-nas ao empreendedorismo, à concorrência e à meritocracia são instituídas nos sistemas de ensino", a fim de "diminuir a resistência para a supressão de direitos, considerados como gastos estatais excessivos e ineficientes, em específico, para o neoliberalismo" (ESTORMOVSKI e ESQUINSANI, 2022: 11).

O controle e a intensificação sobre o trabalho docente também são exercidos através das políticas de responsabilização e avaliação, instituídas pela racionalidade neoliberal como forma de melhorar a gestão da educação e imprimir mais qualidade e eficiência aos processos educacionais. "Essa mensuração do desempenho tornou-se a tecnologia elementar das relações de poder nos serviços públicos", afirmam Dardot e Laval (2016: 314), e acrescentam que "O objetivo dessa nova gestão pública é controlar estritamente os agentes públicos para aumentar seu comprometimento com o trabalho".

As políticas de accountability, "que não levam em conta as condições de trabalho dos educadores, que enfrentam baixas remunerações, carreiras pouco atrativas, salas de aula superlotadas e escolas com infraestrutura indigna" (CARA, 2019: 28), ao fazer com que o senhor seja interiorizado pelo servo, amplia as formas de controle e expropriação da mais-valia, não só econômica, como intelectual, pois os mecanismos e normas que operam sobre a agência docente, tolhem sua intelectualidade e autonomia, restringindo sua capacidade de gerência sobre seu trabalho, bem como ação-reflexão sobre a realidade.

Mais do que a proletarização técnica, abate-se sobre o professor, a proletarização ideológica, tornando seu trabalho cada vez mais estranhado, desintelectualizado e vulnerabilizado. Os efeitos deletérios da precarização do trabalho docente atinge também a saúde dos professores, que – submetidos a mecanismos contraditórios que o ordenam à qualificação e inovação sem que haja estrutura e suporte estatal, ao mesmo tempo em que as metas e os rankings educacionais que controlam seus passos são apresentados como formas de ampliar sua liberdade de atuação – sentem-se despersonalizados e com a sensação de mal-estar crônico.

Inserido no labirinto neoliberal, o professor vê a profecia se cumprir diante dos seus olhos diariamente, como se sua estirpe não possuísse oportunidade sobre a terra. Perdido, isolado, despersonalizado, alienado, estranhado, cansado, o

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

trabalho docente parece estar condenado à solidão, que a incompreensão do mundo lhe legou. Afinal, “Só entende o que é ser professor quem é professor”.

"O mal-estar docente: as dificuldades do ser professor" busca, assim, explorar as implicações profundas e duradouras que as condições de trabalho têm sobre a vida profissional e pessoal dos professores. Esse termo, cunhado por Esteve (1999), uma das figuras mais importantes nas pesquisas que analisam as relações entre as transformações sociais e a prática docente, descreve os efeitos negativos permanentes que o ambiente de trabalho adverso impõe sobre a personalidade dos educadores. A análise detalha como a precarização das condições de trabalho, impulsionada por reformas educacionais neoliberais, exacerba problemas físicos e psicológicos entre os docentes, afetando de modo significativo a ontologia do ser professor e sua saúde psíquica.

A fim de dar maior substrato e materialidade à problemática, a pesquisa está assentada no materialismo-histórico-dialético e sua relação com a práxis educacional. Para tanto, foi fundamental o estabelecimento de um trabalho de campo, realizado com o corpo docente do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães de Feira de Santana-Bahia em 2023, ano em que a aplicação das últimas reformas educacionais neoliberais desenvolvidas no país representou maior intensificação do trabalho dos professores e, por consequência, ampliação do mal-estar que lhes abate. O artigo está dividido em três seções, nas quais são expostos lados de uma mesma moeda, em que o sofrimento psíquico dos professores revela a perversidade da racionalidade neoliberal.

Precarização do trabalho docente e adoecimento psíquico

Submetido a condições de trabalho cada vez mais degradantes, o professor tem sentido de forma intensa as consequências do trabalho alienado e estranhado que lhe abate. Cercado de cobranças, pressões, vigilâncias, responsabilizações, o trabalho docente tem visto suas possibilidades de reflexão e ação serem sufocadas. Os efeitos do exercício de um trabalho marcado pela precarização são sentidos no corpo e na mente, na intelectualidade e na performance, nos problemas físicos e na saúde psíquica. O conjunto dos elementos que aflige e afeta sobremaneira os saberes e as práticas docentes forma o que tem sido designado por alguns especialistas no campo dos estudos educacionais por mal-estar docente. Segundo Esteve (1999: 25), a expressão descreve “os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência”.

A experiência dos professores do CMLEM de Feira de Santana reflete de maneira bastante incisiva as marcas do mal-estar que afeta a docência. Uma professora chega a falar enfaticamente sobre a necessidade de se aprofundar as discussões sobre o tema. Bastante preocupada e em tom de indignação, ela diz “Pelo amor de Jesus Cristo, é uma coisa que precisa ter visibilidade. A gente precisa falar sobre isso. Porque as escolas estão abandonadas. Em vários sentidos, mas nesse é pior, porque fecham os olhos” (Úrsula, 2023).

Não é para menos, no dia seguinte em que realizei a entrevista com ela, enquanto aguardava um professor para realização de outra entrevista, uma professora passou mal e foi acolhida na sala da vice-direção. O socorro foi prestado por Úrsula, que teve que levar a docente em casa no seu próprio carro. Ao conversar sobre o ocorrido com o professor que seria entrevistado, ele me relatou que a professora tem sofrido com ataques de pânico na escola, não sendo o evento inédito, tampouco exclusivo. Ele mesmo relatou que “*Dentro da sala de aula, não são só*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

as crises de ansiedade. Eu passei a ser hipertenso. Tenho que tomar medicação diariamente para controlar a pressão. Eu nunca imaginei estar vivendo essa realidade e isso é ocasionado por uma vida estressante" (José Arcádio, 2023).

Ante situações como essa, não se pode, como clama Úrsula, fechar os olhos. Não se pode também individualizar o problema, ainda que cada situação tenha seu grau de peculiaridade. No entanto, problemas que desembocam em momentos críticos não são singulares, tampouco dizem respeito apenas a esse ou aquele professor. O mal-estar docente é uma construção que perpassa por toda uma categoria de trabalho, em que o exercício do labor individual está imbricado a condições de trabalho que refletem a materialidade do mundo, no qual a subjetividade do professor faz-se presente.

Não se trata de subjetivismo ou psicologismo, mas da relação homem-mundo, marcada por contradições que se reverberam no ser em sua dialética com a realidade. Para prosseguir na reflexão, portanto, faz-se necessário buscar compreender como o ser professor se constitui em um cenário de precarização do seu trabalho, bem como as consequências em sua saúde, física e psíquica, oriundas dessa situação.

Esteve (1999: 27) estabelece dois tipos de indicadores do mal-estar docente, os fatores primários, "que incidem diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões associadas a sentimentos e emoções negativas", e os fatores secundários, "referentes às condições ambientais, ao contexto em que se exerce a docência". Os fatores atuam de forma associada e concomitante, estando presentes na experiência docente no CMLEM. Em pesquisa realizada por Pontes, Rostas e Rostas (2020: 727), identificou-se que o adoecimento do professor em âmbito escolar se constitui,

pelo excesso de carga horária provocado por este atuar em disciplinas não vinculadas diretamente com sua formação; por assumir a função de professor polivalente; por receber uma remuneração inferior ao valor de seu trabalho, não suprindo suas necessidades básicas e profissionais; e por lidar diariamente com a indisciplina e atitudes agressivas por parte dos estudantes. Tais situações acabam por produzir patologias como a Síndrome de Burnout, o estresse e a depressão.

Para Pontes, Rostas e Rostas (2020: 723), há uma relação intrínseca entre o processo de adoecimento docente e a precarização do seu trabalho, resposta à reestruturação capitalista com o advento do neoliberalismo. A reconfiguração do mundo do trabalho fez com que se vinculasse ao professor um conjunto de novas atribuições, sem a oferta de melhorias nas condições de trabalho, que se avolumam e geram uma sobrecarga de trabalho enorme sobre a atividade docente. Conclamados a se "qualificar" e se "profissionalizar" para atender às demandas de uma educação em sentido global, articulada à era do conhecimento, as responsabilidades e exigências que se projetam sobre os professores têm aumentado, modificando o papel que se espera que eles executem.

As reformas educacionais neoliberais ampliaram essas exigências e instituem, muitas vezes, os professores como obstáculos à "renovação". "Criticado e questionado, o professor viu diminuir seu valor social" (ESTEVE, 1999: 22). Imerso em um contexto social de intensas transformações e contradições, no qual precisa, sob qualquer circunstância, mostrar serviço, "O professor, como figura humana desse sistema, queixa-se de mal-estar, cansaço, desconcerto" (ESTEVE, 1999: 32).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

Apesar da falta de estrutura, cobra-se do professor que o seu ensino seja capaz de promover a aprendizagem do aluno e atenda a todas as orientações curriculares de cunho neoliberal, superando toda e qualquer barreira, já que o bom professor entende seu trabalho como uma missão e o executa com qualidade e eficiência. Por trás desse sistema de contradições, restringe-se a autonomia e intelectualidade do professor, que secundarizado do processo de ensino-aprendizagem-conhecimento, precisa apenas se adequar e produzir, mesmo que isso custe seu suor e sua saúde. A respeito de tais contradições, uma docente assevera que

> *No papel, é tudo lindo e maravilhoso, mas quando parte para a prática, cadê as condições para se trabalhar? E eu vou lhe dizer, tá ficando difícil para o professor, porque com todas as mudanças que estão acontecendo, é só porrada no lombo do professor. E ninguém vê esse professor que tá lá em sala de aula. Ninguém percebe a condição dele, ninguém dá condições para ele trabalhar. Porque tudo é voltado para o aluno. Tudo bem, nosso aluno precisa ser cuidado o tempo todo. Mas e o nosso profissional que tá lá na frente? E o outro lado? Eu tenho duas professoras que estão sendo afastadas por problemas psicológicos, porque não estão aguentando a pressão. Inclusive, uma delas surtou na sala de aula. Precisou chamar o SAMU para levar. Com as condições que a gente tá tendo, tá muito difícil.* (Úrsula, 2023)

Pela exposição da professora, fica bastante evidente a relação entre o adoecimento docente e as condições nas quais o trabalho dos professores tem se processado. As mudanças relatadas por ela dizem respeito às impetradas na escola pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e pelo NEM (Novo Ensino Médio), que intensificaram a lógica neoliberal na educação iniciada com as políticas educacionais dos anos 1990.

Embora tenha ampliado as atribuições, direcionamentos e responsabilidades dos professores, as mudanças curriculares não proporcionaram transformações na mesma medida nas condições do trabalho docente, criando um ambiente de instabilidade e pressão, no qual, muitas vezes, os professores não sabem o que fazer ou a quem recorrer para resolver as questões que lhes são impostas cotidianamente. O resultado da "porrada no lombo do professor" se exprime na saúde dos docentes, restringindo seu labor de forma parcial e/ou total, como os casos demonstrados deixam claro.

Refletindo sobre a imbricada relação que se configura entre os processos de precarização do trabalho docente e o adoecimento que se abate sobre a categoria, Castro Neta (2020: 95) aduz que "As demandas impostas à escola no contexto do neoliberalismo sobrepõem-se às demandas compatíveis com o ser/agir docente", contribuindo "para o desenvolvimento dos processos de sofrimento psíquico, adoecimento e/ou mal-estar docente".

Marcada pela lógica empresarial de expropriação da mão de obra e busca de lucratividade, a escola, a despeito das precárias condições que oferece aos professores, impõe "a entrega completa do trabalhador a um emprego que ainda cobra, contraditoriamente, que todo profissional, além de ser explorado integralmente", pontuam Estormovski e Esquinsani (2022: 8), "demonstre garantias de sua eficiência e comprove continuamente sua serventia ao empregador".

Diante de tantas mudanças, responsabilidades, cobranças e pressões, nem sempre os professores conseguem demonstrar sua "eficiência". É o cenário construído por uma professora ao falar sobre as novas atribuições que foram colocadas para o trabalho docente com o NEM. Segundo ela, nem todos conseguem ou possuem as ferramentas necessárias para lidar com as novas situações, já que os percursos realizados pelos professores são distintos e as condições nas quais exercem suas atividades são marcadas pela precarização, que tem se intensificado.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

> *Eu não posso julgar, mas eu acredito que essa política é perversa. Eu não posso nem afirmar o que está por trás desse sistema. Mas o que eu visualizo é que acertaram em cheio mais uma vez o aluno e o professor. Porque eles prenderam, eles fecharam o tabuleiro. Já era precarizada a situação do aluno e do professor, vamos precarizar ainda mais. Silencia todo mundo e fica todo mundo bem fácil de ser administrado. Porque não tem voz. E é o que a gente tá vivenciado agora. Várias dificuldades dos professores, professores doentes... Eu consigo lidar com esses balanços, mas muita gente não consegue. Muita gente se deprime, muita gente chora, muita gente a pressão eleva. Porque se vê sem saber o que fazer com os alunos, como lidar com as situações. Por quê? Porque não é todo mundo que se voltou para pesquisa. Eu não vou julgar, os caminhos das pessoas são diferentes. O Brasil no contexto político ainda tá muito perdido, você vê que até as propagandas políticas é de quantos feitos foram realizados, mas ninguém pergunta como tá funcionado.* (Remedios, 2023)

A professora reitera a necessidade do professor estar vinculado à pesquisa como uma forma de proteção não só da sua autonomia e intelectualidade, como também da sua saúde, criando uma barreira contra a degradação e aviltamento do seu trabalho. No entanto, submetido a condições de precarização, torna-se extremamente difícil imbuir ao docente a responsabilidade por processos contínuos e qualitativos de formação que lhe protejam contra a precarização do seu trabalho e as consequências desse processo sobre sua saúde. Mesmo com essa ressalva, é importante salientar a importância da formação continuada e da pesquisa na vida profissional dos professores, como também as implicações políticas que suas negações e empecilhos pelo Estado possuem, estabelecendo-se como elementos que ampliam a precarização do trabalho docente ao deixar o professor ainda mais vulnerável no exercício de suas atividades.

As contradições da práxis e os impactos sobre a personalidade docente

Não basta uma boa formação e um trabalho de pesquisa sem que haja uma infraestrutura que possibilite aos professores exercerem suas atividades da forma pretendida. Esteve (1999), Castro Neta (2020) e Oliveira (2016) atribuem à falta de infraestrutura um dos principais elementos a que se vinculam o mal-estar docente, gerando perda de motivação, desânimo, estresse e inibição. Apesar do CMLEM ter construído sobre si todo um ideário de modelo e referência, a investigação aponta uma realidade bastante distinta, na qual o colégio carece de uma série de recursos infraestruturais.

A biblioteca durante muito tempo ficou inutilizada ou subutilizada, sendo restituída há pouco tempo pela ação de um projeto desenvolvido por um professor. Outros espaços não contam com a mesma sorte, como a quadra, que continua descoberta e sem reforma, diferente do projeto de quadra coberta e poliesportiva anunciado no programa do CMLEM, que governo após governo, carlista e petista, foi recuperado discursivamente e materialmente descartado, o auditório com seu uso limitado por problemas elétricos e os laboratórios que ainda não saíram do papel.

Ao falar sobre um trabalho bastante importante que acontecia na escola e envolvia vários professores e disciplinas, bem como a comunidade escolar, um professor lamenta o seu encerramento em função da falta de estrutura do auditório, que chegou a apresentar curto-circuito durante uma apresentação, colocando em risco à vida dos professores e dos alunos, o que obrigou o projeto a ser encerrado, para lamento do docente.

> *Fiz um trabalho interdisciplinar com a professora de inglês, literatura com inglês. A princípio, os meninos não entendiam como é que é possível. Mas acontecia um projeto*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

> *grande, que a gente chamava de musicais. Eles tinham que pegar um musical famoso do cinema e adaptar para os palcos. Pelo menos uma das músicas, eles tinham que cantar em inglês no palco, sob supervisão da professora de inglês. E eu ficava responsável pela roteirização, analisar o gênero textual, se eles estavam seguindo exatamente da maneira como tinha que ser, fazer sugestões do que mudar. Tanto é que se tornou um projeto que se expandiu dentro da cidade. A gente passou a receber muita gente. Muita gente queria assistir, porque os meninos passaram a fazer verdadeiros espetáculos. Só que a gente teve que parar por conta das condições do auditório na época, que não ajudavam. Já tava começando a despencar. Teve um dia que a gente teve problema de curto-circuito. Então, por uma questão de segurança e por não termos um espaço adequado, a gente acabou tendo que encerrar*. (Melquíades, 2023)

Recuperando a fala de uma professora, "Quando a gente fala de valorização, obviamente a gente fala de dinheiro, mas cadê a estrutura? Cadê o laboratório da escola?" (RENATA, 2023), cadê o auditório, a quadra poliesportiva coberta, o refeitório, as áreas de convivência, os recursos didáticos, os recursos para uma alimentação que garanta a segurança nutricional dos alunos e dos profissionais da escola, cadê as condições para o professor trabalhar, como interroga Úrsula?

Ampliar as atribuições, deveres, responsabilidades, avaliações sobre a escola, a gestão e os professores sem oferecer condições para que haja o cumprimento dessas demandas, ainda que o cunho destas seja em si mesmo questionável, é contraditório, para dizer o mínimo. Contradição que se manifesta na fala do professor, que ao mesmo tempo em que se mostra encantado com o projeto que era desenvolvido e do qual, enquanto professor, fazia parte com a sua intelectualidade, demonstra a sua frustração e desencantamento ao ter que encerrar a atividade por falta de estrutura presente no espaço escolar. Acerca da desilusão que esse desencontro promove no trabalho docente, Esteve (1999: 48) acentua que

Efetivamente, professores que enfrentam com ilusão uma renovação pedagógica de sua atuação nas aulas encontram-se, frequentemente, limitados pela falta de material didático necessário e pela carência de recursos para adquiri-los. Muitos desses professores queixam-se explicitamente da contradição que supõe, por um lado, que a sociedade e as instâncias superiores do sistema educacional exijam e promovam uma renovação metodológica, sem, ao mesmo tempo, dotar os professores dos recursos necessários para levá-lo a cabo. Quando esta situação se prolonga a médio e longo prazo, costuma-se produzir uma reação de inibição no professor, que acaba aceitando a velha rotina escolar, depois de perder a ilusão de uma mudança em sua prática docente que, além de exigir-lhe maior esforço e dedicação, implica a utilização de novos recursos dos quais ele não dispõe.

Para o autor, um dos efeitos do desencanto e frustração oriundos do descompasso entre os projetos pensados pelos professores e as condições que possuem para executá-los reside na inibição, que consiste na adequação do professor à rotina escolar, a práticas pedagógicas alicerçadas em moldes tradicionais e sem risco. Esse processo é duplamente perverso com o professor e impacta profundamente sua saúde, haja vista que ao mesmo tempo em que se abatem críticas sobre o seu trabalho e o vinculam a imagens como o do professor obstáculo, ultrapassado e preguiçoso, também se instaura a separação entre o seu fazer e a sua intelectualidade, colocando seu trabalho em situação acentuada de estranhamento e alienação, o que gera um processo de despersonalização e perda de identidade profissional do docente.

Para não incorrer nessas imagens, com as quais nenhum trabalhador quer se vincular, tampouco sentir-se despersonalizado, muitos professores, especialmente da escola pública, "chegaram à conclusão de que a única maneira de melhorar o material de que dispõem é recorrer à associação de pais, ou, diretamente,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

pedir às crianças para que tragam pequenas quantias para adquirir o mais imprescindível" (ESTEVE, 1999: 49). Para a realização de uma viagem de campo com os alunos, um professor utiliza durante anos a mesma tática de pedir um valor simbólico aos estudantes. Em certo dia, enquanto conversava com um professor, um pai chegou pedindo orientações para encontrar o referido professor e realizar o pagamento referente à viagem do filho. Entretanto, a prática mais comum, são os docentes gastarem do próprio bolso para realizar as atividades pretendidas. Experiência compartilhada por uma docente, que diz preferir comprar materiais para o seu trabalho a fim de ter paz.

> *Eu chego ao ponto de comprar matérias pra ter paz. Porque eu penso na minha saúde. Isso vai me tirar do estresse, do sofrimento, da angústia de ficar procurando as coisas. É preciso saber também gastar, porque é proteção o investimento que você faz com você mesmo. Muitos dizem, eu que não vou comprar nada, é obrigação do Estado dar. Mas eu tenho obrigação comigo mesma. Então, às vezes, eu compro meu material pra não sofrer. Porque senão eu vou ter até confusão com os alunos, porque eles se estressam, percebem que o trabalho tá mal feito e daí vem o estresse, falta de respeito, o bate-boca na sala. Então, esse caminho, eles não acham comigo. Aula é aula, eles sabem que tá tendo aula, e das coisas mais inusitadas. Eu me divirto muito com os alunos, a gente tem uma troca excelente, porque eles são leves, eles são dispostos a crescer, o problema é quando você encarcera a pessoa.* (Remedios, 2023)

Embora a prática realizada pela docente se constitua em uma tática utilizada para conseguir realizar o seu trabalho da melhor maneira possível e não sucumbir totalmente à alienação, ao estranhamento e à despersonalização, é necessário ressaltar que esse comportamento também simboliza a internalização do discurso neoliberal de responsabilização individual do professor, que deve, por si mesmo, resolver todos os problemas escolares, ainda que não tenha capacidade, tampouco deva ser o responsável por questões de ordem estrutural e coletiva.

As escolhas da docente, todavia, não partem de uma vontade individual isolada, mas antes, representam a melhor resposta que ela encontrou dentro das suas possibilidades para o contexto. Outros professores talvez prefiram protestar, não tenham como comprar os materiais ou alternem as saídas. O cerne da questão reside na condição de aviltamento a que o trabalho docente é submetido, levando o professor a viver de forma permanente entre a cruz e a espada, como se tivesse que pagar, o que acontece muitas vezes de diferentes formas, para realizar o seu trabalho de modo satisfatório, e não, a travessia feita por cada docente. Acerca da falta de estrutura da escola, uma docente acrescenta

> *A nossa quadra tem mais de quinze anos que a gente tenta reformar. E os professores ficam tristes quando querem fazer uma coisa e não dá certo, ficam desanimados. Um colégio como esse, a gente não tem uma quadra coberta, reformada, para fazer atividades com os alunos. O time da escola de vôlei e handebol já foi campeão estadual, com a gente tomando quadra emprestada, fazendo vaquinha para fazer uniforme, viajar. Já tive que tirar do bolso para pagar, porque eu queria ver minha escola bem representada. Os professores tirarem do bolso deles para contribuir. Eu vou me aposentar e não vou ver essa quadra coberta.* (Úrsula, 2023)

A sensação passada é de desgaste absoluto, desânimo, impotência, já que demandas mínimas da comunidade escolar não são cumpridas ao longo de toda uma carreira, cerceando as possibilidades educativas da escola. No relato, há também o reforço da ação isolada dos professores, investindo dos seus parcos recursos para que as atividades desenvolvidas na escola possam acontecer.

A repetição da tragédia passa pela carreira do professor, deixando marcas permanentes em sua memória e identidade profissional. Marcas que implicam na forma como os professores olham para as suas carreiras, gerando sentimentos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

dúbios, inibição e desinvestimento. Como assenta Castro Neta (2020: 66), o desinvestimento, fase final da carreira docente, na qual há um deslocamento de interesses e, muitas vezes, desencanto sobre a profissão, ocorre de forma prematura no Brasil em função das precárias condições de trabalho ofertadas aos professores. Esse processo fica bastante nítido na fala de duas professoras.

> *Eu adoeci muito trabalhando, porque eu não consigo trabalhar sem efetividade, sem me envolver. Então, eu tenho mazelas do trabalho mesmo. Têm as questões pessoais e tudo. Então, hoje eu fico naquela dubiedade. Eu queria encerrar minha carreira, mas ao mesmo tempo eu sei que eu vou sentir muita falta.* (Rebeca, 2023)

> *Eu vou ser bem sincera. Eu tenho vontade de cumprir o meu tempo, cumprir a minha missão. Eu entendo como um missão, é muito árdua, é difícil. Porque você lida com vários problemas. Eu não tenho a mesma motivação que tinha antes, chegando mesmo a machucar. Machuca por uma questão de segurança, você vem pra escola com um certo medo, receio de ter algum problema. Ou você sabe notícias de outros colegas, que aconteceram coisas ruins em escolas próximas, então, você trabalha sobressaltado. Hoje, eu vejo que a educação faz parte de mim, foi muito proveitoso, está sendo, apesar de ser árduo, mas, para mim, tem um tempo. Eu já tenho outros sonhos que a educação não acompanha. Você tem que ficar preso aos modelinhos, furar bolhas. Então, hoje eu já penso em fazer outro curso.* (Remedios, 2023)

A dubiedade de perspectivas e sentimentos das professoras revela o desgaste, cansaço e desencanto produzidos pelo trabalho docente submetido à precarização. Esteve (1999: 44-5) argumenta que o conflito entre o ideal das práticas pedagógicas e a realidade na qual são executadas gera enfrentamentos e conflitos na identidade profissional do professor, produzindo sentimentos contraditórios e flutuantes, mecanismos de fuga, como inibição, ansiedade e ações voluntaristas, nas quais "o professor reage de forma hiperativa, querendo compensar com seu esforço pessoal os males endêmicos do magistério". À mixórdia dos sentimentos e experiências que o professor vivencia somam-se os virtuais problemas que pode acometê-lo, em especial, os relacionados a algum tipo de violência, seja física ou psicológica, que coloca-o em estado de alerta constante, trabalhando de modo sobressaltado, como pontua Remedios.

Da cicuta de outrora à condenação social de agora

O crescimento alarmante dos casos de violência nas escolas no país, resultando em tragédias, tem sido um fator de intensificação sobre a saúde mental dos professores, impactando sobremaneira as condições de realização do trabalho docente. Apesar de boa parte das abordagens tentarem reduzir os casos à individualidade dos agressores, é preciso entender que essa questão se constrói em âmbito coletivo. A produção de ódio social contra as escolas no Brasil, sobretudo nos últimos anos, definindo os professores como o alvo a ser atingido e o espaço escolar como o lócus do medo (de estar, de falar, de se posicionar, de questionar) vincula-se de forma estreita aos ataques que vêm ocorrendo nas escolas.

Nos últimos anos, processou-se a retirada e a marginalização de disciplinas e conteúdos indispensáveis à reflexão crítica e à construção do exercício da cidadania. Enquanto processos, como o Escola sem Partido, visaram perseguir professores e temas considerados "doutrinários"; outros, como o NEM, secundarizaram componentes curriculares de humanas, fundamentais, de acordo com Catarina de Almeida, professora e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), para fazer com que os alunos possam compreender noções de justiça, solidariedade, respeito aos direitos humanos e combate aos pre-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

conceitos de qualquer natureza. Para a professora, há vulnerabilidade nas instituições de ensino por motivos que não estão ligados à falta de instrumentos de segurança, e acrescenta,

> As escolas têm sido perseguidas quando tratam de temas como educação sexual, questões de gênero, racismo, misoginia. Temos inclusive muitos parlamentares que expõem a figura do professor ou da professora. E isso é uma questão muita séria para a saúde psíquica desses professores. Ainda passam para a sociedade a ideia de que qualquer pessoa pode entrar numa escola e dizer o que ela deve ou não fazer. (AGÊNCIA BRASIL, 2023)

Esses processos atuam de maneira bastante incisiva sobre o mal-estar docente, levando muitos professores a serem não só alvos, como se sentirem, contraditoriamente, responsáveis por eventos de violência ocorridos. Telma Vinha, coordenadora de pesquisa realizada pela Unicamp sobre casos de ataques em escolas por alunos ou ex-aluno, pontua que já conheceu professores que se perguntaram se haviam feito algo de errado após algum incidente. Segundo Vinha,

> É preciso desenvolver, por meio de políticas públicas, uma cultura de diálogo nas escolas que fortaleça os valores democráticos. Ela defende a criação de espaços de expressão de sentimento, voltados para fomentar um clima positivo na convivência, e também espaços de mediação de conflitos que podem envolver assembleias coletivas e reuniões privadas onde os estudantes aprendem a usar o diálogo em substituição à violência. (AGÊNCIA BRASIL, 2023)

A condenação social do professor revela, segundo Esteve (1999: 21), um problema atemporal, já que "o professor tem sido sempre uma figura questionada pela mesma contradição intrínseca ao papel que representa". Nesse sentido, "Entre a aspiração ao desenvolvimento criativo, crítico e pessoal e a exigência social de submissão e integração à ordem estabelecida", assenta-se o trabalho docente, responsabilizado, a despeito de todas as contradições a que está submetido, por todos os problemas que acontecem na escola, afligem os jovens e se manifestam na sociedade. A cicuta que outrora envenenou Sócrates, agora se manifesta em armas, reais ou simbólicas, que retiram a vida ou tornam-na marginal e obscurecida.

Entre o silêncio e a crítica, a conformação e o questionamento, o professor se espreita entre a morte de dentro e a morte de fora. Submetido historicamente a uma série de violências sobre o seu trabalho, a processos visíveis e outros difíceis de quantificar, o professor sente no plano psicológico os impactos que pode receber por simplesmente tentar executar o seu trabalho em condições, na maior parte das vezes, adversa. Sobre a relação da violência escolar com a instauração do mal-estar docente, Esteve (1999: 54) assevera que

> Do problema que supõe o aumento da violência nas instituições de ensino, talvez o dado menos importante seja o de professores que sofrem diretamente uma agressão física. Deve-se contar com o efeito multiplicador desses acidentes, no plano psicológico, sobre os colegas ou amigos do professor agredido; e inclusive sobre outros professores, totalmente alheios à cena da ação, mas que recebem seu impacto através dos meios de comunicação social. Se antes se definia o "mal-estar docente" como efeito permanente produzido pelas condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência, o tema da violência nas instituições de ensino constitui um claro exemplo do mecanismo como que se forma e atua.

Não são, entretanto, apenas os grandes eventos que marcam a violência em âmbito escolar. As violências cotidianas e simbólicas também são permanentes e sentidas. Uma professora me relatou inúmeros casos de pais que se direcionam à escola para reclamar sobre a conduta dos professores de forma bastante acintosa. Outro professor revela a perda de confiança que a classe docente vem sofrendo,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

haja vista que além de muitas falas e ações dos professores não serem creditadas pela comunidade escolar, há também uma espécie de criminalização sobre seus atos, como se toda capacidade e crédito que possuíam para intervir socialmente tivesse sido perdido e substituído pela suspeição, violência e ojeriza.

> *A gente gostaria de ter mais reuniões com os pais, por exemplo. Mas que os pais fossem preparados para respeitar e entender os professores. Então, quando a gente vai atender uma pessoa e ela já chega com uma certa agressividade... os pais vão querer responsabilizar a gente pelo não desenvolvimento do filho. A escola ficou com um pouco de medo, receio em relação à forma como os pais agem. Nossa coordenadora pedagógica passou por um processo de grosseria por um dos pais recentemente. E não é só esse exemplo. A gente percebeu que isso tá virando uma constante, parece que houve um processo de criminalização da ação do professor. Parece que não confiam em nós. A gente perdeu a confiança, essa é a palavra certa. Não sei quando isso aconteceu. Muitas das nossas falas não são creditadas pelos nossos alunos. É difícil acreditar em uma melhora a curto prazo. Enquanto o professor não for consultado e valorizado vai ser difícil isso ser retomado. Esse processo de valorização deve acontecer o quanto antes. Antes que a ciência seja estrangulada.* (José Arcádio, 2023)

A fala do docente revela que a violência que se abate sobre a escola e seus agentes constitui-se como algo estrutural, que perpassa por toda a desvalorização social que a categoria docente sofre, sendo necessário inserir formas de valorização do trabalho docente para que o quadro possa ser revertido e haja melhoras efetivas na qualidade da educação no país. Durante a primeira reunião de pais e mestres de 2023, também pude constatar a responsabilização que é depositada sobre a escola e os professores pela comunidade escolar. Os pais estabeleceram questionamentos sobre a segurança na escola, o comportamento dos professores, as avaliações, o excessivo número de aulas vagas, as condições da alimentação, a funcionalidade do NEM, entre outras coisas.

Todas as reclamações me pareceram pertinentes e foram devidamente respondidas pela gestão. No entanto, ficou nítido como o discurso neoliberal, que individualiza questões sociais e define os problemas escolares como relativos apenas à gestão, é reproduzido pela comunidade escolar. As questões estruturais, como atraso e falta de recursos, afastamento de professores, principalmente por adoecimento mental, número insuficiente de funcionários, adequação da escola e dos professores à realidade do NEM e do ensino em tempo integral sem infraestrutura, foram desconsideradas em prol da responsabilização dos gestores e professores, cobrados a resolver todos os problemas levantados. "É curioso observar, também, como os pais, tanto nesse aspecto quanto em muitos outros, simplificam os males da escola, declarando os professores" como "responsáveis universais por tudo o que nela possa haver de errado, inclusive quando se trata de problemas em que a responsabilidade real do professor e sua capacidade para evitá-los é muito limitada" (ESTEVE, 1999: 33-4).

Durante a realização de uma entrevista, ao falar sobre alguns incidentes envolvendo alunos, outra docente que estava na sala, aguardando o início da próxima aula, contou-me sobre um ocorrido que acontecera em uma de suas aulas. Na ocasião, os meninos estavam na quadra jogando bola, quando um caiu e quebrou dois dentes. Mesmo prestando socorro, a docente em questão também tem formação em enfermagem, a família, de alguma forma, procurou responsabilizar a professora pelo que houve, já que ela deveria ter prestado um atendimento melhor, acionado o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), entre outras medidas.

Ela contou aos pais que o único momento em que o SAMU esteve presente na escola foi quando uma aluna do terceiro ano se jogou do terceiro piso, em uma

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

tentativa de suicídio, sofrendo fratura exposta. Ao aluno, ela fez o melhor que esteve ao seu alcance, utilizando-se, inclusive, dos conhecimentos da sua segunda formação no atendimento. Além de não ter sua prática computada pelos sistemas de avaliação e responsabilização, tampouco em seu salário, já que não recebe para prestar atendimento médico, a docente ainda contou com a desaprovação da comunidade escolar e a responsabilização pelo incidente envolvendo o aluno, para o qual não concorreu, nem poderia evitar.

A responsabilização docente, presente na reunião de pais e mestres e em contextos diversos do cotidiano escolar, está alinhada a prerrogativa neoliberal que busca, segundo Catini (2019: 36), "aproximar o trabalho docente dos modos de realização dos trabalhos de serviços precários, intermitentes e uberizados", instaurando a instabilidade no emprego ao passo que se amplia formas de controle, supervisão, monitoramento e avaliação dos professores, seja por institutos, fundações, organismos internacionais, provas de avaliação externa, seja pelo poder dado aos "clientes" (pais e alunos).

Imerso em um contexto de intensa precarização, Oliveira (2016: 47) afirma que "o ser social é expropriado de sua condição ontológica para ser explorado enquanto produtor de mercadorias, de mais-valia, valor-de-uso e valor-de-troca, alienando e estranhando-se de sua própria condição humano genérica". A autora acrescenta que esse processo não atinge apenas a vida material do professor, mas também a sua subjetividade, formando a precarização subjetiva, "caracterizada pelo nível de sofrimento e desesperança dos trabalhadores" (OLIVEIRA, 2016: 240). Processo sintetizado por uma professora pelo sentimento de desalento.

> *Eu percebo um desalento em todos os meus colegas. Um desalento mesmo. Porque a gente sente como se tivesse dando murro em ponta de faca. O tempo todo. Se é equipamento não tem manutenção. Você quer usar, já deu problema. Maior dificuldade do mundo pra consertar. Salas super quentes. No meu caso específico, que tenho rinite e sinusite. A gente fica sob ventiladores horrorosos, sujos. As dificuldades em questões afetivas. Os meninos estão perdidos. Muitos problemas de ordem mental. Os professores também. Terapia, tratamento. E eu acho que isso se deve muito as condições mesmo. Então, assim, além da questão salarial, o que o Estado precisaria investir mesmo é numa reestruturação de toda a escola pública. Se as condições chegassem perto do que elas deveriam ser, a meu ver, já iria solucionar cinquenta por cento de todos os problemas. Depois a formação continuada do professor. Eu acho que é terrível por parte do Estado. E uma remuneração próxima a outras carreiras. Mas pra gente, tudo isso virou sonho. Eu não vislumbro mais nada disso. Por isso que eu te falei do desalento. É um desalento. Você vai perdendo... O que eu não perdi ainda foi o gosto e o prazer de estar com os meninos. Apesar de tudo, a sala de aula é o meu canto. Eu gosto muito. Mas eu acho que a gente tem sobrecarga. A gente sabe que em países mais desenvolvidos houve um acerto. A gente vê que há melhorias realmente. Então, a palavra que me descreve hoje é desalento. Embora como eu te falei, o meu prazer ainda está na sala de aula. É o melhor momento. Apesar do cansaço extremo. Apesar do abatimento com doenças que vieram por conta do trabalho. O trabalho é praticamente mais da metade da nossa existência. A gente vive aqui muito mais do que a gente vive em casa.* (Rebeca, 2023)

O desalento, reiterado pela docente, representa os efeitos psicossomáticos que estar submetida a condições de trabalho aviltantes produz. Mesmo sofrendo de rinite e sinusite, intensificadas pela estrutura física da escola, e sendo acometida por outras doenças oriundas do exercício laboral, a professora instaura a sala de aula como espaço de realização, que apesar de todos os problemas, ainda não foi perdido, o que ratifica a proposição de Esteve (1999: 47) de que as condições contextuais que envolvem a prática pedagógica são mais decisivas para a instauração do mal-estar docente do que às relativas ao interior da sala de aula.

Apesar de conservar o prazer de estar na sala, com os meninos, como a docente diz, é importante salientar que a sala de aula não está descontextualizada

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

da escola e da realidade, de modo que, mesmo que o professor se empenhe e mantenha a motivação em fazer seu trabalho, não há como desvinculá-lo de tudo que o envolve. Inclusive, os problemas de ordem psíquica que têm se abatido também sobre os alunos e desembocado no colo do professor como mais um problema a ser resolvido. Essa questão tem levantado diversos problemas na escola, impactando profundamente o trabalho docente e da gestão.

Mergulhado em múltiplas responsabilidades, para as quais não possui condições, apoio, suporte e tempo para responder, o trabalho docente torna-se fragmentado e o professor sente-se despersonalizado e esgotado. As consequências são sentidas na saúde física, com problemas na voz, como indicam duas professoras: "Você percebe que a voz já não é a mesma. Já estou com a voz envelhecida, gasta mesmo" (PETRA, 2023), "Tem um desgaste da voz minha voz, não é a mesma" (SANTA SOFIA, 2023); na saúde mental: "Como eu sou uma pessoa emotiva, eu me envolvo muito. Então eu já sofri muito emocionalmente. Como eu sou mãe, mulher, 60 horas, então, isso emocionalmente já me deu um desgaste muito grande, né, de fazer terapia, de tomar remedinho" (SANTA SOFIA, 2023); na intelectualidade do professor e na sua identidade profissional, que sobrecarregado de tanto trabalho, muitas vezes, nem mesmo se reconhece. Como bem assinala Esteve (1999: 59).

O professor está sobrecarregado de trabalho, obrigando-se a realizar uma atividade fragmentária, na qual deve lutar, simultaneamente, e em frentes distintas: deve manter a disciplina suficiente, mas ser simpático e afetuoso; deve atender individualmente as crianças sobressalentes que queiram ir mais depressa, mas também aos mais lerdos, que têm que ir mais devagar; deve cuidar do ambiente da sala de aula, programar, avaliar, orientar, receber os pais e colocá-los a par dos progressos de seus filhos, organizar diversas atividades para o centro, atender frequentemente a problemas burocráticos..., a lista de exigências parece não ter fim.

Não só não tem fim, como os meios para solucionar os problemas são escassos e, na maioria das vezes, reduzem-se a ações realizadas no interior da própria escola pelos seus agentes. Como conseguir, então, realizar de maneira satisfatória e significativa seu trabalho sob tantas pressões, estando constantemente sob ameaças e violências, dentro da escola, oriundos de outros espaços escolares, na imprensa, advindos do Estado, onde tudo parece ser culpa do professor, mas nada é feito para lhe dar suporte? Vai ficando difícil, como ressalta Úrsula em outro momento. As consequências do mal-estar docente rompem, todavia, com a aparência de normalidade que o capital busca criar. E, assim, as cicutas são distribuídas e o capital realiza o milagre da multiplicação das mortes, reais e simbólicas, que se instauram na educação pública.

Considerações finais

Chegado ao fim da travessia, o mal-estar docente parece ser um fenômeno cada vez mais forte e presente na realidade da prática docente, colocando os professores em um labirinto, imagem-síntese da situação dos trabalhadores da educação e de suas saúdes psíquicas. A pesquisa de campo ratifica tal proposição e evidencia facetas do problema nem sempre tão visíveis à distância. No entanto, é necessário considerar que embora as saídas do labirinto estejam fora, os percursos precisam ser feitos a partir dele. Se a precarização, a intensificação, a aliena-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

ção, a despersonalização, a desintelectualização são elementos que elevam as contradições do trabalho docente e instauram o mal-estar que lhe afeta, não podem ficar ocultos, mas antes, devem ser evidenciados.

Pois, lembrando Paulo Freire (2019), é a partir do diálogo sobre a negação do diálogo, que este pode passar a existir e ser feito. O rompimento do mal-estar docente só pode ser superado dialogicamente, por meio do diálogo daquilo que é suprimido e negado aos professores, para que dialogado, possa ser questionado e superado. De forma dialética e coletiva. Afinal, a rosa que rompe o asfalto é fruto da luta social de outros tempos e de agora.

Recebido em 30 de maio de 2024.
Aprovado em 27 de novembro de 2024.

Referências

CARA, Daniel. "Contra a barbárie, o direito à educação". In: CÁSSIO, Fernando (org.). Educação Contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. pp. 25-31.

CASTRO NETA, Abília Ana de. A precarização do trabalho e os impactos para o processo de adoecimento da classe trabalhadora docente. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des)continuidades. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 16 (3): 2067-2082, 2021.

CATINI, Carolina. "Educação e empreendedorismo da barbárie". In: CÁSSIO, Fernando (org.). *Educação Contra a Barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. pp. 33-39.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

AGÊNCIA BRASIL. *Especialistas defendem espaços de expressão de sentimentos em escolas*, Abril de 2023.

ESTEVE, José M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. A filantropização da educação básica como mecanismo de privatização da intelectualidade do professor. *Trabalho Necessário*, 20 (42): 1-27, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

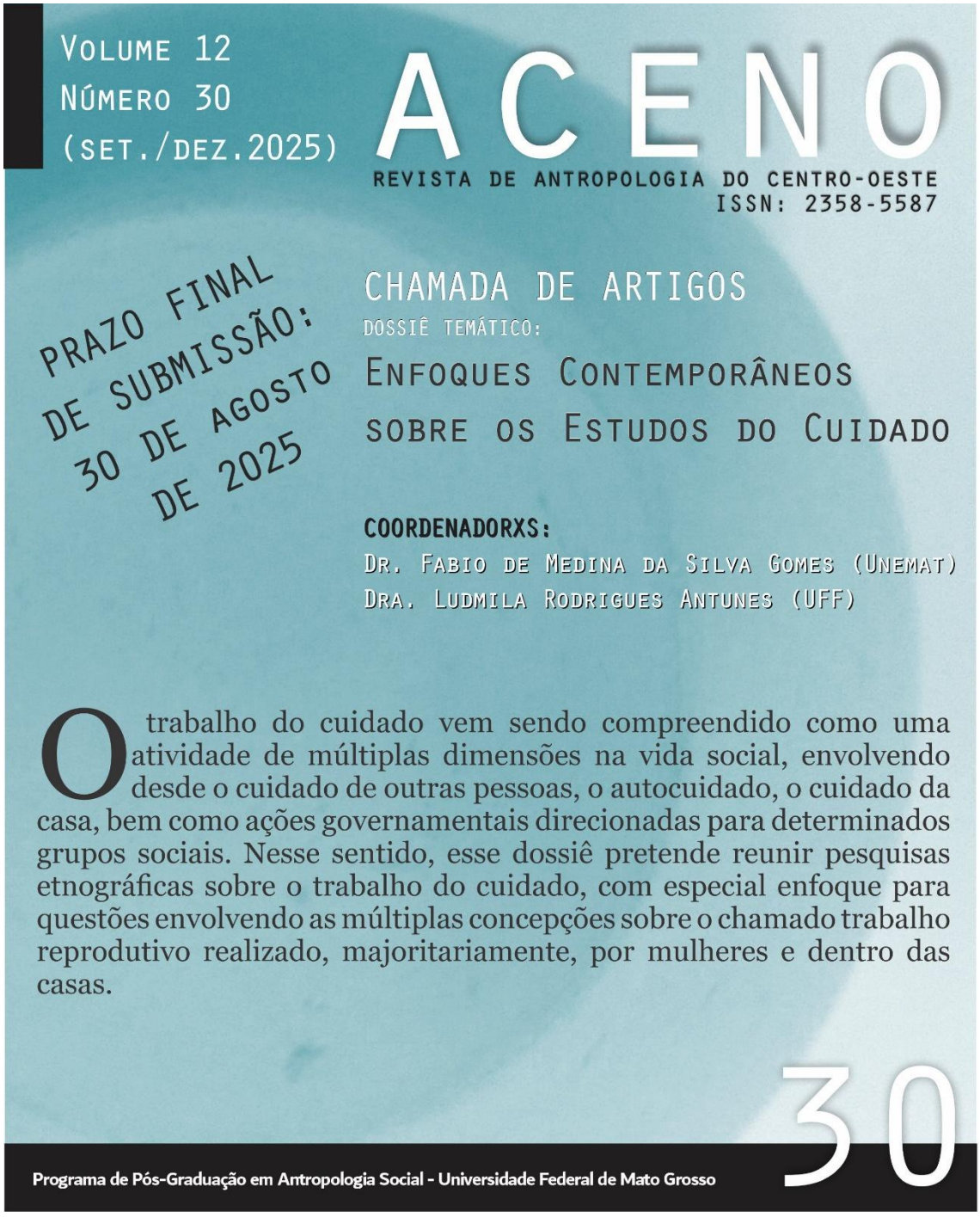
FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. *"Professor, você trabalha ou só dá aula?": o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP*. Tese de doutorado, UFGD, 2016.

PONTES, Fernanda R; ROSTAS, Márcia Helena S. G.; ROSTAS, Guilherme Ribeiro. Precarização do trabalho e adoecimento do docente. *Educar Mais*, 4 (3): 722-37, 2020.

SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. Trabalho Necessário, 17 (34): 229-51, 2019.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17789

ACENO

O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio

Emanuele Vitória de Oliveira Leite[1]
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Francisco Vieira da Silva[2]
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Resumo: O presente artigo investiga o funcionamento do neoliberalismo em discursos sobre saúde mental no livro didático de Língua Inglesa do Novo Ensino Médio. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva-interpretativa e documental de abordagem qualitativa. Teoricamente, embasamo-nos em Foucault (1996, 2008a, 2008b); Han (2015); Illouz e Allaluf (2020); Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020) e Dardot e Laval (2016). As análises revelam o funcionamento de princípios ligados à racionalidade neoliberal, operando a fim de desenvolver habilidades socioemocionais com vistas ao equilíbrio para a contínua produtividade e eficiência dos corpos.

Palavras-chave: neoliberalismo; saúde mental; governamentalidade; novo ensino médio.

[1] Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
[2] Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

OLIVEIRA LEITE, Emanuele Vitória; VIEIRA DA SILVA, Francisco. **O neoliberalismo em discursos sobre a saúde mental no livro didático de língua inglesa do novo ensino médio** . *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): XX, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Neoliberalism in discourses on mental health in the new high school English language textbook

Abstract: This article investigates the functioning of neoliberalism in discourses on mental health in the New Middle School English Language textbook. This work is characterized as a descriptive-interpretative and documentary research of qualitative approach. Theoretically, we are based on Foucault (1996, 2008a, 2008b); Han (2015); Illouz and Allaluf (2020); Dunker, Silva Junior and Safatle (2020) and Dardot and Laval (2016). The analysis reveals the functioning of principles linked to neoliberal rationality, operating to develop socio-emotional skills with a view to achieving balance for the continued productivity and efficiency of bodies.

Keywords: neoliberalism; mental health; governmentality; new high school.

El neoliberalismo en los discursos sobre salud mental en el libro de texto del nuevo enseñanza media

Resumen: Este artículo investiga el funcionamiento del neoliberalismo en discursos sobre salud mental en el libro didáctico de Lengua Inglesa de la Nuevo enseñanza media. Este trabajo se caracteriza como una investigación descriptiva-interpretativa y documental de enfoque cualitativo. Teóricamente, nos basamos en Foucault (1996, 2008a, 2008b); Han (2015); Illouz y Allaluf (2020); Dunker, Silva Júnir y Safatle (2020) y Dardot y Laval (2016). Los análisis revelan el funcionamiento de principios vinculados a la racionalidad neoliberal, que operan para desarrollar habilidades socioemocionales con miras a lograr el equilibrio para la continuidad de la productividad y la eficiencia de los cuerpos.

Palabras clave: neoliberalismo; salud mental; gubernamentalidad; nueva escuela secundaria.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

Por mérito ou infortúnio da sociedade contemporânea, atualmente, muitos fatores impulsionam o surgimento de problemas psicoemocionais, tais como a disseminação do modelo concorrencial de sociedade, o adestramento, a lógica de maximização, a docilidade e o treinamento utilitário dos corpos para serem produtivos e lucrativos no sistema neoliberal. Assim, vivemos dias cada vez mais acelerados e constantemente precisamos manter uma performance que nos leva tempo, suga o bem-estar físico e consome o equilíbrio psicoemocional.

Autores como Han (2015) dão conta de discutir este fenômeno e relacioná-lo ao imperativo do desempenho, cujo funcionamento acontece como uma nova ordem social, reclamando sempre indivíduos mais autônomos, dinâmicos, ativos e produtivos. De acordo com o filósofo, busca-se, na contemporaneidade, uma constante maximização da produção dos sujeitos e a sociedade pode ser compreendida como uma sociedade de controle e do desempenho por meio da lógica de complementaridade do poder disciplinar, outrora já discutido por Foucault (2005b).

Uma vertente intrinsecamente ligada às considerações de Han (2015) também é apresentada por Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020), ao defenderem o neoliberalismo como mola propulsora na gestão do sofrimento psíquico. Na perspectiva dos autores, o modelo socioeconômico apresenta implicações diretas, insidiosas e decisivas na produção das subjetividades, na gestão do adoecimento e nas formas de vida e desejo dos sujeitos. O funcionamento do modelo neoliberal implica um sujeito individualizado e incita a iniciativa pessoal e comprometimento consigo mesmo, designando ao sujeito os sentimentos de responsabilização dos eventos – (in)felizes – da sua vida, o cuidado e o autopoliciamento que, nem sempre, estão unicamente sob o seu domínio. O que se defende – e que se permite deixar acreditar – é que cada indivíduo é capaz de uma autoprodução ilimitada (ALVES, 2023).

Ademais, é pertinente justificarmos o neoliberalismo sob a chave interpretativa de Dardot e Laval (2016). Os autores franceses consideram essa questão como uma racionalidade que se exerce sobre o corpo populacional, considerando, sobretudo, o princípio da concorrência, a individualização dos corpos e a cobrança interna, pressupondo o efeito de que o indivíduo é livre para atuar autonomamente sobre si, agenciando as suas escolhas, a sua vida, as suas emoções e o seu futuro. Assim, na sociedade neoliberal, os sujeitos são "empresários de si mesmos" (HAN, 2015: 14).

Em decorrência disso, progressivamente evidenciamos inúmeras estratégias de protagonismo sustentadas sob os pressupostos de caráter neoliberal, com vistas ao controle e ao governo da população. Neste estudo, entendemos a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), amparada na Lei 13.415/2017, como uma destas técnicas que conferem ao sujeito a responsabilidade pela elaboração do seu cur-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

rículo e do seu projeto de vida, pautados na justificativa de fortalecimento do protagonismo juvenil. A reforma, endossada pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), promove a percepção de que o aluno poderá seguir as suas aspirações e desejos e, portanto, elaborar o seu currículo de acordo com as suas necessidades.

Todavia, já é possível considerar um conflito inicial quando a própria BNCC, compreendida como um documento normativo de caráter de Lei e, portanto, obrigatória, (des)considera alguns temas, saberes e lingua(gens) (GERHARDT e AMORIM, 2022).

Face ao dito, é significativo situar a relação dos interesses que sustentam estas reformas e orientam as práticas educacionais à Língua Inglesa (LI), compreendida como a língua estrangeira eleita pela BNCC cuja obrigatoriedade nos permite refletir sobre a sua direta relação à cultura imperialista. A língua inglesa é associada às grandes potências econômicas e políticas de todo o mundo, além de constituir-se como a língua alvo de comum escolha entre aqueles que adotam a ideia de aprendizado de segunda língua. Isso ocorre porque a Língua inglesa foi eleita como Língua Global[3], a serviço das relações, da comunicação, do mercado e dos interesses do capital internacional. Neste sentido, em função da expansão da língua e do seu uso pelos mais distintos públicos e falantes, atualmente o idioma constitui-se como Língua Franca (LF)[4] (CRYSTAL, 2003; SIQUEIRA, 2018).

Tendo dito isso, justificamos a relevância da temática por compreender que este é um estudo necessário, urgente e de comum interesse, uma vez que possibilita refletirmos sobre o cenário social, educacional, político, econômico, cultural e compreender, portanto, a relação entre saúde mental no livro didático com os interesses e o *modus operandi* da governamentalidade neoliberal na gestão do sofrimento psíquico. De modo sumário, esta pesquisa se mostra relevante porque realiza, segundo a perspectiva foucaultiana, um diagnóstico do presente, por tratar de questões de saúde mental, que se constitui um tema de urgência mundial.

Metodologicamente, trata-se de estudo descritivo-interpretativo de abordagem qualitativa, uma vez que consideramos os aspectos subjetivos de análise, levando em conta, prioritariamente, o funcionamento fenômeno investigativo. Importa mencionar que este estudo se sustenta no método arquegenealógico foucaultiano, inserido no campo da análise do discurso francesa. Ademais, também se constitui como documental, uma vez que o seu *corpus* é composto por enunciados extraídos de um livro didático de língua inglesa aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de 2021 (e ainda em vigência), a saber: *Interação Inglês*, de Escobar e Tavares (2020).

É válido pontuar que o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: (1) estas notas introdutórias; (2) fundamentação teórica; (3) análises e discussões e (4) algumas considerações finais. A seguir, abordaremos alguns conceitos fundamentais à compreensão do trabalho.

Fundamentação teórica

A priori, é necessário esclarecer que este trabalho não dá conta de buscar, no livro didático de língua inglesa, o que está recôndito nos discursos sobre saúde

[3] A Língua inglesa é considerada língua mundial/universal. Ocupa este posto tanto pelo número de falantes e pela distribuição geográfica, quanto pela sua utilização em relações diplomáticas.
[4] Uma língua globalmente difundida e utilizada como meio de comunicação por povos e falantes de culturas e línguas diversas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

mental, mas busca compreender como ocorrem as relações destes discursos com as produções históricas, saberes e poderes, pontualmente, como se relacionam estes discursos às condições de emergência da temática da saúde mental.

A fim de melhor pensarmos o discurso a partir de Foucault (1996), partimos do fato de o autor argumentar que o discurso é sempre algo muito perigoso, talvez pelo fato da impossibilidade de enquadrá-lo, pela ausência de uma definição precisa ou porque, de modo geral, o discurso é uma prática social heterogênea. Trata-se de uma "ordem arriscada", porque ele não é transparente, nem mesmo responde aos desejos do sujeito de seguir em campo firme e estável. Assim, é possível entender o discurso como "um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva" (FOUCAULT, 2008a: 132-133).

O autor ainda menciona a existência de alguns procedimentos de exclusão e controle exercidos nos discursos, como a interdição, a separação e rejeição e a vontade de verdade (FOUCAULT, 1996). O primeiro procedimento relaciona-se ao fato de que não se é possível dizer tudo em qualquer circunstância; nem mesmo qualquer pessoa poderá dizer qualquer coisa em qualquer lugar. Assim, são três os tipos de interdição: (i) tabu do objeto, (ii) ritual da circunstância e (iii) direito exclusivo de quem fala. Quanto aos outros procedimentos de exclusão: a separação/rejeição e a vontade de verdade, em termos práticos, podemos afirmar que a ordem discursiva mantém a segregação daqueles que não se adequam ao regime de verdade de uma dada conjuntura.

Também as vontades de verdade estão sustentadas nesses deslocamentos históricos que, segundo a teoria foucaultiana, podem ser compreendidos como estas mudanças nos modos de construção de conhecimento, dos saberes e das condutas humanas, *grosso modo,* são as mudanças nas condições de possibilidades.

Sendo compreendido como uma unidade mínima do discurso, o enunciado também é um conceito importante à compreensão deste estudo. Segundo Foucault (2008a, p. 90), o enunciado "é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos". Desse modo, o autor discute que o enunciado não pode ser entendido como uma regra de construção, sintagma ou como forma canônica, mas como aquilo que permite a existência dos signos e das regras, como uma função para a existência que permite a aparição destes conteúdos em contextos específicos mediante relações de saber-poder (FOUCAULT, 2008a). Considerando o objeto de estudo da saúde mental no livro didático de língua inglesa, os enunciados funcionam como elementos de propagação destes constructos históricos, dos ditos inscritos no arquivo[5] da saúde mental.

Um outro conceito pertinente de ser aqui discutido é o de dispositivo que, segundo a percepção foucaultiana, pode ser compreendido da seguinte maneira:

> Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2008b: 138)

Nessa lógica, o filósofo francês entende que o dispositivo pode ser lido como uma formação que, tendo se manifestado em certas condições históricas, tem como propósito "responder a uma urgência" (FOUCAULT, 2008b: 138) e que,

[5] "O arquivo é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade" (FOUCAULT, 2008a: 147, grifos nossos).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

perseguindo o seu objetivo estratégico pode, no percurso, originar novas estratégias ou reutilizá-las a outro – e um novo – fim.

Vejamos como a Reforma do Novo Ensino Médio encontra-se relacionada a dimensões de poder e controle. Como uma política educacional obrigatória no território brasileiro, a reforma possibilitou a manifestação de discursos e saberes que encontram respaldo no novo modelo de educação e nos modos de objetivação/subjetivação dos sujeitos, os quais são convocados a uma contínua (re)adequação, em que é necessário, por exemplo, manter o domínio das competências socioemocionais.

É possível consideramos uma estreita relação entre estas questões com a racionalidade neoliberal. Para Illouz e Alaluf (2020), as emoções são convertidas em competências a serem aprendidas e administradas pelos sujeitos, a fim de que o seu desempenho ocorra de maneira efetiva na sociedade, na escola e no mundo do trabalho, podendo, inclusive, serem objetivadas. Por isso, as autoras esclarecem que estas questões se mostram visivelmente articuladas aos interesses de construção de sujeitos ideais do ponto de vista emocional e mercadológico.

A título de exemplificação, podemos mencionar a apologia à ética de autogestão do corpo por meio do empreendedorismo, por meio da qual o sujeito é convocado a administrar e empreender o seu corpo, as suas escolhas e o seu equilíbrio psicoemocional a partir da premissa (ou efeito) de que somos livres, por meio de efeitos neobiopolíticos. Este efeito de liberdade pode ser considerado como uma estratégia com visa à promoção da competição e do aumento de eficiência dos corpos no sistema de produção constantemente alvo de dispositivos e investimentos biopolíticos de cuidado para consigo.

Neste sentido, as emoções e a questão da saúde mental não estão dissociadas. Nessa nova sociedade do desempenho, o cansaço e a atmosfera de sofrimento são decorrentes dessas práticas de performance (HAN, 2015). Quando o sujeito é inserido na exaustiva jornada em busca da eficiência, de reinvenção, do desenvolvimento de competências e habilidades, do alcance da sua inteligência emocional e, portanto, quando este mesmo sujeito não se aproxima desse ideal, por questões que podem ser multifatoriais, como por exemplo, as desigualdades sociais, as instabilidades no seio familiar, ausência de oportunidade, entre outras questões, isso poderá comportar-se como um gatilho e um ambiente propício ao sofrimento emocional, como explicam Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020: 45-46) acerca da lei externa de valorização do capital: "Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que *passa a exigir de si mesmo* ser um empreendedor bem-sucedido, buscando "otimizar" o potencial de todos os seus atributos capazes de ser "valorizados", tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade." Para os autores, quando essa subjetividade é esvaziada, o sujeito tende a "frustração e angústia associada ao fracasso e autoculpabilização."

Também o poder, segundo a perspectiva foucaultiana, pode ser entendido como conjunto de ações sobre ações possíveis (FOUCAULT, 1995) que, portanto, só existe quando é posto em funcionamento e quando permite que os sujeitos participem das suas ações. Segundo Veiga-Neto (2007), o poder diz mais respeito aos modos de governamentalidade (de si e dos outros), do que a uma luta ou afronte com outro adversário propriamente dito. Assim, o poder pode regular e moldar normas, identidades e práticas sociais.

De maneira próxima a objeto deste estudo, o poder se exerce também nos livros didáticos, tendo em vista que é um instrumento didático-pedagógico que controla e seleciona o conhecimento ali apresentado. Além disso, o livro didático normaliza e contribui para a legitimação de certos discursos, podendo permitir

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

maior ou menor evidência a certos saberes. Logo, pode-se compreender o livro didático como um dispositivo capaz de (re)produzir, disseminar, manter a legitimidade do poder, bem como produzir subjetividades alinhadas a interesses específicos.

Foucault (1999) ainda esclarece que o sujeito, antes submetido às forças soberanas, agora é alvo de uma positividade, por meio da qual se busca uma constante gestão, multiplicação e controle por meio de técnicas reguladoras para que estes corpos pudessem operar no mercado. Portanto, o poder que outrora – na sociedade de soberania – tinha direito de vida e morte, passa a gerenciar as eventualidades e as deficiências da vida humana.

Emerge daí uma outra organização de poder – a sociedade disciplinar – também descrita pela teoria foucaultiana. Neste cenário, o capitalismo, especificamente a partir da revolução industrial, requer sujeitos úteis, dóceis e saudáveis, logo, era oportuno que, para o sistema, ocorressem transformações no que diz respeito ao ordenamento social. Essa (re)configuração implicou a transmutação de um poder que tratava de "fazer morrer e deixar viver" pelo funcionamento de "fazer viver e deixar morrer" os súditos (FOUCAULT, 2005b: 294).

Mais tarde, viu-se surgir também as tecnologias regulamentadoras, que recaiam sobre o homem-espécie. Enquanto as primeiras – disciplinares – se valiam de cuidados de maneira mais particular, estas se preocupavam com a regulamentação da vida no âmbito populacional, com questões que engendram implicações de caráter social, como por exemplo, as taxas de natalidade, mortalidade, longevidade, isto é, com a biopolítica da população, compreendida como estratégia de governo populacional que regula, organiza e administram os corpos. O poder, assim, deslocou-se do biológico – sociedade disciplinar – para o jurídico – sociedade de controle (FOUCAULT, 1999).

É exatamente da biopolítica que o filósofo francês menciona advir a extração do saber para que se organizem e se perpetuem as relações de poder. Neste sentido, o poder disciplinar é complementado pelo biopoder, entendido, segundo a perspectiva foucaultiana, como um mecanismo de controle de vida e organizado a partir de dois polos: disciplinar e regulamentador. Contudo, não há uma substituição efetiva, nem tampouco uma exclusão, mas um suporte e novos mecanismos que se complementam.

Para Deleuze (1992), a sociedade de controle tem por alvo a exploração dos corpos por meio da performance e da ideia de inacabado. Neste contexto, as técnicas de disciplinarização dos corpos são sempre favoráveis à produção, à liquidez e à flexibilidade perene, uma vez sempre exposto ao poder – que está em todos os cantos e direções – o sujeito é, regularmente, produto e alvo constante do poder exercido por meio dos dispositivos (DELEUZE, 1992).

A subjetividade, por sua vez, refere-se à forma como os sujeitos se constituem a partir das suas relações e das produções de saberes-poderes que os constroem. Segundo Cardoso Júnior (2005: 345), "a subjetividade é uma expressão de nossa relação com as coisas, através da história" e, por isso, se expressa diretamente no corpo, "entendido não apenas como corpo orgânico, mas também como corpo construído pelas relações, com as coisas que se encontra nesse mundo". Sendo assim, são as condições históricas que possibilitam e que produzem as modulações de sujeitos.

Pensando a partir do modelo de racionalidade que é o neoliberalismo, aquilo o que Bauman (2008) denomina de subjetividade líquida cabe aqui como exemplificação das identidades usualmente reclamadas pelo modelo econômico vigente em razão da instabilidade social, da necessidade constante de readequações

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

e da transitoriedade dos projetos e estilos de vida dos sujeitos. Não por acaso, também, temos a resiliência como uma habilidade tão exercitada, conforme defendem Illouz e Alaluf (2020: 84) "os indivíduos resilientes sobrevivem à guerra e ao capitalismo, adaptam-se ao real caótico no interior do qual estão mergulhados e conseguem até mesmo se realizar".

Tendo dito isso, considera-se que as subjetividades são produzidas por meio de mecanismos de poder-saber e modos de governamentalidade, essa entendida enquanto uma prática de governo de si e do outro. Uma vez que os sujeitos internalizam normas, regulamentos e padrões, ele passa a exercer sobre si técnicas que regulam e modulam as suas subjetividades. Conforme a proposta deste estudo, no que se refere às práticas de saúde e cuidado mental, os sujeitos são conduzidos a adotarem estilos de vida saudáveis numa constante autovigilância em busca das suas fragilidades emocionais, contribuindo, por exemplo, para a reprodução de normas sob a pretensão de perpetuar certos padrões de comportamentos e subjetividades, como o sujeito emocionalmente saudável, por exemplo.

Nessa perspectiva, a governamentalidade não está relacionada meramente ao aparelho e à administração estatal, mas também a outros modos de guiar as condutas dos sujeitos. Portanto, não pode ser entendida como algo que comanda, reina ou que dita as leis, mas como um fenômeno que envolve mecanismos diversos de poder, recaindo sobre os corpos, sobre a população e sendo postos em funcionamento não apenas pelo estado, mas por outras – diversas – instituições (FOUCAULT, 2008c).

Uma exemplificação destes mecanismos de poder em funcionamento é o currículo educacional brasileiro. Por entendermos, junto às considerações de Ciervo (2019), que o currículo é uma entidade viva, não sendo, de modo algum, uma política neutra, compreendemos que este reflete toda uma dinâmica social, econômica e política em meio a um jogo de interesses e forças, assim como pontua a autora: "o currículo é fruto de um território controverso, idealizado, carregado de valores e pressupostos contextualizados temporalmente" (CIERVO, 2019, p. 16). Compreende-se, neste sentido, o currículo como uma construção social que, orientada por todo um jogo de saber-poder, pode realçar certos saberes, competências e exigências e soterrar outros (as), como pode se evidenciado o destaque dado às competências socioemocionais a partir da BNCC.

O autocuidado, neste sentido, poupa o Estado da sua responsabilidade com a população e com a sua saúde mental, uma vez que ao desenvolver práticas de autocuidado, há maior possibilidade de que estes sujeitos adotem hábitos mais saudáveis e, consequentemente, vivam melhor, sendo capazes de gerenciar as suas próprias condições. Decorre daí uma busca menor por serviços públicos de saúde. Assim, o estímulo ao desenvolvimento das competências é também um modo de "extrair da população a potência produtiva e, com isso, minimizar situações que possam gerar despesas futuras ligadas às áreas da segurança, da saúde e da educação" (CARVALHO; SILVA, 2017: 187), visto que a governamentalidade neoliberal responde por conduzir certas políticas, com elas, o bem-estar social (CASTIEL, 2021).

A seguir, apresentaremos algumas análises extraídas do livro didático *Interação Inglês*, de Escobar e Tavares (2020).

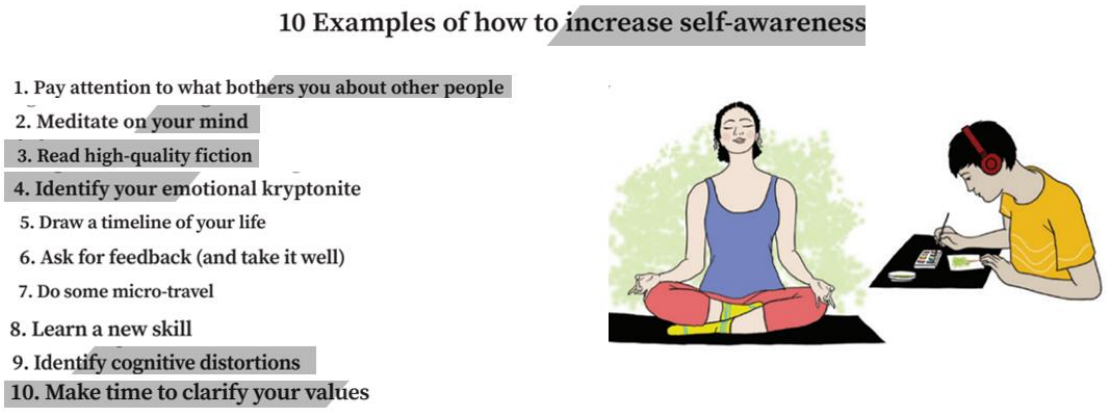
DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

Análises e discussões: o livro didático Interação Inglês

Tencionando compreender os conceitos supracitados em funcionamento, convém investigá-los no *corpus* de estudo. A materialidade 1 está disposta da unidade seis do livro didático Interação Inglês de Escobar e Tavares (2020), especificamente na lição b, *health and well-being* (saúde e bem estar) e diz respeito a um texto que promete abordar "*10 examples of how to increase self-awareness*", (10 exemplos de como aumentar a autoconsciência) (ESCOBAR e TAVARES, 2020: 250- 1, tradução nossa).

Já é possível antecipar que a autoconsciência, uma vez ancorada como competência essencial na BNCC, constitui-se como uma habilidade progressivamente visada. Interessa-nos entender que a competência intenta tornar o sujeito um objeto da sua própria atenção tanto na dimensão física quanto emocional por meio da autovigilância constante. A figura 1[6] ilustra a necessidade de conhecer a si mesmo e desenvolver certas práticas e condutas, a fim de que se possa melhor potencializar a sua autoconsciência.

Figura 1 – Increase self-awareness. Fonte: Livro didático Interação Inglês, de Escobar e Tavares (2020: .250-251, imagem adaptada pelos autores).



A materialidade no livro didático apresenta as seguintes orientações para o estudante desenvolver a sua autoconsciência: (1) *Pay attention to what bothers you about other people* (preste atenção no que te incomoda em outras pessoas); (2) *Meditate on your mind* (medite em sua mente); (3) *Read high-quality fiction* (leia ficção de alta qualidade); (4) *Identify your emotional kryptonite* (identifique a sua *kryptonita* emocional); (5) *Draw a timeline of your life* (desenhe uma linha do tempo da sua vida); (6) *Discover your blind spots by asking for feedback (and taking it well*) (descubra seus pontos cegos pedindo feedback e aceitando-os bem); (7) *Do some micro-travel* (faça uma pequena viagem); (8) *Learn a new skill* (aprenda uma nova habilidade); (9) *Identify cognitive distortions* (identifique distorções cognitivas); (10) *Make time to clarify your values* (arrume um tempo para esclarecer seus valores).

[6] A materialidade está disposta em texto do LD, mas fornece acesso via *link* ao texto em sua completude. Disponível em: https://nickwignall.com/self-awareness/. Acesso em: 28 de jun. 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

Dado o exposto, percebemos que a modalização discursiva empregada nos enunciados direcionados aos estudantes ocorre por meio da tipologia textual injuntiva, que oferece instruções e recomendações aos seus leitores. No que se refere às instruções, vemos o funcionamento de uma governamentalidade que incide sobre as mentes e não apenas sobre o corpo físico, mas em nível psicopolítico, com vista a incrementar o desempenho, aprender novas habilidades, a meditar, *etc.* Ocorre em exercício o autoinvestimento como garantia de funcionamento e manutenção de corpos produtivos e autoconscientes.

É possível antever ainda que os enunciados do livro didático se mostram em direta articulação com a necessidade de autorregulação e gestão, também entendidos como competências que devem, paulatinamente, serem desenvolvidas pelos sujeitos. Segundo Ciervo (2019), a inserção e a chegada das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas brasileiras não ocorrem de maneira despretensiosa, mas porque a autovigilância é uma condição necessária para o desempenho ininterrupto do sujeito atuante em seu meio social, por meio de um projeto estrategicamente desenhado de incansável produção e maximização do desempenho individual cuja finalidade é ligada ao meio econômico.

Na conjuntura do neoliberalismo, as possibilidades de políticas desenhadas para a coletividade são esvaziadas em detrimento de uma individualidade e, consequentemente, um recuo das ações de Estado. Assim, segundo as considerações da autora, as competências são empreendidas como um ingresso para que este indivíduo possa transitar – com maior estabilidade possível – na volubilidade do seu contexto social, econômico e político. Este argumento também é reforçado no trabalho de Cardozo, Colares e Sartori (2023: 14), ao afirmarem que:

> As competências socioemocionais aplicadas ao currículo escolar apresentam indícios de que a atuação formativa da escola corrobora para a consolidação das capacidades de trabalho e de adaptabilidade às condições adversas que surgem em virtude das modificações no mercado de trabalho, inclusive a precarização das condições de produção.

Com isso, é provável que esta seja a razão pela qual se mostra sempre em relevo que os sujeitos sejam capazes de identificar sua *kryptonita* emocional (*identify your emotional kryptonite*). É crucial pontuar que o termo *kryptonita* diz respeito a uma representação fictícia de uma espécie de mineral cujo efeito mostra-se nocivo aos personagens super-heróis, sendo capaz de enfraquecê-los. Assim, pode-se perceber o efeito de sentido do ser super-herói no paradoxo de perceber as suas fraquezas.

Ainda se pode entrever que o sujeito estudante deve aprender a reconhecer e trabalhar com base no seu desconforto emocional, compreendendo e desenvolvendo uma maior consciência sobre o que lhe enfraquece para, só assim, corrigir-se. Portanto, de acordo com o posicionamento assumido no LD, não é adequado que se evite esta *kryptonita* emocional – o sentimento que temos medo de sentir – antes disso, deve-se tolerar e lidar com isso porque, supostamente, isso revelaria uma "riqueza de *insights* sobre nós e sobre o mundo" (ESCOBAR e TAVARES, 2020: 251, tradução nossa).

Desse modo, o fenômeno observado não pode ser lido de modo descontextualizado, pois existe aí um mecanismo em funcionamento em que esse controle emocional do jovem é levado a uma posição central porque, segundo os pressupostos de Illouz e Alaluf (2020), tem-se o funcionamento do capitalismo emocional, segundo o qual as emoções trabalham em conjunto com algo maior, em be-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

nefício do capitalismo, da força de trabalho e do mercado neoliberal. Este capitalismo emocional preconiza um efeito de um cuidado de si agenciado por estratégias do que poderíamos chamar de neobiopolíticas.

Assim, as relações emocionais e econômicas são entrelaçadas. Segundo a percepção de Illouz e Alaluf (2020), o próprio conceito de inteligência emocional constitui-se como uma amostragem de como as emoções foram transmutadas em competências (objetificáveis e mensuráveis). Logo, a noção de inteligência emocional entra no eixo da racionalidade que deve ser entendida de modo individual. Nessa linha interpretativa, as autoras entendem que foi a psicologização das empresas que resultaram na objetificação das emoções e de modo consequente na "construção de um estilo emocional ideal e legítimo" (ILLOUZ e ALALUF, 2020: 81).

Em seguimento, os enunciados 5, 6, 7, 9 e 10 também aparecem como estratégias que auxiliam o sujeito a desenvolver uma melhor consciência sobre si. Chama-nos a atenção, de modo mais verticalizado, o exemplo 8, que sugere que o aluno pode desenvolver melhor a sua autoconsciência ao *learn a new skill* (aprender uma nova habilidade). A princípio, a materialidade enuncia, no exemplo 8, a necessidade de o sujeito buscar aprender coisas novas, porque, desse modo, aprenderia também a pensar de modo diferente, alargando as suas possibilidades de compreensão/visão do mundo e a si mesmo para além da sua "zona de conforto". Assim, vê-se operar o que Sennett (2006) discute acerca da necessidade de descarte das experiências e habilidades velhas – ainda que perfeitamente úteis – a fim de acompanhar novas, neste caso, as habilidades que permitiriam o sujeito um aprofundamento consciente das noções do "eu".

Ainda podemos constatar, na singularidade enunciativa do *link* de acesso disponibilizado pelo LD, algumas passagens que elucidam mais firmemente o princípio ligado à racionalidade neoliberal, principalmente acerca da necessidade constante de reinvenção, como a assertiva seguinte: "*When the only things you're doing are things you're already good at, it's easy to be lulled into a false sense of security that you know how things work*" (quando as únicas coisas que você está fazendo são coisas nas quais você já é bom, é fácil ser enganado por uma falsa sensação de segurança de que você sabe como as coisas funcionam) (WIGNALL, 2019, *online*, tradução nossa).

Diante do exposto, entende-se que as habilidades se tornam obsoletas (SENNETT, 2006), uma vez que se exige sempre uma manutenção frente à conjuntura de impermanências, de modo que, por mais habilitado que seja este sujeito em determinada tarefa, essa percepção se figura de maneira enganosa, – ou falsa – pois se entende que as habilidades devem ser incrementadas, do contrário, este sujeito apenas estará inserido numa condição histórica cuja segurança existe apenas em sua mente.

Diante dessas considerações, a governamentalidade neoliberal faz manifestar na materialidade discursiva certos regimes de enunciados em consonância com as habilidades reclamadas pela condição histórica e social de emergência do neoliberalismo. A racionalidade neoliberal funciona por meio de práticas discursivas e estratégias que atuam a fim de produzir ou manter em funcionamento conhecimentos e condutas. Na esteira de Foucault (2008b), ele opera para responder a uma urgência que, no caso deste estudo, parece ser uma formação de sujeitos voltada para as demandas do mercado de trabalho que podem ser evidenciados tanto pela proposta do NEM, quanto pela BNCC, que estimulam o desenvolvimento das competências socioemocionais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

Analisemos adiante uma outra materialidade apresentada também no livro didático *Interação,* de Escobar e Tavares (2020), também extraída da unidade seis, intitulada *self awareness* (autoconsciência). Nela, há um pôster que apresenta aos estudantes algumas atividades cuja promessa articula-se a maneiras distintas de como o aluno poderá fazer um intervalo na sua rotina. O pôster, conforme a imagem abaixo, é descrito da seguinte maneira: “50 ways to take a break”, (50 maneiras de como fazer uma pausa) (Escobar; Tavares, 2020: 253, tradução nossa).

Figura 2 – 50 ways to take a break. Fonte: Livro didático Interação inglês de Escobar e Tavares (2020: 253)

Convém aqui destacar que as imagens expostas dizem respeito a atividades de caráter terapêutico, sendo estas entendidas como tarefas que possibilitam relaxamento do indivíduo. Dentre elas, podem ser citadas a prática de meditação, andar de bicicleta, desligar o aparelho celular, regar as plantas, aprender algo novo, fazer alguns alongamentos e assim por diante. Há, acima do pôster, três exercícios destinados aos alunos: (i) Quantas das atividades do pôster você fez ultimamente?; (ii) você costuma tirar um tempo só para você? O que você faz com esse tempo?; (iii) qual dessas atividades poderia ajudá-lo a aumentar sua autoconsciência de maneira agradável?

Se pensarmos as tecnologias disciplinares (Foucault, 1999) em torno dos públicos que são alcançados com os discursos de saúde mental nos livros didáticos de língua inglesa (usualmente jovens e adolescentes), é possível constatarmos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

que elas funcionam na materialidade, de modo a organizarem certo cuidado estratégico do poder destes corpos consigo mesmo. Assim, no plano disciplinar, isso engendra fenômenos de observação, autorreflexão, cuidado e prevenção para que estes corpos sejam continuamente treinados para as demandas do meio social, econômico, educacional, laboral, entre outros.

Já no plano das tecnologias que regulamentam estes corpos, incidem sobre eles estratégias biopolíticas de implicações mais coletivas que buscam a promoção da qualidade de vida destes sujeitos. Se lidamos com uma população adoecida, – física e emocionalmente- isso certamente trará consequências também na esfera comunitária, uma vez que estes corpos não terão aplicação prática, utilidade e, nem mesmo poderão ser explorados os limites das suas potencialidades. Logo, funcionam de modo coexistente porque, no campo da regulamentação se requer um corpo único, mas, antes de sê-lo, precisam ser bons de modo particular por meio do controle dos fluxos vitais.

Assim, os discursos sobre a saúde mental antes expostos são marcados pelo funcionamento de vontades de verdade institucionalizadas e articuladas aos desejos de produção de sujeitos hábeis, produtivos e físico-emocionalmente capazes. Vê-se, portanto, o exercício de estratégias de controle, governo e cuidado com estes corpos de modo que o público possa administrar a sua saúde mental, e reconhecer o momento necessário de se realizar uma pausa, conforme apontam os discursos da materialidade 2.

Também é importante comentar que a materialidade apresenta, em sua proposta temática geral, – e particularmente na análise em questão – a competência socioemocional da autoconsciência, isto é, a capacidade que o sujeito deve desenvolver para prestar atenção em si, em seus sentimentos e em suas emoções, mostrando-se em estreita articulação com a competência geral oito (8) da BNCC, que orienta o estudante a "conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas" (BRASIL, 2018: 10).

Todavia, é necessário pontuar que isso não aparece de modo despretensioso, as emoções foram, historicamente, objeto de interesse de poder-saber, que se revelaram "elementos essenciais da eficácia, da gestão e da cooperação" (ILLOUZ e ALALUF, 2020: 80). Sendo assim, as questões emocionais são continuamente treinadas porque, de algum modo, além de beneficiar aquele capaz de gerenciá-las, ainda são convertidas em benefícios coletivos e econômicos. Portanto, esses discursos que emergem são marcados pelas suas condições sócio-históricas e em função das relações de poder que lhes permeiam – uma vez revelada a necessidade de o sujeito desenvolver a sua inteligência emocional – identificar os seus sofrimentos e administrar suas emoções por meio desse cuidado, que pode ser lido a partir da esteira foucaultiana, como uma estratégia de governamentalidade da vida.

Este cuidado de si consiste, segundo as noções foucaultianas, em um conjunto de regras de existência que o sujeito deve voltar para si e, depois, para o mundo. Nesse sentido, o cuidado de si pressupõe também o cuidado do "outro" (FOUCAULT, 2006), muito embora não se possa compreender esse argumento como uma prática egoística ou narcisista, mas como práticas de autoconhecimento, reflexão e transformação, como uma atitude política. De modo a melhor se pensar o cuidado de si, Foucault (2006) vale-se do termo *epiméleia heautoû* para desig-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

nar essa prática, para qual são necessárias também outras duas concepções: conhece-te a ti mesmo e o ocupa-te a ti mesmo. Seriam, pois, estes processos (conhecer e ocupar-se de si) que levariam o sujeito ao cuidado de si.

Dito isso, compreendemos que o cuidado de si como regra de existência não diz respeito meramente às práticas individuais, mas se estendem ao coletivo, uma vez que o sujeito, ao conhecer e cuidar de si, traria contribuições a sua dimensão coletiva – esta como uma instância substancial no seu processo de autotransformação. Para tanto, algumas ações e práticas são necessárias ao movimento de cuidado de si, são alguns exemplos a escrita, a meditação e a leitura, pois, ao seu modo, podem contribuir para o aperfeiçoamento da compreensão sobre si. Estas práticas, segundo Foucault (2005a) eram predominantes e valorizadas nos períodos romanos e helenísticos, em que se via organizar um individualismo, interesses privados e independência de grupos e pessoas.

O que convém destacar é que, em ambos os polos de poder – disciplinar e biopolítico – objetiva-se conduzir o corpo populacional por meios estratégicos, mas que, por sua vez, estão relacionados às demandas para aquela – e não outra – formação histórica. O poder disciplinar promove a individualização dos corpos através do treinamento de suas forças, num plano corporal e por meio do disciplinamento; o biopoder, no entanto, se dirige à população, agindo onde é possível afetá-la, dedicando-se não apenas sobre o corpo, mas sobre a vida, num plano massificante, por meio de regulamentações.

Assumida a nova necessidade do poder, de gerenciar a vida humana, a velha prerrogativa "fazer morrer e deixar viver" passa a operar de outro modo. Nessa nova organização de sociedade – ou novas atualizações de poderes – os sujeitos, a sua força, a mão de obra, e a sua obediência e a sua saúde são elementos essenciais, portanto, como fazer – ou deixá-los – morrer? Existe aí uma necessidade substancial de cuidar, garantir e multiplicar a vida e a força humana por meio de táticas biopolíticas. Enfim, de modo mais esclarecedor, Foucault (1999) afirma que o biopoder e a biopolítica foram elementos essenciais, pois constituíam-se como estratégias de dominação e controle dos corpos nos aparelhos de produção.

Considerações finais

Consoante as contribuições trazidas neste estudo, podemos situar uma regularidade encontrada mediante os dizeres e discursos presentes no livro didático (figuras 1 e 2). Tal fato permite-nos compreender que esses discursos não se encontram desalojados, mas são sustentados em saberes e práticas discursivas inscritas em diferentes meandros sociais que disseminam a importância de se atentar e cuidar da saúde mental para que o sujeito possa gerenciar – ou permitir que lhe gerenciem – as suas vulnerabilidades emocionais. Algumas amostras dessa afirmativa podem ser encontradas na legislação vigente, nas políticas educacionais brasileiras, no campo da saúde, na escola enquanto espaço formativo, nas práticas dos profissionais das áreas da psicologia e psiquiatria e nos âmbitos familiares por meio dos discursos cotidianos.

Para além disso, percebemos uma tentativa de moldar, formar e controlar os fluxos vitais e as energias, em que o neoliberalismo funciona como uma tecnologia de si. Noutros termos, existe um projeto de investimento na vida humana naquilo que se refere ao âmbito social e psicoemocional dos sujeitos com vista ao equilíbrio para a contínua produção. Enquanto tecnologia de si, o neoliberalismo promove e dissemina técnicas que são capazes de moldar e construir identidades alinhadas aos preceitos neoliberais, a exemplo da autoconsciência, autogestão,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

políticas de promoção de bem-estar, gestão de tempo e produtividade, entre outros.

O controle emocional, neste sentido, é alvo e projeto de atenção e cuidado porque, em termos práticos, implica diretamente a esfera econômica em nível biopolítico. Serviços de autoajuda, treinamentos de inteligência emocional, *coaching* e consultorias são cada vez mais comuns, dentro e fora do campo educacional, pois esse capitalismo emocional, já descrito por Illouz e Alaluf (2020), ambiciona não apenas a operacionalização econômica, como também as condutas. Essa autogestão das emoções mediante um cenário de instabilidades, a condescendência de si, aliados à necessidade da máxima performatividade é um fator que provoca o esgotamento psíquico e quadros de sofrimento mental (HAN, 2015; SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2020).

Além disso, vemos que as estratégias de caráter bio e psicopolíticas que atuam nos materiais didáticos analisados apoiam-se em distintas motivações e vontades de verdade contemporâneas, como é o caso da necessidade de desenvolvimento da autoconsciência (figura 1), em que o sujeito estudante é convocado a identificar os seus incômodos emocionais, desordens cognitivas e fraquezas e utilizá-los a favor do seu crescimento emocional. Assim, é possível articular os dizeres das materialidades analisadas neste trabalho à perspectiva foucaultiana porque versam sobre estes discursos modos de gerenciamento da vida humana, que tanto buscam a potencialidade das capacidades em nível homem-corpo, como, também, no plano homem-espécie (FOUCAULT, 1999). Os mecanismos que funcionam no livro didático estudado podem ser entendidos como estratégias de governamentalidade, de disciplinamento, regulação, como também permitem ser interpretados, sob o prisma foucaultiano, como controle biopolítico das condições de vida e da saúde emocional dos estudantes.

Ademais, no que se refere à língua inglesa, compreendemos que o idioma não foi eleito como língua obrigatória das reformas curriculares brasileiras em razão de uma neutralidade ideológica. Ao investigar a posição social ocupada pela língua inglesa, refletimos que, em razão da sua extensão e uso por diferentes falantes, a língua inglesa não se trata apenas de um instrumento, mas também opera como instrumento de relações de poder.

Recebido em 29 de maio de 2024.
Aprovado em 29 de novembro de 2024.

Referências

ALVES, J. C. S. Neoliberalismo e exploração voluntária de si. *Anãnsi:* Revista de Filosofia**,** 4 (1): 174-184, 2023.

BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

BRASIL. *Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF. SEB/MEC, 2018.

CARDOSO JUNIOR, H. R. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: reflexão e crítica,* 18 (3): 343-9, 2005.

CARDOZO, M. J. P. B.; COLARES, M. L. I. S.; SARTORI, L. Competências Socioemocionais no Novo Ensino Médio: Interlocução com as recomendações da OCDE. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18: 1-20, 2023.

CARVALHO, R.S. SILVA, R.R.D. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame**.** *Educar em Revista,* 63: 173-190, 2017.

CASTIEL, L. D. *Ensaios fora do tubo: a saúde e seus paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: Hucitec Editora, 2021.

CIERVO, T. J. R. *A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação), Unisinos, 2019.

CRYSTAL, D. *English as a global language*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo:* ensaios sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. "*Post-Scriptum* sobre as Sociedades de Controle". In*:* DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. pp. 219-226.

ESCOBAR, A.; TAVARES, J. F. *Interação Inglês*. São Paulo: Editora do Brasil. 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *A história da Sexualidade. 3*. O cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade:* Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2008b.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, Paul. (orgs.). *Michel Foucault*, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-250.

GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIM, M. A. *A BNCC e o ensino de línguas e literaturas*. 2ed. Revista e ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2022.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

HAN, B. C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, B.C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

ILLOUZ, E.; ALALUF, Y.B. "O capitalismo emocional". In*:* CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (org.). *História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje*. Petrópolis: Vozes, 2020. pp. 74-100.

SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. S.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SENNET, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIQUEIRA, S. Inglês como língua franca não é zona neutra, é zona transcultural de poder: por uma descolonização de concepções, práticas e atitudes. *Línguas & Letras*, 19 (44): 93-113, 2018.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade,* 28 (100): 947-63, 2007.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS
PRÓXIMOS DOSSIÊS TEMÁTICOS

Volume 12, Número 30 (setembro-dezembro de 2025)
Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado
Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)
Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)
SUBMISSÕES ATÉ 30 DE AGOSTO DE 2025

Volume 13, Número 31 (janeiro-abril de 2026)
Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis
Dra. Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)
Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)
Dr. Almires Martins Machado (PPGA)
SUBMISSÕES ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2025

Volume 13, Número 32 (maio-agosto de 2026)
Masculinidades, curso de vida e cuidado
Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)
Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)
Dr. Camilo Braz (UFG)
SUBMISSÕES ATÉ 30 DE MARÇO DE 2026

Volume 13, Número 33 (setembro-dezembro de 2026)
Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades
Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)
Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)
SUBMISSÕES ATÉ 30 DE JULHO DE 2026

Esperamos também artigos livres, em fluxo continuo.
As submissões devem ser feitas no site:
http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17769

ACENO

Sofrimento psíquico:
um estudo com professores(as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário (MS)

Daniella Moreira Lima[1]
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo[2]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de docentes readaptados nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS. O recurso metodológico utilizado possui natureza qualitativa de caráter exploratório, tendo como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho (PdT), abordagem criada por Christophe Dejours. As análises ocorreram através da técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS) que consiste na análise de conteúdo categorial, dividida em três eixos temáticos-categoriais: (1) Antes da readaptação: uma trajetória de sobrecarga e sofrimento baseada nos ajustes neoliberais; (2) O sofrimento patogênico no âmbito da educação. Os resultados apontaram que a trajetória do docente é permeada por sofrimento e sobrecarga, relacionados ao programa neoliberal em um contexto de trabalho nocivo para a saúde do trabalhador. Essa circunstância contribui para o adoecimento que, por vezes, leva à readaptação funcional dos docentes.

Palavras-chave: readaptação funcional; sofrimento psíquico; neoliberalismo; Psicodinâmica do Trabalho.

[1] Mestra em Educação pela Educação (UFMS/CPAN), especialista em Psicanálise Clínica e Intervenções Clínicas (GAIO/FATEC), graduada em Psicologia (UFMS/CPAN) e residente no Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Residência Multiprofissional em Saúde da Família (UEMS).
[2] Doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP), mestra em Sociologia (UNESP) e graduada em Psicologia (UNESP). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Psicologia (CPAN)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

LIMA, Daniella Moreira; FIGUEIREDO, Vanessa C. N. **Sofrimento psíquico: um estudo com professores(as) readaptados(as) da rede estadual de ensino em Corumbá e Ladário (MS).** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 289-304, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Psychic suffering:
a study with readapted teachers from the state education network in Corumbá and Ladário (MS)

Abstract: This study aims to understand the process of suffering and illness in the work of teachers who have been readapted to schools in the State Education Network of Corumbá and Ladário, MS. The methodological resource used is qualitative in nature and exploratory in nature, with the Psychodynamics of Work (PdT) as its theoretical framework, an approach created by Christophe Dejours. The analyses carried out using the Sense Nucleus Analysis (ANS) technique, which consists of analyzing categorical content, are divided into three thematic-categorical axes: (1) Before readaptation: a trajectory of overload and suffering based on neoliberal adjustments; (2) Pathogenic suffering in the context of education. The results indicated that the trajectory of teachers is permeated by suffering and overload, related to the neoliberal program in a work context that is harmful to the health of workers. This circumstance contributes to the learning that, at times, leads to the functional readaptation of teachers.

Keywords: functional readaptation; psychological suffering; neoliberalism; Psychodynamics of Work.

Sufrimiento psíquico:
un estudio con profesores reajustados de la red de educación estatal en Corumbá y Ladário (MS)

Resumen: El objetivo de este estudio es comprender el proceso de apoyo y formación en el trabajo de profesores readaptados en las escuelas de la Red Estatal de Educación de Corumbá y Ladário, MS. El recurso metodológico utilizado es de naturaleza cualitativa de carácter exploratorio, tendiendo como sustento teórico a la Psicodinámica del Trabajo (PdT), enfoque creado por Christophe Dejours. Los análisis realizados a través de la técnica Core Sense Analysis (ANS), que consiste en un análisis de contenido categórico, se dividen en tres grupos temáticos-categóricos: (1) Antes de la readaptación: una trayectoria de sobrecarga y sufrimiento basada en los ajustes neoliberales; (2) Sufrimiento patógeno en el campo de la educación. Los resultados indican que la carrera docente está permeada por el sufrimiento y la sobrecarga, relacionados con el programa neoliberal en un contexto de trabajo nocivo para la salud del trabajador. Esta circunstancia contribuye al aprendiz que, en ocasiones, conduce a la readaptación funcional de dos docentes.

Palabras clave: readaptación funcional; sufrimiento psicológico; neoliberalismo; Psicodinámica del Trabajo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

O final do século XX foi marcado por várias transformações no sistema educacional brasileiro em conformidade com as reformas político-econômicas neoliberais. O processo de acumulação flexível, propagando o desenvolvimento por meio da universalização do capitalismo, influenciou diretamente o âmbito escolar e, consequentemente, o trabalho docente. O processo de reestruturação produtiva, alicerçado na evolução tecnológica e flexibilização laboral, agravaram as condições materiais e alargaram as práticas profissionais dos professores, que tiveram que se adaptar à lógica da gestão gerencialista da avaliação da excelência e produtividade (BECHI, 2017), por meio da competitividade, individualismo e intensificação do trabalho.

Nessa conjuntura, a submissão dos educadores às mesmas condições e divisão do trabalho existentes no mercado passam a requisitar novas demandas, valores e pensamentos próprios de uma empresa privada. Segundo Sguissardi (2008: 1000):

> Em decorrência das transformações culturais e do reordenamento político-econômico em âmbito global, a educação tornou-se objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a educação-mercadoria de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais e comerciais, a mercadoria-educação.

As políticas neoliberais proporcionaram a abertura econômica e a implantação das inovações tecnológicas e de gestão condizentes à era da globalização. Na educação, com o Plano Diretor da Reforma do Estado de 1995, houve uma crescente retirada de verbas destinadas a esta área, além do estímulo ao investimento de instituições de ensino superior privadas. O cenário brasileiro político-econômico da época, caracterizado por corte nos gastos da educação, na previdência e na saúde, assim como a forte retração dos empregos, aumento do desemprego e do trabalho precário, impactaram na função dos educadores de formação de mão-de-obra, como meio de desenvolverem as competências dos estudantes, promovendo-lhes maior segurança e competitividade, conforme a lógica de responsabilização do sujeito pelo seu lugar de desprovido (LIMA, 2007).

Por sua vez, a educação básica influenciada por uma política baseada na difusão do modelo de administração gerencial com foco nos resultados e no acúmulo de capital flexível, responsabiliza os professores pela educação e desenvolvimento da capacidade de empregabilidade da população, atribuição essa pertencente ao Estado, mas agora destinada aos professores (MENDES, 2015). As ideias neoliberais de privatização não só fizeram com que o Estado fosse descentralizado, mas marca o sujeito como ser unicamente capaz de mudar sua "condição", sem levar em conta todo o contexto que o cerca. A partir desta conjuntura, a educação brasileira sofre um grande impacto nas ideias pedagógicas, já que o fracasso escolar acaba por justificar a existência de vida precária, dado o Estado incapaz de gerir o bem comum. Desse modo, se advoga no campo educacional, "a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado" (SAVIANI, 2013: 428),

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

mercantilizando a educação e submetendo o trabalho docente à lógica perversa do capital.

Diante das constantes imposições, constrangimentos e pressões do trabalho real, que exigem a adaptação aos valores, metas e cultura organizacional, às intensificações e precárias condições, os professores da rede de ensino básico têm apresentado sofrimento e exaustão, estando mais suscetíveis a adoecer. A gestão gerencialista, ao determinar o notório desempenho com resultados exigidos dos professores e alicerçado na lógica neoliberal, deve ser considerada na compreensão do aparecimento de patologias e na piora da qualidade de vida dos professores. Submetidos a condições de trabalho alarmantes e expostos a cargas laborais que, ao longo do tempo, podem desgastar e comprometer a capacidade vital (LIMA, 2007).

Para Santos (2015), essa categoria encontra-se em sofrimento, com frustrações, insatisfações e falta de realização no trabalho, estando o tempo de duração no magistério associado aos piores estados de saúde e incapacidade para o exercício profissional. A organização do trabalho nas instituições públicas de ensino básico e fundamental, caracterizadas pelo número exorbitante de alunos/classe, baixa remuneração, mudanças de políticas e propostas educativas traçadas à margem do magistério, sobrecarga de tarefas, exposição ao estresse constante e intenso, contribuem para a manifestação do sofrimento psíquico, acarretando, muitas das vezes, em adoecimento (mental e físico), afastamento e readaptação (MARTINS, 2005).

Impactos do neoliberalismo: readaptação docente e o sofrimento psíquico

Dada a dificuldade de reapropriação do próprio trabalho, já que as transformações/condições no âmbito educacional, atreladas ao modelo político-econômico dificultam relações coletivas, mais solidárias e de pertencimento, quando em sofrimento ou adoecimento, esses profissionais acabam sozinhos recorrendo ao afastamento profissional, à licença médica e à readaptação funcional. A readaptação visa permitir que o professor continue exercendo funções na área educacional, mesmo diante das limitações médicas apresentadas. Vale destacar que este é um direito do servidor público, desde que seja comprovada a sua incapacidade para o cargo atual. Ela tem o intuito de preservar a dignidade do servidor e possibilitar a sua permanência no serviço público, ainda que em um cargo diferente (CORTEZ *et al*., 2017).

No âmbito brasileiro, a Lei 8.112/1990 trata da readaptação funcional de servidores públicos, incluindo professores, e dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com a legislação, a readaptação funcional permite a adequação das atribuições do servidor público em decorrência de limitações físicas, mentais ou sensoriais, buscando garantir que ele possa continuar exercendo uma função compatível com suas capacidades (BRASIL, 2005). No caso do professor, ao perceber a necessidade de readaptação, deve-se iniciar o processo através de uma solicitação formal à Secretaria de Educação; o pedido é seguido por uma avaliação médica, geralmente realizada por peritos da previdência social, e com base na avaliação é emitido um laudo médico que atesta a necessidade de readaptação de função, conforme as limitações do docente.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

A Psicodinâmica do Trabalho elucida sobre o sofrimento sempre registrado no contexto laboral, dada a lacuna entre o que é prescrito pela organização do trabalho e a realidade que se impõe. Barbosa (2014: 9) ressalta:

> O mundo objetivo, com seus desafios, regras, paradigmas e valores, entra em conflito com a singularidade do sujeito, provocando confronto entre relações e organização do trabalho e mundo interno e subjetivo do trabalhador, causando sofrimento psíquico.

Porém, é também nessa brecha que se dá a oportunidade do trabalho vivo (DEJOURS, 2000). Quando existe a viabilidade de descarga das tensões psíquicas decorrentes do cotidiano, havendo espaço para o sujeito usar sua criatividade e desenvolver sua inteligência, habilidades e cooperação, o sofrimento é ressignificado e o labor passa a ser equilibrante e fonte de prazer. Entretanto, quando há predomínio de submissão, ausência de liberdade e normatizações rígidas, não sendo possível a negociação das demandas junto à organização do trabalho, a retomada de sentido do fazer e a descarga psíquica ficam impedidas, levando o sujeito ao sofrimento patogênico e à descompensação física e mental (DEJOURS, ABDOUCHELI e JAYET, 1994).

Para Macêdo (2013), o sofrimento é resultado da relação entre a subjetividade e o acúmulo de atividades previstas, alicerçada na lógica da racionalidade econômica capitalista e acaba sendo expresso através de patologias e doenças. Portanto, entende-se que a readaptação funcional está relacionada ao sofrimento patogênico, quando é impossibilitada a negociação entre a organização do trabalho e os conteúdos subjetivos dos trabalhadores, podendo abrir caminho para a expressão de doenças psíquicas e/ou somáticas que acometem a saúde do professor (MACÊDO, 2013).

Para abarcar toda ansiedade gerada pela rigidez da organização do trabalho e sua lógica gerencialista, os sujeitos se utilizam de estratégias defensivas para minimizar a percepção do sofrimento no trabalho, por intermédio de uma percepção modificada da realidade que encobre o risco psíquico ao qual os trabalhadores estão expostos. A eufemização do sofrimento viabiliza uma proteção ao psiquismo, permitindo que os trabalhadores continuem trabalhando, mesmo em contextos assinalados pelas adversidades, de modo a permanecer no campo da normalidade e evitar a descompensação (LANCMAN e UCHIDA, 2003).

À frente dessas circunstâncias, Rossi (2018) traz ainda que embora as estratégias defensivas visem minimizar o sofrimento, para que o indivíduo possa se manter em sua ocupação, a aceitação de sobrecarga e de condições precárias de trabalho acabam levando o profissional ao esgotamento, pois "quando as estratégias de defesa enfraquecem instala-se o adoecimento culminando na readaptação funcional." (ROSSI, 2018: 195). A patologia se manifesta, quando há um rompimento no equilíbrio e sofrimento não pode ser mais contornável através de estratégias coletivas defensivas que calam ou negam os aspectos injustos da organização do trabalho e ocasionam o surgimento de doenças (LANCMAN e UCHIDA, 2003) e, portando, as readaptações funcionais.

Levando em conta os ajustes político-econômicos neoliberais aplicados na educação brasileira e norteadores da organização do trabalho aplicada nas escolas públicas, assim como os valores e competências gerenciais espraiados e exigidos do corpo docente, este artigo tem por objetivo compreender o processo de sofrimento e adoecimento no trabalho de professores readaptados de escolas estaduais nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Corumbá e de Ladário, MS.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

Metodologia

Tendo como propósito reconhecer as relações entre trabalho, subjetividade e as vivências de sofrimento e prazer advindas da organização do trabalho, esta pesquisa qualitativa, baseada em fundamentos da Psicodinâmica do Trabalho, analisou a dinâmica da relação objetiva e subjetiva dos elementos psíquicos, sociais, políticos e econômicos relativos ao processo de readaptação de professores em escolas públicas estaduais. Para Mendes (2007), a pesquisa em psicodinâmica permite desvelar as transformações da organização do trabalho, o êxito das estratégias defensivas, a emancipação dos trabalhadores, a posição de poder político e social assumida, assim como a reapropriação do trabalho por parte do indivíduo e do coletivo.

Após autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) para a realização da pesquisa junto a docentes das Escolas Estaduais localizadas nos municípios de Corumbá e Ladário/MS, foi levantada a presença de 12 professores readaptados em 7 das 13 Escolas Estaduais da região. Posterior ao contato com os docentes, apenas 3 deles tinham sido diagnosticados com algum transtorno mental e aceitaram participar na pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critério de inclusão na pesquisa foram pertencer à Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS; estar em processo de readaptação temporário, ter se afastado por motivo transtorno mental[3], e atuar em escolas localizadas na área urbana. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 57832322.2.0000.0021.

Aplicou-se presencialmente nas escolas em que cada um dos participantes estava lotado um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada buscando a compreensão do sofrimento psíquico, da organização do trabalho e da readaptação. Os sujeitos responderam aos instrumentos em data e horário acordados previamente, e duraram de 40 minutos a 1h30min; a aplicação do questionário durou em média 10 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra pois, segundo Mendes (2007), a partir da relação da "fala-escuta" é possível ao pesquisador compreender os conteúdos latentes e manifestos que se revelam por meio da fala do entrevistado, no caso sobre elementos da organização do trabalho, das vivências de prazer- sofrimento, dos processos de saúde-adoecimento, da subjetivação e mediações.

Participantes

Participaram duas professoras e um professor em fase de readaptação funcional temporária na Rede Estadual de Ensino em Corumbá e Ladário/MS, os quais foram codificados por P1, P2 e P3 para garantia do sigilo da identidade. Os três docentes apresentaram em comum o diagnóstico de Transtorno de Pânico - F41.0, caracterizado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição – DSM-5 (Associação Psiquiátrica Americana [APA], 2014) pela ocorrência sistemática de ataques de pânico inesperados e recorrentes, acompanhados por sintomas físicos e psicológicos intensos como palpitações, sudorese,

[3] Os transtornos mentais são condições que afetam o funcionamento psicológico, emocional e comportamental, causando sofrimento significativo e interferindo na vida cotidiana, pois envolvem alterações no pensamento, emoções, comportamento ou interações sociais, acometendo a população trabalhadora conforme o desenho da organização do trabalho (Protocolo de Atenção à Saúde Mental e Trabalho, 2015).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

tremores, sensação de falta de ar, dor no peito, tontura, náusea, medo de morrer ou perder o controle, entre outros. Esses sintomas podem ocorrer de forma repentina e imprevisível, levando a um medo constante de ser novamente acometido por ataques de pânico. Ele pode ser debilitante e interferir significativamente na vida diária, causando sofrimento emocional e limitando a participação em atividades sociais e ocupacionais.

É importante destacar que cada indivíduo com Transtorno de Pânico pode ter experiências e desafios únicos no ambiente de trabalho, entre eles: limitações no desempenho: durante um ataque de pânico, a pessoa pode ter dificuldades em se concentrar, tomar decisões e executar suas tarefas de maneira eficaz; absenteísmo: a pessoa pode evitar certas situações ou ambientes que desencadeiam os ataques; preocupação com a segurança: os sujeitos ficam constantemente preocupados com a ocorrência de ataques de pânico no trabalho, especialmente em ambientes que consideram provocar a crise e, estresse no ambiente de trabalho: pressão excessiva, demandas intensas, falta de apoio e conflitos interpessoais acabam aumentando a ansiedade e a probabilidade de ataques de pânico (ROUBIK, 2021).

Sobre os docentes que participaram da pesquisa

P1: gênero feminino, 51 anos, com especialização completa, divorciada, com filhos, além da escola estadual A, leciona em outra, está há 35 anos no magistério, sua carga horária semanal é de 20 horas na escola estadual e ali atua em um turno, estava cedida da educação para a Assistência Social. Está readaptada desde 2005 (há 17 anos na época da entrevista), por F32 (Episódios depressivos), F39 (Transtorno do humor [afetivo] não especificado) e F41.0 (Transtorno de pânico [ansiedade paroxística episódica]) (Classificação Internacional das Doenças [CID-10, 2011]. Na época da pesquisa ocupava a função de Professora cedida da educação para a assistência social

P2: gênero feminino, 54 anos, pós-graduada em língua portuguesa, é casada, tem filhos, além de atuar na escola estadual B leciona em outra escola, tem 16 anos de docência, sua carga horária semanal é de 20 horas na escala estadual e ali atua em um turno, não exerce outra atividade profissional. Readaptada desde 2017 (5 anos na época da entrevista), por F41.0 (Transtorno de pânico [ansiedade paroxística episódica]) e F33.1 (Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado) (CID-10, 2011). Exercia na época da pesquisa a função de Auxiliar de Coordenação.

P3: gênero masculino, 42 anos, superior completo, casado com filhos, atua na escola estadual C, não trabalha em outra escola, atua em dois turnos, carga horária de 40 horas semanais, não exerce outra atividade profissional. Está readaptado desde 2019 (há 3 anos na época da entrevista), por F41.0 (Transtorno de pânico [ansiedade paroxística episódica]) e F33.1 (Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado) (CID-10, 2011). Na época da pesquisa exercia a função de Assessor Pedagógico.

Análise de Dados

Os dados foram analisados através da técnica de Análise do Núcleo de Sentido (ANS), proposta por Mendes (2007), que baseada na análise de conteúdo categorial de Laurence Bardin (2002), permite compreender como o trabalho é viven-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

ciado pelos indivíduos, destacando a importância de considerar a dimensão subjetiva do trabalho para compreender os impactos na saúde mental dos trabalhadores (MENDES, 2007).

Assim, após a realização da entrevista, foi produzida uma análise prévia com a transcrição literal das falas dos entrevistados, havendo a separação de fatores comuns dos discursos que apareciam com maior frequência nas falas dos entrevistados e que apresentavam semelhança semântica, lógica e psicológica, visando agrupar tanto o conteúdo manifesto nas verbalizações, quanto o conteúdo latente.

Após a investigação do sentido e da dinâmica do contexto laboral, foi construída a sistematização dos conteúdos em duas categorias: 1) Antes da readaptação: uma trajetória de sobrecarga e sofrimento baseada nos ajustes neoliberais; e 2) O sofrimento patogênico no âmbito da educação.

Resultados e discussão

Antes da readaptação: uma trajetória de sobrecarga e sofrimento baseada nos ajustes neoliberais

De acordo com as falas dos entrevistados, o trabalho na educação era caracterizado por precárias condições materiais, jornada exaustiva, altas demandas e atividades quase sobre-humanas. A deterioração do sistema educacional brasileiro trazia sofrimento e sobrecarga de trabalho, contribuindo para o agravamento dos problemas de saúde e para o desgaste ao longo da trajetória profissional, antes mesmo da readaptação.

Conforme narra o P3, "*de modo geral... no início [da carreira] tinha uma certa empolgação, satisfação*" (P3), situação que foi aos poucos se apagando. De acordo com Mendes (2015), a nova estrutura de trabalho no contexto escolar, apoiada na concepção neoliberal, produz uma demanda exaustiva e inadequada, gera sobrecarga e interfere diretamente nos papeis assumidos pelos docentes, já que são obrigados a adotarem uma postura flexível, produtiva, polivalente e competitiva para abarcar a nova era da globalização. As falas de dois docentes ilustram esse ponto:

> *Eu era sala lotada, muitas disciplinas que a gente trabalhava, ainda mais que eu era nova, então eu não dava só língua portuguesa, dava português, inglês, ensino religioso, naquela época tinha educação moral, artes, tudo isso passava para a gente, então me deixava muito cansada, pode ser que juntando esses fatores e mais fatores pessoais que eu tive, que desencadeou tudo, ficou pior.* (P1)

> *No decorrer do tempo, fui perdendo a visão, já tive que usar óculos, porque fazíamos o diário, não era digital, era no papel, você tinha anotar todas as faltas, você tinha que mexer tudo no papel, notas, conteúdo, planejamento suas atividades de sala, o que você tinha que preparar para as aulas, atividades, corrigir, enfim, era essa a minha atividade, fora isso, sempre acabava levando o trabalho para a casa, por causa do diários, sempre tinha que correr e tinha que fazer em casa, não tem como.* (P2)

Neste modelo educacional, de nova estrutura governamental e social, o professor P3 se deparou com situações desapontantes que geraram desconforto e frustração com relação ao seu trabalho na educação no decorrer dos anos, envolvendo situações associadas ao modo de organização do trabalho e às relações interpessoais:

> *Com o tempo fui meio que desencantando por causa desses problemas, por causa de alguns alunos também, por causa de todos os problemas de burocracia, de cobrança,*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

> *de alguns pais que você vê que decepcionam, de 50 alunos que morreram, de alunos que foram presos...há um desencanto, dos alunos que são abusados, você vê que te desrespeitam e você vai cansando ao longo do tempo.* (P3)

Dejours (2000) revela que o trabalho precisa fazer sentido e ter significado para os indivíduos, pois "a constituição da identidade das pessoas está necessariamente vinculada às situações de trabalho nas quais estão inseridas" (FERREIRA, 2007: 51). Se o trabalho vivo depende da implicação subjetiva, de ser reconhecido naquilo que se faz coerentemente, "ao contrário, ter de se dedicar de corpo e alma a um trabalho sem sentido apenas sobrecarrega o corpo e a alma" (LIMA, 2010: 8).

Dentro desse parâmetro neoliberal, a qualidade e os rendimentos do trabalho docente são apontados como decorrentes apenas das competências ou habilidades individuais, como indica o P3 sobre as crescentes imposições que recaem somente aos professores, provocando "(...) *mais cobrança de aumentar a produção, aumentar a produção, e você vê que a qualidade está caindo. Então essa cobrança que tem com os professores e a parte burocrática que cada vez mais aumenta também*", sem ao menos considerar uma análise que vincule o desempenho do docente às condições e relações de trabalho que em são ofertados (SOUZA, 2010).

Passar por condições muitas vezes desumanas no ambiente de trabalho, como a carga horária exaustiva e a desvalorização profissional, impacta negativamente na saúde mental. Tanto o docente P2 como o P3 descreveram uma rotina de trabalho desgastante, que envolvia "*ministrar aula, fazer o diário, planejamento, elaborar atividade, corrigir, depois você tem o conselho de classe, você tem que apresentar para os pais*" (P2), além do aumento na carga de trabalho e no surgimento dos sofrimentos perante as demandas "*pegar esse trabalho estressante aqui, era pavoroso, ainda levando esse trabalho para casa, levando prova para corrigir, planejamento...os sábados letivos que aumentaram também, essa carga tem muito a ver com a carga horária do professor*" (P3).

Os professores entrevistados acabavam se dedicando às tarefas da escola até mesmo quando estavam em casa; usavam os horários de lazer para preparar ou planejar atividades didático-pedagógicas, avaliar os alunos, pesquisar e estudar para o aprimoramento profissional. O trabalho no magistério demandava ainda, tempo disponível para participação nos conselhos de classe, encontro com os pais e para as atividades extraescolares. Consequentemente, a gama de tarefas excedia o ato pedagógico da docência propriamente dita, fazendo com que os professores se responsabilizassem por outras funções na instituição escolar (TEIXEIRA, 2010).

No relato da professora P1 podemos verificar um resumo da trajetória da maioria dos professores da educação básica brasileira:

> *Então, de modo geral... no início tinha uma certa empolgação, satisfação, depois com o tempo fui meio que desencantando por causa desses problemas, por causa de alguns alunos também, por causa de todos os problemas de burocracia, de cobrança, de alguns pais que você vê que decepcionam, de alunos que morreram, de alunos que foram presos...há um desencanto, dos alunos que são abusados, você vê que te desrespeitam e você vai cansando ao longo do tempo, até a desvalorização nacional da nossa categoria, não só a questão do salário, mas da questão cultural mesmo, não há uma valorização, tanto pelo governo quanto dos pais, da própria sociedade, dos próprios alunos mesmo, você vai perguntar quem quer ser professor, ninguém quer, ninguém quer trabalhar com a educação, então você vai desencantando.* (P3)

A persistência e a intensidade com que os fatores estressantes vivenciados pelos professores e, associadas a sucessivas tentativas de lidar adequadamente

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

com eles, também podem tornar esse indivíduo vulnerável ao surgimento de vários problemas de saúde que levam a realocação laboral (MASLACH, SCHAUFELI e LEITER, 2001). Além dos aspectos elencados, a quantidade de disciplinas que os professores ministravam, a superlotação das salas de aula e a sobrecarga com altas demandas burocráticas e/ou administrativas, condizentes com o modo de organização do trabalho gerencialista, se constituíam em gatilhos de ansiedade que favoreciam o adoecimento docente.

O sofrimento patogênico no âmbito da educação

As condições inadequadas de trabalho, aliada à falta de reconhecimento pessoal e social, afetavam a saúde emocional dos professores que, por vezes, se mostravam desanimados diante da desvalorização percebida por parte da sociedade, gestores, governantes e colegas, que desmereciam o ofício árduo e a dedicação dos mesmos à educação do Brasil. A ausência de apoio na precarização e a intensificação das demandas laborais, podem contribuir para um sentimento de desânimo, angústia e sofrimento, levando-os ao adoecimento. Conforme o P3:

> *Eu não estava conseguindo ter um controle emocional... eu perdia a paciência muito fácil, então nos últimos tempos eu não estava conseguindo ter o controle que eu tinha no início da carreira, eu não estava mais conseguindo ter empolgação, de conseguir fazer projetos novos, ter uma ideia nova ou coisa do tipo, então estava bem complicado, um pouquinho antes de eu ser readaptado.* (P3)

A narrativa de P3 situa a vivência de medo, angústia, estresse, ansiedade e insegurança, sentimentos derivados de um grande conflito entre o mundo objetivo, com suas regras e condutas organizacionais, e o mundo subjetivo e interno, referente à singularidade do sujeito, em seus desejos e necessidades. Embora o sofrimento possa ser compreendido como uma "mola propulsora" em direção à saúde mental, alavancando a subjetivação e a criação caso o trabalhador tenha um papel ativo frente às imposições e possa transformar concretamente as circunstâncias laborais (MENDES, 2007), quando a realidade não oferece possibilidade de gratificação aos desejos e projetos do sujeito, a relação intersubjetiva com o trabalho tem a capacidade de alienar e de adoecer.

Conforme Dejours (2000), as imposições e pressões exercidas pelas corporações, relacionadas às exigências de adaptação a valores organizacionais e culturais, levam ao desgaste e exaustão. No caso das demandas que a instituição escolar impunha aos professores, muitas eram desprovidas do sentido principal do magistério que era ensinar, passando os docentes a exercer um papel dúbio e penoso, juntando a sobrecarga das várias funções exigidas no cotidiano, além de terem que lidar com a obrigatoriedade da produtividade e resultados impostas pelo neoliberalismo (AGUIAR e ALMEIDA, 2008).

Em um contexto tão nocivo, o profissional da educação fica impedido de deslocar o sofrimento criativo, em detrimento do patogênico. Os Episódios Depressivos apresentados se relacionam com o trabalho ao passo que são vivenciadas constantes situações de frustrações, precarização e sobrecarga, relações profissionais complexas e sentimento de impotência perante as injustiças no ambiente laboral. Selligman-Silva (2011: 533) pontua "a postura de desânimo diante da vida e do futuro... [A depressão pode aparecer] através de expressões somáticas de mal-estar ou doenças; acidentes de trabalho; alcoolismo; absenteísmo". Segundo P1, o trabalho exercido era tão adoecedor que a única resposta possível era faltar, resistência encontrada para escapar daquele contexto tóxico (DEJOURS,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

1987) "*eu não conseguia levantar, não conseguia trabalhar e ficava muito chateada, triste de não poder, de não conseguir*" (P1).

Este fato revela uma fuga daquilo que causa dor e sofrimento à docente. Quando as tentativas de enfrentamento se esgotam, a estratégia de não ir trabalhar passa a ser uma escolha válida e pertinente "*eu tentava ir trabalhar doente, mas depois que eu via que não conseguia, já não ia e não ia mesmo*" (P1). O seu desabafo descortinou a falta de condição de bem-estar no ambiente de trabalho, ausentando-se do serviço como forma de aplacar a sua dor e sofrimento (PENTEADO e SOUZA, 2019).

O esgotamento de todas as possibilidades e estratégias de exercer dignamente sua profissão levava ao absenteísmo, já que não havia conciliação possível entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico: "*sabe quando você não quer ver nem cara de escola*?" (P2). Para Dejours (1987), o absenteísmo ocorre quando o indivíduo chega ao ápice do seu limite de sofrimento, sendo a evasão do ambiente de trabalho uma busca por equilíbrio e satisfação, que acaba se tornando um ato muito mais de resistência diante as adversidades adoecedoras do que uma falta no trabalho.

Outro fator de absenteísmo entre os docentes estava relacionado à sobrecarga de trabalho onde, por vezes, o docente assumia vários papéis que não eram de sua responsabilidade ou formação. Estas demandas sobrepostas acabavam por provocar um cansaço físico e mental, resultando em afastamento laboral por meio de licença médica ligada à fadiga física e mental, diagnóstico médico que culmina em algum transtorno psíquico entre a ansiedade e a depressão.

Os transtornos mentais constatados através de depressão, ansiedade, crises e pensamentos suicidas são os mais frequentes entre os profissionais da educação, podendo afetar a produtividade e o prazer no trabalho docente, ocorrendo paulatinamente: "*de uns tempos para cá eu fui tendo esse cansaço mental"* (P3), até que o professor não consegue mais exercer sua função como antes, nem no trabalho e nem na vida pessoal: "*eu não conseguia mais administrar os próprios problemas"*, emergindo a dor e sofrimento para sua vida como um todo (PENTEADO e SOUZA, 2019)

Esse desgaste e frustração ocorre quando há uma ruptura ou uma lacuna entre o trabalho prescrito e o real, emergindo uma sensação de fracasso e de desânimo. Moraes (2018) revela que esse cenário pode chegar a quadros de transtornos mentais mais graves como as crises silenciosas e sistêmicas, aumentando cada vez mais a sua intensidade, a ponto do docente não se dar conta, até que ela se manifesta: *"eu fiquei tão perturbado que eu tive vontade de me jogar na frente de um ônibus, era uma crise que eu tinha"* (P3). O desespero desse profissional era tão grande que contou ter lançado mão de atitudes de atentar contra a própria vida a fim de sanar a dor que sentia: *"a ansiedade já estava virando uma depressão muito grave, por isso me afastei seis meses, aí depois de seis veio a readaptação em 2019"* (P3).

Em relação ao sofrimento psíquico que acomete os trabalhadores, os transtornos mentais associados ao trabalho não resultam de fatores isolados, mas de um contexto ambiental e social mais amplo e repleto de particularidades, principalmente no que tange o ofício do educador. O participante P3 menciona que o adoecimento causou um sentimento de vulnerabilidade e de fragilidade, afetando seu cotidiano: *"vai meio que frustrando você, afetando a saúde de uma certa forma que você não consegue mais trabalhar, então isso vai desgastando"* (P3). Com o passar do tempo, o sofrimento que está no centro da relação psíquica entre o ser humano e o trabalho vai se agravando cada vez mais, levando o profissional

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

da educação a desenvolver outras patologias ou a potencializar as previamente existentes:

> *Tive várias crises de ansiedade e teve uma última, uma bem grave, que eu tive uma briga com um aluno meu...eu na verdade estava em acompanhamento psiquiátrico, já tinha sido afastado duas vezes, daí nessa última a psiquiátrica resolveu me afastar um pouco mais e eu peguei uma dispensa médica de seis meses, aí depois desse afastamento de seis meses, ela resolveu fazer a readaptação, minha primeira readaptação. (P3)*

O conflito entre os seus valores e a situação externa de embate com o aluno foi tão elevado que ele ponderou *"depois eu me arrependi, depois eu me arrependi tanto, que tive vontade de me matar"* (P3). Em sua narrativa há uma consternação no ocorrido a ponto de desejar o suicídio na tentativa de aplacar a dor que sentia, já que *"estados mentais provocados pelos estados de depressão essencial, no qual se instala doenças agudas somáticas ou agravamento de doenças preexistentes, demonstra o sofrimento psíquico"* (DEJOURS, 2013: 63).

A narrativa de P3 demonstra, portanto,a gravidade da gestão gerencialista, em suas cobranças rígidas e imposições normativas, e alerta para a relação entre precarização e saúde mental de professores submetidos à lógica neoliberal.

Considerações finais

O presente estudo evidenciou a ligação entre as reformas educacionais, que ocorreram nos anos 90, e os ajustes neoliberais, marcadas pelo modelo toyotista e flexível de gestão, acarretando na precarização do trabalho dentro do âmbito escolar. As precarizações do trabalho docente, juntamente com a competitividade e o produtivismo, se intensificam quando as transformações do mundo do trabalho são transportadas para a educação, caracterizadas pelas imposições e pressões exercidas através das organizações do trabalho, deixando os docentes mais suscetíveis ao sofrimento patogênico e ao adoecimento.

Para os professores estudados, a situação laboral regida pela administração gerencialista tem trazido angústias, desejos, medos e que busca manter sua saúde mental em meio a essa complexidade de relações que, muitas vezes, leva à naturalização da problemática do mal-estar e dos sofrimentos na docência. O confronto com o acúmulo de atividades e exigências previstas alicerçadas na lógica da racionalidade econômica capitalista pode se manifestar nas patologias e doenças. Portanto, entende-se que a readaptação funcional está relacionada ao sofrimento patogênico, quando é impossibilitada a negociação entre a organização do trabalho e os conteúdos subjetivos dos trabalhadores, podendo abrir caminho para a expressão de doenças psíquicas e/ou somáticas que acometem a saúde do professor.

Foram pontuadas várias questões e situações, entre elas: a carga excessiva de trabalho e responsabilidades que os professores enfrentam, muitas vezes indo além do tempo e dos recursos disponíveis; relações interpessoais difíceis; classes superlotadas, com um grande número de alunos; infraestrutura inadequada; pressão externa, envolvendo as altas expectativas dos pais, diretores, colegas, comunidade e até mesmo dos próprios alunos; imposições na busca por resultados acadêmicos, avaliações de desempenho e metas de ensino, que o sistema e as instituições de ensino estabelecem para os professores.

Assim, os professores apontaram alguns fatores organizacionais que contribuíram para o sofrimento psíquico, sobrecarga e aos transtornos mentais, levando à readaptação laboral. Dessa maneira, é notório a importância da história

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

para compreender o que aconteceu e como se chegou a determinado ponto. A história da educação brasileira deve ser analisada segundo um contexto social, político e econômico, para não ser entendida através de concepções reducionistas, mas daquelas que examinam o quadro na qual a educação e o professor estão inseridos, evidenciando os aspectos gerencialistas que favorecem para o adoecimento do professor.

Levando em consideração o aspecto da promoção de saúde mental, sugere-se o uso da clínica do trabalho, proposta por Christophe Dejours e método próprio da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), como possibilidade de engajamento e expansão da subjetividade dos trabalhadores na busca para promover um lugar de autonomia e de criação, de forma a potencializar a transformação e ressignificação das estratégias defensivas em mobilização criativa e de sublimação no campo do trabalho docente (MAGNUS e MERLO, 2015).

Recebido em 30 de maio de 2024.
Aprovado em 29 de novembro de 2024.

Referências

BRASIL. *Emenda Constitucional 47, de 5 de julho de 2005*. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5th ed.). Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, M. S. X. T. *Trabalho docente, readaptação funcional e identidade: Um estudo de caso*. Monografia (Especialização em Psicologia), UnB, 2014.

Bahia, Secretaria da Saúde do Estado. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. *Protocolo de atenção à saúde mental e trabalho/organizado*, Salvador: DIVAST, 2014.

BECHI, D. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3 (1): 203-223, 2017.

CORTEZ; P. A.; SOUZA, M. V. R.; AMARAL, L. O.; SILVA, L. C. A. A saúde docente no trabalho: Apontamentos a partir da literatura recente. *Caderno de Saúde Coletiva*, 25 (1): 113-22, 2017.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2): 9-28, 2013.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana a análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

FERREIRA, J. B. *Trabalho, sofrimento e patologias sociais: Estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UnB, 2007.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: O olhar da psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1 (6): 79-90, 2003.

LIMA, K. *Contra-reforma na educação superior: De FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, F. P. A. "Carga de trabalho". In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (orgs.). *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MACÊDO, K. B. "Sublimação". In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá Editora, 2013, 439-443.

MAGNUS, C. de N.; MERLO, Á. R. C. Clínica Psicodinâmica do Trabalho: A construção de um coletivo no real da pesquisa. *Polis Psique*, 5 (3): 179-97, 2015.

MARTINS, L. Os "sentidos do trabalho" docente universitário em tempos neoliberais. *Revista da UFG*, 7 (2): 21-4, 2005.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W. B.; LEITER, M. P. Job Burnout. *Annual Review of Psychology*, 52 (1): 397-422, 2001.

MENDES, A. M. *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, M. L. M. A precarização do trabalho docente e seus efeitos na saúde dos professores da rede Municipal de ensino do Recife. *Hum@nae: Questões controversas do mundo contemporâneo*, 9 (1): 1-18, 2015.

PENTEADO, R. Z.; SOUZA, S. de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde e Sociedade*, 28 (1): 135-153, 2019.

ROSSI, V. R. *Ser-ninguém: Um estudo de caso sobre a readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Católica de Brasília, 2018.

ROUBIK, C. F. *Transtorno do Pânico: Uma visão geral da doença e tratamentos disponíveis*. Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia, Farmácia Bioquímica, USP, 2021.

SANTOS, L. M. *O sentido da readaptação atribuído pelas professoras*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFMS, 2015.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

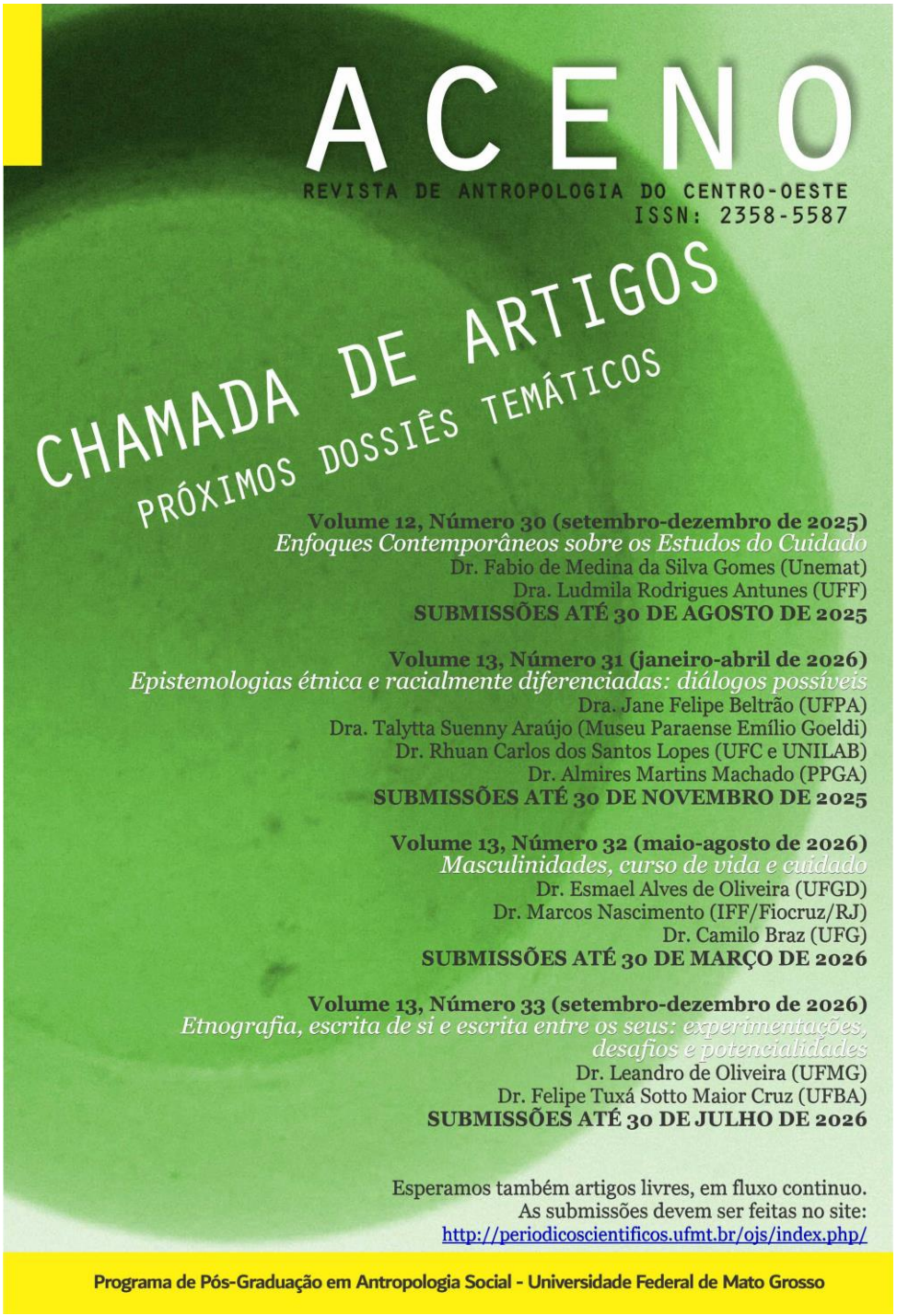
SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e sociedade*, 29 (105): 991-1019, 2008.

SOUZA, S. Z. "Avaliação de desempenho do professor". In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

TEIXEIRA, I. A. C. "Carga horária de trabalho". In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

WELLS, R. H. C., BAY-NIELSEN, H., BRAUN, R., ISRAEL, R. A., LAURENTI, R., MAGUIN, P., & TAYLOR, E. *CID-10: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde*. São Paulo: EDUSP, 2011.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17773

ACENO

A universidade como "máquina de moer gente":
pistas para compreender o mal-estar e promover saúde no ensino superior

Amanda de Mello Martins[1]
Arthur Silva Araújo[2]
Igor Corrêa Perreira[3]
Luciana Francisca de Oliveira[4]
Maura Jeisper Ferandes Vieira[5]
Cristianne Maria Famer Rocha[6]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Este ensaio busca compreender o mal-estar nas universidades contemporâneas e descrever algumas possibilidades de promover saúde nos ambientes acadêmicos. Trata-se de ensaio descritivo reflexivo, a partir de pesquisa documental. O estudo analisa como a racionalidade neoliberal adentra as universidades, reduzindo o valor do ensino superior, enfraquecendo laços de cooperação e produzindo sofrimento. Apresenta também estratégias desenvolvidas que visam fortalecer práticas coletivas para construir um ambiente acadêmico mais saudável e acolhedor.

Palavras-chave: universidades; educação superior; saúde mental; neoliberalismo.

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[2] Doutorando em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[3] Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, exerce a função de vice pró-reitor de Assuntos Estudantis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[4] Doutoranda em Psicologia e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[5] Doutoranda em Educação e mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[6] Doutora em Educação, professora associada IV da Escola de Enfermagem e de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

MARTINS, Amanda de Mello *et al.* **A universidade como " máquina de moer gente" : pistas para compreender o mal-estar e promover saúde no ensino superior .** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 305-320, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

The university as a machine for grinding people:
keys to understanding discomfort and promoting health in Higher Education

Abstract: This essay seeks to understand malaise in contemporary universities and to describe some possibilities for promoting health in academic environments. It is a descriptive reflective essay based on documentary research. The study analyzes how neoliberal rationality enters universities, reducing the value of higher education, weakening bonds of cooperation and producing suffering. It also presents strategies developed to strengthen collective practices in order to build a healthier and more welcoming academic environment.

Keywords: universities; higher education; mental health; neoliberalism.

La Universidad como máquina de moler a las personas:
claves para entender el malestar y promover la salud en la Educación Superior

Resumen: Este ensayo pretende comprender el malestar en las universidades contemporáneas y describir algunas posibilidades de promover la salud en los entornos académicos. Se trata de un ensayo reflexivo descriptivo basado en una investigación documental. El estudio analiza cómo la racionalidad neoliberal entra en las universidades, reduciendo el valor de la educación superior, debilitando los lazos de cooperación y produciendo sufrimiento. También presenta estrategias desarrolladas para fortalecer las prácticas colectivas con el fin de construir un entorno académico más saludable y acogedor.

Palabras clave: universidades; educación superior; salud mental; neoliberalismo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

Em 2014, tivemos a notícia de que uma aluna havia cometido suicídio num final de semana, longe das dependências da nossa universidade. Parecia, então, ser um fato isolado. Na época, ficamos todos muito consternados, mas sem saber exatamente o que fazer, como agir. Além disso, naquele tempo ainda, se tinha a ideia de que não se deveria falar sobre o assunto, a fim de evitar que outras pessoas fizessem uso das mesmas práticas para dar fim a suas vidas. Um pouco depois, um professor vem até a coordenação do curso, preocupado, porque uma aluna, depois de muitas faltas, consegue enviar um e-mail dizendo que não está bem, que vem tendo muita dificuldade de comparecer às aulas em razão de sintomas de depressão e apresenta laudo médico para saber como abonar as faltas, diante de sua situação. O professor queria saber como agir, qual era a orientação da universidade e se, com aquele documento, a aluna conseguiria abonar as faltas. Eram perguntas para as quais não se tinham respostas, mas que nos mobiliza(ra)m sobre as questões de saúde que estão para além de um atestado e nos fazem pensar sobre como acolher estudantes em sofrimento psíquico dentro das universidades.[7]

Iniciamos este texto com o relato acima porque ele nos incita a pensar que o ingresso na universidade pode ter diferentes significados na vida dos estudantes, sendo, para muitos, a realização de um sonho ou a possibilidade de melhores condições de vida. No entanto, pesquisas mostram, como a realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), com 424.128 estudantes universitários, um aumento de dificuldades emocionais que se expressam em sentimentos de desamparo, tristeza permanente, ansiedade e ideação suicida (FONAPRACE e ANDIFES, 2019).

A experiência acadêmica pode ser muito diferente das expectativas prévias a respeito do que é estar em uma universidade, com seus níveis altos de exigência e sua meta de excelentes resultados, levando os estudantes – e também os docentes – a situações bastante desafiadoras que resultam, em muitos casos, em sentimentos de fracasso e frustração.

Embora o sofrimento mental seja concebido como um problema próprio da vida humana, as manifestações do mal-estar na contemporaneidade vêm se delineando segundo o contexto em que vivemos, marcados pelas práticas neoliberais que se reproduzem nos ambientes acadêmicos e neles repercutem por meio do produtivismo acadêmico[8] que está baseado na entrega de diversos trabalhos, artigos, provas que visam manter um considerado "nível de excelência". A universidade está marcada por esta lógica da produtividade, inclusive o adoecimento pode ser visto como um problema, não pelo fato de o sujeito não estar bem, mas porque isso o torna menos produtivo e "atrapalha" seu desempenho acadêmico, o que reverbera consequentemente nas metas de "excelência" da universidade.

Desse modo, inventa-se uma nova forma de controle dos sujeitos mediada pelo fator de desempenho, em consonância com o pensamento do filósofo sul-coreano Byung Chul Han (2017: 23, grifos do original), que indica:

[7] Relato de uma servidora que trabalha no acompanhamento pedagógico de estudantes universitários.
[8] Sobre o produtivismo acadêmico, sugerimos a leitura do dossiê do *Cadernos de Pesquisa*, 45 (158), publicado em 2015, disponível na íntegra em: https://www.scielo.br/j/cp/i/2015.v45n158/.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

> a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais 'sujeitos da obediência', mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos.

Nesse sentido, emerge uma sociedade do cansaço onde "as doenças neuronais como depressão, déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de Personalidade Limítrofe (TPL) ou Síndrome de Burnout determinam a paisagem patológica do começo do século XXI" (HAN, 2017: 7-8).

Tal como indica o relato apresentado na epígrafe desse texto, nos parece que novas e preocupantes situações vêm se sobressaindo no contexto universitário o que nos instiga a compreender um pouco mais e, quiçá, poder coletivamente pensar em formas de mitigar o mal-estar que parece estar instalado nas universidades.

Nesse texto, pretendemos compreender algumas das raízes do mal-estar nas universidades contemporâneas, especialmente sob a influência do neoliberalismo, e descrever algumas das estratégias utilizadas para a promoção da saúde, em particular a saúde mental dos envolvidos nesse contexto. Para tal, foi preciso ajustar as lentes para lançar um olhar crítico-reflexivo a partir de algumas experiências realizadas e as reverberações do contemporâneo, como o neoliberalismo, e o impacto dessas articulações na saúde mental dos sujeitos que, de algum modo, estão inseridos no contexto universitário. Para tanto, realizamos um ensaio descritivo reflexivo, no qual foram utilizados artigos científicos, relatórios institucionais e análises teóricas relacionadas ao tema do mal-estar nas universidades contemporâneas. Para os artigos científicos, foram utilizadas as bases de dados eletrônicas *Scopus* e *Google Acadêmico*, com a busca relacionada aos seguintes conceitos: "saúde mental universitária", "neoliberalismo na educação" e "condições de trabalho docente".

Seria o começo do fim das universidades?

Atualmente, o *status* da universidade como espaço de ascensão social vem decaindo, assim como uma percepção de menor valor da educação formal, principalmente pelos jovens, que avaliam que ter diploma já não garante posições destacadas, muito menos empregabilidade (FAGUNDEZ, 2016). Conforme matéria veiculada na *Forbes Brasil*, "em muitos setores, grandes empregadores, da Accenture[9] à IBM e a governos, têm relaxado ou até removido totalmente os requisitos de diplomas para novos contratados" (MARR, 2023).

A falta de necessidade de diplomas universitários também pode ser constatada a partir de outro movimento: a "uberização" do trabalho, uma forma de aprofundamento da precarização do trabalho a partir do uso das plataformas digitais, como é o caso da Uber (VIEIRA, 2023). Se atualmente o engenheiro vira Uber, por que – e para quê – precisa de uma faculdade de Engenharia por, no mínimo, cinco anos? Essa problemática tem sido cada vez mais cotidiana, pois, segundo o *Portal G1,* "40% dos jovens no Brasil não têm trabalho qualificado" (LIMA e GERBELLI, 2020). Essa situação piorou ainda mais durante a pandemia, em que a taxa de desemprego entre os jovens, de 14 a 24 anos, atingiu a porcentagem de 27,8% de desempregados; a informalidade alcançou 55%; a expectativa por estabilidade de emprego e de salário caiu; e milhões de jovens foram submetidos a

[9] Segundo a *Wikipedia*, a *Accenture* é uma empresa multinacional – a maior do mundo – de consultoria de gestão, tecnologia de informação e estratégia digital (ACCENTURE, 2023).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

atividades com maior taxa de exploração, como é o caso dos trabalhos plataformizados, como as entregas de *delivery* que teve aumento de demanda exacerbado durante a pandemia (LIMA e GERBELLI, 2020).

Situações como essas legitimam um certo desinteresse no ensino superior, evidenciado pela diminuição do número de inscritos para os vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)[10] e o aprofundamento disso em cursos noturnos e a distância que, na maioria das vezes, são ocupados por alunos trabalhadores e/ou mais vulneráveis economicamente. Dos cerca de 22 mil candidatos inscritos no concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2023, quase 40% buscam Medicina ou Direito (UFRGS, 2023)[11].

O acirramento da disputa nesses cursos está diretamente relacionado ao fato de que essas profissões têm prestígio econômico e social e o diploma é ainda requisito para o exercício profissional. Todavia, é possível notar uma brutal desigualdade, enquanto dois cursos têm um percentual elevadíssimo de candidatos, há três ou quatro Engenharias – que também exigem o diploma para o exercício profissional – com densidade de menos de um candidato por vaga.

Observa-se também, na UFRGS, no concurso vestibular de 2023, a baixíssima procura por licenciaturas que, talvez, esteja associada à – sempre maior – precarização do trabalho docente (VIEIRA, 2023). Uma pesquisa realizada pela entidade que representa mantenedoras do ensino superior do Brasil (INSTITUTO SEMESP, 2022) demonstrou um possível "apagão docente", onde o déficit de professores no Brasil poderá chegar a 235 mil até 2040. Além dos baixos salários, um outro aspecto nos pareceu relevante na pesquisa, a fragilidade da saúde mental dos professores – que já estava no limite – parece ter sido agravada após a pandemia de Covid-19. A classe trabalhadora docente é a que mais sofre de Burnout – esgotamento físico e mental – e esse tem sido o maior motivo de afastamento do trabalho (INSTITUTO SEMESP, 2022).

A Covid-19 também impactou nas condições e perspectivas de trabalho que repercutiram diretamente nas condições de estudo. Dados do relatório *Juventude e pandemia da Covid-19*, produzido pelo Atlas da Juventude, revelam que 65% dos jovens disseram ter aprendido menos com o ensino remoto (SANTOS e RATIER, 2023). Apesar de seus esforços para continuar os estudos e a capacitação, metade destes jovens acreditava que a conclusão dos estudos atrasaria e 9% afirmaram que poderiam abandonar os estudos definitivamente (SANTOS e RATIER, 2023). Entre as principais razões para essa defasagem, estava a falta de acesso às tecnologias necessárias para o ensino remoto. Tal situação se refletiu na saúde mental da população jovem, pois metade dessa população está mais propensa a sofrer de ansiedade ou depressão, enquanto outros 17% provavelmente passaram a sofrer destes problemas (SANTOS e RATIER, 2023).

A percepção do acesso a empregos e salários no início da carreira podem influenciar a decisão pelo curso. Na Medicina, por exemplo, há oportunidades de emprego imediatas e com salários elevados para a média salarial brasileira[12].

Em contrapartida, nos cursos de Estatística e Ciências Atuariais, por exemplo, que teve (e, geralmente, tem) uma densidade de candidatos por vaga muito

[10] Embora, em 2023, o número de inscritos para o Enem tenha aumentado em relação a 2022 (3.933.970 e 3.409.682, respectivamente), o número de inscritos diminuiu muito em relação ao período de 2014 a 2016, em que atingia mais de oito milhões de estudantes (SANTOS, 2023).

[11] É possível perceber que o fenômeno se repete no concurso vestibular de 2024 da UFRGS, aumentando esse percentual para mais 40% de candidatos inscritos para os cursos de Medicina e Direito.

[12] Segundo Carvalho (2023), o rendimento médio do brasileiro, em setembro de 2023, foi de R$ 3.059,00. Segundo o relatório sobre a demografia médica no Brasil, publicada pela Associação Médica Brasileira (AMB), a renda média mensal dos médicos, em 2020, foi de R$ 30.100,00 (SCHEFFER *et al.*, 2023).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

baixa, no concurso vestibular (UFRGS, 2023), os estudantes saem efetivados em seus empregos. E, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), publicados por Diego Mendes (2023) na CNN, essas são as profissões com o segundo melhor salário médio do país, perdendo apenas para a Medicina (MENDES, 2023). Mas isso não melhora a procura; dados do Censo da Educação de 2021, analisados pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (INSTITUTO SEMESP, 2023) mostram uma queda no número de matrículas na rede pública e em cursos presenciais. Segundo o referido Instituto (2023: 6),

> depois de um crescimento irrisório de apenas 0,9% das matrículas de 2019 para 2020, 2021 voltou a apresentar um aumento significante, ainda que pequeno, de 3,5%. Mais uma vez, a rede pública teve déficit de mais de 6,0% nas matrículas, enquanto a rede privada teve crescimento de 2,7% no total de alunos. A rede privada segue concentrando as matrículas do ensino superior, 76,9% do número de estudantes.

Em compensação, cursos à distância tiveram um aumento e seguem crescendo mesmo após a pandemia (INSTITUTO SEMESP, 2023). Um dos fatores que pode explicar esse fenômeno é a mensalidade baixa, e muitas vezes a oferta de horários flexíveis de estudos que podem ser realizados a qualquer hora do dia. Isso também acaba desestimulando o ingresso em cursos presenciais, pois se torna mais acessível, tanto em relação ao tempo para deslocamentos quanto em relação aos recursos financeiros empregados. Em Porto Alegre, tivemos ainda o término do benefício da passagem escolar para todos os estudantes, com a sanção da Lei 12.944, de 30 de dezembro de 2021, que restringe a meia passagem ou a sua gratuidade apenas aos residentes da citada capital com renda familiar *per capita* não superior a R$ 1.650,00 (PORTO ALEGRE, 2021).

Outro aspecto a considerar é aquele relacionado ao crescimento econômico do país como um todo, pois, conforme reportagem veiculada no *Jornal da USP*, "quando um engenheiro trabalha como Uber, é preciso melhorar a economia e não fechar universidades" (RIBEIRO, 2021: 1). Segundo o autor,

> em 2002, o Brasil tinha cerca de 3 milhões de alunos no ensino superior e, em 2016, esse número era de cerca de 8,5 milhões. Um aumento aproximado de 10% para mais de 20% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, nesse período (RIBEIRO, 2021:1).

Afinal, a universidade faz parte de um grande ecossistema, que engloba fatores econômicos, sociais, políticos e culturais e muitos são os argumentos a respeito da percepção da empregabilidade, ao final da graduação, que giram em torno da flutuação do mercado e da geração de empregos por parte dos setores públicos e privados. Neste complexo ecossistema, qualquer tendência totalizante pode levar ao desmoronamento do sistema educacional em nosso país. Logo, voltando à pergunta que se apresenta como título desta seção, seria o começo do fim das universidades? Nos parece que não será o fim das universidades, mas é um bom momento para pensarmos sobre qual universidade queremos e quais são os sujeitos forjados por ela.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

Capital humano fictício ou o ouro de tolo neoliberal[13]

A era que fabrica homens endividados, como indica Maurizio Lazzarato (2017), é a era da hegemonia do capital financeiro e fictício e que produz efeitos nas pessoas. Ao mesmo tempo que este momento econômico – de endividamento e financeirização – desloca as sociedades e nações para uma perspectiva pós-industrial, onde a formação universitária seria o passaporte para a realização do tão esperado sucesso, sem o qual não se pode sequer esperar estima social, ele produz consequências e efeitos – em sua maioria, mazelas – que resultam em frustração, adoecimento e sofrimento.

O Brasil e outros países da América Latina perseguiram o que recomendavam as diretrizes de ampliação da formação universitária de suas populações. A Argentina inclusive foi mais eficiente que o Brasil nesse quesito e está entre os quatro países da América do Sul que tem 80% da população entre 18 e 24 anos de idade frequentando instituições de ensino superior (BENEITONE, 2021). Isso trouxe sucesso e percepção de bem-estar para sua população? Os recentes acontecimentos políticos e os dados econômicos indicam o oposto: uma profunda crise econômica que joga na pobreza mais de 40% dos argentinos (O GLOBO, 2024) e leva um candidato com discurso ultraliberal a ser eleito presidente, repetindo padrões de polarização política que podem ser encontrados no Brasil e em outras democracias do Ocidente.

À sua maneira, o Brasil também avançou rumo ao horizonte perseguido de uma população com maior formação universitária. Ao lado de Guatemala, o país lidera a lista das nações da região que mais expandiram o ensino superior: foram 220% de crescimento das matrículas em Instituições de Ensino Superior, entre 2000 e 2019 (BENEITONE, 2021). O momento atual – de certa retração, como indicado antes – seria uma ressaca dessa onda de expansão? Por outro lado, como explicar que tal aumento não resultou em ampliação de empregos de qualidade? Uma resposta possível poderá vir de uma análise a respeito do modelo econômico adotado, pois a racionalidade neoliberal mobiliza corpos, populações e nações para uma corrida meritocrática (SANDEL, 2020), mas, ao final da jornada, descobre-se que a educação por si só não traz desenvolvimento econômico (Gala, 2019).

O economista Paulo Gala (EDUCAÇÃO ..., 2019) avalia que a expansão do ensino superior infelizmente não foi acompanhada por melhorias no setor produtivo. Ele argumenta que somente a expansão do ensino superior não é suficiente para resultar em desenvolvimento econômico. Para que esse desenvolvimento ocorra, o conhecimento acumulado por uma sociedade precisa se traduzir na capacidade de produzir bens e serviços complexos, que é justamente a capacidade de inovação, muito prestigiada e pouco conhecida. Pois, de que adianta formar engenheiros, se eles não podem produzir casas ou carros ou outros bens? Se não temos indústrias que consigam absorver essa mão de obra qualificada, ela será formada ou para atender outros países, quando estes diplomados conseguem oportunidades no exterior, ou será subaproveitada em atividades que não precisam dessa formação.

A desindustrialização do país tem sido criticada por centrais sindicais (CUT, 2021), pois o país, entre 2015 e 2020, perdeu quase metade da sua participação

[13] A expressão "ouro de tolo" foi popularizada a partir da corrida do ouro que ocorreu no sul da Califórnia na década de 40 do século 19, segundo informa Edson França (2022). O ouro de tolo é um metal que parece precioso, mas não é. O ouro de tolo neste caso é o diploma do ensino superior.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

na industrialização mundial (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2021). O atual Ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, reconheceu esse fato recentemente (BRASIL ..., 2023). E a Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, em visita para fechar acordo de cooperação com o Vietnã, destacou a reativação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), como parte de um esforço de superação do atraso produtivo do país (BRITO, 2023). Estes são sinais de que o atual governo federal reconhece o problema, indicando que é o emprego industrial que pode absorver a mão de obra formada em nossas universidades. Mesmo no auge do processo de retomada do emprego, entre 2003 e 2010, a geração de empregos se deu no setor de serviços de baixa complexidade, com baixa remuneração, segundo analisa o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Aldo Rebelo. Neste mesmo período, perdemos quatro milhões de empregos industriais (ALDO ..., 2023). Como podemos imaginar que vamos absorver adequadamente mão de obra qualificada com essa desestruturação?

A atual crise das universidades – baixo investimento, evasão, menor número de matrículas, entre outras mazelas – talvez seja consequência das promessas não realizadas do neoliberalismo. As nações, populações e indivíduos foram convocados a um investimento na formação, na perspectiva de valorização do capital humano, com a promessa de sucesso. Mas, o retorno desse esforço sugere que o capital humano valorizado pelo estudo é fictício e volátil, pois as economias neoliberais não produzem os empregos capazes de absorver essa mão de obra qualificada. Dessa forma, a corrida em busca das conquistas profissionais, decorrentes de um diploma universitário parece se assemelhar à "corrida pelo ouro" que, para muitos, se revela falsa, pois frustra, deprime e adoece aqueles que descobrem a farsa das lendárias facilidades, ao fim de uma árdua jornada.

Sobre a "máquina de moer gente"

O ambiente de pressão constante, onde tudo que é feito é medido, quantificado e registrado e será usado futuramente para fins avaliativos, conduzem à ansiedade, às doenças e às tensões. Não é por acaso que muitos estudantes com os quais convivi, durante meu percurso na universidade, dizem que ela se transformou numa "máquina de moer gente" (MAIA, 2022: 127).

O pesquisador Heribaldo Maia (2022) traz alguns apontamentos sobre o mal-estar nas universidades, tais como as constantes queixas de cansaço, desistências e o famigerado conceito de que a universidade é como uma "máquina de moer gente". Tal conceito evidencia que o cansaço precisa ser entendido dentro de um contexto, o que torna ainda mais importante essa discussão. Além disso, predominam nas universidades um paradigma biológico e individualizante do sofrimento psíquico, que entende a experiência como algo vivenciado estritamente na esfera privada, e pouco se fala sobre as questões sociais – o outro, o mundo – que interferem no sofrimento individual.

Entretanto, o sofrimento demanda uma relação dialógica, ou seja, o indivíduo necessita contar a alguém que possa reconhecer a existência do sofrimento e o seu contexto. Contudo, a experiência nos mostra que o sofrimento muitas vezes é negado ou silenciado ou, pior, desconsiderado. Assim, a narrativa do sofrimento depende de um reconhecimento, possível ou não de acontecer, a depender de como e quem o enuncia e de qual grupo social ele pertence.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

O silenciamento e a falta de implicação das pessoas que constituem a universidade, diante do sofrimento psíquico de estudantes, docentes e técnicos, é prática recorrente, bem como o entendimento de que os problemas de saúde mental são de ordem individual e resolvem-se com psicoterapia e fármacos (MAIA, 2022). O problema é essa visão que medicaliza a vida, "individualiza e despolitiza o que é comum e coletivo. Tenta resolver através do diagnóstico e da medicação o que exigiria uma transformação social das estruturas sociais" (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2024). Estruturas essas que em determinados períodos históricos produzem certos tipos de sofrimento e modos de produção coletiva da vida (ou de reações aos sofrimentos produzidos).

O desmonte do Estado de bem-estar social e a crise no mundo do trabalho, tendo a flexibilização como modelo no qual se individualiza o percurso de cada trabalhador, desonerando o Estado acerca do problema do desemprego, estimula a competição e a cultura do "todos contra todos" e assim, sucesso e fracasso, neste caso, dependem exclusivamente do indivíduo.

No neoliberalismo, impera a cultura do "seja você mesmo", calcada no conceito de liberdade, que passa a ser mediada pelo mercado, ou seja, "seja o que você quiser, desde que compre". Em outras palavras, não há uma interdição do desejo, pelo contrário, há um estímulo para que o sujeito seja o que ele quiser, o que necessariamente produz indivíduos constantemente frustrados com a autoimagem e, por consequência, um consumo obstinado.

Com as reformas do Estado, realizadas sob a égide da racionalidade neoliberal, as lógicas de governança empresarial passaram a dominar também o campo da Educação. A "entrada da lógica produtivista no ensino superior é apenas mais uma expressão da ubiquidade do modelo neoliberal, engendrando modos de subjetivação e capturas em espaços que deveriam resguardar suas possibilidades de resistência" (MAURENTE, 2019: 2).

Há uma disputa de todos contra todos e uma produção incessante de pesquisas, artigos, relatórios, documentos, que dão uma sensação de que se está sempre ficando para trás. O que foi produzido há quatro anos – graças aos ciclos contínuos de avaliação – já não significam mais nada e é preciso manter sempre a produção em alta. E isto vale tanto para o docente quanto para os estudantes, ainda que, para os docentes, seja parte do próprio trabalho, enquanto que para os estudantes "ninguém o está obrigando". Mas, se ele faz parte de um Programa de Pós-Graduação (PPG), por exemplo, sua produção (assim como a produção docente) será considerada para a obtenção de notas maiores na avaliação quadrienal e, quem produz mais terá mais recursos para seguir na máquina de produção.

Para Maurente (2019: 2), nesta lógica

> avaliam-se pessoas e programas de pós-graduação do mesmo modo que se avaliam produtos e serviços, transformando multifacetados contextos de trabalho em pontuações objetivas a serem utilizadas para hierarquizar experiências.

Logo, o reconhecimento do sujeito passa a depender exclusivamente de sua produtividade e, com isso, vem a privatização do sofrimento e do estresse, que oculta do sujeito os conflitos subjacentes. Caso ele não consiga manter os níveis de produção desejados, há uma culpabilização da sua fraqueza, desconsiderando que é próprio da humanidade o tempo de descanso e de ócio para criar. Diferente da máquina, os humanos se nutrem da vida contemplativa para seguirem produzindo. Os resultados dessas práticas produtivistas – que esquecem o valor do

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

nada fazer, do descanso e da não produção – são sobrecarga de trabalho, sofrimento psíquico e competição exacerbada entre pesquisadores e comunidade acadêmica em geral (MAURENTE, 2019: 2).

No microcosmos neoliberal da universidade, a lógica perversa da produção contínua solicita: produza, seja feliz, invista em si mesmo. No entanto, a gratificação (quase) nunca vem, porque é preciso produzir sempre mais. Afinal, quando chegamos à felicidade de finalizar um produto, ele já não basta e logo perece. Pior: o indivíduo neoliberal precisa da comparação com os demais para entender qual o nível da sua necessária produtividade. E se, no comparativo, sua produção estiver abaixo daquela dos seus pares, deverá produzir mais, em um *looping* contínuo.

Possíveis estratégias de promoção de saúde nas universidades

Diante deste cenário, temos um desafio à escuta do mal-estar e do sofrimento: operar com a saúde mental neste contexto nos convoca a um saber-fazer político. A escuta requer empatia e ouvidos atentos – características um tanto reduzidas nas relações sociais da sociedade neoliberal – mas também nos convoca a pensar sobre a nossa responsabilidade frente à dimensão sociopolítica do mal-estar e do sofrimento.

Dois fenômenos sociais estreitamente ligados ao sofrimento psíquico, recorrentes na universidade, são o assédio moral e o suicídio. Ambos abordam temáticas sensíveis, permeadas por preconceitos e que foram investigadas na *V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES*[14]*: 2018* (V PESQUISA ..., 2019).

O assédio moral é um dos fatores que impacta diretamente a saúde mental, posto que se trata de relações de poder que se estabelecem na universidade. Na mencionada pesquisa (V PESQUISA ..., 2019), o tema foi incorporado pela primeira vez, revelando que 16,8% dos discentes se dizem vítimas de assédio moral. A agressão é direcionada predominantemente às mulheres, uma vez que "62,8% das vítimas são do sexo feminino e 36,6% do sexo masculino" (V PESQUISA ..., 2019: 175).

Uma das iniciativas para enfrentamento deste problema, conduzida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é o Núcleo AMPARE, criado por um coletivo de servidores e estudantes que resolveram pensar em uma política contra o assédio dentro da Universidade[15]. Apontam como caminho a desnaturalização do assédio e a construção de relações mais horizontais e saudáveis, uma vez que as hierarquias acadêmicas podem produzir múltiplas formas de violências.

Outro fenômeno que também acomete membros da comunidade acadêmica é o suicídio. Segundo a pesquisa mencionada acima (V PESQUISA ..., 2019: 230),

> O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%. Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental.

[14] Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).
[15] Para conferir maiores informações a respeito do AMPARE, é possível acessar o site: https://www.ufrgs.br/ampare/.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

Essa escalada de casos de suicídio – mas também de automutilação (MARTINS, 2023) – entre a população adolescente/jovem, nos mostra o quanto se faz necessário nos debruçarmos sobre o modo como as subjetividades vem se constituindo e quais ações que emergem para aplacar as diversas formas de adoecimento psíquico.

Assim, tornam-se fundamentais as redes de apoio, inclusive dentro das universidades, que acolham o sofrimento e fomentem espaços de fala/escuta, de afetações e apoio mútuos. Assim, é preciso questionar quais práticas a instituição dispõe para a escuta atenta, empática e acolhedora de sua comunidade acadêmica? Que mudanças no ambiente/estrutura/relações acadêmicas podem ocorrer para que os sentimentos de pertencimento e acolhimento prevaleçam nesta instituição muitas vezes hostil, competitiva e excludente?

A escuta e o acolhimento são ferramentas essenciais, tanto na prevenção como no manejo das situações que envolvem ideação, tentativa e suicídio, e que não devem se restringir unicamente a campanhas de prevenção em um determinado mês do ano, tal como no "Setembro Amarelo", nem tampouco a um determinado campo de saber – psicológico e psiquiátrico. O mal-estar nas universidades deve ser pensado de forma ampla, discutido a partir de diferentes áreas do conhecimento, tais como a Filosofia, por exemplo, que pode colaborar com valiosas discussões sobre o sentido da vida e da experiência da reconexão e da vida em grupo.

A escuta e o acolhimento aproximam as pessoas, estabelecem conexões e vínculos, baseados na confiança e no respeito. A criação de vínculos sociais e de grupo pode ser uma estratégia importante para superar o sentimento de solidão e, com ele, afastar uma causa importante da ideação suicida (ASSIS *et al.*, 2021). A universidade deve ser um ambiente que incentive a formação de vínculos sociais significativos e saudáveis entre sua comunidade. E as ações de ensino, pesquisa e extensão devem incentivar mais a cooperação em grupo do que a competição de uns contra os outros.

Alguns servidores, docentes e estudantes na UFRGS manifestam preocupações com a saúde mental na Universidade. Entretanto, se evidencia uma demanda de encaminhamento de estudantes em sofrimento para tratamento ou para a escuta especializada, ou seja, para profissionais da área psi.

Uma iniciativa desenvolvida na UFRGS pela Divisão de Promoção de Saúde Discente (DPSD) foi realizar Formações em Saúde Mental[16] dirigida à comunidade acadêmica – docentes e técnicos. Uma questão bastante recorrente neste público é "para onde/quem eu mando/encaminho o estudante em sofrimento psíquico?".

Esta formação, intitulada "Estratégias de cuidado à saúde mental discente em contexto universitário: uma formação ligada ao Programa Saber Viver" busca justamente fomentar o diálogo sobre saúde mental na Universidade com toda a comunidade acadêmica, tendo como conteúdo programático temas como saúde mental e especificidades dos estudantes universitários, noções de primeiros cuidados psicológicos, onde buscar ajuda em situações de risco e, principalmente, formas de acolhimento e ferramentas de diálogo que incorporem as emoções ao processo formativo. Os encontros buscam, primordialmente, refletir sobre os aspectos produtores de saúde e de adoecimento na universidade e na sociedade,

[16] A formação intitulada "Estratégias de cuidado à saúde mental discente em contexto universitário: uma formação ligada ao Programa Saber Viver" foi ofertada como capacitação para servidores e docentes na UFRGS, em 2023, em quatro edições.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

bem como desenvolver na comunidade acadêmica a incorporação, em suas práticas de ensino e trabalho, uma postura de escuta e acolhimento mútuo.

É preciso um cuidado para não culpabilizar o servidor/docente/instituição unicamente pelo sofrimento estudantil, tampouco fazê-lo realizar um atendimento especializado. Porém, fomentar a discussão sobre saúde mental na universidade requer pensarmos sobre nossas práticas cotidianas e o quanto elas podem promover saúde ou sofrimento, sendo que estão entrelaçadas na lógica institucional e social e podem reproduzir as lógicas neoliberais a que estamos imersos. Quando encaminhamos um estudante para tratamento, o que muitas vezes se faz necessário, é preciso considerar que ele seguirá como estudante da instituição, por isto, é importante compreender sua problemática e acompanhá-lo em sua trajetória acadêmica.

A revisão sistemática, realizada por Sahão e Kienen (2021), mostra que mudanças na estrutura da universidade são formas de facilitar a adaptação do estudante ao ambiente acadêmico. E uma dessas mudanças se refere ao incentivo para a realização de atividades extracurriculares. Afinal,

> explorar as oportunidades do ambiente acadêmico envolve a busca de informações sobre a realidade do trabalho e sobre a área de conhecimento, possibilitando uma maior clareza acerca das alternativas educacionais e profissionais existentes para o estudante. (SAHÃO e KIENEN, 2021: 8)

Outras possibilidades são atividades de lazer e práticas de promoção de saúde que, na lógica neoliberal, são vistas como perda de tempo, já que não produzem aquilo que se espera em uma sociedade produtivista.

A ideia de um professor-tutor ou um técnico em assuntos educacionais que possa acompanhar a turma de ingressantes, desde o início, pode fomentar a ideia de cuidado no grupo. Além disso, qualquer ação a ser desenvolvida requer o envolvimento dos estudantes – Diretórios e Centros Acadêmicos –, como é o caso da ação *PRAEscutar*, uma parceria entre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e o Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia da UFRGS, que consiste em um espaço de escuta para que os estudantes possam compartilhar suas experiências, sentimentos e desafios durante a sua trajetória acadêmica. Outro exemplo de práticas que promovem saúde é o oferecimento de oficinas em que os próprios estudantes, a partir de suas habilidades e conhecimentos, desenvolvem atividades de lazer, cultura, arte, música, dança, etc.

Contudo, muitos desafios emergem no percurso destas práticas, tais como a baixa adesão às atividades não exclusivas de ensino e a preferência generalizada pelas aulas e trabalhos de forma remota e individual. Para provocar mudanças, a universidade precisa ser espaço de acolhimento dos conflitos e construir resistência à lógica neoliberal, através da oferta de espaços coletivos de convivência, acolhimento e promoção de saúde. Com isso, o fortalecimento dos coletivos pode encorajar as lutas coletivas, menos competitivas e individualizantes.

Como vimos, tanto o descrédito no Ensino Superior como o mal-estar nas universidades são questões que ultrapassam o escopo institucional, sendo produzidas no tecido social. Entretanto, a caminhada para tornar o ambiente acadêmico mais acolhedor, amistoso e produtor de saúde, ainda que dependa de questões estruturais, pode ser produzida pelos atores que atuam na instituição, quando se faz a crítica sobre o modo de produção contemporâneo e quando se busca construir relações e laços que promovam a sensação de pertencimento.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

A universidade é lugar de construção de laços sociais, atravessados pelos discursos que nela circulam e que produz efeitos nas subjetividades dos que a compõem. A oferta de um espaço coletivo de fala/escuta proporciona um momento de circulação da palavra.

Por fim, é preciso a escuta para repolitizar o sofrimento, ou seja, acolher a dor de viver no mundo atual. Política também é afeto e as pessoas precisam ser (re)afetadas e (re)mobilizadas, pois quando nos aproximamos das pessoas e escutamos o sofrimento, percebemos o quanto as condições materiais – e a falta delas – nos afetam e, por vezes, fragilizam a participação nos movimentos coletivos, sejam eles de lutas ou até mesmo de lazer. Nesse sentido, precisamos avançar questionando o papel da universidade, nossa ação dentro do espaço acadêmico e a lógica da "competitividade [que] – tal qual a precariedade [...] constitui estratégia eficaz de desconstrução de laços sociais e solidariedade" (CORBANEZI; RASIA, 2020: 297). Dessa forma, práticas de promoção da saúde, de escuta, em espaços solidários e coletivos poderão representar frestas para pequenas e grandes mudanças, onde seja possível a constituição de laços de solidariedade no esgarçado tecido social.

Considerações Finais

Ao longo deste ensaio crítico-reflexivo, buscamos compreender algumas das raízes do mal-estar nas universidades contemporâneas, especialmente sob a influência do neoliberalismo, e descrever algumas das estratégias utilizadas para a promoção da saúde, em particular a saúde mental dos envolvidos nesse contexto. Observamos que, diante do avanço do neoliberalismo, as universidades têm sido cada vez mais pressionadas a se moldarem conforme uma lógica de mercado, transformando o conhecimento em mercadoria. Essa lógica mercantilista tem se revelado danosa, resultando em um ambiente acadêmico permeado por altos níveis de competitividade, precarização do trabalho docente e excessiva pressão por produtividade, que, por sua vez, têm impactos significativos na saúde mental dos membros da comunidade universitária. Tais reflexões nos permite indicar, metaforicamente, que, em alguns casos, a universidade mais se parece com uma "máquina de moer gente", em que as condições opressivas e desumanizantes, presentes nas instituições de ensino superior, muitas vezes contribuem para o sofrimento psíquico de estudantes e docentes.

Sabemos que o sofrimento da existência não vai deixar de existir, porém precisamos compreendê-lo criticamente e de forma contextualizada, encontrando formas de amenizá-lo. Mesmo que cada um de nós experimente algum grau de ansiedade, cansaço e solidão, precisamos entender que estes têm sido fabricados pelo tipo de organização atual da sociedade, onde "a lamúria do indivíduo depressivo de que nada é possível só se torna possível numa sociedade que crê que nada é impossível" (HAN, 2017: 29).

Nesta perspectiva, os dispositivos grupais vão na contramão desta lógica, pois configuram-se como uma forma potente para a possibilidade de fazer laços e, diante do mal-estar, opor-se ao individualismo e criar novos modos de estar com os outros, de se reconhecer e se escutar mutuamente.

Apesar dos desafios enfrentados, vislumbramos possibilidades de reconstruir laços e promover uma universidade mais saudável e humanizada. É essencial repensar o modelo educacional vigente, valorizando não apenas a quantidade, mas também a qualidade do conhecimento produzido e a vivência acadêmica dos sujeitos. Nesse sentido, mencionamos algumas ações que visam a promoção do

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

bem-estar e da saúde mental, como a implementação de políticas institucionais de valorização do diálogo e da empatia nas relações acadêmicas, e a promoção de espaços coletivos de reflexão e acolhimento.

Em última análise, para enfrentar o mal-estar nas universidades e construir um ambiente acadêmico mais saudável e inclusivo, é fundamental uma abordagem crítica e transformadora, que reconheça as inter-relações entre as dimensões sociais, econômicas e emocionais do ensino superior e busque promover uma educação humanizadora. É preciso também que sejamos capazes de reprojetar nosso futuro em direção a uma sociedade mais solidária, que valorize a sustentabilidade, a equidade, a qualidade de vida e o decrescimento como possíveis e nos permita refletir sobre nossas próprias relações com a vida, com o trabalho, com o consumo, com a produtividade e com nossas definições de êxito, sucesso e felicidade.

Recebido em 15 de abril de 2024.
Aprovado em 30 de novembro de 2024.

Referências

ACCENTURE. (Verbete). In: *Wikipedia: a enciplopedia livre*. 29 ago. 2023.

ALDO Rebelo vai direto ao ponto sobre a reindustrialização brasileira. 7 mar. 2023. 1 vídeo (10 min 15 s). Publicado pelo canal TV Pão com Ovo.

ASSIS, Aisllan Diego et al. ABRACE: grupo de acolhimento e cuidado dos estudantes da UFOP. *Além dos Muros da Universidade*, 6 (1): 44-54, 2021.

BENEITONE, Pablo. *Educação superior*. Buenos Aires, 2021.

BRASIL sofreu desindustrialização nas últimas décadas, diz Alckmin. *Poder 360*, 18 jul. 2023.

BRITO, Carol. No Vietnã, ministra Luciana Santos discute parceria em semicondutores. *Folha de Pernambuco*, 27 nov. 2023.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD contínua do terceiro trimestre de 2023. *Carta de Conjuntura*, 15 dez. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Centrais querem dar um basta às milhares de demissões e à desindustrialização*. 13 jan. 2021.

CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. Apresentação do dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 25 (2): 287-301, 2020.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

EDUCAÇÃO sem indústria gera fuga de cérebros. 19 jan. 2019. YouTube. vídeo (10 min 44 s). Publicado pelo canal Paulo Gala/Economia & Finanças.

FAGUNDEZ, Ingrid. Diploma inútil? Por que tantos brasileiros não conseguem trabalho em suas áreas. *BBC News*, 4 nov. 2016.

FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. Savater: politizar o mal-estar. *Outras Palavras*, 15 mar. 2024.

FRANÇA, Edson de. "Ouro de tolo" e a ilusão de ascensão social. *PB News*, 20 jan. 2022.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. A pandemia e o declínio do Brasil na indústria mundial. *Carta IEDI*, edição 1097, 6 ago. 2021.

INSTITUTO SEMESP. *Mapa do ensino superior no Brasil 2023*. 13. ed. São Paulo: Instituto SEMESP, 2023.

INSTITUTO SEMESP. *Risco de apagão de professores no Brasil*. São Paulo: Instituto SEMESP, 2022.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado*. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. No Brasil, 40% dos jovens com ensino superior não têm emprego qualificado. *Portal G1*, 11 ago. 2020.

MAIA, Heribaldo. *O mal-estar nas universidades*. Recife: Ruptura Editorial, 2022.

MARR, Bernard. Futuro do trabalho: os diplomas tradicionais ainda valem a pena? *Forbes Brasil*, 14 fev. 2023.

MARTINS, Ânderson Barcelos. *Pensar a autolesão não suicida na perspectiva dos Estudos Culturais em Educação: lições sobre o corpo no tempo*. Dissertação de Mestrado, Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 23, 2019.

MENDES, Diego. Veja as profissões mais bem remuneradas em 2023, segundo pesquisa. *CNN Brasil*, 23 out. 2023.

O GLOBO. Pobreza aumenta e atinge 40,1% dos argentinos no primeiro semestre. *O Globo*, 14 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Pandemia de COVID-19 interrompe a educação de mais de 70% dos jovens*. 11 ago. 2020.

PORTO ALEGRE (Município). *Lei nº 12.944, de 30 de dezembro de 2021*.

RIBEIRO, Renato Janine. Quando um engenheiro trabalha como Uber, é preciso melhorar a economia e não fechar universidades. *Jornal da USP*, 17 ago. 2021.

SAHÃO, Fernanda Torres; KIENEN, Nádia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25 (2): 1-13, 2021.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

SANDEL, Michael J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Emily. Enem 2023 retoma crescimento no número de participantes e registra 3,9 milhões de inscrições. *Portal G1*, 29 jun. 2023.

SANTOS, Brasdorico Merqueades dos; RATIER, Lucy Nunes. Saúde mental de estudantes universitários em tempos de restrição pandêmica. *Interações*, 24 (3): 817-828, 2023.

SCHEFFER, Mário et al. *Demografia médica no Brasil 2023*. São Paulo: FMUSP; AMB, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Vestibular UFRGS 2023: densidade*. 2023.

V PESQUISA nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES: 2018. Brasília: ANDIFES, 2019.

VIEIRA, Maura Jeisper Fernandes. *Uberização do trabalho docente: novos dilemas para velhos problemas*. Dissertação de Mestrado, Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17454

ACENO

Neoliberalismo e saúde mental:
um estudo com jovens universitários do Oeste do Paraná

Fabrício Duim Rufato[1]
Geovane dos Santos da Rocha[2]
Nandra Martins Soares[3]
Elisabeth Rossetto[4]
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: Este estudo investiga a saúde mental de acadêmicos do oeste do Paraná, com idades entre 18 e 29 anos, em relação ao impacto do neoliberalismo. Participaram da pesquisa 829 estudantes dos cinco campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sendo utilizados dados sociodemográficos e a Escala EADS-21 para o levantamento desses. Os resultados revelaram elevados índices de depressão, ansiedade e estresse, associados à competitividade, ao individualismo e a pressões características do contexto neoliberal. Ressalta-se a importância de considerar os determinantes socioeconômicos na saúde mental, adotando uma abordagem que vá além da naturalização do sofrimento psíquico, questionando as estruturas sociais que perpetuam o adoecimento e propondo intervenções que transcendam o tratamento individual.

Palavras-chave: adoecimento psíquico; capitalismo; universidade; materialismo.

[1] Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
[2] Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
[3] Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
[4] Doutora em Educação pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

RUFATO, Fabrício Duim *et al.* **Neoliberalismo e saúde mental: um estudo com jovens universitários do Oeste do Paraná.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 321-334, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Neoliberalism and mental health:
a study with young university students from Western Paraná

Abstract: This study investigates the mental health of academics in western Paraná, aged between 18 and 29, in relation to the impact of neoliberalism. A total of 829 students from the five campuses of the State University of Western Paraná (UNIOESTE) participated in the research, using sociodemographic data and the EADS-21 Scale for data collection. The results revealed high levels of depression, anxiety, and stress, associated with competitiveness, individualism, and pressures characteristic of the neoliberal context. The importance of considering socioeconomic determinants in mental health is emphasized, adopting an approach that goes beyond the naturalization of psychological suffering, questioning the social structures that perpetuate illness, and proposing interventions that transcend individual treatment.

Keywords: mental illness; capitalism; university; materialism.

Neoliberalismo y salud mental:
un estudio con jóvenes universitarios del oeste de Paraná

Resumen: Este estudio investiga la salud mental de académicos del oeste de Paraná, con edades entre 18 y 29 años, en relación con el impacto del neoliberalismo. Participaron en la investigación 829 estudiantes de los cinco campus de la Universidad Estatal del Oeste de Paraná (UNIOESTE), utilizando datos sociodemográficos y la Escala EADS-21. Los resultados revelaron altos índices de depresión, ansiedad y estrés, asociados a la competitividad, el individualismo y las presiones características del contexto neoliberal. Se resalta la importancia de considerar los determinantes socioeconómicos en la salud mental, adoptando un enfoque que vaya más allá de la naturalización del sufrimiento psíquico, cuestionando las estructuras sociales que perpetúan el malestar y proponiendo intervenciones que trasciendan el tratamiento individual.

Palabras clave: enfermedad psicológica; capitalismo; universidad; materialismo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

Dados sobre o adoecimento psíquico no século XXI indicam um aumento exponencial nos diagnósticos de depressão e ansiedade em nível global. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reportou, em 2001, que cerca de 800 mil suicídios ocorrem anualmente, com 79% desses casos registrados em países subdesenvolvidos. O suicídio, nesse contexto, é apontado como a segunda principal causa de morte entre adolescentes e jovens adultos.

Em 2021, a OMS destacou que 76% a 85% das pessoas com transtornos mentais graves em países de baixa e média renda não recebem tratamento adequado. Nos países desenvolvidos, essa proporção varia de 35% a 50%, ainda representando uma estatística alarmante em relação ao adoecimento psíquico. Globalmente, os gastos anuais com saúde mental não ultrapassam dois dólares por pessoa, sendo esse valor ainda menor nos países subdesenvolvidos, isto é, 25 centavos de dólar por pessoa (WHO, 2021).

Com o aumento expressivo dos casos de transtornos mentais, observa-se também uma crescente tendência à medicalização. Um estudo conduzido por Oliveira, Varallo, Jirón *et al*. (2021) destacaram que o crescimento do consumo de substâncias psicoativas em São Paulo superou o aumento populacional. Nesse contexto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2023) revelou que, das 217 empresas que comercializaram medicamentos em 2022, 59 (27,2%) obtiveram lucros superiores a R$ 500 milhões.

Dunker (2020) destaca que, desde a década de 1970, houve uma inversão social na compreensão e no tratamento de psicopatologias. Ao invés de promover a proteção e a escuta sobre o sofrimento, passou-se a administrá-lo para fins específicos. Foi constatado que, na dose certa, poderia impulsionar a produtividade e impulsionar a comercialização de produtos. De tal maneira, a existência do sofrimento não necessariamente se opõe ao sistema socioeconômico vigente, fundamentado em princípios neoliberais.

De acordo com Ianni (1998), o neoliberalismo envolve a liberação crescente e generalizada de todas as atividades econômicas, incluindo a produção, distribuição, troca e consumo. A abordagem neoliberal busca promover a autonomia dos agentes econômicos, fomentando a iniciativa privada e reduzindo a interferência estatal, com a crença de que um mercado mais livre e desregulado pode resultar em maior eficiência e crescimento econômico.

Dunker (2020a) vê o neoliberalismo não apenas como uma teoria econômica que favorece o aumento do capital financeiro das empresas, mas também como um estímulo ao consumo exacerbado e desnecessário, promovendo a acumulação de mercadorias e produtos. Nesse contexto, o sofrimento pode ser produzido e gerenciado para alinhar-se à lógica do sistema. O resultado desse processo é a individualização do adoecimento, a responsabilização subjetiva e a transformação das pessoas em objetos.

O neoliberalismo, ao colocar o lucro em patamar central, relega uma quantidade incontável de indivíduos a condições desumanas de existência, privados de elementos básicos de sobrevivência. Neste processo, pessoas deixam de ser tratadas como humanas e passam a ser consideradas apenas como recursos dentro da

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

lógica de mercado capitalista. Ainda, vale ressaltar, se o bem-estar da população – ou seu adoecimento –, é utilizado como forma de controle e lucro.

Neste cenário, a população jovem se encontra em uma posição diferenciada, enfrentando diversas exigências sociais relacionadas ao início da vida adulta. Essa é uma realidade cruel, na qual, para garantir o básico, é necessário muito esforço, com poucas oportunidades e perspectivas de mudança. Essa situação resulta em uma narrativa de sofrimento que individualiza o fracasso, manifestando-se na forma de culpa e responsabilização subjetiva. Com isso, as determinações objetivas da vida dos indivíduos são esquecidas.

Quando se fala em jovens, a vida universitária frequentemente se destaca, simbolizando o sonho de prosperidade que é cursar o ensino superior. No entanto, a universidade traz novas e maiores responsabilidades, para as quais muitos jovens não foram adequadamente preparados. Existem pressões internas, provenientes da família e dos professores, além das dificuldades nas relações interpessoais. A necessidade de conciliar estudos com trabalho e outras responsabilidades também é comum.

Vale ressaltar que o suicídio é a segunda causa de morte mais comum entre jovens de 15 a 29 anos, ficando atrás apenas dos acidentes de trânsito e da violência, seguido pela depressão. O consumo e abuso de álcool e drogas ilícitas, frequentes entre os jovens, muitas vezes, resultam em comportamentos de risco, como sexo sem proteção, direção perigosa e envolvimento em atividades criminosas. Além disso, distúrbios alimentares, como anorexia, bulimia e obesidade, são considerados alguns dos desafios enfrentados por essa faixa etária (OMS, 2017).

A lógica neoliberal leva a compreensão do adoecimento psíquico como algo natural, ou seja, como um produto isolado de componentes biológicos e naturais. Em contrapartida, argumenta-se que os sintomas típicos de transtornos mentais evidenciam a realidade do sofrimento, revelando que existem outros fatores associados ao fenômeno, como os sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos. Em outras palavras, esse processo é multideterminado.

Considerando o panorama apresentado, surgem as seguintes questões: qual é o estado da saúde mental de acadêmicos nos cursos de graduação? Qual é o papel do neoliberalismo nesse processo? Com o objetivo de responder a essas questões, este estudo buscou levantar dados sobre a saúde mental de jovens universitários e compreender os elementos neoliberais que contribuem para o adoecimento psíquico. Para isso, foi desenvolvido um estudo com jovens de 18 a 29 anos provenientes de cursos de graduação dos cinco *campi* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Metodologia

O presente estudo configura-se como uma pesquisa de campo, de caráter quantitativo. Segundo Gil (2017), este tipo de pesquisa busca conhecer um determinado comportamento, isto é, solicita-se informações de um grupo significativo de sujeitos acerca do problema estudado para posteriormente realizar a análise quantitativa e obter conclusões correspondentes a esta amostra.

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a qual é dividida em cinco campi. A população foi de 829 estudantes, distribuídos da seguinte forma: 391 (47%) no campus de Cascavel, 218 (26%) no campus Foz do Iguaçu, 87 (10%) no campus Toledo, 66 (8%) no campus de Francisco Beltrão e 67 (8%) no campus de Marechal Cândido Rondon.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

De acordo com os dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UNIOESTE o total de alunos matriculados é de 8.450, sendo que 7.535 têm entre 18 e 29 anos. Assim, o número de jovens selecionados para a pesquisa corresponde a 11% do total de acadêmicos dessa faixa etária em toda a UNIOESTE, sendo uma amostra representativa da população. De acordo com Creswell (2010), em pesquisas quantitativas, o uso de uma amostra que represente pelo menos 10% da população-alvo pode ser suficiente para garantir a validade dos achados, desde que a seleção seja feita de forma aleatória e respeitando a diversidade do grupo estudado.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram um questionário sociodemográfico, como informações pessoais, tais como: idade, sexo, cidade que mora, curso de graduação, se trabalha ou não, estado civil, etc. e a Escala de depressão, ansiedade e stress (EADS-21) foi aplicada com o objetivo de levantar características e comportamentos relacionados à saúde mental dos universitários, classificando-os quanto ao nível dos sintomas, em: normal, leve, moderado, severo e extremamente severo.

Ambos os questionários foram aplicados online por meio da plataforma Google Forms. Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em seres humanos, através do parecer CAAE: 39224620.0.0000.0107, e todos os participantes concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram analisados quantitativamente, a partir de técnicas da estatística descritiva (média e desvio padrão, frequência e porcentagem), com auxílio do programa Excel 2010 para Windows e o software R (R Core Team, 2021). E os resultados foram interpretados a luz Materialismo Histórico-Dialético e da Psicologia Histórico- Cultural, além de valer-se de outros autores que coadunam com as perspectivas referidas.

O materialismo histórico-dialético serve como fundamento para a compreensão da história e da sociedade, além de proporcionar uma análise crítica das relações sociais, das instituições e das mudanças sociais ao longo do tempo. O materialismo histórico destaca a importância dos fatores econômicos e materiais na determinação das relações sociais e no desenvolvimento histórico. Por sua vez, o método dialético envolve a análise das contradições, dos conflitos e das transformações contínuas que ocorrem na realidade. (SCHMIDT e ROSSETTO, 2019).

A Psicologia Histórico-Cultural proposta por Vigotski apropriou-se do método e das categorias postuladas por Marx para desenvolver seus estudos sobre o desenvolvimento do psiquismo humano, analisando o ser humano como sujeito que se constitui a partir da história, da cultura e das relações sociais (VIGOTSKI, 2021a).

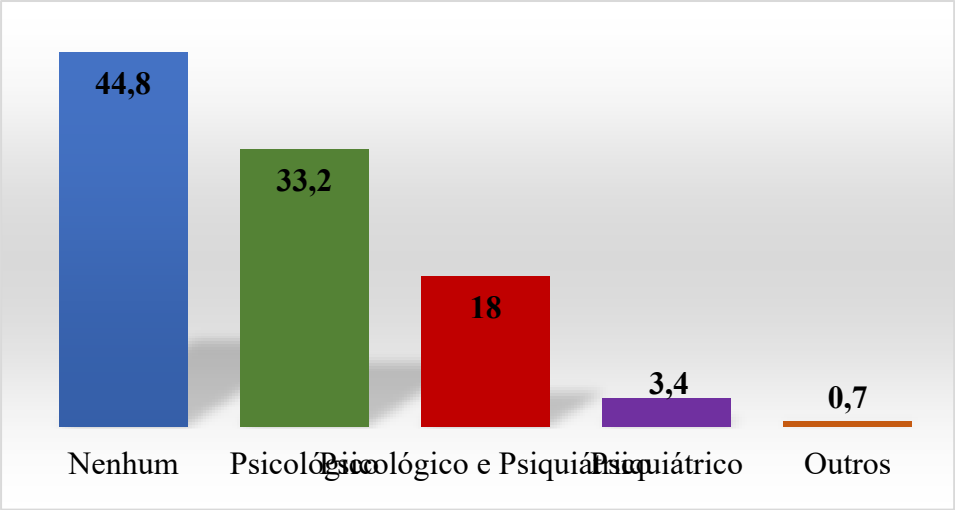
Resultados e discussão

Dos 829 acadêmicos da UNIOESTE que participaram do estudo, 581 (70,1%) eram do sexo feminino e 248 (29,9%) do sexo masculino, com idade entre 18 e 29 anos. Constatou-se que 365 estudantes (44%) estão matriculados em cursos de turno integral, enquanto 297 (35,8%) frequentam o turno noturno e 167 (20,1%) optaram por cursos do período matutino. Quanto à distribuição por áreas de conhecimento, seguindo os parâmetros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, observa-se que 369 (44,5%) estão na área das exatas, 297 (35,8%) nas humanas e 163 (19,7%) na área da saúde.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

Os dados coletados indicam que mais de 50% da população pesquisada recebeu ou está recebendo tratamento em saúde mental, seja por meio de acompanhamento com psicólogo, psiquiatra ou com ambos os profissionais, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tipos de tratamentos em saúde mental. Fonte: dados da pesquisa.



Quanto ao uso de medicação, a maioria dos acadêmicos, 582 (70,2%), não faz uso de nenhum tipo de medicação. Dentre os que fazem uso, 145 (17,5%) utilizam medicação psiquiátrica, 85 (10,3%) usam medicação contínua para outras finalidades que não tratamento em saúde mental, e 17 (2,1%) fazem uso de medicação tanto psiquiátrica quanto para outras condições. Além disso, os dados revelam que 440 (53,1%) não têm familiares com transtornos mentais, enquanto 389 (46,9%) têm familiares que enfrentam problemas de saúde mental.

Para analisar o elevado número de jovens universitários em tratamentos de saúde mental, este estudo rejeita uma perspectiva que normatiza e naturaliza o sofrimento como uma questão exclusivamente individual. Em vez disso, adota-se uma abordagem materialista que reconhece o ser humano como um ser social, inserido em uma sociedade capitalista. Nesse contexto, práticas que promovem o individualismo, a busca por resultados imediatos, o consumismo e a competitividade exacerbada são incentivadas. Como consequência, o valor de uma pessoa é frequentemente medido por sua produtividade e sucesso financeiro, levando-a a trabalhar excessivamente, ultrapassar seus limites e sacrificar o bem-estar em prol do lucro.

Embora existam outros sistemas sociais baseados na troca e venda de mercadorias, é no capitalista que a dependência de mercado se torna uma condição fundamental de existência. Conforme aponta Wood (2003), essa forma de organização socioeconômica tem suas raízes na Inglaterra nos séculos XVI e XVII, embora o termo "capitalismo" tenha sido cunhado muito depois. É apenas no século XIX que o sistema se tornou plenamente industrializado, indicando uma história relativamente breve. Nesse sistema, defende-se a propriedade privada dos meios de produção e tem-se o lucro como objetivo central.

Com o tempo, o capitalismo evoluiu para diferentes formas de organização, entre as quais se destaca o neoliberalismo. Esse modelo, que ganha força no final do século XX, fundamenta-se na suposição de que a gestão pública das relações

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

econômicas é ineficaz ou, ao menos, pouco eficaz. Através da intervenção mínima do Estado, busca-se aumentar a produtividade e a lucratividade, promovendo a competitividade entre empresas nos mercados regional, nacional e internacional. Nesse contexto, o neoliberalismo se estabelece em um mundo cada vez mais sistêmico, onde a realidade sociocultural é organizada, integrada, administrada e dinamizada sob a lógica da centralização do capital (IANNI, 1998).

Marx (2006) desenvolveu o conceito de mais-valia para caracterizar a exploração inerente ao sistema capitalista e neoliberalista. A mais-valia corresponde à diferença entre o valor de um produto e o valor necessário para seu processo de produção. Para produzir um bem, são necessários dois tipos de capital: o capital constante, que se refere ao valor dos meios de produção, e o capital variável, relacionado à compra da força de trabalho indispensável à produção. A mais-valia surge a partir do capital variável, uma vez que o trabalho do ser não é remunerado na mesma proporção em que ele gera valor. Há, assim, um excedente de trabalho não pago.

Na lógica do sistema, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, que detém os meios de produção, e recebe em troca um salário básico suficiente para sua subsistência. Durante o processo de trabalho, o trabalhador gera mais valor do que lhe é pago, e esse excedente (mais-valia) é apropriado pelo capitalista. Nesse ponto, importa ressaltar que a exploração do trabalho humano não se restringe ao ambiente fabril de produção e comercialização de mercadorias. Com o tempo, a busca incessante pela expansão do capital tornou o capitalismo extraordinariamente dinâmico, incorporando até mesmo a saúde mental à lógica de mercado.

Nesse contexto, destaca-se a "hipótese depressiva" de Dunker (2020), que se baseia nas características contemporâneas do diagnóstico da depressão. De acordo com o autor, desde os anos 1970 houve uma mudança na compreensão e no tratamento social dessa psicopatologia: em vez de enfatizar o tratamento em torno deste sofrimento, passou-se a administrá-lo com certos objetivos. Foi observado que, se utilizado corretamente, o adoecimento pode ser: um impulsionador da produtividade (pois os não aptos ao trabalho são substituídos); e uma fonte de comercialização de produtos (venda de medicamentos e outras mercadorias).

Conforme descreve Safatle (2020), o real intuito do neoliberalismo é compor uma engenharia social que possa configurar os conflitos sociais e a estrutura psíquica da população. Em outras palavras, compõe um modo de intervenção nas dimensões produtoras de conflitos, fazendo os indivíduos trabalharem a favor do mercado. Tal relação resulta na individualização do sofrimento, na responsabilização subjetiva dos indivíduos e na transformação das pessoas em meros objetos, isto é, em meios e/ou instrumentos de produção e consumo.

Franco, Castro, Manzi et al. (2020) afirmam que, no neoliberalismo, a ordem de mercado se apresenta às pessoas como um palco para a realização de diversos valores. A intenção é que os indivíduos participem do jogo da concorrência, otimizando suas capacidades competitivas. Nesse contexto, as pessoas são totalmente responsabilizadas por seus fracassos. A busca pela felicidade e pela satisfação se funde à lógica de mercado do sistema, reduzindo os afetos humanos a meras motivações para investir, comprar e vender.

Essa relação concretiza-se no imaginário social de diversas formas. Uma delas é apontada por Goldenberg (2023) por meio da “fantasia do sonho americano”, a qual sustenta que qualquer pessoa pode alcançar o sucesso e a prosperidade social por meio da determinação e do trabalho árduo, independentemente

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

de sua classe econômica, raça e possibilidades. Com isso, ignoram-se as estruturas sistêmicas de desigualdade, e ilude-se a população de que ela tem controle sobre seu destino, enquanto esse encontra-se traçado de acordo com os interesses do capital.

Considera-se que a juventude, entre 18 e 29 anos – faixa etária dos jovens participantes desta pesquisa – é o período em que as ideologias capitalistas e neoliberais começam a se materializar com maior intensidade. Esse é o momento em que se espera que os indivíduos busquem uma vida de prosperidade, seja por meio dos estudos, do trabalho ou de ambos. Ratner (1995) argumenta que, no contexto contemporâneo, os jovens são confrontados com estratégias discursivas que reduzem o universal ao particular, resultando na perda da singularidade individual em favor de um discurso que naturaliza e normatiza modos de vida.

Trata-se de um cenário que a população jovem, seguindo o pensamento de Safatle (2020), em que todos os setores da vida encontram-se indexados a uma visão baseada na generalização da racionalidade econômica, isto é, centraliza-se a ideia de que todos os indivíduos devem maximizar o seu próprio interesse monetário. Como consequência, as formas de sofrer aparecem como indicativos de impossibilidades individuais de gerir a vida, retirando do sofrimento psíquico toda consciência de violência social. Essas são, segundo o autor, as repercussões do neoliberalismo sobre a saúde mental.

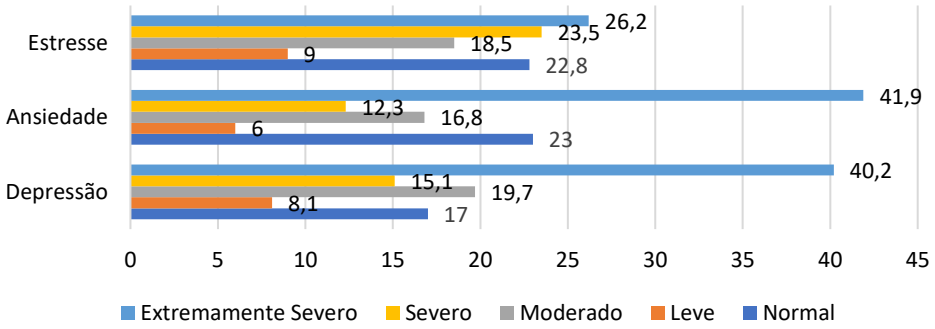
No Materialismo Histórico-Dialético, a compreensão do processo de saúde-doença envolve a análise das contradições nas relações entre a força de trabalho e os bens de consumo. Defende-se que, para compreender o fenômeno, é essencial considerá-lo em sua totalidade, examinando as relações mais amplas de produção e reprodução social. Em outras palavras, durante o processo de objetivação do trabalho, as capacidades humanas são desgastadas, e, através da alienação, o sujeito tenta manter um nível de exigência consigo mesmo em um sistema competitivo que amplifica as dificuldades da vida.

Nesse sentido, em relação aos dados coletados nesta pequisa, dos 829 estudantes jovens participantes, mais da metade relatam sintomas graves e extremamente graves de depressão, ansiedade e estresse. Além disso, a amostra revelou que 17% já tentou suicídio em algum momento da vida. Também foi observado que, quanto mais jovem o grupo, maiores são os índices de sofrimento psíquico ou de tentativas de suicídio.

Utilizando a escala EADS-21, foram avaliados os níveis de ansiedade, depressão e estresse entre os jovens, considerando todas as idades e os diferentes *campi*. Observou-se um alto índice de sintomas em todas as áreas, sem diferenças significativas entre os *campi*. Os níveis da escala são classificados como: normal, leve, moderado, severo e extremamente severo. O Gráfico 2 ilustra os dados obtidos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

Gráfico 2 - EADS-21: depressão, ansiedade e estresse. Fonte: dados da pesquisa.



Percebe-se índices extremamente severos de depressão, ansiedade e estresse entre os acadêmicos. A disparidade mais significativa é observada nos índices de depressão, com 55,3%, e ansiedade, com 54,2%, indicando sintomas severos e extremamente severos, seguidos pelo estresse, onde 47,5% dos participantes estão entre os níveis severo e extremamente severo.

Tais índices estão diretamente atrelados a questões contemporâneas, como a intensa jornada de estudos, dificuldades financeiras e a falta de acolhimento adequado ao sofrimento psíquico. Observa-se valorização exacerbada da materialidade, isto é, uma vida baseada nos bens materiais e econômicos. Nesse contexto, o valor de um indivíduo é frequentemente medido pelo que possui, pelo que conquista através do capital.

Franco, Castro, Manzi *et al.* (2020) descrevem que a população, quando pensada como capital humano, está sob a ideologia de mercado, em que o sucesso é pensado como de responsabilidade individual. Da mesma forma, o fracasso diz respeito a incompetências do sujeito, algo de seu inteiro encargo. Dito de outra forma, cada pessoa é entendida como uma empresa, a qual está submetida às inseguranças da lógica de mercado – com competição, hierarquização e tratamento dos outros como coisas.

Tratando-se de jovens universitários, os altos índices de estresse, ansiedade e depressão compõem a superficialidade do fenômeno do adoecimento psíquico. No pensamento neoliberal, considera-se tais sintomas como uma evidenciação do fracasso ou ao menos da dificuldade dos estudantes em atenderem às demandas de sua faixa etária e contexto universitário. Levam-se as dificuldades ao campo individual e consideram que, por exemplo, o estresse pelo número de tarefas corresponde a uma desorganização; que a ansiedade é resposta à falta de preparação de estudos para uma prova; ou, então, que o sentimento de tristeza e culpa corresponde ao aluno não ter capacidade.

Em contraponto, considera-se que os indicadores de adoecimento psíquico estão relacionados aos condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos do tempo e lugar em que se evidenciam. Em uma perspectiva materialista, o estado de saúde mental de jovens universitários está relacionado com suas condições de vida: seu cotidiano, qualidade das trocas sociais, volumes de tarefas a executar, amparo em situações de dificuldade, qualidade de sono e alimentação, prática de exercícios físicos, moradia, uso de drogas e psicotrópicos etc.

De tal maneira, pode-se dizer que a vivência universitária está organizada de acordo com os preceitos empresariais capitalistas e neoliberalistas, havendo diminuição dos laços sociais para o favorecimento da competitividade. Da mesma

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

forma, os ideais inalcançáveis de desempenho, as cobranças por resultado, as relações desumanizadas, a falta de apoio acadêmico e emocional, o enfraquecimento de laços entre professores e alunos, entre outros, caracterizam como importantes pilares para a gestão neoliberal do sofrimento psíquico.

Vigotski (2021a) postula que tudo o que é humano, ou diz respeito ao ser humano, está intrinsecamente conectado aos fenômenos da realidade sociocultural do sujeito em questão. Ele argumenta que a formação da personalidade humana, inclusive seus aspectos psicopatológicos, é moldada pelas circunstâncias históricas, sociais e culturais do ambiente em que o sujeito está imerso. De acordo com sua visão, a constituição e humanização do ser humano acontecem por meio das interações sociais e da atividade primordial do trabalho. Portanto, quanto mais esses elementos forem dificultados, mais a vida humana será precarizada.

Silva e Tuleski (2015) descrevem que a sociedade contemporânea, moldada pelo sistema de classes oriundo do modelo capitalista de produção material, desencadeia uma variedade de angústias. Elas argumentam que a Psiquiatria tem se restringido a uma abordagem superficial do sofrimento psíquico, favorecendo principalmente intervenções paliativas e medicamentosas para mitigar os sintomas apresentados pelos indivíduos. Essa tendência tem se acentuado nas últimas décadas, acarretando na negligência em relação à essência dos fenômenos e na ênfase exclusiva na aparência e superfície dos sintomas.

Almeida (2018) relata que as normas e práticas prevalentes na contemporaneidade demandam um aumento contínuo no gasto de energia vital – tanto no trabalho quanto em outros aspectos da vida social – forçando as pessoas a ultrapassarem seus próprios limites biopsíquicos. Isso resulta em padrões de exaustão e enfermidade. Além disso, na dinâmica social, aqueles que adoecem são frequentemente culpabilizados por não se ajustarem “à maneira como a vida é". Nessa vertente, o sofrimento de jovens universitários não tem considerado suas casuísticas.

Dunker (2020) considera que além de despercebido, o adoecimento da população jovem é negado por meio de redução do mal-estar a problemas típicos da vida em sociedade. Em razão disso, muitos procuram alívio em medicações psicoativas com fins de diminuir o sofrimento sentido. Por outro lado, metodologias de enfrentamento realmente efetivas têm sido deixadas de lado, tal como o fortalecimento das relações com outros, processos de escuta e de narrativização do sofrimento.

O paradoxo reside no fato de que a sociedade capitalista e neoliberal incentiva performances ideais, enquanto o motor do mercado global é criar necessidades nos indivíduos que supostamente os tornarão felizes. No entanto, tal busca incessante mantém o sujeito em um ritmo exaustivo e o expõe a situações de completa incerteza e insegurança. Tal cenário faz-se presente nas universidades de diversas formas: pressão por resultados, competitividade entre alunos, fomento do individualismo, sobrecarga de tarefas, individualização de fracassos etc.

Vale ressaltar que a predominância de sintomas foi maior no sexo feminino. Os índices extremamente severos em mulheres foram de 241 (29%) para depressão, 219 (26,5%) para ansiedade e 149 (18%) para estresse. No sexo masculino, os índices foram de 92 (11,1%) para sintomas depressivos extremamente severos, seguido de 109 (13,2%) para ansiedade e 66 (8%) para estresse. Há de se lembrar que, historicamente, foram destinadas às mulheres as funções de cuidado e zelo da casa e dos filhos. A entrada na universidade não se exclui deste fenômeno.

Marques (2022) evidencia que a mulher esteve, de forma geral, invisibilizada em todos os espaços da vida humana ao longo da história, o que justifica a luta

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

constante por reconhecimento de sua identidade. Entretanto, esse processo evidenciou-se pela procura por "dar conta" de um acúmulo de tarefas (domésticas, de trabalho, estudos, familiares) e resultou em níveis variados de adoecimento psíquico. Considera-se que a relação apontada pelo autor se relaciona aos elevados índices de sofrimento em mulheres identificados na presente pesquisa.

Por conseguinte, destaca-se que os acadêmicos do turno matutino demonstram os menores índices de sintomas de depressão, ansiedade e estresse, enquanto os do período integral exibem os mais altos, seguidos pelos do turno noturno. Em relação a isso, considera-se o nível de exigências nos cursos de período integral maior em relação aos matutinos, visto a discrepância de carga horária. Ao mesmo tempo, estudantes de cursos noturnos costumam apresentar uma carga de trabalho significativa no período diurno, aumentando seu ritmo diário entre conciliar o trabalho e o estudo, levando-o à exaustão.

Os acadêmicos mais jovens (18 a 21 anos) representam um maior índice de depressão, ansiedade e estresse. Por outro lado, os mais velhos (26 a 29 anos) apresentam os menores índices. O Quadro 1 ilustra essa relação.

Quadro 1 – Relação idade e sintomas dos jovens. Fonte: dados da pesquisa

ESTRESSE			
	18-21 anos	22-25 anos	26-29 anos
Normal	9,2	5,7	4,6
Leve	6,9	2,3	2,3
Moderado	14,9	4,6	1,1
Severo	14,9	5,7	3,4
Extremamente severo	14,9	6,9	2,3
ANSIEDADE			
	18-21 anos	22-25 anos	26-29 anos
Normal	12,7	5,7	0
Leve	2,3	2,3	2,3
Moderado	16	2,3	0
Severo	8	4,6	1,1
Extremamente severo	20	10,3	4,6
DEPRESSÃO			
	18-21 anos	22-25 anos	26-29 anos
Normal	0	4,6	5,7
Leve	5,7	0	0
Moderado	17,2	8	1,1
Severo	5,7	4,6	2,3
Extremamente severo	26,4	8	4,6

O período que vai da adolescência até a entrada na vida adulta é reconhecido como uma fase complexa e crucial no desenvolvimento humano, conforme destacado por Sousa *et al.* (2016). É uma época de transição, caracterizada por mudanças físicas, formação de identidade baseada nos grupos sociais em que o jovem se insere, e o surgimento de novas exigências e responsabilidades externas, como carreira profissional e acadêmica, gestão financeira, independência domiciliar, formação de família, entre outros.

Assim, é plausível afirmar que jovens enfrentam um maior risco de adoecimento psicológico devido aos desafios associados à transição da adolescência para a vida adulta. Nesse momento, ingressar na universidade, muitas vezes dis-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

tante da família, com a pressão pela construção da carreira profissional, as exigências do ambiente acadêmico, as dificuldades financeiras e as crescentes responsabilidades, constitui fatores estressantes que contribuem para o desenvolvimento de problemas de saúde mental. Essa realidade foi corroborada pela maioria dos participantes da pesquisa.

Conforme destaca Vigotski (2021b), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre com base nas inter-relações, ou seja, a possibilidade de existência de maturidade emocional por parte dos jovens universitários. Esta está relacionada com o fornecimento de recursos e apoio aos estudantes para que estes desenvolvam habilidades de gerenciamento de estresse, de organização de vida, de relaxamento etc. De tal forma, maiores índices de sintomatologias nas idades mais baixas evidencia a carência de aporte aos sujeitos para a passagem com bem-estar pela vivência universitária.

Considerações finais

Os dados coletados neste estudo revelam índices alarmantes de sofrimento psíquico entre os jovens acadêmicos da UNIOESTE, especialmente no que diz respeito à depressão, ansiedade e estresse. Ao longo das discussões, optou-se por rejeitar a perspectiva biomédica, que tende a normalizar e naturalizar o sofrimento como decorrência de falhas individuais. Em vez disso, o tema foi abordado sob a ótica materialista da saúde mental, priorizando a análise dos determinantes históricos, culturais, políticos e econômicos que influenciam essa realidade.

Reconhece-se o ser humano como um ser social inserido em uma sociedade capitalista e neoliberal, que fomenta práticas que privilegiam o individualismo, a busca por resultados imediatos, o consumismo e uma competição acirrada. Nesse contexto, a valorização de uma pessoa é, frequentemente, condicionada à sua produtividade e ascensão financeira, o que gera uma pressão para trabalhar mais, ultrapassar limites pessoais e sacrificar o bem-estar em nome do lucro. Tal dinâmica tem resultado em elevados níveis de adoecimento psíquico, tais como os apresentados na presente pesquisa.

Tratar o sofrimento apenas por meio de estratégias individuais, como o uso de medicamentos, perpetua a lógica neoliberal, ao responsabilizar o sujeito pelo seu adoecimento. Ao mesmo tempo, fomenta a venda de produtos farmacológicos, o que gera lucros exorbitantes. Nesse sentido, a dor humana não é tratada, mas silenciada. Neste estudo, defende-se uma outra forma de abordar o sofrimento: concedendo-lhe voz. Isso equivale a entender os aspectos subjetivos envolvidos na questão, mas também os fatores estruturais de poder que moldam a realidade dos sujeitos.

Os dados levantados na presente pesquisa demonstram que o neoliberalismo tem utilizado a saúde mental em sua lógica de mercado. A existência de psicopatologias não se demonstra como um impeditivo à operação do sistema, pelo contrário: a dor humana tem sido usada para sua propagação. Ao responsabilizar os indivíduos pelas suas mazelas, difunde-se o ideal de que a forma correta de se viver é aquela em que muito se produz. “Não reclame, trabalhe!” é uma das frases amplamente difundidas.

Nesse contexto, é necessário que políticas públicas de saúde mental sejam desenvolvidas de modo a dar suporte à população, em especial, aos jovens universitários. Entende-se ser necessária a adoção de estratégias que compreendam o adoecimento psíquico de forma ampla, isto é, que abordem as condições sociais,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

culturais e políticas que o geram, sem se limitar a abordar a questão pela via individual. Por esse caminho, luta-se por alteração de fatores que facilitam o desenvolvimento de formas adoecidas de se viver, criando ambientes mais saudáveis que favoreçam o bem-estar.

A universidade, enquanto instituição acadêmico-científica que reflete os processos históricos, sociais e culturais da sociedade, desempenha um papel crucial na promoção do entendimento e na resolução dos desafios enfrentados pela humanidade. Assim, é fundamental que ela também esteja atenta aos processos de sofrimento e adoecimento mental, visando oferecer uma formação crítica que reconheça as determinações do sistema socioeconômico e suas mazelas, ao mesmo tempo em que proporciona uma abordagem humanizada aos acadêmicos.

Recebido em 13 de maio de 2024.
Aceito em 30 de novembro de 2024.

Referências

ALMEIDA, Melissa Rodrigues de. *A formação social dos transtornos de humor*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Faculdade de Medicina de Botucatu, São Paulo, 2018.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico 2022*. Brasília: Anvisa, 2023.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUNKER, Christian. "A hipótese depressiva". In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. pp. 177-212.

FRANCO, Fábio; CASTRO, Julio Cesar Lemes de; MANZI, Ronaldo; SAFATLE, Vladimir; AFSHAR, Yasmin. "O sujeito e a ordem de mercado: gênese teórica do neoliberalismo". In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. pp. 47-75.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDENBERG, Ricardo. *Inconscientes*. Londrina: Editora Sinthoma, 2023.

IANNI, Octávio. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em Perspectiva*, 12 (2): 27-32, 1998.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

MARQUES, Mariangela Braga. *Relação entre trabalho doméstico, fatores associados ao sofrimento psíquico e dinâmica familiar entre as mulheres donas de casa*. Monografia, Psicologia, UNISUL, Florianópolis, 2022.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLIVEIRA, Júlia Raso Ferreira de; VARALLO, Fabiana Rossi; JIRÓN, Marcela; FERREIRA, Iahel Manon de Lima; SIANI-MORELLO, Manuela Roque; LOPES, Vinícius Detoni; PEREIRA, Leonardo Régis Leira. Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37 (1): 1-15, 2021.

OMS – Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial de Saúde. *Saúde Mental: nova concepção, nova esperança*. Lisboa Portugal, 2001.

OMS – Organização Mundial de Saúde. *Jovens e saúde mental em um mundo em mudança*. Tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2018, comemorado em 10/10. Ministério da Saúde, 2017.

RATNER, Carl. *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SAFATLE, Vladimir. "A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral". In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. pp. 17-46.

SCHMIDT, Jeani Escher; ROSSETTO, Elisabeth. *A obra de Lev Semionovitch Vigotski: conceitos e interpretações*. Curitiba: CRV Editora, 2019.

SILVA, Maria Aparecida Santiago da; TULESKI, Silvana Calvo. Patopsicologia Experimental: abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. *Estudos de Psicologia*, 20 (4): 207-2016, 2015.

SOUSA, Fonseca de Sous; MACIEL, Silvana Carneiro; MEDEIROS, Katruccy Tenório; VIEIRA, Giselli Lucy Souza. Atitudes e Representações em Saúde Mental: Um Estudo com Universitários. *Psico-USF*, 21 (3), 2016.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Psicologia, educação e desenvolvimento*. Expressão Popular: São Paulo, 2021a.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Problemas da defectologia*. Expressão Popular: São Paulo, 2021b.

WHO, World Health Organization. *Mental health atlas 2020*. Geneva: World Health Organization, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti) capitalismo? *Crítica marxista*, 17: 37-50, 2003.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17620

ACENO

Transtornos mentais e mudanças globais:
neoliberalismo e sofrimento na vida acadêmica entre estudantes de pós-graduação

Igor Vaz[1]
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O presente artigo pretende desenvolver como o neoliberalismo e o sofrimento são categorias contemporâneas indissociáveis, que atestam para os modelos de produtividade, competitividade e meritocracia presentes nas universidades pelo mundo todo, na maneira como os diagnósticos atestam para um "mal do século" mais fenomenológico do que biológico, e é uma base do campo onde realizo minha pesquisa, com estudantes de pós-graduação com problemas de saúde mental. Irei apresentar o caso etnográfico de uma estudante *asian-american* de Nova Iorque, analisando como o uso de psicofármacos, práticas de autocuidado, relações familiares e a própria universidade fazem parte do seu processo de saúde e doença mental.

Palavras-chave: sofrimento; saúde mental; individualismo; neoliberalismo; pós-graduação.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE), membro dos grupos de pesquisa Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE), Laboratório de Antropologia Visual (LAV/UFPE) e coordenador da Revista de Investigações e Estudos Antropológicos (REIA).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

VAZ, Igor. **Transtornos mentais e mudanças globais: neoliberalismo e sofrimento na vida acadêmica entre estudantes de pós-graduação.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 335-350, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Mental disorders and global changes:
neoliberalism and suffering in academic life among postgraduate students

Abstract: This article aims to develop how neoliberalism and suffering are inseparable contemporary categories that attest to the models of productivity, competitiveness, and meritocracy present in universities around the world, in the way that diagnoses attest to a "disease of the century" that is more phenomenological than biological, and is a basis for the field where I conduct my research, with graduate students with mental health problems. I will present the ethnographic case of an Asian-American student from New York, analyzing how the use of psychotropic drugs, self-care practices, family relationships, and the university itself are part of her process of mental health and illness.

Keywords: suffering; mental health; individualism; neoliberalism; postgraduate.

Trastornos mentales y cambios globales:
neoliberalismo y sufrimiento en la vida académica entre estudiantes de posgrado

Resumen: Este artículo pretende desarrollar cómo el neoliberalismo y el sufrimiento son categorías contemporáneas inseparables, que dan testimonio de los modelos de productividad, competitividad y meritocracia presentes en las universidades de todo el mundo, de la misma manera que los diagnósticos dan testimonio de una "enfermedad del siglo" que es más fenomenológica. que eso biológico, y es una base del campo donde realizo mi investigación, con estudiantes de posgrado con problemas de salud mental. Presentaré el caso etnográfico de una estudiante asiático-americana de Nueva York, analizando cómo el uso de psicofármacos, las prácticas de autocuidado, las relaciones familiares y la propia universidad son parte de su proceso de salud y enfermedad mental.

Palabras clave: sufrimiento; salud mental; individualismo; neoliberalismo; graduado.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

Um dos paradigmas fundamentais da antropologia é a relação entre natureza e cultura, uma reflexão que nos põem a pensar sobre a constituição da realidade enquanto feito individual e coletivo. A cultura é a maneira pela qual expressamos coletivamente uma experiência comum, como a experiência do parto, os rituais de passagem para a vida adulta ou as relações de parentesco, e é nessa diversidade que aprendemos sobre a extensão da cultura enquanto constitutiva de diferentes realidades.

As diferentes expressões do sofrimento são definidas conforme tradições, crenças e costumes localizados (HARAWAY, 1988), mas há um processo de homogeneização generalizada dessas experiências, um tensionamento constituído do processo de expansão e dominação do capitalismo ao longo da história, remontando o cristianismo, o Iluminismo, o Individualismo e principalmente, o que entendemos atualmente como neoliberalismo. Na atual fase do capitalismo, a perspectiva das soluções democráticas começa a ruir, e a expectativa por um futuro melhor para as próximas gerações passa a ser um problema atual na vida daqueles que moram tanto no norte quanto no sul global.

Mais do que apenas uma variação (ou perversão) do capitalismo moderno, o neoliberalismo se configura como mecanismo de radicalização que assume a função de gerenciar o sofrimento humano (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2022), sob uma mecânica que enfatiza as emoções, sentimentos e cognição humana como construções auto-reguladas pelos próprios sujeitos, seja por meio de medicamentos psicofármacológicas ou na expectativa profissional que é moldada nas universidades.

O neoliberalismo enquanto ideologia se tornou uma opção para aqueles que buscam um 'lugar seguro' em meio a esse cenário de instabilidade e insegurança, seja no âmbito do sucesso social e econômico da figura do "empreendedor de si mesmo" (PETERS, 2021), ou na racionalização dos problemas de intimidade como uma espécie de mercado das relações amorosas, o que ocorre entre os jovens '*red pills*'. Esses fenômenos recentes não são por acaso, e refletem diferentes formas de gerenciamento dos sofrimentos que constituem nossa realidade, tornados mercadoria das mais variadas formas.

O sofrimento que eu irei narrar nesse artigo se refere a uma parcela privilegiada da sociedade, de uma interlocutora da minha pesquisa nascida na cidade de Nova Iorque, onde realizei trabalho de campo por seis meses. Irei apresentar detalhes sobre minha pesquisa e o trabalho de campo, de que maneira é possível notar diferentes gerenciamentos do sofrimento no âmbito acadêmico individual e institucional, como se dá o acesso a saúde mental em uma grande universidade no norte global, e como a depressão se apresenta enquanto uma condição ontológica do nosso tempo, um 'mal do século' menos localizado nos cérebros dos sujeitos, e mais nas decisões políticas que conduzem a possibilidade de existência das pessoas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

No campo do conhecimento ocidental

Entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, eu estive na cidade de Nova Iorque graças ao programa de doutorado sanduíche CAPES/PDSE[2], dando continuidade ao tema do sofrimento e adoecimento mental que venho trabalhando desde o mestrado, dessa vez não mais entre estudantes de graduação (ARCOVERDE, 2021), mas trabalhando com uma amostra consideravelmente maior de estudantes da pós-graduação.

Com a oportunidade de realizar trabalho de campo em outro país, veio a tona algo da antropologia clássica na minha percepção do campo etnográfico, um imaginário que eu tinha baseado na experiência malinowiskiana de 'estar lá' (MALINOWSKI, 2018), em um lugar onde as pessoas falam outro idioma, possuem diferentes costumes, e vivem outras práticas cotidianas que não as minhas. Esse sentimento se diluía com o tempo, ao passo que eu percebia minha condição de pesquisador latino-americano, o que levava a refletir menos em Malinowski e mais em Laura Nader (1972), na forma como o "*studying up*" foi uma experiência que me proporcionou diferentes perspectivas sobre o mundo acadêmico, fazendo o movimento de uma capital nordestina pouco conhecida para uma das principais metrópoles da história do capitalismo.

Em Nova Iorque, eu era apenas mais um migrante de um país latino, mas ao menos de um país amavelmente visto pela 'alegria' do povo brasileiro, uma percepção que acredito ser incomum para estudantes árabes ou asiáticos. Durante esse período, tanto nas entrevistas quanto nas experiências de observação participante, estive em contato com sujeitos pertencentes à elite acadêmica, e por vezes a elite econômica, com índices de produtividade que garantiam um espaço entre professores renomados nos seus respectivos campos de atuação. Era evidente o contraste nas trajetórias de estudantes que estavam no início, meio ou fim de curso, seja pelas dinâmicas de gênero relatadas entre as mulheres pós-graduandas, ou na maneira como a relação com o corpo docente era baseada em uma ruptura de expectativas, geralmente o abandono silencioso na orientação, ou o assédio moral entre a equipe do laboratório.

É importante frisar que esse trabalho não é uma denúncia sobre a insensibilidade, abusos ou mesmo perversões de alguns professores universitários, em decorrência do lugar de poder que eles ocupam na relação hierárquica com os estudantes. Embora o assédio moral possa ocorrer e tem sido tema de algumas de minhas entrevistas, não é a regra geral, assim como o fato de eu estudar o sofrimento entre estudantes universitários não anula o sofrimento dos professores, ou a capacidade dos estudantes de contornarem regras para se beneficiarem por uma presumível 'falta de responsabilidade'.

O que busco compreender é como os valores que nutrimos nas sociedades ocidentais produzem um grau estruturante de sofrimento, baseado em um regime de produtividade, competitividade e meritocracia peculiar do que se denomina "mundo acadêmico", um contexto que é visto como elitista, privilegiado e de altos ganhos pessoais para quem segue essa trajetória. Por outro lado, esse "mundo" não é natural, mas formado por políticas públicas, autogestão, e uma serie de relações fronteiriças bastante ambíguas e idealizadas: é um tipo de estudo que é um trabalho, é uma bolsa que é um salário, é um pesquisador que é um aluno, e é um aluno que será professor.

[2] Agradeço a CAPES pela oportunidade e o financiamento concedidos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

Foram necessárias mudanças estruturais na minha proposta de tese, onde optei por produzir uma análise comparativa e multi-situada sobre o sofrimento e adoecimento mental entre estudantes de pós-graduação do/no norte e sul global (MARCUS, 1995). No trabalho de campo que realizo, essas categorias se entrelaçam de diferentes maneiras, evidenciando quais mundos que estudantes de pós-graduação transitam com maior ou menor facilidade, especialmente em comparação com outras profissões. Vale mencionar que a família é um tema importante dessa pesquisa, especialmente no contexto da escolaridade, e na maneira com que estudantes de pós-graduação carregam uma dádiva para/com suas famílias (MAUSS, 2003).

Durante um período de 6 meses em Nova Iorque, entrevistei 25 estudantes de quatro grandes universidades da região de Manhattan: o Graduate Center[3], NYU, NSSR, e Columbia, havendo uma relação de participantes mais ou menos proporcional entre essas quatro universidades, e realizei o primeiro contato com os interlocutores após uma chamada *on-line* nas listas de emails dessas universidades. Atualmente, estou na fase do trabalho de campo em Recife, realizando entrevistas em universidades com cursos de pós-graduação em mestrado e doutorado, que no atual contexto de pós-graduações de Recife se resume a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Estadual de Pernambuco (UPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A ideia de pensar a partir do norte e sul global possibilita refletir sobre as desigualdades em uma escala estrutural, e os efeitos dessas diferentes desigualdades na vida dos sujeitos por todo o mundo globalizado. Se trata de uma chave conceitual útil para localizar tanto a hegemonia quanto a subalternidade (SPIVAK, 2010; GRAMSCI, 2018), e melhor entender como essas dinâmicas se perpetuam no processo sócio-histórico ao qual estamos envolvidos, acabando por gerar uma série de sentidos que não podem ser desconsideradas ou desarticuladas da produção científica (TROUILLOT, 2003).

Para um quadro completo das questões centrais na experiência desse grupo de interlocutores, busco identificar como os/as estudantes de pós-graduação utilizam diferentes conhecimentos e saberes terapêuticos, de que maneira o modelo biomédico está presente na experiência desse grupo, e quais discursos são mobilizados quando tratamos do tema da saúde mental, algo que varia bastante na diversidade de doenças e transtornos que são criados, alterados, ou mesmo desaparecem no processo histórico das ciências da saúde (HACKING, 1998).

Embora os/as interlocutores dessa pesquisa apresentem diferentes problemas e diagnósticos identificados como síndrome *borderline*, tristeza, bipolaridade e mesmo alcoolismo, é sobre um caso de depressão e ansiedade que pretendo me ater neste artigo, pois como bem aponta uma das interlocutoras dessa pesquisa, "*depression and anxiety go hand in hand*". Me interessava compreender a participação dos atores em campo no processo de formação do diagnóstico, e quanto da objetividade científica estava ou foi assimilada durante a produção do diagnóstico, configurando esse processo como uma relação hierárquica e desigual entre os saberes do clínico e do paciente.

[3] Faço um agradecimento especial ao departamento de antropologia do Graduate Center, que com tanto carinho me acolheu durante o doutorado sanduíche.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

Cuidado e diagnóstico

O tema da saúde mental ocupa diferentes espaços no senso comum nas sociedades ocidentais, seja no uso pejorativo ou não do termo 'loucura', ou mesmo pela comparação indevida das doenças e transtornos mentais enquanto disfunções químicas exclusivamente localizadas no cérebro (AZIZE, 2011; ROSE e ABIRACHED, 2013).

O processo de tratamento psíquico é marcado por pré-noções públicas e cotidianas sobre o que é a mente, como ela é um órgão baseado no cérebro, e o quanto podemos adoecer esse órgão pela exposição das nossas emoções e sentimentos a um determinado ambiente estressor. No caso dos estudantes de pós-graduação, esse senso comum está relacionado a um suposto contexto de elevada autonomia intelectual, e é interessante para pensar como uma percepção mecanicista sobre o cérebro é abrangente, e de que maneira ela se concretiza em diferentes grupos acadêmicos.

O processo diagnóstico é uma prática das ciências médicas, que envolve uma extensa discussão sobre o que viria a ser uma patologia ou o estado normal dos corpos considerados humanos (CANGUILHEM, 1991). No campo da saúde mental, essa discussão se torna complexa por patologizar uma série de comportamentos ou emoções, que podem ser apenas variações na trajetória de vida das pessoas. As condições ambientais que cercam esses sujeitos não estão passíveis de controle pelo modelo biomédico, mas sim as pessoas que buscam por um tratamento para suas angústias. Como será discutido mais a frente, essa patologização se pauta nos comportamentos considerados desviantes ou de risco.

É importante notar a relação que estudantes de pós-graduação estabelecem com o consumo de antidepressivos e ansiolíticos, algo que ocorre de maneira ampla e com práticas cotidianas variadas, revelando como tanto psiquiatras, clínicos gerais, e familiares possuem entendimentos e influência distintos sobre o uso dessas substâncias (LEFÈVRE, 1983). Essas diferentes percepções influenciam na relação dos pós-graduandos com seus medicamentos, uma atividade que por mais simples que seja, envolve o corpo, a mente, a substância, o trabalho e a pessoa, em um processo indeterminado e sob constante mudanças dos atores envolvidos. Além disso, existem efeitos colaterais e outras formas de consequências nos corpos que consomem por muito tempo essas substâncias psicofarmacológicas, no entanto, não será esse o foco da discussão que trago aqui.

Não está em questão a dimensão biológica do adoecimento mental, afinal, o corpo é um fator indissociável de todas as relações que ocorrem sob o processo de saúde e doença. Se trata de acompanhar a relação dialética entre o sujeito e seu corpo no estabelecimento de uma trajetória de vida, marcada por momentos significativos em qualquer contexto social, seja na transição da juventude para a vida adulta, ou pela perspectiva de uma independência econômica do meio familiar. Embora essa percepção pareça bastante óbvia, mesmo que complicada de se transpor na prática, o campo das ciências biológicas insiste em desconsiderar as práticas culturais como dados científicos de valor (DAVIES, 2013; MCKINNON, 2021), perpetuando um modelo biomédico que pensa o campo da saúde mental de forma mecanicista, reproduzindo a falsa concepção de que o cérebro é a chave para lidar com todos os problemas da mente.

Outro ponto importante da pesquisa era entender como esses estudantes produziam o que chamo de 'práticas de autocuidado', trazendo a tona os principais processos cotidianos da vida que eram alterados pelo diagnóstico (ou receio) do diagnóstico. No campo da saúde, o cuidado geralmente é associado às práticas

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

que familiares estabelecem com um parente adoecido cronicamente (BELLATO, 2016), no sentido de proporcionar qualidade de vida, bem-estar e proteção (BONET, 2014), sendo importante frisar como essa é uma atividade majoritariamente realizada por mulheres (MOLINIER, 2014).

No contexto da pós-graduação, o cuidado é um termo que expressa a preocupação dos sujeitos de pensarem a longo prazo, de estabelecerem rotinas mais saudáveis ou de se desligarem do ambiente de alguma maneira. As diferentes estratégias que são produzidas, chamo de práticas de autocuidado, atividades que rompem ou não com a rotina, e que revelam também o tipo de conhecimento que esses interlocutores desenvolvem sobre saúde mental. Em contrapartida, muitos interlocutores já possuem experiências caracterizadas como "crise", um importante marcador temporal na trajetória individual, que legitima e racionaliza uma experiência anteriormente desprovida de diagnóstico ou tratamento.

A crise geralmente é grave por ser um episódio público, ocorrendo na família ou na universidade, podendo ser um desmaio ou mesmo uma tentativa de suicídio, mas fundamentalmente, um momento de ruptura da normalidade cotidiana de cada pessoa, dando margem para a possibilidade de atrelar esses problemas com a própria noção de pessoa, pois é a partir do diagnóstico e da racionalização das regras gerais desse diagnóstico que se produz um outro tipo de autorreconhecimento. Importante frisar o caráter quase sempre crônico do diagnóstico em saúde mental, uma relação por si só do sujeito consigo mesmo que pode ser de alívio, ou de constante ajustamento de medicação e múltiplos diagnósticos.

Um dos interlocutores estadunidenses me relatou que a graduação é o período em que se faz necessário "*power through*", quando há um alto investimento de tempo e dedicação, necessário para possibilitar o ingresso no mestrado ou doutorado. Ele expressa bem como a pós-graduação traz a tona uma quebra de expectativa, seja pelo excesso ou ausência de expectativas mobilizados pelo interlocutores em relação a suas pesquisas, ou na forma como as relações entre professores e alunos levam a comparação e inferiorização de si, principalmente pelo reconhecimento de vários interlocutores que atestam nunca serem 'os favoritos'.

Em universidades estadunidenses, não é comum que existam financiamentos garantidos ao longo de todo mestrado ou doutorado, resultando em períodos em que é esperado pelos administradores e orientadores que familiares possam lidar financeiramente com situações 'inesperadas', reafirmando a dimensão elitista que universidades de alto prestígio possuem, e como são justamente esses mecanismos de insegurança que afastam grupos menos privilegiados da sociedade do acesso ao ensino superior.

Para seguir esse campo etnográfico repleto de instituições, instrumentos, sujeitos e substâncias, o trabalho de Annemarie Mol (2002) é essencial para o tipo de antropologia da saúde que busco realizar. Mol trabalha em contextos hospitalares, onde o modelo biomédico e seus saberes são predominante baseados em instrumentos, metodologias e teorias da medicina moderna, e afirma que fazer ("*enact*") uma doença é seguir os discursos, instrumentos e saberes que cercam as diferentes ontologias onde esses fenômenos ocorrem, ou seja, os diferentes mundos e tradições que são parte da realidade do paciente. No caso da saúde mental, essa percepção é indispensável, afinal, os conhecimentos psi como um todo são um verdadeiro problema teórico a respeito do lugar da medicina clínica como campo atribuidor de autoridade, não necessariamente de eficácia.

É pela compreensão das práticas realizadas por diferentes instrumentos, pacientes e especialistas que a dimensão sujeito/objeto é tensionada por Mol, reve-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

lando como até mesmo a ciência mais materialista e objetivista possuí uma dimensão social e cultural que interfere na produção do conhecimento. Tendo em mente essas questões, reforço os objetos do cotidiano que fazem parte da rotina dos interlocutores da pesquisa, seja ao carregar cotidianamente um medicamento para ansiedade afim de prevenir uma crise, na mudança dos horários para atender melhor o ritmo do dia a dia e os efeitos colaterais da medicação, ou na relação que se faz com o álcool e outras substâncias ilícitas, evitando um reducionismo do campo etnográfico e das narrativas dos interlocutores.

> My ethnographic strategy hinges on the art of never forgetting about microscopes. Of persistently attending to their relevance and always including them in stories about physicalities. It is with this strategy that disease is turned into something ethnographers may talk about. Because as long as the practicalities of doing disease are part of the story, it is a story about practices. A praxiography. The "disease" that ethnographers talk about ir never alone. It does not stand by itself. It depends on everything and everyone that is active while it is being practiced. This disease is *being done*. (MOL, 2002: 31)

Após esses apontamentos metodológicos que guiaram o processo de pesquisa, e a importância de seguir o campo etnográfico conforme produzimos casos particulares onde a doença mental é 'feita', é necessário definir a dimensão moral na qual o sofrimento emerge do/no mundo acadêmico, e como a própria noção de sofrimento vem se alterando a partir de um paradigma neoliberal emergente.

Ideologia do Individualismo e Neoliberalismo

Um marco fundamental para minhas pesquisa é o trabalho de Louis Dumont (1993, 1997, 2013), que traça não o campo da saúde, mas do individualismo enquanto paradigma recente das sociedades ocidentais. A partir de sua pesquisa sobre o sistema de castas indiano, Dumont observa que esse sistema tornou claro a maneira como as "sociedades tradicionais" e "sociedades contemporâneas" se diferenciam respectivamente entre sociedades de inclinação holística ou individualista.

Dumont sugere o advento das democracias ocidentais como o começo de uma ruptura para o que ele chama de sociedades contemporâneas, pela maneira como a ideologia do individualismo se difundiu sob a premissa de que a sociedade existe em função do indivíduo, produzindo uma série de consequências desse processo, inclusive o surgimento da psicologia moderna e os primeiros estudos sobre doenças mentais no ocidente.

> quando falamos de "indivíduo", designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente esses dois aspectos: de um lado, o sujeito empírico que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; do outro, o ser moral, independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia do homem e da sociedade. Deste ponto de vista, existem duas espécies de sociedades. Quando o indivíduo constitui o valor supremo, falo de *Individualismo*; no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo de *holismo*. (DUMONT, 1993: 37)

Segundo Dumont, o individualismo gera relações de interdependência entre o que ele chama de nível hierárquico superior e inferior, na maneira como o valor é agenciado sob uma estrutura de sobreposições hierárquicas. A história do norte e sul global pode ser pensada por esse raciocínio, na maneira como diferentes

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

níveis hierárquicos apontam para diferenças materiais e simbólicas fundamentais, de como princípios e valores são mobilizados e legitimados afim de produzir determinadas relações de poder que se perpetuam no tempo. Importante salientar como esses valores são internalizados na dimensão psíquica dos sujeitos, resultado de uma complexa relação do indivíduo com seu ambiente, e na relação dele com um mundo que se projeta na sua mente.

> o homem não apenas pensa, ele age. Ele não tem só ideias, mas valores. Adotar um valor é hierarquizar, e um certo consenso sobre os valores, uma certa hierarquia das idéias, das coisas e das pessoas é indispensável à vida social. Isso é completamente independente das desigualdades naturais ou da repartição do poder. Sem dúvida, na maioria dos casos, a hierarquia se identificara de alguma maneira com o poder (DUMONT, 1997: 66)

O holismo não é só uma variação da ideia de estrutura pela qual os indivíduos 'agem em função de', mas o princípio de que as partes de um todo só podem ser compreendidas tendo em vista o quadro geral da totalidade à qual se pertence, algo significativo para o quadro de muitos interlocutores da minha pesquisa, "cada homem particular deve contribuir em seu lugar para a ordem global, e a justificativa consiste em proporcionar as funções sociais com relação ao conjunto" (DUMONT, 1997: 57). O que deve ser considerado novo nesse quadro conceitual é a forma como as sociedade contemporâneas incorporam esse fenômeno sobre os indivíduos, e em como um grau de alienação do neoliberalismo vem tomando efeito nas últimas décadas.

O neoliberalismo é uma corrente do pensamento moralizante, baseada em um forte determinismo econômico que pressupõem a sociedade na qual estamos envolvidos, reduzindo todas as relações possíveis a um processo de compra e venda, e psicologizando e naturalizando a ideologia enquanto a 'natureza humana'. Como aponta Safatle, o neoliberalismo enfatiza "a autonomia da economia em relação ao político e sua transmutação em psicologia moral." (SAFATLE, SILVA JUNIOR e DUNKER, 2022: 20), ou seja, a produção de um mecanicismo econômico que reflete uma psicologia moral para o neoliberalismo gerenciar o sofrimento cotidiano. Essa ideia considera princípios gerais e universais de comportamentos, pois o neoliberalismo é uma espécie de engenharia social dos sujeitos, que interdita o conflito responsável pelas conquistas e disputas políticas das quais a sociedade se beneficia.

É na ilusão de uma tecnicidade econômica que o discurso neoliberal busca alienar o sistema político, dando fim as potencialidades que o conflito proporciona no embate de ideias, pois não é do interesse da ideologia neoliberal avançar suas noções ou estabelecer melhorias nesse sistema, mas alterar a própria essência primária do que é um ser humano. O neoliberalismo busca a 'transcendência' de uma minoria individualista em relação a maioria da sociedade, algo que diante da teoria dumontiana faz sentido, pois se trata de uma matriz de pensamento que busca anular a coletividade enquanto componente da sua existência.

> the existence of society and the idea of the social—its intelligibility, its harboring of stratifying powers, and above all, its appropriateness as a site of justice and the commonweal—is precisely what neoliberalism set out to destroy conceptually, normatively, and practically. (BROWN, 2021: 26)

O marco do neoliberalismo nas sociedades contemporâneas é perceptível nas práticas econômicas entre o norte e sul global, mas também no quanto a mentalidade coletiva é predisposta à uma série de generalizações e reducionismos para aceitar uma realidade injusta, tal como se percebe pela noção do "empreendedor

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

de si". O "empreendedor de si" é um excelente exemplo de como os valores nas sociedades contemporâneas conduzem os sujeitos a uma falsa noção de autossuficiência, da criação de um sujeito que se assemelha a um empresa, desprovido de uma história ou contexto aos quais seu desejo seja limitado.

O "empreendedor de si" é um estado de espirito muito mais do que uma possibilidade desejável de ser no mundo, afinal, como aponta Gabriel Peters (2021), essa figura é a hipertrofia de seu oposto mais sensível, o depressivo:

> O modelo de individualidade empreendedora que o novo espírito do capitalismo encoraja, quando não o exige sob pena de severas privações materiais e simbólicas, encontra a sua imagem reversa na figura do sujeito em depressão tal qual pintada pela psiquiatria contemporânea. (PETERS, 2021: 75)

O sujeito depressivo é o oposto dos valores que são mais estimados na sociedade, acabando por ser uma experiência difícil de ser identificada e permeada de estigma (GOFFMAN, 1981). Um fardo desproporcional vem sendo posto sobre os indivíduos na contemporaneidade, que por mais impossíveis ou insustentáveis as condições de trabalho seja no campo que for, será demandada uma superação que encarne valores de um sujeito impossível, o "empreendedor de si". Para isso, a psiquiatria proporciona diversos tratamentos, mas é inegável que existe um fim da linha comum para todos os tratamentos difíceis, que é o consumo de psicofármacos como consumo de uma solução 'rápida' para um problema pontual.

Não se trata de reconhecer a insustentabilidade da estrutura que cerca nossas vidas, mas de dirimir o problema mental para um nível suportável e socialmente aceito. De uma maneira ou de outra, estamos inseridos em uma hegemonia que desqualifica e elimina outras ontologias, produzindo a alienação da infalibilidade da ciência e dos sujeitos como dotados de chances iguais onde quer que seja. Por fim, irei apresentar os dados etnográficos de uma das interlocutoras com quem tive contato em Nova Iorque, apresentando como a precarização da vida acadêmica afetou sua vida, e de que maneira ela vivencia seus problemas de saúde mental na pós-graduação.

Cenas etnográficas com Laura

A entrevista com Laura[4] se deu por video conferência, já que ela não tinha tempo para me encontrar pessoalmente, e se sentia mais a vontade realizando a entrevista a distância, opção que sempre fiz questão de oferecer quando entrava em contato com possíveis interlocutores. Laura tinha 25 anos à época de nossa entrevista, e faz doutorado no *Graduate Center* em neurociências, tendo nascido na cidade de Nova Iorque de um casal que havia migrado de Taiwan. Ela entrou em contato a respeito da minha chamada *online* por interlocutores, afirmando apresentar um diagnóstico de depressão e ansiedade, além de estar utilizando psicofármacos como parte do seu tratamento.

Não foi fácil para Laura crescer nos Estados Unidos em uma família tradicional chinesa, que ao longo da vida enfrentaram várias dificuldades financeiras. Após o divórcio de seus pais, ela passou a morar com a mãe e ter pouco contato com o pai, e afirma que seu pai nunca contribui de verdade no orçamento familiar, "*my dad didn't contribute at all*". Ela narra as dificuldades que sua mãe enfrentou ao criá-la, trabalhando ao longo da vida como secretária na Queens College e se esforçando muito para matricular Laura em uma escola privada de

[4] Nome ficticio.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

qualidade no distrito de Long Island, distante de onde ela morava na época, mas que serviu de base para lhe proporcionar o ingresso na universidade.

Após finalizar o *high school*, equivalente ao ensino médio, Laura foi aceita por uma universidade na cidade de Seattle, e passou a ter suas primeiras experiências com problemas de saúde mental. Durante o segundo ano da graduação vinha percebendo sinais de que não estava bem, sentindo-se cansada, desmotivada e pessimista em relação a seu futuro, recebendo o diagnóstico de depressão e ansiedade após consultar um psiquiatra da universidade. Não fica claro se essa era uma condição que ela vivenciou ao longo da juventude até a graduação, ou se foi algo que surgiu em decorrência da mudança para a graduação em outra cidade.

Laura resistiu a ideia de utilizar psicofármacos para tratar seus problemas de saúde mental, por considerar que sua ansiedade advinha de sua mãe passar por problemas econômicos e emocionais, ao mesmo tempo que lhe pressionava para conseguir um emprego estável com bom salário. Por mais que Laura tenha afeto e ame sua mãe, o peso do divórcio caiu de maneira desmedida sobre ela, pois seu pai se tornou uma figura ausente e sua mãe passava por uma pressão considerável, encontrando na filha alguém que pudesse ouvir seus problemas, tornando Laura em uma especie de "válvula de escape". Era claro para Laura que essa era a raiz de seus problemas, por essa razão o uso do medicamento era visto como um excesso.

Em 2021, Laura passou a se preocupar mais consigo mesma, percebendo como estava somatizando determinados problemas psicológicos que surgiram ao longo da graduação. O primeiro sinal de que havia um problema foi a perda de peso rápida, perdendo mais de "*20 pounds*" em um curto período de tempo, revelando sua falta de motivação para se alimentar como um aspecto da depressão. O segundo problema era o *skinpicking*, um hábito que ela tinha desde criança, consistindo em tirar pedaços da pele com as unhas em momentos de estresse, algo que só piorou com o doutorado, e que lhe faz refletir para a possibilidade de ter vivenciado questões de saúde mental muito antes de ingressar na universidade, "*I needed to make some life changes so I don't get hospitalized*".

Foi no doutorado que Laura começou seu tratamento psicofarmacológico, dando início a uma rotina com diferentes dosagens de substâncias como Bupropion ("*help with the anxiety*"), Klonopin ("*help with the anxiety*"), Abilify ("*anti-anger pill*") e Ritalina, um leque bastante amplo de medicamentos que geravam diferentes efeitos colaterais, e mudanças nas dinâmicas cotidianas da sua vida. Os medicamentos ajudaram a conter seu "*OCD*[5]", algo direcionado para seu hábito de *skinpicking*, sendo também um período de várias mudanças na rotina, como fazer aulas de pilates, meditar todos os dias, além de desenvolver *hobbies* como quebra-cabeças, livros de colorir para adultos e até mesmo começando aulas de cerâmica.

Mas quais seriam então os problemas de saúde mental que se originaram da dinâmica universitária? É importante enfatizar que nos Estados Unidos, é incomum a trajetória que temos no Brasil de realizar graduação, mestrado e doutorado em sequência, sendo mais comum os estudantes pularem da graduação para o doutorado, adquirindo o título de mestre ao longo do doutorado depois de cumprirem uma quantidade de créditos estipulado pela instituição, não sendo necessário escrever uma dissertação. Dessa forma, podemos considerar que há uma mudança muito abrupta da graduação para a pós-graduação, seguindo um ritmo

[5] *Obsessive Compulsive Disorder* (OCD), ou em português conhecido como Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

que não proporciona muitas oportunidades de tempo para Laura cuidar de si mesma.

Para Laura, o atraso constante no recebimento do seu "*stipend*", equivalente ao que conhecemos no brasil como as bolsas de pesquisa CAPES ou CNPq, era algo profundamente frustrante, "*CUNY is very bad at paying us in time (...), not being paid on time has been a very big stressor for at least tree of the people out of the six in my program*". No fim das contas, a instabilidade no seu pagamento era algo que ela creditava grande estresse e ansiedade, afirmando que uma amiga sua vivia de economias que havia feito antes do doutorado, algo que ela não tinha e não teria como depender caso acontecesse. Para Laura, era bastante prejudicial essa constante insegurança, gerando ainda mais frustração na possibilidade de sua depressão comprometer as atividades da universidade, e consequentemente de todo seu projeto de vida.

Como foi para grande parte das trajetórias acadêmicas que pude investigar, Laura é a receptora de uma dádiva familiar (MAUSS, 2003), de um sacrifício feito por sua mãe, que sem o apoio do seu pai garantiu uma educação de qualidade e um futuro profissional para a filha. A ausência paterna ao longo da minha pesquisa é algo muito comum, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, e não é a figura paterna em si que faz falta, mas as consequências práticas do vazio deixado por essa figura, e como mesmo sendo uma criança, Laura absorve uma responsabilidade não apenas de si, mas da ausência de uma rede que produza segurança, gerando a sensação de que esse momento na universidade representa sua "única chance".

A universidade não é apenas um espaço de solidão, mas também de perspectiva em relação aos problemas das outras pessoas. A mesma amiga de Laura que tinha economias para se sustentar também passava por problemas de saúde mental, e foi ela que recomendou Laura a ir para o Wellness Center, um departamento no Graduate Center responsável por garantir a qualidade de vida dos estudantes, promovendo terapia individual ou em grupo, além de outras atividades referentes ao cotidiano dos alunos. Quando recomendada por sua amiga a ir ao Wellness Center buscar por apoio psicológico, Laura descobriu que só existe cobertura para no máximo onze sessões de terapia ao ano, gerando não a busca por esse serviço, mas o entendimento de que esse serviço não seria capaz de dar conta da suas demandas a longo prazo, que para muitas pessoas significaria ao menos uma ou duas sessões por semana.

Quando se fala do estigma em saúde mental, se fala não só da incapacitação por questões emocionais ser deslegitimada enquanto exagero, mas pragmaticamente do custo exorbitante que é um tratamento psicoterápico, e que do ponto de vista institucional de qualquer universidade, se trata de gerenciar longas filas para atendimento, além de não haver um acompanhamento profissional constante com um terapeuta, mas com os terapeutas que estiverem disponíveis, uma lógica que na UFPE é compreendida como "acolhimento emergencial". Semelhante ao Wellness Center em Nova Iorque, a UFPE tem um serviço que passa pelas mesmas críticas, tornando a própria investigação etnográfica nesse locais algo marcado por falas de interlocutores que com frequência desistem desses suportes institucionais, consumindo as medicações de maneira constante e a psicoterapia mediante as condições financeiras do período.

No campo de estudos de Laura, muito do trabalho nas neurociências envolve a capacidade de realizar experimentos e procedimentos no laboratório, o que leva a um problema comum entre estudantes das chamadas "ciências duras", que percebem suas atividades de laboratório não só como a de pesquisadores envolvidos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

em um projeto pessoal, mas como uma mão de obra do 'chão de fábrica' desse modelo científico, contribuindo para sua técnica com os instrumentos e experimentos de laboratório, mas também gerando uma carga horária que varia conforme uma hierarquia particular de cada laboratório.

Laura considera o laboratório onde trabalhava como um ambiente tóxico, onde já passou por vários conflitos com outros membros, além de ser silenciada pelas figuras hierárquicas superiores. No verão de 2021, Laura narra como passou por um episódio grave no laboratório, "*I was seriously considering getting out, is a very toxic lab. (...) I was held in the face, and was fingerpointed at my face, I went to the lab manager and my advisor was angry with me!*". Depois desse episódio, ela foi recomendada por sua amiga a ficar no laboratório, e não desperdiçar o tempo que foi investido lá.

Podemos notar a presença do que pode ser considerada uma 'economia do sofrimento individual', um balanço dos pesos e contrapesos que possibilitam o sofrimento 'valer a pena' ou não. Enquanto as relações familiares regressas representam um retorno para o passado, e a dificuldade em possuir um apoio institucional para saúde mental uma distância burocrática da instituição com o estudante, o laboratório representa aqui o fardo que algumas relações interpessoais geram, onde a estratificação do poder ocorre por uma hierarquia geracional: do estudante mais velho que ensina para o mais novo, e do professor que estará lá a despeito dos estudantes, que vão e vem todos os anos.

As profissões são um campo de destaque na pesquisa, pois onde percebe-se solidão e isolamento nas ciências humanas, que em grande parte são pesquisas onde há uma demanda por leitura e escrita determinantes, nas ciências biológicas percebe-se o trabalho em laboratório como essencial e com frequência conflituoso, mas permeado de uma coletividade que pode sim ser positiva. Para Laura, o laboratório era uma ambiente tóxico, um espaço de assédio e desinteresse nos seus desejos, pois são poucas as universidades que possuem uma variedade de laboratórios onde é possível trabalhar, dando mais poder para os chefes desses laboratórios, que diante de críticas, sabem claramente que nenhum estudante irá recomeçar do zero.

Na pós-graduação, é muito mais sensível o que entendemos por distanciamento do professor e aluno, afinal, a universidade não produz uma relação de 'trabalho' na pós-graduação, mas um processo educacional intenso e repleto de cobranças. Há professores para quem a distância é uma maneira de reconhecer a autonomia do aluno, que pode se sentir abandonado e em busca de uma "boa pressão", enquanto há estudantes que são frequentemente pressionados por resultados, gerando uma "pressão ruim".

Sobre o fato de ser uma mulher asiática em um ambiente majoritariamente masculino e ocidental, Laura é franca sobre o racismo que vivenciou no ambiente acadêmico, marcado justamente pelas interações no laboratório, como no dia em que seu orientador lhe questionou: "*When will you become a real woman?*". Por ser uma mulher asiática de estatura baixa, ser infantilizada pela sua corporeidade como não sendo uma mulher foi profundamente ofensivo, ao que ela não teve oportunidade de reagir no momento, mas questionava-se retroativamente na entrevista, "*don't you think I'm a real adult?*".

Ao fim da entrevista, pergunto para Laura qua seu objetivo ao terminar o doutorado, no que ela imediatamente diz que, "*I wanna make a lot money and work outside academia*", uma impressão que fica na maneira abusiva como o programa desqualificava seus problemas e o dos seus colegas, além do fato de que a iniciativa privada nas neurociência é um campo bastante lucrativo. "*Is really*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

hard to get help, when students get trouble with the program, is really hard to have the student advocate with their issues".

Considerações finais

O relato de Laura ilustra como o mundo acadêmico vem reproduzindo um modelo precário das relações entre os estudantes, que em grande medida atuam como pesquisadores e mesmo assistentes de laboratório, desenvolvendo experimentos que possuem alto valor no mercado de trabalho. É por uma perspectiva que visa o investimento a longo prazo que Laura permanece se submetendo ao doutorado, abdicando de sua saúde mental em uma troca carregada de sofrimento, vinculada à sujeitos que o privilégio hierárquico de não serem responsabilizados institucionalmente por suas práticas de assédio moral.

Concluo considerando que a precariedade das relações que permeia a vida de Laura são produto de uma economia política histórica, que marca a trajetória tanto sua quanto de sua mãe. A dimensão racial e de gênero também são importantes, pois são marcadores da gratuidade com que o assédio ocorre no cotidiano acadêmico, e de hierarquias que não são baseadas no mérito, mas nas estruturas perpetuadas de opressão herdadas do período colonial, e atualizadas pelo neoliberalismo.

Há uma pluralidade de questões que envolvem o tema da saúde mental, como o processo sócio-histórico das instituições, a constituição fisiológica dos sujeitos ou suas experiências familiares. No entanto, o sofrimento tem sido cada vez mais homogeneizado pelo neoliberalismo, sendo baseado na constante individualização da percepção e da naturalização das relações de trabalho abusivas. É pela perpetuação da ideologia individualista que os sujeitos permanecem sob um discurso político atraente, mas essencialmente reacionário e acrítico, com consequências graves em todas as camadas da sociedade, e com particular importância para o campo saúde mental.

Recebido em 15 de junho de 2024.
Aprovado em 29 de novembro de 2024.

Referências

ARCOVERDE, Igor. *Algo no caminho: narrativas sobre individualismo, sofrimento e adoecimento mental entre jovens graduandas da Universidade Federal de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFPE, 2021.

AZIZE, Rogério. O cérebro como órgão pessoal: uma antropologia de discursos neurocientíficos. *Trabalho, Educação, Saúde*, 8 (3): 563-574, 2011.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

BONET, Octavio. Itinerações e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold. *Sociologia & Antropologia*, 4 (2): 327-350, 2014

BELLATO, Roseney *et al*. Experiência familiar de cuidado na situação crônica. *Revista da Escola de Enfermagem (USP)*, 50: 81-8, 2016.

BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of antidemocratic politics in the west*. New York: Columbia University Press, 2019.

CANGUILHEM, Georges. *The Normal and the Pathological*. Zone Books, 1991.

DARDOT, Pierre; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIES, James. *Cracked: the unhappy truth about psychiatry*. Cambridge: Pegasus Books, 2013.

DUARTE, L. F. D. O valor dos valores: Louis Dumont na antropologia contemporânea. *Sociologia e Antropologia*, 7: 375-772. 2017.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Editora USP, 1997.

DUMONT, Louis. On Valeu The Radcliffe-Brown Lecture in Social Anthropology, 1980. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 3 (1): 287-315, 2013.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Selections From The Prison Notebooks*. Nova York: International Publishers, 2018.

HACKING, Ian. *Mad travelers: reflections on the reality of transient mental illnesses*. University of Virginia Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14 (3): 575-599, 1988.

LEFÈVRE, Fernando. A função simbólica dos medicamentos. *Revista de Saúde Pública,* 17 (6): 500-503, 1983.

LAKOFF, Andre. The Anxieties of Globalization: antidepressant sales and economic crisis in Argentina. *Social Studies of Science*, 34 (2): 247-269, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARCUS, George. Ethnography in/off world system: The emergence of multisited Ethnography. *Annual Review Anthropology*, 24: 95-117, 1995.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOL, Annemarie. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, 26 (1), 2014.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal: Uma crítica antropológica da psicologia evolucionista*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

NADER, Laura. "Up the anthropologist! Perspectives gained from studying up". In: HYMES, Dell (org.). *Reinventing Anthropology*. Nova York: Vintage Books, 1972. pp. 284-311.

PETERS, Gabriel. O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia. *Civitas*, 21 (1): 71-83, 2021.

ROBBINS, Joel. Dumont's hierarchical dynamism: Christianity and individualism revisited. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 5: 173-195, 2015.

ROSE, Nikolas e ABI-RACHED, Joelle. *Neuro: the new brain sciences and the management of the mind*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson e DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

STENGERS, Isabelle. *A Invenção das Ciências Modernas*. São Paulo: Editora 34. 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. "Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness". In: *Global Transformations: anthropology in the modern world*. New York: Palgrave, 2003. pp. 7-28.

TOREN, Christina. Imagining the World that Warrants Our Imagination. *Cambridge: Anthropology*, 30 (1): 64-79, 2012.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17888

Medicalização infantil e neoliberalismo:
qual o papel do Estado?

Kettlyn Carla de Souza[1]
Neusa Maria Soares Zukoski[2]
José Luis Derisso[3]
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Resumo: O presente artigo objetiva compreender a relação do neoliberalismo, da medicalização da educação e o papel do Estado e das políticas públicas educacionais. Para isto, realizamos uma revisão de literatura sobre a temática e discutimos a importância de refletirmos o aumento escalonado da medicalização da infância decorrente das queixas escolares. A inexistência de orientações, de monitoramento e/ou políticas públicas por parte de órgãos competentes do governo, os avanços do neoliberalismo e a organização social são fatores que participam diretamente da produção deste fenômeno. A medicalização da infância vem sendo vista como uma solução proposta pela área da saúde para sanar as queixas escolares. Os resultados encontrados nos exortam a refletir acerca da biologização da vida, crescimento da indústria farmacêutica e da desresponsabilização governamental, diante do aumento exponencial do número de laudos e de prescrições medicamentosas frente às queixas escolares.

Palavras-chave: medicalização da infância; Estado; capitalismo contemporâneo.

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Psicologia Histórico-Cultural pela Universidade Paranaense. Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante. Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense.
[2] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Neuropedagogia pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná.
[3] Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em História pela Universidade de São Paulo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

SOUZA, Kettlyn Carla de; ZUKOSKI, Neusa M. S.; DERISSO, José Luis. **Medicalização infantil e neoliberalismo: qual o papel do Estado?** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 351-365, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Child medicalization and neoliberalism:
what is the role of the State?

Abstract: This article aims to understand the relationship between neoliberalism, the medicalization of education and the role of the State and public educational policies. To this end, we carried out a literature review on the topic and discussed the importance of reflecting the gradual increase in the medicalization of childhood resulting from school complaints. The lack of guidance, monitoring and/or public policies by competent government bodies, the advances of neoliberalism and social organization are factors that directly participate in the production of this phenomenon. The medicalization of childhood has been seen as a solution proposed by the health sector to solve school complaints. The results found exhort us to reflect on the biologization of life, the growth of the pharmaceutical industry and the lack of government accountability, given the exponential increase in the number of reports and drug prescriptions for school complaints.

Keywords: Medicalization of Children. State. Contemporary capitalism.

La medicalización de la infancia y el neoliberalismo:
¿cuál es la función del Estado?

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo comprender la relación entre el neoliberalismo, la medicalización de la educación y el papel del Estado y las políticas públicas educativas. Para ello, realizamos una revisión de la literatura sobre la temática, discutiendo la importancia de reflexionar sobre el aumento escalonado de la medicalización de la infancia como respuesta a las quejas escolares. La ausencia de orientaciones, monitoreo y/o políticas públicas por parte de los órganos competentes del gobierno, los avances del neoliberalismo y la organización social son factores que contribuyen directamente a la producción de este fenómeno. La medicalización de la infancia se presenta como una solución propuesta desde el ámbito de la salud para abordar las quejas escolares. Los resultados encontrados nos exhortan a reflexionar sobre la biologización de la vida, el crecimiento de la industria farmacéutica y la desresponsabilización gubernamental frente al aumento exponencial en el número de diagnósticos y prescripciones de medicamentos en respuesta a las quejas escolares.

Palabras-clave: medicalización de la infancia; Estado; capitalismo contemporáneo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

O presente trabalho busca discutir a relação entre a crescente medicalização da infância e os interesses mercantis da indústria farmacêutica no cenário do neoliberalismo, a partir bibliografia, com o fim de compreender tanto o fenômeno do neoliberalismo, quanto o da medicalização da infância, articulando com o papel do estado, principalmente no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas para a infância. Sendo assim, levantam-se as seguintes perguntas: O que é a medicalização da infância? Qual sua relação com o neoliberalismo? O que tem feito o Estado nesse contexto, na medida em que cede aos interesses do mercado?

Para responder a essas questões, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, utilizando autores clássicos da área, como Patto (1990, 1997), Moysés e Collares (1884, 2013), Collares e Moysés (1994, 2010), Souza (2000, 2005, 2010), Saviani (2015), Harvey (2008) e Marx (1998, 2004), em debate com autores contemporâneos. A perspectiva de análise é a do materialismo histórico dialético, a partir das categorias de totalidade, de radicalidade (entendimento da gênese por meio da análise histórica), de movimento, de trabalho e de contradição.

A relevância da temática evidencia-se no aumento significativo de crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e consequentemente medicalizadas. O número de diagnósticos e uso principalmente da ritalina triplicou nos últimos cinco anos no Brasil e na Argentina. Estima-se que cerca de 200 mil alunos vão à aula medicados (EIDT; TULESKI, 2010). São números expressivos que merecem uma contextualização e problematização, e o posicionamento do Governo frente a este aumento, e como isso reflete nas políticas públicas. Portanto, iniciamos pela explanação dos principais aspectos da medicalização da infância, a seguir discutimos o neoliberalismo, para então abordar as principais políticas educacionais vigentes no tocante à questão da medicalização infantil a partir das instituições escolares.

Medicalização da infância: aspectos principais

Compreender a medicalização da infância é uma atividade complexa, já que estamos falando de um fenômeno multifacetado e multifatorial - como uma teia espalhada no tecido social, que possui vários fios que se atravessam e se ligam, constituindo uma totalidade. Nesta teia, o uso de psicotrópicos na infância está cada vez mais naturalizado, se expandindo rapidamente ao mesmo passo que o número de diagnósticos vem aumentando. Segundo Souza (2000), as dificuldades em cumprir as demandas escolares se transformam em queixas sobre os estudantes, que resultam em encaminhamentos da escola para os especialistas, os quais nomeiam tais "dificuldades" como transtornos de aprendizagem, o que resulta em crianças recebendo diagnósticos a serem tratados com psicotrópicos.

Em um passado não muito distante, as experiências hoje patologizadas eram vistas como normais e passíveis de enfrentamento com os recursos naturais e socioculturais produzidos pela humanidade (SILVA, RODRIGUES e MELLO, 2018 *apud* FREITAS e AMARANTES, 2015). Antes, os anormais, ou "loucos", eram

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

isolados e castrados para evitar sua reprodução. Atualmente, a ciência avançou, adquirindo o saber e o poder ainda maior sobre normalidade, se especializando sobre o comportamento humano. Surgem novos critérios, novos nomes, novas formas de avaliação, novas formas de punição, ou seja, a vigilância se sofistica (MOYSÉS e COLLARES, 2013).

Ademais, por medicalização compreende-se justamente isso: a inserção da medicina em áreas que não são de sua alçada, transformando questões de origem social e política em questões médicas, biológicas e centradas no indivíduo, logo, é no campo médico que são encontradas as causas e soluções para problemas dessa natureza, desconsiderando as determinações coletivas (COLLARES e MOYSÉS, 1994). Não obstante, a escola não escapa deste movimento. Massivamente, crianças e jovens com problemas de aprendizagem e/ou comportamentos ditos inadequados são alvos dessa medicalização - é a medicalização da educação e da infância (MEIRA, 2012).

Dessa forma, enquanto questões coletivas são consideradas individuais, a família e a pessoa são culpabilizadas pelos problemas, ao passo que as autoridades governamentais e profissionais são desresponsabilizadas (SANTOS, FRANÇA e BATISTA, 2022). Acerca disto, Patto (1997: 57) ressalta que:

> O que aparece como natural é social; o que aparece como a-histórico é histórico; o que aparece como relação justa, é exploração; o que aparece como resultado de deficiências individuais de capacidade, é produto de dominação e desigualdade de direitos determinada historicamente.

Nesse sentido, discussões como esta vêm sendo realizadas desde 1970 no Brasil, tendo Maria Helena de Souza Patto como principal precursora, refletindo acerca das explicações que vêm sendo dadas sobre o fracasso escolar em seu livro "A produção do fracasso escolar" (PATTO, 1990). Por mais que estes debates continuem sendo desenvolvidos, principalmente pelos teóricos da Psicologia Escolar Crítica, ainda verifica-se que o número de encaminhamentos do contexto escolar para os profissionais da saúde vem aumentando consideravelmente (RODRIGUES, CAMPOS e FERNANDES, 2012 *apud* SCHWEITZER e SOUZA, 2018). Moysés (1990) corrobora afirmando que "por não existirem causas médicas reais para o fracasso escolar, observa-se uma construção artificial dessas causas, com a construção de falsas relações entre "doença" e "não-aprendizagem" (MOYSÉS, 1990 *apud* SCHWEITZER e SOUZA, 2018).

O resultado é aquilo que se chama de "inclusão excludente". Com a universalização do ensino, a maioria das crianças e adolescentes está dentro das escolas, porém só estão realmente incluídos em sala de aula, sua permanência e efetividade da aprendizagem não lhes são garantidos (SOUZA, 2013). De acordo com Moreira e Cotrin (2016) referenciando os dados estatísticos do PNAD/IBGE de 2009, indicam que entre crianças de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo é de 2,5%, entre jovens de 15 anos ou mais é de 9,7% e 13% o índice de crianças de 10 a 14 anos com mais de dois anos de atraso escolar.

Um dos diagnósticos mais associados às queixas escolares é o de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade). Seu tratamento se embasa majoritariamente no uso de psicoativos, como o Cloridrato de Metilfenidato, sendo este um dos medicamentos mais usados por crianças (CRUZ, LEMOS, PIANI e BRIGADÃO, 2016). Pesquisas como as de Calazans *et al.* (2012) relatam que "de 2000 a 2004, houve um aumento de 1024% nas vendas de caixas de metilfenidato e, entre 2004 e 2008, mais um aumento de 940%" (CALAZANS *et al.* 2012 *apud* CRUZ, LEMOS, PIANI e BRIGADÃO, 2016).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

Ademais, esta transformação já se incorporou em nossa cultura e um grande contribuinte é a supervalorização do saber médico, sendo este o que determina o que é saúde ou não. As pessoas tiveram sua autonomia reduzida, tornando-se meras "consumidoras", submetidas a prescrições médicas, especialistas e remédios ao longo da vida, visualizando este movimento como algo natural. Destarte, a medicina conseguiu apoderar-se de um saber no qual as pessoas acreditam que ao buscar comportamentos saudáveis podem se tornar melhores (BELTRAME, GESSER e SOUZA, 2019).

Alguns saberes médicos já nasceram relacionados a este processo de avaliação, diagnóstico e consequente medicalização, como é o caso da Psicologia. Patto (1990) ilustra como a história da Psicologia no Brasil nasceu atrelada com a da medicina, consolidando-se a partir de demandas da educação. Chamada a responder os motivos do "não aprender" no período da universalização do ensino no país, a Psicologia exerceu seu papel classificando e categorizando os indivíduos a partir de testes padronizados e estereotipados, revelando-se preconceituosa, patologizante e a serviço de uma determinada classe (PATTO, 1990).

Da mesma forma que a medicalização não é um fenômeno neutro, as pessoas também não saem ilesas desta relação. Collares e Moysés (2010), ao discorrerem acerca da Dislexia e do TDAH, abordam como os medicamentos para estes diagnósticos e/ou transtornos podem melhorar a atenção do aluno a partir das grandes quantidades de dopamina injetadas no aparelho psíquico, porém, como efeito, o indivíduo pode dessensibilizar-se frente pequenos prazeres cotidianos que antes possuía, como o de comer determinados alimentos, se emocionar, construir relações saudáveis, entre outros (COLLARES e MOYSÉS, 2010). Ainda sobre o TDAH o metilfenidato:

> Segundo uma pesquisa realizada por Andrade e Scheuer (2004), o uso do metilfenidato em 25% das crianças estudadas não teve efeito, enquanto em 75% das crianças estudadas houve alguma melhora em relação à coordenação motora e aprendizagem em curto prazo, porém não fica claro nesse artigo como essa melhora pode ser objetivada. O que chama a atenção é que em 25% dos casos as crianças não responderam ao uso da medicação, o que segundo Santos, Silva, Luzio, Yasui e Dionisio (2012), é um dado relevante, pois faz os pesquisadores pensarem que ainda são necessários mais estudos sobre o diagnóstico de TDAH e sobre a medicação (ANDRADE e SCHEUER, 2004; SANTOS, SILVA, LUZIO, YASUI e DIONISIO, 2012 *apud* BENEDETTI, BEZERRA, TELLES e LIMA, 2018).

Além disso, há também a subjetivação do diagnóstico por parte do sujeito. Visualizar-se enquanto alguém "doente" impacta na forma como o aluno se vê e até como a escola o concebe. Não são raros os casos nos quais a instituição de ensino aplica atividades inferiores aos mesmos por julgar que não possuem a mesma capacidade dos demais alunos (BENEDETTI, BEZERRA, TELLES e LIMA, 2018). Além da desresponsabilização da escola, as avaliações são realizadas por profissionais que não dialogam com a mesma, que se veem externos a ela, e sequer consideram as políticas educacionais ligadas.

Geralmente, as avaliações diagnósticas ocorrem a partir de perspectivas clínicas, pretensiosamente neutras e se direcionam a fim de encontrar um culpado, culpa que geralmente recai sobre a criança, que tem o contexto social desconsiderado (SILVA, RODRIGUES e MELLO, 2018). Neste sentido, tais avaliações deveriam focar-se mais em "como a criança aprende", do que no "porque ela não aprende", deslocando a ênfase dos problemas de aprendizagem e enfatizando os problemas de escolarização (SOUZA, 2005).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

Outrossim, são diagnósticos que selam destinos, por isso realizá-los da melhor forma, considerando os multideterminantes e a produção das queixas escolares é crucial, uma vez que não se nega a existência de patologias e/ou a necessidade de psicotrópicos e terapias - o que se questiona é o número de encaminhamentos, diagnósticos e medicalização de maneira escalonada, com avaliações reducionistas, simplistas e biologicistas, sem um senso crítico. Este cuidado com o processo diagnóstico é essencial, pois a criança estigmatizada incorpora os rótulos, introjeta a doença, passa a ser psicologicamente uma criança doente, com consequências previsíveis sobre sua autoestima, sobre seu autoconceito e, aí sim, sobre sua aprendizagem. Na prática, ela confirma o diagnóstico/rótulo estabelecido (MOYSÉS e COLLARES, 1994: 29).

A falta deste questionamento sobre este processo não atinge somente os profissionais envolvidos no diagnóstico, e sim a população no geral, que visualiza essa patologização da aprendizagem e rapidamente a aceita, vendo-a, muitas vezes, como uma das únicas soluções. Contudo, verifica-se que dificilmente o diagnóstico muda os rumos da aprendizagem, já que não se intervém no problema de fato. Consequentemente, o que se trilha é um caminho gradativo até o fracasso escolar (MOYSÉS e COLLARES, 1994).

Cabe-nos perguntar a quem interessa essa biologização da educação. A cada nova "doença" catalogada pelos manuais diagnósticos, surgem consigo todo um mercado, com possíveis tratamentos e medicamentos (RATUSNIAK, SILVA e SZNYCER, 2017). Além do mais, ao culpabilizar somente a criança e sua família pelas dificuldades de aprendizagem, encobrem-se toda a situação educacional do país: com condições precárias aos profissionais da educação, salas de aula lotadas, currículos desarticulados, políticas educacionais defasadas, entre outros (SILVA, RODRIGUES e MELLO, 2018). Sendo assim, o medicamento seria uma maneira de calar os sujeitos, mascarar as contradições e desresponsabilizar o Estado. Esta "terceirização" dos problemas da escola para os profissionais da saúde vem para dissimular o "fracasso escolar e a exclusão educacional".

Portanto, a escola se ocupa tanto em saber o que o aluno tem, qual o seu diagnóstico e qual a solução, que acaba se esquecendo do seu real papel, que é o de socializar o saber sistematizado a partir do trabalho educativo. Logo, é negado aos sujeitos a sua humanização, uma vez que o trabalho educativo nada mais é do que "o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2015: 287).

Aspectos do neoliberalismo: que contemporaneidade é essa?

Os fenômenos acima debatidos, que dizem respeito a problemas educacionais multideterminados, não tem sua gênese findada em si, como se aparecesse só na escola, ou fosse algo isolado da sociedade. Muito pelo contrário, eles são gerados dentro de um determinado tipo de sociedade e ligados a uma determinada estrutura social, no qual, tais fatos são produtos destes. Sendo assim, ao analisar a história da educação, já verifica-se a existência de tais problemáticas.

A educação escolar é essencial para o desenvolvimento humano, uma vez que através dela o homem se apropria da riqueza histórica humana, produzida pela sociedade. O homem só entra em contato com o mundo através de outros homens, em um processo de comunicação entre eles, uma transmissão via educação.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

Mas, infelizmente, não são todos os homens que têm acesso à educação: "há enormes diferenças nas condições e modo de vida, da riqueza da atividade material e mental, do nível de desenvolvimento das formas e aptidões intelectuais" (LEONTIEV, 1978: 8) entre os homens, dentro da própria espécie humana. Porém, essa desigualdade não tem fundo biológico, e sim uma base econômica (LEONTIEV, 1978).

À vista disto, é necessário compreender que sociedade é esta e como ela se organiza, discorrendo acerca desta base econômica que cria e maximiza as desigualdades de modo a não proporcionar acesso a todos os homens. Por conseguinte, isso repercute no âmbito escolar, de modo que nem todos conseguem efetivar a aprendizagem.

A maneira como uma dada sociedade se organiza e divide o trabalho influencia diretamente nas relações que são estabelecidas entre os indivíduos, na subsistência e na qualidade de vida da população. Nesse sentido, "a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem" (MARX e ENGELS, 1998: 11). Sendo assim, o modo de produção espelha os homens de sua época e refletem as configurações sociais de uma sociedade.

Com efeito, "depois do fim das chamadas comunidades primitivas, a partir do aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, as classes sociais e [...] os conflitos dela decorrentes, nos acompanham até o momento atual" (ORSO, 2011: 28). Cumpre elucidar que nem sempre os homens se organizaram socialmente como conhecemos na contemporaneidade, visando o acúmulo de capital e a posse dos meios de produção, centrada em uma parcela irrisória da população, ao passo que a maioria das pessoas, segue vendendo sua mão-de-obra em troca de um salário que garanta minimamente sua subsistência.

O modo de produção capitalista, que impera na contemporaneidade, tem como relação a troca de força de trabalho por dinheiro, convencionalmente chamado de salário. O salário, por sua vez, "é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador" (MARX, 2004: 23). A "necessidade da vitória do capitalista" se dá ao reter o excedente da produção, acumulando mais-valia e atingindo o objetivo capitalista de concentrar riquezas.

Dessa forma, com o passar dos anos, o capitalismo foi assumindo novas formas de assegurar a supremacia do capital, cabendo enfoque ao final do século XX onde várias transformações no sistema capitalista se iniciaram como uma tentativa de superação de uma crise estrutural (1960). O capitalismo diante de uma crise intensa, visando assegurar sua perpetuação e assegurar a dominância da classe detentora dos meios de produção, passa a focar estrategicamente nas operações financeiras. Deste período em diante, cada vez mais tem se tornado frequente os investimentos neste mercado por diferentes públicos, pessoas físicas, jurídicas, inclusive instituições públicas e nações (REIS, 2015).

Com efeito, o capitalismo contemporâneo é resultado de transformações decorrentes de uma nova forma de acumulação de riquezas a nível mundial, que permitiu a circulação de capital no mundo todo de modo autônomo. A tendência à globalização, as novas tecnologias, a internet, a facilidade de compras e exportações e intercâmbios entre todos os países, são fatores a serem mencionados nessa seara contemporânea, atreladas a essa circulação mundial do capital (REIS, 2015).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

Desse modo, “esse regime de acumulação, centrado no poder das instituições financeiras, têm como agentes principais os bancos, os fundos de pensão, os fundos de investimentos, as seguradoras e outras empresas financeiras especializadas” (REIS, 2015: 26), logo, tem-se tornado cada vez mais comum conteúdos na internet, livros e palestras que ensinam a operar nestes mecanismos financeiros sob a promessa de lucros e enriquecimento aligeirados.

Mesmo com a nova configuração capitalista - a financeirização das relações, o papel do Estado permanece sendo o mesmo desde as análises de Marx e Engels, “sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época" (MARX e ENGELS, 1998: 74). No contexto do neoliberalismo, reforça-se o Estado como mediador dos interesses do mercado financeiro.

Ademais, ao explanar sobre a crise do capital e o capitalismo contemporâneo, estamos contextualizando acerca do advento do neoliberalismo. O neoliberalismo nada mais é do que uma teoria prático-política que prega uma melhora do bem-estar humano na medida que este se “liberta” de intervenções estatais e dá ênfase às “capacidades empreendedoras individuais”. Ao Estado cabe garantir a qualidade do dinheiro e uma estrutura institucional capaz de proteger o direito ao livre mercado e propriedade privada (HARVEY, 2008). Neste viés, o neoliberalismo é “marcado por reformas econômicas, transformações dos Estados e pela construção de uma nova subjetividade, o neoliberalismo é dimensionado como a razão de mundo que orienta o capitalismo contemporâneo” (OLIVEIRA e SANTAELLA, 2023: 106-107). Assim sendo, ele se faz presente na estrutura social e impacta a vida da grande massa da população, que arca com os custos das crises do capital: com o desemprego, com a perda de direitos trabalhistas, com a alta no custo de alimentação e subsistência, com a miséria, insegurança alimentar e fome.

No caso do Brasil, podemos citar um exemplo dessa política neoliberal expressa pela governança do país: a EC nº 95.

> com a EC nº 95, mais conhecida como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Morte ou do Fim do Mundo que, já sabemos, congelou os gastos primários federais por 20 anos, em nome do ajuste fiscal. É nesse período que teremos também a imensa ofensiva sobre os trabalhadores por meio da contrarreforma trabalhista e previdenciária e o suporte legal às terceirizações e à precarização do trabalho. (BEHRING, 2021: 236)

Foram medidas efetivadas no país, visando conter a crise do capital às custas dos trabalhadores, e, consequentemente, os direitos adquiridos historicamente foram retirados por meio dessa emenda constitucional. Entretanto, isto não ocorre apenas no Brasil, e sim em escala mundial, em um ritmo que é o mais avançado da história, ocasionando impactos que vão além de uma crise financeira.

> O que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2011: 29)

O neoliberalismo endossa a expropriação do planeta a tal ponto de pôr em risco a vida humana, com a ebulição global, temperaturas historicamente não vistas e catástrofes ambientais cada vez mais naturalizadas. Além de ameaçar a vida coletiva, o neoliberalismo já afeta drasticamente as individualidades, uma vez

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

que, segundo Harvey (2008), tornou-se um modo hegemônico de se pensar, presente amplamente nos discursos, nas relações, nas interpretações, enfim, na vida cotidiana das pessoas.

Cumpre elucidar que o padrão neoliberal se faz presente em diferentes âmbitos sociais e isso inclui a educação, "a escola neoliberal tem características idênticas com o modelo escolar que confirma uma educação como um bem essencialmente privado, isto é, cujo valor, acima de tudo, é o econômico em vez de ser humano" (CASTRO, RECH, MORAIS e PEIXOTO, 2021: 7), ao se privilegiar as relações financeiras em detrimento das relações humanas a escola perde sua essência de desenvolvimento omnilateral. A adesão a esse modelo compromete a formação dos estudantes, naturaliza relações sociais voltadas à individualidade, mérito, lucro e competitividade, sucateia a formação docente e empobrece o currículo escolar, que é voltado cada vez mais aos interesses da classe dominante.

Posto isso, é importante ressaltar que não há como pensar a medicalização da infância sem pensar o neoliberalismo, uma vez que é esta lógica que produz e perpassa os manuais diagnósticos, a precarização da educação, a patologização e as políticas públicas. É um projeto burguês que busca silenciar e docilizar a classe proletária, e, com seus ideais de liberdade, competitividade, produtividade, agilidade das informações e busca constante de bem-estar acaba mascarando o cerne dos problemas, interesses mercantis, e os colocando como se fosse de ordem individual. Assim sendo, veremos na sequência como este projeto tem afetado as políticas educacionais do nosso país.

Políticas públicas

As discussões acerca das queixas escolares e sua consequente medicalização são realizadas muito mais no campo da Psicologia Escolar Crítica do que da educação em si. Sendo assim, ao discorrer sobre o papel do psicólogo na escola, Marilene Proença Rebello de Souza (2010) traz uma reflexão pertinente, não somente aos psicólogos escolares, mas sim a todos agentes educacionais. Para ela, as intervenções neste âmbito devem ocorrer:

> se pautando no compromisso com a luta por uma escola democrática, de qualidade, que garanta os direitos de cidadania a crianças, adolescentes e profissionais que nela atuam. Esse compromisso é político e envolve a construção de uma escola participativa, que possa se apropriar dos conflitos nela existentes e romper com a produção do fracasso escolar. (SOUZA, 2010: 143-144)

O trecho acima reforça o compromisso que todos nós devemos ter - a defesa da escola pública. A escola é um campo de luta e de disputa, logo, para atuar em sua defesa é crucial conhecer as políticas públicas, entendendo em meio ao quê e aos interesses de quem elas se constituem, para, a partir disto, seguir na luta por uma educação de qualidade, em que todos tenham a oportunidade de se desenvolver omnilateralmente.

Alguns direitos em meio à luta já foram conquistados - como é o caso dos que constam na Constituição Federal. Contudo, cabe-nos questionar se os mesmos estão realmente sendo garantidos, conforme consta na lei. Este é o caso da educação. Segundo o artigo 205 da Constituição "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2016: 123). O mesmo aparece também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

Art. 2°, que declara: “A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Todavia, com base em estudos e na realidade empírica, é de comum consenso que não são todos os sujeitos que têm acesso à educação, assim como não são todos os que têm este “pleno desenvolvimento”. Resta-nos perguntar o que o Estado tem feito a fim de que se cumpra a lei, ou que outras políticas foram desenvolvidas para dar conta dessa defasagem. Para isso, recorremos à legislação vigente educacional, seguindo o recorte que este estudo se propôs: o da medicalização da infância.

Com o intuito de compreender o papel do Estado diante do neoliberalismo em curso analogicamente ao aumento em cascata da medicalização infantil, a princípio, como aporte, recorreu-se à coleta de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação do Brasil. No entanto, ao lançar os descritores “Medicalização” AND “Políticas Públicas” obtivemos 97 resultados. Ao aplicar os filtros “revisado por pares”, anos “2010-2023”, “recursos disponíveis online”, e em “língua portuguesa”, obtivemos apenas 38 artigos. Ao analisar os títulos e resumos, viu-se que nenhum trazia contribuições acerca desta discussão - focaram-se em outras questões, e apenas citavam as políticas públicas. Sendo assim, desconsideramos o uso de artigos e pesquisamos nos navegadores de internet e nos sites oficiais do governo federal. Com essas pesquisas não encontramos resultados acerca de programas/legislações que orientem ou regulamentem a medicalização em decorrência das queixas escolares. Em relação à saúde, encontramos programas sociais, facilitadores do acesso a qualquer medicação para todas as idades, que auxilia famílias pobres a garantirem seu direito à saúde, mas, que não salientam a medicalização infantil.

Com efeito, fizemos uma investigação em alguns documentos norteadores da educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 não faz nenhuma menção ou abordagem a queixas escolares e/ou medicalização do público alvo da educação do país. Nota-se, no entanto, que tal documento abarca superficialmente assuntos correlatos no capítulo V, que trata da educação especial. O art. 58° e 59° em suma, traz que quando necessário, focando as condições específicas do aluno, haverá serviço de apoio especializado, com profissionais devidamente capacitados, locais adequados e métodos, currículos e recursos educativos de acordo com as necessidades de cada um, dirigindo-se aos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades.

Segundo documento do Ministério da Educação (2010), por “Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)” pode-se compreender uma categoria na qual são reunidos transtornos que têm em comum as funções do desenvolvimento afetadas (Brasil, 2010). Incluem-se nestes o Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicose) e Transtorno Invasivo de Desenvolvimento. Trata-se de assuntos correlatos, uma vez que o processo de diagnóstico do TEA, também tem ocorrido a partir das queixas escolares, logo, enfrenta um processo similar ao discutido neste estudo: queixa escolar > encaminhamento ao profissional da saúde > diagnóstico > medicalização. Contudo, a LDB apenas se certifica com o apoio aos alunos públicos da educação especial, mas não abarca outros transtornos de saúde mental, e nem discorre sobre o processo de diagnóstico.

O mesmo ocorre com o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela LEI Nº 13.005/2014, com vigência de 10 anos, logo, tem validade até o ano deste

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

estudo - 2024. O PNE tem como objetivo estabelecer metas e diretrizes para educação, no qual, a cada dois anos, são feitas avaliações e diagnósticos para o monitoramento de tais metas. Para isso, além dos órgãos de monitoramento e acompanhamento, também é necessário uma divisão e comunicação com os Estados e Municípios, de modo que os mesmos realizem adequações regionais para que se alcancem os objetivos previstos nesta lei (BRASIL, 2014). No PNE nada consta acerca da medicalização, encaminhamentos, processos de diagnósticos e nem queixas escolares, todavia, ao abordar sobre suas diretrizes, o item IV do Art.2° esbarra nessa questão ao dispor de forma ampla que uma das metas é a "melhoria da qualidade da educação" (BRASIL, 2014).

Não satisfeitas, para fins de análise, escolhemos um Plano de Educação Municipal a fim de investigar sobre alguma menção acerca dos objetos de análise aqui abordados. O escolhido foi o PNE de Cascavel-PR, cidade onde se situa o programa de pós-graduação do qual fazemos parte. Neste sentido, encontramos aspectos semelhantes aos da LDB, no qual, na meta de cada escolaridade da educação básica consta um item que discorre sobre: "assegurar atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com material didático e professor de apoio a partir da aprovação do PME". Na "Meta II - Ensino Fundamental", consta na estratégia II uma garantia de acompanhamento individualizado a todos os alunos e reforço escolar no contraturno para alunos com dificuldades escolares. Já na "Meta IV - Educação Especial", apresentam-se estratégias parecidas com as da LDB, que em suma reforçam o compromisso em garantir para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades o acesso a atendimento especializado, com profissionais igualmente qualificados, salas de recursos multifuncionais, professores de apoio e apoio pedagógico. Também asseguram a implementação de ações para a estimulação precoce destes alunos, certificando a oferta de educação inclusiva e que o processo de avaliação psicoeducacional seja concluído no prazo de até 6 meses (CASCAVEL, 2015).

Assim como acima explanado, também no PME de Cascavel-PR, diretamente nada consta sobre medicalização, outros transtornos mentais e as queixas escolares. Somente alguns trechos com assuntos que se pode relacionar e avaliar se realmente tem sido aplicado, porém, este não é o foco deste estudo.

Por fim, realizou-se o mesmo movimento no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ambos documentos foram explorados, com intuito de compreender a estrutura, e a partir disso, com auxílio de palavras-chave, localizar possíveis discussões, regulamentos e orientações sobre as questões discutidas neste trabalho. As palavras norteadoras utilizadas foram: medicalização, medicação, medicamento(s), remédio(s), laudo(s), diagnóstico(s), patologia(s), transtorno(s), transtornos globais do desenvolvimento e educação especial.

Como resultado, no ECA localizamos 2 menções à palavra medicamento(s), 5 a laudo(s), 13 a diagnóstico(s) e 3 a transtorno(s). Porém, ambos eram usados para se referir a outras questões, como por exemplo, a palavra diagnóstico usada várias vezes, para se referir ao diagnóstico de equipe multiprofissional, voltada ao âmbito judicial para as decisões acerca dos direitos da criança e do adolescente. Já na BNCC foram encontradas 10 menções à palavra medicamento(s), 1 a diagnóstico(s) e 2 a educação especial. Todavia, nenhuma destas menções discutia ou abordava sobre o nosso objeto de análise. A seguir, vê-se um exemplo do posto, sobre uma das menções da palavra "medicamento" na seção de Ciências da

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

Natureza para Ensino Fundamental, orientando sobre o ensino da responsabilidade socioambiental:

> para que o estudante compreenda saúde de forma abrangente, e não relacionada apenas ao seu próprio corpo, é necessário que ele seja estimulado a pensar em saneamento básico, geração de energia, impactos ambientais, além da ideia de que medicamentos são substâncias sintéticas que atuam no funcionamento do organismo (BRASIL, 2018: 329).

Considerando todas as discussões, ao passo que desvelamos os interesses neoliberais e os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista contemporânea, o silêncio disfarçado de neutralidade por parte do Estado anuncia conivência e subserviência. Não há menções nos documentos oficiais norteadores e nem políticas sociais voltadas à medicalização da infância em decorrência das queixas escolares, embora os números de crescimento escalonado do uso de psicotrópicos nesta faixa etária sejam alarmantes.

Considerações finais

A medicalização da infância surge como resposta às queixas escolares. Essas queixas aparecem no âmbito escolar e se caracterizam enquanto dificuldades de aprendizagem ou de desenvolvimento que são encaminhadas à área de saúde para que lhe confiram uma solução. Isto tem resultado em laudos e prescrições medicamentosas a crianças desde a mais tenra idade. O aumento do uso de psicotrópicos nessa faixa etária vem aumentando de modo escalonado, aproveitando os efeitos de curto prazo com vistas a sanar as queixas escolares, mas deixando em segundo plano os efeitos a médio e em longo prazo de indivíduos que estão no início da vida. Ademais, perante um problema de origem educacional, a escola ao invés de debruçar-se visando resolver à problemática, acaba seguindo os encaminhamentos. O problema é tido como individual, na qual a criança e sua família são culpabilizadas e a escola vitimizada.

O modo como à sociedade capitalista contemporânea se organiza influencia neste modo de solução das queixas escolares via medicalização. Além de que a indústria farmacêutica lucra com esse novo mercado de consumidores que está em ascensão nos últimos anos. Cumpre salientar que a problematização do presente artigo é acerca dos números crescentes alarmantes de medicalização da infância, sem desconsiderar a importância dos diagnósticos e dos tratamentos inferidos pela saúde.

Diante de toda essa seara, que é sinalizada por autores como Patto (1990, 1997), Moysés e Collares (1884, 2013), Collares e Moysés (1994, 2010), Souza (2000, 2005, 2010), ao nos debruçarmos nos estudos das políticas públicas e dos documentos oficiais que norteiam e estabelecem os direitos infantis nos deparamos com a ausência de orientação, regulamentação e inclusive de menções a temática. O silêncio por parte dos órgãos governamentais desnuda conivência e indiferença para os efeitos de longo prazo do uso de psicotrópicos e da estereotipação que um laudo pode acarretar na vida das novas gerações. Nesse processo, tanto escola quanto Estado se desresponsabilizam.

Contudo, nada disto ocorre de maneira ingênua, despretensiosa. O papel de um Estado Neoliberal é justamente este: garantir o livre mercado, interferir menos possível, ampliar campo para a iniciativa privada, entre outros. Ou seja, estamos falando de uma estrutura social, que faz com que os sujeitos acreditem que

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

seus problemas são apenas de ordem biológica e para saná-los necessitam "consumir" tratamentos medicamentosos e um mercado de terapias. Enquanto isso, o Estado assume uma postura "neutra" ao passo que as crianças vão sendo medicalizadas e a escola sendo esvaziada: esvaziada de políticas públicas, de educação de qualidade e de investimentos. Como resultados têm a formação de sujeitos adequados e padronizados para perpetuar esse modo de produção na vida adulta.

Recebido em 26 de maio de 2024.
Aprovado em 30 de novembro de 2024.

Referências

BEHRING, E. R. "Novo regime fiscal, neofascismo e ultraneoliberalismo". In: *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021. pp. 196 - 248.

BELTRAME, R. L.; GESSER, M.; SOUZA, S. V, de. Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura. *Psicologia em Estudo*, 24: 1-15, 2019.

BENEDETTI, M. D.; BEZERRA, D. M. M. de M; TELLES, M. C. G.; LIMA, L. A. G de. Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22 (1): 73-81, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024*: *Linha de Base*. Brasília : Inep, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Transtornos Globais do Desenvolvimento*. Brasília, 2010.

CALAZANS, R.; GUERRA, A.; KYRILLOS NETO, F.; PONTES, S.; RESENDE, M. S. "Manifesto de São João Del Rei-Brasil - em prol de uma psicopatologia clínica". In: CALAZANS, R.; KYRILLOS Neto, F. (orgs.). *Psicopatologia em debate*: *controvérsias sobre os DSMs*. Barbacena: EdUEMG, 2012. pp. 159-173.

CASCAVEL. *Plano Municipal de Educação 2015 -2025*. Cascavel, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

CASTRO, V. M, de; RECH, H. L, MORAIS, F. A. de; PEIXOTO, F. V. de S. Gestão democrática, neoliberalismo e educação no contexto do capitalismo global. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, [S.L]., v. 2, n. 4: 1-13, abr. 2021. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed. Acesso em: 10 fev. 2024.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A patologização da Educação)*. São Paulo: FDE, 1994. pp. 25-31.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. "Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica". In*:* CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO E GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (orgs.). *Medicalização de Crianças e Adolescentes: Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CRUZ, B. de A.; LEMOS, F. C. S.; PIANI, P. P. F.; BRIGAGÃO, J. I. M. Uma crítica à produção do TDAH e a administração de drogas para crianças. *Estudos de Psicologia*, [S.L.], v. 21, n. 3: 282-292, 2016.

EIDT, N. M.; TULESKI, S. C. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e psicologia histórico-cultural. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], v. 40, n. 139: 121-146, abr. 2010.

HARVEY, D. *O neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

MARX, K. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. In: *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 16 (1): 135-142, 2012.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, G. R.; COTRIN, J. T. D. Queixa escolar e atendimento psicológico na rede de saúde: contribuições para debate. *Psicologia Escolar e Educacional,* 20 (1): 117-126, 2016.

MOYSÉS, M. A. A. Fracasso escolar: uma questão médica? *Série Ideias*, 6: 29-31, 1990.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L., *Controle e Medicalização da Infância,* 2013.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. *A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico*. São Paulo: FDE, 1994. pp. 25-31.

OLIVEIRA, A. D. J. T. de; GONÇALVES, R. S. O neoliberalismo e sua influência na governança pública brasileira. *Revista Controle - Doutrina e Artigos*, 21 (1): 105-135, 2022.

ORSO, P. J. A classe trabalhadora, o surgimento da consciência de classe e a educação. *Marxismo e Educação em Debate*, 3 (2): 26-35, 2021.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar:* histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

PATTO, M. H. S. *Introdução à Psicologia Escolar*. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

RATUSNIAK, C; SILVA, C. C. da; SZNYCER, T. Problematizando a queixa escolar: efeitos dos discursos psi nos familiares dos alunos em situação de insucesso escolar. *Revista Pedagógica*, [S.L.], v. 19, n. 40: 286, 27 abr. 2017.

REIS, L. F. *Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)*. 2015. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, L. O. dos; FRANÇA, V. N. de; BATISTA, A. da S. As Queixas Escolares e Suas Interfaces em um Ambulatório de Saúde Mental Infantil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22, n. 3: 1041-1061, 2022.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, 7 (1): 286-293, 2015.

SCHWEITZER, L.; SOUZA, S. V. de. Os sentidos atribuídos à queixa escolar por profissionais de escolas públicas municipais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22 (3): 565-572, 2018.

SILVA, C. M. da; RODRIGUES, R. C; MELLO, L. N. Medicalização da queixa escolar e o uso de psicofármacos como resposta a questões comportamentais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18 (3): 738-754, 2018.

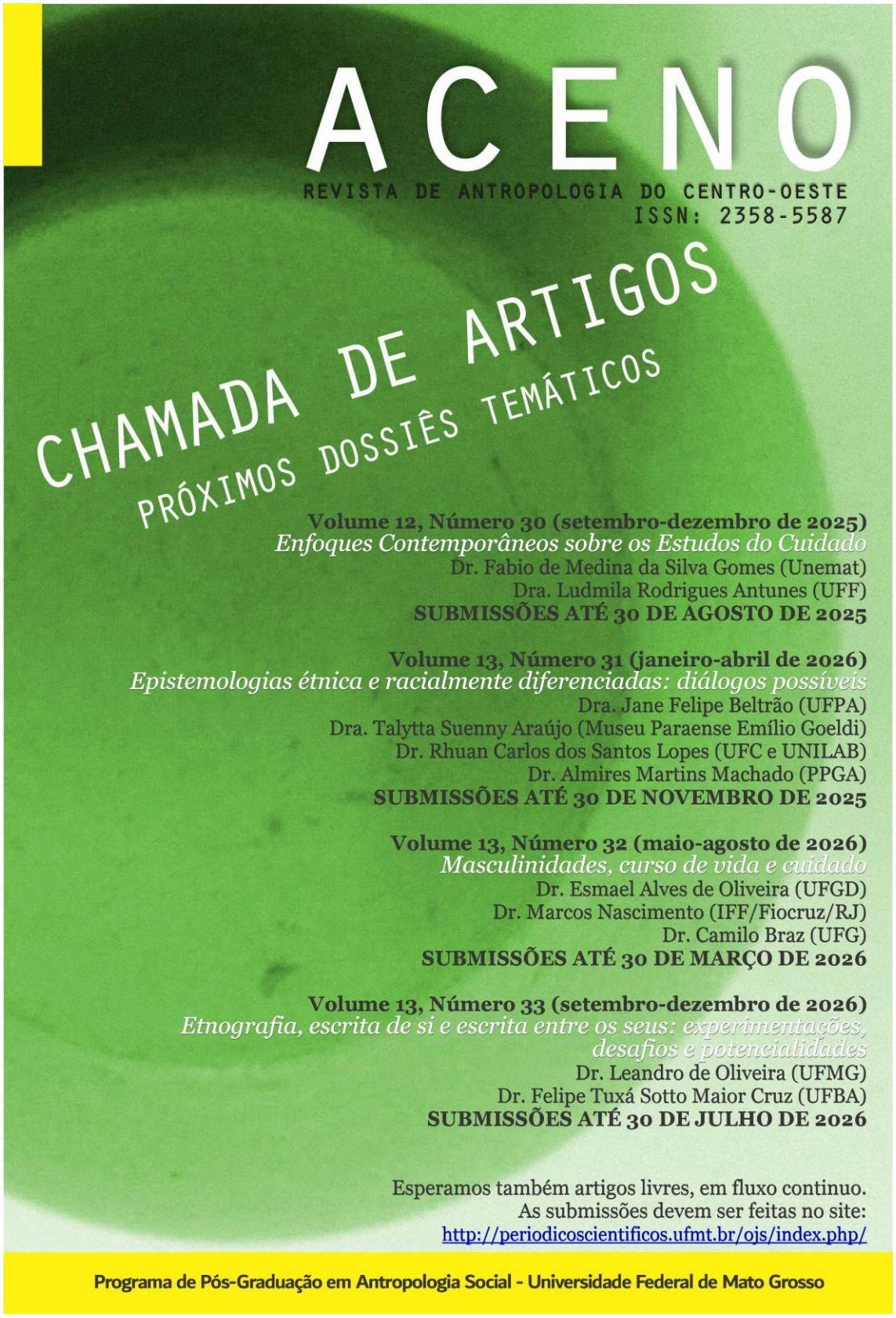
SOUZA, M. P. R. A queixa escolar na formação de psicólogos: desafios e perspectivas. *In*: TANAMACHI, E., PROENÇA, M. & ROCHA, M. (orgs.), *Psicologia e Educação: desafios teóricos e práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. pp. 105-142.

SOUZA. M. P. R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação*:* desafios contemporâneos. *Em Aberto*, 23 (83): 129-149, 2010.

SOUZA, M. P. R. de. "Problemas de aprendizagem ou problemas na escolarização?" In*:* SILVA, D. J. da; LIBORIO, R. M. C. (orgs.). *Valores, preconceito e práticas educativas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. pp. 49-55.

SOUZA, Simone Vieira de. *O estudante (in)visível na queixa escolar visível: um estudo sobre a constituição do sujeito na trajetória escolar*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17736

ACENO

As PICS e as dinâmicas de poder na saúde

Fernanda Heloisa de Mello[1]
Marcos Aurélio da Silva[2]
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este artigo reflexiona como as dinâmicas de poder sugestionam a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no SUS. A metodologia empregada foi a qualitativa interpretativa. Discorre-se sobre as PICS, regulamentadas a partir da PNPIC de 2006, como práticas de cuidado, mas que enfrentam desafios ao serem ajustadas à lógica do sistema. Aborda-se a hegemonia biomédica e a imposição dos critérios científicos modernos que, embora expressem segurança, limitam práticas que correspondem a outras racionalidades. O artigo também discute o deslocamento da responsabilidade do cuidado para o indivíduo, promovido pelo autocuidado, que permite mais autonomia ao sujeito, porém, alinhado a uma lógica neoliberal suprime a atuação estatal direta. Por fim, consideram-se as demandas de financiamentos mais robustas à políticas públicas que ascendam a diversidade cultural e garantam acesso equitativo ao cuidado, e o suscitar de um diálogo efetivo entre diferentes racionalidades, incentivando o pluralismo e o reconhecimento de práticas de cuidado nos seus próprios saberes.

Palavras-chave: PICS; cuidados; SUS; poder.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFMT. Professora do Curso de Graduação em Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).
[2] Mestre (2003) e Doutor (2012) em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva da UFMT. Professor permanente dos programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Saúde Coletiva.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

MELLO, Fernanda Heloísa de; SILVA, Marcos Aurélio da. **As PICS e as dinâmicas de poder na saúde.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 367-376, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Integrative and complementary practices in health (PICS) and power dynamics in health

Abstract: This article reflects on how power dynamics suggest the implementation of Integrative and Complementary Health Practices (PICS) in the SUS. The methodology used was qualitative and interpretative. The PICS, regulated by the 2006 PNPIC, are discussed as care practices that face challenges when adjusted to the logic of the system. The article addresses biomedical hegemony and the imposition of modern scientific criteria that, although expressing safety, limit practices that correspond to other rationalities. The article also discusses the shift of responsibility for care to the individual, promoted by self-care, which allows more autonomy to the subject, but aligned with a neoliberal logic, suppresses direct state action. Finally, the article considers the demands for more robust financing for public policies that promote cultural diversity and guarantee equitable access to care, and the promotion of an effective dialogue between different rationalities, encouraging pluralism and the recognition of care practices in their own knowledge.

Keywords: PICS; care; SUS; power.

Prácticas integrativas y complementarias de salud (PICS) y dinámica de poder en la salud

Resumen: Este artículo reflexiona sobre cómo las dinámicas de poder sugieren la implementación de Prácticas Integrativas y Complementarias de Salud (PICS) en el SUS. La metodología utilizada fue cualitativa interpretativa. Las PICS, regulados por la PNPIC de 2006, son discutidos como prácticas de cuidado, pero que enfrentan desafíos cuando se ajustan a la lógica del sistema. Se aborda la hegemonía biomédica y la imposición de criterios científicos modernos que, si bien expresan seguridad, limitan prácticas que corresponden a otras racionalidades. El artículo también discute el traspaso de la responsabilidad del cuidado al individuo, promovido por el autocuidado, que permite mayor autonomía al sujeto, sin embargo, alineado con una lógica neoliberal, suprime la acción directa del Estado. Finalmente, se consideran demandas de financiamiento más robustas para políticas públicas que promuevan la diversidad cultural y garanticen un acceso equitativo a los cuidados, y que fomenten un diálogo efectivo entre diferentes racionalidades, fomentando el pluralismo y el reconocimiento de las prácticas de cuidado en sus propias comunidades.

Palabras clave: PICs; cuidado; SUS; poder.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

Este artigo tem como objetivo reflexionar como as dinâmicas de poder sugestionam a implementação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS). Para tanto, nos apropriamos da metodologia qualitativa com foco interpretativo, dita por Minayo (2014) como uma abordagem capaz de combinar rigor analítico com sensibilidade para os contextos e discursos. Assim, primordialmente, exibimos as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como um conjunto de práticas de cuidado chanceladas na legislação brasileira por meio da Portaria 971, do Ministério da Saúde, de maio de 2006, que apresenta a Política Nacional de PICS, a PNPICS (BRASIL, 2006). Para além, destacamos que, internacionalmente, a luz da Organização Mundial da Saúde (OMS), tais práticas fazem parte das denominadas Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI).

Nesse contexto, ambos agrupamentos são compostos por medicinas tradicionais, explicadas pela Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) como a união abrangente de saberes, habilidades e práticas fundamentadas em teorias, crenças e vivências de povos tradicionais de diversas culturas empregadas na preservação da saúde, bem como na prevenção, identificação, alívio ou tratamento de enfermidades e, por complementariedade, estendidas às práticas que não fazem parte da tradição ou da medicina convencionada por um dado sistema de saúde, mas que são acionadas pelos sujeitos (OPAS, 2023).

Nesse caminho, prosseguindo a respeito da identificação dos termos, a adoção comum do vocábulo *integrativas* contempla modelados entendimentos. Para a PNPIC, são integrativas as práticas realizadas por profissionais de saúde, ou por pessoas capacitadas com a supervisão destes, com base no modelo de atenção humanizada e voltadas à totalidade do indivíduo. A ideia é que elas busquem estimular os mecanismos naturais com tecnologias eficazes e seguras para obtenção de resultados, destacando como mecanismo impulsionador para o alcance da integralidade a escuta acolhedora como forma de criação e sustentação do vínculo terapêutico e do liame: ser humano–meio ambiente–sociedade (BRASIL, 2006).

Destaca-se também que o princípio da integralidade exposto é um dos pilares normativos SUS. O termo é amplamente entendido como uma diretriz voltada a garantir que a assistência à saúde oferecida no sistema público busque considerar as diversas dimensões dos problemas de saúde e aborde de maneira abrangente as complexidades associadas, tanto às condições de saúde pública quanto às necessidades individuais das pessoas (TESSER e LUZ, 2008). Nesses alcances, a ideia de integração atribuída às práticas profissionais de saúde pode ser entendida com conceitos extrapolativos, que dizem respeito à existência de uma vitalidade plena, que só pode ser produzida no pensamento de incompletude dos sujeitos quando abordada a individualidade e na interdependência dos sujeitos com o meio vivido.

É interessante mencionar que a vitalidade plena, nas condições de Foucault (2021), pode ser interpretada como um ideal normativo construído por práticas de poder-saber, que ajustam os corpos e subjetividades em busca de um estado

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

considerado necessário. Para o filósofo, o processo dinâmico que forma os sujeitos é marcado por discursos e práticas materiais que definem o que é convencionado ou não. No entanto, deve-se considerar também o ressoar do pensamento sobre o ser inacabado – a formulação de que os sujeitos nunca estão completamente determinados, ou seja, permanecendo em constante transformação e interação com o meio. A apresentação de incompletude, ademais, pode ser lida em diálogo com as práticas de liberdade em Foucault (2021), enredando o reconhecimento da plasticidade do ser e da possibilidade de resistir ou reconfigurar as condições impostas pelas relações de poder.

Nessas nuances, ata-se à PNPICS a expressão da biopolítica, que diz respeito às estratégias de gestão da vida e da saúde da população, ajuizando o indivíduo e o seu ambiente (FOUCAULT, 2024). Nota-se que a política reflete relações de poder que organizam o campo do possível para os sujeitos, no caso, as práticas de cuidado incorporadas ao SUS. Nesse sentido, reforça-se que as práticas são uma abertura a outras formas de ser de modo convencionado para os sujeitos, também uma nova maneira de superintender a vida. Tais realidades são exteriorizadas pelo Estado ao regulamentar as PICS, quando demarca quais práticas são aceitas e em que condições elas podem ser aplicadas, inserindo-as em um aparato institucional que ajusta sua disponibilidade a normas e critérios.

Aparentemente, seria uma forma menos restritiva de gestar, considerando que até então o convencionado são as práticas da biomedicina ou o sistema médico oficial de base biologicista. Entretanto, requer atenção ao frisar-se que as PICS elencadas são recursos terapêuticos que fortalecem o cuidado ofertado no SUS e ampliam a percepção da população no sentido da autonomia e do autocuidado (BRASIL, 2006). Esse trilhar pode ser visualizado em conformidade com objetivos do SUS (BRASIL, 1990), convergindo na valorização da participação popular, na redução do uso de tecnologias pesadas, na assistência continua e resolutiva. Mas, também, como uma investida a abranger as práticas tradicionais em uma estrutura formal, transformando-as em recursos alinhados com os modos de atuação do sistema, ou seja, uma agregação seduzida, pois ao moldar essas práticas para se adequarem às exigências institucionais, elas perdem parte de sua autonomia e de seu caráter de resistência cultural, sendo reconfiguradas dentro de uma lógica que permite a manutenção dos padrões estabelecidos.

Atualmente, a PNPICS comporta práticas oriundas de espaços geográficos diferentes e de pluralidades culturais que são compartilhadas globalmente. São registradas como PICS: a Fitoterapia, a Terapia Comunitária Integrativa, a Geoterapia e a Imposição de Mãos – consideradas essencialmente brasileiras pelas características culturais indígenas e afro-brasileiras (BRASIL, 2006); a Aromaterapia, a Musicoterapia, a Apiterapia, a Naturopatia, o Termalismo e a Cromoterapia que apresentam histórias remetidas à antiguidade (BING, 2013). Já a Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, a Ayurveda, a Yoga, a Meditação, o Reiki, a Shantala e a Reflexologia são representativas da cultura asiática (BING, 2013); enquanto, as práticas de Homeopatia, Antroposofia, Arteterapia, Terapia de Florais, Constelação Familiar e Dança Circular seriam originárias da Europa (BRASIL, 2006); a Quiropraxia e a Osteopatia foram propagadas pelos Estados Unidos (BIOSAPERE CENTRO MÉDICO, 2024; CORREIA, 2016). Por fim, a Biodança tem sua origem atribuída ao povo chileno (TORO, 2013).

A complexidade cultural e histórica que permeia as práticas adotadas na PNPICS requer ponderarmos que, mesmo sendo uma oportunidade preciosa para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e plural, é contundente o enfrentamento da descontextualização e marginalização de saberes, garantindo

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

que essas práticas sejam introduzidas respeitosamente. A legislação brasileira vem atualizando a introdução de novas práticas ao longo dos anos. No entanto, ainda estabelece critérios que desconsideram uma diversidade de práticas que são parte da identidade de comunidades tradicionais do Brasil, legitimando algumas práticas e descartando outras.

Nesse caminho, o Estado fortalece relações de poder e marginaliza saberes locais e comunitários. Para a PNPICS, os processos de adesão de práticas no SUS implicam na averiguação de evidências científicas, de eficácia e da garantia de segurança. Conquanto isso possa ser necessário para garantir um cuidado de qualidade, da mesma forma implica a domesticação de saberes e práticas que, em sua origem, abrigam racionalidade própria e estão afastadas da lógica da racionalidade do sistema médico biomédico. De acordo com Tesser e Luz (2008), uma racionalidade médica é formada por um conjunto estruturado e integrado de conhecimentos composto por cinco dimensões interconectadas. Estas dimensões, necessariamente, abarcam: a compreensão da forma humana – aspectos morfológicos; o estudo dos processos vitais, um sistema de diagnóstico; um sistema terapêutico e uma doutrina que explica a doença ou o adoecimento, suas causas, evolução e possíveis curas. Todas essas dimensões estão fundamentadas em uma sexta perspectiva, implícita ou explícita, que é uma visão cosmológica. Com base nessa definição, é possível diferenciar sistemas médicos, como a Biomedicina, a Medicina Tradicional Chinesa, a Homeopatia e a Ayurveda de práticas ou métodos avulsos, como a Terapia de Florais, o Reiki, Biodança, entre outras.

No entanto, o marco legislativo das PICS requer tal clareza conceitual. A ausência de dispositivos que promovam alusão a ambas as categorias - com o devido pluralismo epistemológico - é fundamental para que exista uma articulação cuidadosa que evite a fragmentação e o desvio da finalidade das práticas. Nesse sentido, a legitimação de uma comunicação em que os diferentes saberes sejam valorizados em seus próprios termos é imperativa.

Uma arena de conflitos e consensos: PICS, biomedicina e ciência

Com efeito, intrínseco ao êxito das PICS no SUS está a hegemonia da biomedicina. Camargo Jr. (2005) pormenoriza a biomedicina a partir de sua associação a um imaginário científico alinhado à racionalidade da mecânica clássica, que busca compreender os fenômenos ao isolar elementos distintos, os quais são adiante reunidos para explicar seus mecanismos originais. Essa abordagem considera que o funcionamento total dos sistemas é o resultado da soma de suas partes, e as desproporções são atribuídas ao desconhecimento de algum componente.

Nesse caminho, o reconhecimento de três características da biomedicina é essencial para reflexão sobre a tensão exercida sobre outras racionalidades e práticas. São elas: o *caráter generalizante*, focado na produção de conhecimentos com validade universal, criando modelos e leis de aplicação geral, sem considerar particularidades dos indivíduos; *caráter mecanicista*, os modelos desenvolvidos tendem a equiparar o universo a uma grande máquina, operando sob princípios de causalidade linear que podem ser traduzidos em mecanismos; e o *caráter analítico*, quando a investigação teórica e experimental para compreender as leis gerais do funcionamento dessa máquina parte do princípio de que o todo pode ser explicado pelo estudo das partes isoladas (CAMARGO JR., 2005).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

Em contrapartida, nas terapias que são agregadas às PICS, as abordagens são individualizadas e contextualizadas, considerando os aspectos culturais, emocionais e ambientais de cada sujeito. Ao invés de padronizar, as práticas emergem das necessidades específicas de cada pessoa. Ademais, o ser humano é visto como um sistema integrado e interdependente, em que corpo, mente e espírito estão conectados. Assim, o cuidado não é delimitado ao tratamento das queixas e sintomas, mas no alcance do equilíbrio geral. Para tanto, as práticas atuam de modo sistêmico, considerando que o funcionamento do todo não pode ser completamente explicado pela análise de partes fragmentadas.

Deste modo, enquanto a biomedicina promove uma visão mais reducionista e universalista, as PICS promovem a visão individualizada e holística. Essas diferenças refletem o constante aprimoramento da biomedicina em termos de diagnóstico e tratamento de doenças específicas, ao passo que as PICS ampliam o escopo do cuidado, considerando fatores subjetivos, culturais e emocionais que atuam sobre a saúde.

Para Canguilhem (2024), existe a prática operativa evidenciada na biomedicina que a conduz para a prática de identificação e intervenção sobre estados considerados desviantes de um padrão normativo de estado humano, representando então o que é normal e o que é patológico. Em termos de construção histórica, não se trata de essencialidade ou de ordens imutáveis, o que é considerado normal ou patológico varia conforme o contexto. Canguilhem menciona que a normalidade não é uma condição estática, mas uma habilidade do organismo de se adaptar a variações no ambiente. Desta forma, o normal é dinâmico, ao mesmo tempo que patológico é uma limitação dessa habilidade de adaptação. Já em termos práticos, a separação é uma ferramenta que direciona análise e intervenção médica.

Por seu turno, as PICS, desconsideradas as minúcias de cada prática, convergem na busca por equilibrar o indivíduo como um todo desafiando uma ruptura com a normatividade biomédica. A concentração de esforços no equilíbrio e na harmonia voltam-se para o fortalecimento da capacidade de autorregulação. A doença em si, é observada apenas como um sinal de desequilíbrio no organismo que precisa ser compreendido e integrado (BING, 2013).

Toma-se como exemplo a prática da acupuntura, amparada pela Medicina Tradicional Chinesa. Nessa prática a saúde é conexa ao fluxo harmonioso do *Qi* - a energia vital, energia que circula pelo corpo humano e está presente também em todos os seres vivos. O *Qi* é considerado essencial para manter a vida, promover a saúde e garantir o equilíbrio entre corpo, mente e espírito. Quando ele está em excesso, deficiência ou bloqueado, aparecem os sinais e sintomas de doenças. E a doença, em contrapartida, é um reflexo do desajuste entre o organismo e o ambiente (DULCETTI JR., 2019).

Contempla-se também o anunciado por Otani e Barros (2011), após estudo de revisão sistemática, em que discorrem sobre o conceito de Medicina Integrativa, uma corrente dentro das Ciências Médicas, considerando que esta é um modo operante de médicos que visam unir práticas convencionais e não convencionais para proporcionar cuidados mais abrangentes e personalizados ao paciente. Para os pesquisadores, os achados revisados indicam que essa união representa que práticas holísticas e a medicina baseada em evidências podem coexistir ao se pensar em integralidade.

Nesse sentido, a prática da Medicina Integrativa estimularia os profissionais a considerarem não apenas os sintomas físicos, mas também fatores como genética, nutrição, aspectos psicossociais, culturais e meio ambiente, promovendo a

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

prevenção e o bem-estar ampliado do paciente (OTANI e BARROS, 2011).Observa-se que a convergência entre as PICS e a Medicina Integrativa reflete um movimento de ressignificação do cuidado à saúde. Essa intersecção representa uma abertura para abordagens mais centradas no paciente, com uma ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças, no lugar de tratamento focados em sintomas ou doenças específicas. Em decorrência, as diferentes perspectivas que abarcam as práticas de cuidado, colocam em questionamento o estado de saúde ideal normativo da biomedicina, abrindo espaço para outros entendimentos.

Apesar disso, as práticas de cuidado são uniformizadas em suas articulações com a ciência para que possam ser inclusas no SUS. As práticas inseridas no rol das PICS foram submetidas as análises de eficácia aos moldes da racionalidade científica moderna permitindo assim debates intensos. Por um lado, a análise de eficácia científica segundo os moldes da racionalidade moderna como ferramenta para comprovar a segurança, eficácia e padronização das práticas de saúde oferecidas à população promovendo a acessibilidade das PICS em larga escala e sua legitimação frente à sociedade. Por outro, o levantamento de questões sobre a compatibilidade e o efeito da exigência sobre as PICS que possuem lógicas, epistemologias e valores distintos.

Atenta-se que a ciência moderna, segundo Popper (2005), é operada por uma abordagem sistemática e empírica para compreender, explicar e intervir no mundo natural e social. Os principais aspectos que definem seu funcionamento são racionalidade, empirismo, reducionismo, objetividade, controle, previsibilidade e processo continuo. E, a evidência científica, precisamente, abarca a clássica indução afirmando que a ciência constrói evidências pela acumulação de observações positivas. Fato que, para Popper, requer necessariamente uma contraprova baseada em testes rigorosos, em busca também de evidências contrárias.

No contexto das PICS, as práticas inseridas foram objeto da análise científica moderna. Porém, outras práticas de cuidado permanecem às margens devido à falta de dados replicáveis ou de explicações que caibam no modelo. Por vezes, essas são mais amplas e interpretativas, não se encaixam a proposição de testes empíricos. Por exemplo, práticas que se baseiam em energia vital como a Radiestesia ou na espiritualidade, como o Benzimento, podem ser consideradas não controláveis e não falseáveis.

A esse respeito, Latour (2019) desafia a visão convencional de modernidade e exibe uma outra forma de tratamento para entender a ciência, a sociedade e a natureza. Para o pesquisador é necessário que se reconheça a existência e a importância dos híbridos para repensar as fronteiras entre os domínios e para que se possa construir um mundo mais inclusivo e sustentável.

Nesse viés, se constituiria uma projeção "não moderna", onde humanos e não-humanos – plantas medicinais, tecnologias e outros agentes materiais – são igualmente valorizados. Para as práticas de cuidado, isso implica em considerar suas raízes culturais e comunitárias para se integrarem ao SUS. Esse processo não se resume em validar práticas como PICS, selando cientificamente, mas reconhecer seus contextos sociais e culturais como essenciais para o cuidado integral.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

Deslocamento da responsabilidade do cuidado

O fortalecimento das PICS no SUS está atrelado também às transformações nos sistemas de assistência para a valorização de abordagens que promovam a autonomia dos indivíduos em relação à sua própria saúde. Nesse acesso, as práticas que possibilitam o autocuidado e a autonomia dos sujeitos são, simultaneamente, instigadas como parte de uma estratégia de gestão da saúde coletiva. Esse deslocamento da responsabilidade do cuidado em saúde pelo Estado em direção ao fortalecimento do autocuidado tem sido uma tendência incentivada pela OMS (2022).

Para esta, o autocuidado apresenta-se como um componente-chave da saúde global, uma vez que tem potencial para reduzir a carga sobre os sistemas de saúde, especialmente em países com recursos limitados, melhorar a prevenção de doenças e manejar condições crônicas. Contudo, enquanto o discurso destaca a importância de empoderar os indivíduos para cuidarem de si mesmos, também reforçam a ideia de que a responsabilidade pela saúde recai predominantemente sobre o sujeito. Isso transfere o foco de fatores estruturais e sociais, como acesso à saúde, condições de trabalho e meio ambiente, para uma abordagem mais individualizada e comportamental.

Na ação de direcionar a responsabilidade para o autocuidado, o Estado continua com o controle sobre as práticas de saúde, mas mascara sua atuação sob o louvor da autonomia e da liberdade individual. À luz de Foucault (2024), pode-se refletir sobre o conceito de autocuidado a partir do conceito de governamentalidade, que discorre como o poder é exercido por meio da administração das populações, combinando instituições, normas e práticas que direcionam o comportamento dos indivíduos. O autocuidado, sobre esses aspectos, é exaltado como uma forma de autogoverno: os indivíduos são estimulados a controlar seus corpos, prevenir doenças e assumir estilos de vida.

Para tanto, o Estado adota como uma das estratégias a PNPICS, assim sendo, esse movimento prioriza-se a eficiência do sujeito e se minimiza a intervenção direta do Estado. O autocuidado mostra-se como uma livre escolha, mas, na verdade, é uma exigência moldada. De modo que o indivíduo se torna, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do controle: ele vigia e disciplina seu próprio corpo.

É relevante, enfatizar que ao fomentar o baixo custo das PICS sombreia-se a falta de investimentos em estruturas públicas de saúde no Brasil, sem considerar as demandas reais da população. Assim, a valorização das PICS não deveria ser usada como subterfúgio para justificar a retirada do Estado de suas responsabilidades. As práticas de cuidado requerem políticas públicas abrangentes e robustas em financiamento para garantirem sua natureza e acesso universal. Caso contrário, elas se manterão como uma "névoa" que oculta problemas estruturais e perpetua desigualdades.

Considerações finais

A PNPICS apresenta-se como uma iniciativa significativa para a consolidação dos propósitos do SUS, contribuindo para a ampliação do cuidado integral e para a valorização de práticas diversificadas que contemplam a pluralidade cultural, histórica e epistemológica. Ao mesmo tempo, sua implementação revela as tensões e desafios presentes na interação entre racionalidades distintas, como a biomédica e as práticas tradicionais, despertando questionamentos sobre poder, autonomia e inclusão ou marginalização.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

A absorção das PICS no SUS, embora promissora, reflete as dinâmicas de poder que permeiam a biopolítica e a governamentalidade. A regulamentação do Estado e os critérios baseados na racionalidade científica moderna, embora justificados para a garantia de qualidade e segurança, podem resultar na domesticação e reconfiguração de práticas originárias de saberes tradicionais. Isso evidencia um risco de marginalização de práticas que escapam aos moldes científicos convencionais, bem como a descontextualização de saberes locais.

Outro ponto expressivo é o deslocamento da responsabilidade do cuidado para o indivíduo, que, do mesmo modo que propicia autonomia e empoderamento, reforça a lógica neoliberal de autocuidado como estratégia de governamentalidade. Esse movimento pode mascarar a insuficiência de investimentos estruturais no SUS, transferindo ao sujeito a responsabilidade pela saúde, durante o tempo que o Estado se esquiva da sua responsabilidade de atuação para garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde.

As PICS têm o potencial de transformar o cuidado em saúde ao proporcionarem vieses mais humanizados, holísticos e inclusivos. Todavia, para que isso ocorra de maneira efetiva, é basilar que o Estado garanta condições estruturais e políticas públicas vigorosas que respeitem as especificidades dessas práticas. Além disso, é preciso fomentar o diálogo entre diferentes racionalidades, incentivando o pluralismo e o reconhecimento de práticas de cuidado nos seus próprios saberes.

Por fim, a apreciação das PICS poderia ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre seu papel no SUS e na sociedade, garantindo que essas práticas não sejam apenas um complemento funcional, mas que representem um avanço verdadeiro no modelo de cuidado, promovendo maior justiça social no acesso à saúde.

Recebido em 25 de janeiro de 2025.
Aprovado em 10 de março de 2025.

Referências

BING, Wang. *Princípios da Medicina Interna do Imperador Amarelo*. São Paulo: Ícone, 2013.

BIOSAPERE CENTRO MÉDICO. *Quiropraxia total: alívio, saúde e bem-estar*. eBook Kindle: CaMaSa Editions, 2024.

BRASIL. Lei 8.080, de 18 de setembro de 1990. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1990.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 971, de 02 de maio de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2006.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. A Biomedicina. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 177-201, 2005.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2024.

CORREIA, Maria Luísa A. *Raízes Da Osteopatia: uma medicina de diagnóstico e terapêutica manual*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

DULCETTI JR, Orley. *Pequeno Tratado de Acupuntura Tradicional Chinesa*. 2 ed. São Paulo: Andrei, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: A vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2021. (1976).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2021 (1984).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2024.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2019.

LUZ, Madel Terezinha. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 15: 145-176, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

OMS. *Directrices de la OMS sobre intervenciones de autocuidado para la salud y el bienestar*. Organización Panamericana de la Salud, 2022.

OMS. *Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional 2014-2023*. Organização Mundial da Saúde: OMS, 2013.

OPAS. *Medicinas tradicionais, complementares e integrativas*. Organização Pan-americana de Saúde, 2023.

OTANI, Márcia Aparecida Padovan; BARROS, Nelson Filice. A Medicina Integrativa e a construção de um novo modelo na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (3): 1801-11, 2011.

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. 2 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2005.

TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Terezinha. Racionalidades médicas e integralidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 9(1): 195-206, 2008.

TORO, Rolando. *Biodanza*. Milan: Red Edizioni, 2013.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19553

ACENO

“Quem ri por último?”:
reflexões acerca das (inter)relações entre humor e homofobia

Ronaldo Adriano Alves dos Santos[1]
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Universidade Estadual Paulista

Resumo: ao partirmos do entendimento da homofobia como um dispositivo altamente presente no mundo contemporâneo e que, portanto, é um componente nevrálgico na modulação e constituição das relações sociais e subjetivas, propomos reflexionar neste texto acerca de algumas das relações possíveis entre o humor e a homofobia, vez que imputamos ao humor o status de potente analisador do social por ser produzido a partir e concomitantemente colabora na produção das condições sociais, históricas e culturais, podendo dialeticamente ser parceiro no reforço ou na resistências das diversas dimensões humanas, a da homofobia inclusa. Para tal, analisaremos brevemente exemplos de um humor acrítico e homofóbico e, por outro lado, a possibilidade de um humor crítico e combativo a homofobia.

Palavras-chave: homofobia; humor; dispositivo.

[1] Doutorando no Programa Psicologia e Sociedade da UNESP. Mestre em Psicologia e Sociedade pela UNESP. Pós-graduado em Filosofia Política e do Direito, pela UNIOESTE. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná Campus Toledo. É docente do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

ALVES DOS SANTOS, Ronaldo Adriano. **“ Quem ri por último?” : reflexões acerca das (inter)relações entre humor e homofobia.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 377-390, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

“Who laughs last?”:
reflections regarding interrelations between humour and homofobia

Abstract: understating that homophobia is a highly present in contemporary world dispositive, therefore it is comprehended as an important component on regulating and constituting social and subjectify relations, we intend reflecting regarding some possible links between humour and homophobia, since we consider humour as one potent social analyser for being produced from and concomitantly it collaborates on producing social, historical and cultural conditions, so humour can dialectically be partner on reinforcing or resisting of several human dimensions, including homophobia. To do achieve that, we will briefly analyse examples of acritical and homophobic humour and on the other hand the possibility of a critical and combative humour against homophobia.

Keywords: homophobia; humour; device.

“¿Quién ríe el último?”:
reflexiones sobre las (inter)relaciones entre humor y homofobia

Resumen: a partir de la comprensión de la homofobia como un dispositivo muy presente en el mundo contemporáneo y que, por tanto, es un componente neurálgico en la modulación y constitución de las relaciones sociales y subjetivas, nos proponemos reflexionar en este texto sobre algunas de las posibles relaciones entre el humor y la homofobia, ya que atribuimos al humor el estatus de un poderoso analizador social porque se produce a partir de las condiciones sociales, históricas y culturales y colabora concomitantemente en ellas, pudiendo dialécticamente ser un socio en el reforzamiento o la resistencia de las mismas. diversas dimensiones humanas, incluida la homofobia. Para ello, analizaremos brevemente ejemplos de un humor acrítico y homofóbico y, por otro lado, la posibilidad de un humor crítico y combativo homofóbico.

Palabras clave: homofobia; humor; dispositivo

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

.

Iniciamos essa discussão tomando como ponto de partida a pressuposição de que a homofobia é um fenômeno social que se encontra diluído e funcionando de maneira estrutural e estruturante em todo o tecido social. Da mesma forma percebemos que o humor também se instala e constitui essa malha de (inter)relações sociais (LIPOVETSKY, 2005). Tomando essa diluição e propagação (constitutiva do social) comum a esses dois fenômenos, pretendemos, ao longo deste texto, esboçar algumas reflexões acerca dos modos por meio dos quais o humor pode funcionar como engrenagem e ferramenta do dispositivo homofóbico, bem como estratégia de fratura e fissura desse mesmo dispositivo.

Pensamos essa articulação, pois compreendemos como inegável a potência e o funcionamento ético-político do humor, ou dos discursos e práticas humorísticas. Nesse sentido, tal como discutido por diversos e diversas autoras (BILLIG, 2005; GRUDA, 2017; LOCKYER e PICKERING, 2005), o humor é dialético, podendo servir como força a ação conservadora, reacionária e mantenedora do *status quo* e, ao mesmo tempo, atuar como força e mobilização crítica, revolucionária e transformadora. Destarte, não caberia produzirmos juízos de valor apriorísticos e moralizantes que aloquem o humor nessa ou naquela antípoda de um suposto *ethos* humorístico. Entretanto, a impossibilidade desse *a priori* não invalida nem interdita as interpelações críticas e até contenciosas de discursos e práticas humorísticas, cada vez mais comuns e, por que não necessárias, na contemporaneidade.

Vale destacar também que não tratamos apenas do humor enquanto aquele conjunto de discursos e práticas que fazem rir ou que são construídos com essa intenção, até porque, como reflexionam Gruda (2017) e Palmer (1994), o que fundamentalmente caracteriza o humor é a mistura entre o senso e *nonsense*, não a capacidade produzir riso, mas de todas aquelas operações que lançam mão do código humorístico que mina a pretensão ao sentido, destitui os conteúdos: no lugar da transmissão ideológica temos o enfraquecimento humorístico, a reabsorção do polo referencial. A glorificação do sentido foi substituída por uma depreciação lúdica, uma lógica do inverossímil (LIPOVETSKY, 2005: 123).

Por meio desse código poderíamos pensar que, na sociedade contemporânea, há uma dissolução das antes nítidas e precisas fronteiras que estabeleciam os limites entre o que era lido como algo sério e aquilo que não demandava seriedade, entre a cerimônia e comicidade (LIPOVETSKY, 2005), o que também pode ser observado na erosão das delimitações entre outros campos e dimensões (HARVEY, 1992). Nesse sentido, nos propomos a pensar sobre maneiras que essa diluição de fronteiras pode associar-se também à transmissão e trânsito de discursos e práticas violentas direcionadas de modo geral às minorias sexuais, étnico-raciais e sociais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

Nos é importante explicitar que, ao focalizarmos a discussão da relação do humor com a homofobia, estamos entendendo essa última como categoria política, conceitual e analítica (BORRILLO, 2010). Um conceito que possibilita, mesmo que de forma imperfeita, traduzir diferentes manifestações de violência, opressão e subalternização às quais estão sujeitas, direta ou indiretamente, a totalidade das pessoas e especialmente a população LGBTI e todos e todas aqueles e aquelas que não se adequam à norma linear heteronormativa[2]: fêmea/feminina/mulher/heterossexual ou macho/masculino/homem/heterossexual (TOLEDO e TEIXEIRA FILHO, 2013).

Porém, apesar de considerar a importância política desse conceito "guarda-chuva" (TEIXEIRA FILHO, 2012), é fundamental refletirmos, discutirmos e visibilizarmos as especificidades e peculiaridades das experiências de vitimização às quais estão submetidas as pessoas LGBTI em decorrência de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A I Conferência Nacional LGBTI, ocorrida entre os dias 5 e 8 de junho de 2008, asseverou a necessidade de discutirmos as especificidades da lesbofobia, transfobia, travestifobia, entre as quais podemos incluir também a bifobia. Desse modo, e reconhecendo o caráter delimitado da produção acadêmica e multifacetado desses fenômenos, esclarecemos que ao abordarmos a homofobia, suas manifestações e experiências, não pretendemos totalizar, generalizar ou subsumir a realidade vivenciada, tanto intra quanto entre, por cada um desses grupos específicos.

Breves considerações sobre a homofobia

A partir de nossas ponderações iniciais, entendemos que o ódio homofóbico se constitui como um conjunto de discursos e práticas que surgem, se desenvolvem e se multiplicam nas relações cotidianas. Através de sua repetição, as práticas e discursos produzem realidades, culturas e subjetividades (TRAVERSO-YÉPEZ, 1999) e estabelecem valores que criam o alvo da homofobia e não o contrário (SÁEZ e CARRASCOSA, 2016). Em outros termos, os discursos e as práticas sociais comumente localizam a pessoa LGBTI e sua forma de ser e estar no mundo como a "origem" das ações homofóbicas. Entretanto, Sáez e Carrascosa (2016) nos alertam para o fato de que essa localização comum funciona como um velamento ideológico, o qual oculta a função e o funcionamento estrutural e estruturante da homofobia nas e das relações sociais. Assim, podemos vislumbrar que os "alvos-vítimas" dos discursos e práticas humorísticas homofóbicas não se constituem de maneira apriorística, antes disso, são fabricados pelo próprio dispositivo homofóbico e postos em circulação através do emprego do código humorístico.

Pontuemos que, neste nosso encadear de ideias e perspectivas, os processos de produção e reprodução humorística da homofobia afetam todas as pessoas, não estando necessariamente atreladas ao tipo de relação afetiva, prática sexual e/ou identidade de gênero de cada um/uma. A homofobia margeia e delimita as formas pelas quais nos relacionamos social, política, afetiva e sexualmente, condicionando e determinando nossas performances de gêneros (BUTLER, 2017) e as performances e práticas hetero, homo (gay e lésbica) e bissexuais. É por meio

[2] Podemos compreender a heteronormatividade como "um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e 'natural' da cisheterossexualidade" (MISKOLCI, 2009: 156-7).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

dessas delimitações, determinações e condicionamentos que a homofobia funciona como um "dispositivo de controle" (TEIXEIRA FILHO, 2011: 42)[3].

Um dispositivo polimórfico que articula e formata uma rede de discursos (religiosos, legais, científicos, políticos, humorísticos, dentre outros) e práticas que visam produzir, manter e garantir uma série de percepções e relações negativas, homogeneizadas e estereotipadas das homossexualidades. A homofobia busca então disciplinar, normalizar e categorizar nossas formas de ser e estar no mundo como "normais" ou "patológicas" e produzir, dessa maneira, a internalização da própria homofobia (BORRILLO, 2010; NASCIMENTO e TEIXEIRA FILHO, 2010).

Passemos a relacionar diretamente a homofobia com o discurso humorístico, recorrendo a alguns exemplos para tal e que serão analisados e entendidos como metonímicos daquilo que estamos reflexionando e discorrendo sobre.

Humor acrítico e reacionário parceiro da homofobia

Percebemos a possibilidade do uso do código humorístico, posicionada em uma modalidade acrítica e reacionário de humor (GRUDA, 2017), como engrenagem do dispositivo homofóbico quando este não toma apenas as pessoas LGBTI como alvo e vítima da piada. Analisemos uma recente capa (publicada no dia 19 de junho de 2020) do caderno Ilustrada do jornal *Folha de São Paulo*.

Imagem 1 – Capa do caderno Ilustrada da Folha de São Paulo. Fonte: Folha de São Paulo (19/06/2020)

[3] Adotamos neste trabalho o conceito foucaultiano de dispositivo que é definido pelo autor como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante" (FOUCAULT, 1979: 244). Também contribuiu para o entendimento desse conceito as discussões de Agamben (2005: 13) que pensa o dispositivo como "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes". São justamente esses modos de conceituar o dispositivo que concordar com Teixeira Filho (2011) quando esse apresenta a homofobia enquanto um "dispositivo de controle".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

A capa apresenta e retrata Mário Frias, à época da publicação, novo secretário da cultura (aqui o uso de letras minúsculas não é um erro de grafia, vale dizer) do governo Bolsonaro, debruço, seminu, com a região do cóccix amostra e com os dizeres: "o novo homem do presidente". A peça dá indícios fortes de ter por objetivo estabelecer uma crítica a nomeação do novo responsável pela pasta da cultura. Ela tem como alvos dois homens lidos como heterossexuais, o secretário e o presidente da República. Contudo, o núcleo humorístico da referida capa reside justamente na insinuação sexual produzida pela conjunção texto e imagem de uma possível relação entre os dois personagens-alvo da peça.

Em que pese as críticas ao citado governo no que tange ao descaso em relação à Cultura (aqui sim escrita com letra maiúscula), esta insinuação sexual jocosa se ancora em uma estrutura homofóbica, uma vez que recorre ao sexo entre homens como estratégia de deslegitimação, menosprezo, demérito e desqualificação. A referida publicação que poderia demonstrar a inadequação ou a não qualificação do novo secretário ao apresentar um perfil da carreira e produção dele como parâmetro e medida, preferiu direcionar-se a insinuações acerca da sexualidade do novo secretário da cultura. Deste modo, a capa em questão evidencia a integração da forma humorística ao dispositivo da homofobia por meio da apropriação cômica das percepções e relações negativas, homogeneizadas e estereotipadas das homossexualidades direcionando-as ao governo e integrantes deste.

A homofobia também aparece, por meio do emprego do código humorístico e respaldada em um humor de cunho acrítico e reacionário, nas relações e interações cotidianas. Inúmeras são as frases, piadas e/ou pretensas brincadeiras que utilizam a lógica do humor e por meio dela veiculam e transmitem a homofobia sem necessariamente colocar como alvo direto uma pessoa LGBTI. Vemos isso, como exemplos concretos, no uso de uma simples onomatopeia ("*huummmm"*), em gestos, expressões faciais/corporais/verbais *("uma viadagem"; "coisa de viado"; "tá sensível"*) e maneirismos que ironizam e questionam a masculinidade ou virilidade de um homem. Formas que sob o manto de serem entendidas como meramente expressões bem-humoradas velam o regime autoritário e violento das cisheterossexualidades. Regime que deixa a cabo das LGBTfobias, do machismo e da misoginia exercerem a função de polícia e guardiãs das cisheterossexualidades, tomadas como estas sim sexualidades normais, naturais e boas.

Seguindo esse encadeamento de ideias, percebemos que a homofobia conforma um verdadeiro "dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero" (BORRILLO, 2010: 8). Welzer-Lang (2001: 465) colabora com essa ideia ao considerar a homofobia como "discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero". Processo que fica evidenciado na forma como foi produzida a capa da Ilustrada que apresentamos, ao haver sugestão de uma conotação sexual na relação entre o novo secretário da cultura e o presidente da República e nessas (inter)relações cotidianas que estabelecem limites entre condutas, comportamentos, gestos, dizeres e fazeres lidos como pertencentes exclusivamente a um ou outro gênero.

Além desse uso cotidiano da homofobia e estratégia de deslegitimação política via humor homofóbico, é igualmente notável o uso do código humorístico de maneira homofóbica na produção de esquetes e cenas de shows e programas televisivos e de humor, filmes, séries, novelas e outros produtos da chamada indústria cultural. Nestas ainda infelizmente é comum a produção, reprodução e veiculação de discursos homofóbicos, por exemplo, na criação de personagens e/ou núcleos que retratam de maneira estereotipada, caricata e risível pessoas LGBTI.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

Construções que, às custas de um suposto alívio cômico, ocultam e invisibilizam o cotidiano e a vida concreta das pessoas LGBTI e, não raras as vezes, funcionam como mais uma estratégia de desumanização paródica caricatural interseccionada com outros marcadores sociais da diferença, tais como: raça, identidade e expressão de gênero, compleição física, classe, dentre outros. Nesta perspectiva, vemos frequentemente a representação da "a bicha pobre", "a travesti preta", "a lésbica masculina", "a bicha afeminada", "o bissexual indeciso", "a trans que 'nem parece'", dentre outros estereótipos.

Aliás e neste momento, vale comentarmos acerca de uma das justificativas frequentemente evocada para descrer das críticas direcionadas a tais construções e práticas humorísticas, qual seja: a expressão "*é só uma piada*". De saída, tal ideia é problemática, vez que qualquer manifestação discursiva, humorística inclusa, está vinculada ao contexto social/histórico/cultural (POSSENTI, 2010).

Além disso, o argumento "isto é só uma piada", como diz Lockyer (2010: 134), "can be used as a rhetorical strategy to curtain serious critical debate about the political implications of, and ethical limits to comedy", o que implica em que: "this rhetorical strategy becomes particularly significant politically if it is used as a defence for the repeated and routine mocking of specific class groups". Seguindo a compreensão de Lockyer quanto à afirmação de que zombarias (classificadas por seus propagadores como sendo politicamente incorretas ou não) não passariam de meras piadas, o que se trata de um recurso retórico em prol de amparar a reafirmação dos preconceitos instalados há tempos no corpo social, podemos refletir, conjuntamente com a autora, que este tipo de estratégia engessa qualquer tipo de discussão ou questionamento acerca do que está sendo asseverado comicamente. Como se a frase "foi só uma piada" purificasse o conteúdo e a intenção expressa ao posicionar que o que é vinculado através do discurso humorístico não pode e nem deve ser levado em consideração seriamente (GRUDA, 2017: 156).

Esta estratégia busca produzir um senso de descontração que visa suplantar quaisquer percepções ou indicações que reconheçam nesses discursos e práticas a veiculação de preconceitos e discriminação. Uma estratégia, não necessariamente consciente e deliberada, que ainda funciona muito bem e que é atestada nas dificuldades e no incomodo de pessoas LGBTI em reagir a esses discursos e práticas cotidianos, informais, indiretos. Uma dificuldade as vezes maior do que aquela encarada frente a interpelações nítida e diretamente homofóbicas, sem filtros e sem as máscaras do humor (POMPEU e SOUZA, 2019).

A homofobia se alinha também ao machismo, à misoginia, à xenofobia, ao racismo, ao antissemitismo e aos preconceitos relativos à classe social, compleição física, entre outros (ERIBON e HABOURY, 2003). Esse alinhamento ocorre, pois "à semelhança do negro, do judeu ou de qualquer estrangeiro, o homossexual é sempre o *outro*, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação" (BORRILLO, 2010: 14, grifo nosso). Tal impossibilidade de identificação condena as homossexualidades, bem como as outras expressões e performances das sexualidades e gêneros, à clandestinidade. Essa clandestinidade experimentada pelas homossexualidades se configura como um território sem-lugar, pois "acreditamos que a pessoa que experiencia a homossexualidade deva ela mesma, se sentir uma 'estranha' nos espaços de socialização que circula. Não por questões específicas de sua pessoa, mas por conta da não aceitação social da homossexualidade" (TEIXEIRA FILHO, 2012: 97).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

Tais experiências cotidianas, assim como as discussões apresentadas e contextualizadas contemporaneamente, não nos possibilitam concordar com a seguinte afirmação de Lipovetsky (2005: 119):

> enquanto se espiritualiza, o cômico poupa prudentemente o outro: deve-se fazer notar essa atitude socialmente nova que consiste em reprovar o riso à custa dos outros. O outro deixa de ser o alvo privilegiado dos sarcasmos, a gente ri muito menos dos vícios e defeitos alheios; [...] seus infortúnios [...] e seu afastamento em relação à norma.

Pelo menos ao tomarmos o contexto brasileiro contemporâneo no que tange a homofobia, esta prossegue reproduzindo e recolocando diuturnamente a população LGBTI como um dos *outros* do e para o humor (salientando que a nossa macro ordem vigente igualmente inclui a população preta, gorda, feminina, pobre nestas mesmas condições de *outro* escrachado e subjugado). Dizemos isso, pois nestes termos e aspectos, a produção humorística majoritariamente serve ao dispositivo homofóbico justamente ao identificar as pessoas LGBTI como um desses *outros* que se afastam da (cishetero)norma.

O processo de uso do humorístico para fins homofóbicos, deste modo, serve ao jogo de controle e disciplinarização dos corpos, uma vez que funciona como um dos grandes mecanismos de projeção pelo qual todos os impulsos e desejos homoeróticos são lançados em um *outro*, em um grupo minoritário, como forma de proteção contra os indizíveis, impensáveis e incontroláveis fluxos de desejo que podem e acometem a todos e todas.

A possibilidade de projetar tal experiência no *outro* protege o cisheterossexual e a comunidade cisheterosexual como um todo que, por meio dessa estratégia humorística – e de tantas outras –, se mantém coesa por encontrar nesse *outro* (LGBTIs, no caso) a possibilidade de descarregar suas frustrações e afetos negativos (BORRILLO, 2010). Tanto que vemos ser rotineiro que as interpelações humorísticas-homofóbicas ocorram justamente quando os agressores e agressoras estão em grupos e coletivamente riem e se regozijam de seu ataque. Como afirmam Sáez e Carrascosa (2016: 90), "o medo da própria homossexualidade leva o homem a um temor paranoico de vê-la aparecer ao seu redor". Uma forma de lidar com tais temores e esconjurar esse medo é projetá-lo para fora, para outro, mesmo que em forma de piada e/ou riso:

> não é mais a exclusão, a relegação que comanda o nosso relacionamento com o Outro; a sociedade pós-moderna é gulosa demais por novidades para rejeitar seja lá o que for. Ao contrário, nós acolhemos tudo, exumamos e fagocitamos tudo, porém ao preço da zombaria desenvolta do Outro. (LIPOVETSKY, 2005: 127)

A fórmula humorística nesse caso repete basicamente o mesmo roteiro da construção de um outro com o qual não é possível identificação, um outro que sustenta a afirmação do espectador, do emissor e do próprio discurso como pertencentes exemplares da (cishetero) norma. Nesse sentido, Teixeira Filho (2012) afirma que a homofobia funciona como um mecanismo de defesa social e subjetiva que tem por finalidade a manutenção do *status* normativo, normalizado e naturalizado das cisheterossexualidades. Assim, o humor homofóbico funciona como escudo a toda e qualquer situação e/ou experiência que possa produzir uma desestabilização das identidades e experiências cisheterossexuais.

Este processo de normalização e naturalização da cisheterossexualidade e esconjuração satírica e "bem-humorada" das *outras* possibilidades de expressão e experiência das sexualidades, além da função mantenedora da ordem social heterossexual, também funciona como um regime econômico tanto em nível psíquico, quanto em nível social.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

> En efecto, la sociedad heterosexual está fundada sobre la necesidad del otro/diferente en todos los niveles. No puede funcionar sin este concepto ni económica, ni simbólica, ni lingüística, ni políticamente. Esta necesidad del otro/diferente es una necesidad ontologica [...]. Ahora bien, ¿qué es el otro/diferente sino el dominado? Porque la sociedad heterosexual no es la sociedad que oprime solamente a las lesbianas y a los gays, oprime a muchos otros/diferentes, oprime a todas las mujeres y a numerosas categorías de hombres, a todos los que están en la situación de dominados. Porque constituir una diferencia y controlarla es "un acto de poder ya que es un acto esencialmente normativo. Cada cual intenta presentar al otro como diferente. Pero no todo el mundo lo consigue. Hay que ser socialmente dominante para lograrlo". (WITTIG, 2006: 52)

Assim, ao banalizar, satirizar, subalternizar e desumanizar as vivências e experiências dos dissidentes das cisheterossexualidade, a homofobia, através de certos discursos e práticas humorísticas, se configura como uma manifestação da violência e um meio ideológico, este naquele sentido de ocultação da realidade (ŽIŽEK, 1996). É por meio da compulsoriedade das cisheterossexualidades que são produzidos social e historicamente determinados padrões relacionais, os quais viabilizam de modo mais eficaz as estratégias de controle social. Padrões relacionais violentos e disciplinadores que não seriam possíveis em uma sociedade edificada sob a égide do respeito e defesa das diferenças e diversidades (CANIATO, 2008).

Frente ao que estamos expondo, podemos reflexionar que o uso do humor como engrenagem do dispositivo homofóbico funciona muito bem, pois o:

> fenômeno humorístico nada fica a dever a qualquer voga efêmera. É de modo durável e constitutivo que a nossas sociedades se instituem de maneira humorística: pela descontração das mensagens que engendra, o código humorístico de fato faz parte do vasto dispositivo polimorfo que, em todas as esferas, tende a abrandar ou personalizar as estruturas rígidas e impositivas. Em lugar de injunções coercitivas, da distância hierárquica e da austeridade ideológica estão a proximidade e descontração humorísticas, que resumem a linguagem própria de uma sociedade flexível e aberta. (LIPOVETSKY, 2005: 129)

Por meio desse "abrandamento das estruturas rígidas e impositivas" da cisheteronormatividade, o funcionamento humorístico torna mais palatável as estratégias disciplinadoras de controle social, propagação e transmissão de violências, preconceitos e discriminação. Assim, o humor ou, principal e especialmente, o uso do seu código pelo dispositivo homofóbico funciona como estratégia e operação do poder. Todavia, como bem nos lembra Foucault (2017: 104): "lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder". Fazemos esse destaque, pois, também assistimos, contemporaneamente, um processo de apropriação militante do código humorístico por parte dos movimentos sociais, nos quais inclui-se o movimento LGBTI. Nesse sentido, somos levados a concordar com Lipovetsky (2005: 138) quando o autor afirma que:

> Em particular nos novos movimentos sociais, assistimos a uma vontade mais ou menos acentuada de personalizar as modalidades do combate, de "arejar" o militantismo, de deixar de separar completamente a política da existência, com vista a uma experiência mais global, reivindicativa, comunitária, ocasionalmente "divertida". Levar os problemas a sério e lutar, está bem; mas não perder o sentido do humor; a austeridade militante já não se impõe com a necessidade de outrora, a descontração dos costumes hedonistas e psicologistas imiscui-se até na ordem das ações sociais que nem por isso excluem algumas vezes confrontos duros.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

Humor crítico e possibilidades de resistências à homofobia

Como afiançamos na parte introdutória desse texto, o humor é dialético, assim sendo, é possível notarmos que essa apropriação crítica e combativa do código humorístico por parte dos movimentos sociais funciona estrategicamente como uma ferramenta de resistência e luta, já que "para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de 'baixo' e se distribua estrategicamente" (FOUCAULT, 1979: 241). Destarte, há igualmente a utilização do humor como um mecanismo profícuo de reflexão e de luta visando a superação da homofobia. Inúmeras são as campanhas de conscientização que lançam mão do código humorístico como mecanismo de veiculação de suas mensagens. Também tem crescido (ou sendo mais visibilizados) o número de artistas do humor que utilizam seus espaços e produções artísticas para também viabilizar o rompimento com a estereotipia em relação à população LGBTI.

Uma das formas mais corriqueiras de se depreciar pessoas lidas como LGBTI, especialmente cis-homens gays, é representá-los como afeminados ou com trejeitos femininos e denominá-los como "alegres". Uma adjetivação que, muito antes de apresentar uma característica pessoal, refere-se a uma determinada e suposta vivência da sexualidade: a atração sexual por pessoas do mesmo sexo. Um processo histórico de localização e depreciação que é assumido por esses homens, os quais se relacionavam e se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens, como uma identidade e bandeira a partir da qual foi possível se organizar enquanto um movimento coletivo, qual seja: o movimento gay.

Dizemos isso, pois é preciso recordar que a palavra *gay*, de origem inglesa, etimologicamente não se referia às pessoas que se relacionavam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Antes disso, o termo fazia referência pura e simplesmente a um estado de humor "alegre", "exuberantemente alegre" e "jovial" (JAGOSE, 1996). A apropriação dessa palavra e sua ressignificação surgiu como uma alternativa ao uso do termo homossexual, nomenclatura biomedicalizante que remetia e ainda remete a uma perspectiva patologizante dessas existências.

Este processo de invasão e captura da linguagem por meio de sua ressignificação é um exemplo de como a lógica e código humorístico também podem funcionar como resistência, uma vez que brincar com as palavras, tomá-las pelo avesso e fazer com que signifiquem outra coisa é eminentemente humorístico. Aqui o humor opera na apropriação da palavra de zombaria, positivando-a e convertendo-a em bandeira e estratégia de luta. Inclusive, movimento análogo ocorre em relação a outras palavras, tais como: *queer*, *bicha*, *sapatão*.

E se falamos dessa trama histórica é por percebermos que a produção dessas formas de resistência, as quais buscam apresentar tais formas de vida e realidades sociais e subjetivas sob o ponto de vista de quem as vivencia, emergem concomitantemente ao interesse do discurso médico e acadêmico em classificar, nomear, normatizar, disciplinar e controlar. Emergem, deste modo, do desejo de resistir a essa forma estandardizada de representação. Desejo que Foucault (1979: 234) sintetiza de forma inequívoca: "está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

Assim, o código humorístico também é utilizado na resistência e na luta e se constroem campanhas escoradas no discurso do humor que produzem certa desestabilização do *status quo* e, consequentemente, algum nível de mobilidade reflexiva sobre a vivência e experiência das pessoas LGBTI. Analisemos e acompanhemos o exemplo a seguir.

Imagem 2 – Campanha "Frequência Gay". Fonte: Portal Mix Brasil (2015).

A imagem é um frame de ação promovida pelo *Portal Mix Brasil*, no ano de 2015. A ação utilizou uma estratégia largamente explorada por programas e/ou quadros de humor, as chamadas "pegadinhas" ou situações com "câmera escondida". Toda a atividade se desenvolve dentro de um táxi, previamente preparado com diversas câmeras escondidas para gravar a reação das pessoas. Um ator desempenha o papel de taxista e roda pela cidade fazendo viagens com pessoas anônimas. Logo após os/as passageiras entrarem no carro, solicitarem o destino e a viagem se iniciar, se ouve o locutor no rádio do carro narrar a "descoberta científica" da "frequência gay", uma suposta frequência sonora que só seria audível por pessoas homossexuais. Encerrada a enunciação da notícia, o locutor afirma que tocará uma música gravada na tal frequência sonora.

Quando a música se inicia, o ator/taxista diz que não está ouvindo som algum e questiona seus passageiros e passageiras se eles/elas escutam algo. O resultado é que algumas das pessoas riem, ficam constrangidas e outras também afirmam não estar ouvindo qualquer som. Após o término da música o locutor interpela os/as ouvintes: "ok, se você ouviu a música e ficou meio encanado, tá na hora de rever seus conceitos de sociedade. É claro que não existe uma frequência gay, somos todos iguais. E já tá mais do que na hora de todo mundo entender isso". E, subsequentemente, pede para que as pessoas acessem o portal Mix Brasil e apoiem a luta por direitos iguais para comunidade LGBTI.

O uso do código humorístico na campanha não se faz apenas por meio do uso da fórmula "pegadinha/câmera escondida". Além do formato empregado, a ação se passa dentro de um táxi, modalidade de transporte geralmente associada e identificada, em diversas narrativas, como espaço onde é comum ouvirmos comentários preconceituosos e, não raras as vezes, discriminatórios (tal como aquele gravado pela atriz Samantha Schmütz e publicado no perfil dela na rede social Instagram[4]). O fato de se utilizar um espaço potencialmente tenso para

[4] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j5zLS98Zptw>. Acesso em: 22 jun. 2020.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

abordar uma temática delicada como a homofobia já carrega em si um enredo tragicômico.

Além disso, a fala do locutor remete à descoberta da suposta "frequência gay" a um "grupo de pesquisadores de Cambridge", recurso que, ao elevar a suposição ao status científico, remetendo a uma prestigiada universidade estrangeira, produz simultaneamente um efeito de verossimilhança e pretensa confiabilidade na informação e, ao mesmo tempo, brinca e ironiza o papel histórico da ciência em produzir artificialmente tipo humanos e a verdade sobre os sujeitos (FOUCAULT, 2017). Ademais de acionar o bovarismo tupiniquim em seu "complexo de vira-lata", o qual identifica que tudo que é produzido no exterior como válido e superior ao criado em terras brasileiras.

O cenário se soma ao roteiro e a interpretação do ator/taxista, o que produz o desnudamento do desconforto e do constrangimento que corriqueiramente apresentamos ao tratar das homossexualidades e da própria homofobia. Os risos constrangidos, contidos ou escancarados que aparecem durante e, mais explicitamente, no final do vídeo, podem funcionar como um dos índices e indícios desse processo. E, assim, poderíamos dizer que o efeito cômico e o desfecho humorístico da campanha não residem tão-somente na fórmula e conteúdo (roteiro e atuação) empregados, mas igualmente no próprio ato de defrontar-se com o absurdo da homofobia, do preconceito e da discriminação que atravessam a experiência, o cotidiano e vida de cada um de nós.

Considerações finais

A título de considerações finais, mas, evidentemente, sem esgotar as possíveis reflexões e conexões que podem e devem ser tecidas envolvendo as temáticas que nos debruçamos, indicamos, com os exemplos e discussões que travamos ao longo deste texto, a busca em apresentar alguns modos por meio dos quais podemos perceber possíveis (inter) ações e intersecções entre o humor e o dispositivo homofóbico. Pudemos notar e discorrer sobre: como o dispositivo homofóbico pode se utilizar do humor como ferramenta de transmissão e veiculação de práticas sociais e discursivas violentas e que favorecem a manutenção e guarda das "fronteiras de gênero"; como o código humorístico pode fazer uso da homofobia enquanto ferramenta ou estratégia de ataque desqualificante a um indivíduo ou conjunto de indivíduos (não necessariamente LGBTI); e, também, como, pelo caráter plástico e, sobretudo, dialético do humor, este pode funcionar como estratégia e ferramenta de crítica em favor da luta em prol da superação da própria homofobia.

Diante disso tudo, o humor, apesar de não ser neutro e/ou imparcial, não pode ser pensado a partir de um viés moralizante que pressupõe um dever ser humorístico. Entretanto, como toda prática social e discursiva, o humor pode e deve ser interpelado a partir de seu funcionamento, implicações, impactos e usos ético-políticos. Dizemos isso, pois acreditamos que a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática só se fará possível, dentre outras transformações, por meio da garantia de direitos e da responsabilização legal por práticas e discursos que violem os direitos, as liberdades e a dignidade das pessoas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

Recebido em 19 de julho de 2023.
Aprovado em 29 de novembro de 2024.

Referências

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, 5: 9-16, 2005.

ARANTES, P. *O Riso dos outros*. Direção: Pedro Arantes. Produção: Angelo Ravazi e Ricardo Monastier. São Paulo: Massa Real. Documentário online (51 min37seg), 2012.

BILLIG, M. *Laughter and ridicule: towards a social critique of humour*. London: SAGE Publications, 2005.

BORRILLO, D. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANIATO, A. M. P. Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*, 20 (1), 16-32, 2008.

ERIBON, D. ; HABOURY, F. *Dictionnaire des Cultures Gay et Lesbienne*. Paris: Editions Larousse (à paraître), 2003.

FOUCAULT, M. "Poder-corpo". In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp. 145-152.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GRUDA, M. *O discurso do humor politicamente incorreto no mundo contemporâneo*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2017.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

ILUSTRADA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 de junho de 2020.

JAGOSE, A. *Queer theory: An introduction*. New York: New York University Press, 1996.

LIPOVETSKY, G. "A sociedade humorística". In: *A era do vazio*. Barueri: Manole, 2005. pp. 111-145.

LOCKYER, S.; PICKERING, M. (orgs.). *Beyond a joke: the limits of humour*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MADLENER, F.; DINIS, N. F. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. *Revista do Departamento de Psicologia (UFF),* 19 (1): 49-60, 2007.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 21: 150-182, 2009

NASCIMENTO, M. A. N. do; TEIXEIRA FILHO, F. S. "Entre a margem e a linha: produção de subjetividades homonormativas e práticas sociais homofóbicas entre homossexuais masculinos". In: COSTA, Horácio *et al.* (orgs.). *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: EdUSP/Imprensa Oficial, 2010. pp. 741-52.

PALMER, Jerry. *Taking humour seriously*. London: Routledge, 1994

POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. de. A discriminação homofóbica por meio do humor: naturalização e manutenção da heteronormatividade no contexto organizacional. *Organizações e Sociedade*, 26 (91), 645-664. 2020

PORTAL MIX BRASIL. *Frequência Gay*. YouTube, 2015.

POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. *Pelo cu: políticas anais*. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. "Homofobia e sua relação com as práticas 'psi'". In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP) 6a. Região (org.). *Psicologia e diversidade sexual (Cadernos Temáticos)*. São Paulo: CRPSP, 2011. pp. 41-57.

TEIXEIRA FILHO, F. S. "A construção social das diferenças nas (homos)sexualidades e suas relações com a homofobia". In: LEMOS DE SOUZA, Leonardo; GALINDO, Dolores; BERTOLINE, Vera (orgs.). *Gênero, corpo e @tivismos*. Cuiabá: EdUFMT, 2012. pp. 83-109.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S.. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65: 376-391, 2013.

TRAVERSO-YEPEZ, M. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. *Estudos de Psicologia*, 4 (1): 39-59, 1999.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9 (2): 460-482, 2001.

WITTIG, M. *El pensamiento heterossexual*. Barcelona: Editorial EGALES, 2006.

ŽIŽEK, S. *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15976

ACENO

Normatividade e economia libidinal:
a moral sexual do sujeito no neoliberalismo

Josiane Cristina Bocchi [1]
Sérgio Isler Junior[2]
Universidade Estadual Paulista

Resumo: Este trabalho objetiva explicitar a normatividade neoliberal e suas relações com o erotismo. Pretende-se abordar algumas normas de conduta da racionalidade neoliberal e discutir seu impacto na forma como nos relacionamos com o prazer e com a satisfação. A estrutura de análise apoia-se em narrativas sociais sobre trabalho, corpo e comportamento, discutidas à luz da psicanálise. Conclui-se que o neoliberalismo e o conservadorismo promovem perdas na experiência erótica singular. Seus respectivos discursos visam regular algo da economia libidinal do sujeito e de seu potencial de ação.

Palavras-chave: neoliberalismo; sofrimento; Psicologia; Psicanálise; sexualidade.

BOCCHI, Josiane Cristina; ISLER Jr., Sérgio. **Normatividade e economia libidinal: a moral sexual do sujeito no neoliberalismo.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 391-406, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

[1] Mestre em Psicologia e Doutora em Filosofia. Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências (UNESP, Bauru) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual (UNESP, Araraquara).
[2] Graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Bauru).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

Normativity and moral economy:
subject's sexual moral in neoliberalism

Abstract: This paper aims to explain neoliberal normativity and its relationship with eroticism. Its intends to consider some implicit norms of conduct of neoliberal rationality and discuss their impact on how we relate to pleasure and personal satisfaction. The structure of the analysis uses social narratives about work, the body and behaviour, discussed in the light of psychoanalysis. It concludes that neoliberalism and conservatism promote the loss of singular erotic experience. The neoliberal and conservative discourses aim to regulate something of the libidinal economy of the subject and its potential for action.

Keywords: neoliberalism; suffering; Psychology; Psychoanalysis; sexuality.

Normatividad y economía libidinal:
la moral sexual del sujeto en el neoliberalismo

Resumen: Este trabajo pretende explicar la normatividad neoliberal y su relación con el erotismo. Busca abordar algunas normas de conducta implícitas de la racionalidad neoliberal y discutir su impacto en la forma en que nos relacionamos con el placer y la satisfacción personal. La estructura del análisis utiliza narrativas sociales sobre el trabajo, el cuerpo y el comportamiento, discutidas a la luz del psicoanálisis. La conclusión es que la razón neoliberal y el conservadurismo promueven la pérdida de la experiencia erótica singular. Los discursos neoliberales y conservadores tienen como objetivo regular algo de la economía libidinal del sujeto y su potencial de acción.

Palabras clave: neoliberalismo; sufrimiento; Psicología; Psicoanálisis; sexualidad.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

Em face do cenário contemporâneo e de uma pauta de costumes dividida entre a insurgência de moralidades ultraconservadoras e o ensejo à autonomia e ao protagonismo da própria vida, perguntamos como o sujeito[1] vivencia seu corpo e se relaciona com o prazer e com o corpo do outro. Em outras palavras, como podemos desejar ou sermos desejados na atualidade? No século XIX, na chamada era vitoriana do mundo europeu, responderíamos que aos homens havia uma permissão para desejar, e às mulheres não; ou elas apenas poderiam fazê-lo no casamento, sob um rigoroso regime de condições. Freud (1908/1996) chamou isso de código de "moral dupla", sendo mais flexível quando se tratava da sexualidade masculina, e mais repressivo quando se voltava para a sexualidade feminina. Essa configuração estava presente nos trajes da moda da época, que tinham a intenção de suprimir a sexualidade, mas produziam o efeito contrário: acentuando as formas do corpo feminino (cintura e seios, por exemplo) e encorajando a virilidade nos homens. Assegurava-se, dessa forma, um tipo de conformação entre os dois gêneros, "cabendo ao homem comportar-se como caçador, e a mulher, como presa" (MEZAN, 2005: 79).

Ao recolocar tal pergunta nos dias atuais (como podemos desejar?), é preciso considerar não só o papel dos estereótipos normativos de gênero, mas o acesso às novas tecnologias da comunicação que permitem uma ampla e massiva circulação de imagens geradoras de mudanças nas formas com os quais os indivíduos se relacionam com o desejo e a satisfação. A primazia contemporânea das imagens traduz-se em uma visibilidade extasiada de formas corporais idealizadas e sensuais, acompanhada por um declínio da função da palavra. Esse excesso convive com o retorno de uma rígida moral e ideais conservadores quanto aos costumes na cena pública. Tais elementos, presentes no discurso político e midiático contemporâneos, participam, fundamentalmente, da construção de uma subjetividade cuja economia libidinal esteja ligada ao consumismo, às expectativas de desempenho individual e à ideia de bem-estar, as quais marcam as relações sociais e o modo como nos constituímos psicologicamente em nossa época. A busca por um corpo apto, versátil e regulável pelos próprios indivíduos fundiu-se confusamente à ideia de estar saudável. Quais corpos são celebrados e quais corpos não são admissíveis no discurso social contemporâneo? Parece haver corpos que não são dignos de serem desejados, tampouco de vivenciarem qualquer forma de sensualidade.

O próprio desejo se encontra enclausurado em uma pretensão de racionalização das condutas e das vontades, pois a normatização neoliberal coloca o sujeito[3] em posição de buscar a adaptação normativa de si, de se enquadrar nas

[3] Empregamos o termo "sujeito" como um constructo referente ao tipo de subjetividade produzida em um dado contexto ou época. No nosso caso, o contexto é o campo social e o neoliberalismo. Como exemplo, se diz a subjetividade ou o sujeito

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

expectativas externas, como se isso garantisse aos indivíduos um encontro com a realização, com o sucesso e com a felicidade, como soluções finais reveladas pelos ideais propagados pelo discurso hegemônico. É possível, no entanto, racionalizar o desejo, dominá-lo e se autorregular por inteiro? E quais as consequências desse movimento, quanto de sofrimento e de culpa ele pode produzir? A depressão tem sido apontada como uma figura central da psicopatologia contemporânea, associada ao fracasso do sujeito em não conseguir extrair o máximo de desempenho de si e do seu prazer (DUNKER, 2021).

É a partir de tais questionamentos que este trabalho se propõe a discutir a racionalidade neoliberal, com o objetivo de explicitar elementos de sua psicologia no que tange às relações entre essa matriz liberal e o domínio do erotismo na subjetividade contemporânea. Discute-se, também, o encontro destas articulações com o recrudescimento de uma moral conservadora no Brasil atual. Nossa argumentação apoia-se em desdobramentos do trabalho de Foucault (2008), ao buscar compreender o neoliberalismo não a partir da instituição governo, mas pela forma com que o discurso do poder governa as condutas humanas (ANDRADE, 2019), com destaque para as contribuições de Dardot e Laval (2016) e Safatle (2021) sobre o tema.

Razão neoliberal: empreendedorismo, psicologia e moral

Para apontar questionamentos a respeito das formas de relação do sujeito com sua economia erótica, abordaremos alguns princípios da normatividade neoliberal. Importante notar que, apesar de se apresentar como uma forma radical de liberdade e de autonomia do indivíduo em relação ao Estado, o neoliberalismo atua como um tipo de Estado total, possuindo uma engenharia social que se faz presente diretamente nos conflitos sociais e nas subjetividades dos indivíduos (SAFATLE, 2021). Entendemos o neoliberalismo, portanto, como um sistema socioeconômico que traz consigo uma matriz de ideias psicológicas, uma psicologia própria (SAFATLE, 2021). O que chamamos de razão neoliberal diz respeito à articulação do neoliberalismo com uma racionalidade que inclui uma forma de gestão da vida social e uma estrutura disciplinar intrínseca, a qual atua na regulação dos corpos e de comportamentos. Os setores que repercutem a vida neoliberal também possuem sua biopolítica, a qual vincula governança, estados políticos de ordenamento social a atitudes subjetivas e discursos interiorizados pelos indivíduos. Foucault (2008) aponta como o neoliberalismo desdobra o modelo econômico de oferta e procura, de investimento-lucro-custo, em um modelo das relações sociais, da existência e da forma com que o sujeito se relaciona consigo mesmo. No caso da racionalidade neoliberal, um dos seus principais efeitos é produzir uma autogestão (comportamentos, pensamentos, sexualidades, estilos de vida) em moldes análogos aos que estruturam uma empresa.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. "Empresa" é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016: 328).

neoliberal – como em Dardot e Laval (2016) – ou a economia libidinal do sujeito. O termo "indivíduo", também utilizado aqui, representa a ideia de uma pessoa ou, no plural, um conjunto delas. Indivíduo e sujeito não são usados como sinônimos, embora suas acepções, por vezes, sejam equivalentes: indivíduo moderno ou o sujeito da modernidade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

Na medida em que falamos de autogestão, da maneira da racionalidade neoliberal produzir um sujeito que se conduza assumindo risco e responsabilidades por seus fracassos, a noção de liberdade, como apontado por Silva e colaboradores (2020), fortemente presente no ideário social e nas obras de autores importantes da tradição neoliberal, surge como uma liberdade condicionada, em que o indivíduo é livre para se realizar de acordo com os ideais normativos que lhe são impostos, de forma que a coerção nem sequer é percebida enquanto tal (HAN, 2017). Valores como a liberdade e a própria saúde (e saúde mental em especial) se apresentam como um excesso de positividade, de liberdade do indivíduo de constituir a si mesmo, e aos seus, de acordo com os parâmetros sociais, excessivamente massificados, de realização pessoal e existencial. Dessa forma,

> o tu podes gera coerções massivas nas quais, via de regra, o sujeito de desempenho se fragmenta. A coerção autogerada lhe parece ser liberdade, de tal modo que ela não é reconhecida enquanto tal. O tu podes exerce inclusive mais coerção do que o tu deves. (HAN, 2019: 23-4)

A partir do exposto, seguimos com a hipótese de que há diferentes formas de atuação do discurso neoliberal na vida social. Levantamos dois pontos principais desse discurso que servem de eixo para nossa crítica: a administração de si, calcada na autonomização das funções do Eu, e a interiorização da concorrência nas subjetividades, vinculando desejo e consumo. A questão não é simplesmente trabalhar e consumir. O propagado imperativo *"Trabalhe enquanto eles dormem!"* revela que se trata de fazer isso tudo, porém, fazer mais do que os outros, mais do que "eles", que dormem. Eles quem? O pronome não designa ninguém em específico, justamente porque pretende englobar todos. O pensamento neoliberal contemporâneo manifesta-se nos setores de reprodução da vida material e psíquica, como na comunicação de massa, na religião, na educação, nas universidades, nas organizações políticas e, especialmente, no vasto campo encarnado das condutas e das falas que convidam à individualização, à idealização da aparência corporal e à pulsante competitividade do sistema econômico neoliberal. Todos contra todos, alicerçados na posição de se viver como uma empresa, competindo com os demais, abaixo, acima e ao lado, com seus pares principalmente.

Han (2017) designa os processos de individualização da atualidade como sujeito do desempenho. Diferente do sujeito disciplinar, descrito por Foucault (2003), o qual estava submetido a uma instância externa de domínio que o obrigava ao trabalho e à exploração, o sujeito do desempenho é submisso a si mesmo e à sua interioridade psíquica: "*A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho*" (HAN, 2017: 30). A sociedade do desempenho, termo usado por Han para pensar a sociedade atual, é como uma evolução da sociedade disciplinar: a instância de domínio foi internalizada pelos indivíduos. O controle tem seu ponto de partida no sujeito, e por isso é mais eficaz e, também, de baixo custo, uma vez que exige menor dispêndio das estruturas opressoras externas.

Como efeito, a liberdade propagada no contexto neoliberal coloca o sujeito numa trama individual e solitária, guiada pela necessidade de cumprir metas promissoras de sucesso e de satisfação. Em contrapartida, o que ocorre com os conflitos inerentes aos processos psicossociais e os dilemas desse indivíduo que internalizou a opressão? Para o discurso liberal corrente, o compreender a si mesmo e gerir a vida em comum tornaram-se uma tarefa supostamente fácil,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

reinserida nos códigos de uma razão instrumental, herdeira insistente dos ideários de liberdade individual e da igualdade de direitos, da filosofia iluminista. Assim, a economia e demais setores da vida social reproduzem narrativas voltadas à busca da internalização de predisposições psicológicas formadoras do caráter, ao ilustrar um conjunto de ideias psicológicas de caráter neoliberal, uma matriz diretamente ligada à autonomização do indivíduo empreendedor.

Mas e o problema do desejo, sua viabilidade e contradições? O desejo

> passa a se articular com suas realizações práticas, com a mudança concreta em termos de propósito e de consumo na via moral das pessoas. Nada mais de conflitos ou de grande esforço hermenêutico para entender a história ou as oposições de nossos sonhos, eles são dados de forma direta na enunciação de demandas, de propósitos ou de fluxos. (DUNKER, 2021: 184)

Christian Dunker (2021) afirma que nossas vidas, atualmente, foram conduzidas à evitação do conflito, processo acompanhado por uma retórica de ampliação das funções do Eu. É como se bastasse seguir algum tipo de trilha do sucesso, anunciado em fórmulas genéricas como "10 regras para uma vida feliz", "4 passos para a paz de espírito", "comer saudável e viver mais", e inúmeras listas semelhantes. Recai sobre os indivíduos toda a responsabilidade de cumprir os itens, gerir seu bem-estar e encontrar a felicidade, caso contrário ele terá que se haver com a ideia do fracasso. A mídia, a publicidade e a propaganda são responsáveis pela divulgação de ideais normatizadores, que buscam englobar todas as esferas da vida do sujeito, de acordo com um ideal de uma boa vida, pautado numa lógica de consumo e legitimado pelo discurso científico (LOVATO, 2014).

Freud (1930/1996), em *Mal-estar na civilização*, aborda três formas de sofrimento, relacionadas ao corpo, à natureza e à relação com o outro/social. Segundo o autor, a última fonte, que é comumente pensada como a mais fácil de ser resolvida, é justamente a responsável pelos piores sofrimentos. A tendência contemporânea a evitar o conflito tem a finalidade de impedir que o indivíduo chegue a uma reflexão que vincule o que não vai bem em sua vida com o prejuízo das leis, do sistema social e econômico. Existe um discurso social corrente que induz os indivíduos a evitarem a introspecção e perguntarem sobre seu desejo, uma vez que elas são direcionadas às respostas rápidas para o que não está bem, como "ir à academia/comprar/viajar" e procurar um médico ou outro especialista. Importante notar que o mal-estar, para Freud, está ligado à noção de uma modalidade de pulsão sem representação e a um conflito inconciliável com a vida social, não sendo, portanto, algo passível de uma resolução definitiva, e sim de uma constante regulação, de forma que podemos desconfiar de soluções que prometem bem-estar e sucesso. A psicanálise deixa claro que não existe antídoto para a angústia e para seu mal-estar, a não ser seu enfrentamento e o esforço de sentido e de reconhecimento dos conflitos e de seus termos.

É importante frisar que a gestão de si significa, também, uma competição com o outro, o que favorece a interiorização de princípios empresariais de performance. Essa é a forma das relações intersubjetivas do sujeito neoliberal. É preciso se aperfeiçoar constantemente, superar-se a cada instante, para que não seja passado para trás. Com o declínio do conflito na subjetividade atual, o que se busca é que os indivíduos trabalhem para as empresas como se trabalhassem para si mesmos, buscando eliminar qualquer tipo de sentimento de alienação dos indivíduos com seu trabalho, como se o desejo dos patrões fosse o seu próprio desejar (DARDOT e LAVAL, 2016). Eliminar o sentimento de alienação para alienar com grande efetividade, ou seja, atribuir naturalidade aos fatos sociais e inverter as

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

produções sociais como manifestações da natureza (LANE, 1978). Esse movimento fica claro quando analisamos a atual psicopatologia psiquiátrica, pautada em explicações e soluções de cunho medicalizantes, que não levam o sujeito a buscar uma compreensão de si e de seu sofrimento, mas sim de se entender e se apresentar como alguém que é "portador" de um problema que o impede de ter um desempenho adequado, de se regular como uma maquinaria e se fazer presente na competição pelo sucesso. Hesitações e questionamentos sobre a causa do sofrimento e sobre as diferentes possibilidades de existência ficam suspensos. No repertório do discurso social e cotidiano das políticas auto afirmativas e positivas, só existe lugar para convicções: se pensar demais, não faz.

A internalização da competitividade se articula com a própria forma do trabalho. Quando olhamos para o cenário da flexibilização do trabalho no Brasil, nos deparamos com formas de contratação que não garantem segurança ao trabalhador, com aumento de contratos com prazos indeterminados e altos níveis de rotatividade nas vagas, além do crescimento da terceirização, de contratos especiais e da invisibilização das relações de trabalho, com o crescimento de aplicativos como a Uber e a pejotização (KREIN *et al*., 2018). A competitividade é interiorizada no mesmo processo em que a manutenção do emprego é incerta, ao passo que as pressões para as especializações, para as promoções e o tão sonhado enriquecimento recaem sobre os indivíduos, com a valorização de personalidades milionárias, como Elon Musk, Bill Gates, Jeff Bezos. O discurso é meritocrático e individualista: esforço individual e foco são as medidas do sucesso profissional. O outro surge no horizonte como um adversário, tanto na corrida ideal, e distante, pelo enriquecimento, quanto na disputa pelo mínimo, pelas vagas de emprego num cenário de extensas jornadas de trabalho. Culpar e responsabilizar os indivíduos pelo fracasso em prosperar no mercado de trabalho formal tiram de cena da subjetividade o questionamento sobre as injustiças e desigualdades que fundamentam a produção.

Destaca-se, a título de ilustração, algumas narrativas que são expressivas em relação ao discurso normativo do neoliberalismo, na forma de frases que circulam em propagandas, programas de *reality show*, redes sociais, que são como imperativos de um discurso implícito e explícito de normas e condutas. O recurso a uma retórica motivacional, presente em palestras nos ambientes de trabalho, escolas, redes sociais, e nas falas de *coaches* marca uma das principais formas de como o discurso neoliberal se apresenta. Frases com ideais de superação, produtividade laboral, como o *"Trabalhe enquanto eles dormem!"*, ou *"Mantenha o foco e a disciplina!"*, *"Se arrisque!"*, *"Saia de sua zona de conforto!"*, entre outras, demonstram a imperatividade desse discurso, que dirige os indivíduos a uma disputa acirrada em direção à normatização de si. O próprio corpo passa a ser considerado como um produto de uma escolha, de uma modelagem individual, de forma que seus limites não devem ser considerados como limites ao gozo e ao desempenho (DARDOT e LAVAL, 2016).

Quando pensamos na relação do sujeito com o corpo, podemos destacar um conjunto de imperativos que entram em cena. Como apresentado por Bocchi (2021), o discurso sobre a alimentação saudável e a boa saúde transformaram a noção de saúde em sinônimo de boa forma. Sobre o sujeito, recai toda a responsabilidade em manter seu corpo de acordo com os padrões ideais de saúde e beleza: *"você é o que você come"*. O cultivo do corpo saudável também se torna num estilo de vida a ser consumido, a vida *fitness*. O sufixo "*fit*" passa a estar presente em várias atividades: *fitdance*, comida *fit*, *ballet fit*, moda *fit*, etc. As academias se multiplicam na paisagem urbana e as formas de suas propagandas se repetem

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

constantemente: a imagem de alguém com os músculos definidos, acompanhada de frases como: *"Tenha uma vida mais saudável!"*; *"tenha o corpo que sempre sonhou!"*; "*fique com o corpo pronto para o verão!"*. A retórica publicitária é dirigida para comportamentos de saúde ou de risco, e caracteriza um discurso imperativo sobre o corpo, afinal, *"a preguiça é inimiga do sucesso!*

Bocchi (2020) resgata o conceito psicanalítico de hipocondria, o qual remete a uma experiência alterada do corpo, como se todos nós estivéssemos convictos de estar doentes, ou evitando o adoecimento, mesmo quando se está organicamente saudável: "*As injunções direcionadas à conquista de um corpo saudável são mantidas às custas da ameaça latente da imagem de um corpo mórbido ou moribundo*" (BOCCHI, 2020: 200). Dessa forma, podemos apontar também sobre como a racionalidade neoliberal, ao dirigir os indivíduos de forma a dividi-los entre os que são dignos de desejarem e de serem desejados, colocam aqueles que estão com um corpo distante do padrão normativo de beleza e de boa forma, por exemplo, em posição de arcar com toda a culpa por estarem distantes deste padrão, sendo excluídos da condição de serem atraentes e desejáveis, tanto quanto da condição de desejarem: para isso, será preciso se adequar à norma, mesmo que ela seja segregacionista e não leve em consideração as diferentes formas corporais e possibilidades estéticas e comportamentais de expressão de si.

Sintetizando os diferentes pontos apresentados, para caracterizar a normatividade neoliberal, destaca-se a visão da conduta competitiva como uma habilidade do sujeito contemporâneo e a interiorização da ótica empresarial como forma de relação consigo e com o outro, a partir das quais a intersubjetividade assume um utilitarismo de fato e de direito. O sujeito e o outro se reportam como objetos, e são reportados como tal. Em paralelo a esta perda de experiência com a alteridade, estimula-se uma ruidosa e convicta autonomia individual ("Você pode! Você é livre para...").

Existiria um autocentramento também no âmbito da vivência da sexualidade, nas formas corriqueiras pelas quais o indivíduo gratifica-se sexualmente e na busca pelo corpo do outro, ao mesmo tempo cultuado e predado (BIRMAN, 2009). Ao obter o desejo do outro, na medida em que este é valorizado de acordo com os padrões normativos, o indivíduo se afirma como alguém desejável, e pode ocupar um lugar na dinâmica social do desejo. Constitui-se, assim, manipulação do outro como técnica de exaltação de si mesmo: "*o eu é transformado em objeto de admiração tanto para os outros, quanto para o sujeito, que busca alcançar o brilho social, que é outra forma de nomear o reconhecimento dado pelo Outro*" (BOCCHI, 2021: 185).

Por outro lado, estamos imersos em discursos normativos, moralistas e dúbios, que, como uma mola propulsora, pressionam para determinadas direções e favorecem certos comportamentos (desconfiar, avaliar-se, fazer), em detrimento de outros (agregar, dividir, formar grupos, dentre outros). Algumas das direções mais comuns na psicologia neoliberal são a hipervalorização das noções de indivíduo, de família (você e os seus), a valorização do empreendedorismo e dos elevados padrões de beleza e de saúde. Para além disso, o corpo e a sexualidade estão impregnados de simbolismos (flexibilidade, fluidez, metamorfose, renovação e satisfação sem limites), que são compatíveis com as normas de produção e de consumo na vida pública.

Nota-se, no debate público, a força que uma direita reacionária e o evangelismo vêm assumindo nos últimos anos no cenário nacional. Ronaldo de Almeida (2017) aponta algumas linhas centrais para compreender a conjuntura conserva-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

dora brasileira, levando em consideração o papel do setor evangélico no fortalecimento de pautas conservadoras e até reacionárias. Almeida (2017) discute sobre a racionalidade neoliberal, demonstrando como essa forma de regulação social se faz presente na mídia, na igreja e na política tradicional, ao promover a ideia de liberalismo econômico e conservadorismo moral. Tal encontro se expressa através de uma ramificação comum, denominada por ele de "meritocrática e empreendedora", que valoriza o esforço individual, em oposição a políticas públicas e sociais de transferência de renda. Esse discurso ideológico também se encontra em setores religiosos, em especial entre os neopentecostais e no que tange à Teologia da Prosperidade, a qual prega a ascensão econômica como sinal de que Deus age em sua vida. É interessante notar que esta noção de ascensão não está ligada à disciplina com o trabalho, mas em estar disposto a atuar de maneira empreendedora, de se tornar patrão. Uma característica do discurso neoliberal é a valorização do empreendedorismo e do incentivo a uma autonomia utópica, pois a imagem do patrão ou "dono do próprio negócio" é a redução simbólica de uma emancipação trabalhista ingênua e do ensejo à administração de si e à suposição de controle sobre a própria vida. Trabalhar e viver não são suficientes, é preciso almejar sempre mais - afinal, a menos que se torne um bilionário (bem pouco provável - para não dizer impossível -, dadas às desigualdades materiais e disputas de classe), sempre haverá um posto acima, para direcionar e orientar o desejo e os esforços individuais na vida contemporânea.

Almeida (2017) também aborda a disputa pela moralidade pública como importante vetor de força no cenário conservador, destacando a participação das religiões cristãs neste discurso, com o protagonismo dos evangélicos pentecostais, que atuam de maneira ativa para inscrever seus códigos morais e sexuais (reprodução, matrimônio e modelos heteronormativos) na ordem legal do país. A força de tal movimento se traduz na influência que as pautas morais ganharam no Poder Legislativo. Dentre as principais posições da direita reacionária e conservadora, destacam-se a luta contra a legalização do aborto, a ostentação da família nuclear constituída pela união entre homem e mulher como única maneira legítima de laço amoroso ou conjugal, bem como as manifestações preconceituosas contra qualquer sexualidade não hegemônica, como expresso em projetos políticos como a PL 4931/2016, apelidado como "projeto de Cura Gay" e nas *fake news* como a "ideologia de gênero" e o "kit gay". Encontramos em figuras importantes do cenário conservador contemporâneo brasileiro, como na ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, falas que propagam estereótipos de gênero, como em "menino veste azul e menina veste rosa", e em outros momentos em que se reforça o papel da mulher como submissa ao homem (FERREIRA e NASCIMENTO, 2020).

Contudo, as reflexões deste trabalho indicam que o conservadorismo evangélico e a experiência neoliberal compartilham de pressupostos convergentes no que concerne aos seus efeitos pragmáticos nas relações sociais de poder e na linguagem cotidiana. A chamada teologia da prosperidade trabalha com categorias ideológicas e psicológicas, tanto quanto a ideologia do livre mercado. Ambas as experiências se utilizam de uma concepção molecular de sociedade, ordenada por unidades divisíveis e independentes (indivíduos, núcleos, família); e também reforçarem a centralidade do sucesso individual e da via meritória, em detrimento do reconhecimento das desigualdades sociais. Os discursos conservador e neoliberal instrumentalizam noções de uma psicologia diretiva e normativa que, implícita ou explicitamente, dirige-se às representações de si e às forças criativas do campo intersubjetivo e social.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

Economia libidinal e subjetividade neoliberal

A sexualidade, como explicitado pela psicanálise, caracteriza o signo do que é singular, não categorizável e, frequentemente, não nomeável, fazendo coincidir o sexual com o que não é idêntico ao si mesmo, uma vez que muitos afetos e comportamentos ligados à esfera sexual escapam à consciência. Assim, para a psicanálise, o registro do sexual remete ao recalque, às identificações inconscientes e à ambivalência de amor e ódio; neste sentido, o sexual carrega as marcas da ambiguidade e da diferença. Este trabalho concebe a sexualidade em um espectro que está para além dos problemas de gênero e tendo como ênfase o sujeito e sua relação com o corpo, com o prazer, a satisfação ou as inibições, isto é, sua economia libidinal. Tais aspectos são problemáticos e cruciais, do ponto de vista da ascensão de uma moralidade conservadora, uma vez que a vida erótica e seus efeitos simbólicos constituem-se fonte de vitalidade, afetividade e volições na vida humana. Um ponto fundamental da ruptura entre Freud e Jung foi a discordância entre eles sobre a concepção de libido. Freud preferiu manter a energia libidinal como distinta de outras formas de energia psíquica, preservando sua especificidade ligada à sexualidade como uma força quantitativamente variável capaz de mensurar processos ligados à fonte dos fenômenos psicossexuais observados pela psicanálise e à vida amorosa do ser humano (FREUD, 1905). E referiu que o caráter qualitativo da libido está em sua ligação com o ego – libido do ego ou libido narcísica – e com o campo objetal, esferas estas que se articulam por um fluxo e refluxo libidinal constante entre o eu, os objetos e todas as partes do corpo.

Se, por um lado, nas últimas décadas, passamos por mudanças consideráveis na moralidade sexual, na nossa relação com o corpo e por desenvolvimentos nas áreas da saúde e da prevenção, os quais aumentam a circulação de informações e de ações a respeito do sexo e da sexualidade, ainda há, nos pacientes psicanalíticos, queixas a respeito de seus conflitos e de falta de satisfação na vida erótica (GREEN, 1995). E ainda, "*mudanças e hábitos sociais atuais das pessoas não trouxeram melhoria significativa da vida sexual, proporcional às modificações da moralidade pública*" (GREEN, 1995: 218).

A sexualidade esboça a marca do desencontro do sujeito com as normas sociais, assim como o exemplo do sintoma na histeria, que estampava o impacto que certos padrões normativos tinham para a subjetividade da época vitoriana, especialmente nas representações de masculino e de feminino do final do século XIX. Padrões normativos estes que buscavam operar uma aniquilação do caráter singular do sujeito, naquilo que se distanciava das convenções vigentes sobre o matrimônio, sobre o regime de prazeres e deveres relativos aos corpos dos homens e das mulheres e sua apresentação na vida pública.

A prática psicanalítica nasce da escuta do desejo sem lugar da histeria, e de como, para a psicanálise, o sexual afirma um desacordo com o social, como Freud discute extensivamente tanto em *Moral sexual 'civilizada' e a doença nervosa moderna* (1908/1996), como o fundamento cultural das neuroses, quanto em *Mal-Estar na Civilização* (1930/2011), como quando o desencontro é traço irredutível da angústia. Não que esse desacordo aponte para a necessidade de uma nova norma ideal ou para uma desistência da ação política. Pelo contrário, a impossibilidade de ajuste da sexualidade às normas sociais aponta para como tais imposições são opressoras e, por isso, adoecedoras. É por esse motivo que a psicanálise, através de uma concepção crítica de sujeito e de sexualidade, distante de qualquer psicologismo naturalizante, pode contribuir para o debate sobre a

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

normatização neoliberal que produz um sujeito fragmentado em relação ao desejo. Não é estranho que haja interpenetrações entre a economia externa e a economia psíquica dos indivíduos que, através de suas escolhas e estruturas individuais, sustentam regimes locais ou globais de consumo e de trocas.

Faz parte das estratégias retóricas de adesão ao capitalismo definir a forma de produção de bens e do consumo como expressão da satisfação de interesses e de maximização de prazer e, através disso, consolidar os imperativos de concorrência e empreendimento como expressão de traços naturalizados do comportamento humano. Assim, nos parece que nossa servidão social está apoiada e é mantida pela naturalização de certa psicologia que serve de base à economia reinante. É na decomposição de tal fundamento psicológico da economia que a crítica psicanalítica ao capitalismo se insere (SAFATLE, 2020: 69).

Quanto à economia libidinal ser afetada pelo jogo de forças externas e responder a fatores psicossociais gerados por modos de vida, não surpreende que Freud caracterize o conceito de libido como análogo ao da fome, "libido deve nomear a força com a qual a pulsão se manifesta" (FREUD, 1916: 199). Esta é uma força que tem a propriedade de aumentar, diminuir, deslocar-se, condensar-se e impregnar o ego, objetos e o mundo da fantasia: "estabelecemos o conceito de libido como uma força quantitativamente variável que poderia medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual" (FREUD, 1905/1997: 94). A grande questão dessa definição de libido é que ela é seguida pela de erogeneidade: não apenas as zonas erógenas respondem libidinalmente, mas todos os órgãos do corpo, dirá Freud (1905; 1914). A ascese da moral reacionária no caso do Brasil, como abordada anteriormente neste trabalho, e sua articulação com extratos da vida erótica pode ser pensada à luz da economia libidinal da subjetividade contemporânea e de sua marca de intolerância em relação ao outro, o que é diferente dos padrões elegíveis para um indivíduo, uma determinada religião, um grupo e seu sistema moral.

É possível que a intolerância ao outro, marca da moral reacionária e neoliberal, seja alimentada por uma violência acarretada pela normatividade moral às particularidades de formas de ser e de viver dos indivíduos. Ferenczi aponta que, "entre outras coisas, o sentimento de culpabilidade, no erotismo adulto, transforma o objeto de amor em objeto de ódio e afeição, ou seja, um objeto ambivalente" (FERENCZI, 1992: 106), sendo, portanto, a culpabilidade, corolário do ódio. Na medida em que a cultura reprime, desde que somos crianças, aspectos libidinais e eróticos que envolvem os afetos em suas formas de vivência e expressão, bem como a própria escolha de objetos amorosos, também instaura culpa (expressão que, não ironicamente, é presente nas áreas jurídicas para remeter a responsabilidade de alguém que comete um ato criminoso) sobre tais questões presentes na história de vida dos indivíduos.

Tem-se edificado uma certa moral conservadora e dúbia que, abertamente, repudia formas não-hegemônicas de identidade e de orientação sexual, mas que se põe constantemente enlaçada com aquilo que nega, como se fruísse de uma satisfação às avessas daquilo que é recalcado no plano manifesto do discurso. Para reprovar um fato ou comportamento não é necessário reproduzi-lo à exaustão, seja na fala, seja na replicação de imagens, semelhante ao ensejo de, digamos, "repudiar, mas gozar". Mas é preciso considerar que, no âmbito da vida psíquica, o ser humano tende a repetir o que lhe é intrínseco (e não simbolizado). Ao final da sua vida, Freud faz uma reflexão sobre a percepção de que sempre está faltando algo na experiência da sexualidade humana (FREUD, referências de notas,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

1941). Esse fator intrínseco à sexualidade corresponde ao funcionamento da pulsão e de seus efeitos na forma de inibições e conflitos antagônicos à moralidade pública (GREEN, 1995). Trata-se de formas psíquicas (ligadas a experiências afetivas vividas, modelos de identificação, padrões de pensamento e de imagens) não tramitadas de forma criativa ou simplesmente não ressignificadas pelo próprio sujeito, pelos valores de seu grupo ou cultura. E, desse modo, ao sentir medo, atração ou repúdio ao que nos é desconhecido, o resultado é semelhante, como nos ensina a experiência com a clínica do trauma: reconstituir aquilo do qual se busca um domínio.

Quiçá reencontramos nesse traço do reprimir, reproduzindo – muito bem desenvolvido por Foucault (1988), como se sabe - algo da "moral dupla", a que Freud (1908/1996) identifica nos códigos socioculturais que regiam comportamento e a sexualidade nos primórdios da psicanálise: regras mais flexíveis para a sexualidade masculina e normas repressivas para sexualidade feminina. Tratava-se de uma moral dupla que tinha como subproduto uma gama de atividades sexuais substitutas, como o adultério, a felação e as que davam suporte à abstinência sexual, como a masturbação e o coito interrompido. Freud (1908/1996) assinala que grande parte das satisfações substitutas correspondem às práticas sexuais infantis não superadas, predispondo a formas de neurose e de psicose.

Como na vida social é imprescindível que existam princípios reguladores do contrato social e tipos de norma (o que é diferente de uma normatização da vida), a sexualidade aponta para a necessidade de normas sociais de conduta que abriguem a diferença entre uns e outros, e não que operem uma busca infinita por sua anulação. Assim, o sexual, como o não idêntico, um outro em sua radicalidade, excede para além das identidades e de esquemas subjetivos e psicológicos. Através do sexual como núcleo afetivo primário de nossas vidas, funda-se a negatividade do nosso corpo real e suas capacidades simbólicas, irredutíveis às demandas da produção externa e, na verdade, em constante conflito com elas.

O corpo e os afetos, ou seja, aquilo que não é abarcado pela racionalidade, pelas injunções do controle do si mesmo, como pedra no sapato da razão neoliberal, manifestam-se como aquilo que aponta para a necessidade de outras formas de contratos e de laços sociais que permitam a realização. Contudo, grande parte da dimensão erótica da vida contemporânea, conforme estamos indicando neste trabalho, está subsumida ao domínio da imagem, do desempenho e da administração ininterrupta da subjetividade individual. O que perdemos no terreno do erotismo, em termos de força para abertura e potencial criativo, é recuperado e maximizado pela norma concorrencial e vertiginosa da vida contemporânea, esta que leva os indivíduos a uma busca implacável por um tipo de vida ideal, na qual o bem-estar e o sucesso individual são propagados como conquistas estritamente individuais e ao alcance de qualquer um. Porém, o que a concepção psicanalítica da sexualidade nos aponta é justamente que tais promessas buscam encobrir uma falta que é irredutível a tais garantias, falta que não se esgota em idas ao shopping ou programas de dieta e treinos extenuantes de exercício físico.

Contudo, embora tais normas falhem em esconder a falta desejante e não suprimam a angústia, elas são extremamente segregadoras e delimitam os corpos que podem e os corpos que não podem participar do "circuito" do desejo, a partir do quanto se adequam às expectativas normativas de boa forma, de expressão da sensualidade e de poder econômico. Tal inclusão é difícil para quem fica de fora e também para quem está dentro da norma, isto é, mesmo aqueles indivíduos que se encontram próximos aos padrões de boa forma e de beleza precisam arcar com

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

custos objetivos e subjetivos para se sustentar nesse lugar. O avanço de concepções conservadoras representa um recrudescimento dessas normas, as quais se relacionam com o aumento da violência, do preconceito, da exploração da força de trabalho. O apagamento do conflito, expressão de nossa subjetividade, como dissemos, remete ao impedimento de fazer perguntas sobre as normas, duvidar de tantas convicções, questões estas que apontariam para incongruências da normatividade, podendo liberar-nos de alguns imperativos sociais citados ao longo do trabalho. Mas isso, é claro, poderia resultar numa transformação social de nenhum interesse às classes dominantes.

O tempo é uma questão fundamental para o sujeito psíquico e também o é no sentido social e biológico, pois, para além de produzir, o corpo precisa de descanso, de intervalos, de tempo para ficar só, para não fazer nada de útil. É preciso, enfim, um espaço para que se viva a experiência de conhecer o outro e a si mesmo. A racionalização do desejo, porém, não dá espaço para a experiência da própria angústia, tampouco para as assimilações da experiência desejante. A necessidade de trabalhar sempre mais, seja para obter o mínimo para viver (sobreviver, como no caso da maioria da população brasileira) ou para desempenhar melhor, se especializar e "conquistar seus sonhos", tira o tempo da vida, da experiência e do olhar para si, mantendo o conflito distante das subjetividades neoliberal e moralista conservadora.

Considerações finais

O presente trabalho buscou contribuir no debate sobre a subjetivação contemporânea, ao delimitar um contexto psicopolítico relacionado ao atual sistema econômico, e problematizar uma perspectiva crítica sobre o neoliberalismo que, para além de seus fins imediatos, também fomenta internalizações de representações de si e predisposições psicológicas. Foram apresentadas algumas narrativas socais comuns nas quais se pode indicar como a experiência neoliberal se constitui como um sistema cujos preceitos normativos implícitos retiram valor do campo de possibilidades das ações transformadoras do indivíduo, concomitantemente a uma deslibidinização da experiência erótica singular, em nome do fortalecimento de outras metas (vencer, dominar-se, curar-se), mais utilitárias, agora reanimadas pela força da sexualidade. Esse é nosso principal apontamento, mas não o único.

Estranhamente, o discurso neoliberal e as forças conservadoras no Brasil fazem isso: despolarizar o potencial afetivo-erótico, mesmo que, aberta ou indiretamente, incentivem as experiências sexuais. Mas este indulto ao sexo se dá no sentido superficial ou concreto, já que se explora o sensualismo das imagens dispostas, a fim de empobrecer a troca afetiva e a experiência passional como um todo. As massivas injunções eróticas contemporâneas, seja pelo discurso liberal do satisfazer-se sem limites ou do discurso moralista conservador do salvar-se a qualquer preço (o que também é uma forma de satisfação), utilizam-se ambas, igualmente, de imagens de corpos belos e fortes – a fricção, a nudez exposta – que são repetidas nos espaços públicos (mídias sociais, imprensa sensacionalista) até o limiar da indiferença.

Assim, o que seria da ordem de um potencial erótico mais criativo torna-se signo de comportamentos sexuais banalizáveis, fortemente investidos pela sensualidade externa, mas vazios de representações erógenas em seu interior. O erotismo é cooptado pela sexualização e, com frequência, leva a não satisfação e à perda do sentido daquilo que se buscava. O mais importante é que essa perda de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

sentido é também, em termos de economia psíquica, uma perda da libido em sua ligação com os objetos da pulsão. Tal fenômeno pode ter como resultado externo formas de apatia e tédio ("Nada acontece", "Todos são iguais"), e a não discriminação entre sensações e estímulos externos. Conclui-se que a moral sexual do sujeito no neoliberalismo, em grande medida, caminha para a produção de perdas na experiência subjetiva e individual, no que concerne à relação com o desejo e com um regime de trocas autenticamente satisfatórias com o outro e consigo próprio.

Alguns temas receberam maior atenção neste trabalho, como as opressões do sistema neoliberal: a interminável exigência de produtividade laboral e de melhora no desempenho. Outros tópicos importantes, como a governança neoliberal, o preconceito racial, a educação escolar, entre outros, não foram trazidos por uma questão de delimitação das práticas neoliberais pertinentes aos objetivos ora estabelecidos. A partir da complexidade do neoliberalismo e de sua capilaridade social, buscamos uma breve caracterização de alguns elementos discursivos e componentes desse sistema que, em sua ação pragmática, tem impactos deletérios na economia psíquica e libidinal do sujeito contemporâneo.

De modo geral, espera-se que este trabalho possa contribuir para pensar de forma mais crítica os discursos que visam modificar comportamentos, ao ditar ritmos de trabalho, o uso do tempo, porque isso opera como uma norma sobre como alguém dispõe de suas capacidades produtivas e como experimenta seu corpo e o campo afetivo. Reafirmamos o cunho sociopolítico e normativo das narrativas sobre essa forma de empreendedorismo que é levado às funções do Eu - emuladas tanto pelos liberais como pelos conservadores. Enfatizamos que sua finalidade é nossas representações de si e seus efeitos na dita autonomia individual. A oferta de serviços e de ajuda, oriundas da clínica psicológica contemporânea e das práticas do campo social e da saúde, devem permanecer atentas a essa engrenagem bastante brasileira. Embora as razões ultramoralistas e neoliberais sejam distintas, a finalidade de ambas visa a conter a diferença e seu potencial criativo e emancipatório.

Recebido em 20 de maio de 2024.
Aprovado em 9 de dezembro de 2024.

Referências

ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50, 2017.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, 34 (1), 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

BOCCHI, J. C. O corpo como ensaio para o amor e para a morte: narcisismo e desamparo em tempos de pandemia. *Natureza Humana*, 22: 1-13, 2020.

BOCCHI, J. C. A Recepção de Freud e da Psicanálise no contexto das neurociências cognitivas: das sinapses de Eric Kandel ao sujeito corporal de António Damásio. *Eleuthería – Revista do Curso de Filosofia* (UFMS), 6: 306-330, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: Safatle, V.; Silva Junior, N.; Dunker, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

FERENCZI, S. "Confusão de língua entre os adultos e a criança". In: *Obras Completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, D. M. M.; NASCIMENTO, I. Representatividade identitária da figura feminina no discurso da ministra Damares Alves. *Raído*, 14 (36): 475–492, 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collége de France, 1978-1979*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREUD, S. Rascunho G. "Melancolia". In: MASSON, J. M. (org.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 1986. (Original publicado em 1895)

FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997 (1905).

FREUD, S. "Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna". In: SALOMÃO, J. (org.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. 9)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. pp. 167-186.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011 (1927).

FREUD, S. "A vida sexual humana (Conferência XX). Amor, sexualidade, feminilidade". In: *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (1916).

GREEN, A. Sexualidade tem algo a ver com psicanálise? *The International Journal of Psychoanalysis*,), 76 (5), 1995.

HAN, B-C. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B-C. *Agonia do Eros*. Petrópolis: Vozes, 2019

LANE, S. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, SP: Brasiliense. 1984.

LOVATO, S. *Fábrica do corpo neoliberal: ditos e não ditos dos discursos midiáticos sobre beleza e saúde*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo), ESPM, São Paulo, 2019.

MEZAN, R. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

KREIN, J. D.; ABÍLIO, L.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, 52: 41-66, 2018.

SAFATLE, V. "A Psicologia é a continuação da economia por outros meios". In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; C. DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V. *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, D.; PESTANA, H.; ANDREONI, L.; FERRETTI, M.; FOGAÇA, M.; SENHORINI, M.; SILVA JUNIOR, N.; BEER, P.; AMBRA, P. "Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade". In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18819

Raça, gênero, renda e percepção da vizinhança de adultos mais velhos brasileiros:
uma matriz de processos críticos

Pablo Cardozo Roccon[1]
Amanda Cristina de Souza Andrade[2]
Mariana Rosa Soares[3]
Maelison Silva Neves[4]
Universidade Federal de Mato Grosso

Waleska Teixeira Caiaffa[5]
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Exploramos as diferenças de gênero, raça/cor e renda domiciliar per capita na percepção da vizinhança entre brasileiros adultos mais velhos residentes de áreas urbanas a partir dos dados de 7.357 participantes do ELSI-Brasil. Estimou-se as prevalências ajustadas por sexo e idade da percepção da vizinhança. Com base na literatura e nos resultados, foi construída uma matriz de processos críticos, que relaciona as percepções ruins da vizinhança entre pessoas pretas e pardas, com menor renda e mulheres com iniquidades estruturais que desafiam o envelhecimento saudável no Brasil.

Palavras-chaves: epidemiologia crítica; percepção da vizinhança; envelhecimento; saúde urbana; saúde coletiva.

[1] Assistente Social. Doutorando em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Educação e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisador do Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte (OSUBH) da UFMG e do Núcleos de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST) da UFMT.
[2] Estatística. Mestre em Epidemiologia pelo Centro de Pesquisas René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (IRR/Fiocruz), Doutora em Saúde Pública, com pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Instituto de Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte (OSUBH) da UFMG.
[3] Enfermeira. Mestre e Doutoranda em Saúde Coletiva pelo Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Núcleos de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST) da UFMT.
[4] Psicólogo. Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Doutor em Saúde Coletiva pela UFMT. Professor do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisador do Núcleos de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST) da UFMT.
[5] Médica, Mestre em Saúde Pública pela Bloomberg School of Public Health da Johns Hopkins University, Doutora em Parasitologia pela UFMG, com pós-doutorado pela Johns Hopkins University. Professora titular de epidemiologia e saúde pública da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da UFMG. Coordenadora do Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte (OSUBH) da UFMG.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

ROCCON, Pablo Cardozo *et al.* **Raça, gênero, renda e percepção da vizinhança de adultos mais velhos brasileiros: uma matriz de processos críticos.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 407-424, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Race, gender, monthly per capita household income, and neighbourhood perception of older Brazilian adults:
a matrix of critical processes

Abstract: We explored differences in gender, race/color, and Monthly household income per capita in neighborhood perception among older Brazilians living in urban areas through analyzing data from 7,357 ELSI-Brazil participants. We performed a sex- and age-adjusted prevalence estimate of neighborhood perception. Based on the literature and the results, a matrix of critical processes had constructed that relates the poor perception of neighborhood quality among black and brown people, those with lower Monthly household income *per capita* and women with structural inequities that challenge healthy aging in Brazil.

Keywords: critical epidemiology; neighborhood perception; aging; urban health; collective health.

Raza, género, ingreso familiar per cápita y percepción del vecindario de los adultos mayores brasileños:
una matriz de procesos críticos

Resumen: Exploramos las diferencias de género, raza/color e ingreso familiar per cápita en la percepción del vecindario entre los adultos mayores brasileños que viven en áreas urbanas, analizando datos de 7.357 participantes del ELSI-Brasil. Se estimaron prevalencias ajustadas por sexo y/o edad de percepción del barrio. A partir de la literatura y los resultados, se construyó una matriz de procesos críticos, que relaciona percepciones de barrio pobre entre personas negras y pardas, con menores ingresos y mujeres con inequidades estructurales que desafían el envejecimiento saludable en Brasil.

Palabras clave: epidemiología crítica; percepción del vecindario; envejecimiento; salud urbana; salud colectiva.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Nas últimas décadas, as cidades têm enfrentado processos simultâneos de transformação nos perfis populacionais e de crescimento da população urbana. Por um lado, observa-se a expansão demográfica nos espaços urbanos, com estimativas indicando que cerca de 68% da população mundial residirá em áreas urbanas até 2050, especialmente na América Latina e no Brasil (UNITED NATIONS, 2019, 2020). Por outro lado, há um processo global de envelhecimento populacional, com projeções de aumento de 9,3% em 2020 para aproximadamente 16% em 2050 (UNITED NATIONS, 2020). Nesse contexto, dois importantes campos de produção de conhecimento convergem: os estudos em saúde urbana e os estudos sobre envelhecimento. Essas áreas se unem com o objetivo de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e a orientação de gestores, visando promover um envelhecimento saudável.

A Organização das Nações Unidas tem se empenhado na articulação de governos, integrantes do setor privado, organismos internacionais, universidades e sociedade civil para a promoção da melhora de vida para idosos e comunidades (OPAS, 2020). Como parte das ações, foi lançado o plano "a década do envelhecimento saudável 2021-2030 da Organização das Nações Unidas" que envolve quatro áreas de ação:

> mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos em relação à idade e ao envelhecimento; *garantir que as comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas*; entregar serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa e adequados às pessoas idosas; e propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem. (OPAS, 2020: 4, grifo nosso)

A garantia de que as comunidades sejam promotoras das capacidades das pessoas idosas é um direcionamento da concepção de envelhecimento saudável, cujo objetivo é a manutenção e fortalecimento das habilidades funcionais da pessoa idosa (OPAS, 2020). As habilidades funcionais estão relacionadas com a autonomia no desempenho de tarefas diárias, desenvolvimento pessoal, autocuidado, relacionamento com outros e intervenção na sociedade. São divididas em duas dimensões. A primeira, capacidade intrínseca, trata das capacidades individuais físicas e mentais de uma pessoa, evolvendo locomoção, sensibilidade visual e auditiva, vitalidade, cognição e saúde mental. A segunda, os ambientes, que poderão ser barreiras ou facilitadores das capacidades intrínsecas, incluindo casa, comunidade e sociedade (OPAS, 2020). Nessa direção, a OMS reconhece o local onde a pessoa idosa vive e constrói sua sociabilidade como componente de um conjunto de condições que podem limitar ou favorecer o envelhecimento saudável.

Os bairros[6] são lugares privilegiados do desenvolvimento da reprodução social de diferentes frações da classe social com seu conjunto de características e

[6] Neste texto bairro e vizinhança não são tratados como sinônimos. Célio *et al.* (2014) analisam, com base na literatura, que a vizinhança pode ser definida a partir de unidades geográficas administrativas ou pela percepção dos moradores sobre a extensão territorial. Imbronito (2017) possibilita compreender o bairro como um conjunto de atributos físicos e sociais que o conferem vitalidade, e a vizinhança um conjunto de relações sociais que acontecem no interior do primeiro,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

relações de poder econômicas, raciais e de gênero. É nesse conjunto de relações que emergem as determinações sociais das condições e possibilidades de realizar a satisfação das necessidades de existência, gestados modos de vida coletivos e os estilos de vida individuais (BREILH, 2006). Para Breilh (2006; 2013), os processos de determinação social das condições de existência se engendram na análise das relações dialéticas[7] entre social, natural e biológico, a partir das dimensões da realidade. Para compreender e intervir sobre tais processos o autor propõe uma matriz de processos críticos, por meio da qual são analisados os processos destrutivos[8] (vulnerabilizadores, insalubres, perigosos e deteriorantes da saúde) e sua antítese, os protetores[9] (saudáveis, aperfeiçoadores, promotores da saúde) (BREILH, 2006, 2013).

Nessa direção, pensar a constituição de bairros e vizinhanças sob uma matriz de processos críticos pode ampliar as capacidades de análise e intervenções sobre desvantagens que podem emergir de tais formações. Weden *et al.* (2008) analisam que os bairros podem ser constituídos por mecanismos de atração e expulsão. O primeiro corresponde a mecanismos pelos quais pessoas com origens semelhantes por meio de redes sociais ocupam uma mesma vizinhança. O segundo, resultado de políticas que excluem pessoas de determinados bairros, impedindo-as de viver em determinados locais em razão de políticas imobiliárias que produzem uma seleção de moradores para dentro e para fora das vizinhanças com base em características como raça e classe. Tais mecanismos apontam para a existência de coletivos de indivíduos que experimentam maiores desvantagens em razão de barreiras sistêmicas e estruturais, de modo que local de residência é determinado pela posição social e etnia dos moradores (DIEZ e MAIR, 2010; STOKES, 2019).

Em razão de limitações funcionais envolvendo aspectos econômicos, emocionais ou mesmo físicos, pessoas idosas, em geral, vivenciam com maior intensidade as proximidades de suas residências, estando assim mais tempo na vizinhança (SANTOS *et al.*, 2022; STOKES, 2019). Além disso, adultos mais velhos estão mais expostos a chances de adoecimento decorrentes das características da vizinhança comparados a adultos mais jovens (JULIEN *et al.*, 2012). Por essa razão, a investigação sobre como as vizinhanças urbanas afetam a saúde de adultos mais velhos tem sido colocada como uma das metas da ONU para a produção de evidências, a fim de informar gestores estatais (UNITED NATIONS, 2016).

Uma das estratégias para investigar como áreas urbanas, bairros e as características da vizinhança afetam a saúde dos residentes tem sido a avaliação da percepção da vizinhança (WEDEN *et al.*, 2008; CAIAFFA *et al.*, 2008). Imbronito (2017) discutem que a percepção do espaço do bairro é dependente das relações estabelecidas com as pessoas e o próprio lugar. Segundo Weden *et al.* (2008), avaliações da percepção da vizinhança podem refletir mais de perto as avaliações individuais das condições vividas e dimensões não registráveis por avaliações objetivas do bairro.

Compreender a percepção da vizinhança de adultos mais velhos tem sido um dos objetivos dos estudos sobre envelhecimento, na medida em que a maioria dos idosos vivem em ambientes comunitários, e o envelhecimento bem-sucedido é

se constituindo num patrimônio importante do bairro. Assim, o bairro é moldado pelas apropriações do espaço nos processos de constituições das vizinhanças que conferem existência subjetiva ao primeiro (IMBRONITO, 2017).

[7] A lógica dialética compreende o pensamento como modo de apropriar-se (abstração) das dimensões (singular, particular e universal) que estruturam a realidade social em relação dialética, de múltipla determinação e historicizada no seio do modo de produção capitalistas (MARX, 2011). Em Breilh (2006) a dimensão universal é apresentada como geral, e em Breilh (2024), singular como individual.

[8] Como produtos da exploração do trabalho e da natureza no capitalismo (BREILH, 2006, 2013).

[9] Advindos da autonomia relativa dos sujeitos (BREILH, 2006, 2013).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

dependente da qualidade e da estrutura do lugar onde se vive (STOKES, 2019). A percepção da vizinhança está intrinsecamente ligada à trajetória de vida dos adultos mais velhos (STOKES, 2019). Além disso, ela pode refletir diferentes experiências individuais e coletivas que, por sua vez, são engendradas por desigualdades acumuladas nesta trajetória (MICHEL e SADANA, 2017; ELLIOT, 2000). Iniquidades que devem ser analisadas como produto do conjunto de determinações das condições de adoecer ou viver com saúde, atravessadas por marcadores de gênero, etnicidade, raça/cor e classe social, como propõe Breilh (2006, 2010, 2024).

Diante do exposto, este artigo objetiva: 1. Explorar as diferenças de raça/cor, renda domiciliar per capita e gênero na percepção da vizinhança de brasileiros adultos mais velhos, 2. Construir uma Matriz de Processos Críticos relacionando processos protetores e destrutivos à percepção da vizinhança, a partir dos resultados do objetivo 1 e da literatura, desvendando os desafios socio-estruturais na promoção do envelhecimento saudável no Brasil.

Processo metodológico

Para alcance dos objetivos propostos foi realizado um estudo descritivo de prevalência, que possibilita documentar as frequências de casos de uma doença, fatores de risco ou proteção, descrevendo-a segundo características dos indivíduos (MERCHÁN-HAMANN e TAUIL 2021). A epidemiologia descritiva permite a formulação de hipóteses para futuros estudos analíticos e inferenciais, sendo também importante fonte de informações para saúde pública (FOX et al, 2022; MERCHÁN-HAMANN e TAUIL, 2021). Também possibilita contextualizar os resultados nos cenários histórico e sociológico, "permitindo uma compreensão mais profunda de como esses contextos influenciam os padrões de doenças e mortalidade" (FOX *et al*., 2022: 1175, tradução livre).

Fox *et al*. (2022) destacam a importância de fundamentar as discussões em teorias que expliquem o processo saúde-doença. Nosso estudo buscou fundamentar as discussões na lógica dialética proposta por Breilh (2006), que propõe à Epidemiologia combinar as lógicas matemáticas ("função descritiva formal: escalas nominais, ordinais e de quocientes, razões e absolutas") e atributiva ("conceitos, juízo e raciocínios") a fim de identificar as inter-relações entre planos empíricos e generativos, constituintes da realidade social:

> É verdade que a realidade e seus processos têm um plano empírico e que este é o que aparece mais diretamente para nossa percepção, mas eles têm também um plano generativo, no qual se dão a gênese e a reprodução dos processos. Esse plano é mais do que vínculos puramente causais que os fenômenos ostentam, e inclui toda a sua 'determinação': forma típica de ocorrência dos eventos que tendem a ser regulares ou estáveis enquanto perdurar uma mesma condição histórica (geral e modo de vida); as técnicas, em contrapartida, trabalham com os fenômenos do plano empírico. O método tem de dar conta tanto do plano generativo quanto do plano empírico, e da relação entre os dois, e por isso reflete a concepção teórica que temos desses dois planos e dessa relação. [...] no plano generativo não ocorre apenas um único tipo de processo e sim vários, que correspondem a formas de movimento diversas, mas que mantém conexões ou relações e, além disso, exibem uma hierarquia entre elas. [...] necessitamos de uma teoria que o interprete e nos ajude a entender tanto as diversidades quanto os vínculos e relações. (BREILH, 2006: 150-151)

O autor afirma a necessidade de uma diversidade de técnicas, as quais classifica como intensivas (qualitativas) e extensivas (quantitativas). As primeiras auxiliam no aprofundamento da complexidade da dimensão singular; as segundas, na compreensão da complexidade e da regularidade dos fenômenos agregados.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Além disso, o autor aponta para a importância da triangulação das distintas técnicas, de acordo com o poder de explicação e o problema analisado. Aponta ainda que necessitamos de uma teoria para compreender os vínculos e as relações entre o plano generativo e o plano empírico (BREILH, 2006). Neste artigo, a matriz de processos críticos será a estratégia metodológica para estabelecimento de tais relações.

O plano generativo relaciona o plano empírico à estrutura que historicamente determina o modo como as sociedades se organizam para suprir as necessidades, sejam elas fisiológicas (exemplo: alimentação, vestuário, moradia, prática esportiva, lazer), ou da consciência, ligadas ao psiquismo tais como aprendizagem, suporte social e afetivo, liberdade de pensamento e crítica, participação social, desenvolvimento das capacidades física e intelectual (BREILH, 2006). Seja qual for a necessidade, ao serem engendradas por um contexto social marcado pela mercantilização, as condições de satisfação serão desigualmente distribuídas e transformadas em consumo - primazia do valor de troca ao valor de uso (BREILH, 2006).

O acesso ao plano empírico foi realizado por um estudo descritivo a partir de dados de 7.357 adultos mais velhos residentes na área urbana participantes da linha de base (2015-2016) do Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (ELSI-Brasil)[10]. Foram considerados como critérios de inclusão morar em zona urbana e ter respondido ao questionário sobre percepção da vizinhança sem auxílio de respondente substituto. Assim, foram excluídos 1.477 por morarem em zona rural e 578 cujo questionário sobre percepção da vizinhança não foi respondido pelo próprio participante.

Segundo Fox *et al*. (2022), deve-se escolher criticamente as variáveis de análise embasados pela teoria e o contexto do objeto, a fim de evitar o fortalecimento de narrativas e estruturas de poder que sustentam as desigualdades. As variáveis sociodemográficas raça/cor, renda domiciliar per capta e sexo foram escolhidas como forma de aproximação da noção de classe social e gênero constituída a partir da informação autorreferida sobre sexo (masculino e feminino)[11]. A variável raça foi mensurada com base na informação raça/cor autorreferida como branca, parda ou preta (indivíduos que se declaram indígenas ou amarelos foram excluídos da análise por baixa frequência), renda domiciliar per capita dividida em tercis e classificada como (baixa [menor ou igual a R$ 620,00], média [maior que 620,00 e menor ou igual a R$ 1.150,00] e alta [maior que R$ 1.150,00).

A percepção da vizinhança foi analisada com base nas respostas atribuídas à 14 (quatorze) perguntas[12] agrupadas em 7 (sete) indicadores: desordem física, poluição sonora (ruído), coesão social, sensação de insegurança, violência, problemas de mobilidade e agradabilidade com respostas sim ou não. Os indicadores

[10] O ELSI-Brasil é um estudo epidemiológico do tipo coorte prospectiva, de base domiciliar, delineado para representar a população brasileira não institucionalizada com 50 ou mais anos de idade (LIMA-COSTA *et al*., 2018). Na linha de base participaram 9.412 adultos mais velhos de 70 municípios distribuídos nas cinco macrorregiões geográficas brasileiras, que foram selecionados a partir de diferentes estágios (município, setor censitário e domicílio. O ELSI-Brasil foi aprovado pelo Comitê de Ética da Fundação Oswaldo Cruz, Minas Gerais, Brasil (CAAE: 34649814.3.0000.5091). Os participantes assinaram termos de consentimento livre e esclarecido para cada procedimento da pesquisa.

[11] Fazemos a ressalva de que os/as autores/as não compreendem as possiblidades de viver nos gêneros restrita ao sexo biológico. Há uma diversidade teórica produzida no seio dos debates feministas (CONNELL e PEARSE, 2015). Todavia, apesar a ressalva, há que se considerar que nas culturas ocidentais capitalistas sexo e gênero se encontram numa unidade processual que carrega em si políticas de hierarquização entre homens e mulheres fundamentadas em discursos biológicos centrados no sexo como dispositivo de produção de desigualdades (CONNELL e PEARSE, 2015; FOUCAULT, 2013).

[12] As questões estão disponíveis no site do projeto < https://elsi.cpqrr.fiocruz.br/questionario/>, questionário individual, bloco F: Vizinhança. São apresentados os códigos das questões que compõem cada indicador: Desordem Física (f2, f3, f6), poluição sonora (Ruído) (f4), coesão social (f12), insegurança (f5), violência (f10), problemas de mobilidade (f7, f8, f9), Agradabilidade (f11 f13 f14 f15).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

presença de desordem física e problemas de mobilidade apresentaram três perguntas cada um e, ausência de agradabilidade, quatro. A presença de desordem física, problemas de mobilidade e ausência de agradabilidade foram definidas pela resposta positiva à uma das perguntas do respectivo indicador. Os demais indicadores possuíam apenas uma questão. A fim de avaliar a consistência interna dos indicadores desordem física e problemas de mobilidade e agradabilidade do bairro, foram calculados os coeficientes alfa de Cronbach com resultados respectivos 0,42, 0,70 e 0,63.

Os resultados apresentados incluem as prevalências da percepção da vizinhança ajustadas por sexo e/ou idade[13], segundo raça/cor, renda domiciliar per capita e gênero. Foi realizado teste de Wald para avaliação das diferenças considerando o nível de significância de 5%. As análises foram realizadas com o *software STATA (Stata Corporation, College Station, Texas)*, versão 16.1, utilizando o comando *survey (svy)* para o peso dos indivíduos e a complexidade do desenho amostral da pesquisa.

Resultados e discussões

Dos 7.357 participantes incluídos neste estudo, 56,9% eram mulheres e 43,1% homens. Em relação a faixa etária, 44% tinham de 50 a 59 anos, 31,2% de 60 a 69 anos, 18,1% de 70 a 79 anos e 6,7% com idade igual ou superior a 80 anos. Na autoidentificação por raça/cor, 40,1% se autodeclararam brancos, 44,1% como pardos, 9,4% como pretos, 6,4% não sabem ou não responderam. Para renda domiciliar per capita, 34,9% apresentaram renda baixa, 34% renda média, 31,1% renda alta. Em relação as prevalências de percepção das características da vizinhança ajustadas por sexo e idade, 70,9% relataram perceber desordem física, 64,4% problemas de mobilidade, 45,1% ausência de coesão social, 29,9% presença de ruído, 38,1% sensação de insegurança, 7,1% violência e 7,2% ausência de agradabilidade.

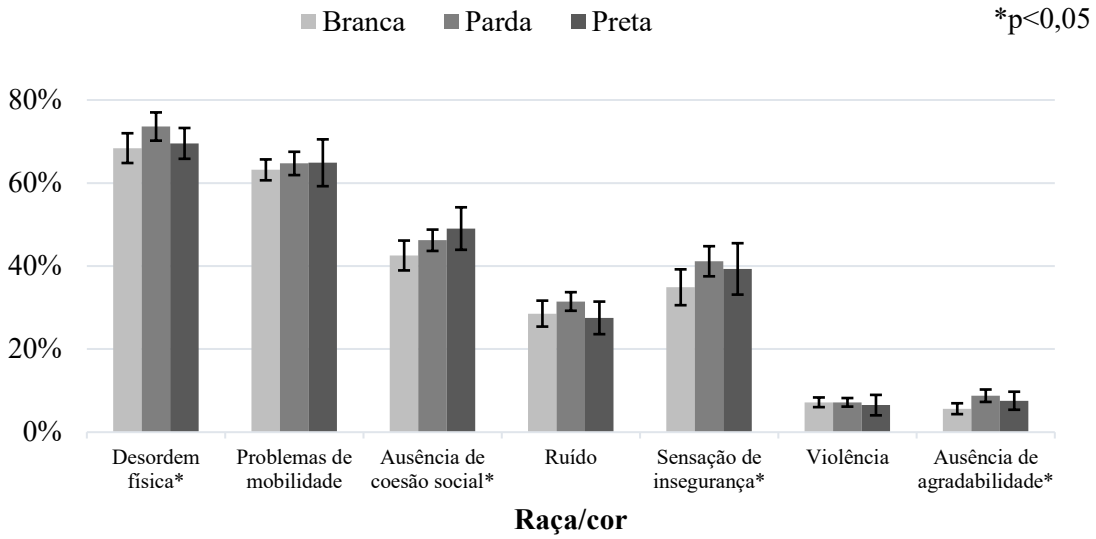
A percepção da vizinhança por adultos mais velhos brasileiros segundo raça/cor, renda domiciliar per capta e gênero ajustadas

A percepção de desordem física, sensação de insegurança e ausência de agradabilidade foi mais frequente entre os pardos e ausência de coesão social entre os pretos. A percepção de problemas de mobilidade, ruído, violência e ausência de agradabilidade não diferiu de acordo com a raça/cor (Figura 1).

[13] O objetivo do ajuste por idade e sexo é permitir descrever a percepção da vizinhança pelas diferenças de raça/cor e renda independente das diferenças geracionais e de gênero.

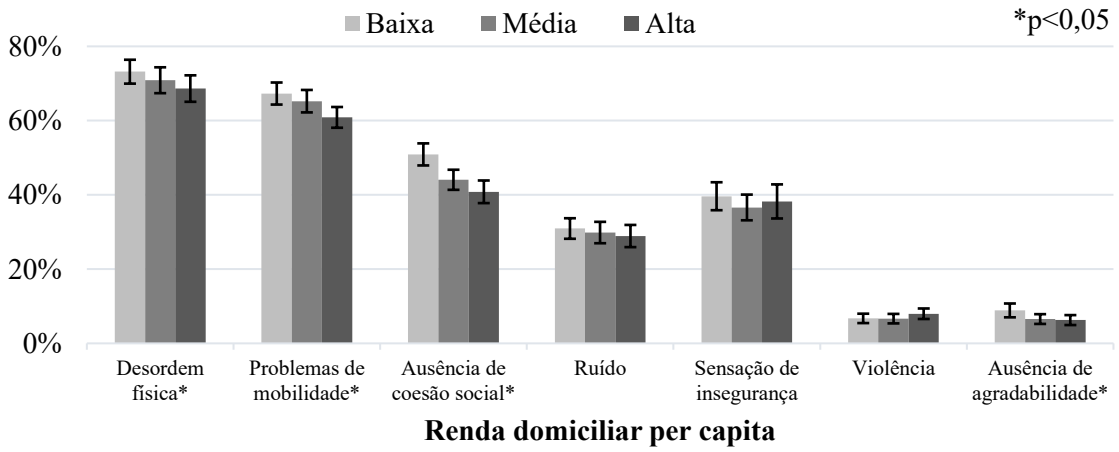
DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Figura 1 – Prevalência ajustadas por idade e sexo da percepção da vizinhança segundo raça/cor. Elsi-Brasil (2015-2016)



Em relação à renda domiciliar per capta, a percepção de desordem física, problemas de mobilidade, ausência de coesão social e ausência de agradabilidade foi maior entre os participantes de menor renda. A percepção de ruído, sensação de insegurança e violência foi semelhante entre os grupos de renda (Figura 2).

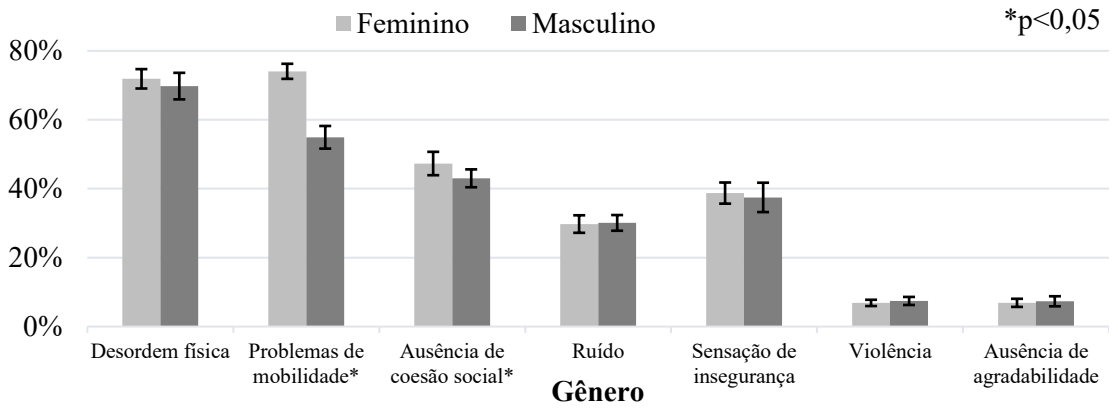
Figura 2 – Prevalência ajustadas por idade e sexo da percepção da vizinhança segundo renda domiciliar per capita. Elsi-Brasil (2015-2016)



Entre os gêneros, as mulheres relaram maior percepção de problemas de mobilidade e de ausência de coesão social. A percepção de desordem física, ruído, sensação de insegurança, violência e ausência de agradabilidade foi semelhante entre os gêneros (Figura 3).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Figura 3 – Prevalência ajustadas por idade da percepção da vizinhança segundo gênero. Elsi-Brasil (2015-2016).



No Quadro 1 apresentamos uma matriz de processo críticos com base nos resultados anteriores e na literatura. A partir dela, são identificados os processos protetores e destrutivos que podem estar envolvidos na percepção da vizinhança por adultos mais velhos. Segundo Breilh (2024), a determinação social dos processos saúde-doença ocorre por um condicionamento dialético e desenvolvimento concatenado nas múltiplas dimensões da realidade social:

> geral (G), que corresponde à lógica da acumulação, política e cultural hegemônicas que a estabelecem; particular (P) da reprodução das classes sociais, atravessadas por relações de poder de gênero e ético-culturais, cujas relações podem ser de cooperação ou de exploração e dominação; individual (I) a que pertence os indivíduos e famílias dessas classes sociais, com estilos de vida pessoais e cotidianidade. Essas pessoas existem com seu corpo e organismo, seu fenótipo e genótipo, seus psiquismos e formas de espiritualidade. Em cada uma dessas dimensões são produzidas relações de metabolismo sociedade-natureza. (BREILH, 2024: 32)

Nessa direção, encontra-se no Quadro 1 os resultados apresentados na dimensão singular (individual) e relações com eventos sociopolíticos, econômicos e históricos nas dimensões particular e universal da realidade social.

Quadro 1: Matriz de processos críticos relacionados a percepção da vizinhança por adultos mais velhos brasileiros. Elsi-Brasil

Processos/ Dimensões	Destrutivos	Protetores
Geral (estrutural) (Sistema Produtivo) (Políticas de Estado) (Relação Homem-Natureza) (Relações de poder)	Acumulação privada das condições de satisfação das necessidades de existência mediante exploração do trabalho e da natureza. Neoliberalismo, individualismo e cidade neoliberal. Desfinanciamento de políticas sociais de habitação, renda e mitigação das desigualdades de gênero, raciais e de renda. Reforma da previdência no Brasil. **Fonte:** Breilh (2006; 2010; 2024); Dardot e Laval (2016); Andrade et al (2018); Lourenço et al. (2017).	Função Social da propriedade na Constituição Federal de 1998 do Brasil. Estatuto das Cidades. Estratégia Global e o Plano de Ação para o Envelhecimento e a Saúde para 2016–2020 e Década do Envelhecimento Saudável 2020–2030 da OMS. Rede global para promoção de cidades e comunidades *age-friendly.* **Fonte:** WHO (2016), OPAS (2020), Michel e Sadana (2017), Rudnicka et al. (2020), Lopes et al (2021), Brasil (1988, 2001), Monteiro (2023).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Particular (coletivo) (Trabalho) (Ambiente Físico de Social) (Modos de vida)	Desemprego ou subtrabalho, relações desiguais de gênero, raça e renda, altos preços para moradia e especulação imobiliária, desvantagens físicas e sociais urbanas, racismo e violência racial. Idadismo. Segregação socioespacial, segregação econômica residencial e racial, gentrificação. **Fonte:** WHO (2016), Guimarães (2016), Breilh (2006; 2010; 2024), Stokes (2019), Lopes et al (2021), Vasconcelos (2022), Serpa (2022), Caiaffa et al (2021); Santos et al (2022), Fontoura et al (2015).	Aposentadoria ou emprego, participação em conselhos de políticas públicas, planejamento urbano participativo. Cidades e comunidades *age-friendly*. Identidade sociocultural e geracional coletiva com alta porcentagem de moradores adultos mais velhos na vizinhança. **Fonte:** Guimarães (2016), Stokes (2019) Stokes e Moorman (2016), Rudnicka et al (2020), Lopes et al (2021), OPAS (2020).
Singular (indivíduo) (Estilo de Vida) (Auto Percepção) (Saúde-doença)	**Percepção** da presença de desordem física, sensação de insegurança, ausência de agradabilidade entre **pardos[1]:** **Percepção** da ausência de coesão social entre **Pretos[1].** **Percepção** da presença de desordem física, problemas de mobilidade, ausência de coesão social e ausência de agradabilidade entre **Renda domiciliar per capita baixa[2].** **Percepção** da presença de problemas de mobilidade, ausência de coesão social entre **Renda domiciliar per capita média[2].** **Percepção** de problemas de mobilidade, ausência de coesão social entre **mulheres[3].**	**Percepção da presença** de áreas verdes e para lazer, hortas urbanas, cozinhas comunitárias, academia ao ar livre. **Percepção da presença** de Capital social (coesão social, participação social e suporte social, senso de coletividade e solidariedade mútua). **Percepção de acessibilidade** a serviços (saúde, mercados, disponibilidade de alimentos nutritivos e com baixo teor calórico). **Sensação de** segurança e acolhimento na comunidade., **Fonte:** Elliot, 2000; Custrona et al, 2006, Diez e Mair, (2010), Helbich et al (2019), Stokes (2019), Qin et al (2023).

Fonte: Elaboração pelos autores, adaptado de Breilh (2006). Referências ([1]Raça/cor: branca, [2]Classe: alta, [3]Gênero: homens.) [1,2]Prevalências ajustadas por idade e sexo. [3]Prevalências ajustadas por idade.

Nossos achados para coesão social e sensação de insegurança convergem com algumas evidências de Stokes (2019) em estudo longitudinal com norte-americanos de 20 a 74 anos, sobre insegurança e capital social[14]. Esse autor avaliou somente o ambiente social por meio das perguntas "Eu me sinto seguro saindo sozinho na minha vizinhança durante o dia", "Eu me sinto seguro saindo sozinho na minha vizinhança à noite", "Eu posso pedir ajuda a vizinhos em caso de necessidade" e "As pessoas na minha vizinhança confiam umas nas outras", com respostas nem um pouco ou muito. Stokes (2019) observou pior percepção da vizinhança entre mulheres em relação aos homens, pretos e não brancos em relação aos brancos, e aqueles que alugam casa em relação aos que possuem casa própria.

Neste estudo, as piores percepções para coesão social (um componente do capital social) e insegurança ocorreram entre pretos e pardos comparados aos brancos, mulheres comparadas aos homens e aqueles com renda per capta média ou baixa comparados àqueles com renda alta. Também avaliamos a percepção de características do ambiente físico (desordem física, ausência de agradabilidade, poluição sonora [ruído] e problemas de mobilidade). Os resultados demonstram

[14] Capital Social pode ser compreendido como conjunto de recursos tangíveis incorporados em relacionamentos sociais, recursos materiais e psicológicos disponíveis para acesso pelas redes e relações sociais (KAWACHI e BERKMAN, 2014).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

pior percepção para desordem física e agradabilidade entre pardos comparados aos brancos e com renda domiciliar baixa comparados aos com renda domiciliar alta. Problemas de mobilidade foram percebidos pelas mulheres comparadas aos homens, além de participantes com renda baixa ou média comparados aos de alta renda.

Argumentamos, conforme destacado na matriz de processos críticos (Quadro 1), que estudos que demostram a presença de áreas verdes, hortas urbanas, estruturas para lazer e cozinhas comunitárias reverberam numa melhor percepção da vizinhança, relacionada à agradabilidade. Além disso, estas estruturas colaboram para o aumento da interação entre moradores de uma vizinhança, a partir da prática de exercícios físicos, incentivo ao suporte e participação social e de encontros sociais, propiciando elementos para um aumento do capital social (ELLIOT, 2000; CUSTRONA *et al*., 2006; DIEZ e MAIR, 2010; HELBICH *et al*., 2019; STOKES, 2019; QIN *et al*., 2023).

Stokes (2019) discute que o acesso a um bairro de alta qualidade na idade adulta e na velhice não é uma questão do acaso, mas sim determinado por um conjunto de eventos e oportunidades ao longo da vida, mediados por relações de poder de raça, renda e gênero. Essas diferenças de oportunidades podem ser analisadas como efeitos da apropriação e concentração do poder (que pode ser econômico por uma classe dominante, de gênero via patriarcado ou racial via racismo estrutural) (BREILH, 2006). Para esse mesmo autor, a apropriação do poder converteu a diversidade humana (diferenças biológicas, sociais, econômicas, culturais e de poder) em dispositivo de exploração e subordinação.

Guimarães (2016), ao tratar das desigualdades presentes na realidade social brasileira, apresenta exemplos de como a concentração de poder produz diferentes condições de ocupação do espaço urbano, apresentando exemplos de como as dimensões geral e particular determinam as experiências no singular. Analisa o fenômeno de homogeneização das populações residentes em bairros, influenciado por fatores como classe, raça, cor e gênero. Esse processo é resultado de transformações históricas que moldaram a organização espacial e social das cidades, refletindo dinâmicas de segregação e desigualdade ao longo do tempo, marcadas pela retirada de serviços públicos (creches, saúde, escolas) que atenderiam trabalhadores e não moradores em bairros de alta renda - segregação provocada por políticas públicas; e por ações do mercado imobiliário que desvalorizam áreas inteiras pela presença de populações marginalizadas, desalojando e sobrevalorizando outras ensejando a quebra de antigos estabelecimentos comerciais e sua substituição por novos[15] - segregação provocada pelo mercado imobiliário.

Adicionalmente, Guimarães (2016) discute uma segregação decorrente da mobilidade urbana, consequente não só da limitação, mas também da ausência completa da mobilidade pública em determinados bairros condominiais, destinada apenas a trabalhadores que se locomovem até eles. Atribui essa ocorrência às políticas que restringem o acesso a determinadas vizinhanças para moradores que não têm condições de financiar sua própria mobilidade urbana, especialmente em contextos em que há insuficiência ou indisponibilidade de transporte público. Discute ainda a segregação decorrente da mobilidade urbana, destacando como a ausência ou limitação do transporte público em determinados territórios atua como política segregadora, restringindo o acesso e contribuindo para

[15] Este processo Vasconcelos (2022) classifica como gentrificação, processo pelo qual alia-se expulsão de moradores originais com valorização imobiliária de residências, estabelecimentos comerciais e terrenos. Para o autor, segregação remete a produção de guetos, bairros com homogeneidade de moradores quanto a questões de classe, étnicas e raciais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

a exclusão espacial, já que a falta de serviços força os moradores a dependerem de meios próprios ou privados para se deslocarem pela cidade.

Vasconcelos (2022) e Serpa (2022) problematizam como as políticas públicas, em sua presença ou ausência, podem produzir efeitos de segregação. Privilegiar a implementação de equipamentos para lazer como parques públicos em regiões de valorização imobiliária pode provocar a substituição da população local originária, alterando o perfil social de bairros requalificados (SERPA, 2022). As populações pobres tendem a ficar desassistidas pela política pública de habitação e incapazes de participar do mercado imobiliário em razão dos rendimentos baixos e irregulares (VASCONCELOS, 2022). A segregação urbana espelha oportunidades desiguais no acesso a bens, recursos e serviços agindo como importante causadora de adoecimento, iniquidades e desigualdades afetando, em especial, os grupos mais vulneráveis como a população idosa (CAIAFFA , 2021; DIEZ ROUX e MAIR, 2010; SANTOS *et al*., 2022). Idosos que vivem em ambientes urbanos mais segregados ou em condições ruins de urbanização apresentam piores condições de saúde quando comparados aos que vivenciam ambientes com melhores condições de viver a cidade (SANTOS *et al*., 2022).

Dos processos de segregação, Guimarães (2016) também discute emergir uma formação social com lógica espacial, que podem instaurar processos protetores como discutido por Breilh (2010). Segundo Guimarães (2016:175, grifo nosso):

> Em bairros e quarteirões de constituição socialmente homogênea, a raça ou a cultura de origem pode *ser um fator a fortalecer o sentimento comunitário de vizinhança, contrariando os fatores de diferenciação social sempre presentes*. Bares, espaços de lazer, sindicatos, igrejas e clubes que reúnam grupos de imigrantes, racializados ou etnicizados, como negros, baianos, nordestinos etc., *podem com mais facilidade servir de veículos à produção cultural e simbólica de representação coletiva alternativa aos da sociedade envolvente.*

Processos destrutivos e protetores são coemergentes, mantendo uma relação dialética e de inseparabilidade. A partir de Guimarães (2016) podemos perceber como processos destrutivos (segregação e gentrificação decorrentes do mercado imobiliário e de políticas públicas) coemergem com processos protetores (fortalecimento de sentimento comunitário de vizinhança, produção cultural e simbólica de representação coletiva alternativa). O capital social (coesão social, participação social e suporte social) tende a afetar positivamente a saúde de moradores de uma vizinhança podendo, inclusive, se comportar como protetor em processos de desgaste e adoecimento, amortecendo o estresse da vizinhança (FERNÁNDEZ-NIÑO, 2019). Outros estudos indicam tal coemergência. Elliot (2000), por exemplo, discute que moradores de uma mesma vizinhança podem conviver com alta incidência de crime como forte fonte estressora associada ao adoecimento mental e serviços comunitários, como clínicas de saúde ou cozinhas populares, que podem aumentar o suporte social de enfrentamento. Também, Diez e Mair (2010) argumentam que um mesmo bairro pode apresentar características que induzem ao estresse (ausência de espaços para lazer) ou o amenizam (parques, áreas verdes).

Outrossim, a década do envelhecimento saudável reforça a importância da participação social das pessoas idosas na formulação de políticas e tomadas de decisão em todos os setores (OPAS, 2020). Nessa direção, argumentamos que o aumento da presença de adultos mais velhos nos conselhos municipais de políticas públicas, podem instaurar mudanças da dimensão singular à universal. Con-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

sidera-se que a intervenção dessa parcela da população nas decisões sobre a organização e requalificação dos espaços urbanos pode instaurar processos protetores ao aumentar a participação social e fortalecer cidades e comunidades comprometidas com a garantia do envelhecimento saudável.

Na dimensão geral, encontra-se a estrutura com maior força de determinação sobre os modos coletivos e estilos vida (Quadro 1). É nela que emergem as tendências de reprodução social no singular (processos generativos destrutivos) e, por ela, podem ocorrer mudanças decorrentes de processos disruptivos no singular (processos generativos protetores) pelo agenciamento[16] de lutas sociais coletivas. O plano da década do envelhecimento saudável e os planos para construção de cidades e comunidades *Aging-friendly* podem ser pensados como resultado de agenciamentos coletivos que induziram mudanças na dimensão geral capazes de incluir o envelhecimento saudável como pauta no debate mundial (RUDNICKA *et al*., 2020; MICHEL e SADANA, 2017). Nessa direção, esses planos podem se tornar importantes dispositivos indutores de processos produtores nas cidades e comunidades, estimulando ações multissetoriais na produção ambientes urbanos favoráveis a manutenção e desenvolvimento das habilidades funcionais no envelhecimento (WHO, 2016). Outro importante resultado de agenciamentos[17] que podem se configurar em processos protetores específicos no cenário brasileiro é a defesa da função social da propriedade conforme Artigo 5º inciso XXIII da Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988). Segundo Monteiro (2023), a CF88 dessacraliza o direito absoluto a propriedade, relativizando tal direito frente a necessidade de cumprimento da função social de utilização segundo interesses coletivos. Dessa forma, políticas de requalificação podem converter imóveis abandonados em moradias ou equipamentos para interesses coletivos e sociais, em especial, para atenção a populações mais carente socioespacial e economicamente como idosos e pessoas com mobilidade reduzida (MONTEIRO, 2023). Sendo assim importante dispositivo para enfrentamento aos processos destrutivos de segregação e gentrificação dos espaços urbanos.

A segregação e a gentrificação como processos destrutivos têm seus fundamentos na esfera geral de um modo de produção que vislumbra a acumulação da riqueza de maneira privada na medida em que, pelo mesmo processo, produz acumulação da pobreza socialmente compartilhada[18]. Tais processos se organizam em torno da produção de um projeto de cidades neoliberais para o mundo, fundada na "privatização por atacado dos serviços, da construção de uma bolha imobiliária para extração de lucros, da absorção descontrolada dos pobres expulsos do campo, pelo crescimento dos bairros marginais e pela expansão das vizinhanças perigosas" (BREILH, 2024: 97).

Importa destacar que os projetos neoliberais vêm ganhando força desde a ascensão (nos anos 70) do neoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2016). As políticas neoliberais fortalecem o discurso de entrega ao mercado da gestão dos recursos para satisfazer as necessidades humanas e, neste processo, o enfraquecimento das políticas urbanas, por meio de ações de privatização, desestatização e desfinanciamento das políticas de bem-estar social. A lógica do direito universal é convertida em consumo, o cidadão em consumidor, o trabalhador em empreendedor

[16] Krieger (2011) utiliza o conceito de agência (agenciamento) para analisar como indivíduos e instituições podem agir, do nível micro ao macro, a partir de uma organização coletiva para mudar contextos, ainda que diante de adversidades.
[17] A CF 88 é produto de agenciamentos que reverberaram do período de reabertura democrática, lutas sociais pelo fim da ditadura e a defesa da implantação de políticas de bem-estar social no Brasil.
[18] Analisando o capitalismo Marx identificou tendências que nomeou como leis: 1. Lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual quanto maior a riqueza social produzida pelo trabalho e acumulada pelo capital, "maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral" (MARX, 2017a: 719). 2. Lei da queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 2017b), que trata da inexistência do capitalismo sem crises.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

de si num terreno de desregulamentação das leis trabalhistas e da previdência social, com fortalecimento de valores individualistas destrutivos às relações de solidariedade mútua, cooperação, suporte e coesão social (DARDOT e LAVAL, 2016).

Neste cenário se aprofundam as tendências de deterioração das condições de vida dos adultos mais velhos nos espaços urbanos. As sucessivas reformas previdenciárias aprofundam as iniquidades urbanas, sobretudo entre aqueles que o envelhecimento se engendra pelo aparecimento de mais de uma doença crônica acompanhada da redução da renda decorrente de uma trajetória de trabalho informal ou pela redução dos salários e perda de benefícios pela implantação de tetos para aposentadoria e estímulo à previdência privada (ANDRADE *et al*., 2018; LOURENÇO *et al*., 2017), contribuindo assim para o ciclo de empobrecimento de adultos mais velhos.

Qual a relação entre reforma da previdência e percepção da vizinhança? As condições de acesso a previdência (emprego formal, informal, subemprego, desemprego, tempo e valor de contribuição) e de aposentadoria (integral, parcial, benefício de prestação continuada) determinarão as condições de habitação em bairros com maiores ou menores desvantagens físicas e sociais. Além disso, as próprias condições de acesso à previdência que, por sua vez, determinam as condições da aposentadoria, são mediadas pelas relações de poder de raça/etnia e gênero. Fontoura et al (2015) revelam que as mulheres em idade economicamente ativa (16 a 59 anos) enfrentaram maiores dificuldades para acessar e se manter no mercado de trabalho ao longo de duas décadas (1995-2015). As autoras evidenciaram que em 2015 a taxa de desocupação entre mulheres brancas era de 11,6% contra 7,8% dos homens. No caso das mulheres pretas essa taxa aumentava para 13,3% contra 8,5% entre homens negros (FONTOURA *et al*., 2015).

Fontoura *et al*. (2015) demonstram que, ao longo da série história, manteve-se uma hierarquia salarial segundo raça e gênero, com homens e mulheres brancos seguidos de homens e mulheres negros, não havendo alterações expressivas nas distâncias entre os quatro grupos nas duas décadas (FONTOURA *et al*., 2015). Assim, não há como desvincular condições ocupacionais, previdenciárias da percepção da vizinhança por adultos mais velhos, pois elas se interrelacionam nas três dimensões expostas na matriz de processos críticos, de modo que a percepção da vizinhança é resultado das condições desta, que por sua vez, são determinadas pela posição salarial, étnica/racial e de gênero nas relações econômicas e de poder (Quadro 1).

Considerações finais

A partir da percepção da vizinhança dos(as) participantes desta pesquisa e da elaboração de uma matriz de processos críticos com auxílio da literatura, evidenciamos uma série de desafios para promoção do envelhecimento saudável e da compreensão da percepção de adultos mais velhos sobre sua vizinhança. A exploração do trabalho e da natureza, associados às deletérias políticas neoliberais que transformam cidades e políticas públicas e sociais em mercadorias, se expressam em desvantagens físicas e sociais nas vizinhanças. A identificação de desafios estruturais para que a década do envelhecimento saudável se efetive em países como o Brasil revela que, sem mudanças nas políticas econômicas e de gestão das cidades, tal plano enfrentará dificuldades, uma vez que ele, como mostra a literatura, é incompatível com as propostas neoliberais vigentes no mundo atual.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Nossos resultados evidenciaram piores percepções de atribuídos do ambiente físico e social entre mulheres, pardos e pretos e aqueles com menor renda domiciliar per capita numa amostra de adultos mais velhos brasileiros. Contudo, esses resultados não devem ser vistos isolados um do outro uma vez que raça, classe e gênero se interseccionam agravando as desvantagens sociais (COLLINS e BILGE, 2021). Uma mulher de cor preta e de classe baixa tem ampliada suas chances de viver em vizinhanças desvantajosas (STOKES, 2019).

Ao longo do texto discutimos sob a perspectiva dialética, que processos protetores e destrutivos coemergem na realidade social (BREILH, 2006, 2024) e, que evidenciá-los constitui em tarefa necessária para traçar ações de prevenção e promoção do envelhecimento saudável. Nossos resultados convergiram com os achados longitudinais de Stokes (2019) em relação a insegurança e aspectos do capital social, apontando para desvantagens dentre grupos socialmente excluídos: mulheres, pretos, pardos e pobres (BREILH, 2006, 2024; COLLINS e BILGE, 2021). Além disso, Guimarães (2016) discute como os processos de segregação podem gerar bairros homogeneizados que, por questões cultuais e de origem, podem favorecer o florescimento do sentimento comunitário, como no caso dos nordestinos discutidos pelo autor. Nessa direção, investigar os processos de auto-organização e convívio entre moradores de vizinhanças segregadas pode fornecer evidências capazes de fortalecer estratégias de enfrentamento à segregação, por meio da melhoria da coesão, do suporte e da participação social na vizinhança.

Reforça-se a importância de que novos estudos sobre envelhecimento no Brasil considerem modelos teóricos que articulem as dimensões socio estruturais dos processos de determinação das condições da vizinhança e, assim, as condições de saúde e adoecimento de seus moradores mais velhos.

Agradecimentos

Ao Elsi-Brasil pela disponibilização dos dados transversais através de acesso gratuito mediante registro em https://elsi.cpqrr.fiocruz.br/data-access/. O ELSI-Brasil foi financiado pelo Ministério da Saúde: DECIT/SCTIE (Processos: 404965/2012-1 e TED 28/2017); COPID/DECIV/SAPS (Processos: 20836, 22566, 23700, 25560, 25552 e 27510). Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de produtividade concedida à autora Waleska Teixeira Caiaffa. À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de doutorado concedida ao autor Pablo Cardozo Rocon. À Universidade Federal de Mato Grosso pelo apoio ao pesquisador (nº 03/Propeq/2024 – Produtividade Técnico-científica) concedido à autora Amanda Cristina de Souza Andrade.

Recebido em 18 de janeiro de 2025.
Aprovado em 18 de março de 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Referências

ANDRADE, E. I. G. *et al*. Fatores associados ao recebimento de aposentadorias entre adultos mais velhos: ELSI-Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 52(2):15, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidencia da República, 2025.

BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública,* 31 (1): S13-S27, 2013.

BREILH, J. La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. *Salud Colectiva*, 6 (1): 83-101, 2010.

BREILH, J. *Epidemiologia crítica e a saúde dos povos*: *ciência ética e corajosa em uma civilização doentia*. São Paulo: HUCITEC, 2024.

BREILH, J. *Epidemiologia crítica*: *ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAIAFFA, W. T. *et al*. Saúde urbana: "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora". *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 (6): 1785-96, 2008.

CAIAFFA, W. T. *et al*. *Saúde Urbana, cidades e intersecção de sistemas*: *panorama, agendas, gaps e oportunidades rumo a equidade, sustentabilidade, resiliência e promoção em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

CÉLIO, F. A., et al.. Características individuais associadas à autopercepção da extensão territorial da vizinhança. *Cadernos de Saúde Pública*, 30 (9): 1935–46, 2014.

COLLINS, P. H.; B., S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, R; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Nversos, 2015.

CUTRONA, C.E.; WALLACE, G.; WESNER, K. A. Neighborhood characteristics and depression: an examination of stress processes. *Current Directions in Psychological Science,* 15 (4): 188–192, 2006.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEZ ROUX, A. V.; MAIR, C. Neighborhoods and health. *Annals of The New York Academy of Sciences*, 1186 (2010): 125-145, 2010.

ELLIOTT, M. The stress process in neighborhood context. *Health Place*, 6 (4): 287-99, 2000.

FERNÁNDEZ-NIÑO J. A. *et al*. Neighborhood features and depression in Mexican older adults: A longitudinal analysis based on the study on global ageing and adult health (SAGE), waves 1 and 2 (2009-2014). *PLoS One*, 14 (7): e0219540, 2019.

FONTOURA, N. *et al*. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2013.

FOX, M. P. *et al*. On the need to revitalize descriptive epidemiology. *American Journal of Epidemiology*, 191 (7): 1174-79, 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social,* 28 (2): 161-82, 2016.

HELBICH, M. *et al*. Relative importance of perceived physical and social neighborhood characteristics for depression: a machine learning approach. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 55 (5): 599-610, 2020.

IMBRONITO, M.I. Considerações sobre o bairro e a vizinhança a partir do filme *Smoke*. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9 (1): 35–51, 2017.

JULIEN, D. et al. Neighborhood characteristics and depressive mood among older adults: an integrative review. *International Psychogeriatric*, 24 (8): 1207–25, 2012.

KAWACHI, I.; BERKMAN, L. Social capital, social cohesion, and health. In: BERKMAN, L. F.; KAWACHI, I; GLYMOUR, M. (orgs.). *Social epidemiology*. 2ª ed. New York: Oxford University Press, 2014.

KRIEGER, N. *Epidemiology and the peoples's health*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011.

LEE, Sung-Ha. *et al*. Association of group-level segregation with cardiovascular health older adults: na analysis of data from the Korean Social Life, Health and Aging Project. *Epidemiology and Health,* 45: e2023041, 2023.

LIMA-COSTA, M. F. *et al*. Cohort Profile: The Brazilian Longitudinal Study of Ageing (ELSI-Brazil*). International Journal of Epidemiology*, 52(1): e57-e65, 2023.

LOPES, P. O. *et al*. Age-friendly city: future perspectives for the Brazilian cities. *Dementia & Neuropsychologia*, 15 (3): 295-98, 2021.

LOURENÇO, E. A. S. et al. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 130: 467-86, 2017.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. *Livro I: O processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. *Livro III: O processo global da produção capitalista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MERCHÁN-HAMANN, E.; TAUIL, P. L. Proposta de classificação dos diferentes tipos de estudos epidemiológicos descritivos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30 (1): e2018126, 2021.

MICHEL, J. P.; SADANA, R. "Healthy Aging" concepts and measures. *JAMDA*, 18 (6): 460-4, 2017.

MONTEIRO, Luiza Cristina Antoniossi. Estratégias para políticas urbanas que favoreçam todas as (c)idades. In: IVO, Any Brito Leal; FARIAS, Patrícia Marins (orgs.). *Cidade para todas as idades*: pensar o urbano para o bom envelhecimento. Salvador: EDUFBA, 2023. pp. 209-25.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Década do Envelhecimento Saudável*: Relatório de Linha de Base. Resumo. Washington: OPAS; 2022.

QIN, W. et al. Trajectories of depressive symptoms among older African Americans: the influence of neighborhood characteristics and gender. *Aging & Mental Health*, 27 (11): 2220-8, 2023.

RUDNICKA, E.; et al. The World Health Organization (WHO) approach to healthy ageing. *Maturitas*, 139: 6-11, 2020.

SANTOS, C.; PACIÊNCIA, I.; RIBEIRO, A. I. Neighbourhood socioeconomic processes and dynamics and healthy ageing: a scoping review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19 (11): 6745, 2022.

SERPA, A. "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea". In: *A cidade contemporânea*: segregação espacial. VASCONCELOS, Pedro Almeida *et al*. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2022. pp. 169-87.

STOKES, J. E. Trajectories of perceived neighborhood quality across the life course: Sociodemographic determinants and implications for wellbeing. *Social Science Research*, 79: 181–193, 2019.

STOKES, J. E.; MOORMAN, S. M. Who are the people in your neighborhood? Neighborhood age composition and age discrimination. *Social Psychology Quarterly*, 79 (1): 68-80, 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2020). *World Population Ageing 2020 Highlights*: Living arrangements of older persons (ST/ESA/SER.A/451), 2020.

UNITED NATIONS. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. *World urbanization prospects: the 2018 revision*. New York: UN; 2019.

VASCONCELOS, P. A. "Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades". In: *A cidade contemporânea*: segregação espacial. VASCONCELOS, P. A. *et al*. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2022. pp. 17-37

WANG, R. et al. The relationship between visual enclosure for neighbourhood street walkability and elders' mental health in China: using street view images. *J Transport Health*, 13: 90-102, 2019.

WANG, Y. et al. Neighborhood Environment and Depressive Symptoms Among Chinese Older Immigrants in the United States: The Mediation Effects of Coping Resources. *Gerontologist,* 62(9): 1278-88, 2022.

WEDEN, M. M. *et al*. Subjective and objective neighborhood characteristics and adult health. *Social Science & Medicine*, 66 (6): 1256-70, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Multisectoral action for a life course approach to healthy ageing: draft global strategy and plan of action on ageing and health. Report by the Secretariat. *Sixty-Ninth World Health Assembly*. A69/17. Provisional agenda item 13.4, 2016.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

ACENO

Race, gender, monthly per capita household income, and neighbourhood perception of older Brazilian adults:
a matrix of critical processes

Pablo Cardozo Roccon[1]
Amanda Cristina de Souza Andrade[2]
Mariana Rosa Soares[3]
Maelison Silva Neves[4]
Universidade Federal de Mato Grosso

Waleska Teixeira Caiaffa[5]
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract: We explored differences in gender, ethnicity/skin color, and monthly per capita household income in the neighborhood perception by older Brazilians living in urban areas, analyzing data from 7,357 ELSI-Brazil participants. We performed a gender- and age-adjusted prevalence estimate of neighborhood perception. Based on the literature and the results, we constructed a matrix of critical processes that relates the poor perception of neighborhood quality among Black and brown people, those with lower monthly per capita household income, and women with structural inequities that challenge healthy aging in Brazil.

Keywords: critical epidemiology; neighborhood perception; aging; urban health; collective health.

[1] Social Worker. Ph.D. student in Public Health at the School of Medicine of the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Ph.D. in Education and Master in Collective Health from the Federal University of Espírito Santo. Professor at the Institute of Collective Health (ISC) and the Postgraduate Program in Collective Health at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). Researcher at the UFMG Belo Horizonte Urban Health Observatory (OSUBH) and the UFMT Center for Environmental Studies and Occupational Health (NEAST).

[2] Statistician. Master's in Epidemiology from the René Rachou Research Center of the Oswaldo Cruz Foundation (IRR/Fiocruz), Ph.D. in Public Health, with post-doctorate from the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Professor at the Institute of Collective Health and the Postgraduate Program in Collective Health at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). Researcher at the UFMG Belo Horizonte Urban Health Observatory (OSUBH).

[3] Nurse. Master's and Ph.D. student in Collective Health from the Postgraduate Program in Public Health at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). Researcher at the UFMT Center for Environmental Studies and Occupational Health (NEAST).

[4] Psychologist. Master's in Education from the State University of Mato Grosso (UNEMAT) and Ph.D. in Collective Health from UFMT. Professor at the Institute of Collective Health (ISC) and the Postgraduate Program in Collective Health at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). Researcher at the UFMT Center for Environmental Studies and Occupational Health (NEAST).

[5] Physician, Master's in Public Health from the Bloomberg School of Public Health at Johns Hopkins University, Ph.D. in Parasitology from UFMG, with post-doctorate from Johns Hopkins University. Full epidemiology and public health professor at the UFMG School of Medicine and the Postgraduate Program in Public Health. Coordinator of the UFMG Belo Horizonte Urban Health Observatory (OSUBH).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

ROCCON, Pablo Cardozo *et al.* **Race, gender, monthly per capita household income, and neighborhood perception among older Brazilian adults: a matrix of critical processes**. *Aceno – Journal of Anthropology of the Central-West (Brazil)*, 12 (28): 407-424, January to April 2025. ISSN: 2358-5587

Raça, gênero, renda e percepção da vizinhança de adultos mais velhos brasileiros:
uma matriz de processos críticos

Resumo: Exploramos as diferenças de gênero, raça/cor e renda domiciliar per capita na percepção da vizinhança entre brasileiros adultos mais velhos residentes de áreas urbanas a partir dos dados de 7.357 participantes do ELSI-Brasil. Estimou-se as prevalências ajustadas por sexo e idade da percepção da vizinhança. Com base na literatura e nos resultados, foi construída uma matriz de processos críticos, que relaciona as percepções ruins da vizinhança entre pessoas pretas e pardas, com menor renda e mulheres com iniquidades estruturais que desafiam o envelhecimento saudável no Brasil.

Palavras-chaves: epidemiologia crítica; percepção da vizinhança; envelhecimento; saúde urbana; saúde coletiva.

Raza, género, ingreso familiar per cápita y percepción del vecindario de los adultos mayores brasileños:
una matriz de procesos críticos

Resumen: Exploramos las diferencias de género, raza/color e ingreso familiar per cápita en la percepción del vecindario entre los adultos mayores brasileños que viven en áreas urbanas, analizando datos de 7.357 participantes del ELSI-Brasil. Se estimaron prevalencias ajustadas por sexo y/o edad de percepción del barrio. A partir de la literatura y los resultados, se construyó una matriz de procesos críticos, que relaciona percepciones de barrio pobre entre personas negras y pardas, con menores ingresos y mujeres con inequidades estructurales que desafían el envejecimiento saludable en Brasil.

Palabras clave: epidemiología crítica; percepción del vecindario; envejecimiento; salud urbana; salud colectiva.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

In recent decades, cities have faced the simultaneous transformation of population profiles and urban population growth. On the one hand, we observed a demographic expansion in urban spaces, with estimates indicating that around 68% of the world's population will reside in urban areas by 2050, especially in Latin America and Brazil (UNITED NATIONS, 2019, 2020). On the other hand, there is a global process of population aging, with projections of an increase from 9.3% in 2020 to approximately 16% in 2050 (UNITED NATIONS, 2020). In this context, two important fields of knowledge production converge: urban health and aging studies. These areas join to provide subsidies for formulating public policies and guidance for managers and promoting healthy aging.

The United Nations has been working to gather governments, private sector members, international organizations, universities, and civil society to promote improved living conditions for older adults and communities (PAHO, 2020). As part of these actions, the plan "The United Nations Decade of Healthy Aging 2021-2030" was launched, which involves four action areas:

> change the way we think, feel, and act toward age and aging; *ensure that communities promote the skills of older adults*; deliver person-centered and age-appropriate integrated care and primary health care services for older adults; and provide access to long-term care for older adults who need it. (PAHO, 2020: 4, emphasis added)

Ensuring that communities promote the skills of older adults is a healthy aging concept guideline whose goal is to maintain and strengthen the functional abilities of older adults (PAHO, 2020). Functional abilities are related to autonomy in performing daily tasks, personal development, self-care, relationships with others, and societal intervention. They are divided into two dimensions.

The first is intrinsic capacity, which addresses individual physical and mental capacities involving locomotion, visual and auditory sensitivity, vitality, cognition, and mental health. The second is environments, which may be barriers or facilitators of intrinsic capacities, including home, community, and society (PAHO, 2020). In this sense, the WHO recognizes the place where older adults live and build their sociability as a component of a set of conditions that can limit or favor healthy aging.

Districts[6] are privileged places for the development of social reproduction of different fractions of the social class with their set of characteristics and economic, racial, and gender power relations. In this set of relations, the social determinations of the conditions and possibilities for satisfying the needs of existence emerge, creating collective ways of life and individual lifestyles (BREILH, 2006). Breilh (2006, 2013) states that social determination of the conditions of

[6] In this text, district, and neighborhood are not treated as synonyms. Based on the literature, Célio *et al.* (2014) analyze that the neighborhood can be defined based on administrative and geographic units or by the residents' perception of the territorial extension. Imbronito (2017) makes it possible to understand the district as a set of physical and social attributes that give it vitality and the neighborhood as a set of social relations within the former, constituting an important heritage of the district. Thus, the district is shaped by the appropriations of space in constituting neighborhoods that give subjective existence to the former (IMBRONITO, 2017).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

existence is engendered in the analysis of the dialectical relations[7] between social, natural, and biological aspects based on the dimensions of reality. The author proposes a matrix of critical processes to understand and intervene in such processes, through which the destructive processes[8] (vulnerabilizing, unhealthy, dangerous, and deteriorating health) and their antithesis, the protective ones[9] (healthy, improving, and promoting health) are analyzed (BREILH, 2006, 2013).

In this sense, considering the constitution of districts and neighborhoods under a matrix of critical processes can expand the capacities for analysis and interventions on disadvantages that may emerge from such formations. Weden *et al.* (2008) analyze that neighborhoods can be constituted by attraction and expulsion mechanisms. The first corresponds to mechanisms by which people with similar origins through social networks occupy the same neighborhood. The second results from policies that exclude people from some districts, preventing them from living in specific places due to real estate policies that produce a selection of residents into and out of neighborhoods based on characteristics such as ethnicity and class. Such mechanisms point to the existence of groups of individuals who experience more significant disadvantages due to systemic and structural barriers, so that place of residence is determined by the residents' social position and ethnicity (DIEZ and MAIR, 2010; STOKES, 2019).

Due to functional limitations involving economic, emotional, or even physical aspects, older adults generally experience the proximity of their homes more intensely, thus spending more time in the neighborhood (SANTOS *et al.*, 2022; STOKES, 2019). Furthermore, older adults are more exposed to the likelihood of illness from neighborhood characteristics compared to younger adults (JULIEN *et al.*, 2012). For this reason, research on how urban neighborhoods affect the health of older adults has been set as one of the UN's goals for producing evidence to inform government officials (UNITED NATIONS, 2016).

One strategy to investigate how urban areas, districts, and neighborhood characteristics affect residents' health has been assessing neighborhood perception (WEDEN *et al.*, 2008; CAIAFFA *et al.*, 2008). Imbronito (2017) argues that the perception of district space depends on the relationships established with people and the place itself. According to Weden et al. (2008), assessments of neighborhood perception may more closely reflect individual assessments of living conditions and dimensions not recordable by objective district assessments.

Understanding older adults' perception of their neighborhood has been one of the goals of aging studies, as most older adults live in community environments, and successful aging depends on the quality and structure of their dwelling place (STOKES, 2019). Neighborhood perception is intrinsically linked to the life trajectory of older adults (STOKES, 2019). Furthermore, it can reflect different individual and collective experiences that, in turn, are engendered by inequalities accumulated in this trajectory (MICHEL and SADANA, 2017; ELLIOT, 2000). These inequities must be analyzed as a product of the determinations of the conditions of becoming ill or living in health, crossed by gender, ethnicity, race/color, and social class markers, as proposed by Breilh (2006, 2010, 2024).

Thus, this article aims to (1) explore the differences in ethnicity/skin color, monthly per capita household income, and gender in the Brazilian older adults'

[7] The dialectical rationale understands thought as a way of appropriating (abstracting) the dimensions (singular, particular, and universal) that structure social reality in a dialectical relationship of multiple determination and historicized within the capitalist mode of production (MARX, 2011). In Breilh (2006), the universal dimension is presented as general, and in Breilh (2024), singular as individual.

[8] As products of labor and nature exploitation under capitalism (BREILH, 2006, 2013).

[9] Arising from the subjects' relative autonomy (BREILH, 2006, 2013).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

perception of neighborhood and (2) build a Critical Process Matrix relating protective and destructive processes to the perception of neighborhood, based on the results of objective 1 and the literature, revealing the socio-structural challenges in promoting healthy aging in Brazil.

Methodological process

A descriptive prevalence study was conducted to achieve the proposed objectives, which allows for documenting the frequencies of some disease cases, risk, or protective factors, describing them per the individuals' characteristics (MERCHÁN-HAMANN and TAUIL 2021). Descriptive epidemiology allows for the formulation of hypotheses for future analytical and inferential studies and is also a vital source of information for public health (FOX *et al.*, 2022; MERCHÁN-HAMANN and TAUIL, 2021). It allows contextualizing the results in historical and sociological settings, "allowing a deeper understanding of how these contexts influence disease and mortality patterns" (FOX *et al.*, 2022: 1175). Fox *et al.* (2022) highlight the importance of grounding discussions on theories that explain the health-disease process. Our study aimed to base discussions on the dialectical logic proposed by Breilh (2006), who proposes that Epidemiology combine mathematical logic ("formal descriptive function: nominal, ordinal and quotient scales, ratios, and absolutes") and attributive logic ("concepts, judgment, and reasoning") to identify the interrelations between empirical and generative planes, constituents of social reality:

> Reality and its processes have an empirical plan, which appears most directly to our perception. However, they also have a generative plan in which the genesis and reproduction of the processes occur. This plane is more than the purely causal links that the events display and includes all of their 'determination': the typical way events occur, which tend to be regular or stable as long as the same historical condition (general and way of life) persists; techniques, on the other hand, work with events on the empirical plane. The method must account for the generative and empirical planes and the relationship between the two, reflecting the theoretical conception we have of these two planes and this relationship. [...] there is not just one type of process on the generative plane, but rather several, which correspond to different movement forms, maintaining connections or relations and exhibiting a hierarchy between them. [...] we need a theory that interprets it and helps us understand the diversities, links, and relations. (BREILH, 2006: 150-1)

The author states the need for diverse techniques, which he classifies as intensive (qualitative) and extensive (quantitative). The former helps to deepen the complexity of the singular dimension, and the latter helps to understand the complexity and regularity of aggregated events. Furthermore, the author points out the importance of triangulating the different techniques per their explanatory power and the problem analyzed. He also points out that we need a theory to understand the links and relationships between the generative and the empirical plan (BREILH, 2006). In this article, the critical processes matrix will be the methodological strategy for establishing such relationships.

The generative plane relates the empirical plane to the structure that historically determines how societies are organized to meet needs, whether physiological (e.g., food, clothing, housing, sports, and leisure) or consciousness, linked to the psyche, such as learning, social and emotional support, freedom of thought and criticism, social participation, and development of physical and intellectual capacities (BREILH, 2006). Whatever the need, when generated by a social context marked by commodification, the conditions of satisfaction will be unequally

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

distributed and transformed into consumption – the primacy of exchange value over use value (BREILH, 2006).

The empirical plane was accessed through a descriptive study using data from 7,357 older adults living in urban areas who participated in the baseline (2015-2016) of the Brazilian Longitudinal Study of Aging (ELSI-Brazil). The inclusion criteria were living in an urban area and answering the questionnaire on neighborhood perception without the help of a proxy respondent. Thus, 1,477 were excluded because they lived in rural areas, and 578 were for whom the participant did not answer the questionnaire on neighborhood perception.

According to Fox *et al.* (2022), the analysis variables must be critically chosen based on the theory and the object's context to avoid strengthening narratives and power structures that support inequalities. The sociodemographic variables ethnicity/skin color, monthly per capita household income, and gender were chosen as a way of approaching the notion of social class and gender constituted from self-reported information about gender (male and female)[10].

The ethnicity variable was measured based on self-reported ethnicity/skin color information as white, brown, or Black (individuals who declared themselves Indigenous or yellow were excluded from the analysis due to low frequency), monthly per capita household income divided into tertiles and classified as (low [less than or equal to BRL 620.00], medium [greater than BRL 620.00 and less than or equal to BRL 1,150.00] and high [greater than BRL 1,150.00).

The perception of the neighborhood was analyzed based on the answers given to 14 (fourteen) questions[11] grouped into 7 (seven) indicators: physical disorder, noise pollution, social cohesion, feelings of insecurity, violence, mobility problems, and pleasantness with "yes" or "no" answers. The indicators of physical disorder and mobility problems had three questions each and four lack of pleasantness. Physical disorder, mobility problems, and lack of pleasantness were defined by a positive response to one of the questions of the respective indicators. The other indicators had only one question. Cronbach's alpha coefficients were calculated to assess the internal consistency of the indicators of physical disorder, mobility problems, and pleasantness of the district, with respective results of 0.42, 0.70, and 0.63.

The results presented include the gender- or age-adjusted prevalence of neighborhood perception[12], ethnicity/skin color, monthly per capita household income, and gender. The Wald test assessed differences, considering a 5% significance level. The analyses were performed with STATA software (Stata Corporation, College Station, Texas), version 16.1, using the survey (*svy*) command for the weight of individuals and the complexity of the research sample's design.

[10] We want to point out that the authors do not understand the possibilities of living in genders restricted to biological sex. Feminist debates produce theoretical diversity (CONNELL and PEARSE, 2015). However, despite this caveat, we should consider that in Western capitalist cultures, sex, and gender are found in a procedural unity that carries with it men's and women's hierarchization policies based on biological gender-centered discourses as a device for producing inequalities. (CONNELL and PEARSE, 2015; FOUCAULT, 2013).

[11] The questions are available on the project website < https://elsi.cpqrr.fiocruz.br/questionario/ >, individual questionnaire, block F: Neighborhood. The codes of the questions that make up each indicator are presented: Physical Disorder (f2, f3, f6), Noise pollution (Noise) (f4), Social cohesion (f12), Insecurity (f5), Violence (f10), Mobility problems (f7, f8, f9), Pleasantness (f11 f13 f14 f15).

[12] Adjusting for age and gender allows for describing neighborhood perceptions based on ethnicity/skin color and income differences, regardless of generational and gender differences.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

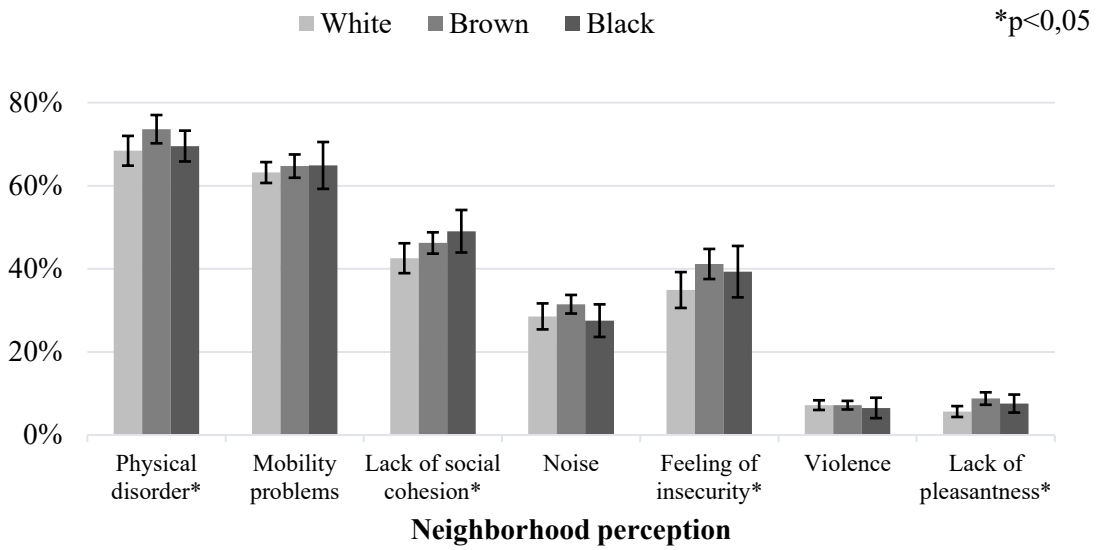
Results and discussion

A total of 7,357 participants were included in this study, where 56.9% were women and 43.1% were men. Regarding the age group, 44% were aged 50-59, 31.2% 60-69, 18.1% were 70-79, and 6.7% were 80 or older. In self-identification by ethnicity/skin color, 40.1% declared themselves as white, 44.1% as brown, 9.4% as Black, and 6.4% did not know or did not respond. Regarding monthly per capita household income, 34.9% had low income, 34% had medium income, and 31.1% had high income. Regarding the gender- and age-adjusted prevalence of perception of neighborhood characteristics, 70.9% reported perceiving physical disorder, 64.4% mobility problems, 45.1% a lack of social cohesion, 29.9% noise, 38.1% insecurity, 7.1% violence, and 7.2% a lack of pleasantness.

The perception of neighborhood by Brazilian older adults by ethnicity/skin color, monthly per capita household income, and gender

The perception of physical disorder, insecurity, and the lack of pleasantness were more frequent among brown people, and a lack of social cohesion among Black people, compared to white people. The perception of mobility problems, noise, and violence did not differ by ethnicity/skin color (Figure 1).

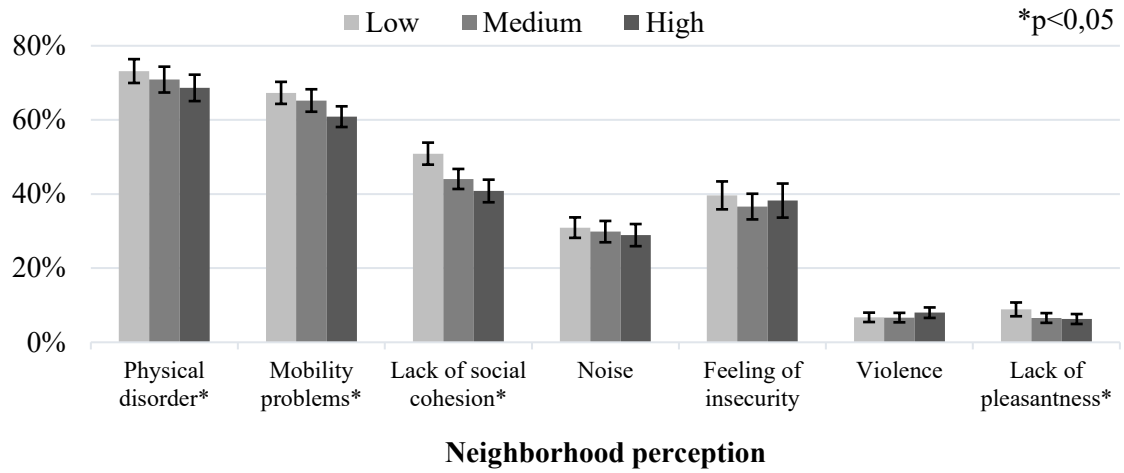
Figure 1 – Age- and gender-adjusted prevalence of neighborhood perception by ethnicity/skin color. ELSI-Brazil (2015-2016)



Regarding monthly per capita household income, the perception of physical disorder and lack of pleasantness were more significant among participants with lower incomes than those with higher incomes. The perception of mobility problems and lack of social cohesion were more significant among participants with lower and medium incomes than those with higher incomes. The perception of noise, feelings of insecurity, and violence was similar between income groups (Figure 2).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Figure 2 – Age- and gender-adjusted prevalence of neighborhood perception by monthly per capita household income. ELSI-Brazil (2015-2016)



Between genders, women reported a more significant perception of mobility problems and lack of social cohesion compared to men. The perception of physical disorder, noise, insecurity, violence, and lack of pleasantness are similar between genders (Figure 3).

Figure 3 – Age-adjusted prevalence of neighborhood perception by gender. ELSI-Brazil (2015-2016).

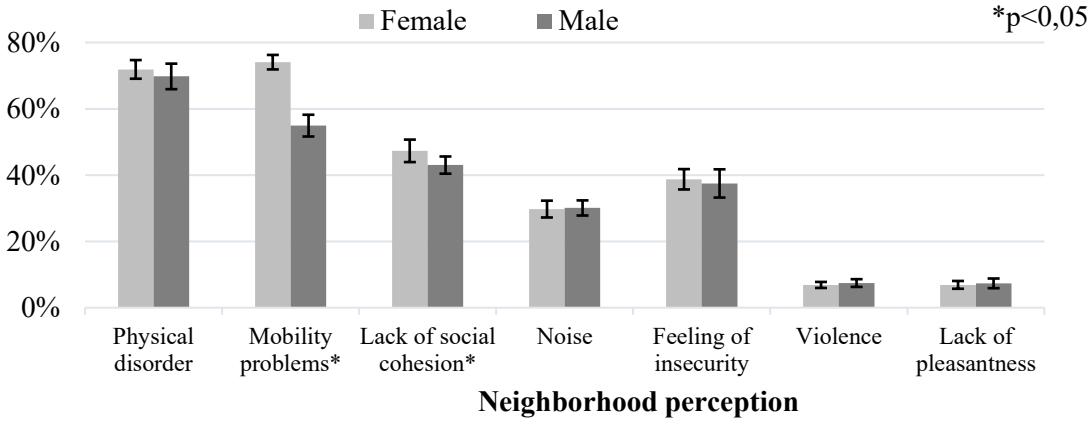


Table 1 presents a matrix of critical processes based on previous results and literature. We identify the protective and destructive processes that may be involved in the older adults' perception of the neighborhood. Breilh (2024) states that the social determination of health-disease processes occurs through dialectical conditioning and concatenated development in the multiple dimensions of social reality:

> general (G), which corresponds to the logic of accumulation, hegemonic politics, and culture that establish it; particular (P) of the reproduction of social classes, crossed by gender and ethical-cultural power relations, whose relations can be of cooperation or exploitation and domination; individual (I) to which the individuals and families of these social classes belong, with personal lifestyles and daily lives. These people exist with their bodies and organisms, phenotypes and genotypes, psyches, and forms of spirituality. Society-nature metabolism relations are produced in these dimensions. (BREILH, 2024: 32)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

In this direction, Table 1 shows the results presented in the singular (individual) dimension and relations with sociopolitical, economic, and historical events in particular and universal dimensions of social reality.

Table 1 – Matrix of critical processes related to the perception of the neighborhood by older Brazilian adults. ELSI-Brazil.

Processes/ Dimensions	Destructive	Protective
General (structural) (Production System) (State Policies) (Human-Nature Relationship) (Power Relations)	Private accumulation of the conditions for satisfying the needs of existence by exploiting labor and nature. Neoliberalism, individualism, and the neoliberal city. Defunding social policies on housing and income and mitigation of gender, racial, and income inequalities. Brazilian pension reform. **Source:** Breilh (2006; 2010; 2024); Dardot e Laval (2016); Andrade et al (2018); Lourenço et al (2017).	Social function of property in the 1998 Brazilian Federal Constitution. Cities' Statute. Global Strategy and Action Plan on Ageing and Health 2016–2020 and the WHO Decade of Healthy Ageing 2020–2030. Global network for the promotion of age-friendly cities and communities. **Source:** WHO (2016), OPAS (2020), Michel e Sadana (2017), Rudnicka et al (2020), Lopes et al (2021), Brasil (1988, 2001), Monteiro (2023).
Particular (collective) (Work) (Physical and Social Environment) (Lifestyles)	Unemployment or underemployment, unequal gender, ethnicity, and income relations, high housing prices and real estate speculation, urban physical and social handicaps, racism, and racial violence. Ageism. Socio-spatial segregation, residential and racial economic segregation, and gentrification. **Source:** WHO (2016), Guimarães (2016), Breilh (2006; 2010; 2024), Stokes (2019), Lopes et al. (2021), Vasconcelos (2022), Serpa (2022), Caiaffa et al. (2021); Santos et al. (2022), Fontoura et al. (2015).	Retirement or employment, participation in public policy councils, participatory urban planning. Age-friendly cities and communities. Collective sociocultural and generational identity with a high percentage of older adult residents in the neighborhood. **Source:** Guimarães (2016), Stokes (2019) Stokes e Moorman (2016), Rudnicka et al. (2020), Lopes et al. (2021), PAHO (2020).
Singular (individual) (Lifestyle) (Self-Perception) (Health-Disease)	**Perception** of physical disorder, feeling of insecurity, lack of pleasantness among **brown people[1]:** **Perception** of the lack of social cohesion among **Black people[1].** **Perception** of physical disorder, mobility problems, lack of social cohesion, and lack of pleasantness among **low monthly per capita household income[2].** **Perception** of mobility problems and lack of social cohesion among **medium monthly per capita household income[2].** **Perception** of mobility problems and lack of social cohesion among **women[3].**	**Perception** of green and leisure areas, urban gardens, community kitchens, and outdoor gyms. **Perception** of social capital (social cohesion, social participation, social support, and sense of collectivity and mutual solidarity). **Perception of accessibility** to services (health, markets, and availability of nutritious and low-calorie foods). **Sense of** security and acceptance in the community. **Source:** Elliot, 2000; Custrona et al., 2006; Diez and Mair, (2010); Helbich et al. (2019); Stokes (2019); Qin et al. (2023).

Source: Prepared by the authors. Adapted from Breilh (2006). References ([1]Ethnicity/Skin color: White, [2]Class: High, [3]Gender: Men.)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Our findings for social cohesion and insecurity converge with some evidence from Stokes (2019) in a longitudinal study with North Americans aged 20-74 on insecurity and social capital. This author assessed only the social environment through the questions "I feel safe going out alone in my neighborhood during the day", "I feel safe going out alone in my neighborhood at night", "I can ask neighbors for help if I need it" and "People in my neighborhood trust each other", with responses "not at all" or "very much". Stokes (2019) observed a worse perception of the neighborhood among women than men, Black and non-white people than white people, and those who rent a house than those owning a house.

In this study, the worst perceptions of social cohesion (a component of social capital) and insecurity occurred among Blacks and browns compared to whites, women compared to men, and those with medium or low per capita income compared to those with high income. We also assessed perceptions of physical environmental characteristics (physical disorder, lack of pleasantness, noise pollution, and mobility problems). The results show a worse perception of physical disorder and pleasantness among brown people compared to white people and those with low household incomes compared to those with high household incomes. Mobility problems were perceived by women compared to men, and by participants with low or medium income compared to those with high income.

We argued, as highlighted in the critical processes' matrix (Table 1) that studies that show green areas, urban gardens, leisure facilities, and community kitchens lead to a better perception of the neighborhood related to pleasantness. Moreover, these structures contribute to increased interaction between neighborhood residents through physical exercise, encouragement of social support, and participation and social gatherings, providing elements for increasing social capital. (ELLIOT, 2000; CUSTRONA *et al*., 2006; DIEZ and MAIR, 2010; HELBICH *et al*., 2019; STOKES, 2019; QIN *et al*., 2023).

Stokes (2019) argues that access to a high-quality neighborhood in adulthood and old age is not a matter of chance but is determined by events and opportunities throughout life, mediated by power relations of ethnicity, income, and gender. These differences in opportunities can be analyzed as effects of the appropriation and concentration of power (which can be economic by a dominant class, gender via patriarchy, or racial via structural racism) (BREILH, 2006). This same author affirms that the appropriation of power converted human diversity (biological, social, economic, cultural, and power differences) into a device of exploitation and subordination.

When addressing inequalities in Brazilian social reality, Guimarães (2016) shows examples of how the concentration of power produces different conditions of urban space occupation, displaying examples of how the general and particular dimensions determine experiences in the singular. He analyzes the homogenized district populations, influenced by factors such as class, ethnicity, skin color, and gender. This process stems from historical transformations that shaped urban spatial and social organization, reflecting dynamics of segregation and inequality over time, marked by the withdrawal of public services (daycare centers, health care, and schools) that would serve workers and not residents in high-income districts – segregation caused by public policies and actions in the real estate market that devalue entire areas due to the presence of marginalized populations, dis-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

placing and overvaluing others, leading to the collapse of old commercial establishments and their replacement by new ones[13] – segregation caused by the real estate market.

Guimarães (2016) also discusses segregation resulting from urban mobility, deriving from the limited and complete lack of public mobility in specific condominium districts intended only for workers who travel to them. He attributes this to policies restricting access to specific neighborhoods for residents who cannot finance their urban mobility, especially in contexts with insufficient or unavailable public transportation. He also discusses segregation resulting from urban mobility, highlighting how the lack of or limited public transportation in some territories acts as a segregating policy, restricting access and contributing to spatial exclusion since the lack of services forces residents to depend on their means or private means to move around the city.

Vasconcelos (2022) and Serpa (2022) debate how the availability or lack of public policies can affect segregation. Prioritizing the implementation of leisure facilities such as public parks in regions with real estate appreciation can cause the replacement of the original local population, changing the social profile of requalified districts (SERPA, 2022). Poor populations tend to be left unattended by the public housing policy and unable to participate in the real estate market due to low and irregular incomes (VASCONCELOS, 2022). Urban segregation reflects unequal opportunities in access to goods, resources, and services, acting as an important cause of illness, inequities, and inequalities, affecting, in particular, the most vulnerable groups such as older adults (CAIAFFA, 2021; DIEZ ROUX and MAIR, 2010; SANTOS *et al.*, 2022).

Older adults living in more segregated urban environments or poor urbanization conditions have worse health conditions than those dwelling in environments with better conditions for living in the city (SANTOS *et al.*, 2022). From the segregation processes, Guimarães (2016) also discusses the emergence of a social formation with spatial logic, which can establish protective processes, as discussed by Breilh (2010). Guimarães (2016: 175, our emphasis) affirms:

> In districts and blocks with a socially homogeneous constitution, ethnicity, or culture of origin *can strengthen the sense of community, counteracting the ever-present factors of social differentiation*. Bars, leisure spaces, unions, churches, and clubs that gather immigrant, racialized, or ethnicized groups, such as Blacks, Bahia-born people, and people from the Northeast, *can more easily serve as vehicles for the cultural and symbolic production of collective representation that is an alternative to that of the surrounding society*.

Destructive and protective processes are co-emergent, maintaining a dialectical and inseparable relationship. Based on Guimarães (2016), we can see how destructive processes (segregation and gentrification resulting from the real estate market and public policies) co-emerge with protective processes (strengthening of a sense of community and neighborhood, cultural and symbolic production of alternative collective representation). Social capital (social cohesion, social participation, and social support) tends to affect the health of residents in a neighborhood positively. It can even act as a protector in distress and illness, cushioning neighborhood stress (FERNÁNDEZ-NIÑO, 2019). Other studies indicate such co-emergence. Elliot (2000), for example, argues that residents of the same neighborhood may experience a high incidence of crime as a strong source of

[13] Vasconcelos (2022) classifies this process as gentrification, which combines evicting original residents with the real estate appreciation of residences, commercial outlets, and land. The author states that segregation refers to the production of ghettos, neighborhoods with homogeneous residents regarding class, ethnicity, and race.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

stress associated with mental illness and community services, such as health clinics or soup kitchens, which can increase social support for coping. Also, Diez and Mair (2010) argue that the same neighborhood may have characteristics that induce stress (lack of leisure spaces) or alleviate it (parks and green areas).

Furthermore, the decade of healthy aging reinforces the importance of older adults' social participation in policy formulation and decision-making in all sectors (PAHO, 2020). In this sense, the increased presence of older adults in municipal public policy councils can bring about changes from the singular to the universal dimension. The intervention of this portion of the population in decisions about the organization and requalification of urban spaces can establish protective processes by increasing social participation and strengthening cities and communities committed to ensuring healthy aging.

In the general dimension is the structure with the most significant determining force over collective ways and lifestyles (Table 1). In this dimension, the tendencies of social reproduction in the singular emerge (destructive generative processes), and through it, changes can occur from disruptive processes in the singular (protective generative processes) through the agency[14] of collective social struggles. The plan for the decade of healthy aging and the plans for building aging-friendly cities and communities can be thought of as the result of collective arrangements that induced changes in the general dimension capable of including healthy aging as an agenda in the global debate (RUDNICKA *et al.*, 2020; MICHEL and SADANA, 2017).

In this sense, these plans can become important devices for inducing productive processes in cities and communities, stimulating multisectoral actions in producing urban environments favorable to preserving and developing functional skills in aging (WHO, 2016). Another important result of agency[15] configured in specific protective processes in the Brazilian setting is the defense of the social function of property according to Article 5, item XXIII of the 1988 Federal Constitution (BRASIL, 1988).

According to Monteiro (2023), the 1988 Federal Constitution desacralizes the absolute property right, relativizing this right in light of the need to fulfill the social function of use under collective interests. Thus, requalification policies can convert abandoned properties into housing or equipment for collective and social interests, especially to care for the most social-spatial and economically disadvantaged populations, such as older adults and people with reduced mobility (MONTEIRO, 2023). Therefore, it is an important device for confronting the destructive processes of segregation and gentrification of urban spaces.

Segregation and gentrification as destructive processes are grounded on the general production mode sphere that envisages the accumulation of wealth in a private manner to the extent that it produces the accumulation of socially shared poverty through the same process[16]. Such processes are organized around the production of a neoliberal city project for the world based on the "wholesale privatization of services, the construction of a real estate bubble for profit extraction, the uncontrolled absorption of the poor expelled from the rural region, the growth

[14] Krieger (2011) uses the concept of agency to analyze how individuals and institutions can act, from the micro to the macro level, based on a collective organization to change contexts even in the face of adversity.

[15] The 1988 Federal Constitution results from arrangements reverberating from the democratic reopening, social struggles to end the dictatorship, and advocacy for implementing social welfare policies in Brazil.

[16] Analyzing capitalism, Marx identified trends that he named as laws: 1. General law of capitalist accumulation, according to which the more significant the social wealth produced by labor and accumulated by capital, "the greater will be official pauperism. This is the general law" (MARX, 2017a: 719). 2. Law of the tendency of the rate of profit to fall (MARX, 2017b), which addresses the nonexistence of capitalism without crises.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

of marginal districts and the expansion of dangerous neighborhoods" (BREILH, 2024: 97).

We should highlight that neoliberal projects have been gaining strength since the rise of neoliberalism in the 1970s (DARDOT and LAVAL, 2016). Neoliberal policies strengthen the discourse of handing over the management of resources to the market to satisfy human needs and, in this process, the weakening of urban policies through privatization, denationalization, and defunding of social welfare policies. The logic of universal law is converted into consumption, the citizen into a consumer, the worker into an entrepreneur of himself in a terrain of deregulated labor laws and social security, with the strengthening of individualistic values destructive to relations of mutual solidarity, cooperation, support, and social cohesion (DARDOT and LAVAL, 2016).

In this setting, the substandard living conditions of older adults in urban areas are deteriorating. Successive pension reforms deepen urban inequities, especially among those whose aging is caused by more than one chronic disease accompanied by an income decline due to a history of informal work or by lower wages and loss of benefits due to the implementation of retirement ceilings and incentives for private pensions (ANDRADE *et al.*, 2018; LOURENÇO *et al.*, 2017), thus contributing to older adults' impoverishment cycle.

What is the relationship between pension reform and neighborhood perception? The conditions of access to pensions (formal employment, informal employment, underemployment, unemployment, time, and value of contributions) and retirement (full, partial, continuous benefit provision) will determine housing conditions in districts with more or less physical and social disadvantages. Furthermore, the conditions of access to social security, which in turn determine the conditions of retirement, are mediated by power relations of race/ethnicity and gender. Fontoura *et al.* (2015) reveal that women of economically active age (16-59 years) faced more significant hardships in accessing and remaining in the job market over two decades (1995-2015). The authors showed that in 2015, the unemployment rate among white women was 11.6% compared to 7.8% for men. In the case of Black women, this rate increased to 13.3% compared to 8.5% for Black men (FONTOURA *et al.*, 2015).

Fontoura *et al.* (2015) show that a salary hierarchy was maintained by ethnicity and gender throughout the historical series, with white men and women followed by Black men and women, with no significant changes in the distances between the four groups in the two decades (FONTOURA *et al.*, 2015). There is no way to separate occupational and social security conditions from older adults' perception of the neighborhood, as they are interrelated in the three dimensions exposed in the critical processes' matrix. Thus, the perception of the neighborhood is a result of its conditions, which in turn are determined by the salary, ethnic/racial, and gender position in economic and power relations (Table 1).

Final considerations

Based on the neighborhood perception of the participants in this research and the elaboration of a matrix of critical processes with the help of literature, we highlighted several challenges for promoting healthy aging and understanding the perception of older adults about their neighborhood. The exploitation of labor and nature, associated with the harmful neoliberal policies that transform cities and public and social policies into commodities, are expressed in physical and social disadvantages in the neighborhoods. Identifying structural challenges for

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

the decade of healthy aging to become effective in countries like Brazil reveals that, without changes in economic and city management policies, such a plan will face difficulties since, as the literature shows, it is incompatible with the neoliberal proposals in force in the world today.

Our results showed worse perceptions of attributes of the physical and social environment among women, brown and Black people, and those with lower monthly per capita household income in a sample of older Brazilian adults. However, these results should not be seen in isolation since ethnicity, class, and gender intersect, aggravating social disadvantages (COLLINS and BILGE, 2021). A Black and lower-class woman is likelier to live in disadvantaged neighborhoods (STOKES, 2019) because of power relations involving ethnicity, class, and gender.

Throughout the text, we discussed, from a dialectical perspective, that protective and destructive processes co-emerge in social reality (BREILH, 2006; 2024) and that highlighting them is a necessary task to outline prevention and healthy aging promotion actions. Our results converged with the longitudinal findings of Stokes (2019) regarding insecurity and aspects of social capital, pointing to disadvantages among socially excluded groups: women, Black/brown people, and people experiencing poverty (BREILH, 2006; 2024; COLLINS and BILGE, 2021).

Furthermore, Guimarães (2016) discusses how segregation processes can generate homogenized neighborhoods that can favor the flourishing of community feeling due to cultural and origin issues, as in the case of the northeasterners discussed by the author. In this sense, investigating self-organization and socialization among residents of segregated neighborhoods can provide evidence to strengthen strategies to confront segregation by improving cohesion, support, and social participation in the neighborhood.

It is crucial to reinforce the importance of new studies on aging in Brazil, considering theoretical models that articulate the socio-structural dimensions of the processes that determine neighborhood conditions and, therefore, the health and illness conditions of its older residents.

Acknowledgments

We are grateful to ELSI-Brasil for making cross-sectional data available through free access upon registration at < https://elsi.cpqrr.fiocruz.br/data-access/ >. ELSI-Brasil was funded by the Ministry of Health: DECIT/SCTIE (File nr. 404965/2012-1 and TED 28/2017); COPID/DECIV/SAPS (Files nr. 20836, 22566, 23700, 25560, 25552 and 27510). To the National Council for Scientific and Technological Development for the productivity scholarship granted to the author Waleska Teixeira Caiaffa. We are also grateful to the Coordination Foundation for the Improvement of Higher Education Personnel for the doctoral scholarship granted to the author Pablo Cardozo Rocon and the Federal University of Mato Grosso for the support to the researcher (nr. 03/PROPEQ/2024 – Technical-scientific Productivity) granted to the author Amanda Cristina de Souza Andrade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

Received on January 18, 2025.
Approved on March 18, 2025.

References

ANDRADE, E. I. G. *et al*. Fatores associados ao recebimento de aposentadorias entre adultos mais velhos: ELSI-Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 52(2):15, 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidencia da República, 2025.

BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública,* 31 (1): S13-S27, 2013.

BREILH, J. La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. *Salud Colectiva*, 6 (1): 83-101, 2010.

BREILH, J. *Epidemiologia crítica e a saúde dos povos*: *ciência ética e corajosa em uma civilização doentia*. São Paulo: HUCITEC, 2024.

BREILH, J. *Epidemiologia crítica*: *ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAIAFFA, W. T. *et al*. Saúde urbana: "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora". *Ciência & Saúde Coletiva*, 13 (6): 1785-96, 2008.

CAIAFFA, W. T. *et al. Saúde Urbana, cidades e intersecção de sistemas*: *panorama, agendas, gaps e oportunidades rumo a equidade, sustentabilidade, resiliência e promoção em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

CÉLIO, F. A., et al.. Características individuais associadas à autopercepção da extensão territorial da vizinhança. *Cadernos de Saúde Pública*, 30 (9): 1935–46, 2014.

COLLINS, P. H.; B., S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, R; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Nversos, 2015.

CUTRONA, C.E.; WALLACE, G.; WESNER, K. A. Neighborhood characteristics and depression: an examination of stress processes. *Current Directions in Psychological Science,* 15 (4): 188–192, 2006.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEZ ROUX, A. V.; MAIR, C. Neighborhoods and health. *Annals of The New York Academy of Sciences*, 1186 (2010): 125-145, 2010.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

ELLIOTT, M. The stress process in neighborhood context. *Health Place*, 6 (4): 287-99, 2000.

FERNÁNDEZ-NIÑO J. A. *et al*. Neighborhood features and depression in Mexican older adults: A longitudinal analysis based on the study on global ageing and adult health (SAGE), waves 1 and 2 (2009-2014). *PLoS One*, 14 (7): e0219540, 2019.

FONTOURA, N. *et al. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2013.

FOX, M. P. *et al*. On the need to revitalize descriptive epidemiology. *American Journal of Epidemiology*, 191 (7): 1174-79, 2022.

GUIMARÃES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social,* 28 (2): 161-82, 2016.

HELBICH, M. *et al*. Relative importance of perceived physical and social neighborhood characteristics for depression: a machine learning approach. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 55 (5): 599-610, 2020.

IMBRONITO, M.I. Considerações sobre o bairro e a vizinhança a partir do filme *Smoke*. *urbe*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9 (1): 35–51, 2017.

JULIEN, D. *et al*. Neighborhood characteristics and depressive mood among older adults: an integrative review. *International Psychogeriatric*, 24 (8): 1207–25, 2012.

KAWACHI, I.; BERKMAN, L. Social capital, social cohesion, and health. In: BERKMAN, L. F.; KAWACHI, I; GLYMOUR, M. (orgs.). *Social epidemiology*. 2ª ed. New York: Oxford University Press, 2014.

KRIEGER, N. *Epidemiology and the peoples's health*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011.

LEE, Sung-Ha. *et al*. Association of group-level segregation with cardiovascular health older adults: na analysis of data from the Korean Social Life, Health and Aging Project. *Epidemiology and Health,* 45: e2023041, 2023.

LIMA-COSTA, M. F. *et al*. Cohort Profile: The Brazilian Longitudinal Study of Ageing (ELSI-Brazil*). International Journal of Epidemiology*, 52(1): e57-e65, 2023.

LOPES, P. O. *et al*. Age-friendly city: future perspectives for the Brazilian cities. *Dementia & Neuropsychologia*, 15 (3): 295-98, 2021.

LOURENÇO, E. A. S. et al. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 130: 467-86, 2017.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

MERCHÁN-HAMANN, E.; TAUIL, P. L. Proposta de classificação dos diferentes tipos de estudos epidemiológicos descritivos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30 (1): e2018126, 2021.

MICHEL, J. P.; SADANA, R. "Healthy Aging" concepts and measures. *JAMDA*, 18 (6): 460-4, 2017.

MONTEIRO, Luiza Cristina Antoniossi. Estratégias para políticas urbanas que favoreçam todas as (c)idades. In: IVO, Any Brito Leal; FARIAS, Patrícia Marins (orgs.). *Cidade para todas as idades*: pensar o urbano para o bom envelhecimento. Salvador: EDUFBA, 2023. pp. 209-25.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Década do Envelhecimento Saudável*: Relatório de Linha de Base. Resumo. Washington: OPAS; 2022.

QIN, W. et al. Trajectories of depressive symptoms among older African Americans: the influence of neighborhood characteristics and gender. *Aging & Mental Health*, 27 (11): 2220-8, 2023.

RUDNICKA, E. *et al*. The World Health Organization (WHO) approach to healthy ageing. *Maturitas*, 139: 6-11, 2020.

SANTOS, C.; PACIÊNCIA, I.; RIBEIRO, A. I. Neighbourhood socioeconomic processes and dynamics and healthy ageing: a scoping review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19 (11): 6745, 2022.

SERPA, A. "Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea". In: *A cidade contemporânea*: segregação espacial. VASCONCELOS, Pedro Almeida *et al*. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2022. pp. 169-87.

STOKES, J. E. Trajectories of perceived neighborhood quality across the life course: Sociodemographic determinants and implications for wellbeing. *Social Science Research*, 79: 181–193, 2019.

STOKES, J. E.; MOORMAN, S. M. Who are the people in your neighborhood? Neighborhood age composition and age discrimination. *Social Psychology Quarterly*, 79 (1): 68-80, 2016.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2020). *World Population Ageing 2020 Highlights*: Living arrangements of older persons (ST/ESA/SER.A/451), 2020.

UNITED NATIONS. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. *World urbanization prospects: the 2018 revision*. New York: UN; 2019.

VASCONCELOS, P. A. "Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades". In: *A cidade contemporânea*: segregação espacial. VASCONCELOS, P. A. *et al*. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2022. pp. 17-37

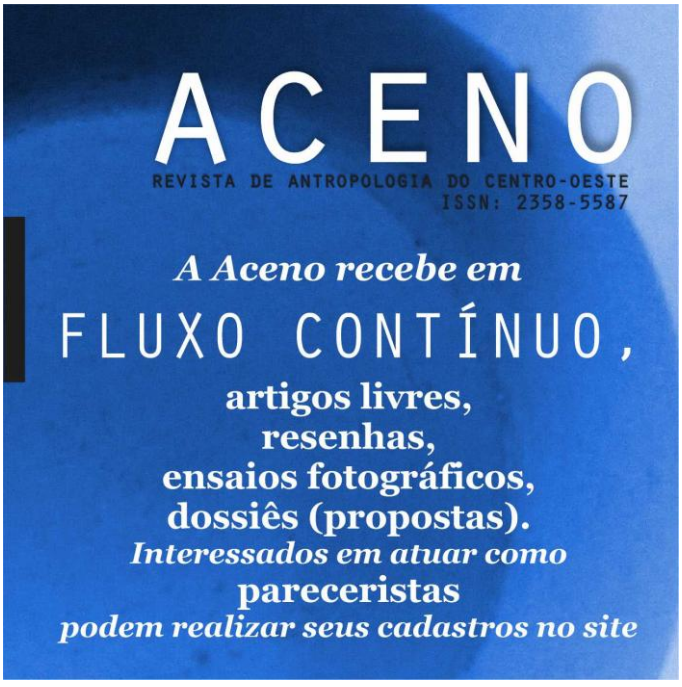
WANG, R. et al. The relationship between visual enclosure for neighbourhood street walkability and elders' mental health in China: using street view images. *J Transport Health*, 13: 90-102, 2019.

WANG, Y. *et al*. Neighborhood Environment and Depressive Symptoms Among Chinese Older Immigrants in the United States: The Mediation Effects of Coping Resources. *Gerontologist,* 62(9): 1278-88, 2022.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

WEDEN, M. M. *et al*. Subjective and objective neighborhood characteristics and adult health. *Social Science & Medicine*, 66 (6): 1256-70, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Multisectoral action for a life course approach to healthy ageing: draft global strategy and plan of action on ageing and health. Report by the Secretariat. *Sixty-Ninth World Health Assembly*. A69/17. Provisional agenda item 13.4, 2016.



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.19208

ACENO

Mulheres da Pequena África:
direito à cidade e à moradia a partir da experiência do projeto Athis "Moradia comum"

Geisa Bordenave[1]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre as dimensões do direito à cidade e à moradia na Zona Portuária do Rio de Janeiro, a partir de pesquisa com mulheres residentes nas ocupações desta região. As reflexões são oriundas de pesquisa qualitativa realizada a partir do projeto ATHIS "Moradia comum", desenvolvido na Gamboa, e que contou com financiamento do Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro (CAU-RJ). Assim, este artigo propõe, a partir dos resultados desta pesquisa, refletir sobre as lutas travadas por estas mulheres para morar e permanecer na Zona Portuária do Rio de Janeiro, e as possíveis contribuições do projeto ATHIS.

Palavras-chave: direito à cidade; Zona Portuária do Rio de Janeiro; direito à moradia; Projeto ATHIS; ocupações.

[1] Professora Adjunta no Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutora em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), especialista em Sociologia Urbana pela mesma instituição, e graduada em Serviço Social (UFRJ). Realizou pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo (PUC-Rio e USP) e em Serviço Social (PUC-Rio). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Social, Vida Cotidiana e Serviço Social – UrbanoSS (UERJ) e do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS-PUC-Rio).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

BORDENAVE, Geisa. **Mulheres da Pequena África: direito à cidade e à moradia a partir da experiência do projeto ATHIS " Moradia comum"** . *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 425-440, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Women of Little Africa:
the right to the city and housing based on the experience of the Athis project "Common housing"

Abstract: This work seeks to reflect on the dimensions of the right to the city and housing in the Port Zone of Rio de Janeiro, with emphasis on the situation of women residing in occupations in this region. The reflections come from post-doctoral research carried out from the ATHIS project "Common housing", developed in Gamboa, and which was funded by the Rio de Janeiro Architecture Council (CAU-RJ). Therefore, this article proposes, based on the results of this research, to reflect on the struggles waged by these women to live and stay in the Port Zone of Rio de Janeiro, and the possible contributions of the ATHIS project.

Keywords: right to the city; Portuary zone of Rio de Janeiro; right to housing; ATHIS. occupations

Mujeres de la Pequeña África:
derecho a la ciudad y a la vivienda a partir de la experiencia del proyecto Athis "Vivienda común"

Resumen: Este trabajo busca reflexionar sobre las dimensiones del derecho a la ciudad y a la vivienda en la Zona Portuaria de Río de Janeiro, con énfasis en la situación de las mujeres residentes en ocupaciones en esta región. Las reflexiones surgen de una investigación posdoctoral realizada a partir del proyecto ATHIS "Vivienda común", desarrollado en Gamboa, y que fue financiado por el Consejo de Arquitectura de Río de Janeiro (CAU-RJ). Por lo tanto, este artículo se propone, a partir de los resultados de esta investigación, reflexionar sobre las luchas libradas por estas mujeres para vivir y permanecer en la Zona Portuaria de Río de Janeiro, y las posibles contribuciones del proyecto ATHIS.

Palabras clave: derecho a la ciudad; Zona Portuaria de Río de Janeiro; derecho a la vivienda; ATHIS; ocupaciones.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

Pensando a cidade a partir das Mulheres da Pequena África

As disputas em torno da produção do espaço urbano no Brasil são de extrema relevância para pensar o contexto das cidades capitalistas, marcadas por uma dinâmica neoliberal que, cada vez mais, aprofunda as desigualdades sociais. As cidades são espaços, por excelência, da luta de classes (MARICATO, 2015), e o acirramento das desigualdades sociais, assim como a feminização da pobreza no espaço urbano (BERTH, 2023) evidenciam a necessidade de pensarmos as cidades considerando como centrais as perspectivas de gênero e raça. Assim, o presente artigo busca realizar reflexões considerando o contexto de uma produção capitalista do espaço que incide de forma desigual e desumana, definido formas de viver e ocupar as cidades (ELPIDIO, 2020).

É neste contexto, de um processo "avassalador de racismo socioterritorial, alimentando pela lógica capitalista de produção do espaço" (ELPÍDIO, 2020: 130), que há de se considerar como central as estratégias de resistência propostas neste artigo. As mulheres da Pequena África e suas estratégias para morar e permanecer no centro da cidade do Rio de Janeiro aparecem neste artigo a partir das agências femininas em relação à produção social do espaço urbano e às disputas em torno do planejamento urbano.

A região central da cidade do Rio de Janeiro, se mostra como lócus privilegiado para, partindo de tal cenário, refletirmos sobre as dimensões do direito à cidade e moradia, buscando compreender de que forma as interlocutoras da pesquisa — as Mulheres da Pequena África — se posicionam e se engajam nas lutas neste contexto. Partimos aqui do pressuposto de que o direito à cidade é, sobretudo, um direito coletivo. Assim como propõe David Harvey (2014) trata-se de compreender tal direito para além do acesso individual ou grupal aos serviços oferecidos no âmbito das cidades. Conforme pontua Agier (2015), a partir da obra de Harvey (2011), a dimensão do direito à cidade se conecta com um apelo pela transformação do urbano, sendo assim, o presente artigo propõe um olhar para a perspectiva de "fazer-cidade dos citadinos": "fazer-cidade é o meio para a instauração do "direito à cidade", aqui e agora" (AGIER, 2015: 483).

A Lei nº 11.888, conhecida como Lei ATHIS, que institui o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social para populações pobres pode ser compreendida como uma conquista nesta esteira de lutas e pressões no âmbito social e que impacta a dimensão legislativa. A Lei ATHIS, no entanto, ainda é vista como não consolidada, e sua efetiva implementação permanece associada a um intenso processo de pressão e negociações (CARDOSO e LOPES, 2022). Desde 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) determinou que todos os conselhos estaduais (e o do Distrito Federal) devem direcionar 2% de seu orçamento para o apoio de ações de assistência técnica em habitação de interesse social. Tal medida tem colaborado para a ampliação do debate e que as experiências do tipo ocorram pelo país, ainda que até o momento, desconectadas de políticas habitacionais mais amplas (BORDENAVE e GONÇALVES, 2023).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

É neste contexto que o presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada junto a um projeto ATHIS desenvolvido na Gamboa[2]. A pesquisa foi realizada partindo do interesse de compreender como tais projetos, que contavam com financiamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ) estavam sendo desenvolvidos nesta região. Na dinâmica de realização da pesquisa, as interlocutoras – Mulheres da Pequena África – se destacam, oferecendo-nos uma perspectiva de análise que é perpassada pelas dimensões de raça e gênero, considerando que no projeto ATHIS em questão as participantes são mulheres negras moradoras da Zona Portuária da cidade.

Está proposta neste trabalho a seguinte organização: no primeiro tópico são trazidas reflexões e dados sobre a Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete e o projeto Moradia Comum. No segundo tópico a discussão se concentra nas Mulheres da Pequena África (moradoras da região e participantes do projeto em questão), considerações metodológicas e dados de pesquisa, que se constituem como o eixo central da discussão proposta. No terceiro e último tópico são suscitadas reflexões acerca da Zona Portuária e das Mulheres da Pequena África.

Cabe destacar que a pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia de observação participante, através da qual a autora acompanhou as reuniões realizadas na Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete durante o ano de 2023, no âmbito da atividade denominada como Mulheres Multiplicadoras (parte do projeto Moradia Comum). Houve também a realização de entrevistas individuais, entre abril e julho de 2024, com as nove mulheres que participaram do projeto.

A Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete e o projeto Moradia Comum

> *Brasileira, negra, mulher da Pequena África, cozinheira. [...] o que eu posso te falar é que a Lanchonete pra mim é a minha casa. Quando a gente construiu a Lanchonete a gente se sentiu um pouco distante, mas depois de um determinado tempo a gente construiu esse lar aqui como o nosso lar. Onde a gente aprendeu a enfrentar o preconceito. Entrar pra Lanchonete foi um grande desafio na minha vida, entendeu? Porque aqui... Quando eu cheguei aqui eu era uma pessoa que... Era uma pessoa cheia de raiva, eu tinha ira dentro do coração, era uma pessoa completamente podre e estragada. No bom sentido que eu quero te falar... Porque sempre os lugares que a gente conseguiu na vida foi um lugar que o negro não tinha autonomia. Aqui nós temos autonomia e autoridade, entendeu? Apesar de que nós temos no nosso patamar acima de nós mais alguém, mais alguém, até que chega o topo, né? Mas pra chegar nesse lugar pra minha pessoa mesmo a Lanchonete foi a minha escola*. (Interlocutora)

Entre os meses de junho de 2023 e julho de 2024 realizei uma pesquisa de campo envolvendo um dos projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) financiados pelo CAU-RJ e em fase de implementação. O projeto eleito para acompanhamento sistemático foi o Moradia Comum, elaborado e implementado pela Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete, localizada no bairro da Gamboa. A Associação atua no território desde o ano de 2016 e "tem como missão fundamental apoiar o desenvolvimento saudável da primeira infância, da adolescência e de mulheres residentes em ocupações da região"[3]. No galpão onde funciona a Lanchonete há uma cozinha coletiva, e diariamente são oferecidas atividades para as crianças e mulheres da região. O projeto, proposto e implementado pelo GT Moradia – grupo formado por arquitetos —

[2] A pesquisa contou com bolsa CAPES (PDPG) de pós-doutorado, vinculada ao Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio entre 2023 e 2024.
[3] Mais informações em: https://www.lanchonetelanchonete.com/nosso-role. Acesso em 17 de julho de 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

consistiu na organização de oficinas de capacitação técnica na área de construção civil para mulheres empobrecidas moradoras da Pequena África, conforme demonstra trecho do projeto apresentado e aprovado pelo CAU-RJ:

> O projeto consiste na organização de oficinas de capacitação técnica na área de construção civil para mulheres empobrecidas moradoras da Pequena África, área central da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário contar com equipe multidisciplinar integrando assistentes sociais, psicólogos, educadores, arquitetos, construtores populares, engenheiros, de forma a, coletivamente, elaborar soluções habitacionais. A partir da análise e questionamento da situação de moradia atual de grande parte das mulheres participantes do projeto, o projeto pretende alcançar soluções alternativas para a construção de unidades habitacionais. (Resumo do projeto Moradia Comum contemplado no edital ATHIS do CAU-RJ 2021)[4]

No que se refere à metodologia, foi privilegiada uma abordagem qualitativa, com realização de pesquisa de campo, que envolveu um processo de observação participante nas reuniões semanais realizadas com as mulheres integrantes do projeto. Assim, a abordagem escolhida tornou possível uma aproximação com as interlocutoras, a participação nas dinâmicas das reuniões e, posteriormente, a realização de entrevistas individuais. As reuniões eram realizadas sempre no período da manhã e nas quartas-feiras, no próprio galpão da Lanchonete. Ao final dos encontros previstos para o ano de 2023, foi realizado um curso prático de construção civil voltado para as mulheres participantes, que, conforme acordado durante as reuniões — também chamadas com frequência de "rodas de conversa" — aconteceu no Quilombo da Gamboa.

A etapa prática do curso teve como objetivo construir um telhado e uma estante para livros no espaço de uso comum do Quilombo da Gamboa. Foram contratados construtores para a capacitação e realização do curso prático durante uma semana do mês de dezembro de 2023. Houve também a participação de profissionais voluntários.

Imagem 1 e 2 - Publicações sobre os encontros das "Mulheres Multiplicadoras" no Instagram da Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete. Fonte: Instagram @Lanchonete.Lanchonete.

[4] Todos os projetos contemplados pelo financiamento CAU/RJ podem ser consultados no site: https://www.caurj.gov.br/.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

As reuniões das quais participei, entre maio e dezembro de 2023, contavam sempre com aproximadamente nove mulheres, sendo seis delas também com algum tipo de vínculo de trabalho com a Lanchonete, e três ligadas a movimentos populares de luta por moradia e sem vínculo de trabalho com a Lanchonete. Os três arquitetos que compõem o GT Moradia eram os responsáveis pela condução das reuniões, sendo dois homens e uma mulher – além de uma estagiária de Arquitetura que participou de algumas das atividades. Durante as reuniões as questões sobre o território, e suas percepções sobre a cidade e a questão da moradia apareciam de forma frequente. Questões pertinentes às histórias de vida também surgiam eventualmente de forma espontânea: lembranças das questões de moradia que tiveram na infância e experiências anteriores com a construção civil na vivência pessoal também surgiam — afinal, a autoconstrução nas periferias e camadas populares não é exceção, mas sim a regra (KOWARICK, 1979). Os relatos eram permeados de informações acerca das dificuldades para ter uma moradia adequada ao longo da vida, e gerava uma identificação entre as participantes bastante evidente.

A partir da reunião em que foi definido que a etapa prática do curso seria no Quilombo da Gamboa, as reuniões passaram a girar em torno desse planejamento: o que seria construído? Como seria essa construção? Quem seria chamado para auxiliar neste processo? Todas as questões foram levadas pelo GT Moradia e pensadas coletivamente com as mulheres participantes, embora as propostas já chegassem previamente discutidas e formuladas pelos arquitetos.

Mulheres da Pequena África: considerações metodológicas e as entrevistas

Entre os meses de abril e julho de 2024 foram entrevistadas nove mulheres que participaram do projeto e do curso prático. Destas, seis possuíam algum tipo de vínculo de trabalho com a Lanchonete-Lanchonete, e três eram integrantes de movimentos populares de luta por moradia e moradoras de ocupações politicamente organizadas na região — Quilombo da Gamboa e Vito Gianotti, localizada no Santo Cristo — e frequentavam a Lanchonete de forma mais pontual.

As nove entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado elaborado pela autora e apresentado à equipe do GT Moradia previamente. Cabe destacar que as entrevistas cumpriram dupla função: de um lado, relevantes para o processo da pesquisa em desenvolvimento, a fim de conhecer melhor as interlocutoras e suas percepções sobre o projeto, e de outro, para dar conta de demanda da equipe do projeto, que apresentou proposta à pesquisadora sobre a realização de uma avaliação. A perspectiva da equipe era de que, a pesquisa pudesse contribuir para o projeto realizando uma avaliação do que havia sido realizado. Desta forma, o roteiro semiestruturado foi pensado também no sentido de possibilitar que as mulheres envolvidas avaliassem tanto o trabalho da Lanchonete, quanto especificamente o projeto Moradia comum e os encontros das "Mulheres multiplicadoras". Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento das interlocutoras, e posteriormente transcritas[5].

[5] Todas as entrevistas foram realizadas em ambiente que garantia a privacidade. Algumas entrevistas foram realizadas na própria Lanchonete (em sala privada), e outras nos lugares de moradia das interlocutoras (Ocupação Vito Gianotti, no Santo Cristo e Quilombo da Gamboa). Ficou acordado que somente as transcrições seriam compartilhadas com a equipe, e não as gravações, para que fosse possível, caso as entrevistadas desejassem, garantir o anonimato de algumas falas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

O roteiro semiestruturado se organizou, resumidamente da seguinte maneira: o primeiro bloco, contava com perguntas pessoais, como idade, arranjo familiar, escolaridade, local de moradia e ocupação de trabalho; o segundo bloco buscava coletar informações sobre as moradias, buscando mapear as condições atuais (e anteriores) de moradia das mulheres (incluindo acesso à água, saneamento e energia elétrica), e percepções delas sobre questões relativas à moradia e o bairro; e o terceiro bloco se concentrava mais especificamente no objetivo da avaliação, contando com perguntas avaliativas sobre o trabalho da Lanchonete e sobre o curso prático desenvolvido no Quilombo da Gamboa. A tabela abaixo traz o resumo de algumas informações coletadas nas entrevistas:

Tabela 1 – Dados básicos das entrevistadas

	IDADE	ESCOLARIDADE	RAÇA/ ETNIA AUTODECLARADA	RESIDÊNCIA	FILHOS	COM QUEM MORA	OCUPAÇÃO/SITUAÇÃO DE TRABALHO
Interlocutora 1	42	Fundamental incompleto	Preta	Ocupação na rua do Livramento	4 filhos (Dois adultos e dois adolescentes)	Companheiro	Zeladora – Lanchonete
Interlocutora 2	47	Fundamental incompleto	Negra	Ocupação Habibs	3 filhos (uma de 15 anos e dois adultos).	Filha de 15 anos e neta de 1 ano.	Cozinha - Lanchonete
Interlocutora 3	60	Fundamental incompleto	Negra	Ocupação na rua da Gamboa	2 filhos adultos	2 filhos e 1 neta	Educadora - Lanchonete
Interlocutora 4	51	Fundamental incompleto	Negra	Ocupação na rua do Livramento	Seis filhos (Idades: 30, 21, 19, 16, 14, 11).	Seis filhos (Idades: 30, 21, 19, 16, 14, 11).	Erva dos saberes - Lanchonete
Interlocutora 5	32	Ensino médio incompleto	Negra	Ocupação na rua do Livramento	Dois filhos (7 e 8 anos).	Dois filhos (7 e 8 anos).	Lanchonete
Interlocutora 6	66	Ensino médio completo (recente)	Negra	Aluguel na Gamboa, rua Leôncio Albuquerque	Não possui.	Sozinha.	Cozinha - Lanchonete
Interlocutora 7	52	Superior. Possui doutorado em Serviço Social	Afro-indígena	Ocupação Quilombo da Gamboa	Companheiro e 2 filhos (26 e 18).	Companheiro e 2 filhos.	Desempregada
Interlocutora 8	25	Ensino médio completo	Preta	Ocupação Quilombo da Gamboa	Não possui.	Sozinha	Comunicadora social – projeto da FASE
Interlocutora 9	49	Ensino médio completo	Preta	Ocupação Vito Gianotti	Não possui.	Sozinha	Ambulante/artesã

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

As interlocutoras têm entre 25 e 66 anos de idade; oito se declararam negras/pretas e uma afro-indígena. No que se refere à escolaridade, quatro informaram ter ensino fundamental incompleto, uma declarou ter ensino médio incompleto e três ensino médio completo; uma interlocutora possui graduação em Serviço Social e doutorado na mesma área. As situações de trabalho/ocupação declaradas possuem sempre algum grau de instabilidade: seis informaram trabalhar na Lanchonete em alguns dias da semana, mas ter outros "bicos por fora", uma informou trabalhar como ambulante, uma declarou que atua junto a uma organização não governamental em um projeto específico (contrato temporário) e uma declarou estar desempregada.

Apenas uma das interlocutoras declarou residir em uma casa alugada na Gamboa. Todas as outras mulheres informaram residir em ocupações — sete delas na Gamboa e uma no Santo Cristo. Apesar de serem todas ocupações as condições de moradia variam: enquanto as ocupações organizadas por movimentos populares de luta por moradia de forma mais consolidada, como é o caso do Quilombo da Gamboa e da Vito Gianotti, relatam condições mais estáveis no que se refere à fornecimento de água e energia elétrica, as demais ocupações possuem condições piores no que se refere a estes serviços. Estas duas ocupações que menciono como tendo uma organização mais consolidada são aquelas onde o sentido político da luta por moradia fica mais evidente.

As falas destas interlocutoras aparecem carregadas de sentidos políticos, que por vezes, não aparecem nas falas das interlocutoras de ocupações mais precárias e sem organização de movimento social. Não se trata aqui de uma hierarquização, ou mesmo de definição de como as lutas se dão, pois apesar das distinções apontadas, parto da compreensão de que todas as ocupações mencionadas, possuem papel político, de questionamento da ordem e envolvem importantes agenciamentos das mulheres que ali habitam.

As condições gerais da habitação aparecem como questões em grande parte das ocupações nas quais residem as interlocutoras, atrelada à insegurança de realizar melhorias em suas moradias e depois sofrerem despejo:

> *A mais esculachadinha lá é a minha, porque é com telha. Chove mais dentro do que fora... Mas tá bom, dá pra proteger do sol e do sereno. Eu sempre falo isso, o telhado. É um desastre. Quando chove... Eu já perdi muita coisa. Ah, o chão da minha cozinha... Não tem chão. Eu queria botar... Cerâmica não... É que eu não sei fazer... Eu já pensei em fazer, pegar o cimento e jogar aquele negócio lisinho, que aí dá pelo menos pra minha neta andar. Dá pra passar um pano. E eles falam "cara, você é tão limpa". Tomara que Deus abençoe e antes de eu morrer eu... Bote pelo menos um piso lá. [voz embargada de choro]. É que eu não tenho condição mesmo. Se eu tivesse eu já tinha me mudado.* (Interlocutora)

> *Eu parei até com a minha obra na minha casa. Meu quarto tá sem piso. Meu quarto tá sem embolsar uma parte. O meu banheiro não tá do jeito que eu quero. Eu tenho medo de a gente gastar dinheiro e depois chegar e tirar a gente com uma mão na frente e outra atrás. Meu medo só é esse, porque a gente gosta de ficar aqui. Quem quer ir pra longe? Eu não quero ir pra longe. Nossa vida é no centro da cidade.* (Interlocutora)

No trecho acima uma das questões que mais aparece nas entrevistas fica explícita: a importância que as mulheres entrevistadas depositam em "morar no centro". Aqui se observa de forma empírica a questão da reivindicação por moradia nas regiões centrais de metrópoles do Brasil. Tal reivindicação traz duas perspectivas centrais: primeiro, passa pelas demandas postas pela realidade concreta destas pessoas. Durante as entrevistas se percebe que muitas mulheres que habitam a região central já residiram em regiões distantes do centro — algumas em

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

regiões da Baixada e/ou Zona Oeste — e consideram a região central mais favorável para morar por alguns motivos. Elas destacam a maior possibilidade de conseguir trabalhar no centro — muitas trabalham como ambulantes e realizam "bicos"[6] variados — além de maior facilidade de acessar serviços no âmbito de políticas públicas, tais como Saúde e Assistência Social.

A possibilidade de residir em ocupações de imóveis ociosos, apesar das condições precárias, como é o caso da maioria das entrevistadas nesta pesquisa, traz também a vantagem de não precisar arcar com os custos de um aluguel — inacessível para muitas destas mulheres. Morar nestas ocupações, muitas vezes de forma precária, é a alternativa encontrada para acessar minimamente o "direito à cidade" (LEFEBVRE, [1968] 2008), que garantiria o acesso a serviços e infraestrutura necessária para a vida dos sujeitos na cidade (PATERNIANI, 2013; LIMA e ARAÚJO, 2012; HARVEY, 2008).

A noção de provisoriedade[7] perpassa sempre, em alguma medida, as moradias em ocupações: seja pelo medo de despejo — durante a realização das entrevistas, uma das mulheres havia recebido em sua ocupação o aviso de uma reintegração de posse iminente — seja pelo horizonte de mudança intencional. A ocupação é encarada pelas interlocutoras como uma solução transitória, sempre havendo o horizonte de mudança para uma situação mais confortável. No caso do Quilombo da Gamboa, por exemplo, que é um projeto organizado contemplado recentemente pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades (assim como é o caso da Vito Gianotti), a maior parte dos moradores atualmente reside em uma casa de madeira provisória. Uma interlocutora que reside no Quilombo relata:

> *Essas casas elas foram feitas no final de 2019, e elas tem uma validade útil de 5 anos. Ou seja, esse ano já estoura a validade útil dela. Então a gente já pode ver várias avarias, várias coisas, entendeu? Que vai deteriorando com o tempo... Até por ser madeira, não ser uma madeira tratada como foi ali no projeto. [...] A gente vê que o assoalho já não está a mesma coisa, por causa de questão de pegar chuva e tal. Foi projetado assim muito rápido, e aquele negócio de ser projetado muito rápido, não foi pensando assim de forma que batesse chuva... Pensasse uma telha que batesse chuva e não molhasse o assoalho em baixo, as janelas. Então assim, a telha de zinco esquenta muito... Por ser de madeira, esquenta muito também. Então é uma coisa assim, que dentro da casa quando tá verão mesmo, chega a ficar uns 39, 40 graus dentro da casa. Então é incômodo, muito incômodo.*

A Lanchonete aparece nos relatos/avaliações das interlocutoras como uma rede de apoio importante. Seis das entrevistadas, como mencionado, possuem relação de trabalho com a Lanchonete, sendo a única ou principal fonte de renda. As atuações são variadas, sendo as principais: educadora, zeladora e cozinheira. Destas seis mulheres, cinco possuem filhos, e identificam a Lanchonete também como rede de apoio para suas famílias. Além de avaliarem positivamente a atuação da Lanchonete, a atividade das "Mulheres Multiplicadoras" e do curso prático são relatadas com entusiasmo:

> *Ah, não tem nem como falar... É muita coisa que nós tem que falar... Mora dentro do meu coração, porque ela dá apoio pra gente de verdade. Ainda mais a gente que fomos mulheres multiplicadoras. Isso foi da nossa, vamos dizer, era oito mulheres, e as oito mulheres bolou esse nome: mulheres multiplicadoras.* (Interlocutora)

> *Ah, foi maravilhoso. Aprendemos a fazer buraco. Eu não sabia fazer fundação, eu não sabia. Aprendemos a fazer uma parede linda, que tá lá, que é a biblioteca, pra*

[6] "Bico" é a categoria utilizada para designar trabalhos remunerados informais realizados de forma pontual, os mais frequentes são de limpeza e vendedora de produtos diversos no espaço público (ambulante).
[7] Utilizo aqui a categoria provisoriedade para pensar as falas das interlocutoras, não sendo, no entanto, este termo utilizado por elas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

> *poder botar os livros. A ferragem também foi linda, a montagem da ferragem eu também peguei.* (Interlocutora)

O trabalho realizado pela Lanchonete junto às crianças aparece de forma frequente nos relatos — além de ser a principal linha de atuação da organização, também adquire relevância junto às interlocutoras, considerando que a maior parte delas, conforme mencionado possuem filhos e são as principais responsáveis pelo cuidado deles (algumas também se responsabilizam pelo cuidado de netos). Na fala a seguir uma das interlocutoras, que no dia da realização da entrevista havia recebido uma ordem de despejo na ocupação em que reside, menciona "morador de rua" em alusão ao argumento da Justiça para a ação de despejo: segundo ela, a Defensoria teria informado que um dos argumentos para o despejo seria o fato de que os moradores daquela ocupação seriam "moradores de rua que invadiram".

> *Essa Lanchonete aqui é uma mãe pras crianças. Eu sempre bato isso na tecla. Nós lidamos com crianças aqui dentro, criança que o Estado não quer ver. Criança do Habibs o Estado não quer ver, porque é filho de morador de rua, como eles abrem a boca e fala. Se é morador de rua pra que que querem ver? O Estado vai querer ver isso aí? Não, né? Criança da Elma, a maioria que tem aqui são da Elma. É uma ocupação, que graças a essa Lanchonete, que colocou essas mães aqui dentro (...) Tantas e tantas mulheres que tem aqui dentro, que não tinha a oportunidade, como eu também não tinha. Nós hoje sabe onde é o caminho da Prefeitura, nós sabe o caminho de nós ir na Receita Federal, nós sabe o caminho de ir para o Fórum, na Câmara dos Vereadores. Nós agradecemos disso daqui e aprender palavras pra cobrar o que é nosso na hora certa.* (Interlocutora)

Imagem 3 – Curso prático de capacitação do grupo de Mulheres Multiplicadoras. Dezembro de 2023. Foto: Gorete, moradora do Quilombo da Gamboa e militante da CMP.

Cabe destacar que o lugar que a Lanchonete parece ocupar na vida das interlocutoras que possuem relação próxima com a organização é de um apoio importante, que, portanto, colabora para produzir modos de resistência (FOUCAULT,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

1985: 82). Tais modos se constituem por diversos arranjos, agenciamentos cotidianos e vínculos diversos estabelecidos com diferentes agentes, instituições estatais e não-estatais (como é o caso da Lanchonete).

Zona Portuária do Rio de Janeiro e as Mulheres da Pequena África

> *O próprio censo aponta que a região portuária está carente das políticas públicas básicas como educação, saúde, geração de trabalho e renda, lazer e cultura... Então pra mim, inclusive como pesquisadora e ativista principalmente, eu vejo que essa própria lógica do Estado atuar na cidade... É, de fato, é... Como eu posso dizer? Atua de costas pra própria população que mora aqui. Privilegia as grandes construtoras, enfim... A própria operação consorciada que começou aqui em 2009 pela Prefeitura, nada fez no que diz respeito a atender a habitação, a população que mora, por exemplo, nas ocupações. Então não fez nada de moradia popular aqui.* (Interlocutora)

A Zona Portuária é, desde o início do processo de urbanização, marcada por uma perspectiva higienista, ou seja, por remoções e tentativas de impedir as populações pobres e majoritariamente negras, de morar e permanecer nesta região (VAZ, 1994). A região é formada por um conjunto de bairros — Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo — que, por conta de sua conexão com o comércio de escravos no período colonial, é hoje reconhecida como uma região que remete a um Circuito de Herança Africana na cidade.

O projeto de revitalização Porto Maravilha envolveu três bairros da região, não abrangendo a área do Caju. Assim, trata-se de uma região que funcionou como a principal entrada de negros escravizados, e tem sido desde a década de 1980 apontada como uma região culturalmente ligada à herança africana, sob uma perspectiva da patrimonialização (GUIMARÃES, 2011). Trata-se de uma região também historicamente associada às resistências populares: foi onde existiu o maior cortiço da história, o Cabeça de Porco, que acolheu cerca de 4 mil pessoas e foi destruído no contexto das reformas urbanas e higienistas que marcaram o século XIX no Rio de Janeiro (CHALHOUB, 2006; LOPES, 2000).

Desde o projeto do Porto Maravilha — uma grande parceria público-privada iniciada no ano de 2009, visando grandes obras e transformações urbanas voltadas principalmente para a dimensão turística (MONTEIRO, 2023) — que pretendia realizar uma "revitalização" desta região da cidade, a região permanece sofrendo profundas transformações (SOUTY, 2013). No contexto dos megaeventos realizados na cidade – Olimpíadas e Copa do Mundo – tais conflitos/disputas e processos de expulsão se acentuaram (FAULHABER e AZEVEDO, 2015), e tem tido desdobramentos e aprofundamentos até o presente momento.

A fala inicial deste tópico, de uma das interlocutoras da pesquisa, e moradora do Quilombo da Gamboa, nos traz este olhar: a perspectiva de que a Zona Portuária permanece como uma região da cidade que é marcada pela precariedade de serviços e políticas públicas, mas sobretudo por uma gigantesca contradição. Há em curso um intenso processo de mercantilização da cidade, e a iminência da inauguração de empreendimentos imobiliários de grandes proporções voltados para as classes médias, que vem reforçando a lógica de uma divisão racial do espaço urbano (BERTH, 2023). A tensão com relação à inauguração destes empreendimentos imobiliários apareceu com frequência durante a pesquisa a partir das falas das interlocutoras. Há, portanto, uma leitura bastante lúcida da realidade política trazida pelas interlocutoras, que enxergam com severas críticas e desconfianças o privilegiamento dos interesses de empreiteiras e classes médias, em detrimento das necessidades das classes populares que ali habitam.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

As contradições que podem ser percebidas nesta região da cidade não são elementos novos na realidade social. As ocupações urbanas são parte importante do cenário que constitui a Zona Portuária, assim outras localidades da região central da cidade do Rio de Janeiro. Conforme destaca Fernandes (2018) entre 2004 e 2008 surgiram algumas ocupações autogestionárias na Zona Portuária da cidade, foram elas: Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Flor do Asfalto, Quilombo das Guerreiras, e Machado de Assis. Cada uma com suas particularidades e trajetórias distintas, mas todas criadas em um contexto político que parecia favorável aos movimentos populares de luta por moradia, afinal, atravessávamos o primeiro mandato presidencial de Luís Inácio da Silva "e uma de suas promessas de campanha era que em seu governo prédios públicos em desuso seriam transformados em moradia popular" (FERNANDES, 2018: 220).

Considerações finais

Os projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) financiados pelo CAU-RJ, conforme discutido ao longo deste trabalho, se apresentam de forma pontual, o que compromete seu alcance e resultados. Além disso, a perspectiva extremamente restrita no que diz respeito à compreensão da multidisciplinaridade necessária em projetos desta natureza faz com que as críticas sejam necessárias: é preciso avançar tanto no que se refere à perspectiva legal — buscando a atualização da Lei de ATHIS — mas também na compreensão do trabalho social como componente, caso estejamos apontando para uma perspectiva de ATHIS mais conectada com as políticas públicas.

Torna-se necessário pensar as iniciativas de ATHIS para além de uma perspectiva meramente técnica e de prestação de serviços, apontando para o avanço de uma noção multidisciplinar, com destaque para o trabalho social — que a rigor, não pode ser desenvolvido por profissionais de Arquitetura. Apesar destas considerações, é relevante mencionar que o referido projeto, ainda que com parcos recursos e equipe restrita, fomenta a atuação de uma organização que já possui antiga e importante conexão com o território da Gamboa. Este é um elemento que pode ser percebido nos projetos contemplados nos últimos editais do CAU-RJ: há uma tendência de contemplar com o financiamento projetos propostos por organizações que já possuem reconhecida atuação no território, colaborando em alguma medida para o fortalecimento comunitário. Assim, é possível constatar efeitos positivos no que se refere à implementação do projeto, ainda que com as ressalvas apresentadas.

As mulheres da Pequena África, que se constituem como eixo central da presente pesquisa, se destacam como sujeitos políticos neste campo. Moradoras de ocupações na região da Zona Portuária e participantes ativas de um processo permanente de construção da cidade — pensando em uma perspectiva de direito à cidade e à moradia e sua perspectiva coletiva — se revelam como as que resistem e constroem a cidade em sua vida cotidiana. Não se trata de destacá-las enquanto sujeitos políticos sob uma perspectiva romantizada, mas sim de perceber suas virações e resistências como essenciais para que permaneçam habitando uma região da cidade que se encontra no centro de uma série de disputas políticas e de mercado.

Embora os projetos ATHIS possam ser compreendidos a partir de suas insuficiências, cabe destacar que o Moradia Comum parece contribuir para a organização e formação políticas das interlocutoras desta pesquisa. Muitas percebem a inserção no projeto como uma porta de entrada para uma perspectiva mais crítica

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

e combativa politicamente, outras, que já possuíam uma trajetória política na luta por moradia, percebem como oportunidade de aprofundamento e parceria com outras mulheres da região.

Recebido em 20 de setembro de 2024.
Aprovado em 15 de dezembro de 2024.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21 (3), 2015.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BORDENAVE, Geisa; GONÇALVES, Rafael Soares. Regularização fundiária e co-produção da cidade: o projeto ATHIS na Chácara do Catumbi (RJ). *Revista de Políticas Públicas*, 2023.

BORDENAVE, Geisa. Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS. *Revista Katálysis*, 26 (3): 487-94, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

BRASIL. *Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

BRASIL. *Lei 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 dez. 2008.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 24, 2022.

CARDOSO, Fernanda Simon; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. In: *XV Colóquio Internacional de Geocrítica–Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*, Universidade de Barcelona, 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

CARVALHO, Patryck. Regularização fundiária, projetos de urbanização e redução das precariedades. In: UEMURA, Margareth Matiko; NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar (orgs.). *ATHIS para o direito à moradia*. São Paulo: Instituto Pólis, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

ELPIDIO, Maria Helena. Do quilombo às favelas: faces do racismo territorial na produção das cidades. In: FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine (orgs.). *Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital*. Belo Horizonte: Navegando publicações, 2020a.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO Lena. *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Adriana dos Santos. Imagens da precariedade, governo dos pobres e implicações etnográficas. *Sociedade e Cultura,* 21 (2): 219-40, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GRAZIA, Grazia de; RODRIGUES, Evaniza. Uma alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. *Revista Rio de Janeiro*, 9: 11-21, 2003.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. A utopia da pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), UFRJ. 2011.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Le capitalisme contre le droit à la ville. Néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

LANCHONETE – Lanchonete. Rio de Janeiro. Instagram: @Lanchonete, 2025.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968], 2008.

LIMA, Lucas Marinho; ARAÚJO, Mayara. *Notas sobre o direito à moradia digna*, 2010.

LOPES, Myrian. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LORETO, Leslie. *Assessoria e Assistência técnica no Rio de Janeiro: reflexão crítica sobre a práxis*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, 25, 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

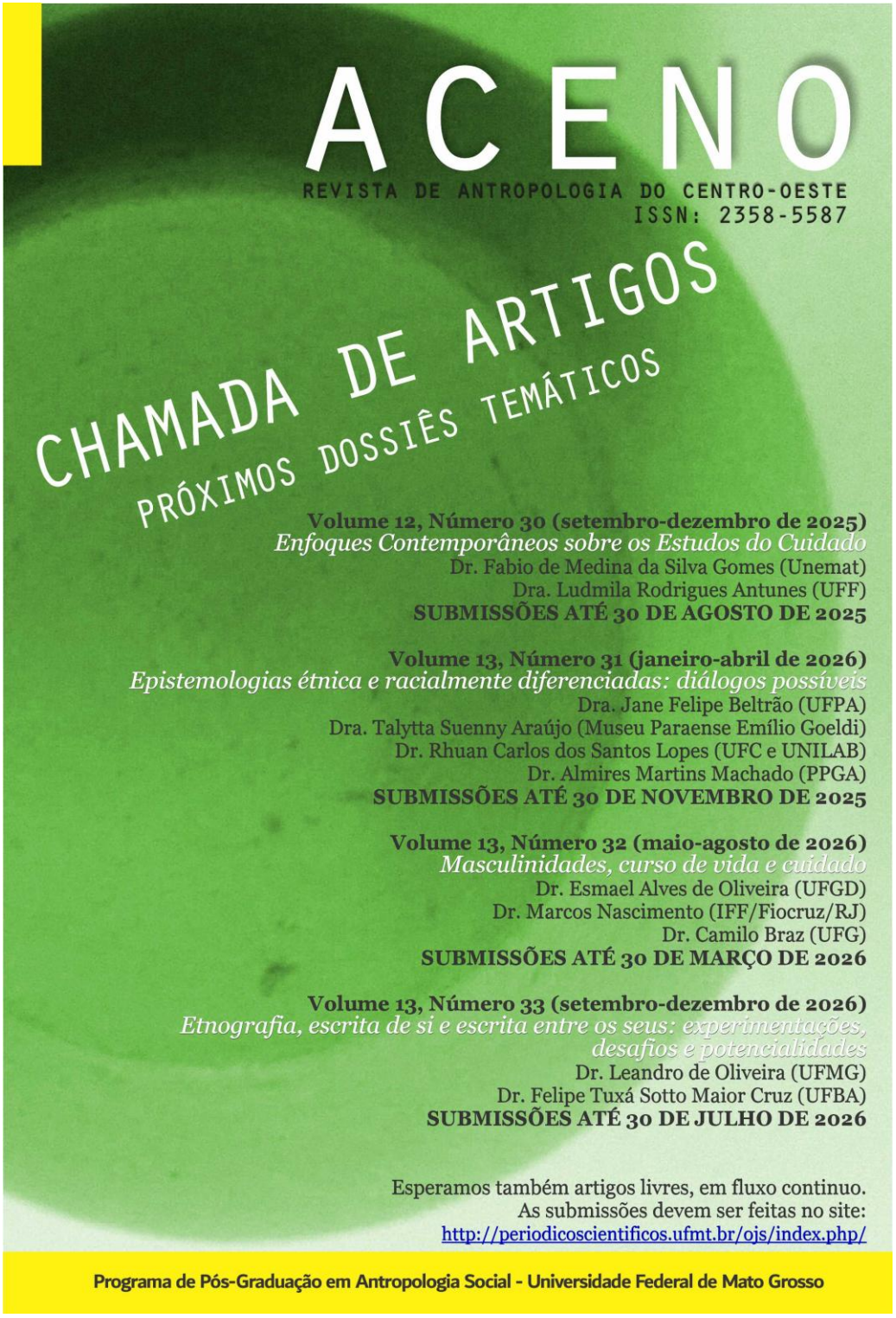
PATERNIANI, Stella Zagatto. Movimento é movimento, governo é governo? a luta por moradia e a política habitacional em São Paulo. In: *Colóquio Internacional de Doutorandos/As do CES*, 4: 6-7 dez. 2013, Coimbra, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Prefácio. In: PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. (orgs.). *Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. *Revista Memória em Rede*, 3 (9), 2013.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, 29 (127), 1994.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18409

ACENO

O dano social provocado pelo discurso anticientífico estatal-corporativo
e a representaçao midiática sobre o uso do "kit-covid"

Karine Agatha França[1]
Universidade Federal de Santa Catarina

Felipe da Veiga Dias[2]
Atitus Educação

Lucas da Silva Santos[3]
Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo: O estudo busca saber de que maneira o discurso anticientífico produzido pelo Estado brasileiro com o "kit-covid" se enquadra na categoria de dano social estatal-corporativo? A proposta teórica é baseada na literatura sobre o dano social, de forma inter e multidisciplinar. A metodologia utilizada é de cunho dedutivo, com auxílio do método monográfico e da técnica da documentação indireta. Conclui-se que o Governo Federal brasileiro, aliado a indústria farmacêutica, intensificou a produção de danos sociais contra a população interna, utilizando-se de discursos anticientíficos, notícias falsas e desinformação.

Palavras-chave: dano social; kit-covid; negacionismo; mídia.

[1] Doutoranda em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa CAPES. Mestra em ciências criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa CAPES. Advogada.
[2] Pós-doutor em Ciências Criminais pela PUCRS. Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) com período de Doutorado Sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito/Mestrado, Escola de Direito Atitus Educação. Professor da Atitus Educação (Passo Fundo/RS). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Criminologia, Violência e Controle".
[3] Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduado em Direito pela Faculdade Meridional (IMED). Advogado inscrito na OAB/RS.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

FRANÇA, Karine Agatha; DIAS, Felipe da Veiga; SANTOS, Lucas da Silva. **O dano social provocado pelo discurso anticientífico estatal-corporativo e a representação midiática sobre o uso do " kit-covid"** . *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 441-456, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

The social damage caused by the state-corporate anti-scientific discourse
and the media representation about the use of the "kit-covid"

Abstract: The study seeks to know how the anti-scientific discourse produced by the Brazilian State with the "kit-covid" fits into the category of state-corporate social damage? The theoretical proposal is based on the literature on social damage, in an inter and multidisciplinary way. The methodology used is deductive in nature, with the aid of the monographic method and the technique of indirect documentation. It is concluded that the Brazilian Federal Government, together with the pharmaceutical industry, intensified the production of social harm against the internal population, using anti-scientific speeches, fake news and misinformation.

Keywords: social harm; kit-covid; denialism; media.

El daño social causado por el discurso anticientífico estado-corporativo
y la representación mediática sobre el uso del "COVID-kit"

Resumen: El estudio busca saber cómo el discurso anticientífico producido por el Estado brasileño con el "kit-covid" encaja en la categoría de daño social estatal-corporativo. La propuesta teórica se fundamenta en la literatura sobre daño social, de manera inter y multidisciplinaria. La metodología utilizada es de carácter deductivo, con la ayuda del método monográfico y la técnica de la documentación indirecta. Se concluye que el Gobierno Federal brasileño, junto con la industria farmacéutica, intensificó la producción de daño social contra la población interna, utilizando discursos anticientíficos, fake news y desinformación.

Palabras clave: daño social; kit-covid; negacionismo; medios de comunicación.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

A perspectiva voltada para o desenvolvimento do presente estudo se funda, não apenas relação as instituições totais e aos métodos de controle social a níveis institucionais que envolvem o processo de medicalização de corpos, mas, sobretudo, na observação dos atos governamentais enquanto processos de produção de danos sociais massivos ligados a autorização, produção e comercialização de medicamentos, sem comprovação científica, como o caso da pandemia de Covid-19 no Brasil. O marco teórico da criminologia crítica, baseado na teoria do dano social, é fundado em bases epistemológicas da sociologia, antropologia, filosofia, sobretudo, a partir de um arcabouço teórico inter e multidisciplinar, que não restringe o seu objeto de estudo aos atos tipificados penalmente. Assim, o plano jurídico é levado em consideração nesta pesquisa, mas não limita a amplitude observacional dos danos sociais produzidos pelos atores poderosos como Estados e grandes corporações.

Com base nisso, o problema de pesquisa é formulado de modo a compreender como o discurso anticientífico produzido pelo Estado brasileiro, através do "kit-covid", se enquadra na categoria de crimes de Estado? A indagação indica um objetivo geral que é o de mensurar as espécies de danos produzidos pelo governo federal brasileiro, sem qualquer pretensão de totalidade, mas, sim, de compreender se esses atos estariam de acordo com as definições jurídicas dos crimes de Estado e, a partir dos resultados, discutir a respeito dos estudos da teoria do dano social, de modo a possibilitar reflexões sobre aquelas condutas que fogem do escopo legalidade-ilegalidade. A relevância desta pesquisa se insere na preocupação com os danos sociais produzidos à população por ações e omissões estatais, sobretudo, em um contexto que conta com a divulgação do aumento da lucratividade da indústria farmacológica, em razão da produção e comercialização de medicamentos para tratamento de doenças (não necessariamente a Covid-19). Isto denota uma relação compartilhada entre interesses públicos e privados que merece atenção, para além das definições jurídico-penais.

Danos sociais estatais-corporativos e o debate criminológico crítico inter e multidisciplinar

A discussão sobre o marco teórico desta análise se inicia pela matriz criminológica crítica, mais precisamente na delimitação do seu papel no contexto global e das grandes transformações políticas e econômicas que marcam as décadas de 1970 e 80, quando a vertente passa a enfrentar e resistir à máxima expansão do capitalismo financeiro, às políticas neoliberais, às novas ressignificações das esferas de controle social, racial, de gênero e neocoloniais (ANDRADE, 2003). A fim de realizar pretensões de denúncia diferenciadas, o campo em questão realiza a sua própria ruptura epistemológica proporcionando uma nova ampliação acerca dos discursos até então propagados, voltados as concepções tecnocráticas e dependentes do direito penal, para a criminologia crítica. Transforma-se o olhar

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

epistemológico para uma análise sobre as relações existentes entre a formação e a mantença das grandes potências que estruturam o sistema de produção capitalista neoliberal e que são responsáveis pelo acirramento das desigualdades sociais, econômicas e políticas[4], deixando um rastro de danos sociais[5] pelo mundo.

A partir das grandes transformações no centro das sociedades capitalistas, se inicia um debate criminológico voltado aos novos construtos teóricos a respeito de outra forma de abordagem sobre a criminalidade, ou "situações-problema" (HULSMAN, 1986), no contexto globalizado. Dentre elas estão os danos sociais ou a zemiologia, bem como as demais ações rotinizadas pelos Estados, em conluio com os mercados e grandes corporações (BARAK, 2017; HILLYARD e TOMBS, 2018; MORRISON, 2012; SARMIENTO *et al.*, 2017; BÖHM, 2020). Nesse sentido, autoras (es) repensaram e propagaram alternativas terminológicas a respeito dos conceitos de "crime", "criminoso" e até mesmo da própria "criminologia". Isso tudo com vistas a transformar a linguagem criminológica punitivista em um viés sociológico mais crítico, buscando romper e se emancipar diante do sistema de justiça criminal. O criticismo criminológico está em apontar que a base de operacionalidade seletiva da criminalização/neutralização de alguns grupos específicos da sociedade como as populações marginais que possuem "bens negativos" (BARATTA, 2002), também gera a imunização e proteção das condutas legais e ilegais praticadas por agentes poderosos (ANDRADE, 2003; HILLYARD e TOMBS, 2018).

No entanto, a amplitude do estudo sobre os danos sociais deve ser entendida não como uma forma de incentivar a criminalização ou expansão dos mecanismos punitivos do Estado sobre as condutas de agentes identificados como poderosos, mas de utilizar dessas análises e pesquisas sobre a atuação criminosa dos Estados, mercados e corporações para desmistificar o imaginário social (SILVA FILHO, 2010). Isso porque, o imaginário social ainda é levado, tendenciosamente, a identificar como delitos graves apenas as condutas reconhecidas pela "criminalidade de rua", as quais se referem às condutas individuais motivadas por crimes patrimoniais, e a ignorar outras espécies de lesões mais graves, que provocam vitimizações massivas (BARATTA, 2002; COLOGNESE e BUDÓ, 2018). Assim, busca-se expandir a lente seletiva atribuída ao pensamento social, de modo a compreender e identificar os verdadeiros responsáveis pelos processos de vitimização de massa e práticas genocidas.

No mesmo sentido, há um amplo debate em torno da categoria da criminalidade dos poderosos que está sendo levantada no século XXI. Morrison (2012) explica que esses debates ainda enfrentam grandes dificuldades no sentido de se desvincular das ciências penais já que parte das condutas dos agentes poderosos (Estados-corporações) que não são tipificadas como crime. A explicação passa pelo fato de que esses mesmos agentes, muitas vezes, são as pessoas que produzem ou influenciam nas normatizações. Morrison também esclarece que através

[4] Valioso indicar que Schwarcz (2019: 126) sintetiza alguns dos principais dados acerca da desigualdade enquanto problema globalmente gerado no modelo capitalista, trazendo dados de órgãos como a Oxfam. Além disso, a autora correlaciona as contribuições de outros autores sobre o tema como Piketty e Milá, por exemplo, a fim de demonstrar o quadro da desigualdade no Brasil e como tal situação se conecta tanto ao modelo econômico quanto a opções políticas dos governos nacionais em não adotarem tal problema como foco a ser combatido.

[5] Devido à grande abstração sobre as tipologias dos crimes dos poderosos, trata-se aqui de pormenorizar o dano social estatal-corporativo, que está inserido nas atividades relacionadas ao denominado mercado corporativo, o qual compõe os crimes praticados pela indústria mineradora, petrolífera, alimentícia, agropecuária, farmacológica, de energia, seguros, tabaco, bem como que são regidas geralmente por meio de empresas oligopolizadas (BARAK, 2017).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

do desenvolvimento dos acontecimentos históricos mundiais, a criminologia tradicional se manteve inteiramente racista e excludente, mencionando tal realidade como um verdadeiro apartheid criminológico.

As grandes corporações são protegidas por meio da criação de mecanismos legais que permitem que indivíduos lucrem com suas atividades produtivas (i)legais, sem serem responsabilizados pessoalmente pelos danos que cometem ou vierem a cometer. Assim, uma grande corporação pode ser processada por eventuais crimes, sem, no entanto, apontar os sujeitos responsáveis (proprietários e acionistas), uma vez que não podem ser definidos como a "corporação por definição" (BARAK, 2017: 68). Tombs e Whyte (2015) elencam a existência de um duplo movimento neoliberal que intensificou a criminalidade estatal-corporativa, especialmente nas últimas quatro décadas, como de um lado a ostensiva ascensão das oportunidades lucrativas do sistema econômico e de outro a minimização dos enfrentamentos dos impactos socioambientais oriundas das atividades corporativas.

A operacionalidade da indústria farmacêutica na produção de danos sociais

A partir desta análise, o desenvolvimento teórico do trabalho se conecta às dinâmicas das ações corporativas-estatais e mercadológicas presentes nos estímulos governamentais quanto ao uso de medicamentos, sem comprovação científica, durante a pandemia da Covid-19. Para tanto, houve o envolvimento de agentes da indústria farmacológica, na (re)produção da lógica capitalista exploratória e neoliberal que intensifica os danos sociais. A indústria farmacêutica é responsável por fomentar uma ampla rede de comercialização e distribuição de produtos medicamentosos com a finalidade de satisfazer os mais variados objetivos, a exemplo de tratamento de saúde, medicamentos para estímulos da capacidade cognitiva e produtos difundidos como fórmulas mágicas para a prevenção de doenças, muitas vezes, desnecessárias e prejudiciais (GØTZSCHE, 2013).

A relação imbricada entre as ações estatais e a indústria farmacológica está na forma com que suas ações estão voltadas para satisfazer apenas os interesses econômicos e políticos de determinados grupos da sociedade, geralmente detentores de "bens positivos" que, de alguma maneira, retroalimentam esse sistema de poder (BARATTA, 2002). Os danos sociais provocados pela indústria farmacológica são legitimados e autorizados pelas políticas ideológicas neoliberais através dos Estados e mercados como, por exemplo, a interferência legislativa que, ao invés de coibir determinadas ações prejudiciais, as permite e regulamenta para ganhos econômicos (RAWLINSON e YADAVENDU, 2015; TOMBS e WHYTE, 2015). Nesse norte, quando se reflete sobre as consequências de experimentações farmacológicas sem comprovação científica sobre a população durante a pandemia, parece haver uma espécie de verniz que esculpa/justifica danos ou abusos de direitos por meio do discurso da "emergência" ou, em uma breve analogia, a retórica neoliberal da falta de alternativas (BROWN, 2019: 78-9).

As técnicas de negação de danos utilizadas por agentes poderosos (ZAFFARONI, 2012; COHEN, 2013), podem ser identificadas nos crimes ligados à indústria farmacêutica e ao seu apoio estatal, pois operam de forma sofisticada frente aos danos cometidos, no sentido de que suas ações, por mais depredatórias que

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

sejam, são relatadas como inevitáveis e/ou naturais (BAKER, 2019)[6]. Tratam-se de ações que vão desde suborno de funcionários públicos, uso de instrumentos perigosos de fabricação, negligência e fraude de testes de segurança de medicamentos até manipulação de produções e evidências científicas sobre falsos benefícios medicamentosos, como também de protecionismo jurídico como forma de defender as práticas restritivas sobre o acesso a determinados fármacos (RAWLINSON, 2017).

As indústrias farmacológicas como a Pfizer (EUA), Novartis (Suíça), Sanofi-Abentis (França), Merck (EUA) e GlaxoSmithKline (Reino Unido), no ano de 2012, formaram uma receita líquida que ultrapassou 50 bilhões de dólares. Em 2013, o mercado de produtos farmacêuticos global somou cerca de 300 bilhões de dólares por ano, com previsão de ganhos em até 400 bilhões de dólares nos três anos subsequentes (RAWLINSON e YADAVENDU, 2015). No mesmo sentido, apenas no ano de 2014, mais de 14 bilhões de dólares oriundos da comercialização de medicamentos, produtos nutricionais e serviços hospitalares foram destinados para setores do mercado e consumidores com grande poder aquisitivo. Dentre estes valores, quase 5 bilhões de dólares foram utilizados por fabricantes de medicamentos controlados por campanhas de marketing que estimulam o aumento dos preços dos medicamentos e que também promovem tratamentos de custos elevadíssimos e desnecessários (RAWLINSON e YADAVENDU, 2015). No caso do ramo farmacêutico durante a pandemia de Covid-19 (dados referentes ao período de 2020-2021), houve um recorde na lucratividade de empresas conforme informações divulgadas pelo Conselho Federal de Farmácia (2021), em especial no tocante a produção de imunizantes, mas que posteriormente será igualmente verificado na comercialização de medicamentos ineficazes.

O campo das pesquisas médicas sempre esteve presente como parte da lógica de mercantilização dos serviços de saúde, tendo como objetivo a lucratividade acima de qualquer valor ético e proteção de vidas humanas. Países de capitalismo avançado têm transferido as atividades de suas indústrias farmacêuticas para outros em desenvolvimento, com o objetivo de explorar mão-de-obra barata, se instalar em locais demarcados pela fraca regulamentação jurídica e, geralmente, com alto nível de pobreza. O que foi condenado na Alemanha nazista como crimes contra a humanidade agora é reduzido ao rótulo de antiético[7] (DAVIS, 2018; RAWLINSON e YADAVENDU, 2015).

Além disso, há inúmeros casos em que empresas transnacionais foram sancionadas e seus agentes responsabilizados, no entanto, sem qualquer efeito, pelo contrário, ressurgiram lucrando ainda mais e expandindo seus negócios financeiros (BRAITHWAITE, 2013). Essa afirmativa é confirmada no caso da condenação da GSK, que é o sexto maior grupo farmacêutico em atividade no mundo, e acabou sendo condenada a pagar multas consideráveis (cerca de 3 bilhões de dólares)

[6] Na pesquisa de Braithwaite (2013: 2, tradução nossa), o autor ressalta um trecho da entrevista realizada com um dos homens mais poderosos da indústria farmacológica australiana, cujo discurso proferido representa a verdadeira hostilidade detrás dos danos que os detentores de poder ocasionam: "Nos negócios, você pode encontrar um monte de bandidos fedorentos e sujos. Então você precisa se comportar como um bandido, caso contrário você se perde".

[7] Outros casos que alertam para os danos provocados pela indústria farmacêutica são pesquisas realizadas em Tuskegee/Alabama entre os anos de 1932 a 1972, onde 201 homens negros foram contaminados propositalmente pela sífilis, sem consentimento e, quando encontrada a cura para a doença, esta foi negada às cobaias humanas, gerando mais de 100 mortes; às pesquisas realizadas em crianças nigerianas em 1996, resultando na morte de 11 e causando deformações em outras 200; os estudos realizados pelo Instituto de Psiquiatria da Grã-Bretanha, no ano 2000, indicando que negros que vieram do Caribe para a Grã-Bretanha tinham seis vezes mais chances de serem diagnosticados por esquizofrenia do que os brancos, sem qualquer motivação biológica; já em 1994, realizaram-se testes em 25 crianças saudáveis, na Serra Leoa/África, "introduzindo via oral dois a três litros de solução hiperosmolar, até produzirem a eliminação de secreção líquida pelo ânus, sem resíduos fecais", o que causou enormes danos (OLIVEIRA, 2003: 39).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

por fraudes em relação aos seus medicamentos. No caso em questão a empresa vendia:

> Wellbutrin, um poderoso antidepressivo, como pílula de emagrecimento, o que é criminoso. Vendeu Avandia, escondendo os resultados das suas pesquisas que apontavam o aumento de riscos cardíacos provocados pelo medicamento. Vendeu Paxial, um antidepressivo usado para jovens com tendências ao suicídio que, na realidade, não tinha efeito mais pernicioso do que qualquer placebo, com efeitos desastrosos. A condenação da empresa só aconteceu porque quatro técnicos da GSK fizeram uma denúncia. Eles entendem de medicamentos, enquanto a cúpula da empresa entende apenas de negócios. [...] com essas fraudes, a GSK obteve lucros incomparavelmente superiores aos custos do acordo judicial obtido em 2012, e os grandes investidores institucionais que detêm o grosso das ações reagiram positivamente. Em outros termos: o poder financeiro no topo impõem ao grupo os seus critérios de rentabilidade. Critérios que são replicados nos diversos níveis da pirâmide corporativa. (DOWBOR, 2017: 72)

Evidente é a existência de outra faceta oriunda do sistema capitalista neoliberal, o "colonialismo médico" (RAWLINSON e YADAVENDU, 2015: 10). Por razões óbvias, os custos de determinados medicamentos se apresentam como uma das razões (BAKER, 2019; RAWLINSON e YADAVENDU, 2015), mas a lógica de exploração estatal-corporativa fica ainda mais evidenciada na leitura dos dados sobre imunização contra Covid-19 ao redor do mundo, em que apenas 10% das pessoas dos países mais pobres receberam a vacinação (OUR WORLD IN DATA, 2022).

Um retrato midiático do discurso governamental estatal-anticientífico do Ministério da Saúde e a perspectiva do dano social estatal-corporativo

Apesar da Organização Mundial da Saúde ter declarado o fim da emergência de saúde ocasionada pela pandemia[8] de Covid-19 (*Corona Virus Disease*), no dia 5 de maio de 2023 (FERRARI, 2023), os efeitos e riscos epidemiológicos causados pela disseminação diária do vírus, enquanto projeto político, deixou centenas/milhares de corpos em todas as localidades do planeta. O estado brasileiro contabilizou 701,4 mil óbitos, e a nível global estima-se que mais de 7 milhões de pessoas morreram em decorrência da Sars-CoV-2 (FERRARI, 2023). A doença do Coronavírus desafiou países de todo o globo e os seus sistemas de saúde, trata-se da maior emergência no âmbito da saúde pública de cunho internacional já declarada (PINTO, MIRANDA e CASTRO, 2021: 1).

Com a declaração da pandemia, em 11 de março de 2020, uma série de medicamentos ministrados em outras doenças foram colocados como possibilidades terapêuticas contra a Covid-19, "os chamados medicamentos 'reposicionados', entre eles a Cloroquina e seu derivado, a Hidroxicloroquina, a Ivermectina, a Nitazoxanida, o Remdesivir e a Azitromicina [...] não há evidências científicas que respaldam o uso dessas substâncias na prevenção ou tratamento" (PINTO, MIRANDA e CASTRO, 2021: 1). Apesar de alguns países em um primeiro momento aventarem a possibilidade do uso emergencial desses medicamentos, poucos meses após, devido a morte de um paciente pelo uso de cloroquina nos EUA, houve

[8] A Organização Mundial de Saúde (OMS), define "pandemia" como a disseminação de uma nova doença (viral e epidemiológica) que se prolifera geograficamente para dois ou mais continentes em uma escala de tempo muito curta (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022; UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS, 2020).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

o descarte e proibição de utilização daqueles fármacos como possibilidades terapêuticas, seja como tratamento precoce ou como intervenção terapêutica[9]. No entanto, a dimensão exploratória econômica que alia os interesses corporativos e estatais se manteve praticamente inalterada.

Além disso, a indústria farmacêutica é uma das que mais lucrou no período pandêmico. A venda de produtos considerados importantes para o tratamento do Coronavírus (vide a lucratividade ligada ao campo da vacinação), como também aqueles propagados como possíveis benesses para a prevenção do vírus, continuaram a ser vendidos em grande escala, mesmo ausentes as comprovações científicas acerca das possibilidades preventivas[10].

A promoção do uso de cloroquina e hidroxicloroquina trouxe consequências diversas. Uma pesquisa do Conselho Federal de Farmácia (CFF) comparou as vendas de medicamentos e suplementos alimentares, de janeiro a março de 2019, com as de 2020, mostrando um aumento de 68% nas vendas de hidroxicloroquina nesse período. Em decorrência, foi observada escassez generalizada do medicamento nas farmácias, prejudicando pacientes que dele dependiam para outras condições de saúde. No final de maio de 2020, o Governo Federal anunciou o recebimento de uma doação dos Estados Unidos de cerca de 2 milhões de doses de hidroxicloroquina. O momento coincidiu com o anúncio do abandono do uso desse medicamento para tratamento da COVID-19 nos Estados Unidos. (PINTO, MIRANDA e CASTRO, 2021: 1, tradução nossa)

A postura anticientífica adotada pelo governo brasileiro foi remetida a inclinações fascistas (STANLEY, 2018; DIAS, 2022), ao desestimular a vacinação contra a Covid-19 e, ao mesmo tempo, incentivar publicamente o uso massivo do "Kit-covid" como tratamento precoce e/ou preventivo, dando à cloroquina e à hidroxicloroquina *status* de tábua salvadora contra o vírus da Covid-19. Os protocolos do Ministério da Saúde, mesmo a partir da fabricação da vacina, ainda incluíam estes medicamentos como indicação terapêutica para pacientes com sintomas leves, moderados e graves, isto é, nas diversas etapas da evolução do vírus (PINTO, MIRANDA e CASTRO, 2021).

A análise em torno do discurso estatal-anticientífico nos meios de comunicação *online* se justifica, pois o Brasil foi o país que se sobressaiu em relação aos dados divulgados sobre a desinformação relacionada ao uso de medicamentos. O relatório produzido por Machado *et al.* (2020: 8)[11] investigou padrões de desinformação entre os países durante a pandemia do Coronavírus, analisando as alegações falsas que circundavam no ambiente digital, bem como as tendências de desinformação relacionadas às "crenças" e narrativas políticas locais. O enfoque se deu em relação a como os países se posicionavam frente à desinformação relacionadas ao contexto da pandemia da Covid-19, utilizando o banco de dados *CoronaVirusFacts Alliance da International Fact-Checking Network* e, de forma

[9] A morte do paciente ocorreu ainda no mês de junho de 2020 e, logo após, o governo dos Estados Unidos da América suspendeu a autorização do uso emergencial em pacientes hospitalizados com COVID-19, que autorizava o uso de cloroquina e o seu derivado hidroxicloroquina (PINTO, MIRANDA e CASTRO, 2021).

[10] "Bayer registrou uma forte alta, de mais de 20%, equivalente a € 1,5 bilhão (mais de R$ 9 bilhões), no lucro do primeiro trimestre de 2020. Segundo informação divulgada na imprensa, os resultados são em virtude do aumento na procura dos produtos da empresa, em decorrência da pandemia, ocasionada pelo novo coronavírus (Covid-19). Com isso, o faturamento do grupo nos três primeiros meses desse ano foi de € 12,8 bilhões (equivalente a R$ 78 bilhões), a alta foi de 5,7%. Já o lucro líquido, no mesmo período, excluindo os efeitos excepcionais (EBITDA), foi de US$ 4,4 bilhões (mais de R$ 22 bilhões), representando uma alta de 10,2%. As informações foram divulgadas no portal da revista *Isto É Dinheiro*" (RIBEIRO, 2020).

[11] O relatório foi produzido pelos institutos Scientific [Self] Isolation: International trends in misinformation and the departure from the scientific debate e Infected Democracy Project, organizado por Machado *et. al.* (2020), em conjunto com Center for the Analysis of Liberty and Authoritarianism, National Institute of Science and Technology in Digital Democracy, Atlantic Council's Digital Forensic Research Lab e VERO Project.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

subsidiária, os bancos de dados produzidos em português e espanhol (MACHADO, *et al.*, 2020: 8).

A análise compreende as declarações falsas proferidas em 134 países e regiões representadas nos bancos de dados. Os cientistas realizaram duas análises inicialmente, a apreciação fatorial, agrupando os países nas bases de dados em diferentes temas, e no uso de palavras-chave para, na sequência, realizarem uma análise hipergeométrica com o objetivo de comparar a incidência de grupos/temas escolhidos entre diferentes países.

Descobrimos que, embora a desinformação relacionada à COVID tenha seguido as tendências locais, a maioria das narrativas dos países estava relacionada a outros países, exceto nos casos da Índia e do Brasil, que pareciam mais isolados do que outras nações. Confirmamos esse isolamento por meio de análise hipergeométrica e análise qualitativa, que mostraram que o Brasil está ainda mais isolado que a Índia, pois medicamentos como Cloroquina e Ivermectina apareceram com mais destaque, apesar da falta de evidências científicas de sua eficácia contra a Covid19. Constatamos também que, ao contrário de outros países, que viram ondas de desinformação, no Brasil, esses medicamentos continuam presentes na desinformação da Covid ao longo do tempo, indicando que essas alegações não estão sendo descartadas no debate público brasileiro. Uma análise mais aprofundada indicou que o Brasil também está isolado quando se trata de referências a autoridades públicas em diferentes níveis de administração, mostrando que essas informações estão amplamente associadas a disputas políticas internas no país. Essas descobertas são relevantes porque oferecem insights comparativos para padrões e vocabulários de desinformação e desinformação que circulam ao redor do globo. (MACHADO, *et al.*, 2020: 8)

Com interesse no contexto de desinformação diagnosticado no país, sobretudo, relacionado a pandemia, realizou-se o levantamento e a seleção de notícias e reportagens sobre o tema, a partir da análise criminológica crítica e da teoria do dano social. De início, o mecanismo de busca da internet Google foi utilizado, sobretudo na data de 21 de março de 2022, através da consulta por meio da frase: "Kit-covid e Ministério da Saúde", a qual resultou em, aproximadamente, 32,6 milhões de resultados. Assim, foram selecionadas 12 (doze) reportagens/notícias publicadas entre os anos de 2020 e 2022 de veículos de comunicação *online:* a) Portal G1; b) Universo *Online* (UOL); e c) Revista Veja.

Os jornais/revistas disponíveis na modalidade *online* foram escolhidos em virtude de suas repercussões no âmbito nacional, além de serem de fácil acesso, bem como seus grandes números de acessos em múltiplas plataformas digitais. As reportagens foram analisadas individualmente, com o intuito de compreender os discursos estatais sobre o "Kit-covid", especialmente do Ministério da Saúde, já que é o órgão do Poder Executivo Federal competente e responsável pela elaboração e estruturação de políticas públicas, assim como da criação de estratégias para promoção e preservação da saúde pública da população (BRASIL, 2022).

Expostos os parâmetros de pesquisa, levantamento e seleção das reportagens, passa-se a analisar e complexificar pelos vieses críticos criminológicos os seguintes pontos presentes nas reportagens: *Quais os principais discursos do Ministério da Saúde sobre o uso do Kit-covid? Como o Ministério da Saúde se posicionou frente aos estudos científicos que atestam a ineficácia dos medicamentos que compõem o Kit-covid? Qual o impacto na lucratividade das farmacêuticas a partir do incentivo do uso do Kit-covid pelo Governo Federal?* A apresentação das reportagens encontra-se em ordem cronológica e com o foco na apreciação qualitativa.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

Inicialmente, o portal G1 publicou, em setembro de 2020, que o Governo Federal, através do Ministro da Saúde à época, Eduardo Pauzello[12], avaliava a distribuição do "Kit-covid" pelo programa Farmácia Popular. Isto ocorreu mesmo após a divulgação dos estudos científicos no Brasil e nos Estados Unidos da América, além de produções científicas da revista *Nature Portofolio* (2022) atestarem a ineficácia dos medicamentos que compõem o "Kit-Covid", ivermectina, cloroquina e hidroxicloroquina, contra a doença provocada pelo Coronavírus (G1, 2020).

A plataforma Consulta Remédios, que conta com aproximadamente 120 milhões de usuários cadastrados, serve como base para comprovar o impacto da desinformação oriunda do Poder Executivo Federal, especialmente do Ministério da Saúde e da figura do presidente da República Jair M. Bolsonaro. A indicação por parte do governo federal do uso do "Kit-Covid", como método de "cura" ou "combate" à Covid-19, resultaram no aumento exponencial da procura e interesse na compra dos remédios como ivermectina, azitromicina, hidroxicloroquina e nitazoxanida, apresentados à população como uma forma de tratamento eficaz, pré e pós, aos efeitos da Covid-19 (VEJA, 2021a). Segundo dados da plataforma Consulta Remédios, a qual direciona para os sites de farmácias onde a venda desses medicamentos ocorre na modalidade *online,* revela que a ivermectina atingiu 9,2 milhões de buscas no ano de 2020, ficando em primeiro lugar, seguida pela azitromicina, com 3,5 milhões de buscas e, na terceira posição, a hidroxicloroquina, derivado da cloroquina, com 2,7 milhões[13].

Em relação a hidroxicloroquina, o ex-presidente utilizou do medicamento a tiracolo em diversos vídeos publicados em redes sociais, aparições públicas e discursos no Palácio do Planalto (Brasília). Em especial, no dia 21 de março de 2020, no *Twitter*, cujo título "Hospital Albert Einstein e a possível cura dos pacientes com o covid-19", anunciou que o laboratório farmacêutico do Exército Brasileiro iria ampliar a fabricação da hidroxicloroquina[14]. Ainda, o Governo Federal da época também contratou "influenciadores" digitais para que realizassem *posts* patrocinados[15] em suas redes sociais, com conteúdos relacionados à indicação dos medicamentos que compõem o "Kit-Covid" em casos do surgimento de sintomas leves da doença, ou seja, o tratamento "precoce" e/ou "preventivo" que não possui comprovação científica.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pandemia), a farmacêutica Vitamedic apresentou os dados sobre as vendas do medicamento ivermectina, fármaco do "Kit-Covid". Para fins de comparação, a totalidade de caixas do medicamento vendidas no ano de 2019, não alcançava a marca de seis milhões e um faturamento de R$ 15,6 milhões. No entanto, a partir da defesa e incentivo ao uso do "Kit-Covid", em 2020, foram vendidas aproximadamente 76 milhões de caixas

[12] Durante a pandemia o Brasil teve quatro ministros da Saúde. Os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Sperle Teich foram os dois primeiros ministros do governo Bolsonaro. O terceiro ministro foi o general Eduardo Pazuello e o quarto ministro e último ocupante do ministério foi o médico cardiologista de Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

[13] A farmacêutica Francielle Mathias, da plataforma Consulta Remédios, explica: "o aumento da aquisição de Ivermectina foi observado porque a Azitromicina e a Hidroxicloroquina, por exemplo, pertencem a portarias de medicamentos controlados, em que a venda não é permitida de forma *on-line*" (VEJA, 2021).

[14]A divergência sobre o uso do fármaco foi a principal causa das demissões dos Ministros da Saúde do seu governo, como os médicos Luiz Henrique Mandetta (ministro entre 1º de janeiro de 2019 até 16 de abril de 2020) e Nelson Sperle Teich (ministro entre 17 de abril e 15 de maio de 2020). Ambas as demissões ocorreram pela discordância com o chefe do Executivo sobre o uso da hidroxicloroquina como medicamento carro-chefe do Governo Federal para o combate a pandemia (UOL, 2021a)

15 Os influenciadores digitais possuíam roteiro para falar sobre o tratamento precoce do "Kit-Covid" nas suas redes sociais: "No roteiro da ação de publicidade, obtido pela Agência Pública, a Secom orientava a ex-BBB Flávia Viana e os influenciadores João Zoli (747 mil seguidores), Jéssika Taynara (309 mil seguidores) e Pam Puertas (151 mil seguidores) a fazer um *post* no feed e seis stories – todos no Instagram – dizendo para os seguidores que, caso sentissem sintomas da covid, era "importante que você procure imediatamente um médico e solicite um atendimento precoce" (UOL, 2021d).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

de ivermectina e o faturamento saltou para R$ 469,9 milhões. Até o mês de maio de 2021, a empresa vendeu 36 milhões de caixas de medicamentos e obteve um faturamento de R$ 264 milhões. Salienta-se que, além do aumento exponencial na venda, os preços aumentaram significativamente, segundo a tabela de preços enviada à Comissão Parlamentar de Inquérito (VEJA, 2021c).

Em síntese, durante a pandemia, apenas com o medicamento ivermectina, a farmacêutica Vitamedic, aumentou aproximadamente 1.800% o número de caixas vendidas e em 4.800% o seu faturamento em comparação ao ano de 2020. A empresa teve uma receita de R$ 734 milhões, apenas com a venda do medicamento ivermectina, o qual não possuía eficácia comprovada contra a Covid-19 (VEJA, 2021c). Assim, dos faturamentos de vendas dos remédios do "Kit-Covid" e Vitamina C, o faturamento de sete empresas apenas com a venda desses medicamentos foi de R$ 482 milhões entre os meses de janeiro de 2020 até o mês de maio de 2021. No ano de 2019, pré-Covid-19, a comercialização desses medicamentos ficava em torno de R$ 180 milhões[16].

Em 12 de novembro de 2021, o Ministério da Saúde autorizou uma consulta pública de estudo sobre o tratamento da Covid-19 pelos medicamentos que compõem o "Kit-Covid", analisado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (CONITEC). O documento produzido por especialistas trouxe orientações contra o uso da cloroquina, azitromicina, ivermectina entre outros medicamentos sem eficácia no tratamento da doença do Coronavírus (G1, 2021a).

A Comissão de Incorporação de Tecnologia ao Sistema Único de Saúde (Conitec), órgão ligado ao Ministério da Saúde, aprovou na última terça (7/12), o relatório que rejeita o "kit covid" em pacientes que não estão internados. Esta era, desde o começo, a posição do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que integra a Comissão. Com 2.181 páginas, o documento traz contribuições de diferentes setores, inclusive do CNS, que tem em sua composição representação de gestores, prestadores de serviços em saúde, usuários e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). O relatório da Conitec, em síntese, apresenta a não recomendação de medicamentos como cloroquina/hidroxicloroquina e azitromicina para tratamento precoce da covid-19, pois não há evidência que mostre qualquer benefício clínico). (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021)

A consulta pública encomendada pelo Ministério da Saúde ficou disponível durante dez dias e poderia ser realizada por qualquer pessoa física na página da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (CONITEC). Após esse período, a comissão se reuniu novamente e avaliou as contribuições, sendo o documento enviado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, a qual estava encarregada de definir se o Kit-Covid seria ou não incorporado ao Sistema Único de Saúde. Destaca-se que o documento tinha como parecer a contraindicação do uso dos medicamentos do "Kit-Covid" (G1, 2021a).

Em janeiro de 2022, especificamente na terça-feira, dia 25, o Ministério da Saúde, através do então ministro Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, declarou que iria "republicar" a nota técnica, indo no sentido oposto ao documento produzido pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema

[16] Com suporte em documentos enviados à Comissão Parlamentar de Inquérito pelas empresas que prestaram depoimento: Abbott, Cristália, EMS, Farmacêutica, Farmoquímica, Momenta Farmacêutica. As empresas farmacêuticas Aspens, Brainfarma e Vitamedic não enviaram dados fechados/finais de seus respectivos faturamentos para a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Todavia, estima-se que o valor total pode ter ultrapassado a marca de R$ 1 bilhão (UOL, 2021c).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

Único de Saúde (CONITEC). A nota republicada indicava o uso da hidroxicloroquina, medicamento do "Kit-Covid", e afirmava que as vacinas não eram eficazes e seguras para evitar a doença do Coronavírus (VEJA, 2022)[17]. Assim, o ministério ratificou a sua defesa pelo uso de medicamentos ineficazes e o desincentivo público em relação a vacinação, indo na contramão das principais sociedades médicas e da Organização Mundial da Saúde (OMS) (VEJA, 2022). A decisão esteve em consonância com a posição do então presidente Bolsonaro, o qual afirmava não ter sido vacinado e representar um dos principais defensores do "Kit-Covid". Desse modo, a publicação das diretrizes pelo Ministério da Saúde poderiam ser a primeira manifestação oficial sobre o não funcionamento dos medicamentos. Contudo, o Ministério da Saúde corroborou o seu entendimento desde o início da pandemia (G1, 2022a).

A nota técnica publicada pelo Ministério da Saúde que vetou as diretrizes contrapostas ao conjunto farmacológico defendido pelo governo, classificou a hidroxicloroquina como tratamento satisfatório contra a Covid-19 e afirmou que as vacinas não possuíam a mesma efetividade do medicamento. Esse documento, assinado pelo secretário Hélio Angotti Neto, corrobora com a recomendação oficial de tratar pacientes da covid-19, contrariando a ciência e estudos especializados disponíveis há quase dois anos desde o início da pandemia (UOL, 2022b). O secretário apresentou uma tabela na nota técnica colocando a hidroxicloroquina como medicamento eficaz. Registra-se que uma das colunas da nota técnica fazia o questionamento se havia demonstração de efetividade em estudos controlados para a Covid-19, para a hidroxicloroquina a reposta foi "sim" e para as vacinas a resposta foi "não" (UOL, 2022b).

Outro ponto que merece destaque sobre os discursos estatais anticientíficos, reproduzidos pelo Ministério da Saúde e Governo Federal, na defesa do uso da medicalização a partir da hidroxicloroquina, é o seu baixo custo, enquanto as vacinas representam um alto custo econômico para o governo, tendo em vista a necessidade de financiamento da indústria, insumos, logística, armazenamento e recomendação de especialistas (UOL, 2022b). O médico Carlos Roberto Ribeiro de Carvalho protocolou, em 4 de fevereiro de 2022, recurso administrativo com o intuito de reverter a portaria do Ministério da Saúde. Carvalho é uma das principais referências da área, professor da Universidade de São Paulo (USP) e responsável pela coordenação dos estudos realizados durante o ano de 2021 do grupo de especialistas que redigiu recomendações e diretrizes posteriormente aprovadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (CONITEC) (G1, 2022b).

Há um caráter peculiar na narrativa propagada pelo Ministério da Saúde e pelo Governo Federal brasileiro, fazendo uso de uma permanente ratificação de desinformação relacionada ao combate a Covid-19, pois o país esteve apartado das orientações provenientes da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (CONITEC) (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021). A postura é demarcada desde o início da pandemia e, mesmo a partir de estudos científicos comprovados acerca da ineficácia de determinados fármacos e da contraindicação dos países em relação a sua adoção para a doença do Coronavírus, no Brasil, se reafirmou por inúmeros subterfúgios

[17] A nota técnica republicada pela pasta do Ministério da Saúde removeu as tabelas, diretrizes e as recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde (CONITEC) pela não utilização do "Kit-Covid" para tratamento em pacientes no Sistema Único de Saúde.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

o incentivo ao uso do "Kit-Covid" e desestimulo à vacinação, a qual é a única fórmula testada e capaz de proteger de forma satisfatória a evolução do vírus para estágios graves e/ou mortais.

Do mesmo modo, o Governo Federal e o Ministério da Saúde demonstraram profunda indiferença e desprezo pelas mais de 700 mil mortes da Covid-19, pois a cada perda individual ou, ainda, a cada nova "onda" de contágio ou nova variação do vírus, o Governo Federal se manteve firme em sua posição negacionista e anticientífica, posicionando-se a favor de medicamentos ineficazes e contra a vacinação, o isolamento social e o uso de máscaras (RODRIGUES, 2021: 17-9). As perdas singulares e coletivas não causavam indignação pública ou alguma espécie de condolência por parte do Governo Federal (tais vidas não são consideradas como passíveis de luto ou de produção da dor sentida em comum) (BUTLER, 2021; HAN, 2021)[18].

A sociedade brasileira durante toda a pandemia caminhou a passos largos sob a marcha dos imperativos econômicos, mesmo que essa política tivesse como resultado a produção acentuada de mortes (RODRIGUES, 2021: 18). Isso significa que a estratégia governamental retratada nos discursos, evidenciada pela cobertura midiática, se deteve a produção massiva de danos sociais contra a população brasileira (através da desassistência, precarização, lesões à saúde física e mental, mortes), potencializando estes efeitos através da produção do discurso científico por parte da indústria farmacêutica.

Considerações finais

A posição do Ministério da Saúde e do Governo Federal sobre o uso do "Kit-Covid", mesmo a partir de todos os estudos, pesquisas e relatórios produzidos pela comunidade científica, em nível global, assevera a tentativa política e ideológica de prejudicar o esforço coletivo de pesquisadores/as, professores/as, acadêmicos/as e profissionais especializados da área da saúde (médicos, epidemiologistas, infectologistas) na denúncia de inverdades, desinformações e negacionismos por parte do Estado. Os interesses econômicos e políticos do Estado, em conluio com as grandes empresas do ramo farmacêutico, foram priorizados em relação à saúde coletiva local, nacional e global. Os danos sociais foram legitimados e intensificados por meio da desinformação pública e de *fake news* referentes às medicações e tratamentos contra a Covid-19, compondo uma espécie de forma de governar, na qual as intenções políticas e ideológicas produziram mortes (crimes de Estado) e danos em larga escala na sociedade brasileira, especialmente, nas populações vulneráveis.

Recebido em 24 de maio de 2023.
Aprovado em 25 de outubro de 2024.

[18] O ex-presidente Bolsonaro chegou a afirmar que a Covid-19 se tratava de uma "gripezinha" ou "resfriadinho" (BBC, 2020) e, quando foi questionado fora do país sobre o Brasil somar 5.017 mortes por Covid-19 em um único dia, superando a China (país de origem da pandemia), respondeu: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o que?" (G1, 2020b).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BAKER, Helen. 'State-Corporate Facilitated Harms of the Pharmaceutical Industry: A Gendered Perspective'. *Justice, Power and Resistance: The Journal of the European Group for The Study of Deviance and Social Control*, 3 (1): 89-114, 2019.

BARAK, Gregg. *Unchecked corporate power: why the crimes of multinational corporations are routinized away and what we can do about it*. New York: Routledge, 2017.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BBC. *2 momentos em que Bolsonaro chamou covi-19 de "gripezinha, o que agora nega,* 2020.

BÖHM, María Laura. "El delito de maldesarrollo". In: *Formas contemporáneas de esclavitud y derechos humanos en clave de globalización, género y trata de personas*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. pp. 269-310.

BRAITHWAITE, John. *Corporate crime in pharmaceutical industry*. New York: Routledge, 2013.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COHEN, Stanley. *States of denial: knowing about atrocities and suffering*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.

COLOGNESE, Mariângela Matarazzo Fanfa; BUDÓ, Marília De Nardin. Limites e possibilidades da criminologia crítica nos estudos dos crimes dos Estados e dos mercados. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 19 (1): 55-90, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE FÁRMACIA. *Vacinas impulsionam lucros bilionários de farmacêuticas*. 19 de novembro de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Relatório da Conitec contraindica "Kit covid", reiterando posição do CNS*, 2021.

DIAS, Felipe da Veiga. *Criminologia Midiática e Tecnopolítica*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FERRARI, Leon. OMS decreta fim da emergência de saúde da pandemia de covid-19 após três anos. *Estadão*, 5 de maio de 2023.

FOLHA DE S. PAULO. *Os ministros da Saúde de Bolsonaro*, 2021.

G1. *Governo avalia distribuir na Farmácia Popular "Kit Covid" com cloroquina, diz Pazuello*. 2020.

G1. *Ministério da Saúde autoriza consulta pública de estudo do "Kit Covid"*, 2021a.

G1. *"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?" diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; "Sou Messias, mas não faço milagre",* 2020b.

G1. *Após caos em janeiro, Amazonas tem queda de 80% em mortes por Covid,* 2021b.

G1. *Ministério da Saúde rejeita diretrizes da Conitec de não usar "Kit Covid" para tratamento em pacientes no SUS*, 2022a.

G1. *Em recurso, coordenador de estudo aponta falsidade, calúnia e ilegalidade em nota do governo contra veto ao 'Kit Covid'*, 2022b.

GØTZCHE, Peter C. *Medicamentos mortais e crime organizado. Como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica*. Porto Alegre: Bookman, 2016.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Petrópolis: Vozes, 2021.

HILLYARD, Paddy; TOMBS, Steve. Para além da criminologia? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 26 (142): 273-299, 2018.

HULSMAN, Louk. Critical criminology and the concept of crime. *Crime, Law and Social Change*, 10 (1): 63-80, 1986.

MACHADO, Caio C. Viera; SANTOS, João Guilherme Bastos dos; SANTOS, Nina; BANDEIRA, Luiza (orgs.). *Scientific isolation: international trends in misinformation and the departure from the scientific debate*. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (Laut), 2020.

MORRISON, Wayne. *Criminología, civilización y nuevo orden mundial*. Barcelona: Editorial Anthropos, 2012.

NATURE PORTFOLIO**.** *SARS-CoV-2,* 2022..

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da população negra*. v. 114. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

OUR WORLD IN DATA. *Coronavirus (COVID-19) Vaccinations*, 2022.

PINTO, Cláudia Du Bocage Santos; MIRANDA, Elaine Silva; CASTRO, Cláudia Garcia Serpa Osório de. O "Kit-covid" e o Programa Farmácia Popular do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37, 2021.

RAWLINSON, Paddy; YADAVENDU, Vijay Kumar. Foreign bodies: The new victims of unethical experimentation. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 54 (1): 8-24, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

RIBEIRO, Wandy. *Com pandemia, bayer registra lucro de r$ 9 bilhões em 2020,* 27 de abril de 2020.

RODRIGUES, Carla. *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SARMIENTO, Camilo Ernesto Bernal; CHAMORRO, Sebastián Cabezas; CUÉLLAR, Alejandro Forero; BEIRAS, Iñaki Riveira; TAMAYO, Iván Vidal; SOARES, Marina Quezado. Para além da criminologia. Um debate epistemológico sobre o dano social, os crimes internacionais e os delitos dos mercados. *Revista Brasileira de Direito,* 13 (3): 40-79, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Crimes do Estado e Justiça de Transição. *Sistema Penal & Violência*, 2 (2): 22-35, 2010.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. *A política do "nós" e "eles"*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TOMBS, Steve; WHYTE, David. Introduction to the Special Issue on Crimes of the Powerful. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 54 (1): 1 – 7, 2015.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS (UNISUS). *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*, 2020.

UNIVERSO ONLINE (UOL). *"Kit covid é kit ilusão": os dados que apontam riscos e falta de eficácia de tratamento precoce*, 2021a.

UNIVERSO ONLINE (UOL). *Servidora da Saúde admite ao MPF que promoveu kit covid no AM,* 2021b.

UNIVERSO ONLINE (UOL). *Farmacêuticas faturam mais de R$1 bilhão com "Kit Covid" na pandemia segundo relatos à CPI,* 2021c.

UNIVERSO ONLINE (UOL). *MP de Contas apura verba para influencers divulgarem "atendimento precoce"*, 2021(d).

UNIVERSO ONLINE (UOL*). Nota técnica do MS coloca cloroquina como eficaz e vacina como não efetiva*, 2022.

VEJA. *Remédios indicados por Bolsonaro contra Covid-19 lideraram buscas em 2020*, 2021a.

VEJA. *Justiça Federal proíbe propaganda de tratamento precoce e "kit-Covid",* 2021.

VEJA. *Receita com Ivermectina, remédio do kit Covid de Bolsonaro, saltou 4.800%,* 2021a.

VEJA. *Saúde vai republicar nota com indicação de kit covid com alterações*, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Coronavirus disease (COVID-19) Situation Dashboard*, 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. El crimen de Estado como objeto de la criminología. In: REY, Sebastián Alejandro; FILARDI, Marcos Ezequiel. *Derechos humanos, reflexiones desde el Sur*. Buenos Aires: Infojus, 2012. pp. 1-19.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15593

ACENO

Trabalho, dádiva e solidariedade:
reflexões sobre as ações realizadas com coletivos de trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte[1]

Paloma Coelho[2]
Marcelo Braga[3]
Zélia Profeta[4]
Fundação Oswaldo Cruz

Juliana Gonzaga Jayme[5]
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resumo: Este artigo visa refletir criticamente sobre as ações realizadas junto às trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte em um projeto voltado para o trabalho, a saúde e a autonomia dessas profissionais, com ênfase no enfrentamento do estigma relacionado à prostituição. Para tanto, discute-se o processo de cooperação e a interlocução entre a equipe do projeto e as prostitutas, bem como os seus limites. Com base no conceito de dádiva, definido por Marcel Mauss, e retomado por autores contemporâneos, reflete-se como o estigma associado ao trabalho sexual correspondeu a um elemento central para a motivação das trabalhadoras sexuais nas ações realizadas, no entanto, outras ações não tiveram a mesma ressonância entre elas. Conclui-se que, diferentemente da proposta inicial, centrada em aspectos econômicos, o envolvimento das trabalhadoras sexuais nas ações pareceu estar ligado a articulações mais amplas, como a inclusão nas políticas públicas, o reconhecimento de seus direitos e a regulamentação da profissão.

Palavras-chave: trabalho sexual; estigma; dádiva; reciprocidade; solidariedade.

[1] Financiamento: FAPEMIG - PPE - 00019 - 21, por meio da emenda estadual nº 706 de 2021 de autoria da Dep. Est. Beatriz Cerqueira e emenda federal nº 14080002 de 2021 e 14080002 de 2022 do Dep. Fed. Patrus Ananias.
[2] Doutora e mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG, graduada em Turismo pela PUC-MG. Atualmente é Pós-doutoranda pelo Instituto René Rachou (IRR/Fiocruz Minas) e professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou /Fiocruz Minas.
[3] Doutor e mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG, graduado em Ciências Econômicas pela PUC-MG. Atualmente é Pós-doutorando pelo Instituto René Rachou/Fiocruz Minas.
[4] Doutora em Parasitologia pela UFMG, mestre em Biologia Celular e Molecular pela Fundação Oswaldo Cruz, graduada em Farmácia pela UFMG. Atualmente é Pesquisadora em Saúde Pública do Instituto René Rachou /Fiocruz Minas e Chefe de Gabinete da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz.
[5] Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, mestre em Antropologia Social pela Unicamp, graduada em Ciências Sociais pela UFMG. Professora do departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. Pesquisadora do CNPq – Processo 312958/2022-6.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

COELHO, Paloma; BRAGA, Marcelo; PROFETA, Zélia; JAYME, Juliana Gonzaga. **Trabalho, dádiva e solidariedade: reflexões sobre as ações realizadas com coletivos de trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 457-474, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Work, gift and solidarity:
reflections on the actions carried out with groups of sex workers in Belo Horizonte

Abstract: This paper reflects on the actions carried out with sex workers in Belo Horizonte in a project focused on the work, health and autonomy of these professionals, with an emphasis on confronting the stigma related to prostitution. To this end, the process of cooperation and dialogue between the project team and the sex workers is discussed. Based on the concept of the gift, defined by Marcel Mauss and taken up by contemporary authors, we reflect on how the stigma associated with sex work was a central element in motivating sex workers in the actions carried out, however other actions did not have the same resonance among them. We conclude that, unlike the initial proposal, which focused on economic aspects, the involvement of sex workers in the actions seemed to be linked to broader articulations, such as inclusion in public policies, recognition of their rights and regulation of the profession.

Keywords: sex work; stigma; gift; reciprocity; solidarity.

Trabajo, don y solidaridad:
reflexiones sobre las acciones realizadas con grupos de trabajadoras sexuales en Belo Horizonte

Resumen: Este artículo refleja sobre las acciones llevadas a cabo con trabajadoras del sexo en Belo Horizonte en un proyecto dirigido al trabajo, la salud y la autonomía de estas profesionales, haciendo hincapié en la lucha contra el estigma relacionado con la prostitución. Se discute el proceso de cooperación y diálogo entre el equipo del proyecto y las trabajadoras sexuales. A partir del concepto de don, definido por Marcel Mauss y retomado por autores contemporáneos, reflexionamos sobre cómo el estigma asociado al trabajo sexual fue un elemento central para motivar a las prostitutas en las acciones realizadas, mientras que otras acciones no tuvieron la misma resonancia entre ellas. A diferencia de la propuesta inicial, centrada en aspectos económicos, la implicación de las prostitutas en las acciones parecía estar vinculada a articulaciones más amplias, como la inclusión en las políticas públicas, el reconocimiento de sus derechos y la regulación de la profesión.

Palabras clave: trabajo sexual; estigma; don; reciprocidad; solidaridad.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

No contexto transpassado pela pandemia[6] decorrente do coronavírus (Covid-19) e de seus efeitos devastadores, que tiraram a vida de centenas de milhares de pessoas no país e agravaram as condições de crise e da desigualdade social e econômica existente entre diferentes grupos sociais e territórios, foi criado em maio de 2020 o grupo Inteligência Coletiva Minas Gerais (ICMG)[7]. Reunindo professoras(es) e pesquisadoras(es) de diferentes Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação da Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC MG), do Instituto René Rachou/Fiocruz Minas e da Presidência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o coletivo teve como finalidade pensar ações para o enfrentamento dos impactos sociais, econômicos e políticos gerados por meio do desenvolvimento de redes de interlocução e cooperação articuladas entre pesquisadoras/es e sociedade civil organizada.

Diante do quadro de crise aprofundado pela pandemia e de seus efeitos de suspensão e/ou redução geral de atividades econômicas necessárias à sobrevivência cotidiana, que atingiu a maioria da população de trabalhadoras(es) no país, foi proposto e organizado pelo ICMG o I Encontro Territórios em Diálogos: transformar o presente e o futuro de Minas Gerais. O seminário, ocorrido em 17 de julho de 2020, estruturado em quatro painéis temáticos, consistiu na realização de debates multidisciplinares, com a participação de representantes de instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Educação, Saúde e Cultura; além de movimentos sociais, entidades sindicais e da sociedade civil organizada. As discussões do encontro se pautaram no reconhecimento dos efeitos provocados pela pandemia em diferentes segmentos da população e territórios de Minas Gerais, além da necessidade de fortalecimento, valorização e participação das instituições de ciência, tecnologia, pesquisa, saúde e educação no processo de construção de políticas públicas cidadãs, em conjunto com representações da sociedade civil, capazes de combater o estado de crise instalado em Minas Gerais.

Nesse contexto de reflexões, no painel dedicado aos debates relacionados à sociedade civil organizada, foram discutidos os riscos e as vulnerabilidades que atingiram sobretudo setores e grupos sociais marginalizados, entre os quais também as trabalhadoras sexuais. Tais discussões se desdobraram no projeto Profissionais do sexo: trabalho, saúde e autonomia, desenvolvido com trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte, em parceria com o Coletivo Rebu e com a participação do Coletivo Clã das Lobas, entidades que atuam em defesa dos direitos das profissionais do sexo, cujo objetivo vincula-se ao enfrentamento do estigma relacionado ao trabalho sexual, além de ações mais específicas ligadas ao bem-estar das

[6] A pandemia da Covid-19 foi declarada Estado de Calamidade Pública e de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, e pelo Ministério da Saúde em 3 de fevereiro de 2020 (Portaria GM/MS nº 188/2020). Em 5 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à Covid-19.

[7] O coletivo atuou até 2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

trabalhadoras[8]. Paralelamente, o ICMG trabalhava em um projeto com a Acamares - Associação de Materiais Recicláveis de Sarzedo.

Nas reuniões de trabalho entre pesquisadoras(es) do ICMG e representantes dos coletivos Rebu e Clã das Lobas, e da Acamares, o estigma em torno do trabalho sexual e do trabalho de catação era tema recorrente e, com isso, a primeira ação pensada foi voltada para o combate a esse estigma. Os produtos dessa ação foram os calendários dos anos de 2021 e 2022[9], dois da Acamares e dois das trabalhadoras sexuais, com fotos e frases escritas pelas(os) integrantes; filmes documentários curtos com as prostitutas e as(os) catadoras(es), nos quais elas(es) falavam sobre o trabalho, o estigma, a família e o cotidiano.

A interlocução entre o ICMG e os coletivos avançou e foram realizados novos encontros, no formato de *lives*, com participação colaborativa de convidadas(os) especialistas da sociedade civil. Em maio de 2021, foi realizada a *live* Economia Solidária: caminhos para a sustentabilidade social e econômica, que propiciou as condições necessárias para o acolhimento do Coletivo Rebu em outro projeto do ICMG com a Acamares e com o Coletivo Maria Vão Com as Outras Sim – a realização de uma oficina de costura criativa e, advindo daí, a produção das ecobags – uma ação colaborativa em torno do fortalecimento da luta contra o estigma. Como no calendário, foram escritas nas bags frases que objetivavam problematizar o estigma voltado para as prostitutas e as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis.

A oficina de costura criativa foi pensada como uma formação para o desenvolvimento de um plano de geração de renda complementar para as(os) participantes dos dois grupos, embasada nos princípios da Economia Solidária, com o intuito de diminuir as condições de vulnerabilidade a que estavam submetidas(os). Com base nessa experiência, o objetivo do presente artigo é refletir criticamente sobre as ações realizadas, pensando nos seus acertos e limites. Para tanto, divide-se o texto em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais: em primeiro lugar, apresenta-se algumas premissas relacionadas à Economia Solidária e suas iniciativas típicas, a seguir, expõe-se brevemente a organização da prostituição na região da Guaicurus, no centro de Belo Horizonte, uma vez que as ações foram realizadas com as mulheres que trabalham nessa região para, enfim, discutir o processo específico de cooperação e interlocução ocorrido na produção coletiva das ecobags, calendários e vídeos, tentando analisar a perspectiva das trabalhadoras sexuais e o entendimento, e seus limites, do ICMG. No último tópico, a ideia é refletir sobre as ações de solidariedade dos coletivos Rebu e Clã das Lobas na época do isolamento social decorrente da pandemia de Covid e a sua relação com a discussão sobre a dádiva.

[8] Maiores informações sobre as atividades podem ser vistas nas redes sociais: https://www.instagram.com/coletivo-rebu/; https://www.facebook.com/coletivarebu/. Acesso em: 05 out. 2024. https://www.instagram.com/cladaslobas.ong?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDc0MzIxNw%3D%3D; https://www.facebook.com/cladaslobas/?locale=pt_BR. Acesso em: 05 out. 2024.

[9] Os calendários 2021 e 2022 das trabalhadoras sexuais podem ser acessados, respectivamente, em: https://issuu.com/renatacoutinhodemoura/docs/calenda_rio_profissionais_do_sexto_final; e https://issuu.com/renatacoutinhodemoura/docs/calenda_rio_trabalhadoras_do_sexo_final. Acesso em: 05 out. 2024. Os filmes estão disponíveis em: https://www.youtube.com/@inteligenciacoletivaminasg8401. Acesso em 05 out. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

Fundamentos e princípios da economia solidária norteadores da iniciativa

A economia solidária se tornou uma estratégia de trabalho e renda no Brasil nos anos 1990, como uma reação ao desemprego em massa impelido pela expansão do pensamento neoliberal na condução da economia global. Nos anos 2000, ela ganha maior protagonismo no âmbito das políticas públicas federais, quando se amplia o seu espaço de atuação com o envolvimento de diferentes tipos de organização e grupos sociais, alcançando, além dos desempregados, empreendimentos formais e informais de produção e prestação de serviços, associações de trabalhadores e cooperativas populares, entre outras entidades (DINIZ, 2017; GAIGER e KUYVEN, 2020).

Os fundamentos da economia solidária podem ser resumidos pelos atributos que a diferenciam do capitalismo. Enquanto este último tem como premissas básicas a economia de mercado competitiva, a acumulação de capital e a maximização do lucro das empresas, fatores sociais relacionados pelos seus críticos ao processo de formação de sociedades cada vez mais desiguais, a economia solidária baseia-se nas relações de solidariedade, de cooperação e de igualdade de direitos entre todos os membros participantes de suas atividades (SINGER, 2002). Dessa forma, a economia solidária se afasta da capitalista ao não atribuir primazia à acumulação e à expansão do capital e suas condicionalidades no processo econômico. Segundo Paul Singer, numa sociedade onde a condição de igualdade entre os seus membros é prioritária, a economia deveria ser solidária, e acrescenta:

> A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualitariamente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios. (SINGER, 2002: 9)

A forma de gerir um empreendimento econômico solidário é uma das principais diferenças existentes entre a economia capitalista e a solidária. Na empresa capitalista o modo de administração é vertical, hierarquizado, instituído por camadas de autoridade num modelo de heterogestão que precisa ser eficaz na preparação de empresas competitivas direcionadas para a consecução do maior lucro possível para os seus proprietários. O empreendimento econômico solidário é administrado em regime de autogestão, de forma democrática, horizontalmente, de modo que todos os seus integrantes participam das questões da empresa, procurando construir empreendimentos solidários que fortaleçam o desenvolvimento humano dos seus membros. Nada pior para uma empresa solidária do que um déficit de participação dos sócios nos seus negócios.

O avanço da economia solidária a partir dos anos 2000, com a diversificação da natureza dos seus empreendimentos, deve-se muito à atuação de órgãos públicos e de entidades representativas da sociedade civil, como organizações não governamentais, entidades religiosas, sindicais, universidades, entre outras. Essas instituições desempenham, ainda hoje, um papel importante de apoio à economia solidária ao atuarem no processo de formação e treinamento de segmentos da população interessados nas práticas e nos princípios da solidariedade e da democracia igualitária, típicos do modelo de autogestão e essenciais à criação de um

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

empreendimento econômico solidário (SINGER, 2002; GAIGER e KUYVEN, 2020).

Hoje há na nossa sociedade uma série de atividades identificadas com os fundamentos e os princípios da economia solidária, com os seus significados e expectativas. A ideia das(os) pesquisadoras(es) do ICMG em relação ao projeto de produção solidária das ecobags, por meio da associação informal entre Acamares, Marias Vão Com as Outras Sim e Coletivo Rebu, era que essa atividade pudesse gerar uma renda complementar para as(os) trabalhadoras(es) participantes, devido à grave crise imposta pela pandemia. Com base nas características da economia solidária relacionadas às práticas democráticas e colaborativas da autogestão, à igualdade de direitos e ao sentimento de solidariedade, pretendeu-se também que essa experiência pudesse estimular a autoestima, o processo de desenvolvimento humano e de emancipação de todas(os) as(os) participantes de suas atividades (entre as quais as trabalhadoras sexuais), e o fortalecimento da luta contínua contra o estigma.

A região da Guaicurus em Belo Horizonte e o contexto da pandemia

Situada no hipercentro de Belo Horizonte, a *Guaicurus* é uma área de prostituição tradicional da cidade onde há, hoje, 24 hotéis dedicados ao trabalho sexual[10]. Esses hotéis, conhecidos como "sobe e desce" têm, tipicamente, uma entrada discreta, onde fica um porteiro/segurança, e uma escada que dá para os andares, um ou dois, onde se localizam os quartos[11]. A forma como se organiza a prostituição na Guaicurus é característica de Belo Horizonte e do ponto de vista formal não se pode dizer que haja a figura de um *cafetão*. As trabalhadoras sexuais alugam os quartos onde fazem o programa. A diária pode se referir a um turno (entre 8 e 16 horas ou entre 16 e 23 horas[12]) ou aos dois turnos e, nesse caso, alguns hotéis permitem que as mulheres durmam no quarto, mas não há programa de madrugada.

As profissionais ficam na porta ou dentro dos quartos, em geral vestidas com lingerie, e a negociação do programa ocorre diretamente com os clientes (FREITAS, 1985; BARRETO, 2008; JAYME *et al*., 2013; FRANÇA, 2015). As prostitutas podem trabalhar em diferentes hotéis, mas é comum que elas fiquem em um mesmo hotel durante um tempo, por vezes, anos, mesmo as que não residem em Belo Horizonte e vêm durante um período apenas para trabalhar. Assim, como aponta França (2015), é possível perceber um clima familiar nos hotéis e na zona[13], já que muitas mulheres se conhecem há anos, bem como conhecem o proprietário, o porteiro e demais funcionárias(os) dos hotéis e de outros estabelecimentos comerciais da região, tais como bares, lanchonetes, salões de beleza.

A diversidade de mulheres empregadas na região da Guaicurus é um aspecto crucial que deve ser considerado. Ao contrário da crença comum de que apenas mulheres mais velhas que não seguem os padrões convencionais de beleza (magreza, brancura e juventude) trabalham nessa área, é evidente que mulheres de

[10] Esse número pode variar porque por vezes alguns hotéis fecham, mesmo que reabram depois, por diferentes motivos.
[11] Alguns hotéis podem ter bar ou restaurante, mas não é tão usual. Para uma descrição dos hotéis ver, entre outras, BARRETO, 2008; JAYME *et al*., 2013.
[12] Pode haver alguma diferença no horário dos turnos de acordo com o hotel, mas há em todos os hotéis a diária que tem início de manhã e a que tem início de tarde e segue até de noite.
[13] Zona, no sentido de zona boêmia. Em geral, as trabalhadoras sexuais da Guaicurus se referem à região e ao hotel onde trabalham como zona.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

várias idades, tipos de corpo e raça podem ser observadas. Letícia Barreto corrobora essa afirmação ao comentar sobre as trabalhadoras sexuais que entrevistou para a sua tese: "As mulheres são as mais variadas. Novas, velhas, bonitas, feias, classe baixa, classe média, brancas, negras, gordas, magras, para todos os gostos" (BARRETO, 2015: 89).

A região da rua Guaicurus está muito próxima da Estação Ferroviária na Praça Rui Barbosa, conhecida como Praça da Estação, e do terminal rodoviário, onde há prostituição de rua, mas em menor número. Nesse espaço centenas de prostitutas, entre as quais muitas vindas de outros estados – o que Jayme et al (2013) chamam de "migração transitória" – exercem o trabalho sexual nos hotéis, fazendo programas de pequeno valor e de curta duração o que gera um volume financeiro significativo (GÓES, 2021). Apesar dessa movimentação econômica, as prostitutas ainda suportam a carga do estigma ligado ao exercício desse trabalho na região (JAYME *et al*., 2013; GEA *et al*., 2018).

Pode-se dizer que há uma invisibilidade relativa desse mercado sexual na área central da cidade, uma vez que a prostituição, embora não seja reconhecida, na representação das pessoas comuns, como uma atividade laboral e econômica, constantemente recebe visibilidade em um sentido negativo por parte da sociedade em geral, que a associa à promiscuidade; por parte da polícia e das instituições jurídicas, quando criminalizam a prostituição, discriminam e violentam as(os) trabalhadoras(es) sexuais; pela gestão pública, que contribui para reproduzir e reafirmar o estigma e a discriminação contra o trabalho sexual por meio da implementação de políticas higienistas e excludentes (SIMÕES, 2010; JAYME *et al*., 2013; GEA *et al.,* 2018). Seria mais apropriado, portanto, falar de uma visibilidade controlada, na medida em que as normas e leis que regulam o espaço público estabelecem graus diferenciados de visibilidade dos sujeitos, dos comportamentos e das atividades, criando parâmetros distintos de cidadania e de apropriação da cidade (SABSAY, 2011).

A discriminação e o estigma em relação ao trabalho sexual não advêm somente da atividade em si, mas são também o resultado das múltiplas representações sobre ele e sobre quem o exerce, bem como dos espaços destinados à prostituição dentro das cidades (BARRETO e PRADO, 2010). A organização socioespacial é um fator de diferenciação entre os sujeitos e os grupos, pois, ao definir a sua distribuição no espaço físico, a um só tempo reflete e institui o lugar social que ocupam, de maneira que "não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais" (BOURDIEU, 2008: 160).

No dia 20 de março de 2020, começou a vigorar o decreto do então prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, que suspendeu alvarás de funcionamento de diferentes estabelecimentos comerciais da cidade, entre os quais, os hotéis da região da Guaicurus[14], mesmo que, no decreto, hotéis não estivessem entre os locais a serem fechados. Isso revela a visibilidade controlada aludida acima.

Prostituição e estigma: repensando o diálogo entre o ICMG e as trabalhadoras sexuais

No I Encontro Territórios em Diálogos: transformar o presente e o futuro de Minas Gerais*,* o painel 4 contou com a presença de representantes da sociedade

[14] https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/18/interna_gerais,1130210/coronavirus-kalil-manda-fechar-bares-shoppings-e-outros-comercios-de.shtml. Acesso em: 05 out 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

civil organizada, entre as quais, Santuzza Alves de Souza, coordenadora do Coletivo Rebu. Sua apresentação nesse painel teve dois pontos centrais: a situação de vulnerabilidade à qual as trabalhadoras sexuais foram expostas com o fechamento dos hotéis, tendo, por exemplo, que fazer programa nas ruas, o que aumentou o risco de violência; e a necessidade de respeito da sociedade às profissionais do sexo como mulheres trabalhadoras autônomas que exercem a prostituição como meio de garantia do próprio sustento e de suas famílias, sendo urgente sua inclusão nas pautas de políticas públicas para as(os) trabalhadoras(es) de outros setores. Diante disso, as demandas das prostitutas pareciam convergir com as de outros grupos participantes desse painel, como as catadoras e catadores de materiais recicláveis, que tiveram seu trabalho afetado pelo isolamento e também são expostos ao estigma e à discriminação.

Foi a partir dessa constatação e em encontros com a coordenadora do Coletivo Rebu, Santuzza, e do Coletivo Clã das Lobas, Jade, que tiveram início as conversas sobre quais ações poderiam ser realizadas para minimizar os impactos da pandemia para as trabalhadoras sexuais e, assim, foram definidas a realização dos calendários e dos pequenos filmes com as trabalhadoras sexuais e, depois, a parceria com a Acamares e as Marias Vão Com as Outras Sim para a execução das ecobags.

Apesar das primeiras ações desenvolvidas em conjunto entre Acamares, Rebu, e Marias Vão Com as Outras Sim, em parceria com ICMG, terem sido bem-sucedidas, a evolução do diálogo entre as(os) participantes das atividades demonstrou que o objetivo das catadoras e catadores era diferente do objetivo das trabalhadoras sexuais. Na medida em que as ações e diálogos avançavam, ficou evidente que a proposta de geração de renda não interessava às trabalhadoras sexuais. A adesão à formação em costura criativa com o intuito de gerar produtos a serem comercializados por meio de uma marca que representasse as trabalhadoras sexuais não era motivada pelos ganhos econômicos, mas por uma das principais demandas apresentadas por elas ao ICMG desde os primeiros diálogos: o enfrentamento do estigma em relação ao trabalho sexual.

Desse modo, menos que vender os produtos a serem feitos nas oficinas, o que de fato interessava às mulheres do coletivo Rebu – mas isso só foi percebido pelo ICMG depois – era conscientizar a população de que a prostituição é um trabalho que deveria ser visto como tal. Foi daí que surgiu a ideia de um produto que pudesse ser também um manifesto: ecobags que continham frases contra o estigma. Se, como foi apontado desde a introdução, o estigma atinge também as(os) catadoras(es) de recicláveis, ficou claro que para a Acamares, a geração de renda era o objetivo principal, ao passo que para as prostitutas, o que mais importava era o manifesto contra o preconceito e a favor da regulamentação do trabalho sexual. Um fato revelador disso aconteceu em uma feira de economia solidária realizada em uma praça pública, em Belo Horizonte. Enquanto o pessoal da Acamares expunha e vendia as ecobags, as trabalhadoras sexuais carregavam as sacolas no próprio corpo, junto com as camisas dos seus coletivos, que também estampam frases pela regulamentação do trabalho sexual, fazendo desse corpo um manifesto.

O tema da geração de renda surgiu nas discussões com as trabalhadoras sexuais quando elas disseram ter recebido, de um projeto, máquinas de costura que estavam ociosas e guardadas em um espaço da região central da cidade cedido por um coletivo de mulheres lésbicas. A partir daí, tendo demonstrado o interesse em aprender a costurar, o ICMG propôs a elaboração de um plano de geração de renda que envolvesse a formação para o aprendizado da costura, de marketing –

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

criação e divulgação da marca – e de gestão administrativa e financeira. A ideia era criar e comercializar algum produto que desse visibilidade às trabalhadoras sexuais, na tentativa de ressignificar a concepção do seu trabalho por meio da mensagem de que se trata de um ofício como qualquer outro. Imediatamente, as prostitutas enfatizaram que não precisavam de geração de renda, pois não tinham o desejo de abandonar o seu trabalho, que consideram sua profissão e principal fonte de renda. Desse modo, elas defendiam que a iniciativa da costura criativa fosse tratada como uma complementação de renda.

Nas discussões sobre a definição de qual produto seria criado e comercializado, o desejo das trabalhadoras sexuais era o de uma marca de lingeries que fugisse e, ao mesmo tempo, questionasse o padrão de beleza hegemônico. O objetivo era pensar em uma marca que atendesse a uma diversidade de corpos, de identidade de gênero e de faixa etária – mulheres cis, mulheres trans, travestis e pessoas não binárias, que não se vissem representadas nem atendidas pela grande maioria de produtos baseados em um modelo estético idealizado.

Após a realização da *live* sobre economia solidária, mencionada anteriormente, e de conversas posteriores com profissionais do ramo de costura criativa, viu-se que a produção de lingeries é muito complexa para pessoas que não possuem experiência com corte e costura, o que demandaria muito tempo para a formação e uma dedicação inviável para as trabalhadoras sexuais, que teriam poucas horas disponíveis em função de sua atividade laboral. A sugestão das pessoas consultadas foi a de trabalhar com a ecobag, um produto mais simples de ser confeccionado, que demandaria menor tempo de aprendizado e possibilitaria a produção em maior quantidade.

A Acamares e o coletivo Marias Vão Com as Outras Sim já tinham a ideia de produzir artigos feitos com materiais recicláveis, além de estarem avançados na discussão de geração de renda com base nos princípios de economia solidária – uma das integrantes, inclusive, participa da rede nacional de economia solidária. Com isso, as duas associações convidaram as trabalhadoras sexuais para atuarem conjuntamente, tanto na formação, quanto na produção das ecobags, com a diferença de que cada grupo criaria e comercializaria a sua própria marca. Apesar de serem segmentos diferentes, o enfrentamento ao estigma associado às duas profissões era um objetivo que unia as trabalhadoras sexuais e as(os) catadoras(es) de materiais recicláveis.

Partindo desse elemento comum, foi realizada uma oficina de produção de *tags* sociais para os dois grupos, com o intuito de elaborar mensagens a serem impressas nas ecobags que desconstruíssem estereótipos associados às duas profissões. Entretanto, após a realização das oficinas e da produção das primeiras ecobags, o projeto com as trabalhadoras sexuais não se sustentou e elas abandonaram a ideia, ao contrário das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, que deram continuidade às ações.

A desistência das trabalhadoras sexuais suscita algumas questões em relação às suas demandas e às particularidades do trabalho sexual. Primeiramente, o fato de elas enfatizarem a atividade de costura como um complemento de renda remete à necessidade de afirmação e de valorização do trabalho sexual como uma profissão. Sendo assim, o importante para elas não era o ganho econômico, mas a visibilidade que um produto e uma marca poderiam dar a um grupo estigmatizado. Isso somado à parceria com instituições renomadas e legitimadas como as que compõem o ICMG.

Em uma das reuniões com o ICMG em que o tema foi discutido, ventilou-se a ideia de buscar alguma parceira renomada que pudesse, por exemplo, replicar

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

as frases e fazer sacolas que fossem vendidas em redes de supermercado e que, portanto, alcançariam um público muito maior e, nesse caso, provavelmente renderiam algum dinheiro para as trabalhadoras sexuais. Essa ideia não foi para a frente e o principal motivo se refere ao próprio estigma que se buscava combater. A pergunta era: algum supermercado aceitaria vender sacolas com manifesto pró trabalho sexual?

A ausência de reconhecimento da profissão contribui para a vulnerabilização e para a precariedade do trabalho sexual, fazendo com que as pessoas que atuam no mercado do sexo não tenham acesso às proteções legais e aos direitos trabalhistas, o que dá espaço para a violência, para a violação de direitos humanos e para a marginalização. O estigma atribuído à prostituição contribui para que a atividade seja representada por um viés moral que nega a essas pessoas o direito e a liberdade sobre os seus corpos, sua liberdade individual e sexual. Vista por boa parte da sociedade como uma atividade degradante, a prostituição é estigmatizada por se tratar, baseado em convenções tradicionais de sexualidade e de gênero, de uma conduta que subverte as expectativas sociais em relação à conduta das mulheres. A prostituta representa, assim, a sexualidade exacerbada, uma imagem de liberação sexual que vai de encontro aos papéis femininos convencionais e instituídos pela divisão sexual do trabalho. A estigmatização da prostituição é uma forma de lembrar às mulheres o lugar social que lhes é reservado, ao mesmo tempo em que institui o estigma e a marginalização como as sanções morais reservadas a quem o subverte.

O estigma, para Erving Goffman (2006), resulta de uma associação entre determinado atributo e um estereótipo, a partir do momento em que um conjunto de características é visto como incompatível com o modelo de como deve ser certo grupo de pessoas. Logo, o atributo transformado em estigma não seria bom ou ruim em si mesmo, mas assumiria a função de instituir a normalidade do Outro, cuja identidade social se afirma por meio da depreciação e da categorização de indivíduos que divergem de um padrão estabelecido. No caso das trabalhadoras sexuais, o estigma a elas atribuído está relacionado a uma concepção normativa do sexo que hierarquiza os sujeitos a partir das suas práticas sexuais. No âmbito dessa classificação, a prostituição, entendida como uma dissidência sexual, é imbuída de um pânico moral, cuja consequência é a perseguição das trabalhadoras sexuais, constantemente vítimas de violência policial e judiciária, além de impelidas a ocupar territórios delimitados no espaço urbano, pelos quais precisam lutar constantemente para defendê-los e mantê-los (RUBIN, 1984).

O pânico moral em torno do trabalho sexual é um dos instrumentos de regulação da sexualidade, mas também de espacialização das fronteiras que definem os marcos da cidadania e do espaço público. Ordenamento esse que, ao instituir as zonas urbanas destinadas ao comércio sexual, (re)produz o estigma e a marginalização da prostituição, na medida em que ela passa a ocupar um lugar de semivisibilidade e semiclandestinidade que retira o seu status de atividade econômica em decorrência da imagem de promiscuidade e de desvio moral/sexual. A instituição dessas fronteiras físicas e simbólicas contribui não só para a distribuição espacial e desigual da legitimidade das práticas sexuais nas cidades, como também constitui uma modalidade de exclusão do espaço público, cuja inteligibilidade social e sexual é assegurada pelo pânico moral que transforma o trabalho sexual no oposto do bem comum e da ordem pública. O que explicaria, em parte, a resistência à regulamentação desse trabalho (SABSAY, 2011).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

Ao mesmo tempo em que vigora esse discurso de culpabilização das mulheres que exercem o trabalho sexual por meio do rótulo de clandestinidade e promiscuidade, há, por outro lado, um discurso de vitimização das pessoas que trabalham na indústria do sexo, anulando a possibilidade de que alguém possa optar por esse trabalho, ainda que essa escolha esteja condicionada a diversos fatores sociais e econômicos, como as opressões combinadas de classe, gênero e raça; a presença de discursos culturais, religiosos e biomédicos hegemônicos acerca da vivência da sexualidade; o reduzido acesso a recursos financeiros, humanos e materiais de muitas trabalhadoras; além do pouco espaço de participação na esfera pública, que as coloca em uma situação de informalidade e discriminação que dificultam a formação de uma identidade profissional. Exemplo dessa visão é o tratamento institucional e jurídico dado à prostituição, pautado por um discurso abolicionista que anula o espaço de agência das trabalhadoras sexuais, sendo a expressão de um Estado – tanto no âmbito político, como legislativo – guiado por noções de caráter moralista, higienista, classista, androcêntrico e heteronormativo. Tal posicionamento resulta em ações paternalistas e criminizatórias que a um só tempo visam resgatá-las, mas as criminalizam, vulnerabilizam e reforçam a violência institucional contra elas. As pessoas que exercem a prostituição permanecem em um espaço de ambivalência em que ora são tratadas como vítimas que carecem de proteção do Estado, ora como criminosas e transgressoras da ordem social e da moral sexual.

As demandas por ações de prevenção da saúde e de políticas públicas que garantam dignidade, proteção jurídica e social às trabalhadoras sexuais que uniram esse grupo ao ICMG, gradativamente foram cedendo espaço para a luta contra o estigma e pelo reconhecimento da prostituição como um trabalho. Não por acaso, a ação que contou com maior envolvimento delas foi a produção dos calendários e dos vídeos aludida acima, nos quais elas eram protagonistas, com base no tema "trabalho sexual é trabalho". Durante o processo de construção dos roteiros para os vídeos e da concepção das fotografias que comporiam o calendário, a proposta das trabalhadoras sexuais foi a de retratá-las em situações que não remetessem ao contexto da prostituição – espaço da rua, hotéis, sexo, erotismo etc. –, buscando demonstrar à sociedade que, para além da profissão, elas exercem papéis sociais comuns a qualquer outra mulher: são mães, esposas, artistas, cuidam da casa, sustentam famílias, entre outras funções.

A parceria com o ICMG parece ser vista como importante porque, de algum modo, respalda, além de dar um alcance para as ações que, muitas vezes, a ação coletiva das trabalhadoras sexuais não obtém justamente devido à estigmatização dessas pessoas e da resistência às causas que elas reivindicam, em especial a da regulamentação da profissão. O estigma, inclusive, é apontado na literatura como um grande dificultador da mobilização para a ação coletiva das trabalhadoras sexuais (GRAÇA, 2019; RIBEIRO, 2022). O que pode dificultar o sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade e a coesão interna necessários à capacidade organizativa de qualquer movimento social. A prostituição é vista, assim, para muitas dessas mulheres, como uma fonte de renda temporária, ainda que permaneçam por um tempo prolongado no exercício do comércio sexual (GRAÇA, 2019).

Se as prostitutas ligadas a coletivos ou associações têm esse sentimento de pertença que leva à construção de uma identidade laboral, "sou prostituta, sou puta, sou profissional do sexo", uma boa parte dessas trabalhadoras prefere não "carregar letreiro", como disse uma interlocutora de Jayme et al (2013), justamente para fugir do estigma e da base da pirâmide sexual proposta por Gayle

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

Rubin (1984). Dessa forma, mesmo a produção dos calendários e vídeos, que teve maior envolvimento das trabalhadoras ligadas aos coletivos Rebu e Clã das Lobas, não foi encampada pelas prostitutas de maneira geral, exatamente porque muitas delas não aceitam participar de uma ação cujo objetivo é estampar sua imagem ligada ao trabalho sexual, já que o estigma deteriora a identidade de prostituta/profissional do sexo, no sentido de Goffman (2006) e, muitas vezes, atribui às trabalhadoras sexuais outros males, tais como a disseminação de doenças.

As prostitutas organizadas: trabalho, dádiva e solidariedade

De modo geral, o que se verifica nos coletivos estudados é a realização de ações de solidariedade com as trabalhadoras sexuais. Há trabalhos de cooperação e de auxílio social, que envolvem articulação com os equipamentos do Sistema Único de Saúde – SUS, de redução de danos, ações culturais, mobilização de doações, especialmente em momentos mais críticos, como o período da pandemia de Covid-19, por exemplo: cestas básicas, kits de higiene, de limpeza e outros insumos (GRAÇA, 2019; RIBEIRO, 2022). Essas realizações contribuem para o fortalecimento das redes de solidariedade entre as prostitutas, uma vez que as trocas carregam experiências cognitivas, afetivas e subjetivas que mobilizam laços de afeto, de pertencimento, hábitos e identidades (MARTINS, 2023).

De acordo com Paulo Henrique Martins (2008; 2023), e em consonância com outras(os) autoras(es) que buscam abordar o dom de forma não estruturalista e não utilitarista, as práticas solidárias e associativas obedecem não apenas fatores racionais e instrumentais, mas também envolvem a circulação de objetos e símbolos próprios das redes primárias de pertencimento (família, amizades, vizinhança, relações amorosas etc.), que ele denomina como "dinâmicas circulares das dádivas". Ao contrário do que sustenta o discurso capitalista e burocrático estatal, para o autor, a construção de políticas realmente emancipatórias não se restringe à lógica utilitarista, mas requer a reconstrução de laços afetivos e morais geradores de confiança, reciprocidade e solidariedade. A dádiva é, para Martins, o elemento essencial da vida política e associativa, sem a qual se abre para um cenário de desintegração democrática decorrente da negatividade (im)política.

Nesse sentido, a dádiva, que na teoria de Marcel Mauss se traduz na circulação de bens, serviços e afetos no interior das relações interpessoais – e que opera com base numa lógica paradoxal e cíclica da ação de dar, receber e retribuir – é fundamental não apenas para as instituições da esfera primária, como também para situações de experiências associativas de autogestão, como a economia solidária. E, a partir de uma visão mais ambiciosa, estaria presente, também, nas esferas secundárias, como as instituições burocráticas, administrativas e políticas (MARTINS, 2023). César Barona (2013) vai na mesma direção, ao afirmar que a presença da lógica do dom na economia solidária pode contribuir para a compreensão de vários comportamentos associados à solidariedade, à reciprocidade e à redistribuição, que formam a base para as estratégias e empreendimentos denominados solidariedade. O conceito de dom é um paradigma que permite a compreensão do *ethos* subjacente da Economia Solidária. É usado para descrever as conexões e obrigações dentro dele. Esse conceito organiza as interações sociais e estabelece conexões e responsabilidades na circulação de mercadorias, incluindo bens materiais, simbólicos e baseados no conhecimento. Essa circulação é carac-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

terizada pela tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Representa um tipo diferente de relação econômica que não necessariamente se alinha às noções de oferta e demanda, utilidade econômica ou mercado.

No entanto, embora seja um componente fundamental para a ação política, a solidariedade, por si só, não possui capacidade de mobilização suficiente se não houver posse e controle de recursos formais – institucionais, habilidades, conhecimento – e informais – redes sociais organizadas – e, principalmente, o estabelecimento de um objetivo comum, que é o que impulsiona as ações coletivas (GRAÇA, 2019). No caso da experiência do ICMG com as trabalhadoras sexuais, acredita-se que o plano de geração de renda não avançou porque o intuito delas não era econômico; o que as movia era o desejo de enfrentamento do estigma. O que explica o interesse despertado pelas *tags* sociais, que permitiriam a elaboração e a disseminação de mensagens com o propósito de desconstruir o estigma e ressignificar o trabalho sexual.

Como discute Natália Alles (2018), a participação das trabalhadoras sexuais na elaboração de narrativas sobre a prostituição é bastante escassa, contribuindo para a sua marginalização e discriminação. Os discursos em torno do trabalho sexual remetem ao estereótipo das profissionais como pessoas desprovidas de racionalidade e autonomia, não tendo consciência da opressão sofrida e, por isso, vistas como incapazes de falar por si mesmas. Ideias como as de que as trabalhadoras sexuais possuem um "desvio moral", que são criminosas, perigosas, promíscuas, manipuladas ou vivem em situação de extrema pobreza corroboram o desprestígio social da prostituição. Ao mesmo tempo, anulam a capacidade de agência dessas mulheres que podem, em muitos casos, optar pelo trabalho sexual.

Certamente, apesar da tentativa de anulação da agência e da possibilidade de fala das prostitutas, vindas de direções tão distantes como o campo da esquerda e da direita ou de diferentes denominações religiosas, há resistência, seja pela publicação de livros, como os de Monique Prada (2018), Amara Moira (2018) e Lourdes Barreto (2023), para citar apenas três, na presença em diferentes redes sociais e na aliança em coletivos ou associação de trabalhadoras sexuais, mas também com outros setores da sociedade civil, como Universidades. A parceria com o ICMG pode ser pensada a partir daí também. Na falta de espaço comunicacional para as prostitutas assumirem o protagonismo na elaboração de suas próprias narrativas, ações como as que foram propostas nessa parceria são maneiras de modificar ou subverter representações e discursos hegemônicos acerca do trabalho sexual, permitindo que as trabalhadoras assumam o controle da sua imagem e trajetória ao serem produtoras dos significados da profissão e de si mesmas. O interesse delas nas ações desenvolvidas durante o projeto parece indicar muito mais o desejo pelo reconhecimento social da profissão e de sua identidade do que qualquer outra motivação, como a econômica. Tal experiência aponta para a importância de uma construção dialógica e participativa que considere as subjetividades, opiniões e reais necessidades dos sujeitos envolvidos em um projeto de caráter comunitário.

Há ainda outra questão que embora não esteja vinculada de forma tão direta à oficina criativa e às ecobags, liga-se à outra demanda levantada por Santuzza no 1º Encontro Territórios em Diálogos: transformar o presente e o futuro de Minas Gerais, que se referia às ações para minimizar os impactos do isolamento social e do fechamento dos hotéis para as profissionais do sexo. Em um esforço colaborativo envolvendo a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), e os Coletivos Rebu e Clã das Lobas, várias iniciativas foram implementadas com o ob-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

jetivo de auxiliar profissionais que ficaram impossibilitados de exercer sua ocupação em meio à pandemia. As práticas incluíram campanhas destinadas a reunir suprimentos alimentares essenciais, contribuições monetárias, roupas e fraldas descartáveis, bem como colaborações com a Prefeitura de Belo Horizonte para facilitar a distribuição de cestas básicas para profissionais do sexo. Além disso, foram realizadas ações relacionadas à saúde, incluindo o fornecimento de folhetos informativos descrevendo práticas que minimizam o risco de exposição ao coronavírus. Foi ainda estabelecida uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para administrar testes rápidos na região de Guaicurus, entre outros empreendimentos.

Essas ações também podem ser pensadas a partir da chave analítica da teoria da dádiva e, parece, obtêm maior adesão e entusiasmo das mulheres ligadas aos coletivos. Pensando nos termos de Marcel Mauss (2003), de que embora o que ele chama de "prestações totais" aparentem um caráter voluntário e desinteressado, são obrigatórias. Deve-se dar, receber e retribuir dádivas e mesmo nas sociedades contemporâneas, como ele afirma, nem tudo tem (apenas) valor venal. Convites (para festas, formaturas, cafés etc.) são um bom exemplo: é preciso aceitar convites e retribuí-los. Mas, além de convites, doações, presentes, afeto e tudo mais devem ser aceitos e retribuídos. Como aponta Alain Caille (1998: 7) "a dádiva só existe na mágica do que é indissociavelmente a negação e a denegação da troca e do interesse". Talvez a forma de retribuição que as trabalhadoras sexuais ativistas esperem (certamente não de forma consciente) seja política. As campanhas de arrecadação de alimentos e insumos, e a parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte são ações políticas e, entendendo o vínculo da dádiva com essas ações solidárias, o circuito do dar-receber-retribuir também é político.

Enfim, se a produção e venda de ecobags, como concluímos, interessava menos pelo lucro do que pela possibilidade de expor – e com isso combater – o estigma a partir das frases estampadas nas próprias bolsas e nas *tags* sociais, para que houvesse algum resultado seria preciso que essas bolsas de fato fossem usadas por uma grande quantidade de pessoas, o que dificilmente aconteceria a partir de vendas em feiras de uma única cidade. Os calendários e filmes não foram vendidos e sua distribuição se deu também pela internet[15], o que implica a possibilidade de maior visibilidade. As campanhas realizadas pelos coletivos e pela Aprosmig, além de resolverem problemas de forma concreta, podem contribuir para que haja um engajamento de quem recebe o benefício, mesmo que tal engajamento não implique "mostrar a cara", mas também, a partir da publicização das ações via redes sociais dos coletivos, da Aprosmig e das trabalhadoras sexuais, o que também pode contribuir para o combate ao estigma direcionado ao trabalho sexual e às prostitutas.

Considerações Finais

Buscou-se, neste trabalho, refletir sobre a parceria entre o Inteligência Coletiva Minas Gerais e os coletivos Rebu e Clã das Lobas que teve início na época do isolamento social decorrente do período da pandemia de Covid. Entre as ações propostas, percebeu-se que se a produção de calendários e vídeos, que tinham

[15] Foram feitos calendários físicos (500 unidades em cada edição), mas eles foram disponibilizados no site do ICMG e os vídeos estão na página do Youtube do ICMG (ver nota 5), além de terem sido divulgados no Instagram e no Facebook.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

como protagonistas as próprias trabalhadoras sexuais, foi bem-sucedida, a oficina de costura criativa para a produção e depois venda das ecobags não teve ressonância entre elas.

Desde o início, as participantes dos coletivos com quem conversamos explicitaram que não tinham interesse em mudar de trabalho. Dessa forma, a produção e venda de quaisquer produtos deveriam ser pensadas como complementação da renda principal que advinha da prostituição. Pensando na mesma chave da teoria da dádiva discutida acima, talvez a obrigação de receber a dádiva por parte dos coletivos tenha contribuído para que elas aceitassem a empreitada em vez de afirmarem explicitamente que não tinham interesse naquela ação. Num primeiro momento, a ideia, que veio delas, é imperativo reiterar, era confeccionar lingeries que seriam vendidas nos próprios hotéis onde elas trabalham. Provavelmente, o interesse em produzir lingeries fosse genuíno. No entanto, foram feitas ecobags e, nesse caso, pode ser que se negar a participar desse processo quebrasse o sistema de obrigação da dádiva: dar-receber-retribuir.

Alguns trabalhos discutem a aproximação entre a economia solidária e a ideia de dom (BARONA, 2013; GUERRA, 2012), trazendo para o debate a importância das relações econômicas baseadas na reciprocidade e na lógica da doação. A oficina de costura criativa foi criada com o intuito de desenvolver um plano complementar de geração de renda com base nos princípios da Economia Solidária. No entanto, ficou claro que as prostitutas não estavam interessadas em uma alternativa econômica para diminuir as condições de vulnerabilidade às quais elas estavam submetidas, inclusive porque essas condições estão menos ligadas ao dinheiro do que ao estigma, que contribui para a própria precarização do seu trabalho. Elas ganham muito mais fazendo programa do que vendendo ecobags. Portanto, em vez de vender ecobags, o que elas almejam é poder trabalhar como prostitutas sem que esse trabalho seja atacado a ponto de ter que ser escondido. Para tanto, desejam que o trabalho sexual seja reconhecido e seus direitos regulamentados como qualquer outra profissão socialmente reconhecida.

Por outro lado, ações de solidariedade desenvolvidas pelos coletivos parecem estar ligadas a articulações mais amplas, ligadas ao cuidado mútuo, às alianças políticas e à luta contra o estigma, além da inclusão das trabalhadoras sexuais nas políticas públicas. Ainda, essas ações podem contribuir para dar visibilidade, a partir das postagens nas redes sociais, aos coletivos e ao combate ao estigma relativo à prostituição e à luta em prol da regulamentação do trabalho sexual.

Recebido em 8 de outubro de 2024.
Aprovado em 30 de janeiro de 2025.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

Referências

ALLES, Natália Ledur. Clandestinidade e estigma: reflexões sobre a visibilidade comunicacional de mulheres prostitutas. *Comunicação & Sociedade*, 40 (1): 159-83, 2018.

BARONA, Cesar. Economía de la Reciprocidad: Una aproximación a la Economía Social y Solidaria desde el concepto del don. *Otra Economía*, 7 (12), 2013.

BARRETO, Letícia. *Somos sujeitas políticas da nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC, 2015.

BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFMG, 2008.

BARRETO, Letícia Cardoso; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Identidade das prostitutas em Belo Horizonte: as representações, as regras e os espaços. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5 (2), 2010.

BARRETO, Lourdes. *Puta Autobiografia*. São Paulo: Claraboia, 2023.

BOURDIEU, Pierre. "Efeitos de lugar". In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 159-166.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38): 5-38, 1998.

DINIZ, Sibelle; Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. *Anais do XVII Enanpur*, 17 (1), 2017.

FRANÇA, Marina. Expressão e produção de emoções no comércio do sexo. *Clínica & Cultura*, 4 (1): 46-58, 2015.

FREITAS, Renan. *Bordel, Bordéis: negociando identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patricia Sorgatto. Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35 (103), 2020.

GEA, Karina Dias; MOREIRA, Lisandra Espíndula; BARRETO, Letícia Cardoso. "Puta não tem protocolo!": Reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas. *Revista PerCursos*, 19 (40): 160-185, 2018.

GÓES, Juliana. O que promove a participação política? Um estudo de caso com as prostitutas da rua Guaicurus. *Política & Sociedade*, 20 (47), 2021.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: *la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GRAÇA, Marta. Trabalhadores/as do sexo e ação coletiva: iniciativas no contexto português. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 89: 115-32, 2019.

GUERRA, Pablo. La solidaridad en la economía. Relaciones económicas más allá de los intercambios mercantiles. *Otra Economía*, 6 (10), 2012.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra Sampaio; MORAIS, Mariana Ramos de. Mulheres da "Zona Grande": negociando identidade, trabalho e território. *Sexualidad, Salud y Sociedad*: *Revista Latinoamericana*, 14: 138-63, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66), 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. *Políticas da dádiva*: *associação, instituições, emancipação*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

MAUSS, Marcel. "Ensaio sobre a Dádiva". In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse Put(r)a*. São Paulo: Editora Hoo, 2018.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Baderna, 2018.

RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira et. al. "As puta mesmo se ajudam": respostas coletivas do movimento organizado de prostitutas à pandemia da Covid-19. *Anais Eletrônicos do 46º Encontro Anual da Anpocs*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

RUBIN, Gayle. "Thinking of sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality". In: CAROLE, Vance (org.). *Pleasure and Danger: exploring sexuality*. New York: Routledge and Kegan, 1984.

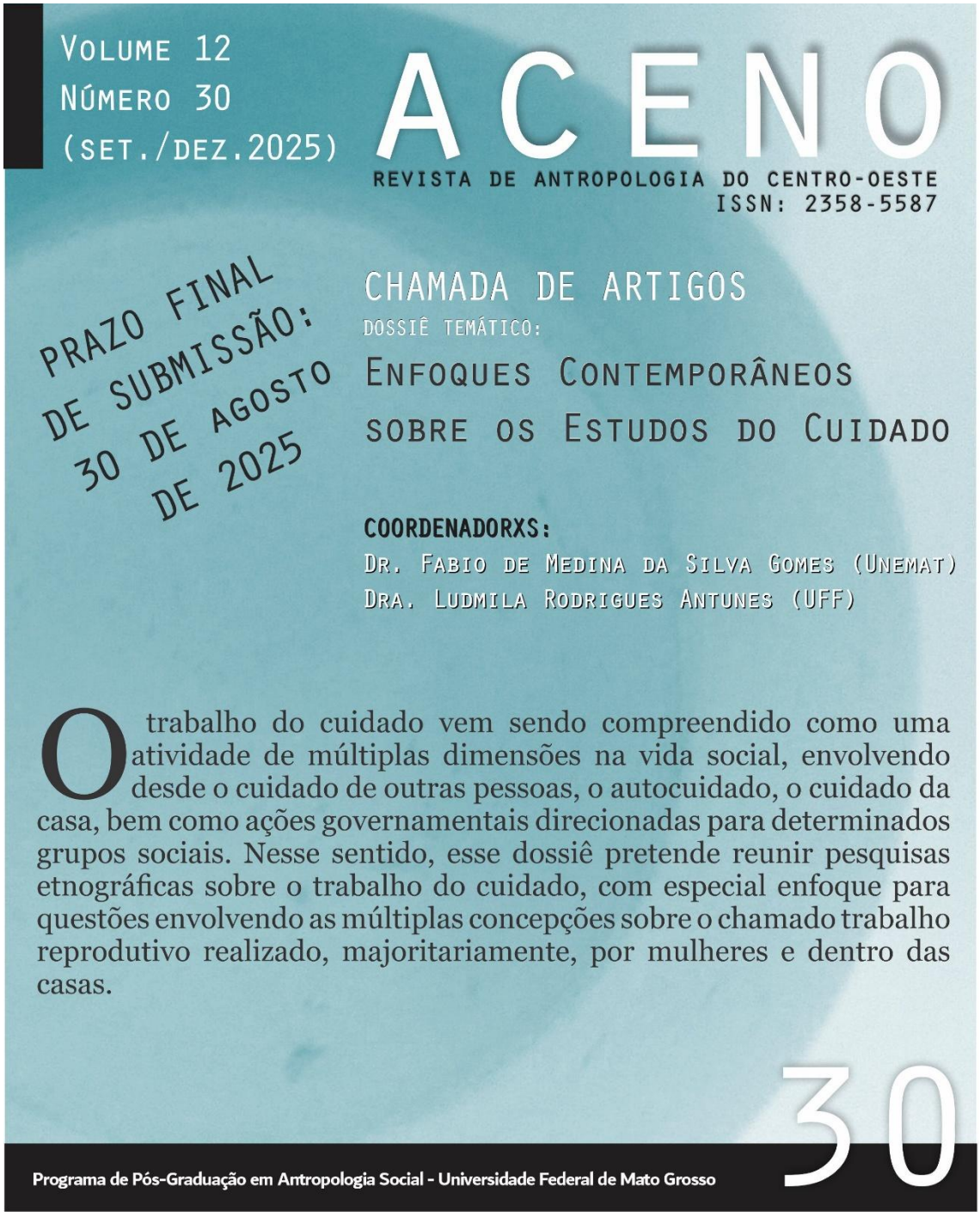
SABSAY, Leticia. Des-heterossexualizar a cidadania é ainda uma frente de batalha. *Revista Cult*, 2014.

SABSAY, Leticia. *Fronteras sexuales*: *espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa*: *etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18518

ACENO

O remo uruguaio em Tóquio:
fios de emoções

Leonardo Pacheco[1]
Universidade Federal de Alfenas

Resumo: O desempenho do remo uruguaio nos Jogos Olímpicos de Tóquio produziu uma série de discursos sobre felicidade e orgulho associados a identidade nacional e a comparação entre este esporte com o futebol. Inspirado em uma metodologia que se propõe a seguir contas (@nome) e hashtags (#tema) e seus fios, este artigo tem por objetivo analisar essas emoções, no contexto uruguaio, através das postagens de jornalistas esportivos e suas interações com espectadores/torcedores na plataforma digital Twitter.

Palavras-chave: remo; discursos; emoções; Jogos Olímpicos.

[1] Professor Associado III de Antropologia do instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/EEFFTO/PPGIEL). Doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

PACHECO, Leonardo. **O remo uruguaio em Tóquio: fios de emoções.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 475-488, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

The Uruguayan rowing in Tokyo:
emotion's threads

Abstract: The performance of the Uruguayan rowing team at the Tokyo Olympic Games produced a series of discourses about happiness and pride related with both national identity and the contrast between rowing and soccer. Inspired by a methodology that proposes to follow accounts *(@name*) and hashtags *(#themes*) and its threads, this article aims to analyze these emotions, in the Uruguayan context, through the posts of sports journalists and their interactions with spectators/fans in the *Twitter* digital platform.

Keywords: rowing; discourses; emotions; Olympic Games.

Remo uruguayo en Tokio:
hilos de emociones

Resumen: La actuación del remo uruguayo en los Juegos Olímpicos de Tokio produjo una serie de discursos sobre la alegría y el orgullo asociados a la identidad nacional y la comparación entre este deporte y el fútbol. Inspirado en una metodología que propone seguir cuentas (@nombre); hashtags (#tema) y sus hilos, este artículo tiene como objetivo analizar estas emociones, en el contexto uruguayo, a través de las publicaciones de los periodistas deportivos y sus interacciones con los espectadores/hinchas en la plataforma digital Twitter.

Palabras clave: remo; discursos; emociones; Juegos Olímpicos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

Apesar de não ser frequente, não é estranho ao esporte uruguaio êxitos em Jogos Olímpicos. Em competições masculinas, medalhas de ouro foram conquistadas pelo futebol em 1924 e 1928 em Paris e Amsterdã respectivamente. O remo conquistou medalhas de prata em Londres em 1948 e de bronze em três outros jogos olímpicos 1932 em Los Angeles, 1948 em Londres, e 1952 em Helsinque. O basquete conquistou bronze em Helsinque em 1952 e Melbourne 1956, o boxe bronze em Tóquio em 1962 e o ciclismo prata em Sydney 2000.

Em Tóquio 2020 (Olimpíadas disputada em 2021 devido à pandemia de Covid-19), onze atletas em cinco modalidades diferentes representaram as cores uruguaias. Uma delegação bem modesta se comparada com a brasileira que levou 302 atletas ou com a holandesa (país com dimensões similares ao Uruguai) com 277 atletas. O desempenho também foi modesto. Não envolveu nem pódio e muito menos medalha. No entanto, a obtenção do sexto e último lugar na prova final de remo *Skiff* Duplo Leve masculino[2] movimentou parte da imprensa esportiva e despertou emoções efusivas naqueles que acompanhavam o evento e se manifestaram nas redes sociais.

Assim, o remo tornou-se durante dois dias (27 e 28 de julho) o principal tema entre jornalistas, espectadores e torcedores uruguaio. Estes atores sociais utilizaram as *hashtags* #REMOURUGUAY, #URUGUAYREMA, #RemaUruguay, #Remo, #Rowing em suas postagens e comentários para reagir e contextualizar o momento esportivo.

Ao contrário do que ocorreu com atletas e espectadores brasileiros durante os Jogos Olímpicos – pedidos de desculpas pelo desempenho e expectativas frustradas – os uruguaios não lamentaram a sexta colocação no remo. Houve comemoração. Os discursos e narrativas, tanto de jornalistas quanto de espectadores e torcedores, na plataforma digital *Twitter*, evidenciavam a felicidade e o orgulho da posição conquistada, ao mesmo tempo em que eram acompanhadas de denúncias de falta de apoio ao remo, acrescidas de algumas comparações com o futebol.

É nessa direção que o presente artigo pretende remar. Essa navegação será desenvolvida em dois "cursos d'água".

O primeiro utiliza de material bibliográfico para caracterizar o remo. Assim, como identificam Caje e Rial (2020), em um mapeamento da produção antropológica deste esporte no Brasil, há uma ausência de estudos sobre o remo nas Ciências Sociais Brasileiras. No levantamento realizado pelo autor e pela autora, a história e a educação física possuem mais bibliografia sobre o esporte. Em certa medida, há uma semelhança com o entrave de se encontrar publicações sobre remo no Uruguai. A despeito do reduzido número de bibliografia sobre o remo (no Brasil e Uruguai), identificou-se características que fazem desse esporte uma prática de origem elitista (suas lógicas e valores), segregacionista, racialmente

[2] O Skiff Duplo Leve ou *Double Scull* é uma modalidade do remo que utiliza de barco parelho. Esse barco possui o peso de 27 kg e o comprimento de 10,40 m e é ocupado por dois remadores. Cada um desses remadores utiliza um par de remos curtos. Estes remadores são denominados pela posição e função que ocupam no barco. O Proa, aquele que se posiciona na proa do barco e é responsável pelo equilíbrio e o Voga, aquele que dá o ritmo da remada. Ademais, nessa modalidade de peso leve o barco deve ser formado por remadores de até 72 kg.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

marcada pela branquidade (VIGOYA, 2018), dominantemente masculina, heteronormativa e de difusão por ingleses através de suas escolas e comerciantes. É importante destacar que o remo, assim como o futebol, particularmente e historicamente no contexto uruguaio, contribuem para a construção de uma identidade nacional prestigiosa associada a modernidade, progresso e urbanidade.

O segundo enfoca os discursos sobre as emoções de felicidade e orgulho. Evidenciam-se as formas e intensidades como essas emoções são mobilizadas nas postagens dos jornalistas e reverberam nas interações com os espectadores e torcedores de acordo com o desempenho dos remadores nas fases finais da competição de remo nos Jogos Olímpicos. Assim, percebe-se a emergência do tema da identidade nacional em relação ao remo e sua comparação com o futebol. Acrescenta-se a isso o escasso vocabulário e conhecimento das técnicas e dos termos relativos ao remo.

Antes de colocar o barco n'água é necessário oferecer algumas explicações sobre o recorte do objeto de pesquisa e a metodologia utilizada na coleta de dados. Há uma certa arbitrariedade na escolha de um recorte de pesquisa. No caso deste artigo há um recorte duplo. Pois é um recorte proveniente de uma pesquisa em andamento[3] que tem por objetivo realizar um estudo comparativo dos discursos sobre futebol e política expressos por jornalistas esportivos homens do Brasil e do Uruguai. Jornalistas que trabalham em emissora de rádio e possuem contas (*@nome*) na plataforma digital Twitter. Nesta pesquisa sobre futebol e suas dimensões políticas, 41 jornalistas de Belo Horizonte e 35 jornalistas de Montevidéu integram o recorte, ao passo que nesse artigo a coleta se deu entre as @ de 35 jornalistas de cinco rádios de Montevidéu (Sport 890, 970 Universal, Carve 850, Fenix 1330 e La 1010), @ de um dos remadores, @ do clube de remo *Montevideo Rowing Club* e as *hashtags* #REMOURUGUAY, #URUGUAYREMA.

A estratégia metodológica foi a seguinte: durante os dias 27 e 28 de julho de 2021 – os dias da semifinal e final das provas de remo *Skiff* Duplo leve masculino – as contas e as *hashtags* indicadas foram seguidas. Esta estratégia de seguir contas (*@nomes*) e *hashtags (#TEMA)* está inspirada na perspectiva de Marcus (1991, 1995). Este autor, ao refletir sobre os dilemas que a antropologia precisava enfrentar para compreender as construções de identidades na contemporaneidade, argumenta que é necessário aprender como relações locais e globais dialogam. Por isso, ao estudar identidades, os pesquisadores não poderiam se contentar em desvendar somente as relações locais, mas deveriam ir além e atentar para o diálogo estabelecido entre as multilocalidades. Para tal, era necessário movimento. Na perspectiva deste autor, uma etnografia em movimento seria construída por fios, caminhos, redes, tópicos, desafios, justaposições e conexões os quais o pesquisador deveria seguir. Nesse concepção seria possível (e necessário) seguir pessoas (seguir a trajetória de grupos e seus movimentos), seguir coisas (a circulação de objetos, dinheiro, *commodities*, obras de arte), seguir metáforas (circulação de símbolos e categorias), seguir controvérsias (tramas, conflitos, histórias de vida).

É importante ressaltar que seguir contas e *hashtags* através de coleta manual (*printscreen*) pressupõe certos limites. O volume de dados produzidos nas redes sociais, e especificamente nessa plataforma digital (*Twitter*), é gigantesco. Dessa forma, a coleta sempre será parcial, ao passo que as narrativas, temas, conflitos quando não são polifônicas, beirando a cacofonia, confundindo e repetindo *ad*

[3] "Nos fios das controvérsias: um estudo comparativo sobre mídia, futebol e suas dimensões políticas em Belo Horizonte e Montevidéu" é uma pesquisa que conta com o fomento do Edital de Demanda Universal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

nauseam, e, se encerram abruptamente sem serem concluídas. É nesse cenário que as informações coletadas nesse artigo foram selecionadas para a análise e reflexão.

O remo (uruguaio)

Caudwelll (2011) utiliza da polifonia para realizar uma narrativa de sua experiência como remadora e acadêmica. Nessa narrativa multitextual o remo é apresentado como um esporte elitista e exclusivista, masculino (machista), branco (com viés de difusão de dominação hegemônica colonialista: a autora se refere a Austrália e Nova Zelândia, mas será que não poderíamos nos referir, na mesma medida, ao Brasil e ao Uruguai?), heteronormativo e toxicamente competitivo. Nas palavras da autora: "We'd sit and discuss the sociocultural dimensions of the club and rowing. We both knew it was highly disciplined and disciplining, male-dominated, white, heteronormative, but we couldn't give it up" (CAUDWELL, 2011: 122).

Assim, como Caudwell, outros autores que se debruçaram sobre o remo indicam o caráter elitista e exclusivista do esporte. Chandler (1991) ao assinalar as origens da difusão de esportes, como *cricket*, *rugby* e remo, na Inglaterra, chama a atenção para a importância do sistema educacional daquele país. É no bojo de uma reestruturação das escolas públicas e das experiências dos alunos destas que ingressam nas universidades é que se forma uma cultura gentrificada de prática de diversos esportes. Como argumenta Chandler (1991), foi devido a organização e sistematização de regras criadas em escolas e universidades é que competição entre instituições foi possível. A difusão territorial dessas regras permitiu não somente a expansão do remo, mas também a retroalimentação de estilos de vida, valores e pertencimentos compartilhados entre as escolas públicas e as Universidades de Oxford e Cambridge – "this was the start of a cohesive establisment elite" (CHANDLER, 1991: 176).

Portanto, os agentes de difusão do remo vieram das elites inglesas. São homens, brancos, colonizadores que levam esse e outros esportes, conjuntamente com uma série de valores relacionados a práticas esportivas, para além de suas fronteiras. Portanto uma camada privilegiada que se beneficia de suas próprias ideias construídas sobre a identidade nacional pretensamente homogênea. É isso que indica Maria Viveiros Vigoya quando argumenta sobre o empenho da elite nacional colombiana em criar um relato unificado sobre a identidade nacional: "Os únicos que puderam se beneficiar totalmente da modernidade foram os homens brancos heterossexuais das classes superiores que monopolizaram as regras de controle moral e privilégio de honorabilidade" (VIGOYA, 2018: 139).

No caso brasileiro, e mais especificamente no Rio de Janeiro, Melo (2009) discorre sobre como o remo foi disseminado por membros da elite – integrantes de clubes constituídos por imigrantes ingleses. Esse autor argumenta que o esporte foi associado a um novo estilo de vida moderno e urbano. Esse estilo de vida enfatizava a vida saudável e corporeidade disciplinada, entre outras características, como valores constituintes da modernidade europeia.

No final do século XIX, o remo ganhou espaço e prestígio na cidade, sendo adequado às modificações que se estabeleciam em sua ordem sociocultural, ligado mais diretamente a um setor das elites com características urbanas. Para a ocupação e principalmente para o desenvolvimento do esporte náutico, foram fundamentais o delineamento de uma cultura urbana, o enaltecimento de padrões saudáveis de vida e de um corpo belo e forte, a difusão do "pensamento

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

científico", a emergência e valorização do lazer, as buscas de novas formas de sociabilidade (MELO, 2009: 64).

Portanto, estilo de vida e valores que criavam unidade e pertencimento aos membros da elite através do remo, mas que pretendia abranger estratos sociais mais populares, desde que fossem espectadores e ocupassem espaços segregados nas regatas dominicais.

Ora, mas não é justamente essa lógica exclusivista e de segregação elitista que Rojo (2016) percebe nos clubes de vela quando se debruça sobre as diferentes percepções de cidadania? Certamente é preciso levar em consideração que a observação desse autor se dá em outro contexto histórico e pela perspectiva antropológica. Mas, a segregação espacial e de controle do tempo livre entre os praticantes desse esporte náutico favorecidos pelo projeto social e os sócios e os familiares do clube de vela são bem demarcados. Não obstante a pluralidade de sentidos da categoria cidadania, ela reforça segregações e pertencimentos. Segrega, numa ilusão de inclusão, jovens de camadas populares que necessitam de atividades para não se tornarem marginais e vinculam jovens de camadas médias e altas, filhos dos sócios praticantes ou não de vela, que necessitam (nos entendimentos de seus próprios pais) de disciplina e espírito competitivo para enfrentar os desafios da vida porvir.

Assim como o elitismo e a segregação, a questão das masculinidades e virilidades são importantes para compreender os esportes náuticos e o remo em particular. Tanto Rojo (2012), quanto Bandeira (2018), um na vela em Niterói e a outra no *rafting* em Brotas, indicam que os espaços no barco e na água são predominantemente masculinos. Ambos argumentam que essas masculinidades são construídas em sua multiplicidade associada a modalidade praticada e da posição ocupada no barco. Mesmo que haja disputas entre hegemonias e alternativas, ainda assim todas essas masculinidades e virilidades devem, de um modo ou de outro, saber "ler o rio" e "sentir o vento", como apontam essa autora e esse autor.

Quando estuda o remo em Florianópolis, Caje (2020) identifica transformações nas experiências de masculinidade – pois que são experiências historicamente situadas – nesse esporte. Todavia é categórico na afirmação de que:

no contexto do remo em Florianópolis entre os anos de 1915 e 2019. [...] revela-se a fabricação de uma masculinidade hegemônica, branca, heterossexual, cultural e historicamente localizada, advinda do discurso de modernidade que se instalou na capital catarinense no final do Século XIX e se afirmou graças a prática do remo. (CAJE, 2020: 109)

Assim como no Brasil, no Uruguai as origens de vários esportes, incluindo o remo, também estão ligadas a difusão inglesa e de valores ligados a modernidade e ao mundo urbano eurocêntrico (LABORIDO, 2020; RODRÍGUEZ, 2007; CAETANO, 2019).

No contexto uruguaio, os principais clubes que contribuíram para difundir o *cricket*, o remo, o *rugby* e depois o futebol, a natação e o polo-aquático foram o *Montevídeo Cricket Club* e o *Montevídeo Rowing Club*. Dentro desses clubes são os atores sociais ligados às coletividades inglesas, provenientes das escolas inglesas criadas por imigrantes em Montevidéu, que levam a cabo a fundação e incorporação de uma série de esportes na capital uruguaia. Segundo concebem Laborido (2020) e Rodríguez (2007), os clubes mencionados têm importância fundamental para a difusão e desenvolvimento do remo e do futebol. Primeiro porque foram neles que se organizaram as competições e desafios iniciais entre clubes nesses esportes e, em seguida, porque é através das tensões entre sócios *criollos*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

e ingleses do *Montevideo Rowing Club* e de suas dissidências que surge um dos principais clubes de futebol uruguaio, o Nacional.

O futebol, mais que o remo, colaborou, nas décadas de 1920 e 1930, para dar forma ao entusiasmo de construção do imaginário integrador de um Estado-Nação uruguaio. Caetano (2019) chama a atenção que o imaginário de um povo homogeneizado é arquitetado e fomentado por discursos da elite nacional *criolla*. Discurso que coloca ênfase na visão de um país cosmopolita de perfil eurocêntrico. País urbano que possui em suas fileiras um povo harmônico e civilizado. País que possui valores ligados a laicidade, secularização e legalista das práticas cotidianas e ainda é politicamente ativo – democrático e pluralista. Todas essas características contribuem para diferenciar e singularizar a identidade uruguaia dentro da América Latina e o do Mundo.

Essas características definidoras da identidade uruguaia se amplificam na medida em que o futebol vence as Olimpíadas de 1924 e 1928 e, na sequência, a Copa do Mundo de 1930 e, no pós-guerra, a de 1950. As medalhas do remo nos Jogos Olímpicos de 1932, 1948 e 1952 complementam ainda mais esse imaginário. No bojo destes êxitos, percebe-se a relevância do *Montevideo Rowing Club* como o clube que possui uma linhagem de remadores olímpicos bem-sucedidos. É deste clube os atletas que conquistaram as medalhas de bronze e prata no remo Olímpico em Los Angeles, Londres e Helsinque. E é deste clube que os atletas Bruno Cetrano Berriolo e Felipe Kluver Ferreira saem para representar o Uruguai no remo em Tóquio.

Emoções e seu fios em Tóquio

A abordagem sobre esporte e emoções[4] aqui examinada se aproxima da de Rojo (2021). Este autor argumenta que as emoções nos esportes podem e devem ser pensadas como linguagens, portanto discursos, consideradas nas suas dimensões contextuais e situacionais. Se compreendidos como linguagens culturais e contextualizadas, tanto os sentimentos de felicidade, alegría, happiness, quanto o sentimento de orgulho, orgullo e pride, possuem significados distintos em países de língua portuguesa, espanhola e inglesa. Essas diferenças apresentam desafios quanto sua tradução cultural. A despeito desse desafio, não me furtei em arriscar a compreensão dessas emoções, mesmo que utilizando de lentes brasileiras em um contexto castelhano.

No decorrer dos Jogos Olímpicos os discursos de felicidade e o orgulho em relação ao desempenho do remo uruguaio aparecem em dois momentos. No primeiro, no dia 27 de julho em decorrência da obtenção da vaga para final, pode-se verificar que o orgulho está acompanhado de níveis de efervescência crescentes e suplementado de uma sensação de surpresa. O que inflama o orgulho nacional de alguns jornalistas (emoticons da bandeira uruguaia e de remadores acompanham as postagens, assim como hastags que fazem menção ao remo e ao país), fazendo com que vários revelem, sem constrangimento, o conhecimento escasso sobre o esporte.

[4] É bastante curioso que algumas emoções quase não são abordadas nos estudos socioantropológicos (dos esportes). Se por um lado o amor, amizade, medo, a ansiedade, sofrimento, depressão, a vergonha e a honra são frequentemente pensados e problematizados, como bem apresentam os trabalhos de Rezende e Coelho (2010), Le Breton (2009), Elias (1994), Velho (2004) e Koury (2003), outras emoções, como a felicidade (ROCHA, 1990; LIPOVETSKY, 2007) e o orgulho são menos explorados. Talvez, essa seja uma característica da modernidade tardia que contribui para as inseguranças ontológicas do eu e faz de certas emoções mais evidentes que outras (GIDDENS, 2002).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

Figura 1 – "Alegría y Orgullo". Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa – "Nos fios das controvérsias"

Chama a atenção a maneira como no Uruguai, assim como no Brasil (CAJE e RIAL, 2020), há uma proximidade relacional entre remo e futebol. No contexto uruguaio, o futebol tornou-se a medida para dar relevância e comemorar a conquista no remo. Por um lado, pode-se conjecturar que essa foi uma estratégia jornalística – associar remo e futebol – contribuiu para aproximar e familiarizar os espectadores com o esporte. Por outro lado, essa estratégia pode indicar a ausência de conhecimento e de vocabulário, dos jornalistas esportivos, para analisar tecnicamente o desempenho em Tóquio. Assim, a comemoração é ligada ao sentimento de se gritar um gol e a competição final do remo deve ser comparada em importância a uma final de Copa do Mundo de futebol.

Figura 2 – Futebol x remo. Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa – "Nos fios das controvérsias"

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

“Uruguay no má!” e “remo no má!”, encurtamento de “en Uruguay no más es posible, en ningún outro lado”5, é a constatação expressiva exaltada da importante façanha realizada distante do território nacional e que coloca em pauta a dimensão da identidade nacional (LÓPES, 2015). Em que pese, como lembra Oliven (2016), a heterogeneidade das nacionalidades e a disputa entre diversos grupos pela sua homogeneização – e não esquecendo as características do remo como esporte de elite –não se verifica neste instante vozes dissonantes.

Figura 3 – “Uruguay No má!”. Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa – “Nos fios das controvérsias”

Afinal o que se revela é o sentimento de “Onde mais; senão no Uruguai, para acontecer uma façanha destas”. Este país pequeno – Gerard Caetano (2019) contesta essa ideia de dimensão diminuta, apontando que é um imaginário construído para compor a identidade nacional, mais do que uma característica real – com todas as carências e adversidades jogando contra: adversários mais bem equipados, com maiores condições financeiras e técnicas, pouco apoio e sem políticas públicas direcionadas ao remo. Atletas que com todas as dificuldades não envergonham o país. Pelo contrário, se sacrificam e superam as expectativas. Ora, é possível constatar nesses discursos, o que ressalta Grumbretch (2007) quando associa esporte, felicidade e orgulho: no caso de conquistas, essa associação é refletida na gratidão e no sentimento de pertencimento a uma comunidade. Huizinga (2005) já havia percebido essa conexão cultural entre jogo, conquista, indivíduo e coletividade. No jogo, o êxito individual se espraia para a coletividade. Confere ao indivíduo honrarias e à coletividade prestígio e orgulho. Reforça uma identidade positiva e dá um sentido de continuidade de pertencimento (DUQUIN, 2000).

Além disso, o que chama a atenção é a ausência de um nacionalismo bélico, marcado por hostilidades a uma alteridade: não há menção aos inimigos a serem aniquilados (MBEMBE, 2020). O que se sobressai nos discursos de jornalistas e espectadores no *Twitter* é a celebração do orgulho da identidade nacional, acrescido da superação de desafios e do sacrifício, fazendo da identidade uruguaia única e distinta. A diferenciação identitária, “nós *versus* eles”, se apresenta na

[5] Agradeço a generosidade e paciência da professora Lia Ferrero da Universidad Nacional de José C. Paz (IESCODE-UNPAZ) e Universidad Nacional de La Plata (UNLP), por me auxiliar no entendimento dessa expressão.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

sensação de que se possuíssem os mesmos recursos financeiros, equipamentos adequados e sustentados por políticas sociais os uruguaios seriam imbatíveis. Já que sem estes benefícios competiram valorosamente com países que amparam os atletas dessa modalidade com todos os recursos disponíveis.

No segundo momento, no dia 28 de julho, a felicidade e o orgulho se apresentam de maneira diversas antes e depois da prova final. Antes da prova final há a expectativa de repetir um feito histórico – uma medalha que foi conquistada no longínquo ano de 1952 em Helsinque. Verificam-se doses generosas de expressões ligadas à felicidade e ao orgulho nas postagens, inclusive na conta de um dos remadores no *Twitter*.

Figura 4 – "Orgullo nacional". Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa "Nos fios das controvérsias"

Assim como no dia anterior, antes do início da competição decisiva, excitação, felicidade e orgulho nacional se entrelaçam formando uma comunidade de pertencimento. Em conjunto a esses sentimentos, emerge a sensação de que a façanha já foi atingida e que o que está porvir é um excedente. Dessa forma, não há cobranças por medalhas de forma explícita, mas um incentivo para que os atletas se divirtam. Como se trata de uma competição de alto rendimento, esse alento torna-se um tanto desgarrado do que se espera de atletas nesses contextos. Mas há uma lógica nessa demanda torcedora. Tudo se passa como se os torcedores quisessem tirar o peso e a responsabilidade dos atletas por qualquer resultado adverso. E, ao mesmo tempo, contraditoriamente, aumentar a possibilidade de alcançar um êxito inédito. Uma esperança de que sem o peso da responsabilidade e pressão, tudo se tornaria possível, até uma medalha.

A partir da consolidação do resultado os discursos se alteram. A felicidade e o sentimento de orgulho dão lugar à ideia de conquista excepcional e o futebol, novamente, se apresenta como medidas nas comparações. Não obstante os estereótipos (como a garra desprovida de técnica e o jogo viril como substituto da organização tática) ligados ao futebol que contribuíram para sua derrocada histórica em termos de títulos e diminuição da relevância da *Celeste Olímpica* no

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

Mundo, Bayce (2003) argumenta que esse esporte ainda é a força motriz da identidade nacional uruguaia. Deste modo, o discurso sobre identidade e orgulho nacional passa a ser uma disputa entre as últimas "conquistas" dos dois esportes.

Figura 5 – Agregado das associações entre futebol e remo. Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa "Nos fios das controvérsias"

A disputa se dá através de vozes que não mais se unificam em homogeneidade. A ênfase na péssima fase que se apresenta a seleção uruguaia – não emociona, não mobiliza sentimento de orgulho nacional, somente apatia e desinteresse – é o que salientam os discursos. E se tratando de recursos financeiros disponíveis para cada esporte, a conquista do sexto lugar do remo nas Olimpíadas deveria causar mais efusão e alegria do que a conquista do quarto lugar da seleção uruguaia de futebol na Copa do Mundo de 2010. Os jornalistas são cobrados pela pouca cobertura do remo e da ausência de alegria verdadeira com a conquista. Além de tudo, surgem movimentos para que a recepção dos remadores no aeroporto seja parecida à recepção dos futebolistas: saguão lotado, bandeiras e gritos de apoio.

Ao fim e ao cabo, esses movimentos são desidratados pelas condições epidemiológicas provenientes da pandemia de Covid-19. O voo que traz os atletas de Tóquio precisa realizar uma escala em Buenos Aires e fica retido por lá durante um dia. A mobilização de recepção arrefece juntamente com a efervescência do orgulho nacional. Somente a conta do *Twitter* do *Montevideo Rowing Club*, ainda que timidamente, continua informando da chegada e da recepção dos atletas. Os jornalistas se silenciam sobre o remo e retornam seus olhares para o futebol. A felicidade e o orgulho nacional deixam as águas revoltosas das emoções e seguem o seu fluxo apaziguado novamente.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

Considerações finais

Sem pódio e sem medalha. Esta foi a realidade da delegação olímpica uruguaia. No entanto, o sexto lugar do remo provocou sentimentos de felicidade e orgulho que acionaram os discursos e narrativas, entre jornalistas, espectadores e torcedores, na plataforma digital *Twitter*. Nos fios que agrupavam e interagiam esses atores sociais, a identidade nacional, através de emoções, ficou em evidência uma disputa entre o remo e futebol.

A comemoração do desempenho do remo está associada a essa disputa em comparação ao futebol. Não somente evidenciam as diferenças de recursos financeiros, apoio público e afetivo entre os dois esportes, como também apontam para a situação do futebol uruguaio: seu malogro em orgulhar e prover de felicidade o país.

Não obstante, é o futebol que se torna o meio pelo qual a emoção desencadeada pelo com o remo pode ser expressa de forma a atribuir o sentimento de pertencimento coletivo e a valorizar a identidade uruguaia. Essa valorização se dá na percepção, entre os interlocutores na rede social, que uma façanha foi testemunhada. Contribuem para essa percepção os discursos de carências e suas superações através do sacrifico e da perseverança. Os sentimentos de felicidade e de orgulho atrelados a um desempenho exitoso, mesmo sendo a última colocação na final Olímpica de remo, – um esporte com características elitista, segregacionista, dominantemente masculino e branco, heterossexual e heteronormativo – possui coerência a partir do momento em que se compreende o contexto em que foi possível alcançar essa conquista, qual seja, uma ausência de recursos destinados ao esporte olímpico, o desconhecimento e invisibilidade do remo, o diminuto efetivo de atletas selecionados para a competição olímpica e a carência de pertencimentos afetivos e comunitários ligados ao principal esporte uruguaio: o futebol e a *celeste olímpica*.

Recebido em 18 de abril de 2023.
Aprovado em 10 de janeiro de 2025.

Referências

BANDEIRA, Marilia Martins. Ler o rio, entender com o braço e remar como um só: estudo etnográfico sobre corpo, técnica e aprendizagem na navegação de rios de corredeira em bote ou rafting. *Esporte e Sociedade*, 31: 1-28, 2018.

BAYCE, Rafael. "Cultura, identidades, subjetividades y estereótipos: preguntas generales y apuntes específicos em el caso del fútbol uruguayo". In: ALABARCES,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

Pablo (org.). *Futbologias: fútbol, identidade y violência em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. pp. 163-176.

CAETANO, Gerardo. *Historia mínima de Uruguay*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2019.

CAJE, Cristhian. "Os vencedores cheios de glória": articulações entre masculinidades e memória na imagem do remo em Florianópolis. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

CAJE, Cristhian; RIAL, Carmen. Remando em águas da antropologia: mapeamento da produção antropológica sobre o remo nas Ciências Sociais brasileiras. *Novos Olhares Sociais*, 3 (1): 152-177, 2020.

CARRIÓN LÓPEZ, Jorge. El orgullo del compatriota. Discurso, ideología y nacionalismo banal en El País. *Mediaciones Sociales*, 14: 41-58, 2015.

CAUDWELL, Jayne. "Easy Oar!": rowing reflections. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 3 (2): 117-129, 2011.

CHANDLER, Timothy. Games at Oxbridge and the public schools, 1800-1880: the diffusion of an innovation. *International Journal of the History of Sport*, 8 (2): 171-204, 1991.

DUQUIN, Mary. "Sport and emotions". In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric. (Ed.). *Handbook of sports studies*. London/Thousand Oaks/New Delhi: SAGE Publications, 2000. pp. 477-489.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de janeiro: Zahar, 2002.

GRUMBRETCH, Hans Ulrich. *Elogio da beleza atlética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LABORIDO, Gastón. El surgimiento del primer club de remo em Montevideo: el Montevideo Rowing Clud (1874). *História (s) do Sport*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 2020.

LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. "Homo felix: a grandeza e a miséria de uma utopia". In: *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 333-370.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia (USP)*, 34: 197-221, 1991

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117, 1995.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

MELO, Victor Andrade de. “Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil”. In: DEL PRIORI, Mary; MELO, Victor. A. (orgs.). *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. pp. 35-70.

OLIVEN, Ruben George. “A atualidade da nação”. In: SALLUM Jr., Brasílio *et al*. (orgs.). *Identidades*. São Paulo: EdUSP, 2016. pp. 125-144.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROCHA, Everardo. “O estranho mundo dos anúncios”. In: *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 23-36.

RODRÍGUEZ, Alejandro Giménez. Presencia inglesa em el Uruguay a través del fútbol. *3er Seminario Regional de Ciudades Fortificadas*. 17 y 18 de Mayo de 2007.

ROJO, Luiz Fernando. “Emoções e esporte em diálogo”. In: CAMARGO, Wagner Xavier; PISANI, Mariane; ROJO, Luis Fernando (orgs.). *Vinte anos de diálogos: os esportes na antropologia brasileira*. Brasília/Curitiba: ABA Publicações/Brazil Publishing, 2021. pp.183-192.

ROJO, Luiz Fernando. “A vela como um espaço de construção e transmissão de valores”. In: SPAGGIARI, Enrico; MACHADO, Giancarlo; GIGLIO, Sergio (orgs.). *Entre jogos e copas: reflexões sobre uma década esportiva*. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2016. pp. 307-324.

ROJO, Luiz Fernando. Os múltiplos corpos da vela. *Actas del I Encuentro Latinoamericano de Investigadores sobre Cuerpos y Corporalidades en las Culturas*. Editorial: Investigaciones en Artes Escénicas y Performáticas. Agosto, 2012.

VELHO, Gilberto. “Projeto, emoções e orientação em Sociedades Complexas”. In: *Individualismo e cultura: notas para uma sociologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. pp. 13-38.

VIGOYA, Mara Viveiros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15344

ACENO

Sobre violências e resistências nas experiências escolares:
narrativas de um estudante jovem gay, negro, de classe social baixa[1]

Rita de Cassia Santos Cortes[2]
Marcos Lopes de Souza[3]
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O texto é decorrente de uma pesquisa de mestrado realizada com um estudante jovem de escola pública periférica do interior da Bahia, porém oriundo do Rio de Janeiro, que se identifica como gay, negro e de classe popular. Neste constructo, buscamos trazer à tona as relações de poder predominantes na escola, enquanto espaço de formação que reforça as marcas sociais voltadas ao sexo/gênero, etnia/raça e classe, determinadas pela homofobia, branquitude e o classismo.

Palavras-chave: escola; relações de poder; marcadores sociais; heteronormatividade.

[1] Este trabalho é um fragmento da dissertação de mestrado desenvolvido pela autora do texto com orientação do coautor. A pesquisa foi desenvolvida com recursos próprios da autora.

[2] Mestra Em relações étnicas e contemporaneidade pelo PPGREC da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais. É professora efetiva da educação básica da rede pública estadual da Bahia em Jequié.

[3] Mestre e doutor em Educação pelo PPGE da UFSCar, com estágio pós-doutoral em Educação pela UFJF. É professor pleno do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié (BA). É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores e do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, ambos da UESB. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais (ACUENDAÇÕES).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

SANTOS CORTES, Rita de Cassia; SANTOS, Marcos Lopes de. **Sobre violências e resistências nas experiências escolares: narrativas de um estudante jovem, gay, negro, de classe social baixa.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 489-504, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

On violence and resistance in school experiences:
narratives of a young gay, black student from low social class

Abstract: The text is the result of a master's research carried out with a young student from a public school on the outskirts of Bahia, but from Rio de Janeiro, who identifies himself as gay, black and working class. In this construct, we seek to bring to light the prevailing power relations in the school, as a training space that reinforces the social marks focused on sex/gender, ethnicity/race and class, determined by homophobia, whiteness and classism.

Keywords: school; power relations; social markers; heteronormativity.

Sobre la violencia y la resistencia en las experiencias escolares:
narrativas de un joven estudiante gay, negro y de baja clase social

Resumen: El texto es el resultado de una investigación de maestría realizada con un joven estudiante de una escuela pública de la periferia de Bahía, pero de Río de Janeiro, que se identifica como gay, negro y de clase trabajadora. En este constructo buscamos sacar a la luz las relaciones de poder imperantes en la escuela, como espacio de formación que refuerza las marcas sociales centradas en el sexo/género, la etnia/raza y la clase, determinadas por la homofobia, la blanquitud y el clasismo.

Palabras clave: escuela; relaciones de poder; marcadores sociales; heteronormatividad.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

O texto que segue é o recorte de uma pesquisa cujo participante é um jovem estudante de ensino médio de uma escola pública periférica de um município da Bahia. Em sua integralidade, foi utilizada a entrevista narrativa para a construção das informações, por entender que esse percurso apresentaria maiores possibilidades de garantir um material farto e rico, visto que haveria um entrevistado, e ainda, em conformidade com Jovchelovitch e Bauer (2002), haveria desprendimento de serem elencados fatos e acontecimentos de experiências pessoais sem extensos interrogatórios.

Nesse sentido, as autoras anunciam ainda que "contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal" (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002: 89). Dessa maneira, foram realizadas três entrevistas, em momentos distintos, com a duração de 90 minutos em cada participação.

Para a análise das informações construídas, foi eleita para nortear a pesquisa a emergência e materialidade do discurso, conforme o entendimento de Michel Foucault (1996). O pensamento do autor evidencia que não se deve ver o mundo dividido entre o discurso e discurso excluído, em pontos extremos, mas como uma "multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes" (FOUCAULT, 1996: 95). Assim, a produção do discurso está entremeada por outros discursos como se fosse uma teia e o sujeito que o produz não é autônomo, ele é simultaneamente um e vários, visto que seu discurso está atrelado a muitos outros. Com isso, compreendemos que o discurso, na visão foucaultiana, é um fenômeno heterogêneo pois há uma dialogicidade entre o sujeito que o produz e outros muitos sujeitos.

O entrevistado da pesquisa se chama Renato. Ele se autodenomina gay, negro, de classe social baixa. Para esta tessitura foram escolhidos dois fragmentos da fala de Renato relacionados à escola. No primeiro fragmento, Renato ainda é criança e reside no Rio de Janeiro, de onde é oriundo. Lá, ele frequentava uma escola pública e relata que trazia em seu corpo algumas marcas que o aproximavam do feminino, e isso o fazia ser abordado pelos outros garotos da escola de maneira hostil. Essas marcas, segundo o jovem, eram demonstradas por meio da maneira de andar, gesticular e até mesmo da fala. Essa performance o colocava num lugar de estranho, visto que as normas sociais determinam e demarcam o lugar e a maneira como um corpo é bem aceito ou rejeitado.

O segundo fragmento evidencia um fato ocorrido na entrada da escola situada em uma escola situada no interior da Bahia. Renato já era um jovem e frequentava o ensino médio noturno. No início, há um diálogo com dois policiais, motivado por um assalto em que Renato foi a vítima sendo subtraído o celular. Ele realça o desconforto experimentado no diálogo, pelo fato dos policiais lerem seu corpo de homem gay. Nesse sentido, o foco dos profissionais da segurança pública deixa de ser o assalto, a vítima, e é transferido para o corpo, que não condiz com as normas sociais. É um corpo marginalizado, por isso Renato não é visto nem respeitado como cidadão.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

“Então, eu cheguei muitas vezes a pular o muro pra ir pelo mato, sair pelo mato, até sair lá na frente onde era movimentado pra ninguém fazer nada comigo”: muitas resistências para escapar das agressões

Nesta narrativa abaixo, Renato evidencia sua relação com os colegas fora da escola. Conta um episódio que se repetia com tanta frequência que já havia se tornado uma rotina. O fato ocorria não mais no interior da escola, mas na saída para o caminho de casa. No momento em que acabava a aula e as classes eram liberadas, as tensões continuavam e geralmente ele precisava esperar os colegas irem embora para depois sair para não ser agredido. A escola ficava distante de casa, dependia de condução para o retorno, então o caminho de volta muitas vezes se tornava uma aventura.

> *Eu saía correndo da escola. Eu tinha que esperar eles irem embora pra depois eu ir embora e depois tinha que ficar justificando pra minha mãe porque eu me atrasei, quando ela estava em casa, porque ela trabalhava. A escola era num lugar, num local periférico. Ao redor e atrás tinha um matagal. Então eu cheguei muitas vezes a pular o muro pra ir pelo mato, sair pelo mato, até sair lá na frente onde era movimentado pra ninguém fazer nada comigo. E tinha um menino chamado Tadeu também que eu já cheguei a pegar o ônibus, tava uniformizado, não precisava pagar, peguei o ônibus e quando eu entrei no ônibus tinha um menino que me perseguia lá dentro que fazia resenhas[4] e tal. Só que ele tinha passado pelo lado de trás da roleta porque ele tinha cartão e eu não, aí eu fiquei na frente e aí de lá de trás ele ficava fazendo cenas, é, sinais de que tipo, vou te pegar, coisas do tipo, quando descer. E ele sabia qual era meu ponto de descida e eu sabia o ponto de descida dele. Então eu andei, eu fui mais que meu ponto, eu cheguei andar meia hora, quarenta minutos de ônibus a mais porque ele não saiu do ônibus enquanto eu não saí. Aí eu falei, poxa, eu vou ficar aqui e vou até o ponto final porque eu não vou sair daqui enquanto esse cara não sair não. Aí quando ele viu que não ia dar, que a gente ia pra muito longe, ele, desceu. Aí eu ainda demorei mais uns dez minutos desci, e fui. Nem sabia mais onde eu tava. Fui perguntar como fazia pra chegar ao tal lugar. Aí eu peguei o ônibus uniformizado e voltei pra casa. Aí eu cheguei a passar por vários tormentos assim pra não apanhar, e fora as chacotas que eu sofria que não dava para evitar. (Renato)*

Os processos violentos de preconceito e discriminação pelos quais Renato passara na infância praticados por seus colegas de classe se estendia para fora dos muros da escola. Voltar para casa passou a representar o perigo de ser agredido fisicamente conforme ele narra no episódio acima em que, muitas vezes, era obrigado a pular o muro da escola ao invés de sair pelo portão da frente para não apanhar, além de ter sido perseguido no ônibus por outro garoto da mesma escola. Para Butler (2015: 23), “uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação”. Nesse sentido, como pode ser interpretada a ação exercida por Tadeu sobre Renato?

Essa ação, que se constituiu em uma violência, pode ser pensada a partir do próprio agressor entendendo-o aqui como um sujeito produzido pelos discursos heteroterroristas (BENTO, 2011), mesmo antes de ter nascido. Sobre essas construções discursivas que constituem a criança, a autora relaciona algumas ações efetuadas em nossa sociedade pelas mulheres desde o período de gestação, mas devemos lembrar que essas ações são compartilhadas pelos outros membros da família. Dessa maneira, no momento em que o sexo da criança é revelado, elevam-se expectativas e suposições que inscrevem no seu corpo iniciando-se na escolha do enxoval, em que se determina a cor rosa para menina e azul para menino, até a escolha dos brinquedos.

[4] Em nossa região, na linguagem coloquial, o mesmo que gozações, chacotas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

Em contrapartida, a divisão dos gêneros por cores possui uma história, por isso ela se torna passível de mudança, assim como outras associações que produzem distinções e são simbolicamente construídas. De acordo com Miskolci (2005: 14):

> Cor-de-rosa já foi uma cor masculina até que a ascensão do Império britânico tornasse o azul dos uniformes da marinha a cor que adotamos até hoje como símbolo da masculinidade. Assim como as cores, muito do que associamos simbolicamente ao masculino ou ao feminino é pura convenção e passível de mudança em contextos sociais novos e mais igualitários.

As cores do enxoval da criança reforçam as distinções binárias menino/menina e adquirem uma estreita relação com os órgãos sexuais pênis/vulva, cujas funções devem obedecer ao que está demarcado socialmente. Com isso, para garantir que tudo esteja de acordo como prescreve a norma, há outras recomendações que são feitas diariamente, principalmente para os meninos, através de um heteroterrorismo contínuo, conforme assinala Bento (2011: 552):

> As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcados por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: "Pare com isso! Isso não é coisa de menino!". A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada "menino não chora!", "comporta-se como menina!", "isso é coisa de bicha!", a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada. (grifos da autora)

A norma elabora estratégias que visam insistentemente reforçar a hierarquia do binarismo homem/mulher e, assim, as famílias não acabam somente ensinando crianças a serem heterossexuais, como acabam ensinando-as a serem preconceituosas e muitas vezes violentas. Ensinam ainda que as homossexualidades devem ser vistas como algo antinatural, pecaminoso, nojento e passível de correção.

Escola longe de casa, rodeada por um matagal, embarcar no mesmo ônibus e descer em um ponto próximo ao agressor. Tudo isso favorecia a vulnerabilidade de Renato. No entanto, ao entrar no ônibus, a catraca representou o limite que o separava de seu agressor. Essa foi a porta que se abriu para evitar as agressões corporais planejadas por Tadeu, que fazia questão de gesticular ameaçadoramente, dizendo, com esses gestos, que iria agredi-lo assim que descessem, já que o ponto de parada dos dois era próximo. Tadeu deveria descer do ônibus primeiro, mas não o fez e, a partir de então, começou uma disputa para ver quem o faria primeiro. O medo a que Renato foi submetido o fez resistir para continuar no ônibus "uns dez minutos a mais", conforme seu relato, até que o outro garoto se rendesse. Isso foi a sua estratégia de luta, o mecanismo de resistência que ele utilizou frente à possibilidade de ocorrerem as agressões.

Refletindo ainda as ações de Tadeu, ele pode ser pensado como um sujeito autorizado por uma verdade construída pelas normas sociais. Essa constatação está embasada em Foucault (2015b: 52):

> Cada sociedade tem seu regime de verdade, "sua política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (grifo do autor)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

Houve, nas ações de Tadeu, uma prática discursiva pautada em uma verdade relacionada com a heteronormatividade que reside em nossa sociedade. Esse garoto se sentiu autorizado a torturar Renato pelo fato de estar posicionado em uma verdade social que traz como preceito a heterossexualidade, por corresponder às expectativas estruturadas e legitimadas pelas normas, por isso ele se torna um sujeito inquestionável e é isso o que posicionaria Renato em um lugar de desvantagem colocando-o à margem. Foucault (2015b: 54) salienta ainda que a verdade necessita ser explicada para ser melhor compreendida. Assim, torna-se importante:

> Por "verdade", entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime de verdade". (grifos do autor)

Essas explicações dizem de uma verdade normativa, que nega e impossibilita que outras verdades sejam pensadas, visualizadas e consideradas. É nessa verdade normativa que Tadeu está envolvido quando agride Renato. Nesse contexto, Tadeu simboliza a verdade e Renato uma não-verdade. Tadeu está enquadrado nas normas, ele representa a vida e Renato é uma figura viva (BUTLER, 2015b).

Para Butler (2015b: 22), a diferença entre ser uma vida e estar vivo está imbricada com as normas sociais vigentes e apresenta um paradoxo:

> uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna um problema com o qual a normatividade tem de lutar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. Situa-se fora do enquadramento fornecido pela norma.

Quanto às ações de Renato no ônibus, essas podem ser entendidas como estratégias de resistência que ele construiu. Na demonstração de poder anunciada por Tadeu, Renato também se empoderou, mesmo estando em situação de vulnerabilidade, pois ele ficou à espreita esperando a desistência de Tadeu ao passar muito além do ponto em que ambos desceriam para se direcionarem às suas casas, desistência que de fato aconteceu. Nesses dois sujeitos podem ser percebidas as relações de poder, levando-se em consideração que só há poder onde há resistência (FOUCAULT, 2015b).

Outros mecanismos de resistência podem ser listados com relação a Renato quando ele mencionou que saía correndo da escola, esperava os colegas saírem primeiro, pulava o muro da escola. Quando Foucault (2015a: 102) menciona que "o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e imóveis", podemos pensar que a resistência às várias manifestações de poder acontece de maneiras diversas e é isso o que Renato fez. Ele construiu muitas formas de resistir às agressões planejadas pelos colegas agressores.

Em sua narrativa, Renato evidencia ainda que a manifestação de preconceito de Tadeu já era algo rotineiro e acontecia no interior da escola, o que se percebe na elocução: "tinha um menino que me perseguia lá dentro [da escola], que fazia resenhas e tal". Então, o que acontecia na escola, atravessou os seus muros e se expandiu. Renato acrescenta também que já chegou a passar por vários tormentos iguais àquele para não apanhar, "fora as chacotas que não dava para evitar". O que era algo divertido para as outras crianças representava horrores para a vítima. Ser humilhado com frequência pelos colegas, motivo de piadas, vítima de ameaças e agressão física, tudo isso era produzido pelo imaginário infantil dos sujeitos que o viam como um objeto a ser desdenhado e hostilizado. Enfim, Renato não estava entre iguais.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

Essas ações violentas de Tadeu e dos demais colegas de Renato não se configuram como atitudes ingênuas ou impensadas, assim como não são em outras situações diversas. Elas foram e continuam sendo construídas pela idealização das sexualidades e dos gêneros, que começa no seio familiar e se estende para outras relações sociais, promovendo a hierarquia e a exclusão.

Miskolci (2005) expõe que a diferença no cotidiano escolar só é percebida e, consequentemente, nomeada como esquisita, ou ainda como alguma coisa que incomoda, que causa estranhamento, pelo simples fato da escola percebê-la realçando e adjetivando-a desse jeito. É a escola – formada por alunos/as, funcionários/as, docentes, gestores/as, coordenadores/as, pedagógicos/as – que faz esse sujeito se destacar e, como supostamente esse sujeito faz parte de uma minoria, precisa ser nomeado, estranhado. Assim confere o autor:

> O menino ou a menina que se revela diferente não é estranho em si mesmo. É o educador, os colegas de sala e demais pessoas na instituição escolar que os classificam como esquisitos. Marcar alguém como estranho é a forma que encontram para defender o mito da neutralidade da escola em matéria de sexualidade. (MISKOLCI, 2005: 18)

O que não se admite para uma escola, embasada na heteronormatividade, é que esquisita é a maneira como ela percebe as diferenças hierarquizando e não raro condenando-as à marginalização. Muitas dúvidas podem ser levantadas para se questionar a neutralidade da escola: ela se posiciona quando naturaliza a homofobia, deixa transparecer que a diferença é algo estranho, de certa maneira está de acordo com a postura da maioria que (re)produz os valores da heteronormatividade ao não compreender a necessidade de inserir no currículo discussões que dizem respeito à violência por que passam os sujeitos considerados desviantes da norma e, finalmente, porque considera que sexualidades e gênero estão no âmbito do privado. A escola sabe muito bem a serviço de quem está e qual deveria ser seu papel.

No entanto, se a escola é um espaço público e coletivo, mas não discute sexualidades e gênero por achar que são assuntos privados que não lhe dizem respeito, por que ela permite que essa privacidade seja invadida a ponto de conduzir as pessoas à abjeção? Isso leva à suspeita de que a escola é um local somente daqueles e daquelas que fazem parte de um padrão construído socialmente e, quanto aos/às demais, eles/elas devem se sentir privilegiados/as apenas pelo fato de serem permitidas suas presenças naquele lugar, já que estão fora da normalidade.

A forma de se autoafirmar como homem, para os colegas de Renato, assim como para muitos outros homens em nossa sociedade heterossexista, sugere uma masculinidade hegemônica (CONNEL e MESSERSCHMID, 2013), que se explica por haver uma necessidade em criar modelos, adotar padrões, idealizar referenciais e criar mecanismos de controle e imposições pela sua permanência e, não raro, ocorre por meio da violência. Tornou-se comum nos noticiários das rádios e tevês presenciarmos narrativas de violências relacionadas às pessoas LGBTTQIA+[5] e também às mulheres e, em muitos casos, não solucionadas por falta de prioridade da justiça. Geralmente, a masculinidade hegemônica, muitas vezes se manifesta de forma tão latente, que "tornar-se masculino pode implicar na combinação de uma heterossexualidade compulsória associada à homofobia e à misoginia" (LOURO, 2000b: 69-70).

Nesses episódios de violência, quando vemos e ouvimos cenas de atitudes agressivas contra pessoas LGBTTQIA+, estamos presenciando também agressões com pessoas associadas ao feminino. Assim, a homofobia não atinge apenas a

[5] Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transgêneras, queer, intersexuais, assexuais e demais identidades.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

uma pessoa inserida na sopa de letrinhas acima, mas se estende à maneira como são vistas as homossexualidades, se amplia à compreensão das inferiorização das feminilidades e ainda pode atingir a todos e todas que se autodenominam heterossexuais, pois trata-se de não apenas agredir um sujeito, mas a representação que esse sujeito traz em seu corpo.

Vejo interessante olhar com cuidado o investimento de Tadeu no ônibus. O fato ocorreu porque já havia uma rotina dentro da escola com os alunos para estranhar Renato, conforme já tenha sido discutido anteriormente neste texto. Assim, a hostilização de Tadeu constitui-se como uma extensão dos incômodos que o corpo de Renato causava no ambiente escolar. Essa manifestação para além da escola é pensada por Miskolci (2005). O autor afirma que há resistência na escola sobre os corpos que escapam aos desejos e performances heteronormativos. Por isso, "fora da sala de aula eles serão insultados, uma forma de declará-los inferiores e abjetos, pois o ato de xingar não os denomina apenas, antes os classifica como inferiores e indesejados" (MISKOLCI, 2005: 19).

"Só que eu tava muito nervoso, eu tava estressado, então comecei a falar coisa com coisa e rápido e tal, aí mandaram eu me conter. Aí eu ouvi o policial soltando: é viado!": quando o preconceito e discriminação geram a negação de direitos

A narrativa que segue aconteceu na escola onde Renato era aluno no turno noturno, local onde eu entrei em contato com ele para que participasse como entrevistado desta pesquisa. Conforme descrito anteriormente, a escola fica situada em um bairro periférico e muitos alunos, em especial do diurno, são beneficiários do programa Bolsa família, dada a sua carência financeira. Algumas vezes, nas principais ruas de acesso à escola, há conflitos entre pessoas envolvidas com o tráfico de drogas ou outros tipos de violência e nesses eventos a polícia é acionada para solucionar os problemas. Outras vezes, a própria polícia acaba entrando em confronto com moradores por diversos eventos associados aos problemas acima relacionados. À noite, a iluminação das ruas é precária, facilitando a ocorrência de assaltos. Em uma dessas noites, ao ir para a escola, Renato foi assaltado e conta o seguinte:

> *Eu já fui assaltado. Levaram meu celular, mas aqui na frente, nessa rua aqui em cima. Acho que foi quase um assalto, eu reagi, eu briguei. E fui pra porta da escola. Chegou lá, a viatura tava lá. Aí eu cheguei, fui comunicar. Fui falar com eles. Só que eu tava muito nervoso, eu tava estressado, então comecei a falar coisa com coisa e rápido e tal, aí mandaram eu me conter. Aí eu ouvi o policial soltando: "é viado!" Eu disse assim, gente! Que absurdo! Mas tá. Vi que não ia resolver nada aí eu entrei pra dentro da escola fui e falei com a diretora. Também não resolveu nada, aí deixei pra lá.* (Renato)

Os policiais que estão na entrada da escola fazem parte da ronda escolar, um apoio oferecido pela Secretaria de Segurança Pública, por intermédio da polícia militar, que visita as escolas públicas estaduais cotidianamente, cujo principal objetivo é garantir de forma pacífica a segurança para a comunidade escolar, inibindo a concentração de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas que costumam permanecer no entorno das escolas comercializando suas mercadorias, aliciando estudantes para o consumo ou ainda provocando desavenças. Ao serem destinados para essa função, eles são também agentes educadores, pois seu tra-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

balho nessa situação não se pauta em medidas punitivas, agressivas ou de repressão, mas tem a dimensão educativa, preventiva e conciliadora, colocando-se a serviço da comunidade escolar.

Na situação vivenciada por Renato, em que foi vítima de um assalto, era esperado que os policiais o vissem como uma pessoa que estivesse apelando pelo direito de ser protegida. No entanto, algumas posturas dos representantes da lei devem ser analisadas. À primeira vista, a fala imperativa de um dos policiais mandando-o se conter denota que vai de um extremo a outro revelando falta de sensibilidade e excesso de autoritarismo sem que seja levado em consideração a situação emocional de Renato em consequência de um assalto. Ele mesmo diz: "*eu tava muito nervoso, eu tava estressado, então comecei a falar coisa com coisa e rápido e tal*". Em seguida, quando um dos policiais emite naquele momento a expressão "é viado", está alertando ao colega de profissão que não leve em conta a queixa do estudante porque ele é homossexual, confirmando assim que sua queixa não possui nenhum valor, sugerindo ainda que aquele cidadão é menor, é menos sujeito, um abjeto.

Para Ferrari (2003: 98), palavras como homossexual, gay, viado, bicha "têm, em nossa sociedade, um significado pejorativo, servindo para definir relações de confrontos e de agressão, mesmo porque não existe outra imagem e outro significado da homossexualidade em nossa sociedade, senão esse". Miskolci (2013: 43) compartilha do mesmo pensamento de Ferrari e acrescenta ainda que, além de possuir uma conotação pejorativa, assim como sapatão, tais palavras correspondem a um xingamento e, ao serem pronunciadas, geralmente são feitas com a intenção de "julgar uma pessoa e classificá-la como objeto de nojo" produzindo o sentido de injúria.

O espanto de Renato evidencia que ele percebe o que estava acontecendo, ou seja, está sendo discriminado por ser gay. Ele compreendeu que, naquele momento, sua marca principal residia na orientação sexual, o que era interpretado negativamente pelos presentes. Com relação à figura dos policiais, cabe ressaltar que é uma das profissões construídas sob a perspectiva do masculino e o fardamento, acompanhado de armas, tornam-se imponentes símbolos de austeridade.

Conforme estudos realizados por Cappelle e Melo (2010: 74), "a Polícia Militar, analisada como um espaço organizacional de interação social, pode ser considerada uma espécie de *gueto masculino* no qual se admitiu o ingresso de mulheres há pouco tempo" (grifo das autoras). As autoras afirmam ainda que, mesmo abrindo-se espaço para o público feminino nessa profissão, as mulheres são predominantemente alocadas em funções administrativas e de relações públicas, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional.

Na pesquisa, as autoras constataram que, nesse espaço eminentemente masculino, muitas vezes as policiais são submetidas aos assédios morais que ocorrem por meio de piadas discriminatórias envolvendo a competência delas para as funções exercidas por parte dos que estão em cargos superiores. Há também os assédios sexuais, em que, quando havia a recusa das propostas feitas por esses homens, elas eram punidas, ficando impedidas de participarem de formação continuada e, por isso, impossibilitadas de serem promovidas na carreira.

No contexto da pesquisa de Cappelle e Melo (2010), em que os policiais assediam moralmente as próprias colegas por serem mulheres, é estabelecida uma hierarquização entre os gêneros, demarca-se uma fronteira em que há a superioridade do sujeito masculino. No contexto dos policiais que atendem o estudante

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

na porta da escola, eles se colocam na posição de rigidez, de masculinidade hegemônica, empreendimento que "constrói-se não apenas em contraposição à feminilidade, mas também em oposição a outras formas de masculinidade" (LOURO 2000b: 69).

Nesse fato, novamente me vem a questão da disciplinarização dos corpos citada por Foucault (2014), pois de um lado nós temos o corpo de Renato, indócil, que já é lido como um "viado", sendo colocado, portanto, em um determinado lugar (menor, inferior), demarcado socialmente. Do outro lado, temos os corpos dos policiais, rígidos, ásperos, disciplinados, corpos dóceis, fabricados pelo ofício que exercem. Foucault (2014b: 133) descreve a fabricação do corpo de um soldado a segunda metade do século XVIII:

> O soldado se tornou algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiam-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, automatismo dos hábitos.

Os corpos de Renato e dos policiais apresentam-se como antagônicos e não relacionais. Os policiais militares também são o fardamento que utilizam, tornando-os mais austeros, Porém, o fardamento estudantil de Renato não é tomado como uma referência, não é considerado, ao contrário, apenas a sua possível homossexualidade. Na situação dos policiais, a profissão aliada ao fardamento sugere que eles sejam rígidos, muito embora isso não venha a ser compreendido como uma justificativa para serem preconceituosos e seletivos ao serem convocados a atenderem as pessoas que solicitam sua ajuda.

Miskolci (2013: 10) relembra que um de seus primos, ao retornar do serviço militar obrigatório, passou por uma mudança de comportamento: "Foi nele [no uniforme do serviço militar] que vi um de meus primos, amoroso, ser brutalizado até se tornar o que se compreendia como um homem de verdade: aquele que dominava as mulheres e desprezava as bichas".

Durante o desempenho das atividades a que é atribuído, é exigido que o policial (masculino ou feminino) esteja com seu uniforme completo. Uma das peças que se destaca nesse fardamento é o coturno, uma espécie de bota com cadarços, de bico largo e cano curto, que cobre até o meio da perna. Além desse uniforme, completam a indumentária as armas e o colete à prova de balas, este último, geralmente mais usado em operações que demandam conflitos. O boné e o capacete também são usados a depender da corporação e da função exercida pela polícia.

A austeridade do primo de Miskolci em se manifestar e lidar com as outras pessoas leva o autor a compreender como deveriam ser os rapazes em sua juventude. Nessas lembranças de sua juventude, Miskolci (2013: 10-1) faz uma breve descrição de como deveria se comportar um homem de verdade:

> Um "homem de verdade", hoje percebo, era o que impunha seu poder aos outros e a si mesmo à custa de sua própria afetividade. Daí meu primo, desde o uso do uniforme, ter deixado de ser carinhoso para adotar expressões de afetividade que sempre terminavam em pequenas torturas, como se um abraço ou um carinho entre homens tivesse que resultar em uma luta, um soco ou um machucado. (grifo do autor)

Quanto ao "desprezo pelas bichas", fica comprovado no posicionamento dos policiais que atenderam Renato à porta da escola. Mas não é só isso. Outro aspecto que precisa ser levado em consideração é que a postura desses policiais di-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

ante de Renato também fere os princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, conforme o que preconiza o seu Artigo 1º, incisos II e III e Artigo 3º, inciso IV, que rezam o seguinte:

> Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> II - a cidadania;
> III - a dignidade da pessoa humana;
> (...)
> Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> (...)
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Mais que desprezo e negação de direitos, podemos pensar ainda que essa atitude dos policiais se estende a algo mais dramático e costumeiramente praticado pela polícia, que é o tratamento dispensado por ela a gays, travestis e transexuais quando esses chegam nas delegacias sob alguma acusação ou até mesmo como vítimas. Sobre essa violência, muitas vezes inquestionada ou também apoiada pela sociedade civil, Rosimeri Aquino da Silva, em sua tese de doutorado (2006: 10-1) descreve:

> Em 2000, comecei a trabalhar como professora nos cursos de Formação e Atualização Integrados da Secretaria de Justiça e da Segurança do estado do Rio Grande do Sul (SJS/RS), durante o governo Olívio Dutra, no período entre 1999 e 2000. Após ter encerrado a exposição teórica sobre os Direitos Humanos, durante uma aula do Curso de Atualização, um aluno da polícia civil, vestido com uma roupa de treinamento do exército, comenta em voz alta e em tom de brincadeira: *por falar em Direitos Humanos, professora, o meu colega aqui adora baixar o pau nos viados na delegacia*. Muitos outros alunos, policiais civis e militares, riram; o "acusado" confirmou dizendo: *Sim, não tem coisa que me dê mais prazer na vida do que baixar o cacete nas bichas*. (grifos da autora)

A autora relata que ficou indignada com esses depoimentos dos policiais, imediatamente acompanhados de uma risada coletiva e em uníssono dos demais colegas presentes, como manifestação de apoio às narrativas. Nesse trecho, interessante perceber como a linguagem falocêntrica é utilizada pelo primeiro narrador ao falar "*meu amigo aqui adora baixar o pau nos viados*" e, em seguida pelo segundo narrador quando elucida "*não tem coisa que me dê mais prazer na vida do que baixar o cacete nas bichas*". Nessas falas, aparecem as palavras pau e cacete respectivamente, que são formas de nomear o pênis.

Essas enunciações trazem o entendimento de um lado que é prazeroso para o policial "oferecer" o pau e cacete aos gays, revelando o sadismo nessa enunciação, pois o prazer dele é concretizado na dor e sofrimento do outro. Esse outro não tem validade porque é *bicha* ou *viado*. Por outro lado, podemos pensar ainda que, para o policial, os *viados* e as *bichas* gostam tanto de pau e cacete, que precisam experimentá-los de várias maneiras, não apenas nas práticas sexuais. O propósito de trazer essa situação consiste em evidenciar o nível de violência praticado por pessoas que representam a lei e, no entanto, se aproveitam dessa autoridade para violentar as homossexualidades.

No episódio encenado por Renato, o que sobressaiu na sua fala não foi a queixa por ter sido roubado, o fato em si, mas o próprio Renato. Ele é somente o que denuncia seu corpo, um corpo estranho que, segundo Miskolci (2005: 13), "o que lhe confere distinção é algo físico e visível" ou, como afirma Louro (2009: 87), um "corpo que passou a ser aquilo que dá origem às diferenças". Nesse fato,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

foi confirmado que Renato era uma pessoa sem credibilidade como cidadão, desprovido de seu direito de ser ouvido por ser homossexual, classificação evidenciada no seu jeito de falar, gesticular e movimentar-se.

Uma lacuna não pode passar desapercebida na questão dos policiais de se posicionarem com rejeição às homossexualidades. Nesse universo da Polícia Militar como uma espécie de gueto masculino, como confirmaram Cappelle e Melo (2010) e, de acordo com o perfil e comportamento desses profissionais, que correspondem a uma masculinidade hegemônica, parece não haver uma borradura da sexualidade, deixando transparecer que na academia de policiais torna-se completamente inviável pensar na existência de homens homossexuais, assim como em muitos outros espaços e profissão tidos como masculinos, em que essa crença é aceita com aparente tranquilidade. Entretanto, precisamos levantar suspeitas do que aparentemente se mostra normal.

Assim sendo, pensamos que é relevante narrar um fato que aconteceu com a primeira autora deste artigo. Há quatro anos, quando eu já vislumbrava realizar essa pesquisa, fiz uma viagem para outro estado com um grupo de amigos. Devido à distância, dois motoristas guiavam o ônibus e, conversando com os dois, perguntei-lhes como era a relação de convivência com os colegas de trabalho que se autodenominavam gays. O mais velho negou a existência de motoristas de ônibus gays e o mais novo me disse que na empresa onde eles trabalhavam não havia homossexuais, mas ele conhecia dois que trabalhavam em outra empresa. Em seguida, ele continuou: "*na nossa profissão é muito raro ter viado, isso é muito comum na profissão de vocês porque eles não gostam de ser motoristas, gostam de ser professores*".

Discordando de sua fala, eu lhe expliquei que, muitas vezes, não era a identificação com a profissão, mas essa presença poderia estar mais relacionada com o fato de que, apesar de ainda termos muitos problemas envolvendo homofobia, nós professores e professoras talvez exteriorizamos menos os preconceitos, assim, eles devem se sentir menos desconfortáveis e não tão excluídos em nosso meio. Acrescentei ainda que os desejos fazem parte de nós, seres humanos e, muitas vezes, não estão alinhados com o sexo e o gênero, por isso existem homossexuais em todos os lugares e profissões, mas muitos se escondem por medo da violência e exclusão, pois vivemos em uma sociedade onde há a imposição de que todos nós sejamos heterossexuais. Finalmente, acrescentei que a preferência de homossexuais por algumas profissões pode residir também no fato dessas pessoas não precisarem mascarar sua sexualidade fingindo ser quem não são.

Fiquei pensando depois na resposta dos dois homens ao negarem a existência de homens gays em seu ambiente de trabalho. Essa negação não é sem motivo. De certa forma, eles estão afirmando sua masculinidade ao mesmo tempo em que rejeitam a possibilidade de conviverem, na empresa onde trabalham, com outras pessoas que vivem sexualidades diferentes das hegemônicas.

Passado algum tempo e conversando sobre viagens com um amigo que se autodenomina gay, ele me contou que certa vez participou de uma excursão com uma turma de pessoas, homens e mulheres que se autodenominavam heterossexuais e, na pousada onde se estabeleceram, ele ficou no mesmo quarto que o motorista do ônibus. Durante esse período viveram intensas noites de amor, porém, durante o dia e, em público, eles combinavam de manterem segredo. Ao finalizar a história, com um certo brilho nos olhos e sorriso nos lábios, meu amigo acrescentou: "*Sabe, Rita, aquele foi o melhor final de semana da minha vida*".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

Nesse sentido, retomo a necessidade de se levantar suspeitas sobre esses espaços de trabalho, considerados guetos masculinos, mais que isso, talvez seja necessário que sejam contestados e serem pensados não mais como lócus de masculinidade hegemônica, heterossexual, mas como possibilidades de masculinidades no sentido plural da palavra.

Voltando à cena em frente à escola, Renato percebe que sua voz não ressoa aos policiais presentes, por isso recorre à direção escolar, que também parece não dar importância ao episódio. Então ele "deixa pra lá". Nesse episódio, certamente a diretora não poderia resolver o problema do assalto, ocorrido fora das dependências da escola, mas ela poderia ter interferido junto aos policiais para que dessem atenção à queixa do aluno. O que marcou Renato, além de ter sido assaltado, foi mais a falta de sensibilidade e a insignificância com que fora tratado por profissionais que tinham o dever de ampará-lo. De um lado, os policiais, a lei; do outro, a diretora, que representa uma autoridade na unidade escolar.

Por ser classificado como homossexual, por ser visto como alguém que está fora das normas, seus direitos são negligenciados por quem deveria resguardá-los. A polícia o hostiliza negando seu direito como cidadão pelas vias do menosprezo e a escola o trata com indiferença. Com base nessas constatações, faz-se necessário questionar: *será que a atitude de tais autoridades seria a mesma se fosse um/uma aluno/a heterossexual, branco/a, de classe média ou rica*? Uma resposta imediata pode ser negativa ao pensarmos que em uma sociedade heteronormativa, os direitos são atribuídos de forma desigual. O que essas autoridades fazem é reiterar as normas por meio de seus posicionamentos. Assim, por escapar da hegemonia, Renato passa a ter menos direitos do que outras pessoas por ser gay. O corpo de Renato é o disparador para o discurso da escola e dos policiais. Há uma absolutização da identidade homossexual no posicionamento desses educadores com relação a Renato, pois no fato "tudo passa a ser lido como expressão da homossexualidade" (FERRARI, 2011: 105). Nos discursos produzidos pela diretora e pelos policiais, Renato deixa de ser cidadão, homem, estudante, pessoa humana; ele é o que o seu corpo é, nada mais que isso. Nesses discursos, o sujeito é somente o homossexual e, como tal, explica Foucault (2015a: 48):

> Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, uma vez que é o segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular.

Ao pensar na diretora, enquanto educadora, quando ela tratou o aluno com indiferença, não levando em consideração o assalto e a hostilização da polícia que estava na porta da escola, ela reforçou que, naquele ambiente, alguns alunos são merecedores de mais atenção e atendimento que outros. Nesse sentido, Miskolci (2005; 15) considera que:

> Ignorar gays e lésbicas é uma das formas que a escola utiliza para construir identidades de gênero tradicionais, mas vale sublinhar que ignorância é intencional e ativa. Os educadores e educadoras partem de uma desvalorização de formas alternativas de compreensão dos gêneros e de vivência da afetividade para que as identidades esperadas sejam construídas em cada menino ou menina.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

Na cena narrada houve um posicionamento da escola em não considerar o estudante. Ao desvalorizar as formas não-hegemônicas de gênero e das sexualidades, a escola está condizente com a normatividade que persiste na fixidez dos corpos e também com o ódio e a violência advindos dela.

A falta de atenção com os alunos que escapam das formas hegemônicas de sexualidades e gênero apresentou-se como recorrente nas falas de Renato. Essa hierarquização é comprovada quando ele relata:

> *Olha, muitas coisas que acontecem na escola a direção costuma acobertar. Costuma... ah! Não vai se repetir de novo, sempre a mesma cena se repete e eles continuam com o mesmo discurso de que não vai se repetir. Então como não foi a primeira vez, assim quando eu falo não foi a primeira vez eu falo de todas as escolas que já passei tanto aqui quanto no Rio e sempre é: não vai se repetir e a cena acaba se repetindo e fica por isso mesmo. Também tem muitas coisas que não adianta levar para a direção, é... um exemplo: também, às vezes por estereótipos, por uma visão errada da sociedade a gente acaba sofrendo algo, como, não temos voz nesse local porque somos viados, somos gays.* (Renato)

Na narrativa acima, em que Renato afirma que a direção costuma acobertar muitas coisas, além de repetir sempre o mesmo discurso de que não vai se repetir de novo, mas "*sempre a mesma cena se repete e eles continuam com o discurso de que não vai se repetir*", evidencia o descrédito dele em relação à escola. Em todas elas, ele foi classificado e julgado como menor em relação aos outros colegas, por isso é uma estratégia construída para demonstrar que há bons e maus exemplos visíveis nas marcas corporais. Essa classificação dos corpos é assim analisada por Miskolci (2005: 18):

> Na verdade, o que se estabelece no espaço escolar é algo mais complexo e violento do que pode parecer à primeira vista. A identificação e a classificação dos corpos estranhos revelam a certeza de que as crianças e os jovens aprenderão a ser "normais" não apenas por meio de bons exemplos, mas também pelo reconhecimento e pela rejeição daqueles que constituem "maus exemplos". A escola ensina a estranhar aqueles que manifestam interesses sexuais por colegas do mesmo sexo, portanto tem papel ativo na transformação de sua diferença em algo que espera que os outros estudantes venham a identificar como incorreto, inaceitável e até mesmo desprezável. (grifos do autor)

O olhar da diretora sobre as homossexualidades é de estranhamento. Ela classifica o outro – Renato – pela sua sexualidade. Dessa maneira, pelas narrativas acima, pode-se concluir que a escola está atada ao pensamento das concepções binárias sobre as sexualidades e gênero e, ao trazer à tona esse pensamento no tratamento dados às formas não-hegemônicas, ela demonstra que está sendo cúmplice com a forma de sexualidade heterossexual, prescrita como a única permitida e aceitável, ao mesmo tempo em que desconsidera pensar as pessoas para além dos órgãos sexuais tendo estes uma finalidade única, ou seja, para a escola não se pode pensar o sexo voltado para os desejos e prazeres, apenas para a reprodução.

Algumas reflexões conclusivas

A escola, enquanto espaço de saber, produz sujeitos. Nesse ambiente, muito mais que conteúdos programáticos, os discursos emergem para marcar o lugar de cada um/uma que nela está inserida. Assim, além das ações pedagógicas curriculares, podemos pensar o espaço escolar como um lócus de tensão constante em que as diferenças são vistas de maneira que é possível reconhecer as hierarquizações. De acordo com Louro (2000a: 14), quando alguém narra suas experiências

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

escolares, nelas vão estar presentes, com maior frequência, as relações com as pessoas do que os conteúdos estudados:

> As marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual.

Sobre essas relações, Renato rememora fatos importantes relacionados a sua vivência nas escolas. Essas experiências foram marcadas por preconceitos e discriminações de diversas formas, pois a escola também possui uma verdade que está alinhada com as normas sociais. No entanto, precisamos pensar que a escola faz esse alinhamento devido às composições familiares destacadas na sociedade, alinhadas com a heteronormatividade. Assim, é interessante olhar cuidadosamente para o comportamento de outros profissionais, no caso da segunda narrativa, os policiais, que se inseriram na escola também como educadores. Assim, conforme já anunciado anteriormente os discursos produzidos por um sujeito dizem muito desse sujeito, mas não são de sua autentiticidade, eles são de muitas outras autorias, pois estão carregados de muitos pensamentos com os quais nos identificamos ou não.

Ainda sobre os discursos, podemos dizer que trazem muitas verdades já construídas. Essas verdades estão voltadas para nos fazer compreender que o ambiente escolar está afinado com o pensamento biologicizante sobre o corpo e, por isso, precisa ser desestabilizado para pensar nas sexualidades silenciadas e marginalizadas. Nesse sentido, a escola pode se configurar como um espaço que potencializa as variadas possibilidades e formas de se fazer existir.

Recebido em 30 de abril de 2022.
Aprovado em 10 de janeiro de 2025.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos feministas*, 19 (2): 549-559, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie*, 11 (3): 71-79, 2010.

CONNELL, Robert W., MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, 21 (1): 241-82, 2013.

FERRARI, Anderson. "Esses alunos desumanos": a construção das identidades homossexuais na escola. *Educação e Realidade*, 28 (1): 87-111, 2003.

FERRARI, Anderson. "Silêncios e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas". In: FERRARI, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco (orgs.). *Silêncios e educação*. Juiz de Fora: UFJF, 2011, p. 91-111.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015a.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014b.

JOVCHELOVITCH, Sandra. BAUER; Martin W. "Entrevista narrativa". In: BAUER, M. W. GASKELL, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 88-113.

LOURO, Guacira Lopes. "Heteronormatividade e Homofobia". In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. "O corpo educado: pedagogias da sexualidade". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). Pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a, p. 07-27.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, 25 (2): 59-76, 2000b.

MISKOLCI, Richard. "Um corpo estranho na sala de aula". In. ABRAMOVIWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). *Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas: Papirus, 2005, p. 13-26.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. São Paulo: Autêntica, 2013.

SILVA, R. Aquino da. Identidades heterogêneas na contemporaneidade violenta: um estudo a partir de uma sala de aula singular. Tese de Doutorado, Educação, UFRGS, 2006.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.13756

ACENO

Entre babados, fofocas e closes:
notas antropológicas sobre experiências homoafetivas em um terreiro de umbanda

Victor Lean do Rosário[1]
Universidade Federal do Pará

Resumo: O terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas, situado na cidade de Igarapé-Açu, nordeste paraense, tem no festejo da cabocla Mariana uma composição diversificada de sujeitos dissidentes, cujas bichas interagem com as entidades e dão os closes na varrição. Neste sentido, este artigo tem por objetivo compreender as vivências dos homens gays que transitam na varrição, produzindo subjetividades, experiências e desejos. Metodologicamente, utilizo as minhas anotações de campo para analisar como as homossexualidades masculinas transitam pelo festejo, destacando suas posições e arranjos sexuais no terreiro. As incursões criadas pelas bichas demonstram como a varrição auxilia nas relações que se entrelaçam tanto com o sagrado, quanto com o desejo, e embora os homens não possam se relacionar afetivamente no barracão, é naquele espaço que são construídas ou tensionadas as negociações sexuais entre as bichas.

Palavras-chaves: desejo; homens gays; experiências.

[1] Mestre em antropologia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando em antropologia pela mesma universidade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.

ROSÁRIO, Victor Lean. **Entre babados, fofocas e closes: notas antropológicas sobre experiências homoafetivas em um terreiro de umbanda.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 505-520, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Between friles, gossip and closes:
anthropologia notes about homoafetive experience in an umbanda terreiro

Abstract: The Mina Nagô Cabocla Mariana and Tapinaré das Matas terreiro, located in the city of Igarapé-Açu, northeast of Pará, has a diverse composition of dissident subjects in the celebration of cabocla Mariana, whose fags interact with the entities and give close-ups in the sweeping. In this sense, this article aims to understand the experiences of gay men who work in sweeping, producing subjectivities, experiences and desires. Methodologically, I use my field notes to analyze how male homosexuality transits through the celebration, highlighting their positions and sexual arrangements in the terreiro. The incursions created by the fags demonstrate how sweeping helps in the relationships that are intertwined both with the sacred and with desire, and although the men cannot have an affective relationship in the shed, it is in that space that the sexual negotiations between the women are constructed or tensioned.

Keywords: desire; gay men; experiences.

Entre friles, chistes y cierres:
notas antropológicas sobre experiencias homoafectivas em um terreiro umbanda

Resumen: El terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana y Tapinaré das Matas, ubicado en la ciudad de Igarapé-Açu, noreste de Pará, tiene una composición diversa de sujetos disidentes en la celebración de cabocla Mariana, cuyas banderas interactúan con las entidades y dan primeros planos en el barriendo. En ese sentido, este artículo tiene como objetivo comprender las experiencias de hombres homosexuales que trabajan en barrer, produciendo subjetividades, experiencias y deseos. Metodológicamente, utilizo mis notas de campo para analizar cómo transita la homosexualidad masculina a través de la celebración, destacando sus posiciones y arreglos sexuales en el terreiro. Las incursiones creadas por los maricones demuestran cómo el barrido ayuda en las relaciones que se entrelazan tanto con lo sagrado como con el deseo, y si bien los hombres no pueden tener una relación afectiva en el cobertizo, es en ese espacio donde se desarrollan las negociaciones sexuales entre las mujeres. construidos o tensados.

Palabras claves: deseo; hombres gays; experiencias.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

A (re)organização da antropologia na década de 1980 modificou as estruturas basilares da disciplina, propondo novos componentes para a etnografia. Desde a observação participante de Malinowski (2013[1922]), a pesquisa de campo se tornou um lócus central para o desenvolvimento da escrita etnográfica, seja como um texto que fala sobre os "outros", seja como um apêndice cujas anotações são pessoais e até indiscretas, uma vez que se torna a ferramenta indispensável para o saber/fazer antropológico (MARQUES e VILELLA, 2005).

As posições éticas, políticas e sociais da antropologia ao longo do tempo auxiliaram na reformulação de lógicas estabilizadoras, tal como a noção de parentesco (SCHNEIDER, 2016[1968], o conceito de cultura (WAGNER, 2010), as noções de sociedade e de indivíduo (STRATHERN, 2014), pondo em xeque a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 2002) e as diferenças culturais entre "eu" e o "outro" (ABU-LUGHOD, 2018). Seja pela reinvenção das categorias, seja pela modificação das formas de pesquisas, as críticas aos conceitos citados acima dissolveram narrativas teóricas que tentaram estabilizar as relações sociais analisadas pelo processo etnográfico. Eu, enquanto estudante de antropologia, não almejo a estabilização das pulsões dos homens gays dentro do terreiro de umbanda, mas invisto na explicação das relações reais, pautadas na decodificação das experiências das homossexualidades masculinas no terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas.

A proposta que trago para este artigo é de compreender as vivências e desejos dos homens gays que transitam na *varrição*, após o festejo[2] da cabocla Mariana[3], produzindo subjetividades, experiências e desejos. O terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas encontra-se na cidade de Igarapé-Açu, a 117 quilômetros da capital paraense, fazendo parte da mesorregião do nordeste paraense[4] e microrregião da zona bragantina[5]. Minha dissertação intitulada *"Nesse terreiro tem axé e tem viado": experiências homoafetivas e sexualidade em um terreiro de umbanda no nordeste paraense* foi realizada neste local, onde eu analisei os lugares e experiências dos homens gays dentro do terreiro de umbanda situados no terreiro, a fim de compreender as dinâmicas entre materialidade sagrada e trânsitos homoafetivos (ROSÁRIO, 2023).

Neste artigo, proponho pensar como os homens gays produzem as relações na *varrição*, cujas tessituras formam esferas que operam tanto na dinâmica do sagrado, quanto na ordem do desejo. Por isso, o percurso etnográfico acompanhará apenas o momento posterior da festa, se atentando nas entrelinhas que constituem as experiências, conflitos e desejos. Mas afinal, o que é a *varrição*?

[2] Os festejos no terreiro consistem nas comemorações das entidades no *Ori* do médium que a recebe. No terreiro analisado, os festejos sempre angariam grande esforço na organização e na obtenção dos recursos financeiros.

[3] A cabocla Mariana é uma entidade das águas, muito conhecida nos terreiros de umbanda pela sua jocosidade e falta de pudor nos discursos.

[4] A mesorregião do Nordeste Paraense é uma área composta por 83.316,02 km², sendo a mais antiga fronteira de colonização do Pará (CORDEIRO, ARBAGE e SCHWARTZ, 2017).

[5] A microrregião bragantina possui uma extensão de 8.703,30 Km², compostas por 13 municípios: Augusto Côrrea, Bonito, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Francisco do Pará, Tracuateua e Igarapé-Açu, a cidade sede da pesquisa.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

A *varrição* é o dia que sucede o festejo de alguma entidade, geralmente iniciando às 12h da manhã e continua por muitas horas. Ela consiste na continuação do festejo, mas servindo principalmente para as "bichas" se divertirem sem a mediação das entidades, uma vez que na noite anterior, são elas que aproveitam, bebendo e dançando até o raiar do sol. No terreiro pesquisado, a *varrição* também serve como um momento de avaliação do festejo, a vestimenta da entidade, os principais "babados" e "quizilas"[6] da noite, além de sugestões para possíveis temas futuros, tudo isso regado a álcool e comidas variadas. Contudo, além das conversas em torno do festejo, a *varrição* serve como um catalisador e intensificador de futuros parceiros sexuais entre os homens do terreiro.

Na *varrição* não tem a mesma quantidade de pessoas que o festejo, pois geralmente as pessoas que ficam estão amanhecidas ou descansam poucas horas, retornando no horário previsto. Além disso, muitas estão visivelmente alcoolizadas. Neste sentido, o percurso metodológico tem como estrutura a paisagem etnográfica, uma vez que analisa os movimentos dos corpos homoafetivos e das entidades no terreiro, seja como "rodantes"[7], seja como simpatizantes da religião.

O terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas foi fundado em 2008 e tem como zelador o seu Tadeu, homem branco, gay, de 32 anos, que organiza junto com as entidades todo o processo burocrático e econômico do terreiro, sendo auxiliado pelos seus inúmeros filhos de santo. Os festejos ocorrem de acordo com as datas comemorativas das entidades "em cima" do pai de santo ou de algum/a filho/a de santo.

Este trabalho analisa especificamente a *varrição* festa da cabocla Mariana "em cima" do *ori*[8] do pai de santo, que ocorre no mês de novembro, e refere-se ao tempo que a entidade *desce* no *ori* do seu Tadeu. No ano de 2021, Mariana fez 19 anos. Embora não seja a minha intenção, é importante destacar o conceito de festa e a sua direta relação com o extraordinário. Neste trabalho específico, o cenário se passa na festa da entidade, pois invisto na noção proposta por Veena Das (2020) de que o extraordinário é uma fissura do cotidiano. No terreiro, estas duas categorias não podem ser analisadas de forma separada

O terreiro produz relações construídas dentro das esferas sociais, que se deslocam, tensionam ou são mantidas de acordo com as experiências dos sujeitos (SCHULTZ, 1970). Logo, as tessituras que se formam entre as entidades, os homens gays e o desejo formam camadas e interações que são operacionalizadas e intensificadas na *varrição*. Nas noites de festejo, as relações são intensificadas, as dinâmicas são produzidas em outra ordem, mas o cotidiano do espaço se estende para as facetas extraordinárias do festejo (ROSÁRIO, 2023).

A minha análise recai – mesmo que de forma secundária – em como a *varrição*, vista como um momento extraordinário, pois é a continuação da festa, é apenas uma fissura do próprio cotidiano (DAS, 2020) e tem na sua composição as mediações e conotações sexuais entre os homens no terreiro. Assim, o extraordinário encontra-se nas convivências das pessoas que são convidadas, dos pais e mães de santo que se deslocam das suas cidades para "baiarem"[9] no tambor, dos homens gays que se encontram no homoerotismo, ou até mesmo dos conflitos que ocorrem durante a noite.

[6] A *quizila* pode ser compreendida como os conflitos entre os médiuns entre si, seja do mesmo terreiro, seja de terreiros distintos. Logo, a *quizila* está presente entre irmãos de santo, pai e filho de santo, primos de santo, dentre outras relações, configurando uma dinamicidade entre os médiuns e as entidades..

[7] Rodantes são os médiuns que cedem o seu corpo para as entidades.

[8] O ori consiste no local onde a potência do médium se estabelece, desenvolve e sofre modificações. Ela situa no centro da cabeça, e é sempre protegida nos rituais com o pano de cabeça.

[9] Baiar significa dançar incorporado com uma entidade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

É possível perceber como o terreiro produz outras relações entre homens gays e as entidades, constituindo novas formas de sagrado e de desejos. Neste sentido, é importante salientar que o foco não é apenas a *varrição*, mas como as relações produzidas atravessam as homossexualidades masculinas, constituindo um cenário com possibilidades de inúmeros afetos entre os corpos gays. Mas por que analisar apenas a *varrição*? Se o festejo é composto de outros momentos, por que não o analisar também? O que difere a *varrição* do resto do festejo?

A estratégia de analisar apenas a *varrição* é justificável na medida em que opto apenas para compreender a formação dos parceiros sexuais no terreiro sem a direta mediação das entidades. Não que elas não interfiram na *varrição*, mas a sua influência é menor comparada a outras partes do ritual, pois neste momento as entidades "descansam" enquanto os médiuns e simpatizantes bebem (ROSÁRIO, 2021). Durante o festejo, quando as entidades – especialmente as entidades femininas – ainda estão "em cima" dos "cavalos"[10] gays, elas medeiam os homens que se interessam por aquela matéria e estes contatos são continuados (ou não) durante a *varrição*, agora sem o auxílio das entidades. Por isso, invisto nesta análise para descrever como estas dinâmicas e pulsões sexuais são operadas dentro do terreiro.

Por fim, ressalto que as reflexões propostas não têm a pretensão de guardar ou obter verdades absolutas. Em sentido contrário, são interpretações provisórias, que possuem o intuito de não estabilizar as tessituras, dinâmicas e relações dos homens gays no terreiro pesquisado.

"*Ei, bicha, tu é babado*": a *varrição* e seus desdobramentos

Nas noites de festejo, o fluxo de pessoas aumenta significativamente no terreiro, e, por isso, o pai de santo coloca um dos filhos de santo para servir de segurança na porta, conferindo as pulseiras que são entregues com antecedência. Contudo, na varrição, o controle de pessoas é uma questão secundária, pois a maioria das pessoas que ficam para o after nem saem do terreiro e, amanhecidos, continuam firmes e forçando o corpo a não dormir. No dia 3 de novembro, após a noite do festejo da cabocla Mariana, voltei para o terreiro ao meio-dia e me sentei na parte externa do barracão. No chão, diversas latinhas amassadas estavam espalhadas e garrafas de vidro estavam sendo recolhidas pelo namorado do pai de santo, a fim de evitar acidentes durante a varrição.

As pessoas que estavam amanhecidas estavam com olheiras evidentes ao redor dos seus olhos e o odor de cerveja exalava de seus corpos. Visivelmente cansados, conversavam com um filho de santo, que acendia a churrasqueira e preparava a carne. Quando ouvi mais atentamente as conversas, percebi que algumas "bichas" e mulheres transexuais haviam saído de uma festa e ido direto para o terreiro, pois neste momento, o controle de pessoas fica em uma posição secundária, afinal, a intenção é que eles se divirtam, especialmente aqueles/as que estavam "baiando" na noite passada.

Visualizei seu Tadeu comendo algo na cozinha de sua casa enquanto conversava com o seu irmão de santo. Enquanto isso, vários médiuns estavam chegando e, embora alguns estivessem com a expressão cansada, gritavam, batiam nas mesas e faziam brincadeiras com as pessoas amanhecidas sentadas no terreiro, como

[10] Cavalo é um dos nomes dados as pessoas médiuns que cedem seu corpo para uma entidade. Geralmente, quem os chama de cavalo são as próprias entidades.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

"ei mana, te acorda que o babado vai ser forte agora", ou "Não é tu a macumbeira? Acorda logo e bora beber". Tais comunicações ressoaram pelo terreiro como indicativo de que o festejo iria recomeçar e, com isso, o pai de santo saiu de dentro da sua casa, cumprimentou a todos que já se encontravam na parte externa do barracão, ligou o som e disse que iria se arrumar para a cabocla Mariana "descer".

Enquanto esperávamos seu Tadeu trocar de roupa, mais pessoas chegavam ao terreiro, especialmente os filhos de santo da casa. Quando eu perguntava se iam "baiar", a maioria dizia que não e apenas três confirmaram que iriam "dar passagem"[11] para caboclo, pois como dito anteriormente, a varrição é um momento que os médiuns que "baiaram" na noite passada podem aproveitar sem a preocupação com as entidades. Entretido nas conversas e risadas, não vi um rapaz que se interessou por um dos filhos de santo na noite passada chegar. Ele estava bem arrumado, com short curto e camisa branca, e o perfume adocicado da noite anterior. Ao me ver, se dirigiu a mim, sorrindo, me cumprimentou e se sentou na roda em que eu estava.

Conversávamos sobre diversos assuntos, enquanto o pai de santo, já arrumado, entrou na parte interna do barracão e, depois de um tempo, ouvimos um grito, o que indicava que alguma entidade havia "arriado" no seu ori. Era Mariana. Diferentemente das roupas mais glamourosas da noite anterior, ela trajava uma camiseta amarela e calça verde – que possuem aspectos mais masculinos –, na sua cintura, estava uma "espada"[12] bordada de vermelho e amarelo, que combinava com o pano de cabeça, das mesmas cores. O seu perfume tinha uma mistura de amadeirado e adocicado, que se misturava aos odores de cigarro e cerveja derramada no chão. O semblante de felicidade da Mariana fez com que todos que estavam presentes a cumprimentassem, enquanto ela cantava seus "pontos"[13] ao som do tambor que foi levado para a parte de fora. Na imagem abaixo, podemos visualizar Mariana dançando, enquanto um dos irmãos de santo do seu Tadeu fala ao microfone.

Imagem 1 – Mariana dançando na *varrição*. Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

[11] Dar passagem é o momento da incorporação do médium.
[12] A espada consiste no tecido que é enrolado na cintura ou na cabeça, protegendo as energias que confluem do corpo mediúnico.
[13] Os pontos ou doutrinas são as músicas entoadas pelas entidades e/ou para as entidades. Geralmente possuem aspectos cosmológicos do surgimento da entidade e da sua morada.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

A cantoria permaneceu por alguns minutos, enquanto Mariana se deleitava ao som do atabaque e, descalça, requebrava junto com filhos de santo (alguns atuados[14], mas a maioria não) em distintos "pontos" em sua homenagem. Passados alguns instantes, pediu que fizessem silêncio e agradeceu mais uma vez a presença de todos, que pudessem brincar sem conflitos, pois o terreiro era de todo mundo. Logo após as suas palavras, pediu que formassem um grande círculo, no qual a maioria das pessoas que estavam no terreiro – irmãos de santo, filhos de santo, médiuns de outros locais que vieram para o festejo –, pudessem se sentar. Me pediu que eu e a minha amiga ficássemos ao seu lado, enquanto bebericava a "espumosa"[15] e fumava um pito[16].

É interessante a distinção entre vários assuntos e como eles atravessavam outros *babados*, fofocas e acontecimentos da noite anterior e, embora várias pessoas falassem sobre temáticas diferentes, o assunto sempre voltava para a festa da noite passada. Alguns médiuns "deram passagem" para os seus caboclos "bebericarem" mais um pouco e, durante a conversa, colocaram uma grande caixa de som. Ao perguntar qual seria a programação, Mariana me falou que dois cantores locais iriam se apresentar, como forma de agrado aos clientes e aos pais e mães de santo que são de outras cidades.

Enquanto o cantor testava o som, eu observava como a *varrição* é uma mistura de clientes mais assíduos do terreiro e os médiuns de outras cidades, juntamente com os simpatizantes que frequentam o espaço cotidianamente. O círculo só aumentava com a chegada de mais pessoas e a gritaria das "bichas" disputava com o som do cantor, que estava tocando músicas que no senso comum são consideradas "do passado". A tarde se desenrolava ao som de muitas músicas, bebida e conversas. Corporalidades vistas fora do terreiro como marginais ocupavam a parte externa do barracão com danças, performances e jocosidades. Disfarçadamente, sorrisos eram manejados entre alguns homens e alguns trocavam de posição para que determinados homens pudessem conversar mais próximos uns dos outros e, assim, perceber se rolava um "clima".

O rapaz que se interessou na noite anterior em um médium incorporado se aproximou dele. Conversavam próximos um do outro, com sorrisos fartos, olhares prolongados e leves toques nas pernas. A música alta abafava as conversas, se tornando um momento propício para paquerar, trocar segredos e murmúrios, pois outras "bichas" e simpatizantes observavam quem estava a fim de quem e tentavam ajudar no possível encontro, ou interferir para que não ocorresse nada entre os interessados.

No meu lado esquerdo estava Mariana e, quase como um círculo menor, estava entre nós dois a minha amiga. Por isso, não me atentei muito para quem estava do meu lado direito, até que uma mão suave tocou na minha coxa e, num sorriso aberto, um filho de santo de outro terreiro perguntou meu nome. Me apresento e começamos a conversar sobre o festejo, sobre a decoração, a potência e o divertimento da festa. Após alguns instantes, ele se retira e volto a conversar com Mariana. Ela me diz: "*seu Victor, ele está a fim de ti*". Surpreso, digo a Mariana que não achei nada demais e não concordava, pois ele queria apenas bater papo, mas quando ele retornou, me perguntou se eu curto ficar com homens e se podíamos ir para outro local. Expliquei a ele que tenho esposa, mas agradeci o convite

[14] Estar "atuado" significa que o médium estar incorporado com uma entidade em seu corpo.
[15] Cerveja.
[16] Cigarro, geralmente industrializado. Entretanto, algumas entidades ainda utilizam o tabaco.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

e ele, gentilmente, brincou dizendo: *"tu não tem cara de hétero"*. Rimos e ele interagiu na conversa com Mariana, sem mais insinuar algum tipo de encontro entre nós dois.

Quando me atentei novamente, não vi mais o rapaz da noite anterior que estava interessado em um dos filhos de santo e percebi que este filho de santo em questão também não estava mais no terreiro. Perguntei para o médium do meu lado direito e ele me disse que os dois haviam saído juntos há alguns instantes. Enquanto brincávamos e o consumo de álcool se estendia, vi que não havia mais ninguém na área improvisada de bar e as pessoas podiam pegar à vontade as suas bebidas. Ao me levantar para pegar mais cerveja, o cantor chamou todo mundo que estava sentado para dançar carimbó. Prontamente, Mariana se levantou e foi dançar e vários médiuns também entraram no molejo da dança, levantando poeira por todo o espaço. Como o carimbó tem formas específicas de performances para homens e mulheres, várias "bichas" dançavam atribuindo a si as performances e passos que são compreendidos como de mulheres, pois requebravam os quadris e rodavam como se estivessem segurando uma saia longa, típica do carimbó.

Depois de vinte minutos, quando muitos dançarinos demonstravam cansaço, Mariana pediu que parasse a música e convidou todos a ficarem de pé, pois seria o momento do último parabéns do festejo e a hora de cortar o bolo da festa. Antes, ela proferiu mais um discurso muito emocionada, demonstrando como o caminho percorrido até aquele momento foi longo, doloroso, mas que demonstrou como a umbanda é a missão que o seu "cavalo" havia escolhido e por isso sua casa tinha muito axé. Cantamos os parabéns e, enquanto todos entoavam a música, Mariana cortava o bolo em pequenos pedaços e distribuía a quem quisesse.

Voltamos a nossos lugares e a música ao vivo cessou, dando lugar às músicas de quadrilha, a pedido de Mariana. Era perceptível que a maioria das pessoas já estava bem alcoolizada e muitos homens gays, que conversavam entre si, saíam com outros homens e posteriormente voltavam sozinhos ou acompanhados, uma vez que o ponto de encontro é no terreiro, mas se estende para além dele. Já são 22h30, quando a maioria das pessoas, extremamente alcoolizada, começa a se retirar e eu também me despeço, agradeço a Mariana pelo convite, saúdo os Orixás, peço proteção a Exu e volto para casa.

Entre babados, fofocas e desejos: algumas interpretações provisórias

A descrição feita acima destaca alguns aspectos das dinâmicas dos corpos homoafetivos e os arranjos produzidos entre as entidades, as "bichas" e o desejo. A *varrição* é uma alternativa de continuação da festa, pois a Federação Nacional dos Cultos Afro Umbandistas (Fenacab), que rege institucionalmente o barracão, autoriza que o tambor seja tocado até às 3h da madrugada, reforçada também pela Secretária Municipal de Meio Ambiente (Semma) e pela Polícia Militar, como uma regra inviolável, sob o risco de multas e até mesmo suspensão da licença da federação. Desta forma, a *varrição* se torna uma extensão da festa para os clientes e médiuns que "baiaram" na noite anterior possam aproveitar sem as restrições impostas pela máquina do Estado.

Sendo assim, a *varrição* consiste em um espaço de sociabilidade tanto das "bichas", quanto dos inúmeros corpos que frequentam cotidianamente o terreiro. Por isso, este momento serve como uma produção de vínculos entre os médiuns do terreiro, os simpatizantes e convidados que se deslocaram de outras cidades para o festejo. Os diálogos são voláteis e os corpos se movimentam, tornando o

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

espaço ainda mais plástico e dinâmico. Os homens gays costuram relações que operam tanto na esfera do sagrado, como na esfera do desejo, pois borram as tradições de gênero e se inserem no processo comunicativo e na horizontalidade das relações, nas quais o "close" e o "babado" são aspectos fundantes na dinâmica do espaço.

O "close", no espaço êmico¸ consiste nos arranjos e performances produzidos pelos corpos homoafetivos que são enfatizados, imitados ou modificados, fazendo com que as pessoas ao redor se divirtam com estas ações. Em outras palavras, a "bicha" que dá o "close" não passa despercebida no terreiro. As "bichas" que gritaram e brincaram no terreiro quando chegaram estavam dando o seu "close", o "viado" que não "arrega" para a bebida deu o seu "close" e os homens gays que são desejados na *varrição* também dão o seu "close" de beleza, charme e elegância. Logo, embora no primeiro momento possa ser visto como algo cômico e engraçado, o "close" pode ser um dos caminhos viáveis para a possibilidades de flertes entre os homens gays no terreiro.

Parker (2002) destacou como os corpos que não se enquadram na heterossexualidade são rejeitados dentro do contexto social do ocidente e, nos tempos atuais, devido ao processo de globalização, que marca o final do século XX e o início do novo milênio, as homossexualidades masculinas não estão isoladas e, em sentido contrário, fazem parte se um sistema interativo que também produz relações de poder e controle desses corpos. Logo, a heteronormatividade diferencia aqueles que não se encaixam a este padrão e dominam, excluem e tentam por diversos caminhos o controle destes corpos (LOURO, 2020). O terreiro, mesmo sendo um espaço que pode ser palco de discriminações e homofobia, como apontei em outros momentos (ROSÁRIO, 2023), ainda assim é, principalmente, um espaço que acolhe as sexualidades dissidentes, desenvolve esferas de poder e torna-se um espaço onde os "closes" podem operar de forma fluída entre as "bichas".

O "babado", por outro lado, interage com o "close" na medida que gera dois significados relacionais no terreiro pesquisado: o primeiro é a fofoca, que opera entre muros do espaço, e a segunda diz respeito aos atos produzidos pelas "bichas" ou pelas entidades, que agradam os sujeitos que habitam o barracão. O terreiro da cabocla Mariana foi "babado" por ter muita cerveja. Mariana "em cima" do pai de santo foi "babado" por ter contratado cantores durante a *varrição*. A roupa das entidades estava "babado" com os brilhos e paetês, dentre outras situações. Em suma, o "babado" é produzido na medida em que se relaciona com outros sujeitos. Contudo, é importante salientar que o "babado" só é consolidado quando as "bichas" afirmam que a ação gerou satisfação entre os corpos homoafetivos.

Estes dois conceitos êmicos, já registrados na linguagem bajubá descrita Milton Ribeiro (2010) na capital paraense, destaca como as formas expressivas produzidas pelos corpos dissidentes fazem uma mediação entre a identificação subjetiva e a identificação coletiva, o que auxilia na classificação, apropriação e relações de poder neste léxico marginal, que se emaranha nos mais diversos espaços, como bem apontou o autor. Destaco que Ribeiro analisa a disseminação do bajubá nos espaços e "pedaços" gays – uma clara alusão ao pensamento de Magnani (1996). Por outro lado, analiso o terreiro como um catalisador da linguagem bajubá. Neste sentido, o barracão é um espaço onde o bajubá *transa* com as experiências homoafetivas circunscritas no barracão, formando novos arranjos na *varrição* para a potencialização do desejo entre os corpos gays.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

Por isso que as trocas de olhares e sorrisos compartilhados na noite anterior são postos em jogo durante a *varrição*, momento em que as "bichas" podem interagir sem a mediação das entidades e consolidar ou não algum encontro sexual fora do espaço. Desta forma, enquanto a noite serve como um primeiro contato entre os possíveis parceiros, na *varrição* ocorre a comunicação direta entre os sujeitos, para que possam se conhecer e, a partir das suas subjetividades e gostos, negociarem algum tipo de encontro ou contato mais íntimo (HEILBORN, 1996). Saliento, contudo, que tais divisões apresentadas por mim – o primeiro encontro mediado pelas entidades e o segundo encontro com a negociação dos próprios médiuns –, não são pensadas da mesma forma pelos interlocutores. Esta divisão serve apenas como um fio condutor na compreensão das relações tecidas entre os homens gays no espaço.

A *varrição* produz dois tipos de comunicação. A primeira é a comunicação corporal que se emaranha nas tessituras do espaço e colide, atrita, se desentende e se conecta pela música, pelos gestos, toques, beijos e abraços. Já a comunicação verbal – interligada à corporalidade – intensifica os diálogos entre os médiuns, como uma espécie de avaliação do festejo na noite anterior. É neste momento, enquanto bebem "espumosa", que pais e mães de santo de outros terreiros opinam sobre as roupas, danças e discursos "babados" orquestrados durante a noite, dando sugestões sobre possíveis temas para os próximos anos, destacando os "closes" da noite e quem teve mais axé.

A circularidade das informações, mesmo que possua um tom de brincadeira ou até mesmo de jocosidade, é primordial para a melhoria do festejo nos próximos anos e é por este motivo que Mariana pede que todos façam um círculo para interagirem entre si. Atentos, os médiuns do terreiro analisam os comentários, concordam enfaticamente, fazendo autoavaliações, ou silenciosamente, olham entre si, com a sobrancelha erguida, como forma de deboche sobre as observações que discordam. As várias vozes que falam ao mesmo tempo, as risadas que sucedem o comentário e as brincadeiras entre as "bichas" criam uma sonoridade específica, que nem o som alto com música interfere na comunicação.

Destaco o processo de relação e comunicação entre Mariana e os seus filhos de santo e as "bichas", sejam eles cavalos ou não. Sendo assim, duas formas de diálogos são tecidas durante a *varrição*. A primeira foi apontada acima, na qual surge um espaço de avaliações sobre os "closes" e "babados" da noite anterior, cujos comentários são expostos de forma concisa, com a tonalidade da voz elevada e regada à jocosidade e brincadeiras contidas no discurso. Já a segunda forma de comunicação são os murmúrios entre os homens gays, que operam na dimensão do segredo, do "fuxico" e do desejo, que tece linhas tênues entre o corpo, a homoafetividade e as negociações sexuais (HEILBORN, 1999).

O murmúrio durante da *varrição* tem divergências e aproximações com as palavras sussurradas pelas entidades durante o ritual. No momento do trabalho, as entidades operam na ordem do segredo e da magia, como se fosse um catalisador e intensificador ritualístico. De acordo com Mauss (2003), a magia compreende ações, agentes e atos que compõem a esfera mágica, logo, quando o silêncio que paira sobre um determinado ritual ou os murmúrios inaudíveis pelas entidades fazem parte dos componentes que tornam aquele ritual eficiente e importante no mundo umbandista.

A pesquisa de Vânia Cardoso e Scott Head (2013) traz algumas pistas para compreendermos melhor o poder do silêncio e a crença no ritual. Partindo da relação teatral e entre encenação e descrença nos rituais afro-religiosos, os/as autores/as destacam como a performance medeia as interações entre entidades e

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

sujeitos, suspende o cotidiano e os move para a encenação da performance. Esta encenação ocorre dentro de enquadramentos e negociações que sintetizam os processos ritualísticos e precisam ser justificados por meios de gestos, representações, atos verbais e corporais, sendo o silêncio uma das ações pertinentes. Por isso, o murmúrio no trabalho configura arranjos distintos daquele acionado no festejo.

Já na *varrição*, as "bichas" ativam o segredo como um operador de negociações de afetos e desejos, tornando dinâmica as suas experiências sexuais. As análises de Peter Fry (1982)[17] sobre os homens no terreiro de umbanda na capital paraense destacaram como a homossexualidade masculina são voláteis e cambiantes, pois produzem novos arranjos de acordo com o contexto social. Peter Fry, ao se distanciar das noções patológicas sobre homossexualidade, investe em uma interpretação que valoriza a teatralidade e a encenação como cenários propícios das religiões afro-brasileiras como um todo, especialmente daquelas que tem "bichas" que "baiam". Deste modo, o segredo que se constitui como um pano de fundo entre os homens gays na *varrição* destoa dos escritos de Fry, especialmente na relação que ele descreve entre os homens gays.

Entretanto, Fry, embora criticado inúmeras vezes pelo sistema hierárquico e igualitário desenvolvido por ele como papéis sexualmente definidos (FACCHINI, FRANÇA e BRAZ, 2014; FRANÇA, 2013; ROSÁRIO, 2023), pode dar dicas para compreendermos o murmúrio como um operador do sagrado. De acordo com ele, os "macumbeiros" formam uma extensa rede de comunicação, cujos escândalos, fofocas, "quizilas" (ROSÁRIO, 2023) e "ningrinhagens" (VERGOLINO, 1976) ocorrem, formam tessituras e camadas que operam em inúmeras instâncias entre as "bichas". Em outras palavras, a dinâmica do ritual e dos homens gays formam ramificações que são reformuladas para atender as especificidades dos sujeitos. No caso analisado da *varrição*, o segredo e o murmúrio entre os homens gays é constituído para o ganho individual, pois pode ou não trazer encontros e benefícios sexuais.

O segredo produzido pelos homens gays é uma das formas de buscas e trocas sexuais que se estende de forma nevrálgica no espaço e, com isso, borra as classificações padronizadas de relações afetivas. Neste sentido, o segredo é um ponto modal na abertura de possibilidades de vivências das suas sexualidades em um local que produz corpos sagrados e desejados e, por isso, concordo com Oliveira (2015), que este homoerotismo – intercalado com o tambor, axé e entidades –, desenvolve um processo intenso de envolvimento sexual, cujas negociações também são bens simbólicos, materiais, corporais e sexuais. Em outras palavras, o corpo do homem gay é o próprio sagrado desejado.

Desta forma, as territorialidades produzidas no mesmo espaço moldam as formas e configurações de se relacionar dos homens gays. No terreiro, coabitam diversos corpos que se entrelaçam em uma teia de interações, vínculos de amizade, desenvolvimento afetivo-sexuais que têm como fio condutor a relação com o sagrado moldada nos rituais e na materialidades das entidades. Assim, as maleabilidades nos atos e discursividades dos sujeitos operam de acordo com as suas individualidades que são atravessadas pela coletividade do terreiro, por isso que, mesmo os murmúrios entre os homens gays que negociam algum tipo de relacionamento com discrição, as outras "bichas" sabem quem está interessado em

[17] O texto foi publicado 1982, mas a pesquisa de campo foi realizada uma década antes, com o auxílio da sua orientanda de mestrado na época, Anaíza Vergolino.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

quem, quais as trocas afetivas já aconteceram e quais pessoas vão "se pegar" depois do festejo. Dito de outro modo, o segredo é compartilhado entre as "bichas" que estão na *varrição*.

Por fim, são estas instabilidades que *in*corporam as dinâmicas do festejo e ficam nas memórias dos sujeitos que participaram da *varrição*. A possibilidade de que haja algum tipo de relacionamento mais íntimo entre dois homens só pode ser concretizada se o processo comunicacional entre eles se estabelecer e a coletividade do terreiro tenha – a partir da jocosidade – aprovado o parceiro. Esta lógica se aplica ao jovem que me "cantou" sem eu perceber, pois na minha concepção, estávamos apenas conversando, embora Mariana já tivesse me alertado de que ele não queria apenas um diálogo cordial, mas sim "ficar" comigo, e quando, de minha parte, a resposta se mostrou negativa, outros vínculos entre nós dois foram formados, dando espaço para a amizade.

Tais relações publicizam novas formas de estar no espaço do sagrado e provocam a pluralização das experiências dos sujeitos (MONTERO, 2006). Logo, percebi as diversas possibilidade de comunicação entre entidades e homens gays, que são costuradas pelo desejo, que problematizam as normatizações do corpo e, a partir das duas vivências, demandam disputas de poder (SMITH e LUCA, 2017). Não fixam em apenas uma forma de ser e estar no terreiro, mas, ao contrário, tornam instáveis as suas negociações, vínculos, subjetividades e desejos.

Neste artigo, tentei demonstrar de que modo os homens gays se inter-relacionam com o festejo, especialmente o da cabocla Mariana, e como tais dispositivos são orquestrados sobre as suas sexualidades (FOUCAULT, 1988), cujo cotidiano do terreiro, movimentado pelo som do tambor e dos corpos que dançam, disputam espaço, negociam seus desejos e se (de)encontram com o sagrado. Destaquei como os movimentos dos corpos gays potencializam e registram a dinâmica das entidades que se circunscrevem nas mais diversas fricções com os seus "cavalos", clientes e convidados e estes, por sua vez, medeiam constantemente seus (des)encontros afetivos, seja na esfera do desejo, seja na esfera do sagrado, seja em ambos.

Encerrando os "closes": considerações finais

Os arranjos entre as "bichas", as entidades e o espaço formam camadas de relações que se modificam de acordo com as experiências dos sujeitos, impulsionando o terreiro na constituição de novos sagrados. Na *varrição*, os corpos gays se comunicam pelo desejo, jocosidade, brincadeiras e pulsões sexuais, destacando como o "babado", o "close" e o axé são formas interacionais importantes na dinâmica do terreiro.

A partir das minhas observações no campo, analisei como a *varrição* é um movimento constante entre os homens gays, produzindo caminhos que operam na esfera do desejo, do oculto, do murmúrio e do silêncio, mas que são costuradas pelas experiências sagradas que rondam o terreiro. Embora os homens não possam se relacionar afetivamente dentro do espaço, é no barracão que são construídas, modificadas ou até mesmo tensionadas as negociações sexuais entre as "bichas".

Destaco que o terreiro pesquisado situa-se em uma cidade interiorana e os homens gays e os estudos sobre diversidade sexual e gênero estão se consolidando no cenário antropológico. Neste sentido, como bem apontou Gontijo e Erick (2015), os estudos sobre diversidade sexual e de gênero no contexto interiorano foram secundarizados por bastante tempo. Interessantemente, ao separarmos as

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

temáticas e analisarmos a literatura de estudos sobre diversidade sexual e de gênero e sobre ruralidade, percebemos como as linhas de pesquisa se distanciaram e foram silenciados o desenvolvimento e a interligação entre as duas. De tal modo, a partir do século XXI, incursões antropológicas sobre a sexualidades, corpos e gênero fora dos grandes centros urbanos estão sendo realizadas, apontando para especificidades interessantes destes contextos.

A partir do fluxo de pesquisas sobre diversidade sexual e de gênero, que se concentrou primeiramente no sudeste, especialmente na Unicamp[18], e, posteriormente no sul, com a UFSC[19] e UFRGS, e, posteriormente, se expandiu com a formação dos cursos de graduação e pós-graduação em outras regiões[20], se desenvolveu o imaginário de que os corpos e sexualidades dissidentes só se encontram nos grandes centros urbanos, retirando a potência das análises nos contextos interioranos. Neste sentido, Paulo Rogers (2006), ao "dar vida" às sexualidades e ao corpo camponês, demonstrou que a concepção construída sobre o corpo rural brasileiro mecaniza as relações sociais e, por isso, não pode compreender os aspectos que compõem os diversos cenários das corporalidades e sexualidades destes sujeitos neste contexto.

Em paralelo, Silvana Nascimento (2008) destacou em sua tese de doutorado o processo entre gênero e as ligações de sociabilidade em uma comunidade pecuária, apontando para as rearticulações entre trabalho, sexualidade e relações de poder a partir dos deslocamentos das mulheres e a sua inserção nas universidades, o que modificou as relações no contexto interiorano. De tal modo, a autora demonstrou como os diversos corpos que ocupam este lugar transformam e (re)criam situações, que operam como catalisadores de experiências.

Por outro lado, outro atravessamento na minha pesquisa chama a atenção, pois estes corpos homoafetivos estão dentro do terreiro de umbanda. Ruth Landes (1967[1947]), Peter Fry (1982), Seth e Ruth Leackocks (1972)[21], citados anteriormente, analisaram as homossexualidades masculinas dentro dos terreiros afro-religiosos. Contemporaneamente, Luis Felipe Rios (2004, 2011, 2012), Milton S. Santos (2007, 2008a, 2008b, 2009), Patrícia Birman (2005) e Dias (2017), também buscaram compreender, a partir de interpretações socioantropológicas, as construções, processos e resistências dos corpos, sexualidades dissidentes e os aspectos generificados dentro dos diversos panteões afro-brasileiros. Entretanto, todos estes trabalhos foram feitos em grandes centros urbanos, o que deixou uma lacuna na análise sobre a diversidade sexual e de gênero dentro dos terreiros afro-brasileiros inseridos no contexto interiorano.

Assim, ao me enveredar sobre esta tríade temática, a partir das incursões em campo, percebi que as complexas relações tecidas entre as "bichas", simpatizantes e entidades são configuradas como interações mútuas, que produzem ora relações hierárquicas, ora relações horizontais, mas nunca estanques, pois modificam tanto as experiências dos corpos gays mediúnicos, ou corpos gays simpatizantes. Assim, o "babado", o "close", as cantadas, troca de olhares, leves toques na perna, em suma, todos os discursos, atos e encenações constituídas no terreiro são produzidos, configurados ou modificados pelos corpos dissidentes que estão, são e fazem o terreiro dinâmico, fluido, corporificado e engendrado.

[18] O Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, fundado em 1993, na Unicamp, São Paulo.
[19] A revista *Estudos Feministas*, da UFSC, Santa Catarina.
[20] Uma das explicações deste cenário se constitui na agenda dos programas de pós-graduação em ciências humanas, especialmente a antropologia no Brasil. O primeiro programa de pós-graduação em Antropologia Social do Brasil foi criado em 1953, no Museu Nacional, Rio de Janeiro. Em Belém, na Universidade Federal do Pará, a primeira turma de mestrado foi criada em 1998, ou seja, 45 anos depois da instituição da antropologia no Brasil.
[21] A pesquisa de campo foi realizada entre 1962 e 1963, contabilizando sete meses. Posteriormente, o casal de antropólogos retorna a Belém em 1965.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

Seja pela narrativa jocosa das "bichas", seja pela materialidade e corporalidade produzida no barracão, acredito que a instabilidade e plasticidade das relações entre os homens gays no terreiro pesquisado demonstram como o corpo gay, ao poder se expressar nas suas mais variadas formas, deixa como rastro movimentos e confluências de poder, desejo e negociações afetivo-sexuais, que operam na *varrição* como uma catarse, expondo uma das inúmeras facetas de ocupar, ser e estar o espaço. Por fim, as reflexões feitas até aqui não dão conta de toda a complexidade da *varrição*, mas tentam pincelar – atravessado por uma análise antropológica – como as fissuras do barracão são povoadas por experiências de corpos dissidentes e desejos incontidos.

Recebido em 21 de março de 2023.
Aceito em 7 de janeiro de 2025.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra cultura. *Equatorial*, 5 (8): 193-226, 2018.

BEMERGUY, Telma de Sousa. Antropologia em qual cidade? Ou Por que a "Amazônia" não é lugar de "Antropologia urbana". *Ponto Urbe*, 24: 1-22, 2019.

BIRMAN, Patrícia. Transa e transes: seco e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevôo. *Estudos feministas*, 13 (2): 403-414, 2005.

CARDOSO, Vânia Z. HEAD, Scott C. Encenações da descrença: A performance dos espíritos e a presentificação do real. *Revista de Antropologia*, 56 (2): 257-289, 2013.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORDEIRO, Iracema, M. C. C; ARBAGE, Marcelo J. C.; SCHWARTZ, Gustavo. "Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários". In: CORDEIRO, Iracema, M. C. C. (org.). *Nordeste paraense: Panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias*. Belém: EDUFPA, 2017.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DIAS, Claudenilson da Silva. *Identidade Trans e vivências em candomblé de Salvador: Entre aceitações e rejeições*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. *Cadernos Pagu*, 42: 99-140, 2014.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1976].

FRANÇA, Isadora Lins. Espaço, lugar e sentidos: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. *Revista Latino-americana de geografia e gênero*, 4 (2): 148-163, 2013.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade sexual e de gênero, ruralidade, interioridade e etnicidade no Brasil: ausências, silenciamentos e...exortações. *Aceno*, 2 (4): 24-40, 2015.

HEILBORN, Maria Luíza. "Ser ou estar homossexual: Dilemas da construção da identidade social". In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

HEILBORN, Maria Luíza. "Corpos na cidade: sedução e sexualidade". In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

LANDES, Ruth. "Matriarcado cultural e homossexualidade masculina". In: A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [1947].

LEACOCK, S.; LEACOCK, R. Spirits of deep. A study of an afro-brazilian cult. New York: The American Museum of Natural History/Doubleday Natural History Press, 1972.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lillian de Lucca. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.

MARQUES, Ana Cláudia; VILLELA, Jorge Mattar. O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão pernambucano. *Revista de Antropologia*, 48 (1): 37-74, 2005.

MAUSS, Marcel. "Esboço de uma teoria geral da magia". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos*, 74: 47-65, 2006.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. *Faculdades femininas e saberes rurais: uma etnografia sobre gênero, e sociabilidade no interior de Goiás*. São Paulo: Serviço de Comunicação Social/FFLCH/USP, 2008.

OLIVEIRA, Tiago de Lima. Viado não, canibal: Masculinidade, sexualidade e produção de cidade na experiência do homoerotismo em João Pessoa (PB). *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 6 (2): 235-249, 2015.

PARKER, Richard. *Abaixo do Equador: Cultura do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do Michê: Prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Milton. "De bajubá em bajubá, onde será que vai dar? Apropriações,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

classificações e relações de poder em Belém (PA)". In*: II Encontro da sociedade brasileira de sociologia da região norte*. Belém, 2010.

RIOS, Luís Felipe. O feitiço de Exu: Parcerias homossexuais entre homens jovens candomblecistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro. *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, 7 (1): 145-158, 2004.

RIOS, Luís Felipe. O paradoxo dos prazeres: trabalho, homossexualidade e os estilos de ser homem no candomblé queto fluminense. *Etnográfica*, 16 (1): 53-74, 2012.

RIOS, Luís Felipe. "Loce loce metá rê-lê!": Posições de gênero-erotismo entre homens com práticas homossexuais adeptos do candomblé do Recife. *Polis e Psique*, 1: 212-231, 2011.

ROGERS, Paulo. *Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2006.

ROSÁRIO, Victor Lean do. *"Nesse terreiro tem axé e tem viado": experiências homoafetivas e sexualidade em um terreiro de umbanda no nordeste paraense*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Pará, 2023.

ROSÁRIO, Victor Lean do. "*Deu meia noite e a lua se escondeu": Um olhar etnográfico sobre as simbologias de Exus e Pombagiras no Terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas, nordeste paraense*. Trabalho de Conclusão (Curso de Ciências sociais), Universidade do Estado do Pará, Igarapé-Açu, 2021.

SANTOS, Milton Silva dos. *Tradição e Tabu: um estudo sobre gênero e sexualidade nas religiões afro-brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais/Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton Silva dos. Mito, possessão e sexualidade. *Revista Nures*, 8: 1-9, 2008.

SANTOS, Milton Silva dos. Sexo, gênero e homossexualidade: O que diz o povo de santo paulista? *Horizontes antropológicos*, 6 (12): 145-156, 2008.

SANTOS, Milton Silva dos. Retrospectiva antropológica sobre a homossexualidade nas religiões afro-brasileiras. *Interações - Cultura e comunidade*, 4 (5): 65-80, 2009.

SCHNEIDER, David Murray. *Parentesco americano: uma exposição cultural*. Petrópolis: Vozes, 2016 [1968].

SCHULTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1970.

SMITH, H. J.; LUCA, T. T. Teologia e corporeidades queer em debate: Uma flânuer possível? *Mandrágora*, 23 (2): 95-117, 2017.

STRATHERN, Marylin. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu, 2017.

VERGOLINO, Anaiza. *O tambor das flores: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará (1965-1975)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, 1976.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15167

ACENO

A música como possibilidade afetiva diante dos terrores e traumas da pandemia

Weliton Cristian Santos da Silva[1]
Sonia Regina Vargas Mansano[2]
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Na tessitura deste artigo, buscamos analisar a importância da arte musical na elaboração afetiva dos eventos traumáticos da pandemia. Vimos ao longo de 2020, que profissionais da música, devido ao isolamento social, utilizaram-se dos meios eletrônicos para fazerem suas performances. Com isso, metodologicamente, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo documental, na qual foram selecionadas quatro lives disponíveis na plataforma Youtube cujo intuito foi analisar as reações do público por meio dos comentários. Ao final do estudo, será possível concluir, que a música potencializou a elaboração das dores e das tristezas de tal contexto, produzindo novas sensibilidades e a construção de um corpo afetivo que colocou a vida em um espaço de alento mesmo que momentaneamente.

Palavras-chave: pandemia; terror; trauma; música.

[1] Psicólogo. Pós-graduando na Residência em Saúde Mental na Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana/Paraná. Pesquisa realizada com bolsa de IC pelo CNPq.
[2] Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEL. Bolsista Produtividade do CNPq – N2.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

SANTOS DA SILVA, Weliton Cristian; MANSANO, Sonia Regina Vargas. **A música como possibilidade afetiva diante dos terrores e traumas da pandemia.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 521-536, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Music as an affective possibility in the face of the terrors and trauma of the pandemic

Abstract: In the texture of this article, we seek to analyze the importance of musical art in the affective elaboration of the traumatic events of the pandemic. Throughout 2020, we observed that music professionals, due to social isolation, used electronic means to carry out their performances. Methodologically, qualitative documentary research was conducted, in which four live performances available on the Youtube platform were selected, with the aim of analyzing the audience's reactions through comments. At the end of the study, it will be possible to conclude, that music indeed enhanced the processing of the pains and sorrows of this context, while also generating new sensitivities and the endurance of a minimal affective connection that brought solace to life, even if momentarily.

Key words: pandemic; horror; trauma; music.

La Música como posibilidad afectiva ante los terrores y trauma de la pandemia

Resumen:En el tejido de este artículo buscamos analizar la importancia del arte musical en la elaboración afectiva de los eventos traumáticos de la pandemia. Vimos a lo largo de 2020 que los profesionales de la música, debido al aislamiento social, utilizaron medios electrónicos para presentarse. Con eso, metodológicamente, se realizó una investigación cualitativa de tipo documental, en la que se seleccionaron cuatro *lives* disponibles en la plataforma de *Youtube*, cuya finalidad fue analizar las reacciones del público a través de los comentarios. Al final del estudio, se podrá concluir que, en efecto, la música potenció la elaboración del dolor y la tristeza en tal contexto, a la vez que produjo nuevas sensibilidades y la permanencia de un cuerpo afectivo mínimo que situó la vida en un espacio de aliento, aunque momentáneamente.

Palabras clave: pandemia; horror; trauma; música.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

Em dezembro de 2019, iniciou na cidade de Wuhan, na China, uma epidemia de casos cujos sintomas eram, até então, clinicamente semelhantes ao vírus da influenza. Pouco tempo depois, entretanto, descobriu-se que esses casos eram decorrentes de uma nova linhagem do coronavírus denominado de SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19. Devido à falta de conhecimento sobre o funcionamento, manifestação, rapidez de contágio e letalidade da doença, o vírus foi se alastrando rapidamente pela China, atravessando as fronteiras da Europa e Ásia até chegar, finalmente, em todos os continentes. Diante disso, no dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o *status* de pandemia mundial.

Este fato não é inédito. Do ponto de vista histórico é possível constatar surtos de doenças altamente contagiosas desde os primórdios da humanidade. Dentre elas, destaca-se a Peste Negra que ocorreu entre 1348 e 1351 dizimando, segundo historiadores, um terço da população ocidental, além de trazer sérias consequências para o laço social (RICON-FERRAZ, 2020). Já no início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Gripe Espanhola dizimou cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo, três vezes mais do que a própria guerra (KIND e CORDEIRO, 2020). É possível ainda mencionar outras pandemias e epidemias manifestadas nos últimos séculos como: Febre Amarela, HIV, Ebola e MERS.

Pela sua rápida expansão planetária, o cenário de uma pandemia acaba sendo alvo de diferentes estudos. É o caso da presente pesquisa que delineou como objetivo analisar a importância da arte musical na elaboração afetiva dos eventos traumáticos da pandemia. Para tanto, foi percorrido o seguinte trajeto: na parte teórica, buscou-se analisar como a pandemia deu visibilidade a questões de ordem relacional e afetiva que acirraram as diferenças econômicas acarretando desdobramentos nas diferentes esferas da vida organizada. Diante dos traumas e terrores, geradores dos mais diversos sofrimentos, a segunda parte da pesquisa deu visibilidade à arte musical como uma estratégia afetiva de enfrentamento da dor gerada pelo distanciamento social, sensação de solidão, mudanças de rotinas e medidas sanitárias restritivas.

O diferencial do presente estudo foi dar visibilidade a uma esfera específica da vida cotidiana atentando para iniciativas de contato e elaboração afetiva da experiência pandêmica em esferas microssociais. Algumas iniciativas, valendo-se da arte musical, serviram de alento na travessia de um momento difícil da história mundial dando relevo, especialmente, ao contexto brasileiro. Ao final desta investigação, será possível mostrar que alguns componentes de subjetivação foram produzidos e colocados em circulação nesse contexto que, marcado por contaminação e óbitos, gerou terrores e traumas. Concluímos, então, que a pandemia abriu possibilidades de aprendizagem sobre a organização social que rege a vida coletiva, configurando-se como um desafio cujos desdobramentos afetivos ainda demandam atenção e esforço para serem elaborados e superados.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

A pandemia e seus efeitos de terror e trauma

A pandemia do novo coronavírus denunciou algumas especificidades do nosso tempo como os problemas sociais decorrentes da globalização capitalista. Apesar da existência de outras epidemias e pandemias ao longo da história que, de acordo com Fassin (2021), foram inclusive mais letais do que a que estamos aqui analisando, chamou a atenção a velocidade de sua propagação planetária. A vulnerabilidade coletiva foi evidenciada pelo fato de um único vírus ser capaz de colocar em questionamento nossas relações com o trabalho, a família, o corpo e a fragilidade humana frente à força da natureza.

Isso leva inevitavelmente a um debate sobre o modelo de sociedade que construímos ao longo da história e o que está em vigor neste momento. É imprescindível considerarmos a cartografia sociocultural que rege nossos modos de vida que, por sua vez, está ancorada no colonialismo e, sobretudo, no modelo de produção capitalista. Este sistema, que Guattari (2012) irá chamar de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), fundamenta-se na hiperexploração da vida em diferentes sentidos: trabalho, relações sociais, subjetividade e natureza. Em nome do desenvolvimento econômico exploram-se os recursos naturais e humanos como se fossem inacabáveis.

A pandemia abriu uma possibilidade de análise crítica sobre o tipo de vida que estamos construindo, evidenciando a demanda pela identificação e atenção dirigida às suas marcas e às práticas políticas de enfrentamento das adversidades. As medidas sanitárias de distanciamento e isolamento social foram relevantes para impedir o avanço do vírus. Ainda assim, de certo modo, uma parcela da população brasileira adotou uma posição de ceticismo e negacionismo em relação à gravidade da pandemia e aos discursos da ciência. Apesar dos efeitos adversos, essa atitude não foi generalizada, sofrendo variações nas diferentes regiões do nosso país (NICOLELIS, 2021).

No cenário de isolamento, muitas atividades cotidianas tiveram de ser rapidamente reestruturadas. A principal delas foi a utilização de tecnologias de comunicação para estabelecer o contato social, afetivo e laboral. Foi aí que as atividades profissionais começaram a ser realizadas por meio do denominado *home office* e a retomada das atividades educativas das instituições escolares ou acadêmicas voltaram-se para o uso da internet. Com isso, as relações afetivas de contato social, tão características do povo brasileiro que são permeadas cotidianamente por práticas de proximidade como beijos e abraços, perderam-se totalmente. A esterilização sanitária dos ambientes e das relações fez com que saísse de cena aquilo que é caracteristicamente nosso: a expressão corporal dos afetos. Tal cenário trouxe, portanto, um empobrecimento da vida em sua dimensão afetiva, social e, também, psíquica.

Diante dessas restrições, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) apontou um aumento de 82% na busca por atendimento psicológico e psiquiátrico durante a pandemia (BIAZZI, 2021). Dentre as principais manifestações clínicas estavam a depressão e a ansiedade. Além disso, foi possível perceber com frequência a presença de pacientes em ambulatórios (principalmente com falta de ar) acreditando estarem contaminados com o SARS-CoV-2, mas que, de fato, apresentavam sintomas de ansiedade. É o que constatou Birman (2021: 140): "muitos pacientes angustiados procuraram os hospitais durante a pandemia, por acreditar firmemente que estariam acometidos pelo novo Coronavírus, em decorrência da falta de ar que lhes acossava".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

Isso leva a considerar os impactos da pandemia para além das questões biológicas, mas, sobretudo, uma reação psíquica frente a esse contexto de terror, disseminado em função do alto número de casos e óbitos. Ante as manifestações clínicas intensificadas no contexto pandêmico, Birman (2021), argumenta o quanto a pandemia causou experiências de ordem traumática. Buscando a etimologia da palavra trauma encontra-se sua origem grega que significa ferida. Por outro lado, no campo psicológico, o trauma pode ser entendido como: "Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica" (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001: 522).

A pandemia do novo coronavírus pode ser entendida, nessa perspectiva, como um acontecimento de grande magnitude que afetou os modos de vida e, como consequência, produziu feridas e traumas de diferentes intensidades. Frente ao temor da morte propagado pela falta de possibilidade de um tratamento realmente efetivo, a ausência de vacinas acessíveis nos primeiros anos e, ainda, à falta de políticas de enfrentamento, produziu-se uma sensação de desamparo. A população ficou exposta àquilo que Birman (1998: 137), referido à Freud (1930), descreve como "desamparo originário" que dá contornos a um mal-estar que persiste na vida em sociedade. Ao experimentar esse mal-estar o sujeito constata que "precisa do Outro para se produzir e reproduzir permanentemente enquanto tal" (BIRMAN, 1998: 137). A constatação do desamparo e da interdependência durante a pandemia desencadearam uma série de sofrimentos. Nas palavras de Birman (2021: 136): "Sem saber com quem contar para lhe proteger, o sujeito se sente entregue ao acaso e ao indeterminado, assim como ao que é arbitrário na existência, em que tudo de pior pode lhe acontecer, afetando, então, os diferentes registros do real e do psiquismo". Ainda segundo o autor, na experiência do desamparo há uma tendência a antecipar o perigo a fim de que o psiquismo possa se preparar para enfrentar o mal anunciado. Assim, "o sujeito ainda acredita que pode apelar às instâncias alteritárias, que poderiam lhe proteger da incidência virótica potencialmente mortal" (BIRMAN, 2021: 135).

Levando em consideração que o contexto de desamparo instalado na pandemia expôs a população mundial em uma experiência traumática, Birman (2021; 2022) descreve algumas formações sintomáticas emergentes na esfera social. Para o autor, foi "a partir dessa infraestrutura traumática que as diferentes formações sintomáticas se ordenaram no sujeito" (BIRMAN, 2021: 140). Dentre estes sintomas estão a ansiedade, a depressão, os atos compulsivos, a melancolia, o suicídio, o uso de substâncias lícitas e ilícitas, bem como, em uma vertente coletiva, o aumento da violência doméstica. Por outro lado, apesar da intensificação destas formações sintomáticas que, de fato, potencializaram o sofrimento, desenvolveram-se na pandemia práticas de conexão e encontro com a finalidade de criar outros territórios existenciais que sustentassem uma vida afetiva minimamente preservada diante da catástrofe. Foram dispositivos sociais capazes de trazer alento e serenidade, mesmo que momentaneamente. Neste sentido, muitos se dedicaram a desenvolver novas habilidades, como aprender um novo idioma, explorar espaços virtuais de encontros e diálogos, decorar o interior de suas casas e estabelecer um contato mais direto com as artes, especialmente a musical, foco deste estudo (MANSANO e ROOSLI: 2021).

Diante dos teatros e palcos fechados devido a necessidade do isolamento, as performances musicais ganharam uma nova configuração. As sacadas dos condomínios viraram o próprio palco. Além disso, viu-se em 2020 a intensificação de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

fenômenos como as *lives* feitas para transmitir *shows* por meio de plataformas digitais. Estas buscavam, de certo modo, trazer o palco para dentro das próprias casas e, portanto, propiciar algum conforto às famílias e aos grupos sociais que estavam impactados pela nova realidade social imposta pelas restrições sanitárias.

Nesse cenário, alguns artistas musicais intensificaram suas produções e atraíram a atenção sensível de algumas pessoas que buscaram ouvir músicas como forma de enfrentar o contexto pandêmico. Uma pesquisa realizada pela plataforma de *streaming Deezer* apontou que 30% dos usuários ouviram música para lidar com a solidão da pandemia (BARRETO *et al*., 2021). Diante disso, pode-se dizer que a música se tornou uma estratégia significativa para o enfrentamento da pandemia. De modo geral, a música pode ser definida como: "a arte de manifestar os diversos afetos da nossa alma, mediante ao som" (PRIOLLI, 1983: 6). A música apresenta-se, então, como a linguagem que permite expressar as intensidades vividas.

Não por acaso, Deleuze e Guattari (1997) irão se utilizar das artes como um todo, mas em especial da música, para fazer articulações teóricas a respeito da vida. Para tal, desenvolvem uma rede conceitual que busca abarcar as ideias de diferença e multiplicidade, valendo-se também de conceitos emprestados do léxico musical como o de ritornelo, ritmo, ressonância, dissonância, melodia e timbre. Essa perspectiva de análise apresenta um modo de pensar ancorado na noção de devir, em oposição à tradição filosófica clássica que funda o pensamento na noção de ser. Segundo os autores, "não nos interessamos pelas características; interessamo-nos pelos modos de expansão, de propagação, de ocupação, de contágio, povoamento" (DELEUZE e GUATTARI, 1997: 20). Isso implica uma concepção específica de subjetividade. Para esses autores, a subjetividade está sendo produzida constantemente e, portanto, sempre em transformação, sendo agenciada como uma máquina social, uma vez que ela "funciona de modo maquínico e processual, como efeito dos agenciamentos de enunciação onde se operam todas as supostas estruturas" (LIRA e MARCOS, 2018: 14).

Atentos à maquinação da existência, Deleuze e Guattari mostram como se dá a produção dos ritornelos, os quais lhes servirão para pensar os territórios afetivos. Na música, o ritornelo existe para indicar a repetição de um determinado momento da música. A partir da repetição, encontra-se uma potência capaz de ocupar certo território. Para Lira e Marcos (2018: 15): "Na música, o ritornelo repete, mas é nessa repetição onde se encontra a potência de produção de novas ênfases, de modo que elas inscrevam uma diferença na repetição". Repetindo e diferindo, os ritornelos acionam processos de elaboração afetiva que são colocados em curso nas canções e na vida.

Quando pensamos especificamente na experiência pandêmica, o contato com a música e seus ritornelos de diferença e repetição, pode ser considerado uma estratégia vital que foi utilizada para enfrentar os traumas e terrores causados por essa experiência extrema. Em parte, isso se deveu ao fato de que a arte musical possibilita o contato direto com afetos múltiplos que vão da tristeza à alegria, percorrendo uma multiplicidade de intensidades que nem sempre encontram palavras nas representações vigentes. Diante do sofrimento, foram montados mapas afetivos possíveis de serem percorridos na companhia das canções e dos artistas. Por meio da música, foram abertos caminhos para criação de novos territórios existenciais e subjetivos capazes de dar novos sentidos, mesmo que provisórios, para o contexto catastrófico da pandemia. Cabe destacar que algumas *lives* foram orientadas pelo retorno econômico como estratégia alternativa aos *shows* de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

grande mobilização financeira que não puderam ser realizados, configurando-se, para uma parte dos profissionais da música, um nicho de mercado emergente. É pertinente considerar também que, em alguma medida, tais *lives* podem ser compreendidas como dispositivos de mercado que favorecem o consumo de música e mantém relação direta com a indústria cultural, cuja característica é o ineditismo e a comercialização. Araujo e Cipiniuk (2020: 193) destacam: "Os sistemas de patrocínio, divulgação e circulação destes eventos online, reproduziram de forma muito similar o que ocorre nas apresentações ao vivo, ou seja, o monopólio da indústria cultural de massa".

Dito isso, cabe, então, escutar os artistas que se colocaram à frente dessa experiência para fazer a música chegar a quem foi impedido de acessar os *shows* e mesmo as rodas de música instaladas em espaços públicos de bares, restaurantes e festas. Como mencionado ao longo desta pesquisa, foram desenvolvidos vários dispositivos com o objetivo de levar os *shows* para dentro das residências, dentre eles as transmissões simultâneas através das denominadas *lives*. Atento a isso, buscaremos, na sequência, analisar a importância da música na elaboração afetiva da pandemia.

Trajetória metodológica

Antes de avançar, cabe apresentar algumas informações sobre a trajetória metodológica percorrida. Com a exigência do isolamento social imposta pela pandemia do novo coronavírus, os artistas, especialmente ligados à música, tiveram de reinventar estratégias para divulgar seus trabalhos. Os palcos que outrora eram presenciais tomaram novas configurações e espaços. Foi assim que vimos emergir e serem difundidas as denominadas *lives*. Trata-se de uma transmissão em tempo real dos *shows* em que os artistas, desde suas casas ou estúdios, fazem suas performances e os espectadores podem assisti-los de qualquer lugar por meio das plataformas digitais.

Diante desse cenário onde detectamos conexões entre pandemia e música, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa cuja estratégia foi a de pesquisa documental. Os documentos escolhidos para análise foram as *lives* que estivessem sob domínio público. Como unidade de análise foram escolhidas quatro *lives* de cantores e cantoras que fazem parte da denominada Música Popular Brasileira (MPB). Essa escolha baseou-se em quatro critérios: a história de vinculação da população brasileira com a MPB expressa no reconhecimento de sua importância política e histórica em nosso país, fato que a coloca em lugar de destaque na mídia fonográfica desde sua criação; sua capacidade de atingir a um público diversificado de segmentos sociais como sexo, faixa etária, localização geográfica e classe social; os conteúdos analíticos da expressão poética dos artistas escolhidos, que vinculam em suas canções a importância dos afetos e laços sociais; bem como o momento em que as *lives* foram ao ar (entre os meses de maio e dezembro de 2020). As *lives* selecionadas para este estudo foram de Renato Teixeira, Adriana Calcanhotto, Milton Nascimento e Gilberto Gil.

O foco da seleção e análises dos dados esteve na interação que o público estabeleceu com as transmissões realizadas naquele momento crítico. Foram selecionados fragmentos de comentários dos artistas e dos ouvintes conectados às *lives*. Nas análises, buscou-se evidenciar os depoimentos expressos em forma de comentários que evidenciam os afetos trazidos pelo contato com a música enquanto possibilidade afetiva de contato, elaboração e superação, ao menos parcial, dos terrores e traumas da pandemia.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

Análise dos resultados: a potência afetiva da música

Começamos as análises pela *live* de Renato Teixeira, transmitida no dia sete de junho de 2020 e que obteve 47 mil visualizações e 43 comentários. A transmissão se caracteriza pelo estilo do próprio cantor que tem vivido na zona rural brasileira e que traz em suas canções histórias cotidianas e simples sobre esse contexto. Diante a seleção musical apresentada, as reações do público foram diversas:

> *Emoção a cada minuto! Que voz deliciosa, que doces melodias.* (...)
> *Renato canta maravilhosamente, suave, transmite paz e desperta grandes emoções com suas obras. (...)*
> *Valeu Renato. Tô em casa contigo cantando. (...)*
> *"Que linda e intimista apresentação, muitas histórias de vivência e as trilhas musicais que fizeram parte dela, show! (...)*
> *"Muito legal. Voz deliciosa e boa música que nos invade e nos faz reviver lembranças boas"* (TEIXEIRA, 2020)

A *live* de Renato Teixeira foi capaz de capturar, mesmo que por um curto tempo, a atenção do espectador do momento catastrófico e de terror à medida que trazia canções que diziam de um mundo possível. Chama a atenção o fato de o cantor estar conversando a todo o momento com o espectador, mesmo que de modo remoto. A cada música cantada há uma pausa para contar histórias sobre a vida no campo e fazer homenagens a amigos, deixando entrever uma intimidade compartilhada. Em um dos momentos, por exemplo, a interação é feita com o seu cachorro presente no estúdio. Compartilhar a intimidade em meio ao isolamento instalado mostra a tentativa de criar outro espaço de interação que evoca a sensibilidade e a acolhida. Nota-se, nesse caso, a potencialidade da música para abrir espaços de experimentação de afetos no público. Nas palavras de Penha (2019: 10), a arte

> Captura, dá consistência composicional e nos dá novas paisagens e lugares a ver ou ouvir, e novos modos de afetar e ser afetado a sentir. Ele cria espaço-temporalidades inéditas que possibilitam a experimentação de novas sensações ao fazerem com que algo salte ou escape das ordens habituais, dominantes e comuns das afecções.

O convite a experimentar esses afetos aparece quando Renato Teixeira conversa com seu público sobre a pandemia: "a música surte bons efeitos, principalmente nesse momento que estamos de quarentena e revisando coisas de nossas vidas, podendo pensar um pouco sobre nós mesmos. Ofereço essa música para todos aqueles que se encontraram". Ao abordar a pandemia de forma delicada e trazer cenas do cotidiano de outrora, esta *live* possibilitou a expressão de afetos tanto acolhedores quanto difíceis, mostrando que a vida é um complexo de afetações díspares que ora compõem e ora decompõem os encontros (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Vale destacar, que neste estudo, compreendemos o afeto como algo que acontece no corpo e que, a depender da sua potência de afetar e ser afetado, produzem variações nos modos de sentir e se conectar com as experiências. Nas palavras dos autores:

> Não sabemos nada de um corpo enquanto não sabemos o que pode ele, isto é, quais são seus afectos, como eles podem ou não compor-se com outros afectos, com os afectos de um outro corpo, seja para destruí-lo ou ser destruído por ele, seja para trocar com esse corpo ações e paixões, seja para compor com ele um corpo mais potente. (DELEUZE e GUATTARI, 1997: 43)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

Quais possibilidades de conhecer o corpo e os afetos se abriram no contexto pandêmico? Os noticiários, as estatísticas de casos e óbitos, o isolamento e as perdas constantes, tanto dos entes próximos, quanto dos momentos marcados pela presença, abriram espaços para o contato com uma série de afetos tristes. Estes diminuem a potência de agir, desdobrando-se em desânimo, medo e dor. Para Azevedo (2020: 150), tais afetos "indicam que há certo modo de vida que se desmancha, há algo de uma experiência que se perde e que, de certo modo, deseja-se recuperar, buscando-se estratégias de 'voltar à vida que se tinha antes'". Em uma perspectiva de favorecer o contato e a elaboração dos afetos tristes, entendemos as *lives* aqui analisadas como uma prática oportuna.

O contato com a música pode ser considerado uma estratégia de enfrentamento dos traumas e das crises subjetivas geradas. Os depoimentos demonstram que as *lives* foram capazes de auxiliar no resgate de afetos e encontros que, mesmo com poucos espaços de expressão em sua dimensão de alegria e expansão vital, foram relevantes para o enfrentamento da situação instalada. Elas abriram novos caminhos à medida que auxiliou no traçado de uma travessia mais sensível, delicada e que acolheu as angústias, pânicos e terrores gerados pela precariedade de conhecimento inicial sobre as medidas efetivas de combate ao vírus e de uma vacina (BRUM, 2020). Daí os depoimentos que expressam a tentativa de construir um mundo possível apesar da evidência de uma terra arrasada pela pandemia. Além disso, durante o isolamento social, muitos tiveram que estar sozinhos, distantes de seus entes e de suas atividades cotidianas rotineiras (BIRMAN, 2021). O contato com as músicas e as histórias contadas pelo cantor possibilitou práticas de encontro que trouxeram uma sensação de proximidade, mesmo que à distância, como ficou explícito no comentário "estou em casa contigo".

A *live* apresentada por Adriana Calcanhotto foi realizada no dia 23 de maio de 2020 com 344 mil visualizações e 694 comentários. Neste caso, a interação dos ouvintes foi mais consistente e a temática da pandemia apareceu com uma maior precisão. A própria cantora, em alguns momentos, fez comentários sobre o contexto atual, conscientizando sobre a importância do isolamento social. Dizem os espectadores:

> *Assistir Adriana Calcanhoto sozinha em meu quarto, me fez esquecer toda essa loucura de notícias ruins e mergulhei gostoso nessa poesia linda da música que nos faz tão bem. Muito obrigada! (...)*
> *"É impossível descrever a paz que eu sinto ao te ouvir cantando essas músicas. (...)*
> *Maravilhoso te escutar, até esqueci que estamos neste turbilhão de tristezas. Obrigada Senhor por você Adriana, existir para nos acalentar com sua voz e suas canções. (...)*
> *Em meio a uma crise de ansiedade, obrigada por acalmar com sua música. (...)*
> *Uma das melhores lives para nos acalmar nesse isolamento. Com você não estou sozinho!* (CALCANHOTTO, 2020)

Os desdobramentos afetivos da pandemia ficaram mais pontuados nesta *live*. Valendo-se de termos como loucura, paz, tristeza, ansiedade e isolamento, os espectadores expressam minúcias em meio às quais atravessaram a experiência, bem como a relevância de manter contato com os artistas. Cabe assinalar, ainda assim, que formações sintomáticas mais graves acometeram a população gerando um problema de ordem pública (BIRMAN, 2021). Um contingente significativo de pessoas compareceu aos postos de saúde com falta de ar achando estar contaminado, mas, de fato, tratava-se de ansiedade ou algo correlacionado. Pesquisas realizadas indicam que a ansiedade foi o transtorno com a maior incidência na pandemia da Covid-19, sendo registrado, também, um aumento significativo nos casos de depressão e pânico (GAMEIRA, 2020).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

Apesar disso, o agradecimento da espectadora sobre "acalmar com sua música" deixa entrever a potencialidade trazida pela *live* para lidar com a crise instalada. A música na pandemia foi capaz de mobilizar os campos sociais e subjetivos, o que possibilitou o extravasamento de afetos aprisionados em tristeza e potencializou a produção de afetos alegres, por meio dos quais foi possível construir, ainda que momentaneamente, um território comum de conexões (AZEVEDO, 2020). Vale lembrar que o movimento de territorialização é marcado pela consolidação de um lugar seguro para viver. Discorrendo acerca da territorialização, Guattari e Rolnik (1986: 323) dizem:

> O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos.

Indissociáveis da produção dos territórios acontecem também os constantes momentos de desterritorialização, que abalam e difundem a sensação de insegurança. Gilberto Gil coopera para compreender esse movimento ao dizer, na canção Drão: "Tem que morrer para germinar". No caso da pandemia, a territorialidade foi ameaçada e marcada por um incessante morrer e germinar que aconteceram em um campo afetivo limítrofe que oscilou entre o terror e o desalento, mas com a possibilidade colocada de produzir uma vida afetivamente sustentável. Vale ainda lembrar que as canções, como um ritornelo que se repete e difere, possibilitaram os processos de elaboração da experiência vivida e foram capazes de criar um território existencial-afetivo-subjetivo (DELEUZE e GUATTARI, 1997). A repetição de canções que compõem a memória afetivo-musical dos espectadores possibilitou, em alguma medida, a identificação e elaboração dos afetos tristes que estavam circulando no social, abrindo caminhos para acolher e elaborar o terror vivenciado e servindo para "nos acalmar nesse isolamento", como dito por um espectador. A música, transmitida nas *lives*, serviu como um refúgio territorial de aconchego.

A quantidade de público desta *live*, bem como mobilização de espectadores por Milton Nascimento e Gilberto Gil, confirmam a pesquisa feita por Barreto *et al.* (2021) que mostra o índice de 30% dos usuários da plataforma *Deezer* que ouviram música para lidar com a solidão da pandemia. Ao mesmo tempo, reforçam a importância de os cantores estarem próximos de seus ouvintes apesar da ausência da relação presencial entre o palco e a plateia de um *show*. Em meio à crise econômica instalada entre os profissionais das artes, em especial do campo musical, as *lives* tiveram a função de criar canais de aproximação entre artistas e público, favorecendo uma entrada diferenciada nos lares (OLIVEIRA, 2021).

Milton Nascimento realizou uma *live* no dia 28 de junho de 2020, batendo a marca de quase 1,2 milhões de visualizações e 2.013 comentários. Como as demais *lives*, foi possível constatar a força da voz e do fazer-se presente desse artista. Milton não faz nenhuma menção à pandemia, permaneceu sentado o tempo todo, com as mãos trêmulas, executando canções que, de certa forma, já estão no imaginário popular e são capazes de evocar lembranças e afetos significativos para cada um. É o que constatamos nos comentários:

> *A live foi a coisa mais linda dos últimos meses. Meses difíceis. Sou médica e os tempos são sombrios. Mas hoje foi belo! (...)*
> *Impossível não se emocionar. As lembranças irem longe. As palavras, as melodias. Parece que cada música traz de volta algum momento bom e gostoso da nossa vida. (...)*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

> *Um dos maiores momentos de acalanto nesse momento triste. (...)*
> *Mais de dois anos depois do início da pandemia, que gerou tantas perdas, muita tristeza e lá naquele tempo ele nos brindou com tanta poesia, amor e carinho. (...)*
> *É como se as lágrimas conseguissem enxugar as tristezas e renovasse a esperança. (...)*
> *A Paz e a Esperança chegaram aqui através desta Live!* (NASCIMENTO, 2020)

Destacamos nesta *live* o uso de palavras como: paz, esperança, carinho, belo e amor. Diante da sensação de desamparo frente ao índice de óbitos, bem como a ausência de tratamento e vacina, aqui também as canções funcionaram como estratégia para enfrentar esta situação. Ainda que Nascimento não tenha mencionado a pandemia, sua música e voz foram capazes de convidar o público a acessar histórias cotidianas de um tempo longínquo e acreditar que tudo iria passar. É o que notamos nas participações do público que menciona os tempos sombrios, as lembranças, o momento bom e gostoso, as perdas, as lágrimas e a paz. A memória afetiva trazida pelas canções executadas nessa *live* dispararam o compartilhamento de sensações díspares. Vale notar que a potência da voz e da história do cantor culminam na acolhida do público remoto, sensível ao momento triste. Para Deleuze e Guattari (1997: 21), a potência do afeto, que pode vir de situações diversas, envolvendo inclusive um tom de voz ou um enunciado, coloca em cena a "efetuação de uma potência". O contato com os afetos, quando suficientemente fortes, "subleva e faz vacilar o eu", lançando o corpo em outras sensações. Entendemos o alento como algo capaz de trazer algum tipo de alívio diante da experiência traumática vivida e continuada (BIRMAN, 2021).

O contato com a música produziu esse alento para alguns espectadores, seja pelas melodias ou pela memória de suas letras. Cantoras como Maria Bethânia e Adriana Calcanhotto produziram canções que abordavam o momento presente. A sambista Mart'nália em sua música 'novo normal' reflete sobre o mal-estar gerado pela pandemia dizendo: "Não vejo a hora de o mal ir embora/ e a gente sair, meter a cara no mundo/ e da cara do mundo a máscara cair". Na transmissão apresentada não foi diferente, Milton trouxe vitalidade a um momento devastado pelas consequências dos terrores e traumas colocados pela pandemia, o que foi reconhecido nos comentários de seu público.

A *live* realizada por Gilberto Gil e família em 26 de junho de 2020 ocorreu em comemoração ao seu aniversário. A transmissão teve um clima festivo e obteve cerca de 1,5 milhões de visualizações e com 1.467 comentários. Nesta *live*, o cantor acaba dialogando mais com seu público e dizendo em alguns momentos sobre a importância de seguir as medidas de segurança sanitária exigidas pelas autoridades de saúde, como o uso de máscaras, álcool em gel e o distanciamento social. Os espectadores mostravam sua sintonia com o momento difícil comentando:

> *Em uma época de tanto ódio e ressentimentos, que bálsamo para nossa alma que é a presença de Gilberto Gil. (...)*
> *Chorando muito de alegria e gratidão de longe, mas me sentindo muito perto de Gilberto! Viva o grande mestre Gilberto Gil! Grande momento, bravo! (...)*
> *Hoje domingo 28/06 continuo dançando, três dias de alegrias por sua causa. (...)*
> *Gil muito amado, obrigado por massagear nossa alma e fazer-nos lembrar de que somos mais do que essa tristeza. (...)*
> *Maravilhosa a live, se tem algo de bom nessa quarentena definitivamente é a possibilidade de viver esse momento, muito obrigada pela generosidade! (...)*
> *Chorei no dia da Live. Chorei agora revendo. (...)*
> *Isso é Música para curar o mundo.* (GIL, 2020)

A participação do público reiterou algumas questões levantadas neste estudo, como a de se sentir perto mesmo que longe, evocando a dor das distâncias

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

colocadas pela pandemia. Palavras como bálsamo, gratidão, alegrias, generosidade e cura deixam entrever a conexão com afetos que podem vir a precipitar processos de elaboração ante a tristeza que, em larga dimensão, ganhava a cena naquele momento. Como se sabe, o choro é uma potente ferramenta que possibilita o contato com a dor e, quando acolhido de modo analítico, sua elaboração. A música mostrou sua potência para desencadeá-lo. Novamente vemos que o contato com a música é capaz de afetar das mais variadas formas e criar diferentes territórios. Deleuze e Guattari (1997: 123) dizem que "o território seria o efeito da arte", tal qual a alegria relatada que perdurou por dias. A música, por meio das *lives,* apresentou-se como uma pausa alternativa a esse cenário marcado por tristeza e possibilitou o contato com outros territórios construídos pela memória afetiva da dança, da risada, da leveza e do alívio, ainda que momentâneos.

Azevedo (2020: 153) chama a atenção para possibilidade de acolher os encontros precipitados na pandemia em sua pluralidade de afetações. Referida à obra de Deligny, a autora irá utilizar a ideia de "corpo mínimo", isto é, o "gesto mínimo de um corpo em sua singularidade de afetar e ser afetado pelo mundo". Dito de outro modo é relevante a busca de uma condição mínima do corpo "que carrega camadas de sensibilidade ainda desconhecidas" (AZEVEDO, 2020: 151) nas quais possam florescer novos modos de vida. O desafio colocado está em criar expressões para o corpo mínimo que perpassam gestos sensíveis e conservem a memória afetiva dessa condição mínima de corpo. A música, neste caso, foi uma aliada no acesso a esse corpo sensível, à medida que possibilitou o contato com variações afetivas, resgatando memórias afetivas de um cotidiano sem vírus. Em alguma medida, ela trouxe vida, ou mesmo oxigênio, a este corpo afetado.

Os depoimentos aqui expostos mostram que o contato com as *lives* foi capaz de possibilitar um mergulho em outras sensações, o que possibilitou um resgate mínimo das condições vitais de sensibilidade, fazendo com que o corpo sensível permanecesse vivo. Pode-se dizer, assim, que o encontro com a música produziu "linhas de fuga" (DELEUZE e GUATTARI, 1997: 18) que, diante um cenário tomado pela catástrofe, convidou à outras "formas de expressão" do vivido. A música ocupou o interior das residências contagiando, ainda que momentaneamente, com os mais variados afetos. Isso serviu para produzir modos de subjetivação socialmente compartilhados e capazes de fazer essa dura travessia de modo um pouco mais leve.

Considerações finais

A pandemia do novo coronavírus lançou a humanidade em um campo problemático que possibilitou questionar os modos de vida aos quais estamos aderindo neste momento da história. Em meio a essa possibilidade analítica, ela evidenciou que a onipotência do humano é, em larga medida, fruto do discurso propalado pelo próprio sistema capitalista. O vírus enquanto peste, associado às dificuldades iniciais de uma imunização em escala planetária e de um tratamento eficaz, causou marcas nos corpos que lançou a coletividade em um contexto traumático. Diante disso, o presente estudo chegou a algumas considerações.

Primeiro, constatamos a existência de dispositivos sensíveis, afetivos e relacionais que possibilitaram a travessia desse momento difícil da história mundial. Vimos na arte, em especial na música, a possibilidade de resgatar ou mesmo mobilizar afetos e sensibilidades parcialmente suprimidos pela brutalidade do contexto pandêmico.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

Segundo, ficou perceptível a necessidade de aprofundar os estudos da psicologia mantendo uma atenção especial às intensidades e aos afetos que circulam tanto no corpo social quanto nas existências particulares. Para isso, vimos que as artes são grandes aliadas e podem contribuir para expansão da vida. Como disse Deleuze (1993: 78), na obra Crítica e Clínica, "há sempre uma trajetória na obra de arte", o que remete a considerar que ela atualiza a potência de deixar marcas afetivas no corpo com seu percurso intensivo. Os depoimentos expostos ao longo da pesquisa demonstram as memórias musicais e as expressões de alento que o contato com a arte musical possibilitou.

Por fim, consideramos que a experiência aqui analisada levanta novas questões para estudos futuros, dentre as quais demarcamos a importância de estudos interdisciplinares que deem visibilidade a uma política dos afetos. Daí a relevância de conectar as análises da Psicologia Clínica, sensível as composições entre o social e os afetos, com os estudos da Antropologia Social que ressalta a relevância de contextualizar dos problemas emergentes. Ao mesmo tempo, pensando no contexto pandêmico, novos estudos de cunho interdisciplinar podem indagar sobre quais outros componentes de subjetivação foram produzidos e que pediram passagem em um contexto tomado pela dor compartilhada. Fazer da experiência pandêmica uma possibilidade de aprendizagem é o desafio que ao mesmo tempo finda o presente estudo e lança a novas investigações.

Recebido em 16 de agosto de 2023.
Aceito em 5 de outubro de 2024.

Referências

ARAUJO, Mayra Terra Maluf; CIPINIUK, Alberto. O entretenimento online – a sociedade espetacular das lives nos tempos de pandemia. *Revista Interdisciplinar Art & Sensorium*, 7 (2), 2020.

AZEVEDO, Adriana Barin de. Como narrar o corpo mínimo? *Criar Educação*. 9 (3), 2020.

BARRETO, Ana Luíza. *et al*. Refúgios musicais se multiplicam em meio à pandemia. *Veja*, Rio de Janeiro, fev. 2021.

BIAZZI, Renato. Procura por atendimento psicológico e psiquiátrico nos serviços da prefeitura de SP mais do que dobra na pandemia. *G1*, São Paulo, fev. 2021.

BIRMAN, Joel. O Mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

do social. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, 8 (1): 123-144, 1998.

BIRMAN, Joel. *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BIRMAN, Joel. Trauma, subjetivação e governabilidade na pandemia do coronavírus. *Tempo Psicanalítico*, 54 (1): 189-202, 2022.

BRUM, Eliane. A marcha dos mortos. *El país*, São Paulo, 2020.

CALCANHOTTO, Adriana. Em casa com o Sesc. *Youtube*, 23 mai. 2020.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1993.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

FASSIN, Didier. "The Moral Economy of Life in the Pandemic". In: *Pandemic Exposures: Economy and Society in the Time of Coronavirus*. Chicago: Hau Books, 2021.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 21. Imago, 1974 (1930).

GAMEIRA, Nathállia. Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia. *Fiocruz*, Brasília, 2020.

GIL, Gilberto. São João em Araras: *Gilberto Gil e Família*. Youtube, 26 jun. 2020.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Ed. 21. Papirus, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

KIND, Luciana; CORDEIRO, Rosineide. Narrativas sobre a morte: a gripe espanhola e a Covid-19 no Brasil. *Psicologia e Sociedade*. 32, 2020.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIRA, Patrícia Oliveira; MARCOS, Yasmin Janaína Ferreira. A subjetividade a partir da reflexão filosófica de Deleuze e Guattari. *Perspectiva Filosófica,* 45 (2), 2018.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; ROOSLI, Ana Claudia Barbosa da Silva. "Cenas de uma Pandemia: agenciando Encontros, Experimentando Afetos". In: TORRES, Ana Cristina *et al.* (orgs.). *Diálogos sobre a docência universitária: desafios e superações do Grupo de Estudos de Práticas em Ensino* (GEPE). São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

NASCIMENTO, Milton. Num domingo qualquer, qualquer hora. *Youtube*, 28 jun. 2020.

NICOLELIS, Miguel Angelo Laporta. "O Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4) do Consórcio Nordeste e a pandemia de covid-19 no Brasil". In: *Planejamento e Gestão. Brasília*, DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021.

OLIVEIRA, Mauricio. Covid vai mudar de vez hobbies e lazer? *Portal UOL*, São Paulo, jan. de 2021. Acesso em: 13 abr. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

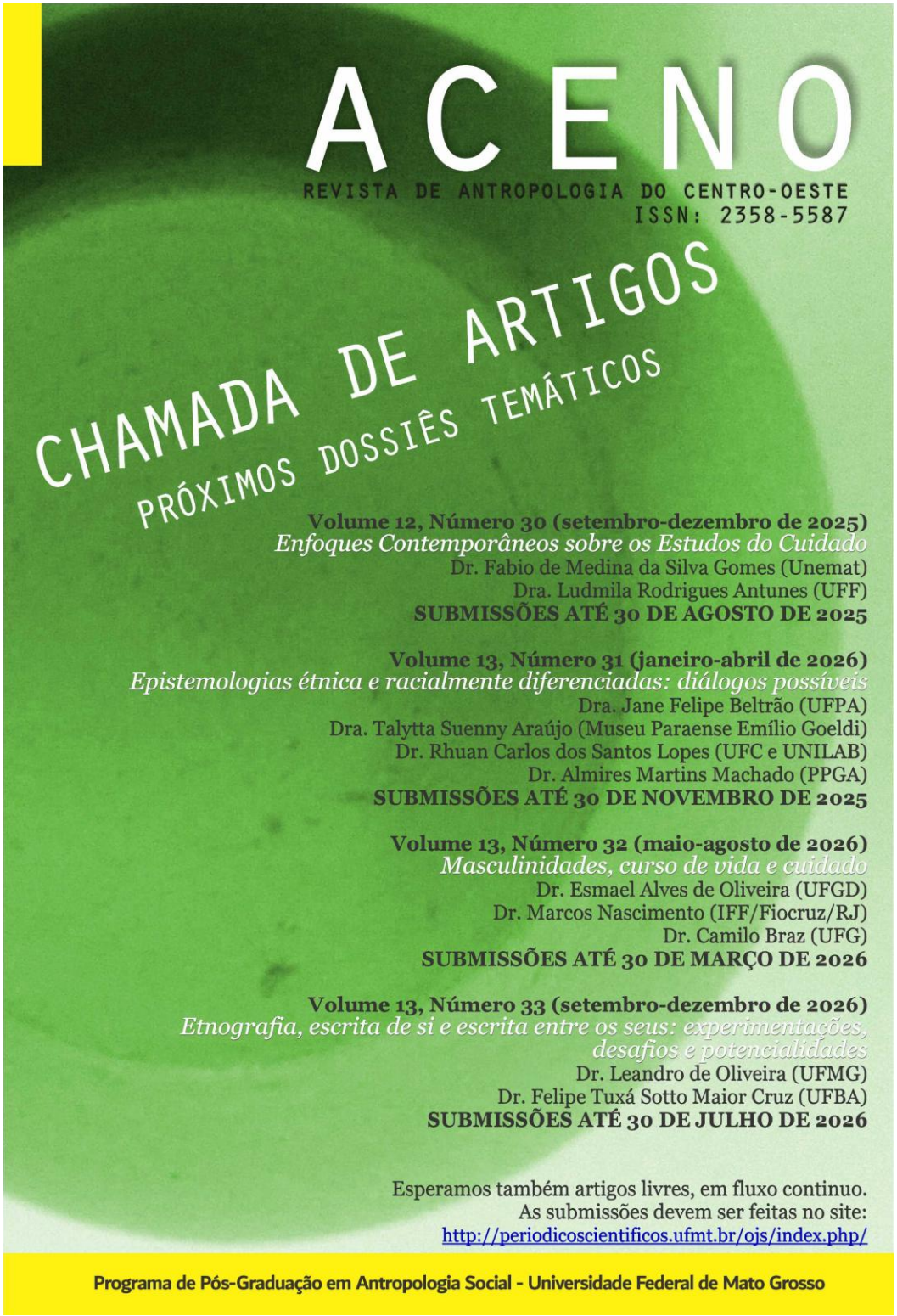
PENHA, Gustavo Rodrigues. Música e produção de afetos. *Vórtex*, 7 (1), 2019.

PRIOLLI, Maria Luísa de Mattos. *Princípios básicos da música para a juventude*. Casa Oliveira de músicas LTDA, 1983.

RICON-FERRAZ, Amélia. As grandes pandemias da história. *Revista de Ciência Elementar,* 8 (2), 2020.

TEIXEIRA, Renato. Em casa com o Sesc. *Youtube*, 7 jun. de 2020.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16146

ACENO

Entre raízes e relações:
notas sobre saúde ecossistêmica como resistência no Quilombo Mesquita

Francisco Octávio Bittencourt de Sousa[1]
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo aborda a aplicação da abordagem ecossistêmica para analisar a interação entre saúde e ambiente em níveis microssociais, com foco nos territórios quilombolas. Examina-se como a construção desses territórios é um processo coletivo influenciado por saberes tradicionais, destacando a importância vital do território para a reprodução física, social, econômica e cultural. As práticas de cuidados com a saúde e o meio ambiente são exploradas como elementos cruciais dessas territorialidades, enraizadas em cosmologias e valores que desafiam a lógica de ocupação e uso hegemônica. O percurso metodológico, vinculado a um projeto de pesquisa participativa em uma Residência Multiprofissional, é contextualizado, destacando a experiência prática no Quilombo Mesquita. Este estudo contribui para entender a relação entre as territorialidades quilombolas e a saúde ecossistêmica.

Palavras-chave: ancestralidade; território quilombola; saúde ecossistêmica.

[1] Doutorando e mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UnB, especialista em Ciência, Tecnologia e Sociedade, bacharel em Antropologia e licenciado em Ciências Sociais. Autor do livro *Se o grileiro vem, pedra vai* (2022) e coapresentador do podcast homônimo. Menção honrosa no X Prêmio de Direitos Humanos da Reunião Brasileira de Antropologia e premiado em segundo lugar no Prêmio Martin Novión de Melhor Dissertação de Graduação em Antropologia pela UnB. Pesquisador vinculado à Ação Social Franciscana.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

SOUSA, Francisco Octávio Bittencourt de. **Entre raízes e relações: notas sobre saúde ecossistêmica como resistência no Quilombo Mesquita.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 537-550, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Between roots and relationships:
Notes on Ecosystemic Health as Resistance in Quilombo Mesquita

Abstract: This article explores the application of the ecosystemic approach to analyze the interaction between health and the environment at microsocial levels, focusing on quilombola territories. It examines how the construction of these territories is a collective process influenced by knowledge, emphasizing the vital importance of the territory for physical, social, economic, and cultural reproduction. Practices of healthcare and environmental care are explored as crucial elements of these territorialities, rooted in challenging cosmologies and values. The methodological journey, linked to a participatory research project in Multiprofessional Residency, is contextualized, highlighting the practical experience in Quilombo Mesquita. This study contributes to understanding the relationship between quilombola territorialities and ecosystemic health.

Keywords: ancestry; quilombola territory; ecosystemic health.

Entre raíces y relaciones:
notas sobre salud ecosistémica como resistencia en el Quilombo Mesquita

Resumen: Este artículo aborda la aplicación del enfoque ecosistémico para analizar la interacción entre salud y ambiente a niveles microsociales, con enfoque en los territorios quilombolas. Se examina cómo la construcción de estos territorios es un proceso colectivo influenciado por saberes, destacando la importancia vital del territorio para la reproducción física, social, económica y cultural. Se exploran las prácticas de cuidado de la salud y el medio ambiente como elementos cruciales de estas territorialidades, enraizadas en cosmologías y valores desafiantes. Se contextualiza el recorrido metodológico, vinculado a un proyecto de investigación participativa en una Residencia Multiprofesional, destacando la experiencia práctica en el Quilombo Mesquita. Este estudio contribuye a comprender la relación entre las territorialidades quilombolas y la salud ecosistémica.

Palabras clave: ancestralidad; territorio quilombola; salud ecosistémica.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

A relação entre territorialidade, entendida como jeito diverso de apropriação do ambiente geográfico em que vivem, caracterizado, principalmente, pela propriedade comum das terras (LITTLE, 2002; O'DWYER, 2002), e saúde ecossistêmica, que tenta integrar a compreensão da saúde humana à saúde da natureza (GOMEZ eMINAYO, 2006), no Quilombo Mesquita é o foco deste estudo, que se insere em um projeto de pesquisa participativa desenvolvido no âmbito de um curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Este curso multidisciplinar incentivou a criação de Microprojetos e Programas de Ação Local (MPAL), buscando implementar modelos próprios de assessoria sociotécnica e tecnológica inspirados nas experiências de lideranças comunitárias e movimentos sociais. No contexto do Quilombo Mesquita, minha participação envolveu a condução de uma pesquisa sobre litígios fundiários e ambientais, além de facilitar oficinas de gestão territorial e ambiental e prestar assistência jurídica em colaboração com líderes locais e advogados. Durante quatro meses, a imersão na comunidade permitiu uma compreensão aprofundada das dinâmicas locais e das interações entre saberes tradicionais e práticas de cuidado em saúde.

Segundo Karácsonyi e Taylor (2021), o paradigma hegemônico de desenvolvimento, caracterizado por desastres internalizados na estruturação e funcionamento da sociedade, incluindo as falhas nas políticas públicas, a injustiça e a exclusão social, e baseado em uma visão antropocêntrica e predatória dos recursos naturais, acarreta graves consequências para a humanidade. Isso se reflete no agravamento das desigualdades sociais e na degradação insustentável dos recursos naturais, impactando diretamente a saúde humana e ambiental (CUNHA *et al*., 2021). Diante da complexidade das interações entre seres humanos, sociedade e meio ambiente, a ciência enfrenta o desafio de propor perspectivas epistemológicas e metodológicas para compreender os fenômenos relacionados à interação saúde e ambiente (LACERDA e MENDES, 2018).

Na década de 1970, a interação entre saúde e meio ambiente ganhou destaque na Conferência de Estocolmo, onde a concepção de meio ambiente foi ampliada para incluir dimensões natural, social e biológica como determinantes cruciais para a qualidade de vida e saúde. A Eco 92 reforçou essa integração na Agenda 21, propondo um novo paradigma econômico e civilizatório que reconhece a conexão intrínseca entre saúde e desenvolvimento (BURSZTYN e PERSEGONA, 2008). O enfoque ecossistêmico foi consolidado em conferências subsequentes, destacando os cuidados primários de saúde e legitimando práticas tradicionais. A I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Ottawa (1986), foi crucial ao reconhecer a influência de fatores culturais, sociais, políticos e ambientais sobre a saúde, representando um marco importante nesse campo (LACERDA e MENDES, 2018).

A abordagem ecossistêmica destaca-se como uma perspectiva teórico-prática para compreender as interações entre saúde e ambiente nos níveis microssociais

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

(GOMEZ e MINAYO, 2006). Ela integra reflexões sobre saúde e ambiente, mediadas pela análise das condições, situações e estilos de vida de grupos populacionais específicos (MACHADO *et al.*, 2012). A natureza relacional e transdisciplinar da abordagem ecossistêmica da saúde visa construir conexões que articulam as dimensões da gestão integral do meio ambiente natural, oferecendo uma visão ampliada da saúde humana. Essa abordagem adota uma perspectiva holística e ecológica para a promoção da saúde humana (LACERDA e MENDES, 2018).

Para superar o paradigma hegemônico descrito por Karácsonyi e Taylor (2021), incapaz de promover relações e ambientes saudáveis, é crucial abrir espaço para o diálogo entre as ciências e os saberes "tradicionais", populares e locais, propiciando espaço para o que Mignolo (2003) chama de "pensamento liminar", uma forma de pensar a partir das fronteiras e entrelugares, desafiando as dicotomias e hierarquias impostas pelo pensamento colonial. Ele defende que esse pensamento permite questionar as categorias hegemônicas, oferecendo novas perspectivas para compreender o mundo e construir projetos de descolonização.

A partir de Mignolo (2003), é possível pensar uma abordagem ecossistêmica em saúde adotando essa nova ordem dialógica, buscando desenvolver conhecimentos e práticas na relação entre saúde e ambiente em contextos reais. Isso permite ações apropriadas e saudáveis para as comunidades locais, integrando ciência e vida cotidiana na construção da qualidade de vida por meio de uma gestão mais eficaz do ecossistema e da responsabilidade individual e coletiva sobre a saúde (LACERDA e MENDES, 2018).

Segundo Little (2002), povos e comunidades tradicionais detêm cosmologias, saberes e práticas que estabelecem relações menos destrutivas com o ambiente, fundamentadas na vida em comunidade, nas relações sociais e na interação equilibrada com os recursos naturais (CUNHA *et al.*, 2021). Essa consciência coletiva é essencial para compreender as relações entre saúde e ambiente para além da lógica do risco, ou seja, aquela que entende o ambiente apenas como gerador de riscos aos que dele desfrutam (LACERDA e MENDES, 2018).

No contexto dos estudos territoriais (LITTLE, 2002; O'DWYER, 2002; ALMEIDA, 2006; DIEGUES, 2008; SANTOS, 2015), é fundamental destacar a abordagem que enfoca o dinamismo do território, priorizando questões práticas. O território, além de uma composição de sistemas naturais, representa um espaço utilizado que incorpora o solo e a identidade, sendo o local de residência, trabalho, trocas materiais e espirituais, assim como o exercício da vida. A territorialidade refere-se à maneira como um grupo social se apropria e vivencia o território, conferindo-lhe uma dimensão multidimensional percebida pelos membros da coletividade (LITTLE, 2002; O'DWYER, 2002). Esse processo dinâmico e flexível contribui para a construção de uma identidade territorial, refletindo experiências cotidianas, incluindo relações de trabalho, familiares, dimensão política, interações econômicas e culturais, organização espacial e o significado atribuído ao lugar (LACERDA e MENDES, 2018).

Ao discutir territórios quilombolas e a interação entre saúde e ambiente, percebe-se que a construção do território e das identidades são processos coletivos, recíprocos, influenciados por saberes e conhecimentos, registrados na memória individual e coletiva. As comunidades quilombolas têm no território a base essencial para a reprodução física, social, econômica e cultural. A territorialidade desses grupos está intrinsecamente ligada à dimensão simbólica da identidade e à profunda conexão que mantêm com seu território (O'DWYER, 2002). Dentro

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

dessa perspectiva, as práticas de cuidados com a saúde e o meio ambiente constituem elementos fundamentais das territorialidades quilombolas, influenciadas por cosmologias e valores próprios. Os diversos valores presentes nessas comunidades, especialmente a busca por uma relação mais equilibrada entre os membros e o ambiente, desempenham um papel crucial na sobrevivência física e cultural desses povos (LACERDA e MENDES, 2018). É sobre esses preceitos que este trabalho foi construído.

Quilombo Mesquita

Este estudo visa analisar como as territorialidades, enraizadas nos saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde, se relacionam com a saúde ecossistêmica no Quilombo Mesquita. O percurso metodológico deste artigo está intrinsecamente ligado a um projeto de pesquisa participativa desenvolvido no âmbito do curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Este curso abrangeu diversas temáticas interdisciplinares, como Habitat, Agroecologia, Saúde e Trabalho Associado, e teve como objetivo central fomentar a criação de Microprojetos e Programas de Ação Local (MPAL). Inspirados nas experiências de lideranças comunitárias e movimentos sociais, esses projetos visavam implementar modelos próprios de assessoria sociotécnica e tecnológica.

Minha participação neste contexto ocorreu no grupo do Quilombo Mesquita, onde fui demandado por lideranças locais para conduzir uma pesquisa sobre litígios fundiários e ambientais. A partir de março de 2023, passei quatro meses vivendo na comunidade, realizando pesquisas, facilitando oficinas de gestão territorial e ambiental, além de prestar assistência jurídica em parceria com líderes locais e advogados. Durante esse período, foram feitas denúncias de crimes como loteamento irregular e desmatamento ilegal, que estão atualmente em fase de investigação. O processo de pesquisa foi documentado em sete relatórios e um diário de campo, todos compartilhados com a comunidade, conforme quadro-resumo abaixo. Agradeço à generosidade dos interlocutores, que transformaram essas vivências em momentos de reflexão sobre os pressupostos e desafios da pesquisa.

Tabela 01 – Quadro resumo do percurso metodológico

FASE	DESCRIÇÃO
Contextualização	Participação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em CTS, com foco em Habitat, Agroecologia, Saúde e Trabalho Associado. Incentivo à criação de Microprojetos e Programas de Ação Local (MPAL).
Seleção do Território	Escolha do Quilombo Mesquita como foco da pesquisa, demandado por lideranças locais para investigar litígios fundiários e ambientais.
Imersão na Comunidade	Mudança para o quilombo em março de 2023. Quatro meses de convivência com a comunidade, realizando pesquisas, oficinas de gestão territorial e ambiental, e assistência jurídica.
Ciclo de Oficinas	Realização de oficinas com a comunidade, abordando temas de gestão territorial e ambiental, proporcionando momentos de aprendizado e troca de conhecimentos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

Mapeamento de conflitos	Atuação na assistência jurídica em parceria com líderes locais e advogados. Registro e denúncias de crimes como loteamento irregular e desmatamento ilegal, atualmente em investigação.
Documentação do Processo	Elaboração de sete relatórios e um diário de campo documentando todo o processo de pesquisa e interação com a comunidade.
Compartilhamento com a Comunidade	Compartilhamento dos documentos produzidos com a comunidade, promovendo momentos de reflexão sobre os pressupostos e desafios da pesquisa.
Resultados	Atualmente, as denúncias estão em fase de investigação, representando uma etapa subsequente ao trabalho de campo e pesquisa participativa.

O Quilombo Mesquita, com 278 anos de história, é uma comunidade rural a cerca de 50 km de Brasília. Surgido da doação de terras por José Correia Mesquita a três mulheres escravizadas, a comunidade se organiza em quatro principais troncos familiares: Pereira Braga, Pereira Dutra, Teixeira Magalhães e Lisboa da Costa. A organização comunitária dispensava cercas, permitindo que novas famílias escolhessem seu pedaço de terra ao se integrarem. O padrão de ocupação, orientado pelos troncos familiares principais, foi documentado pelo INCRA, identificando 84 núcleos familiares. Antes de Brasília, a vida da comunidade era centrada em atividades agrícolas, como a criação de gado e a produção de marmelada, vendida em Luziânia (AGUIAR, 2015). As celebrações religiosas marcavam o calendário, mas a inauguração da capital em 1960 trouxe mudanças à rotina comunitária. Anteriormente, terras abandonadas podiam ser ocupadas por novos núcleos familiares, concedendo direito de posse por meio do trabalho. No entanto, a chegada de estranhos à região levou à perda de muitas terras da comunidade. A especulação fundiária, imobiliária e agrária, impulsionada pela abertura de vias para transporte de produtos, resultou na comercialização de terras pelos quilombolas (AGUIAR, 2018; PAULINO, 2023).

A construção da Cidade Ocidental intensificou os conflitos, com grandes empresas, o município e moradores do Distrito Federal assediando a comunidade. Em 2006, o Quilombo Mesquita foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e em 2011, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado, gerando conflitos no territóri[2] . Em 2015, o RTID foi concluído, mas a área delimitada pelo INCRA representa apenas cerca de 1/10 das terras originais do quilombo. O relatório revela que a maior parte do território delimitado está ocupada por não-quilombolas, enquanto os quilombolas estão concentrados em uma porção central, que não fornece garantias para a reprodução física e cultural da comunidade (AGUIAR, 2015; PAULINO, 2023).

[2] A regularização fundiária de territórios quilombolas é um processo complexo e essencial para garantir o direito à terra previsto na Constituição Federal de 1988. Esse processo envolve a identificação, demarcação e titulação das terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas. No entanto, esse processo frequentemente gera conflitos. A disputa por terras férteis, a pressão de grandes empresas e latifundiários, a falta de conhecimento sobre os direitos quilombolas e a demora no processo de titulação são alguns dos principais fatores que desencadeiam esses conflitos. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes para a proteção dos territórios quilombolas e a falta de diálogo entre as comunidades e os diferentes atores envolvidos contribuem para intensificar as tensões e gerar insegurança para os quilombolas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

Tabela 02 – Quadro resumo do Quilombo Mesquita

ASPECTOS PRINCIPAIS	DETALHES
Localização	Comunidade rural a cerca de 50 km de Brasília, com 278 anos de existência.
Origem	Surgiu da doação de terras por José Correia Mesquita a três mulheres escravizadas.
Organização Familiar	Quatro principais troncos familiares: Pereira Braga, Pereira Dutra, Teixeira Magalhães e Lisboa da Costa.
Ocupação Tradicional	Padrão documentado pelo INCRA com 84 núcleos familiares, refletindo a tradição da comunidade.
Mudanças com a Inauguração de Brasília	Introdução de novas regras sociais e perda de terras devido à chegada de estranhos.
Especulação Fundiária e Comercialização de Terras	Impulsionadas pela abertura de vias para transporte de produtos.
Construção de Cidade Ocidental e conflitos	Assédio por grandes empresas, município e moradores do Distrito Federal.
Reconhecimento e publicação do RTID	Em 2006, reconhecimento pela FCP, e em 2011, publicação do RTID gerando conflitos.
Conclusão do RTID	Em 2015, conclusão, mas a área delimitada representa apenas 1/10 das terras originais.
Distribuição atual no território	Maior parte ocupada por não-quilombolas; quilombolas concentrados em área central.
Considerações sobre sustentabilidade	Concentração em área específica considerada insustentável do ponto de vista físico e social.

Alguns resultados

Durante o ciclo de oficinas, uma das atividades centrais era a construção de conceitos próprios da comunidade do Quilombo Mesquita, onde são compartilhadas visões sobre temas como ancestralidade e território, revelando uma rica tapeçaria de identidade cultural e resistência. A ancestralidade quilombola em Mesquita emergiu como uma força vital enraizada na coletividade, destacando laços familiares e a transmissão de conhecimentos entre gerações. Essa ancestralidade representa resistência diante das adversidades históricas, fortalecendo a identidade da comunidade e impulsionando a luta pela preservação da cultura e do território. O parentesco, a raça/etnia e a descendência africana são elementos fundamentais, conectando a comunidade aos antepassados que moldaram sua trajetória. Os ancestrais, venerados e respeitados, são fontes de inspiração e referências culturais, e a memória, valorizada e preservada, reflete-se na árvore genealógica, visualizando conexões familiares e ancestrais, que – por questão de segurança – não será exibida aqui.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

No Território Quilombola TQ Mesquita, o conceito de quilombo transcende uma mera definição geográfica. Segundo os próprios interlocutores, território é um espaço sagrado que preserva tradições, cultura e modo de vida. A preservação da cultura quilombola envolve a defesa do território, luta pela posse, proteção contra invasões e busca pela autonomia e sustentabilidade. Para a comunidade, o território é o alicerce onde a vida e a resistência se fundamentam, exigindo cuidado, preservação e fortalecimento. A gestão territorial é uma responsabilidade coletiva que envolve decisões sobre o uso sustentável dos recursos naturais e o bem-estar da comunidade. Solidariedade e apoio mútuo são pilares fundamentais, reforçando laços de pertencimento e colaboração. Os saberes ancestrais são valorizados, e o território é o alicerce que sustenta a vida e a resistência da comunidade. A agricultura tem um papel central na subsistência e na biointegração, ou seja, na capacidade de extrair, utilizar e renovar os recursos em uma relação comunitária, onde cultivar, coletar e compartilhar estão profundamente conectados com a terra e a natureza (SANTOS, 2015).

Em síntese, a ancestralidade e o território do Quilombo Mesquita representam um legado de lutas, conquistas e saberes. São pilares na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural, e estão intrinsecamente ligados à conservação ambiental. O bem-estar no território nasce de uma relação respeitosa com os mais velhos, com as normas comunitárias e com a paisagem. A preservação desses elementos visa garantir direitos, reparação histórica e a continuidade dessa rica herança para as futuras gerações. A comunidade de Mesquita é um exemplo vivo de como a ancestralidade e o território fundamentam uma identidade resiliente e culturalmente rica.

Ainda durante o ciclo de oficinas, uma rodada de construção de conceitos explorou o termo "direito" junto aos participantes do Quilombo Mesquita. Para a comunidade, o direito é considerado fundamental para assegurar uma vida digna e justa. Ter direito implica o acesso a necessidades básicas, como o direito de viver, ter um território garantido, estudar e ter acesso a saúde e educação de qualidade. Essa perspectiva destaca o direito como um elemento intrínseco à vida, devendo ser garantido a todos. No contexto dos direitos quilombolas, existe uma especificidade, pois eles estão fundamentados na ancestralidade e na luta pela preservação da cultura e identidade quilombola. Isso inclui o acesso a políticas públicas, como cotas, lazer, praças, equipamentos sociais, hospitais, creches, esportes, postos de saúde e medicamentos. O direito quilombola abrange ainda o direito de trabalhar na terra, cultivar e produzir alimentos, além do direito à justiça, buscando reparação e igualdade.

Cada integrante do grupo teve a oportunidade de apresentar brevemente um eixo de direitos, abordando questões territoriais, habitacionais, culturais, de saúde, educação e agricultura. Esses temas refletem os desafios enfrentados pela comunidade, como a luta pelo reconhecimento e demarcação de suas terras ancestrais, as condições precárias de moradia, a preservação cultural, o acesso à saúde de qualidade, a educação igualitária e respeitosa à sua cultura, e o fortalecimento das práticas agrícolas tradicionais. Em colaboração com outros participantes da Universidade de Brasília (UnB), foram redigidos ofícios em diálogo com os direitos discutidos. Esses ofícios foram padronizados e unificados, resultando na criação de um manifesto que expressa as demandas e anseios da comunidade. O manifesto aborda questões urgentes relacionadas à gestão territorial e ambiental, educação, saúde e infraestrutura. Solicita a regularização fundiária do território, preservação ambiental, melhorias na qualidade do ensino, acesso a serviços de saúde adequados, sinalização e acesso ao quilombo, além de apoio na produção

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

agrícola. O documento reforça a importância do reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas e busca a intervenção das autoridades competentes para solucionar essas questões. O manifesto representa uma ferramenta eficaz na busca por melhorias concretas e na defesa dos direitos do Quilombo Mesquita.

Olhando especificamente para as questões relativas à saúde ecossistêmica, notou-se que há questões referentes à gestão territorial e ambiental, principalmente no que tange à gestão dos recursos hídricos, desvio do fluxo de água em mina d'água e gestão de resíduos sólidos no Território do Quilombo Mesquita. Além disso, membros da comunidade relataram dificuldades significativas no acesso a serviços de saúde adequados, como a falta de abastecimento de insumos e medicações na farmácia da Unidade Básica de Saúde Mesquita. Essa situação tem impactado negativamente a população local, prejudicando o atendimento e comprometendo a saúde e o bem-estar dos quilombolas.

Tabela 03 – Quadro resumo de questões relativas à saúde ecossistêmica

TEMA / PROBLEMA	RESUMO DO PROBLEMA	SOLICITAÇÃO / AÇÃO REQUERIDA
Desvio do Fluxo de Água no Rego Táboa	Canalização da água historicamente utilizada por famílias quilombolas foi desviada.	Consulta pública sobre a canalização da água para buscar consenso.
Construção de Poço Artesiano e Desvio de Água	Construção não autorizada de poço artesiano na Fazenda Jacinto prejudicando volume de água da nascente.	Fiscalização e remoção de poços não quilombolas, restauração da área degradada.
Desvio do Fluxo de Água em Mina D'água	Desvio de água em mina d'água por ocupante não quilombola prejudicando famílias quilombolas.	Restauração da mina d'água, cercamento, identificação, reflorestamento, fiscalização adequada.
Depósito de Resíduos e Poluição Ambiental	Existência de lixão próximo ao território causando danos ambientais, odor desagradável e possível contaminação da água.	Fechamento do lixão e restauração da área degradada.
Uso de Agrotóxicos Próximo às Casas	Utilização frequente de agrotóxicos nas proximidades causando contaminação e impactando saúde e meio ambiente.	Controle ambiental efetivo nas áreas quilombolas para proteger a saúde e o ecossistema.
Poluição das Águas e do Solo	Contaminação de águas e solo por agrotóxicos afetando fontes de água utilizadas pela comunidade.	Medidas efetivas para combater a poluição e promover práticas agrícolas sustentáveis.
Abastecimento de Insumos e Medicações	Falta constante de insumos e medicações na UBS Mesquita impactando negativamente a comunidade.	Abastecimento suficiente de insumos e medicações para garantir atendimento adequado.
Meio de Transporte para o Programa Saúde da Família	Ausência de transporte para profissionais realizar visitas domiciliares prejudicando o acesso aos serviços de saúde.	Intervenção para fornecer meio de transporte para o programa Saúde da Família.
Aumento do Corpo Médico e dos Profissionais de	Insuficiência de médicos e profissionais de saúde resultando em longas esperas e	Aumento do corpo médico e dos demais profissionais de saúde para

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

Saúde	dificultando o acesso aos serviços.	atendimento mais ágil e eficiente.
Estabelecimento de Consultório Odontológico	Inexistência de consultório odontológico equipado no Quilombo Mesquita obrigando moradores a buscar atendimento distante.	Criação de consultório odontológico equipado para oferecer serviços essenciais à população local.
Projeto de Lei sobre Direitos da Comunidade Quilombola à Saúde	Proposta de projeto de lei enfocando direitos à saúde da comunidade quilombola, com ênfase em doenças que afetam a população negra.	Elaboração de projeto de lei destacando os direitos à saúde da comunidade quilombola.

Olhando em detalhe e a partir da experiência de campo, é possível concluir que a comunidade quilombola de Mesquita vive a interseção entre ancestralidade, território e o bem-estar humano e da natureza (ou saúde ecossistêmica) de maneira profunda e simbiótica. O quilombo, mais do que um espaço geográfico, é um local sagrado que abriga não apenas a história e a cultura, mas também a forma de viver e cuidar do ambiente. A ancestralidade orienta o entendimento de que a saúde vai além da ausência de doenças e depende de uma biointeração com a natureza e o território. Assim, os saberes tradicionais guiam práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, integrando o bem-estar individual e coletivo com a preservação ambiental.

Para a comunidade de Mesquita, o bem-estar reflete a interdependência entre o cuidado do ambiente e o cuidado humano. Questões como a gestão dos recursos hídricos, o controle do uso de agrotóxicos e a preservação das nascentes são essenciais para a saúde da população e demonstram a importância de práticas que respeitem as normas comunitárias e o conhecimento ancestral. Por exemplo, o desvio não autorizado de fontes de água para fora do território quilombola impacta diretamente a saúde, uma vez que interfere nas atividades agrícolas e no abastecimento de água potável, elementos essenciais para a vida comunitária e para a subsistência.

Além disso, a saúde ecossistêmica é diretamente influenciada pela infraestrutura e pelo acesso a serviços de saúde. A falta de abastecimento de insumos e medicamentos na Unidade Básica de Saúde e a ausência de transporte para visitas domiciliares dificultam o acesso da população quilombola a cuidados essenciais. A comunidade de Mesquita enfrenta desafios significativos com a escassez de médicos e profissionais de saúde, o que torna o atendimento insuficiente. Esses problemas ilustram a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde quilombola, que considerem as especificidades de um povo que vê na integração com a natureza e no respeito aos valores ancestrais a chave para a saúde e a sustentabilidade.

Discussão

A área em análise compreende um território diversificado, apresentando desafios consideráveis no acesso a bens e serviços de saúde. A presença de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) é vital para o atendimento primário à comunidade, porém, fatores como a rotatividade de profissionais, infraestrutura precária e sensibilidade política influenciam a eficácia dessa unidade. Além da UBS, a atuação da Equipe de Saúde da Família e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenha papel crucial na promoção da saúde preventiva e identificação de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

demandas específicas da comunidade, estabelecendo uma interação próxima com os moradores. A comunidade busca nos serviços de saúde não apenas assistência médica, mas também a preservação de práticas culturais e conhecimentos tradicionais de cuidados com a saúde. A integração eficaz entre serviços de saúde e a comunidade é essencial para superar barreiras culturais e garantir atendimento sensível às necessidades, promovendo a saúde de maneira holística. Destaca-se também a importância da medicina tradicional como componente vital na prestação de cuidados de saúde na comunidade, contribuindo para um sistema de saúde mais inclusivo e abrangente (ANDRADE, 2022; SILVA, 2019).

O diagnóstico revela complexos desafios enfrentados pela comunidade local. No âmbito socioeconômico, indicadores apontam condições de vulnerabilidade, incluindo acesso limitado a oportunidades educacionais, emprego e renda. A falta de infraestrutura básica, como saneamento e habitação adequada, contribui para a perpetuação dessas desigualdades. Ambientalmente, empreendimentos imobiliários pressionam a região, afetando o acesso a recursos naturais e contribuindo para a degradação ambiental. A presença de resíduos sólidos sem tratamento adequado configura um cenário desafiador para a qualidade ambiental. No contexto sanitário, problemas como falta de tratamento de esgoto, contaminação de mananciais e presença de fossas sépticas em condições de contaminação são observados. A gestão inadequada de resíduos sólidos, representada por um lixão na localidade, contribui para impactos ambientais adversos e intensifica vulnerabilidades socioeconômicas, comprometendo a saúde da população local. O abastecimento de água na comunidade, predominantemente proveniente de fontes naturais, enfrenta desafios relacionados à qualidade e disponibilidade. A pressão sobre essas fontes, devido ao aumento de empreendimentos imobiliários, destaca a necessidade de intervenções para garantir a segurança hídrica e a implementação de políticas sustentáveis de gestão dos recursos hídricos.

A análise da área revela uma abordagem abrangente de saúde ecossistêmica, onde a conexão entre fatores ambientais, sociais e de saúde é evidente. A interseção entre ancestralidade, quilombo e saúde ecossistêmica na comunidade quilombola de Mesquita não apenas ressalta a rica tapeçaria cultural e histórica, mas também está intrinsecamente conectada aos desafios de acesso a bens e serviços de saúde, bem como aos impactos socioeconômicos e ambientais enfrentados pela comunidade. Olhando pela perspectiva integral da saúde ecossistêmica, a preservação dos conhecimentos ancestrais não só desempenha um papel vital na promoção da saúde, mas também se torna uma fonte valiosa de resiliência diante das dificuldades de acesso aos serviços de saúde. A incorporação de práticas tradicionais de cuidados com o corpo e a natureza não apenas contribui para a saúde individual, mas também se alinha a uma abordagem ecossistêmica, promovendo a harmonia entre a comunidade e o ambiente circundante (ANDRADE, 2022; SILVA, 2019).

O território quilombola emerge como fonte de saúde integral para a comunidade. A gestão cuidadosa desse território, na luta pela posse e na busca pela autonomia e sustentabilidade, não apenas preserva as tradições culturais, mas também influencia diretamente a conservação da paisagem. A pressão de empreendimentos imobiliários sobre esse território, mencionada no contexto dos impactos ambientais, destaca a urgência de abordagens que equilibrem o desenvolvimento econômico com a preservação cultural e ambiental. Nesse sentido, a cultura de solidariedade e cooperação, além de fortalecer os laços sociais, contribui

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

para a resiliência coletiva da comunidade. Essa resiliência é importante não apenas para o bem-estar emocional e social, mas também para a saúde do ecossistema.

A prática de uma agricultura sustentável, como parte integrante do modo de vida quilombola, destaca-se como uma estratégia essencial para assegurar a subsistência e promover o uso responsável dos recursos naturais. Essa *biointeração* com a terra não só contribui para a saúde ecossistêmica, mas também responde aos desafios ambientais mencionados, como a gestão inadequada de resíduos sólidos e a necessidade de políticas sustentáveis de gestão dos recursos hídricos.

Em síntese, observar a conexão entre a tríade ancestralidade, território quilombola e saúde ecossistêmica oferece insights valiosos para enfrentar os desafios contemporâneos, como a dificuldade no acesso à saúde e os impactos socioeconômicos e ambientais. Esses elementos entrelaçados formam uma resposta holística que reconhece a interdependência entre a comunidade e o ecossistema, na busca por um futuro sustentável e saudável para Mesquita, se mostrando uma expressão prática do pensamento liminar que permite a construção de projetos alternativos aos modelos de desenvolvimento constituídos, ou seja, projetos de descolonização (MIGNOLO, 2003).

Conclusão

A abertura das ciências ao diálogo com as comunidades quilombolas oferece insights valiosos sobre as relações entre saúde e ambiente, bem como estratégias para promover a saúde e preservar a vida (CUNHA *et al.*, 2021). Essas comunidades possuem conhecimentos ricos que colaboram com a saúde e conservação ambiental, enraizados na preservação de suas tradições. Uma nova visão integradora entre saúde e ambiente no Brasil deve começar pelo reconhecimento da cosmovisão desses grupos. A academia tem o papel de explorar e aprender com as práticas tradicionais vivenciadas pelas comunidades, superando as limitações de pensamento único diante da diversidade de desafios nas relações entre saúde e ambiente (LACERDA e MENDES, 2018).

A complexidade do cuidado em saúde e ambiente nas comunidades quilombolas está fundamentada em valores e práticas biointerativas, como bem sintetizou o intelectual quilombola Antônio Bispo (2015). Essas relações são dinâmicas, adaptando-se às mudanças e reeditando princípios ancestrais diante das novas demandas de conservação cultural e ambiental. Os princípios da abordagem ecossistêmica em saúde são vivenciados pelas comunidades quilombolas, refletindo a perspectiva enraizada na cosmologia e nos princípios afro-brasileiros. Essa visão das relações entre sociedade e natureza desempenha um papel central na conservação dos territórios, saberes e práticas quilombolas no Brasil, indo além da abordagem convencional de saúde pública.

Recebido em 18 de abril de 2024.
Aprovado em 1 de novembro de 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

Referências

AGUIAR, V. G. *Conflito territorial e ambiental no Quilombo Mesquita / Cidade Ocidental: racismo ambiental na fronteira DF e Goiás*. Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, 2015.

AGUIAR, V. G. "Território em conflito: Quilombo Mesquita e os urbanos de Brasília e Cidade Ocidental". In: COSTA, Carmem Lúcia (org.). *Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.

ALMEIDA, A. W. B. *Os quilombos e base de lançamento de foguetes de Alcântara*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006.

ANDRADE, A. M. *et al*. Caracterização da saúde e saneamento de uma comunidade quilombola no entorno da capital do Brasil: um scoping review. *Saúde em Debate*, 46 (spe1): 233-44, 2022.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CUNHA, M. C. da *et al*. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC, 2021.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GOMEZ, C. M.; MINAYO, M. C. de S. Enfoque ecossistêmico de saúde: uma estratégia transdisciplinar. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 1 (1): 1-19, 2006.

KARÁCSONYI, D.; TAYLOR, A. "Introduction: conceptualising the demography of disasters". In: KARÁCSONYI, D.; TAYLOR, A.; BIRD, D. (eds.). *The demography of disasters: impacts for population and place*. S/l: Springer, 2021.

LACERDA, R. dos S.; MENDES, G. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. *Sustentabilidade em Debate,* 9 (1): 107-120, 2018.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia* (UnB), 322: 1-32, 2002.

MACHADO, J. M. H. *et al*. Sustentabilidade, desenvolvimento e saúde: desafios contemporâneos. *Saúde em Debate*, 36 (esp.): 26-35, 2012.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. São Paulo: Humanitas, 2003.

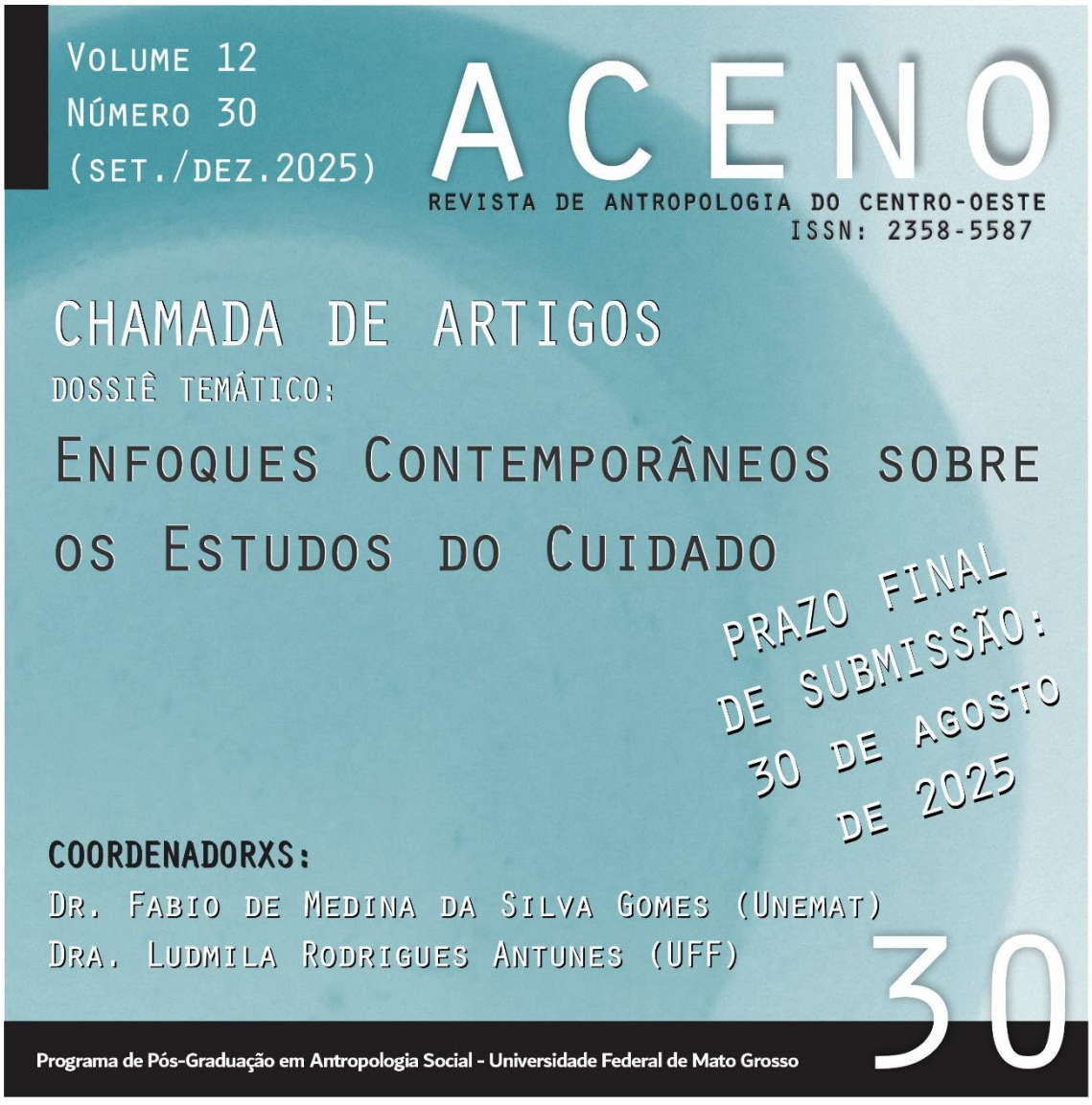
O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

PAULINO, M. da S. *Afrorruralidades e políticas territoriais: o bem viver e identidade do território do quilombo Mesquita como instrumentos de planejamento urbano regional*. Brasília: Universidade de Brasília, 2023.

SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos. Modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SILVA, M. T. G. da. *O ofício do raizeiro: saberes e práticas integrativas em comunidades tradicionais quilombolas Kalunga*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17472

ACENO

“Os olhos que passavam os dias a me vigiar”:
apontamentos sobre a invisibilidade da violência sexual nas universidades brasileiras

Edilson Márcio Almeida da Silva[1]
Universidade Federal Fluminense

Resumo: Haja vista que a violência corresponde ao que Bourdieu chamaria de uma problemática obrigatória dos tempos atuais, o meu objetivo neste artigo consiste em discutir a invisibilidade da violência sexual nas universidades brasileiras. A partir de duas situações nas quais me envolvi enquanto professor, procuro problematizar a referida invisibilidade, considerando, concomitantemente, os fundamentos que a sustentam, as condições necessárias à sua superação e algumas iniciativas que têm sido adotadas nesse sentido.

Palavras-chave: violência sexual; invisibilidade; universidades brasileiras.

[1] Graduação em Ciências Sociais (1995), pós-graduação em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública (2000), mestrado em Antropologia (2000) e doutorado em Antropologia (2007), todos cursados na Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado III do Departamento de Antropologia e professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. “ **Os olhos que passavam os dias a me vigiar” : apontamentos sobre a invisibilidade da violência sexual nas universidades brasileiras.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 551-566, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

“The eyes that watched me all day":
Notes on the invisibility of sexual violence in Brazilian universities

Abstract: Given that violence, in general, is what Bourdieu would call an important and problematic issue today, my aim in this article is to discuss the invisibility of sexual violence in Brazilian universities. Based on two situations in which I was involved in my professor's role, I seek to problematize this invisibility addressing its supporting foundation, as well as the conditions necessary to overcome it, alongside some initiatives that have been adopted in that direction.

Keywords: sexual violence; invisibility; Brazilian universities.

“Los ojos que me miraban todo el día”:
apuntes sobre la invisibilidad de la violencia sexual en las universidades brasileñas

Resumen: Dado que la violencia es lo que Bourdieu llamaría una problemática obligatoria en los tiempos actuales, mi objetivo en este artículo es discutir la invisibilidad de la violencia sexual en las universidades brasileñas. A partir de dos situaciones en las que estuve involucrado como profesor, intento problematizar esa invisibilidad, considerando al mismo tiempo los fundamentos que la sostienen, las condiciones necesarias para superarla y algunas iniciativas que se han adoptado en esa dirección.

Palabras clave: violencia sexual; invisibilidad; universidades brasileñas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

A lembrança do silêncio daquelas tardes
A vergonha do espelho naquelas marcas
Havia algo de insano naqueles olhos, olhos insanos
Os olhos que passavam o dia a me vigiar, a me vigiar...

Os versos escolhidos como epígrafe deste artigo fazem parte de uma canção[2] dedicada a uma temática de indelével relevância na atualidade, mas que, na época do seu lançamento, em meados da década de 1980, dispunha de pouquíssima visibilidade: a violência sexual. Baseada no caso de uma jovem que vivia um relacionamento abusivo nos tempos da escola, a princípio, a letra não suscitou grande interesse nos ouvintes. Ainda que temáticas de cunho social e político tivessem lugar no cenário musical do período, sob certos aspectos, a composição parecia estar à frente do seu tempo, o que, decerto, contribuiu para a receptividade não engajada do grande público. Decorridas cerca de três décadas, a canção passou a frequentar diferentes domínios da vida social, ensejando, inclusive, a realização de debates acadêmicos[3] e a produção de artigos científicos[4] (Cf. SANTOS, 2015; LELIS e FORTES JÚNIOR, 2016), o que indica tanto uma mudança de mentalidade, como o atual reconhecimento da gravidade do problema e da imperiosa necessidade de enfrentá-lo. Senão, vejamos.

De acordo com estudo publicado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (FERREIRA *et al.* (2023), a cada ano, o Brasil apresenta um total de aproximadamente 822 mil casos de estupro; o equivalente a dois por minuto. Cotejando diferentes bases de dados[5] , o levantamento aponta que, do total de casos estimados, apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia, ao passo que só 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Outro levantamento, o Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, do Ministério das Mulheres[6], mostra que, ao longo de 2022, houve pelo menos 154 casos diários de violência sexual contra mulheres no país. Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (Sinan), do Ministério da Saúde[7], este teria sido o maior acumulado desde 2015, ano em que os dados começaram a ser computados. Ao todo, foram notificados 56.135 casos, sendo 38,7 mil estupros, 16 mil

[2] Excerto da canção *Camila, Camila*, da banda de pop rock gaúcha *Nenhum de Nós*. A faixa integra o álbum homônimo, lançado no ano de 1987 pelo Selo Plug.

[3] Nesse sentido, pode-se mencionar o evento *on-line* intitulado *Sobre Camilas... um bate papo sobre violência contra a mulher e o que podemos fazer para mudar a realidade*. Realizada no dia 9 de dezembro de 2020, às 19h, por iniciativa do curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a atividade tomou a letra da canção como ponto de partida para um debate com uma advogada criminalista e dois membros da banda Nenhum de Nós, que discorreram sobre o processo de criação da faixa e sua repercussão.

[4]

[5] O estudo se baseou em dados da Pesquisa Nacional da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNS/IBGE), e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, tendo 2019 como ano de referência.

[6] Disponível (on-line) em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/painel-de-indicadores

[7] O Sinan é uma das fontes que alimentam o Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Além das informações do Sinan, o Painel conta com dados originários do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. No primeiro caso, os registros referem-se a notificações compulsórias de violência doméstica, violência sexual e tentativa de suicídios. No segundo, a homicídios e lesões corporais seguidas de morte.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

assédios sexuais e 1.135 explorações sexuais. Outra pesquisa, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BUENO, *et al.*, 2023), assinala que cerca de 18,6 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência no ano de 2022. Conforme as estimativas, ao longo da vida, uma em cada três brasileiras com mais de 16 anos teria sido submetida à violência física ou sexual por parceiro íntimo. No caso, mais de 21,5 milhões de mulheres seriam vítimas de tais violências, o que representa 33,4% da população feminina do país. O levantamento assinala que 46,7% das brasileiras (aproximadamente 30 milhões) sofreram assédio sexual no ano de 2022, perfazendo, assim, um crescimento de quase 9 pontos percentuais em relação a 2021, quando a prevalência de assédio havia sido de 37,9%.

Além de apresentarem números alarmantes, outro ponto em comum nos levantamentos diz respeito à identificação do local de residência como aquele em que as mulheres estariam mais expostas à violência, inclusive, sexual. Todavia, apesar de a vitimização feminina acontecer majoritariamente em ambiente doméstico, não há como desconsiderar o recrudescimento das violências infligidas às mulheres também em outros espaços, como universidades, por exemplo. Um levantamento realizado pelo Intercept Brasil (SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo, 2019)[8] aponta que, entre os anos de 2008 e 2019, mais de 550 mulheres (estudantes, professoras e funcionárias) foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior brasileiras. Entre os casos reportados na pesquisa, destacam-se os de assédio e estupro que, na maior parte das vezes, contaram com a autoria de professores ou alunos[9]. A análise teve como ponto de partida 209 denúncias então encaminhadas a universidades dos quatro cantos do país, num total de 122, das quais 34 particulares e 88 públicas. A grande maioria dos casos (80%) teria ocorrido no interior dos campi, em locais como banheiros, moradias universitárias e áreas de estacionamento, sendo que, em alguns deles, um mesmo agressor foi apontado por mais de uma vítima.

Beijos à força, perseguições, carícias não-consentidas, registros fotográficos invasivos, tentativas de barganha envolvendo favores sexuais, enfim, diversas têm sido as formas de violência a que as mulheres se vêm expostas dentro e fora das universidades brasileiras. Em meio a tantas possibilidades, não há como negligenciar os já referidos casos de estupro, temática reconhecidamente delicada que, a depender do modo como é tratada, pode produzir impactos profundos que se fazem sentir tanto subjetiva quanto intersubjetivamente. Em consonância com essa perspectiva, proponho, a seguir, um exercício autorreflexivo, tendo como ponto de partida duas controvertidas situações das quais tomei parte na condição de professor, ambas envolvendo a questão do estupro. Para além da análise dos episódios em si, o exercício tem por objetivo contribuir para a construção de um olhar menos distanciado e, por corolário, mais atento aos dilemas enfrentados por mulheres que, direta ou indiretamente, têm de se haver com as importunações, situações abusivas e agressões praticadas em nossas instituições de ensino.

[8] O recurso a uma fonte jornalística se justifica pela existência de poucas informações estruturadas sobre violência sexual nas universidades brasileiras. No caso da reportagem em questão, o levantamento foi feito com base em casos reportados na imprensa e/ou por movimentos estudantis.

[9] Segundo a reportagem, os demais algozes ou não foram identificados, ou não eram diretamente vinculados às universidades, como técnicos terceirizados ou operários de construções também terceirizadas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

De fora e de longe ou de perto e de dentro? Olhares sobre a violência

Entre os meses de abril e setembro de 2004, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro realizou uma pesquisa sobre o sentimento de insegurança[10] na qual foram ouvidas 3.600 pessoas em nove bairros das zonas Norte, Oeste e Sul da cidade[11]. Uma curiosa conclusão da pesquisa aponta que o sentimento de insegurança aumentava em proporção direta à distância dos locais tidos como familiares pelos entrevistados, sem que houvesse correlação direta com a incidência de eventos criminais, notificados ou não. Naquele contexto, embora 86% das pessoas sondadas considerassem que a criminalidade tinha aumentado na cidade, apenas 43% apresentavam a mesma opinião com relação ao bairro em que residiam (mesmo quando se tratava de lugares com grande número de ocorrências policiais registradas), percentual que caía ainda mais (para 29%) quando, ao invés do bairro, o local de referência era a rua onde moravam. Não seria exagero afirmar que, num certo sentido, algo semelhante se verifica na relação comumente estabelecida entre as universidades brasileiras e as questões do assédio/violência sexuais, algo que poderia ser sintetizado pelo adágio "o inferno são os outros".

Como mostra a supracitada pesquisa, a tendência dos entrevistados de identificar uma diminuição nos índices de criminalidade nos locais mais próximos de sua residência (e, portanto, de sua experiência pessoal) não contraria a representação de que tais indices teriam aumentado na cidade como um todo. Pelo contrário. Ela parece apenas deslocar o problema, expulsando-o da esfera da domesticidade para o assim chamado "mundo da rua", algo que, de certo modo, também se verifica nos contextos universitários. E isso não só no que se refere aos mecanismos de denúncia e apuração dos casos de assédio e violência sexuais (tópico do qual me ocuparei adiante), mas à atenção desproporcionalmente dedicada à temática na produção acadêmico-científica nacional. Se, nas últimas décadas, produziu-se um considerável acúmulo de trabalhos sobre violência sexual em áreas como Ciências Sociais, Psicologia e Serviço Social, há que se reconhecer que, neles, as manifestações atinentes a espaços universitários ocupam um lugar claramente adventicio[12]. À primeira vista, poderíamos supor que, acostumados a privilegiar os problemas da tribo, os pesquisadores tinham desenvolvido uma espécie de miopia às avessas para os da própria aldeia. Mas, evidentemente, as coisas não são tão simples. Pelo menos, não no que se refere à Antropologia praticada nos tempos correntes.

[10] A pesquisa *Avaliando o Sentimento de Insegurança nos Bairros do Rio de Janeiro* foi realizada pelo NUPESP – Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Paula Mendes de Miranda e contou com apoio financeiro da FAPERJ. O objetivo da pesquisa era dimensionar o sentimento de insegurança dos moradores de alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro, com diferentes perfis socioeconômicos.

[11] Para a realização da pesquisa quantitativa, de cunho comparativo, foram selecionados nove bairros da cidade do Rio de Janeiro, com características distintas: Lagoa, Copacabana e Botafogo (Zona Sul), Pavuna, Méier e Bonsucesso (Zona Norte), e Campo Grande, Bangu e Santa Cruz (Zona Oeste), considerando-se como critérios para essa seleção o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a taxa anual de homicídios por mil habitantes e a população residente acima de 15.000 habitantes. Conforme mencionado, foram entrevistados, no total, 3.600 moradores desses bairros (400 pessoas em cada), todos com idade a partir de 18 anos.

[12] Em uma pesquisa exploratória, realizada em 2017, na base de dados *Scielo*, com os descritores "mulher", "violência" e "universidade", Bellini (2018) identificou a existência de mais de trezentos e sessenta publicações sobre mulheres e violência de gênero, mas, com o direcionamento específico às mulheres universitárias, encontrou apenas oito artigos. O levantamento foi realizado de forma aberta, sem especificação de período. De acordo com a autora, os artigos voltados especificamente à violência contra a mulher na universidade apareceram a partir de 2008. Para maiores detalhes, ver BELLINI, Daniela Mara Gouvêa (2018).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

Há muito, a disciplina deixou de privilegiar os estudos de vastas áreas geográficas com base em sistemas explicativos generalistas que almejavam elucidar a diversidade das culturas e a ocorrência de fenômenos similares em diferentes épocas e lugares. Por outro lado, também vai longe o tempo em que sociedades de pequena escala eram tratadas como totalidades autocontidas que, como tais, eram consideradas alheias à ação do tempo e do espaço. Hoje, preconiza-se que os antropólogos adotem perspectivas teórico-metodológicas que lhes permitam contemplar, de forma compósita, o que está longe e o que está perto, o micro e o macrossocial. Assim, se realmente quisermos entender o relativo desinteresse (inclusive do mundo acadêmico!) pelas relações abusivas nas universidades, as razões devem ser buscadas intra e extra-muros, posto que se, por um lado, elas têm relação com diretrizes, práticas e procedimentos inerentes a tais espaços, por outro, dialogam com questões de ordem estrutural, típicas da sociedade brasileira.

Nas linhas que seguem, procurarei delinear uma visão de conjunto do referido desinteresse, considerando, concomitantemente, os fundamentos que o sustentam, as condições necessárias à sua superação e algumas iniciativas que têm sido adotadas nesse sentido. Sem pretender esgotar qualquer desses tópicos, a ideia é problematizar os tensionamentos existentes entre certas representações e práticas que favorecem a manutenção da situação atual e outras que, no sentido oposto, apontam para certas mudanças sociais em curso. Sob tal perspectiva, tomarei como ponto de partida dois episódios que podem contribuir para a compreensão dessa realidade complexa, dotada de indiscutível relevância social e que, como tal, exige a atenção de todos e cada um de nós.

“Porque o mal é o que sai da boca do homem”: os casos

O primeiro episódio ocorreu no segundo semestre de 2016, quando ministrava uma disciplina de Teoria Antropológica para o curso de Ciências Sociais, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, discutia com a turma alguns aspectos da antinomia natureza e cultura, assinalando como, segundo vertentes clássicas da Antropologia, seria a cultura, mais do que a herança genética, o que determina o comportamento humano e justifica suas realizações. Contrariando os postulados do determinismo biológico, revisitei teses como a de que a humanidade teria anulado parcialmente seus instintos ao longo de um complexo processo evolutivo que veio a gerar o seu progressivo distanciamento do mundo animal. Àquela altura, tinha por objetivo chamar a atenção dos/as estudantes para a centralidade do condicionamento cultural no desenvolvimento dos temperamentos e papéis sociais dos seres humanos em diferentes sociedades, inclusive, na brasileira.

Para ilustrar a discussão, apresentei alguns exemplos relativos a questões de gênero, sexo e sexualidade. Em um deles, discorri sobre uma situação hipotética envolvendo uma micareta, espécie de "carnaval fora de época" que acontece no decorrer de todo o ano em diferentes regiões do país[13]. Conhecidas pelo ambiente de alegria, descontração e liberalidade, a certa altura, as micaretas também passaram a frequentar as páginas dos jornais devido a ocorrências de abordagens agressivas, constrangimentos e outras práticas sexistas. A fim de desnaturalizar

[13] Reunindo milhares de jovens, sobretudo, em localidades abertas, esses eventos contam com “blocos” delimitados por cordas e camarotes espalhados pelo circuito do(s) trio(s) elétrico(s) ou em torno do(s) palco(s) em que se apresentam as atrações convidadas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

a ideia de que o sexo, no seu aspecto biológico, determinaria tais comportamentos, lancei mão de uma alegoria que combinava elementos de ficção e realidade, o que se revelou uma estratégia, no mínimo, inapropriada.

Nessa busca de articulação entre os planos teórico e prático, supus que seria interessante aludir a situações ou contextos com os quais todos tivéssemos alguma familiaridade, mesmo que indireta. Assim sendo, me dirigi a uma discente, perguntei o seu nome e, ato contínuo, dei início à explanação que ora reproduzo de memória: "Imaginem que estou numa micareta, bebendo e me divertindo com um grupo de amigos. Em meio ao ambiente festivo, eis que avisto Rosalva[14], que também desfruta animadamente daquele momento com suas amigas. Sem titubear, inicio uma aproximação e, encorajado pela ambiência do entorno, tento uma investida, porém, não obtenho sucesso. Dado o meu particular interesse por mulheres de cabelos coloridos, como os de nossa colega, faço uma nova investida e, diante de outra negativa, tento agarrá-la...". Antes de concluir o raciocínio, fui interrompido por um estudante que, da última fila, se manifestou em alto e bom som: "Gente, será que só eu fiquei incomodado com isso?". A turma respondeu com um silêncio sepulcral, permanecendo assim até o final da aula.

Dois dias depois, a quietude instaurada no último encontro mantinha-se inabalável. Foram quase duas horas de solilóquio involuntário, até que eu chegasse aos apontamentos finais, já ansiando, a essa altura, pelo encerramento da aula. De forma aparentemente coordenada, cerca de cinquenta pessoas saíram em bloco da sala, deixando para trás um grupo composto de dez a doze estudantes, metade das quais caracterizada pelo uso de madeixas na cor azul. A fim de entender o que se passava, perguntei em que poderia ajudá-las, o que deu início a um diálogo que ainda hoje guardo na memória. De modo respeitoso, mas sem delongas, uma das estudantes tomou a palavra com o propósito de me deixar a par do desconforto causado pela minha "fala sobre o estupro na aula passada". Imediatamente, associei o que ela dizia ao malfadado exemplo da micareta. Não deu outra! Um tanto quanto aturdido, procurei ouvir atentamente o que era exposto, de modo a não só ter condições de me posicionar, como esclarecer aquilo que, durante algum tempo, interpretei como um lamentável mal-entendido.

Em resposta a essa primeira colocação, afirmei ter a convicção de que, em momento algum, havia feito referência à palavra estupro ou a qualquer termo correlato. Em reação, também aliando polidez e firmeza, uma segunda interlocutora interveio, alegando que a concepção de estupro vinha sendo ressignificada e que, portanto, não haveria a necessidade de emprego do vocábulo para a alusão ou caracterização desse tipo de prática. No mesmo diapasão, outra discente acrescentou que estávamos lidando com uma temática da maior importância, mas que o encaminhamento dado à questão era despropositado. Dizia que não havia ficado claro se estávamos diante de um exemplo hipotético e que, tal qual apresentado, ele poderia surtir um efeito de coação sobre o público feminino. Naquele momento, me dei conta de que havia um incontornável descompasso entre a mensagem que pretendia emitir e a que efetivamente chegou aos/às receptores/as. Destarte, não restava muito mais a se fazer, para além de um pedido de desculpas a todos/as e, mais particularmente, à jovem referida na desafortunada alegoria.

O segundo episódio se passou seis anos depois, no segundo semestre de 2022. Àquela altura, eu ministrava uma disciplina intitulada Antropologia e Diversidade Cultural, também nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e

[14] Nome fictício.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Diferentemente do curso de Teoria Antropológica, que era noturno, as aulas desta disciplina ocorriam pela manhã, tendo como público-alvo estudantes do Bacharelado em Antropologia e, em menor escala, de outros cursos da grande área de Humanas, tais como: Ciências Sociais, História, Sociologia e Relações Internacionais. Por fazer parte do rol das disciplinas optativas, a inscrição dos estudantes prescindia do cumprimento de pré-requisitos, o que favoreceu a formação de numa turma bastante heterogênea, composta de discentes de diferentes períodos, com interesses e motivações os mais diversos. Alguns já haviam sido meus alunos em uma ou outra oportunidade, mas, até aquele momento, a maioria deles ainda me era desconhecida.

Partindo do pressuposto de que, embora una, a humanidade é diversa na sua forma e expressão, um dos objetivos do curso era abordar determinadas dimensões da produção, difusão e legitimação de saber(es) em diferentes contextos e domínios da vida social. Nesse sentido, além de aulas expositivas, um importante recurso didático utilizado eram seminários temáticos em grupo, por meio dos quais eu pretendia treinar e desenvolver, nos discentes, as habilidades acadêmicas de exposição e debate. Um dos seminários, dedicado à discussão da linguagem escrita, tinha como texto-base um capítulo de um famoso livro de Pierre Bourdieu (1998). Dada a sua densidade, não são poucos os que classificam a obra do sociólogo francês como de difícil compreensão e, por isso mesmo, de tendência elitista. Linguagem rebuscada, períodos longos, jogos de palavras, usos e abusos de recursos metafóricos, entre outros, figuram entre os traços estilísticos de sua produção intelectual. Com o texto que serviu de base para o seminário não haveria de ser diferente.

No dia e hora programados, cinco estudantes se revezavam na apresentação do seminário. Ao menos duas delas haviam cursado disciplinas comigo, de modo que já estavam familiarizadas com a dinâmica. Apesar disso, também essas discentes se mostravam hesitantes durante suas exposições, transparecendo a dificuldade enfrentada na leitura do texto. De modo a deixá-las mais à vontade, a certa altura, fiz uma observação sobre a aridez e a complexidade do texto, relacionando-as à biografia do autor, uma pessoa de origem simples que, ainda jovem, teve que se adaptar ao ethos burguês da École Normale Supérieure[15]. Segundo o raciocínio, a linguagem pouco acessível – que acompanhou Bourdieu durante toda a vida, inclusive, nas conferências e palestras que realizava – seria, a um só tempo, reflexo e reação à sua socialização acadêmica. Por outro lado, eu procurava apontar que, ao menos em parte, a forma assumida pelos escritos do sociólogo resultava de um esforço deliberado, o que, por vezes, tornava a leitura dos seus textos dolorosa, como numa espécie de "estupro intelectual". Feita a intervenção, devolvi a palavra ao grupo, que prosseguiu com o seminário, sinalizando, porém, não ter muito mais a dizer. Indaguei aos presentes se restava alguma dúvida ou algo a acrescentar e, diante da negativa, dei a aula por encerrada.

Dias depois, recebi uma surpreendente mensagem, via WhatsApp, dizendo que algumas alunas estavam repercutindo com desaprovação a forma como, segundo elas, eu teria me reportado à temática do estupro. Considerando-se que, com o passar do tempo, o burburinho poderia ter maiores desdobramentos, tive que decidir, o quanto antes, o que fazer a respeito. Assim, nos vinte minutos finais da aula seguinte, procurei tratar abertamente da questão. Perante uma sala de

[15] Nascido, em 1930, no sudoeste da França (Hautes-Pyrénées), Bourdieu era filho de um funcionário dos Correios, de descendência campesina, condição que, a princípio, o teria levado a dispor de uma educação provinciana. Dados os seus antecedentes, ao cursar Filosofia na École Normale Supérieure, em Paris, entre 1951 e 1954, seria praticamente inevitável que, em alguma medida, ele se sentisse confrontado pela cultura burguesa da maioria de seus colegas, oriundos das classes sociais mais favorecidas da sociedade francesa

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

aula praticamente lotada, comentei que havia sido informado dos comentários envolvendo o meu nome e solicitei que, por favor, alguém me explicasse o que estava acontecendo. A ideia era tentarmos resolver, juntos, um problema que, de diferentes modos, parecia afligir a vários de nós. Todavia, ao menos por ora, minha busca por interlocução não teria como resposta nada além do silêncio.

Passaram-se duas ou três aulas sem que o assunto voltasse à baila. De minha parte, a essa altura cético quanto à relação de confiança estabelecida com a turma, não havia qualquer intenção em fazê-lo. Todavia, após um novo seminário, quando já me encaminhava para a saída do campus universitário, fui abordado por duas alunas que, sem titubear, interromperam a conversa que então mantinha com a minha estagiária. Uma delas, mais articulada, já havia cursado disciplinas comigo, sendo essa uma das prováveis razões de sua indicação para conversar comigo sobre o episódio em questão. Após mencionar que discentes tinham ficado surpresas e (mais do que isso!) incomodadas com a analogia entre as práticas da leitura e do estupro, a jovem fez questão de esclarecer que as conversas envolvendo o meu nome não tinham fins difamatórios, que seriam, ao invés disso, reflexo do impacto negativo causado por uma fala que classificou como descabida e infeliz. Ao ouvi-la ficou evidente que eu havia tocado num ponto sensível, numa ferida aparentemente refratária à cicatrização. E o meu gesto, a despeito das intenções, tinha concorrido para torná-la nova e vivamente sentida.

“Toda violência se paga”: a invisibilidade da violência sexual nas universidades

Muito já foi dito sobre a polissemia do termo violência e a plêiade de fenômenos que ele é capaz de recobrir. Estudos dedicados ao tema apontam que, ao invés de se falar em ‘violência’, no singular, seria mais apropriado falar em “violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades” (MISSE, 1999: 38). No entanto, embora apresentem variações de forma e sentido, as diferentes modalidades de violência guardam entre si uma importante similitude, haja vista que, em todo e qualquer caso, é “a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento” (ZALUAR, 1999: 28). Como mostram os casos ora descritos, quem define isso não é quem pratica a(s) violência(s), mas quem a(s) sofre e, portanto, se sente desrespeitado, coagido, profanado.

Em ambos os episódios, as discentes deixaram claro a surpresa e desaprovação quanto às colocações que fiz durante as aulas. Segundo pude entender, para elas, o que eu havia dito não podia ser encarado como um mero exemplo infeliz ou uma analogia inoportuna. Longe disso, minhas falas teriam suscitado em ao menos algumas estudantes lembranças de agressões físicas e/ou psicológicas que, embora não tenham sido necessariamente sucedidas nas universidades, passavam a ter lugar no seu interior por meio da rememoração de traumas, dores, angústias e sofrimentos. Desse modo, ao evocar inadvertidamente a temática do estupro, acabei por atuar como um agente multiplicador de violências pretéritas, erigindo-as à condição de uma espécie de violência mnêmica, cuja característica fundamental consistiria na presentificação de experiências que, no âmbito subjetivo, as vítimas desejavam ver relegadas ao esquecimento.

Se, a princípio, estava propenso a interpretar os episódios como fruto de um ruído na comunicação, com o tempo, acabei por ser convencido de que, de fato, estava diante de uma questão bem mais delicada! No diálogo estabelecido na saída da universidade, eu fui confrontado com uma leitura dos fatos que se revelou

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

decisiva para essa compreensão. Em primeiro lugar, minhas interlocutoras argumentavam contundentemente sobre o despropósito do uso de expressões como "estupro intelectual". Diziam que, simplesmente, não haveria termos de comparação entre os impactos de um ato de violência sexual e os suscitados pela leitura de um artigo científico, seja ele qual for. Segundo elas, a memória desse tipo de agressão era tão perturbadora que qualquer alusão – direta ou indireta, nominal ou não – gerava mal-estar, aflição, perplexidade. A fim de me ajudar a dimensionar os efeitos da minha fala, uma das estudantes assinalou que, em contextos de estupro, a vítima fica totalmente acuada e vulnerável, a ponto de se desesperar por não saber se escapará viva do seu algoz.

Como se vê, o tema é absolutamente sensível, o que, no primeiro episódio, foi sinalizado pela postura crítica das estudantes. Sua mobilização lançava luz sobre uma outra face da questão, que extrapolava a esfera da subjetividade. Ao me interpelarem sobre o exemplo da micareta, elas não só manifestavam um incômodo em relação ao uso de uma alegoria envolvendo sua colega da turma, como uma preocupação de que, por essa via, eu estivesse banalizando o problema enfocado. Para elas, tal possibilidade corresponderia a uma espécie de insulto moral (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008: 136), uma agressão de caráter eminentemente simbólico que tem como marca a "desvalorização ou negação da identidade do interlocutor". Tomo, aqui, a noção num sentido ampliado, considerando que, do ponto de vista das minhas interlocutoras, as referidas desvalorização e/ou negação incidiriam extensivamente sobre as mulheres em geral. Conforme essa representação, a banalização da violência sexual constituiria um exemplo de insulto moral uma vez que, ao deixar de tratar a temática com os devidos cuidados, respeito e consideração, eu estaria participando da agressão objetiva a direitos fundamentais das sociedades modernas, a saber: os direitos à liberdade e à igualdade.

Como bem sabemos, a exemplo do que se passa em outros espaços da universidade, a sala de aula é atravessada por relações de poder, de modo que, não raro, as atitudes, falas ou gestos aí apresentados assumem conotações políticas. Nesse sentido, em cada contexto analisado, faz-se necessário refletir sobre "quem age, o tipo de atitude e as circunstâncias nas quais se dão as ações, e a compreensão da natureza simbólica dessas ações" (RODRIGUES, 1997: 88). No primeiro episódio, por exemplo, ao enredar uma estudante na minha desafortunada alegoria, justapus elementos de natureza ficcional e não-ficcional, sem atinar para a hipótese de que alguma(s) da(s) presentes (inclusive, a aludida discente) poderia(m) ter passado por algo parecido e, não menos importante, que tal experiência fosse do conhecimento das suas colegas de turma. Seja como for, fato é que, para além de sentimentos como incômodo e desconforto, a minha fala suscitou em um grupo de estudantes uma postura francamente reativa, que pode ser melhor compreendida à luz das conjunturas internacional, nacional e local dos fatos analisados.

O ano de 2015 tem sido apontado na literatura especializada como um marco do ativismo em oposição à violência contra mulheres e do protagonismo feminino nas lutas por direitos. Àquela altura, protestos públicos contra o assédio e a discriminação sexual espalharam-se pelos quatro cantos do mundo. Concomitantemente, importantes conquistas eram obtidas: a Nigéria aboliu a mutilação genital feminina, a diferença salarial entre mulheres e homens foi exposta em Hollywood e o Nepal elegeu sua primeira presidente mulher. No bojo desses acontecimentos, o Brasil tornou-se palco da chamada Primavera Feminista[16], com a "tomada das

[16] A denominação foi assumidamente inspirada na onda de protestos ocorridos em países árabes contra regimes autoritários, no ano de 2011. Organizadas por meio da internet, tais mobilizações ficaram conhecidas como *Primavera Árabe*.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

ruas por milhares de mulheres, reverberando a insatisfação contra as pautas conservadoras do Congresso Nacional, com a insatisfação dos retrocessos impostos e o assédio sofrido nas ruas" (DUTRA, 2018: 25). A efervescência política própria dessa nova eclosão do feminismo inspirou a estruturação, dentro e fora das universidades, de coletivos auto-organizados que, valendo-se das mídias digitais como ferramenta de mobilização social, remodelariam o que hoje se entende por movimento social, bem como as suas formas de atuação e organização[17].

Conforme mencionado, o imbróglio envolvendo as estudantes de cabelos azuis aconteceu no segundo semestre de 2016, no ano seguinte, portanto, aos fatos elencados. No entanto, não há como negar que, direta ou indiretamente, ele se desenrolou sob a influência da nova ambiência psicossocial, cultural e política que desde então se estabelecia. Nesse sentido, a fim de melhor situá-lo, gostaria de fazer dois breves comentários de ordem conjuntural. O primeiro é que o episódio ocorreu no momento em que a maior emissora de TV do país exibia uma minissérie de grande sucesso, que explorava, entre outras temáticas, o preconceito racial e o estupro[18]. O segundo, que ele ocorreu pouco depois da realização do VII Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, em março de 2016, na Universidade Federal Fluminense, que contou com a participação de pessoas vinculados a múltiplas vertentes dos movimentos feministas, tais como: a interseccional, a marxista/socialista, a negra e a radical.

Em 2016, o feminismo já era uma realidade difusa, que podia ser encontrada em praticamente toda parte, inclusive, nas salas de aula. Os dois episódios abordados são prova disso. Todavia, ao passo que, no segundo, houve o que se poderia chamar de uma interlocução, no primeiro, as coisas se passaram como que numa sabatina às avessas, na qual, mais importante que falar era ouvir o que as estudantes estavam dispostas a me dizer. Tanto é que, após o meu pedido de desculpas e a exposição de alguns aspectos da minha biografia, uma estudante reiterou que a turma não me conhecia, afirmando que, a despeito das eventuais qualidades que apresentasse, eu não deixava de ser um professor homem, numa sociedade e num mundo dominados por homens. Naquele momento, me dei conta de que a minha individualidade era anulada por uma representação previamente construída, que me erigia à condição de um Outro em relação àquelas discentes. Em casos desse tipo, esse Outro "é geralmente concebido como o 'patriarcado' e as instituições e as pessoas que representam a dominação masculina são simplesmente, de maneira frequente, concretizadas pelo termo 'homens'" (STRATHERN, 2009: 98).

O recado não poderia ser mais claro! A reação à minha fala era, antes e acima de tudo, uma manifestação de revolta frente à ideia de objetificação feminina, típica de um sistema de relações sociais estruturado em torno da desigualdade entre os sexos. Nesse sistema, a dominação masculina tem como contraparte a su-

[17] A centralidade das mídias digitais e do ciberativismo como forma de propagação de ideias e conexões interpessoais fez com que os analistas passassem a falar em "novo feminismo" ou "quarta onda do feminismo", numa patente demarcação de fronteiras em relação às versões vigentes nas décadas de 1960, 80 e 90.

[18] De autoria de Manuela Dias e direção artística de José Luiz Villamarim, *Justiça* foi uma atração de grande sucesso, indicada para o *Emmy Internacional* nas categorias melhor série dramática e melhor atriz (Adriana Esteves). Exibida pela Rede Globo de Televisão, na faixa das 22h30, entre os dias 22 de agosto e 23 de setembro de 2016, a série contava com quatro histórias paralelas, sendo uma delas a de duas amigas, Débora (filha da patroa) e Rose (da empregada) que, criadas juntas, se consideravam irmãs. Em meio à comemoração do aniversário de 18 anos de Rose, em um luau na praia, elas tinham acabado de comprar maconha em um quiosque das proximidades, quando foram surpreendidas por uma batida policial. Débora conseguiu escapar, mas Rose, que era negra, foi submetida a uma revista e, consequentemente, presa sob a acusação de porte de drogas ilícitas. Assustada, a amiga não voltou para ajudá-la. Sete anos depois, quando saiu da prisão, Rose se reencontrou com Débora, sendo então informada do estupro que ela sofreu durante os festejos de carnaval. Juntas, as amigas decidem encontrar o criminoso, o que dá início a um controvertido plano de vingança.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

bordinação e opressão das mulheres, o que, segundo os seus paladinos, seria respaldado pelas leis da natureza e até mesmo pela vontade divina[19]. A reação das estudantes incidia, assim, sobre o padrão moral herdado do patriarcalismo, que reproduza a desigualdade entre os sexos por meio de diferentes expedientes, dentre os quais pode-se destacar a invenção de tradições como a de se tratar os casos de violência doméstica como conflitos de proximidade, isto é, como problemas de foro íntimo que devem ser resolvidos na esfera privada, tal qual sugere o vetusto e famigerado adágio: "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher".

A mesma lógica se aplica aos casos de violência sexual que, como mostram os estudos, tendem a ser majoritariamente praticados por agressores do sexo masculino contra vítimas do sexo feminino com as quais, predominantemente, possuem relações de parentesco ou proximidade. Conforme assinala Queiroz (2018), em tais contextos, além da agressão física e/ou psicológica, as pessoas que sofrem abuso muitas vezes têm que se haver com as dores provocadas por aqueles que, em princípio, deveriam lhe prestar solidariedade. Isso porque, em lugar do amparo e do estímulo à que a vítima denuncie o agressor, não raro, os familiares procuram abafar o conflito, impondo-lhe diferentes formas de negação, silenciamento e apagamento. Segundo a antropóloga, além de uma importante causa de subnotificação, essa postura produz na vítima um sem-número de efeitos, tais como "bloqueios psicológicos, além de traumas e problemas de natureza diversa, fazendo com que a pessoa comece a duvidar de si mesma, ou ache que não vale a pena denunciar, ou que ela mesma não vale a pena" (p.5). Mas, afinal, qual seria a relação disso com a propalada invisibilidade da violência sexual em nossas universidades?

Como mostra o aludido levantamento do Intercept Brasil, no que concerne aos contextos universitários, a ouvidoria é, em geral, o principal canal para denunciar casos, após o que costumam ser abertas sindicâncias e investigações que podem ter anos de duração. Em regra, nossas instituições de ensino superior não possuem protocolos para prevenir casos de assédio e violência sexual, proteger vítimas ou punir agressores, dispondo apenas de diretrizes abstratas com base nas quais estruturam o que chamam de políticas internas. Em vista disso, Sayuri e Sicuro (2019) apontam que as "Universidades [brasileiras] já foram criticadas por abafar casos de assédio, proteger acusados (principalmente se professores) e silenciar vítimas". Em tais circunstâncias, à medida que se sentem negligenciadas dentro das instituições, muitas delas optam por denunciar casos na internet, amparadas por ativistas e acadêmicas. Mas, esse não é um processo propriamente simples. Pelo contrário. Subordinadas aos professores que acusam de abusadores, as estudantes preferem não publicizar histórias de assédio por temerem retaliações, como a perda de uma disciplina ou até de um diploma. Por consequência, vários casos acabam não indo adiante nas ouvidorias ou nas Delegacias de Polícia. Além do receio de represálias na carreira acadêmica, justificadamente, as vítimas preferem evitar reviver as lembranças do trauma ao contar o que aconteceu diante de diferentes agentes, como, por exemplo, um professor, um policial

[19] Foi com base nesse tipo de pressuposto que, mesmo após a aprovação da Lei Maria da Penha (11.340/06), um juiz de Sete Lagoas (MG) rejeitou diversos pedidos de medidas contra homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras. Com base no entendimento de que a Lei era inconstitucional, o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues emitiu uma sentença que, embora inusitada, constitui aquilo que se poderia chamar de um caso exemplar. Diz a sentença: "*Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem (...) O mundo é masculino! A ideia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!*". Segundo apuração do jornal *Folha de S. Paulo*, o juiz teria usado uma sentença-padrão, repetindo praticamente os mesmos argumentos nos pedidos de autorização para adoção de medidas de proteção contra mulheres sob risco de violência por parte do marido/companheiro. Em todos os casos, Rodrigues contrapôs-se à vigência da Lei na sua comarca, que então abrangia oito municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, com cerca de 250 mil habitantes. Cf. FREITAS, Silvana de (2007).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

ou um juiz. Em face do exposto, considero que haja um importante ponto de contato entre as dinâmicas dos tratamentos conferidos à violência sexual dentro e fora das nossas universidades.

Como explica Bourdieu (2002), "cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de problemas sociais tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, garantidos pelo Estado" (p.35). Infelizmente, hoje, no Brasil, não me parece ser esse o caso das relações abusivas nas universidades. A exemplo do que se verifica nos casos de violência sexual intrafamiliar, os que ocorrem em contextos universitários também tendem a receber um tratamento "doméstico", sendo, assim, desprovidos da necessária visibilidade. Como bem sabemos, para um problema ser conduzido à condição de 'problema público', faz-se necessário que ele extrapole a esfera privada e, ganhando a esfera pública, seja definido como prioritário pelo Estado. Como tal definição decorre das demandas socialmente estabelecidas, do modo como estas são coletivamente encaradas, bem como das representações que são construídas e contextualmente infundidas a seu respeito, há que se dizer que a grande imprensa, por um lado, e os pesquisadores, por outro, têm um papel de fundamental importância a desempenhar. Isso porque, ao voltarem a sua atenção para a temática da violência sexual nas universidades, eles, decerto, podem participar de sua visibilização pública, contribuindo, assim, para a superação de um ciclo vicioso no qual as instituições tendem a ser consideradas mais importantes do que as pessoas.

Considerações finais

No início do artigo, fiz referência a uma canção que embalou a juventude brasileira nos anos 1980. Embora eu soubesse cantar a letra de cor e salteado, não fazia ideia de que ela tratava de uma relação abusiva. Tendo a acreditar que isso não tenha ocorrido apenas comigo. Fato é que a canção foi (re)descoberta na década passada, sinalizando que uma nova mentalidade estava em construção. Mentalidade essa pautada pelo que Foucault (1995), com rara felicidade, denominou de "insubmissão da liberdade". Prova disso reside no número cada vez maior de acadêmicas feministas, advogadas e psicólogas voluntárias, bem como de coletivos independentes, que se mobilizam dentro e fora das universidades para amparar mulheres vítimas de todo tipo de violência, inclusive, sexual. Imbuídas da convicção de que é possível "ultrapassar a visão programada de uma época e desarticular o programa cultural e jurídico que a sustenta", tais agentes vislumbram a existência de todos e todas nós como a de "seres históricos, que exercemos algum grau de liberdade e autonomia e, portanto, damos plenitude humana à nossa existência, seja qual for a sociedade em que vivamos" (SEGATO, 2006: 223).

Felizmente, mesmo diante das vicissitudes, mais e mais mulheres têm optado por não permanecer em silêncio. Nesse sentido, o apoio encontrado no interior das universidades tem se revelado de suma importância, haja vista a eclosão de iniciativas de combate à discriminação e à violência contra as mulheres em tais espaços. Na Universidade de São Paulo, por exemplo, foi fundado o Escritório USP Mulheres, em 2015. O projeto faz parte de uma rede de acolhimento a vítimas de agressão e assédio sexual. A Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, lançou o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, em 2017. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana instituiu o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade, em 2018. A Universidade Federal da Paraíba, fundou o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

Contra as Mulheres na UFPB, o primeiro serviço do tipo nas federais brasileiras. Suas idealizadoras contam orgulhosas que a iniciativa, aprovada pelo conselho universitário em setembro de 2018 e inaugurada em março de 2019, partiu da "luta organizada das mulheres da comunidade universitária". Como esses, há diversos projetos, núcleos de pesquisa e coletivos universitários em funcionamento no país, o que, num futuro próximo, deve ajudar a modificar o quadro desalentador apresentado ao longo deste artigo. Enfim, o caminho começou a ser pavimentado, mas ainda há muito por se fazer...

Não raro associados à temática de gênero, atualmente, abundam os trabalhos acadêmico-científicos sobre violência, a ponto de ser mesmo inexequível a realização de um levantamento bibliográfico completo. Não obstante, como procurei apontar, esses trabalhos costumam olhar "pra fora", tendo como base empírica uma realidade relativamente distante. Por uma série de razões, eles negligenciam o que acontece no interior das universidades. Nesse particular, tudo se passa como se a Universidade, enquanto instituição, não olhasse para si mesma, não se escutasse ou preferisse silenciar uma realidade da qual não tem motivos para se orgulhar. Por mais que isso possa soar como um libelo, sou da opinião de que todos precisamos assumir responsabilidades. Foi essa, aliás, a inspiração deste exercício autorreflexivo sobre práticas que, hoje, graças às minhas alunas, vejo como condenáveis. Sua postura renovou a lição de que o professor não é uma boca, nem o estudante um ouvido. Se a criação de instâncias legais e protocolos para lidar com os casos de violências sexual é fundamental, não menos importante seria aprendermos a ouvir com atenção e respeito o que as vítimas têm a nos dizer. Entre outras razões, para melhor avaliarmos quando, onde, como e se devemos nos posicionar. Segundo me parece, sem isso, aquela velha máxima do diálogo com a diferença não vai além de uma expressão elegante, mas inteiramente desprovida de sentido.

Recebido em 1 de março de 2024.
Aprovado em 1 de novembro de 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

Referências

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. *Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. "A produção e a reprodução da língua legítima". In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, pp. 29-52

BUENO, Samira *et al. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha: Instituto de Pesquisas, 2023.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (67): 135-146, 2008.

DUTRA, Zelia Aparecida Pereira. "A Primavera das Mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas". *Revista Feminismos*, 6 (2): 19-31, 2019.

FERREIRA, Helder *et al. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados (Texto para discussão)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert Lederer (eds.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 273-295.

FREITAS, Silvana de. "Para juiz, proteção à mulher é "diabólica". Edilson Rodrigues considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha, contra violência doméstica, e afirmou que o mundo é masculino". Cotidiano, *Folha de S. Paulo*, 21 de outubro de 2007.

LELIS, Acácia Gardênia Santos; FORTES JÚNIOR, Mario Jorge Tenorio. "O grito das "Camilas" não ecoa na sociedade: a visão da exploração sexual de crianças e adolescentes na música interpretada pela banda "Nenhum de Nós"". *Revista de Direito, Arte e Literatura*, 2 (1): 1-16, 2016.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

QUEIROZ, Thuani Coutinho Gomes de. "A problemática da fala como prova no âmbito intrafamiliar". *II Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura*, Foz do Iguaçu, 2018. pp. 1-6.

RODRIGUES, Lea Carvalho. *Rituais na universidade: uma etnografia na Unicamp*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

SANTOS, Cleverson Lucas dos. ""Camila, Camila": memórias e marcas que insistem em não desaparecer". Revista Linguasagem, São Carlos, v. 23 (1): 2015, pp.1-13.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

SEGATO, Rita Laura. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”. *Mana,* 12 (1): 207-235, 2006.

STRATHERN, Marilyn. “Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia”. *Mediações*, 14 (2): 83-104, 2009.

SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo. Abusos no campus. Mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. *Intercept* Brasil, 10 de dezembro de 2019.

ZALUAR, Alba. “Violência e crime”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999. pp. 13-107.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17259

ACENO

Os Kadiwéu e suas antropólogas:
um ensaio sobre arte e produção oleira na literatura produzida por mulheres pós anos 2000

Flávia Freire Dalmaso[1]
Antônio Hilário Aguilera[2]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O presente artigo procura mapear os discursos que têm sido realizados com base em etnografias realizadas por mulheres em torno da arte indígena no Mato Grosso do Sul, em especial a produção de cerâmica Kadiwéu. Produzida também por mulheres, a cerâmica Kadiwéu, bem como as pinturas que adornavam essas peças no passado tem chamado atenção da antropologia pelo menos desde a primeira metade do século XX quando foram objeto de reflexões de dois renomados antropólogos, a saber, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro. Ao longo do tempo, outros autores e autoras seguiram os estudos acerca da arte ceramista e do grafismo Kadiwéu enfatizando elementos de continuidade e de inovação. Preliminarmente podemos inferir a singularidade da cultura material desta etnia, ao ponto de seguir despertando estudos antropológicos, vinculados aos seus significados e relações com outros elementos da cultura, como a mitologia, organização social e relações entre parentes.

Palavras-chave: Antropologia; Kadiwéu; mulheres indígenas; cerâmica.

[1] Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2005), mestre (2009) e doutora (2014) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Professora visitante na Universidade Federal de Mato Grosso de Sul (2022-2024).
[2] Mestre em Educação Indígena pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999) e doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca-Espanha (2006). Professor Titular de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

DALMASO, Flávia Freire; AGUILERA, Antônio Hilário. **Os Kadiwéu e suas antropólogas: um ensaio sobre arte e produção oleira na literatura produzida por mulheres pós anos 2000.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 567-582, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

The Kadiwéu and their anthropologists:
an essay on art and pottery production in literature produced by women after the 2000s

Abstract: This article seeks to map the discourses that have been made based on ethnographies carried out by women around indigenous art in Mato Grosso do Sul, in particular the production of Kadiwéu ceramics. Also produced by women, Kadiwéu ceramics, as well as the paintings that adorned these pieces in the past, have attracted the attention of anthropologists at least since the first half of the 20th century, when they were the subject of reflections by two renowned anthropologists, Claude Lévi-Strauss and Darcy Ribeiro. Over time, other authors have continued their studies of Kadiwéu ceramics and graphics, emphasizing elements of continuity and innovation.Preliminarily, we can infer the uniqueness of the material culture of this ethnic group, to the point that it continues to arouse anthropological studies, linked to its meanings and relationships with other elements of culture, such as mythology, social organization and relationships between relatives.

Keywords: Anthropology; Kadiwéu; indigenous women; ceramic.

Los Kadiwéu y sus antropólogas:
un ensayo sobre el arte y la alfarería en la literatura producida por mujeres después de los años 2000

Resumen: El presente artículo procura mapear los discursos que han sido realizados con base en etnografías realizadas por mujeres alrededor del arte indígena en Mato Grosso do Sul, en especial la producción de cerámica Kadiwéu. Producida también por mujeres, la cerámica Kadiwéu, así como las pinturas que adornaban esas piezas em el pasado han llamado la atención de la antropología por lo menos desde la primera mitad del siglo XX cuando fueron objeto de reflexiones de dos importantes antropólogos, que son, Claude Lévi-Strauss y Darcy Ribeiro. A lo largo del tiempo, otros autores y autoras siguieron los estudios acerca del arte ceramista y del grafismo Kadiwéu enfatizando elementos de continuidad y de innovación. Preliminarmente podemos inferir la singularidad de la cultura material de esta etnia, al ponto de seguir despertando estudios antropológicos, relacionados a sus significados y relaciones con otros elementos de la cultura, como la mitología, organización social y relaciones entre parientes.

Palabras clave: Antropología; Kadiwéu; mujeres indígenas; cerámica.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

Em fevereiro de 1892, Guido Boggianni, viajante e comerciante de couros italiano que passou duas temporadas com os indígenas Kadiwéu no final do séc. XIX fez, em seu diário, a seguinte afirmação: "A minha habilidade no desenhar e pintar é dos meus méritos o que mais desperta surpresa e interesse entre esta gente e especialmente entre as mulheres, como mais hábeis na matéria" (BOGGIANI, 1975: 155). [3] Não nos surpreende que o desenho e a pintura, atividades as quais Boggiani se dedicava com afinco durante os meses que conviveu com os Kadiwéu tenham chamado tanto sua atenção: como sabemos, tanto no passado, quanto atualmente, a arte ocupa um lugar central na vida desses indígenas se expressando de diversas formas como, por exemplo, nas pinturas corporais ou nos desenhos gravados nas cerâmicas. Para os Kadiwéu, as pinturas realizadas pelas mulheres, afirmava Darcy Ribeiro já no final dos anos de 1940, são "o maior motivo de orgulho tribal" (RIBEIRO, 2019: 222).

Poucos anos antes de Darcy Ribeiro, os desenhos Kadiwéu também seduziram o antropólogo Claude Lévi-Strauss que os conheceu durante uma expedição que realizou ao Brasil central entre os anos de 1935 e 1936. Segundo o autor (RIBEIRO, 1996: 173) a "arte gráfica cadiueu"[4] segue um estilo "incomparável diante de quase tudo o que a América pré-colombiana nos legou e que só lembra, talvez, a decoração de nossas cartas de baralho". Este "traço extraordinário" da sua cultura, continua Lévi-Strauss, "é marcado por um dualismo: o dos homens e das mulheres, uns escultores, outras, pintoras; os primeiros ligados a um estilo representativo e naturalista, apesar das estilizações, ao passo que as segundas se dedicam a uma arte não representativa" (*idem*: 179).

Não obstante, tanto Darcy Ribeiro (2019), quanto Lévi Strauss (1996) lamentavam, cada um a seu modo, a corrosão dos antigos costumes e tradições kadiwéu, incluindo as pinturas. Lévi-Strauss, por exemplo, revela ao leitor sua surpresa ao ter recebido de um colega brasileiro (justamente Darcy Ribeiro) uma publicação com desenhos que seguiam os mesmos estilos e técnicas encontrados por ele 15 anos antes, repetindo o que havia acontecido com as reproduções feitas no final do séc. XIX pelo próprio Boggiani. Ainda assim, não deixa de notar que tal "conservadorismo" não se estendia a cerâmica, "a qual de acordo com as últimas amostras recolhidas e publicadas, parece em total degenerescência" (*idem*: 174).

Já Ribeiro expressa uma preocupação mais ampla com os impactos do processo civilizacional que estaria em curso entre todos os povos indígenas do Brasil mais especialmente aqueles que habitavam a região central, como os Terena e os Kaiowá que visitou antes de realizar suas pesquisas com os Kadiwéu. Conforme relata no prefácio da obra *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*, tais visitas lhe chamaram atenção para "o denominador comum que unia a todos estes povos como indígenas submetidos à sociedade brasileira", que os expunha "a certas compulsões elementares, dentre as quais o impedimento de

[3] O presente texto está inserido em um contexto mais amplo do projeto "ceramistas" (Cerâmica indígena em Mato Grosso do Sul: Arte, Autonomia e Inovação entre as Mulheres Kinikinau, Terena e Kadiwéu), financiado pela Fundect/MS e parte dos resultados do Edital de "Pesquisador Visitante" (Edital Fundect chamada n. 23/2022).
[4] Grafia conforme a original.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

exprimir suas próprias tradições, sobretudo aquelas que mais se opunham aos valores da cultura nacional" (*idem*: 12).

Apesar das suposições pouco otimistas feitas na primeira metade do século XX por Darcy Ribeiro e por Claude Lévi-Strauss, fruto de correntes antropológicas da época, os Kadiwéu continuaram a se ocupar de suas atividades artísticas e, ainda hoje, esse é um dos principais tópicos que, orienta o olhar da antropologia (assim como o de outros campos de estudos) sobre essa população (SIQUEIRA JR., 2011; GRAZIATO, 2008; PADILHA, 1996; MÜLLER, 2017; DURAN, 2021). Como essa literatura têm chamado a atenção, a arte oleira sempre pertenceu ao universo feminino.[5] Nesse sentido, especialmente a produção e o comércio das peças de cerâmica, as negociações estabelecidas pelas mulheres indígenas com a sociedade não indígena, bem como as transformações no tamanho e formato dessas peças com o objetivo de atender as demandas do mercado consumidor (constituído basicamente por turistas) tem orientado uma série de pesquisas mais contemporâneas (VIETTA, 2015; CANAZILLES, 2016; MÜLLER, 2017; ALVES, CHAVES e MATIAS, 2019; ALVES e RODRIGUES, 2021).

O presente artigo procura mapear os discursos antropológicos que têm sido realizados em torno da arte indígena Kadiwéu, especialmente no que diz respeito a fabricação da cerâmica. Embora tal objetivo não represente propriamente uma novidade, pois, como acabamos de mencionar acima, outros pesquisadores tem se dedicado a essa agenda (DURAN, 2015; SILVA e KOK, 2014), acreditamos poder contribuir não só com uma leitura diferente, mas, também, com a incorporação da leitura de produções mais recentes ainda não revistas. Além disso, ao revisitar a bibliografia, notamos que apesar dos trabalhos considerados clássicos - a saber os de Guido Boggiani, de Claude Lévi-Strauss e de Darcy Ribeiro - terem como autores apenas homens, a maioria estudos posteriores sobre a arte oleira Kadiwéu foram realizados por mulheres. Por restrições óbvias de espaço, não é nosso objetivo aqui recuperar todas essas autoras e as questões gerais sobre as quais se debruçaram. Sendo assim, nossas reflexões sobre a cerâmica se concentrarão basicamente na leitura de três trabalhos produzidos por pesquisadoras ao longo dos anos 2000.

O primeiro deles, intitula-se: *Cerâmica Kadiwéu processos, transformações, traduções: uma leitura do percurso da cerâmica Kadiwéu do século XIX ao XX*, de Vânia Graziato. Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes da USP, no ano de 2008 que, apesar de não ter uma antropóloga como autora, se tornou uma referência para as pesquisas da área feitas com os Kadiwéu. O segundo, menos conhecido, chama-se: *Arte Kadiwéu: processos de produção, significação e ressignificação*, uma tese de doutorado defendida em 2017 por Aline Maria Müller, no departamento de ciências da vida, do instituto de antropologia da Universidade de Coimbra. Já o terceiro, único publicado, é o livro *O que nos ensinam os desenhos Ejiwajegi/Kadiwéu?* de Raquel Duran (2021). Ao focarmos nessas obras, estamos interessados, sobretudo, em compreender o que tem significado, hoje, estudar a arte Kadiwéu. Ou, em outras palavras, trata-se de perseguir a seguinte questão: o que tem sido inscrito nesse exercício de escrever sobre as pinturas desses indígenas?

Além desta introdução, o ensaio está dividido em quatro partes. Na primeira retomamos o passado Kadiwéu tal como tem sido narrado pela bibliografia. Nesse tópico nossa intenção é, à maneira como faremos com a arte, deixar-nos guiar

[5] Müller (2017) cita a presença, "em vias de desaparecimento", de algumas formas de artesanato masculino que teriam sido mais frequentes no passado como, por exemplo, os chapéus de palha trançada, cachimbos e trabalhos feitos em couro.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

pelos temas escolhidos pela literatura quando resolve descrever esse tempo pretérito. Já nas segunda e terceira sessões focamos na cerâmica propriamente dita, passando a uma leitura mais acurada dos três trabalhos mencionados acima. Começamos nos concentrando nos trabalhos de Müller e Graziato, o que nos leva às discussões sobre a produção, comercialização e transformações nos processos de produção da cerâmica entre os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, em especial os Kadiwéu. Em seguida, dedicamos mais atenção a obra de Duran e, portanto, as análises de ordem mais estruturalista e simbólica, feitas por essa autora. Finalmente, no quarto e último tópico retomamos as questões trazidas ao longo do texto e tecemos nossas considerações finais.

Quem são os Kadiwéu: a guerra, a hierarquia e a hereditariedade

Pertencentes aos povos indígenas da família linguística Guaikurú (palavra de origem guarani),[6] os Kadiwéu seriam descendentes de um, dentre os diferentes grupos que pertenciam ao povo conhecido pelo nome de Mbayá-Guaikuru que, até o final do século XVIII, habitava a região localizada entre as margens ocidental e oriental do rio Paraguai. Famosos por sua habilidade em montar cavalos, esses indígenas são descritos como guerreiros que, "desde a descoberta das minas de ouro de Cuiabá (1718) e de Goiás (1725), combateram os luso-paulistas e os espanhóis que transitavam pelos vastos campos entre os rios Paraná e Paraguai" (KOK, 2014: 09). Além disso, são constantemente recordados por terem exercido uma participação ativa e decisiva na Guerra do Paraguai (1864-1870), fundamentais para a vitória brasileira.[7]

Atualmente os povos indígenas da etnia Kadiwéu encontram-se divididos em seis aldeias (Alves de Barros, Campina, Tomázia, São João, Barro Preto e Córrego Ouro) localizadas no oeste do estado do Mato Grosso do Sul, mais precisamente no município de Porto Murtinho. Com uma população de 1311 habitantes (IBGE, 2022), a Terra Indígena Kadiwéu possui cerca de 539.000 hectares sendo a maior área indígena demarcada fora da Amazônia brasileira. De acordo com Silva e Kok (2014: 143), os indígenas "vivem, sobretudo, de caça, coleta e criação de gado", "consomem produtos industrializados (...), frequentam escolas e dispõem de energia elétrica nas aldeias". Os autores (*idem*: 143-144) também identificam a existência de uma agricultura de subsistência praticada em Campina por famílias de origens Terena, Kinikinau e Kadiwéu e deduzem que "o relativo isolamento" das aldeias em "relação ao meio urbano ajuda a explicar a manutenção de diversas tradições culturais entre os Kadiwéu", como por exemplo sua iconografia.

A aldeia Alves de Barros é onde se encontram atualmente o maior número de famílias reunidas embora muitos indígenas vivam em outros locais fora do território demarcado, como Aquidauana, Campo Grande e Bodoquena (DURAN, 2021). Segundo Duran (2021: 15):

> O principal meio de subsistência desta população consiste no arrendamento de 23 fazendas da reserva, prática iniciada pelo Serviço de Proteção Indígena (SPI) em 1928 e

[6] De acordo com Pechincha (1994: 19) a família linguística Guaikurú inclui diversos povos que habitavam a região do Chaco Paraguaio e Argentino como, por exemplo, os Toba, os Emók, os Mocoví e os Pilagá, bem como outras etnias extintas.

[7] A participação dos Kadiwéu ao lado dos soldados brasileiros foi recompensada com a confirmação da doação das terras em que vivem pelo imperador Dom Pedro II. O processo de demarcação, homologação e registro da Terra Indígena Kadiwéu foi finalizado pelo Governo Federal em 1984. Isso não evitou, contudo que o seu território sofresse constantes invasões e grilagens ao longo de sua história. Para mais detalhes a respeito dos diferentes conflitos fundiários e disputas pela posse da terra Kadiwéu (cf. SILVA, 2011; SIQUEIRA Jr., 2011; BASQUES Jr., 2020).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

continuada pelos próprios indígenas, através da criação da Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu (ACIRK) em 1989. Além disso, trabalham de peões nas fazendas vizinhas à reserva, de enfermeiros, professores, tradutores, motoristas, entre outras profissões, nas agências governamentais de assistência ao indígena, vendem cerâmicas e outros objetos artísticos e, quando residentes nas cidades próximas, atuam em diversos postos de trabalho, desde atendentes no comércio a operários de indústrias locais.

Ao rever a produção acadêmica feita a partir dos anos de 1990 pelas ciências sociais (principalmente os trabalhos realizados dentro de programas de pós-graduação em história e antropologia) percebemos que quatro personagens se notabilizam como fontes históricas/culturais sobre o grupo: o missionário espanhol José Sánchez Labrador (1717-1798), e os já mencionados Guido Bogianni (1861-1902), Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Darcy Ribeiro (1922-1997). Em diferentes épocas, esses autores chamaram atenção para aquilo que lhes pareceu mais característico da cultura Kadiwéu: seu gosto pela guerra, sua organização social hierárquica e sua disposição para a arte.

Em relação aos dois primeiros pontos - a hierarquia e a guerra - certamente podemos lembrar o trabalho de Mônica Pechincha (1994). Preocupada em compreender as construções feitas pelos próprios Kadiwéu a respeito de seu passado, Pechincha procura, inicialmente, reconstituir a história e a vida cultural do grupo (e de seus antepassados) a partir dos relatos de seus cronistas, dentre os quais estão justamente Sanchez Labrador que conviveu com os Mbayá entre os anos de 1770 e 1776, e Boggiani, que, como mencionado anteriormente, esteve com os Kadiwéu por dois meses já no final do século XIX. Aqui, embora a autora recupere algumas informações sobre as formas de moradia e os padrões de casamento, a questão da estratificação social e, posteriormente, o tema da guerra são os assuntos que recebem a maior parte de sua atenção.

Segundo Pechincha (1994: 39), Sanchez Labrador e outros cronistas que conheceram a população Mbayá a descreveram como uma sociedade dividida entre capitães e cativos, na qual a hereditariedade era "o meio privilegiado, senão o único, de sucessão de chefia", isto é, "o filho de um capitão o sucederia naturalmente". Já os cativos ou "criados", seriam compostos de indivíduos "oriundos de outros grupos chaquenhos capturados em guerra" (*idem*: 45), principalmente aqueles pertencentes a etnia Xamakôko ou Xamacoco. Ainda que os cronistas reiterem essa nomenclatura, podemos inferir, a partir também de suas descrições, como fez, por exemplo, Roberto Cardoso de Oliveira (1976), que esse conceito de matriz Ocidental, não condiz com a prática da relação entre os cativos e as famílias nobres. As relações eram hierárquicas e sem direito à sucessão, no entanto, conforme esses cronistas, não apresentavam as características próprias de uma imposição servil e violenta. Ao contrário, segundo Cardoso de Oliveira (1976), no caso dos Terena, estes como cativos participavam de quase todas as atividades e do cotidiano das famílias nobres. Como sabemos, o termo "cativo" historicamente significou um contexto de submissão, o que não é o caso dessa relação entre estes dois povos, situação retomada por vários/as pesquisadores/as, afirmando tratar-se mais de uma "simbiose" e complementaridade.

Além de Pechincha, outros autores como Cardoso de Oliveira (1976) se dispuseram a trazer informações sobre a hierarquia da população Kadiwéu e de seus antepassados Mbayá focando muitas vezes no infanticídio praticado por esses indígenas até meados do século XX e na incorporação de novos membros através da guerra. Sem questionar o valor documental que tais reconstituições com certeza possuem, interessa-nos saber, entretanto, como esses temas têm aparecido na literatura antropológica para além de sua intenção informativa e contextual.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

Lembramos, ainda, que muitos dessas descrições e reflexões, foram produzidos em um contexto colonial, com ênfase no exótico e no impacto que a radical diferença causava nos representantes das culturas europeias. Até mesmo alguns relatos produzidos já na primeira metade do século XX, tais como o de Darcy Ribeiro e Lévi-Strauss mencionados na introdução, apresentam influências de uma perspectiva pessimista em relação à continuidade desses povos e de suas práticas culturais. Já as pesquisas realizadas nas últimas décadas, aos poucos vão rompendo esse paradigma, assumindo as assimetrias nas relações pesquisador/a – pesquisado/a e apresentando paradigmas menos reducionistas e fechados, abrindo espaços para a "multivocalidade" dos sujeitos pesquisados.

Nesse sentido o próprio trabalho de Pechincha é significativo ao propor, como já mencionado, contar a história tal como narrada pelos Kadiwéu, numa análise "fundada sobre discursos" (PECHINCHA, 1994: 81). Ao centrar-se nos mitos, ou "histórias de admirar", a autora traz as discussões sobre hierarquia, sobre as relações dos Kadiwéu com os brancos e sobre a guerra, para a atualidade. Com base nos argumentos de Leach (1976) Pechincha afirma que tais narrativas alegóricas sobre o passado explicam e justificam ações no presente, conferindo uma identidade aos Kadiwéu e revelando aquilo que o "sistema do índio" já não é capaz de demonstrar nos dias de hoje. A "história da relação com os brancos", afirma a autora, é "mediada pela afirmação da identidade", da mesma forma que o "*ethos* guerreiro" é evocado pelas narrativas míticas e acionado nesta relação, "como advertência contra a ameaça à integridade cultural e territorial" (*idem*: 129).

Assim, as diferentes versões do mito de criação trazem a ideia da "história como revelação", pois evidenciam que "a posição de cada nação e de seu destino é um presente feito pelo criador" (PECHINCHA, 1994: 115). Nesse caso, os Kadiwéu teriam se tornado viajantes do Pantanal, caçadores seminômades vivendo da caça de seus alimentos por um propósito divino o que mostra, segundo a autora, que "a condição de viver no mato está, para os Kadiwéu, firmada na reivindicação territorial" (*idem*). Em outras palavras, na interpretação de Pechincha, tal modo de vida (atribuído também aos seus cativos Xamakôko), não se relaciona, como queriam os cronistas, a uma suposta proximidade entre esses indígenas e a natureza, mas sim "a garantia da manutenção de uma identidade que passa pela garantia do território" (*idem*). Sem o território, um direito adquirido pelos desígnios do criador e revelado em seus mitos, prossegue a autora (*idem*: 116), é impossível continuar sendo indígena.

Sanchez Labrador, Boggiani e outros cronistas, assim como os antropólogos Lévi-Strauss e Ribeiro parecem ter encontrado o povo Kadiwéu dividido entre nobres (de sangue puro) e cativos, uma "sociedade senhorial" conforme já mencionado. Estudos mais recentes, como o de Leckszinieck (2011), Duran (2021) e Freire (2018 e 2021) tem contribuído de forma importante para uma compreensão mais ampla e nuançada desse fenômeno. Embora tratem de assuntos diferentes, todos esses trabalhos compartilham o fato de não tomarem como dada uma hierarquia Kadiwéu baseada apenas na pureza do sangue associada às famílias consideradas nobres. Leckszinieck (2011), por exemplo, mostra como as dinâmicas do parentesco na aldeia Bodoquena onde realizou sua pesquisa, são contextuais, combinando noções de descendência e residência.

No entanto, é no trabalho de Freire (2018 e 2021) que vemos a noção de hierarquia como organizadora da sociedade Kadiwéu ser analisada de forma mais profunda e crítica. Assim, dentre outros questionamentos, Freire (2021) se pergunta: em quais evidências teriam se baseado os relatos históricos para definir as

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

condições de nobres, escravos e servos entre os Eyiguayegui? Por que, apesar das relações de proximidade entre "senhores" e "escravos" e, a despeito desses escravos poderem se tornar chefes, descrever estas relações a partir de um princípio hierárquico baseado na pureza do sangue e nas regras de hereditariedade?

Freire (2018 e 2021) não contesta a valorização de hereditariedade pelos Kadiwéu. Como ela afirma, as próprias etnografias contemporâneas têm chamado atenção para isso (DURAN, 2016; JOSÉ DA SILVA, 2004; PADILHA,1996; PECHINCHA, 1994; RIBEIRO, 1980; SIQUEIRA JR., 2011; LECZINIESK, 2005). Entretanto, se apoiando nos registros escritos dos cronistas sobre a grande festa que se realizava quando o filho de um capitão nascia, ela distingue a possibilidade de uma construção gradual da chefia indígena. Em suas palavras (2021: 246-247): "Ao mesmo tempo em que havia uma dose de herança na chefia Eyiguayegui, havia também a construção gradual das características de um grande chefe, o que em algumas vezes prescindia do 'sangue nobre'".

Ainda de acordo com Freire (2021: 257):

> Os cronistas, viajantes e missionários autores das fontes [...] acabaram por interpretar as diferentes atribuições não apenas como distintas – como elas pareciam ser lidas pelos indígenas – mas também como desiguais em valor, definindo as categorias que povoavam as tolderías eyiguayegui por meio do trabalho executado pelas pessoas e afirmando serem algumas delas inferiores e outras superiores.

Neste sentido, podemos reafirmar que o tema da herança é uma construção social, mas que passa, efetiva e historicamente, por relações de poder entre as principais redes de parentes, as quais coincidem com as famílias nobres, as mesmas que detém a propriedade dos territórios, assim como da legitimidade da liderança política e, também, da representatividade institucional da sociedade Kadiwéu. É neste contexto de papeis sociais constantemente redefinidos, conforme categorias que se creem históricas e culturais, que ocorre uma das mais impactantes manifestações cultuais da etnologia sul-americana: não apenas a prática da cerâmica, mas também, seu papel de superfície para a prática do grafismo.

A produção e a comercialização de cerâmica entre os povos indígenas do MS

Registros sobre a produção indígena de cerâmica em Mato Grosso do Sul não são recentes, sobretudo em relação ao povo Kadiwéu. Como vimos na introdução, sua confecção, bem como as pinturas que adornavam esses objetos chamaram atenção de Guido Boggiani no final do século XIX e, ao longo do século XX, de Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro, dentre outros. Todos esses autores fizeram uma série de apontamentos sobre as expressões artísticas Kadiwéu, incluindo os desenhos que imprimiam sobre as cerâmicas. Já os Terena, segunda maior população indígena do estado, viram sua produção artística correr risco de extinção em meados do século XX, não por desacreditarem na arte e técnica desenvolvidas por seus ancestrais, mas certamente, tendo como um dos principais motivos, o impacto ambiental e a perda dos territórios tradicionais, fonte da matéria prima, essencial para o exercício dessa prática. Em outras palavras, trata-se de uma narrativa frequente entre antigas mulheres ceramistas, a dificuldade que encontram para conseguir a argila específica para a cerâmica que confeccionam. Nas últimas décadas, segundo os relatos das ceramistas terena, por exemplo, a Terra Indígena de Cachoeirinha, situada no município de Miranda, é um dos únicos lugares onde encontram matéria prima apropriada para a elaboração dos potes.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

Mesmo neste contexto adverso, o turismo ao estimular um mercado de consumo específico de artesanato indígena na região acabou por "afastar essa ameaça" (ALVES, CHAVES e MATIAS, 2019). Em contrapartida, a situação dos Kinikinau é bastante singular. Considerados extintos pelos órgãos oficiais do Estado, vivem entre os Terena e, atualmente, reivindicam seus antigos territórios tradicionais e o reconhecimento de sua identidade étnica (CANAZILLES, 2016). Depois de ter passado quase todo o século XX invisíveis e confundidos com os Terena, o grupo tem reinventado suas criações artísticas, sendo o trabalho com o barro (retomado em meados dos anos de 1980) um dos elementos cruciais na autoafirmação étnica do grupo (*idem*)[8].

Como constatamos, atividades ligadas ao comércio, ou seja, a venda de produtos artesanais, passaram, principalmente a partir de 1970, a ter um papel importante para a sobrevivência e reprodução de boa parte das populações indígenas brasileiras, como os Terena, os Kadiwéu e os Kinikinau. Especialmente em Mato Grosso do Sul, a década de 1970 foi marcada por um aumento do turismo de pesca e, posteriormente pelo ecoturismo, o que levou a construção de hotéis, estradas e o investimento em novas frotas de embarcações destinadas exclusivamente a essas atividades (ALVES e RODRIGUES, 2021). Justamente dessa época data a inauguração da Casa do Artesão que, em suas unidades localizadas em Campo Grande e em Corumbá, tornou-se um ponto destinado a comercialização do artesanato indígena local (ALVES e RODRIGUES, 2021; VIETTA, 2015).

Nos dias de hoje, a venda das peças de cerâmica entre as etnias supracitadas se tornou fundamental para garantir seu sustento ou complementar a renda das suas famílias. Alguns autores têm chamado atenção para esse fato e para as mudanças sofridas devido as demandas impostas por esse novo mercado consumidor (VIETTA, 2015; CANAZILLES, 2016; ALVES, CHAVES e MATIAS, 2019; ALVES e RODRIGUES, 2021). O surgimento de peças consideradas meramente decorativas como as figuras de animais, em contraposição aos tradicionais utensílios de uso doméstico e cotidiano como as panelas e outros recipientes, bem como a miniaturização desses objetos são traços observados por esses autores que apontam para o dinamismo e para a vitalidade que marcam a produção oleira indígena em constante transformação. Nas palavras de Vietta (2015: 128), ao "ganhar o mercado" o trabalho com o barro passa a expressar também as ideias que as suas criadoras têm a respeito dos não indígenas ou daqueles que consumirão suas peças, o que mostra como "as leis de mercado se comunicam com a tradição para originar novos produtos, renovando os significados e os usos dos trabalhos das ceramistas" (*idem*).

Como podemos constatar, as transformações das peças ao longo do tempo, tendo em vista as demandas impostas pelo mercado consumidor e sua comercialização são um assunto central entre aqueles que se dedicam a pesquisa com os Kadiwéu e a produção ceramista dessa etnia. Isso fica claro, por exemplo, nos

[8] Embora existam membros da etnia Kinikinau residindo nas aldeias Terena localizadas nas cidades sul-mato-grossensses de Aquidauana, Miranda e Nioaque, a maior parte de sua população vive na Reserva Indígena Kadiwéu, mais especificamente na aldeia São João, em Porto Murtinho. Pertencentes à família linguística Aruak e descendentes dos grupos Txané-Guaná, os Kinikinau, juntamente com os Terena, teriam atravessado o rio Paraguai em direção ao Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, instalando-se na região banhada pelo rio Miranda onde foram encontrados por viajantes durante o século XIX. Após a Guerra do Paraguai (1864-1970), as etnias Terena e Kinikinau teriam sofrido duras perseguições levadas a cabo por fazendeiros e posseiros da região. Os Kinikinau teriam ficado ocultos em meio aos Terena que eram o grupo majoritário, quase não sendo mencionados em livros e documentos originados no período que vai do final do século XIX ao início do XX. Dessa forma, tornou-se "lugar comum" referir-se aos indígenas dessa etnia como um subgrupo Terena, especialmente, depois da destruição do último aldeamento que pertencera ao grupo, situado próximo à região do rio Miranda. Para maiores informações cf. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; CANAZILLES, ALVES e MATIAS, 2013). Ver também https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kinikinau (consulta realizada em 30/09/2024).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

trabalhos de Vânia Graziato e de Aline Müller. No primeiro, uma dissertação de mestrado intitulada: *Cerâmica Kadiwéu: processos, transformações, traduções*, concluída em 2008, na Escola de Comunicação e Artes da USP, Graziato retoma as coleções de Guido Boggiani e de Darcy Ribeiro comparando-as com as que encontrou durante seu trabalho de campo na Aldeia Bodoquena realizado entre os anos de 2000 e 2005.[9] Dentre as diferenças encontradas entre as peças produzidas até a metade do século XX e aquelas mais recentes (fabricadas principalmente a partir do final dos anos 90) a autora destaca, por exemplo, o desaparecimento da ornamentação das bordas com trançados de cordão de caraguatá e miçangas, a introdução de novas cores e a migração dos grafismos que passaram a ser pintados do lado interior das peças e não mais do lado exterior "tirando dos objetos sua função utilitária" (GRAZIATO, 2008: 50). Ressaltamos esse ponto porque é justamente a obliteração da manufatura de peças voltadas a essa função utilitária em detrimento de uma confecção cada vez maior de objetos puramente ornamentais que revela, segundo Graziato, o condicionamento dessa produção ao mercado consumidor. Como destaca Müller (2019: 42), especialmente na região de Bonito que integra um dos mais procurados destinos turísticos do Pantanal, fazem sucesso as peças zoomorfas que além de serem facilmente transportadas nas bagagens, se transformam em peças exóticas produzidas por indígenas que no imaginário da sociedade circundante vivem uma cultura "idílica" e isolada.

No entanto, "falar" sobre a comercialização da cerâmica Kadiwéu significa, também, falar sobre a marca étnica e a memória ancestral impressas nas peças. De acordo com Graziato (*idem*: 56), "a cerâmica Kadiwéu é objeto de reconhecimento individual, familiar e do grupo", mas, ao transitar para contextos fora das aldeias, como as lojas do aeroporto ou dos *shoppings centers* acaba perdendo o signo de sua alteridade se transformando em "um objeto indígena genérico, sem rosto; objeto de 'índio brasileiro'" (*idem*: 57). Assim, uma das características principais, que está na origem da produção desses artefatos, que é o seu pertencimento étnico, grupal e familiar, acaba se perdendo em meio ao dinâmico processo que guia a lógica do mercado.

Ao tratar especificamente dos caminhos percorridos pela cerâmica Kadiwéu em diferentes contextos, Müller (2017) esbarra nesse mesmo ponto. Segundo essa autora (*idem*), de uma perspectiva biográfica, "a aldeia assume o contexto de unidade geradora e criadora da cerâmica", sendo a própria cerâmica um elemento de mediação entre os Kadiwéu e a sociedade circundante, dois universos que podem ser opostos e até mesmo "conflituosos". Adotando uma linguagem um tanto funcionalista, Müller argumenta ser possível identificar duas funções atreladas à cerâmica no contexto das aldeias. Primeiro, ela serviria como geração de capital, através da venda de artesanato. Em segundo lugar, mas não menos importante, a cerâmica cumpriria, também, o papel de "emblema étnico", "aparecendo nas narrativas o forte vínculo da sociedade com os grafismos que adornam os recipientes" (MÜLLER, 2017: 111). Além de expressarem a etnicidade do grupo, os padrões geométricos desenhados nos objetos seriam evocados, também "como elemento de autenticidade, tanto nas lojas como junto à comunidade indígena" (2017: 76).

A preocupação com a biografia desses objetos, faz com que Müller atente para a mudança de estatuto das peças que, ao chegarem nas lojas turísticas da região,

[9] Tais coleções encontram-se respectivamente no Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini, em Roma e no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Apesar de ter tomado essas coleções como principais referências, a autora também observou as peças disponíveis no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e as coleções particulares do historiador Giovani José da Silva e do geógrafo José Luiz de Souza (ambas coletadas entre os anos de 1997 e 2005).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

acabam, na sua opinião, se transformando em simples mercadorias. Em suas palavras: "a peça, a partir do momento que se incorpora ao estoque de uma loja, assume a condição de peça comercial" (*idem*: 114). Tal mudança de contexto, não só transforma a cerâmica em uma mercadoria como, também, "faz com que o valor original do emblema étnico (aquele produzido nas aldeias) se torne mais difuso, assumindo outras camadas de significado" (*idem*).

Apesar da ênfase de Graziato e Müller nos sentidos comerciais que guiam a produção de peças em cerâmica Kadiwéu nas últimas décadas, isso não quer dizer que não existam outros espaços de transmissão, conhecimento, transformação e circulação da arte oleira do grupo. Como já sinalizado, as duas autoras chamam atenção para a importância da cerâmica como um forte elemento de identificação étnica, ligado a evocação de um passado grandioso. Mas, para além disso, os dois trabalhos também apontam, ainda que de maneiras distintas, para a existência de outros circuitos possíveis para essas peças, nem sempre regidos por lógicas meramente mercadológicas. Trata-se, principalmente, dos "espaços científicos" (museus, universidades), mencionados por Müller como mais um dos contextos de "consumo da arte Kadiwéu" e local de pesquisa de Graziato. Não pretendemos retomar aqui todos os "contextos" de circulação das peças de arte Kadiwéu identificados por Müller, mas apenas chamar a atenção para o fato de que ela pode ser estudada de outras perspectivas e abordagens.

Para além da etnicidade e do comércio: arte indígena Kadiwéu

Enquanto o trabalho de Graziato (2008) foca nas transformações e nos processos de fabricação da cerâmica e o de Müller (2017) nos circuitos percorridos pelos objetos e suas subsequentes mudanças de *status*, o de Duran (2021) nos leva a uma verdadeira imersão na arte Kadiwéu. Para a autora, os desenhos Kadiwéu podem ser interpretados como "mitos gráficos", isto é, "uma técnica de memória alternativa à escrita e à oralidade, que comunica os conhecimentos primordiais aos seus espectadores" (DURAN, 2021: 18). Tendo isso em mente, Duran procura compreender (tomando como base o seu próprio entendimento a respeito da visão indígena) as "redes de socialidade" possibilitadas por tais desenhos, sejam aquelas "que residem na relação entre quem se pinta e quem observa a pessoa pintada, quanto na confecção e na compra da cerâmica decorada, atreladas à concepção de alegria e do que é demonstrar estar alegre" (*idem*). Em outras palavras, desenhos produzem relações, situando-se como mediadores entre diferentes universos: o mítico-espiritual e o relacional cotidiano.

Dessa forma, o livro *O que nos ensinam os desenhos Ejiwajegi/Kadiwéu?* (DURAN, 2021), ainda que não tenha especificamente a cerâmica como objeto de análise, se destaca no presente estudo, por abordar o "complexo da cerâmica" (AMOROSO, 2021) para além das discussões em torno da etnicidade Kadiwéu frequentemente atreladas ao assunto. Em outras palavras, sem negar que a cerâmica se tornou um emblema étnico e identitário produzido pelas mulheres, uma ocupação que, inclusive, lhes possibilita uma certa autonomia financeira em relação aos seus maridos, Duran (*idem*) observa como a arte oleira confere sentido às suas vidas e encontra outros conceitos para descrevê-la, como por exemplo o de "luta".

"Ser artista é uma luta", dizem as interlocutoras de Duran, devido a todos os esforços necessariamente empregados no trabalho com o barro, principalmente no que diz respeito a coleta de matérias-primas utilizadas na confecção das peças

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

de cerâmica. Esse fator da "luta" passou a significar, com o tempo, a capacidade de atuação e autonomia das mulheres indígenas, neste caso, as Kadiwéu. São elas as gestoras de todas as fases de confecção da cerâmica, desde a retirada da argila em locais cada vez mais distantes do centro da aldeia, o processo da elaboração e da queima das peças e, por fim, a fixação da arte do grafismo e, inclusive, a comercialização. Esse protagonismo levou as mulheres a terem mais visibilidade no cotidiano das aldeias e são mais ouvidas, sobretudo porque passaram a contribuir com a geração de renda para suas famílias.

Ainda nessa chave, de uma antropologia atenta aos significados, Duran (2021) mostra como "ser ceramista" faz parte de uma etapa do desenvolvimento das mulheres Kadiwéu, um alcance de sua maturidade no seio daquela sociedade. Quando crianças as meninas acompanham suas mães e parentes próximas no processo de elaboração da arte ceramista. Mesmo depois de casadas, quando assumem a continuidade familiar da confecção dos potes e peças de cerâmicas, elas assumem um certo papel de autonomia e protagonismo, não apenas financeira, mas de liderança e uma voz a ser ouvida no coletivo de mulheres de sua respectiva comunidade[10].

Aqui torna-se importante frisar que essa autonomia, construída pelas mulheres, não se dá apenas devido ao domínio nesse nível da cultura material – elaboração da cerâmica, organização da produção e comercialização – ela acontece sobretudo, na dimensão que antecede a arte ceramista, pois todas essas práticas culturais estão sedimentadas em conhecimentos espirituais ancestrais, assim como vivências políticas que perpassam as relações sociais entre as famílias oleiras – disputas por representatividade e legitimidade das próprias práticas culturais do povo Kadiwéu.

Considerações finais

A partir das experiências de campo na execução do projeto "ceramistas" (Cerâmica indígena em Mato Grosso do Sul: arte, autonomia e inovação entre as mulheres Kinikinau, Terena e Kadiwéu), financiado pela Fundect/MS, e das pesquisas bibliográficas sobre os Kadiwéu, conseguimos compreender melhor algumas especificidades deste povo/etnia e suas mulheres artistas, particularmente a relação com a cerâmica e o grafismo.

Ao longo do artigo, buscamos fazer um exercício de releitura acerca de como a antropologia tem dialogado mais contemporaneamente com a arte e a cultura material das mulheres Kadiwéu. Ao mesmo tempo, notamos que a maior parte dos trabalhos acadêmicos escritos sobre a temática a partir dos anos 2000 são de autoria também de mulheres. A pesquisa foi basicamente bibliográfica, no sentido de revisitar desde os clássicos, até as publicações mais recentes acerca do assunto, como forma de melhor compreender o cotidiano desse coletivo com o qual estamos realizando atividades de trabalhos campo. Conforme constatamos, os registros sobre a produção indígena de cerâmica em Mato Grosso do Sul não são recentes, de maneira especial, entre os Kadiwéu, da família linguística Guaikurú.

Historicamente, a produção dos potes de cerâmica, bem como as pinturas que adornavam esses objetos teriam chamado a atenção do comerciante italiano

[10] Jaime Siqueira Junior (1993) argumenta que a autonomia é uma característica marcante das mulheres Kadiwéu, se expressando, também, em outros aspectos de seu modo de vida e diferenciando-as daquelas pertencentes a outras etnias indígenas do Mato Grosso do Sul, como os Terena e os Guarani-Kaiowá.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

Guido Boggiani quando este viveu entre os Kadiwéu no final do século XIX. Posteriormente, ao longo do século XX, dois renomados antropólogos, a saber, Claude Lévi-Strauss francês e Darcy Ribeiro brasileiro, também fizeram uma série de apontamentos sobre as expressões artísticas Kadiwéu, incluindo os desenhos que imprimiam sobre as cerâmicas. Tanto esses autores chamados como clássicos, como os que realizaram pesquisas mais recentemente, seguiram os estudos acerca da arte ceramista e do grafismo, aprofundando aspectos como a intersecção com a organização social e política, com o mercado e o turismo, assim como com a cosmologia.

Analisando especialmente os trabalhos de Vânia Graziato, Aline Müller e Raquel Duran, notamos que, atualmente, escrever sobre a cerâmica Kadiwéu é, sobretudo escrever sobre a sua comercialização, sobre a autonomia das mulheres e sobre a sua ligação com a produção de etnicidade do grupo tanto dentro, quanto fora das aldeias. Embora as duas primeiras autoras enfatizem, por vezes em tom de lamento, as transformações operadas na cerâmica quando estas passam a ocupar contextos regidos por lógicas meramente mercadológicas, cabe lembrar que sua produção é complexa e não está aprisionada apenas as relações comerciais. Pelo contrário, cabe ressaltar que, no interior das aldeias, os desenhos impressos sobre as peças ou outras superfícies são, como notou Duran (2021: 17), tanto agentes das relações sociais, quanto possibilitadores dessas relações, podendo ser lidos como "mitos gráficos" que remetem ao pertencimento étnico, mas também familiar daqueles que os pintam. Dessa maneira, os grafismos Kadiwéu fazem circular, entre diferentes gerações de mulheres, formas particulares de transmissão de conhecimento, descrevendo tempos antigos e atuais e contando "a história e os saberes deste povo às futuras gerações" (*idem*: 18).

Por fim, podemos, dessa maneira, afirmar, que a arte e a cultura desse povo Kadiwéu, das terras baixas no coração da América do Sul, impactaram e, provavelmente continuarão a influenciar sobremaneira o fazer antropológico de várias gerações de pesquisadores/as.

Recebido em 29 de novembro de 2023.
Aprovado em 10 de novembro de 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

Referências

ALVES, G.; CHAVES, F. e MATIAS, R. A Produção da Cerâmica Terena na Aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 10 (1): 73-80, 2019.

ALVES, G.; RODRIGUES, S. Transformações na Cerâmica Kadiwéu em Mato Grosso do Sul. *Tellus*, 44 (1): 83-112, 2021

AMOROSO, Marta. "Prefácio: memória e agência". In Duran, M. R. da C. *O que nos ensinam os desenhos Ejiwajegi/Kadiwéu?* Campo Grande: UFMS editora, 2021. pp. 08-14.

BASQUES Jr., Messias. *Quase Irmãos: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal*. Tese (Doutorado em Antropologia), Museu Nacional, UFRJ, 2020.

BOGGIANI, Guido. *Os Caduveos*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1975.

CANAZILLES, Karolinne S. A. *Arte Indígena Kinikinau em Mato Grosso do Sul, Brasil*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional), Universidade Anhanguera-Uniderp, 2016

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do Índio ao Bugre: O processo de assimilação do Povo Terena*. São Paulo: José Olímpio, 1976.

DURAN, Maria Raquel da Cruz. *O que nos ensinam os desenhos Ejiwajegi/Kadiwéu?* Campo Grande: UFMS editora, 2021.

DURAN, Maria Raquel da Cruz. Leituras Antropológicas sobre a Arte Kadiwéu. *Cadernos de Campo*, 24 (24): 43-70, 2015.

GRAZIATO, Vânia Perroti Pires. *Cerâmica Kadiwéu, processos, transformações, traduções: Uma leitura do percurso da cerâmica Kadiwéu do século XIX ao XXI*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes), USP, 2008.

KOK, Maria da Glória Porto. "Prefácio". In.: SILVA, G. J.; KOK, M. da G. P. (orgs.). *Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra* (vol. 2). Curitiba: CRV, 2014. pp. 9-10.

LECZNIESKI, Lisiane Koller. *Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFSC, 2005.

LECZNIESKI, Lisiane Koller. "Política feita em casa: a dimensão doméstica da política entre os Kadiwéu". In.: SILVA, G. J. da; KOK, M. da G. P. (orgs.). *Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra*. Curitiba: CRV, 2011. pp. 93-120.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MÜLLER, Aline M. *Arte Kadiwéu: Processos de Produção, Significação e Ressignificação*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Coimbra, 2017.

PADILHA, Solange. *A arte como trama do mundo: corpo, grafismo e cerâmica Kadiwéu*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC/SP, 1996.

PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UnB, 1994.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: Ensaios Etnológicos sobre o Saber, o Azar e a Beleza*. São Paulo: Global, 2019.

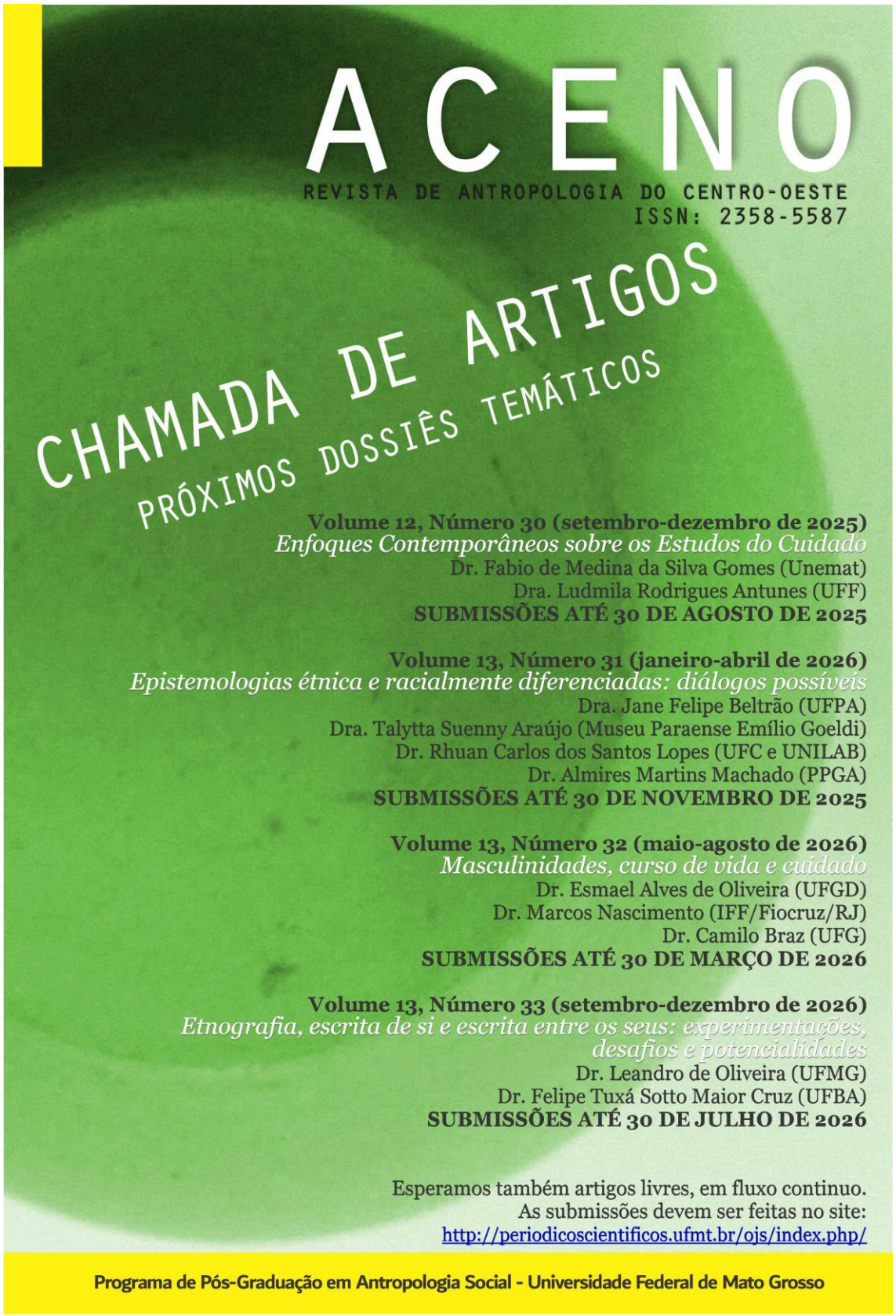
SILVA, Giovani José da. "A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): demarcações e conflitos pela posse da terra". In.: SILVA, G. J. da; KOK, M. da G. P. (orgs.). *Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra*. Curitiba: CRV, 2011. pp. 49-72.

SILVA, Giovani José da; KOK, Maria da Glória Porto. "Afinal para que serve a arte cadiueu? Uma (possível) resposta a Claude Lévi-Straus". In.: SILVA, G. J. da; KOK, M. da G. P. (orgs.). *Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra* (vol. 2). Curitiba: CRV, 2014. pp. 143-154.

SIQUEIRA Jr., Jaime Garcia. "Esse campo custou o sangue dos nossos avós": A construção do tempo e espaço Kadiwéu". In.: SILVA, G. J. da; KOK, M. da G. P. (orgs.). *Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra*. Curitiba: CRV, 2011. pp. 75-91.

VIETTA, Katya. Os 'Valores' da Cerâmica Terena Campo-Grandense: Um silencioso Patrimônio Intangível. *Cadernos do Lepaarq*, 24 (XII): 97-132, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16718

ACENO

Fundação Cultural Palmares e a comunidade quilombola Rio Preto (TO):
entre a negligência e a resistência

Matheus Sousa Mendes[1]
Antônio Carlos dos Santos[2]
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Comunidades quilombolas, no Brasil, continuam a lutar para reconhecimento de seus territórios. Neste trabalho, tem-se dois objetivos, sendo descrever a perspectiva da Comunidade Quilombola Rio Preto, Tocantins, acerca do processo judicial relacionado a privação de suas terras; e problematizar a atuação da FCP na proteção das comunidades quilombolas e as consequências da omissão institucional nas lides territoriais instauradas. Como caminho metodológico assenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental de fonte primária com os dados de natureza jurídica e resultados de entrevista semiestruturada com a representante da associação da Comunidade Quilombola Rio Preto. Da perspectiva da Comunidade em questão, sobressai que a falta de informações e o distanciamento institucional por parte da FCP foi circunstância determinante para a convalidação das violências praticadas. Quando a atuação da Fundação, as falhas, omissões e interferências políticas são determinantes no avanço das transgressões perpetradas em face das comunidades quilombolas. Conclui-se reiterando a importância de dar voz nas pesquisas àqueles que são diariamente silenciados. Reitera-se, da mesma forma, a importância da Fundação nos elos institucionais.

Palavras-chave: quilombo; racismo estrutural; certificação; município de Lagoa do Tocantins.

[1] Mestrando no programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins.
[2] Doutor em Filosofia pela Universite de Paris X, (Paris-Nanterre) e Pós Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Professor no programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins.

MENDES, Mateus Sousa; SANTOS, Antônio Carlos dos. **Fundação Cultural Palmares e a comunidade quilombola Rio Preto (TO): entre a negligência e a resistência.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 583-598, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Palmares cultural foundation and the Rio Preto (TO) quilombola community:
between negligence and resistance

Abstract: Quilombola communities in Brazil continue to fight for recognition of their territories. In this work, we have two objectives, namely to describe the perspective of the Quilombola Community Rio Preto, Tocantins, regarding the judicial process related to the deprivation of their lands; and problematize the FCP's role in protecting quilombola communities and the consequences of institutional omission in the territorial disputes initiated. The methodological path is based on a bibliographical review, primary source documentary research with legal data and results of a semi-structured interview with the representative of the Quilombola Rio Preto Community association. From the perspective of the Community in question, it stands out that the lack of information and institutional distancing on the part of the FCP was a determining factor in the validation of the violence committed. When the Foundation acts, failures, omissions and political interference are decisive in the advancement of transgressions perpetrated against quilombola communities. It concludes by reiterating the importance of giving a voice in research to those who are silenced on a daily basis. Likewise, the importance of the Foundation in institutional links is reiterated

Keywords: quilombo; structural racism; certification; municipality of Lagoa do Tocantins.

Fundación cultural palmares y la comunidad Rio Preto (TO) quilombola:
entre negligencia y resistencia

Resumen: Las comunidades quilombolas en Brasil continúan luchando por el reconocimiento de sus territorios. En este trabajo, tenemos dos objetivos, a saber, describir la perspectiva de la Comunidad Quilombola Rio Preto, Tocantins, respecto del proceso judicial relacionado con la despojación de sus tierras; y problematizar el papel del FCP en la protección de las comunidades quilombolas y las consecuencias de la omisión institucional en las disputas territoriales iniciadas. El camino metodológico se basa en una revisión bibliográfica, investigación documental de fuentes primarias con datos legales y resultados de una entrevista semiestructurada con el representante de la asociación Comunidad Quilombola Rio Preto. Desde la perspectiva de la Comunidad en cuestión, se destaca que la falta de información y distanciamiento institucional por parte del FCP fue un factor determinante en la validación de la violencia cometida. Cuando la Fundación actúa, los fracasos, las omisiones y las injerencias políticas son decisivos para el avance de las transgresiones perpetradas contra las comunidades quilombolas. Concluye reiterando la importancia de dar voz en la investigación a quienes son silenciados diariamente. Asimismo, se reitera la importancia de la Fundación en el vínculo institucional.

Palabras clave: quilombo; racismo estructural; proceso de dar un título; municipio de Lagoa do Tocantins.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Quando ingressamos no mundo acadêmico, sobretudo para aqueles que escolhem as ciências jurídicas, a todo momento somos bombardeados com a ideia de que é necessário que se promova um afastamento pessoal do objeto pesquisado. Essas diretrizes imbuídas nos cursos de direito, de modo particular, visam a alcançar o ideal positivista da neutralidade científica, tão exigida nessa carreira, como se isso fosse possível.

A duras penas, compreendemos a necessidade de se ultrapassar essa barreira desafiadora para, só então, entendermos que todo pesquisador carrega consigo o desejo de transformar aquilo que acredita, sobretudo numa sociedade extremamente desigual como a brasileira, a partir do discernimento de que podemos até ser imparciais, mas jamais neutros. Após essa análise, nos motivamos a levar a cabo essa pesquisa, tão desafiadora quanto difícil: pensar como uma instituição constituída para proteger a cultura negra, fez justamente o oposto.

Em um país estruturalmente racista (ALMEIDA, 2018), mesmo para aqueles que conseguem, enquanto exceção, romper com a regra e alcançar espaços acadêmicos e posições mínimas de poder que os são historicamente negados, encontram a dificuldade em transpor, em suas pesquisas, com aquilo que Sacramento (2019, p. 35) classifica como "perspectiva epistêmica colonial, falocêntrica, brancocêntrica, desde o método", desaguando em um conflito pessoal, entre o anseio de promover uma pesquisa com base naquilo que lhe move e o medo de ser desqualificado, com o rótulo de militante. Sentimos na pele essa tensão, quando decidimos nos dedicar à análise dos desafios e violências vivenciadas pela Comunidade Quilombola Rio Preto e, em específico, nas razões pelas quais essa população chegou a ser privada da posse de suas terras por anos, por força de uma decisão judicial com a qual um dos autores deste estudo colaborou, na condição de assessor jurídico da Magistrada responsável pela prolação da decisão. Enquanto membro do sistema judicial, pessoa negra, que alcançou seu local de exceção por meio das políticas afirmativas de acesso ao ensino superior, este sentiu que não poderia me omitir diante de um fato tão revelador: as instituições constituídas para proteger as populações quilombolas são as primeiras a, propositalmente, inviabilizarem a existência dessas populações.

Essa digressão, por si só, não afasta a tese defendida neste artigo quanto a necessidade da discussão acerca da efetividade do processo de certificação das comunidades quilombolas, o papel das instituições envolvidas, sobretudo da Fundação Cultural Palmares (FCP), e o impacto que o aprimoramento dessa gestão pode trazer na redução das lides territoriais envolvendo comunidades quilombolas*, contudo, as fazemos, para transmitir de forma clara a ideia de que a trajetória deste estudo não se restringe a uma ocorrência pontual.*

A par desse contexto, neste trabalho temos dois objetivos, sendo descrever a perspectiva da Comunidade Quilombola Rio Preto, localizada na zona rural do município de Lagoa do Tocantins, no estado do Tocantins, acerca do processo judicial relacionado a privação de suas terras; e problematizar a atuação da FCP na proteção das comunidades quilombolas e as consequências da omissão institucional nas lides territoriais instauradas, tomando como exemplo a Comunidade Quilombola Rio Preto.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Neste anseio, buscamos adotar um caminho de justiça epistêmica, na concepção cunhada por Miranda Fricke (2023) para fins de debater a problemática, tomando por referencial teórico que prioriza a produção científica de intelectuais negros, cujas trajetórias pessoais e acadêmicas dialogam com a realidade da comunidade quilombola pesquisada. Objetivando este diálogo, adotamos um caminho metodológico que *transita entre a revisão bibliográfica, a* pesquisa documental de fonte primária com os dados de natureza jurídica e resultados de entrevista semiestruturada com a representante da associação da Comunidade Quilombola Rio Preto, que é nascida no local e nos transmite a versão histórica dos moradores acerca da formação da comunidade, suas características culturais e relatos das violências perpetradas em razão do embate judicial em apreço, além da atuação da FCP no caso em análise.

Fundação Cultural Palmares e desafios do processo de certificação das comunidades quilombolas

Viveu-se no Brasil, uma das mais cruéis, extensas e massivas experiências escravocratas das américas. Dentro dessa maculada quadra da história, foram frequentes os processos de fuga e tentativas de insurreição, que representavam muitas vezes a única oportunidade que um negro escravizado teria de experienciar, não apenas a própria liberdade, mas toda uma organização social que lhe abruptamente foi suprimida. A formação dos quilombos é, invariavelmente, a maior marca desse processo de resistência.

A partir dessa perspectiva, é primordial estabelecer, de imediato, a necessidade de ruptura do conceito preestabelecido, inclusive a partir de um racismo epistêmico, do que vem a ser uma comunidade quilombola ou, como alguns autores defendem, dos processos de aquilombamento brasileiro. Beatriz Nascimento, uma das mais relevantes intelectuais negras do Brasil, que dedicou parte de sua pesquisa ao estudo desse fenômeno, a partir de uma premissa antropológica, explica que o termo quilombo advém de Angola, quando o local passava por conflitos internos no século XVIII. O termo, denominava pequenas comunidades de guerreiros que vivam nas florestas e, daí, surge a transposição do termo para definir o agrupamento de negros fugitivos, durante a vigência do sistema escravista brasileiro (1989 *apud* RATTS, 2006)[3].

A mesma intelectual (1989 *apud* RATTS, 2006) explica, ainda, que os colonizadores portugueses definiram então os quilombos como o simples agrupamento de cinco negros fugitivos ou mais, reduzindo completamente a amplitude e complexidade das relações desenvolvidas nestas comunidades, bem como o âmago de seu objetivo – que tinha na fuga, não um fim, mas apenas um meio. Essa redução simplista refletiu-se diretamente no conceito acadêmico que predominou de forma hegemônica na pouca literatura produzida a respeito dessas comunidades, e daí a necessidade de desafiá-lo. Em sua perspectiva, os quilombos representam muito mais do que um agrupamento de fugitivos, mas um projeto alternativo de sociedade, onde o povo negro alcançava a real liberdade em viver segundo sua própria estrutura hierárquica e organizacional, expressando sua própria cultura, religião e em contato com sua ancestralidade (RATTS, 2006).

[3] A autora Beatriz Nascimento teve sua produção científica interrompida em função de seu prematuro falecimento, aos 52 anos. Alex Ratts teve acesso a seu acervo de pesquisa e atuou como organizador, sendo responsável pela publicação do livro *Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, no qual estão republicados alguns ensaios, artigos e poemas da autora.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

A imediata ruptura com esse conceito clássico, que Nascimento (1980) classifica como pautado na racista e segregadora visão cunhada pelos colonizadores, é essencial para a compreensão das razões pelas quais essas comunidades lutam para resistir até os dias atuais. Ora, se a fuga dos grilhões fosse o único objetivo imbuído na formação dos quilombos, porque não ocorreu sua total diáspora, quando da abolição institucional da escravidão, em 1889? O que motiva a resistência daqueles que continuam a lutar, em nome de uma pauta que é alvo de constantes disputas políticas, judiciais e econômicas que, por vezes, materializam-se em violência?

Este foi o primeiro questionamento que fizemos à Sra. Rita Lopes dos Santos[4], mulher nascida na Comunidade Quilombola Rio Preto, e que, por ter sido a primeira de sua geração a alcançar o ensino superior, mediante as políticas afirmativas de acesso à universidade, assumiu a corajosa missão de atuar como presidente da associação que os representa, e luta ativamente pelo reconhecimento e demarcação das terras da comunidade Rio Preto. Em entrevista concedida, nos trouxe as perspectivas de sua vivência:

> *O Jalapão é um grande quilombo, e é um território no qual os quilombolas transitavam, era o nosso refúgio, entendeu? É o lugar que a gente encontrou para fugir do sistema escravocrata e criar a nossa comunidade, nossa contracolonial. É o local, o modo de vida e quem nós somos. Porque se nós defendermos só o local, podemos cair na armadilha colonial de que a gente não é mais aquilo. Eu sou quilombola pelada, vestida, no avião, com um iphone, em Brasília, nos Estados Unidos [...] se eu for para a lua eu permaneço quilombola. E eu sou quilombola por quê? Porque é a minha ascendência. Os meus vão continuar sendo quilombolas, os que vierem depois e os que vieram antes de mim [...] A gente precisa resguardar aquele espaço, porque naquele espaço a gente consegue resguardar o nosso modo de vida, a nossa existência. A gente tem esse elo, esse elo com aquele espaço, com a natureza. E por que a gente precisa dessa preservação? Porque se a gente morrer, vocês também vão morrer.* (RITA, 2024)

As palavras da líder, que a partir de agora será denominada apenas como Rita, não coincidentemente, vão de encontro com a narrativa exposta por Sacramento, cuja trajetória de vida lhe é muito semelhante. Nascida na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas - Bahia, Elionice Conceição Sacramento foi a primeira de sua raça[5] a alcançar o ensino superior e atua na linha de frente na defesa de sua comunidade, para além de pesquisadora do tema:

> A visão preconceituosa ou romantizada que a literatura construiu sobre nós nos impõe a responsabilidade de romper com alguns conceitos e contar nossa própria história com base nas especificidades e pluralidade do território. História de mulheres cujos corpos se misturam e se confundem com o território de terra, águas e ancestralidade. (SACRAMENTO, 2019: 16)

Nesse contexto, desafiando todas as adversidades impostas, ao longo dos séculos, os quilombos resistiram em todo o Brasil (ANJOS, 2013), em contraposição ao modelo social e produtivo desenvolvimentista que dita o ritmo desenfreado de exploração dos recursos naturais e que, no fim, é a raiz dessa estrutura de poder que está por trás dos litígios envolvendo a resistência desse modelo social alternativo que tanto incomoda o capital e que enxerga na demarcação de suas terras uma ameaça a ser combatida:

> Durante anos as comunidades tradicionais viveram na terra, sem a menor preocupação

[4] Entrevista de pesquisa concedida em 4 de setembro de 2024, na cidade de Palmas (TO).
[5] Em sua pesquisa, a autora utiliza-se do termo raça como sinônimo de linhagem e descendência. O termo também é empregado enquanto forma de destacar a importância e o valor das gerações de mulheres, de sua comunidade, que possuem papel histórico de protagonismo nas mais diversas formas de luta coletiva (SACRAMENTO, 2019).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

> com a regulamentação destas posses, para transformá-las em propriedade. É justamente no embate contra as forças opressoras do capital que estas comunidades, se encontram e se organizam para reivindicar o direito de permanecerem nas terras que habitam a sua ancestralidade. (ALCANTARA, 2011: 81)

Segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), pelo menos trinta lideranças foram assassinadas nos últimos dez anos[6], crimes supostamente motivados pela atuação política de quilombolas na luta pela terra.

O direito à propriedade das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes dos quilombos, esculpido no bojo do artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (BRASIL, 1988), é sem dúvidas a principal conquista legislativa destes povos. Por sua vez, a transformação deste direito abstrato em garantia real passa pelo entendimento do papel da FCP instituída por meio da Lei Federal nº 7.668/1988, vinculada ao Ministério da Cultura. Tal instituição foi consagrada, para fins de promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos do povo negro no Brasil.

Ocorre que, desde o ano de 2003, a FCP passou a desempenhar fundamental papel no reconhecimento dos direitos dos quilombolas ao certificar a propriedade definitiva de cada comunidade, reconhecendo formalmente os quilombos enquanto grupo que se molda ao conceito descrito na Constituição (VALIENSE, 2023). Essa certificação, apesar de intimamente ligada a um direito patrimonial coletivo, não deixa de representar uma forma de preservação da cultura do povo negro, pois, como já exposto, o quilombo vai além de um território físico e representa uma forma de resistência ao apagamento de suas identidades e ancestralidades, o que justifica o fato de ter sido alojada sob guarida do Ministério da Cultura. Nas palavras de Beatriz Nascimento "A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou" (1989 *apud* RATTS, 2006: 59).

O processo de certificação de uma comunidade é de suma relevância, pois uma vez obtido esse reconhecimento formal, abre-se caminho para o processo de demarcação e titulação da propriedade das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos, buscando o efetivo domínio de posse para essas populações. Nesse ponto, é indispensável um aprofundamento técnico acerca da relevância da FCP no contexto da regularização fundiária. Em primeiro plano, é importante elucidar que esse processo de regularização das terras de comunidades quilombolas e que se materializa na demarcação garantida constitucionalmente, não é de competência da FCP, mas sim, do INCRA, que é uma autarquia federal instituída pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, e vinculado ao Ministério da Agricultura. Entre suas diretrizes institucionais encampa a responsabilidade de materializar esse direito enquanto ferramenta de inclusão social.

Não obstante, o pedido administrativo de demarcação deve ser pleiteado por cada comunidade e possui como principal pré-requisito de instrução a apresentação de um atestado de autodefinição enquanto comunidade quilombola, condição esculpida no parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento. Em que pese literalidade da norma, numa primeira impressão, dê a entender que bastaria uma simples autodeclaração lavrada pela

[6] "Desde 2013 a CONAQ tem o registro de 30 execuções de quilombolas. A maioria das vítimas era liderança e grande parte dos assassinatos aconteceram dentro dos quilombos e com uso de armas de fogo, sem que as vítimas tivessem chance de defesa". Matéria disponível em: https://conaq.org.br/noticias/violencia-e-impunidade-pelo-menos-30-quilombolas-foram-assassinados-nos-ultimos-10-anos/. Acesso em: 20 fev. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

parte interessada, o parágrafo 4º do artigo 2º da norma deixa claro que essa autodefinição só será alcançada a partir de certificação expedida pela FCP. Dessa forma, embora não seja a responsável técnica pela efetivação de tal direito, é notório que na FCP reside o nascituro dessa luta, ao passo que sua inércia configura obstáculo verdadeiramente intransponível, sobretudo por constituir pressuposto legal.

Segundo informações obtidas junto ao site oficial da FCP[7], em tese, este processo deveria representar apenas um simples passo para o início do processo de demarcação, pois conforme estabelece a Portaria 98, de 26 de novembro 2007, da FCP, são exigidos apenas três documentos para a certificação: ata de reunião ou assembleia, na qual a comunidade trate especificamente do tema da autodeclaração; relato histórico da comunidade, descrevendo sua formação, troncos familiares e manifestações culturais, por exemplo; e requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP. O órgão esclarece que visitas técnicas ou vistorias são exceção de modo que, em regra, não cabe à FCP a decisão definitiva das comunidades que são ou não quilombolas, pautando-se a instituição pelo respeito ao direito de autodefinição.

Ocorre que, na prática, esse simples processo de certificação desvelou-se como mais uma ferramenta de obstrução a serviço daqueles cujos interesses, sobretudo econômicos, que caminham em direções diametralmente opostas a estes povos. Para verdadeira compreensão dos obstáculos experimentados pelas comunidades quilombolas, reforço a necessidade de ruptura com a perspectiva meramente casuística, transportando-se a discussão para o plano político, das estruturas de poder e, invariavelmente, racial. Seguindo a definição defendida por Almeida (2018), o racismo estrutural é aquele que se manifesta nas instituições, normas e práticas sociais, permeando todos os aspectos da vida das pessoas negras, desde o acesso a oportunidades até a sua representação nos espaços de poder. Logo, é imperioso que se compreenda que o racismo se manifesta muito além da discriminação social ao permear as estruturas de poder, como verdadeiro projeto de privação de direitos.

Almeida (2018) explica ainda que na perspectiva institucional há um domínio de poder exercido por determinados grupos raciais que, por sua vez, incumbem-se da tarefa de perpetuar, de forma direta ou indireta, seus privilégios históricos. É fato que espaços como reitorias, cargos no judiciário, executivo e legislativo são amplamente dominados por homens brancos, o que, invariavelmente, atua como barreira para a promoção de pessoas negras, sobretudo mulheres. A obstrução da demarcação de terras é apenas uma das muitas faces do racismo institucional que permeia as esferas de poder e que vai desde a disputa narrativa até a recusa de membros do Poder Legislativo em, dolosamente, imiscuir-se no aprimoramento da legislação que regulamenta os processos de certificação.

Andrade e Treccani (2000) explicam que um dos pilares dessa resistência política reside no fato de que, na prática, muitas empresas privadas – sobretudo fazendas de monocultura –, estão firmemente instaladas em terras que se sobrepõem aos territórios quilombolas, algo que desperta massiva disputa financeira. Feita essa contextualização, é indispensável que se dê ênfase ao fato de que essa força de obstrução historicamente exercida pelo capital, viu surgir um aliado quando da ascensão de Jair Messias Bolsonaro, ao cargo de presidente da República. A postura pública de negação, do ex-presidente, às mais diversas pautas identitárias, se refletiu na imediata troca de presidência da FCP, assumida pelo

[7] Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola. Acesso em: 2 out. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Sr. Sérgio Camargo, que exerceu o cargo entre os anos de 2019 a 2022, figura publicamente repudiada no próprio movimento negro, por defender, dentre outros absurdos, a ausência de racismo estrutural no Brasil, apesar de ele próprio ser um homem negro (AZEVEDO e CAVALCANTI, 2021).

Azevedo e Cavalcanti (2021), em seu trabalho acerca da análise discursiva das linhas de racismo expressadas no curso da gestão Bolsonaro, rememoram que em todo o processo de campanha eleitoral do candidato já se vislumbrava a agenda política de racismo institucional que marcaria sua gestão. Partindo da premissa exposta pelas autoras, importa destacar que, ainda antes da campanha, quando já despontava como presidenciável, o então deputado Jair Messias Bolsonaro[8] afirmou em um evento no clube Hebraica, situado na cidade do Rio de Janeiro, que "acabaria com todas as reservas indígenas e comunidades quilombolas se fosse eleito em 2018". O discurso foi dito no mesmo evento no qual emitiu falas comparando o peso dos nativos quilombolas em arrobas (unidade de medida utilizada para animais), e afirmou que afrodescendentes de comunidades quilombolas "nem para procriador ele serve mais"[9]. Nos dois casos, Jair Bolsonaro apresentou um ponto em comum de ataque aos indígenas e quilombolas.

O discurso supramencionado, deve ser interpretado como algo que vai além de uma mera exposição de intolerância. Comparar indígenas e quilombolas a animais improdutivos, é algo que serve aos interesses do capital, ao passo que visa menosprezar um estilo de vida que o desafia, e os colocar, perante a sociedade, como obstáculos ao desenvolvimento – e que, enquanto obstáculos, precisam ser removidos (SANTOS, 2015).

Ainda que a promessa não tenha se concretizado de forma integral, é fato que esse projeto político reverberou diretamente na realidade das comunidades nos anos que se seguiram, pois houve queda nas certificações de forma drástica e, consequentemente, no número de comunidades efetivamente tituladas. Vejamos o comparativo realizado pela organização não governamental *Terra de Direitos* (2023), que atua em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano.

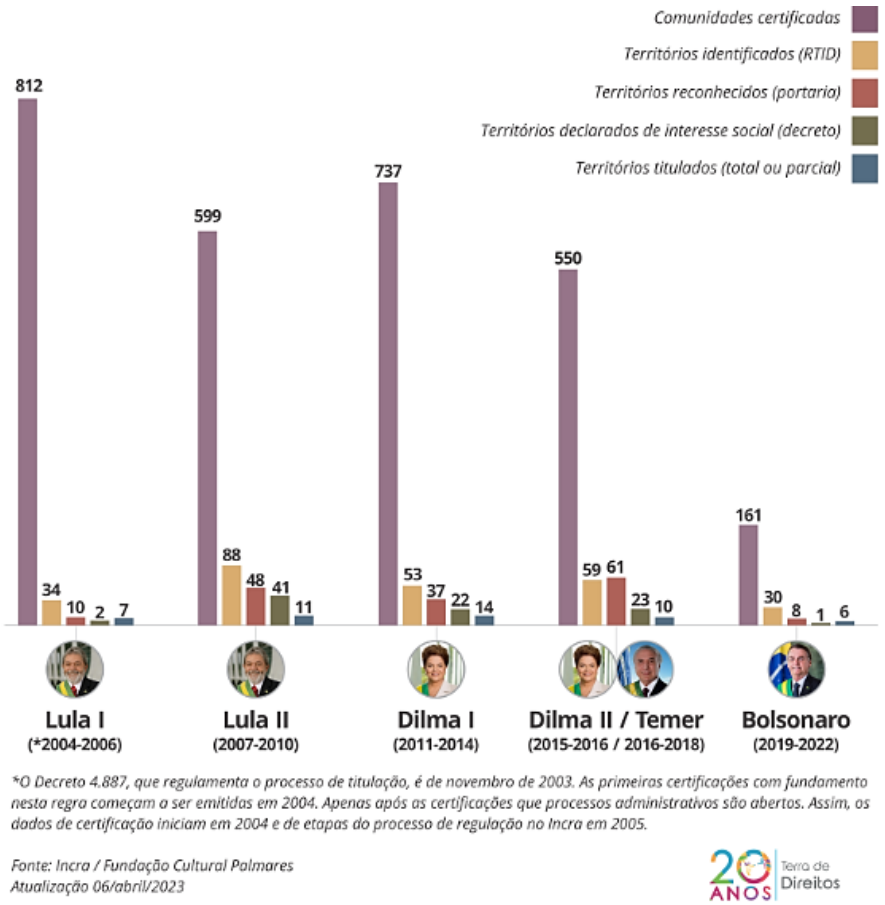
O levantamento utilizou dados fornecidos pela própria FCP e demonstra a queda de aproximadamente 70,73% no número de certificações em comparação à gestão imediatamente anterior.

Como resultado dessa política, os quilombolas experimentaram a piora de todos os índices básicos de acesso às políticas públicas o que, agravado pela pandemia do novo coronavírus, demandou intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742/2020. Quando do julgamento da demanda, que denunciava total estado de abandono institucional, em seu voto, o relator, Ministro Edson Fachin, destacou a omissão da então gestão da FCP no processo de concretização do reconhecimento territorial das comunidades. Ainda, em função desse julgamento, determinou-se a suspensão do cumprimento de todas as decisões de reintegração de posse ou despejos coletivos nos conflitos fundiários envolvendo quilombos, no curso da pandemia. Esse pedido foi firmemente encampado pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) que argumentou que apenas 7% destes possuem a titulação garantida na Constituição, estando sob especial vulnerabilidade naquele período.

[8] Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/. Acesso em: 26 abr. 2024.
[9] Disponível em: https://www.socialistamorena.com.br/bolsonaro-e-processado-por-quilombolas/. Acesso em: 1 abr. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Figura 1: Gráfico Comparativo de conclusão de etapas de regularização fundiária – por gestões de governo (2004-2022). Fonte: Terra de Direitos (2023).



Apenas para que se tenha dimensão do quão escandalosa foi essa omissão, segundo dados fornecidos pela própria FCP[10], foram emitidas oitenta e oito (88) novas certificações de comunidades, apenas no ano de 2023, cujos pleitos aguardavam análise. Esse número representa aproximadamente 54,6% do total de cento e sessenta e uma (161) certificações emitidas nos quatro (4) anos, correspondentes ao governo federal anterior (2019 a 2022), conforme aponta o levantamento realizado pela *Terra de Direitos* (2023).

Apesar de representar um alívio ao total estado de retrocesso experienciado neste período, suas marcas refletiram-se diretamente na vida das populações cujo básico existencial lhes é historicamente negado. Esse contexto amolda-se ao ocorrido com a Comunidade Quilombola Rio Preto, que vivenciou diretamente as consequências da ausência de certificação e, inclusive, perdeu parte de sua terra em uma disputa judicial, na qual sua existência, enquanto comunidade quilombola, foi omitida por anos.

A comunidade quilombola Rio Preto e o conflito judicial

A região do Jalapão compreende um dos mais peculiares biomas brasileiros e é essencialmente marcado pela vegetação de cerrado e campos de veredas, que contrastam com dunas, cachoeiras de águas azuis e fontes de águas cristalinas,

[10] As informações referentes aos dados da emissão das Certidões de Autodefinição, estão disponíveis para consulta pública em https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/fundacao-palmares-emite-88-certidoes-de-autodefinicao-somente-em-2023. Acesso em: 12 abr. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

além de fervedouros. Para além de suas belezas naturais, o local é habitação histórica de povos originários, com destaque aos Xerente, além comunidades remanescentes de quilombos (PIZZIO e IGLESIAS, 2020). O local, que era tradicionalmente pouco conhecido, ganhou especial relevância a partir da virada dos anos 2000, em função de matérias jornalísticas que expuseram o potencial turístico da região (PIZZIO e LOPES, 2018).

Esse contexto, por sua vez, demandou a implementação de maior proteção, sobretudo ambiental, o que desaguou na instituição da Área de Proteção Ambiental do Jalapão, pela Lei Estadual 1.172, de 31 de julho de 2000, e, por conseguinte, do Parque Estadual do Jalapão, por meio da Lei Estadual 1.203/2001 (TOCANTINS, 2000; 2001). O parque não engloba toda a microrregião do Jalapão, mas apenas a área cujo bioma é mais sensível e demanda severa proteção (BENVINDO, 2009), possuindo, ainda assim, a vasta área reconhecida em lei de 158.885,4662 hectares (TOCANTINS, 2000; 2001). No total, são englobados pela microrregião no Tocantins os municípios de Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins, Lizarda, Santa Tereza do Tocantins, Rio Sono e Lagoa do Tocantins (BENVINDO, 2009). Neste último município, insere-se o conflito em análise neste artigo.

Como grande parte do seio rural do Brasil, o Tocantins também possui, em sua curta história, profundas cicatrizes deixadas pela violência no campo. Essa controvérsia, que se destacava como crônica, intensificou-se especialmente no curso das últimas décadas do século XXI, dada uma específica combinação de fatores históricos e econômicos que reverberam nesse contexto, sobretudo em função do exponencial aumento da exploração agrícola e sua inserção em uma região do país marcada pela insegurança jurídica institucional nesse particular (OLIVEIRA, CRESTANI e STRASSUBURG, 2016). O avanço do denominado cinturão da soja brasileiro fez despertar o interesse do capital em terras desprezadas e, logo, altamente suscetível ao assédio de grileiros que, historicamente, atuam no norte do Brasil (REZENDE, 2014).

É em meio a esta conjuntura, que a Comunidade Quilombola Rio Preto viu-se envolta no conflito judicial possessório instaurado na Ação de Reintegração/Manutenção de Posse 0000174-53.2017.8.27.2728/TO promovida pela empresa Lagoa Dourada, Participações e Serviços LTDA. O processo se iniciou no ano de 2017 e, em sua petição inicial, a empresa alegava ser proprietária e plena possuidora do imóvel há mais de 10 (dez) anos, quando teria sofrido invasão recente por parte de diversas pessoas. Meses após o ingresso em juízo, a empresa logrou êxito na obtenção de uma decisão liminar, que lhe conferia a posse de 1.469.44,23 hectares, território este que se sobrepunha à Comunidade em questão. Ressalte-se, que o imóvel em questão é formalmente titularizado em favor da empresa, algo que, obviamente, corroborou o seu pleito (TOCANTINS, 2023).

Nesse contexto, no ano de 2023, foi interposta nova ação, por outro particular, autuada como Ação de Reintegração/Manutenção de Posse 0000369-28.2023.8.27.2728**,** objetivando a reintegração da posse de 1.011,6000 hectares em área contígua à mencionada, também sob a alegação de se tratar de uma fazenda privada e que estaria tendo sua posse invadida por terceiros (TOCANTINS, 2023).

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Rita (2024) nos apresenta uma versão diametralmente oposta. A líder relata que o quilombo é, em verdade, uma grande ramificação da mesma família, possuindo os mesmos ancestrais de outras comunidades certificadas no Jalapão, como a Comunidade Mumbuca e Barra da Aroeira. As terras teriam sido entregues a seus ancestrais como uma espécie de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

pagamento, em conjunto com suas alforrias. Defende que as comunidades foram se instalando naturalmente e transitavam livremente pelo território, sem imposição de cercas ou delimitações, em um trato coletivo de produção e que viviam em paz até o ano de 2017, quando os fazendeiros entraram nas terras acompanhados de homens armados e com papéis em mãos, afirmando-se donos do local. Rita relata que, no início, estes tentaram comprar as terras dos moradores e que, quando receberam a negativa, passaram a iniciar atos de violência, tendo destruído lavouras e incendiado casas, por exemplo.

Quanto ao processo, Rita relatou, durante a entrevista, que foram surpreendidos com a decisão liminar em desfavor dos moradores da comunidade Rio Preto e que, apenas após esse choque, buscaram auxílio da Secretaria dos Povos Originários (SEPOT), que acionou a Defensoria Pública, cuja intervenção evitou o cumprimento da ordem liminar de despejo.

Na linha do que é relatado por Rita, ao analisarmos o processo, é possível observar que, imediatamente após o conhecimento da existência de uma comunidade quilombola na área em conflito e, a par dos estudos técnicos apresentados por esse consórcio de entidades que intervieram no processo, dentre as quais não estava a FCP, é de se destacar, que o juízo competente proferiu nova decisão liminar, aplicável a ambos os processos e concedeu, em caráter de urgência, a reintegração de posse para a comunidade, destacando em sua decisão que as terras remanescentes dos quilombos são inalienáveis e que, mediante a verossimilhança das alegações, os direitos de posse daqueles povos mereciam ser preservados em detrimento de terceiros, até que fosse tomada uma decisão final de mérito acerca da respectiva demarcação (TOCANTINS, 2023).

A conclusão de que a certificação prévia dessa comunidade poderia ter evitado todos os danos causados não é mera presunção. A própria Magistrada responsável pela condução do feito, Aline Marinho Bailão Iglesias, em sua decisão nos autos da ação 0000174-53.2017.8.27.2728/TO, ressaltou:

> Importante destacar que somente nas últimas petições a questão quilombola foi inserida nos autos. Em função de tais informações, vários documentos foram solicitados, em especial diante da ausência de documento que possa trazer indícios das delimitações reivindicadas pela comunidade. [...] Diante do exposto, considerando a sensibilidade dos direitos ora litigados, bem como as recentes e reiteradas ocorrências e denúncias de violência na região, como medida de prudência e considerando o caráter dúplice das ações possessórias, revejo as decisões liminares já proferidas nestes autos e CONCEDO PROVISORIAMENTE A REINTEGRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSSE DOS REQUERIDOS DE AMBOS OS PROCESSOS, NOS LOTES EM LITÍGIO, 172 E 173, cujas delimitações constam nas certidões de matrícula. (TOCANTINS, 2023: 3-7)

A área discutida judicialmente pode ser visualizada, por meio do mapa inserido na decisão, produzido a partir de imagens de satélite da zona rural do município de Lagoa do Tocantins, no qual delimita as duas propriedades tituladas em favor dos agricultores, que são limítrofes, bem como os diversos sinais de ocupação da Comunidade Rio Preto, indicando a sobreposição das propriedades sobre a comunidade (TOCANTINS, 2023).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Figura 2: Em amarelo, a área do lote 173, objeto dos autos 00001745320178272728. Em vermelho, a área do lote 172, objeto dos autos 00003692820238272728. As marcações taxadas apresentam indícios de ocupação, possivelmente casas ou pequenas construções conforme Google Maps. Fonte: Reintegração/Manutenção de Posse 0000174-53.2017.8.27.2728/TO, evento 456, 8 set. 2023.

As terras em litígio estão inseridas na região denominada MATOPIBA, sigla formada pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, defendida pelo agronegócio como a última fronteira agrícola do Brasil e responsável pela massiva ampliação do papel da produção de grãos, sobretudo de soja, na economia brasileira (MISSIO, JAYME Jr. e OREIRO, 2013). O destaque desse fator permite a compreensão da alta relevância dos interesses, sobretudo patrimoniais, envolvidos no processo de reconhecimento de uma comunidade tradicional, pois uma vez demarcada, a terra passa a gozar das proteções ambientais, o usufruto exclusivo e a inalienabilidade (BRASIL, 1988, art. 20).

Dada a pressão e repercussão do caso, exatos dezesseis dias após a prolação da decisão, no dia 25 de outubro de 2023, a FCP reconheceu a Comunidade Rio Preto enquanto povo remanescente de quilombos a partir da publicação da Portaria FCP 275, de 23 outubro de 2023, no Diário Oficial da União (BRASIL, 2023). No relato concedido a esta pesquisa, Rita trouxe uma importante perspectiva acerca da atuação da Fundação Cultural Palmares, no caso envolvendo a comunidade. Afirma que logo após a reversão da liminar houve grande repercussão na mídia, além de grande auxílio da SEPOT, que teria mantido contato direto com a FCP e resultou na publicação da certificação no Diário Oficial da União em poucos dias. Contudo, Rita dá especial relevância ao fato de que a comunidade sequer sabia da existência da FCP, qual era seu papel, tampouco dos direitos constitucionais que lhes assistiam:

> *Nenhum espaço quilombola que você chegar vai ter essa ideia. Porque essa ideia, essa régua social não é nossa, não nos pertence. Você só está existindo e vivendo, você é pessoa, você tem o seu modo de vida. Mesmo no sistema de vocês, esse rótulo, quilombola, ele é recente, as leis são recentes, então não tem como uma coisa que para vocês está na construção agora, vocês quererem que lá a gente saiba. Lá não chega nem escola, não chega nem o básico de direito constitucional, nós estamos lutando ainda pela sobrevivência e vocês querem que a gente utilize rótulo que vocês colocaram aqui na lei e sabia da Fundação? Não tem como, a gente está lutando ainda pela sobrevivência, lá não tem saúde, lá não tem direito nem a viver, porque o povo está tocando fogo, entendeu? Tanto a Fundação Palmares como o INCRA são instituições sucateadas, para além do racismo estrutural, porque assumiu alguém que não era da causa*

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

> *[referindo-se à Sérgio Camargo], ele ferrou com todo mundo que estava lá*. (RITA, 2024)

A crítica nos remete à compreensão, de que para além da agilidade ou morosidade do processo de certificação formal das comunidades, o papel da FCP precisa transcender para um contato próximo das comunidades, cuja proteção é sua missão institucional. Nos relatos apresentados por Rita, é possível identificar a imprescindibilidade da atuação da FCP junto às comunidades:

> *Se a maioria das pessoas do meu quilombo são analfabetas, não têm direito nem à escolaridade, como é que quer que a gente entenda o processo de pedir, entendeu? Não tem como. Só quando a gente percebeu que as coisas não estavam como a gente achou que a gente tomou dimensão da real situação, que descobriu que a gente só não tinha se despejado por conta da pandemia, aí que me foi pedido para que eu assumisse a presidência do Quilombo, e aí eu comecei a trabalhar, porque associação também não é uma maneira nossa. A gente é do comum, a gente é desse processo, mas a gente não é do processo da escrita. Esses instrumentos, eles não são nossos, não nos pertencem, então quando a gente chega nesse espaço, que a gente tem que aprender esses instrumentos para poder aprender a utilizá-los*. (RITA, 2024)

Apesar do avanço formal, a representante da comunidade expressou que a conquista no papel não significa tranquilidade para as famílias, pois desde a reintegração da área concedida pela justiça, ameaças e atos de violência direta contra a comunidade se intensificaram. Ações que vão desde o disparo de tiros em direção às pessoas, até a derrubada e incêndios de casas, segundo a entrevistada, por parte dos fazendeiros que integram o conflito, tornando as famílias temerosas. Importa mencionar que a decisão que conferiu proteção possessória para a comunidade é liminar, o que a torna precária por sua própria natureza jurídica, de modo que a questão segue em trâmite, agora perante a Justiça Federal[11], conforme consulta realizada em maio de 2024. Ademais, a certificação foi apenas o primeiro passo formal e agora instrui o processo de demarcação definitivo, outro grande e moroso desafio.

Considerações finais

Bell Hooks (2020), ao relatar experiências vividas ao ingressar na universidade, defende que todas as primeiras gerações de estudantes negros a alcançar esses espaços antes totalmente negados, deveriam expor ao mundo seus relatos autobiográficos, para que se exponha a dimensão do quão desafiadora é a missão de se impor no mundo acadêmico, quando, por muitas vezes, seus professores sequer lhe enxergam como um ser humano. Conceição Evaristo (2009), símbolo de vanguarda na literatura negra brasileira, defende a necessidade de uma narrativa protagonizada pelo negro, em oposição a uma escrita sobre o negro, pois apenas a da subjetividade, advinda da vivência, é possível dar voz a uma existência. Beatriz Nascimento (1974 *apud* RATTS, 2006), em obra na qual questiona a abordagem acadêmica dispensada ao homem negro, sustenta a tese de que o sujeito faz a sua história, considerando suas subjetividades, sendo inaceitável que seja tratado como objeto da história.

As violências vividas pela Comunidade Quilombola Rio Preto refletem, de forma palpável, o quão danoso é a inviabilização das narrativas daqueles que, efe-

[11] A ação tramita na Justiça Federal como Reintegração/Manutenção de Posse sob o número 1013274-44.2023.4.01.4300, disponível para consulta pública por meio do site https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/listView.seam. Acesso em: 26 abr. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

tivamente, colhem os frutos de um sistema que, por séculos, tão somente os objetificou, seja como mercadoria – na escravidão primitiva –, ou pela condescendência do mito da democracia racial que, na prática, milita em favor das forças políticas que dele se favorecem (SANTOS, 2015).

Um levantamento inédito realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), em conjunto com a CONAQ, publicado em maio de 2024[12], desvelou a alarmante informação de que 98% dos territórios quilombolas do Brasil estão sob algum tipo de ameaça, seja por empreendimento cuja exploração fere a biodiversidade, como mineradoras, conglomerados agrícolas e projetos agropecuários, por exemplo, ou mesmo em razão da sobreposição de terras particulares, sendo esses apenas alguns dos atores que exercem algum tipo de transgressão aos territórios mencionados. Os pesquisadores, ainda, dão relevância ao papel estratégico que os quilombos possuem na preservação ambiental do Brasil, representando áreas que estão entre as mais conservadas em termos de vegetação nativa, com 3,4 milhões de hectares protegidos da progressiva degradação que avança sobre o território nacional (OVIEDO e LIMA, 2024).

A FCP, instituída com a missão de preservar a identidade cultural do povo negro, representa um dos poucos elos institucionais capazes de alcançar comunidades tradicionais que tem, diariamente, seus direitos humanos básicos suprimidos e travam uma luta absolutamente desproporcional em face de forças que enxergam em sua aniquilação, um projeto de poder.

Para além da análise pontual de um caso particular, o anseio da presente pesquisa foi fazer coro às vozes daqueles que são diariamente silenciados, contribuindo com a construção de uma ciência feita a partir de suas vivências. O distanciamento institucional da FCP em relação às comunidades quilombolas e os reflexos de sua omissão, no caso em concreto, representa apenas mais uma face dos reflexos desse silenciamento, que diariamente, reedita, com novas vestes, as violências iniciadas no período colonial.

Recebido em 30 de maio de 2024.
Aprovado em 10 de outubro de 2024.

[12] "Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados". Matéria disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados. Acesso em: 1 mar. 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Referências

ALCANTARA, Denilson Moreira de. *Entre a Forma Espacial e a Racionalidade Jurídica: Comunidade de Fundo de Pasto da Fazenda Caldeirãozinho - Uauá/BA*. Tese (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDRADE, Lucia; TRECCANI, Girolamo. *Terras de quilombo*. *Direito agrário brasileiro*. São Paulo: LTR, 2000, p. 595-656.

AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de; CAVALCANTI, Maria do Carmo Pereira Gomes. Mourão e Camargo: uma análise discursiva do racismo no governo Bolsonaro. *Raído*, 37 (15): 163–179, 2021.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. "A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação". In: SILVA, Tatiana Dias Silva; GOES, Fernanda Lira (org.). *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 2013. pp. 137-152.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições técnicas, 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares. Portaria FCP 275, de 23 de outubro de 2023. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, ano 161, n.203, p. 12, 25 out. 2023.

BRASIL. Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, n.227, 21 nov. 2003. ISSN 1677-7042.

BENVINDO, Rosângela Araújo Fernandes. *Análise comparativa dos instrumentos de regulamentação das políticas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo: o caso do parque estadual do Jalapão – TO*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, 13 (25): 17-31, 2009.

FRICKER, Miranda. *Injustiça epistêmica: o poder e a ética do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 2023.

HOOKS, Bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

MISSIO, Fabrício; JAYME Jr.; Frederico G.; OREIRO, José Luis. Resgatando a tradição estruturalista na economia. In: *Anais do Encontro da ANPEC*, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OVIEDO, Antonio Francisco Perrone; LIMA, William Pereira. *As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Documento (03D00267): 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

OLIVEIRA, Nilton Marques de; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRASSBURG, Udo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. *Revista Ideas*, 8 (2): 195-222, 2016.

PIZZIO, Alex; LOPES, José Rogério. Controversias sobre la certificación de indicación geográfica del oro vegetal de Jalapão: el caso de la comunidad Mumbuca, Mateiros (TO). *Cultura y Representaciones Sociales*, 13 (25): 140-169, 2018.

PIZZIO, Alex; IGLESIAS, Aline Marinho Bailão. A proteção jurídica de artesanias certificadas com registro de Indicação Geográfica e o caso da certificação do artesanato do capim dourado das comunidades tradicionais do Jalapão (TO). *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional,* 25: 1458-1476, 2020.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: *Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REZENDE, Silvano Lima. *Relatório sobre violência agrária no Tocantins*. Araguaína: Comissão Pastoral da Terra, 2014.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. *Da Diáspora Negra ao Território de Terra e Águas: Ancestralidade e Protagonismo de Mulheres na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas-BA*. Tese (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais), Universidade de Brasília, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

TERRA DE DIREITOS. No atual ritmo, Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra. *Terra de Direitos* (site), 12 de maio de 2023.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça (Juízo da 1ª Escrivania Cível de Novo Acordo). *Reintegração/Manutenção de Posse 0000174-53.2017.8.27.2728/TO*. Juíza de Direito Aline Marinho Bailão Iglesias, Novo Acordo, 8 set. 2023.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça (Juízo da 1ª Escrivania Cível de Novo Acordo). *Reintegração/Manutenção de Posse 0000369-28.2023.8.27.2728*. Juíza de Direito Aline Marinho Bailão Iglesias, Novo Acordo, 2023.

TOCANTINS. Lei 1.172 de 31 de julho de 2000. Cria a unidade de conservação denominada de APA – Jalapão. *Diário Oficial do Estado do Tocantins*, n. 958, 2000.

TOCANTINS. Lei 1.203 de 12 de janeiro de 2001. Cria o Parque Estadual do Jalapão. *Diário Oficial do Estando do Tocantins*, n. 1.004.

VALIENSE, Karina Vitória Cassimiro. O que é a Fundação Cultural Palmares? *Politize*!, Florianópolis, 08 mai.2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.17787

Do um e do múltiplo:
diálogo entre as teorias de Simmel e Clastres sobre a natureza da liberdade individual nas sociedades burguesas e indígenas

Tédney Moreira da Silva[1]
Roberta Amanajás Monteiro[2]
Universidade de Brasília

Resumo: O artigo tem o objetivo de promover o debate sobre o papel da liberdade individual na constituição das sociedades modernas e tradicionais, segundo termos eurocêntricos das ciências sociais clássicas que se referem, respectivamente, às sociedades burguesas e às indígenas. Abordam-se os conceitos de liberdade presentes nas obras do sociólogo Georg Simmel e do filósofo-antropólogo Pierre Clastres, que refletem sobre qual o modelo de sociedade que permite maior liberdade para seus membros. Conclui-se que, embora o ideal de liberdade individual seja o lema das sociedades burguesas, nela os indivíduos estão mais subordinados aos comandos sociais e às hierarquias políticas do que desejariam estar. No sentido contrário, manifestam-se as sociedades indígenas como opostas à produção de desigualdades. O diálogo entre Simmel e Clastres explicita o antagonismo que ambos exercem ao saber positivista, o que, de certo modo, caracteriza-os como pensadores outsiders nas ciências sociais.

Palavras-chave: Georg Simmel; Pierre Clastres; liberdade individual; sociedades indígenas.

[1] Doutor e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Docente universitário do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e da Universidade Paulista. Pesquisador do Moitará - Grupo de Pesquisas de Direitos Étnicos da Universidade de Brasília.
[2] Doutora em Direito pela Universidade de Brasília e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Pará. Docente universitária do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Pesquisadora do Moitará - Grupo de Pesquisas de Direitos Étnicos da Universidade de Brasília.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

ACENO

MOREIRA DA SILVA, Tédney; MONTEIRO, Roberta Amanajás. **Do um e do múltiplo: diálogo entre as teorias de Simmel e Clastres sobre a natureza da liberdade individual nas sociedades burguesas e indígenas.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 599-618, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Of the one and the many:
a dialogue between Simmel and Clastres' theories on nature of individual freedom in bourgeois and indigenous societies

Abstract: The article aims to promote the debate on the role of individual freedom in the constitution of modern and traditional societies, according to Eurocentric terms of the classical social sciences that refer to bourgeois and indigenous societies respectively. The concepts of freedom present in the works of the sociologist Georg Simmel and the philosopher-anthropologist Pierre Clastres, which reflect on what model of society allows greater freedom for its members. It is concluded that, although the ideal of individual freedom is the motto of bourgeois societies, in it individuals are more subordinated to social commands and political hierarchies than they would wish to be. In the opposite direction, indigenous societies are manifested as opposed to the production of inequalities. The dialogue between Simmel and Clastres explains the antagonism that both exercise positivist knowledge, which, in a way, characterizes them as outsider thinkers in the social sciences.

Keywords: Georg Simmel; Pierre Clastres; individual freedom; indigenous societies.

Desde lo uno y lo múltiple:
un diálogo entre las teorías de Simmel y Clastres sobre la naturaleza de la libertad individual en las sociedades burguesas e indígenas

Resumen: El artículo tiene el objetivo de promover el debate sobre el papel de la libertad individual en la constitución de las sociedades modernas y tradicionales, según términos eurocéntricos de las ciencias sociales clásicas que se refieren, respectivamente, a las sociedades burguesas y a las indígenas. Se abordan los conceptos de libertad presentes en las obras del sociólogo Georg Simmel y del filósofo-antropólogo Pierre Clastres, que reflejan sobre cuál es el modelo de sociedad que permite mayor libertad para sus miembros. Se concluye que, aunque el ideal de libertad individual es el lema de las sociedades burguesas, en ella los individuos están más subordinados a los mandos sociales y a las jerarquías políticas de lo que desearían estar. En el sentido contrario, se manifiestan las sociedades indígenas como opuestas a la producción de desigualdades. El diálogo entre Simmel y Clastres explicita el antagonismo que ambos ejercen al saber positivista, lo que, de cierto modo, los caracteriza como pensadores outsiders en las ciencias sociales.

Palabras clave: Georg Simmel; Pierre Clastres; libertad individual; sociedades indígenas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

Estabelecendo o diálogo entre Simmel e Clastres

Entre os paradigmas clássicos das ciências sociais, destaca-se a teoria sociológica de Georg Simmel (1858-1918), sociólogo alemão que, inspirado pelo idealismo transcendental kantiano, desenvolveu uma sociologia formal que se antagonizava pelo modo e pelos objetos de reflexão àquela sociologia desempenhada por Émile Durkheim (1858-1917), ainda que se encontre em ambos uma preocupação quanto ao estabelecimento de um diálogo entre a linha filosófica fenomenológica de Edmund Husserl (1859-1938) e as ciências sociais.

Essa sociologia formal ou sociologia das formas simmeliana remete à influência de Kant na análise social, pois, ao passo que, para o filósofo alemão, o conhecimento de todos os fenômenos naturais pressupõe formas ou categorias apriorísticas do espírito, como as noções de tempo e de espaço, também o exame dos fenômenos sociais demanda do sociólogo uma organização do real a partir de categorias ou modelos que auxiliem no ato de interpretação em si. Como explicam Raymond Boudon e François Bourricaud (2004: 501), porém,

> é preciso reconhecer que Simmel nem sempre procurou facilitar a tarefa de seu leitor, na medida em que designa indistintamente pelo conceito de forma ao mesmo tempo as construções mentais que permitem ao sociólogo e ao historiador analisarem a realidade social e também as construções que são produto da interação social. Assim o direito, a ciência e a moral são, em seu vocabulário, "formas".

Já a complexidade de seu pensamento sociológico apresenta-se em sua aderência à filosofia fenomenológica husserliana, pois ao estudo racionalista e empirista dos fenômenos da consciência corresponderia o projeto simmeliano que busca compreender as interações de subjetividades no mundo social, com fins de investigar a intencionalidade dos sujeitos e suas formas de resistência à uniformização de comportamentos sociais e que, deste modo, visa a entender a interação entre dados microscópicos e macroscópicos, entre indivíduo e sociedade.

Logo, trata-se de um sociólogo que se opõe às visões marxista e durkheimiana de constituição de uma subjetividade humana que é inseparável da história e do social, da qual, aliás, somos inconscientes: ao pensar, sentir e agir externalizo a sociedade, como engrenagem de um maquinário que se sustenta a si mesmo e do qual, portanto, sou dependente de sentidos. Simmel busca romper a radicalidade desse preceito ao diferenciar indivíduo e sociedade e pautar o lugar daquele nas interações sociais travadas de modo a destacar o papel da liberdade individual nas sociedades modernas. Como explicam Donald N. Levine, Ellwood B. Carter e Eleanor Miller Gorman, na visão simmeliana, a sociedade deve ser vista "como a modalidade de interação entre os indivíduos - o processo geral e os processos particulares de *Vergesellschaftung* (termo que tem sido traduzido, de forma variada, como societalização, sociação e associação)" (LEVINE, CARTER e GORMAN, 1976: 823).

O termo sociação "[d]esigna o processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais" (BOUDON e BOURRICAUD, 2004: 516) e levanta questões acerca

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

do condicionamento das condutas individuais a partir da indução de graus de interiorização das aprendizagens simbólicas, linguísticas, culturais, normativas etc., a que são submetidos os indivíduos, a partir do reconhecimento e exame de categorias apriorísticas nas interações sociais, como veremos adiante. Valendo-se do estilo kantiano em suas reflexões sociológicas, Simmel colocou-se questões de particular interesse para a sociologia da modernidade, muito embora, de certo modo, tivessem estas inquietações o mantido à margem da centralidade dos debates acadêmicos de sua época. Pergunta-se: como, no fluxo e na interação constante das consciências, é possível preservar a liberdade do espírito humano? Como pode o indivíduo antepor-se à sociação, de modo a ser capaz de dela diferenciar-se?

Posta a liberdade individual como tema principal da teoria sociológica simmeliana, o que se propõe neste artigo é seu debate e comparação com a teoria filosófico-antropológica de Pierre Clastres (1934-1977), quem, promovendo uma "revolução copernicana" na antropologia política (CLASTRES, 2003: 41), busca compreender como é possível a constituição de um tipo de sociedade que prestigia a estabilidade das relações humanas, de modo mais homogêneo e equânime que aquele arquitetado pelas sociedades burguesas das metrópoles. Examinando as sociedades indígenas sul-americanas, Clastres apresenta-nos um espelho invertido da configuração das sociedades ditas modernas, em contraposição às sociedades ditas tradicionais (segundo termos de uma etnologia pautada pelo ideário evolucionista) e suas conclusões, embora não possam ser extensíveis a todas as configurações políticas das sociedades indígenas, retomam, desta vez no âmbito da antropologia, a cisão que se faz entre indivíduo e sociedade, entre a liberdade da ação e a determinação da conduta.

O diálogo entre Simmel e Clastres pode ser considerado frutífero por três ordens de razão: em primeiro plano, por estabelecer o intercâmbio de paradigmas em ciências sociais que, a seu modo, situam-nos no campo dos cientistas sociais *outsiders* de sua época; em segundo, porque o diálogo entre ambos elabora, a partir da análise de sociedades distintas, reflexões similares quanto à liberdade individual (problematizando o significado e o alcance de ser livre nas sociedades industriais) e, em terceiro, porque nos permite, assim, a reflexão sobre qual modelo social garante maior liberdade aos seus indivíduos, segundo o paralelismo entre duas realidades sociais que se complementam.

Vale-se a pesquisa do método bibliográfico qualitativo, pela leitura das obras originais e traduzidas dos autores, bem como pelo levantamento de obras de suporte conceitual.

O *eu* e o *eu inseparável de mim*: o individualismo e a possibilidade da liberdade

Entre os anos de 1916 e 1926, Luigi Pirandello (1867-1936) escreveu seu romance, *Um, nenhum e cem mil*, por meio do qual resgatou temas muito caros à sua obra dramática e teatral: narra as peripécias do protagonista Vitangelo Moscarda, jovem rico e ocioso que se descobriu, por um simples olhar-se no espelho, diverso do que era ou se contentava em ser. Ao examinar, trivialmente, que uma das abas de seu nariz era mais aberta e fina que a outra (dado confirmado, sarcasticamente, pela esposa, quem, ainda, lhe aponta outros defeitos do rosto do marido, para ele, até então, despercebidos), Moscarda dá-se conta da fragilidade do próprio Eu; afinal, percebe que a imagem que fazia de si era distinta daquela construída pelos outros e que, por sua vez, gerava inúmeras expectativas quanto

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

ao papel a ser desempenhado por cada imagem criada por cada pessoa. Ele jamais pode opor-se àquelas imagens múltiplas de si, coexistindo, portanto, tantos Moscardas (cem mil deles) quanto nenhum deles.

Inicia-se, então, sua tragicômica missão: a de descobrir o Eu autêntico, intocado, irredutível e liberto das aparências, das determinações e das expectativas sobre si provindas da sociedade. Ele desejava obter o que ele próprio designava como o "ponto vital", o acesso àquele Eu que se constituiria em uma unidade moral, pulsante e original que lhe garantiria, enfim, a liberdade do ser e de sua existência. Sentencia-se, deste modo, o anti-herói de Pirandello: "Assim eu queria estar só. Sem mim. Quero dizer, sem aquele 'mim' que eu já conhecia ou pensava conhecer. Sozinho com um certo estranho que já sentia obscuramente não poder afastar para longe, que era eu mesmo: *o estranho inseparável de mim*" (PIRANDELLO, 2001: 30).

A empreitada do descobrir-se múltiplo ou, ao menos, dual já fora objeto das reflexões durkheimianas: de acordo com o sociólogo francês, o mundo dos homens é o mundo da autorrepresentação da sociedade e nossa dupla natureza, simultaneamente biológica e social, ampara-se no processo de constituição da consciência coletiva, de modo que a individualidade é elaborada por elementos introjetados pelo social em nossa subjetividade.

> E já que a parte do nosso ser social no ser completo que somos se torna cada vez maior com o avanço da história, é totalmente improvável que se abra uma era na qual o homem tenha menos necessidade de resistir a si mesmo e possa viver uma vida menos tensa e mais à vontade. Tudo indica, ao contrário, que o lugar do esforço continuará sempre aumentando com a civilização.[3] (DURKHEIM, 1973: 44-45, tradução livre)

A leitura sociológica de Simmel, por seu turno, é contrária à sustentada por Durkheim. Ao estudar a influência da circulação monetária nas relações interindividuais, ao abordar os modos de construção psíquica dos indivíduos no contexto dos grandes centros urbanos do início do século XX, ao investigar sobre como sociedade e a história são possíveis - em todos esses momentos, o foco teórico de Simmel é o da liberdade individual. Como um sociólogo antideterminista e antipositivista, ele se reporta ao ego que não se reduz a condicionamentos biológicos, nem sociais, exclusivamente, garantindo espaço ao campo de pura liberdade.

Eis o resultado da influência de Immanuel Kant (1724-1804), quem, embora inclinado à concepção newtoniana de que tudo na natureza é fruto de forças mecanicistas, afirma que a liberdade humana equivale a algo distinto do que a ausência de coerção ou a mero fenômeno psicológico, definindo-a como uma liberdade transcendental, isto é, uma capacidade de autodeterminação que, uma vez garantida, possibilita a imputação prática (SEDGWICK, 2017: 46).

Essa dimensão kantiana sobre a liberdade dos indivíduos aparece em diversos textos de Simmel, que visa a elucidar como, nas formações sociais modernas, é possível preservar o ego de forma a garantir-lhe autonomia. Por exemplo, no texto "*How is history possible*?" ["Como a história é possível?"], de 1905, Simmel (1971) informa que tudo o que conhecemos dá-se a conhecer à mente, aí se incluindo a história. Isso não significa que não haja exterioridade dos fenômenos, mas que, para nós, o importante é aquilo que se dá a conhecer à consciência, reconhecendo-se a esfera individual salvaguardada da determinação externa.

[3] Texto original: "And since the part of our social being in the complete being that we are becomes ever greater with the advance of history, it is wholly improbable that an era should ever open up in which man has less need to resist himself and can live a life less tense and more at ease. Everything indicates, on the contrary, that the place of effort will always go on increasing with civilization" (DURKHEIM, 1973: 44-5).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

Para o sociólogo, "[o] aprisionamento de nossa existência empírica por natureza tem, desde Kant, sido combatido pela autonomia da mente: o quadro da natureza em nossa consciência, a conceituação de suas forças e do que ela pode ser para a alma, é a realização da própria alma"[4] (SIMMEL, 1971: 4, tradução livre). Significa dizer que, para Simmel, a consciência é um fenômeno natural e de ordem psíquica do ego, mas que não se reduz ao indivíduo, ainda mais quando se considera que a sociedade tem, também, a sua própria psique.

É o que se depreende das considerações que o sociólogo apresenta no texto "How is society possible?" ou "Como a sociedade é possível?", publicado em 1908, quanto à natureza da sociedade, que é conceituada como "uma estrutura que consiste em seres que estão dentro e fora dela ao mesmo tempo"[5] (SIMMEL, 1971: 14-5, tradução livre), fato que, para ele, é a base para o fenômeno sociológico da relação indivíduo-sociedade. Nesse sentido, Simmel reconhece ser possível separar a sociedade do indivíduo: tanto a história, quanto o social e o psíquico dão-se em um interfluxo constante de consciências e a caracterização do homem como força mental é o que garante a sua possibilidade de oposição à pressão social, tornando-o, simultaneamente, a força motriz, coletiva e produtiva dos atos históricos.

A vinculação de Simmel às ideias kantianas faz com que o sociólogo estabeleça três condições apriorísticas que tornam possível essa interação.

Em primeiro lugar, argumenta que nenhuma individualidade é capaz de compreender outra em sua totalidade, fazendo com que todas as relações entre os indivíduos se deem conforme graus variados de incompletude. Essa condição apriorística informa a sociedade como um vasto campo que tudo contém, mas que não completa o todo, havendo lacunas não locupletadas pelo processo de sociação (SIMMEL, 1971: 19).

Em razão da incompletude dessa "teia de fenômenos qualitativamente diferenciados" que é a sociedade, Simmel afirma que esta é extra-social e não-social, já que ela existe para além dos indivíduos que, por sua vez, já não são completamente sociais (de acordo com a condição *a priori* anterior).

Tal condição apriorística leva-nos, por fim, ao terceiro *a priori* do exame das interações sociais: já que as inúmeras interações se realizam de forma assimétrica e desigual dentro da sociedade, considerando que os indivíduos (os *egos*) não estão em posições idênticas, instaura-se um verdadeiro reino de possibilidades de configurações e de interações sociais múltiplas, o que garante a contínua transformação da própria sociedade.

Em outras palavras, nossos encontros e desencontros, laços e rupturas, justificam-se por essas três condições apriorísticas reconhecidas por Simmel: dado o fato de que não somos completamente sociais, de que nossos egos não podem acessar-se totalmente em sua essência e que não estão em posições isonômicas ou simétricas, tendemos a gerar infinitas interações no corpo social, circunstância que não apenas nos permite a transformação de nós mesmos como, também, da sociedade que nos contém. Além disso, tais *a prioris* colocam-nos diante da dimensão da liberdade, o que, por sua vez, nos concede autonomia histórica.

Esta perspectiva fundamenta a visão simmeliana de que as sociedades modernas são sociedades orientadas para a mudança. Sem o exame dos *a prioris* de

[4] Texto original: "The imprisonment of our empirical existence by nature has, since Kant, been counteracted by the autonomy of mind: the picture of nature in our consciousness, the conceptualization of her forces and of what she can be for the soul, is the achievement of the soul itself" (SIMMEL, 1971: 4).

[5] Texto original: "A society is, therefore, a structure which consists of beings who stand inside and outside of it at the same time" (SIMMEL, 1971: 14-5).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

Simmel, a sociedade seria sempre idêntica a si mesma e a impermanência da psique, continuamente atualizada nas interações, coloca-nos em confronto com nossa própria liberdade. Neste sentido, a sociedade moderna condena-nos a sermos livres, algo próximo do que ensinaria a filosofia de Jean-Paul Sartre quanto ao existencialismo humanista, doutrina também alicerçada na fenomenologia.

Em resumo, na visão de Georg Simmel, o indivíduo é, pois, resultado do intercâmbio perene de consciências que fundem este Eu e o *eu estranho inseparável de mim* pirandelliano na constituição da subjetividade, que se mantêm em fluxo contínuo de comunicação entre seres sociais, biológicos e psíquicos.

Esta descrição ressalta o papel central do individualismo como o fundamento da moral coletiva nas sociedades burguesas, fruto da construção histórica da modernidade. Se o indivíduo, no Ocidente medieval, pertencia, antes, à família ampla, patriarcal ou feudal, diluindo-se em suas obrigações e responsabilidades coletivas (LE GOFF, 2016: 274), na modernidade ele assumiu, inicialmente, o epítome de uma dimensão de liberdade negativa, isto é, de um sujeito livre do jugo de forças exteriores e agente exclusivo de suas condutas. É o que afirma Simmel (1971: 217) em texto postumamente publicado, em 1921, e intitulado "*Freedom and the individual*" ou "Liberdade e o indivíduo":

> O consenso europeu geral é que a era do Renascimento italiano criou o que chamamos individualidade. Por isso, entende-se um estado de libertação interna e externa do indivíduo das formas comunais da Idade Média, formas que restringiram o padrão de sua vida, suas atividades, e seus impulsos fundamentais através de grupos homogeneizantes. Estes tinham, por assim dizer, permitido que as fronteiras do indivíduo se tornassem turvas, suprimindo o desenvolvimento da liberdade pessoal, da singularidade intrínseca e do sentido de responsabilidade para consigo próprio[6]. (tradução livre)

A modernidade talhou a noção de um sujeito universal, dotado de razão (segundo princípios de um racionalismo cartesiano) e, assim, da capacidade de escolhas individuais, morais e políticas, fazendo com que os homens passassem a se considerar como iguais, partes de uma mesma humanidade orientada pelos mesmos valores e finalidades culturais, sociais e econômicas, apesar do contínuo intercâmbio cultural entre os grupos diversos. O cume de seu desenvolvimento ideológico dá-se no curso do século XVIII com a teoria iluminista e, a partir do avanço e implementação das pautas burguesas de cunho liberal, sedimenta-se a imagem de indivíduos que são livres porque, essencialmente, são dotados de liberdade, qualificando-os como sujeitos de intrínseca dignidade, conforme o pensamento filosófico de Immanuel Kant e sua formulação teórica da liberdade transcendental. Para Simmel (1971: 218), porém, o princípio da liberdade encobre as queixas e autoafirmações contra a sociedade e o modo de análise das formações sociais modernas (compreendidas em nível macroscópico) pressupõe a compreensão das ações e reações dos indivíduos (vistas sob ângulo microscópico).

Nesse sentido, por exemplo, Simmel dedica-se a estudar os impactos das metrópoles, gestadas no início do século XX, sobre o processo de constituição das subjetividades e da saúde mental dos cidadãos urbanos, entendendo-as não como meros receptáculos de formas de sociabilidade, mas como produtoras destas. De acordo com Amana Rocha Mattos (2011: 9), referindo-se a Simmel, a preocupação dos indivíduos com sua autonomia (liberdade) dá-se como mecanismo de

[6] Texto original: "The general European consensus is that the era of the Italian Renaissance created what we call individuality. By this is meant a state of inner and external liberation of the individual from the communal forms of the Middle Ages, forms which had constricted the pattern of his life, his activities, and his fundamental impulses through homogenizing groups. These had, as it were, allowed the boundaries of the individual to become blurred, suppressing the development of personal freedom, of intrinsic uniqueness, and of the sense of responsibility for one's self" (SIMMEL, 1971: 217).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

proteção contra as características impostas pelas sociabilidade urbana, tais como a exposição contínua a estímulos de múltiplas ordens, o desenraizamento dos indivíduos etc.

De fato, a experiência citadina das metrópoles traz a impressão de garantir mais liberdade aos seus moradores do que aquela vivenciada por cidadãos de pequenas vilas ou de cidades campestres, mas a força contínua das novidades e transformações que ocasiona acaba por produzir indivíduos mais solitários e que tendem a interagir menos entre si, ainda que a convivência seja cotidiana ou muito próxima. Ainda assim, observa-se, o tempo todo, "a resistência do sujeito a ser nivelado e consumido em um mecanismo técnico-social" (SIMMEL, 2005: 577), mesmo que, ao fim, seja impactado pela "intensificação da vida nervosa" (*idem*) que tais espaços oferecem.

A resistência que os indivíduos tentam contrapor à veemência das metrópoles é de índole intelectual, na medida em que, para Simmel (2005: 578), "ele reage [à coação desses espaços] não com o ânimo, mas, sobretudo, com o entendimento, para o que a intensificação da consciência, criada pela mesma causa, propicia a prerrogativa anímica". Deste modo, o indivíduo manifesta uma atitude *blasé* frente às inúmeras provocações feitas pelas metrópoles, conceituando-a como uma "incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada" (SIMMEL, 2005: 581).

Logo, o preço a ser pago pela preservação excessiva à intimidade e à individualidade que as grandes metrópoles propiciam é o que Simmel denomina como sendo o reverso da própria liberdade, pois o indivíduo é "rebaixado a uma *quantité négligeable*, a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que gradualmente lhe subtraiu todos os progressos, espiritualidades e valores e os transladou da forma da vida subjetiva à forma da vida puramente objetiva" (SIMMEL, 2005: 588). Significa dizer que a solidão e a sensação de despertencimento são experiências inevitáveis que estão atreladas à concretização da liberdade individual como atualização da liberdade negativa. Para Amana Rocha de Mattos (2011: 16):

> Ao enfatizar que a experiência da liberdade individual não é acompanhada por um "sentir-se bem", Simmel aponta para os efeitos indesejáveis da liberdade – que demanda um desenraizamento, um destacamento do sujeito das tradições, dos costumes geracionais e das relações mais coletivas, de codependência e solidariedade. Mais do que uma aventura individual, a experiência de liberdade nas grandes cidades implica uma negação de tudo o que não afirme o indivíduo (independente e autônomo) como aquele que pode gozar da vida urbana. Esse desenraizamento é realizado por cada um cotidianamente, e reafirmado nas práticas que colocam o homem como senhor de seu destino, mas não produz bem-estar.

As intensas mudanças no modo de vida e de sociação causadas pelo surgimento dos grandes centros urbanos vinculam-se ao desenvolvimento do capitalismo industrial e têm, para Simmel, particular relevância no exame da saúde mental dos indivíduos, cada vez mais submetidos ao crivo de uma cultura objetiva que, paradoxalmente, em nome da liberdade individual, cerceia-a com a produção de fenômenos tais como a solidão, o anonimato ou a atitude *blasé* frente à urbanização.

O processo, porém, é inevitável: para o sociólogo "[n]a medida em que tais potências penetraram na raiz e na coroa de toda a vida histórica, a que pertencemos na existência fugidia de uma célula, nossa tarefa não é acusar ou perdoar, mas somente compreender" (SIMMEL, 2005: 589).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

A expansão dos grandes centros urbanos é fato inequívoco das sociedades modernas contemporâneas e atestam-se as considerações simmelianas ao verificarmos a agudização do individualismo na atualidade. De acordo com Axel Honneth (2015: 46), por exemplo, é possível afirmar-se atuante a dimensão da liberdade negativa nas formações sociais contemporâneas, com a expansão do individualismo como ideário cultural das massas:

> A ideia de que a liberdade do indivíduo consiste na busca de seus próprios interesses sem que haja impedimentos "de fora" repousa numa arraigada intuição do individualismo moderno. Segundo essa ideia, o próprio sujeito detém um direito à especificidade, à qual ele se apega por seus desejos e intenções que não estão submetidos a nenhum controle de princípios de graus mais elevados. Por essa razão, em Hobbes, o livre estabelecimento de objetivos, que podem valer como fins legítimos de ações livres, inspirou, no sentido contrário ao de suas próprias convicções, o surgimento de um pensamento da liberdade cuja principal preocupação é a defesa das idiossincrasias. No entanto, esse traço da liberdade negativa aparece com mais nitidez à medida que a especificação individual é despida de seu caráter elitista e se converte numa conquista cultural das massas. Hoje, no século XXI, no apogeu da individualização, evidencia-se que a doutrina hobbesiana expressa também a tendência a conceder aos sujeitos possibilidade de personalismo e excentricidade. Tanto o existencialismo de Sartre quanto o libertarismo de Nozick são variantes dessa corrente de significado da liberdade negativa.

No campo das ciências sociais, o individualismo apresenta-se como um marcador de diferenças entre as sociedades modernas e as tradicionais, atribuindo-se maior liberdade individual àquelas, nas quais a autonomia dos indivíduos torná-los-iam unidades de referência fundamental para si mesmos e para as sociedades industriais (BOUDON e BOURRICAUD, 2004: 285).

Postas essas considerações simmelianas, pergunta-se: se a dimensão de liberdade individual nas sociedades burguesas é forjada segundo valores próprios da modernidade europeia, seria, então, possível afirmar sua universalidade, considerando que nem todas as sociedades humanas trilharam o mesmo caminho? É possível afirmar-se, de fato, a liberdade como valor intrínseco à condição da natureza humana, dadas as diferenças culturais e sociopolíticas de organização de cada sociedade? Mais precisamente: qual o tipo de liberdade defendem os ideias do liberalismo e do Esclarecimento?

A distinção que se promove quanto à experiência individual da liberdade vivenciada em sociedades modernas e tradicionais é objeto de reflexões do campo da antropologia política, segundo definição de seu escopo presente na obra de Pierre Clastres, quem estuda as sociedades indígenas e nelas observa uma inversão ideológica relativa à liberdade, se comparada àquela sustentada nas metrópoles estatais e capitalistas.

As sociedades indígenas como repressoras do Mau Desejo e o lugar do individualismo

Segundo o evolucionismo social, influente na formação inicial das ciências sociais, as sociedades humanas escalonam-se conforme graus de "atraso" e "progresso": "primitivas" são as sociedades indígenas que, obstinadamente, resistem ao processo civilizatório que, por sua vez, marca as sociedades burguesas, consideradas "avançadas" e organizadas pela figura burocrática do Estado e pela assunção do capitalismo. Com fins colonizadores, o discurso pseudocientífico do evolucionismo social determinou não apenas a hierarquia entre a europeidade e todas as demais formas de manifestações político-culturais não abrangidas pela denominada "espiritualidade europeia" (HUSSERL, 2006: 39), como também

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

impôs a estas, por longo tempo, o papel de meros objetos cognoscíveis das ciências sociais.

Aos povos indígenas foram atribuídas qualidades negativas, destacando-se nas formações socioculturais a carência de elementos que permitiriam o reconhecimento da civilidade: como povos "sem fé, sem lei, sem Rei" (CUNHA, 2009: 186), os povos originários corresponderiam ao conjunto de indivíduos incompletos, impulsivos e sem a suficiente liberdade do pensar e do agir. Se, de acordo com tal narrativa etnocêntrica, os indígenas são incapazes de atos decisórios, para grande parte das narrativas indígenas, contudo, a escolha por modos de vida distintos dos eleitos pela europeidade foi tomada conscientemente. Isso garante-lhes sua autonomia histórica e política (CUNHA, 2006: 18-9), tornando os povos originários agentes de sua própria experiência interétnica. Nesse sentido:

> A gênese do homem branco nas mitologias indígenas difere em geral da gênese de outros "estrangeiros" ou inimigos porque introduz, além da simples alteridade, o tema da desigualdade no poder e na tecnologia. O homem branco é muitas vezes, no mito, um mutante indígena, alguém que surgiu do grupo. Frequentemente também, a desigualdade tecnológica, o monopólio de machados, espingardas e objetos manufaturados em geral, que foi dado aos brancos, deriva, no mito, de uma escolha que foi dada aos índios. Eles poderiam ter escolhido ou se apropriado desses recursos, mas fizeram uma escolha equivocada. (...) O tema recorrente que saliento é que a opção, no mito, foi oferecida aos índios, que não são vítimas de uma fatalidade mas agentes de seu destino. Talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história. (CUNHA, 2006: 18-9)

Na busca por examinar e destacar a autonomia política dos povos originários como "sociedades contra o Estado", Pierre Clastres (2003) desenvolveu etnologias que serviram à tarefa de constituição de uma antropologia política geral, capaz de, ao mesmo tempo, definir o poder político (e, deste modo, o que é a sociedade), bem como explicar como e por que há a transição de um poder político não-coercitivo (próprio das sociedades arcaicas) para um poder político coercitivo (presente nas sociedades burguesas) e, neste último tópico, tratava-se, assim, de responder o que é, afinal, a história (CLASTRES, 2003: 39), cujas especulações foram feitas, também, por Simmel.

Pierre Clastres, de formação filosófica, desenvolveu sua pesquisa influenciado pelo estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss e pela antropologia aplicada de Alfred Métraux aos povos indígenas sul-americanos. Seu trabalho junto aos povos indígenas Guayaki (Aché) e aos Guarani, no Paraguai, bem como junto aos Yanomami na região amazônica consolidou-o como importante referência nos estudos da antropologia política, cujos resultados foram tragicamente interrompidos por sua morte prematura em um acidente automobilístico em 1977.

De acordo com suas considerações teóricas de cunho crítico, a associação feita entre o poder político e as estruturas hierárquicas das sociedades modernas ignora as possibilidades de organizações sociais horizontais em que este poder é difundido e indissociado do corpo social. Logo, a caracterização das sociedades tradicionais como "primitivas" (que tem como consequência a afirmação de sua capacidade de "evolução" para um estágio considerado mais "avançado") ignora a existência de mecanismos socioculturais que impedem, propositalmente, a concentração e a acumulação do poder em um líder ou em uma figura representativa de comando, razão pela qual não haveria uma progressão às sociedades de Estado (como pressupõem as teorias políticas clássicas e os discursos evolucionistas),

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

mas, antes, uma contraposição a estas, por uma escolha autodeterminada dos povos indígenas ao surgimento de unidades de poder distintas e dissociadas da coletividade.

Para Clastres, a identificação entre poder político e coerção (argumento central na filosofia política tradicional) seria contestada pela etnologia dos povos originários sul-americanos, na medida em que se observariam estruturas sociais horizontais e, portanto, não verticalizadas como tendem a ser as sociedades de Estado europeias.

Esta compreensão aparece em vários escritos clastreanos que, produzindo etnologias sobre povos indígenas paraguaios, destacam sempre os mecanismos que mantêm o poder sob controle. Nesse sentido, por exemplo, ao abordar mitos do Povo Chulupi (que vive ao sul do Chaco paraguaio), Clastres destaca dois que se apresentam como anedotas que ridicularizam personagens associadas a figuras poderosas: o xamã e o jaguar.

No primeiro mito, um velho xamã é descrito como alguém que, estupidamente, age por impulso e de maneira irrefletida, considerando todos os comandos que lhe são dados por sua literalidade. Em uma ocasião, sua mulher pede-lhe que convide amigos para cearem um prato de abóbora cozida, mas tantos convidados chama que muitos ficam sem comida alguma, expondo-o ao ridículo; em outros momentos, no exercício do xamanismo, enfrenta uma série de peripécias cômicas atrás da cura de seu bisneto, o que faz esquecer o propósito da própria viagem, revelando sua incompetência. No segundo mito, por sua vez, o jaguar (como animal conhecido por sua força e destreza) é descrito como um tolo desajeitado, caindo em armadilhas sucessivas e que seriam mortais, não fosse o constante auxílio de um insignificante passarinho.

Por meio da narrativa dos mitos, Clastres observa que o seu propósito não é o de servir de mera galhofa para os seus ouvintes, mas o de tornar risíveis figuras temidas pelo poder que ostentam: o ato de rir de um xamã e de um jaguar é o ato de controlar o seu poder, de ridicularizá-los para, sobre eles, exercer uma vedação à expansão de sua influência, recordando-lhes o seu caráter fragmentário. Em suas palavras:

> Vê-se aparecer aqui uma função por assim dizer catártica do mito: ele libera em sua narrativa uma paixão dos índios, a obsessão secreta de rir daquilo que se teme. Ele desvaloriza no plano da linguagem aquilo que não seria possível na realidade e, revelando no riso um equivalente da morte, ensina-nos que, entre os índios, o ridículo mata (CLASTRES, 2003: 135).

Logo, ainda que seu campo de análise fossem as sociedades ditas tradicionais, as questões postas por Pierre Clastres voltam-se à fundamentação da própria dimensão de poder que, coercitivamente, é exercido pelas sociedades burguesas. De certo modo, e partindo de seu acúmulo teórico da filosofia, Pierre Clastres retoma o exame crítico desempenhado pelo filósofo Étienne de la Boétie (1530-1563), que escreveu o opúsculo intitulado "O nome do Um" ou "Discurso da servidão voluntária".

Para o filósofo francês, compreender por que uma multidão de pessoas submetem-se ao comando do Um (de um tirano, de um corpo oligárquico, de um superior hierárquico) é a questão mais relevante para o pensamento político moderno. Étienne de la Boétie (2008: 26) busca compreender

> como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações alguma vez suportem um tirano só, o qual só tem o poder que aqueles lhe dão; o qual não tem o poder de lhes fazer dano senão em que aqueles têm a vontade de suportá-lo; o qual

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

> não poderia fazer-lhes mal algum, senão enquanto preferissem sofrer do que contradizê-lo[7]. (tradução livre)

O Um, como princípio ou categoria explicativa da concentração do poder político, é pretensamente portador da ordem no caos, mas, em verdade, beneficia-se da ambição dos que interiorizaram a dominação e hierarquização da sociedade como tecnologias de poder. Desta forma, o poder do Um e sua manutenção provêm dos subordinados, que negam a sua própria natureza de liberdade em prol de estruturas desiguais, ao formarem uma cadeia de tiranetes em que "cada um serve ao poder separado porque deseja ser servido pelos demais que lhe estão abaixo; cada um dá os bens e a vida pelo poder separado porque deseja apossar-se dos bens e das vidas dos que lhe estão abaixo" (CHAUÍ, 2014: 129).

A abdicação que fazem os homens de sua liberdade em nome do Um é o que provoca Étienne de la Boétie a questionar-se: "que infortúnio foi este que pode desnaturalizar tanto o homem, o único verdadeiramente nascido para viver livremente, e fazê-lo perder a lembrança de seu primeiro ser e do desejo de recuperá-lo?"[8] (BOÉTIE, 2008: 34) [tradução livre]

Este infortúnio ou mau encontro, ou seja, esta contingência histórica em que se elegeu, pela primeira vez, um senhor em sociedade deslocou o homem de sua essência de liberdade. Para Marilena Chauí (2014: 126-7):

> Foi por fortuna que os homens se desnaturaram, isto é, perderam a liberdade natural e escolheram ter senhores, acostumando-se a servi-los. (...) Por que por fortuna? Por que por mau encontro e infortúnio? Porque, escreve La Boétie, por natureza temos todos a mesma forma e fomos feitos na mesma fôrma, pois a Natureza nos fez todos livres, iguais e companheiros, deu-nos o dom da fala e do pensamento para nos reconhecermos uns aos outros e para que, declarando nossos pensamentos e sentimentos, instituíssemos a comunhão de ideias e afetos. (...) A argumentação de La Boétie é precisa: introduz o direito natural (igualdade e liberdade) não como um termo jurídico, e sim para negar que a servidão possa ser natural e voluntária. Consequentemente, se somos servos, não o somos por obra da Natureza, mas por operação da fortuna. Donde a pergunta: que infortúnio foi esse, que mau encontro foi esse que nos desnaturou a tal ponto que já nem nos lembramos de que um dia fomos iguais e livres?

Assim, da questão levantada por Étienne de la Boétie inferem-se duas premissas de seu pensamento filosófico: a primeira remete à conceituação da liberdade como condição ínsita à natureza do ser humano e a segunda, por sua vez, à ideia do Um e de suas estruturas políticas desiguais como frutos de escolhas políticas e historicamente situadas. A originação do poder coercitivo revela o mau encontro de acasos que levaram os homens a degradar-se, tanto que, para Étienne de la Boétie (2008: 35),

> se hoje nascessem novas gentes, não acostumadas à sujeição, nem desejosas de liberdade, e não soubessem qual é uma e qual é a outra, e, dificilmente, conhecessem os seus nomes; se lhes fosse apresentada a possibilidade de serem servas ou de viverem livres segundo as leis com as quais concordassem..., não há dúvida de que prefeririam muito mais obedecer somente à razão do que servir a um homem[9]. (tradução livre)

[7] Texto original: "En esta ocasión no querría sino entender cómo puede ser que tantos hombres, tantos burgos, tantas ciudades. tantas naciones aguanten alguna vez a un tirano solo, el cual sólo tiene el poder que aquellos le dan; el cual no tiene el poder de hacerles daño sino en tanto que aquéllos tienen la voluntad de soportalo; el cual no podría hacerles mal alguno sino mientras prefieren sufrirle que contradecirle" (BOÉTIE, 2008: 26).

[8] Texto original: "[...] ¿qué desgracia ha sido esta que ha podido desnaturalizar tanto al hombre, el único verdaderamente nacido para vivir libremente, y hacerle perder el recuerdo de su primer ser y el deseo de recuperarlo?" (BOÉTIE, 2008: 34)

[9] Texto original: "Pero a propósito de esto: si naciesen hoy, por ventura, gentes nuevas, no acostumbradas a la sujeción ni deseosas de libertad, y que no supiesen qué son la una ni la otra, ni a duras penas conociesen sus nombres; si se les presentase la posibilidad de ser siervos o vivir libres según leyes con las que concordasen..., no cabe dudar de que preferirían con mucho obedecer solamente a la razón que servir a un hombre" (BOÉTIE, 2008: 35).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

A hipótese de "novas gentes" colocada pelo filósofo refere-se, para Marilena Chauí (2014: 123), "à imagem dos habitantes do Novo Mundo, tradicionalmente apresentada pelos viajantes como a dos homens sem lei, sem fé e sem rei - *sans loi, sans foi et sans roi*" - indicando que a passagem da liberdade à servidão e, deste modo, a formação de sociedades cindidas é o momento de surgimento da História das sociedades ocidentais, como "esse irracional acontecimento ao qual nós, modernos, chamamos, de maneira semelhante, de nascimento do Estado" (CLASTRES, 2004: 157) e que difere, portanto, das possíveis organizações político-sociais de outros povos e culturas.

É neste sentido que Pierre Clastres resgata a filosofia política de Étienne de la Boétie com o intuito de conceituar as sociedades indígenas estudadas como sociedades orientadas à defesa da liberdade, considerada esta como uma condição da natureza humana e não como mero argumento retórico do racionalismo. Os povos originários colocam-se em oposição ao Um que está presente nas sociedades europeias, pois, segundo Clastres, os indígenas repelem a divisão e a separação do poder do corpo social e, assim, o banimento da dimensão natural de liberdade, podendo-se, então, afirmar que "é boa a sociedade em que a ausência natural da divisão assegura o reinado da liberdade, é má a sociedade cujo ser dividido permite o triunfo da tirania" (CLASTRES, 2004: 158).

Essa trans-historicidade de Étienne de la Boétie, de pensar sobre outros modos de organização político-social que não se amparam no desejo do Um de comandar e submeter os demais, é, para Clastres (2004: 166), "uma dedução *a priori* da sociedade sem Estado, da sociedade primitiva", já que estas tendem a manifestar-se como sociedades indivisas.

Eis o propósito das etnologias clastreanas ao utilizar as considerações filosóficas de La Boétie: demonstrar que a sobrevivência das sociedades indígenas (ao menos, das sul-americanas) desenvolve-se neste ser-para-a-liberdade e pelo exercício de relações abertas e horizontais que dão primazia à amizade no corpo social, pois "a sociedade que ela fundamenta, é *una*, assim como os homens dessa sociedade são *todos unos*." (CLASTRES, 2004: 171)

Em resumo:

> Podemos dizer que as sociedades primitivas, enquanto sociedades sem divisão, fecham ao desejo de poder e ao desejo de submissão toda possibilidade de realizar-se. Máquinas sociais habitadas pela vontade de perseverar em seu ser não dividido, as sociedades primitivas instituem-se como *lugares de repressão do mau desejo*. Nenhuma oportunidade lhe é deixada: os selvagens não o querem. Consideram mau esse desejo porque deixá-lo realizar-se levaria a admitir a inovação social pela aceitação da divisão entre dominantes e dominados, pelo reconhecimento da desigualdade entre donos do poder e submetidos ao poder. Para que as relações entre homens se mantenham como relações de liberdade entre iguais, é preciso impedir a desigualdade, é preciso impedir a eclosão do mau desejo biface que assedia talvez toda sociedade e todo indivíduo de cada sociedade. (CLASTRES, 2004: 164-5)

Em diversos estudos, Clastres mescla suas reflexões político-filosóficas à análise etnológica séria e desprendida da "concepção exótica das sociedades arcaicas" (CLASTRES, 2003: 35) para contemplá-las como palcos do desdobramento de formações sociais mais igualitárias e, portanto, contrárias ao movimento monista que encerra no Estado e no capitalismo as únicas possibilidades de constituições sociais garantidoras da liberdade individual. Ao contrário: esta é sufocada pela opressão da máquina estatal e por uma economia política (CLASTRES, 2003: 214) que limitam os indivíduos à obediência e à dependência do poder dividido e, logo, desigual. Como conclui Jean-Claude Chamboredon (1983: 563-4), debruçando-se sobre a obra clastreana:

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

> A empreitada de Pierre Clastres caracteriza-se, portanto, como o regresso da política à problemática etnológica; retorno de uma sociologia que se interroga sobre os fins coletivos (contra o atomismo de sujeitos sociais como decisores individuais, cujas escolhas e partidos se totalizam em virtude de mecanismos de agregação tão misteriosos como o clinâmen dos antigos; na análise etnológica, ressurge a questão política sob a forma de interrogação sobre a maldição do Estado e sobre a perversão que é o desejo de poder. Neste sentido, uma profecia assombra as análises do etnólogo: como os profetas que estudou, os karai tupi-guarani, Pierre Clastres quer reconduzir-nos ao ideal da Terra sem Mal que é a sociedade sem Estado[10]. (tradução livre)

Deste modo, mesmo dedicando-se à observação das sociedades tradicionais, Clastres aproxima-se de Simmel por apresentar, indiretamente, preocupações semelhantes quanto ao impacto das formações sociais na constituição das subjetividades individuais e da liberdade que aquelas garantem ou restringem aos sujeitos, sendo relevante promover um diálogo entre ambos, para fins de comparação dos resultados que suas teorias sociais alcançam.

Uno e Múltiplo: diálogo entre Simmel e Clastres sobre a liberdade individual

Traçados os contornos acerca do individualismo e das possibilidades de exercício da liberdade individual em sociedades modernas e em sociedades tradicionais, segundo Simmel e Clastres, respectivamente, passa-se, então, ao diálogo entre ambos os cientistas sociais a partir de três aspectos de análise: inicialmente, busca-se destacar a sua localização entre os cientistas sociais *outsiders* de sua época, avaliando como a expressão de seu pensamento é, ela mesma, fruto de elementos biográficos dos autores; a seguir, pretende-se demonstrar como ambos chegam a conclusões similares quanto à vivência da liberdade individual nas grandes metrópoles, em que pese terem abordado distintas formações sociais. Por fim, argumenta-se sobre qual o modelo social garantidor de maior liberdade aos seus indivíduos, conforme as percepções dos paradigmas científicos aqui expressos.

Simmel e Clastres têm trajetórias biográficas que, como ensina o filósofo-sociólogo austríaco Alfred Schutz (1899-1959), expressam significatividades (*relevance*) moduladoras das ações e interpretações que realizam sobre os fenômenos que observam. Leitor atento de Husserl, Schutz transita da filosofia fenomenológica às ciências sociais para compreender como externamente à estrutura de nossa mente (explicada por categorias psicanalíticas de id, ego e superego) é possível captar o mundo da vida ou mundo do sentido comum (SCHUTZ, 2003: 36) a partir de nossas singularidades.

Para Schutz, esse mundo do sentido comum é, simultaneamente, um mundo cultural e um mundo intersubjetivo, pois não só somos seres sociais que espelham o acúmulo de experiências e sentidos proveniente das estruturas que nos antecedem, mas somos, também, resultado de nossas idiossincrasias que revelam nossas origens sociais, inclinações morais, políticas, religiosas etc. Guiamo-nos no mundo da vida de forma muito particular, definindo o cenário de nossas ações,

[10] Texto original: "L'entreprise de Pierre Clastres se caractérise donc comme retour du politique dans la problématique ethnologique ; retour d'une sociologie qui s'interroge sur les fins collectives (contre l'atomisme des sujets sociaux comme décideurs individuels, dont les choix et les partis se totalisent en vertu de mécanismes d'agrégation aussi mystérieux que le clinamen des anciens; résurgence, dans l'analyse ethnologique, de la question politique sous la forme de l'interrogation sur la malédiction de l'Etat et sur la perversion qu'est le désir de pouvoir. En ce sens, un prophétisme hante les analyses de l'ethnologue : comme les prophètes qu'il a étudiés, les karai tupi-guarani, Pierre Clastres veut nous reconduire à l'idéal de la Terre sans Mal qu'est la société sans Etat" (CHAMBOREDON, 1983: 563-4).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

elegendo-as e interpretando-as para, então, enfrentarmos os desafios encontrados. Portanto, segundo Schutz (2003: 40):

> Em qualquer momento da sua vida diária, o homem encontra-se numa situação biográfica determinada, ou seja, num meio físico e sociocultural que ele define e dentro do qual ocupa uma posição, não só em termos de espaço físico e tempo exterior, ou o seu estatuto e o seu papel no sistema social, mas também uma posição moral e ideológica. Dizer que esta definição da situação é biográfica determinada equivale a dizer que tem a sua história; é a sedimentação de todas as experiências prévias do homem, organizada no patrimônio corrente do seu acervo de conhecimento à mão, e, como tal, é sua posse exclusiva, dada a ele e só a ele. Esta situação biográfica determinada inclui certas possibilidades de atividades práticas ou teóricas futuras que, para resumir, denominaremos "propósito à mão" (*purpose at hand*). Este propósito é o que define aqueles elementos, entre todos os demais conteúdos em tal situação, que são significativos em relação a ele[11] [sistema de significatividades]. (tradução livre)

As biografias de Simmel e Clastres têm elementos que nos permitem situar melhor as teorias sociológica e antropológica que, respectivamente, empreendem; de certo modo, suas teorias expressam seu deslocamento da centralidade dos debates acadêmicos de sua época e, assim, a sua inadaptação aos moldes de um *scholar*, seja pela eleição de temas não caros aos principais paradigmas do período, seja pelas experiências individuais marginais aos estilos acadêmicos exaltados.

Inicia-se por Simmel: último de sete filhos de Eduard Maria Simmel (1810-1874) e de Flora Bodstein (1818-1897), de origem judaica e nascido em 1858 na capital prussiana, Berlim, na movimentada esquina de *Friedrichstraße* e *Leipzigerstraße*, Simmel vivenciou, com intensidade, desde a infância, o sentido do agudo processo de urbanização ocorrido em fins do século XIX na Europa. O súbito aumento populacional, a expansão das fábricas e da economia industrial, a intensificação da pobreza, da violência urbana e do antissemitismo e a difusão de novas ideias científicas, culturais e tecnológicas do período fazem de Simmel o exemplo encarnado do espírito de sua época, isto é, de um indivíduo premido pelas forças do capitalismo em franca expansão inicial e pelas pautas ideológicas e paradigmas científicos em voga. Como afirma Leopoldo Waizbort (2000: 315):

> Georg Simmel nasceu e viveu em Berlim até os 56 anos. De 1858 a 1914 ele morou ininterruptamente na capital prussiana. Nesse período, acompanhou as transformações da cidade, e esse processo de transformação foi um elemento central na configuração de sua teoria do moderno, filosofia da cultura e análise do presente, em suma, para a própria ideia de uma cultura filosófica. Sua teoria do moderno é o seu enfrentamento com a cidade em que vivia, suas próprias experiências formam o material que atiça a sua reflexão e a tentativa de apreender conceitualmente as transformações que ocorrem. O que é específico de Berlim serve como impulso e ponte para analisar o que é genérico. E é por isso que me parece ter sentido falar acerca de Georg Simmel e a Berlim do Segundo Império.

E ainda, segundo Abel (1959: 475),

> O próprio nascimento de Simmel em Berlim (e não na cidade natal dos pais, Breslau) é emblemático das transformações políticas, sociais e econômicas de então. A migração dos pais, logo após o casamento em 1838, justificava-se pela progressiva transferência de massas à capital, dadas as oportunidades de comércio e de trabalho fabril, as quais, aliás, garantiram a Eduard Simmel o sucesso de seu empreendimento na fábrica e comércio de chocolates à moda francesa, cuja marca tornou-se muito conhecida - Felix &

[11] Texto original: "En cualquier momento de su vida diaria, el hombre se encuentra en una situación biográficamente determinada, vale decir, en un medio físico y sociocultural que él define y dentro del cual ocupa una posición, no solo en términos de espacio físico y tiempo exterior, o de su status y su rol dentro del sistema social, sino también una posición moral e ideológica." Decir que esta definición de la situación está biográficamente determinada equivale a decir que tiene su historia; es la sedimentación de todas las experiencias previas del hombre, organizada en el patrimonio corriente de su acervo de conocimiento a mano, y, como tal, es su posesión exclusiva, dada a él y solo a él." (SCHUTZ, 2003: 40)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

> Sarotti (WAIZBORT, 2000: 316). Porém, mesmo tendo herdado os negócios e a fortuna do pai, após seu falecimento em 1874, Georg Simmel continuou a inclinação à vida acadêmica, iniciada com sua diplomação na Universidade de Berlim, em 1881, tendo, a princípio, devotado-se aos estudos filosóficos. Segundo Theodore Abel, "[o] interesse de Simmel pela sociologia cresceu a partir de seu trabalho anterior sobre os problemas da ética. No curso de seus estudos, ele foi confrontado com o problema da causa para o crescimento da individuação em tempos históricos".[12] (tradução livre)

De acordo com Donald N. Levine (1971: X), embora Simmel tivesse amizade com importantes nomes da cultura e ciência de sua época (tais como Stefan George, Rainer Maria Rilke, Auguste Rodin, Edmund Husserl, Martin Buber, Albert Schweitzer, Ernst Troeltsch, Max e Marianne Weber) e suas ideias fossem debatidas por teóricos aclamados de então, a posição de Simmel nesses espaços nunca foi devidamente reconhecida: designado com o título de *Privatdozent* (que habilita à docência, mas sem o recebimento de cátedra de ensino ou de pesquisa), em 1885, Simmel não teve nenhum estudante a segui-lo como um mestre acadêmico, ganhando apenas pelas taxas de matrícula pagas por quem assistia aos seus cursos. Como vítima de um antissemitismo da época, em 1901, chegou a tornar-se "professor extraordinário", sem ser, porém, incorporado formalmente à academia berlinense e, em 1914, foi nomeado professor na Universidade de Estrasburgo, vindo, contudo, a falecer em 1918.

Ao ostracismo acadêmico a que fora submetido somava-se sua solidão como intelectual que pensava em temáticas avessas aos principais paradigmas de seu tempo, eleitas também na contramão das formalidades acadêmicas exigidas, pois não mencionam as fontes de suas considerações, em muitos momentos, além de adquirirem o usual formato de curtas conferências que, porém, ocultam temas de alta complexidade filosófica e sociológica. Espírito livre e indisciplinado para os padrões da academia alemã de então, Simmel buscou compreender os processos de subjetivação nas sociedades burguesas de feroz individualismo, servindo-se de sua própria experiência nos grandes centros urbanos.

Pierre Clastres, por sua vez, tem trajetória semelhante em termos de inadaptação aos paradigmas científicos em voga de sua época, muito embora, diferentemente de Simmel, tivesse ocupado importantes postos na academia: nascido em 1934 na comuna francesa de Gabriac, Clastres formou-se pela Universidade de Sorbonne, em 1957, em filosofia, como Simmel, e, como Simmel, migrou para as ciências sociais, embora desenvolvendo seus estudos no campo da antropologia.

Discípulo de Lévi-Strauss no Collège de France, a partir de 1960, Clastres teve sua primeira experiência de campo entre os Guayaki (Aché), no Paraguai, acompanhado de sua esposa Hélène Clastres. Em 1965, após a defesa de sua tese intitulada "*La Vie sociale d´une tribu nomade*: *les Indiens Guayaki du Paraguay*" ["A vida social de uma tribo nômade: os índios Guayaki do Paraguai"], pela Sorbonne, Clastres ocupou o cargo de docente no antigo Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e, a partir de 1966, realizou diversas etnologias entre os indígenas na América do Sul, com experiências de campo tanto no Chaco paraguaio (com os Chulupi), quanto na Amazônia venezuelana (com os Yanomami). Simultaneamente às pesquisas empíricas, Clastres ocupou o cargo de Diretor de Pesquisa do *Centre National de la Recherche Scientifique* [Centro Nacional de Pesquisa Científica], de Paris, e foi membro do *Laboratoire d'Anthropologie Sociale* [Laboratório de Antropologia Social], do Collège de France.

[12] Texto original: "Simmel's interest in sociology grew from his earlier work on the problems of ethics. In the course of his studies he was confronted with the problem of the cause for the growth of individuation in historical times" (ABEL, 1959: 475).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

Sua imersão nos espaços acadêmicos não indica, porém, uma adoção às orientações teóricas e, logo, aos paradigmas então vigentes: Clastres afastou-se do estruturalismo que era fortemente vinculado à figura de Lévi-Strauss (PRADO Jr., 2003: 427) e manteve as contribuições da filosofia em sua produção etnológica, o que, segundo Samuel Moyn (2005: 167), ressoou com o entendimento das correntes anarquistas da época, segundo o qual "a compreensão hegeliana e mais tarde marxista da história mundial, como o avanço lento e necessário da liberdade através do Estado, só se tornou realidade de uma forma amarga e inversa na ascensão do liberalismo zeloso e do horror totalitário" (tradução livre)[13].

Para Bento Prado Jr. (2003: 428), a obra de Clastres sempre se distanciou da ortodoxia levistrausssiana, o que contribuía à denúncia de seu *gauchisme* na academia: como Simmel, também o filósofo-antropólogo não orientou ninguém, ainda que sua influência tenha sido inegável e "que tinha muito a ver com sua personalidade, seu estilo inquieto, uma espécie de anarquismo não somente pensado mas vivido. Sempre foi muito avesso aos cerimoniais da universidade, mais chegado a um 'boteco' do que a um seminário formal" (PRADO Jr., 2003: 431).

Assim, em Simmel e em Clastres é possível observar o peso de suas biografias na formulação de suas teorias sociais, bem como a similitude de suas conclusões: filósofos na base de suas formações acadêmicas, os cientistas sociais desenvolvem seus estudos em sociologia e em antropologia motivados por questões que buscam dar totalidade e complexidade aos fenômenos que observam.

Como Simmel, Clastres almeja entender o que é a história e o que são as sociedades a partir da pesquisa em campo das sociedades tradicionais, consideradas "a-históricas" ou "primitivas" segundo o paradigma evolucionista da antropologia clássica, do qual se afastou. Como Clastres, Simmel pretendeu investigar o papel dado à liberdade individual nas sociedades modernas, estudando a resistência individual à potência inexorável da urbanização na constituição de subjetividades, afastando-se de teorias deterministas então vigentes. Com objetos de reflexão diversos, com métodos e influências filosóficas e das ciências sociais diferentes, Simmel e Clastres têm, por ponto nodal de suas teorias, o valor da liberdade humana.

Ao passo que Simmel identifica mudanças estruturais importantes na vida social das sociedades burguesas, atribuídas ao desenvolvimento do capitalismo industrial (VELHO, 1995: 228), Clastres denuncia-as como sintomas de sociedades adoecidas pela divisão do poder. Aliás, o capitalismo, como marca indelével das sociedades industriais que estimulam, em demasia, o individualismo, é o que impele os indivíduos "às dificuldades na convivência com o outro e na aceitação de diferenças, que potencializam uma série de conflitos que podem ser observados nos níveis pessoais e coletivos de nossa sociedade" (MATTOS, 2011: 19).

Com resignação, Simmel (2005: 589) afirma que esses efeitos nocivos do intenso processo de transformação social das sociedades industriais são inevitáveis, embora, por meio deles, haja, também, uma acentuação do individualismo e da aparência de maior liberdade aos citadinos. Clastres, contudo, refere-se às sociedades industriais como máquinas de produção e de destruição. "Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é inútil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade" (CLASTRES, 2004: 91).

[13] Texto original: "For my present purposes, however, the narrative I want to offer can begin very simply with Clastres's perception, which resonated with contemporary anarchist currents, that the Hegelian and later Marxist understanding of world history as the slow and necessary advancement of freedom through the state had come true only in a bitter and reverse form in the rise of caretaker liberalism and totalitarian horror" (MOYN, 2005: 167).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

É nesta medida que, situando-nos a partir dos paradigmas científicos simmeliano e clastreano aqui expressos, é possível afirmar que ambas as teorias sociais reforçam os males inerentes às sociedades modernas consideradas sociedades do Uno, isto é, que promovem as desigualdades sociais em nome de estruturas hierarquizantes e opressoras na formação das subjetividades que estas visam a submeter.

Embora as sociedades burguesas amparem-se, discursivamente, sobre o valor da liberdade individual negativa, ferem esta ao compelir os indivíduos à submissão de papeis servis à manutenção da verticalização social. Simmel chega a tais resultados pelo exame dos impactos das sociedades burguesas nas interações sociais e na formação das subjetividades modernas, enquanto Clastres alcança-os pelo exame das sociedades tradicionais, classificando-as como sociedades contra o Estado, isto é, como sociedades do Múltiplo, com vocação à diferença e em oposição às formações estatais e capitalistas que instituem a violência e a divisão do poder em sociedade.

As sociedades tradicionais manifestam, nos termos de Adolfo Albán Achinte (2013: 455), uma "reexistência" ao Uno, compreendida esta como o

> que as comunidades criam e desenvolvem para inventar diariamente a vida e poder desta maneira confrontar a realidade estabelecida pelo projeto hegemônico que desde a colônia até nossos dias tem inferiorizado, silenciado e visibilizado negativamente a existência das comunidades afrodescendentes[14] [e indígenas]. (tradução livre)

Por tais razões é que se conclui que, na oposição entre sociedades burguesas e sociedades tradicionais, a liberdade é utilizada como o marcador de diferenças; contudo, somente nas sociedades indígenas (ao menos naquelas etnografadas por Pierre Clastres) é que a liberdade é encarada como valor ínsito à natureza humana, tendo em vista que sua organização política, social e econômica contrapõe-se à toda lógica de opressão e verticalização que, por sua vez, é identificada nas sociedades modernas, fazendo com que, nestas, a liberdade individual seja mera ilusão.

Certamente que o contato interétnico contemporâneo mais intenso entre povos indígenas e não-indígenas (ou, dito de outro modo, entre as sociedades ditas tradicionais e as ditas sociedades modernas) produziu novos parâmetros de diálogo e de relacionamento interculturais que fazem com que os modelos teóricos de ambos os cientistas sociais devam ser revisitados à luz das experiências menos formais de suas teorias e passem a ser mais pautados pela concretude do intercâmbio cultural, por vezes, assimétrico. Todavia, as críticas ao papel que a liberdade ocupa na base ideológica de umas e outras sociedades permitem enxergar modelos de organização social mais ou menos opressivos à subjetividade dos seus constituintes, mantendo-se suas teorias como importantes marcos de análise das possibilidades de formação social.

Na busca pela defesa da liberdade humana, Simmel e Clastres colocaram-se como cientistas sociais livres das amarras paradigmáticas de seu tempo, embora tivessem buscado com elas dialogar para transcender seus obstáculos conceituais. Assim como o anti-herói Vitangelo Moscarda, de Luigi Pirandello, miram-se no espelho que é a civilização ocidental e por meio dele enxergam os defeitos da subjetividade moderna, com a consciência, porém, de que nem sempre o reflexo define a totalidade da experiência humana que ali se pretende refletida.

[14] Texto original: "Concibo la re-existencia como los dispositivos que las comunidades crean y desarrollan para inventarse cotidianamente la vida y poder de esta manera confrontar la realidad establecida por el proyecto hegemónico que desde la colonia hasta nuestros días ha inferiorizado, silenciado y visibilizado negativamente la existencia de las comunidades afrodescendientes." (ALBÁN ACHINTE, 2013: 455)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

Recebido em 23 de outubro de 2023.
Aprovado em 7 de janeiro de 2025.

Referências

ABEL, Theodore. "The contribution of Georg Simmel: a reappraisal". *American Sociological Review*, 24 (4): 473-479, 1959.

ALBÁN ACHINTE, Adolfo. "Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos". In: WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Abya Yala, 2013. pp. 443-68.

BOÉTIE, Étienne de la. *Discurso de la servidumbre voluntaria*. Madrid: Éditions Payot, 2008.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. Pierre Clastres et le retour de la question politique en ethnologie. A propos de Recherches d'anthropologie politique. *Revue française de sociologie*, 24 (3): 557-564, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Contra a servidão voluntária. Escritos de Marilena Chauí*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Introdução a uma história indígena" in CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2009.

DURKHEIM, Émile. "The Dualism of Human Nature and its Social Conditions [1914]". In: BELLAH, Robert N. (ed.). *Emile Durkheim: On Morality and Society. Selected Writings*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1973.

FALLEIROS, Guilherme. "Notas para uma crítica anarco-indígena do indivíduo". *Palimpsestos: Revista de Arqueología y Antropología Anarquista*, 1 (0): 191-225, 2017.

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Lisboa: Centro de Filosofia/Universitas Olisiponensis, 2006.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LEVINE, Donald N. "Introduction". In: LEVINE, Donald. N. (org.). *Georg Simmel on individuality and social forms*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1971. p. IX-LXV.

LEVINE, Donald N.; CARTER, Ellwood B.; GORMAN, Eleanor Miller. Simmel's Influence on American Sociology. *American Journal of Sociology*, 81 (4): 813-45, 1976.

MATTOS, Amana Rocha. Liberdade e individualidade nas grandes cidades: contribuições de Georg Simmel para o debate contemporâneo. *Redescrições: Revista do GT Pragmatismo e Filosofia Americana*, 2 (4): 9-21, 2011.

MOYN, Samuel. Savage and Modern Liberty: Marcel Gauchet and the origins of New French Thought. *European Journal of Political Theory*, 4 (2): 164-187, 2005.

PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum e cem mil*. Paulo: Cosac & Naify, 2001.

PRADO Jr., Bento. Lembranças e reflexões sobre Pierre Clastres: entrevista com Bento Prado Júnior. Entrevistadores: Piero de Camargo Leirner e Luiz Henrique de Toledo. *Revista de Antropologia* (USP), 46 (2): 423-444, 2003.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SEDGWICK, Sally. *Fundamentação da metafísica dos costumes: uma chave de leitura*. Petrópolis: Vozes, 2017.

SIMMEL, Georg. "How is history possible?" In: LEVINE, Donald. N. (org.). *Georg Simmel on individuality and social forms*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1971. pp. 3-5.

SIMMEL, Georg. "How is society possible?" In: LEVINE, Donald. N. (org.). *Georg Simmel on individuality and social forms*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1971. pp. 6-22

SIMMEL, Georg. "Freedom and the Individual". In: LEVINE, Donald. N. (org.). *Georg Simmel on individuality and social forms*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1971. pp. 217-26.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, 11 (2): 577-91, 2005.

VELHO, Gilberto. "Estilo de vida urbano e modernidade". *Estudos históricos*, 8 (16): 227-34, 1995.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP/Editora 34, 2000.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.16504

ACENO

Para que Abiayala viva, as Américas devem morrer:
rumo a uma indigeneidade trans-hemisférica[1]

Emil' Keme (Emilio Del Valle Escalante)[2]
Emory University

TRADUÇÃO E REVISÃO
Vanessa da Silva Sagica[3]
Universidade Federal de Santa Catarina

Marcos José de Aquino Pereira[4]
Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Este artigo, escrito pelo pesquisador Emil' Keme, do povo K'iche' Maya e publicado originalmente em Maya K'iche', espanhol e inglês, é um texto seminal sobre a proposição da categoria Abiayala como interpelação das estruturas da colonialidade e da modernidade, nas quais a nomenclatura América serve ao apagamento dos povos originários desta terra, de suas histórias e culturas que resistiram e resistem aos diversos genocídios, epistemicídios e etnocídios pelos quais passaram e passam, mantendo vivas as suas lutas pela preservação de seu modo de ser no mundo, por seus territórios e direitos. Ao afirmar Abiayala como lugar de enunciação indígena trans-hemisférica, o autor apresenta possibilidades de se pensar e se produzir pontes de unidade, diálogo e de fortalecimento mútuo para essas lutas, tendo em mente a grande diversidade desses povos ante a similaridade de suas necessidades, dificuldades e desafios, em especial a organização e atuação política na busca pela conquista e garantia de direitos. Assim, essa ressiginicação ultrapassa o âmbito da linguagem, abarcando o epistemológico, geográfico, político e cultural, em um processo de reafirmação das identidades de cada povo indígena de Abiayala e de sua indigeneidade fundamentada na ancestralidade.

Palavras-chave: Abiayala; indigeneidade trans-hemisférica; decolonialidade.

[1] Tradução para o português do texto original intitulado *Para que Abiayala viva, las Américas deben morir: Hacia una Indigeneidad trans-hemisférica*, publicado na revista Native American and Indigenous Studies, 5 (1): 21-41, 2018.

[2] Pesquisador indígena do povo K'iche' Maia da Guatemala (Iximulew, Terra do Milho), PhD pela Universidade de Pittsburgh (EUA), professor de literatura e estudos indígenas na Emory University (EUA), membro cofundador do coletivo binacional anticolonial maia *Community of Maya Studies, Ix'balamquej Junajpu Wunaq'*.

[3] Pertencente aos povos Macuxi e Wapichana, é professora de Língua Espanhola, escritora, tradutora. Doutoranda na Linha de pesquisa Política linguística do programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC. Integra a Equipe Executiva do Grupo de Trabalho Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil.

[4] Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em Educação (UNISAL), graduado e licenciado em Filosofia (USJT), licenciado em História (UnB/FPSJ), fundador e pesquisador do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiayala (NALDEIA), pesquisador da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidades Humanas (SPQMH) e do grupo de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

KEME, Emil' . **Para que Abiayala viva, as Américas devem morrer: rumo a uma indigeneidade trans-hemisférica.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 619-640, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Para que Abiayala viva, las Américas deben morir:
hacia una indigeneidad transhemisférica

Resumen: Este artículo, escrito por el investigador Emil' Keme, del pueblo Maya K'iche' y publicado originalmente en Maya K'iche', español e inglés es un texto fundamental sobre la propuesta de la categoría Abiayala como interpelación de las estructuras de la colonialidad y la modernidad, en las que la nomenclatura de América sirve para borrar a los pueblos originarios de esta tierra, sus historias y culturas que resistieron y resisten a los diversos genocidios, epistemicidios y etnocidios han pasado y siguen pasando, manteniendo vivas sus luchas por la preservación de su forma de ser en el mundo, por sus territorios y derechos. Al afirmar a Abiayala como un lugar de enunciación indígena transhemisférica, el autor presenta posibilidades para pensar y producir puentes de unidad, diálogo y fortalecimiento mutuo para estas luchas, teniendo en cuenta la gran diversidad de estos pueblos dada la similitud de sus necesidades, dificultades y desafíos, especialmente la organización y la acción política en la búsqueda del logro y garantía de los derechos. Así, esta resignificación trasciende el ámbito del lenguaje, abarcando lo epistemológico, geográfico, político y cultural, en un proceso de reafirmación de las identidades de cada pueblo indígena de Abiayala y su indigeneidad basada en la ancestralidad.

Palabras clave: Abiayala; indigeneidad transhemisférica; descolonialidad.

For Abiayala to live, the Americas must die:
toward a transhemispheric indigeneity

Abstract: This article, written by researcher Emil' Keme, from the K'iche' Maya people and originally published in Maya K'iche', Spanish and English, in the journal "Native American and Indigenous Studies Association", is a seminal text on the proposition of the Abiayala category as an interpellation of the structures of coloniality and modernity, in which the nomenclature of America serves to erase the original peoples of this land, their histories and cultures that resisted and resist the various genocides, epistemicides and ethnocides have passed and continue to pass, keeping alive their struggles for the preservation of their way of being in the world, for their territories and rights. By affirming Abiayala as a place of trans-hemispheric indigenous enunciation, the author presents possibilities for thinking and producing bridges of unity, dialogue and mutual strengthening for these struggles, keeping in mind the great diversity of these peoples given the similarity of their needs, difficulties and challenges, especially organization and political action in the search for achieving and guaranteeing rights. Thus, this resignification goes beyond the scope of language, encompassing the epistemological, geographic, political and cultural, in a process of reaffirming the identities of each indigenous people of Abiayala and their indigeneity based on ancestry.

Keywords: Abiayala; trans-hemispheric indigeneity; decoloniality.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

Apresentação

Marcos José de Aquino Pereira
tradutor e revisor

Tomei contato com o texto a seguir através do grupo de pesquisa que fundei juntamente com estudantes indígenas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 2023, o Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indiagem Abiayala (NALDEIA), quando buscávamos um nome para o referido grupo. Como queríamos destacar e demarcar territorialmente e epistemologicamente de onde estávamos pesquisando buscamos materiais de estudo sobre o nome originário de nosso continente, dado por seus povos indígenas. Assim nos deparamos com o artigo do professor Emil' Keme, do povo K'iche' Maya, "Para que Abiayala viva, as Américas devem morrer: Rumo a uma Indigeneidade trans-hemisférica" e dele tiramos a inspiração para o nome do nosso grupo, utilizando a grafia Guna, Abiayala, ao invés de Abya Yala como é mais usual no Brasil, também já chamado de Pindorama por seus povos indígenas.

Mais do que um nome em substituição de outro, percebemos que a utilização de Abiayala era em si não apenas uma reafirmação da identidade indígena, mas uma proposta da reconstrução e retomada da indigeneidade trans-hemisférica, como ressiginificação epistemológica e anúncio potente de unidade de forças nas ações e lutas pelos direitos dos povos indígenas e pela transformação da realidade, como superação da colonialidade que ainda lança seus laços através da Modernidade, o que vem ao encontro de nosso escopo de pesquisa decolonial e pautada pela ancestralidade.

Como encontramos o referido artigo no idioma espanhol e não são todos os (as) pesquisadores (as) indígenas e não indígenas de nosso grupo de pesquisa que o dominam e entendendo a importância de termos no Brasil a sua versão traduzida e publicada na língua portuguesa visando torná-lo mais acessível para estudos, entramos em contato com o professor Emil' Keme e solicitamos a sua autorização para traduzi-lo e publicá-lo. Nesse contato ele gentilmente nos informou já existir uma versão traduzida para o português pela pesquisadora indígena Vanessa da Silva Sagica, dos povos Macuxi e Wapichana, ainda não publicada e nos autorizou a realizar essa empreitada em nosso país.

Tomando com o base o texto traduzido por Vanessa, realizamos algumas adequações e alterações que visaram facilitar o seu entendimento pelo (a) público, sem contudo alterar a fidedignidade ao texto original, e procedemos a sua revisão e formatação às normas da revista.

Assim, apresentamos este potente artigo aos (às) pesquisadores (as) de Pindorama, de Abiayla e de outos territórios que falam português, marca deixada por suas histórias coloniais, desejando que seja traduzido para outras línguas de povos originárias e sirva como inspiração, como serviu a nós do NALDEIA, especialmente aos(às) estudantes e pesquisadores(as) indígenas, para darmos seguimento às nossas lutas nos diversos campos científico, filosófico, educativo, cultural, artísitico, político, entre outros, tendo a firme convicção de onde falamos e de quem somos, filhos e filhas de Abiayala, vislumbrando a partir dela um novo mundo, ou melhor, novos mundos, frutos de uma terra madura plantada por nossos ancestrais e a qual devemos cuidar.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

Para que Abiayala viva, as Américas devem morrer:
rumo a uma indigeneidade trans-hemisférica[5]

Não precisamos de permissão para sermos livres.
Exército Zapatista de Libertação Nacional

Para o leitor que ainda não esteja familiarizado com a categoria de Abiayala[6], ela provém da cosmogonia do povo Guna, uma nação indígena da região Guna Yala (ou terra dos Guna), formalmente conhecida como San Blas, onde atualmente se localiza o Panamá[7]. Abiayala na língua Guna significa "terra em plena maturidade" ou "território salvo" (WAGUA, 2007: 342). Segundo a cosmogonia Guna, até hoje, se passaram quatro etapas históricas na evolução e formação da Mãe Terra. Cada etapa é denominada por um nome diferente. A primeira é Gwalagunyala. Nesta etapa, depois de ser criada, a Terra foi atingida consecutivamente por ciclones. A segunda, Dagargunyala, se caracteriza por ser uma fase de caos, doença e medo que culmina na escuridão. Na terceira, Dinguayala, a Mãe Terra é atormentada pelo fogo. Atualmente, vivemos na quarta etapa: Abiayala, a do "território salvo, preferido, amado por Baba e Nana" (WAGUA, 2007: 342). Abiayala é, também, o nome que os Guna usam para se referir ao que atualmente é, para outros, o continente americano na sua totalidade. O conceito ganhou repercussão continental depois que o líder Aimará, Takir Mamani, um dos fundadores do movimento indígena Tupaj Katari na Bolívia, chegou ao Panamá e soube do conflito entre as autoridades Guna e o norte-americano Thomas M. Moody, que em 1977 havia "comprado" a ilha Pidertupi, localizado na região de Guna Yala e que, desde então, passou a explorar o turismo na região. Moody, consequentemente, proibiu os Guna de pescar ao redor da ilha, o que gerou uma profunda tensão entre os indígenas e o norte-americano.

Os Guna então "pediram a intervenção do Presidente da República [Omar Torrijos Herrera] para retirar a empresa de turismo Moody's e o seu apoio à instalação de hotéis turísticos administrados pelos próprios [G]unas" (PEREIRO *et al.*, 2012: 82). Por ignorarem as demandas dos indígenas, alguns jovens Guna

[5] O leitor familiarizado com a obra de Russel Means (Oglala Lakota) perceberá que a inspiração para o título de minha obra vem do seu ensaio: "Para que a América viva, a Europa deve morrer". O ensaio de Means em espanhol pode ser acessado no seguinte link: http://lakotaes.skyrock.com/1931687975-Discurso-de-Russell-Means.html.

[6] Alguns acadêmicos e ativistas também usam "Abya Yala" e "Abia yala". Neste trabalho sigo a denominação sugerida pelo historiador Dule (pessoa Guna), Aiban Wagua, em seu livro Así lo vi y así me lo contaron.

[7] Os Guna são uma das oito nações indígenas oficialmente reconhecidas no Panamá. As outras sete são: Ngäbe, Buglé, Teribe/Naso, Bokota, Emberá, Wounaan e Bri Bri. A Região Guna Yala (também "Kuna" e "Kuna Yala") foi criada em setembro de 1938, e compreende uma área insular composta por cerca de 40 ilhas e 12 cidades. De acordo com o censo populacional de 2010 da República do Panamá, a população indígena da região de Guna Yala era de 33.109 pessoas. Segundo o mesmo documento em 2010, aproximadamente 30.000 pessoas se identificaram como Gunas em outras partes do Panamá (PEREIRO *et al.*, 2012: 16). O nome da região mudou oficialmente de "Kuna" para "Guna" em outubro de 2011, quando o Governo do Panamá atendeu o pedido dos saylas ou autoridades indígenas sobre o fonema da letra "K" que em sua língua materna não é empregado. Por isso o nome oficial dever ser "Guna" e "Guna Yala" ou "Gunayala".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

atacaram Moody e sua esposa, queimaram o seu hotel e o seu iate e mataram dois policiais. Moody, por sua vez, se refugiou na embaixada dos Estados Unidos e acusou os Guna de serem "comunistas" que queriam dominar o país e acabar com os "ianques". A notícia foi amplamente divulgada nos jornais e telejornais do Panamá. Mas ao final, os Guna saíram vitoriosos ao ganharem uma ação judicial contra Moody em defesa de seus territórios e de sua autonomia, o que obrigou o norte-americano a deixar Guna Yala. A ilha de Pidertupi, consequentemente, passou para as mãos do Congresso Geral Guna (CGK)[8].

Depois de ouvir sobre estes conflitos e lutas por sua autonomia territorial na região de Guna Yala, Mamani se reuniu com os "saylas" ou autoridades de Guna na ilha de Ustupu. E lhe disseram: "Todos usam o nome América para o nosso continente, mas nós temos usado o verdadeiro nome que é Abya Yala" (QUILLAGUAMÁN SÁNCHES, 2015: 3). Devido a sua capacidade de viajar para fóruns internacionais, os "saylas" então incumbiram a Mamani que difundisse esta mensagem para líderes e representantes de outras nações indígenas com o objetivo de usar o "verdadeiro nome" do continente. Mamaní seguiu o conselho dos saylas e divulgou a notícia em várias reuniões e fóruns internacionais, pedindo aos povos e organizações indígenas que, ao invés de usarem nomes como "América" ou "América Latina", usassem Abiayala em suas declarações oficiais para se referir ao continente. Mamani argumentou que reconhecer e "dar nomes estrangeiros a nossas vilas ou cidades e continentes equivale a submeter nossa identidade à vontade de nossos invasores e de seus herdeiros" (QUILLAGUAMÁN SÁNCHES, 2015: 3). Assim, renomear o continente é o primeiro passo para a descolonização epistêmica e para o estabelecimento de nossas soberanias ou autonomias indígenas[9]. Desde a década de oitenta, muitos(as) ativistas indígenas, escritores(as) e organizações acolheram a sugestão de Mamani e do povo Guna. Abiayala tornou-se, não somente, o nome para se referir ao continente, mas também um lugar diferenciado de enunciação cultural e política indígena (MUYOLEMA, 2001: 329)[10].

Neste trabalho, quero retomar o pedido dos Guna e Mamani com o objetivo de propor Abiayala como uma ponte indígena trans-hemisférica. Ao evocar esta categoria, pretendo estabelecer um diálogo que potencialmente sirva para gerar alianças políticas para a formação de um novo bloco indígena e não indígena que enfrente as políticas culturais e econômicas etnocêntricas incorporadas às ideias de "América" e "América Latina"/ "Latinidade" a nível nacional, continental e trans-hemisférico[11]. Me parece que o momento é apropriado devido aos constantes enfrentamentos que estamos tendo com os "modernos" estados-nação, os

[8] O Congresso Geral Guna (CGK) foi formado e institucionalizado em 1945. É o órgão máximo político-administrativo dessa nação indígena e é formado por representantes de 49 comunidades da Comarca Guna Yala. Para mais informações sobre ele, visite seu site: http://www.gunayala.org.pa/index.htm (Comarca Gunayala, 2013).

[9] Incluo ambos os termos "soberania" e "autonomia" tendo em vista que foram utilizados por diversas nações indígenas em Abiayala. Os zapatistas Maias em Chiapas, no México, por exemplo, falam de "comunidades autônomas", enquanto que nações indígenas, de onde hoje é os Estados Unidos e o Canadá, devido ao histórico de tratados que reconhecem os seus territórios tradicionais com o governo hegemônico, ressaltam seu status "soberano" . Essas discussões são complexas, e neste momento não tenho tempo para aprofundar-me nelas. Para tanto cabe ressaltar o valioso trabalho de Glen Coulthard (2014) sobre as Primeiras Nações no Canadá e suas lutas por soberania. Segundo Coulthard, não devemos confundir as lutas por nossa autodeterminação com políticas de reconhecimento. Nosso trabalho implica em invalidar a legitimidade do moderno/colonial estado-nação e suas políticas de "reconhecimento" indígena para materializar nossas soberanias.

[10] Até onde tenho ciência, a "Declaração de Quito de 1990" (ENCUENTRO CONTINENTAL DE PUEBLOS INDÍGENAS, 1990) é o primeiro documento oficial indígena que usa o termo Abiayala de forma política e coletiva. Como se sabe, o encontro "500 anos de resistência indígena" aconteceu em Quito, Equador, entre os dias 17 e 21 de julho de 1990. Este encontro contou com a presença de representantes de 120 nações indígenas do hemisfério, Organizações Internacionais e organizações não indígenas sem fins lucrativos. O encontro teve como objetivo "concretizar de vez uma linha de trabalho e de coordenação que nos permita avançar definitivamente em nossa demanda por justiça, respeito e liberdade" (art. 89). A Declaração, entre outras coisas, fala da "defesa e conservação da natureza, de Pachamama, de Abya-Yala, do equilíbrio do ecossistema e da conservação da vida" (art. 100).

[11] A partir de agora, usarei a América (Latina) para me referir a esse contexto geopolítico.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

quais se caracterizam por reciclar lógicas colonialistas que continuam a nos prejudicar. Trata-se, portanto – como personificado pela luta do povo Guna contra Moody e pela articulação da categoria de Abiayala – do desenvolvimento de pensamentos e estratégias indígenas coletivas para a restituição e dignidade da vida indígena e de nossas soberanias.

Indigeneidade trans-hemisférica

Antes de prosseguir, devo fazer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, evoco como categoria "Povos Indígenas" tendo em vista as contradições que isso acarreta. Como se sabe, quando Cristóvão Colombo invadiu nossos territórios, nomeou o "Novo Mundo" de "Índias Ocidentais" e nos impôs o termo "índio", que nos aprisionou epistemologicamente, apagando nossa "densidade" ou nossas profundas complexidades como sociedades indígenas (ANDERSEN, 2009). Desde 1492 em Abiayala, o termo índio "foi utilizado indiscriminadamente a toda a população indígena, sem considerar nenhuma das profundas diferenças que distinguem os diversos povos e sem fazer concessões às identidades preexistentes" (BONFIL BATALLA, 2011: 111). E não é somente isso, "índio" tem sido usado para controlar e subjugar nossas identidades, a fim de enfraquecer nossos direitos de usar filiações étnicas que marcam nossas diferenças como povos; isto é, como Navajos, Cherokees, Aymaras, Mohawks, Mapuches, Maya K'iche'. Devemos ter em mente, por exemplo, que os primeiros habitantes deste continente

> estavam, segundo estimativas modernas, divididos em pelo menos dois mil povos, e muitas sociedades praticavam uma multiplicidade de costumes e modos de vida, tinham uma variedade enorme de valores e crenças, falavam várias línguas, mutuamente compreensíveis por muitos dos falantes e não se reconheciam como um único povo – se eles próprios conhecessem outros povos. (BERKHOFER Jr., 1997: 3)[12]

É preciso pois reconhecer que definições de indígena têm origens coloniais e que, ao invés de constituírem construções unificadas, fixas e imutáveis, elas se caracterizam por serem constantemente e historicamente híbridas, reestruturadas e renegociadas nos níveis local, nacional e global.

Daí que também devemos reconhecer que somos sujeitos colonizados, operando nos espaços e estruturas institucionais estabelecidas pelo colonialismo espanhol, francês, holandês, português e britânico; e os sucessivos colonialismos internos ou os estabelecidos pelos colonizadores descendentes dos primeiros invasores. Essas experiências obviamente geraram relações complicadas entre as nações indígenas, nossos territórios, o estado-nação e a modernidade, as quais se caracterizam pelo que a antropóloga da Nação Osage, Jean Dennison (2012), chamou de "emaranhados coloniais". Ou seja, nossas lutas pela autodeterminação dependem de constantes negociações, assim como para a promoção e elaboração de críticas que descentralizem e desarticulem narrativas dominantes da América (Latina) fundamentadas em nossos sofrimentos e na apropriação de nossos conhecimentos.

Devemos reconhecer que os processos de conquista não foram concluídos nem abandonados. Em vez disso, a "lógica de eliminar o nativo" – para citar a obra de Patrick Wolfe (2006) – continua sendo o princípio organizador dos modernos Estados-nação e suas instituições hegemônicas. Estes usam várias táticas

[12] Das milhares de línguas que Berkhofer menciona, hoje sobrevivem mais de 1000 línguas indígenas, as quais falam de nossas diferenças, ou de nossa diversidade quanto nações indígenas (Maya K'iche', Aymara, Quechua, Navajo, Osage, etc.). Consulte o site Ethnologue: Languages of the World para acessar informações sobre as línguas indígenas faladas atualmente no continente: https://www.ethnologue.com/region/Americas

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

para obter acesso aos territórios indígenas; muitas vezes com estratégias de cumplicidade ou cooptação de setores indígenas que permitiram ao Estado-nação alcançar seus objetivos políticos e econômicos. Trata-se pois, de contrariar essas lógicas, questionando as forças que moldam, restringem ou geram oportunidades de transformação e, assim articule um projeto que nos represente individual e coletivamente. A descolonização não deve ser uma metáfora (TUCK e YANG, 2012) porque atualmente – como no passado – de norte a sul, de leste a oeste, continuamos lutando para defender nossos territórios, para recuperar nossas soberanias e por nosso pleno direito para restituir e dignificar nossas vidas como indígenas.

Devo reiterar que, ao dizer isso, não estou pensando apenas em nossos desafios epistemológicos e políticos para o Ocidente e seus legados coloniais. Várias mulheres e homens indígenas também internalizaram e atualizaram os valores legados pelos invasores e seus descendentes. Não devemos ignorar as críticas sobre como a incorporação dos valores europeus nas classes negras e indígenas concebidas de certa autoridade os levou a oprimir, algumas vezes de forma ainda mais cruel e feroz, os seus próprios irmãos e irmãs. Um embate com o sistema hegemônico deve começar com uma avaliação e um confronto entre nós mesmos. Reconhecer que em muitos momentos históricos participamos ativamente da afirmação dos valores ocidentais, o que, entre outras coisas, inclui a afirmação de um sistema heteropatriarcal e heterossexual que exclui as mulheres indígenas ou atitudes que desrespeitam os direitos das pessoas com diferentes orientações sexuais.

Em suma, ao reconhecermos as limitações da categoria "índio" ou "indígena", a homogeneização de nossas experiências articulará princípios que nos unem. Craig Womack (1999: 237) enfatiza que, embora as nações indígenas

> tenham diferentes idiomas, diferentes cerimônias, diferentes religiões, diferentes economias, diferentes histórias, diferentes formas de governo, todas elas convergem para um legado de roubo de terras, populações dizimadas e um roubo cultural forjado.

Nessa linha de argumentação, apesar de suas origens e enredamentos coloniais, conceitos como "índio" ou "indígena" ou "indigeneidade" nos servem como armas de persuasão política. Tais conceitos mantêm uma validade jurídica frente às instituições hegemônicas e são historicamente dependentes de seu contexto e situação. Logo, proclamo a ideia de indigeneidade trans-hemisférica ou global, não com a intenção de articular o essencialismo, ou uma generalização de nossas densidades, mas sim quanto proposta de um coletivo indígena baseado nas experiências que nos unem. Meu objetivo é interpelar uma coletividade de povos indígenas, bem como àquelas(es) aliadas(os) não indígenas que lutam para transcender às condições do colonialismo interno/externo e à sua lógica de eliminação.

Ao propor Abiayala como nosso lugar de enunciação indígena trans-hemisférica, tenho plena consciência das complicações ideológicas e políticas que isso também acarreta. Alguns críticos certamente questionarão as barreiras linguísticas e as contradições existentes ao abordar os processos de descolonização ou autodeterminação em línguas hegemônicas. Uma das ironias, por exemplo, é que o diálogo e a troca entre Takir Mamani e os Saylas Guna a respeito do projeto Abiayala, provavelmente tenha ocorrido em espanhol. Apesar de levar em conta o incrível peso colonizador das línguas hegemônicas, elas também possibilitaram diálogos e trocas entre nós. Mas, embora seja compreensível pensar nessas línguas e no seu potencial para criar pontes indígenas, também devemos estar alertas para os perigos de supervalorizá-las.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

A título de exemplo, cabe assinalar certas contradições e limitações em relação a algumas propostas de indigeneidade global a partir das línguas dominantes. Em seu livro, *Trans-Indigenous*, Chadwick Allen (2012) enfatiza muitas vezes o seu interesse em "expandir o arquivo e explorar novas metodologias para uma literatura indígena global em língua inglesa" (2012: xxxii). Ao longo de seu estudo, Allen (2012) nos lembra constantemente que sua proposta se baseia em textos escritos e produzidos "primeiramente em inglês" (2012: xi, xii-xv, xviii, xxxii, 135 e seg.). Apesar de sua valiosa contribuição, a proposta de Allen, em seu chamado para uma "indigenidade global", oblitera as contribuições de ativistas e intelectuais indígenas de outras partes do "globo" (particularmente do sul de Abiayala), ainda que essas contribuições tenham sido traduzidas ao inglês. Essa posição é evidente no seu artigo, "Descolonizando comparações", que complementa seu livro. Allen (2014: 378) chama a atenção para "uma lista impressionante de ativistas/intelectuais indígenas *ao redor do mundo*" (grifo nosso) que efetivamente articularam estratégias libertadoras às ameaças constantes do colonialismo e do imperialismo. Em sua lista, Allen (2014: 378) menciona Taiaiake Alfred do Canadá,

> Linda Tuhiwai Smith de Aotearoa, Nova Zelândia; Aileen Moreton Robinson da Austrália; Noenoe Silva do Havaí; e Simon Ortíz, Jack Forbes, Gerald Vizenor, Robert Warrior, Craig Womack, Jace Weaver, Jolene Rickard e Lisa Brooks, entre outros, dos Estados Unidos[13].

Não tenho dúvida sobre as valiosas contribuições dos(as) ativistas/acadêmicos mencionados por Allen, mas a sua posição geopolítica ao privilegiar uma indigeneidade global que parte dos ambientes demarcados por uma genealogia e ancestralidade linguístico-colonial anglófona. Propostas como essas justificam a reclamação expressa por Victoria Bomberry (2012: 213) em relação ao desenvolvimento de estudos indígenas, onde atualmente se localizam os Estados Unidos e o Canadá:

> Parece-me que o desenvolvimento do campo dos estudos nativos americanos foi afetado por um foco míope dentro das fronteiras americanas, a qual nega as realidades atuais e reproduz construções coloniais, incluindo a alteridade dos povos indígenas do sul da fronteira estadunidense-mexicana.

É necessário destacar que essas atitudes não são características dos indígenas do norte de Abiayala. Uma "miopia" muito semelhante à de Allen caracteriza muitas posições indígenas do sul e a insistência de que Abiayala é um projeto que corresponde meramente aos ambientes geopolíticos do que hoje é a "América Latina". Ao contrário das propostas existentes de "Indigeneidade global", que privilegiam as trocas indígenas "principalmente" produzidas em inglês, espanhol, francês ou português, minha proposta pretende manobrar com base a uma desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2009) que transcende fronteiras linguísticas e geopolíticas e estabelecer alianças que nos levam a construir e materializar – como diz o *slogan* zapatista – um mundo onde caiba muitos mundos.

[13] No mesmo artigo, em seu discurso presidencial, na conferência NAISA, em 2014, Allen tentou retomar sua posição reconhecendo o trabalho de escritores nativos americanos, como Allison Hedge Coke, que traduziu e publicou o trabalho de escritores indígenas americanos para o inglês do sul de Abiayala, e os encontros internacionais que resultaram na formação de importantes organizações internacionais como o Conselho Mundial dos Povos Indígenas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

Abiayala: nosso lugar de enunciação

Isso me leva a questionar: O que significa pensar em um mundo a partir da pluralidade de nossas experiências indígenas? Pensar nas mais de 1000 línguas faladas pelos Povos originários e que sobrevivem até hoje em nosso hemisfério? Como afirma a pesquisadora maori Linda Tuhiwai Smith (2012), no século XXI, uma nova agenda de ativismo indígena se estende para "além de aspirações decoloniais de uma comunidade indígena particular" e é direcionada "para o desenvolvimento de alianças estratégicas indígenas a nível global" (2012: 108). De fato, estamos em um momento em que devemos e temos que aprender a criar pontes entre nós quanto Povos Indígenas. Compartilhar nossas histórias e experiências para expor nossas semelhanças e diferenças em termos de línguas, culturas, ideologias, políticas... Estamos em um momento em que muitas de nossas histórias e lutas estão se tornando mais visíveis, dando-nos oportunidades de gerar novas alianças e trocas para desenvolver agendas contra essas opressões que nos mantiveram em condição de subalternidade.

Alguns dirão que um dos problemas óbvios é a falta de trocas epistemológicas multilíngues. São poucos os trabalhos de intelectuais e ativistas indígenas do norte de Abiayala que foram traduzidos para o espanhol e para o português[14]. Ainda que limitados, os melhores trabalhos feitos foram traduzidos e publicados em inglês, de textos provenientes do sul de Abiayala[15]. Apesar dessas limitações, tem-se gerado importantes diálogos a respeito de uma indigeneidade global com publicações acadêmicas como: *Indigenous Experience Today* (editado por Orin Starn e Marisol de la Cadena, 2009), *Indigenous Peoples and Autonomy* (editado por Mario Blaser e outros), *Decolonizing Native Histories* (editado por Florencia Mallon, 2012), *Comparative Indigenousities of the Americas* (editado por Bianet Castellanos, e outros, 2012), *Indigeneity* (editado por Guillermo Delgado e John Brown, 2012), *The World of Indigenous North America* (editado por Robert Warrior, 2014), *The Oxford Handbook of Indigenous American Literature* (editado por Daniel Heath Justice e James Cox, 2014), *Los cinco puntos cardinales en Literatura Indígena Contemporanea* (editado por Gloria Chacon e outros, 2015). Talvez por ironia, mas foram as redes sociais como o Facebook, que possibilitaram uma valiosa troca de diálogos e conhecimentos, por meio da constante divulgação de artigos e livros em PDF, facilitando o acesso a muitas obras indígenas e, em alguns casos, omitindo o alto custo que seria para obtê-las.

Embora seja importante celebrar esses passos rumo à criação de pontes indígenas trans-hemisféricas, não devemos esquecer que mais de mil línguas indígenas sobrevivem em nosso hemisfério e que é essencial gerar apoio para a sobrevivência e revitalização dessas línguas. Esta deve ser uma de nossas prioridades.

Isso me remete à discussão do projeto cultural e civilizatório de Abiayala. Muitos leitores se perguntarão por que usar esta categoria e não outra, como Isla Tortuga, Anahuac, Tawantinsuyu ou Pindorama.[16] Embora essas categorias evoquem narrativas sobre a criação do mundo e do universo similares a de Abiayala,

[14] Devo confessar minha alegria ao encontrar algumas obras indígenas em algumas livrarias de Iximulew, como *La casa hecha de alba*, de Scott Momaday, e *El general Custer murió por vuestros pecados*, de Vine DeLoria Jr. É, igualmente, louvável os esforços de editoras como Abya Yala no Equador e LOM no Chile, os quais traduziram obras primordiais para o espanhol como: *Disciplinar los salvajes,* de Martin Nakata, ou *Descolonizar las metodologias*, de Linda Tuhiwai Smith.

[15] Obras de várias épocas como "Popol Wuj", "Los Anales de los Kaqchikeles", "El Huarochirí", "El tiempo principia en Xibalbá" de Luis de Lion, entre muitas outras, estão disponíveis em inglês para se pensar em estratégias curriculares ou intercâmbios trans-hemisféricos.

[16] A categoria de Isla Tortuga tem sido usada para demarcar os territórios indígenas onde hoje é a "América do Norte" (México, Estados Unidos e Canadá). Da mesma forma, Tawantinsuyu corresponde ao que é hoje a região andina (Peru, Equador, Bolívia), Anahuac tem sido usado para se referir ao que é hoje a Mesoamérica (México e América Central), e

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

até onde sei, o seu constante emprego no mundo indígena contemporâneo se associa a certos povos indígenas e a contextos geopolíticos, muitas vezes seguindo e respeitando as divisões territoriais e linguística impostas pelos invasores espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses e franceses. Ou seja, a ideia de Isla Tortuga comumente se refere aos territórios e povos indígenas do "norte", particularmente aqueles espaços geográficos onde os britânicos constituíram suas instituições hegemônicas e onde a língua inglesa foi adotada por muitos nativos americanos onde hoje se localiza os Estados Unidos e o Canadá. Da mesma forma, Tawantinsuyu geralmente se refere à região andina, particularmente aqueles territórios e povos que estão associados às civilizações Inca e Aymara, e que foram posteriormente colonizados pelos espanhóis.

Contrária a essas postulações, a ideia de Abiayala tem sido articulada consciente e politicamente como uma proposta com claras pretensões transnacionais. Sua articulação epistemológica surge na contramão das ideias da América (Latina) para, ao mesmo tempo, contrariar o legado colonial e recuperar o hemisfério para o mundo indígena. Abiayala nos oferece pois a possibilidade de articular um lugar de enunciação coletiva que ultrapasse as fronteiras impostas pelos europeus e seus descendentes; a possibilidade de repensar e resgatar o mundo a partir de nossos legados epistemológicos que são milenares. É necessário destacar que, como Povos Originários, vivemos neste hemisfério muito antes dos invasores e de seus descendentes forjarem ideias de "América (Latina)", "América Hispânica", "Ibero-América", "Índias Ocidentais"? Daí a necessidade urgente de repensar nosso hemisfério a partir de Abiayala. Até onde sei, não há nenhuma outra nação indígena que elabore uma proposta de renomear o continente, imaginado como um projeto e posicionamento indígena coletivo.

Agora bem, quando falo de Abiayala como nosso lugar de enunciação, não estou propondo o cancelamento ou omissão de categorias como Isla Tortuga, Tawantinsuyu, Anahuac, Pindorama ou qualquer outra que seja utilizada por qualquer nação indígena do continente. Trata-se, antes de tudo, de reconfigurar o mapa do nosso hemisfério de acordo com os nomes e parâmetros usados por nossos ancestrais e seus descendentes. Abiayala pode ser o nome indígena do nosso continente, para que então possamos reativar outras categorias indígenas dentro de Abiayala. Além de continuar afirmando as categorias de Isla Tortuga, Mayab', Pindorama, Anáhuac e Tawantinsuyu, devemos recuperar e afirmar muitas outras, como "Wallmapu", a categoria usada pela nação Mapuche para se referir à região de Araucanía onde hoje se localiza o Chile e a Argentina, ou também Guajira, usado pela nação Wayuu onde hoje se localiza as costas da Colômbia e da Venezuela. Também podemos resgatar o nome indígena de Guanahani para renomear "San Salvador" nas Bahamas e, assim, reativar a memória do povo indígena Lucayan no Caribe. Essa memória, como bem se sabe, foi pisoteada por Cristóvão Colombo no equivocado "descobrimento"[17].

Ressalta-se que, essas lutas para reativar e recuperar os nomes ancestrais de nossos territórios não são nada novas. Inclusive, culminaram em campanhas exitosas de afirmação de nossa memória histórica. Desde 1975, os membros do povo Koyukon, da nação Athabasca onde hoje é o Alasca, Estados Unidos, solicitaram

Pindorma é a categoria que os Tupi-Guarani usaram para referir-se ao que hoje é o Brasil antes da chegada dos portugueses. Para discussões mais detalhadas sobre essas categorias, consultar os estudos de: Hewitt (1974), Reynaga (1978), Sevcenko (2000) e Moonen (1983).

[17] Recordemos a violência epistêmica de Colombo ao tentar apagar a memória indígena no Caribe: "A primeira vez que falhei dei o nome de São Salvador em comemoração à sua Alta Magestat, que maravilhosamente deu tudo isso; os índios a chamam de Guanahaní. A segunda nomeei a ilha de Santa María da Conceição, a terceira, Ferrandina; a quarta de Isabela; a quinta ilha Juana, e assim a cada uma um novo nome" (COLOMBO, 1965: 140). Note-se como o almirante genovês deixou categoricamente de lado o nome indígena da ilha para impor os nomes castelhanos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

ao governo federal dos EUA que mudasse o nome da montanha mais alta no norte de Abiayala. O governo federal em 1917 oficializou o nome da montanha como McKinley para homenagear o presidente dos Estados Unidos, William McKinley (1897–1901). No entanto, muito antes de 1917, os povos indigenas reconheciam a montanha como Denali ou Deenaalee ("a mais alta" na língua Koyukon). Em sua visita ao Alasca em setembro de 2015, o presidente Barak Obama finalmente reconheceu as demandas da nação Koyukon e do estado do Alasca para recuperar e renomear a montanha de Denali.

Os esforços para recuperar os nomes indígenas de nossos territórios também caracterizam o valioso trabalho do cartógrafo Aaron Carapella, que há mais de quinze anos trabalhou para reconfigurar o mapa de nosso hemisfério a partir de milhares de nomes indígenas. Seu mapa, Nações Tribais do Hemisfério Ocidental, é uma contribuição indispensável para repensar nosso continente a partir da memória de nossos ancestrais (imagem 1).

Imagem 1 – Mapa de Abiayala a partir dos nomes tradicionais de seus povos originários. Fonte: Arquivo do autor.

Segundo Carapella, o mapa contém os nomes de aproximadamente 3.000 nações indígenas em todas as geografias de nosso hemisfério, e é até hoje o mapa mais completo dos nomes originais de nossos territórios antes e depois da chegada dos europeus. Carapella (2016) destaca que o mapa deve ser um lembrete visual:

> de quem chamou esses territórios de lar por milhares de anos, antes de qualquer europeu pisar no hemisfério. Atualmente serve para criar um sentimento de orgulho para os indígenas, bem como para educar os não indígenas. Para os povos indígenas, esta terra sempre será nosso território ancestral. (In: *Tribal Nations*)

Embora Abiayala e outros nomes indígenas em nosso continente ainda não sejam termos conhecidos entre povos de comunidades isoladas, trata-se de tra-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

balhar para que as asas desses projetos alcancem gradativamente uma multiplicidade de espaços a fim de ativar e dignificar nossa memória ancestral. Que este seja o primeiro passo para a criação de um movimento global indígena e não indígena contra o neoliberalismo predatório. Que estes sejam, entre outros, os princípios plurais que nortearão nossos caminhos para nosso fortalecimento coletivo.

Entendo também que alguns leitores pensem que ao propor Abiayala como nosso lugar de enunciação, estou propondo um projeto civilizatório que representa o perigo de atualizar o "racismo reverso", ou a mesma lógica colonialista que os invasores europeus e seus descendentes nos legaram. Em primeiro lugar, o desenvolvimento e a afirmação de uma consciência cultural e política indígena coletiva não é o mesmo que racismo. Como mencionei acima, somos sujeitos colonizados, e tanto o Estado-nação quanto suas instituições hegemônicas nos exortam e nos ensinam, diariamente, a nos odiar, a interiorizar ideias de supremacia branca e crioulo-mestiço nos quesitos de beleza, religião, história, etc. Daí a necessidade urgente de dignificar as nossas culturas através de um projeto civilizatório próprio que emane das nossas histórias milenares e dos nossos valores ancestrais.

Em segundo lugar, ao dizer isso, também não pretendo obscurecer a complexidade das narrativas hegemônicas ou de nossas experiências humanas. Também tenho consciência de que as alianças com certos setores indígenas e não com outros podem gerar profundas tensões. Exemplo disso é o governo de Evo Morales na Bolívia, que em 2011 aprovou a construção de uma rodovia no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS). Este território de cerca de 1, 2 milhões de hectares, ao norte, é povoado por povos indígenas amazônicos como os Mojeños-Trinitarios, Chimanes e Yuracarés. No sul habitam as populações indígenas Quéchua e Aymara. Estes últimos são chamados de "colonizadores" porque migraram e se estabeleceram nesses territórios a partir da década de setenta. Esses setores indígenas ao sul do TIPNIS também são os que representam o círculo eleitoral do governo Morales e que apoiam a construção da rodovia, pois facilitaria o transporte de suas mercadorias. Após sua aprovação, esse projeto "modernizador" gerou resistência dos povos do norte da Amazônia, estes argumentavam que o projeto traria graves consequências ecológicas para a região, incluindo o deslocamento de vários habitantes de seus territórios ancestrais.

Em agosto de 2011, começaram as marchas de protesto contra a construção do empreendimento que durou 65 dias. Morales, por sua vez, denunciou e até reprimiu os protestos, argumentando que se tratava de uma "conspiração imperialista" (WEBBER, 2012). Morales insistia que "a rodovia era necessária para trazer desenvolvimento econômico para as comunidades pobres [da Amazônia]" (FRANTZ, 2011). No entanto, as repressões fortaleceram o movimento popular amazônico e consequentemente pressionaram o governo Morales a interromper a construção do empreendimento. Em dezembro do mesmo ano, Morales chegou a aprovar a Lei dos Intangíveis, que propõe não "tocar" os territórios ancestrais para a exploração do comércio. Esta decisão desencadeou uma série de protestos liderados por organizações quéchuas e aimarás como o Conselho Indígena do Sul (CONISUR), moradores de Cochabamba e San Ignacio de Moxos e setores cocaleiros que apoiavam o governo Morales e a construção da estrada. O debate, até hoje, permanece em aberto sobre se os projetos extrativistas de modernização são os mais adequados para atender às necessidades dos povos indígenas.

Contradições e tensões entre os setores indígenas, como as que ocorreram na Bolívia, caracterizam muitas de nossas experiências a níveis comunal, nacional e

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

transnacional. Essas contradições e tensões não são novas e certamente precederam às invasões europeias de nossos territórios; elas fazem parte de nossa complexa experiência humana que, como sugeri acima, tem sido muitas vezes obliterada tanto pelos discursos hegemônicos elaborados pelos invasores europeus e seus descendentes bem como por nossos aliados e até por nós mesmos.

Ao chamar a atenção para essas complexidades, meu objetivo é torná-las visíveis. Trata-se de mostrar que a concretização do projeto de Abiayala envolve muitos desafios dentro e fora do campo acadêmico. É impossível transcendê-los? Penso que não. Ao contrário, devemos aprofundar os diálogos existentes e as trocas dentro e fora dos espaços institucionais. Encontros internacionais como os promovidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que em 2014 realizou a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, têm sido essenciais. A nível organizacional, também podemos citar os trabalhos do Consejo Internacional de Tratados Indios (CITI) e El consejo de Pueblos Indígenas Mundial (WCIP, sua sigla no inglês), ou os congressos acadêmicos como o Congreso Internacional: Los Pueblos Indígenas de América Latina (CIPIAL), a Asociación de Estudios Nativo Americanos e Indígenas (NAISA, sigla em inglês), que aprovou também a criação do grupo de trabalho Abiayala, a Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA, sigla em inglês) e suas seções de Etnicidad, Raza y Pueblos Indígenas (ERIP) e "Otros Saberes", entre vários outros[18]. Esses espaços têm sido importantes para a troca de ideias e conhecimentos, o que em certos casos permitiu transcender até mesmo as barreiras linguísticas na elaboração de políticas que permitem imaginar o potencial de um projeto trans-hemisférico para Abiayala.

Juntamente com essas trocas, também é necessário defender a crítica permanente a todas as posições que ameaçam nossos esforços para recuperar e defender nossos territórios ancestrais, dignificar e restaurar nossa vida indígena. Acredito que devemos desenvolver categorias de análise que não percam de vista a materialidade de nossas experiências em termos econômicos, sociais, culturais, linguísticos, de gênero, etc. Da mesma forma, devemos continuar vitalizando os princípios emancipatórios de nossos povos; isto é, a partir de nossas cosmogonias e das formas de coesão social que têm sido a pedra angular de nossa sobrevivência. Devemos seguir os passos e discutir as propostas de mulheres e homens indígenas que hoje, como no passado, estão guiando os caminhos de nossa emancipação. Basta mencionar aqui o Zapatismo no que hoje é Chiapas, México, os protetores da água em Standing Rock, Dakota do Norte, e Idle No More no que hoje é o Canadá. Que esses movimentos, conjuntamente com aquelas mulheres e aqueles homens indígenas e não indígenas que lutam em defesa da Mãe Terra, sejam o ponto de partida de nossos esforços para resgatar nossa memória e nossa relação orgânica com nossos territórios. Trata-se, portanto, de continuar gerando um consenso coletivo que manifeste nossa oposição histórica aos deploráveis princípios econômicos mercantilistas e etnocêntricos, que nos mantiveram em condições de subalternidade.

Devo esclarecer também que ao propor Abiayala como nosso lugar de enunciação política, não estou sugerindo um projeto exclusivo para os Povos Indígenas. Em nossas caminhadas pela emancipação, muitas irmãs e irmãos caminharam conosco e, às vezes, se sacrificaram muito mais do que alguns indígenas. Como afirma Leanne Simpson (2010, xiii), "cada vitória arduamente conquistada

[18] Essas seções da NAISA e LASA têm trabalhado para apoiar a presença e os debates sobre ativistas/acadêmicos indígenas (e afrodescendentes no caso de ERIP e Outros saberes) do sul de Abiayala, que tem sido importante para pensar e aprofundar trocas valiosas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

foi resultado direto das alianças e relações de solidariedade que criamos, mantemos e alimentamos, com o apoio de outras nações indígenas, círculos ambientalistas e organizações de justiça social", como grupos religiosos, ativistas de direitos humanos que "estiveram ao nosso lado como aliados e amigos, muitas vezes desempenhando vários papéis e responsabilidades, sempre sob circunstâncias desafiadoras" (2010, xiii).

Em suma, não podemos passar despercebidos diante do vigor, da ressonância e do potencial que o projeto Abiayala está tendo entre acadêmicos(as) e ativistas indígenas e não indígenas. Isso nos permite perceber uma oportunidade valiosa para articular uma política indígena civilizadora e necessária numa nova era de grandes desafios para as nações indígenas em nosso hemisfério e em outras partes do planeta.

As Américas devem morrer

Ao propor uma ressignificação epistemológica e geográfica do nosso hemisfério a partir da perspectiva de Abiayala, devo esclarecer que não estou propondo o cancelamento das ideias de "América" ou "América Latina". Pelo contrário, proponho o fim dessas categorias para aquelas e aqueles de nós que se identificam como indígenas. Isso porque temos a obrigação de desenterrar e afirmar nossas próprias referências milenares para nos reconhecermos em nosso próprio hemisfério. Além disso, as ideias de "América (Latina)" representam projetos etnocêntricos que, consciente ou inconscientemente, justificam nossa exclusão e colonização. Sendo dessas exclusões que emana Abiayala como nosso projeto cultural e civilizatório.

De fato, seguindo os postulados do acadêmico Kichwa Armando Muyolema, Abiayala é um conceito que desafia a ideia de América Latina ou das Américas precisamente porque estes projetos continuam sendo constitutivos de lógicas colonialistas. Essas lógicas sustentam e afirmam as aspirações e os projetos geopolíticos das populações brancas e crioulas mestiças. Embora alguns estados-nação modernos tenham oficializado algumas línguas indígenas, essas línguas e culturas não adquiriram um *status* nacional; ou seja, muitas delas não são línguas incluídas no currículo educacional que seja acessível a todas as populações dentro de um país. Por outro lado, as ideias de cidadania disseminadas pelos Estados-nação, por meio de narrativas de "miscigenação" ou do "quociente sanguíneo" (*blood quantum*), buscam somente apagar nossas origens milenares.

Por exemplo, ao reconhecermos as dimensões opressivas dessas narrativas hegemônicas, muitos ativistas e pensadores indígenas articularam outras narrativas para combatê-las. Em seu estudo *Hawaiian Blood* (Sangue Havaiano), J. Kêhaulani Kauanui (2008) desenvolveu um questionamento rigoroso sobre as políticas de quociente sanguíneo no Havaí, que serviram aos poderosos para deslegitimar a identidade dos Kanaka Maoli ou dos verdadeiros povos originários do Havaí. Esta política, introduzida na ilha em 1920, tem funcionado cultural e juridicamente com uma lógica redutora, minando noções de identidade indígena baseadas na genealogia. Segundo Kauanui (2008: 10), as políticas de classificação do "quociente sanguíneo representam um projeto colonial a serviço da alienação e desapropriação dos territórios indígenas. A classificação indígena baseada no quociente sanguíneo não permite a construção do poder político dos Kanaka Maoli porque se baseia na exclusão, ao mesmo tempo que reduz os havaianos a uma minoria racial, em vez de uma nação indígena com reivindicações de soberania nacional.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

De forma semelhante às políticas de quociente sanguíneo, a "miscigenação" tem sido usada para justificar projetos de desindianização e desapropriação territorial. A miscigenação é a categoria que muitos usam na América Latina para não se reconhecerem como indígenas e para afirmar o status quo de crioulos-mestiços a nível étnico/racial e econômico. Devido a esse fato, muitos ativistas e escritores indígenas rejeitam o termo miscigenação. Em sua *Revolución india*, o escritor aimará Fausto Reinaga (2010: 45) afirma que: "Não sou escritor nem literário mestiço. Eu sou indígena. Um indígena que pensa; que faz ideias; que cria ideias. Minha ambição é elaborar uma ideologia indígena; uma ideologia da minha raça".

Da mesma forma, o escritor Maya kaqchikel, Luis de Lion diz: "Não posso participar da chamada miscigenação justamente porque o hispânico é a negação da minha língua, da minha cultura" (MONTENEGRO, 2004: 8). Também é preciso ressaltar a importante campanha de mídia realizada nos últimos anos pelo movimento Nican Tlaca ("Nós, o povo aqui" na língua Náuatle) como uma maneira para rejeitar as categorias de "hispânico", "latino", "mestiço", e uma forma de afirmar uma identidade indígena transnacional. Neste sentido, este trabalho se justifica da seguinte forma: "Nós devemos reconstruir nossa nação Anáhuac para sermos libertos da ocupação europeia sob a qual fomos escravizados. Devemos nos declarar como a raça de Nican Tlaca, usando a civilização Mexica e a nação Anáhuac como ponto de unidade e pontos de nossa libertação" (MEXICA MOVEMENT, 2014) (Imagem 2)[19].

Imagem 2 – Campanha do movimento Nican Tlaca. Fonte: Arquivo do autor.

[19] Para mais informações sobre o Movimento Nican Tlaca/Mexica, consulte: http://www.mexica-movement.org/ Além de cartazes, também desenvolveram vídeos divulgados em mídias sociais como YouTube, Facebook, etc. Veja, por exemplo, o vídeo "Latinos/Hispânicos Têm Ancestrais Nativos Americanos": https://www.youtube.com/watch?v=AHwlgi6zu9E.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

As ideias de “América” ou “América Latina” foram concebidas como projetos que nos excluíam descaradamente dos seus ideais políticos e de civilização. Como se sabe, o nome “América’ começou a adquirir preeminência hegemônica no que hoje são os Estados Unidos no final do século XVIII. Os britânicos se referiam aos Indígenas e aos colonos pejorativamente como “americanos’. Portanto, os colonos que buscavam a independência dos britânicos adotaram o conceito positivamente para combater a cidadania britânica. Em seu discurso de despedida em 1797, George Washington declamou publicamente que “O nome Americano que lhes pertence quanto nacionalidade, mais do que ser um apelo deve sempre exaltar o orgulho do patriotismo” (US HISTORY, 2024: s/p). John Adams fez reivindicações semelhantes às de Washington em março do ano seguinte, em seu discurso de posse como presidente. Ao dirigir-se ao “Povo Americano”, exortou aos colonos que adotassem o termo de forma positiva.

Com a adoção das políticas estadunidenses do “destino manifesto” a princípios do século XIX, e particularmente com a guerra entre México e Estados Unidos (1845-1848), a ideia de “Americano” e o conceito de “América” entrou em plena tensão. Segundo Arturo Ardao (1981), a ideia de América Latina surge como resposta direta às crescentes aspirações imperialistas da “América Anglo-saxônica” ou dos Estados Unidos na “América Espanhola” e no Caribe. O nome América Latina foi proposto pela primeira vez pelo intelectual colombiano José María Caicedo em seu poema *Las dos Américas*, publicado em 1856 (ARDAO, 1980). Em um dos versos do poema, Caicedo indica: “Antes da raça América Latina tem a raça saxônica” (ARDAO, 1980). Caicedo estava respondendo, obviamente, à Guerra Mexicano-Americana (1845-1848), na qual o México perdeu mais da metade de seu território para os Estados Unidos. Essa derrota sem dúvida gerou muita ansiedade — mais que justificável! — entre a intelectualidade crioula-mestiça sobre a expansão imperialista dos Estados Unidos na região[20].

Caicedo mais tarde obteria o cargo de embaixador para assuntos hispano-americanos em Paris, França. A partir daí, escreveu diversos artigos nos quais buscava estabelecer um discurso conciliador com a Europa que, implicitamente, aludia ao colonialismo europeu em várias partes do hemisfério. Em um desses artigos, Caicedo volta a evocar a ideia de “América Latina”. Afirma:

> Desde 1851 passamos a chamar América Espanhola de América Latina; e esta prática inocente trouxe-nos o anátema de vários jornais de Porto Rico e Madrid. Disseram-nos: 'Por ódio à Espanha, você desbatiza a América' - 'Não, nós respondemos; Nunca odiei nenhum povo, não sou daqueles que amaldiçoam a Espanha em espanhol'. Há América anglo-saxônica, dinamarquesa, holandesa, etc. há a espanhola, francesa, portuguesa; e a este grupo, que denominação científica lhe atribuir senão a latina? *É evidente que os espanhóis americanos, não são latinos por ser indígena, mas pelo Espanhol.* (ARDAO, 1980: 74, grifo nosso)

Percebe-se que, o projeto cultural e civilizatório imaginado por Caicedo exclui enfaticamente os “índios”. O “latino” está diretamente associado à Europa e não às culturas originárias.

Nesse sentido, América Latina ou América não são apenas “nomes” ou categorias de territórios específicos imaginados pelos invasores e seus descendentes, mas sim projetos geopolíticos que concretizam e confirmam o regime histórico e

[20] De fato, em 1856, o filibusteiro William Walker invadiu a Nicarágua e declarou-se presidente da república.
N. do T. Conservamos a expressão “filibusteiro”, utilizada pelo autor no texto original, para manter o seu significado de uma pessoa que lidera, organiza ou participa de um expedição militar não autorizada em um pais estrageiro. Isso remete ao filibusterios dos Estados Unidos que fomentavam insurreições em países da América Latina em meados do século XIX, em benefício próprio, ou de seu país, agindo de forma não oficial (BROWN, 1980).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

duradouro do colonialismo em nosso hemisfério. Ou seja, essas categorias historicamente envolveram o genocídio, a supressão e a marginalização das línguas indígenas e dos modos de pensar e de ser indígena, sob as suposições de que nossas vidas e culturas são "selvagens", "bárbaras", "incivilizadas" ou "inadequadas" para os projetos branco-crioulo-mestiço. Os povos indígenas só podem fazer parte da América (Latina) se renunciarem aos seus territórios, línguas e especificidades culturais e religiosas. Ao contrário desse projeto civilizatório, que nos mantém como escravos em nossos próprios territórios, Abiayala representa nosso próprio projeto e lugar de enunciação.

De fato, nossas reivindicações sobre a marginalização das nações indígenas não são "coisas do passado", ou questões já "resolvidas" pelos estados-nação (Latino) Americanos por meio da adoção de agendas "multiculturais" ou "interculturais". Racismo, xenofobia, políticas heteronormativas e a opressão de classe mantem a sua vitalidade e segue definindo a nossa sobrevivência a nível global. Basta olhar para nossas experiências atuais para confirmar essas suposições sobre nossas relações com os modernos estados-nação e suas instituições hegemônicas. Para estes, os indígenas que resistem às políticas econômicas extrativistas continuam sendo um "problema" ou uma ameaça ao *status quo*. Onde hoje está localizado o Chile, os presidentes Michelle Bachelet e Sebastián Piñera reativaram a lei "antiterrorismo" desenvolvida pelo general Augusto Pinochet em 1984, para justificar a prisão e assassinato de ativistas mapuches na região sul da Araucanía (CALFUNAO PAILLALEF, 2013; LINCONAO, 2016). Em Totonicapán, Guatemala, no início de outubro de 2012, o exército guatemalteco reprimiu um protesto pacífico Maia K'iche' que exigia que o governo do ex-militar e depois presidente do país, Otto Pérez Molina, abolisse o aumento da eletricidade, revogasse as propostas de privatização do sistema educacional e desse mais poder constitucional ao exército nacional. Os protestos terminaram com uma intervenção militar que culminou no assassinato de oito pessoas, e mais de 35 feridos (HERNÁNDEZ, 2012). Em dezembro do mesmo ano, em Saskatchewan, no Canadá, também surgiu o movimento *Idle No More* (Inativo, nunca mais!), que tem resistido às leis iminentes aprovadas pelo estado federal canadense que dão às grandes empresas o direito de comprar e explorar os territórios e os recursos naturais das Primeiras Nações Indígenas. A aprovação dessas leis foi feita sem consultar às lideranças indígenas, sendo interpretado como uma esforço do governo federal de reduzir os direitos soberanos das Nações Originárias[21].

Onde, atualmente, se localiza o Peru, em junho de 2009, com o desejo de implementar políticas neoliberais com a extração de recursos naturais na região amazônica, o então presidente Alan García invadiu esses territórios. A resposta à resistência amazônica, semelhante ao caso da Guatemala, foi dada com repressão militar. O raciocínio de García para justificar os abusos foi o seguinte:

> Basta! Essas pessoas [os indígenas amazônicos] não tem coroa, não são cidadãos de primeira classe que possam falar por 400.000 nativos, aos 28 milhões de peruanos, vocês não têm direito de vir aqui. De modo algum, isso é um erro muito grave e quem pensa assim quer nos levar à irracionalidade e à regressão primitiva. (BEBBINGTON, 2010: 288)

Próximo ao Peru, no sul da Amazônia equatoriana, as populações Shuar da Cordilheira do Cóndor defendem seus territórios contra a invasão da mineradora chinesa Explorcobres S.A. que pretende explorar o cobre subjacente do território Shuar. O governo equatoriano, que aprovou as manobras desta empresa asiática,

[21] Ver *Idle No More*, em http://www.idlenomore.ca/.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

declarou um "estado de exceção" na região, restringindo não só os direitos das comunidades indígenas, mas também a desmobilização da organização Acción Ecológica, que denunciou os abusos contra a população Shuar (AGUILAR, 2017). Em 26 de setembro de 2014, um grupo de 43 estudantes indígenas do colégio de professores Ayotzinapa, no estado de Guerrero, México, foram ao centro dessa cidade para protestar contra uma lei recém aprovada para aumentar o preço da matrícula universitária nesse estado, assinada pelo prefeito José Luis Abarca. A caminho da cidade, o ônibus que transportava os estudantes foi interceptado pela polícia local, que entregou os 43 alunos a um grupo de pistoleiros que desapareceu com eles. Os pais dos estudantes ainda os procuram na esperança de encontrá-los vivos.

Em março de 2016, Berta Cáceres e Nelson García, líderes da nação Lenca e integrantes do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), foram assassinados por defenderem seus territórios contra a empresa hidrelétrica Desarrollos Energéticos (DESA). Essa empresa obteve aprovação e apoio do governo hondurenho que agora afirma que as provas apresentadas no caso do assassinato de Cáceres e Garcia foram perdidas[22]. Desde primeiro de abril de 2016, a nação Sioux em Dakota do Norte, e outras nações da Isla Tortuga, no que hoje são os Estados Unidos, estão protestando e resistindo à construção de um oleoduto que cruzaria o rio Missouri – território sagrado dessas nações indígenas – e que causaria grandes danos ambientais. Essa resistência, até agora, já envolveu o ataque aos "defensores da água" e a prisão de várias lideranças indígenas e não indígenas que lutam pelos direitos à soberania das nações indígenas neste país...

Posso continuar dando exemplos – o dia todo! – mostrando as tensões e confrontos contínuos que continuamos tendo com os "modernos" estados-nação. Estas lutas, que não começam hoje, mas em outubro de 1492[23], sugerem que nossa libertação não consiste apenas em quebrar o sistema mercantilista, atualmente, baseado no extrativismo predatório, mas também na destruição de todos os sistemas que nos impedem de nos expressar em nossas línguas originárias, que impedem os direitos das mulheres indígenas, ou dos indígenas gays ou transexuais. Constituir uma Abiayala que reconheça, aceite e respeite nossas diferenças e, ao mesmo tempo, afirme um projeto de reivindicação indígena comum. Poderíamos começar reativando para o nosso tempo a proposta do escritor cubano José Martí, de que a história de Abiayala; dos Incas, Maias, Astecas, Navajo, Cherokee, Inuit... até os dias atuais, deve ser aprendida de cor, mesmo que não aprendamos a dos arcontes da Grécia. Nossas Grécias são muito mais preferíveis às Grécias que não são nossas. Elas nos são muito mais necessárias. Que o mundo seja enxertado em nossas nações indígenas, contudo que o tronco seja o de nossas nações milenares. E que o pedante derrotado fique em silêncio, porque não há outro lugar onde possamos nos sentir mais orgulhosos do que em nossas dolorosas repúblicas indígenas de Abiayala (MARTÍ, 2005: 34).

Trata-se, portanto, de abrir a gaiola em que os invasores nos colocaram e ouvir a pluralidade de histórias que caracterizam nossos povos; quebrar todas as cadeias exploradoras que o colonialismo nos impôs. Desenvolvamos processos de reaprendizagem para reativar nossas memórias e nos nutrir de conhecimentos

[22] Em 7 de julho de 2016, Lesbia Yaneth, companheira de Cáceres, também foi assassinada por sua luta contra empresas multinacionais. Veja: Redação. *O diário*.

[23] Para lutas indígenas em Abiayala ocorridas somente em 2012, ver Schertow (2012).

N. do T. No Brasil temos o "Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", produzido anualmente desde 2003, pelo Conselho Indigenista Missionário, que registra diversos aspectos das lutas de pessoas indígenas em nosso país e de variados tipos de violência que enfrentam.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

milenares e atuais; aprendamos histórias e saberes não indígenas, mas desde que sejam instrumentos dissidentes que nos levem a produzir categorias que nos ajudem a materializar nossos objetivos emancipatórios.

Portanto, para nós, reconhecer e advogar pela "América" ou pela "América Latina" contribui para a afirmação de lógicas colonialistas que ignoram nossas necessidades como nações indígenas: em particular, nossos esforços contínuos para recuperar e defender nossos territórios, bem como restaurar nossas valores e nossas especificidades linguísticas, culturais, religiosas, esforços que o (Latino) Americanismo, em todas as suas formas, foi incapaz de compreender e atender de forma profunda. Nesse sentido, ouso afirmar que os esforços dos movimentos indígenas populares subalternos são mais bem aproveitados se primeiro desenvolvermos um bloco indígena global. Trata-se de entender que temos uma história comum; reconhecer que a partir dos esforços para combater a opressão e a marginalização podemos desenvolver um discurso coletivo que nos aproxime como povos e nações indígenas que são diversos e que lutamos para transcender o colonialismo externo e interno. Nosso posicionamento como sujeitos indígenas não apenas permitirá a articulação hegemônica de nossas demandas, mas também nos permitirá negociar melhor com os não indígenas na constituição de modelos nacionais multiculturais e interculturais baseados em nossas próprias perspectivas e necessidades indígenas.

Para concluir, tal como o povo Guna e Takir Mamani, exorto-lhes a considerar e, consequentemente, adotar a ideia e o projeto cultural e civilizatório de Abiayala como uma categoria que desafia a América (Latina); para que a utilizem em suas declarações oficiais, em seus ensaios acadêmicos, manifestos políticos, livros, etc. Desta forma, Abiayala pode ser nossa categoria, nosso lugar de enunciação que nos permita restituir nossa vida indígena e de nossa Mãe Terra. No entanto, não se trata apenas de reivindicar os nomes originários de nossos territórios ancestrais, mas também dos nossos esforços para defendê-los e recuperá-los. De fato, a luta por Abiayala é uma luta por nossos territórios, pela riqueza da terra e pela defesa do nosso modo de viver e habitá-la. São lutas econômicas, políticas e geoculturais que podemos articular coletivamente. Tomemos Abiayala como ponto de partida para pensarmos em melhores formas de sociabilidade inter/multicultural que consequentemente nos levem a concretizá-la - como propõe o Exército Zapatista de Libertação Nacional - um mundo onde caiba muitos mundos.

Referências

AGUILAR, Daniel. Ecuador: Tensión en la Amazonía por conflicto entre minera china y comunidad Shuar. *Mongabay*, january 17, 2017.

ALLEN, Chadwick. *Trans-Indigenous. Methodologies for Global Native Literary Studies*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2012.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

ALLEN, Chadwick. "Decolonizing Comparasion. Toward a Trans-Indigenous Literary Studies". In: COX, James H; JUSTICE, Daniel (eds.). *Heath The Oxford Handbook of Indigenous American Literature* New York: Oxford University Press, 2014. pp. 377-394.

ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.

ANDERSEN, Chris. Critical Indigenous Studies. From Difference to Density. *Cultural Studies Review*, 15 (2): 80-100, 2009.

BEBBINGTON, Anthony. La nueva extracción: ¿Se re-escribe la ecología política de los Andes? *Umbrales*, 20: 285-305, 2010.

BERKHOFFER JR., Robert. *The White Man's Indian. Images of the American Continent*. From Columbus to the Present. New York: Vintage Books, 1979.

BOMBERRY, Victoria. "The Struggle for Indigenous Autonomy in Twentieth-First-Century Bolivia". In: CASTELLANOS, Bianet; GUTIERREZ, Lourdes; ALDAMA, Arturo. *Comparative Indigeneities of the Américas*: *Toward a Hemispheric Approach*, Tucson: University of Arizona Press, 2012. pp. 213-26.

BONFIL BATALLA, Guillermo. El concepto de Indio en América. Una categoría colonial. *Anales de la antropología*, 9: 106-24, 2011.

BROWN, Charles H. *Agents of Manifest Destiny: the Lives and Times of the Filibusters*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.

CALFUNAO PAILLALEF, Juana. Al presidente chileno Sebastian Piñera: Carta abierta de Lonko Juana Calfunao. *Centro de documentación Mapuche*, 8 jan. 2013.

CARAPELLA, Aaron. *Tribal Nations of the Western Hemisphere*. Mapa. Color. 50 x 80 pixels, 2016. Tribal Nations Maps. Disponível em: http://www.tribalnationsmaps.com/.

COLOMBO, Cristóvão. *Diario Del Primer Viaje De Colón*. Edición de Antonio Vilanova. Barcelona: Ediciones Nauta, 1965.

COMARCA GUNAYALA. *Congreso General Guna*. 2013. Disponível em: http://www.gunayala.org.pa/.

COULTHARD, Glenn S. *Red Skin, White Mask. Rejecting the Colonial Politics of Recognition*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2014.

DENNISON, Jean. *Colonial Entanglement: Constituting a Twenty-first-century Osage Nation*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2012.

ENCUENTRO CONTINENTAL DE PUEBLOS INDÍGENAS. *Declaración de Quito*. Confederación de Organizaciones Indígenas del Ecuador. Quito (Equador), 1990.

FRANTZ, Courtney. The TIPNIS Affair: Indigenous Conflicts and the Limits on "Pink Tide" States under Capitalist Realities. *Council on Hemispheric Af- fairs*, 16 dez. 2011.

HERNÁNDEZ, Oswaldo. Totonicapán, todos los ausentes. *Plaza pública*, 10 set. 2012.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

HEWITT, John Napoleon Brinton. *Iroquian Cosmology*. Manhattan: Ams Press, 1974.

KAUANUI, J. KĒHAULANI, KEHAULANI KAUANUI, J. *Hawaiian blood: Colonialism and the politics of sovereignty and indigeneity*. Durham: Duke University Press, 2008.

LINCONAO, Francisca. Carta de la machi Francisca Linconao a Presidenta Bachelet. *Mapuexpress*, abr. 2016.

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2005.

MEANS, Rusell. Para que América viva, Europa debe morir. Artesania nativa. *Lakotaes*, 3 de agosto de 2008.

MEXICA MOVEMENT. Nican Tlaca. *Mexica Movemente Blogspot*, 2014. Disponível em: http://mexicamovemente.blogspot.com.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, 26 (7-8): 159-181, 2009.

MOONEN, Francisco. *Pindorama conquistada: repensando a questão indígena no Brasil*. Porto Alegre: Alternativa, 1983.

MONTENEGRO, Gustavo Adolfo. Luis de Lión: "Yo siempre tuve un cielo". Prensa Libre. *Revista Domingo*, 1196: 8 -11, 9 maio 2004.

MUYOLEMA, Armando. "De la 'cuestión indígena' a lo 'indígena' como cuestionamiento. Hacia una crítica del latinoamericanismo, el indigenismo y el mestiz(o)aje". In: RODRÍGUEZ, Ileana (ed.). *Convergencia de tiempos: estudios subalternos/contextoslatinoamericanos estado, cultura, subalternidad*. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, 2001. pp. 327-63.

PEREIRO, Xerardo; DE LEÓN, Cebaldo; MAURI, Mónica Martínez; VENTOCILLA, Jorge; DEL VALLE, Yadixa. *Los turistores Kunas. Antropología del turismo étnico en Panamá*. Palma: Universitat de les Illes Balears, 2012.

QUILLAGUAMÁN SÁNCHEZ, Eduardo. El Abya Yala. *La Patria*. Periódico de circulación nacional (Bolivia): 3, 3 abr. 2015.

REINAGA, Fausto. *La revolución India*. La Paz: Minka, 2010.

REYNAGA, Ramiro. *Tawantinsuyu: cinco siglos de guerra queswaymara contra España*. La Paz: Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink'a, 1978.

SCHERTOW, John Ahni. *Indigenous Struggles 2012: Dispatches from the Fourth World*. Intercontinental Cry. Olympia: Center for World Indigenous Studies, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

SIMPSON, Leanne. First Words. In: DAVIS, Lynne (ed.). *Alliances: Re/envisioning indigenous-non-indigenous relationships*. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies*: Research and Indigenous Peoples. London/New York: Palgrave Macmillan, 2012.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

TUCK, Eve; K. YANG, Wayne. Decolonization is Not a Metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education and Society*, 1 (1): 1-40, 2012.

USHISTORY. Farewell Address. *U.S. History Online*, 2024.

WAGUA, Aiban. *Así lo vi y así me lo contaron: Datos de la revolución Kuna*. Versión del Sailadummad Inakeliginya y de kunas que vivieron la revolución de 1925. Cidade do Panamá: Nan Garburba Oduloged Igar, 2007.

WEBBER, Jeffrey. R. Revolution against "Progress": The TIPNIS Struggle and Class Contradictions in Bolivia. *International Socialism*, 9 jan. 2012.

WOMACK, Craig. *Red on red: Native American literary separatism*. Minessota: University of Minnesota Press, 1999.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, 8(4): 387–409, 2006.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18780

ACENO

ENSAIO FOTOGRÁFICO

Ludicidade e infância quilombola:
caminhos pela extensão universitária

Nádile Juliane Costa de Castro[1]
Adaide de Sousa Gomes[2]
Raissa Moura de Almeida[3]
Universidade Federal do Pará

Resumo: A infância no território quilombola é marcada por interação com o meio ambiente, perpassando pelo cotidiano, os afetos, o brincar e as manifestações culturais que atravessam as gerações. Essas características são inerentes ao território e, portanto, são expressas nas dinâmicas das crianças quilombolas e importantes elementos que devem ser considerados no cuidado à saúde. O presente trabalho é parte de ações lúdicas realizadas com crianças, no qual oficinas de modelagem foram usadas como mediadoras de treinamento de habilidades de educação em saúde em contextos socioculturais. O presente ensaio visual é resultado de atividades de extensão universitária realizadas no ano de 2023 no território da comunidade quilombola de São José de Icatu, em Mocajuba, Estado do Pará. A comunidade foi estabelecida na região Amazônica desde 1770 e é organizada com associações, grupos sociais, culturais, com manutenção da identidade étnica ancestral e cultural em harmonia com a natureza e as biodiversidades.

Palavras-chave: quilombolas; extensão universitária; identidade; ludicidade; criança.

[1] Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2019) e professora permanente PPGENF da UFPA.
[2] Graduanda em Enfermagem pela UFPA.
[3] Mestranda em Enfermagem pela UFPA.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

CASTRO, Nádile Juliane Costa de; SOUSA GOMES, Adaide de; ALMEIDA, Raissa Moura de. **Ludicidade e infância quilombola: caminhos pela extensão universitária (Ensaio fotográfico)**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 641-650, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Playfulness and quilombola childhood:
paths through university extension

Abstract: Childhood in the quilombola territory is marked by interaction with the environment, permeating daily life, affections, play, and cultural manifestations that span generations. These characteristics are inherent to the territory and, therefore, are expressed in the dynamics of quilombola children and become an important element for health care. The present work is part of a set of playful actions carried out with children, in which modeling workshops were used as mediators for training health education skills in sociocultural contexts. This visual essay is the result of university extension activities conducted in 2023 in the territory of the quilombola community of São José de Icatu, in Mocajuba, State of Pará. The community has been established in the Amazon region since 1770 and is organized with associations, social and cultural groups, maintaining ancestral ethnic and cultural identity in harmony with nature and biodiversity.

Keywords: quilombolas; university extension; identity; playfulness; child.

Ludicidad e infancia quilombola:
caminos por la extensión universitária

Resumen: La infancia en el territorio quilombola está marcada por la interacción con el medio ambiente, atravesando por el cotidiano, los afectos, el jugar y las manifestaciones culturales que pasan a través de las generaciones. Estas características son inherentes al territorio y, por lo tanto, se expresan en las dinámicas de los niños quilombolas y se convierte en un elemento importante para el cuidado de la salud. El presente trabajo es parte de un conjunto de acciones lúdicas realizadas con niños, en las cuales talleres de modelado fueron utilizados como mediadores en el entrenamiento de habilidades de educación en salud en contextos socioculturales. Este ensayo visual es el resultado de actividades de extensión universitaria realizadas en el año 2023 en el territorio de la comunidad quilombola de São José de Icatu, en Mocajuba, Estado de Pará. La comunidad fue establecida en la región Amazónica desde 1770 y está organizada con asociaciones, grupos sociales, culturales, manteniendo la identidad étnica ancestral y cultural en armonía con la naturaleza y las biodiversidades.

Palabras clave: quilombolas; extensión universitaria; identidad; ludicidad; niño.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

Ao examinar as concepções de infância, destaca-se a pluralidade de infâncias vivenciadas no Brasil, indicando que as experiências das crianças quilombolas são influenciadas tanto por suas realidades materiais quanto por suas inserções em tradições culturais ricas e variadas (COHN, 2013). Por outro lado, há conceitos de vida e recriação do criador nas crianças de uma comunidade quilombola, que mostram como o brincar e as práticas culturais são essenciais na transmissão e na reelaboração de conhecimentos, fundamental para compreender impactos nos cuidados à saúde (FERNANDES, 2018).

As representações oferecem um arcabouço para entender como as crianças quilombolas aprendem e assimilam o conhecimento por meio da interação direta (INGOLD, 2010) com o ambiente, enfatizando a importância da observação e relevância da identidade e do território na construção das definições teóricas sobre quilombos, oferecendo uma base sólida para compreender as particularidades das infâncias quilombolas (SCHMITT, TURATTI e CARVALHO, 2002).

Em suma, a integração destes diferentes olhares através da extensão universitária não só enriquece o conhecimento sobre as comunidades quilombolas, mas também contribui para a construção de práticas educativas que respeitam e celebram a diversidade cultural e a riqueza de saberes tradicionais, destacando o papel essencial das crianças na continuidade e na transformação dessas culturas (SILVA, 2022; TOUTOGE e PEREIRA, 2022; SOUZA e SANTOS, 2024).

Este ensaio possui 10 imagens capturadas, a partir do olhar imagético (SAMAIN, 2012) durante ações de educação em saúde no território da comunidade quilombola de São José de Icatu, em Mocajuba, Estado do Pará, estabelecida na região Amazônica desde 1770 e é organizada com associações, grupos sociais, culturais, com manutenção da identidade étnica ancestral e cultural em harmonia com a natureza e as biodiversidades. Essas ações de acolhimento e brincar foram realizadas no ano de 2023 nas dependências da escola de ensino fundamental com a participação de 50 crianças.

Recebido em 11 de agosto de 2024.
Aceito em 24 de novembro de 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

Foto 1 – Mesas escolares da comunidade de São José de Icatu organizadas para atividade lúdica com massa de modelar.

Foto 2 – Crianças da comunidade de São José de Icatu em contato inicial com massa de modelar

ACENO, 12 (28): 641-650, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587
Ensaios Fotográficos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

Foto 3 – Criança desenvolvendo sua criatividade com a massa de modelar

Foto 4 – Boi-Tá-Tá, personagem típico do folclore amazônico

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

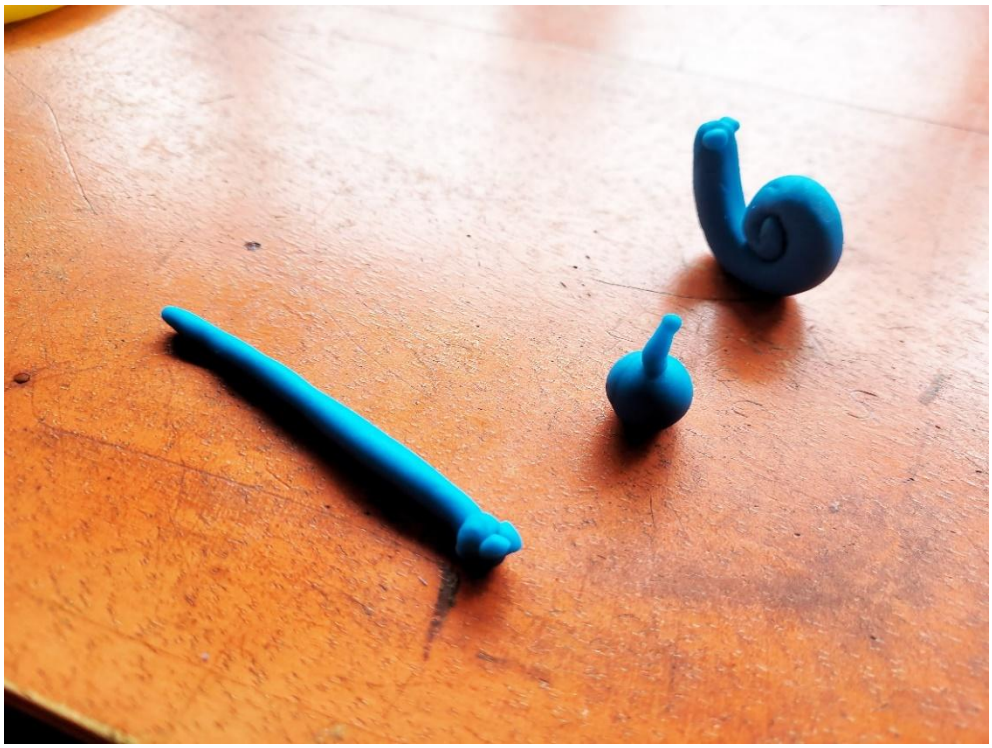


Foto 5 – Modelagens da fauna amazônica

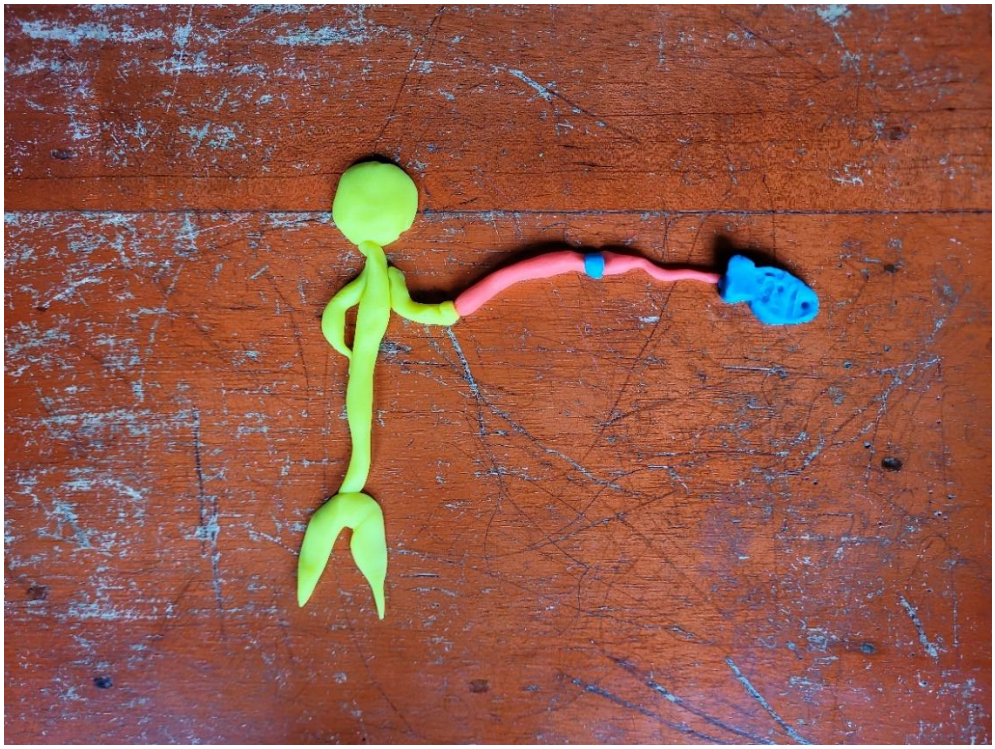


Foto 6 – Pescador

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

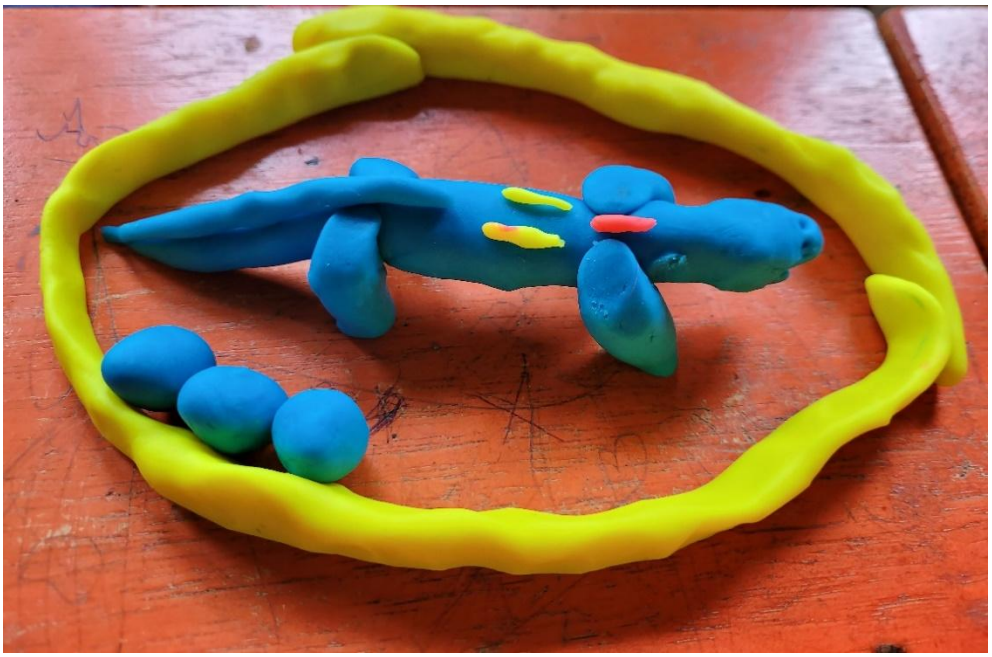


Foto 7 – Jacaré e desova

Foto 8 – Pilão

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

Foto 9 – Molusco

Foto 10 – Criança apresentando modelagem de exemplo de cerâmica

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

Referências

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 13 (2): 221-244, 2013.

FERNANDES, Maria Lídia Bueno. Os conceitos de viver e reelaborar o criador para as crianças de uma comunidade quilombola. *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude*, 16 (1): 213-226, 2018.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, 33 (1): 6-25, 2010.

SAMAIN, Etienne (ed.). *Como pensam as imagens*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & sociedade*, V (10): 129-136, 2002.

SILVA, Wagner Pires. Extensão universitária: um conceito em construção. *Extensão & Sociedade*, 11 (2), 2020.

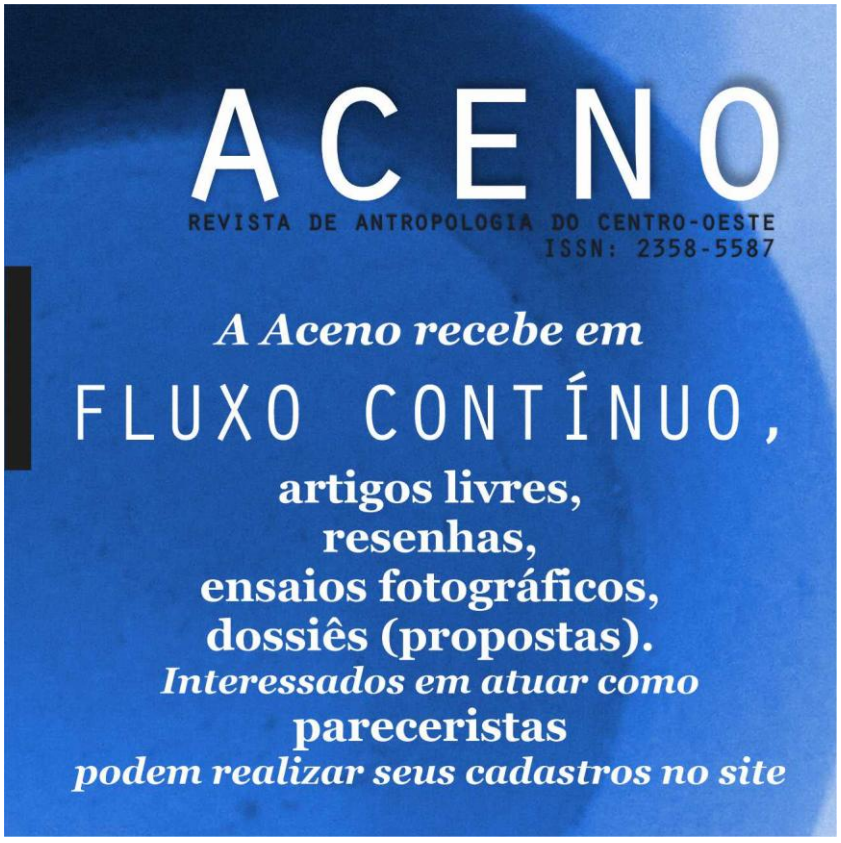
SOUSA, Neide Maria Fernandes Rodrigues; SANTOS, Arlene Nascimento. O brincar em comunidades quilombolas e as possibilidades de práticas curriculares. *Educamazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, 17 (1): 433-46, 2024.

TOUTONGE, Eliana Campos Pojo; PEREIRA, Rosenildo da Costa. Cotidiano de crianças quilombolas do rio Baixo Itacuruçá, Abaetetuba (PA). *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 9 (20): 165-178, 2022.

Agradecimentos

Associação Remanescente de Quilombo de São José de Icatu

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18191

ACENO

Contexto, pasado y presente de la actividad cinegética:
una aproximación visual y valoración de la caza en un grupo de cazadores recolectores amazónico

Gabriel Cabrera Becerra[1]
Universidad Nacional de Colombia

Resumo: En la historia de la humanidad la caza ha tenido diversos sentidos, desde la captura de seres humanos bajo distintos contextos hasta el aspecto puramente alimenticio. Entre los pueblos nómadas de los bosques neotropicales la caza es la fuente principal de proteína animal. Varios estudios revelan que los primates son una de las presas más importantes y que en su captura se conjugan elementos ambientales y sociales. Este texto ofrece un contexto histórico y analiza la actividad cinegética entre los Nukak, el último pueblo contactado en la amazonia colombiana. Los registros provenientes de observaciones directas respaldan la idea de que la caza tradicional era una actividad sustentable que desde el año 2005 bajo condiciones de desplazamiento forzado se ha transformado notoriamente.

Palabras clave: Amazonia; cazadores-recolectores; Nukak; caza; primates.

[1] Antropólogo (1994) y Magíster en Historia (2002) de la Universidad Nacional de Colombia. Profesor Asociado del Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, Universidad Nacional de Colombia (Sede Medellín).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

CABRERA BECERRA, Gabriel. **Contexto, pasado y presente de la actividad cinegética: una aproximación visual y valoración de la caza en un grupo de cazadores recolectores amazónico**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 651-676, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Contexto, passado e presente da atividade de caça:
uma abordagem visual e avaliação da caça em um grupo de caçadores da Amazônia

Resumo: Na história da humanidade, a caça teve vários sentidos, desde a captura de seres humanos em diferentes contextos ao aspecto puramente alimentar. Entre os povos nômades das florestas neotropicais, a caça é a principal fonte de proteína animal. Vários estudos revelam que os primatas são uma das barragens mais importantes e que elementos ambientais e sociais são combinados em sua captura. Este texto oferece um contexto histórico e analisa a atividade de caça entre os nukak, o último povo contatado na Amazônia colombiana. Registros de observações diretas apoiam a idéia de que a caça tradicional era uma atividade sustentável que, desde 2005, sob condições de deslocamento forçado, foi notoriamente transformado.

Palavras-chave: Amazônia; caçadores-coletores; Nukak; caça; primatas.

Context, past and present of hunting activity:
a visual approach and assessment of hunting in a group of Amazonian hunters

Abstract: In the history of humanity, hunting has had various senses, since the capture of human beings under different contexts to the purely food aspect. Among the nomadic people of neotropical forests, hunting is the main source of animal protein. Several studies reveal that primates are one of the most important dams and that environmental and social elements are combined in their capture. This text offers a historical context and analyzes the hunting activity among the Nukak, the last town contacted in the Colombian Amazon. Records from direct observations support the idea that traditional hunting was a sustainable activity that since 2005 under conditions of forced displacement has been notoriously transformed.

Keywords: Amazon; hunter and gatherers; Nukak; hunt; primates.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Las actividades cinegéticas acompañan la existencia de la humanidad a lo largo de su historia y tienen dos grandes ámbitos. El primero son las relaciones entre seres humanos, ampliamente documentado desde el mundo clásico con la captura de esclavos por los griegos, hasta el siglo XVI con la captura en América de indios y en el África de esclavos como fuerza de trabajo, y hasta las formas presentes en los siglos XIX y XX como la caza de pobres, delincuentes, extranjeros y judíos (CHAMAYOU, 2014). No en vano, los españoles hablaban de los indios como 'piezas', palabra para referirse a animales cazados (WEBER, 2007). Cabe recordar también que la captura de indios y negros alentó, instigo o incrementó procesos regionales de captura de esclavos entre indios como entre negros (CHAMAYOU, 2014; REZÉNDES, 2019). Adicionalmente, la caza es también mencionada como una actividad que prepara a los soldados para la guerra como lo indicaron Jenofonte y Homero (CASSINELLO, 2013). En el continente americano las rivalidades entre pueblos y la captura de enemigos está vinculada a la guerra como práctica cultural incluso la práctica involucraba la ingesta del enemigo está registrada como lo muestra la Tabla 1.

Tabla 1 – Rivalidades entre pueblos indígenas. Fuente: SANTOS-GRANERO, Fernando. *Vital Enemies. Slavery, Predation, and the Amerindian Political Economy of Life*. University of Texas Press, 2009.

PUEBLO Y CARACTERÍSTICAS	ENEMIGOS ANCESTRALES	PRÁCTICAS DE GUERRA
Los kalinago en las Antillas menores tenían una lengua secreta de guerra y en 1655 los fueron expulsados por ingleses y franceses de sus islas y se refugiaron en San Vicente y Dominica	Taino y Lokono	Capturan los enemigos en viajes de guerra reteniendo mujeres y niños y se comían los hombres presos adultos
Conibo del río Ucayali	Cocamas y Piro	Los guerreros conibo capturaban mujeres y niños como esclavos, los hombres capturados y sus cabezas y corazones eran trofeos. El ataque era nocturno en las playas en tiempos de recolección de huevos de tortuga charapa.
Los tukano oriental son horticultores ribereño-sedentarios pescadores y sus vecinos cazadores recolectores en el interfluvio	Guerra intertribales tukano oriental	Guerras entre grupos tukano oriental y servidumbre makú. Anteriormente los Tukano consumían cuerpos y después guardaban trofeos.
Los hiriguana del suroeste de Bolivia		Inicialmente practicaron el canibalismo y luego los trofeos. Los chané eran sus sirvientes que vivían próximos.
Los calusa del suroeste de la Florida eran pescadores-recolectores sometiendo a aldeas permanentes de pescadores que se movían estacionalmente para pescar y recolectar	Tocobaga y Tequesta	
Los guaicurú del río Paraguay eran cazadores-recolectores semiitinerantes que subyugan a aldeas de agricultores	Guaná y Toyana	Tenían esclavos guaná y toyana. En 1790 la guerra hispano portuguesa los llevo a refugiarse más al norte en Brasil

En la Amazonia en particular hay tres casos emblemáticos. En la zona del Alto Río Negro, los indígenas Manao eran un pueblo dominante que comerciaba cautivos de otros pueblos indígenas con los portugueses y franceses, circunstancia

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

que cambio hasta que fueron derrotados militarmente por los portugueses en 1725, lo que rompió este esquema comercial y abrió el acceso a los portugueses la región (WRIGHT, 1981). En la zona del río Japurá (Caquetá) los Miraña eran un pueblo que capturaba enemigos entre pueblos vecinos y los vendían a los portugueses y finalmente en el mismo río la enemistad tradicional entre Witotos y Carijonas (guaques) llevaron prácticamente al exterminio al segundo pueblo. Entre las prácticas bélicas de los grupos conocidos como cultura Uitoto "la guerra culminaba, por lo general, con el sacrificio del enemigo, el cual era "devorado", durante un gran ritual de canibalismo. Sus huesos eran también transformados en calaveras, flautas, pitos, o en cucharas para revolver ciertas bebidas. Los dientes humanos eran colocados en collares, los cuales lucían los chamanes y guerreros con ocasión de ciertas ceremonias rituales" (PINEDA, 2003: 42).

Puede colegirse entonces como lo anota otro investigador que la práctica de consumir carne humana está presente en tradiciones como por ejemplo las de los Baniwa y Tukano. No hay razón de dudar de ella. El acto de comer un enemigo era una lógica de retribución o cambio. El rapto de niños, los trofeos de huesos humanos, el pacto con jefes guerreros para hacer la guerra a sibs no guerreros, la ingestión de carne del enemigo muerto están relacionados con una forma de estructurar simbólicamente la hostilidad. Es una forma extrema de venganza (WRIGHT, 2005: 55). Pero el sentido va más allá la guerra estaba marcada con actos rituales, incluyendo danzas preguerra, cantos y fórmulas mágicas (WRIGHT, 2005: 84). Entre los curripaco se menciona que hay una historia que traza analogía entre la guerra y la caza de animales, en particular de animales sociales como los puercos de monte que andan en grupos y son cazados colectivamente y que son despedazados, asados, llevados para la aldea y repartidos entre los guerreros (JOURNET, 1995).

Un segundo ámbito de la cinegética es la relación entre humanos y animales. Entre los griegos es la obra *Kynegeticos* de Jenofonte el texto que contiene las primeras ilustraciones sobre la caza de la liebre (*Lepus* sp), el ciervo (*Cervus elaphus*), el jabalí (*Sus scrofa*), como de la cría de perros de caza y la cacería de animales exóticos como leones y leopardos. Esta última recreada por los romanos en sus anfiteatros (CASSINELLO, 2013). Pero ya en las tempranas sociedades de cazadores y recolectores que representan el 99% de la historia de la humanidad (LEE y DEVORE, 1968) y que han ocupado múltiples ambientes (KELLY, 1995; CABRERA, 1999), la literatura señala la caza como un elemento neural de la subsistencia, situación que contrasta con el lugar que tiene en la actualidad donde su papel de supervivencia se ha vuelto marginal y en el que es más una práctica deportiva que fuente de alimento para la mayoría de las sociedades humanas (KRUUK, 2002). Pero el sentido contemporáneo de la cacería es mucho más complejo en la sociedad moderna, se le considera una actividad extractiva y se le asignan diversas motivaciones (comercial, de subsistencia, recreativa, de trofeo, de control ecológico), cada una con métodos, efectos socioambientales distintos y con grados de formalización o de aceptación social variados (GUADAGNIN, 2018).

En particular, en los bosques tropicales la caza y recolección suelen constituir las fuentes principales de alimento. Aunque existen sociedades de cazadores que aun teniendo relaciones con vecinos sedentarios agricultores no adoptaron la agricultura (HEADLAN y REID, 1989) otros cazadores practican la agricultura, pero no han hecho de ella su fuente principal de alimento. Empero, desde el punto de vista del aporte de calorías, la caza es menos eficiente y en contraste con la

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

agricultura esta última proporciona más calorías por unidad de tierra y por unidad de tiempo, y por lo tanto sustenta poblaciones más numerosas (COHEN, 1981).

La cacería también esta esencialmente asociada a los hombres (GUADAGNIN, 2018). Sin embargo, trabajos recientes revisan los datos y señalan como en algunas sociedades de cazadores, esta actividad es también realizada por las mujeres (BRIDGET, 2023). La actividad cinegética tiene igualmente un trasfondo o lógica subyacente, o como lo precisa un investigador, "el cazador-recolector es un ser consciente y selectivo diferente al predador" (INGOLD, 1986: 3). El propósito de este artículo es describir y examinar el lugar de la actividad cinegética entre los Nukak, un pueblo de tradición nómada del Noroeste amazónico, y sus cambios entre 1990 y 2018. Para lograrlo se siguen con detalle los registros etnográficos como los visuales sobre cacería entre ellos.

Los Nukak: pasado y presente

Los Nukak son un pueblo que tradicionalmente ocupaba el interfluvio río Guaviare – río Inírida en el Departamento del Guaviare en Colombia. Se les ha llamado *makú* o *makú del Guaviare*, aunque el nombre Nukak está compuesto de la raíz *nuk* (lengua) y una partícula adicional, que si se toma en consideración la lengua del pueblo kakua con cuya lengua hay inteligibilidad, se capta su sentido *nuk* (lengua) y *kak* (gente) (SILVERWOOD-COPE 1990: 140); se les llamó "gente de la lengua" o "persona de la lengua" (MONDRAGÓN, 1994 *apud* CABRERA, 2021).

Desde el punto de vista lingüístico hacen parte del conjunto Kakua-Nukak que con el Nadahup (Nadeb, Daw, Hupda y Juhup) constituyen una misma agrupación lingüística (EPPS, 2008), nombrados también los primeros como 'makú occidental y los últimos como 'makú oriental' (MARTINS, 2005). Aunque con contactos desde mediados de los años sesenta con colonos, tras un encuentro violento, el grueso de la población Nukak se refugió en el bosque retomando las relaciones desde fines de los años ochenta (CABRERA *et al*, 1999; CABRERA, 2002, 2021). La población Nukak se estimó en 668 individuos para el año 2012 (CABRERA, 2021). Entre 1974 y 1996 los misioneros protestantes de Nuevas Tribus actuaron en el sector nororiental del territorio Nukak estableciendo una base que en 1985 fue trasladada hacia el interior del bosque, el último año tras presiones del conflicto armado el lugar fue abandonado y en el 2002, hicieron otra sede en el sector suroccidental del territorio Nukak. Continuando allí sus trabajos. Ambos puntos eran centros de atracción hacia los que se aproximaban distintos grupos Nukak (CABRERA, 2021).

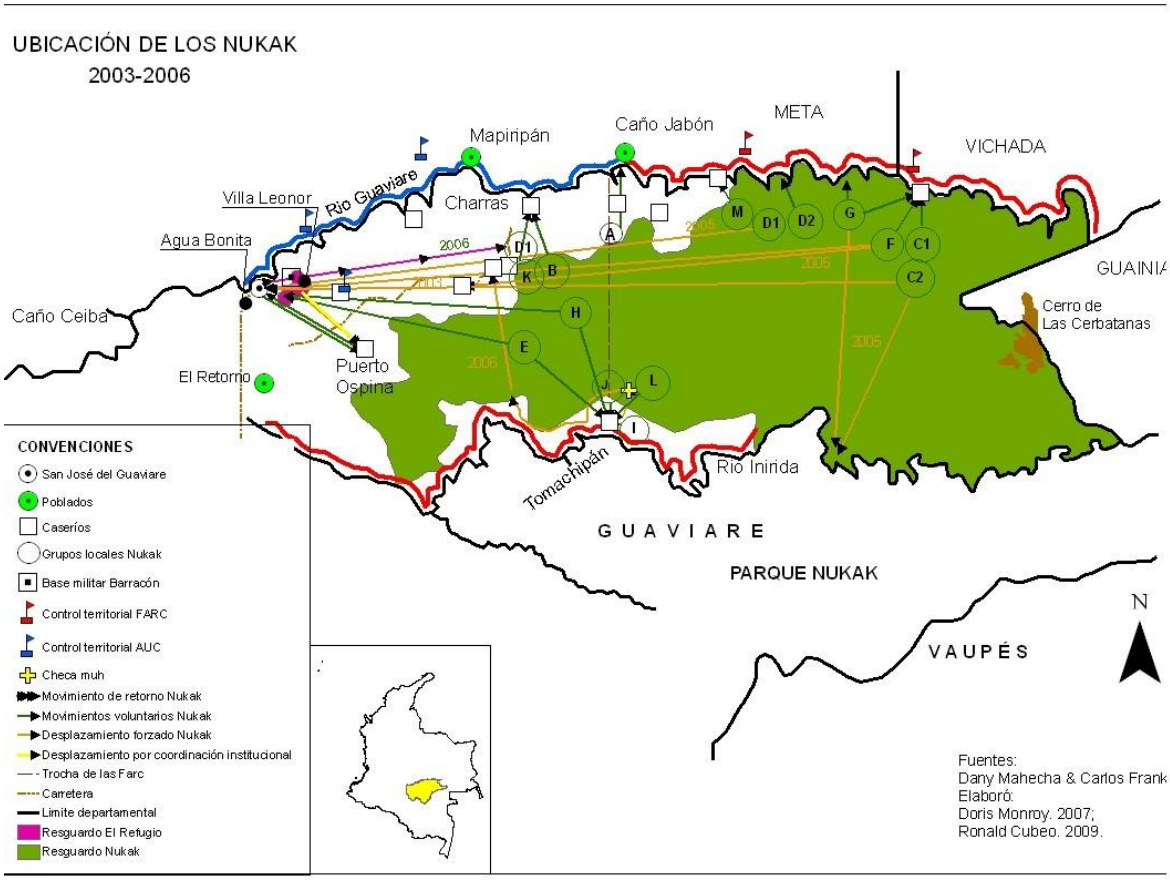
Hasta el año 2002 se conocían 13 grupos locales Nukak con un territorio y líder propio cada uno que mantenían su nomadismo cambiando de residencia 68 campamentos por año, recorriendo 6,9 km de un lugar a otro, con una ocupación media de 5,31 días en un mismo lugar y una velocidad de marcha de 2,4 km/h cuando se caminaba en compañía de los niños y con una permanencia mínima de una noche y máxima de 28 noches en el campamento de dormida (CABRERA, 2002; FRANKY *et al*., 2000). Una característica adicional de los Nukak era la baja reocupación de los campamentos apenas el 18.81%, es decir 19 de un total de 101 campamentos registrados (CABRERA *et al*., 1999). Pero desde el año 1997, momento en que la confrontación armada entre la guerrilla de izquierda o Fuerzas armadas revolucionarias de Colombia (FARC) y los grupos paramilitares de derecha o Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) se tomó la región, pasaron cinco

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

años para que esta disputa avanzara en territorio Nukak y comenzara el desplazamiento forzado de su población (CABRERA, 2007; FRANKY, 2011).

En el 2011, un total de 413 individuos, es decir el 67.4% de la población estimada en el momento, había sido desplazada, quedando la zona reconocida legalmente como resguardo desde 1993 prácticamente vacía (FRANKY, 2011), tal como se ve en el Mapa 1. Si se atiende al sentido de la sedentarización, que se define como la reducción de la movilidad hasta ocupar un lugar estable en un ciclo ecológico, o la reducción de la movilidad residencial, del flujo de individuos y de los periodos de reunión que suelen tener las diversas unidades o grupos que forman una sociedad nómada (KELLY, 1995), todos estos elementos ya se cumplen entre los Nukak de hoy, son un grupo con comunidades sedentarias, asentados en la periferia de su territorio tradicional por la expulsión derivada del conflicto armado. Incluso aunque en estos asentamientos interactúan miembros de varios grupos, algunos otros de estos hacen cinco o seis años no interactúan con otros a quienes solían ver en el bosque (Dany Mahecha, comunicación personal, 2023).

En la actualidad y tras la firma de la paz entre el Estado colombiano y las Farc, surgieron nuevas amenazas como la colonización, deforestación, ampliación de los cultivos ilícitos de coca, apertura de carreteables e introducción de ganado, así como la presencia de disidencias de la guerrilla no firmantes de la paz. En conjunto todos estos elementos impiden el retorno de los Nukak a su territorio y han transformado una parte importante de sus bosques en potreros (BOTERO, 2018; PACHECO y LATORRE, 2019).



Mapa 1 – Ubicación y movimientos de los grupos locales Nukak (MAHECHA y FRANKY, 2007).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

La caza entre los Nukak

El régimen climático del área ocupada por los Nukak es bimodal con una estación seca de diciembre a marzo y una lluviosa de abril a noviembre. Los registros sobre la consecución de alimentos provienen de trabajos conjuntos que involucran 797 días en su territorio tradicional y de los cuales 644 días se estuvo con ellos, los datos cubren 10 de los 13 grupos locales conocidos (CABRERA *et al*., 1999). Los registros de estas actividades corresponden a las actividades en las que los investigadores participaron y que se registraron en fichas diseñadas para el efecto, que en el caso de la cacería incluían los siguientes campos: fecha, nombre de la especie, descripción, cantidad de ejemplares cazados y peso, tipo de partida (específica u ocasional), técnica de caza (lanza, cerbatana, otra), participantes, transporte, consumo (cocinado, ahumado), repartición, materias primas, observaciones. En la identificación de las especies aprovechadas se utilizaron en campo láminas de animales tomadas de una guía de mamíferos neotropicales (Emmons) y fotografías de algunos libros.

La cacería es una actividad como otras a las que los niños Nukak se aproximan desde temprana edad a través del juego con la elaboración de objetos en escala con que practican disparando en los campamentos como se aprecia en la Foto 1 (CABRERA, 2010). Igualmente, es un elemento de prestigio y reconocimiento social entre los Nukak, un varón con aptitudes para la cacería, es apreciado por los miembros del grupo por su destreza y conocimiento sobre los hábitos de las presas, percepción que describen bien las palabras de un varón Nukak:

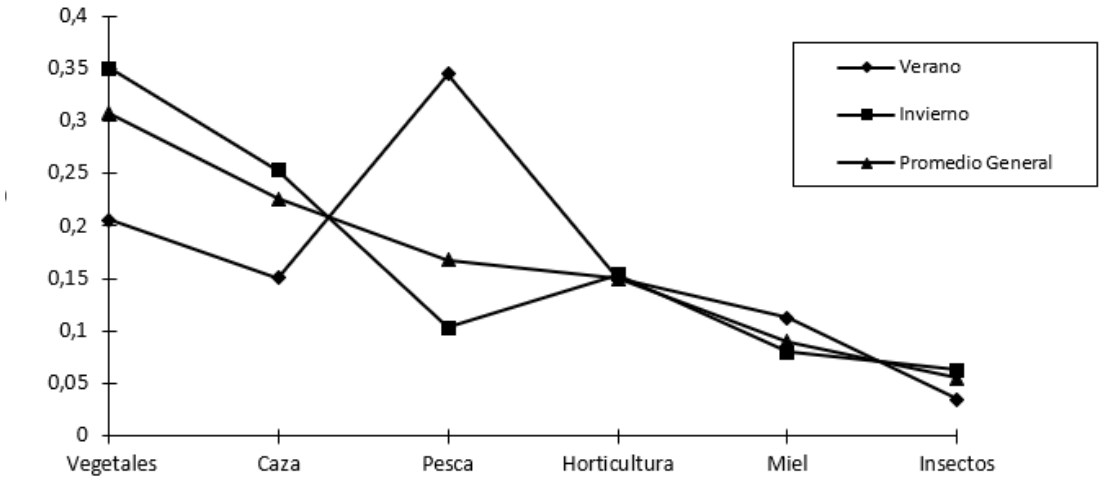
> Yo logro atrapar monos churucos con la fuerza de mis pulmones, soplando dardos con la cerbatana. Las mujeres me admiran y me dicen fuerte, guapo; porque siempre vengo como el viento grande, ellas me dicen así. Ellas me ven como a la brisa que mueve los árboles; cuando se despeja el cielo no puedo estar quieto, debo ir a cazar, a demostrar que no soy débil. Llego con la piel blanca, yo me veo así. Una muchacha me miró y como ella no tenía pintada la cara, inmediatamente se desmayó, así fue. ¿Cómo de fornido es él?, exclaman las mujeres, porque al escucharlo parece fuerte, así siempre es ese, un hombre bueno y sano, que recolecta y anda, de espíritu sano, sin sufrimiento, dicen las mujeres. Así hablan las mujeres de mí, me observan mientras están acostadas, así. Yo cazo los animales de las ramas de árboles altos, yo siempre lo hago así, espero y comienzo a perseguir al animal, me acerco desde la distancia, siempre disparando, soy como un animal rápido persiguiendo a su presa. (DE AGUA, VIENTO Y VERDOR, 2017)

Foto 1 – *Eibi* y *Borotcha* disparan con sus bodoqueras de juguete, 1995. Fotografía del autor.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Entre las actividades de consecución de alimentos su orden de importancia en un ciclo anual era en promedio: recolección de vegetales (31%), la caza (23%), pesca (17%), horticultura (14%), recolección de miel (9%) y recolección de insectos (6%), sin que dependieran de la horticultura y siendo desde el punto de vista nutricional variada y suficiente (SOTOMAYOR *et al.*, 1998; CABRERA *et al.*, 1999). Por supuesto, estas actividades tienen una variación estacional que puede apreciarse en la Gráfica 1. Que la pesca entre los Nukak tenga un valor que no supera el 20% de la subsistencia, hace de ellos un típico grupo cazador recolector de bosque tropical (KELLY, 1983).

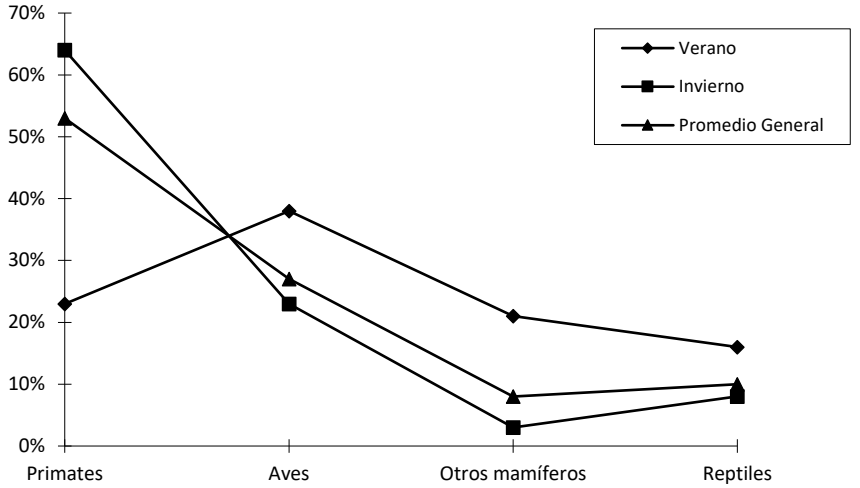
Gráfica 1 – Variación de las actividades productivas según la estación



La cacería entre los Nukak persigue cuatro clases de presas: primates, aves, otros mamíferos y reptiles, cada grupo con su respectiva variación estacional. Si bien en promedio la caza de primates representa el 53,7% de los eventos de caza (239 de 404 eventos, en 8 de los cuales no se identificó la presa capturada). La caza en general durante la estación lluviosa representaba el 25% y en la estación seca el 15%. Pero en la caza de primates la variación estacional pasa del 65% en el periodo de lluvias al 25% en la estación seca como se aprecia en la Gráfica 2. Dicha disminución obedecía especialmente a la captura de presas más perseguidas que eran los primates, cuya persecución es mayor en invierno cuando hay una enorme fructificación en el bosque y estos se alimentan bien y engordan, en el verano la oferta alimenticia disminuye y se reduce su captura, comportamiento que los indígenas justifican señalando que los primates están flacos o delgados (CABRERA *et al.*, 1999). Un ejemplo similar, se puede leer entre los Awa-Guajá, un pueblo en la Amazonia brasileña cuyo contacto permanente se inició en 1973 y que realiza un manejo estacional de la caza en un régimen climático bimodal inverso al Nukak, aunque con un matiz pues los primates ocuparon el tercer lugar en capturas en ambos periodos (PRADO *et al.*, 2012).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Gráfica 2 – Variación de presas de cacería según la estación



La cacería de primates entre los Nukak es un acto mayormente solitario, de los 239 eventos mencionados arriba sólo 50 el 20.92% de ellas fueron grupales y bajo el liderazgo de uno de los cazadores o alternando su conducción, comunicándose los cazadores a través del dialogo en voz baja o silbidos para dar indicaciones o pautas de caza. Los rastros que suelen seguirse son los excrementos, frutos mordidos o sonidos de los animales (CABRERA *et al.*, 1999). Y para la ubicación se reproducen sonidos, en el caso del churuco produciendo un sonido que resuena al taparse la boca (Foto 2) o en el caso del maicero haciendo un silbido y atendiendo la respuesta del animal (https://audiotecadigital.icbf.gov.co/audioteca/cancion/AUD261). Aunque es bueno señalar que el sonido que los cazadores imitan es uno sólo, pues el espectro comunicativo de los primates es mayor, estos se comunican para el juego, defensa del territorio, entre parejas, para coordinar actividades grupales, resolver problemas como encontrar comida, atraer pareja, mediar conflictos y evitar la depredación, campo de estudio que apenas incluye trabajos para un 40% de las especies (BARBOSA *et al.*, 2018).

Foto 2 – *Wakaka* hace el llamado para el mico churuco, en su mano derecha sostiene su cerbatana y dardos 1995. Fotografía del autor.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Cada una de estas especies tiene comportamientos y dieta propias, el maicero por ejemplo es omnívoro y tiene una predilección en su dieta por los insectos (hasta un 42%) y la palma de seje (*Oenocarpus bataua*) es su segundo renglón alimentario, razones por las cuales se mueve entre el bosque degradado un 42% del tiempo. Otras especies como el araguato y churuco basan su dieta en frutos y partes vegetativas (99% y 77% respectivamente) por lo cual se trasladan hacia el bosque inundable en julio para aprovechar la mayor fructificación, que supera en ese momento al bosque maduro de tierra firme (CABRERA *et al.*, 1999). En la Tabla 2 se registran los datos de la ecología de las especies de primates cazadas por los Nukak.

Tabla 2 – primates cazados por los Nukak y su ecología

Nombre		Estructura Grupal	Peso promedio en kg[3]		Hábitat	Cinegética entre los Nukak			
						Eventos de caza		Presas capturadas	
Común	Científico	No. de Individuos[2]	Macho	Hembra		No.	Porcentaje	No.	Porcentaje
Maicero	*Cebus apella**	5 a 20 (usualmente 10)	3.7	2.3	Bosque maduro, bosque seco, bosque de galería, bosque perturbado y bosque secundário	58	24.36%	119	22.66%
Churuco	*Lagothrix lagotricha**	2 a 70 (en subgrupos)	7		Bosque maduro de tierra firme y bosque estacionalmente inundable	50	21.64%	178	33.90%
Titi	*Saimiri sciureus**	25 a 100	0.554 a 1.250		Bosque maduro y perturbado	33	14.28%	59	11.23%
Araguato	*Alouatta seniculus*	3 a 9 (usualmente 5-7)	7.5	6.3	Bosque maduro y perturbado, y bosque de galería	25	10.82%	51	9.71%
Negro	*Callicebus torquatus**	2 a 5	1.4 a 1.7		Bosque maduro	23	9.95%	38	7.23%
Diabillo	*Saguinus nigricollis**	4 a 8	0.500		Bosque maduro y perturbado y bosque secundario	18	7.79%	36	6.85%
Maicero cariblanco	*Cebus albifrons**	7 a 30	3.4	2.9	Bosque maduro y perturbado	17	7.35%	31	5.90%
Nocturno	*Aotus trivirgatus**	2 a 5	0.707	0.698	Bosque maduro y perturbado, bosque secundario	5	2.16%	8	1.52%
Otra						2	0.86%	5	0.95%
Total						239		525	

Fuentes. 1) Cabrera *et al*, 1999: 267-268; 2) Emmons, 1999; 3) Defler, 2003.
*Indica que las crías se toman como mascotas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Estas cacerías pueden ser planificadas u ocasionales al encontrar en un desplazamiento las bandas de primates y todos los miembros del grupo están atentos a las señales para indicar la dirección a los cazadores. Al acechar la presa el cazador dispara si se tiene blanco, o se mueve para buscarlo. Igualmente, se puede golpear los troncos o halar las lianas o bejucos para que las presas se muevan, el veneno conocido vulgarmente como *curare* inmoviliza las presas y estas caen al piso, si no están muertas se les asfixia con un bejuco cuidándose de no ser mordido. Luego se reúnen las presas y se transportan al campamento, haciendo notorio el ingreso con la caza, el hombre lo entrega a su mujer y descansa en su chinchorro. En otros momentos y si el grueso del grupo no ha regresado al campamento, las presas se dejan a una distancia y cuando la mayoría ha vuelto, el cazador envía un joven para que traiga las presas y así afirmar su reconocimiento como cazador (CABRERA *et al*., 1999). En la caza de primates los Nukak no son selectivos entre capturar machos o hembras.

La caza es llevada por el cazador o por quien él indique, esta tarea garantiza recibir una porción o presa de la captura, aunque todo hombre adulto, así no participase de la cacería, recibe su parte. Incluso es común que pese a cazar el mismo tipo de presa de un fogón a otro se envíen presas del mismo animal. Como también que si hay un hombre enfermo o incapacitado para cazar los otros hombres le suministren carne a su grupo familiar.

En los bosques neotropicales la mayoría de las especies de primates son pequeñas, diurnas y arborícolas y en términos globales hay cinco familias, nueve géneros y alrededor de 140 especies (STRIER, 2007; IUCN, 2015 *apud* BARBOSA *et al*., 2018). Dentro de la caza de primates, los Nukak matan para alimentarse 10 especies, nueve de ellas identificadas y aunque el mayor número de capturas se hace en invierno. Algunos ejemplares se casan en verano como se aprecia en la Tabla 3. Para cazar primates, los Nukak emplean la cerbatana y los dardos con veneno. La elaboración de estos dos objetos es una tarea masculina. Para hacer las cerbatanas se pueden emplear dos tipos de cañas que se encuentran en el bosque cuyo canal interior se desocupa introduciendo el raquis de una hoja de palma y sacando el contenido. Luego se barniza la caña frotándola con frutos de seje (*Oenocarpus bataua*) cocidos y se le coloca un punto de cera de abeja como mira a unos 35 centímetros del extremo de salida del dardo y en ese extremo se enrolla fibra de cumare que se recubre con cera para que soporte golpes y no se rompa.

Los dardos o *teru* son hechos con las espinas jóvenes de la palma de seje. Una vez se recolectan estas son partidas con la misma dimensión y su tamaño oscila entre 60 a 40 centímetros, siendo los de mayor tamaño los de los hombres adultos casados (CABRERA *et al*., 1999). Las espinas se pulen un poco, se les saca punta y se les hace una muesca a unos 4 o 5 centímetros de la punta para que cuando penetren el cuerpo de la presa el dardo se rompa y la punta envenenada quede en el cuerpo; con esta parte de la carne no hay manejo alguno, solamente se evita que los pequeños la coman pues podían perder el pensamiento (CABRERA *et al*., 1999). En el otro extremo, se le coloca un cono de empuje hecho con algodoncillo silvestre, que se ata con fibra de cumare (*Astrocaryum aculeatum*) o de moriche (*Mauritia flexuosa*). Cuando se hacen dardos se suele cantar una tonada (https://audiotecadigital.icbf.gov.co/audioteca/cancion/AUD261) En un lapso de hora y media se pueden fabricar unos 60 dardos (CABRERA *et al*., 1999). Una vez listos se les impregna de veneno con un palo y entrecruzando las puntas y se ponen bajo el calor de las brasas para que seque un poco (Fotos 3 y 4).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

ACENO, 12 (28): 651-676, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587
Ensaio

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Tabla 2. Primates cazados por los nukak y su estacionalidad

NOMBRES					Estación seca				Estación lluviosa							
NUKAK	GENERO Y ESPECIE	Español	Inglés	Portugués	D	E	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N
patcu, kaporo	***Lagothrix lagotricha***	Churuco o barrigudo	Woolly monkey													
takawe, wap, pipiwa	***Cebus apella***	Maicero	Brown capuchin monkey													
ikip, neinide, ceu	***Saimiri sciureus***	Tití o mono ardilla	Squirrel monkey	Macaco-mão-dourada												
muabo	***Alouatta seniculus***	Araguato, aullador o cotudo	Red howler monkey													
awa	***Callicebus torquatus***	Negro														
petcu, cicikoa, hihijo	***Saguinus nigricollis***	Diablillo														
ñeñewa, mitbu	***Cebus alfibrons***	Maicero cariblanco	White-fronted capuchin	Cairara												
dugu	***Aotus trivirgatus***	Nocturno o leoncillo	Night monkey	Macaco-da-noite												
cici, dukduk	?			?												
	indeterminados			?												

Tabla 3 – Primates cazados por los Nukak y su estacionalidad

Foto 3 – El cazador impregna la punta de los dardos con veneno, 1991. Fotografía del autor.

Foto 4 – Dikna entre cruza las puntas envenenadas de sus dardos. En el piso se aprecian más dardos y el algodoncillo del cono de empuje, 1993. Fotografía del autor.

Luego se envuelve la punta con una hoja atada con fibra de cumare para que no se mojen y no se quiebren. El veneno de cacería o *manyi* es hecho con la liana de una corteza, una vez se recolecta esta se ralla sobre hojas y luego se cocina al fuego hasta que va reduciendo y quedando un líquido espeso y viscoso que se almacena en un recipiente pequeño o envuelto en hojas (Foto 5). Esta liana que rodea ciertos árboles en zonas inundables es producto de la orina de *nanabet*, la

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

esposa de *mauro*, el héroe cultural de los Nukak; ella comió unos frutos que su marido le dio y luego orino sobre la selva (CABRERA *et al*., 1999:266).

Foto 5 – *Jupuyi* ralla la corteza de la liana para hacer veneno de cacería, su esposa *kodiba* depila al pequeño *Euri*, 1995. Fotografía del autor

Un examen del número de eventos de caza *vs* el número de presas capturadas que se muestra en la Tabla 2, permite apreciar que si bien el primate más perseguido fue el maicero (58 eventos) se obtuvieron (119 presas), en tanto que con el churuco que tuvo (50 eventos) y se cazaron (178 presas). Estas circunstancias pueden explicarse con base en algunas características de la ecología de estas especies, como son el tamaño de sus bandas, la distribución de la especie o hábitats que ocupan. Por ejemplo, el Maicero "tiene la distribución geográfica más amplia de cualquier especie de primate neotropical" (DEFLER, 2003; EMMONS, 1999), circunstancia que lo hace fácilmente detectable, pero cuando sienten peligro dan la alarma y se mueven silenciosamente (EMMONS, 1999: 128). Su abundancia entonces explica el mayor número de eventos de caza de esta especie. En cuanto al churuco, este tiene una distribución menor que el maicero y vive en grupos de 2 a 70 individuos, que se dividen en 2 o 3 subgrupos y se reúnen de tiempo en tiempo. No son territoriales y pueden unirse con grupos vecinos en grandes grupos de 40 a 60 individuos. Esta especie es inhábil para mantener su población bajo mucha presión de caza y es una de las primeras en desaparecer cuando se caza intensamente (EMMONS, 1999: 14). Es decir que las bandas de churucos son más numerosas que las del maicero lo cual explicaría el número mayor de ejemplares cazados en menos eventos. Adicionalmente, y debido a su dieta de frutos y partes vegetativas, el churuco pasa la mayor parte del tiempo (un 82%) en el bosque maduro. Cuando este se destruye desaparece.

Igualmente, cuatro especies, maicero, churuco, araguato y maicero cariblanco aportan el mayor peso en proteína, coincidiendo su importancia en las dos primeras que son las más perseguidas, el araguato la cuarta y el maicero cariblanco la sexta. En el caso del mico nocturno, debido a sus hábitos, se caza al oscurecer o en la madrugada golpeando los troncos de los árboles donde se ocultan y se hace blanco en ellos desde otro árbol donde se ha trepado. Cuando se mata una madre y se captura su cría se le hace chillar para atraer otros animales y se le adopta como mascota atándola en un comienzo para que no escape y alguno de los grupos domésticos se hace cargo de su cuidado, acostumbrando a

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

llamarlos por el nombre de la especie (Foto 6). Entre las ocho especies de primates identificadas en la Tabla 1 solo del araguato no se observaron mascotas. Con estas mascotas se tienen lazos afectivos y cuando una de ellas muere, su dueño o cuidador, niños especialmente, la entierran como se hace con los humanos en proximidad del campamento. Todas estas prácticas de captura de primates mascotas, nombramiento y entierro son igualmente descrita entre los Yanomami (BOUBLI *et al.*, 2020).

Foto 6 – *Kutchara* lleva sobre su espalda a su mascota, la cría de un mico maicero, 1993. Fotografía del autor.

De los micos relacionados se consume su carne, sesos, ojos, hígado y médula ósea y cuando hay abundancia se ahuma parte de las presas para conservar la carne. Los sesos en particular son una parte apreciada y el cazador suele conservar la cabeza en su fogón. Entre los Yanomami se consideran una delicia y son altamente estimados (CHAGNON *apud* BUBLI *et al.*, 2020), al igual que entre los Huaorani (PAYMAL, 1993). En contraste, los hombres Matsigenka no acostumbran a comer la carne de la cabeza de las presas cazadas por ellos (SILVA *et al.*, 2005). Una parte de los huesos largos pueden usarse como instrumento punzante para sacar las semillas del fruto de platanillo (*Phenakospermun guianensis*) o perforar orificios para amarrar el bejuco del borde en la elaboración del balay. Los dientes de los micos se usan para hacer collares por los hombres y mujeres (CABRERA *et al.*, 1999). Los Yanomami incluyen dentro de su ornato coronas hechas con cola de los primates (BOUBLI *et al.*, 2020).

Los estudios de sostenibilidad de cacería que solo incluyen las áreas de caza pueden llevar a que los resultados estén sesgados (MONTAÑA, 2013). La cacería de primates entre los Nukak, si bien es intensa, atiende en su aprovechamiento al periodo bimodal y la oferta que de los primates tienen. La alta movilidad de los Nukak, el manejo del recurso cuya captura disminuía en la estación seca, al igual que la existencia de áreas del bosque hacia las que no se cazaba o eran distantes de las rutas recorridas, son circunstancias que en conjunto permiten que la población de primates se recupere. Si se suma a estos elementos el hecho de que "los primates tienen tasas bajas de crecimiento, lo que les hace más vulnerables a la

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

presión derivada de su cacería" (BODMER *et al*., 1997 *apud* PRADO, FORLINE y KIPNIS, 2012), las observaciones de campo entre 1991 y 1997 revelaron que la actividad cinegética de los Nukak era sostenible y de bajo impacto.

Una característica particular de la especie *Saimirí sciureus* es que esta interactúa con *Cebus apella*, aunque los primeros van adelante, los segundos dirigen los recorridos y sus asociaciones pueden durar largos periodos; los Saimiri también interactúan con *Cebus alfibrons* y *Lagothrix lagothricha*, adicionalmente esta especie puede sobrevivir en bosques secundarios y cerca a poblaciones humanas por lo cual no se le considera amenazada (DEFLER, 2003: 252).

En los años iniciales del contacto los Nukak, robaron de casas de los colonos algunas escopetas, pero no sabían usarlas y las abandonaron. Entonces tampoco tenían acceso a la munición, aunque esporádicamente algunos indígenas acompañaron a colonos en partidas de caza (CABRERA *et al*., 1999). Es hasta el año 2005 cuando algunos Nukak tuvieron acceso directo a las escopetas, este objeto es reconocido por ellos como un artefacto con el que se puede controlar la fuerza generadora de vida, que en una disputa bajo la embriaguez cobró la vida de un adulto Nukak y dejó otro gravemente herido (FRANKY, 2011). Salvo una mención de la caza de un armadillo con escopeta de este último investigador, otra investigadora menciona que los Nukak han recibido escopetas como pago por su trabajo como jornaleros, pero la misma investigadora puntualiza al respecto:

> Los nükak han conservado unas cuantas escopetas, pero no las utilizan con frecuencia. En varias ocasiones, han mencionado que las escopetas no son buenas para la caza (porque asustan a las presas y a los animales domésticos, además porque hacen un ruido peligroso). (GUTIÉRREZ, 2016: 220)

De llegar a generalizarse el uso de escopetas en un futuro, la dependencia de munición agregaría una razón más para trabajar para los colonos (CABRERA *et al*., 1999).

En contraste con el caso Nukak, la literatura menciona como entre la creciente población yanomami las armas de fuego han contribuido a la disminución de los primates, así mismo, entre los Huaorani el aumento de capturas fue de un 33%, pues las armas de fuego son más eficaces que las armas tradicionales (YOST y KELLEY, 1983). Incluso, sobre el arco y flecha la eficacia es diez veces mayor (ALVARD y KAPLAN, 1991; LEVI *et al*., 2009 *apud* BOUBLI *et al*., 2020). La reducción de primates en territorio Nukak, no obedece a la actividad cinegética sino a la destrucción de hábitat que ha producido la colonización. En esencia, hoy los Nukak si quieren cazar deben ir más lejos o simplemente en lo que antes eran bosques hoy hay pastos y ganado, el hábitat de los primates desapareció (BOTERO, 2018; PACHECO y LATORRE, 2019). No es la actividad cinegética Nukak la que disminuyo o alejó las presas. Tampoco es el empleo sostenido de armas de fuego, escaso entre los Nukak, lo que redujo la población de primates es la deforestación creciente en proximidad de sus asentamientos, de igual manera a como se indica que ha sucedido en otros lugares por otros investigadores (PERES, 1990; SHEPARD *et al*., 2012 *apud* BOUBLI *et al*., 2020). La expulsión de su territorio tradicional y el asentamiento en la periferia del territorio tradicional los pone cada vez más lejos de la fuente de proteína animal como son los primates que están en el bosque y que convencionalmente eran la principal carne consumida. El sedentarismo y crecimiento poblacional combinados conducen a un esfuerzo mayor para obtener carne de monte (MONTAÑA, 2013). Adicionalmente, algunos Nukak comienzan a asumir nociones negativas sobre el consumo de

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

carne de primate, asumiendo la idea de que su consumo transmite enfermedades (FRANKY, 2011).

Aparte de los primates, otro número de animales son cazados por los Nukak como se aprecia en la Tabla 4. Con dardos envenenados se cazan también la lapa (*Agouti paca*) o el chaqueto (*Dasyprocta fuliginosa*), que también se pueden cazar con la ayuda de perros (Foto 7), al igual que el armadillo (*Dasypus novemcinctus*), que para forzarlo a salir de su cueva se tapona el acceso y otras salidas, se coloca una antorcha con humo y se excava por la parte superior. En la cacería de estas tres especies participan las mujeres Nukak.

Foto 7 – *Penabu* destaza una lapa para su posterior cocción rodeado por un grupo de niños, 1993. Fotografía del autor.

Los Nukak también cazan con lanzas fabricadas con la madera de la palma zancona (*Socratea exorrhiza*). Estas armas tienen cerca de 2,3 metros en promedio y 2,5 centímetros de diámetro y tienen puntas es sus dos extremos. Las lanzas se pulen y se pintan con achiote (*Bixa orellana*). Entre las presas cobradas con lanza se encuentran los puercos de monte (*Tayassu tajacu*) que andan en solitario o hasta 20 individuos con un promedio de 6 a 9 individuos y (*Tayassu pecari*) cuyos grupos pueden tener entre 50 y 300 individuos (EMMONS, 1999: 176). Esta última especie es una de las de mayor movilidad, lo que ocasiona que sus capturas sean muy variables (VICKERS, 1991 *apud* MONTAÑA, 2013).

Para cazar puercos de monte los Nukak se siguen sus rastros: excremento, frutos mordidos, huellas, perturbaciones en la vegetación y sonidos. Y si bien pueden acompañar mujeres y niños, los hombres son quienes sitian o rodean los animales y los atacan. La presa se quema y destaza *insitu* y se lleva al campamento donde se cocina o se ahuma. Siempre que se dan estos eventos, los hombres acostumbran a comentar los pormenores de la cacería (CABRERA *et al.*, 1999). Otra pesa capturada con lanza es la babilla (*Caiman sclerops*).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

ACENO, 12 (28): 651-676, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587
Ensaio

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Tabla 4 – Otras especies de mamíferos y reptiles cazadas por los Nukak y su estacionalidad.

NOMBRES						Estación seca				Estación lluviosa							
Nukak	Español	Inglés	Portugués	FAMILIA	GENERO Y ESPECIE	D	E	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N
keb	Lapa, borugo o guagua	Paca	Paca	DASYPROCTIDAE	*Agouti paca*												
hihi	Cusumbo o guache	South american coati	Quati	PROCYONIDAE	*Nasua nasua*												
cig	Chucha, rabipelada, fara o zarigueya			DIDELPHIDAE	*Didelphis marsupialis*												
dei dawa, buh dawa	Chaqueto, picure, guatín, ñeque o aguti		Cutia	DASYPROCTIDAE	*Dasyprocta spp*												
waku, huunide, ti	Saino o pecarí de collar	Collared peccary	Cateto	TAYASSUIDAE	*Tayassu tajacu*												
un	Gurre, cachicamo o armadillo	9-banded long-nosed	Tatu	DASYPODIDAE	*Dasypus novemcinctus*												
mu, tiati, apia	Cafuche o pecarí	White-lipped peccary	Queixada	TAYASSUIDAE	*Tayassu pecari*												
pad	Morroco o tortuga terrestre	Yellow-footed tortoise	Jabuti amarelo	TESTIDUNIDAE	*Geochelone denticulata*												
cakunde, wau	Cachirre o babilla	Caiman		ALLIGATORIDAE	*Caiman sclerops*												
	?	?	?	indeterminada	*indeterminados*												

Otra presa aprovechada por los Nukak es la tortuga terrestre o morroco (*Geochelone denticulata*) que se aprovecha todo el año y que dependiendo de su tamaño se destaza *insitu* o en el campamento, de esta especie se consume su carne, el hígado y los huevos (Foto 8). Sobre esta especie la literatura menciona que son animales generalmente solitarios que se alimentan durante el día, encontrándose con frecuencia individuos de 40 cms y 15 kg de peso (VOGT, 2008). Siempre ha sido cosechada con regularidad en la amazonia y su aprovechamiento se considera sostenible en algunos casos (SCHEL, 1997, datos sin publicar), pero el aumento del uso de los perros disparó sus tasas de cosecha al ser localizadas con más frecuencia, de manera que en las zonas frecuentes de caza es una especie escasa (VICKERS 1991 *apud* MONTAÑA, 2013:90), que hoy se registra como vulnerable según la IUCN o como amenazada de extinción según CITES (VOGT, 2008). Los Nukak contaban con perros, pero no se puede colegir una información similar, aunque si es cierto como se aprecia en la Tabla que aparte de los primates si es la especie más aprovechada en un ciclo anual.

Foto 8 – Destace de la tortuga terrestre, en la olla el hígado y los huevos. A la derecha el plastrón retirado previamente con un golpe de hacha, 1991. Fotografía del autor.

Otras especies de gran porte como la danta (aprox. 150 kg) y el venado (aprox. 35 kg), que serían importantes fuentes de proteína animal, no son consumidos por los Nukak pues estos animales son considerados como gente, ya que antes de emerger a este mundo compartían la vida juntos en el subsuelo o mundo de abajo (CABRERA *et al.*, 1999). Igualmente, los Nukak no usan los viejos huertos como cotos de caza como se refiere en algunos trabajos etnográficos.

La caza de aves se hace con dardos con punta envenenados. En la identificación de estas especies los datos se confrontaron con las guías sobre aves (HILTY y BROWN, 1986; AYERBE, 2018). Cuando son aves grandes como la pava (*Penelope Jacquacu*), el paujil (*Crax* sp.), el tucán (*Ramphastus tucanus*), la guacamaya (*Ara macao*), el loro (*Ara severus*), el tente (*Psophia crepitans*) se emplean dardos con veneno y cuando son aves más pequeñas, usualmente consumidas por los niños, se usan dardos sin punta fabricados con la nervadura del cumare. Otra

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

investigadora precisa que la época mayor de captura de pavas y paujiles se da entre los meses de febrero y abril (GUTIÉRREZ, 2016). Antes de disparar se enrolla una resina pegante o chicle que se prepara con las semillas de wedenide o wajabo 'juansoco' (*Couma macrocarpa*) que se coloca alrededor de los dardos usados para cazar aves. Los dardos se pegan las plumas de las aves impidiendo su vuelo, lo que facilita su captura. Una vez cae, se atrapa y se transporta bajo e cordón del guayuco. La caza de aves en promedio representa el 25% de las actividades, pero tiene una variación estacional alcanzando casi un 40% en verano y un 22% en invierno. En su captura es vital conocer los sonidos de las aves, un indígena recuerda:

> Así es como se habla al tente para que venga y podamos cazarlo. Enseñaremos cómo se llama al tente, aunque también contestan todos los pájaros; hacemos esto para que vengan. Cantaremos el canto del paujil y les enseñaremos a los que no saben, para que sepan cómo se hace la cacería. Escucharemos bien el canto del tucán y después el canto del tente. Ahora hablemos y cantemos como ellos para que después se acerquen. (Canta como el tente). Después de que los llamamos, ellos van acercándose. El paujil grande hace un ruido más duro que el paujil pequeño (canta como el paujil), el paujil también canta así. Los tucanes también cantan y nosotros cantamos como ellos y cuando llegan así los cazamos. También los cazamos con Juansoco. También atrapamos los churucos. El tucán hace este ruido (canta como el tucán) y así lo cogemos. Así es (canta como el tente) para cazar al tente. Primero encontramos a las pavas en las ramas, terminamos de cazar las pavas y luego cazamos a los micos. (DE AGUA, VIENTO Y VERDOR, 2017)

Si se atiende a la definición del tiempo de caza cómo el número de horas transcurrido entre la toma de las armas, la caminata para la localización de las presas, su caza y traslado hasta el asentamiento (HILL y HAWKES, 1983), la estimación del tiempo invertido en la cacería por los Nukak es compleja de establecer, no sólo porque la cacería puede ser ocasional, sino porque aun tratándose de partidas específicas, en las mismas se suele combinar el aprovechamiento de otros recursos. En cuanto a la superficie de cacería, los recorridos en las partidas de caza, suelen hacerse apartándose de los caminos hacia el bosque una vez se escuchan o ven señales de la presencia de primates u otras presas. Las rutas de caza tienden a ser circulares u ovoideas, regresando por el mismo punto de salida (CABRERA *et al*., 1999).

Conclusión

Algunos trabajos en áreas de bosque tropical indican que los primates son una de las presas principales, seguidos por roedores y ungulados (REDFORD y ROBINSON 1987 *apud* MONTAÑA, 2013) y que los mamíferos representan el 60% de las presas cazadas y el 90% de la biomasa que se consume entre diferentes pueblos (VICKERS 1984; REDFORD y ROBINSON 1987; JEROZOLIMSKI y PERES 2003 *apud* PERES y NASCIMENTO, 2006). Los registros sobre caza entre los Nukak coinciden parcialmente con estas observaciones: los primates son su mayor fuente de proteína animal por la frecuencia y número de capturas, seguida de la tortuga terrestre que se aprovecha todo el tiempo y luego los ungulados, que, aunque esporádicamente capturados, en volumen de carne su aporte es significativo. Otras especies como las aves aportan un volumen menor.

Por un lado, la existencia de áreas sin actividad cinegética, podrían ser claves para la persistencia de las especies y la sostenibilidad de la cacería (PULLIAM, 1988 *apud* MONTAÑA, 2013). Igualmente, las áreas adyacentes sin cacería podrían ayudar a reconstruir las poblaciones diezmadas al actuar como fuentes de animales dispersantes (NOVARO *et al*., 2000 *apud* MONTAÑA, 2013). Por otro,

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

la cacería entre poblaciones pequeñas y en áreas preservadas o no fragmentadas tiene bajo impacto (PERES, 2000). La cacería Nukak era dada la combinación de variables (manejo estacional, áreas sin caza y movilidad grupal) una actividad sostenible. Circunstancia que el desplazamiento que los expulsó de su territorio, la sedentarización en la periferia del mismo y la cada vez mayor destrucción del bosque por la colonización ha transformado dramáticamente, cazar es un esfuerzo mayor en tiempo y en espacio, pues hay que ir más lejos. Una investigadora en el contexto del desplazamiento anota:

> Los Nukak cuentan que las fuentes de recursos silvestres no alcanzan para satisfacer las necesidades de la comunidad, a menos de que puedan alejarse a zonas considerablemente lejos de Agua Bonita. Un día promedio, una familia que sale a cazar y recoger alimento traerá de vuelta tres monos, algo de *seje* y unos pocos peces. Las necesidades de subsistencia básica en Agua Bonita las satisfacen apenas, y esto con una variedad relativamente escasa de especies de plantas; las más frecuentemente encontradas son *yaab*, *júñuni*, *koropanat*, *wana* y *juná*. Durante el tiempo que hice el trabajo de campo, se consumieron muy pocos mamíferos distintos al mono, entre ellos *patchu*, *meabu* o *aragauto*, que aún son parte importante de la dieta Nukak, debido sobre todo a su abundancia en las zonas aledañas al asentamiento principal en Agua Bonita. (GUTIÉRREZ, 2016: 168)

La cinegética Nukak ya no funciona como antes, ya no son los nómadas cazadores cuya existencia hacia "posible que el grupo se desplace una vez o más durante el año a fin de explotar nuevas zonas cuando los recursos preferidos empiezan a escasear entorno a sus campamentos más antiguos, o que vayan de una parte a otra por toda una serie de motivos diferentes" (COHEN, 1981: 69).

Un antecedente directo, no de sedentarización sino del efecto de reiteradas visitas hacia una misma zona se presentaba en la sede de la misión evangélica de Nuevas Tribus en el sector nororiental del territorio tradicional hacia donde convergían distintos grupos, buscando atención médica, mercancías o simplemente dialogar con los misioneros, las reiteradas visitas condujeron a que la oferta de primates en la zona disminuyera sustancialmente, en proximidad de la sede misionera no había cacería (CABRERA *et al.*, 1999). Por supuesto, los contextos que llevan a la sedentarización son particulares, pero es factible observar efectos compartidos (CABRERA, 2005)

La presencia de elementos foráneos como la escopeta, no tiene un impacto real y cierto sobre la cacería, pues las áreas de bosque están cada vez más lejos o retiradas de su ubicación actual bajo la condición de desplazamiento, incluso ya hay una nueva ola de colonización que ha corrido la frontera o línea donde comienza el bosque. Como recuerda un investigador, "la caza dedicada exclusivamente a adquirir un recurso alimenticio inmediato, siguiendo un orden natural, no solo es sostenible en términos ecológicos, sino que además es necesaria" (CASSINELLO, 2013: 22-3). Este patrón ya se alteró plenamente entre los Nukak y hoy se ven forzados a explorar pequeñas áreas de bosque en proximidad de los espacios intervenidos que ocupan (Foto 9).

Como lo revela otro estudio las condiciones ambientales como las presiones y su escala son un elemento esencial en la comprensión de los efectos de la cacería (PERES, 2000). Este texto es un intento por mostrar como la cacería de subsistencia operaba entre los Nukak cuando tenían un modo de vida nómada, autónomo y autosuficiente en su territorio y de qué manera su expulsión del territorio por el conflicto armado y la sedentarización en la periferia del territorio ha transformado su cinegética, haciendo la actividad más difícil pues el bosque de tierra firme cada vez está más lejos. Igualmente, aunque bajo la vida tradicional no había competencia por este recurso con los vecinos colonos de entonces, hoy la

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

nueva oleada de colonización ocupa viejos espacios, ha deforestado y se desconocen sus hábitos de caza. Establecer la realidad de los bosques aún en pie y la oferta de animales de presa, como garantía alimentaria sería un paso junto a otras medidas demandadas por los mismos Nukak para acompañar un posible retorno de quienes deseen hacerlo. La preservación del bosque y sus recursos sólo es posible si se involucran en las estrategias de manejo a indígenas y colonos.

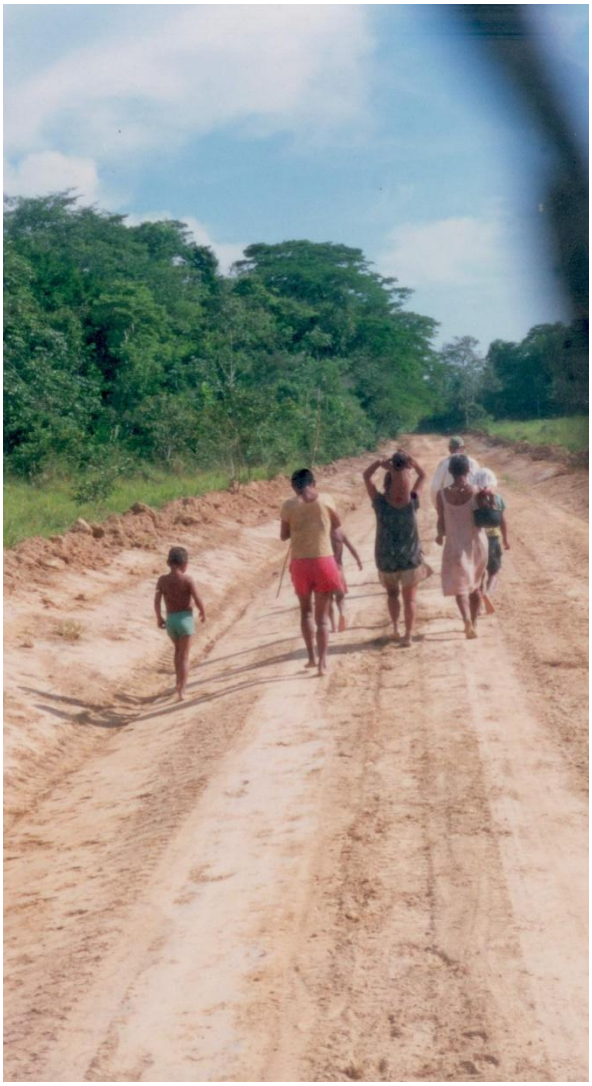


Foto 9 – Grupo de Nukak desplazado de camino al bosque para recolectar, 2006. Fotografía del autor.

Recebido em 4 de julho de 2023.
Aprovado em 10 de novembro de 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

Referencias

AYERBE, Fernando. *Guía ilustrada de la avifauna colombiana*. Wildlife Conservation Society, 2018.

BARBOSA Caselli C.; ROMANO V.; RUIZ-MIRANDA C. R.; CUNHA, R. Grassetto Teixeira da. *Las voces de los primates neotropicales: ¿qué dicen? La primatología en Latinoamérica 2 – A primatologia na America Latina 2. Tomo I Argentina-Colombia*. En: URBANI B.; KOWALEWSKI M.; CUNHA R. G. T.; DE LA TORRE, S.; CORTÉS-ORTIZ, L. (eds.). Ediciones IVIC - Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas. Caracas, 2018, pp. 267-281.

BOTERO, Rodrigo. Yo estuve en el desmonte de la selva amazónica. *El Espectador. Separata. Que la verdad nos acompañe*, 2018.

BOUBLI, J.P.; URBANI, B.; CABALLERO-ARIAS, H.; SHEPARD G. H. Jr.; LIZARRALDE M. "Primates in the lives of the Yanomami people of Brazil and Venezuela." En: LIZARRALDE M.; URBANI, B. (Eds.) *Neotropical Ethnoprimatology: Indigenous Peoples' Perceptions of and Interactions with Non-Human Primates*. New York: Springer, 2020. pp. 199-224.

BRIDGET, Alex. Worldwide survey kills the myth of 'Man the Hunter'. Women hunt in vast majority of foraging societies, upending old stereotypes. *News from Science*, 28 junio, 2023.

CABRERA, Gabriel. "Algunas notas sobre el lugar de la infancia entre los pueblos makú". En: CABRERA, G. (ed.). *Viviendo en el bosque. Un siglo de investigaciones sobre los makú del Noroeste amazónico*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2010. pp. 117-167.

CABRERA, Gabriel. El sedentarismo de los pueblos makú y el empobrecimiento de la biodiversidad. Una visión comparada entre los nukak y los juhup de la amazonia colombiana. *Astrolabio*, 4 (2): 61-72, 2005.

CABRERA, Gabriel. Gentes con cerbatana, canasto y sin canoa. *Nómadas*, 10: 144-55, 1999.

CABRERA, Gabriel. Los Nukak: de caníbales a indígenas. Itinerario de una exclusión. *Palimpsestvs*, 2: 112-118, 2002.

CABRERA, Gabriel. Vidas paralelas: contacto, demografía y violencia contra los Waimiri-Atroari y los Nukak. Un ensayo de historia comparada sobre dos pueblos indígenas en la Amazonia. *Tabula Rasa,* 38: 271-302, 2021.

CABRERA, Gabriel; FRANKY, Carlos E.; MAHECHA, Dany. *Los Nukak: nómadas de la Amazonia colombiana*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, COAMA, DANIDA, 1999.

CASSINELLO, Jorge. *La caza como recurso renovable y la conservación de la naturaleza*. Madrid: CSIC, Catarata, 2013.

CHAMAYOU, Grégoire. *Las cacerías del hombre. Historia y filosofía del poder cinegético*. Santiago: Lom ediciones, 2014.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

COHEN, Mark N. *La crisis alimentaria de la prehistoria*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

DE AGUA, VIENTO Y VERDOR 2. *Paisajes sonoros, cantos y relatos indígenas para niños y niñas*. Bogotá: Fundalectura, 2017.

DEFLER, Thomas R. *Primates de Colombia*. Bogotá: Conservación Internacional, 2003.

EMMONS, Louise H. *Neotropical Rainforest Mammals: a Field Guide*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

FRANKY, Carlos E. *Acompañarnos contentos con la familia. Unidad, diferencia y conflicto entre los nükák* (Amazonia colombiana). Wageningen: Wageningen University, 2011.

FRANKY, Carlos E.; MAHECHA, Dany; CABRERA, Gabriel. "Los Nukak: demografía, contacto y enfermedad". En: GÓMEZ, Augusto J.; SOTOMAYOR, Hugo A.; LESMES, Ana C. (eds.). *Amazonia Colombiana: enfermedades y epidemias. Un estudio de bioantropología histórica*. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2000. pp. 319-360.

GUADAGNIN, Demétrio L. Caçar ou não caçar, eis a questão. *Biodiversidade Brasileira,* 8 (2): 5-25, 2018.

GUTIÉRREZ, Ruth. *Los nükak: en marcha por tierras devastadas. Nomadismo y continuidad en la Amazonia colombiana*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2016.

HAMES, Raymond B.; VICKERS, William T. Optimal diet breadth theory as a model to explain variability in Amazonian hunting. *American Ethnologist*, 9 (2): 358-378, 1982.

HEADLAN T.; REID, L. Hunters-Gatherers and their neighbors from prehistory to present. *Current Anthropology*. 30: 43-66, 1989.

HILL, Kim; HAWKES, Kristen. "Neotropical Hunting among the Aché of Eastern of Paraguay". En: HAMES, Raymond B.; VICKERS, William T. (eds.). *Adaptatives Responses of Native Amazonians*. New York: Academic Press, 1983. pp. 139-188.

HILTY, Steven L.; BROWN, William L. *A Guide to the Birds of Colombia*. Princenton: Princenton University Press, 1986.

INGOLD, Tim. *The appropriation of Nature. Essays on Human Ecology and Social Relations*. Manchester: Manchester University Press, 1986.

JOURNET, N. *La paix des jardins. Structures sociales des Indiens Curripaco du haut Rio Negro (Colombie)*. Paris: Institut d'Ethnologie, 1995.

KELLY, Robert L. Hunter-Gatherer Mobility Strategies. *Journal of Anthropological Research*, 39 (3): 277-306, 1983.

KELLY, Robert L. *The Foraging Spectrum. Diversity in hunter-gatherer lifeways*. Washington: Smithsonian Institution Press. 1995.

KRUUK, Hans. *Hunter and Hunted. Relationships between carnivores and people*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

MEDEIROS, Helbert; FORLINE, Louis C.; KIPNIS, Renato. Hunting practices among the Awá-Guajá: towards a long-term analysis of sustainability in an Amazonian indigenous community. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 7 (2): 479-91, 2012.

MONTAÑA, E de la. Cacería de subsistencia de distintos grupos indígenas de la Amazonía ecuatoriana. *Ecosistemas,* 22 (2): 84-96, 2013.

PACHECO, D.; LATORRE, A. La deforestación en Guaviare por fin tiene nombre. *El Espectador*, 2019.

PAYMAL, N. "The Huaorani. Daily Life". Em: PAYMAL, N.; SOSA, C. (eds.). *Amazon Worlds. Peoples and Cultures of Ecuador's Amazon Region*. Quito: Sinchi Sacha Foundation, 1993. pp. 68-81.

PERES, Carlos A.; Lake, I.R. Extent of nontimber resource extraction in tropical forests: accessibility to game vertebrates by hunters in the Amazon basin. *Conservation Biology,* 17: 521-535, 2003.

PERES, Carlos A. Effects of hunting on western Amazonian primate communities. *Biological Conservation,* 54: 47-59, 1990.

PERES, Carlos A. Effects of Subsistence Hunting of Vertebrate Community Structure in Amazonian Forest. *Conservation Biology*, 14 (1): 240-253, 2000.

PERES, Carlos A.; NASCIMENTO, Hilton S. Impact of game hunting by the Kayapó of south-eastern Amazonia: implications for wildlife conservation in tropical forest indigenous reserves. *Biodiversity and Conservation*, 15: 2627-2653, 2006.

PINEDA, R. La pasión por la guerra y la calavera del enemigo. *Revista de Estudios Sociales*, 1 (1): 38-51, 2003.

REZÉNDES, Andrés. *La otra esclavitud. Historia oculta del esclavismo indígena*. México: UNAM, 2019.

SANTOS-GRANERO, F. *Vital Enemies. Slavery, Predation, and the Amerindian Political Economy of Life*. Houston: University of Texas Press, 2009.

SILVA, Maria N. F. da; SHEPARD, Glenn H.; YU, Douglas W. Conservation Implications of Primate Hunting Practices Among the Matsigenka of Manu National Park. *Neotropical Primates*, 13 (2): 31-36, 2005.

SILVERWOOD-COPE, P. L. *Os makú. Povo caçador do Noroeste da Amazônia*. Brasília: Editora Universidade de Brasilia, 1990.

SOTAMAYOR, Hugo A.; MAHECHA, Dany; FRANKY, Carlos E.; CABRERA, Gabriel; TORRES, María L. La nutrición de los Nukak una sociedad amazónica en proceso de contacto. *Maguare,* 13: 117-42, 1998.

VICKERS, William T. "Hunting yields and game composition over ten years in an Amazon Indian territory". En: ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H. (eds.). *Neotropical Wildlife Use and Conservation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. pp. 53-81.

VOGT, Richard C. *Tartarugas da Amazônia*. Lima: INPA/AMAZON, 2008.

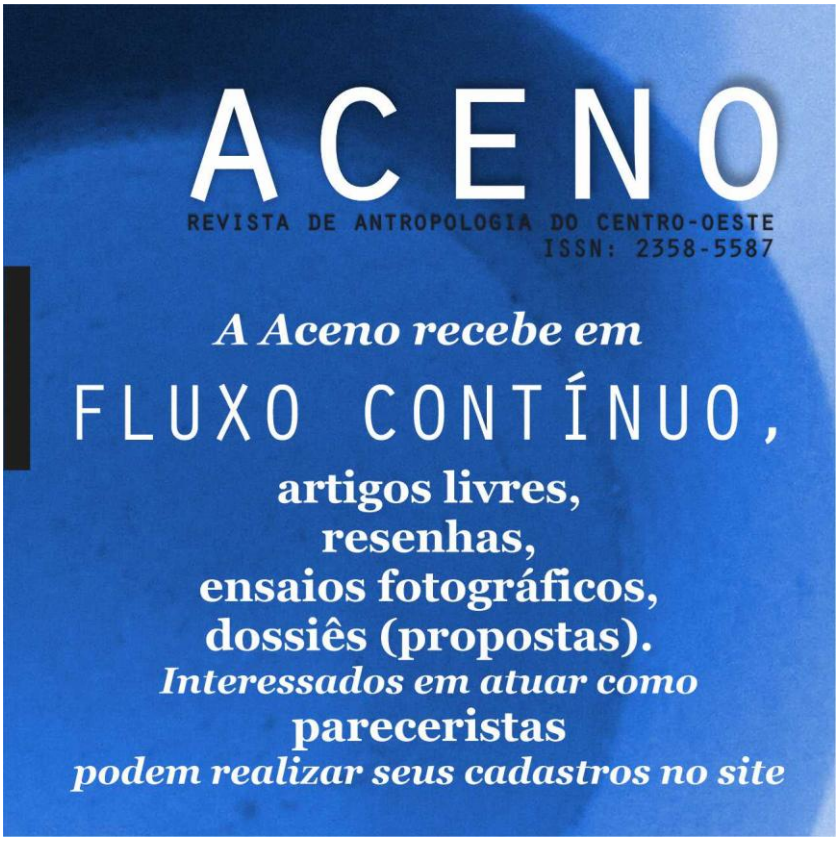
WEBER, David J. *Bárbaros. Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración*. Barcelona: Crítica, 2007.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

WRIGHT, R. M. *History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro*. Dissertation (Philosophy), University Microfilms International, 1981.

WRIGHT, R. M. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. São Paulo: Instituto Sociambiental, 2005.

YOST, James A.; KELLEY, Patricia M. "Shotguns, Blowguns, and Spears: The Analysis of Technological Efficiency". En: HAMES, Raymond B.; VICKERS, William T. (eds.). *Adaptatives Responses of Native Amazonians*. New York: Academic Press, 1983. pp. 189-224.



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.15873

ACENO

Chamas, cinzas e luta:
uma etnografia do desastre patrimonial de um Museu Nacional[1]

Mariane Aparecida do Nascimento Vieira[2]
Instituto Burle Marx

Resumo: O incêndio ocorrido no Museu Nacional (Rio de Janeiro), em 2 de setembro de 2018, modificou consideravelmente o cotidiano da comunidade museal. Nesse sentido, pode ser qualificado como um desastre patrimonial, enquanto um evento crítico que irrompe o cotidiano de determinada instituição ou bem patrimonial, fruto de um acúmulo de riscos em potencial, expondo a vulnerabilidade dos mecanismos de salvaguarda, podendo causar a perda parcial ou total desses bens e, implicando ou não na sua reconstrução. Ao longo deste artigo, proponho analisar o pós-desastre deste museu a partir da existência de dois tempos que guardam características específicas: tempo das chamas e tempo da reconstrução.

Palavras-chave: Museu Nacional; desastre; reconstrução.

[1] Este artigo foi premiado pela Associação Brasileira de Antropologia, em sua participação no Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus, na categoria *Artigo Derivado de Dissertação de Mestrado* (2024). A pesquisa foi custeada pela bolsa de doutorado *Nota 10*, concedida pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e auxílio proveniente da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ) e a Fundação Wenner-Gren.

[2] Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Bacharel em Museologia e Mestre em Memória Social pela UNIRIO e licenciada em Geografia pela UERJ. Atualmente é analista de mobilização no Instituto Burle Marx.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

VIEIRA, Mariane A. N. **Chamas, cinzas e luta: uma etnografia do desastre patrimonial de um Museu Nacional.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 677-694, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

Flames, ashes, and struggles:
an ethnography of the heritage disaster of a National Museum

Abstract: The fire at the National Museum (Rio de Janeiro) on September 2, 2018, significantly altered the daily life of the museum community. In this sense, it can be classified as a heritage disaster, a critical event that disrupts the routine of a specific institution or heritage asset, resulting from a buildup of potential risks, exposing the vulnerability of safeguarding mechanisms, and potentially causing partial or total loss of these assets, with or without the possibility of reconstruction. Throughout this article, I propose to analyze the post-disaster of this museum from the existence of two times, each with specific characteristics: the time of the flames and the time of reconstruction.

Keywords: National Museum; disaster; reconstruction**.**

Fuegos, cenizas y lucha:
una etnografía del desastre patrimonial de un Museo Nacional

Resumen: El incendio ocurrido en el Museo Nacional (Río de Janeiro) el 2 de septiembre de 2018 modificó considerablemente la cotidianidad de la comunidad museística. En este sentido, puede ser calificado como un desastre patrimonial, un evento crítico que irrumpe en la rutina de una institución o bien patrimonial determinado, producto de una acumulación de riesgos potenciales, exponiendo la vulnerabilidad de los mecanismos de salvaguardia, lo que puede ocasionar la pérdida parcial o total de estos bienes e implicar, o no, su reconstrucción. A lo largo de este artículo, propongo analizar el post-desastre de este museo a partir de la existencia de dos tiempos que guardan características específicas: el tiempo del fuego y el tiempo de la reconstrucción.

Palabras clave: Museo Nacional; desastre; reconstrucción.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

Algumas horas após a saída dos últimos visitantes, os vigilantes de plantão, por volta das 19h20, identificaram um foco de fogo no edifício e avisaram à administração do palácio de São Cristóvão e ao Corpo de Bombeiros. A notícia rapidamente se espalhou entre a comunidade do Museu Nacional, levando parte de seus membros a se deslocarem para o local visando auxiliar no salvamento do que fosse possível, entre coleções e equipamentos. Assim como voluntários, tais como aqueles atuantes na Força Jovem Universal, que passaram a distribuir água para a comunidade. Em paralelo, os bombeiros se depararam com hidrantes com baixa pressão. E a cobertura midiática passou a televisionar o avançar das chamas.

A Defesa Civil, juntamente aos bombeiros, delimitou as áreas em que se poderia circular, criando, por volta das 21h, um cordão de isolamento na área do sinistro e fechando as portas da Quinta da Boa Vista. Enquanto alguns recuperavam caixas com espécimes, computadores e HD's, o fogo avançava. A transposição da água do lago demandou cerca de meia hora, tempo crucial no combate às chamas. A sua coloração azulada e avermelhada indicava a presença de agentes químicos e orgânicos, combustíveis que levaram à uma temperatura extrema, consumindo os materiais estruturais do edifício, tanto quanto, coleções reunidas ao longo de gerações. O vento espalhou faíscas, espécimes carbonizados, etiquetas e fragmentos de documentos que indiciavam o cotidiano da casa científica mais antiga do país. Nas demais edificações, nas áreas anexas ao palácio e no Horto Botânico, parte da comunidade se posicionou visando evitar novos focos de incêndio, por conta dos fragmentos com faíscas.

A imprensa rapidamente produziu uma imagem como estimativa do que assistíamos a queima, *20 milhões* de itens de acervos científicos, enquanto rememorava que, aproximadamente três meses antes, o museu acabara de comemorar seus duzentos anos de existência. O drama representado pela presença do fogo se estendeu por cerca de seis horas, produzindo um desastre patrimonial sem precedentes, alterando significativamente o cotidiano da comunidade diretamente afetada e colocando em cena uma série de atores que viriam a incidir diretamente no pós-desastre.

Um desastre patrimonial

A *cena* descrita narra o incêndio da sede do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) ocorrido no dia 2 de setembro de 2018. Trata-se da primeira instituição científica do país, que passou a residir neste palácio a partir de 1892 e, que desde a década de 1940, é parte do organograma da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (DANTAS, 2013). A partir da premissa de que o evento do incêndio e seus desdobramentos é um caso iluminador da produção de políticas públicas patrimoniais, percorro dados etnográficos que colocam em evidência os projetos de futuro postos em prática após o incêndio, tanto quanto remetem ao

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

futuro passado, ou seja, o que se concebia como futuro antes deste evento. Proponho analisar o pós-desastre a partir da existência de dois tempos que guardam características específicas: tempo das chamas e tempo da reconstrução[3]. No decorrer desses tempos criados pelo desastre patrimonial, transitarei pelas ações de *reconstrução* da instituição.

Da perspectiva da antropologia do desastre, há uma série de etnografias que analisam os efeitos que um evento extremo, que pode ser qualificado como *desastre*, produz. No entanto, o enfoque patrimonial tem sido abordado de modo tangencial. De modo correlato, o campo patrimonial ao se aproximar dos casos de desastre tende a produzir manuais que indicam o passo-a-passo para o salvamento dos bens afetados, focando nas *boas práticas*. Nesse sentido, o presente texto visa apresentar reflexões de uma etnografia que foca na reconstrução de um museu nacional após ser atravessado por um desastre, a partir da atuação da sua "comunidade museal" (PEREIRA, 2018).

Em sua origem, o termo "desastre" remete à perda de uma "estrela protetora" (HUET, 2012). No entanto, se da perspectiva etimológica, a causa estaria associada à uma ação natural ou cósmica, a emergência da modernidade vem acompanhada do reconhecimento das responsabilidades humanas em eventos catastróficos. Nesse viés, longe de ser um mero *acidente*, um desastre remete à processos e agenciamentos que indiciam a distribuição desigual dos riscos (OLIVER-SMITH, 2009). Assim, entendo como desastre patrimonial um evento crítico que irrompe o cotidiano de determinada instituição ou bem patrimonial, fruto de um acúmulo de riscos em potencial, expondo a vulnerabilidade dos mecanismos de salvaguarda, podendo causar a perda parcial ou total destes bens e, implicando ou não na sua reconstrução. Dessa forma, enfatizo que não necessariamente todo patrimônio atravessado por um desastre será passível de ser reconstruído ou será alvo de um esforço de reconstrução.

Alban Bensa e Eric Fassin (2002) chamaram a atenção para a necessidade de diferenciar o acontecimento de sua narração. Assim, a ação do *fogo* é um acontecimento que ao ser narrado é apreendido como um evento configurado enquanto um *incêndio*, o que produz desdobramentos analíticos. Por outro lado, não se trata de qualquer evento, mas de um evento crítico, nos termos que Veena Das (1995) qualificou, em que novos modos de ação podem vir a alterar categorias tradicionais. Seguindo essa pista e recuperando os procedimentos analíticos que propõem uma descrição densa de casos desdobrados (GLUCKMAN, 2008: 16), componho uma série de eventos que se conectam ao incêndio ocorrido em 2 de setembro de 2018 visando mostrar o processo social. Nos termos de Turner:

> Uma história de estudo de caso detalhado é a história de um único grupo ou comunidade em uma considerável extensão de tempo, coletados com uma sequência de unidades processuais de diferentes tipos, incluindo os já mencionados dramas, atividades e empreendimentos sociais. (TURNER, 2008: 38)

Victor Turner (2008: 33) definiu como dramas sociais "unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito". Eles podem ser observados em quatro fases compostas por: ruptura; crise; ação corretiva e reintegração. Turner chama a atenção que nem todas as fases ocorrerão necessariamente. Trata-se de mais um recurso para dar a ver o processo social em sua

[3] Sandrine Revet (2007) etnografou o contexto que seguiu aos deslizamentos de terra ocorridos na Venezuela, em 1999, propondo a existência de três tempos: 1) tempo da sobrevivência (la survie), marcado pela ajuda mútua entre os membros da comunidade afetada pelo desastre; 2) tempo da ajuda (les secours), onde começam a chegar os auxílios emergenciais e; 3) tempo da assistência (l'assistance), fase em que uma série de instituições e organizações nacionais e internacionais passam a atuar visando a recuperação da área afetada e reestruturação do cotidiano da comunidade atingida.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

fazedura constante, produzindo símbolos rituais, mediando conflitos, reestruturando, rompendo e constituindo novas relações.

Etnografia de um evento crítico

O que podemos chamar de campo etnográfico começou ainda à luz do desastre, ao me deparar com a impossibilidade de continuar com a pesquisa que estava em curso, voltada para questões de curadoria compartilhada e repatriamento no acervo de remanescentes humanos do Setor de Etnologia e Etnografia (SEE). Tanto a coleção estava salvaguardada no palácio, quanto a documentação existente que permitiria recompor sua trajetória até a instituição, sob guarda da Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR). A ideia de registrar a reconstrução e a capacidade de uma instituição bicentenária resistir a um desastre, desde o início, esteve implicada em preocupações éticas, por ocorrer em um contexto de judicialização na busca por possíveis responsáveis por *improbidade administrativa*. Se a inspiração partiu da possibilidade de etnografar a prática museal em seu cotidiano, nos termos do laboratório latouriano, ficou clara a impossibilidade de fazê-lo como tal, visto não ser o cotidiano, mas sim, um cotidiano sob efeito de um desastre. E no epicentro está a "comunidade museal" (PEREIRA, 2018) em toda a sua complexidade de trajetórias e saberes científicos e administrativos.

A comunidade do Museu Nacional é composta, grosso modo, por três categorias: *servidores*, *discentes* e *terceirizados*. Os *servidores* se dividem entre *docentes* e *técnicos administrativos*, marcados por diferenças entre gerações, gênero e hierarquias. Da parte dos *discentes*, em sua maioria estão vinculados às pós-graduações da instituição e, em menor escala, são estagiários de cursos de graduação e ensino médio, do convênio que a instituição mantém com o Colégio Pedro II. Por fim, temos os *terceirizados* e *prestadores de serviço,* atuantes, sobretudo, nas áreas de limpeza e segurança e que configuram o perfil mais flutuante, ainda que existam casos daqueles que apesar das trocas de empresa, se mantêm trabalhando no museu por anos ininterruptos. A configuração da comunidade museal é especialmente elucidativa para este caso pela sua especificidade de dominar aquilo que podemos chamar de idioma técnico. A título de exemplo, aqueles que perderam coleções para o fogo são os mesmo com a expertise para recompor o acervo afetado e/ou perdido. Nesse sentido, desde o evento do incêndio fica evidente o papel desempenhado pela comunidade museal no que tange ao salvamento e reconstrução da instituição.

Na busca por etnografar o pós-desastre do Museu Nacional, reuni entre 2018 e 2022 dados de naturezas diversas. Ao longo dos anos, acompanhei todos os eventos promovidos pelo Museu Nacional e seus parceiros, realizados na cidade do Rio de Janeiro, como seminários, festivais e inauguração de exposições. Um evento simbólico foi a plenária pública realizada no dia 6 de setembro de 2018, que substituiu as comemorações programadas para o aniversário da UFRJ antes do incêndio. Realizada em frente ao palácio incendiado, contou com falas de diferentes perfis da comunidade universitária, dando o tom que guiaria as ações de reconstrução nos anos vindouros. Entre as falas, destaca-se o posicionamento do *reitor* da UFRJ e do *diretor* do Museu Nacional, que salientaram a expertise da própria comunidade para guiar a reconstrução, incluindo o *salvamento* e *resgate* dos acervos em meio aos escombros. Tempos depois, diante da pandemia da Covid-19, o museu se tornou extremamente ativo nas redes sociais, promovendo uma série de eventos, entre lives, seminários e oficinas que analisei enquanto nar-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

rativas produzidas pela própria comunidade que apontam para um tempo de divulgação das ações em curso que é mais rápido em comparação às publicações de resultados científicos, por exemplo.

Através de duas disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGArq/Museu Nacional), pude atuar como voluntária do *Núcleo de Resgate de Acervos*, entre outubro de 2018 e agosto de 2019. Essa instância foi criada pouco após o desastre, com o objetivo de promover uma arqueologia do palácio, a partir do protocolo de salvamento elaborado pela equipe (RODRIGUES *et al.*, 2022). O voluntariado me permitiu, de um lado, contribuir com o trabalho fundamental de resgate e salvamento do acervo, de outro lado, travar contato com servidores, alunos e terceirizados de diferentes departamentos e seções[4]. No decorrer dos dez meses em que pude de alguma forma auxiliar no resgate, sob a supervisão dos servidores, atuei *peneirando* sedimentos retirados do palácio, registrando-os em *fichas catalográficas*, *higienizei* e auxiliei na organização do acervo nas reservas técnicas modulares posicionadas nas laterais do jardim suspenso.

Nas conversas informais com a comunidade, pude conhecer diferentes "museus nacionais". Nesse viés, para realizar entrevistas que permitissem conhecer um pouco mais da trajetória da instituição, através daqueles que fazem o museu no seu cotidiano, cadastrei um projeto no comitê de ética da universidade. No período em que realizei a maior parte das entrevistas, as investigações para determinação das causas do incêndio ainda estavam em curso, por isso optei por manter o anonimato dos entrevistados. Em paralelo, propus, após transcrevê-las, enviá-las para cada um dos entrevistados, para que pudessem novamente salientar se gostariam ou não de que esse material fosse utilizado. Dos entrevistados que responderam, apenas dois quiseram modificar pontualmente a transcrição, incorporando dados às informações fornecidas oralmente. Posteriormente realizei mais algumas entrevistas, nas quais alterei a estratégia, considerando que o próprio contexto já havia mudado, enviando no lugar da transcrição o texto da tese que seria submetido à banca para que os entrevistados pudessem indicar alterações, se necessárias e reafirmar (ou não) sua anuência.

Após o término do voluntariado no Núcleo de Resgate de Acervos passei a pesquisar no Arquivo Nacional os documentos que permitiriam traçar a trajetória da instituição, em especial, no século XIX. Dessa forma, localizei no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), por exemplo, documentos que são duplicatas daqueles existentes no SEMEAR e que foram perdidos e danificados por conta do desastre. Entre recibos ofícios, relatórios, folhas de pagamento pude recompor o cotidiano do museu no decorrer do tempo, sem esquecer seu papel performativo, que, ao mesmo tempo em que narra um cotidiano administrativo, cria e chancela a instituição (HULL, 2012). Em seguida, me dediquei a reunir e analisar os documentos que surgiram no contexto do pós-incêndio que se desdobram em duas categorias: aqueles produzidos pela universidade e comunidade museal, e aqueles provenientes de outros órgãos e instituições acerca do museu. A primeira categoria abrange desde o Boletim da UFRJ que funciona como uma espécie de diário oficial, mapeando a criação de comissões, saídas para coleta de novas coleções, novas parcerias, até os relatórios anuais que sumarizam as frentes de atuação da comunidade pela reconstrução. Na segunda categoria, destacam-se os documentos fruto de *auditorias* realizadas por órgãos como o Tribunal de Contas da União

[4] O Museu Nacional conta no seu organograma com os departamentos de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, invertebrados e vertebrados, além de uma série de seções, por exemplo, Seção de Museologia e Seção de Assistência ao Ensino.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

(TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU). Esses documentos, que são fruto de averiguações para determinar *responsabilidades*, em contrapartida, reuniram evidências de todos os esforços que foram empreendidos ao longo de décadas para evitar um desastre.

Em paralelo, me dediquei a organizar as notícias publicadas que, se no primeiro ano após o incêndio foram marcadas por um ritmo vertiginoso, logo se tornaram espaçadas, sobretudo diante da disputa eleitoral para a presidência da república em 2018. A mídia não apenas permitiu sumarizar as ações de reconstrução em uma linha temporal, como deu a ver o contexto de disputa acerca da própria gerência destas – aqui me refiro especificamente às tentativas de retirada do museu e, depois, do palácio, da UFRJ, como abordarei adiante. Por outro lado, há a atuação da assessoria de imprensa do museu que não apenas passou a mediar o contato "para fora" como promoveu coletivas de imprensa e tomou a iniciativa de, através de uma parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social (Coordcom/UFRJ) documentar o trabalho realizado pelo Núcleo de Resgate de Acervos, que veio a ser divulgado no documentário *Resgates*[5].

Em outra instância, a mídia também permitiu acompanhar casos de desastres patrimoniais que em certa medida atravessaram o caso do próprio museu. Por exemplo, não foi sem consternação que a comunidade museal assistiu, em 15 de abril de 2019, às imagens da catedral Notre-Dame de Paris em chamas. Logo, a chave da comparação emergiu de parte da imprensa e da própria comunidade museal. Se, num primeiro momento, o argumento foi de que o desastre não poupou nem a catedral, nos meses que seguiram, foram as notícias das somas doadas e da força tarefa criada para sua reconstrução que ganharam vulto, evidenciando as condições desiguais de cada patrimônio. Colocar em série eventos que rompem o ordinário, inaugurando uma nova realidade auxilia em acessar o seu efeito narrativo (BENSA, FASSIN, 2002), revelando as aproximações e distanciamentos entre os casos[6].

Antes de prosseguir, enfatizo que o Museu Nacional é um museu de ciências naturais e antropologia, que reside em um palácio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938, signo de sua importância enquanto testemunho que transcorre o período real, imperial e a república. Essa característica é proeminente ao observarmos as disputas que atravessa(ra)m os tempos das *chamas* e da *reconstrução*, tanto quanto aponta para as especificidades deste estudo de caso.

Tempo das chamas

A ação do fogo instaurou uma nova temporalidade. Se, durante o incêndio, o tempo foi suspenso diante da impossibilidade de extinguir o fogo antes que seus efeitos fossem irreversíveis, os dias e semanas que se seguiram marcaram um ritmo acelerado atropelando o luto, marcado pela imagem propagada internamente "do luto à luta". Lado a lado da comunidade do Museu Nacional, emergem uma série de atores e instituições que passam a incidir diretamente em seu cotidiano, representativos das demandas que surgem com o desastre.

Na relação com o palácio, recorrentemente membros da comunidade o associam a uma espécie de "segunda casa". Bachelard ao descrever a "casa natal" traz

[5] O documentário pode ser assistido no canal oficial da UFRJ no YouTube, em: https://youtu.be/JvOPs4De4Sk?si=upESScek_F-RVZTq.

[6] O último capítulo da tese, que baseia o presente artigo, é dedicado a um estudo de caso comparativo entre o pós-desastre do Museu Nacional e da Catedral Notre-Dame de Paris, o qual não será objeto deste trabalho.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

uma imagem ilustrativa desta relação, enquanto uma casa inscrita dentro de cada um como "um grupo de hábitos orgânicos [...] Mesmo o menor trinco ficou em nossas mãos" (BACHELARD, 1978: 206-7). Nesse sentido, os caminhos que levavam a cada coleção, os "planos de fuga" de cada setor, representavam um conhecimento compartilhado por aqueles que habitavam essa casa, como podemos vislumbrar pelos trechos das falas a seguir.

> *Era (...) arrombar a porta e entrar, entendeu? E começar a tirar as coisas lá de dentro, mas os bombeiros estavam com muito medo, porque eles não sabiam o que tinha lá dentro (...) E eles tinham medo da questão do álcool, de explodir. Eles tinham enfim e tem uma filosofia também de que na verdade é importante salvar pessoas e que realmente o acervo fique em segunda mão. Então eles não sabiam o que que tinha lá dentro, a importância. (...) Então, a gente já conseguiu um bombeiro que estava à paisana, que nos ajudou [...] e ficou regulando a chegada do fogo na parte interna, pessoas externas também começaram a olhar e foi feito uma corrente humana para tirar as coisas de dentro do laboratório. E daí a gente conseguiu tirar todo o equipamento óptico dentro do Setor de Crustáceo e também material de coleção que estava ali na beira da mesa (...) e aí com isso se fez o segundo movimento de conseguir na coleção de moluscos que foi salva também.* (Bióloga, docente, vice-diretora, vinculada ao Departamento de Invertebrados, 2022)

> *Bom, 80% do acervo dentro do museu em álcool (...) a gente sempre falava, 'se um dia isso aqui pegar fogo vai lamber tudo e uma, vai lamber e não vai ter, não vai ter jeito mesmo'. E ai eu consegui chegar e já ir direto na coleção tipo*[7] *retirar essa coleção lá de dentro. (...) Foi coisa rápida, ai eu já saí correndo, já metendo o pé na porta e quebrando, ai já fui abrir o armário onde estava a coleção (...) até que o professor chegou e eu passava essas gavetas para ele levar.* (Auxiliar de laboratório, técnico administrativo vinculado ao Departamento de Invertebrados, 2019)

Nesses trechos, acessamos relatos de membros da comunidade museal que estiveram no palácio durante o incêndio[8]. Nos relatos, destaca-se a preocupação em adentrar no edifício para salvar as coleções, o que precisava ser mediado, sobretudo com o Corpo de Bombeiros, cuja principal preocupação, além de debelar o fogo, era garantir a integridade humana. Daqueles que atuaram no salvamento das coleções, emerge aquilo que Sandrine Revet (2007) chamou de "herói local", ou seja, aqueles que são reconhecidos pela sua própria comunidade por seus atos heróicos, ao se arriscarem por um objetivo compartilhado. A principal diferença é que no contexto a que Revet se refere, o risco é assumido para salvar vidas e não coisas. Longe de ser um julgamento de valor, é um ponto importante a ser considerado pela própria posição assumida pelos bombeiros, que foi de encontro à da comunidade.

A equipe composta por 80 bombeiros de 12 quartéis chegou aproximadamente quarenta minutos após o fogo ser detectado e encontrou os dois hidrantes mais próximos da área com baixa pressão (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020). As soluções propostas, entre carros-pipa enviados pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE) e a retirada da água de outro hidrante, demoraram mais cerca de trinta minutos, tempo crucial para o combate das chamas. Diante do risco, parte da comunidade que esteve no palácio foi impedida de entrar nas áreas de guarda.

Não foi a primeira vez que o museu e o Palácio estiveram frente a frente com o fogo. Em 12 de janeiro de 1944, quando o edifício passava por uma reforma, um foco de incêndio ocorreu no primeiro andar, à época ocupado por um laboratório da Seção de Antropologia. Felizmente, o fogo foi extinguido pela ação dos "bravos soldados do fogo", como narrado na notícia do jornal *A Noite*. Os bombeiros,

[7] Trata-se de uma coleção composta por exemplares que foram utilizados para descrever um novo espécime.
[8] Segundo os dados recolhidos em campo, cerca de 150 servidores adentraram no palácio e seu entorno entre 2 e 3 de setembro de 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

nesse contexto, foram representados como *heróis*, contrastando significativamente com o desfecho de 2018. Em contrapartida, nessa época já se tinha a noção de que o fogo tomaria proporções gravíssimas se estivesse se manifestado na ala direita, onde existe em depósito de certa quantidade de álcool", conforme declarou o diretor substituto, José Lacerda Araújo Feio (FOGO..., 1944: 3). Em consequência, um dos efeitos da pesquisa foi evidenciar a longa produção do risco na trajetória do museu, juntamente com a longa produção de ofícios demandando providências por gerações de diretores e diretoras, sendo o desastre o risco concretizado que rompe com o cotidiano institucional.

No dia seguinte, uma multidão se reuniu em frente aos portões fechados da Quinta da Boa Vista, enquanto os bombeiros continuavam o rescaldo e servidores do museu auxiliavam no deslocamento de itens do acervo visíveis em meio aos escombros. Posteriormente, a multidão adentrou na Quinta. Esse dia marcado por um luto coletivo, reifica a noção de que o Museu Nacional denota um senso de pertencimento que extrapola a própria comunidade que cotidianamente o produz. Nas palavras de uma servidora:

> *O dia seguinte para mim foi muito impactante. Nós fomos todos para lá né. Naquele primeiro momento foi um velório. Era um velório, porque o morto [estava] ali na frente. (...) E eu me lembro que eu procurei o Bendegó, porque eu sabia que ele ia estar lá. E logo me veio uma coisa, o Bendegó é o símbolo da resistência, porque ele estava lá inteiro cara e a escadaria também estava (...), mas o mais impactante para mim, primeiro os colegas, a gente, todo mundo chorando muito, não era pouco, era muito. Todo mundo se abraçando e a imprensa em cima. Gente, aquilo foi muito duro, porque é uma coisa dúbia né. Assim, ela tem dois lados. A imprensa tem que divulgar, mas ela tem que respeitar a dor das pessoas e não teve respeito nenhum. (...) eu fui olhar, os grupos de pessoas, de aluno, de pessoas do museu para um lado, para o outro, pareciam zumbis. (...) As pessoas não sabiam, não tinha para onde ir*. (Bióloga, docente vinculada ao Departamento de Botânica, 2022)

O primeiro ponto que chama a atenção nesse trecho é o efeito desestabilizador do desastre que, ao mesmo tempo, produz uma união da comunidade, a partir da dor compartilhada. Em segundo, a relação com a imprensa que demanda informação à revelia do luto. E produz uma narrativa que tem efeitos diretos em como a opinião pública e, consequentemente, o próprio estado e demais instâncias envolvidas naquilo que podemos chamar de "política de ajuda"[9], irão definir como prioridade no pós-desastre, como apontado por Tierney, Bevc e Kuligowski (2006).

Na primeira semana após o incêndio, as notícias marcadamente referenciaram o conjunto de incêndios sofridos pela UFRJ nos últimos anos e acusaram a universidade de negligência no trato de seu patrimônio. Entre as manchetes: "Museu Nacional foi o sétimo prédio da UFRJ atingido por incêndio desde 2011" (ESTADÃO, 3 set. 2018), "Os quatro responsáveis diretos pela tragédia do Museu Nacional" (VEJA, 3 set. 2018) e "Memória em cinzas. A tragédia de erros do Museu Nacional" (O GLOBO, 4 set. 2018). Na primeira notícia, é rememorada a série de incêndios sofridos pela UFRJ desde 2010, tendo como o principal antecedente aquele ocorrido no Palácio Universitário, em 2011. A segunda nomeia como os principais culpados os servidores que, na época, ocupavam os cargos de presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e na universidade, de reitor, pró-reitor de gestão e governança e superintendente de patrimônio. No caso da última notícia, menciona que a UFRJ teria diminuído o repasse de recursos para

[9] A "política de ajuda" se refere ao conjunto de agências e organizações que em um cenário de desastre auxiliam na elaboração de medidas e obtenção de recursos para reduzir os riscos e viabilizar a reestruturação da comunidade afetada (Oliver-Smith, 2009; Revet, 2007).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

o museu e recusado uma verba que teria sido oferecida pelo Banco Mundial há 20 anos, pois a contrapartida era que o Museu Nacional fosse desvinculado da universidade. O próprio Banco Mundial desmentiu essa alegação, esclarecendo que as negociações entre 1998 e 2000 não resultaram em nenhum financiamento ou definição de valores (VALENTE, GAMBA, 2018).

Nesse cenário, o museu centralizou na Assessoria de Imprensa o diálogo com os canais de comunicação. Isso ocorreu não apenas para responder às acusações, mas também para garantir uma narrativa articulada, visto a ressonância das primeiras declarações de membros da comunidade ao lançarem luz sobre a *perda* e o *luto* (Cf. Coelho, 2018), que veio a ser substituído pela imagem da *luta* e da possibilidade de *reconstrução*.

Em paralelo, a gestão do Palácio foi deslocada. Além da atuação dos bombeiros, a Defesa Civil interditou o edifício até desconsiderar o risco de desabamento. No dia seguinte, a Polícia Federal passou a atuar para realizar a *perícia*, visando determinar as *causas* do incêndio. Internamente, na primeira semana, uma série de reuniões foram realizadas para estabelecer as primeiras ações de reestruturação da comunidade, incluindo a retomada das aulas das pós-graduações. No dia 6 de setembro, quando a UFRJ completava 98 anos de existência, uma plenária foi organizada em frente ao palácio. Entre as falas proferidas, destaca-se a do reitor, que, por um lado, ocupava um cargo que representa a própria instituição, como sinalizado por Bourdieu (2008) a respeito dos ritos de instituição e, por outro lado, por sumarizar as etapas da reconstrução.

> *[N]a segunda-feira, depois da terrível madrugada, nós tivemos uma reunião com o Ministério da Educação, [com] a participação do Ministério da Cultura, construímos alguns encaminhamentos emergenciais (...) O cercamento dessa área, retirada dos resíduos cuidando do que pode existir de acervo são trabalhos muito especializados. Nós pactuamos com a direção da [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] UNESCO, que nós tivemos na quarta-feira em Brasília, que vai vir um grupo da UNESCO que vai dar apoio a gente, vindo da sede na França para tratar da questão dos resíduos e sobretudo o que pode ser trabalhado com o acervo, sob a orientação e organização do museu que tem a expertise do nosso museu. (...) o custo disso vai sair por volta de 10 milhões e o ministério autorizou esse recurso. Então essa é a primeira etapa. A segunda etapa, mais importante, que nós construímos também nesta reunião foi iniciar o projeto executivo que é o que permite fazer licitação da reconstrução deste espaço. Nós vamos fazer isso em conjunto. É um projeto da UFRJ que nós vamos fazer com apoio da UNESCO, do IPHAN, do IBRAM para concluirmos um projeto de reconstrução. O que que é o ponto nodal aqui? É que nós queremos que isso entre no orçamento da União (...) E o terceiro ponto que eu gostaria de destacar para a comunidade do Museu Nacional. Nós não podemos permitir a dispersão dos nossos estudantes, professores e técnicos administrativos nas diversas áreas da universidade. O Museu Nacional tem que seguir resistindo como Museu Nacional aqui. Para isto, nós temos que concluir um projeto que o museu já fez que é o chamado anexo, perto do Horto (...) Sempre foi o projeto de retirar toda essa área administrativa de laboratório desta edificação. Nós estamos agora (...) [viabilizando] a questão do terreno junto à Secretaria do Patrimônio da União (Biólogo e pedagogo, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro In: Plenária (...), 2018: 29 min 28 s).*

A fala do *reitor* aborda quem são os principais atores da "política da ajuda", a ver, UNESCO, IBRAM e IPHAN; a necessidade de retirar os escombros considerando a existência de acervo; a consolidação do edifício e elaboração de um projeto executivo para sua restauração; a busca por recursos, tanto em termos financeiros (dentro do orçamento público) quanto espaciais, através de obtenção de um terreno cedido pela união; e a manutenção da integridade da comunidade museal, ressaltando, sobretudo, a expertise do museu em gerir o processo de resgate das coleções. Desse modo, sob a perspectiva da universidade e do museu, a

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

plenária se configura como uma situação ritual em que quaisquer conflitos internos foram suprimidos, visando produzir uma coesão que auxiliasse na administração do drama social (TURNER, 2008) e respondesse às críticas à gestão universitária.

Ainda na primeira semana, foi realizada a principal medida voltada para a área do palácio, com a criação do Núcleo de Resgate do Museu Nacional (Resgate MN), a fim de "preparar e coordenar o processo de resgate de remanescentes do incêndio da sede do Museu Nacional, bem como organizar e gerenciar a equipe de profissionais, colaboradores, alunos e voluntários envolvidos com o resgate" (PORTARIA 12.449, 2018: 59). Além das ações de resgate de acervo, os servidores também atuaram na *Comissão de Espaço*, responsável por redistribuir aqueles que trabalhavam no palácio nos demais edifícios, e na *Comissão de Mobiliário e Equipamentos de Escritório*, que passou a administrar e dividir entre a comunidade as doações obtidas.

O ritmo acelerado, marcado pela profusão de acontecimentos e medidas promovidas na primeira semana, continuou ao longo do primeiro mês e se estendeu por, pelo menos, os próximos seis meses, compondo o *tempo das chamas*. Nesse período, as condições de trabalho precisavam ser minimamente restabelecidas, ao mesmo tempo em que se respondia a imperativos e demandas externas, como os questionamentos relativos às auditorias realizadas pelo TCU e CGU, e o inquérito da Polícia Federal.

Durante o primeiro mês, foram contratadas as empresas que iniciaram as ações emergenciais no Paço de São Cristóvão. Não apenas o tempo de resgate era crucial, devido à exposição do acervo às intempéries em meio aos escombros, mas também havia a necessidade de liberar as áreas de interesse da perícia. Em paralelo, no dia 10 de setembro, foi proposta a Medida Provisória nº 850, que instituiria a Agência Brasileira de Museus (ABRAM). A agência, de direito privado sem fins lucrativos, substituiria o IBRAM e, entre outras atribuições, seria responsável pela gestão da reconstrução do Museu Nacional, incluindo a criação de um fundo patrimonial. Nesse contexto de acusações e busca por responsáveis, a criação da agência surge como uma tentativa de retirada do museu da gestão universitária.

Os seis meses seguintes foram marcados pelas ações de resgate do acervo no paço, pela realocação da comunidade nas áreas que não foram afetadas, pela busca por parcerias e recursos, e resposta às demandas de órgãos federais, caso das auditorias e investigações perpetradas. Nesse viés, a realização da primeira coletiva de imprensa realizada, em 12 de fevereiro de 2019, é um marco, visto que foi a primeira vez que membros externos, especialmente jornalistas, puderam acessar a área do sinistro. Em outras palavras, esse foi o tempo mínimo necessário para que a comunidade museal avançasse em sua reestruturação e começasse a dar notícias dos trabalhos em curso. Desse modo, adentramos na morosidade do *tempo da reconstrução*.

Tempo da reconstrução

As ações emergenciais deram lugar a um longo processo de *reconstrução*, que envolve uma ampla gama de atores, captação de recursos e negociações. Primeiramente, temos a atuação do NRA, que representa a possibilidade de recuperação de parte das coleções e o imperativo de liberar o edifício para a restauração, funcionando como uma atividade de transição entre o *tempo das chamas* e o *tempo da reconstrução*. Em segundo lugar, recorrentemente aparece na fala de atores

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

em posições de gestão, a ideia de incêndio como *oportunidade*. Nessa esteira, o desastre traz a possibilidade de executar o "futuro do passado" (KOSELLECK, 2006), ou seja, aquilo que as gerações anteriores planejaram, mas que por uma série de entraves não conseguiram executar. Tais como, a obtenção de novos edifícios para as atividades de guarda de acervo, pesquisa e ensino e a destinação do palácio apenas para as exposições de longa e curta duração.

O trabalho de *resgate* das coleções é um ponto central não apenas porque ocorreu na área do desastre, em um prédio histórico repleto de coleções, mas também porque é exemplar do cotidiano instaurado pela crise. O protocolo estabeleceu uma cadeia operatória ao redor de cada sala, consideradas "unidades de intervenção arqueológica" autônomas, que seriam objeto de coleta manual ou escavação sistemática. Após o resgate, os objetos seriam encaminhados para a triagem, classificados e registrados em uma ficha catalográfica, em seguida, estabilizados e armazenados, sendo todas as atividades registradas, incluindo documentação fotográfica (RODRIGUES-CARVALHO *et al.* 2022).

Esse trabalho expôs desafios evidentes. Embora muitos dos profissionais da casa tivessem experiência no campo arqueológico, não se tratava mais da coleção que conheciam, mas de um acervo marcado pelo desastre, que teve como efeito mais evidente o esticamento dos prazos para a conclusão da penosa tarefa. A isto se somavam as condições insalubres de trabalho, que, além das atividades em meio aos escombros, envolviam riscos como a queda de materiais estruturais e acervos suspensos, presença de microrganismos e temperaturas elevadas. A empresa contratada por seis meses para a retirada de entulho, cobertura e estabilização do edifício obteve um aditivo de mais quatro meses, totalizando dez meses de trabalho. Esse acréscimo foi justificado pelo desafio de "limpar" uma área com acervo. No diagnóstico do NRA, a equipe reduzida foi o principal fator que alterou a execução do protocolo conforme originalmente planejado.

> O planejamento das ações em si sofreu algumas alterações. Cabe ressaltar que a cadeia operatória proposta funcionou adequadamente (a despeito das limitações de pessoal), com duas exceções. Uma delas relativa à previsão do encaminhamento rápido às curadorias, alterado em função do grande número de peças recuperadas, do resgate de peças em lotes e outros procedimentos que, frente à limitação de recursos humanos, concentrava as atividades nos procedimentos de resgate, registro e conservação preventiva, sem possibilidade de ampliação de ações. A segunda exceção foi exatamente a limitação de pessoal, o que inviabilizou a concretização plena das equipes em seu desenho original. Nesse sentido, o planejamento de equipes acabou por ser profundamente impactado. Limitações de acesso à área sinistrada, por questões de segurança, somados aos impedimentos de possíveis colaboradores por questões de saúde em um ambiente complexo, acabaram por reduzir dramaticamente o contingente de pessoal em atividade. Por questões legais associadas às situações já citadas, os voluntários habilitados a atuar na área sinistrada eram muito poucos e os alunos do Museu, e mesmo de outras instituições similares, só puderam atuar nas atividades externas à edificação. Dessa forma, as equipes de fato se configuraram de forma simplificada, divididas em equipe de escavação, equipe de triagem e equipe de conservação, as quais em diversos momentos contaram com intersecções entre os partícipes. Cabe enfatizar que o que entendemos por "reduzido" ou "simplificado" relaciona-se com as dimensões e demandas da empreitada. Ao longo de 2018 e no primeiro semestre de 2019, nos dias de pico tínhamos cerca de 30 pessoas dedicadas à ação, chegando a 50 com a presença de alunos (na área externa ao Palácio). Nossa estimativa é de que precisaríamos triplicar esse contingente nos períodos mais intensos de resgate. (RODRIGUES-CARVALHO *et al.* 2022: 21)

No relatório anual de 2018, o corpo social da instituição aparece composto por 90 docentes, 218 técnicos-administrativos e cerca de 400 alunos (MUSEU NACIONAL, 2018). Dos servidores (docentes e técnicos), cerca de 40 atuaram no NRA, sendo 5 docentes e 32 técnicos-administrativos. Destes técnicos, 11 foram

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

convocados por concurso após o incêndio, tendo o NRA como seu primeiro local de atuação. Há de se lembrar, para uma análise mais fina e abrangente da cadeia de ações a dar conta, que parte considerável do corpo social estava próximo da aposentadoria e que outras frentes de trabalho foram demandadas. Além disso, a possibilidade de resgate não era a mesma para todas as coleções, mas, em certa medida, era a imagem mesmo de todas as operações em andamento. Por exemplo, a fragilidade dos espécimes do Departamento de Entomologia dificilmente permitiria resistir ao desastre. Nos termos do "governo do desastre" (REVET e LANGUMIER, 2015), no período de transição entre o tempo das *chamas* e da *reconstrução*, diferentes frentes de trabalho representaram uma separação tácita entre aqueles que atuaram na área do palácio e os que permaneceram ou se deslocaram para o Horto Botânico.

As outras áreas pertencentes ao museu - o edifício anexo ao palácio e aqueles construídos no Horto Botânico - não comportam toda a comunidade desabrigada. O terreno mencionado na fala do reitor a respeito da cessão de uma área da união em frente à Quinta da Boa Vista remete a negociações iniciadas em 2015. Apesar de aparecer nas falas oficiais logo após o incêndio como "destinado ao museu", a formalização da cessão veio a ocorrer apenas em 16 de dezembro de 2019. Parte do recurso captado para a reconstrução do museu foi destinado à construção dos módulos de guarda de acervo e demais atividades administrativas, de ensino e pesquisa no terreno em que foi implementado o Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFRJ. A morosidade na aprovação dos projetos não se deve apenas à dimensão da tarefa, mas também às disputas políticas e patrimoniais, incluindo a proposta de destituir o palácio do Museu Nacional para abrigar um "centro turístico" voltado para a "memória da família imperial" (COLETTA e SALDAÑA, 2021).

De maneira similar ao que ocorreu com o terreno, a resposta às dúvidas sobre a capacidade de gestão da universidade começou, em certa medida, com a assinatura de um protocolo de intenções entre UFRJ, UNESCO, Instituto Cultural Vale e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) em 31 de agosto de 2019, com o objetivo de atuarem colaborativamente na reconstrução. O acordo de governança foi assinado em 3 de março de 2020, entre as mesmas instituições, com exceção do BNDES, ainda que atue nos comitês. O projeto "Museu Nacional Vive" é composto por um Comitê Executivo, um Comitê Institucional e um Grupo de Trabalho de Segurança e Sustentabilidade. O comitê executivo é dedicado ao planejamento, execução e análise dos desdobramentos das ações deliberativas, e é composto, além dos parceiros do projeto, por representantes da sociedade civil. O comitê institucional, por sua vez, tem função consultiva, aconselhando a respeito dos projetos em curso, com a participação de representantes de parceiros do museu, como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), Instituto Goethe e Câmara Comunitária de São Cristóvão. Por fim, o grupo de trabalho de segurança e sustentabilidade reflete e propõe mecanismos para garantir a sustentabilidade da instituição após sua reinauguração, contando com membros da UFRJ e Museu Nacional, da Associação de Amigos do Museu Nacional (SAMN), do Instituto Cultural Vale, da UNESCO e do BNDES. Aqui entram novos atores na esteira da política da ajuda, com destaque para o Instituto Cultural Vale e o BNDES, sendo o primeiro capitaneado pela UNESCO e o segundo, por negociações que antecedem ao incêndio.

Entre os projetos que estão no escopo da nova governança, está o estudo preliminar do "projeto de arquitetura e restauro" do Paço e, em paralelo, os projetos

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

nas áreas de “paisagismo, luminotécnica, climatização, estrutura, sistemas eletrônicos, prediais e de sustentabilidade” e o que é voltado para elaboração do conteúdo das novas exposições que irão ocupar todo o prédio histórico (PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE, 2020-2021). De certo modo, esses projetos já eram previstos anteriormente, mas agora se tornavam incontornáveis.

As condições de deterioração do palácio eram historicamente conhecidas e documentadas em ofícios e matérias de imprensa, bem como, a necessidade de implementar um sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico. É exemplar o projeto elaborado na década de 1990, que possibilitou posteriormente a construção do prédio do Departamento de Botânica no Horto Botânico, inaugurado em 2006. O projeto planejou a construção de novos edifícios para abrigar os Departamentos de Entomologia e Invertebrados, Geologia e Paleontologia e Antropologia. Dessa forma, seria possível destinar o palácio apenas para as exposições. No entanto, o IPHAN revogou a liberação de novas construções na área, alegando que não atenderiam às necessidades de longo prazo da instituição[10]. Em busca de soluções, foram pleiteados edifícios próximos à Quinta da Boa Vista, e o terreno que atualmente abriga o novo campus do Museu Nacional foi uma das opções. Na esteira dessas tentativas está o recurso do BNDES para a revitalização do Museu Nacional que incluía, além do Paço, a Biblioteca Central, e que foi assinado alguns meses antes do incêndio, no aniversário de 200 anos do museu. Como se sabe, o tempo de implementação do recurso foi atravessado pelo desastre.

Da perspectiva do que foi possível executar, em 2000 foi criado o *Escritório Técnico-Científico para as Novas Exposições* do Museu Nacional, que elaborou um guia conceitual com diretrizes para transformar o paço integralmente em um espaço expositivo (ESCRITÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO; MUSEU NACIONAL, 2002). Esse guia serviu como base para a retomada das discussões no escopo do trabalho a ser desenvolvido em parceria com a UNESCO. Comparativamente, a principal atualização foi em relação à ampliação dos circuitos e conceitos norteadores. No lugar dos circuitos de “universo, planeta e vida” e “cultura humana”, os novos circuitos serão dedicados ao “histórico”, “universo e vida”, “diversidade cultural” e "ambientes do Brasil”. No caso dos princípios, foram acrescentados aos de “historicidade”, “museu para síntese” e “universalismo”, o “fazer científico” e “acessibilidade”. Nos termos do que se mantém, a tensão formadora de um museu dedicado às ciências naturais e antropologia permanece, ficando explícita, por exemplo, nos debates acerca de como incorporar o conceito de “evolução”. Para as humanidades, há o risco da narrativa sugerir “evolucionismos” que não se aplicam da mesma forma a contextos sociais e biológicos. Por outro lado, quando o *guia* de 2002 foi elaborado, o museu contava com todas as suas coleções, tendo agora que buscar estratégias de aquisição de acervo, paralelamente à elaboração do projeto expográfico.

O incêndio representou um impacto considerável no acervo, mas nem todas as coleções foram afetadas e das que o foram, nem todas sofreram com a mesma intensidade. O Departamento de Botânica não teve nenhuma perda, com exceção de um fruto que estava no Laboratório de Processamento de Imagens para ser escaneado no Palácio. Em contrapartida, o Departamento de Entomologia teve todas as suas coleções perdidas, uma vez que dada a fragilidade dos espécimes a possibilidade de resgate era nula. Dessa maneira, há coleções que não foram atingidas, as que foram atravessadas pelo desastre, mas que poderiam ser salvas e aquelas que a possibilidade de resgate era quase inexistente. No caso das coleções

[10] Por conta do tombamento da Quinta da Boa Vista pelo IPHAN, em 1938, qualquer modificação depende de avaliação e aprovação prévia.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

perdidas, os esforços de coleta e aquisição se iniciaram logo após o incêndio, com servidores indo a campo logo em outubro de 2018 (BOLETIM UFRJ Nº 41, 2018,). O projeto Museu Nacional Vive igualmente lançou uma campanha denominada "Recompõe" e os setores e departamentos acionaram suas redes visando obter doações (SETA, 2023).

Considerações finais

A cena do *incêndio* é um tropo central na narrativa do evento crítico, que vai moldar as análises e projetos em curso do Museu Nacional. Diante do desastre patrimonial sem precedentes, o cotidiano da comunidade museal foi significativamente alterado. Na busca por etnografar um contexto excepcional, um conjunto de recursos metodológicos foi acionado, permitindo acompanhar o desenrolar dos tempos das *chamas* e da *reconstrução*. No aspecto mais amplo, foi essa profusão de fontes que permitiu acessar os trabalhos e as disputas que ultrapassam o próprio cotidiano da comunidade do Museu Nacional, e que, na prática, materializam a *reconstrução*.

No *tempo das chamas,* a comunidade museal, sob o efeito desestabilizador do desastre, precisou garantir condições mínimas para dar continuidade às suas atividades e evitar a dispersão nos demais campus da universidade, conforme salientado pelo reitor na plenária. Em paralelo, muitos *tempos* se sobrepuseram com suas respectivas configurações sociais: o resgate em meio ao fogo; a reorganização dos espaços; a negociação com atores que passaram a intervir na gestão da instituição, tais como a Polícia Federal; a busca pelos recursos emergenciais; e a comunicação com agentes e instituições que demandavam informações (entre auditorias e reportagens tecidas pela mídia). Enquanto no caso do *tempo da reconstrução,* mais uma vez aparece o processo histórico de distribuição desigual de risco, recorrente na trajetória institucional. Por um lado, as expertises da comunidade museal são enfatizadas na capacidade de reunir novas coleções, resgatar as que estavam em meio ao escombro e organizar novas formas de gestão, em especial, com a criação do Projeto Museu Nacional Vive. Por outro lado, enfrentam a dificuldade em reunir os recursos necessários e o longo tempo das negociações, como ilustrado no caso da cessão do terreno que atualmente abriga o novo campus. Como nos ensina a antropologia do desastre: passados os terremotos, os maremotos, os incêndios, e a partir das bases do que foi destruído que, criativamente e com senso de urgência, se criam novas possibilidades técnicas, novos arranjos institucionais, novas perspectivas de passado, presente e futuro.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BENSA, Alban; FASSIN, Eric. Les sciences sociales face à l'événement. *Terrain – Anthropologie & sciences humaines*, 38: 5-20, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Boletim*, 41, de 11 de outubro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 2008.

COELHO, Alexandra. Eduardo Viveiros de Castro: 'Gostaria que o Museu Nacional permanecesse como ruína, memória das coisas mortas'. *O Público*, 4 set. 2018.

COLETTA, Ricardo Della; SALDAÑA, Paulo. Governo quer transformar Museu Nacional em Palácio Imperial e deixar acervo fora. *Folha de S. Paulo* [Online], 26 mar. 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU); SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO (SFC). *Relatório de avaliação, Museu Nacional – MN*. Exercício 2018 - 2021. Rio de Janeiro, 13 set. 2022.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. "Considerações sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional". In: ANDRADE, Antônio Ricardo Pereira de (org.). *Guia de visitação do Museu Nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013. pp. 15-21.

DAS, Veena. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. London: Oxford University Press, 1995.

ESCRITÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO (ETU); MUSEU NACIONAL. Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, Setembro de 2002.

FOGO no Museu Nacional. *A noite*, Rio de Janeiro, ano XXXIII, n. 11.465, 12 jan 1944. p. 3.

GLUCKMAN, Max. "Ethnographic Data in British Social Anthropology". In: EVENS, T. M. S.; HANDELMAN, Don (eds.). *The Manchester School. Practice and Ethnographic Praxis in Anthropology*. New York/Oxford: Berghahm Books, 2008. pp. 13-22.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro. *Relatório do Processo* nº E-12/003/100105/2018. Rio de Janeiro, 2020.

HUET, Marie-Hélène. *The culture of disaster*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, 41: 251-267, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

MEMÓRIA em cinzas. A tragédia de erros do Museu Nacional. *O Globo*, 4 set. 2018, Matutina, p. 1.

MENGUE, Priscila Museu Nacional foi o sétimo prédio da UFRJ atingido por incêndio desde 2011. *O Estado de S. Paulo*, 03 set. 2018.

MUSEU NACIONAL. *Relatório Anual 2018*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2018.

OLIVER-SMITH, Anthony. "Anthropology and the political economy of Disaster". In: JONES, Eric; MURPHY, Arthur (eds.). *The political economy of hazards and disasters*. Toronto: Altamira Press, 2009. pp. 11-28.

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. "Notas sobre cinzas, resgate e ajuda". Manuscrito não publicado. 2019.

PLENÁRIA pública em defesa do Museu Nacional e da universidade pública. UFRJ (YouTube), 06 set. 2018. 1 vídeo (3h11 min).

PORTARIA 12.449, de 6 de dezembro de 2018. Boletim número 50. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018.

PRAÇA, Sérgio. Os quatro responsáveis diretos pela tragédia do Museu Nacional. *Veja Abril*, 03 set. 2018.

PROJETO Museu Nacional Vive. *Relatório 2020-2021*. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, Fundação COPPETEC, Fundação Universitária José Bonifácio, PR6 UFRJ, UNESCO, 2021.

REVET, Sandrine. *Anthropologie d'une catastrophe. Les coulées de boue de 1999 au Venezuela*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.

REVET, Sandrine; LANGUMIER, Julien (eds.). *Governing Disasters. Beyond Risk Culture*. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2015.

RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia *et al.* (orgs.). *Depois das cinzas: Conservação preventiva das coleções recuperadas pelo Núcleo de Resgate de Acervos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2022.

SETA, Isabel. Raríssimo manto tupinambá está na Dinamarca será devolvido ao Brasil; peça vai ficar no Museu Nacional. *G1*, 28 jun. 2023.

TORRES, Ana Carolina. Forças Armadas e Guarda Municipal cercam o Museu Nacional para impedir saques. *O Globo*, 04 set. 2018.

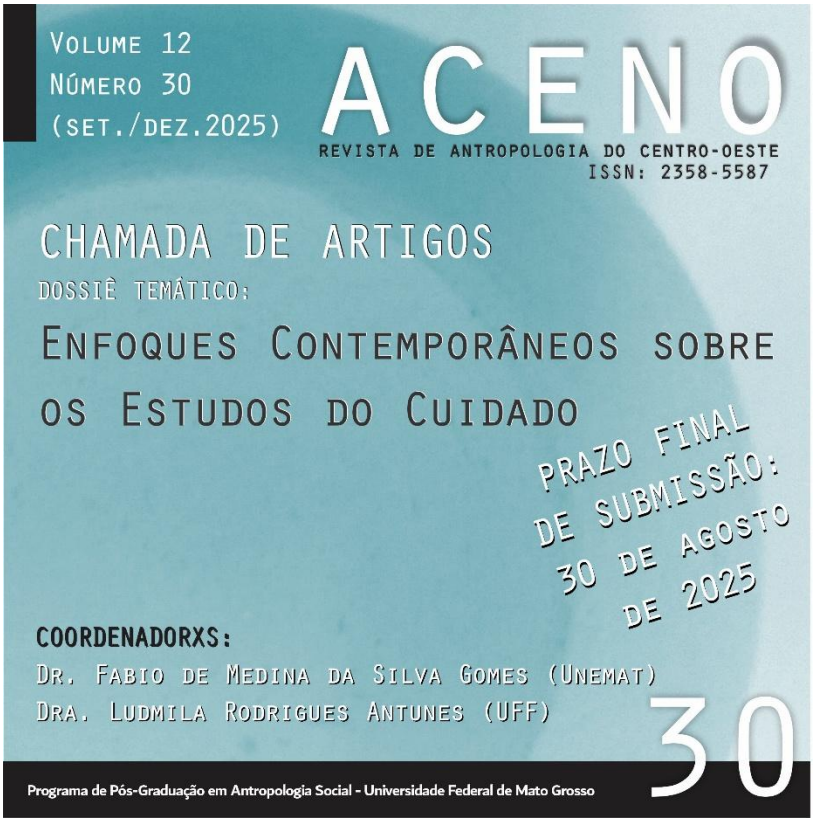
TIERNEY, K.; BEVC, C.; KULIGOWSKI, E. Metaphors Matter: Disaster Myths, Media Frames, and Their Consequences in Hurricane Katrina. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 604: 57-81, 2006.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas*. Niterói: EdUFF, 2008.

VALENTE, Gabriela; GAMBA, Karla. Banco Mundial diz que não fez exigência para financiar Museu Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 set. 2018.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento Vieira. *Chamas, cinzas e luta: Etnografia do desastre e da reconstrução do Museu Nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ, 2024.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18684

ACENO

“Os Karajás: Plumária e Etnografia”: seguindo uma exposição “antiga” do Museu Nacional (RJ)[1]

Marília Caetano Rodrigues Morais[2]
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo apresenta reflexões da minha pesquisa de mestrado, que investiga práticas de colecionamento e exposição dos acervos Iny (Karajá) do Museu Nacional (UFRJ), partindo da exposição “Os Karajás: Plumária e Etnografia”, realizada antes do incêndio de 2018. A pesquisa buscou compreender como essas práticas se desenvolveram ao longo de diferentes momentos de produção de coleções e exposições etnográficas e como elas se relacionam com discussões contemporâneas. A metodologia, impactada pelo incêndio e pela pandemia, consistem em seguir os rastros deixados pela mencionada exposição, baseia-se em arquivos, recursos digitais, entrevistas e uma breve experiência de campo etnográfico. O trabalho apresenta perspectivas institucionais, antropológicas e Iny (Karajá) relacionadas às coleções e à exposição, contextualizando essa experiência em termos de políticas institucionais, produção antropológica e protagonismo indígena. Por meio da narrativa etnográfica, são destacadas as complexidades do acervo, as possibilidades curatoriais da época e as controvérsias que permearam essa experiência.

Palavras-chave: Coleções etnográficas; acervos indígenas; museus e antropologia; Museu Nacional; Iny (Karajá).

[1] Este artigo foi premiado pela Associação Brasileira de Antropologia, em sua participação no Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus, na categoria *Artigo Derivado de Dissertação de Mestrado* (2024).
[2] Licenciada em Ciências Sociais (UFG), mestre em Antropologia Social (UnB) e doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

MORAIS, Marília Caetano Rodrigues. **“ Os Karajás: Plumária e Etnografia” : seguindo uma exposição “ antiga” do Museu Nacional (RJ).** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 695-714, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

“The Karajá People: Featherwork and Ethnography”:
following an “old” exhibition at the National Museum (RJ)

Abstract: This article presents reflections from my master’s research, which investigates collecting and exhibition practices concerning the Iny (Karajá) collections at the National Museum (UFRJ), based on the exhibition “The Karajás: Featherwork and Ethnography”, held before the 2018 fire. The research aimed to understand how these practices developed over different periods of collection and ethnographic exhibition production and how they relate to contemporary discussions. The methodology, impacted by the fire and the pandemic, involves following the traces left by the mentioned exhibition, relying on archives, digital resources, interviews, and brief ethnographic field experience. The work presents institutional, anthropological, and Iny (Karajá) perspectives related to the collections and the exhibition, contextualizing this experience in terms of institutional policies, anthropological production, and Indigenous agency. Through an ethnographic narrative, the complexities of the collection, the curatorial possibilities of the time, and the controversies surrounding this experience are highlighted.

Keywords: ethnographic collections; indigenous collections; museums and anthropology; National Museum; Iny (Karajá).

“Los Karajá: Plumería y Etnografía”:
siguiendo una exposición “antigua” del Museo Nacional (RJ)

Resumen: Este artículo presenta reflexiones de mi investigación de maestría, que investiga las prácticas de colección y exhibición de las colecciones Iny (Karajá) del Museo Nacional (UFRJ), partiendo de la exposición "Los Karajás: Plumaria y Etnografía", realizada antes del incendio de 2018. La investigación buscó comprender cómo estas prácticas se desarrollaron a lo largo de diferentes períodos de producción de colecciones y exposiciones etnográficas y cómo se relacionan con debates contemporáneos. La metodología, impactada por el incendio y la pandemia, consiste en seguir los rastros dejados por la mencionada exposición, basándose en archivos, recursos digitales, entrevistas y una breve experiencia de campo etnográfico. El trabajo presenta perspectivas institucionales, antropológicas e Iny (Karajá) relacionadas con las colecciones y la exposición, contextualizando esta experiencia en términos de políticas institucionales, producción antropológica y protagonismo indígena. A través de la narrativa etnográfica, se destacan las complejidades de la colección, las posibilidades curatoriales de la época y las controversias que rodearon esta experiencia.

Palabras clave: Colecciones etnográficas; colecciones indígenas; museos y antropología; Museo Nacional; Iny (Karajá)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

Este artigo apresenta brevemente reflexões que desenvolvi durante minha pesquisa de mestrado (MORAIS , 2023), que investiga práticas de colecionamento e de exposição dos acervos Iny do Museu Nacional (UFRJ), partindo especificamente de uma experiência expositiva "antiga", anterior ao incêndio de 2018, intitulada "Os Karajás: Plumária e Etnografia", que esteve em exibição de 2012 até ser interrompida de forma abrupta pelo trágico evento em 2018. A pesquisa buscou compreender como essas práticas se desenvolveram ao longo de diferentes momentos de produção de coleções e exposições etnográficas e como elas se relacionam com discussões contemporâneas sobre práticas "do passado", que devem ser abandonadas, e práticas "do futuro", que são desejadas.

As escolhas metodológicas, impactadas pelo incêndio e pela pandemia da Covid-19, que transformou radicalmente as possibilidades de investigação etnográfica, consistem em seguir os rastros deixados pela mencionada exposição, por meio de uma abordagem etnográfica que se baseia em arquivos e recursos digitais, que desempenharam papéis relevantes em diversas etapas, desde a formação das coleções até a produção da exposição. Além disso, pretendeu-se resgatar a memória e mapear os eventos significativos associados à produção da exposição, rastreando a trajetória de objetos que migraram das aldeias para o museu e, posteriormente, da reserva técnica para o espaço expositivo. Por fim, o trabalho apresenta perspectivas institucionais, antropológicas e Iny (Karajá) relacionadas às coleções e à exposição, contextualizando essa experiência em termos de políticas institucionais, produção antropológica e protagonismo indígena. Por meio da narrativa etnográfica, são destacadas as complexidades do acervo, as possibilidades curatoriais da época e as controvérsias que permearam essa experiência. Acredita-se que este estudo pode contribuir para o entendimento e uma reflexão crítica acerca das práticas de colecionamento e exposição de acervos indígenas.

Um olhar para questões contemporâneas a partir de experiências "do passado"

O Museu Nacional, vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, é um museu que se define como universitário, com perfil acadêmico e científico[3]. A instituição desempenha um papel significativo na atuação antropológica no campo do patrimônio e em relação aos povos indígenas no Brasil. Após o incêndio de 2018, que destruiu a maior parte de seus acervos, o Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) do Museu Nacional tem desenvolvido estratégias para recuperar a memória das coleções que se perderam e para constituir novas coleções de etnologia. Propondo em uma "refundação" das práticas antropológicas e científicas, com o objetivo de torná-las menos etnocêntricas e cada vez mais engajadas nas lutas políticas dos diversos povos e grupos sociais associados a reconstrução das coleções do SEE.

[3] Fonte: https://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html, acesso em: 18/12/2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

Desde o trágico incêndio, acompanhei algumas das atividades pelo SEE, especialmente o trabalho dedicado a nova coleção Iny (Karajá). Em 2020, já no mestrado, em um momento de reorganização das estratégias de pesquisa diante das restrições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19, participei da oficina "Reconstrução das Coleções Etnológicas do Museu Nacional", realizada modo remoto, durante a programação da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2020[4]. A oficina foi coordenada por João Pacheco de Oliveira Filho[5], Renata Curcio Valente[6] e Tonico Benites Guarani-Kaiowá[7]. Levando em conta o protagonismo de organizações e pesquisadores indígenas, o encontro buscou promover um debate sobre as "estratégias de reconstrução das coleções etnológicas do Museu Nacional, cujo acervo do século XIX e XX, que era uma fonte importante para a memória sobre os povos indígenas e o patrimônio cultural brasileiro, foi em grande parte destruído pelo incêndio de 2018" (32RBA, 2018).

Na primeira seção, conduzida por João Pacheco, curador do SEE/MN, o objetivo foi a apresentar as linhas de atuação do projeto de reconstrução das coleções etnográficas do Museu Nacional, indicando os desafios para a sua execução, bem como refletindo sobre as novas perspectivas que poderá trazer. A segunda seção, guiada por Tonico Benites, antropólogo colaborador do SEE, contou com o relato de sua experiência com a coleta, documentação e registro de objetos entre famílias Guarani-Kaiowá, para a formação da coleção "*Tekoha* em Retomada (*'roike jevy'*)". Já a terceira e última seção, apresentada por Renata Curcio, antropóloga que atua no SEE, foi dedicada aos "desafios das coleções digitais" e abordou a construção de parcerias com museus internacionais e nacionais, que visam o compartilhamento de coleções etnológicas digitais de povos indígenas do Brasil.

Tonico Benites, indígena do povo Guarani-Kaiowá, antropólogo e curador[8], contou durante a oficina, que sua trajetória de formação e pesquisa em antropologia, foi realizada em contato com as coleções e os objetos do Museu Nacional e chamava sua atenção que "as salas pareciam fechadas, com raras presenças indígenas no interior do museu". Ao mapear o material produzido por indígenas nas reservas do museu, ele percebeu que na época de expedição e coleta dos objetos, não havia uma preocupação em identificar as "etnias". Para ele, o que motivou a "falta de informação", foi que "antigamente acreditava-se que os indígenas iriam se diluir e acabar" e, dessa forma, os museus reforçavam o pensamento de "índio genérico".

Benites, em sua crítica ao que chamou de "práticas antigas" promovidas por instituições museológicas, dá um exemplo importante ao relatar a visita de "rezadores" – *nhanderu* – Guarani-Kaiowá ao SEE, comentando que foi um momento

[4] O evento contou com a presença de 38 participantes, sendo 21 indígenas (dos povos Galibi-Marworno, Guajajara, Guarani-Kaiowá, Kadiwéu, Kanindé, Macuxi, Munduruku, Nawa, Pankararu, Pataxó, Potiguara, Terena, Tikuna, Tupinanbá e Waiwai) e 17 não-indígenas (7 servidores do SEE/MN e 10 colaboradores externos). Os encontros foram realizados via plataforma "Zoom", devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

[5] Antropólogo; professor titular do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Amazonas; e atual curador das coleções Etnologia e Etnografia do Museu Nacional (UFRJ).

[6] Antropóloga; após uma trajetória de mais de dez anos na Coordenação de Divulgação Científica do Museu do Índio, foi cedida ao Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) do Museu Nacional, em outubro de 2019.

[7] Antropólogo; professor visitante e pesquisador do Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atualmente, assume o cargo de coordenador da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em Ponta Porã (MS).

[8] Em 2022, dois anos após a oficina, foi anunciado no Boletim Interno do Museu Nacional: "Tonico Benites Guarani-Kaiowá é o nosso primeiro curador indígena". Conforme indica a notícia, Tonico já colabora com a recomposição do acervo para o Museu Nacional/UFRJ de forma direta e voluntária, desde setembro de 2018, mas o contrato foi firmado apenas em 2022, "por meio de projeto do Setor de Etnologia e Etnografia financiado pelo Instituto Cultural Vale". Apesar da notícia promissora, se trata de uma contratação temporária e João Pacheco menciona na entrevista que busca formas para contratar Tonico Benites de forma permanentemente, "para que ele tenha dedicação exclusiva a esse importante trabalho curatorial". Disponível em: https://harpia.mn.ufrj.br/wp-content/uploads/2022/12/boletim_harpia_edicao_17.pdf. Acesso em 06/09/2023.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

de grande aprendizado para ele e para a equipe do setor. Uma das coisas que os visitantes *nhanderu* disseram, segundo Benites, foi: "já que o Chiru está aqui, ele não pode ficar só por muitos anos, por muito tempo, a gente precisa vir aqui para se comunicar com ele através de um ritual, reza e canto". Essa experiência é importante para os estudos com coleções etnográficas, pois permite perceber como as formas "antigas" de exibição e salvaguarda estão distantes das instruções dadas por aqueles que produziram os materiais.

É fundamental reconhecer que o colecionamento e a incorporação de objetos indígenas em acervos, não apenas reflete, mas também tem o poder de alterar significativamente as formas de vida e agência desses objetos, por meio de complexos procedimentos técnicos e científicos, destacando a necessidade de uma análise crítica contínua dessas práticas no campo da antropologia e da museologia. Refletir sobre o lugar dos "objetos" na perspectiva da teoria antropológica e das teorias indígenas se mostra cada vez mais necessário para a produção de coleções etnológicas. Na medida em que esse lugar passa a ser questionado, a prática do "colecionamento" aparece como uma "categoria histórica e culturalmente relativa, própria do ocidente moderno e sujeita às suas transformações intelectuais e institucionais" (GONÇALVES, 2007: 45).

O processo de reunir objetos para a nova coleção, realizado por Tonico Benites, está sendo realizado através de várias "rodadas" de visitações entre comunidades Guarani-Kaiowá. A coleção leva o nome, dado por Benites, porque "retomada" é uma palavra forte para os Guarani-Kaiowá, que fala sobre um processo político tanto de retomada das "práticas e tradições com seus encantados", até a "retomada de terras e a luta por direitos". Benites conta que leva tempo para "amadurecer a conversa e o diálogo" com as lideranças e as famílias. Segundo Benites, perguntar para as famílias da retomada "o que você pode doar?" e "o que gostaria que estivesse lá?", ajudou que as pessoas entendessem que poderiam doar objetos que falassem de suas lutas e, até mesmo, de memórias traumáticas. Muitas peças usadas para amarrar, bater e torturar pessoas, na época da ditadura militar, como correntes, algemas, cipó, madeira e cacetes, ainda são encontradas e guardadas pelas famílias Guarani-Kaiowá. E isso levantou uma questão sobre a possibilidade de reunir materiais que remetem a memórias "tristes e dolorosas", na formação das novas coleções. Benites perguntou ao grupo reunido na oficina: "isso são coisas para levar para o museu?". Como foi discutido, apenas a percepção dos próprios indígenas pode ser capaz de responder sobre quais memória eles querem que seja passada para a "sociedade nacional" através do museu.

A experiência museológica a partir da curadoria de Benites, junto aos rezadores e famílias Guarani-Kaiowá, está se apropriando do museu enquanto uma "arma da cultura", ou seja, "uma das ferramentas para a construção e afirmação de suas identidades sociais", dando sinais de seu "potencial transformador para a própria museologia e, sobretudo, para as relações entre os museus e a Antropologia" (ABREU, 2012: 310). Nesse sentido, os "novos atos de colecionar", levam em conta que "não há conhecimento sobre o outro que não seja também um ato temporal, histórico, político" (FABIAN, 2010: 40) e, também, evidenciam "a parte ativa que pessoas e comunidades desempenham ao produzir os objetos" (FABIAN, 2010: 66).

A partir dos anos 1990, Regina Abreu (2012), observa que ocorreram diversos posicionamentos de grupos indígenas com relação às instituições de patrimônio, de museus e universidades. Sua análise leva em conta essa interação a partir de experiências de construção de museus indígenas no Brasil e da participação de indígenas dos povos Tikuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi Kali'na e Galibi-

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

Marworno na produção e montagem de exposições para o Museu do Índio (RJ), bem como para museus indígenas, como o "Museu Maguta", do povo Tikuna, conhecido como primeiro museu indígena no Brasil (ABREU, 2012). Assim como as experiências apresentadas pela autora, os relatos articulados aqui, colocam em evidência o questionamento desses grupos sobre a criação e manutenção de representações genéricas do "índio", bem como suas reivindicações pela "autorrepresentação" e para que "erros do passado" não se repitam.

Por outro lado, durante a oficina as experiências anteriores ao incêndio do museu não foram citadas apenas como exemplo do que deve ser "esquecido" e "abandonado". Em alguns casos elas foram retomadas como exemplos de práticas positivas, como foi o caso da exposição intitulada "Os Primeiros Brasileiros", citada por Benites como uma exposição "mais atualizada, com outros tipos de descrições, consistentes, aprofundadas e detalhadas". A exposição "Os Primeiros Brasileiros", que teve sua primeira exposição em 2006 e hoje pode ser acessada em sua versão online[9], nos mostra que muitas pautas que consideramos "contemporâneas", "atuais" ou relacionadas as ideias de "novo" e de "futuro", estavam pautadas anteriormente, de modo especial a participação e o protagonismo indígena, "que não deveria se limitar a fornecer mão de obra ou informantes, mas deveria ocorrer através do controle dos efeitos políticos de tal exposição" (OLIVEIRA e SANTOS, 2019: 400).

Através dos relatos apresentados, percebemos que museus, centro culturais e de memória, projetos educacionais e de pesquisa, cada um à sua maneira, indígenas e/ou não-indígenas, estão tentando engajar as coleções na produção de conhecimento de modo a ocupar e compartilhar não só o espaço, como também o tempo e as lutas nas quais os atores e os objetos estão envolvidos. As propostas estão se construindo no sentido do que Gersem Baniwa conceituou como "diálogos interepistêmicos" e "interculturalidade". Ao reconhecer que não se trata de um diálogo "entre iguais", o autor indica o desafio de buscar "reconhecimento mútuo, recíproco e valorativo dos diferentes modos de vida, de saberes, de conhecimentos, de ontologias e de epistemologias" (BANIWA, 2019: 25).

O movimento da equipe do SEE/MN, que propõe abandonar as práticas de colecionamento coloniais, extrativistas e predatórias, por uma prática mais colaborativa e engajada de forma ativa na "luta pela memória" e pelos direitos indígenas tem sido, sem dúvida, fundamental. Não só para a reconstrução do acervo destruído, mas para construção de práticas antropológicas e científicas menos etnocêntricas. Participar da oficina proporcionou uma compreensão da linha de atuação dos projetos de reconstrução do SEE/MN e, de modo especial, o acesso a questões relevantes que compõe o cenário contemporâneo de discussões em torno das práticas de colecionamento e de exposição de acervos indígenas, que se acentua após o incêndio, mas que também vem de uma trajetória de projetos e ações anteriores. Ainda que o objetivo central tenha sido pensar sobre as coleções do "futuro" do Museu Nacional, o que mais me chamou atenção no encontro foi a importância de retomar a memória dessas práticas de colecionamento e de exposição chamadas de "antigas" ou "do passado".

Mapeando vitrines e rastreando objetos

[9] Disponível em: https://osprimeirosbrasileiros.mn.ufrj.br/.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

Após a oficina, comecei a explorar os mais de 90 GB de arquivos fotográficos produzidos pela equipe do SEE antes do incêndio, buscando possibilidades interessantes para construir um tema de pesquisa sob as condições impostas pela pandemia e, também, pelo próprio incêndio do Museu Nacional. Foi quando vi pela primeira vez registros da exposição "Os Karajás: Plumária e Etnografia", através de fotografias das vitrines, dos objetos e dos painéis expositivos. Em uma pesquisa rápida descobri que, além das fotografias, também é possível visitar aquela exposição através de um tour virtual em 360º, pelo "Google Arts & Culture", uma plataforma online que possibilita conhecer virtualmente museus de diferentes lugares do mundo[10]. Através desta ferramenta, adentrei as salas do prédio histórico e explorei em detalhes a exposição dedicada ao material Iny[11].

Entrei em contato com o SEE, apresentando o interesse pelas coleções Iny "antigas" do Museu Nacional, e os responsáveis por receber e dar apoio a minha pesquisa foram Crenivaldo Veloso (historiador) e Rachel Correa Lima (museóloga), servidores e pesquisadores que atuam há mais de 10 anos no Museu Nacional. Além de compartilharem o acesso a arquivos e relatórios, institucionais e pessoais, produzidos antes do incêndio, Veloso e Rachel também compartilharam memórias de suas rotinas de trabalho e experiências relacionadas aos acervos Iny do Museu Nacional, através conversas virtuais, trocas de e-mails, mensagens de WhatsApp e vídeo-chamadas via Google Meet.

Na visita virtual pela exposição "Os Karajás: Plumária e Etnografia", apesar da primeira impressão geral da sala remeter a uma exposição aparentemente "tradicional", os textos expositivos apresentam uma proposta curatorial comprometida com formas mais colaborativas de atuação, com a participação de pesquisadores externos ao Museu Nacional e de representantes Iny. O que se confirmou desde a primeira conversa com Veloso, que atuou como assistente de curadoria na exposição. Por outro lado, veio à tona em sua fala um fato bastante controverso, um conflito gerado em torno da exposição de determinados objetos rituais e sagrados para os Iny. Segundo Veloso, se tratava das "máscaras de aruanã", ou *ijasó*, que ao serem colocados na vitrine central da exposição, violaram segredos e restrições de visualização em torno daqueles "seres", o que poderia provocar graves "consequências" na cosmologia Iny, especialmente para as mulheres Iny.

Considerando os materiais digitais disponíveis; as controvérsias levantadas na oficina e no diálogo com Veloso; e as motivações para contribuir com o projeto de reconstrução do SEE; decidi, então, seguir os rastros deixados por essa exposição, intitulada "Os Karajás: Plumária e Etnografia", que inaugurou em 23 de março de 2012 no Museu Nacional e encerrou em 02 de setembro de 2018, data do incêndio. Mas como narrar a história de uma exposição e de coleções que não existem mais? Como lidar com a ausência de materiais como livro-tombo, papéis pessoais e institucionais que acompanhavam a entrada e as movimentações das coleções, fichas museológicas, cartas, notas e diários de campo, desenhos, manuscritos, arquivos físicos e digitais que registravam, ao menos em partes, as trajetórias dos objetos? Como remontar a trajetória de coleções que deixaram de existir de maneira tão abrupta? Foi com estes desafios e questionamentos que persegui a tarefa de tornar uma exposição "antiga" do Museu Nacional – interrompida por um incêndio que levou às cinzas não apenas coleções de objetos dos mais diversos povos indígenas brasileiros, como também a maior parte da documentação desses acervos – objeto de pesquisa.

[10] Disponível em: https://g.co/arts/rC5sJQJmTNe37t2i8
[11] Disponível em: https://goo.gl/maps/XEBbKWfSkBUi9dFN9

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

O caminho escolhido passou por romper com a visão cristalizada do mundo objetificado, explorar "a vida social" (APPADURAI, 2008) e a "biografia cultural" (KOPTOFFY, 2007), das "antigas" coleções do Museu Nacional. Entendendo que tecer a rede formada em torno de exposições e acervos etnográficos pode nos ajudar a compreender a mudança de "status" dos objetos, desde os usos cotidianos nas aldeias, até vitrines e reservas técnicas dos museus ou repositórios virtuais. Além de contribuir para (re)construir a própria trajetória e história da prática científica antropológica e das relações interétnicas que essa rede articula. Retomo, ainda, a proposta de Latour (2020), diante da pergunta "por onde podemos começar um estudo sobre ciência e tecnologia?". O autor responde que acompanhar as controvérsias (e como elas se encerram) pode ser uma boa porta de entrada. E indica que "flashbacks" e abertura de "caixas-pretas" podem ser um caminho interessante para entrar no mundo da ciência e da tecnologia, "pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da ciência acabada" (LATOUR, 2000: 6).

> A expressão *caixa-preta* é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai. [...] Por mais controvertida que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para a sua implementação a única coisa que conta é o que se põe nela e o que dela se tira. (LATOUR, 2000: 4)

Como indica Souza Lima (1987), não basta denunciar o colecionismo e abstrair suas implicações políticas, é preciso investigar as relações de poder em jogo e compreender a história da produção intelectual que está por trás da constituição desses acervos. Considerando tal alerta, a pesquisa reabre as vitrines de uma exposição "antiga" do Museu Nacional, como uma "caixa-preta", para descobrir o que elas dizem, ou traduzem, de uma antropologia em construção. Abordo a coleta, a descrição e a contextualização discursiva das peças, assim como a busca pelo acervo e a justaposição dos objetos na exposição, como atividades realizadas e orientadas a partir de técnicas de pesquisa e construção de narrativas, que buscam corresponder a determinados critérios científicos, situadas em contextos históricos e políticos específicos. Tal tarefa é seguida de forma aprofundada em Morais (2023), sendo complexo apresentá-los superficialmente, destaco, aqui, apenas alguns aspectos do percurso percorrido, com o objetivo de refletir, de modo especial, sobre a presença e a participação indígena na exposição.

A partir das imagens do tour virtual disponíveis online, sistematizei as informações museológicas e descritivas de 41 peças que estiveram na exposição[12], reunindo dados que até então encontravam-se dispersos. Alguns casos particulares, 3 de peças, identificadas em termos genéricos como "pingente de penas" e "testeira", chegaram ao Museu Nacional através figuras como: Campos Salles, presidente da República do Brasil, entre 1898 e 1902; Basilly Sampieri, um marquês grego que realizou uma "expedição de caça" no estado de Goiás, em 1935, capturando animais e colecionando objetos; e Esperidião Antônio da Rocha, contratado pelo Museu Nacional em 1945 na função de zelador, chegando a assumir a posição de auxiliar de pesquisa e de formação de coleções. São objetos com poucas informações acerca de seu colecionamento, assim como outras 7 peças que permanecem com a coleção/colecionador não identificados. Mas a maior parte do acervo da exposição, 31 peças, foram objetos reunidos por antropólogos em

[12] A lista completa com a relação do acervo exposto, bem como com a lista de referências que contribuíram para a identificação das peças, pode ser acessada em Morais (2018: 210-8).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

pesquisa de campo – William Lipkind (1938), Charles Wagley (1941) e Maria Heloísa Fénelon (entre 1959 e 1980), que formaram coleções etnográficas em diferentes contextos de produção científica e de relações interétnicas com o povo Iny, e que estiveram ligados, direta ou indiretamente, ao projeto de formação de antropólogos e a profissionalização da antropologia no Brasil.

Além da pesquisa com os arquivos e recursos virtuais, quando foi possível uma volta as interações presenciais, realizei uma etapa de pesquisa de campo na aldeia Hawaló, situada na Ilha do Bananal (TO), entre 4 e 11 de dezembro de 2021. Essa foi uma oportunidade de participar dos encontros entre Rafael Andrade (antropólogo e doutorando do PPGAS/MN), Socrowé (líder espiritual de Hawaló) e sua família, em atividades voltadas para a formação da nova coleção Iny destinada ao acervo do Museu Nacional. A possibilidade de pesquisa em terra indígena não estava inicialmente prevista e só foi possível após o avanço da vacinação em massa. Devido a essa abertura, em abril de 2022, também pude receber na casa dos meus pais, em Palmas (TO), Bikunaki Karajá, professora de história da rede municipal, e seu marido Waxiy Karajá, filho de uma antiga liderança tradicional Iny, Maluaré Karajá, professor e servidor de carreira da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins. Waxiy teve um papel fundamental para a reorganização da exposição "Os Karajás: Plumária e Etnografia" e seus relatos vão nos ajudar a entender um pouco mais sobre as "consequências" do colecionamento e da exposição dos *ijasò*, seres considerados sagrados para os Iny.

Ao longo do percurso de pesquisa, realizei interlocuções, trocas e negociações, em meio a um mundo de muitas incertezas, pós-incêndio e pandêmico, pude estabelecer diálogos que trouxeram à tona memórias sensíveis e afetivas, as quais tive a responsabilidade de me dedicar durante a pesquisa e a escrita, convivendo entre o mundo dos antropólogos, o mundo dos museus e o mundo dos Iny. É neste cenário que a pesquisa se situa, na tentativa de compreender práticas de colecionamento e exposição de acervos indígenas, com ênfase nas dinâmicas interculturais e experiências compartilhadas entre os Iny e o Museu Nacional.

Porque "Os Karajás"? Porque "Plumária"? E porque "Etnografia"?

O título da exposição, "Os Karajás: Plumária e Etnografia", é de fácil entendimento e contribui para apresentar, de forma concisa e bastante objetiva, os temas escolhidos para serem evidenciados na exposição. Questionar cada termo desse título foi algo que me mobilizou no início da pesquisa. Seguir cada "porquê" implicado, revelou eventos e controvérsias importantes que marcaram o complexo cenário que envolve a concepção e a produção da exposição, as relações que a tornaram possível, a influência de experiências anteriores, os critérios de curadoria, seleção das peças, produção dos textos, materiais gráficos e montagem da sala expositiva, as colaborações e as controvérsias em torno da participação indígena. A seguir, destaco brevemente alguns desses aspectos.

O que motivou a produção da exposição, em 2012, está diretamente relacionado demandas institucionais pela ocupação de um espaço expositivo do Setor de Etnologia e Etnografia, que teve que ser feito em regime de urgência. A disputa por espaço não é uma novidade no cotidiano de uma instituição como o Museu Nacional, um museu de história e ciência natural que desde sua criação reúne diversas áreas do conhecimento e diferentes frentes de atuação, que passam pelo ensino de pós-graduação, pesquisa científica, curadoria de coleções, exposição e

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

atividades de extensão universitária, trabalhando com acervos de natureza bastante heterogênea (VELOSO, 2021; OLIVEIRA, 2020). Veloso fala em tom de brincadeira que "o setor de etnologia é um museu dentro do museu, e existem vários museus dentro do Museu Nacional". No caso do SEE, além da questão do espaço, Veloso destaca também a questão do tempo. A dinâmica de trabalho do SEE dentro do Museu Nacional se caracterizava pelo envolvimento, diálogo e parceria com pessoas e coletividades diversos, o que exige um tempo maior para estruturar relações e estabelecer projetos em comum do que na dinâmica de outras áreas e campos do conhecimento.

O motivo da demanda de abertura de uma das salas do SEE no palácio, foi a inauguração de uma exposição do Departamento de Vertebrados, localizada na sala à sua frente, cujo acesso só seria possível com a abertura dessa específica do SEE. Era preciso liberar com urgência a passagem e, para isso ser feito, seria necessário ocupar e abrir a sala com uma nova exposição. Inicialmente, a sala estava prevista para receber uma exposição com "material africano". Porém, o SEE não tinha condições de produzir uma exposição com essa temática naquele momento, sob um regime de urgência, vindo de uma demanda externa, pois seria preciso um investimento mais amplo de recursos e de pesquisa.

Porque e de que modo, então, investir na direção de uma exposição com "os Karajá" surgiu como uma alternativa possível e interessante? Em poucas palavras, se deve, principalmente, a relação que estava sendo construída entre o SEE, ceramistas e lideranças Iny e pesquisadores vinculados a Universidade Federal de Goiás, que visitaram o Museu Nacional no ano anterior, em 2011. A visita se deu no âmbito do processo de registro das *ritxoko* pelo IPHAN – as bonecas de cerâmica feitas pelas mulheres Iny e está registrada no "Dossiê descritivo dos modos de fazer *Ritxoko*"[13], publicado em 2011, que embasou o pedido de registro dos "saberes e práticas associados aos modos de fazer boneca Karajá", como patrimônio da cultura imaterial do Brasil.

Em comunicação pessoal, Rosani Moreira Leitão (antropóloga do Museu Antropológico/UFG), que participou da visita, me disse que o principal objetivo da viagem ao Rio de Janeiro seria participar da montagem e inauguração da exposição "Bonecas Cerâmicas *Ritxoko*: Arte e Ofício do Povo Karajá", realizada na Sala do Artista Popular[14]. Se tratava de uma parceria entre os pesquisadores da UFG, as lideranças Iny e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e o Museu do Folclore Edison Carneiro, que custeou as passagens do grupo para a viagem. Entre os representantes Iny estavam Idjahina, na época o cacique da aldeia Hawaló (Ilha do Bananal, TO), que escolheu para ir com ele as ceramistas Iny Siramaru, Lubederu e Belanré.

Um outro objetivo do grupo na viagem seria captar imagens para a produção de um vídeo-documentário que fazia parte do dossiê para a patrimonialização das *ritxoko*. Desse modo, o roteiro de visitas das equipes de pesquisa (UFG), de filmagem (IPHAN) e dos representantes Iny, incluiu algumas instituições museológicas: o Museu do Índio, o Museu da República e o Museu Nacional. O objetivo das visitas foi "conhecer exemplares e coleções de *ritxoko* de diferentes estilos e datas de coleta" (LIMA, 2011: 27). O dossiê menciona que "embora muitas destas peças não apresentassem informações suficientes sobre a época e autor/a da coleta, o simples contato visual e tátil das ceramistas atuais com essas peças desencadeou comentários e questionamentos vivamente trocados em língua nativa"

[13] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bonecas_karaja_m.pdf.
[14] A exposição foi realizada entre 25/01/2011 e 27/02/2011, o catálogo pode ser consultado em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/CatalogoSAP/CNFCP_sap165.pdf.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

(LIMA, 2011: 27). A visita incluiu o Museu Nacional na rota da "comitiva Karajá" por conta da mediação de Manuel Ferreira Lima Filho, antropólogo da UFG, que tem uma longa trajetória de atuação junto aos Iny e, também, já tinha uma relação com João Pacheco de Oliveira, curador do SEE.

A "presença Karajá" no Museu Nacional aparece como um evento muito marcante para a produção da exposição, cerca de um ano depois. Segundo os relatos de Veloso, Manuel e Rachel, o grupo foi até a sala de João Pacheco, que foi quem fez a mediação da visita dos pesquisadores, das ceramistas e da liderança Iny nas exposições de etnologia do museu. Na reserva técnica, o grupo encontrou algumas *ritxoko* das coleções do SEE, que haviam sido localizadas e separadas anteriormente por Veloso para aquele encontro. Foi durante essas trocas que João Pacheco "lançou a semente" para uma futura exposição em parceria, com um convite para pensar em um projeto conjunto. O curador sugeriu uma proposta de exposição e de oficinas com ceramistas Iny no Museu Nacional, para dar visibilidade a questão da patrimonialização das *ritxoko* através do acervo da instituição. Ainda em 2011, o SEE entrou em contato, na tentativa trazer novamente a "comitiva Karajá" ao Rio de Janeiro, para o aniversário do Museu Nacional, porém, não houve orçamento para isso, a oficina acabou não acontecendo, mas os diálogos em torno de uma futura exposição continuaram.

Para Veloso, o Museu Nacional foi incluído na rota de visitas em 2011, porque Manuel reconhecia a importância do trabalho de Castro Faria e de Heloísa Fénelon para os Iny e para o estudo das *ritxoko*. De fato, os trabalhos mencionados são bastante utilizados na produção do dossiê e foram importantes para situar a produção das *ritxoko* no lugar de "arte", o que não era comum, até mesmo na antropologia, para as produções materiais indígenas (CASTRO FARIA, 1959; COSTA, 1978). Algumas das peças localizadas e escolhidas por Veloso para serem apresentadas ao "comitê Karajá" na visita, eram de coleções reunidas por Heloísa Fénelon. Os relatos da visitam contam que seu nome veio à tona mais de uma vez durante as conversas entre a equipe do SEE e os visitantes Iny.

Maria Heloisa Fénelon Costa (1927-1996), teve sua formação inicial em 1953, na Escola Nacional de Belas Artes, UFRJ, e ingressou na Antropologia em 1956, através da segunda turma do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural[15].

Após o curso, em 1958, Heloisa Fénelon, que havia sido aluna de Luiz de Castro Faria (1913-2004)[16], foi contratada por ele no Museu Nacional, para o cargo de naturalista do SEE. Fénelon desenvolveu sua carreira em um período em que a antropologia estava se profissionalizando e institucionalizando nas universidades brasileiras, com a criação dos programas de pós-graduação. Em um processo intenso de reorganização das divisões internas do Museu Nacional, ela é nomeada em 1964 por Castro Faria como "responsável pelo expediente no Setor de Etnologia, o que corresponde à função de curadora das coleções" (VELOSO, 2019: 84). Em 1986, Heloisa Fénelon ingressou no cargo de Professora Titular no Museu Nacional, mas acabou não entrando na rede que construiu o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. A partir de investigações recentes, Veloso (2021) aponta que na disputa entre campos e modos de produzir antropologia dentro do Museu Nacional, a via dos estudos de cultura material

[15] Esse foi o primeiro curso voltado a especialização antropológica no Brasil, instituído por Darcy Ribeiro no Museu do Índio, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

[16] Professor e orientador da Heloisa Fénelon, foi um importante antropólogo (e formador de antropólogos) do século XX, participou da fundação de uma tradição antropológica no Museu Nacional, foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e o seu primeiro presidente (VELOSO, 2021).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

empreendidos por Heloisa Fénelon, foi colocada pelas primeiras gerações de antropólogos sociais no Museu Nacional como "menos relevante" em relação a outros temas. Os estudos sobre os objetos de cultura material eram vistos, ainda, como um "tema feminino" e "menor" do que temas mais intelectuais, teóricos e, portanto, mais "masculinos" (VELOSO, 2021: 389).

Desse modo, o tema "Etnografia" é evidenciado no título da exposição, por um lado por conta da etnografia de Heloisa Fénelon – que deu base para a pesquisa de sua tese intitulada "A arte e o artista na sociedade Karajá" (1978) – ter sido central na produção de uma narrativa de reconhecimento da produção das *ritxoko* como arte e patrimônio nacional, e, por outro, devido a intenção de João Pacheco de "homenagear" a etnografia e as contribuições da antropóloga Maria Heloísa Fénelon para os Iny (Karajá), para o Museu Nacional e para a Antropologia. Essa "homenagem" também carregava o objetivo de uma revisão histórica do papel de Heloisa Fénelon, destacando sua relevância intelectual, dentro de um campo científico caracterizado por intensas disputas entre diferentes correntes teórico-epistemológicas.

Voltando para o título e o tema da exposição... É curioso pensar que uma exposição com "Os Karajás" – que estavam evidência nacional naquele período devido à patrimonialização das *ritxoko*, e em homenagem a "Etnografia" de Heloisa Fénelon – que se dedicou a "arte oleira", abordando a produção das *ritxoko* como um tema central em sua tese, a exposição colocou em destaque a "plumária" e não a "cerâmica". Para entender essa escolha, é preciso acrescentar mais uma camada a "equação" das políticas internas e institucionais que estavam em discussão naquele momento, que em certa medida também é atravessada pelas questões da disputa por espaço e do regime de urgência, que vão influenciar diretamente na escolha da "plumária".

Por trás do trabalho nas exposições museológicas, podemos ver atuando uma série de profissionais e pesquisadores, envolvidos em áreas como museologia, educação, segurança, conservação, restauração, bem como a produção científica de cada departamento. Desse modo, olhar para os bastidores do museu, revela uma série de atividades que muitas vezes não têm uma visibilidade compatível com a importância de suas atuações, atividades fundamentais para que o museu opere em suas diversas funções, das mais básicas às mais elaboradas. No caso da exposição "Os Karajás: Plumária e Etnografia", a conservação e a ornitologia tiveram uma grande relevância na definição do tema da exposição. Mais especificamente as condições de conservação e preservação das peças com plumas e penas, que faziam parte das coleções do Museu Nacional.

Pedro Ernesto Correia Ventura[17] – ornitólogo vinculado ao SEE, aprece com protagonismo nos relatos de Rachel e Veloso, especialmente quando retomam o porquê de a exposição tematizar a "arte plumária". Segundo Veloso, o ornitólogo foi um "entusiasta" de que a exposição para a abertura da sala fosse sobre plumária indígena de um modo geral. Pedro Ernesto percebeu que o SEE poderia utilizar aquela situação de forma estratégica. Para o público externo, uma exposição do material de plumária poderia refletir sobre as diversas formas de classificação e representação da plumária, exaltando as ciências indígenas, além disso, para um "público interno" do Museu Nacional, poderia trazer um destaque para a necessidade de readequação dos modos de conservação dessas coleções, que não

[17] Pedro Ernesto fez seu mestrado em Ciências Biológicas, na UFRJ, em 1993, e o doutorado em Ciências Veterinárias, na UFRRJ, em 2000. Ingressou no SEE/MN na década de 1980, como ornitólogo do Departamento de Vertebrados, no projeto de identificação do material plumário das coleções do Museu Nacional. Sob a supervisão de Heloisa Fénelon, trabalhou inicialmente com o material Iny e depois com as demais coleções do SEE. Foi incorporado ao SEE em 1985, onde atuou até 2014, ano de seu falecimento (VELOSO, 2021: 318).

ACENO, 12 (28): 695-714, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587
Prêmio Mário de Andrade

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

estavam nas condições mais adequadas. E isso seria possível também porque Pedro Ernesto já vinha realizando estudos ornitológicos que serviriam de base para a produção de uma exposição em torno dessa temática e desse acervo.

Bom, como sabemos, a escolha do tema não seguiu exatamente a sugestão de Pedro Ernesto, mas podemos perceber que teve grande influência de sua mobilização. A decisão sobre o tema e o acervo para a exposição veio do curador das coleções do SEE, João Pacheco, ouvindo Pedro Ernesto e Veloso. A decisão foi sim destacar a plumária indígena, mas não de modo generalizado. O recorte feito foi destacar a plumária "Karajá", que, como indicou Veloso, foi motivado pelas parcerias e diálogos que o SEE estava desenvolvendo com instituições e pessoas dedicadas ao "tema dos Karajás", mas que, também, articulava a demanda da "conservação", que se mostrou um aspecto relevante tanto para escolha do tema da exposição, com um critério para a seleção do acervo para a exposição, como veremos adiante.

O relato dos servidores e profissionais envolvidos na exposição, enfatizam a importância da construção de parcerias interpessoais, institucionais e interculturais, que levam tempo e que contrastam com a pressa e a urgência que muitas vezes é exigida por demandas externas urgentes. E olhar para as perspectivas institucionais relevam dinâmicas que nem sempre aparecem em análises de exposições, que dizem respeito ao cotidiano do trabalho no museu, realizado por uma série de profissionais, que muitas vezes são invisibilizadas e exercem suas funções em condições precárias. A aproximação com os relatos do cotidiano de trabalho no SEE, permitiu compreender como a equipe enfrentou desafios significativos durante a produção da exposição.

Até, espero ter mostrado um breve panorama do contexto e das motivações que se alinharam no desenvolvimento dos temas articulados pela exposição "Os Karajás: Plumária e Etnografia" do Museu Nacional, observando o modo como ele foi se construindo a partir de uma "equação" de fatores de diversas ordens. Vimos como questões de políticas internas do museu provocaram a demanda institucional pela liberação de um espaço do SEE no circuito expositivo e a forma como uma resposta (e uma proposta) a esta demanda foi elaborada pelo SEE. Que, em regime de urgência e de maneira estratégica, articulou a mobilização de um de seus servidores em torno do acondicionamento e visibilidade da plumária, e retomou a relação entre o acervo do SEE e o povo Iny, que remete tanto a um encontro recente na época, entre o SEE, representantes do povo Iny e pesquisadores que trabalham junto ao povo Iny, quanto a relações anteriores de pesquisa e colecionamento, de modo especial a partir da atuação de Heloisa Fénelon junto ao SEE e ao povo Iny.

A(s) peça(s) que falta(m): interdição, negociação e parcerias

Retomar uma experiência "do passado", seguindo controvérsias que operaram "por trás" das etapas que caracterizam o trabalho de produção da exposição "Os Karajás: Plumária e Etnografia", levou uma série de fatos inesperados e não-previstos, que vieram à tona a partir da presença e da agência Iny, humana e não-humana[18], na exposição. Para refletir sobre como a presença Iny marcou a expo-

[18] Como indica Latour (2012), de modo especial no capítulo "Terceira fonte de incerteza: os objetos também agem" (p. 97-128), o termo não-humanos não tem significado em si mesmo. A expressão busca apenas ampliar a lista de atores que figuram no curso das ações, não se limitando ao que os humanos fazem. A perspectiva de devolver aos não humanos mais

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

sição, apresento a seguir o conflito provocado pela exposição dos *ijasó*. Essa tensão, que surgiu na inauguração da exposição, foi o que mais se destacou no relato dos interlocutores desta pesquisa, ainda que sejam os aspectos menos visíveis (ou até invisíveis) para aqueles que a tenham visitado presencial ou virtualmente a exposição. As controvérsias em torno do colecionamento e da exposição das máscaras de *ijasó* foram as que mais se destacaram nos relatos de fabricação da exposição. Ainda que seus rastos não estejam tão evidentes, visto que o objeto mais citado é justamente "a peça que falta" na exposição.

O Setor de Etnologia e Etnografia, responsável pela exposição, convidou uma liderança Iny e duas ceramistas para as atividades de inauguração, com passagens e diárias pagas pelo Museu Nacional: Sansão Karajá – liderança Iny, cacique da aldeia Hawaló (Ilha do Bananal-TO), Koaxiru Karajá e Koixiaru Karajá, ceramistas Iny, da família de Sansão. A participação dos representantes Iny foi mediada através do antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho. Que participou pontualmente da produção da exposição e realizou uma das palestras de abertura intitulada "A Cultura Material dos Karajá, Brasil Central". A outra palestra foi "Arte e Antropologia: A trajetória de Heloísa Fénelon", com o curador, João Pacheco. Houve a exibição do filme "*Ritxoko*" (direção: Neto Borges), produzido pelo IPHAN como parte do dossiê que embasou o pedido do registro das *ritxoko* como patrimônio imaterial do Brasil. E oficinas com ceramistas Iny, voltadas para o público agendado pela Seção de Assistência ao Ensino e aberta ao público geral.

Quando os convidados Iny chegaram ao museu e foram conhecer a exposição, antes da abertura para o público, algo inesperado aconteceu. Ao se aproximarem da sala da exposição, as mulheres Iny se negaram a entrar. Veloso conta que percebeu que algo estranho estava acontecendo e perguntou a Sansão o que houve. Sansão conversou com as mulheres, voltou para falar com Veloso que o problema são os *ijasó* que estavam na exposição e que aqueles *ijasó* não poderiam estar ali daquela forma. Koaxiru Karajá e Koixiaru narraram uma história, que teria acontecido há muito tempo, em que máscaras foram roubadas da "Casa Grande" e compradas por um americano.

Nas fichas catalográficas da Coleção William Lipkind – antropólogo estadunidense que esteve na região do médio Araguaia entre 1938 e 1939, realizando trabalho de campo a partir de uma parceria entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia – localizei 11 objetos identificados como "máscara de aruanã". Apesar de serem classificadas como "objetos rituais", as fichas não mencionam em nenhum momento informações sobre os usos e significados desses objetos, a descrição apresentada se refere a aspectos materiais da confecção e da matéria-prima utilizada. Veloso menciona que foram 5 máscaras de aruanã que estiveram na exposição. O colecionismo de Lipkind

> não ponderou atitudes escrupulosas e atuou através de uma prática etnográfica construída a partir de uma perspectiva conceitual do Ocidente que, justificada por fazer ciência, produzia hierarquia de saberes, a violência simbólica e o exercício do poder [...]. Em sua busca por coleções, Lipkind adentrou em duas áreas sensíveis aos Karajá. Escavou um cemitério e removeu da aldeia várias máscaras de Aruanã ou ijasò, que estão relacionadas a um complexo ciclo ritual que inclui a iniciação masculina e práticas culturais ligadas aos mortos, gênero, corpo, recursos alimentares e produção de objetos materiais. (LIMA FILHO, 2017: 492)

"Os Karajá" são classificados em três subgrupos linguísticos dentro do tronco Macro-Jê, Javaé, Xambioá e Karajá, sendo que eles próprios se autodenominam

liberdade e movimento, contribui para trazer a esta pesquisa um olhar menos antropocêntrico para o papel e a agência dos objetos, no estudo de coleções e acervos indígenas.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

como Iny, que significa "nós" ou "nosso povo" na língua nativa *inyrybè*, que significa "nossa fala", ou "fala do povo" (PIMENTEL, 2001). Suas aldeias ocupam tradicionalmente a região do médio Araguaia (Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará), com população aproximada de 6 mil pessoas[19]. Os Iny também habitam e atuam em contextos urbanos, em cidades próximas às aldeias e em capitais como Palmas, Goiânia, Cuiabá, Belém e Brasília, ocupando diversos espaços como universidades e órgãos públicos.

O mito de origem dos "antigos Iny" narra que eles habitavam no fundo do *Berohoky,* antes de migrarem para a superfície e se espalharam pelas terras às suas margens. Como fonte de vida e subsistência as suas margens, o fluxo das águas do *Berohoky* rege também os ciclos rituais e é de dentro dele que saem seres extraordinários e ancestrais como os *ijasó* (WHAN, 2010: 15). O mundo Iny é concebido como sendo habitado por seres que costumam mudar de "estado". A existência sob diversas formas, em diferentes planos cosmológicos, é uma noção que faz parte do pensamento Iny. Um desses estados é o de "aruanã", designação regional e tradução portuguesa (de origem tupi-guarani) para *ijasò*, que também é o nome em *inyrybè* do peixe amazônico *osteoglossum bicirrhosum*. Os *ijasó* podem ir para as aldeias para a primeira e a segunda iniciação masculina (furação do lábio inferior e *hetohokỹ,* respectivamente), ou simplesmente para "alegrar" a aldeia. São seres representados nos rituais por um par de máscaras iguais e associados, de modo geral, com práticas como consumo de comida e cantos. Porém, o contato com os *ijasò* é considerado perigoso para os Iny, se não for conduzido de maneira adequada, especialmente quando é feito por mulheres, podendo causar muitos problemas e até mortes (TORAL, 1992; LIMA FILHO, 1994; RODRIGUES, 2008).

Nas aldeias Iny, a "casa dos *ijasò*", também chamada de "casa de aruanã" ou "casa grande", onde os homens se reúnem, abriga seres cosmológicos em seu interior. As mulheres não devem se aproximar do local e só se aproximam dos *ijasò* quando eles estão fora da em ocasiões especiais, como as "danças de aruanã", quando as máscaras estão em movimento, dançando no pátio ritual. Narrativas mitológicas dizem que o tema dos aruanãs é sigiloso e conduzido pelos homens, se as mulheres têm acesso as máscaras de *ijasó*, ou aos segredos dos homens, podem ser abusadas sexualmente e jogadas no rio Araguaia. Ao final de cada ciclo das festividades que envolvem os *ijasò,* as máscaras são descartadas e/ou destruídas de forma discreta (TORAL, 1992; LIMA FILHO, 1994). As restrições e segredos dedicação aos *ijasò* são conhecidos na literatura etnográfica e pelos pesquisadores que trabalham com os Iny. Ao chegar nas aldeias, somos advertidos para ter um cuidado com as fotografias e com o posicionamento quando começam as danças de aruanã, por exemplo, eu como mulher devo ficar entre as mulheres. Toral (1992) indica que também não é recomendado capturar muitos detalhes dos *Ijasó*, que este pode ser considerado um comportamento inadequado.

> Mesmo sendo um povo de comerciantes, os Karajá relutam em vender as representações de seus queridos ijasò, temendo que possam ser maltratados ou vistos por mulheres. Antropólogos e coletores etnográficos profissionais, ansiosos por adquirirem tais máscaras, conseguiram-nas historicamente em operações furtivas, com máscaras envoltas em cobertas sendo embarcadas de noite e em segredo na canoa dos compradores. Foi assim que procederam os alemães Paul Ehrenreich e Fritz Krause e o americano Francis Gow-Smith, que conseguiram tais máscaras em 1888, 1908 e 1925, respectivamente, para museus de Berlim, Leipzig e Nova York. (TORAL, 1992: 167)

[19] De acordo com os dados do censo do IBGE de 2010 (BRASIL, 2010).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

O colecionamento e a exposição das "máscaras de aruanã" são associados, muitas vezes, não somente a um desvio de sua "rota usual", como também a roubos e negociações ilegais. As máscaras coletadas por Lipkind em 1938/1939 foram escolhidas porque os *ijasó* chamavam atenção pela "plumária" e eram considerados muito "belos"; porque exemplificavam a técnica da tapiragem, importante no ponto de vista da ornitologia e da "ciência indígena"; porque estavam em bom estado de conservação. A escolha não foi advertida de seus riscos, porque a equipe do SEE não conhecia o significado dos *ijasó* para os Iny, as restrições e segredos que envolvem sua produção, uso e visualização, as questões de gênero, o perigo para as mulheres Iny.

Waxiy e Bikunaki me explicam quais são as "consequências" da violação dos *ijasó*, especialmente de sua retirada das aldeias, de forma ilegal. "Culturalmente", as "consequências para os Iny", são explicadas acionando castigos físicos, que podem chegar à morte ao estupro das mulheres, e a práticas de feitiçaria. Waxiy comenta: "o Iny acredita muito na questão de feitiçaria, né, ele pode ser enfeitiçado para poder morrer, ele ou a família, senão pega alguns parentes próximos tipo irmão, ou sobrinho. Se for mulher, todos os homens vão para cima dela. Então isso é uma consequência que acontece". Eles acreditam que o segredo dos homens em torno dos "Aruanã" e as "consequências" à sua violação na cultura nunca vão mudar. Inclusive comentam que o incêndio do Museu Nacional pode ser interpretado como uma "consequência", em relação a violação que alguém cometeu, pelo colecionamento e violação do segredo dos *ijasó*.

A presença Iny na produção da exposição se deu em termos indiretos, de consulta, mediadas por um antropólogo colaborador e na produção de alguns textos dos painéis. Durante a produção da exposição, no caso de haver alguma dúvida sobre a procedência das peças selecionadas pela equipe, a consulta era feita via e-mail. Porém, as máscaras não foram mencionadas nessas "trocas", não havia "dúvida" sobre elas em termos de catalogação e classificação, pois a documentação museológica e os estudos ornitológicos garantiam que eram objetos "Karajá". Sobre a presença dos nomes "Wequed Karajá (mãe)" e "Tuinaki Koixaru (filha)", conversei com Tuinaiki[20] por Whats App. Sua mãe, Wequed Kybyryra Karajá, é uma relevante ceramista Iny, e seu pai, Isarire Lukukui Karajá, foi um grande líder, que atuou como servidor público por 34 anos na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em São Felix do Araguaia-MT. Após buscar em seu e-mail, Tuinaki relata que trocou mensagens com Manuel, que lhe enviou fotografias de alguns objetos e pediu que ela perguntasse para o seu pai o nome deles, porque um "amigo" dele do Museu Nacional estava precisando dessa informação. E, segundo ela, sua participação foi apenas repassar as informações solicitadas.

Foi a partir da inauguração que a participação e presença Iny tornou-se direta. Inclusive, a exposição que temos acesso hoje, através do registro das imagens de 2017 e a exposição que esteve aberta ao público por cerca de 6 anos, é a exposição produzida através da intervenção Iny. Após a retirada das máscaras, providenciada por Veloso, o destaque da vitrine se tornou duas *ritxoko* que representavam a dança de aruanã. A cena retratada pelas bonecas de cerâmica, traziam a questão dos aruanãs para a exposição, mas sem expor os *ijasó* e nem causar nenhuma violação ao "segredo dos Iny". Analisando o caso em retrospecto, Waxiy Karajá, responsável pelo pedido de retirada das máscaras que levou a reorganização da exposição, diz que seu objetivo na época foi "chamar a atenção do

[20] Possui graduação em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso, possui projetos e pesquisas relacionados ao turismo e ao papel das mulheres Iny na preservação da identidade do grupo, através dos saberes e práticas relacionados a *ritxoko*. Atualmente, Tuinaki mora em Novo Santo Antônio (MT) e é diretora do "Instituto Cultural Maluaré".

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

museu". Ele comenta que o museu respondeu que iriam retirar e realmente retiraram, "pediram desculpas e falaram que não sabiam ainda que não podia".

Waxiy entende que, da parte do museu possa existir uma falta de conhecimento que leva a acontecer essas situações, mas destaca também a "insistência" dos pesquisadores, que fazem coisas "escondidas"" e "sem permissão". Desse modo, não adianta só ter o contato, a consulta, ou a presença indígena, que muitas vezes é marcada por constrangimentos, convencimentos, assédio e insistências indevidas. Waxiy está à frente da educação indígena no estado do Tocantins há muitos anos, desde 2000, acostumado a negociar, transitar e conviver entre o mundo dos Iny e o mundo dos *tori,* ele conta algumas histórias brevemente em que teve que lidar com essa "insistência" dos *tori,* que pode acabar levando os indígenas a "cederem", seja pelo "cansaço" ou mediante uma pressão "financeira". E essa atitude, em certas situações, pode se voltar contra os próprios Iny, como no caso das "consequências" do colecionamento e da exposição das máscaras de *ijasó*.

Waxiy chama atenção para o fato de que mesmo se tivesse um Iny na produção da exposição, dizendo o que pode (ou não) ser levado para o museu e a forma como deve (ou não) ser exibido, pode ser que não tivesse "adiantado nada", que não tivesse influenciado no curso das ações e nas decisões tomadas, devido a "insistência" que marca esse tipo de relação. Sua fala não foi direcionada particularmente a equipe que produziu a exposição, visto que apesar da violação, esta colaborou para a resolução do conflito e para a retirada das máscaras da exposição. Mas é uma crítica e um alerta que se estende as toda e qualquer relação entre antropólogos, museus e povos indígenas.

Coleções etnográficas, museus e protagonismo indígena

Trabalhar junto a essas coleções Iny produzidas em tempos passados, com as memórias de uma exposição "antiga", bem como com os diferentes interlocutores indígenas e aqueles ligados ao SEE, desde a oficina "Reconstrução das Coleções Etnográficas do Museu Nacional", foi mostrando como as práticas mediadas por um museu podem ser ressignificadas e apropriadas a partir da luta e do protagonismo indígena. Este trabalho também mostra como os Iny, que pude dialogar e conviver na produção dessa pesquisa, estão demandando o acesso a esses objetos "dos antigos", a oportunidade de conhecer as histórias que esses objetos evocam, de utilizar esses acervos e de contar suas próprias histórias. As coleções e os museus, ainda que representem para eles *tori bdédyynana* ("coisa de não indígena")[21], são considerados instrumentos de luta por direitos, valorização cultural e retomada de memórias e de saberes Iny.

Apesar da tensão envolvida na inauguração, a partir da resposta do SEE e da reorganização da exposição, a relação entre o povo Iny e o Museu Nacional continuou realizando diversas parcerias. Com a exposição, tiveram início outros projetos com os acervos Iny do Museu Nacional, tanto por iniciativa do SEE, como de pesquisadores colaboradores. Ao se apropriarem do museu, bem como das parcerias e relações que ela possibilita, como "arma" na luta por seus direitos e modos de vida, os Iny buscam superar práticas de tutela e colonialismo, ainda presentes na estrutura desse espaço de poder e de produção científica. E o museu, em contrapartida, interessado em reconstruir seus acervos em outros termos, ao

[21] Termo utilizado por Mairu Karajá, (2022) para se referir a mecanismos jurídicos, políticos e constitucionais que "fogem" da perspectiva e cosmologia Iny e que não encontram termos correspondentes na língua i*nyrybè*.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

estar aberto para (e levar a sério) novas práticas e novos métodos, que ainda estão se desenhando em um terreno ora de compartilhamento e cooperação, ora de disputas e tensões, procura também se colocar como um aliado importante para contestar processos históricos e contemporâneos de dominação contra os povos indígenas.

E, nesse sentido, a retomada da memória desta experiência evidenciou mais do que práticas que devem ser "abandonadas", pois indicou alertas e aprendizados importantes em torno da presença e da agência indígena dentro dos museus. E destacou que não são apenas os objetos que se transformam dentro da cadeia museológica, como também eles operam na transformação desse circuito. Os *ijasó* modificaram não apenas as vitrines expositivas, mas provocaram tensões e diálogos que se desdobraram em transformações reais nas práticas antropológicas, museológicas, colecionistas e expositivas. Nesse sentido, a atuação dos Iny, junto às máscaras de *ijasó*, a partir da exposição e da violação, questionou e atualizou práticas expositivas e provocou reflexões necessárias em torno do colecionamento desses objetos rituais e sagrados para Iny. Reflexões importantes não apenas para os servidores do SEE, que lidaram diretamente com o conflito, mas para todos nós que atuamos junto a povos indígenas, coleções etnográficas e museus.

Referências

ABREU, Regina. "Museus indígenas no Brasil: notas sobre as experiências Ticuna, Wajãpi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na". In: FAULHABER: ; DOMINGUES, H. M. B.; BORGE, L. C. (orgs.). *Ciências e Fronteiras*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. pp. 10-20.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. OF 07. *Reconstrução das Coleções Etnológicas do Museu Nacional*. 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018.

BANIWA, Gersem. "Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena". *Novos Olhares Sociais*, 2 (1): 22-40, 2019.

BRASIL. *Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

CASTRO FARIA, Luis de. *A figura humana na arte dos índios Karajá*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade do Brasil. 1959.

COSTA, Maria Heloisa Fénelon. *A arte e o artista na sociedade Karajá*. Brasília: FUNAI, 1978.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

FABIAN, Johannes. “Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar”. *Mana*, 16 (1): 59-73, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond , 2007.

KARAJÁ, João Paulo Hakuwi Kuady. *Warybé Reny Herybi: A representação dos povos indígenas no cenário da política nacional*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2022.

KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp. 2000.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “Coleção William Lipkind do Museu Nacional: Trilhas Antropológicas Brasil-Estados Unidos”. *Mana*, 23 (3): 473-509, 2017.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Hetohoky: um rito Karajá*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

LIMA, Nei Clara *et al*. *Bonecas karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia: dossiê descritivo do modo de fazer ritxoko*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Museu Antropológico, 2011.

MORAIS, Marília Caetano Rodrigues. *Seguindo práticas de colecionamento e de exposição de acervos Iny (Karajá): rastros de uma exposição “antiga” do Museu Nacional (RJ)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UnB, 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Perda e superação”. In: SANTOS, Rita de Cássia Melo (org.). *No coração do Brasil: a expedição de Edgar Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo (orgs.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: UFPB, 2019.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. *A situação sociolinguística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura*. Brasília: FUNAI, 2001.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *A caminhada de Tanỹxiwè: uma teoria Javaé da História*. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade de Chicago, 2008.

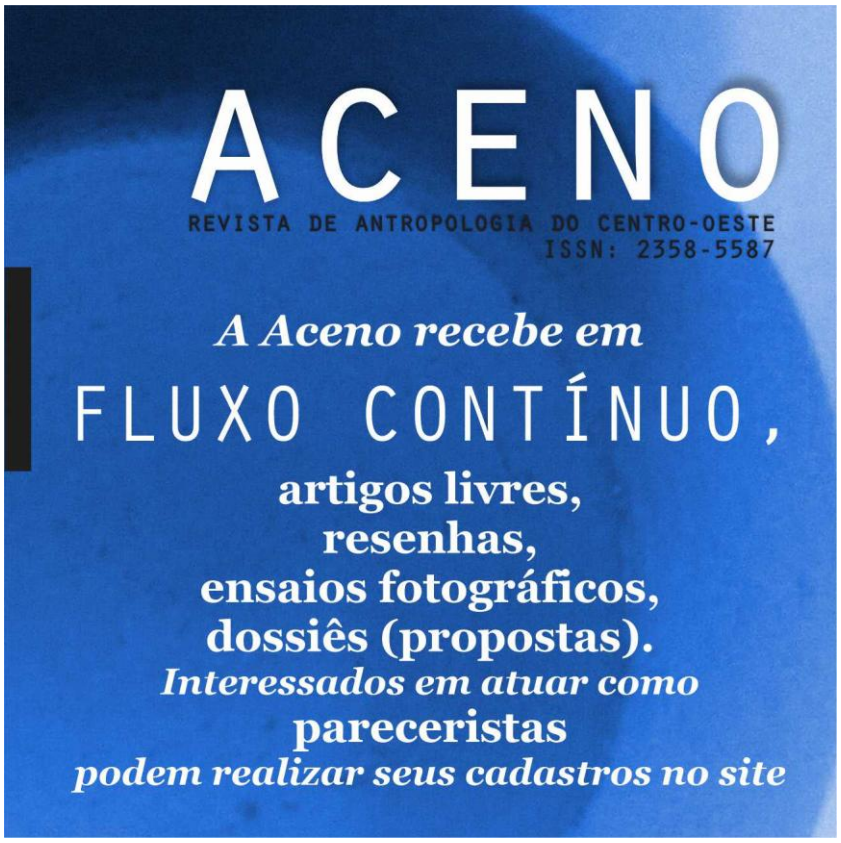
SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Os museus de História Natural e a construção do indigenismo: Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil”. *Revista de Antropologia*, 30/31/32: 277-329, 1987/88/89.

TORAL, André Amaral. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

VELOSO JR, Crenivaldo Regis. *O “artesanato da produção acadêmica”: histórias, coleções e saberes na trajetória de Heloisa Fénelon*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

WHAN, Chang. *Ritxoko: a voz visual das ceramistas Karajá*. Tese (Doutorado em Artes Visuais), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.



DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18690

ACENO

“Mercado Sul é patrimônio cultural”:
a saga pelo reconhecimento de identidades e práticas periféricas em Taguatinga, Distrito Federal[1]

Ana Luiza Noronha[2]
Sara Santos Morais[3]
Universidade de Brasília

Resumo: Fundado em 1958 como mercado popular em Taguatinga, no Distrito Federal, o Mercado Sul (MS) tem passado por um complexo processo de patrimonialização. Desde 2015, o território é ocupado pelo movimento Mercado Sul Vive! (MSV), que reivindica direitos à cultura, à cidade e à moradia de forma integrada, como resistência à especulação imobiliária local. O movimento também busca o reconhecimento de suas práticas como Patrimônio Cultural do Distrito Federal, utilizando essa estratégia para valorizar e salvaguardar o território. Este artigo tem como objetivo analisar as tensões entre o Estado e a Sociedade Civil durante esse processo de patrimonialização, além de entender as orientações políticas, as estratégias locais e os desafios relacionados ao discurso autorizado do patrimônio exercido pela lógica estatal.

Palavras-chave: Mercado Sul; Taguatinga; patrimônio cultural; identidade cultural: Brasília.

[1] Este artigo foi premiado pela Associação Brasileira de Antropologia, em sua participação no Prêmio Mário de Andrade, organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus, na categoria *Artigo Derivado de Dissertação de Mestrado* (2024).

[2] Ana Luiza Noronha possui bacharelado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 2022 têm se dedicado aos estudos de patrimônios imateriais em processo de reconhecimento oficial. Atualmente têm realizado projetos visando a divulgação científica de pesquisas na área de patrimônios culturais com o intuito de garantir maior acessibilidade à população sobre o tema.

[3] Sara Morais é mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 2013 atua como técnica em antropologia no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisadora colaboradora plena no Departamento de Antropologia da UnB. Autora de *O Palco e o Mato: o lugar das timbilas no projeto de construção da nação em Moçambique*, publicado pela Editora Telha e pelo selo ABA Publicações.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

NORONHA, Ana Luiza; MORAIS, Sara Santos. **“ Mercado Sul é patrimônio cultural” : a saga pelo reconhecimento de identidades e práticas periféricas em Taguatinga, Distrito Federal.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 715-734, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

“Mercado Sul is a cultural heritage”:
the saga for the recognition of outskirts identities and practices in Taguatinga, Federal District of Brazil

Abstract: Founded in 1958 as a popular market in Taguatinga, Federal District, Mercado Sul (MS) has undergone a complex process of patrimonialization. The territory, which has faced moments of valorization and marginalization, has been occupied since 2015 by the Mercado Sul Vive! (MSV) movement. The main demands include the right to culture, the city, and housing, integrated as a form of resistance to local real estate speculation. The movement also seeks to have its practices recognized as Cultural Heritage of the Federal District, using this strategy to safeguard the territory. This article aims to explore the tensions between the State and Civil Society during the ongoing patrimonialization process, as well as to understand the political orientations, tensions, local strategies, and challenges related to the state's authorized discourse on heritage.

Keywords: Mercado Sul; Taguatinga; cultural heritage; cultural identity: Brasília.

“Mercado Sul es patrimonio cultural”:
la saga por el reconocimiento de identidades y prácticas periféricas en Taguatinga, Distrito Federal de Brasil

Resumen: Fundado en 1958 como un mercado popular en Taguatinga, Distrito Federal, el Mercado Sul (MS) ha pasado por un complejo proceso de patrimonialización. Desde 2015, el territorio es ocupado por el movimiento ¡Mercado Sul Vive! (MSV), que reivindica los derechos a la cultura, la ciudad y la vivienda de forma integrada, como resistencia a la especulación inmobiliaria. El movimiento también busca que sus prácticas sean reconocidas como Patrimonio Cultural del Distrito Federal, utilizando esta estrategia para valorizar y preservar el territorio. Este artículo tiene como objetivo analizar las tensiones entre el Estado y la Sociedad Civil durante este proceso de patrimonialización, así como comprender las orientaciones políticas, las estrategias locales y los desafíos frente al discurso autorizado del patrimonio ejercido por la lógica estatal.

Palabras clave: Mercado Sul; Taguatinga; herencia cultural; identidad cultural: Brasília.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Este artigo tem como foco a análise de alguns aspectos do processo de patrimonialização do Mercado Sul de Taguatinga (doravante MS), conhecido carinhosamente pelos seus detentores e frequentadores como Beco. Minha maior motivação para a realização da pesquisa de graduação da qual originou minha monografia[4][5] e que ancora este texto foi o anseio em compreender quais são as histórias, memórias e expressões culturais que perfazem o Distrito Federal (DF), para além das imagens consolidadas de Brasília como capital federal, conjunto urbano tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Escolhi o caso do Mercado Sul não somente porque nutro afeto pelo lugar, mas sobretudo porque entender um movimento em curso pelo reconhecimento oficial do Estado (neste caso, do Governo do Distrito Federal – GDF), por parte de uma comunidade periférica do DF, poderia fornecer dados para compreensão do cenário atual de consolidação das políticas públicas de patrimônio cultural em Brasília.

Concentradas no Plano Piloto, as narrativas e as ações de reconhecimento da Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUPAC), por meio do Conselho de Defesa ao Patrimônio Cultural (CONDEPACC), criado em 2017, têm se voltado principalmente para o patrimônio material, com foco nos monumentos e demais edificações localizadas no Plano Piloto de Brasília. Conforme abordarei abaixo, uma das motivações para que os detentores do MS estejam se mobilizando nos últimos anos para conquistar o título de Patrimônio Cultural do DF é a luta pela ocupação do espaço, cujo território está em risco de desapropriação. O pedido pelo reconhecimento como patrimônio, então, passou a ser utilizado estrategicamente como uma das formas de valorização cultural, visibilidade e legitimação de práticas e identidades sociais que extrapolam aquelas concentradas no Plano Piloto.

Como se sabe, a capital federal modernista foi fundada em 1960 e é conhecida pelo urbanismo de Lúcio Costa[6] e os prédios de Oscar Niemeyer, tendo sido reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1987. A despeito desse seu importante lugar na imaginação da identidade nacional, ainda paira sobre a cidade dúvidas a propósito de quais seriam os aspectos centrais para a definição da identidade cultural de Brasília e do Distrito Federal. O assunto surge frequentemente em rodas de conversa seja na universidade, seja em outros espaços de socialização na capital do país.

O antropólogo José Reginaldo Gonçalves aponta como,

[4] Meu trabalho de conclusão de curso, intitulado "Mercado Sul É Patrimônio Cultural": Debates Sobre Políticas, Narrativas e o Reconhecimento Patrimonial De Outras Identidades Culturais Do Distrito Federal.” foi defendido em setembro de 2023 no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

[5] Esta monografia derivou da pesquisa realizada pelo projeto “No Registro - Podcast, Patrimônio e identidades culturais”, processo número 00150-00006924/2022-19, fomentado pelo Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC-DF) e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC).

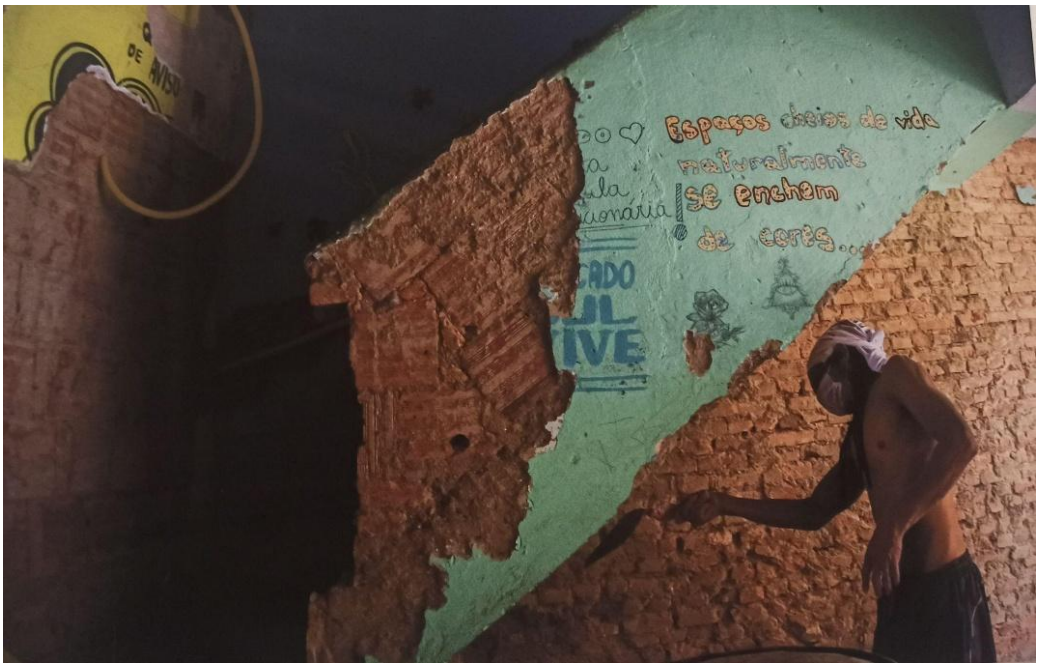
[6] Para uma excelente discussão sobre o papel de Lúcio Costa na consolidação e oficialização da vertente modernista da arquitetura no Brasil, ver Chuva (2003).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

> Nos recentes debates públicos e acadêmicos sobre os patrimônios culturais (materiais ou imateriais), é recorrente que estes sejam concebidos como 'representações' ou 'expressões' da identidade e da memória de grupos e segmentos sociais. [...] Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público de tais patrimônios significa lutar pela própria existência e pela visibilidade social e cultural desses grupos e segmentos. (GONÇALVES, 2019: 29-30)

Essa citação não poderia estar mais de acordo com o que vem ocorrendo em relação ao Mercado Sul. Alijados do seu reconhecimento enquanto parte fundamental da formação da identidade do Distrito Federal, os detentores do MS têm recorrido aos embates públicos para verem suas práticas e seu lugar de expressão cultural serem legitimados como patrimônio. Importante ressaltar, nesse contexto, que a construção de Brasília promoveu uma intensa segregação social e racial (LEMOS, 2022: 227-228), cujos resultados reverberam ainda hoje, a exemplo da consolidação do cinturão sanitário e da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Nas periferias da capital federal, distantes do acesso ao discurso autorizado de patrimônio (SMITH, 2021: 144-146) reproduzido por agentes públicos do GDF, encontram-se patrimônios culturais cheios de vida, luta e criatividade. Não bastassem as duras condições de sobrevivência impostas pela segregação, seus detentores mantêm-se firmes, reivindicando o direito à cultura e ao reconhecimento estatal de suas expressões culturais.

Figura 1 – Reforma de uma das lojas ocupadas pelo movimento Mercado Sul Vive! na obra *Tempos de Renovação*. Autor: Webert da Cruz. Fonte: Exposição "Chão de Cores: Mercado Sul, Memória, Cultura e Movimento"[7], 2023.



[7] A exposição Chão de Cores teve sua primeira edição exposta no Museu Nacional da República, em 2023. A curadoria feita por Webert da Cruz e Rick Paz tinha como objetivo gerar reflexões sobre o valor histórico e significativo do Mercado Sul a partir dos registros fotográficos de quem vivencia e constrói a memória do território. Em 2024 a exposição será expandida com o fomento da Lei Paulo Gustavo DF, na qual atuarei como pesquisadora, a fim de dar continuidade aos trabalhos de memória desenvolvidos pela comunidade.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Concordo com Antonio Augusto Arantes quando diferencia patrimônio cultural de memória social. Para o antropólogo,

> Os processos de construção da memória social e do patrimônio cultural criam – ambos – marcos afetivos e cognitivos compartilhados que balizam a continuidade e a mudança sociais, a formação de representantes de si e projetos de futuro. Mas, enquanto a memória social diz respeito a agentes e práticas pertencentes à sociedade civil, o patrimônio resulta de um complexo processo de negociação e conflito que, necessariamente, articula o plano local a esferas políticas e sociais mais abrangentes, particularmente o Estado: envolve instituições governamentais e não-governamentais, instituições acadêmicas e administrativas, interesses públicos e negócios privados. (ARANTES, 2009: 52-53)

Compreendendo, assim como o autor, tratar-se o patrimônio cultural de um processo de negociação e conflito, tomei parte do processo de patrimonialização do MS em sua fase de aproximação reivindicativa com o Estado como tema privilegiado para a análise apresentada neste artigo. A pesquisa que deu origem aos dados que serão aqui discutidos foi realizada em vários períodos entre 2022 e 2023 e consistiu em observação participante, entrevistas formais e informais, levantamento de material de arquivo, bibliográfico e documentos públicos estatais, além de análise de material audiovisual. Como antropóloga, ao utilizar essas técnicas de pesquisa, tinha como objetivo compreender as narrativas produzidas por agentes diversos (Estado, sociedade civil, entre outros), como elas ganham vida e se reproduzem socialmente. Em especial, tinha em mente dedicar meu olhar aos seguintes quesitos: a) regras e procedimentos dos mecanismos institucionais do GDF para o reconhecimento oficial e salvaguarda de bens culturais como Patrimônio Cultural; b) quais os sentidos e modos de utilização da categoria patrimônio para os diversos agentes em disputa.

Afinal, quais são as histórias, memórias e expressões culturais que fazem parte do Distrito Federal? Quais delas estão fora do Plano Piloto? Quais narrativas o governo do Distrito Federal tem criado, por meio dos reconhecimentos patrimoniais, sobre as pessoas e as práticas culturais do DF? São essas as perguntas que vão perpassar este artigo, que está dividido em quatro partes. A primeira tem como objetivo descrever a história do Mercado Sul desde os seus primórdios até os dias atuais, enfatizando situações-chave da sua trajetória para a compreensão do atual processo de patrimonialização. A segunda debate a percepção da legislação do DF quanto aos patrimônios culturais e os debates presentes no Conselho de Defesa ao Patrimônio Cultural. A terceira se volta especificamente para a articulação dos argumentos de reconhecimento patrimonial do MS, que ocorre primeiramente de forma comunitária por meio de oficinas e depois se expande para uma audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Por fim, nas considerações finais, trago os desdobramentos das situações vivenciadas pelo Mercado Sul após as mobilizações para o reconhecimento patrimonial oficial analisadas neste artigo.

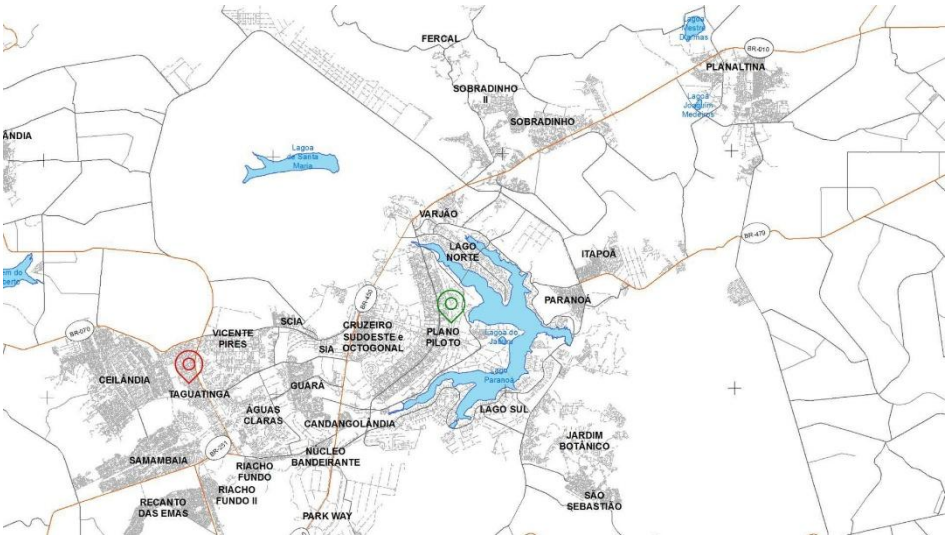
O Mercado Sul de Taguatinga: histórias passadas e presentes

O Mercado Sul se constitui inicialmente como um mercado popular, em 1958, tendo a função principal de comércio. Devido à chegada de *shoppings* e supermercados em Taguatinga (cerca de 25 km de distância do Plano Piloto), houve uma mudança na forma de consumo local que atingiu os comerciantes, que abandonaram as lojas. No período entre os anos 1970 e 1980, o MS se tornou um local

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

de importante construção dos movimentos políticos, culturais e sociais, com as rodas de samba, os movimentos *undergrounds*, movimentos contra a ditadura, e as primeiras manifestações do *Hip-hop*. Por outro lado, ele também passa a ser um local moralmente malvisto devido aos prostíbulos, ao aumento da violência e ao tráfico ilegal de drogas (RAMOS, 2018: 59-61).

Figura 2 – Mapa do Distrito Federal destacando a localização do Plano Piloto e de Taguatinga. Fonte: Mapas de Localidades. Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Urbanização (adaptado pela autora)



A partir dos anos 1990 houve a chegada de dois agentes importantes, Mestre Dico, artesão e luthier, e Chico Simões, que frequentava as ruas do MS desde criança, passando pela fase boêmia do Beco e retorna ao MS com o seu trabalho com o Mamulengo Presepada. Mais tarde Chico foi responsável pela inauguração do Invenção Brasileira, importante espaço para a construção social e identitária presente no MS (RAMOS, 2018: 61-3). No início dos anos 2000, alguns outros agentes e coletivos importantes para o Mercado Sul chegam ao território[8]. Parte desses grupos possuíam lojas alugadas no Mercado Sul, outros se somaram a artistas e artesãos para gerir o Espaço Cultural Mercado Sul (ECMS) de forma conjunta (RAMOS, 2018: 80-1).

Atualmente, o MS é constituído por três ruas e dois becos que se localizam entre a Avenida Comercial Sul e a Samdu, totalizando 84 lojas e *boxes*. Durante toda a sua história, o MS teve uma forte relação com os movimentos sociais. Nesse período não foi diferente. Além dos movimentos culturais, foi palco para as discussões que subsidiaram a realização do inventário do Teatro de Bonecos e da elaboração do plano de salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira pelo IPHAN. Moradores e frequentadores do Beco dialogavam com o Movimento Passe Livre, com os movimentos negros, indígenas, Sem Terra e dos

[8] O Invenção Brasileira, o Tempo EcoArte, a Sônia Comedoria, o Estúdio Gunga, a Tribo das Artes, o coletivo de saúde popular Eu Livre, a Casa Moringa e o grupo de capoeira Semente do Jogo de Angola são alguns exemplos. Outros coletivos também fizeram parte desse período e há uma descrição de cada um deles que pode ser encontrada no trabalho de (RAMOS, 2018).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Moradores Sem Teto. Contudo, devido às dificuldades financeiras decorrentes principalmente da especulação imobiliária, o Espaço Cultural Mercado Sul fechou as suas portas em novembro de 2014. Em decorrência disso, a população que frequentava o território[9] passou a pensar em soluções para dar continuidade às atividades que ocorriam no espaço (DA CRUZ, 2018: 1; RAMOS, 2018: 86).

No dia 5 de fevereiro de 2015 oito lojas e um *box* foram ocupados, o que ensejou o início do movimento Mercado Sul Vive! (MSV). O restante das lojas que estão no local, independente se estão abandonadas ou não, seguem disponíveis para comércio ou moradia. É importante fazer a distinção de que parte dos moradores, que arcam com os custos normais para morar em um local, adentraram ao movimento porque estavam de acordo com as pautas. Outros coletivos que compõem o Beco mas não fazem parte da ocupação estão dentro do MSV pela construção coletiva que ele propõe e que está presente naquele território já há muitos anos. Existem moradores que não fazem parte do movimento, mas que concordam e conseguem enxergar as melhorias feitas durante este período como as pequenas reformas elétricas e hidráulicas nas lojas, os mutirões de limpeza e pintura, a construção das hortas comunitárias, e os sistemas de captação de água da chuva que foram feitas em prol do uso da comunidade. Outros são contra toda a movimentação que ocorre no Beco. As ruas do MS se tornam palco de disputa, misturando-se com igrejas, coletivos culturais, coletivos de mídia, bares, hortas, comerciantes e moradores dos mais diversos estilos (DA CRUZ, 2018: 6).

Figura 3 – Mapa do Mercado Sul de Taguatinga. Fonte: *Retomar para Reinventar*, de Webert da Cruz, 2018.

Alguns dias após a ocupação das lojas, Josmar da Costa, empresário e suposto dono das lojas, impetrou uma ação judicial para que o MSV saísse do espaço e devolvesse as lojas em até 48 horas. As articulações do Movimento com advogados parceiros, em conjunto com diversos erros judiciais e administrativos, além

[9] Os detentores do MS o classificam como um território, devido ao constante esforço de usar, ocupar, controlar e se identificar neste espaço geograficamente delimitado. Utilizo esta categoria de território devido ao constante uso do termo que é feito pela comunidade. Também faço uso desta categoria dando o sentido de um espaço que se encontra em uma constante disputa de poder, seja ela econômica-política ou simbólica-cultural (SILVA, 2016: 199-200). Atualmente, o MS não está restrito apenas a sua função comercial; há pessoas que moram, que trabalham, se divertem e se expressam naquele território.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

da constante luta pela permanência do espaço por parte do MSV, fizeram com que o processo durasse até os dias que correm, sem que essas pessoas fossem retiradas das lojas (DA CRUZ, 2018: 2). É importante mencionar que, durante os períodos mais críticos da ocupação, agentes culturais, políticos e personalidades intelectuais estiveram no Mercado Sul para conhecer o trabalho desenvolvido e articular apoio para esse processo, que tem como principal objetivo manter as pessoas do Mercado Sul no seu território. Foi também durante esses primeiros momentos de ocupação que surgiu a ideia de reconhecer o Mercado Sul como Patrimônio Cultural (DA CRUZ, 2018: 2).

Decorridos nove anos de conflito judicial entre o MSV e o proprietário das lojas, o caso já passou pela primeira e pela segunda instâncias; a última notícia pública sobre o processo data do dia 1 de setembro de 2022 e aponta que os juízes têm se alinhado com os princípios de que o uso social das lojas está acima da propriedade privada (MERCADO SUL VIVE!, 2022). Apesar disso, o processo judicial segue correndo e não há nenhuma garantia até o momento de que a Ocupação permanecerá no território. Mais uma vez, as ruas do Beco são palco para mobilização popular, unindo as pautas do Direito à Cidade, Direito à Moradia e o Direito à Cultura, de forma atrelada. O reconhecimento patrimonial é uma das estratégias para fortalecer a permanência da ocupação cultural nas ruas do Mercado Sul[10].

Para compreender o início desse processo de busca pelo reconhecimento oficial do Estado, foi necessário olhar para o fenômeno atual da patrimonialização do MS a partir de vários ângulos. Minha análise centrou-se entre 2015 e 2023, período em que a discussão e a mobilização em torno desse reconhecimento como Patrimônio Cultural toma forma. Para tanto, analisei leis, atas do Conselho Consultivo, documentos institucionais e as oficinas "Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul", organizada pelos próprios membros e colaboradores do "Mercado Sul Vive!" e realizada nos dias 20, 22 e 27 de outubro de 2021, de forma online devido à crise sanitária instaurada pela pandemia de Covid-19.[11] Essas oficinas culminaram na audiência pública ocorrida na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2021, a qual também foi analisada na monografia e será abordada em breve. Passo, a seguir, a me concentrar na descrição do modo como o GDF, por meio do seu aparato burocrático e da legislação em vigor, lida com a questão patrimonial.

[10] Uma decisão recente do CONDEPAC a propósito do reconhecimento do bem cultural Fuá de Seu Estrelo aponta, entretanto, que essa não será uma luta pacífica. Em reunião do Conselho Consultivo da SECEC do GDF, em data de 12 de março de 2024, na qual se apreciou o pedido de Registro do Fuá de Seu Estrelo nos livros das Formas de Expressão e Lugares, a questão territorial foi objeto de celeuma entre os conselheiros. Parte deles considerou que, pelo fato da sede do grupo não estar regularizada, o registro do bem deveria ficar restrito ao Livro das Formas de Expressão, indicação que foi acolhida por aclamação. Não obstante o parecer técnico de registro tenha enfatizado a insegurança fundiária que acossa o grupo, como também a relação umbilical do bem cultural com a sua sede, parte dos conselheiros foram irredutíveis. Ficou explícita na ocasião a questão das regularizações fundiárias no DF, que acendem calorosas disputas políticas.

[11] A pandemia de coronavírus foi decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e termina oficialmente apenas em 05 de maio de 2023. Durante esse período foi necessário que a população fosse isolada em casa como forma de conter a propagação do vírus, que levou a óbito cerca de 20 milhões de pessoas e a contaminação de 800 milhões de pessoas. No Brasil, um conjunto de ações dos governos federais, estaduais e distritais demonstraram a má gestão da crise de saúde pública da época, gerando uma série de impactos sociais. Uma das áreas mais afetadas pela pandemia foi a cultura, visto que as pessoas não podiam se reunir presencialmente, o que gerou uma defasagem na cadeia produtiva e na sustentabilidade econômica dos trabalhadores desse setor.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

A legislação: a visão do Estado

Nas últimas décadas, é crescente o interesse de antropólogos por arquivos pessoais e institucionais[12]. Em linhas gerais, subjacente a essa multiplicidade de contribuições, constata-se a ênfase no desvelamento das condições sociais e políticas de produção e constituição de fontes, acervos, fundos e coleções documentais, assim como das distintas instâncias, agentes, mecanismos e práticas neles implicados. Mais que repositórios de informações e produção de conhecimento, os conjuntos de documentos e suas instituições de guarda são espaços de construções culturais e de tecnologia de governança. Embora eu não tenha proposto uma "etnografia de arquivos", uma vez que tal empreitada requer procedimentos de pesquisa específicos, o meu esforço analítico de leitura e crítica internas da legislação e dos documentos institucionais do GDF recaiu sobre o exame das leis, portarias e atas de reunião.[13]

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC) e a Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC) são as responsáveis por coordenar todas as ações sobre o tema a nível distrital. Dentro da estrutura da SECEC, há o Conselho de Defesa ao Patrimônio Cultural (CONDEPAC), que surgiu em 2017 e é composto por membros do Estado e da sociedade civil. Sua principal função é a de opinar sobre diretrizes e legislações referentes ao tema e realizar a votação que reconhece oficialmente os bens culturais como patrimônios do DF. As discussões do Conselho, por meio das suas atas de reuniões, foram minha principal fonte de dados para a pesquisa.

Mas antes de abordar especificamente o conteúdo dessas reuniões, é importante fornecer aos/às leitores/as um breve panorama sobre o cenário atual dos reconhecimentos patrimoniais no DF. Até o momento da escrita deste artigo, eram 31 bens culturais materiais reconhecidos e 11 imateriais; desses 42 bens, 22 se localizam no Plano Piloto, enquanto os outros 20 estão distribuídos pelas 35 Regiões Administrativas do DF[14]. Destaco a seguir alguns pontos fundamentais para compreender esse cenário, quais sejam: a) A legislação do Distrito Federal é relativamente recente[15] e se baseia em grande medida nas leis, decretos e portarias do IPHAN; b) Apenas três bens culturais imateriais reconhecidos atualmente passaram por todo o processo administrativo instituído nas leis, decretos e portarias que regem o reconhecimento patrimonial oficial.[16] Até o momento nenhum bem cultural material teve seu processo instruído de acordo com a legislação vigente; c) não estão explícitas quais são as ações do Estado para garantir a preservação dos bens tombados e registrados e nível distrital.

Segue um resumo das principais pautas discutidas nas reuniões do CONDEPAC: 1) O CONDEPAC teve apenas 2 mandatos: o primeiro no período entre 2018 e 2022, com um hiato entre 2019 e 2021, e o segundo que começou suas atividades em 2023, que segue vigente; 2) a implementação da política pública voltada

[12] Cf. Oliveira *et al.* (1998); Freire *et al.* (2005); Castro (2008); Travancas, Rouchou e Heymann (2013); Heymann e Nedel (2018).

[13] Para tal, inspirei-me nos estudos de Corrêa (1983), Oliveira (1987), Cunha (2004), Almeida (2008), Vianna (2014), além das sugestões precursoras de Foucault (1977, 2006).

[14] Ver lista disponibilizada pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Levar em consideração que ainda não foi atualizada depois do reconhecimento oficial do Fuá do Seu Estrelo, que ocorreu no dia 12/03/2024. Disponível em: https://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/08/Compilado-Patrimonio-Cultural-do-DF.pdf

[15] A Legislação que trata sobre a temática específica dos patrimônios culturais são: a) Lei 47, de 02 de outubro de 1989, decreto 25.849, de 17 de maio de 2005 e a portaria 79, de 30 de setembro de 2015, referentes ao processo dos tombos e dos patrimônios materiais;[6] b) Lei 3.977, de 29 de março de 2007, decreto 28.520, de 07 de dezembro de 2007, portaria 78, de 30 de setembro de 2015, referentes ao processo de registro dos patrimônios imateriais.

[16] São eles: Fuá do Seu Estrelo, reconhecido em 2024, Prainha dos Orixás e Festa de Iemanjá, ambos reconhecidos em 2018.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

ao patrimônio cultural ainda é deficiente, tornando-se via condutor de vários problemas e discussões presentes nas reuniões do Conselho; 3) Os patrimônios materiais aparecem com mais frequência nas discussões, comparados com os imateriais; 4) Existem 2 casos de demolições de patrimônios materiais em que não houve responsabilização pelo ocorrido e o Conselho não conseguiu ser efetivo quanto à sua atuação, o Ginásio Cláudio Coutinho[17] e a Casa Dona Negrinha[18]; 5) Há o questionamento sobre a narrativa histórica que têm sido contada sobre o DF; 6) A falta de transparência e a abertura das reuniões para o público foi algo discutido pelo conselho; 7) Há a discussão de como lidar com os patrimônios que possuem vícios de origem e de forma, ou seja, aqueles que não foram reconhecidas pelo processo correto presente na legislação vigente; 8) Problemas com território tem sido presentes no âmbito patrimonial do DF; 9) Há a preocupação com as políticas e ações de educação patrimonial realizadas pelo Estado; 10) Existe um alto número de discussões sobre reformas nos patrimônios materiais; 11) Há a preocupação com a manutenção dos acervos históricos.

Dos pontos elencados acima, gostaria de aprofundar a discussão em alguns deles. O primeiro é sobre política pública deficitária. Apesar da criação do Conselho e da pasta voltada para o patrimônio cultural dentro da Secretaria de Cultura, as formas de financiamento de educação patrimonial ou o apoio aos patrimônios já reconhecidos ainda são muito inexpressivos. Isso se reflete na dificuldade de sustentabilidade material e econômica dos detentores e também na manutenção dos acervos e estruturas tombadas. O mesmo ocorre com a política de educação patrimonial, cujo único projeto é voltado apenas para alunos e servidores presentes nas escolas públicas do DF.

A falta de publicação dos dados também tem sido algo recorrente. Tive dificuldade em obter acesso às atas do Conselho. Algumas foram publicadas com mais de seis meses de atraso, impedindo o acompanhamento, por exemplo, da troca de mandato do conselho. Vale ressaltar que as reuniões do CONDEPAC não são abertas ao público. Além disso, os próprios conselheiros têm se queixado quanto à falta de transparência de outros órgãos em processos de defesa ao patrimônio cultural, como foi o caso do Ginásio Cláudio Coutinho e da Casa Dona Negrinha, ambos tombados e posteriormente demolidos por falta de cuidado com sua estrutura. Nenhum agente até o momento foi responsabilizado, mesmo isso sendo previsto em lei. O Ginásio Cláudio Coutinho ainda possui um agravante: por estar em uma área central e bem valorizada, a especulação imobiliária tem estado presente, retirando a utilidade de um equipamento público que não obteve o cuidado necessário para substituir por um empreendimento privado. A questão territorial entra em voga não só nas discussões realizadas pelo conselho, mas estão presentes nos embates dos bens nos seus processos de reconhecimento. A escola de samba Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC), o Boi do Seu Teodoro, e o mais recente bem cultural reconhecido como Patrimônio Cultural do DF, o Fuá do Seu Estrelo, enfrentam ou enfrentaram questões para a manutenção de suas expressões culturais nos territórios de origem.

[17] O Ginásio Cláudio Coutinho é voltado para a prática de esportes aquáticos localizada no Plano Piloto e estava em desuso devido a graves problemas estruturais em sua fundação. Sua estrutura fica ao lado do Estádio Mané Garrincha e passou por um processo polêmico de demolição de parte de suas estruturas comandado pela empresa Arena Bsb, em 2021. A área em que o Ginásio está localizado foi concedida por 35 anos para essa empresa, que pretende criar restaurantes, cinemas, boulevards e explorar economicamente o local.

[18] A Casa Dona Negrinha está localizada na Região Administrativa de Planaltina, conhecida por ser a cidade mais antiga do DF e que abrigou a Comissão Cruls nas expedições que determinaram onde seria a nova capital federal. A casa está localizada no sítio histórico da cidade e possui traços da arquitetura colonial. Sua estrutura foi condenada pela Defesa Civil do DF em 2020, após a fachada da casa ter desabado devido a problemas estruturais da edificação. O proprietário foi notificado do ocorrido e em seguida determinou a demolição da Casa Dona Negrinha.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Por último, é importante mencionar que no DF há outros bens que utilizam do título de patrimônio cultural, mas que não passaram pelos ritos procedimentais corretos do ponto de vista legal. O *Hip-hop* e a Marcha para Jesus são exemplos interessantes, pois têm sido mobilizados para a movimentação política com objetivo de elevação de determinadas ideologias ou para a formação de cabos eleitorais. Quando lidamos com processos de patrimonialização, é inevitável que certas categorias, discursos e práticas estejam em disputa. Deputados têm se utilizado desse mecanismo de aprovar leis que determinam um bem cultural como patrimônio para ganhar aprovação, bem como para defender ameaças ou mobilizar benefícios, sejam eles financeiros, políticos ou sociais.

As oficinas: a perspectiva da sociedade civil

Os detentores do MS que compõem o Movimento "Mercado Sul Vive!" entenderam rapidamente que o processo de reconhecimento pelo Estado é burocrático e que demanda várias articulações. Uma das iniciativas nesse sentido foi a realização de oficinas que pudessem ensinar aos participantes a história das políticas patrimoniais no Brasil, a legislação do DF pertinente ao tema, procedimentos técnicos e estratégias políticas. Essa atividade foi responsável pelo alinhamento de expectativas e articulação do discurso a ser produzido em prol do pedido de reconhecimento. Foi por meio dos depoimentos pessoais e dos afetos criados nesse território que as oficinas surtiram efeito, pois, ao final dos três dias, foi possível apreender uma narrativa compartilhada e politicamente engajada. Vamos a elas.

A primeira oficina foi conduzida pelo antropólogo Paulo Henrique (Paíque) Santarém[19] e pela socióloga Maria Paz[20], com forte participação comunitária. Durante o primeiro encontro foram apresentados os ritos institucionais e a legislação do DF que regulamenta a implementação de políticas públicas para o patrimônio cultural. Em seguida, foi utilizada a metodologia seguindo as diretrizes do Inventário Participativo (IPHAN, 2016), instrumento elaborado pela área de Educação Patrimonial do IPHAN, em grande medida inspirado no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)[21], para guiar a própria comunidade em como elencar as expressões culturais presentes no território e os motivos que justificariam a candidatura do MS como patrimônio cultural do DF.

A oficina ocorreu de forma online, e os participantes expuseram a importância da patrimonialização do Mercado Sul: a) O MS como ambiente de cuidado, tanto do espaço quanto de seus frequentadores; b) O reconhecimento como instrumento de valorização da autoestima e do trabalho realizado no Beco; c) O reconhecimento como instrumento de luta política, tangenciando o direito à cultura, à moradia e o direito à cidade e indo contra a especulação imobiliária, resultando na permanência do MSV no Beco; d) Reconhecimento necessário devido ao território vivo, que faz a salvaguarda de expressões culturais já reconhecidas

[19] Paíque é mestre em Antropologia Social (UnB) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Possui discussão relevante sobre o tema na monografia "A Cidade Brasília (DFE): Conflitos Sociais e Espaciais Significados na Raça" (2013). Sua área de atuação é voltada para os seguintes temas: movimentos sociais urbanos, transporte coletivo urbano, direito à cidade e racismo. É atuante ativo em movimentos sociais como o Movimento Passe Livre e Mercado Sul Vive. Foi pesquisador do inventário do Bumba Meu Boi do Seu Teodoro, manifestação artística registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do DF.

[20] Maria Paz é mestra em sociologia e doutoranda em museologia. É professora de sociologia na rede básica de ensino do DF e atuou no IPHAN como colaboradora no inventário do Boi do Seu Teodoro como pesquisadora e no programa educativo do Centro Cultural Três Poderes, desenvolvendo atividades de educação patrimonial.

[21] Sobre a história de elaboração do INRC, seus fundamentos teórico-metodológicos, sua estrutura e utilização, ver Morais (2019).

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

como patrimônio; e) Reconhecimento devido à importância histórica, social e cultural para o DF.

Já na primeira oficina o debate de como o Mercado Sul se enquadraria como patrimônio cultural retorna à questão territorial do Distrito Federal e também do processo judicial que definirá se a ocupação do Mercado Sul permanecerá no território ou não. Paíque abordou na ocasião que, no caso do processo judicial do MS, a patrimonialização do território e de suas práticas não dependem desse processo e exemplificou abordando 3 cenários possíveis: 1) Se o juiz decretar o fim da ocupação e o reconhecimento for efetivado, as práticas do Mercado Sul seguirão sendo reconhecidas e salvaguardadas; 2) Se a decisão judicial apoiar a permanência da ocupação e suas práticas e edificações forem salvaguardadas, o MS terá uma excelente condição para salvaguardar seus bens; e 3) Caso o processo demore para ter uma decisão final e o MS for patrimonializado nesse período, obter o reconhecimento do Estado pode ser um argumento importante para a avaliação do juiz em manter as edificações, as práticas e seus detentores no território. Ou seja, o processo judicial não é determinante no processo de reconhecimento, mas os processos de tombamento e de registro podem ser uma força estratégica para o movimento conseguir a permanência no território.

Essa forma com a qual o Mercado Sul procura se proteger, utilizando do reconhecimento patrimonial, também visa a ser uma estratégia para que outros grupos que passam por esses processos de especulação ou de expulsão possam utilizar. Além disso, coloca a narrativa da história única do Distrito Federal e da exaltação dos modernistas em disputa. Durante a oficina muito se falou sobre a fragilidade dos direitos culturais devido à desvalorização deste setor, mas também fica claro que é um dos mecanismos em que se deve lutar para o cumprimento das leis já existentes, para reivindicar fomento, para o reconhecimento desses territórios e também para ocupar as esferas institucionais.

A segunda oficina tratou sobre a decisão a respeito de quantas fichas do inventário deveriam ser preenchidas, quais seriam as estratégias a serem adotadas para que a totalidade e a complexidade do MS pudessem ser contempladas a partir de critérios do Estado. Foi nessa reunião que eles também selecionaram e classificaram as manifestações culturais do Beco nas fichas de Territórios, Lugares, Saberes e Ofícios, Objetos, Celebrações e Formas de Expressão. Assim, através desse debate, pouco a pouco o argumento do MS como patrimônio cultural foi construído, transformando a linguagem afetiva, muito presente no primeiro dia de oficina, em uma linguagem afeita ao vocabulário das instituições formais responsáveis pela área do patrimônio cultural do DF. Ou seja, a transformação do patrimônio *latu sensu,* para o *stricto sensu*[22]*,* neste caso, está intimamente ligada à mudança da linguagem e à adição de argumentos valorizados pelo Estado.

É notório como, em diversos momentos, os participantes evocavam ideias de unicidade, essencialidade, autenticidade, tradicionalidade e originalidade. Sabe-se que o conceito de "autenticidade" está profundamente imerso na teoria antropológica e nas ideologias étnicas autoconscientes de muitos dos grupos estudados pelos antropólogos (HANDLER, 1985: 215). Van De Port e Meyer (2018: 13) afirmam que:

> a autenticidade é a condição *sine qua non* do patrimônio. Tanto os artefatos históricos quanto os legados históricos imateriais (tradições, rituais, performances, artesanato) precisam ser 'autenticados' para se qualificarem com o rótulo de patrimônio.

[22] Patrimônio *latu sensu* é usado quando a própria sociedade reconhece o valor de um bem para a identidade cultural de um local, mesmo que ele não tenha passado pelos ritos institucionais. O *stricto sensu* seria quando o bem cultural obtém o reconhecimento pelas vias institucionais. Sobre essa diferenciação, ver Scifoni (2019; 2022)

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Gonçalves (2011:1) vai além desse argumento ao sustentar que "a categoria 'autenticidade' parece circular em todo e qualquer contexto sociocultural, embora as regras que delimitam seu perfil semântico possam variar bastante geográfico e historicamente." Não me cabe avançar muito mais nessa discussão nesse momento. Gostaria apenas de ressaltar que se tratam de categorias mobilizadas tanto pelo Estado quanto pelos detentores do MS, embora de lugares e formas distintas.

Levanto este ponto não como forma de questionar ou de falar o que é certo ou errado quando se trata das conceituações sobre patrimônio cultural. Não me parece que as pessoas que compõem o Mercado Sul estão de fato interessadas em provar sua antiguidade, que têm uma essência única, que são tradicionais ou originais. Nas visitas de campo, esses aspectos não apareciam, tampouco nos vídeos. Quando ouvimos as narrativas sobre o Mercado Sul, a maior intenção é a de que as práticas comunitárias sigam acontecendo, que a visibilidade das diferentes identidades que estão no espaço seja respeitada e que o território tenha a garantia de direitos sociais. Os membros do movimento entendem que, para que isso aconteça, é necessário que o discurso se adeque ao que o próprio Estado demonstra ser importante. E a adequação passa, também, pela escolha dos termos utilizados no diálogo.

Durante o segundo encontro foi possível perceber também o papel central na discussão sobre reconhecer o MS como patrimônio material. Conforme abordei anteriormente, a maior parte das pautas do CONDEPAC recai na discussão sobre patrimônios materiais. A importância da "pedra e cal" parece prevalecer nas discussões e na própria identidade cultural de Brasília. Se o Estado e o Conselho responsável por discutir a questão patrimonial seguem trazendo as edificações como principal ponto de pauta, é interessante e estratégico que o Mercado Sul Vive! enfatize os azulejos de Athos Bulcão como argumento importante para o reconhecimento patrimonial do MS.[23]

Figura 4 – Chico Simões (esquerda) e Afonso Miguel (direita) se apresentando com o Mamulengo Presepada no Teatro Invenção Brasileira em 2002. Ao lado há a fachada feita de azulejos de Athos Bulcão. Fonte: livro 30 anos de Invenção Brasileira. Autor desconhecido, 2002

[23] Segundo os participantes do movimento Mercado Sul Vive!, os azulejos presentes nas fachadas das lojas do Mercado Sul seriam de autoria de Athos Bulcão. As obras do artista plástico estão presentes em várias edificações tombadas do Distrito Federal e foram inventariadas pelo IPHAN em 2010 e em 2018. Devido à notoriedade e à importância dos azulejos nas edificações já tombadas, o Mercado Sul Vive! utiliza esse argumento para o reconhecimento patrimonial material e considera que medidas de proteção e salvaguarda devem ser aplicadas nas fachadas das lojas do Beco.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Fazer referência aos princípios de originalidade, autenticidade, essencialidade, tradicionalidade e temporalidade, em conjunto com o enquadramento do bem enquanto patrimônio material, seria um espelho do que o Estado tem demonstrado como importante para obter esse reconhecimento. Tendo isso em mente, se o objetivo geral do MSV é valorizar as identidades culturais, gerar autonomia, autogestão e garantir a permanência do MS e das lojas ocupadas, talvez adaptar o discurso para esses termos seja essencial para conseguir cumprir os ritos institucionais até que o reconhecimento de fato ocorra. Estratégias semelhantes têm sido adotadas em outros contextos. Bortolotto (2017: 35) demonstra, em casos de candidaturas de bens culturais que concorrem ao reconhecimento de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, como a ideia de autenticidade tem sido mobilizada por agentes diversos, como técnicos do governo, pesquisadores e pelos próprios detentores para potencializar a ligação das manifestações culturais com o território "de origem".

Diante disso, ficou definido que o Mercado Sul preencheria seis fichas do inventário em relação ao patrimônio imaterial. Quanto ao patrimônio material, não ficou explícito como o processo seria conduzido, apenas que havia a intenção do MS de recorrer também ao tombamento, pois as edificações no Mercado Sul seriam revestidas com azulejos do Athos Bulcão, além de terem sido construídas com sobras de madeiras e tijolos remanescentes da construção dos prédios localizados no Plano Piloto.

A partir da definição acerca do preenchimento das fichas, os participantes começaram a discutir sobre a articulação necessária, além do lançamento da campanha de reconhecimento. Ficou definido que o principal slogan seria "Mercado Sul é patrimônio cultural!", como forma de mostrar que a própria população já se considera como patrimônio cultural, sendo necessário o reconhecimento por parte do Estado. Dessa forma, vemos que o Mercado Sul Vive vai de acordo com o que aborda Meneses (2009: 33-4) sobre o deslocamento da matriz de valoração. O MS já se considera patrimônio, restaria ao estado proteger e declarar a partir do reconhecimento institucional.

A terceira oficina teve como objetivo apresentar as fichas e mobilizar agentes externos ao Mercado Sul para apoiarem a candidatura. Nesse encontro, deputados federais, deputados distritais, conselheiros de cultura, representantes de partidos políticos, defensores públicos, professores universitários, acadêmicos, artistas, lideranças de movimentos culturais e a própria comunidade do MS apresentaram sua visão sobre a importância do Beco para a identidade cultural do Distrito Federal. A estratégia definida na segunda reunião foi efetiva e levou o debate sobre o MS como patrimônio cultural para diversas esferas.

Por fim, chegamos à audiência realizada na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Não me parece que o objetivo do Mercado Sul fosse demandar um projeto de lei determinando o MS como patrimônio, como abordamos anteriormente neste artigo. Os discursos deixam claro que é uma estratégia para ganhar visibilidade e para chamar a atenção das autoridades responsáveis pelos patrimônios do Distrito Federal. É uma forma de pressionar o Estado, de trazer olhares, de engajar novos parceiros e, principalmente, de fortalecer a narrativa que foi pensada, construída e articulada durante os outros três encontros, tanto com os integrantes do próprio movimento, como também com os parceiros externos.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

A audiência teve a presença de advogados, conselheiros, acadêmicos, defensores públicos, artistas renomados e pessoas do próprio movimento. Da mesma forma que o discurso do MSV se adapta quando chega na esfera institucional, cada um desses atores é importante para admitir a ideia de que o Mercado Sul já é Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Outro ponto importante é que a audiência foi o único momento em que os detentores do Mercado Sul Vive! debateram diretamente com a Subsecretaria de Patrimônio Cultural (SUPAC) sobre o reconhecimento oficial do Mercado Sul.

Nos discursos proferidos na audiência pública, a comunidade presente no Mercado Sul atrelou a importância de reconhecê-lo como patrimônio relacionada aos seguintes tópicos: a) memórias e práticas culturais encontradas no MS como afirmação de sua identidade; b) a importância do território naquele contexto; c) a importância do direito à moradia, cultura e a cidade de forma interligada; d) outras identidades culturais que fogem da histórica hegemônica do DF; e) o processo judicial e a especulação imobiliária presentes no MS; f) a necessidade de políticas públicas.

Para que os bens culturais ligados a essas pessoas sejam salvaguardados, é necessário olhar para as demandas cotidianas deste segmento, ou seja, que os direitos à cultura, à cidade e à moradia sejam vistos de forma interligada. Elaborar e implementar políticas sociais, culturais e patrimoniais é necessário, mas se elas não conversarem com estes princípios de forma interseccional há possibilidade de enfraquecimento do território diverso que é o MS e de seus detentores. Fundamentalmente, patrimonializar o MS seria uma maneira de responsabilizar o Estado pela garantia desses direitos.

Por outro lado, a resposta que Daniela Zambam, representante da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, pareceu fazer é justamente de se esquivar da obrigação do Estado perante o cuidado com os patrimônios reconhecidos ou em fase de reconhecimento. Ela se concentrou em três pontos principais. Em primeiro lugar, solicitou que a documentação fosse entregue conforme previsto na legislação. Depois, aconselhou que o Mercado Sul solicitasse outro tipo de reconhecimento estatal, como os Pontões de Cultura, por exemplo, e que solicitasse isso ao Conselho de Cultura do DF. Segundo a resposta da servidora, a depender dos bens culturais do MS, não seria possível obter o reconhecimento oficial como patrimônio. Continuou sua fala recomendando que fosse feito o pedido como patrimônio imaterial e sua inscrição se desse no Livro dos Lugares. Devido às modificações na parte arquitetônica, não seria possível reconhecer como patrimônio material, pois houve perda das características originais. Por fim, a servidora informou que seria possível que a comunidade tivesse que se mobilizar e se responsabilizar para manter o local preservado, inclusive de forma financeira, após o reconhecimento. Logo, a responsabilidade do detentor do bem aumentaria consideravelmente. Após a fala, a servidora se retirou da reunião sem dialogar com as pessoas presentes.

É importante tensionar a fala realizada pela representante da SECEC. Houve pouca transparência quanto ao diagnóstico feito. Ou seja, não trouxe os motivos e argumentos que justificariam o porquê que o Mercado Sul não se enquadraria como patrimônio em certas categorias. Também exime a Secretaria de se responsabilizar pelas competências designadas a ela quanto aos patrimônios culturais ao falar da responsabilização dos detentores e do MS ser reconhecido por outro mecanismo.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Houve discordância do posicionamento de Daniela Zambam por parte dos presentes na audiência. Após a falta de debate com a servidora devido à sua ausência na reunião, Paíque solicitou que houvesse um debate aberto e direto com a SUPAC e o CONDEPAC. O antropólogo trouxe a importância de se ter o público presente, já que essa demanda não traria danos às funções feitas pela SECEC e o CONDEPAC. Rita Andrade, conselheira de cultura do DF, e Liza Maria, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, trouxeram para o debate bibliografias que discordavam da posição dada sobre o não reconhecimento do Mercado Sul como patrimônio cultural devido à descaracterização arquitetônica. Mais uma vez, constatamos o embate entre os significados sobre o patrimônio cultural atribuídos pelo Estado, pelas instituições acadêmicas e pela sociedade civil. A reunião se encerrou com a promessa de um ato solene em comemoração aos oito anos da ocupação, mas esse evento nunca chegou a ocorrer.

Considerações finais

Em 2022, meses após a audiência, com o fim do isolamento social, as atividades no MS retornaram aos poucos. Novas lideranças surgiram no MSV. A vida segue seu curso de forma coletiva nas ruas do Beco, com suas problemáticas, seus conflitos, suas lutas e seus encantos. Em setembro do mesmo ano, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios reconheceu que a Ocupação Cultural Mercado Sul Vive! era importante para o interesse social e para o direito à cidade. A decisão foi tomada por meio judicial, e não governamental. Sendo assim, mesmo após essa decisão, ainda não há garantia de que as lojas não serão desapropriadas e que o movimento continue no território.

Apesar disso, o MSV segue articulando suas demandas por outras vias. Paíque Santarém tornou-se conselheiro do CONDEPAC. Ramona Onijá, importante liderança jovem do MSV, também chegou a concorrer como conselheira regional de cultura de Taguatinga. A articulação política segue ocorrendo para suprir as demandas do MSV. Fica nítido que a ocupação não é apenas das lojas, mas também do imaginário social, de cargos nas instâncias públicas e participativas, em exposições e museus e, consequentemente, nos projetos de construção da identidade cultural do Distrito Federal.

Conforme afirmei no início deste artigo, a principal motivação para a construção da pesquisa realizada foi o anseio em compreender as formações identitárias do DF para além dos símbolos legitimados vinculados à capital modernista. Busquei, com esse trabalho, a partir do estudo do processo de patrimonialização do MS, elaborar reflexões a respeito das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no DF, com foco no modo como elas têm sido abordadas e discutidas no âmbito do CONDEPAC. Analisei algumas das tensões envolvidas nesse processo, especialmente nas situações em que os integrantes do movimento MSV foram confrontados com os limites das políticas patrimoniais. Ainda não sabemos qual será o desfecho dessa saga. Mas podemos ter certeza de que os detentores do MS se apropriaram das suas próprias narrativas sobre o seu patrimônio, compreenderam seu lugar legítimo na história do DF e têm utilizado estrategicamente esses recursos discursivos e políticos na sua luta pelo direito à cidade, à sustentabilidade cultural e econômica e ao território.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica uma história da agricultura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. "A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil". In: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (orgs.). *Inovação cultural, patrimônio e educação. 1ed*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. pp. 52-63.

BORTOLOTTO, Chiara. Patrimônio e o futuro da autenticidade. *IPHAN, Revista do Patrimônio. Patrimônio: desafios e perspectivas*, 36: 23-37, 2017,

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, 4 (7): 313-33, 2003.

CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Cultura: Mercado Sul como patrimônio Material e Imaterial do DF. 17 de dezembro de 2021.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo, *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 10 (2), 287-322, 2004.

DA CRUZ, Webert. *Retomar para Reinventar*. 19 de novembro de 2018.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, Américo *et al*. (eds.). Dossiê Antropologia e Arquivos. *Estudos Históricos*, 2 (36), 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Orelha de livro". In: GOMES, Edlaine de Campos. *A Era das Catedrais: a autenticidade em exibição*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva". In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALO, Simone (orgs.). *A antropologia na esfera pública : patrimônios culturais e museus*. Goiânia : Editora Imprensa Universitária, 2019. pp. 29-30.

HANDLER, R. "On having a culture : Nationalism And The Preservation Of Quebec's Patrimoine". In: STOCKING, G. (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The Wisconsin University Press, 1985. pp. 192-217.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação Patrimonial : inventários participativos : manual de aplicação*/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

LEMOS, Guilherme Oliveira. *No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 – 1971)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, 2022.

MENESES, Ulpiano B. T. O campo do patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. Conferência magna. *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio Cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto/MG: Iphan, 2009. pp.127-136.

MERCADO SUL VIVE! Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul-1o Encontro. YouTube, 20 de outubro de 2021.

MERCADO SUL VIVE! Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul-2o Encontro. YouTube, 22 de outubro de 2021.

MERCADO SUL VIVE! Reconhecimento Patrimonial no Mercado Sul-3o Encontro. YouTube, 27 de outubro de 2021.

MERCADO SUL VIVE! Sentença reconhece a legitimidade da Ocupação cultural e nega remoção. 1 de setembro de 2022.

MERCADO SUL VIVE! Histórico. https://www.mercadosul.org/quem-somos/.

MORAIS, Sara S. "Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática". In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (orgs.). *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Brasília/Goiânia: ABA Publicações/Editora Imprensa Universitária, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. "Elementos para uma sociologia dos viajantes". In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Sociedades indígenas e Indigenismo no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/UFRJ, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi *et al.* (ed.). Dossiê Arquivos Pessoais. *Estudos Históricos*, 11 (21), 1998.

RAMOS, Jade Oliveira. *Território e coletivos culturais: resistências e esperanças na dinâmica territorial do estudo de caso Mercado Sul em Taguatinga*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade de Brasília (UnB), 2018.

SCIFONI, Simone. Interpretar Qual Patrimônio? A Experiência Do Inventário Participativo Do Minhocão, São Paulo. In: *Anais do III Simpósio Científico do Icomos/Brasil. Autenticidade em risco*. Belo Horizonte, 2019.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? *Educação e Sociedade,* 43 (1): e255310, 2022.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo,* 21 (2), 2021. pp. 140-154.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joële; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

TRINDADE DA SILVA, Breno. "O samba de roda do Recôncavo Baiano para além do Recôncavo: patrimônio e territorialidade". In: URIARTE, Urpi Montoya; MACIEL, Maria Eunice (orgs.). *Patrimônio, cidades e memória social*. Salvador: EDUFBA/ABA , 2016. pp 189-209.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

VAN DE PORT, Mattijs; MEYER, Birgit. “Introduction: Heritage Dynamics: Politics of Authentication, Aesthetics of Persuasion and the Cultural Production of the Real”. In: MEYER, Birgit *et al*. (eds.). *Sense and Essence. Heritage and the Cultural Production of the Real*. Nova Iorque/Oxford: Berghahn, 2018. pp. 1-39.

VIANNA, Adriana. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais”. In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues *et al*. (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696

DOI: 10.48074/aceno.v12i28.18696